EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
57
Secretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2008)
e
Atas de Comissões Permanentes

ANO LXIII - SUP. AO Nº 212 - SEXTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26
Líder **Valdir Raupp - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 20** **Valdir Raupp** Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	**Líder** **Ideli Salvatti - PT** Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **Líder do PT - 12** **Ideli Salvatti** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **Líder do PR - 4** **João Ribeiro** Vice-Líder do PR Expedito Júnior **Líder do PSB - 2** **Renato Casagrande** Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda** **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes ..... **Líder do DEM - 13** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior(1) Maria do Carmo Alves(2) **Líder do PSDB - 13** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 **Líder** **Epitácio Cafeteira - PTB** Vice-Líder Sérgio Zambiasi	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 **Líder** **Osmar Dias - PDT** Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1– Resenha Mensal (período de 1° a 30 de novembro de 2008) 6

1.2– Atas de Comissões

1.2.1– Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 141

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 148

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 156

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 176

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 194

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 215

1.2.1.1– Subcomissão Temporária da Reforma Tributária – CAERT

ATA DA NONA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 241

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO, DE 2007, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 259

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO, DE 2008, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 280

1.2.2– Comissão de Assuntos Sociais – CAS

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 282

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 292

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA

10 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS..... 299

1.2.2.1– Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS..... 317

1.2.2.2– Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE

ATA DA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA Nº 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA. 345

1.2.3– Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008..... 371

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008..... 387

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008..... 409

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008. 429

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008. 468

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZ EMBRO DE 2008..... 485

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008..... 514

1.2.4– Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS..... 515

1.2.5– Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE NOVEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 522

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE DEZEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 537

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS..... 557

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE DEZEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 584

ATA DA 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE DEZEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 604

1.2.5.1– Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo – CDHTE

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 639

1.2.5.2– Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres - CDHSPDM

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 655

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 687

1.2.6– Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS..... 730

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL..... 735

1.2.7– Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

ATA DA 26ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008..... 754

1.2.8– Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2008..... 785

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 09ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008..... 801

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008..... 828

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 05ª REUNIÃO EXTRORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008..... 841

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2008

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)

PRIMEIRA PARTE

SUMÁRIOS CONSOLIDADOS
(PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2008)

A - Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 3

B - Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 9

C - Secretaria de Comissões 10

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes 10

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito 14

SEGUNDA PARTE

RESENHAS
(PERÍODO DE 1º A 22 DE DEZEMBRO DE 2008)

D - Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 17

E - Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 56

F - Secretaria de Comissões 61

A – SUMÁRIO CONSOLIDADO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2008

A.1 – SESSÕES PLENÁRIAS

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (6 fevereiro a 22 de dezembro de 2008)	
Deliberativas Ordinária	101
Deliberativas Extraordinárias	19
Não Deliberativas	100
Especiais	31
Total de sessões realizadas	**251**
Sessões não realizadas	6

A.2 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS, CLASSIFICADAS POR TIPO

Medidas Provisórias no Senado Federal - 2008

MPs Apreciadas	**49**
Enviadas à promulgação	15
Enviadas à sanção	21
Não admitidas	2
Rejeitadas	2
Prazo integral de vigência encerrado	1
Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados	8

Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

Total de Propostas de Emenda à Constituição		**10**
Aprovadas pelo Plenário		6
- Encaminhadas à Câmara dos Deputados	4	
- Promulgada (EC nº 57, de 18/12/2008)	1	
- Encaminhada à promulgação (PEC 20/2008)	1	
Retiradas		3
Arquivada (parecer contrário em comissão)		1

Projetos de Lei do Senado (PLS)

Total de PLS apreciados (incluídos os retirados)		**203**
- de leis ordinárias	200	
- de leis complementares (1)	3	
> PLS apreciados pelo Plenário		**25**
- Aprovados	24	
- Rejeitados	1	
> PLS apreciados por Comissão, em decisão terminativa		**158**
- Aprovados	132	
- Rejeitados	9	
- Prejudicados	17	
> PLS Retirados pelos autores (todos projetos de lei ordinária)		**20**
> PLS aprovados		**156**
- Encaminhados à CD	145	
- Encaminhados à sanção (2)	11	
> PLS encaminhados ao arquivo		**47**

Notas: (1) Em relação aos PLS Complementares, dois foram aprovados pelo Plenário e um foi arquivado (houve parecer contrário em comissão, sem recurso).

(2) Todos os PLS encaminhados à sanção foram de lei ordinária, aprovados pelo Plenário.

Projetos de Lei da Câmara (PLC)

Total de PLC apreciados	**84**
- de leis ordinárias	82
- de leis complementares	2
- Aprovados pelo Plenário	81
- Aprovado por Comissão em decisão terminativa	2
- Rejeitado por Comissão em decisão terminativa	1
> PLC aprovados e encaminhados à sanção	63
> PLC apreciados e devolvidos à CD	20
> PLC encaminhados ao arquivo	1
> PLC de autoria de Deputado	43
> PLC de autoria de Comissão da CD	1
> PLC de autoria do Presidente da República	27
> PLC de autoria do TST	8
> PLC de autoria do STJ	2
> PLC de autoria do TCU	2
> PLC de autoria do Procuradoria-Geral da República	1

Nota:

(1) Em relação aos PLC Complementares, um é de autoria de deputado e outro do Presidente da República; ambos foram aprovados pelo Plenário em dezembro/2008.

Projetos de Decreto Legislativo (PDS)

Total de PDS apreciados	**381**
- Aprovados pelo Plenário	66
- Aprovados por Comissão em decisão terminativa	314
- Declarado prejudicado pelo Plenário	1
> PDS apreciados e encaminhados à promulgação	375
> PDS apreciados e encaminhados à Câmara dos Dep.	5
> PDS encaminhados ao arquivo	1

Projetos de Resolução do Senado Federal (PRS)

Apreciados pelo Plenário		46
- Aprovados	45	
- Declarado prejudicado	1	
Apreciados por Comissão, em decisão terminativa (todos aprovados)		4
Total		**50**

A.3 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS, POR ENCAMINHAMENTO DADO À MATÉRIA

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIV) 1.257

I – Medidas Provisórias aprovadas 44

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 21

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 15

3 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com alterações, e devolvidas à Câmara dos Deputados 08

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 73

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 174

1 – Por decisão do Plenário 42

1.1 – Do Senado Federal 22

1.2 – Da Câmara dos Deputados 18

1.3 – Da Presidência da República 2

2 – Em decisão terminativa 132

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 425

1 – Concessões de telecomunicações 311

2 – Atos Internacionais 63

3 – Operações de crédito 36

4 – Suspensão de Atos Normativos 4

5 – Projetos de Resolução (outras matérias) 9

6 – Proposta de Emenda à Constituição 2

V – Escolha de Chefe de Missão Diplomática 39

VI – Escolha de Autoridades 26

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 10

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante 9

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 73

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 173

XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa 70

XII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 14

XIII – Requerimentos Diversos 126

XIV - Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre Indicação, aprovado pelo Plenário (art. 224, RISF) 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XV A XXIII) 86

XV - Matérias rejeitadas 14

XVI - Matérias prejudicadas 23

XVII - Matérias retiradas pelos autores 37

XVIII – Medidas Provisórias não admitidas 2

XIV – Medidas Provisórias rejeitadas 2

XX – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado 1

XXI – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa 2

XXII – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa 4

XXIII – Requerimento de Informação declarado prejudicado pela Mesa 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXIII) 1343

Outras matérias:

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missão 946

Requerimentos de Homenagem de Pesar, Voto de Aplauso ou Semelhante (encaminhados pela Presidência, além daqueles apreciados pelo Plenário) 485

Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito 2

Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 3

B – SUMÁRIO CONSOLIDADO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2008

Sessões Conjuntas realizadas..... 028

- Sessões Conjuntas..... 012
- Sessões Conjuntas Solenes..... 016

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 265**

  Vetos (Dispositivos)..... 171

  PLNs..... 090

  PRNs..... 004

C – SUMÁRIOS CONSOLIDADOS DA SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO ANUAL DAS REUNIÕES REALIZADAS E PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM 2008

COMISSÕES REUNIÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	31	02	04	37
CE	24	29	03	56
CI	02	24	02	28
CAS	00	29	05	34
CRE	19	14	04	37
CCJ	36	14	02	52
CRA	00	21	05	26
CDR	00	18	03	21
CMA	20	10	06	36
CDH	00	49	07	56
CCT	00	37	04	41
TOTAL GERAL DE REUNIOES	132	247	45	424

SUBCOMISSÕES	REUNIÕES	RQS	REL
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS	09	11	01
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência CAS	03	01	00
Permanente de Trabalho e Previdência – CAS	00	00	00
Temporária da Reforma Tributária – CAE	11	07	01
Temporária dos Marcos Regulatórios – CAE	17	15	01
Permanente de Assuntos Municipais – CAE	02	01	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE	06	01	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA	05	04	00

Temporária de Combate ao Trabalho Escravo – CDH	01	02	00
Permanente dos Direitos das Mulheres – CDH	02	05	00
Temporária para participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água – CMA	05	01	00
Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia – CMA	03	01	00
Temporária para Discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA	02	01	00
Permanente da Amazônia – CRE	02	00	02
TOTAL GERAL	68	50	05

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	REQ (COMISSÃO)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS DE COMISSÃO	SUBS CD	ECD	PDH	PEC	IND	PET
CAE	104	50	57	04	95	02	11	00	00	01	00
CE	61	55	22	00	97	13	02	00	00	00	00
CI	55	16	10	00	51	01	00	00	00	00	00
CAS	41	07	33	00	20	01	00	00	00	00	01
CRE	56	02	03	59	24	00	00	00	00	00	00
CCJ	40	38	64	02	136	07	05	00	36	00	02
CRA	21	04	18	01	28	00	00	00	00	00	00
CDR	13	02	20	00	41	01	00	00	00	00	00
CMA	38	09	07	00	05	00	01	00	00	02	01
CDH	88	09	11	00	34	00	01	03	00	00	00
CCT	23	02	21	231	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	540	194	266	297	531	25	20	03	36	03	04

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC	PLC (T)	OFS	AVS	PFC	SUG	PAR	EMEN PLEN	TOTAL
CAE	88	07	04	22	00	03	13	00	00	00	00	461
CE	01	05	00	48	00	01	00	00	00	00	00	365
CI	09	00	00	10	00	00	00	00	00	00	00	152
CAS	01	00	01	09	00	00	01	00	00	00	00	115
CRE	45	01	19	03	00	03	00	00	00	00	00	215
CCJ	05	02	03	52	01	13	00	00	00	00	12	418
CRA	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00	00	74
CDR	01	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	80
CMA	01	00	00	04	00	05	39	12	00	02	00	126
CDH	00	00	00	04	00	00	00	00	02	00	00	152
CCT	00	01	00	03	00	00	01	00	00	00	00	282
SUBTOTAL	151	16	27	158	01	25	55	12	02	02	12	2.380

LEGENDAS – COMISSÕES

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CE – COMISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA – ESTRUTURA
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CRA – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LEGENDAS – PROPOSIÇÕES

REQ (COMISSÃO) – REQUERIMENTO DE PARLAMENTAR (S) APRESENTADO PERANTE A COMISSÃO
REQ (SF) – REQUERIMENTO DA COMISSÃO PARA O PLENÁRIO
PLS (T) – PROJETO DE LEI DO SENADO (DECISÃO TERMINATIVA)
PLS (NT) – PROJETO DE LEI DO SENADO (DECISÃO NÃO TERMINATIVA)
PDS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
SUBS – SUBSTITUTIVO
SUBS CD – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA À PLS
ECD – EMENDA DA CÂMARA À PLS
PEC – PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
MSF – MENSAGEM
PRS – PROJETO DE RESOLUÇÃO
PLC – PROJETO DE LEI DA CÂMARA
OFS – OFÍCIO "S"
AVS – AVISO
PFC – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
IND – INDICAÇÃO
SUG – SUGESTÃO
PET – PETIÇÃO
REL – RELATÓRIO
PAR – PARECER
EMEN PLEN – EMENDA DE PLENÁRIO

C.2 – SUMÁRIO CONSOLIDADO DA SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI 2008 – pág. 1 de 3

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PL - Comp	PRes	Obs.
CPMI	CARTÕES CORPORATIVOS RQN 01/2008.	18	261	48	2.864				1		Relatório Final nº 1, de 2008 aprovado em 5/06/08

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRes	Obs.
CPI	ONGs RQS 201/2007.	13	97	125	136						
	PEDOFILIA RQS 200/2008.	34	216	216	199				4		
	CARTÕES CORPORATIVOS RQS 387/2008.										Não Instalada

Relatório da SSCEPI de 2008 – pág. 2 de 3

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS – CME

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic.	
CME	MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATN 01/2004.	7	8	8							Relatório nº 2, de 2008, aprovado em 18.06.08

COMISSÕES TEMPORÁRIAS – CT

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic.	
CT	RISCO AMBIENTAL RQS 193/2008	5	28	28							
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic.	
CT	REFORMA DO RISF RQS 208/2008	3									
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic.	
CT	TRANSPOSIÇÃO S.FRANCISCO RQS 115/2008	3	2	2							

Relatório da SSCEPI de 2008 – pág. 3 de 3

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CTE											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic.	
CTE	SANTA CATARINA RQS 1.483/2008										Não Instalada

D - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º a 22 DE DEZEMBRO DE 2008)	
Deliberativas Ordinária	7
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	9
Especiais	2
Total de sessões realizadas	**24**
Sessões não realizadas	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 22 de dezembro de 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A X) 132

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 04

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 02

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 01

3 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com alterações, e devolvidas à Câmara dos Deputados 01

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 14

1 – Por decisão do Plenário..... 14

1.1 – De iniciativa de Senador 1

1.2 –De iniciativa de Deputado 7

1.3 – De iniciativa de Comissão da Câmara dos Dep 1

1.4 - De iniciativa do Presidente da República 3

1.5 – De iniciativa do TST 1

1.6 – De iniciativa da PGR..... 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 18

1 – Por decisão do Plenário 9
1.1 – Do Senado Federal.....3
1.2 – Da Câmara dos Deputados.....5
1.3 – Da Presidência da República 1
2 – Em decisão terminativa 9

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 63
1 – Concessões de telecomunicações 43
2 – Atos Internacionais..... 6
3 – Operações de crédito 10
4 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 2
5 – Proposta de Emenda à Constituição 2

V - Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre Indicação, aprovado pelo Plenário (art. 224, RISF) 1

VI – Escolha de Chefe de Missão Diplomática 2

VII – Escolha de Autoridades 1

VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período de Expediente 2

IX – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 5

X – Requerimentos Diversos 22

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XI A XIV) 9

XI - Matéria rejeitada..... 1

XII – Matéria arquivada 1

XIII - Matéria prejudicada 1

XIV - Matérias retiradas pelos autores..... 6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM DEZEMBRO (ITENS I A XIV) 141

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões..... 54

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total	4

I.1 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção

Total	2

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008 (Medida Provisória nº 442, de 2008), que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.

Sessão: 02.12.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2008 (Medida Provisória nº 448, de 2008), que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica.

Sessão: 17.12.2008

I.2 - Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação

Total	1

Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Sessão: 17.12.2008

I.3 - Projetos de Lei de Conversão aprovados com alterações e devolvidos à Câmara dos Deputados

Total	1

Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.

Sessão: 17.12.2008

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	1
De iniciativa de Deputado	7
De iniciativa de Comissão da Câmara dos Dep.	1
De iniciativa do Presidente da República	3
De iniciativa do TST	1
De iniciativa da PGR	1
Total	**14**

Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2008 (nº 2550/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2005 (nº 2462/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Inácio Arruda, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007 (nº 1140/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Rubens Otoni, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008 (nº 6981/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Zezéu Ribeiro, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2008 (nº 3775/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2008 (nº 940/2007, na Casa de origem), de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 2008 (nº 4322/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Virgílio Guimarães, que denomina Otto de Lara Resende e Fernando Sabino os viadutos que compõem o Complexo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, localizados no Km 312, 8 da BR-262.

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Roberto Batochio, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2007 (nº 6.672/2002, na Casa de origem) de iniciativa da Deputada Vanessa Grazziotin, que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2008 (nº 732/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Paulo Pereira da Silva, que institui o Dia Nacional do Auditor Fiscal do Trabalho.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008 (nº 7.568/2006, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão de Educação e Cultura daquela Casa), que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2008 (nº 3.674/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2008 (nº 3.951/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Sessão: 17.12.2008

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006 (nº 7.227/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Tasso Jereissaiti, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.

Sessão: 17.12.2008

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	12
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Presidente da República	4
Total	**18**

III.1 - Propostas de Emenda à Constituição

Total	2

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, primeiro signatário Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.

Sessão: 17.12.2008

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, primeiro signatário Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 17.12.2008

III.2 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total	9

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2005. de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 562, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui a Semana Nacional da Visão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 741, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2008, de autoria do Senador Expedito Junior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário que especifica, sob a designação BR-438, localizado no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº417, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

(Decisão terminativa da Comissão de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Sessão: 18.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007, de autoria do Senador Expedito Junior, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)
Sessão: 18.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)
Sessão: 22.12.2008

III.3 - Projetos de Lei da Câmara alterados pelo Senado Federal

Total.....6

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.
Sessão: 03.12.2008

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2008-Complementar (nº 2/2007-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (altera o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). (Volume - II)
Sessão: 03.12.2008

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006-Complementar (nº 184/2004-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.
Sessão: 03.12.2008

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da Republica, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as

atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

Sessão: 03.12.2008

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. VOLUME – II

Sessão: 17.12.2008

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003 (nº 687/1995, na Casa de origem), de autoria do Deputado Koyu Iha, que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.

Sessão: 17.12.2008

III.4 - Projeto de Decreto Legislativo aprovado pelo Plenário

Total.....1

Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2008, de iniciativa de Líderes Partidários, que escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73,§ 2º, inciso II, da Constituição Federal.

Sessão: 16.12.2008

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

Total	63

IV.1 - Aprovadas pelo Plenário

De iniciativa do Senado Federal	13
De iniciativa da Câmara dos Deputados	7
Total	**20**

IV.1.1 - Propostas de Emenda à Constituição aprovadas pelo Plenário

Total	2

Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2004 (nº 495/2006, na Câmara dos Deputados), primeiro signatário Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Sessão: 17.12.2008

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008 (nº 333/2004, na Câmara dos Deputados) primeiro signatário Deputado Pompeo de Mattos, que altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29 - A, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Sessão: 17.12.2008

IV.1.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2008 (nº 2.374/2006, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Acordo para a Criação do Visto Mercosul, aprovado pela Decisão CMC 16/03, emanada da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevidéu, em 16 de dezembro de 2003.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25 / 03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008 (nº 1.022/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2008 (nº 2.146 /2006, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, celebrado em Berlim, em 1º de junho de 2005.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008 (nº 668/2008, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa, que aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento - CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito)

ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sessão: 17.12.2008

IV.1.3 - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total.....12

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 57, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 58, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)".

Sessão: 03.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 26, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. (Modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada).

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 51, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá - Projeto Curupah.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 59, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56,700,000.00 (cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 60, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 61, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)".

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 65, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 66, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e o art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007, para modificar o escopo e o prazo das verificações de adimplência e das certidões exigidas por esses dispositivos.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 68, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR

13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1.

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 69, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN)".

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 71, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85,000,000.00 (oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará".

Sessão: 18.12.2008

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total.....43

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2007 (nº 2.477/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA JAURU DE RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008 (nº 534/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2008 (nº 587/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008 (nº 638/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASCCOMVE - Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2008 (nº 504/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema LBC de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2008 (nº 578/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008 (550/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Rádio Comunitária "Vila Pavão Que Queremos" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2008 (nº 625/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008 (nº 635/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 09.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2008 (nº 343/2007, na Câmara dos Deputados), **que** aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Princesa LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2008 (nº 312/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Loanda LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2008 (nº 365/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE DOIS VIZINHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2008 (nº 494/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2008 (nº 590/2008, na Casa de origem), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Compromisso Com a Verdade e a Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2008 (nº 591/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Pranchita para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2008 (nº 603/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Thalento FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2008 (nº 606/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alternativa de Francisco Beltrão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2008 (nº 611/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Areiense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areias, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2008 (nº 572/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Edcomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2008 (nº 575/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2008 (nº 576/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural Eldorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2008 (nº 579/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaraçu FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaraçu, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2008 (nº 581/2008, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas - ACCTM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaraçu de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2008 (nº 552/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiro

Seco - Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2008 (nº 547/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Mongaguá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo. (VOLUME - II)

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2008 (nº 540/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Alternativa de Cambé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2008 (nº 521/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Pintópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pintópolis, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2008 (nº 551/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Comunidade de Luzinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzinópolis, Estado do Tocantins.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2008 (nº 629/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Itaquitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquitinga, Estado de Pernambuco.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2008 (nº 758/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2008 (nº 583/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé - PR - A.P.R. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2008 (nº 600/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2008 (nº 601/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ALVORADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2008 (nº 615/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2008 (nº 760/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2008 (nº 585/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetinga, Estado da Bahia. VOLUME – II

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2008 (nº 636/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária na cidade de Lindolfo Collor, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2008 (nº 637/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tomé-Açu Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2008 (nº 640/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São

Miguel do Guamá - ASDECOCS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2008 (nº 642/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2008 (nº 656/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional - IPCP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marituba, Estado do Pará.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2008 (nº 366/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Anapu - ASSANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anapu, Estado do Pará.

Sessão: 22.12.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2008 (nº 731/2008, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Serrana Manganês para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Navio, Estado do Amapá.

Sessão: 22.12.2008

V - PARECER DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE INDICAÇÃO APROVADO PELO PLENÁRIO (ART. 224, RISF)

Total 1

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, que analise todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação no Senado Federal.

Sessão: 17.12.2008

VI – ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 2

Mensagem nº 183, de 2008 (nº 732/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY DE LIMA CASAES E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Sessão: 09.12.2008

Mensagem nº 206, de 2008 (nº 818/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo César de Oliveira Campos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra.

Sessão: 09.12.2008

VII – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total.....1

Parecer nº 1.160, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2008 (nº 864/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Otávio Yazbek para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eduardo Weguelin Vieira, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Sessão: 09.12.2008

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total.....2

Requerimento nº 1.589, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 63, de 2008, de sua autoria, a antecipação para o dia 17 de dezembro corrente da Sessão Especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, anteriormente marcada para o dia 18 de dezembro.

Sessão: 03.12.2008

Requerimento nº 1.501, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do expediente da sessão do dia 16 de dezembro de 2008, seja destinado a homenagear, bem como, comemorar o 25º aniversário do Departamento de Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP.

Sessão: 04.12.2008

IX – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total 5

Requerimento nº 1.602, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando a prorrogação das atividades da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, com as modificações do Requerimento nº 794, de 2008, ambos aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.622, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a a prorrogação do prazo, até 30 de abril de 2009, da Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, criada nos termos do Requerimento nº 208, de 2008.

Sessão: 10.12.2008

Requerimento nº 1.691, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do disposto no art. 76, II, do RISF, a prorrogação por mais 12 (doze) meses do prazo de funcionamento da Comissão Temporária Externa incumbida de acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Sessão: 18.12.2008

Requerimento nº 1.608, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, na forma do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Externa, composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal na 8ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) - 2009 Amazônia, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2009, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Sessão: 18.12.2008

Requerimento nº 1.692, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando a prorrogação, por 12 meses, do prazo concedido à Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, destinada a verificar, in loco, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE em seu "mapa do desmatamento".

Sessão: 18.12.2008

X – MATÉRIA REJEITADA (em razão de decisão terminativa de Comissão)

Total.....1

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2005 (nº 1.283, de 2003, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Inaldo Leitão, que acrescenta parágrafo ao art. 578 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (torna obrigatória a comunicação aos Órgãos de controle de atividade judiciária de recurso em que se alegue falta de fundamentação da decisão penal recorrida).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 01.12.2008

XI – MATÉRIA ARQUIVADA (por ter recebido parecer contrário de Comissão)

Total.....1

Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2003, primeiro signatário Senador Demóstenes Torres, que altera o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.

Sessão: 15.12.2008

XII - MATÉRIA DECLARADA PREJUDICADA

Total.....1

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2008, de iniciativa de Líderes Partidários, que escolhe o Senhor Leomar de Melo Quintanilha para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

(Prejudicado em virtude da aprovação do PDS nº 290, de 2008)

Sessão: 16.12.2008

XIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total	6

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA) e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.598, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy)

Sessão: 04.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação ao § 1º, Inciso I, e ao § 2º do artigo 2º, da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, de modo a incluir as ponderações correspondentes à educação especial e às escolas rurais no processo de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.630, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti)

Sessão: 10.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue, para isentar os doadores voluntários de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.638, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda)

Sessão: 11.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.652, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney)

Sessão: 16.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, de autoria do Senador Expedito Junior, que autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.575, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior).

Sessão: 17.12.2008

Projeto de Lei do Senado nº 459 de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico freqüente instituição de ensino.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.659, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque).

Sessão: 17.12.2008

XIV – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total.....46

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 711, de 2008-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 02/12/2008.

Requerimento nº 712, de 2008-M, Senador João Pedro - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 713, de 2008-M, Senador Tasso Jereissati - art. 43, II - 03 a 11/12/2008.

Requerimento nº 714, de 2008-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 02/12/2008.

Requerimento nº 715, de 2008-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 716, de 2008-M, Senador José Maranhão - art. 43, II - 02/12/2008.

Requerimento nº 717, de 2008-M, Senador José Agripino - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 718, de 2008-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 719, de 2008-M, Senador Marco Maciel - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 720, de 2008-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 721, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 722, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 723, de 2008-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 724, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 04/12/2008.

Requerimento nº 725, de 2008-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 27/11/2008.

Requerimento nº 726, de 2008-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 02/12/2008.

Requerimento nº 727, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella - art. 43, II - 09 a 11/12/2008.

Requerimento nº 728, de 2008-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 09 a 11/12/2008.

Requerimento nº 729, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 09/12/2008.

Requerimento nº 730, de 2008-M, Senador Renato Casagrande - art. 13 - 04 e 05/12/2008.

Requerimento nº 731, de 2008-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 09 a 11/12/2008.

Requerimento nº 732, de 2008-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 09/12/2008.

Requerimento nº 733, de 2008-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 734, de 2008-M, Senadora Ada Mello - art. 13 - 09/12/2008.

Requerimento nº 735, de 2008-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13, 09/12/2008.

Requerimento nº 736, de 2008-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 09/12/2008.

Requerimento nº 737, de 2008-M, Senador José Agripino - art. 13 - 09/12/2008.

Requerimento nº 738, de 2008-M, Senador Heráclito Fortes - art. 43, II - 11 a 15/12/2008.

Requerimento nº 739, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 740, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo - art. 43, II - 11/12/2008.

Requerimento nº 741, de 2008-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 742, de 2008-M, Senador Osmar Dias - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 743, de 2008-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 744, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 745, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 746, de 2008-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 747, de 2008-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 10/12/2008.

Requerimento nº 748, de 2008-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 749, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 750, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 751, de 2008-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 11/12/2008.

Requerimento nº 752, de 2008-M, Senador João Durval - art. 13 - 16 a 18/12/2008.

Requerimento nº 753, de 208-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 16 a 18/12/2008.

Requerimento nº 754, de 2008-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 16/12/2008.

Requerimento nº 755, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 18/12/2008.

Requerimento nº 756, de 2008-M, Senador José Maranhão - art. 43, II - 16 e 17/12/2008.

XV - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total.....8

Observação:
Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

Requerimento nº 1614, de 2008 - Senador Sérgio Zambiasi - 17 a 20/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10/12/2008.

Requerimento nº 1615, de 2008 - Senador Romeu Tuma - 17 a 22/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10/12/2008.

Requerimento nº 1616, de 2008 - Senador Aloizio Mercadante - 17 a 19/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10/12/2008.

Requerimento nº 1617, de 2008 - Senador Inácio Arruda - 17 a 20/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10/12/2008.

Requerimento nº 1626, de 2008 - Senadora Ideli Salvatti - 05/12/2008 - Missão Oficial do Senado para visitar o Estado de Santa Catarina.
Sessão: 10/12/2008.

Requerimento nº 1637, de 2008 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 17 a 20/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 11/12/2008.

Requerimento nº 1647, de 2008 - Senadora Marisa Serrano - 17 a 20/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 18/12/2008.

Requerimento nº 1693, de 2008 - Senador Eduardo Azeredo - 18 e 19/12/2008 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 18/12/2008.

XVI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total	22

XVI.1 - Solicitando tramitação conjunta de matérias, aprovados pelo Plenário

Total	9

Requerimento nº 1.266, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 2006 e 164, de 2007.
Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.269, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 154, 625 e 735, de 2007.
Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.313, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003; 86, de 2004; 14, de 2005 com os Projetos de Lei do Senado nºs. 205, de 2001; 410, de 2003; 224, 249 e 364, de 2004, 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007; 135, de 2008.
Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.364, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680, de 2007.
Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.570, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e os Projetos de Lei do Senado nºs. 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 86, de 2006; e 151 e 531, de 2007.
Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.599, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com o de nº 318, de 2008.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.600, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007, seja apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, já que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, e com o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.641, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003; 20, de 2006; e 8, de 2007, que já se encontram apensadas com as de nºs 22, de 2001 e 60, de 2005.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.645, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nºs. 107, de 2006 que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs. 1, 117 e 153, de 2003, 65 e 173, de 2007; e 287 de 2008 e o PLC nº 25, de 2008, seja apensado para tramitação conjunta, por versarem sobre a mesma matéria, ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007.

Sessão: 17.12.2008

XVI.2 - Solicitando audiência de Comissão, aprovados pelo Plenário

Total.....11

Requerimento nº 1.227, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.245, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.293, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.303, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2008, além da Comissão constante de despacho inicial, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.304, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.331, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, além da Comissão constante de despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.362, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2008, além da Comissão constante de despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.397, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2008, de autoria do Deputado Luiz Couto, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.609, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja consultada quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº 24, de 2008, do Senado Federal, em precedência à Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.611, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando a remessa do Projeto de Resolução nº 24, de 2008, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.629, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2008, seja remetido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para verificação da constitucionalidade, antes de ser analisado pela Comissão de Educação.

Sessão: 17.12.2008

XVI.3 - Solicitando dispensa de parecer de Comissão Permanente, aprovado pelo Plenário

Total 1

Requerimento nº 1.214, de 2008, de autoria do Senador Expedito Junior, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2008, à Comissão de Assuntos Econômicos, uma vez que o prazo na Comissão de Educação já se encontra esgotado.

Sessão: 17.12.2008

XVI.4 – Solicitando informações, aprovado pelo Plenário

Total 1

Requerimento nº 1.352, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o resultado da análise das contas e repasses de recursos da FUNASA ao Conselho Indígena de Roraima - CIR, no período de 1999 a 2008.

Sessão: 18.12.2008

XVI.5 – Requerimento de desapensamento, aprovado pela Mesa

Total	1

Requerimento nº 1.612, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs. 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006, e 551, de 2007, por tratarem de matérias diversas.

Sessão: 16.12.3008

XVII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	24

Requerimento nº 1.567, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA pela realização, em Brasília, do 3º Congresso Mundial de Engenheiros e da 65ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.568, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do mais antigo cronista esportivo do Rio de Janeiro, Edison Righetti Mendes, ocorrido no dia 26 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.569, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Alfredo de Macedo Miranda, ocorrido no dia 28 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.572, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Analista Legislativa Lygia Leite de Camargo, que se aposenta depois de quase meio século de contínua atividade no Senado da República.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.578, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar pelo falecimento da Arquiteta Janete Costa, ocorrido no dia 28 de novembro de 2008, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.579, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Guerra e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da arquiteta Janete Costa, ocorrido no dia 28 de novembro de 2008, em Recife - Pernambuco.

Sessão: 02.12.2008

Requerimento nº 1.587, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para os professores agraciados com o "Prêmio Professores do Brasil" - 3ª edição, pelo Ministério da Educação, no dia 03 de dezembro de 2008, como autores dos melhores trabalhos, nas categorias: Educação Infantil, Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Homenagem especial para os premiados de Santa Catarina: no segmento Educação Infantil - Eliana Maria Gastaldi - Título/ Cineastas Mirins; no segmento Ensino Médio - Ivonete Helena Machado - Título/ Biogás: Uma Fonte Alternativa de Energia.

Sessão: 03.12.2008

Requerimento nº 1.597, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao escritor Adhemar João de Barros pelo lançamento de seu livro O Conceito Zero, romance-documento e brado de alerta, em texto de ficção, a respeito de propalada cobiça mundial sobre a Amazônia.

Sessão: 04.12.2008

Requerimento nº 1.603, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Paula Toller, cantora e letrista, conhecida pela sua atuação como vocalista da banda Kid Abelha, pela conquista de Disco de Platina, representativo da marca de 100 mil downloads pagos na Internet e em telefones celulares, extraídos de músicas que gravou em CDs.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.604, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Academia Amazonense de Letras, pela iniciativa de interiorizar a cultura, nos municípios amazonenses, com a

criação de Academias de Letras, a primeira delas, no final de novembro de 2008, implantada em Parintins.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.605, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de estímulo ao ator Fábio Assunção, que deixa momentaneamente seu trabalho em novelas para submeter-se a tratamento médico nos Estados Unidos.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.606, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Pintor Cláudio Andrade, pela inauguração de três painéis de sua criação, com motivo amazônico, na Igreja Mamãe Margarida, em Manaus.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.610, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar às famílias dos líderes quilombolas, Joelma da Silva Elias e Volmir da Silva Elias, dos Quilombos dos Alpes do Rio Grande do Sul, os quais foram bruscamente assassinados.

Sessão: 09.12.2008

Requerimento nº 1.613, de 2008, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Flávio Arns, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido dia 09 de dezembro de 2008, do desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Helianto Guimarães Camargo.

Sessão: 10.12.2008

Requerimento nº 1.621, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o lutador Rickson Gracie, maior ídolo da história do Jiu-Jitsu.

Sessão: 10.12.2008

Requerimento nº 1.628, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado, voto de aplauso ao Colégio Sagrado Coração de Maria, de Belo Horizonte, Minas Gerais, pelo transcurso de seus 80 anos de fundação.

Sessão: 10.12.2008

Requerimento nº 1.646, de 2008, de autoria do Senador Álvaro dias, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, pela passagem dos seus 50 anos de atividade profissional e contribuição à cultura jurídica do Paraná e do Brasil.

Sessão: 15.12.2008

Requerimento nº 1.655, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 12 de dezembro de 2008, do Sr. Salvador Leon Nahmias.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.656, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar e de Solidariedade à Senhora Wanderly Marques Almeida e suas filhas Amanda Malini, Mila Rosa e Lisa Rosa pelo falecimento do Senhor Clóvis Rosa Filho, esposo e pai, ocorrido no dia 02 de dezembro de 2008.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.657, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor ao Turismo Social do SESC por seus 60 anos de bons serviços prestados ao povo brasileiro, e que seja levado ao conhecimento do Presidente da Confederação Nacional do Comércio - CNC, Sr. Antônio de Oliveira Santos.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.660 de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações, e a inserção em ata, ao Senhor Jair Coser, Diretor-Presidente da Companhia de Comércio Exterior - UNICAFÉ, de Vitória, no Espírito Santo, e aos seus demais diretores Batista Mancini, Ary Bortolini, Carlos Honorato Ferreira, Octavio Rudge, Fábio Coser Teixeira, dando-lhes o devido conhecimento.

Sessão: 17.12.2008

Requerimento nº 1.695, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Senhor Antônio Ivo de Medeiros, Prefeito do Município de Santa Luzia - PB, ocorrido no dia 16 de dezembro de 2008.

Sessão: 18.12.2008

Requerimento nº 1.697, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA pelo lançamento, no mercado mundial, a partir de 2009, das primeiras sementes transgênicas brasileiras de soja tolerante a herbicidas. A espécie é a primeira de uma série de outras sementes assemelhadas, situando o País no mapa mundial da biotecnologia agrícola.

Sessão: 18.12.2008

Requerimento nº 1.701, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor ao médico Paulo Marcelo Gehm Hoff por sua assunção ao cargo de Titular da Cadeira de Oncologia da Faculdade de Medicina da USP e por sua trajetória exitosa na carreira médica.

Sessão: 19.12.2008

E – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO NACIONAL – 2008
SESSÕES REALIZADAS
(1º a 22 de dezembro de 2008)

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	3-12-2008, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a reverenciar a memória do líder sindical e ecologista Chico Mendes.
Conjunta Solene	4-12-2008, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, estabelecido pelas Nações Unidas – ONU.
Conjunta	4-12-2008,às 16 horas, Plenário do Senado Federal	Apreciação dos PLNs nºs 36, 52, 55, 57, 60, 61, 63, 67, 68, 70, 71,72, 73, 74, 75, 80, 81, 86.
Conjunta Solene	9-12-2008, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.
Conjunta	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas Plenário da Câmara dos Deputados	Apreciação dos PLNs nºs 38, 56, 66, 69, 79, 84 e 84-A/2008. Extra-pauta: PRN nº 5/2008.
Conjunta Solene	18-12-2008, às 15h46min, Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 57, de 2008, que *"Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios"*, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2004 (nº 495 , de 2006, na Câmara dos Deputados).

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL
(1º a 22 de dezembro de 2008)

PLN	25
PRN	01

CONGRESSO NACIONAL – 2008
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1° A 22 DE DEZEMBRO

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	110/2008-CN (nº 632/2008, na origem)	PL nº 36/2008-CN Leitura: 27-8-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 80.249.275,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.864, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	139/2008-CN (nº 748/2008, na origem)	PL nº 52/2008-CN Leitura: 6-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor total de R$ 49.743.680,00, para os fins que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.857, de 15-12-2008 (DOU 16-12-2008)
Dezembro	146/2008-CN (nº 770/2008, na origem)	PL nº 55/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R$ 63.250.589,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.865, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	148/2008-CN (nº 772/2008, na origem)	PL nº 57/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 341.931.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.866, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	151/2008-CN (nº 775/2008, na origem)	PL nº 60/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 9.350.000,00, para os fins que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.867, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	152/2008-CN (nº 776/2008, na origem)	PL nº 61/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito especial no valor de R$ 75.000,00, para o fim que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.868, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	154/2008-CN (nº 778/2008, na origem)	PL nº 63/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 255.200,00, para o fim que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.869, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	158/2008-CN (nº 782/2008, na origem)	PL nº 67/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 682.155.812,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.870, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	159/2008-CN (nº 783/2008, na origem)	PL nº 68/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 20.330.349,00, para o fim que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.858, de 15-12-2008 (DOU 16-12-2008)
Dezembro	161/2008-CN (nº 785/2008, na origem)	PL nº 70/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R$ 408.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.859, de 15-12-2008 (DOU 16-12-2008)
Dezembro	162/2008-CN (nº 786/2008, na origem)	PL nº 71/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 765.487.002,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.871, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	163/2008-CN (nº 787/2008, na origem)	PL nº 72/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito especial no valor global de R$ 28.572.221,00, para os fins que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.860, de 15-12-2008 (DOU 16-12-2008)

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	164/2008-CN (nº 788/2008, na origem)	PL nº 73/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R$ 509.888.076,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 1.260.353.217,00, para os fins que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.872, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	165/2008-CN (nº 789/2008, na origem)	PL nº 74/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 176.652.166,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.861, de 15-12-2008 (DOU 16-12-2008)
Dezembro	166/2008-CN (nº 790/2008, na origem)	PL nº 75/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R$ 1.058.731.190,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.873, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	171/2008-CN (nº 795/2008, na origem)	PL nº 80/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 250.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.874, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	172/2008-CN (nº 796/2008, na origem)	PL nº 81/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R$ 19.000.000,00, para o fim que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.875, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	177/2008-CN (nº 801/2008, na origem)	PL nº 86/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2008 crédito especial no valor total de R$ 32.570.000,00, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, para os fins que especifica.	4-12-2008, às 16 horas	Lei nº 11.876, de 19-12-2008 (DOU 22-12-2008)
Dezembro	113/2008-CN (nº 635/2008, na origem)	PL nº 38/2008-CN Leitura: 27-8-2008(SF)	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo, com erratas e adendo. À sanção.
Dezembro	147/2008-CN (nº 771/2008, na origem)	PL nº 56/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.
Dezembro	157/2008-CN (nº 781/2008, na origem)	PL nº 66/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 73.078.727,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o projeto. À sanção.
Dezembro	160/2008-CN (nº 784/2008, na origem)	PL nº 69/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 7.678.214,00, para os fins que especifica.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.
Dezembro	170/2008-CN (nº 794/2008, na origem)	PL nº 79/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 122.354.357,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	175/2008-CN (nº 799/2008, na origem)	PL nº 84/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R$ 107.655.575,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. **-PLN nº 84/2008 (Substitutivo)** - "Abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R$ 142.509.575,00, para os fins que especifica, e dá outras providências."	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	De acordo com o Parecer nº 131/2008-PLEN o PLN nº 84, foi desmembrado em 84 e 84-A. Aprovado o substitutivo. À sanção.
Dezembro	175/2008-CN (nº 799/2008, na origem)	PL nº 84-A/2008-CN Leitura: 16-10-2008(SF)	**-PLN nº 84-A/2008 (Substitutivo)** – "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 7.157.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária."	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Apresentado como conclusão do Parecer nº 131/2008-PLEN Aprovado o substitutivo. À sanção.
Dezembro	-	PRN nº 5/2008	Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas-CMMC.	17-12-2008, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 18-12-2008, às 10 horas	Aprovado o projeto. À promulgação.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
46/2008 (public. no DOU de 11-12-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de dezembro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, que "Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências".
47/2008 (public. no DOU de 11-12-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de fevereiro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 444, de 29 de outubro de 2008, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 690/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 4-12-2008, quinta-feira, às dezesseis horas, no Plenário do Senado Federal, destina à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
Of. nº 706/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 3-12-2008, e publicou no dia 4 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 449, de 2008, que "Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências." Que foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 707/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 5-12-2008, o Aviso nº 44, de 2008-CN (nº 1241-GP/TCU/2008), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre do exercício de 2008, e despachado à CMO.
Of. nº 759/2008-CN	Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias – Governador do Estado do Piauí	Comunicando a aprovação dos PLNs nºs 36, 42, 55, 71 e 72/2008, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 4-12-2008, sendo que os projetos de nºs 42 e 72/2008, já foram transformados nas Leis nºs 11.844 e 11.860, de 2008, respectivamente, que se encontram publicadas nos Diários Oficial da União de 4 e 16-12-2008.
Of. nº 760/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 9-12-2008, e publicou no dia 10 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 450, de 2008, que "Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD." Que foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 761/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 11-12-2008, o Ofício nº 40, de 2008-CN (Of. PRESI-1332/2008, na origem), do Presidente do Banco do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2008, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 762/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada dia 11-12-2008, os Avisos nºs 45, de 2008-CN (nº 1593-Seses-TCU/2008, na origem), do Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, e 46, de 2008-CN (nº 1755-Seses-TCU/2008, na origem), do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 766/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 15-12-2008, e publicou no dia 16 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 451, de 2008, que "Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências." Que foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.

F – SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 34
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 03
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 324

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Sistema de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1991.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a criação da Secretaria Nacional do Teatro, institui mecanismos de fomento à atividade teatral, e dá outras providências.

Autoria: Senadores GARIBALDI ALVES FILHO, CRISTOVAM BUARQUE, IDELI SALVATTI e OSMAR DIAS.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 246, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US$ 1,000,000,000.00 (hum bilhão de dólares dos Estado Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do "Programa BNDES de Crédito Multisetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)", inserido na Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América).
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008 - CAE

Requer nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; da Diretora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; e do Diretor da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, para explicarem sobre a elevação absoluta e relativa das tarifas bancárias entre abril e outubro do presente ano.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 259, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.
Autoria: Senador JOSÉ SARNEY.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 716, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, no Estado da Bahia.
Autoria: Senador JOÃO DURVAL.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 2 e 3 – CAE e rejeitada a Emenda nº 1 - CDR.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Cidade de Brasília, Distrito Federal.
Autoria: Senador GIM ARGELLO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3, 4 e 5 – CAE e rejeitada as Emendas nºs 1 e 2 CDR.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Leste do Estado do Espírito Santo.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação do PLS nºs. 394/07, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 534/07 e das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007 e as Emendas nºs. 3 e 4 – CAE e rejeitado o PLS nº 534/07 e as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, no Estado de Goiás.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, no Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bacabeiras, no Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e da Emenda nº 1 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CDR/CAE, 2 e 3 – CAE.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado de Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1 – CDR.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2 – CAE e rejeitada a Emenda nº 1 – CDR.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 560, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação do PLS nº 491/07, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS 560/07.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007 e a Emenda nº 1 – CAE, e rejeitado o PLS 560/07.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Marabá, no Estado do Pará.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santarém, no Estado do Pará.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Redenção, no Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tucuruí, no Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAE.

ITEM Nº 27
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Breves, no Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 28
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Castanhal, no Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 29
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Paragominas, no Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 30
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.
Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 31
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.
Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 32
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 33
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, no Estado do Piauí.
Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 34
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, no Estado do Piauí.
Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 35
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, no Estado do Piauí.
Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 36
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açu, no Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 37
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 38
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 4 e 5 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDR.

ITEM Nº 39
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 4 e 5 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDR.

ITEM Nº 40
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 41
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e da Emenda nº 3 – CDR e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 – CDR/CAE, 4 e 5 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 42
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 43
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 44
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 45
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 46
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3 e 4 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

ITEM Nº 47
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 3 – CAE e rejeitada as Emendas nºs. 1 e 2 – CDR.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 275, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- ELETROBRÁS e Kreditanstalt für Wiederaubau – KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo – Tranche 1.
Autoria: Presidente da República.

Relatoria "ad hoc": Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 276, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares dos Estado Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 66, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e o artigo 1º da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007, para modificar o escopo e o prazo das verificações de adimplência e das certidões exigidas por esses dispositivos.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 64, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Suspende temporariamente os pagamentos de dívidas para com a União e dá outras providências. (Dívidas contratuais entre o Estado de Santa Catarina e os municípios atingidos pelas cheias deste ano de 2008 para com a União).
Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2008 – CAE.
Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE e OSMAR DIAS.
Assunto: Debate sobre a Política Agrícola.

CONVIDADO:

Senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2008
TERMINATIVO

Determina extraordinariamente que seja realizado um concurso especial da mega-sena e dá outras providências (Destinando às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina).

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 283, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85,000,000.00 (oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria"ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convite formulado pelo Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente da CAE.
Assunto: Debate sobre as últimas decisões do COPOM e o balanço da Política Monetária e Cambial.

CONVIDADOS:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil;
Senhor **Anthero de Moraes Meirelles,** Diretor de Administração; e
Senhor **Mário Magalhães Carvalho Mesquita,** Diretor de Política Econômica.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2008 – CAE

Requer, nos termos regimentais, seja constituída no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos uma Subcomissão Permanente constituída por sete membros titulares e sete membros suplentes, destinada ao Combate da Recessão e do Desemprego.
Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE, RENATO CASAGRANDE e MARCELO CRIVELLA.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
02 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 153

49 TERMINATIVAS
09 NÃO TERMINATIVAS
08 REQUERIMENTOS – CAE
87 EMENDAS – CAE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (CAE)

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO TEMPRÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Resultado: Aprovado o Relatório, que será submetido à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do artigo 73, § 2º, dor Regimento Interno do Senado Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 NÃO TERMINATIVA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater sobre a situação atual das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a possibilidade de criação de uma carreira nacional para esses profissionais e a fixação de um piso salarial nacional compatível com a importância desses agentes para o sistema de saúde pública com a participação de recursos da União, dos Estados e dos

Municípios. Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades: um representante do **Ministério do Planejamento;** um representante da **Secretaria de Atenção à Saúde;** um representante da **Secretaria de Vigilância em Saúde;** senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação dos Municípios (CNM); e a senhora **Tereza Ramos de Souza,** Presidenta da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS).
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2008 – CAS e ADITAMENTO.
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Assunto: Debate do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS", implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, David Everson Uip, cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS.

CONVIDADOS:

Doutor **David Everson Uip,** Infectologista, Diretor Presidente da Fundação Zerbini e Diretor-Executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e
Doutor **Rogério Tuma,** Especialista em Neurologia Clínica do Hospital Sírio Libanês – SP.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

01 TERMINATIVA
01 REQUERIMENTO – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECONOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 08, de 2008 – CASSAÚDE e 13, de 2008 – CCT.
Autoria: Senadores PAPLÉO PAES e ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Assunto: Obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País.

CONVIDADOS:

Senhor **Gilberto C. Leifert,** Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR;
Senhor **Ronaldo Laranjeira,** Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – USP;
Senhora **Ana Paula Dutra Massera,** Advogada, Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda/GPROP da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e
Senhor **Milton Seligman,** Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CASDEF (CAS)

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 01, de 2008 – CASDEF e 63, de 2008 – CDH.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Assunto: Capacitação para o Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência.

CONVIDADOS:

Deputado **Eduardo Barbosa,** Presidente da Federação das APAES;
Senhor **Eduardo Purper,** Jornalista;
Senhora **Maria Aparecida Gugel,** Subprocuradora-Geral do Trabalho;
Senhor **Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos,** Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; e
Senhora **Loni Elisete Manica,** Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Estende o direito à paridade às pensões que derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENDO Nº 368, DE 2007
TERMINATIVO

Revoga o artigo 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança.
Autoria: Senador MARCO MACIEL.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ, apresentada pelo Relator durante a discussão.

ITEM Nº 03
RECURSO Nº 6, DE 2008 SOBRE O
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, DE 2006
(PDC 00273 de 2003 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
Autoria do Recurso: Senador FLÁVIO ARNS.
Autoria do Projeto: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Recurso.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2007
TERMINATIVO

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas.
Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no artigo 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2007
(PL nº 06673, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de trata o artigo 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Favorável à matéria com dez emendas que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e a de nº 6, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 – CCJ, e pela rejeição das emendas nºs. 1 a 6.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2008
(PL. 03775, de 2008 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Parecer: Favorável à matéria, com a emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia durante a discussão.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2008 – CCJ, com Termo Aditivo.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Autoria do Termo Aditivo: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Autoria dos Projetos: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 102, de 2007 e 72, de 2007 – COMPLEMENTARES, que "dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências"; e que "dispõe sobre a nomeação do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional", respectivamente.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo,** Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP;
Senhor **Joaquim Vieira Ferreira Levy,** Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; e
Senhor **Paulo Nogueira Batista Jr.,** Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2007
TERMINATIVO

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas.
Autoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o Título IV e estabelecer o acesso gratuito ao Rádio e a Televisão pelos Partidos Políticos.
Autoria: Senador SÉRGIO GUERRA.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Pela aprovação da matéria e à Emenda nº 1 – CCT, com duas emendas que apresenta, durante a discussão foram apresentadas três emendas de autoria do Senador Eduardo Azeredo que tiveram parecer favorável do Relator.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 – CCT/CCJ, 2, 3, 4, 5 e 6 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2008
(PEC nº 0333/2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do inciso IV do caput do artigo 29 da Constituição Federal e do artigo 29-A, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.
Autoria: Deputado POMPEO DE MATTOS e outros Senhores Deputados.
Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: Favorável aos artigos 1º e 3º da Proposta (artigos 133, inciso I do RISF) e pelo destaque do artigo 2º da Proposta para constituir proposição autônoma (artigo 133, inciso IV do RISF) e contrário à emenda nº1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2004
(PEC nº 00495/2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.
Autoria: Câmara do Deputados.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas.
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CRE/CAE (Substitutivo)
Resultado: Aprovado o Substitutivo que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2008
(PL nº 07566/2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os artigos 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.
Autoria: Deputada NICE LOBÃO.
Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 – CCJ

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte – CE e de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, a realizar-se em 15 de dezembro de 2008, às 14 horas, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências", com a participação dos seguintes convidados: senhor **Joaquim Barbosa,** Ministro do Supremo Tribunal Federal; senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **José Geraldo de Souza,** Magnífico Reitor da Universidade de Brasília (UnB); senhor **Sérgio José Custódio**, representante do Movimento dos Sem Universidades (MSU); Frei **David Santos,** representante da Educafro; senhor **Bolívar Lamounier,**

Cientista Político; senhora **Isabel Lustosa,** Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa; senhora **Lilia K. Moritz Schwarez,** Professora de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP); senhor **Luiz Werneck Vianna,** Professor do Instituto Universitário de Pesquisas de Janeiro (IUPERJ); e senhor **Roberto Romano,** Professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Autoria: Senadores DEMÓSTENES TORRES, PAULO PAIM, CRISTOVAM BUARQUE e SERYS SLHESSARENKO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2008 – CCJ, com Termo Aditivo.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Autoria do Termo Aditivo: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Autoria dos Projetos: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 102, de 2007 e 72, de 2007 – COMPLEMENTARES, que "dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências"; e que "dispõe sobre a nomeação do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional", respectivamente.

CONVIDADOS:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil;
Senhor **Armínio Fraga,** Ex-Presidente do Banco Central do Brasil e Acionista do Grupo Gávea Investimento;
Senhor **Mailson da Nóbrega,** Ex-Ministro da Fazenda e Sócio da Tendências Consultoria;
Senhor **Gustavo Loyola,** Ex- Presidente do Banco Central;
Senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2008 – CCJ.

Autoria: Senadores SERYS SLHESSARENKO, DEMÓSTENES TORRES, PAULO PAIM e CRISTOVAM BUARQUE.
Autoria do Projeto: Deputada NICE LOBÃO.
Relatoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que "dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **André Lázaro,** Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, representando o senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação;
Frei **David Santos,** representante do Educafro;
Senhor **Sérgio José Custódio,** representante do Movimento dos Sem Universidades;
Senhora **Yvonne Maggie,** Professora Titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ;
Senhor **José Roberto Ferreira Militão,** Advogado – AFROSOL-LUX Promotora de Soluções em Economia Solidária;
Senhor **José Carlos Miranda,** Coordenador do Movimento Negro Socialista;
Senhor **Jerson César Leão Alves,** Coordenador do Movimento Nação Mestiça;
Senhora **Deise Benedito,** Ativista dos Direitos Humanos e Igualdade Étnica; e
Senhor **José Jorge,** Professor da Universidade de Brasília, representante do senhor **José Geraldo de Souza Jr.,** Reitor da UNB – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
03 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 40

05 TERMINATIVAS
09 NÃO TERMINATIVAS
24 EMENDAS – CCJ
01 TURNO SUPLEMENTAR
01 REQUERIMENTOS – CCJ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 38 e 39, de 2008 – CE
Autoria: Senadores SÉRGIO ZAMBIASI, MARISA SERRANO e RENATO CASAGRANDE.
Assunto: Desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, e as políticas públicas para o esporte olímpico.

CONVIDADOS:

Senhor **Djan Madruga,** Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte – ME;
Senhor **Carlos Arthur Nuzman,** Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB;
Senhor **Bernardo R. de Resende (Bernardinho),** Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol;
Senhor **Claury Santos Alves da Silva,** Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo;
Senhora **Ana Moser,** Ex-atleta e Presidenta do Instituto Esporte e Educação; e
Senhor **Alberto Murray Neto,** membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne – Suíça.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2008 – CE.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Assunto: Paraesporte no Brasil, e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social da Pessoa com Deficiência.

CONVIDADOS:

Senhor **Daniel de Faria Dias,** Atleta Paraolímpico de Natação;

Senhora **Shirlene Santos Coelho,** Atleta Paraolímpico de Atletismo;
Senhor **Marcos Fernandes Alves (Joca),** Atleta Paraolímpico de Hipismo;
Senhor **Lucas Prado,** Atleta Paraolímpico de Atletismo; e
Senhor **Clodoaldo Francisco da Silva.** Atleta Paraolímpico de Natação.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos.
Autoria do Projeto: Senadores EDUARDO AZEREDO e FLÁVIO ARNS.
Autoria das Emendas: Senadores INÁCIO ARRUDA (2) e JOÃO PEDRO (4).
Relatoria das Emendas: Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Pela aprovação do Substitutivo com cinco emendas que apresenta, e pela rejeição das seis emendas apresentadas na discussão suplementar.
Resultado: Aprovado o Substitutivo e as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE, incorporadas ao Substitutivo.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do Ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.
Autoria do Projeto: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Relatoria "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas 1 e 2 – CE. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Senador Luiz Carlos Prestes o espaço localizado no Anexo II, Bloco A, 1º andar, do complexo arquitetônico do Senado Federal, que dá acesso às alas Senador Tancredo Neves e Senador Teotônio Vilela.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Relatoria "ad hoc": Senador JOÃO PEDRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui do Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.
Autoria: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.
Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui do Dia Nacional do Desafio.

Autoria: Deputado LOBBE NETO.
Relatoria "ad hoc": Senador PAULO PAIM.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2008 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, que "Institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da Educação Básica Pública".
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2008 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicura, Depilador e Maquiador".
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2008 – CE

Em atenção às manifestações recebidas da parte dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Nutricionistas e de Biologia, em anexo, requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministério da Educação, no sentido de que o Parecer CNE/CES nº 213/2008, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas para a formação profissional nessas áreas, entre outras, seja revisto, em suas missivas, os Conselhos Federais mencionados apresentam argumentações consistentes, e que apontam para a necessidade de, pelo menos, 4.000 horas para formação de nutricionistas e fonoaudiólogos, e de 3.600 horas para formação de biólogos, afirmando que a carga horária de 3.200 horas é insuficiente, e incorrerá na formação de profissionais mal qualificados e, portanto, despreparados para atuarem no mercado de trabalho, contrariando o que prescreve o inciso VII, do artigo 206 da Constituição Federal, que estabelece que o ensino seja ministrado segundo o princípio de garantia de padrão de qualidade, requeiro, ainda que esta

Comissão constitua grupo de Senadores para acompanharem os desdobramentos desses entendimentos junto ao Ministério da Educação, no sentido de que seja garantida a qualidade da formação desses profissionais, com cargas horárias adequadas ao pleno exercício das profissões. Finalizo acrescentando que, por ocasião da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a recomendação nº 24 de 2008, indicando a carga horária mínima de 4.000 horas para cursos de formação superior na área da saúde.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2008 – CE

Requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize Audiência Pública para debater o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, informações recebidas de entidades estudantis dão conta de que a realização do programa não tem levado em consideração a qualidade do ensino, com a criação de cursos de menor carga horária do que a necessária para a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho, bem como a excessiva ocupação de alunos em sala de aula, o que tem comprometido a melhor qualidade dos ensinamentos ministrados, ao promover o aumento do número de matrículas nas universidades federais, o REUNI deve garantir o necessário aumento nas verbas repassadas, o maior número de professores, bem como o necessário incremento na infra-estrutura das Universidades Federais, tais como restaurantes universitários, alojamentos para alunos residentes, entre outras. Indico como participantes da Audiência Pública, um representante da **Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU);** um representante da **Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES;** e dois representantes do **Movimento Estudantil pela revogação do REUNI.**
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2008 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, que propõe instruir a residência educacional a professores da Educação Básica, com a presença dos seguintes convidados: um representante do **Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica;**

um representante da **Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;** um representante do **Ministério do Planejamento e Gestão;** um representante da **Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação – CNTE;** um representante da **Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.**
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
Autoria: Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Parecer: Favorável à matéria e à emenda nº 1 e contrário às emendas nºs. 2, 3 e 4 de autoria do Senador Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE e rejeitadas às emendas nºs. 2, 3 e 4.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria "ad hoc": Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui a Semana Nacional da Família.
Autoria: Deputado RODOVALHO.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2008 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008, que "Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências".
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
02 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 27

01 TERMINATIVA
07 NÃO TERMINATIVAS
12 EMENDAS – CE
06 REQUERIMENTOS – CE
01 TURNO SUPLEMENTAR/DEFINITIVAMENTE ADOTADO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO, DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 280, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e artigo 3º

do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor **Paulo Lopes Varella Neto,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2008 - CMA

Nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal e do artigo 102-A, alínea "e", do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, auditoria de natureza operacional nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviços de atendimento, por telefone, aos cidadãos, usuários dos serviços por elas regulados, objetivando a sua eficiência, eficácia e efetividade.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2008 - CMA

Requer, nos termos do artigo 76, § 1º, a prorrogação, até o final da Sessão Legislativa de 2009, da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia – CMACAA.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
AVISO Nº 35, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 05
AVISO Nº 33, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2008.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 06
AVISO Nº 27, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 668/2008, proferido nos autos do processo TC 009.240/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, no período de 16 de abril a 11 de maio de 2007.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 07
AVISO Nº 57, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 871, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, em atendimento à solicitação feita pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados (TC-014.041/1999-5).
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 08
AVISO Nº 95, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.176, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, referentes a recurso de reconsideração interposto pela Petrobrás em face de determinações contidas no Acórdão 1.663/2005 – TCU (Plenário), prolatado por aquela Corte de Contas ao apreciar o Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras/2003), convertido em tomada de contas especial (TC – 008.037/2006-6).
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria; encaminhamento de informações ao Ministério Público da União, principalmente no que tange à possivel inconstitucionalidade do Decreto nº 2.745/1998
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 09
OFÍCIO "S" Nº 50, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (Jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá – Pará, pelo Projeto Alvorada.
Autoria: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá – Pará.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

07 NÃO TERMINATIVAS
02 REQUERIMENTOS – CMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 87, de 2008 – CDH aprovado em 27.11.08.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Assunto: A situação de segurança de vida (periculosidade, penosidade e insalubridade) com reflexos nas aposentadorias dos Trabalhadores.

CONVIDADOS:

Senhor **Vilmar Lourenço,** Advogado;
Senhor **Valdemir Estran,** Presidente do Sindiconstrupolo/RS;
Senhor **João Trevisan,** Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral – CNTSM;
Senhor **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Raimundo Ribeiro Santos Filho,** Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada no Estado do Paraná;
Senhor **Edson Guilherme Haubert,** Presidente da MOSAP – Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas;
Senhor **Luis Gonçalves,** Presidente da Nova Central – SP; e
Senhor **Luiz Tenório de Lima,** representante da Federação Nacional dos Frentistas.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CASDEF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 01, de 2008 – CASDEF e 63, de 2008 – CDH.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Assunto: Capacitação para o Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência.

CONVIDADOS:

Deputado **Eduardo Barbosa,** Presidente da Federação das APAES;
Senhor **Eduardo Purper,** Jornalista;
Senhora **Maria Aparecida Gugel,** Subprocuradora-Geral do Trabalho;
Senhor **Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos,** Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; e
Senhora **Loni Elisete Manica,** Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2008 – CDH aprovado em 10.09.08.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Assunto: Discussão da interrupção dos tratamentos regulares da hemofilia no Brasil pela falta de quantidade suficiente de medicamentos, os fatores de coagulação VII e IX, para tratamento das dolorosas hemorragias que afetam os hemofílicos do País.

CONVIDADOS:

Senhora **Sylvia Thomas,** Presidenta da Federação Brasileira de Hemofilia;
Senhora **Tânia Maria Onzi Pietrobelli,** em substituição ao senhor **Gilson da Silva,** Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia;
Senhor **Guilherme Genovez,** Coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; e
Senhor **Carlos Henrique Martins de Lima,** Procurador da República – DF.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 88, de 2008 – CDH aprovado em 27.11.08.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Assunto: Discussão dos "60 anos da Convenção Universal de Direitos Humanos e ações da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no biênio 2007/2008, com reflexos nos grupos de minorias".

CONVIDADOS:

Senhor **Dante Ramon,** Cantor e Compositor;
Senhor **Alziro de Paiva,** representando o senhor **José de Paiva Neto,** da Fundação José de Paiva Neto;
Senhor **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Perly Cipriano,** Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, representando o senhor **Paulo Vannuchi,** Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
Senhora **Ivonete Carvalho,** Diretora de Programação para Comunidades Tradicionais, representando o senhor **Edson Santos,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Senhora **Izabel Maria de Loureiro Maior,** Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE;
Senhora **Guacira César de Oliveira,** da Coordenação Nacional, representando a senhora **Sílvia Camurça,** Presidenta da Articulação Mulheres Brasileiras – AMB;
Senhor **Toni Reis,** Presidente da Associação Brasileira Gays Lésbicas e Travestis e Transexuais – ABGLT;
Senhor **Moacir Meirelles de Oliveira,** Secretário Geral, representando o senhor **Warley Martins Gonçalves,** Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
Senhor **João Batista de Almeida,** Coordenador para assuntos da Igualdade Racial do Distrito Federal;
Senhor **Edson Guilherme Haubert,** Presidente do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP;
Senhor **Moisés Leme da Silva Neto,** Presidente da CTB/DF, representando o senhor **Wagner Gomes,** Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; e
Senhor **Severino Marques de Oliveira,** representando o senhor **Antônio Fernandes dos Santos Neto,** Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 183, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **Ruy de Lima Casaes e Silva,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 206, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Paulo Cesar de Oliveira Campos,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 217, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Frederico Salomão Duque Estrada Meyer,** Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério

das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Cazaquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirquiz.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 245, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **Edmundo Sussumu Fujita,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do convênio de subscrição de ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela corporação, no valor total de US$ 466,989,600.00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa exposição de motivos do senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado ainda Requerimento de Urgência para a matéria (Requerimento nº 71, de 2008 – CRE).

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2008 – CRE

Requeiro, termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores e o senhor **Armando Mariante Carvalho,** Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratar dos empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem adotadas pelo Governo Brasileiro com a possibilidade do não pagamento desses empréstimos.
Autoria: Senadores HERÁCLITO FORTES e PAULO DUQUE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 70 – CRE.
Autoria: Senadores HERÁCLITO FORTES e PAULO DUQUE.
Assunto: Empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem adotadas pelo Governo Brasileiro com a possibilidade do não pagamento desses empréstimos.

CONVIDADOS:

Senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores;
Senhor **Armando Mariante Carvalho,** Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e
Senhor **Luiz Antônio Araújo Dantas,** Superintendente da área de Comércio Exterior do BNDES.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 205, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Everton Vieira Vargas,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 238, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **José Viegas Filho,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 240, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Arnaldo Carrilho,** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 241, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Luiz Felipe de Seixas Corrêa,** Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador JOÃO TENÓRIO.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 64 – CRE aprovado em 12.11.08.
Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY.
Assunto: Exposição aos membros da Comissão sobre a sua eleição para Juiz do Tribunal Internacional de Haia, conhecido por Corte de Haia, organismo judiciário da Organização das Nações Unidas, e também sobre a sua experiência acadêmica e como Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

CONVIDADO:

Doutor **Antônio Augusto Cançado Trindade,** Juiz eleito para o Tribunal Internacional de Haia (Corte de Haia).
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 ORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 EXTRAORIDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

09 NÃO TERMINATIVAS
02 REQUERIMENTOS – CRE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências (inclui os valores dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF).
Autoria: Deputado CARLOS BRANDÃO.
Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2008 – CI

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de debater as razões que levaram a 3ª Vara Federal de Rondônia a suspender as obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia; as medidas que estão sendo adotadas para retomada dessa importante obra para o País e as perspectivas da entrada em operação da usina de Jirau a partir de 2012, com a presença das seguintes autoridades: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado de Minas e Energia e o senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2008 – CI

Requer, nos termos regimentais, que a Audiência Pública aprovada em 13.02.2008, por meio do Requerimento nº 01, de 2008 – CCT, destinada a ouvir o Senador **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações e o senhor **Ronaldo Mota Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel "sobre a criação da super-telenacional" seja realizada conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de acordo com o Requerimento nº 41, de 2008 – CI, aprovado em 20.08.2008, que "requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Presidente da

Anatel, Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, um representante do CADE e um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, em reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, discutir as fusões das empresas OI e Brasil Telecom.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada a ouvir o senhor **Alfredo Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes, a respeito do Sistema Nacional de Viação, matéria que se encontra em fase de debate neste órgão técnico do Senado Federa.

Autoria: Senador ELISEU RESENDE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 46, de 2008 – CI e 19, de 2008 - CRA.

Autoria: Senadores ELISEU RESENDE e KÁTIA ABREU.

Assunto: Regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008.

CONVIDADOS:

Senhor **Pedro Brito do Nascimento,** Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR);

Senhor **Fernando Antônio Brito Fialho,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;

Senhor **Luiz Antônio Fayet,** Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e

Senhor **Nelson Carlini,** Diretor do Centro de Navegação Transatlântico – CENTRONAVE.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2008 – CI.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Assunto: Exposição sobre as atividades exercidas em sua gestão.

CONVIDADO:

Senhor **Jerson Kelman,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CI (Substitutivo), com as sugestões apresentadas pelo Senador Francisco Dornelles. Aprovado também Requerimento de urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil).
Autoria: Deputado RICARDO IZAR.
Relatoria "ad hoc": Senador GIM ARGELO.

Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CAE, e contrário às emendas de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Neuto de Conto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE/CI.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2008 – CI

Requer a dispensa da Audiência Pública com o Ministro de Minas e Energia e com o Ministro do Meio Ambiente, aprovada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pelo Requerimento nº 48, de 2008, em razão de perda do objeto que motivou o pedido de audiência, haja vista que a liminar que impedia o prosseguimento das obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, foi cassada.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do § 2º do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública com o Ministro dos Transportes, senhor **Alfredo Nascimento,** aprovada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pelo Requerimento nº 50, de 2008 – CI, pois a matéria a ser elucidada com essa audiência foi amplamente discutida junto ao Ministério.
Autoria: Senador ELISEU RESENDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2008 - CI

Requer nos termos do artigo 256, inciso I, combinado com o artigo 211, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, anteriormente requerida por meio do Requerimento nº 11, de 2008 – CDR, aprovado em 06.11.08 e do Requerimento nº 45, de 2008 – CI, aprovado em 29.10.08, tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de Audiência Pública já ter sido contemplado através de resposta em Nota Técnica nº 6 CGFD/DFD/SDR, referente à proposta de alteração do Decreto 6.539, de 18 de agosto de 2008 (SUDAM e SUDENE).
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2008 – CI.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Assunto: Debate sobre a situação e evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante, do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do País.

CONVIDADO:

Senhor **Márcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a letra "f" do inciso III do artigo 52 da Constituição Federal. (A escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República).
Autoria: Senador TIÃO VIANA.
Relatoria "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 1º do artigo 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor que o Senado Federal aprove o nome dos indicados para compor o Conselho Nacional de Educação (CNE).
Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Relatoria "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe, nos termos da alínea f do inciso III do artigo 52 da Constituição Federal, sobre a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha das autoridades máxima das autarquias e fundações que se enquadram nos critérios mencionados.
Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Relatoria "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para revogar a determinação de apreciação prévia pelo Senado Federal da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.
Relatoria "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs. 407, de 2005, 308 e 587, de 2007, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CI (Substitutivo), e pelo arquivamento das demais matérias que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.
Autoria: Senador OSMAR DIAS.
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CI (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alternado as Leis nºs. 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nºs. 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs. 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.

Autoria: Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA.
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável à matéria, integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a emenda nº 2, e com 20 emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 – CI. A matéria vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, a de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 278, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 85 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor **Herbert Drummond,** para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação por 15 (quinze) votos "sim", 1 (um) voto "não".

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 279, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor **Nelson José Hubner Moreira,** para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria "ad hoc": Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação por 16 (dezesseis) votos "sim".

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 EXTRORDINÁRIA/DELIBERATIVA
02 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA/DELIBERATIVA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 44

11 NÃO TERMINATIVO
26 EMENDAS – CI
07 REQUERIMENTOS – CI

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2008 – CDR.

Autoria: Senadores LÚCIA VÂNIA e GILBERTO GOELLNER.
Assunto: Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste – FDCO.

CONVIDADOS:

Senhor **José Roberto Arruda,** Governador do Distrito Federal;
Senhor **Alcides Rodrigues Filho,** Governador do Estado de Goiás;
Senhor **Silval da Cunha Barbosa,** Governador em exercício do Estado de Mato Grosso;
Senhor **André Puccinelli,** Governador do Estado do Mato Grosso do Sul;
Senhor **Bernad Appy,** Secretário Extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda;
Senador **Delcídio Amaral,** Relator da Lei Orçamentária Anual 2009 – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 - CDR

Requer nos termos do artigo 256, inciso I, combinado com o artigo 211, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, anteriormente requerida por meio do Requerimento nº 11, de 2008 – CDR, aprovado em 06.11.08 e do Requerimento nº 45, de 2008 – CI, aprovado em 29.10.08, tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de Audiência Pública já ter sido contemplado através de resposta em Nota Técnica nº 6 CGFD/DFD/SDR, referente à proposta de alteração do Decreto 6.539, de 18 de agosto de 2008 (SUDAM e SUDENE).
Autoria: Senadores JARBAS VASCONCELOS, DEMÓSTENES TORRES, MARCO MACIEL, ROSALBA CIARLINI e ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 EXTRORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 REQUERIMENTO – CDR

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRTURA – CI.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 19, de 2008 – CRA e 46, de 2008 - CI.
Autoria: Senadores KÁTIA ABREU e ELISEU RESENDE.
Assunto: Regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008.

CONVIDADOS:

Senhor **Pedro Brito do Nascimento,** Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR);
Senhor **Fernando Antônio Brito Fialho,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;
Senhor **Luiz Antônio Fayet,** Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e
Senhor **Nelson Carlini,** Diretor do Centro de Navegação Transatlântico – CENTRONAVE.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CASSAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 13, de 2008 – CCT e 08, de 2008 – CASSAÚDE.
Autoria: Senadores ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR e PAPALÉO PAES.
Assunto: Obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País.

CONVIDADOS:

Senhor **Gilberto C. Leifert,** Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR;
Senhor **Ronaldo Laranjeira,** Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – USP;
Senhora **Ana Paula Dutra Massera,** Advogada, Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda/GPROP da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e
Senhor **Milton Seligman,** Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.
Autoria: Deputado POMPEO DE MATTOS.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CCT

Nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada parcial do Requerimento, de minha autoria, nº 35, de 2007 – CCT, o referido documento solicitou a realização no âmbito desta Comissão, de duas Audiências Públicas com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, na medida em que a primeira audiência pública já foi realizada, a finalidade deste Requerimento parcial é dispensar a realização da segunda audiência, devido às dificuldades encontradas para promovê-la.
Autoria: Senadores JOÃO TENÓRIO e EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Parai, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Itaquitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquitinga, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GILVAM BORGES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GILVAM BORGES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Loanda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Loanda, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Pranchita para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Thalento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alternativa de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora freqüência modulada na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaraçu FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaraçu, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Alternativa de Cambé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé – PR – A P R para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural Eldorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas – ACCTM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaraçu de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Pintópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pintópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Compromisso com a Verdade e a Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Areiense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areias, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Mongaguá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Comunidade de Luzinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzinópolis, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiro Seco – Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Serrana Manganês para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Navio, Estado do Amapá.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILVAM BORGES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Edcomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária na cidade de Lindolfo Collor, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tomé-Açu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá – ASDECOCS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional – IPCP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marituba, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Anapu - ASSANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anapu, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetinga, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 36

34 TERMINATIVAS
01 NÃO TERMINATIVA
01 REQUERIMENTO – CCT

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Edison Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, João Tenório, João Vicente Claudino e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores João Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, Pedro Simon, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões político-partidárias, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar participando do 3º Fórum de Governança da Internet na Índia, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da Pauta da Reunião, Item 01- Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2008, não terminativo, de autoria dos Líderes Partidários, que "escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73 § 2º, inciso II, da Constituição Federal", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usa da palavra o Sr. José Jorge de Vasconcelos Lima para fazer sua explanação. Após a exposição, usa da palavra o Senador Renato Casagrande. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova o nome do Sr. José Jorge de Vasconcelos Lima por vinte e seis votos favoráveis, nenhum voto contrários e nenhuma abstenção. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 40, de 2008-CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, sejam convidados a Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, e o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre a operação de crédito realizada entre a Caixa Econômica Federal e a Petrobras no valor de R$ 2,02 bilhões. É aprovado, ainda, o Adendo ao Requerimento com os nomes dos Srs. Antônio Francisco Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil, e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, apesar do líder Arthur Virgílio, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Dário do Senado Federal.

O nosso primeiro item da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 290 do Senado Federal de 2008, não terminativo. Escolhe o nome do nobre Senador José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União nos termos do art. 73, § 2º, inciso II da Constituição Federal, autoria de líderes partidários. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Júnior. O parecer será apreciado e em votação secreta, mas porque todos que conhecem o José Jorge sabem que, seguramente, será um parecer favorável e motivador por toda a carreira, competência e vivência pública que só engrandece o Senado nessa oportunidade.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a nossa Secretaria possa trazer o Senador José Jorge para esta Audiência Pública.

Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. apresentei ontem junto com o Senador Tasso Jereissati requerimento de convite e não cabia mesmo a figura da convocação, até porque se trata de ouvirmos não Ministros, a presidência da Caixa Econômica, do Dr. Gabrielli, Presidente da PETROBRAS, e fizemos um adendo que não sei se já chegou às mãos de V. Exa. convidando também o Presidente do Banco do Brasil. É aquela questão sobre a qual nos manifestamos e V. Exa. também, envolvendo transação bancária efetuada pela PETROBRAS e que para nós está obscura. A Caixa Econômica, a meu ver, não tinha autorização, não tem autorização, é vedado a ela a fazer esse tipo de transação às pressas e com efeito retroativo. O Conselho Monetário Nacional autorizou isso, o que torna ainda mais estranho, mas o fato é que o Senador Tasso Jereissati que foi autor da denúncia, ele teve a consciência de esperar fechar o pregão para nós discutirmos isso antes de um novo pregão abrir, e fizemos isso ontem na certeza de que nós temos que esclarecer muito bem as razões pelas quais a PETROBRAS não vai à banca privada, como seria o normal, e recorre a um banco público que não tem autoridade para efetuar esse tipo de empréstimo.

Eu gostaria de saber se há notícias, porque, certa vez, e até era um rebate falso, dessa vez não me parece que seja assim, o Ministro Jobim acorreu prontamente ao Senado e prestou os esclarecimentos, e eu, até a época, disse que quem sabe o Governo estaria inaugurando o padrão Jobim, aquele padrão que aconteceu a dúvida, apareceu o Ministro para explicar. Eu vejo que como há implicações de bolsa, e V. Exa. é testemunha de como nós nos portamos com muito cuidado com relação a isso, eu tenho a impressão que deveria haver uma resposta pronta. Não sei se V. Exa. já foi procurado. Mas nós estamos aqui muito atentos e hoje no plenário faremos uma grande carga tentando discutir e esmiuçar essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou passar a palavra do governo ao Senador Renato Casagrande. Mas antes disso, ontem à noite, em torno de 10h00 da noite quando o Senador Tasso e o Senador Arthur conversaram comigo, eu, imediatamente, entrei em contato o Presidente da PETROBRAS, e ele disse que encaminharia ainda, hoje pela manhã, uma nota técnica explicando a operação e fundamentando os argumentos da empresa e todos os fundamentos desse financiamento doméstico que decorre, evidentemente, de um quadro extremamente adverso nas linhas internacionais que a empresa possuía. Mas de qualquer forma, o mérito nós discutiremos na oportunidade...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E a presença dele, Presidente. E a presença dele na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então. Vamos aguardar só a nota técnica, se não for suficiente, evidentemente, nós encaminharemos o convite para que ele possa vir ao Senado Federal.

Com a palavra o líder do Governo, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Caro Presidente Mercadante, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria até de inverter a colocação de V. Exa., apoiar o requerimento de convite do Senador Arthur Virgílio e combinar o seguinte: nós aprovaríamos o convite às autoridades, e se a nota técnica suprir a gente não efetiva o convite, ou seja, para não parecer que o Governo está querendo postergar qualquer tipo de convite. Não é essa a intenção do Governo. O Governo agiu transparentemente. Se essa operação que foi mencionada pode ser considerada atípica para uma conjuntura anterior à crise financeira, nessa conjuntura de crise financeira internacional é uma operação normal e até que preserva os interesses nacionais, pelo contrário, na verdade, o Governo Brasileiro agiu dentro das suas estruturas no sentido de melhorar a condição de intervenção da própria PETROBRAS.

Então, eu quero manter também o convite, e quero endossar o convite ao Presidente da PETROBRAS, ao Presidente da Caixa Econômica, ao Presidente do Banco do Brasil, e dizer que o Governo Brasileiro agiu prontamente dentro de uma realidade que, infelizmente, o País não tem controle, mas que tem condição de atuar prontamente e suprir a PETROBRAS no momento de queda do preço do petróleo internacional, de cessação de fluxo e financiamento internacional. Ou seja, de uma série de questões que emperram a conjuntura como um todo e não da PETROBRAS, o Governo Brasileiro e a PETROBRAS agiram prontamente. Portanto, eu tenho certeza que essas autoridades, apesar da nota técnica, poderão vir aqui com toda tranqüilidade explicar essa operação e eu aprovo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente essa é a disposição dos Presidentes das empresas.

Senador Renato Casagrande, eu peço só brevidade que apesar do Senador José Jorge ser um Senador de grande vivência e sabem das circunstâncias que movem a política, nós temos alguns Senadores que precisam viajar e nós temos duas argüições com prazo bem definido, e é um cenário e nós temos que assegurar o quorum da Comissão, e em seguida tere-

mos ainda a argüição do Senador Leomar Quintanilha. Então eu pediria a V. Exa. objetividade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Presidente, só pela ordem. Eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que há entendimento, há consenso em relação ao encaminhamento, nós aprovaremos o Requerimento e, em seguida, começaremos a argüição. Senador Renato Casagrande.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu só gostaria de solicitar que quando abrisse a argüição do Senador José Jorge e, posteriormente, do Senador que é uma atividade só, nós pudéssemos abrir também a votação das duas autoridades, já que as duas são conhecidas, as duas têm todo tipo de relacionamento e, portanto, não há nenhum tipo de pré-questionamento e nós votaremos as duas autoridades conjuntamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos sim. E pediria à Mesa que traga também a outra cédula, por favor.

E com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para manifestar, porque assim como V. Exa. eu também fiz um contato ontem com o Presidente da PETROBRAS, O Gabrielli e ele, naturalmente, relatou por telefone, por telefone você não tem todas as informações. Dizendo que foi uma operação normal. Que as operações internas no Brasil são agora numa quantidade maior porque as operações externas estão com maior dificuldade, uma vez que nós temos uma liquidez maior e um funcionamento melhor do mercado financeiro brasileiro do que onde a PETROBRAS, no passado, buscava mais operações de crédito. Então estamos confiantes de que a PETROBRAS, hoje, poderá, numa nota técnica, explicar e explicitar a sua posição porque acho também fundamental que a PETROBRAS possa manifestar a sua opinião de forma definitiva com relação ao tema, uma vez que se levantou uma dúvida com relação a essas operações. E nesse momento de instabilidade onde qualquer barulho parece um tiro, é fundamental que a PETROBRAS, de fato, seja rápida na sua explicação. E, naturalmente, o convite ao Presidente da PETROBRAS e aos outros Presidentes para estarem aqui, é o convite que nós vamos apoiar porque achamos fundamental a presença para a PETROBRAS que é uma empresa importante para o País, a gente possa ter a certeza que ela continuará sendo uma empresa importante. Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Ontem eu fui procurado por alguns Senadores que argumentaram que as indicações, pelo menos, a história recente do Senado no Tribunal de Contas da União tem sido consensual, tem sido unânime. Só que antes, os Senadores que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu, no entanto, fiz uma consulta à Mesa para saber quais são os procedimentos porque a CAE recebeu duas indicações. O Senador José Jorge e o Senador Leomar Quintanilha. Então a consulta, o Presidente da casa respondeu da seguinte forma: em atenção à consulta dirigida a V. Exa. nesta data pelo Senador Aloizio Mercadante na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a escolha pelo Senado Federal de Ministro do Tribunal de Contas da União, cabe à Secretaria Geral da Mesa esclarecer, primeiro: a escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional será regulada pelo Decreto legislativo nº 6/93 alterado pelo Decreto Legislativo nº 18/94. 2: a indicação instruída com o *curriculum vitae* do candidato é submetido à CAE após a leitura em plenário, cabe à Comissão proceder em prazo não superior a três dias úteis contados do recebimento argüição pública do candidato. Nós estamos exatamente dentro do prazo.

Na hipótese de haver mais de uma candidatura, tal procedimento deve ser observado para cada uma podendo as argüições ocorrerem no mesmo dia ou não. Nós estamos procurando fazer no mesmo dia, exatamente dentro do prazo regimental. 3: conforme o art. 3º caput e parágrafo DLG 1993 a escolha é submetida ao plenário devendo o parecer da Comissão conter relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento da Casa. Como não se trata de matéria de competência terminativa na comissão, cabe à CAE instruir o plenário sobre os candidatos e ao plenário escolher aquele que, efetivamente, ocupará o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

A votação se dará em reunião pública na Comissão, por escrutínio secreto, havendo ou não aprovação da indicação, à matéria deverá ser remetida ao plenário. Portanto, as duas indicações irão, necessariamente, a plenário. No plenário a escolha dos candidatos poderá ocorrer por eleição mediante voto secreto. Evidente que feito esse esclarecimento isso não elimina o esforço político que, evidentemente, pode ainda ter desdobramentos no sentido de nós construirmos um consenso no Senado Federal. Acho que essa possibilidade existe, depende das lideranças dos Senadores e é um esforço político que, seguramente, o Senado poderá se empenhar, mas do ponto de vista da Comissão o procedimento é esse, nós estamos cumprindo,

eu diria, rigorosamente, as exigências do decreto Legislativo do Regimento da Casa. E teremos o prazer agora de, mais uma vez, ouvir o Senador José Jorge que tantas contribuições deu à vida pública e a esta Instituição.

Com a palavra o Senador José Jorge.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aqui é o sonho de qualquer candidato. Ninguém sai derrotado, não é Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na CAE não há esse risco.

SENADOR JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA: Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e amigo, Senador Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores. Volto hoje a participar de uma atividade oficial do Senado decorridos quase dois anos do encerramento do meu mandato como Senador pelo estado de Pernambuco. Embora, em posição e em circunstâncias muito diferentes, as de antes e as de agora, não posso, entretanto, nesse preciso momento deixar de me sentir em casa. Não posso também e acho mesmo que não devo esconder as fortes emoções que se retorno me inspira, principalmente por ele dar-se particularmente aqui no ambiente da Comissão de Assuntos Econômicos, órgão no qual por muito tempo militei, e na presença de várias companheiras e vários companheiros queridos, cuja amizade é caráter e exemplo pessoal, tanto marcaram a minha atuação parlamentar e ainda hoje marcam a minha vida.

Ninguém passa pelo Senado Federal sem ser tocado, movido, transformado de um jeito especial. Confesso que na minha experiência pessoal [soa campainha]. Confesso que na de minha experiência pessoal, acadêmica ou política me havia preparado convenientemente para manejar a densidade e a exigência emocional que corriqueiramente estiveram associados às minhas vivências e aos meus relacionamentos nesta Casa. Apesar de marcantes não alcançaram essa dimensão as passagens que tive por três Secretarias de Estado em minha terra natal, Pernambuco. Os mandatos que cumpri na Câmara dos Deputados, quatro, ou, sequer, o imenso aprendizado que me foi dado a acumular à frente do Ministério de Minas e Energia entre 2001 e 2002, ocasião na qual contribuí em parceria com diversos setores do Governo Federal e com o conjunto do povo brasileiro para a superação do enorme desafio que foi vencer a crise de abastecimento de energia elétrica que fustigou o Brasil naquela época. Por isso, minha emoção. Por isso essa maré de memórias e de recordações que tomam a fala e ainda que resgatada por alguém que de nenhum modo se vê no papel de saudosistas, muito ao contrário, essa ocasião mobiliza em hora extremamente oportuna, temas da maior atualidade e importância, alguns deles centrais ao aperfeiçoamento do nosso modelo republicano de governo e decisivos para a preservação do estado democrático de direito no Brasil. É que não há, Sras. e Srs. Senadores, possibilidade de equilíbrio entre os Poderes, se os atos daqueles que executam deixem de ser monitorados com coerência, consistência e competência, sempre em nome do povo por seus legítimos representantes do Parlamento.

A rica experiência dos países presidencialistas, não por acaso acolhida em nossa Constituição Federal, nos mostra que a fiscalização é das mais nobres atribuições do Parlamento, pois é justamente aí que se faz o cotejo entre o planejado e o efetivamente executado, no que concernem as políticas, obras e demais iniciativas do Poder Público.

Esse monitoramento o controle externo dos órgãos e da Administração Pública, por vez se apresenta com modalidade de avaliação programática, por outras, como controle e supervisão da execução orçamentária, ou noutras, com o juízo de conformidade das contas públicas do chefe do Executivo. Independentemente, da forma que tome, entretanto, nele reside uma atribuição fundamental da instrução parlamentar reconhecida e privilegiada em quase todos os sistemas constitucionais modernos.

O controle externo, contudo, também exige foco, assim como o profundo nível de especialização. Por esse motivo as constituições brasileiras desde a de 1891 prevêem a existência de um Tribunal de Contas em nível federal, por elas invariavelmente estendido como auxiliar e parceiro institucional do Legislativo nesse esforço. Como exemplo desse tipo de atuação pode citar as ocasiões em que o Congresso Nacional incumbe o Tribunal de Contas da União por meio de decreto legislativo de certas iniciativas de fiscalização. E, em geral, referente ao desembolso com obras custeadas com o uso de recursos públicos. E ainda quando por determinação de Comissões Mista Parlamentar o Tribunal se pronuncia sobre casos envolvendo a execução não autorizada de despesas, inclusive, propondo ao Congresso sua sustação se consideradas irregulares. O curso do tempo de todo modo fez com que se acrescentasse ao TCU uma quantidade significativa de competências autônomas em suplemento àquelas auxiliares. Além do julgamento das contas de uma variada gama de autorizados, o Tribunal fiscaliza o repasse de recurso da União aos demais entes federados, prestando informação ao Congresso Nacional acerca dos achados feitos nessa investigação. Ele também fixa os coeficientes e fiscaliza o repasse dos recursos compreendidos nos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Aplica sanções por ilegalidades e irregularidades encontradas em atos e contratos determinando sua correção. E, em último, para não me alongar por demais, apura denúncias sobre irregularidades na aplicação de recursos federais, sejam elas apresentadas por instituições, como no caso dos partidos políticos, das associações e dos sindicatos, sejam pelo mais simples e humilde dos cidadãos.

Trata-se, portanto, de uma atuação relevante para a boa atuação das duas Casas do Congresso: Senado e Câmara para amparo do ideal e correta aplicação do dinheiro público, e, por fim, para reforço da noção de moralidade administrativa, e de incentivos às boas práticas de gestão no âmbito da União Federal.

Sou da opinião de que temos hoje instituições Como o Tribunal de Contas da União que mesmo ainda merecendo cuidados e atenções no sentido do seu aperfeiçoamento, por esta é a sina das instituições, a de necessitarem manutenção constante, por assim dizer, são suficientemente sólidas e estáveis para garantir entre nós a realidade das promessas e dos valores que legitimamente associamos ao estado democrático de direito.

A propósito, venho acompanhando com interesse recentes mudanças nas normas internas do Tribunal cujo objetivo é alterar a sistemática de prestação de contas dos agentes públicos. Os ajustes implementados, sem dúvida, apontam para o caminho certo, uma vez que abre mão de ritos e obrigações, marcadamente formalistas para investir na objetividade e na efetividade. No caso permitirão reduzir o esforço despendido com o julgamento das contas, ou seja, dos fatos já consumados e assim reforçar o mecanismo de auditoria, modo de atuar nos problemas que surgem vivos em tempo quase real, aumentando em muito as chances de evitá-los ou corrigi-los com o menor nível de prejuízo.

Esse espírito modernizador, Sras. e Srs. Senadores, aliado a uma progressiva e constante melhora de sua capacidade técnica e não menos importantes de sua desenvoltura em comunicação social, permitirá ao Tribunal defender com maior firmeza dos ataques perpetrados por aqueles que sempre se beneficiaram e ainda se beneficiam com o desmando o e descontrole.

Li, por exemplo, em recente artigo publicado nas páginas de opinião do Correio Braziliense, um feroz ataque à capacidade dos órgãos de controle do Estado em conduzir com adequado apuro técnico uma de suas competências centrais, no caso a fiscalização de obras públicas. Ora, eu, certamente, não poderia avaliar em detalhes algumas das organizações lá citadas, mas posso afirmar e afirmo com toda certeza que o autor foi sumamente injusto para com o TCU, logo ele a mais bem aparelhada e competente instituição administrativa a serviços dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em nosso País.

Dentro desse entendimento e somente nele, me coloco ante à Comissão de Assuntos Econômicos em defesa dos fundamentos que amparam e fortalecem a atuação do Poder Legislativo numa visão institucional que considera, incorporará e distingue as elevadas prerrogativas do Parlamento. Pois é disso que estivemos tratando hoje em última instância, de fazer cumprir uma inalienável prerrogativa parlamentar e de instrumentalizar o cumprimento desta finalidade compondo o quadro de dirigente da instituição que dentre todas se apresenta mais decisiva na superação desse desafio do Tribunal de Contas da União.

Manda a sobriedade que não seja eu a discorrer sobre as características pessoais que me recomendam, ou ao contrário juízo, poderiam não me recomendar para o exercício de uma função pública tão relevante e instigante e desafiadora como essa na côrte federal de contas.

Sugere o bom senso, ademais, que alguém possa se valer para essa finalidade do conceito que foi sendo formado por meio rotineiro proceder. Ao longo dos anos junto àqueles com quem convivi nas reuniões de bancada, nos encontros de líderes e nas sessões de comissão de plenário, vários ou muitos deles aqui presentes.

Agradeço a todos, desde já o privilégio que será para eu poder recomendar o testemunho a ser dado pelos colegas mais antigos aos de mandatos mais recentes sobre o meu caráter, sobre os meus princípios pessoais e sobre os valores cívicos com que pautei um mandato atuante e participativo nesta casa.

Agradeço, sobretudo, a oportunidade de ser ouvido, mais uma vez, no ambiente do Senado Federal, e, especificamente, no da Comissão de Assuntos Econômicos, a atenção e o carinho com que estou sendo acolhido aqui e agora, creio, são muito significativos para mim.

Não querendo ocupar ainda mais a agenda desta Comissão me coloco à inteira disposição para os questionamentos e os esclarecimentos que venham a se demandados por V. Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador José Jorge pela intervenção. E nós tivemos aqui uma pequena alteração processual, talvez pela expectativa que nós tínhamos de poder ouvir, mais uma vez, a intervenção do José Jorge sempre tão presente nesta Comissão e nesta Casa. O Relator deveria ter lido o parecer antes... Na

realidade, o currículo, a vida pública do Senador José Jorge é tão conhecido que dispensa essa apreciação. Mas o Senador Antonio Carlos Júnior faz questão de ter essa homenagem e essa possibilidade.

Então com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o *curriculum vitae* anexo ao PDL 290/2008 evidencia que o Senador José Jorge de Vasconcelos Lima possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Formado em engenharia mecânica e em ciências econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade Católica de Pernambuco, respectivamente, o Sr. José Jorge de Vasconcelos Lima teve sempre como metas, ao longo de sua vida, o aprimoramento profissional e intelectual, não surpreende, portanto, que já duplamente graduado em instituições conceituadas tenha obtido o título de mestre em ciências com especialização em pesquisa operacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e tenha, igualmente, logrado aprovar-se no curso de pós-graduação em estatística pela Universidade de Madrid.

Seu estreito vínculo com o meio acadêmico, aliás, se manifesta no exercício do magistério como professor da Universidade Federal e da Universidade Católica, ambas no Estado de Pernambuco.

Na vida pública exerceu diversos mandatos eletivos como Deputado Federal e Senador da República. No exercício desses mandatos são de destacar sua participação ativa e coerente na Assembléia Nacional Constituinte e a participação de diversas comissões e subcomissões temáticas na Câmara dos Deputados. Inclusive, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, das quais foi titular. Foi também relator da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo na Assembléia Nacional Constituinte. Vice-presidente da CPI Mista sobre o programa autônomo de energia nuclear e Presidente da CPI de Concessão do Controle Acionário da Nec do Brasil e do envolvimento do Ministério das Comunicações e Telebrás. No plano político partidário ainda na Câmara dos Deputados em mercê de reconhecimento que obteve dos pares, foi coordenador do bancada federal e Vice-presidente Nacional do Partido da Frente Liberal. Como Senador, cargo para o qual foi eleito com quase 60% dos votos válidos participou desta Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e ainda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Foi titular da Comissão de Educação, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em função da sua sólida formação acadêmica e dos seus comprovados conhecimentos na área presidiu com rara competência a Comissão e Serviço de Infra-estrutura. Teve destacada a atuação nas CPIs do Banestado e dos Bingos e nas CPMIs dos Correios e do Mensalão. Exerceu ainda com raro brilhantismo a presidência do Grupo Brasileiro de União Interparlamentar e foi membro do Comitê Executivo Internacional da União Interparlamentar.

Ainda na atividade legislativa é mister ressaltar a sua função de relator da reforma no Judiciário que resultou na Emenda Constitucional nº 45/2005. Foi relator também da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para a regulamentação da reforma do Poder Judiciário e promoção da reforma processual. Foi ainda membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Relativamente à sua experiência profissional, além, da já mencionada atividade parlamentar, cumpre ressaltar relevantes funções públicas que exerceu, sempre com zelo e invejável competência. Secretário de Estado de Educação e Cultura e Secretário de Estado e Habitação no Governo de Pernambuco no período de 75 a 82, Ministro de Estado de Minas e Energia nos anos de 2001 e 2002. Como Ministro notabilizou-se pela competência com que geriu uma grave crise que se instalara ao longo de sucessivos governos. Com o conhecimento técnico, diálogo e, principalmente, discernimento exerceu um papel decisivo para que o Governo Federal superasse então a crise do apagão que ameaçava o desenvolvimento nacional. Atualmente desempenha o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília onde foi convocado em função da sua incontestável experiência. Suas publicações constituem uma notável contribuição para o conhecimento da realidade brasileira, especialmente, do que concernem as condições de infra-estrutura. As funções e os cargos exercidos, o preparo intelectual, a seriedade na conduta da coisa pública e os diversos trabalhos publicados evidenciados em seu currículo que se encontra em disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar favoravelmente sobre a indicação do Senador José Jorge de Vasconcelos Lima para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Nós não temos nenhum Senador inscrito, eu imagino que seja pela--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estou inscrito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Convergência em relação à análise e a história. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, eu estou inscrito, Sr. Presidente, naturalmente sem nenhuma divergência do curriculum e do preparo do Senador José Jorge. Não convivi com ele, não tive a oportunidade de conviver com ele. Quando eu cheguei aqui ele estava concluindo o seu mandato, mas o Ministro José Jorge, o Senador José Jorge esteve conversando conosco, e perfil tem qualidades, tem conhecimentos para assumir um cargo de tamanha importância, naturalmente.

Algumas observações, Senador José Jorge, o senhor que tem a possibilidade de assumir um cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Primeiro o seguinte, eu tenho uma emenda à Constituição que o relator é o Senador Romero Jucá que propõe o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, sem remuneração porque eu não concordo com essa remuneração de 23 mil reais que estão propondo para membros do Conselho. Os Tribunais de Contas assumiram muito poder, os Tribunais de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados. Os Tribunais de Contas da União tem um nível de qualificação técnica mais elevado, os Tribunais de Contas dos Estados têm boas equipes técnicas, mas ainda tem resíduo e resquício de indicações meramente políticas, sem o perfil técnico.

Ter um Conselho Nacional de Tribunais de Contas com a participação dos Tribunais de Contas em todos os níveis, com a participação da sociedade é uma oportunidade que a gente para ter um órgão, como tem a Justiça hoje, como tem o Ministério Público Federal hoje, para ter um órgão que possa controlar qualquer abuso praticado por Tribunais de Contas, e para ter um órgão que possa também fazer com que haja a contribuição da sociedade na gestão dos Tribunais de Contas. Essa é a primeira observação, a primeira colocação que eu queria colocar para V. Exa. Tem hoje a concordância dos Ministros dos Tribunais de Contas com relação a este tema, e se V. Exa. chegar ao Tribunal quero também pedir o apoio de V. Exa. a essa proposta do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Segunda colocação que eu quero fazer. Nós fizemos aqui um seminário sobre o controle público, o controle interno, o controle externo, fizemos um seminário, e no seminário diversas propostas foram apresentadas. Mas as propostas estão sendo estudadas e elaboradas e vamos dar entrada nas propostas que concernem aos Tribunais controle externo e controle interno. A mais profunda alteração tem que ser na Lei do Orçamento que nós temos uma equipe trabalhando nessa questão da Lei do Orçamento. Mas fora isso, fora a questão da Lei do Orçamento, nós temos uma prática no Tribunal de Contas que tem que ser revista. A primeira é que nós deveríamos ter uma análise prévia dos Tribunais de Contas nas principais licitações deste País para evitar que a obra se inicie e seja paralisada. A segunda é que nós deveríamos ter uma prática do Tribunal de Contas que permitisse garantir e assegurar que não haveria e não haverá prejuízo ao erário público, ao cidadão, ao contribuinte; mas, ao mesmo tempo, que a obra possa ter continuidade. Então acho que práticas que no Tribunal possam ser alteradas sem prejuízo ao cidadão, à cidadã que o Tribunal poderá ir alterando com relação à retenção de parte do valor da obra para que nós possamos ter continuidade da obra. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Era o único inscrito. Vamos agora à intervenção conclusiva do Senador José Jorge para darmos início a outra argüição do Senador Leomar Quintanilha. Senador José Jorge com a palavra.

SENADOR JOSÉ JORGE DE VASCONCELO LIMA: Sr. Presidente Senador Mercadante, Senador Casagrande, e demais Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer as palavras do Relator, o Senador ACM Júnior, e gostaria de fazer algumas observações sobre os temas colocados pelo Senador Casagrande.

Em relação ao Conselho Nacional eu acho uma idéia bastante interessante. Inclusive, como eu fui o Relator da emenda Constitucional 45 que foi a emenda da reforma do Judiciário. Inclusive, o Senador Mercadante era uma espécie de relator adjunto, não era? E ele, na realidade, foi um dos que mais ajudaram na aprovação da... Porque ele que falava assim em nome do Governo, quer dizer, era com ele que eu discutia. E na Emenda 45 nós aprovamos a criação dos Conselhos, foi o Conselho Nacional de Justiça, e o Conselho Nacional do Ministério Público. Exatamente com essa mesma idéia de um controle externo para órgãos que, teoricamente, se controlam ou que, na realidade, têm o poder de decisão muito grande, e que, muitas vezes, cometem abusos, inclusive, abusos administrativos. Então esses

Conselhos não foram fáceis de criar, principalmente, o Conselho Nacional de justiça. O do Ministério Público não, o Ministério Público, o próprio Ministério Público era favorável. Mas o Conselho Nacional de Justiça havia muita gente contra, principalmente, no Judiciário porque achavam que era interferência, tirava a liberdade do Judiciário, e nós tínhamos dois membros, um indicado pelo Senador e outro pela Câmara, diziam que era inconstitucional. Chegou até a ser discutido no Supremo, e foi considerado constitucional. Mas nós colocamos porque achamos que... E tem sido útil, muitas coisas que a gente viu do nepotismo e outras coisas estão sendo resolvidas por esses Conselhos.

Então, eu acho que por causa do Tribunal de Contas é uma bela idéia que se crie um conselho nacional semelhante para que se possam fazer essas fiscalizações.

Em relação a essa questão das análises prévias, eu também acho muito importante, e, inclusive, aqui no DF, particularmente, alguns Tribunais de Contas já fazem isso. Aqui no DF o Tribunal de Contas daqui, como aqui não tem município, então o Tribunal de Contas daqui fiscaliza só o Governo do DF. Então ele examina todas as licitações antes, previamente, todos os editais, e a maioria das vezes ele, inclusive, manda mudar coisas. Lá na CEB, por exemplo, que eu estou presidindo, pelo menos, mais ou menos, metade dos editais o Tribunal de Contas manda fazer mudança, e eu acho que isso é ótimo, porque aí depois... E é, inclusive, bom para o administrador.

Em relação a essa questão da fiscalização de fazer o equilíbrio entre não permitir abuso, roubo, coisa semelhante ou mau uso do dinheiro público de uma maneira geral, eu acho que essa é a finalidade principal do TCU, mas também uma das finalidades do TCU é que a obra seja realizada, a obra tem que ser feita. Na realidade, tem que se evitar coisa errada, mas, ao mesmo tempo, tem que se fazer as coisas. Nos, inclusive, quando eu estive com V. Exa. nós discutíamos um caso que eu conhecia, que era o caso do Aeroporto de Vitória, o Aeroporto de Vitória numa cidade importante está há anos paralisado por questões internas de fiscalização do próprio TCU, quando, na realidade, se estava errado, tem que ser consertado, mas o aeroporto tem que ser feito. O que não pode é a população ser prejudicada. E que, muitas vezes, a paralisação dá um prejuízo maior do que a irregularidade que existia antes, o prejuízo financeiro, inclusive, pelo aumento do custo. Eu sei que a irregularidade tem um aspecto financeiro e tem um aspecto ético. O aspecto ético é mais importante que o financeiro até. Mas nós temos que fazer o equilíbrio entre essas duas coisas. Então, eu acho que não é porque eu sou candidato agora, mas eu concordo com os três pontos que V. Exa. colocou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador José Jorge. Agradeço a presença.

Nós já iniciamos o processo de votação. E desejo boa sorte. Tenho certeza que nós saberemos encontrar uma alternativa.

E nós vamos agora interromper por dois minutos para poder iniciar a próxima argüição do Senador Leomar Quintanilha.

Muito obrigado, Senador José Jorge.

Sessão encerrada às 11h01.

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Edison Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, João Tenório, João Vicente Claudino e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores João Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, Pedro Simon, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões político-partidárias, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar participando do 3º Fórum de Governança da Internet na Índia, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da Pauta da Reunião, Item 01- Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2008, não terminativo, de autoria dos Líderes Partidários, que "escolhe o nome do Senhor Leomar

de Melo Quintanilha para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73 § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992", tendo como Relator o Senador Gerson Camata que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata, usa da palavra o Sr. Leomar Quintanilha para fazer sua explanação. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Renato Casagrande, Heráclito Fortes, Valdir Raupp, João Ribeiro e César Borges. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova o nome do Sr. Leomar de Melo Quintanilha por quatorze votos favoráveis, nove contrários e três abstenções. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Senadoras que concordaram, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Projeto Legislativo nº 291, não terminativo de 2008.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho.

Escolhe o nome do Senador Leomar Quintanilha para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II da Constituição Federal. Autoria: líderes partidários. Relator: Senador Gerson Camata a ser apreciado em votação secreta. O indicado já se encontra no recinto da Comissão. E solicito que a Secretaria dê prosseguimento para nós podermos encaminhar e vamos agora iniciar a argüição. Vamos respeitar o rito. Tenho certeza, que é uma tarefa extremamente difícil para esta Comissão--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Dada à qualidade das indicações que nós temos, o histórico e a grande contribuição, a vida do Senado Federal de dois homens públicos que desempenharam importantes funções na república, e, especialmente, no Parlamento Brasileiro.

Nós agora faremos a apresentação do Relator, mas antes disso o Senador Arthur Virgílio está pedindo pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu agradeço a V. Exa. a pronta aprovação do Requerimento que foi firmado pelo Senador Jereissati e por mim, convidando para comparecer a esta Comissão o Presidente da PETROBRAS, o Dr. Gabrielli e a Presidente da Caixa Econômica. E peço a V. Exa., Sr. Presidente... Sr. Presidente, peço a V. Exa. que a acate o adendo de também ouvirmos o Presidente do Banco do Brasil, vez que houve e o Presidente do Banco Central, que o assunto, para mim, é muito sério, é muito grave, e ele não vai, a meu ver, ser dirimido por uma nota técnica, é preciso um debate intenso, democrático e aberto na Comissão que V. Exa. tão bem preside nesta ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos então... Nós votaremos... Eu suponho que já estava incluído o Presidente do Banco do Brasil na intervenção anterior. V. Exa. agora está propondo também o Presidente do Banco Central. Os Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado. O presidente do Banco Central.

Vamos agora a nossa argüição. Senador Gerson Camata, Por favor, com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Com muito honra, Sr. Presidente, fui designado por V. Exa. e agradeço por isso, Relator da escolha do nome do Senador Leomar de Melo Quintanilha para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União nos termos do art. 73 § 2º inciso II da Constituição Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Decreto Legislativo 318 [soa campainha] de 2008 que escolhe o Sr. Leomar de Melo Quintanilha para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

O art. 73 § 22 inciso II da Constituição Federal estabelece que 2/3 dos Ministros do Tribunal de Contas da União são escolhidos pelo Congresso Nacional.

A Lei 8.443 de 1992 Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União ao disciplinar a matéria conferiu ao Congresso Nacional competência para a escolha da segunda, terceira, quinta, sexta, oitava e nona vagas da composição daquela côrte.

A indicação do Senador Leomar Quintanilha para preencher a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira, foi proposta pelas lideranças do Senado Federal no uso de prerrogativa que lhes garante o Decreto Legislativo nº 6 de 1993 que regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional alterado, posteriormente pelo Decreto Legislativo nº 18/1994.

O Sr. Leomar Quintanilha nasceu no município de Uberlândia Estado de Minas Gerais em 23 de outubro de 1945. Em 1980 obteve o grau de bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. O escolhido é nosso companheiro Senador da República pelo Estado de Tocantins desde fevereiro de 1995, tendo cumprido o mandato de 95 a 2003 e sido reeleito Senador em 2002 para o atual mandato.

Iniciou a sua carreira como auxiliar administrativo do Banco do Brasil em 1964 e ocupou o cargo de gerente de agências entre 79 e 86. É Presidente da Federação Tocantinense de Futebol desde a sua fundação em 1991. Possui uma larga experiência como líder partidário. Em 1979 foi Presidente do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional em Araguaína. Em 1993 presidiu o Diretório Regional do Partido Democrata Cristão. Em 1994 tornou-se Presidente do Partido Progressista Reformador - PPR. De 1995 a 1997 e de 2000 a 2001 foi Presidente do Diretório Regional do Partido Progressista Brasileiro - PPB. Atualmente é filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Entre 1989 e 1990 exerceu o cargo de Secretário de Estado da Educação e cultura de Tocantins. Elegeu-se Deputado Federal pelo Estado de Tocantins para o período de 89 a 91. Reeleito cumpriu o segundo mandato de deputado federal de 91 a 95.

Em seu primeiro mandato como deputado federal atuou como membro da CPI destinado a investigar a concessão do controle acionário da Anec do Brasil e foi Relator da CPI que investigou o fechamento de agências do Banco do Brasil. Foi titular da Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática e suplente da Comissão de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano Interior de 90 a 91.

Durante o segundo mandato de deputado federal foi membro da Comissão Especial do Desporto, e de 93 a 94 participou como suplente da CPI do Orçamento, foi também suplente das Comissões de Minas e Energia, Viação e Transporte.

No primeiro mandato de Senador atuou como líder do PPB entre 98 e 2001. Participou como titular das Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Infra-estrutura. Foi membro da Comissão Especial para Reforma Político-Partidária da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Amazônia e da Comissão Especial de Mineração. Foi membro da CPI dos Títulos Públicos em 96 e 97, das CPI das ONGs em 2001 e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar 2001 a 2003.

No atual mandato de Senador é titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e da Comissão de Educação. Foi membro da CPI dos Transgênicos em 2003, da CPMI Garoto e Nestlé em 2004, da CPMI dos Correios 2005 e das CPMI das Ambulâncias 2006.

Recebeu como homenagem a Ordem do Mérito de Palmas, a Ordem do Mérito Grau de Grã-Cruz do Tocantins e a Bola de Ouro da Imprensa de Goiânia, além, de diversos títulos de cidadão honorário por municípios do Estado de Tocantins.

Entre os trabalhos publicados destacam-se a Cartilha do Idoso, a Cartilha sobre a Clonagem e os Transgênicos, Dicas do Código de Trânsito Brasileiro, Manual do Vereador e Transporte, Motor e Desenvolvimento.

O Senador Leomar de Melo Quintanilha possui notórios conhecimentos jurídicos e de administração pública adquiridos ao longo de quase 45 anos de exercício ininterrupto das funções públicas, preenchendo, portanto, os requisitos exigidos pela Constituição para o exercício de cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Assim, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório que, a nosso ver, contem as informações necessárias à deliberação desta Comissão.

É o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Gerson Camata.

O entusiasmo do Senador Gerson Camata é tanto que o Senador Leomar Quintanilha, apesar de ser goiano no relatório passou a nascer em Uberlândia. É verdade que ele se formou em resposta Uberlândia e foi eleito por Tocantins, mas foi a única forma do Senador Wellington não protestar contra a indicação da relatoria, porque ele gostaria, como mineiro, ter relatado goiano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante, coloque aí que ele morou no Piauí também. Já que é assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Morou, seguramente, no Piauí e tem

uma intimidade muito grande com o Distrito Federal. É um nome nacional. Mas acho que é mais a emoção do Senador Gerson Camata quem deve debitar esse entusiasmo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Uberlandense.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, e é muito próximo à Goiânia. A diferença é muito pequena. De qualquer forma são para os amigos e só fortalece a candidatura do Senador Leomar.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha para a sua apresentação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, meus queridos colegas Senadoras e Senadores, membros também desta Comissão. É com um particular agrado que eu venho, novamente, ao encontro dos meus colegas, desta vez de uma forma inusitada para mim, porque venho me submeter a sua avaliação. Mas venho de espírito desarmado, com o coração cheio de expectativas, por aspirar poder merecer dos meus pares a indicação para ocupar o honroso cargo do Ministro do Tribunal de Contas da União.

Agradeço ao Senador Gerson Camata, autor do relatório a respeito da minha indicação. Mas me permitiria fazer mais alguns breves comentários a respeito da minha trajetória, modesta trajetória, sobretudo, a parte que não diz respeito à convivência salutar que tivemos no Congresso Nacional.

Antes disso eu gostaria de render as minhas homenagens ao Senador José Jorge que também postula a mesma indicação, revelando por ele grande admiração, profundo respeito e relembrando os bons momentos que convivemos juntos nesta Casa, quando a relação com o ilustre Senador foi uma relação harmônica, respeitosa, e, de certa forma, até afetiva. Mais eu sou um homem comum como é a grande maioria dos brasileiros. Nasci de um berço muito modesto, minha mãe era professora primária e meu pai um homem originário na roça. A minha atividade profissional teve início na Prefeitura de Goiânia com 15 anos de idade, depois servi a Universidade Federal de Goiás por quase três anos. Posteriormente, ingressei no Banco do Brasil onde permaneci por mais de 20 anos, tendo por aquela instituição uma das mais importantes e nobres instituições deste País, a maior gratidão e o maior respeito face ao profundo aprendizado que ela me proporcionou ao longo [soa campainha] do tempo que a servi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria solicitar aos Senadores, se pudessem para que a gente possa ouvir com atenção o pronunciamento do Senador Leomar Quintanilha, para esse cargo tão relevante que é o Tribunal de Contas da União, órgão assessor e fundamental na fiscalização da República. Com a palavra Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A segurança, a responsabilidade e austeridade com que o Banco do Brasil sempre conduziu seus recursos humanos e os seus negócios financeiros serviram para mim de um grande aprendizado. E foi, seguramente, o Banco do Brasil na minha vivência em diversos municípios, e, inclusive, tendo a oportunidade, Senador Mão Santa, de servir no seu Estado, na cidade de Corrente, onde vivi bons momentos da minha vida, servindo ali o Banco do Brasil o povo do seu Estado e o povo do Brasil. Foi que me propiciou essa projeção de galgar a vida pública.

Represento aqui no Senado e no Congresso Nacional a mais nova unidade da Federação, o Estado de Tocantins. E quem como eu que conheceu o Tocantins há 20 anos, a situação de sofrimento e de abandono em que vivia a sua população, e vermos hoje a extraordinária mudança, a grande transformação, o extraordinário desenvolvimento econômico e a grande promoção social da sua gente com a melhoria da qualidade de vida do seu povo, me faz sentir, sim, profundo orgulho de ter, efetivamente, dado uma contribuição para que essa situação ocorresse no Estado de Tocantins, Estado a quem sirvo, servi e, consequentemente, ao Brasil.

Aqui no Congresso Nacional passando pela Câmara dos Deputados por dois mandatos sucessivos, vindo para o Senado e estando aqui no segundo mandato sucessivo também de Senador, convivendo com os nobres pares as vicissitudes do mandato Parlamentar nas discussões dos temas mais variados e importantes, do mais alto interesse do povo brasileiro, do mais alto interesse da nação brasileira trouxe seguramente um cabedal, um volume de conhecimento e de experiência que me permite apresentar-me com essa expectativa à avaliação dos meus pares para indicação no Tribunal de Contas da União.

Presidi diversas Comissões de relevo e importância no Senado, dentre elas a que presido hoje a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que guarda a relação com a atuação do Tribunal de Contas da União, onde juntamente com os meus pares, com os membros desta Comissão, podemos nos desempenho da nossa função, da nossa nobre função pode amealhar conhecimentos necessários e suficientes para poder entender o grau de responsabilidade que o Ministro do Tribunal de Contas encerra.

Por isso, meus nobres pares, é com humildade, mas com firmeza, com a segurança de que reúno as condições para honrar a indicação de cada um dos meus colegas que me submeto a sua avaliação e ao seu julgamento. Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha. Está aberta a agenda para argüição. O Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, como eu fiz uma colocação para o Senador José Jorge, também quero fazer para o Senador Leomar Quintanilha. Primeiro, também o meu reconhecimento, como fiz com o José Jorge de que V. Exa. tem o perfil e as características necessárias para ser o indicado e para ocupar a função de Ministro do Tribunal de Contas da União. V. Exa. acompanhou, porque é Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle o seminário que fizemos de controle público, controle interno e controle externo. Acompanhou as audiências e verificou a necessidade do aperfeiçoamento do controle interno e externo. Uma das questões que eu coloquei para o Senador José Jorge é que eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que o Senador Romero Jucá é relator e eu gostaria de ver essa emenda andando, que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas para que a gente possa ter a sociedade participando das decisões do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados e de alguns dos municípios que ainda existem. Eu acho que é fundamental porque os Tribunais de Contas conquistaram um poder muito grande, e é importante que a sociedade controle, porque ainda temos Tribunais de Contas com perfil político muito exagerado, com a vertente política, com um posicionamento político, com articulação política, e isso nós temos que diminuir na atuação dos Tribunais técnicos que é o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios. Então um Conselho poderia ajudar como é o Conselho de Justiça, e o Conselho do Ministério Público. As outras questões V. Exa. acompanhou a necessidade que a gente tem de ajudar no aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas, para que os Tribunais, de fato, possam tomar medidas que protejam o dinheiro do contribuinte que é a principal função dos Tribunais de Contas, e, ao mesmo tempo, que nós estamos, efetivamente, precisando mudar procedimentos nos Tribunais para que as obras que são hoje desenvolvidas, implementadas e paralisadas no meio dela, procedimentos que garanta a proteção do recurso público, mas que não garanta prejuízo ao erário público também porque a paralisação de uma obra simplesmente causa um prejuízo muito grande. Então como conciliar a preservação dos recursos do contribuinte com a continuidade da obra? Talvez uma parte da resposta esteja aqui na mudança da Lei de Licitações que nós estamos conversando sobre ela, mas talvez também uma parte esteja no procedimento, na conduta, na forma e na cultura dos Tribunais de Contas.

Então desejo a V. Exa. sorte. São essas as questões que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem mais Senadores argüindo. Nós estamos com um problema aqui de encaminhamento, que nós tivemos um voto a mais no bloco DEM e PSDB e nós tínhamos solicitado que não votasse, mas, enfim, o Senador votou e nós estamos com um problema de encaminhamento da votação. Então, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma sugestão, Presidente. Evidentemente, que esses são dois votos que não prejudicam o resultado. E na urna é impossível saber se os votos retirados são de dentro de partido. Eu sugeriria que eles fossem desconsiderados porque não vai alterar resultado nenhum, já que são duas indicações. Simplesmente ficasse o registro de que existem dois votos a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se não houver objeção do Leomar Quintanilha, de nenhum líder, de nenhum Parlamentar da Comissão nós desconsideremos um voto para poder assegurar o encaminhamento.

Senador João Ribeiro sobre a matéria.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Perfeitamente de acordo, Sr. Presidente, e depois quero me inscrever para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para argüição. Senador Raupp também de acordo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): De acordo, de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que todos estando de acordo, nós vamos facilitar porque, na realidade, quem decide é o plenário, o nosso papel é apenas admissibilidade. Então nós manteremos a votação e desconsideremos dois votos na apuração.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp e depois o Senador João Ribeiro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, apenas para desejar sucesso ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

É uma pena que não tenhamos duas vagas neste momento para o TCU, porque são dois grandes homens

públicos, tanto o Leomar, o nosso querido Senador Leomar Quintanilha, um grande companheiro, amigo de todos os Senadores do passado e do presente; e da mesma forma o Senador José Jorge. Então eu lamento que neste momento não tenham duas vagas abertas no TCU para que a gente pudesse colocar de uma tacada só os dois Senadores lá no TCU. Mas como o Senador Leomar é da nossa bancada, nós estamos aqui, a bancada do PMDB para defender o seu nome. Não tenho nenhuma dúvida que pela sua trajetória, como ele bem já explicitou na sua fala e no seu pronunciamento, é um homem de profundo conhecimento nessa área pública, na área de fiscalização, porque pertenceu a uma grande instituição que é o Banco do Brasil e será, sem dúvida, um grande Ministro do Tribunal de Contas da União.

Eu quero ir à mesma linha do Senador Casagrande quando falou que é preciso criar um Conselho dos Tribunais de contas, a exemplo dos Tribunais de Justiça e do Ministério Público. Eu acho que é importante. O TCU é um órgão assessor do Congresso Nacional, e, no entanto, pouca satisfação dá ao Congresso Nacional, como se fosse um órgão totalmente independente, um outro poder da República, e que, muitas vezes, atua também, lamentavelmente, politicamente. Então nós temos que começar a observar essa situação.

E no mais desejar sucesso ao nobre Senador Leomar Quintanilha. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Senador Leomar de Melo Quintanilha. Eu acho que ninguém nesta Casa com o respeito que tenho por todos os pares pode falar mais de perto e com mais conhecimento da trajetória de vida e de homem público do Senador Leomar Quintanilha do que eu. Porque fui, sou seu admirador há muitos anos, seu companheiro do início da sua e da minha trajetória política, já que eu fui eleito vereador na sua chapa quando ele foi candidato a prefeito na cidade de Araguaína, fui um dos articuladores, naquela época, ainda jovens, nós dois. E o Senador Leomar já era, naquela época, Sr. Presidente, conhecido como gerente do Banco do Brasil na cidade da Araguaína. O homem do crédito agrícola, o homem que trabalhava para atender a agricultura e a pecuária do Tocantins e do Sul do Pará, naquela época ainda norte de Goiás. Portanto, o Senador Leomar Quintanilha tem todas as condições e toda a qualificação para exercer essa nobre missão, esta grande função que é ser Ministro do Tribunal de Contas da União. Uma função técnica, mas que é muito importante, Sr. Presidente, que a gente tenha os políticos também, o político tem que estar presente em todas as áreas da Administração Pública do País, e, sobretudo, na questão que hora discutimos no Tribunal de Contas da União, não desmerecendo aqui em momento algum a figura do Senador José Jorge, do ex-Senador, homem público de grande prestígio e de respeito que goza nesta Casa e no País, mas o Senador Leomar Quintanilha é meu colega do Tocantins, é da nossa bancada do Tocantins. Exerce um grande papel aqui no Senado Federal no Congresso Nacional de apoio ao nosso Estado. É o nosso coordenador da bancada. Sei que o Senador perderá muito com a ausência do Senador Leomar de Melo Quintanilha, mas ele sendo indicado e sendo aprovado, indicado está, mas sendo aprovado o seu nome, virá para o seu lugar um outro grande homem público o Senador Sadi Cassol que é o seu primeiro suplente, que, por sinal, Sr. Presidente, é do Partido dos Trabalhadores o suplente do Senador Leomar Quintanilha está com o prefeito Raul Filho no nossa capital. Mas eu acho que o que importa neste momento não é falar sobre quem vai ficar no seu lugar, mas dizer a esta Comissão e a esta Casa, e quero fazer isso no plenário também, já que eu sou amigo pessoal do Senador Leomar Quintanilha, da sua mãe, da nossa dona Lili, nossa velha professora que tanto serviu a este País e ensinou tantos filhos, e um deles é o ilustre Senador Leomar de Melo Quintanilha, que teve um grande ensinamento do seu pai, sobretudo, da sua querida mãe, Senador Leomar.

Então fica aqui a homenagem sincera de um amigo que V. Exa. conquistou por esta vida a fora, pelos rincões do Tocantins, pelo sofrimento que tivemos juntos na caminhada pela nossa luta, pela criação do Estado do Tocantins. V. Exa. que foi Deputado Federal por mais de uma vez, Senador da República pelo segundo mandato e, portanto, Senador Leomar, V. Exa. tem todas as condições de exercer com altivez, com grandeza a função, uma nobre função de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Sei e quero aqui fazer das palavras do Senador Valdir Raupp, que me antecedeu, o líder do seu Partido aqui na Casa de que bom seria se tivéssemos duas vagas, mas como não têm duas, que os colegas que estão apoiando o Senador José Jorge, me perdoem, mas eu não ficaria em cima do muro em situação nenhuma, principalmente, em se tratando de um colega que eu conheço tão de perto. Sei da sua honradez, da sua integridade e da sua capacidade de trabalho, e V. Exa. provou isso aqui no Senado como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, uma Comissão extremamente importante desta Casa, como Presidente do Conselho de Ética, e, portanto, exerceu muito

bem o seu papel. Então está V. Exa. qualificado. Eu só quero, para encerrar as minhas palavras, pedir a Deus que te abençoe muito. Em dando certo aqui na Casa, e vamos fazer tudo para que dê certo, já que é uma disputa, e em dando certo que V. Exa. consiga fazer um grande trabalho naquele Tribunal para representar bem o País ali e o papel de assessorar o Congresso Nacional, sobretudo, com grandeza.

Sucesso! Que Deus te ilumine nessa nova caminhada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador João Ribeiro. O Senador Heráclito Fortes, com a sua experiência, sugeriu que na desconsideração dos votos fosse retirado voto nulo ou branco, dado que nós só votamos admissibilidade. Essa Comissão não tem poder decisório, não prejudica. Então nós vamos desconsiderar. Se houver--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Plenamente de acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Se houver nulo ou branco nós tiraremos um voto de cada um e será prioritariamente nessa condição. Há entendimento também nessa direção da Comissão. Para não alterar, evidentemente, o encaminhamento da votação, a intenção de voto. Há acordo nisso também, então não haverá problemas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E se e não tiver voto branco e nem nulo, aí a gente tira um voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí nós tiraremos dois votos válidos.

Talvez seja o melhor cenário para a Comissão. De qualquer forma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Um voto a mais para as duas indicações. O bloco PSDB e DEM votou uma vez a mais, o suplente votou a mais. Não poderia ter votado. De qualquer forma, a solução é essa. Nós tiraríamos um voto de cada uma das urnas, preferencialmente, nulo ou branco, se não houver tiraremos um voto válido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. quiser eu voto mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. V. Exa. eu tenho certeza que é um assíduo e militante Senador desta Casa, mas nós já estamos com um problema aqui de over [ininteligível] em termos de votação da Comissão.

Então com a palavra o nosso Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu lamento estar criando esta situação, eu creio que inusitada nesta Casa de haver dois nomes para indicação de uma só vaga. Mas eu lembro que a nossa vida é uma vida de opção e de disputa, então não me restou, não me resta alternativa, embora, rendendo todas as minhas homenagens, a minha admiração e respeito ao Senador José Jorge por quem tenho um sentimento forte de amizade, mas não me resta também postular, submeter à avaliação dos pares a postulação que faço.

Com relação às ponderações efetivadas pelo Senador Renato Casagrande, eu gostaria de cumprimentar S.Exa. porque o rol de seminários que realizamos na Comissão de Fiscalização e Controle e Controle, atendendo requerimento de sua autoria, tendo como foco, principalmente, o controle externo, a busca de aperfeiçoamento do controle externo, a busca de aprimoramento do controle do gasto público. Teve debate que transcendeu os umbrais desta Casa, vários técnicos profissionais representantes das diversas instituições trouxeram a sua contribuição, e, certamente, produziram resultados positivos que implicaram, inclusive, na proposta apresentada pelo Senador Casagrande de promover uma alteração na Constituição Federal.

Eu devo dizer que nós temos uma admiração muito grande pelo Tribunal de Contas da União, pela elevada competência, pela seriedade e firmeza com que seus membros e seus quadros técnicos cuidam dessa tarefa tão importante e tão significativa para o País que é o controle dos gastos públicos.

O Senador Valdir Raupp, apenas reforçou a manifestação de apoio à indicação do nosso nome com palavras lisonjeiras e elogiosas às quais rendo os meus agradecimentos. O Senador João Ribeiro, meu companheiro de muitas décadas de lutas e de ideais na construção de um novo Brasil, na busca ao combate permanente do fim das desigualdades regionais e desigualdades sociais. E podemos dizer, Senador João Ribeiro, que somos exitosos pelo que ocorreu no Estado do Tocantins. Ainda há muito o que fazer. Estamos longe da condição desejada, estamos longe do equilíbrio com as demais Unidades da Federação. Mas se compararmos quem como V. Exa. e eu conhecemos a realidade da região e do povo do Tocantins há 20 anos e o que há hoje, nós poderemos, efetivamente, nos congratular com a população do nosso Estado pelos avanços conseguidos.

Portanto, pelos comentários lisonjeiros que V. Exa. fez à nossa trajetória, ao nosso trabalho, eu rendo os meus penhorados agradecimentos e pela oportunidade que tivemos juntos de, em missões oficiais, numa relação profissional, numa relação política, mas, sobretudo, dessa relação nasceu uma relação de amizade muito profunda, eu volto a dizer a V. Exa. que eu

sou um homem privilegiado por tudo que Deus já me concedeu. Deus já me concedeu além do que eu merecia e dentro dessas dádivas foi o privilégio e ter a amizade de V. Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Leomar Quintanilha. O Senador César Borges solicitou ainda assim para fazer a intervenção, e, evidentemente, será concedido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Leomar. Eu, inclusive, não tive a oportunidade de votar, eu sou suplente dessa Comissão e já estavam todos os votos dados.

Eu acho que esta Comissão tem, efetivamente, um dilema de Sofia, escolher dois grandes nomes, dois colegas que ilustraram esta Casa pelo tempo que passaram aqui.

V. Exa., Senador Leomar Quintanilha, um grande colega e amigo aqui de todas as horas e que merece a nossa admiração. E também o Senador José Jorge, de qualquer forma, também um grande Parlamentar, como bem disse V. Exa., que tem méritos para representar o Senado Federal, como um futuro Ministro do Tribunal de Contas da União.

Eu não tive a oportunidade de estar aqui quando foi ouvido o Senador José Jorge porque estava aqui no Seminário de Infra-Estrutura, ouvindo o Ministro Lobão, o Ministro de Minas e Energia que estava fazendo uma exposição sobre os investimentos na área de energia do País, fez uma exposição sobre os investimentos do Governo Federal nesta área, muito importante. Agora tenho a oportunidade de estar aqui presente. Então, eu queria fazer uma pergunta a ele e também a V. Exa., porque eu sinto hoje o País num dilema com relação à atuação do Tribunal de Contas da União. Por um lado, cada vez mais é necessário se preservar a aplicação dos recursos públicos, são recursos sagrados, que são recursos provenientes do esforço dos contribuintes brasileiros, do cidadão brasileiro que paga uma carga tributária elevada e quer ver aplicado bem os seus recursos.

E, por outro lado, também nós temos que lutar pela agilidade na aplicação dos recursos, porque se você demora muito na aplicação, por exemplo, de uma obra, na execução de um aeroporto, de uma hidroelétrica, e que se você cria dificuldades, às vezes, burocráticas que vão desde o exame de um edital de licitação, até a própria aplicação do recurso, a suspensão de algumas obras, como nós estamos assistindo que, muitas vezes, são suspensos o repasse de recursos federais por conta de irregularidades verificadas naquelas obras. Então você fica num dilema. Eu vejo uma Caixa por conta do Executivo de que o Tribunal de Contas estaria assumindo funções do início ao final de um processo licitatório que, muitas vezes, dificulta com que esse processo seja mais rápido, seja mais célere, e que se possa chegar ao desejado funcionamento e benefício social daquela obra publica. E, por outro lado, o que eu já disse, nós temos que aplicar bem os recursos, e é o papel do Tribunal de Contas fazer essa fiscalização e nós queremos que ele continue fazendo.

E aí eu pergunto a V. Exa.: como nós resolvemos esse dilema? Qual a sua opinião? Qual a sua impressão com relação a esse assunto?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. tem razão nas duas ponderações feitas.

A primeira necessidade da agilidade, da execução das obras, e obra parada, sobretudo, com indícios de irregularidade ou por qualquer outra razão, é uma obra que traz ônus para o erário, é uma obra que traz prejuízo para o povo brasileiro que, ao final das contas, é quem paga. É preciso, efetivamente, que o Tribunal continue com a lupa bem grande procurando acompanhar, o tanto quanto possível a correção da aplicação do dinheiro público. Eu acredito que porque é escopo também do próprio Tribunal agir de forma pedagógica procurando antecipar, procurando orientar, talvez fosse essa forma mais adequada, procurando acompanhar na orientação da execução da obra para evitar falhas, porque as falhas ocorrem por mais de uma razão: por negligência, por incompetência, ou por dolo. Se o Tribunal tiver um acompanhamento prévio, preliminar e puder contribuir para evitar, pelo menos, a da negligência e da incompetência, já seria um avanço muito grande; o dolo só depois da realização é que poderemos, efetivamente, detectar. Não sei, eu acho que são formas de aprimoramento desse trabalho do próprio Tribunal que nós devemos buscar.

Há pouco estava aqui conosco o Senador Renato Casagrande que realizou no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização, Controle e Meio Ambiente uma série de seminários discutindo e envolvendo muitas pessoas, estudiosos, técnicos e profissionais da área do controle externo, exatamente na busca de aprimoramento da execução de suas tarefas. Houve alguns avanços, houveram algumas propostas e culminou, inclusive, numa proposta do Senador Renato que é a de criar um Conselho de Tribunais, mas para acompanhar exatamente o que os Tribunais, de que forma os Tribunais estão trabalhando. Mas eu espero que nós possamos, inclusive, com a ajuda desta Casa encontrar, e eu não conheço a forma. Ah, se eu conhecesse. Eu não conheço essa forma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente. Mas eu espero que com a contribuição efetiva dos membros desta Casa onde revelam aqui personalidades e elevado espírito público e muita competência técnica, possam dar essa contribuição para que nós possamos aprimorar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e execução das nossas obras. Agradeço a contribuição de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador César Borges, o Senador Leomar Quintanilha. Nós encerramos a intervenção.

Queria aqui saudar a qualidade da intervenção que reflete a experiência e a vivência do Senador Leomar Quintanilha. Agradecer a sua presença. E nós faremos agora aqui a apuração. V. Exa. se sinta à vontade se quiser permanecer na sala.

E para poder contemplar o desejo de participação do Senador Demóstenes está convidado a ajudar na apuração, sem o voto dele, porque nós já estamos sobrecarregados nesta questão. O espírito cidadão está muito fortalecido nesta Casa, e o Senador Suplicy, por favor, poderia acompanhar o Senador Demóstenes para que vocês possam se entender mais estando junto neste momento de apuração.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente Mercadante, pela ordem. Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria que V. Exa. me esclarecesse sobre a questão do pedido de Audiência Pública do Presidente da PETROBRAS e Banco do Brasil, e gostaria que fosse marcada data, por uma razão: como eu levantei esse assunto ontem no plenário do Senado Federal. Essa questão tem implicações que não se restringem ao plenário desta Casa e que envolve a Bolsa de Valores, investidores e etc. Então, eu gostaria que V. Exa. marcasse essa Audiência Pública o mais rápido possível, já que é interesse da própria PETROBRAS que seja esclarecido. E eu pediria mesmo que do meu ponto de vista pessoal para não ficar com essa responsabilidade que tenha havido esclarecimento.

Foi acrescentado aqui ao Banco Central porque este empréstimo da Caixa, aparentemente, pode haver uma explicação, foi feto fora dos limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. Então nós estamos chamando o Banco Central para perguntar como isso foi feito fora dos limites sem que o Banco Central tenha visto ou percebido que isso aconteceu. Então é uma série de acontecimentos que exige uma explicação e como, vou repetir, apenas, tem repercussões muito maiores do que apenas aqui. É importante a rapidez desse esclarecimento que não pode, evidentemente, se restringir a uma nota técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu ontem, assim que o Senador Tasso e o Senador Arthur, já dei esclarecimento, me comunicaram o fato e disseram que tinham feito uma intervenção no plenário. Imediatamente entrei em contato com o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli. Ele, de pronto, disse que encaminharia uma nota técnica explicando todos os procedimentos da PETROBRAS, e, seguramente, o fará ainda pela manhã, foi a informação que eu tive. O líder do Governo disse que os Presidentes estão totalmente disponíveis para esclarecer tudo que for necessário, inclusive, relacionados a uma Audiência Pública. Quanto à data, evidentemente, não tenho poder para determinar, é um convite, mas entrarei em contato com os convidados, exporei os argumentos da brevidade como interesse, inclusive, das próprias empresas, são empresas de capital aberto. E, seguramente, assim que eu tiver a informação da disponibilidade informarei à Comissão o plenário da Casa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu volto a insistir que V. Exa. marque, pelo menos, para terça-feira da semana que vem na própria Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tasso eu não tenho este poder. Eu vou entrar em contato junto com o líder do Governo, com os convidados e farei o esforço para ser o mais breve possível. Assim que eles disponibilizarem as datas nós marcaremos. Mas eu, ainda hoje, entro em contato com V. Exa. para dar o retorno do contato que nós fizermos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora anunciar o resultado. Nós tivemos o Senador José Jorge 26 sim, Senador Leomar Quintanilha 14 sim, nove não e três abstenções. Essa foi a votação da Comissão. Os dois nomes irão agora ao plenário a partir da decisão da Comissão que é apenas vota a admissibilidade.

Agradeço a participação de todos. Está encerrada a nossa sessão.

Sessão encerrada às 11h51.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA

DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Osmar Dias e, ainda, do Senador José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Pedro Simon, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar participando do 3º Fórum de Governança da Internet na Índia, Sérgio Guerra, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 65/08, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-028.496/2008-2, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 19/11/2008. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 293, de 1999 - Complementar, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1991", tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 293, de 1999. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, usa da palavra o Senador Gerson Camata. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Relatório do Senador Osmar Dias, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 293, de 1999. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02- Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2008, não terminativo, de autoria dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti e Osmar Dias, que "autoriza a criação da Secretaria Nacional do Teatro, institui mecanismos de fomento à atividade teatral, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Flávio Arns que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flávio Arns, usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Osmar Dias e Romeu Tuma. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Relatório do Senador Flávio Arns, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAE; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04- Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05- Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos In-

dustrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Em 14/10/08, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que apresentou Voto em Separado pela rejeição da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07- Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08- Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992", tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 01-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09- Projeto de Lei do Senador nº 146, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela prejudicialidade da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela prejudicialidade. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12- Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Almeida Lima, que "altera a Lei nº 8.687, de 20 de julho de 1993, para isentar do Imposto sobre a Renda parte dos rendimentos do trabalho percebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado", tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13- Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que apresentou Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14- Mensagem do Senado Federal nº 246, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do 'Programa BNDES de Crédito Multisetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)', inserido na Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América)", tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que ofe-

rece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, usam da palavra os Senadores Adelmir Santana, Gerson Camata e Romeu Tuma. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Relatório do Senador Osmar Dias, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 41, de 2008-CAE, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil, da Diretora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec, e do Diretor da Federação Brasileira de Bancos - Febraban, para explicarem sobre a elevação absoluta e relativa das tarifas bancárias entre abril e outubro do presente ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Declaro aberta a 34ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa e leitura da aprovação da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento. Aviso nº 65 do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº Tribunal de Contas 028496/2008-2, pelo plenário daquela Corte de sessão ordinária em 19 de novembro de 2008. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio do ofício circular.

Comunico ainda que havia uma demanda do Senador Arthur Virgílio para que nós fizéssemos Audiência Pública para tratar do tema dos empréstimos da PETROBRAS às instituições financeiras nacionais, em particular, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Uma operação de crédito de dois milhões, 22 mil e 700 mil reais, dois milhões, 22 milhões e 700 mil reais.

E eu entrei, eu tive um seminário ontem com o presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli e nós tínhamos acordado, previamente, que a audiência se realizaria hoje. Havia uma demanda que fosse feita com uma certa urgência. Mas o presidente do Banco do Brasil, Lima Neto, e presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda, estavam já com uma agenda inadiável com o Presidente da República no Estado de Pernambuco, hoje pela manhã. Estão assinando vários convênios e a assinatura tem que ser feita oficialmente pelo presidente das duas instituições. Em função dessa impossibilidade, nós acordamos a possibilidade da audiência ser feita na quinta-feira desta semana. Mas o Senador Arthur Virgílio...

Eu tinha conversado com o Senador Sérgio Guerra ontem, tentei falar com o Senador Tasso e não consegui. O Senador Arthur Virgílio sugeriu que fosse feita na semana que vem. Da nossa parte não há impedimento de fazer na semana que vem. Eu só peço à Comissão tentar ver se a gente consegue agenda na terça ou na quinta. Deixar alternativas, porque reunir os três, às vezes, há algum tipo de impedimento. Por exemplo, como era a audiência hoje, não foi possível o Banco do Brasil e a Caixa. Então, deixando essa flexibilidade, quinta-feira está de bom tamanho para nós fazermos a semana que vem. Quinta da próxima semana em vez de ser depois de amanhã.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para mim está perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então nós poderíamos fazer quinta-feira que vem a audiência, se houver entendimento. Só antes de passar ao Senador Arthur, Senador Osmar Dias pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, depois de dois anos das eleições de 2006, eu recebi um telefonema, ontem, do Governador do Paraná que me solicitou apoio para que votássemos, nesta Comissão, o projeto de resolução que eu apresentei, e que tem como relator o Senador Valdir Raupp, que põe fim à multa que o Paraná paga por conta da privatização do Banestado e que foi adquirido pelo Itaú. E como o Paraná não vem pagando as parcelas devidas ao Itaú, o contrato reza que uma multa deve ser aplicada ao estado, descontando do fundo de participação do estado.

Nós já deliberamos sobre essa matéria no dia 19 de dezembro do ano passado e V.Exa, com muita cautela, alertou que aquela resolução, que nós estávamos aprovando, não teria, não prosperaria, por ser inconstitucional e contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal. V.Exa. estava certo. Ela não prosperou. Em seguida eu apresentei um projeto de resolução corri-

gindo as ilegalidades e inconstitucionalidades daquela resolução. Ela está com o Senador Valdir Raupp que também, segundo me consta, recebeu um telefonema do Governador do Paraná, assim como V.Exa. Então, neste momento, eu estou cumprindo o meu dever de paranaense pedindo para que V.Exa. coloque na pauta este, o relatório do Senador Valdir Raupp, a respeito do projeto de resolução que eu apresentei, pondo fim a essa multa que o Paraná paga todos os meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, realmente esse projeto de resolução, agora de autoria do Senador Osmar Dias, de nº 24 de maio de 2008, eu acho que foi encontrado o caminho para se resolver esse problema. Não está sendo fácil para encontrar uma fórmula jurídica para resolver esse impasse do Estado do Paraná com o Banestado, agora privatizado, que está sob o domínio do Banco Itaú. Mas acho que agora com esse projeto de resolução está se encontrando um caminho. Eu estou pronto para votar. Realmente, não deu tempo de entrar ordinariamente na pauta desta sessão, mas eu peço a V.Exa, se possível. Eu estou pronto para fazer o relatório. O meu relatório está pronto. E se V.Exa aceitar que ele seja incluído na pauta ou extrapauta nesta sessão, ainda estarei pronto para votar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu ponderaria e conversei com o Senador Osmar Dias e com o relator Valdir Raupp, nós temos evitado na Comissão colocar matérias relevantes, polêmicas, extrapauta, porque não permite que os senadores, enfim, interessados na matéria se preparem devidamente. Então, nós assumiríamos o compromisso de colocar como primeiro item da pauta da próxima terça-feira, da próxima sessão ordinária, que será muito provavelmente terça-feira que vem. Primeiro item da pauta seria o problema do empréstimo do Paraná e assim V.Exa. pode distribuir o parecer, a Comissão toda será oficializada do parecer e nós discutiremos como primeiro item da pauta na próxima terça-feira.

Se houver entendimento nesse encaminhamento, acho que nós estamos, estaria pacificada a questão. Havendo acordo, então terça-feira que vem, primeiro item da pauta ficaria o empréstimo, a discussão do empréstimo do Paraná. Pela ordem tem ainda--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu lembro que tem que ser aprovado aqui e depois do plenário. Então nós temos um tempo aí que correr. Nós pediríamos essa confirmação para a semana que vem, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está confirmado. Primeiro item da pauta a questão do empréstimo do Paraná.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio, depois Senador Renato Casagrande e Senadora Ideli, que antes de mais nada, quero expressar aqui minha solidariedade, V.Exa. está com o braço enfaixado. Quebrado? E espero que se recupere logo. Senador Arthur.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, então minha solidariedade dupla à Senadora Ideli e solidariedade também aos Senadores Colombo de Souza e Neuto de Conto, pelo que está acontecendo em Santa Catarina, que de fato não é a maior tragédia que se possa ter abatido sobre um estado, é a maior de que eu tenho notícia no país. Ao que exige de nós toda a emoção, toda a razão, então a minha solidariedade aos representantes e ao povo de Santa Catarina.

Mas Presidente, nós, em seguida a uma denúncia séria, trazida à Casa pelo Senador Tasso Jereissati a respeito de problemas de caixa, não falou em falência, não falou em quebra de PETROBRAS, falou em dificuldades momentâneas de caixa e falou no inusitado que era um banco oficial estar emprestando a uma empresa que normalmente recorreria a banca privada. Teve o Senador o cuidado, depois de debater isso exaustivamente com a sua bancada, teve o cuidado de, mesmo detentor desde cedo da informação, esperar o fechamento do pregão. O que revelou seriedade, o que revelou sobriedade. Fez a denúncia no final do dia, quando sequer haveria mais espaço para grandes especulações na imprensa brasileira. A resposta que obtivemos, ela foi bastante grosseira por parte do governo, a começar pelo Presidente da República que diz que isso é terrorismo e, obviamente, me sinto atingido porque se endossei a preocupação do Senador Tasso Jereissati. Eu devo dizer que não me senti terrorista quando, na reunião das oposições, eu fui o primeiro orador a falar contra o impeachment do Presidente Lula em 2005. Naquela hora, talvez, ele não tenha achado que eu era terrorista e nem terrorista o Senador Jereissatti. Temos ouvido insinuações, insinuações e vamos aqui, ainda há pouco falei com um jornalista muito respeitável, vamos aqui não ficar tapando buraco nenhum com, tapando o sol com peneira nenhuma. Que o Senador estaria contrariado, porque supostamente a refinaria de Ceará não sairia mais.

O Senador não seria mesquinho a ponto de dar uma notícia falsa em função de uma contrariedade legítima de um pleito do seu estado. Mas mais. *"Ah, mas não saiu o empréstimo para uma empresa do irmão do Senador"*. Ora, vamos ser bem francos, já que o Governo está querendo discutir conosco numa

linguagem mais rude, ali no Palácio do Planalto tem gente muito mais forte que o Senador Tasso Jereissati para arranjar empréstimos para a empresa do irmão do Senador. Não me peçam para dizer o nome, mas tem gente muito mais forte do que o Senador, repito, que o Senador Tasso Jereissati para arranjar esse empréstimo, enfim. Agora, é incrível como isso contagia.

Eu estou aqui com o artigo da jornalista Miriam Leitão de hoje. Bom, isso aqui tudo, Senador Mercadante, são notícias sobre o assunto. O assunto não é desimportante, o assunto é importante. É corrente e recorrente que a Caixa tem problemas, que a PETROBRAS tem problemas. Que o custeio aumentou demais, que não se sabe como ela trabalhará com o barril de 50 dólares. Ela que estava trabalhando com o barril de 140 dólares. Não se sabe como é que é. Nós queremos discutir tecnicamente isso. Não fizemos insulto a quem quer que seja. Não tratamos com escárnio a questão, fomos discretos e em troca levamos algumas patadas que queremos devolver com toda a tranqüilidade.

A jornalista Miriam Leitão se queixa de algo parecido. Ela encontrou o Presidente Gabrielli em estado de surto. Não aceitando simplesmente que outras pessoas, ela, inclusive, tenham preocupações com esse quadro. Então ele diz que são irresponsáveis e políticas essas declarações. Eu diria que irresponsável é ele por estar permitindo o aumento do custeio na PETROBRAS. Eu não aceito essa linguagem. Essa linguagem é abaixo do tratamento que ele tem recebido de nós cada vez que ele vem aqui. Então, se tem entre nós dois, alguém irresponsável, é ele que tem permitido o aumento de custeio, do custeio da PETROBRAS em níveis, de fato, próximos a irresponsabilidade. Ontem, na Globo News, fez acusações, inclusive dizendo que seriam mentirosas as pessoas que estivessem por trás dessas preocupações. Não foram sequer denúncias, foram preocupações as que manifestamos. Não vamos com essa história de é patriótico se fingir que não tem problema na PETROBRAS e é impatriótico se dizer que pode ter um problema onde se está vendo, até porque teve alguém que disse que "*patriotismo é o último refúgio dos canalhas*". Não vamos então nos abrigar no patriotismo para esconder o que quer que seja de mazela naquela empresa. Ela pertence ao povo brasileiro. É motivo de orgulho para todos nós.

Agora, obviamente, Senador Mercadante, que ela precisa ser discutida. E ser discutida no nível que estamos acostumados a fazê-lo aqui. Não com adjetivos. Inclusive, vou dizer a V.Exa, quando encerro, eu fui Ministro de Estado. Quero que V.Exa. ouça isso, Senador Jereissatti. Quando houve aquela crise que a oposição chamava de apagão e que foi, na verdade, racionamento de energia, veja como o bajulador faz mal a quem governa e como esses oito anos devem ter intoxicado já bastante o Presidente Lula. Acabou a primeira reunião daquele comitê de crise e uma pessoa, cujo nome eu não vou citar, numa roda a qual eu estava presente, e me deu um desalento enorme ouvir aquilo, disse assim: *"O chefe é um gênio!"* – O gênio era o Fernando Henrique – *"É um gênio! Isso aí é o novo Plano Real. Esse plano de poupança de energia é o novo Plano Real. Isso aí é a chave para nós ganharmos as eleições"*. Eu olhei aquilo, eu disse assim: *"Meu Deus, acabamos de perder as eleições, porque quando o nível de bajulação chega a esse ponto é porque o governo está na hora de dar lugar a outro."* O que disseram de nós? Que éramos terroristas e que estávamos espalhando pânico no país, porque estaríamos atordoados com a competência com que o Governo foi manejando essa crise. Se teve um governo lento para responder à crise foi esse. Se tem um governo que até hoje, não admitiu ainda, que ano que vem é ano de vacas magérrimas, macérrimas, é esse. Insiste em medidas irresponsáveis tentando forçar um crescimento impossível de 4%, quando nós sabemos, Senador Mercadante, que nós teremos, talvez, talvez, alguma coisa próxima de recessão no final deste ano.

Então gostaria de repudiar aqui as grosseiras manifestações que vieram do Palácio do Planalto. Alertar o Presidente sobre os bajuladores que acham que está tudo muito bem, quando na verdade isso daí pode ser o sinal do Titanic. E, terceiro, dizer ao presidente Gabrielli que ele não está fazendo jus à forma cortês e cordial com que foi recebido por nós aqui. E volto a dizer, e falo muito por mim, se entre nós dois tem alguém irresponsável, é ele, porque é recorrente a acusação que se faz à PETROBRAS e isso os acionistas acusam e ela tem perdido o valor patrimonial seguidas vezes, é recorrente a noção que a sociedade tem de que o custeio está aumentando perigosamente naquela entidade tão prezada por todos nós. Ele não é proprietário da PETROBRAS, não gosta mais dela do que eu gosto, não aprecia mais a PETROBRAS do que o povo brasileiro, mas, óbvio, que nós temos que discutir a PETROBRAS. Não vamos então interditar o debate com essa tentativa de desqualificação que eu tenho certeza que com ela V.Exa. não concorda, até pela sua formação democrática. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, eu entendo que esse debate nós deveríamos fazer no âmbito da audiência que estava programado para quinta-feira. Eu estou entendendo que há uma demanda apresentada por V.Exa. e nós transferimos a data. Mas eu gosta-

ria de pelo menos responder alguns temas que estão sendo colocados.

Eu acho que nós precisamos fazer o debate substantivo. Qual é o debate substantivo? O debate substantivo é que nós estamos enfrentando uma grave crise econômica financeira internacional. O que era uma crise imobiliária, virou uma crise financeira global a partir de meados de setembro e agora é uma crise econômica global. Quer dizer, a recessão já está instalada e com um grau de amplitude bastante preocupante, não só na economia americana. Hoje mesmo, alguns analistas já mencionam que a recessão está instalada há um ano na economia americana, mas ela já atinge a economia européia. O trimestre passado a Alemanha cresceu menos 5%. A Inglaterra, menos 0,5%. Menos 0,5% a Inglaterra, a Alemanha, a Itália. Então nós temos o Japão desacelerando. E há um esforço muito grande de enfrentar, para mim, essa crise. Tenho dito, é a maior crise financeira desde 1929, há um esforço de coordenação de política econômica internacional que talvez amenize o impacto da crise.

É verdade que, no caso brasileiro, esse impacto está sendo retardado e amenizado, porque o país construiu algumas linhas de defesa importantes. As reservas cambiais, mais de 200 milhões de dólares, a dívida pública, como estava indexada ao câmbio, ela reduziu bastante para 36,6% do PIB, a inflação se manteve sob controle, o depósito de compulsórios, que eram muito elevados, acabaram sem o instrumento de defesa da liquidez. Nós tínhamos, em setembro, 273 bilhões de reais de depósito compulsório. Mas é inegável que a crise está atingindo o Brasil e há um esforço muito grande do Governo, em vários setores, de tentar reconstituir o sistema de crédito que ficou totalmente paralisado. Internacionalmente não havia crédito nem para as ACCs, nem para operações simples de comércio exterior. Ficaram totalmente paralisados no final de outubro, ao longo do mês de novembro. Essas linhas começam a voltar progressivamente, mas só nessa modalidade o Banco Central colocou 48 bilhões de dólares.

Em relação à PETROBRAS, eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer com profundidade, com a presença do Presidente da PETROBRAS, da Caixa e do Banco do Brasil. Eu, ontem, vi alguns argumentos apresentados pelo presidente da PETROBRAS José Sérgio Gabrielli, nós estávamos em um seminário. Estava numa mesa conjunta com ele. E ele apresentou alguns elementos que eu acho que vão ser aqui detalhados e relevantes.

Primeiro, a PETROBRAS tem um caixa mensal de 17 bilhões de reais. Bilhões de reais, mensal. É o caixa da PETROBRAS. É o faturamento mensal da PETROBRAS. A PETROBRAS tinha operações de comércio e de financiamento, ela precisa de um *fonding(F)*(F) da ordem de quatro a cinco bilhões de dólares por ano. Porque ela estava com um programa de investimento de vinte bilhões de dólares por ano, em andamento, 112 bilhões de dólares e meio em quatro anos. Seiscentos projetos de investimentos que estavam programados, e aí inclui toda a modernização das refinarias para o Brasil poder processar óleo pesado e não precisar importar mais óleo light. O Plangás, quer dizer, nove mil quilômetros de gasoduto e todo aumento da oferta de quarenta e dois milhões de metros cúbicos de gás para poder suprir aquela demanda de energia que era decorrente do crescimento forte do Brasil e, também, um programa muito agressivo de subissão de importações num setor que já é 10% do PIB brasileiro.

Se você pegar os estaleiros brasileiros, construção naval, toda cadeia produtiva do petróleo tem um impacto muito grande. Ora, a crise internacional derrubou o preço do petróleo, como foi dito, à metade do preço, nós tivemos uma desvalorização muito rápida e expressiva da moeda nacional e alguns outros fatos que impactaram a PETROBRAS, do ponto de vista de seu fluxo de caixa. Um deles é a mudança da contabilidade. Nós estamos numa transição da contabilidade. Nós estamos indo para outros padrões de contabilidade internacional. Por exemplo, a PETROBRAS não pode mais utilizar, este ano, ano que vem poderá, juros sobre capital próprio, então isso tinha implicações sobre seu fluxo de caixa.

Segundo, a maxivalorização obrigou que todos os ativos no exterior da PETROBRAS fosse contabilizado como lucro contábil e isso deu um desembolso fiscal muito elevado para a empresa. Cada um bilhão de dólares tinha que ser contabilizado como dois bilhões e quatrocentos, dois bilhões e quinhentos milhões de reais. Então isso também impactou o fluxo de caixa. Ela teve que pagar a participação especial dos *royalties* no auge do preço do petróleo, sendo que depois houve uma alteração no quadro macroeconômico e, por tudo isso, e porque ela dependia de financiamentos internacionais, ela em geral, como é uma empresa que tem grau de investimento, ela captava recursos de longo prazo e ela foi obrigada a substituir o seu *fonding(F)* por fontes domésticas.

De qualquer forma, esse debate aprofundado, eu acho que nós devemos fazer. Só estou respondendo para dizer que eu acho que esse é o debate. É um debate de fundo, é um debate de mérito e que tenho certeza que essa comissão fará. O que nós precisamos decidir hoje, mesmo porque nós temos uma Ordem do Dia, que foi acordada, é se nós vamos fazer isso na quinta-feira ou na semana que vem. Eu acho que

se houver acordo para fazer na semana que vem, eu acho que não haverá dificuldades. A única coisa que eu peço é para ver se é possível fazer na terça-feira ou na quinta-feira, porque, como eu disse, por exemplo, o José Sérgio Gabrielli podia vir hoje, o presidente da Caixa e do Banco do Brasil não tinham como, então precisa de alguma flexibilidade para, na quarta-feira não dá por causa da CCJ. Então nós poderíamos tentar fazer na quinta-feira da semana que vem. E aí acho que nós conseguiríamos responder a essa questão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria, primeiro, agradecer V.Exa. por esse empenho e que haja esse debate aqui, e colocar que nós gostaríamos que isso fosse na quinta-feira da semana que vem, porque na próxima terça-feira, infelizmente, eu não vou poder estar aqui. Eu gostaria de estar presente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tem razões fortes para não estar aqui, Senador. Tem razões fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos o esforço, então, para quinta-feira da semana que vem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quinta-feira da semana que vem.

Agora, eu gostaria de dizer que o que V.Exa. acaba de dizer, apenas confirmou o que eu disse. Se alguém estava presente à reunião em que eu no Plenário levantei, eu disse que a PETROBRAS estava sofrendo uma crise de caixa, V.Exa. está confirmando isso. Eu só não concordo que *royalty* e imposto seja imprevisível. Nós vamos discutir isso.

Mas, enfim, eu fico feliz por V.Exa. estar confirmando que a PETROBRAS está sofrendo uma crise de caixa. Crise de caixa não é insolvência, nem quebra patrimonial. A PETROBRAS está longe de quebra patrimonial. Agora, em função dessa crise de caixa, foi o que eu disse, e pedi esclarecimento, o porquê, dessa crise de caixa, já que alguns números que eu vi em balanço me preocupavam, que essa crise de caixa continua, ela não terminou, basta olhar os números do balanço que fica claro que essa crise de caixa continua. Ela não teve crédito no exterior, em bancos privados, V.Exa. confirmou isso agora, que não teve mais acesso, e teve que pedir socorro à Caixa Econômica Federal, o que é inusitado. Empréstimos feitos pela Caixa Econômica Federal, um banco essencialmente social, no volume de mais de dois bilhões de reais, para socorrer o caixa da PETROBRAS que estava e está sofrendo a crise de caixa. V.Exa. acaba de, em outras palavras, confirmar isto tudo o que eu acabei de dizer.

Agora, como eu disse isso e pedi esclarecimento, na verdade eu recebi uma série de insultos de volta. V.Exa. aqui é conhecido, o Senador Mão Santa, chama V.Exa, de uma maneira jocosa, de *"debate qualificado"*, o *"Senador do debate qualificado"*, que V.Exa. sempre clama pelo debate qualificado.

Ora, se ao fazer esses pedidos de esclarecimento, recebo de volta uma série de insultos e insinuações maldosas, isso eu não vou aceitar, Senador Mercadante. Mas eu concordo com V.Exa. que aqui não é o lugar para eu responder esses insultos, eu espero responder, hoje à tarde, no Plenário a esses insultos que foram feitos, porque me deu a impressão, em função do nervosismo, da perda de controle e da grosseria com que vieram, que fora essa questão, existem coisas muito mais graves acontecendo na PETROBRAS. Porque falar isso que eu falei com a tranqüilidade que V.Exa. está falando agora, não há razão nenhuma para aparecerem tantos insultos, tantas grosserias e tantas insinuações.

E aí eu fiquei preocupado, hoje, Senador Arthur Virgílio, eu fiquei preocupado. O que eu falei, a Votorantim assumiu que teve problemas, a Aracruz assumiu que teve problemas. Sem problema nenhum. Sadia está aí, sem problema. Ninguém se zangou, ninguém saiu xingando todo mundo. É um fato normal. No entanto, essa reação me preocupa, porque parece que tem algo de podre no reino da Dinamarca.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso, só para dialogar ainda sobre esse tema, eu acho que nós estamos vivendo um momento absolutamente excepcional da história econômica. Um governo como os Estados Unidos é obrigado a colocar num único banco, 300 bilhões de dólares para comprar ativo podre. 300 bilhões, num único banco. Se você pegar, o conjunto das ações já superam sete trilhões de dólares para socorrer instituições financeiras, participação acionária e, muitas vezes, para comprar os chamados ativos tóxicos decorrentes da crise do subprime e de uma alavancagem irresponsável do sistema financeiro internacional.

Os dezessete principais bancos americanos, não é que eles limitaram, os europeus, japoneses, financiamento à PETROBRAS. Eles não tinham caixa sequer para a sua sustentação institucional. Eles foram obrigados a buscar sobrevivência com o dinheiro público do Banco Central Europeu, do governo de vários países da Europa, do governo americano, do governo japonês. Esse é o quadro que nós vivermos. E porque os bancos trabalham alavancados. Os Estados Unidos 29 vezes. E havia uma situação absolutamente excepcional. Absolutamente excepcional. Então, isso atingiu toda a economia mundial e evidentemente, atingiu também, atingiu também a PETROBRAS. Ninguém disse o contrário. Ou seja, há uma severa restrição de crédito--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permita, Senador, para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Ela foi obrigada a substituir. Só quero voltar a dizer o seguinte. Ela tinha um volume de crédito para poder sustentar o seu programa agressivo de investimentos e as suas operações, significativo. E essa restrição do sistema de crédito internacional que atingiu toda a economia mundial e atingiu parcialmente a economia brasileira, exigiu um esforço grande do Estado brasileiro. Nós estamos criando linhas especiais para o setor automotivo, para a agricultura, para a construção civil e para a PETROBRAS, que é uma empresa grau de investimentos nessa conjuntura de turbulência financeira, de instabilidade econômica, esse debate tem que ser feito com cuidado, desde que esse debate seja construtivo para a gente encontrar quais são as melhores soluções para o Brasil. Por que qual é a outra alternativa para o país em relação às suas empresas? Não concedeu financiamento, porque também foi dito que o financiamento era subsidiado. Não é. É acima da taxa Selic, acima da taxa Selic. É uma operação de 180 dias--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):--para a maior empresa brasileira. A empresa que tem o melhor *rating* no Brasil, que é grau de investimento e foi feita uma operação acima da taxa Selic.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Mercadante, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Permito, mas só que nós precisamos colocar esse debate no devido lugar se nós, de fato, queremos ajudar o país a enfrentar esse quadro de adversidades. Eu acho que esse é o compromisso do Senado e de todos nós. Então, eu proponho, vamos caminhar no sentido da desagitivação(F) do debate. Vamos discutir o mérito, o que é essa crise, qual é o impacto na PETROBRAS, qual é a relação da PETROBRAS--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):-- com o sistema financeiro, quais são as opções de crédito e vamos abrir esse debate com profundidade. Agora, eu proponho que a gente faça isso na Audiência Pública marcada com essa finalidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, só para encerrar, Sr. Presidente. V.Exa. fala até em tom muito mais grave do que nós trouxemos para o Plenário da Casa, quando faz a comparação com o Citibank. Agora imagine se a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Brasil devia dar graças a Deus pela situação que está. Aqui é uma operação de mercado entre um banco público e uma empresa num mundo em que os principais países estão colocando dinheiro público para comprar ativo podre. Não é o nosso caso. É financiamento para o investimento e para a operação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permite estender meu raciocínio. Nós não podemos ter o debate interditado(F) se V.Exa. concorda com isso. V.Exa, como Presidente da Comissão, deveria, obviamente, dizer que repudia as palavras do Presidente Gabrielle em relação a colegas seus desta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele não falou em relação a ninguém da Comissão. A imprensa perguntou, o jornalista--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele falou ontem, na TV--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não falou. Eu estava do lado dele, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou explicar. Deixa eu só explicar para V.Exa. o que aconteceu. Porque esse mal entendido vai crescendo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não vai crescendo, não. Eu estou me referindo a Globo News. Você estava do lado dele na Globo News?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estava. Estava do lado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na Globo News?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estava do lado dele. O que foi perguntado para ele? Foi perguntado para ele se a PETROBRAS estava atrasando fornecedores.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele chegou a usar a expressão *"mentirosos"*. O senhor quer que eu mande buscar a fita?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou explicar sobre o que que ele falou, que era mentiroso. Vou explicar. Ele falou e perguntou sobre--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, aí não. Ele não pode dizer que é irresponsável, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu explicar o que que ele disse que era irresponsável, Senador Arthur? Ele não falou que era irresponsável o pedido de informação, nem o empréstimo. O empréstimo está documentado no balanço dimestral(F) da empresa, na CVM, desde onze de novembro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O que é irresponsável então? Irresponsável é estar atrasando fornecedor--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí ele perguntou: *"Está atrasando fornecedor?"*. E ele falou: *"Não está"*.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Como não está?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele disse que não está.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Está atrasando o setor sucroalcooleiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não está. Aí disseram que ele tinha atrasado a compra--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não estamos atrasados com os fornecedores.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele acha que a política de contratação de pessoal foi responsável?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso é uma outra discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ou seja, é isso que eu quero discutir com ele. Ele não disse que ele era irresponsável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa informação não procede.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nós tomamos todo o cuidado, Presidente. Todo cuidado com não escandalizar. Ele chama de escândalo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele diz aqui, Senador. Permita, Senador, eu estou com a palavra Senador.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V.Exa. está pedindo a questão de ordem, eu estou dando--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Respeita a inscrição então, eu estou inscrito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. É V.Exa, depois a Senadora Ideli Salvatti, depois o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, depois aqui Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aqui Presidente, depois eu.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presta atenção aqui. Ele diz aqui que não é verdade que se havia denunciado. E se fosse, a irresponsabilidade seria maior, porque poderia levar a complicar a situação da PETROBRAS. Ou seja, ele prega o quê? Ele prega o regime que a transparência não seja a ordem? Eu só estou aqui questionando o fato de que alguém que deveria comparecer com toda a reverência a este Plenário, taxa de irresponsáveis, de mentirosos, pessoas que ousam questionar a sua política administrativa em cima de uma empresa do porte da PETROBRAS. Isso eu não posso aceitar. Eu não posso aceitar. Num debate para convencer, para sair na mesma, ou para ser convencido. Eu não entro no debate para ser desqualificado. Então, o Governo se portou tentando desqualificar as pessoas que ousam dizer que pode haver problemas na PETROBRAS. Isso é inaceitável.

E o meu papel é cobrar de V.Exa., que V.Exa. seja duro em relação a isso. Até porque se o Presidente da Comissão fosse eu, eu reagiria em defesa de V.Exa. O fato é que aqui está devolvido o insulto. Não sou irresponsável, o Senador Tasso Jereissati não é irresponsável, essa [ininteligível] de notinha plantada em jornal falando de empréstimo para empresa de telecomunicações, a gente sabe que tem gente no Palácio muito forte que pode agilizar esse empréstimo. Não precisa do Senador da oposição para fazer isso. Se querem trocar o nível, nós vamos ter que trocar o nível. O meu é precisamente o daquele dia, a sobriedade. Deixar fechar o pregão, discutir depois do pregão, tratar do mérito da questão. Quem fugiu do mérito foi o Gabrielle, que parece que anda tomando lítio. Ele anda um pouco mais nervoso do que deveria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos retomar o debate. Senador Tasso Jereissati. Depois, Senador eu vou encerrar, Senador Renato Casagrande, Senadora Ideli Salvatti, Senador Gerson Camata, Líder do Governo e o Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu só gostaria de esclarecer algumas coisas que V.Exa. colocou, que não corresponde. Primeiro, e eu vou deixar aqui em respeito aos colegas, esse debate eu quero levar para o Plenário.

V.Exa. diz que não deveria alguém ou aqui da oposição que não deveria ter sido dado a ajuda à Caixa Econômica. Ninguém disse isso. Pedimos esclarecimentos. O que estava acontecendo. Talvez V.Exa. não estivesse presente no Plenário, mas em todas as discussões nós colocamos esclarecimentos, porque foi dado ajuda e, no entanto, estava sendo vendida uma imagem completamente diferente, com lançamento de grande esclarecimento do que estava acontecendo. Ninguém falou que não devia. Eu acho até que a PETROBRAS merece toda a ajuda possível se por acaso, como está acontecendo, ela entrar numa crise financeira. Agora, é preciso verificar também e nós somos os donos da PETROBRAS, se isso é só devido à crise ou é devido à péssima administração que pode estar ocorrendo na PETROBRAS, isso pode ficar esclarecido.

Segundo, quando eu falei juros subsidiados, é juros abaixo daquele que hoje se apresenta no mercado. É 104% da, isso está escrito no relatório da PETROBRAS, da CDI. Não existe esse juro, hoje, sendo praticado para empresas privadas, por bancos privados no país, nem a própria Caixa a faz esse tipo de empréstimo num volume tão significativo, à empresa nenhuma. O custo de captação, hoje, é 105%. É o custo de captação de bancos. E eu tenho isso de bancos me mandando o custo de captação. Então, é abaixo do custo de captação. Esse esclarecimento que eu gostaria de deixar. Pedindo, porque se V.Exa. forme responder, eu vou responder, e nós continuamos esse debate no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Eu acho que está encaminhando o assunto, vamos fazer uma Audiência Pública na semana que vem, com a presença do Presidente da PETROBRAS, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco Central. Então, nós não podemos nos pautar para um debate... Nós não podemos nos pautar por um debate sem a presença dessas lideranças aqui junto conosco. Nós vamos ter uma audiência semana que vem. E também não podemos nos pautar por um diálogo feito pela imprensa, porque a imprensa não tem condições de traduzir todo o espírito de uma manifestação.

Nós temos que ter cautela. Vamos ter a Audiência Pública, a Audiência Pública vai ser importante.

Sr. Presidente, quero além deste assunto... Além deste assunto da PETROBRAS, e nós já estamos debatendo desde a semana passada, eu quero só pedir a V.Exa. dois pontos.

Primeiro o seguinte. Informar que eu fiz a entrega do relatório, com base no projeto do Senador Osmar Dias e do Senador Eduardo Suplicy. Tive que optar por um, o regimento me obriga a isso, apresentei o relatório da Lei Geral das Cooperativas. Está aqui apresentado, desde ontem. É uma matéria importante que eu acho que seria bom que a gente pudesse ter a atenção dos Senadores, para ver se a gente poderia votar essa matéria o mais rápido possível, porque é uma legislação importante.

A outra questão eu apresentei um requerimento pedindo uma audiência para que a gente faça uma avaliação do crescimento das tarifas bancárias após regulamentação. Fazer uma avaliação. Têm alguns questionamentos, chamamos aqui o diretor de fiscalização do Banco Central, mais o IDEC, e faremos uma avaliação para que a gente possa dar continuidade a este assunto aqui na Comissão.

O requerimento está aí com V.Exa. Se puder colocar em votação, eu agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, o requerimento a gente pode colocar em votação imediatamente sobre a audiência da Comissão para discutir a questão das tarifas bancárias, convidando o diretor do Banco Central e Febraban.

Os Senadores que são favoráveis, Senadores permaneçam como se encontram, aprovado.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em primeiro lugar, eu queria, depois eu vou também fazer o pronunciamento no Senado, no Plenário do Senado, a respeito da situação lá de Santa Catarina, e de toda a solidariedade que nós temos recebido do país inteiro.

E queria dizer que, como na semana passada eu fiquei no Estado, não tive oportunidade de participar dos debates. Queria até pedir mil escusas, porque quando a gente vivencia uma tragédia com a dimensão que nós estamos vivenciando lá em Santa Catarina, determinadas discussões elas ficam, às vezes, um pouco fora do foco para gente. A gente, é tanta desgraça, é tanta tragédia, é tanto sofrimento. E a necessidade de se encontrar soluções mais do que se buscar dissidências ou embates e debates, fica para a gente assim um pouco desfocado.

Mas eu não poderia deixar de me pronunciar sobre essa questão da PETROBRAS, que mesmo de longe, lá do meu Estado, até porque nós estamos vivenciando uma situação lá, que envolve inclusive a PETROBRAS, porque o nosso gasoduto Brasil-Bolívia teve uma explosão. O gasoduto do Estado, da SC Gás, e também do Gasbol, e nós estamos com Santa

Catarina e o Rio Grande do Sul, todinho, sem fornecimento de gás. E estamos lá na emergência, tentando desesperadamente reconstruir o gasoduto, porque a indústria cerâmica, a indústria têxtil, boa parte dos setores produtivos do Estado, como um todo está sofrendo também esta situação e nós estamos buscando solução junto à PETROBRAS que pode ser, dar alento para vários setores produtivos.

Então, não dar socorro, mesmo que a PETROBRAS estivesse numa situação, entende, de delicadeza, como eu até imagino que pode vir a estar, com tanta turbulência, com empresas quebrando, com empresas sendo sustentadas com dinheiro público, em tantos lugares no mundo, mesmo que a PETROBRAS tivesse alguma emergência, que eu quero ter até maior esclarecimento se aconteceu, seria absolutamente legítimo, recursos do mercado financeiro que a Caixa administra, estarem sendo realocados para dar algum socorro. Se o socorro realmente estiver sendo necessário.

Por isso, que tanta paixão, entende, tanta emoção, eu diria, até, num debate como este. Eu, que estou vindo de uma situação de tanta tragédia, eu acho que seria conveniente a todos, neste momento, até porque a crise internacional é muito grande, e a preservação das boas condições econômicas, de investimento, de aquecimento e de manutenção da nossa economia, é de fundamental importância nesse momento.

Portanto, eu acho que num momento onde a calma é pedida de dois em dois segundos, como está acontecendo lá em Santa Catarina. Eu gostaria de fazer o apelo também, que nós pudéssemos ter a calma necessária frente a gravidade da crise internacional, principalmente, porque nós estamos neste momento tratando e se não soubermos tratar adequadamente, poderemos não tendo criar sim uma situação de gravidade para aquela que é, eu não tenho a menor dúvida, a maior alavancadora e a empresa que tem a maior condição de dar sustentabilidade a um aquecimento e a uma manutenção do crescimento no nosso país, que é a PETROBRAS.

Quando no dia seguinte aos debates instalados aqui no Senado, as legítimas, e eu considero até corretas, as indagações da oposição a respeito do empréstimo e tal, mas quando no dia seguinte tivemos queda do preço das ações da PETROBRAS, foi algo que lá do meu Estado, eu me preocupei muito. Porque só o que nos falta é os nossos debates, por mais legítimos que sejam, que fossem ainda acabar tornando agudas ou criando situações que dos debates nós possamos ter ainda agravamento da situação na PETROBRAS, que neste momento, volto ao dizer, é uma das empresas que tem condição de nos ajudar a ter uma saída mais adequada da crise com crescimento, com distribuição de renda, com geração de emprego, porque ela pode ser o grande instrumento de consumo e de busca de produção no nosso país.

Então era isso que eu queria fazer a ponderação. E terminado o assunto PETROBRAS, eu não sei, o Senador Arthur Virgílio está conversando com o Senador Dornelles, mas eu volto a fazer o apelo. Tem um projeto de minha autoria que beneficia prefeituras de todo o país, fazendo com que o ISS seja recolhido no município e não aonde é mais conveniente para o banco que realiza o *leasing*. O Senador Osmar Dias é o Relator. Nós tentamos fazer a Audiência Pública aqui, não aconteceu, e voltou a ter um requerimento no Plenário para ser ouvida outra Comissão, então eu volto a fazer o apelo ao Senador Arthur Virgílio no sentido de cumprir o acordo. Retirar o requerimento para que seja ouvida outra Comissão, e que a gente possa voltar até o final do ano este projeto que ajudaria muito, inclusive as prefeituras lá do meu Estado que estão com grande dificuldade poderiam inclusive ter recursos a mais do ISS do *leasing*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só esclarecer um ponto. À Comissão foi pedida uma Audiência Pública. Nós trouxemos as pessoas. E não houve *quórum* algum para debater a matéria. E foi por isso que não foi possível dar prosseguimento. Eu quero dizer que a Comissão fez o esforço e eu, inclusive, adverti a Senadora que achava que não haveria audiência para aquele tema nas circunstâncias em que o Senado estava envolvido. Então, nós não conseguimos dar prosseguimento por dificuldades dos próprios Senadores de compromisso em discutir a matéria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu acho um pouco forte essa cobrança quanto a cumprir acordo. Porque V. Exa. sabe que a minha marca é precisamente cumprir os acordos que eu faço, enfim. O que nós temos que discutir é se é necessário ou não a realização da Audiência Pública.

Eu estou e vou me comprometer com o Senador Osmar Dias, de reunir a minha assessoria técnica hoje para nós vermos se podemos abrir mão dessa Audiência Pública ou não. Teria a maior boa vontade de fazer isso. Já estou, aliás, pedindo à minha assessoria que, em me ouvindo, já providencie essa conversa para daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Arthur Virgílio, só assim, eu não tenho nenhum óbice à Audiência Pública. Se for necessária fazer, vamos fazer. Nós já tentamos uma vez e não conseguimos. O problema é que o requerimento que V.Exa. apresen-

tou novamente ao Plenário, faz com que, sequer, se a gente chegar à conclusão de que tem que fazer a Audiência, como o requerimento a pauta está trancada, não vota, o projeto fica parado na Mesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senadora, mas a pauta, quem trancou a pauta não fui eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli, está encaminhada a matéria. Senador Arthur--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V.Exa. sabe muito bem o nome, endereço e CPF de quem tranca a pauta nesta Casa. Não sou eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, senador--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É uma pessoa mais baixa que eu--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que o apelo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pessoa imberbe. Ele usa barba—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, deixa só eu, Senadora Ideli, eu pediria--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que o apelo é no sentido de tirar o requerimento do Plenário para a gente poder tratar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Ideli.

[soa a campainha].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós estamos há uma hora e meia e não conseguimos entrar na pauta da Comissão.

V.Exa. já levantou o tema, o Senador Arthur Virgílio já respondeu, vamos buscar o encaminhamento. Senador Gerson Camata com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu vou ser bem rápido. Apenas para dizer que essa Comissão precisa também, junto com a Comissão de Relações Exteriores, fazer, tomar alguma iniciativa com relação aos empréstimos do Equador. Porque eu, no domingo, lendo O Globo, fiquei estarrecido. Diante da estarrecedora notícia.

Primeiro, o Governo Brasileiro empresta um funcionário da CUT do pré-sal, pago com dinheiro do Governo Brasileiro, que recebe um aditamento do Governo do ,

Eu nunca vi um negócio desse na minha vida. E não é dívida de um banco privado brasileiro. Do banco público, dinheiro do trabalhador, do FGTS, dinheiro do contribuinte quanto é repassado. Eu nunca vi. Um partido político que vai dar Assessoria ao Governo estrangeiro contra o Brasil, para mim é crime de lesa-pátria, tinha que ter o registro cassado. Ele trabalha contra o país, que diabo de democracia é essa? A favor, está certo. Mas contra? Coisas que eu nunca imaginei que pudesse ao longo da minha vida ver acontecer.

A Relações Exteriores chamou o Embaixador Antonino, que foi chamado ao Brasil pelo Presidente da República. O Embaixador mentiu na Comissão, se omitiu. Ele sabia que tinha funcionários do Brasil lá ensinando o Equador a não pagar a dívida do Brasil. Ele sabia que, há um ano, o Governo Brasileiro sabia que o Equador preparava aquilo. Não disse isso na Comissão. É grave. Um funcionário público vai a uma Comissão do Congresso Nacional e omite? É pior do que mentir. E agora, então, a coisa ficou muito mais grave, porque não é um problema só de assuntos de relações exteriores. A CAE tem que saber o que está acontecendo. E os outros empréstimos? Paraguai, e tal(F), que é um movimento nacional com um partido político brasileiro assessorando os governos de fora. Será que não estão colocando nesses contratos, de propósito, cláusulas falhas para depois torná-los nulos?

A Comissão precisa analisar isso. Isso é um problema interno, não é só da Comissão de Relações Exteriores. E V.Exa, com discernimento, com conhecimento que tem das relações internacionais, poderia capitanear o esforço dessa Comissão para que os brasileiros não tenham dúvida do que está acontecendo nesse episódio, que no meu entender, é muito mais grave do que esse negócio da PETROBRAS, que isso estão querendo colocar um elefante num copo d'água, que ele vai morrer quinta-feira que vem quando vir aqui o Presidente da Caixa e o Presidente da PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Elefante em copo d'água [risos]. Eu queria primeiro dizer a V.Exa. o seguinte. Em relação ao empréstimo, eu acho que vale a pena a Comissão entrar nesse debate.

A Construtora Odebrecht estava há 23 anos no Equador, e com inúmeras obras, um portfólio bastante importante. E esta modalidade de financiamento, chamado CCR, ele foi criado em 1982 no auge da crise da dívida externa, para permitir que a região que não tinha acesso aos financiamentos internacionais, pudesse ter alguma solidariedade para estimular a integração regional e não paralisar projetos que eram estratégicos para os diversos países.

No art. 11 do CCR, está escrito que essa modalidade de financiamento é garantida pelo Banco Central do Equador, e é irrevogável. Portanto, pode recorrer a qualquer arbitragem, a qualquer corte internacional. O

artigo é absolutamente cristalino. Quer dizer, é um compromisso dos dois Bancos Centrais e é irrevogável. E esse instrumento do CCR é o principal instrumento de crédito para financiar logística, infra-estrutura regional e aprofundar o processo de integração.

Felizmente, o Governo do Equador está mantendo os pagamentos do empréstimo. Não houve a suspensão do pagamento de empréstimo. Ele está recorrendo, e aí é um direito jurídico, mas eu, pelo que li do acordo, eu vou encaminhar à V.Exa. O art. 11 é absolutamente inquestionável. Quer dizer, é um acordo entre os dois Bancos Centrais irrevogável. Por isso eu acho que o Governo Brasileiro tem total segurança em relação a essa modalidade de crédito.

Em relação ao Paraguai. Nós fizemos uma Audiência Pública nesta semana no Parlamento do MERCOSUL, sábado agora, com o presidente da Itaipu Binacional, o diretor brasileiro e o paraguaio. O Carlos, que é o diretor paraguaio, e o Jorge Samek, diretor brasileiro. E o debate, eu acho que foi muito esclarecedor. Quer dizer, primeiro, o financiamento todo da construção de Itaipu foi o Brasil que assumiu. O Brasil é o responsável por todo o financiamento. Nós pagamos de *royalties* ao Equador, desde a construção de Itaipu, pelo uso da água, e outras modalidades de benefícios--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para o Paraguai.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para o Paraguai, quatro bilhões e oitocentos milhões de dólares. O Brasil recebeu em torno de três bilhões e oitocentos. Nós recebemos menos benefícios do que eles.

Terceiro. O mais importante. O Paraguai, desde que Itaipu ficou pronta, aumentou a oferta de energia 31 vezes. E o Brasil, sete vezes e meio. Ou seja, a oferta de energia para o Paraguai cresceu quatro vezes mais do que cresceu para o Brasil. E energia é um fator inquestionável de crescimento econômico.

Então, qual é a alternativa que nós, a tese do Paraguai é respeitando o contrato, eles terem direito a livre comercialização da energia e poderem vender para terceiros países. Isso representaria uma perda de 9% de oferta de energia no Brasil. Porque o Brasil tem a preferência da compra pelo Tratado de Itaipu, que foi aprovado no Congresso Paraguaio e no Congresso Brasileiro. Portanto, não é um acordo entre governos. É um tratado que tem o estatuto muito próximo à Constituição de um país. São os tratados internacionais.

Então, juridicamente o Brasil está absolutamente seguro do que foi feito, e nós dissemos ao Paraguai, a alternativa melhor para o Paraguai, é o único país que não tem limite para oferta de energia. E a energia no Paraguai é vendida por Itaipu mais barata do que no Brasil. Encontrar uma modalidade tarifária que é mais barata, está em torno de 28 dólares, e a nossa em torno de 32 dólares, então é mais barata do que nós pagamos. Desculpe é 39 dólares, 38 ponto qualquer coisa no Brasil. Eles recebem uma energia mais barata, e portanto, eles deveriam melhorar a distribuição de energia, atrair empresas e impulsionar o desenvolvimento e não questionar o Tratado que é fundamental para a estabilidade jurídica.

Então, eu acho que nós deveríamos fazer esse debate. V.Exa. poderia pensar, eu me disponho a ajudar a construir, poderíamos convidar algumas autoridades e trazer essa discussão que eu acho que seria oportuna para a Comissão de Assuntos Econômicos. Acho altamente meritória. Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Dois informes rápidos, Sr. Presidente. Primeiro, o debate sobre a PETROBRAS já foi concluído. Era para dizer especificamente que o Governo está à disposição. O Presidente virá e vai debater transparentemente e explicar as razões da operação. Portanto não há nenhum problema quanto a isso.

Quanto à questão do projeto de ISS, que foi falado aqui, eu não vejo dificuldade desse projeto ser votado, porque a Casa já se manifestou, nós aprovamos um projeto aqui, que a cobrança é no local da origem do serviço prestado, e não mais na matriz, isso já está [ininteligível]. Portanto, eu acho que não há nenhuma dificuldade de se votar esse projeto rapidamente. Era apenas essa observação que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Romero Jucá. Vamos aguardar a manifestação da liderança do PSDB. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para dizer que o debate da PETROBRAS interessa muito a meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro. É uma empresa cujo patrimônio é um grande legado, diria também, de um grande Presidente, Getúlio Vargas, e que, Sr. Presidente, é preciso a gente considerar nesse debate uma coisa auspiciosa. A PETROBRAS tem agora uma grande jazida a explorar e na cadeia produtiva da exploração de petróleo, ela vai encontrar preços muito bons. As plataformas, as barcas, as sondas, todos aqueles aditivos que são colocados para fazer o furo, para fazer a sondagem, não só os cimentos que dão estabilidade às paredes do furo, mas também todos os links que são colocados lá para se tirar petróleo de alta profundidade. Tudo isso está a um preço muito barato. Então, à maneira, que é possível que quando ela comece a produzir o petróleo do pré-sal, o preço do petróleo estará mais

apreciado, e nós veremos lá na frente que essa crise, na verdade não foi uma crise, eu diria, de exaustão, de estagnação, como aquelas crises que eu via na África, mas foi uma crise até, eu diria, oportuna e redentora para que a PETROBRAS pudesse investir num petróleo de alta profundidade, com preços mais baratos e amanhã poder vender esse preço com uma lucratividade melhor.

Portanto, eu queria apenas acrescentar esse argumento e dizer que a companhia vai bem, o estado vai bem e acho o que grande objetivo desse debate de nós todos, é preservar essa grande companhia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Crivella. Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria lembrar V.Exa, V.Exa. tem acompanhado todos esses, que em 1980 e 83, nós tivemos duas maxidesvalorizações. E naquele período, quando se faz uma maxidesvalorização dentro do sistema que nós temos hoje de tributação, existe uma valorização do ativo de quem tem ativos dolarizados. De modo que existe um lucro contábil, como também existe um prejuízo contábil para as empresa endividadas. De modo que quando isso ocorre, geralmente, o próprio Fisco toma a iniciativa de diferir o imposto, vamos chamar incidente, sobre o lucro contábil, como também dando mais tempo para a compensação dos prejuízos. De modo que nós tivemos, embora com o câmbio flutuante, nós tivemos, na realidade, uma maxidesvalorização. Em 80 e 83, eu reconheço que foi mais fácil tomar essa medida, porque toda a maxi ocorreu num dia. Mas aqui mesmo ocorrendo um período, não sei se foi um mês ou dois meses, eu acho que o Ministério da Fazenda tinha que ter examinado a situação e permitido para todas as empresas, que o lucro, vamos chamar, contábil, decorrente da maxi pudesse ser diferido num determinado período, como também os prejuízos decorrentes dessa maxi pudessem ser compensados por um prazo maior. Isso não ocorreu, e nós vemos que realmente a empresa teve que fazer um pagamento enorme com dificuldades que a colocou de caixa que levaram a recorrer ao sistema financeiro.

Mas eu acho que numa hora dessas, a Fazenda devia ter examinado, estabelecendo algumas regras para administrar esse lucro contábil, o lucro e o prejuízo contábil, decorrente da maxi. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente sugestão de V.Exa. E seguramente, eu acho que merece uma reflexão por parte da Comissão e por parte do Governo, porque isso impactará o balanço de muitas empresas brasileiras. Nós temos, mais ou menos, 49 empresas com ativos no exterior. Empresas, que hoje, são multinacionais e que terão problemas semelhantes nos seus balanços. Não é exclusivo da PETROBRAS. Então, eu acho que merece uma reflexão e sugiro a V.Exa. que pudesse pensar um instrumento legislativo. Se me permitirem, só...

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poder ver, V.Exa. poderia, por favor, Senador Arthur. Só para poder... Eu acho que seria interessante se V.Exa. pensasse algum instrumento legislativo para dar conta dessa equação, que eu acho que é um tema de grande interesse.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Talvez uma ação, já imediata fosse apropriar só no final do ano. É trimestralmente. E na verdade como nós vamos ter um sobe e desce muito grande nessa questão cambial durante todo o ano. Essa apropriação tinha que ser feito no balanço anual, talvez no ganho, quer dizer, não seria mais trimestral. Essa talvez fosse uma ação emergencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso pode ser uma sugestão. Senador Francisco Dornelles está motivado a pensar uma solução que nós poderíamos dar encaminhamento no âmbito da CAE, de como administrar o impacto da desvalorização do balanço contábil das empresas que têm ativos em moeda estrangeira.

Bom, vamos dar início então à nossa Ordem do Dia. Item 1. Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 293, de 1999, não terminativo. Dispõe sobre sistema nacional de crédito cooperativo, e revoga dispositivos das Leis nºs 4595, de 31 de dezembro de 1964, e 5764, 16 de dezembro de 1991. Autoria Câmara dos Deputados, Relator Senador Osmar Dias. Com a palavra, o Relator.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Aloizio Mercadante, esse é um projeto, na verdade, de autoria do Senador Gerson Camata, que está aqui do meu lado, e ele era bem mais novo quando ele apresentou esse projeto, que já tem nove anos que esse projeto está tramitando. Nove anos, Presidente, porque ele é de 99.

E eu vou fazer um comentário, porque eu vou resumir o relatório, que é o seguinte.

Eu acho que é uma desconsideração a quem elabora um projeto, apresenta um projeto, estuda, faz Audiência Pública, ouve lideranças, depois alguém apresenta uma emendazinha e diz que esse é um Projeto Substitutivo e tira a autoria daquele que trabalhou durante anos para consolidar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o chamado plágio parlamentar, que infelizmente é escandaloso e vem acontecendo recorrentemente com todos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, plágio também governamental. Governo também faz plágios descarados de iniciativas do Congresso Nacional.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então Presidente, embora esteja aqui do lado do Senador Camata, ele não me pediu para fazer essa defesa, eu estou fazendo, porque normalmente acontece comigo também e eu não gosto. Ele não deve ter gostado que a Câmara dos Deputados modificou o projeto original dele com emendas que não têm muita importância, ou relevância, pelo menos quanto ao mérito e a constitucionalidade. O Projeto de Lei que ele apresentou dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Na verdade, faz com que o cooperativismo de crédito passe a ter incidência, ou seja, inserido no contexto do sistema financeiro nacional. E isso é importante porque o sistema de crédito cooperativo no Brasil tem sido, tem se destacado em fornecer crédito principalmente para micro, pequenos empresários, e para a agricultura familiar.

Eu até apresentei um projeto, ele está tramitando aqui também, que procura utilizar recursos do FAT para o crédito cooperativo, que seria muito importante para dar maior volume de crédito para o sistema de cooperativas, e ao mesmo tempo, dar mais acesso aqueles que necessitam, porque os bancos não vão aonde o sistema cooperativo vai. Ele, o sistema cooperativo atende pessoas mais distantes dos centros urbanos do que os bancos. Então, esse é um projeto do Senador Gerson Camata, de extrema importância para os tomadores de crédito. Para os micro-empresários, pequenos empresários, os empreendedores, de todos os segmentos da economia.

E, numa análise rápida, sob a perspectiva formal, as alterações propostas pela Câmara dos Deputados, dizem respeito a instituições financeiras e suas operações enquadrando-se desse modo na previsão constitucional que estabelece competência ao Congresso Nacional para dispor sobre o assunto mediante sanção do Presidente da República.

Depreende-se que do ponto de vista de iniciativa Legislativo o projeto está de acordo com a lei maior, ou seja, a Constituição. Portanto, não envolve assuntos cuja iniciativa de lei está restrita a outros poderes da República.

Eu quero destacar um parágrafo do relatório, da análise, quanto ao mérito.

A iniciativa do iminente Senador Gerson Camata, propõe uma alternativa importante para o desenvolvimento econômico ao permitir o acesso ao crédito sem a participação do sistema financeiro tradicional, na medida em que integre à vida econômica da nação segmentos usualmente marginalizados, que eu já disse, os pequenos e micro produtores rurais, comerciantes e industriais, bem como segmentos da população de baixa renda. E nesse momento, Presidente, que nós estamos discutindo problemas de crédito em função da crise internacional, esse projeto se torna ainda mais oportuno, porque ele abre a perspectiva de mais acesso a esses tomadores que hoje têm muitas dificuldades em ir ao banco e tomar um crédito normalmente.

Ressalte-se ainda que não há impacto financeiro orçamentário, porque, pois não impõe desembolsou ou renúncia de valores públicos.

Então, Sr. Presidente, para resumir o meu parecer, o meu relatório. Eu lamento que eu tenha que aprovar o substitutivo da Câmara dos Deputados e não o projeto original do Senador Gerson Camata. Mas quero destacar que este é um projeto do Senador Gerson Camata, e o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 293 de 99, complementar, que vai exigir, portanto, votação com *quórum* qualificado lá no Plenário, nos termos do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. Então esse é o meu Voto e eu peço a aprovação dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V.Exa. me permite. É bem rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, V.Exa. não precisa ser rapidinho. Esperou desde 99 e teve o projeto expropriado por uma prática parlamentar, que eu diria, totalmente desaconselhável. O senhor tem o tempo que precisar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Acontece. Sr. Presidente, eu apresentei esse projeto em 99. No início de 2003 ele estava arquivado. O Presidente Lula, numa solenidade no Palácio exaltou a qualidade do crédito cooperativo. Estava aqui no Brasil um paquistanês que começou a operar muito nesse negócio de micro-crédito e o Presidente disse que um dos objetivos do Governo dele era incentivar o crédito cooperativo. No Espírito Santo ele é muito capitalizado. As empresas, capilarizado, as cooperativas de crédito, tudo quanto é pequeno município, tudo quanto é, até distritos, tem lá um escritoriozinho, um banco dessas cooperativas de crédito cooperativo, que operam exatamente numa margem que, às vezes, o banco privado e até às vezes o Banco do Brasil, muito num volume menor, não chega.

E aí eu, na época, o Banco Central não queria assumir a fiscalização das cooperativas de crédito, o que dá a elas *status*. Dá a elas confiabilidade.

Eu procurei, então, e quero agradecer aqui publicamente, o Ministro Palocci, na época. Ele foi um dos que encarregou um diretor, eu não me recordo o nome agora, do Banco Central da época, que adaptou a legislação para que o Banco Central pudesse, fiscalizando, dar personalidade, confiabilidade às cooperativas de crédito. Nos ajudou muito, na época, o Ministro Palocci. Votou, aprovou aqui no Senado, no Plenário, por unanimidade, foi para a Câmara, a Câmara mudou alguns que era artigo, transformou em subartigo, em parágrafo, e aqui, olha, foi aprovado por unanimidade, é uma Lei Complementar, né? Foi aprovada por 327 votos a zero lá na Câmara dos Deputados, de modo que foi, é uma demanda das cooperativas e eu acharia interessante se a gente pudesse mandá-lo para o Plenário agora, porque o Presidente Lula pudesse sancioná-lo antes do fim do ano, que é uma luta em regime de urgência, até se V.Exa. pudesse nos atender.

É um apelo que eu faço agradecendo ao Plenário, a V.Exa. que colocou na Ordem do Dia e ao Senador Osmar Dias pelo seu relatório. Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos encaminhar a votação. Senadores que são favoráveis ao projeto do Senador Gerson Camata, apresentado através, na forma de um substitutivo, mas autoria intelectual está pelo menos nesse Plenário registrada. Permaneçam como se encontram. Aprovado.

Foi pedida a urgência para Plenário.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadores e Senadoras que são favoráveis ao regime de urgência, permaneçam como se encontram. O projeto está aprovado e vai a Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos então ao item 2 da pauta. Projeto de Lei nº 226/2008, não terminativo. Autoriza a criação da Secretaria Nacional de Teatro e institui o mecanismo de fomento e atividade teatral e dá outras providências. Autoria, Senador Garibaldi Alves, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti e Osmar Dias. Relator, Senador Flávio Arns. Favorável ao projeto com a emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Com a palavra o Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem apenas, Sr. Presidente. Porque o Ministro Guido Mantega já se encontra na Presidência, nós temos reunião de líderes. Eu sou co-autora deste projeto com vários outros Parlamentares. É um projeto, que inclusive, foi apresentado por um grupo de produtores, de artistas, toda a classe teatral, no sentido de ter uma estrutura específica no Ministério da Cultura para incrementar as atividades teatrais no país. Fruto desse, da apresentação do projeto, nós já tivemos várias tratativas, inclusive está em andamento a elaboração de um projeto do Executivo para alterar, de forma profunda, a Lei Rouanet e tivemos também, agora mais recentemente, a posse do Sérgio Mamberti na Funarte, que foi acolhida com muita expectativa por todo o setor teatral, cinematográfico, das artes plásticas, no nosso país. Portanto, eu queria como co-autora do projeto, solicitar que nós pudéssemos retirar da pauta o projeto, para que nós tenhamos a chegada do projeto do executivo da Lei Rouanet, que está já na fase bem se ultimando. Porque, provavelmente, nós vamos aproveitar para apensar neste daqui este projeto que está em tramitação e agilizá-lo dessa forma.

Se nós dermos andamento e sair aqui do Senado, nós já perderemos a tramitação deste projeto. Por isso que eu queria fazer este apelo, para que nós pudéssemos, momentaneamente, retirá-lo da pauta, porque eu tenho sinalização, inclusive, do Ministro da Cultura, que nos próximos dias estará chegando o projeto, já em negociação, da Lei Rouanet. Então era este o pedido que eu queria fazer, se houver concordância obviamente do Senador Flávio Arns, que é Relator, e de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, houve várias Audiências Públicas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte a respeito deste tema. Com a presença de artistas, produtores, a área toda teatral, e há, infelizmente, colocando para a Senadora Ideli Salvatti, assim, um compromisso de todas as pessoas na apreciação. Aqui não é terminativo, Sr. Presidente. Esse projeto vai ainda para a Comissão de Educação. Não houve nenhum contato nesse sentido do Ministério da Cultura com este Relator, com a minha pessoa nessa direção, mesmo que houvesse, eu penso que em função desse compromisso todo com a área teatral, o local mais adequado seria lá na própria Comissão de Cultura fazer essa discussão. Porque também, Senador Gerson Camata, numa contingência dessas nós temos que dar andamento aos processos que estão em tramitação, e ao mesmo tempo, se vier alguma ponderação do Executivo, em termos de Projeto de Lei, nós apreciaremos na seqüência. Só gostaria então, Sr. Presidente, de fazer o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu só explicar. Senadora Ideli Salvatti, o Senador Flávio Arns mantém o parecer, eu também fui procurado pelo Ministro Juca Ferreira, que solicitou se nós poderíamos aguardar para ter uma discussão com o Ministério. Eu ponderei a ele que eu fui convidado na sala da Presidência do Senador Garibaldi--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):--que pediu que nós votássemos hoje essa matéria e um projeto que ele assinava, o Senador Cristovam Buarque, Senadora Ideli Salvatti, Senador Osmar Dias. Eu falei: *"Bom, do ponto de vista da Comissão, estando pronto o relatório eu colocarei na pauta, que é a minha obrigação"*, como tenho feito com todos os projetos. E pedi ao Ministro que entrasse em contato com V.Exa. para ter o entendimento direto com o Relator. Se isso não foi possível, nós votaremos ainda hoje. Se V.Exa. achar que quer aguardar o contato com o Ministro, poderia ser adiado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Sr. Presidente, eu quero, inclusive, destacar o fato que eu considero mais importante, que este projeto não é terminativo nesta Comissão de Assuntos Econômicos, e irá, na seqüência, para a Comissão que vai analisar o seu mérito, que é a Comissão de Cultura, Educação, Cultura e Esporte. Então, no meio tempo, haverá toda a possibilidade de haver um entendimento, uma tratativa, chamar-se as partes envolvidas. Só para não parar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, quando pode ter segmento, e lá inclusive, Sr. Presidente, que foram feitas várias Audiências Públicas. Então nada impede que isto vá para aquele, aquela Comissão. E naquela Comissão se aprecie, se discuta e veja se outro caminho pode ser buscado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero apoiar a posição do Senador Flávio Arns, como um dos autores do projeto, por uma simples razão. É preciso também que o Executivo fique atento aos projetos que estão tramitando, porque normalmente acontece isso. Quando nós vamos votar, o Executivo pede para analisar o projeto. E, às vezes, ele está aqui quatro, cinco anos tramitando, com tempo suficiente para que o Ministério analise, dê a sua posição. Então vai haver tempo. Nós vamos votar hoje, depois vai para outra Comissão de mérito e, nesse meio tempo, eu espero que o Ministério da Cultura tenha tempo para analisar o projeto que nós propusemos há tanto tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, o Ministro tinha questionamentos de mérito. Não era propriamente necessidade de analisar o projeto. Ele queria tratar do mérito com o Relator. Mas, de qualquer forma, o Relator está mantendo a parecer, vamos encaminhar, então, o processo de votação. Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato, Sr. Presidente. Como já foi dito, autoria do Senador Garibaldi Alves, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Osmar Dias, do Paraná, que está aqui do meu lado, que foi, inclusive, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não é terminativo aqui, é terminativo na Comissão de Cultura. O projeto é constitucional, como colocamos na nossa análise. É autorizativo, não é determinativo para a criação da Secretaria Nacional do Teatro, autorizando o Poder Executivo que sinaliza no sentido de dizer que é o que a sociedade deseja, fruto de várias Audiências Públicas.

Existe uma emenda supressiva quando se fala da redução fraudulenta de impostos, suprimindo o que o texto diz, porque a lei 8.137 de 1990, já prevê a penalização bem mais grave do que aquela que o Projeto de Lei dispõe, então há a supressão desse artigo, uma emenda suprimindo o art. 12. É uma lei de incentivo ao teatro, como já acontece com o cinema, com o livro, já existe a Lei Rouanet, como foi mencionado muito bem pela Senadora Ideli Salvatti, mas existe inclusive uma competição grande na área do teatro com as outras áreas previstas na Lei Rouanet, assim como na área de esportes.

Então aqui eu quero destacar, que diante dessa disputa, como diferencial em relação aos outros segmentos, o projeto amplia os benefícios aos contribuintes que se dispõe a patrocinar o teatro. Ou investir nesse setor. Concede dedução no imposto devido até 4% do valor do patrocínio efetuado por pessoas jurídicas e, para pessoas físicas, de até 6% do valor devido. Essa dedução é bem superior àquela atualmente estipulada pela Lei 11.438, em que o limite é de apenas 1%. Esse teto é semelhante ao previsto no § 2º do art. 1º da Lei do Audiovisual. A maior diferença entre o benefício que se pretende e o permitido pela Lei do Audiovisual, consiste no limite relativo à dedução por investimentos, enquanto a Lei 8685 de 93, permite a dedução de até 3% do imposto devido pelas pessoas físicas, e de até 1% de imposto devido pelas pessoas jurídicas. No projeto em tel(F), os limites são respectivamente de 6 e 3%, o que certamente lhe dará grande vantagem em relação à Lei do Audiovisual.

Portanto, diante de toda a argumentação, considerando que não é terminativo. Terminativo na Comissão de Cultura. Considerando que o Ministério deseja fazer observações, e isso pode ser feito, há um tempo ainda para se fazer na Comissão. Considerando o fato de que atores, produtores, vieram a este Congresso Nacional e participaram de várias Audiências Públicas, enfatizando, incentivando a criação de uma Secretaria Nacional do Teatro, com incentivos específicos para a área.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226 de 2008 com a seguinte Emenda. Emenda nº um, como eu já mencionei, suprima-se o art. 12 do PLS 226 de 2008, renumerando os seus demais. É o Voto, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Flávio Arns. Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Flávio Arns, por ter tomado essa decisão de dar andamento. É constrangedor, Senador Flávio Arns, Senador Osmar Dias, quando a gente está aqui para ler um relatório, que já é difícil, já está há seis meses, e de repente alguém vem e pede para retirar, porque o Governo não quer fazer alguma modificação. Todos os Ministérios têm assessoria aqui dentro. Todo dia você encontra alguém de algum Ministério, até para te ajudar a resolver um problema ou para trazer uma mensagem antes da gente poder discutir ou elaborar o relatório. Então, é muito mais simples, no meio do caminho, se discutir o que é mais fácil para o governo poder atender ou não. Agora, retirar na hora da votação, é constrangedor, porque muita gente se desloca para acompanhar de perto essa votação. E está na perspectiva de que vai ser votado com a decisão de V.Exa., que eu cumprimento também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma eu só queria explicar que eu fui procurado semana passada pelo Ministro e não era propriamente para retirar, ele queria discutir o mérito com o Relator. Mas não foi possível o encontro dos dois. Quem sabe na tramitação da Comissão de Educação possa ser feito e aprofundado as preocupações. O que ele ponderava é que a Funarte já cumpre o papel de Secretaria do Teatro. Mas como o projeto é autorizativo, não pode ser impositivo, seria inconstitucional, isso é competência exclusiva do Executivo, eu acho que poderemos encontrar aí um caminho.

Bom, os Senadores, não tendo mais ninguém para discutir a matéria. Senadores que estão favoráveis ao projeto, permaneçam como se encontram, aprovado. O projeto vai à Comissão de Educação, para, Cultura e Esporte, para decisão terminativa. Com a palavra, pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela importância, Presidente, desse projeto que está aqui, dessa mensagem que eu sou Relator, eu pediria inversão de pauta para que eu pudesse apresentar um relatório sobre a mensagem nº 246.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Exa, inclusive, porque nós pedimos urgência a V.Exa. para relatar e conseguiu fazer relatório competente dentro do prazo esperado.

Acatada a inversão de ordem, um projeto da Comissão de Assuntos Econômicos sobre mensagem nº 246 de 2008, do Senado Federal, nº 932 de 2008 na origem do Presidente da República, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, BNDES e o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de crédito multisetorial de apoio a micro, pequenas e médias empresas, terceira etapa do convênio de linha de crédito condicional, CCLIP. Com a palavra, o Relator Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Aloizio Mercadante, Presidente, veja a importância deste projeto. No momento que nós estamos falando da crise, da falta de crédito, nós estamos para aprovar aqui uma mensagem da Presidência da República, que propõe um empréstimo do BNDES, ou uma terceira etapa do empréstimo de três bilhões de dólares do BNDES junto ao BID, para um setor fundamental da economia. Para o programa BNDES de crédito multisetorial de apoio às micro, pequenas e médias empresas. É a terceira etapa, já que a primeira etapa de um bilhão foi consumada através do contrato de empréstimo individual no dia 23 de setembro de 2005. A segunda no dia 19 de outubro de 2007. Um bilhão cada. E agora nós estamos falando de um bilhão de dólares. Até o Senador Gerson Camata se assustou quando viu o valor, mas ele próprio, quando propôs aqui o projeto que eu relatei atrás, ele está propondo um instrumento de operacionalização deste crédito que o BNDES vai conceder para micro, pequenas e médias empresas, que é o cooperativismo de crédito. Cooperativismo de crédito vai ser um dos repassadores, tenho certeza, desse crédito que nós vamos aprovar para o BNDES.

Todas as condições exigidas, tanto pelas resoluções do Senado, quanto pela legislação, estão cumpri-

das. A Procuradoria-Geral da Fazenda manifestou-se através do parecer 2.517, todas as condições da Resolução do Senado 48 de 2007 e Lei Complementar 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, estão atendidas. As considerações relativas ao mérito do pedido são extremamente positivas, como eu já destaquei, os recursos da operação de crédito pleiteado destinam-se à terceira etapa de um programa de crédito tecnicamente consistente, voltado para o financiamento de micro, pequenas e médias empresas que são, aliás, as grandes geradoras de empregos na economia brasileira.

Num momento desse que nós estamos para resolver ou enfrentar o problema da crise e o crédito é fundamental para isso, a gente conseguir um bilhão de dólares a mais para esse programa de financiamento de micro e pequenas empresas, nós temos que aprovar é muito rápido isso para que esse crédito chegue rápido, também, no seu destino, que são essas empresas maiores geradoras de emprego desse país, portanto o Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias, sobretudo pelo esforço de poder atender o mais breve possível essa linha de financiamento para a micro, pequenas e médias empresas, que é a terceira fase de um programa de grande alcance econômico, social, especialmente nesse momento. Senador Adelmir Santana, com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Primeiro eu quero parabenizar pela agilidade na elaboração do projeto e reafirmar as palavras do Senador Osmar Dias, que na verdade é uma coisa salutar quando se imagina ou quando se propõe a facilitação de mais crédito para as micro e pequenas empresas do país.

Eu acabo de vir de uma reunião com dirigentes do BNDES, de APLs onde esse assunto era exatamente o que nós tratávamos. Há uma certa desconfiança com relação ao sistema. Nós vivemos um momento que temos que acender essa confiança, reafirmar essa confiança no sistema. E as medidas que são tomadas, liberando créditos para o sistema bancário, para que chegue à ponta e que chegue, precisamente, às micro e pequenas empresas é salutar. Como se trata efetivamente de uma terceira etapa de um programa já em andamento no BNDES, eu quero louvar a atitude do Governo em mandar essa mensagem e, ao mesmo, tempo, parabenizar o Relator pela agilidade e a celeridade com que fez o seu relatório. Isso efetivamente é o caminho que buscamos para manter a nossa economia funcionando, gerando emprego e rendas, porque é uma preocupação de todos nós que esses créditos efetivamente cheguem aos micro e pequenos empresários. Parabéns, Sr. Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a todos. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu acho que essa mensagem do Presidente mostra que fora do Brasil tem gente que acredita muito mais no Brasil do que alguns brasileiros aqui dentro. Veja, V.Exa, primeiro aquela operação inédita, o Brasil comprar 30 bilhões de dólares com real. Já levou um lucro danado com a valorização depois.

Dois, essa operação, na verdade, são seis bilhões. É mais um trâmida(F) da operação toda. Exatamente para a aplicação nas pequenas, médias empresas brasileiras. Enquanto no mundo todo há um sufoco de crédito. Os grandes organismos multilaterais acreditam no Brasil, emprestam ao Brasil e incentivam o Brasil a captar esses recursos, que são importantes nessa fase.

De modo que eles estão dando a muitos brasileiros uma lição de fé na sustentabilidade da economia do Brasil nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero parabenizar a V.Exa. pela colocação. Eu tenho certeza que expressa o sentimento de todos os Senadores que, agora, participam do debate desta Comissão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu queria cumprimentar o Presidente Lula pela preocupação que está tendo. Realmente, em atender a pequena, média empresa e outros segmentos, para melhorar um pouquinho essa crise que está em plena presença.

Eu acho que o representante da área comercial aqui já é um aval bom e que o relatório é perfeito, Senador Osmar Dias tem uma preocupação muito grande com o setor agrícola, Camata foi Governador. Então, não tem o que falar contra. Visto que o próprio Plenário, e acredito que V.Exa. na exposição que já fez outro dia do Plenário, na quinta-feira se eu não me engano, trouxe à baila todos esses segmentos. Tudo aquilo que aflige a população, a sociedade, e principalmente aqueles que têm um pequeno comércio. Acho que vale a pena correr, e pediria também, a inversão do item 14, que é outra coisa importantíssima que é para atender a população de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Romeu Tuma. Os Senadores que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Peço urgência ao Plenário ao projeto. Senadores que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora ao item, qual V.Exa?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O item 14, que são três bilhões para Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é a terceira tranche do empréstimo de três bilhões. Nós acabamos de aprovar foi o item 14. Eu pergunto se ainda há condições de votarmos mais algum projeto não terminativo em que os relatores estejam presentes.

Bom, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, está encerrada a nossa Comissão.

Sessão encerrada às 12h06.

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e ainda dos Senadores Paulo Paim e Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Aviso nº 67/08, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de outubro de 2008 e Aviso nº 68/08, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998 (que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná), tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 08/07/2008, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Osmar Dias e Valdir Raupp. A Matéria é encaminhada à Secretaria Geral da Mesa a fim de atender Requerimento de Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Adelmir Santana; Item 02- Apreciação dos Projetos que tratam sobre as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, conforme subitens a seguir descritos. O Relator dos Projetos é o Senador Eliseu Resende. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e têm decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos; Subitem 2.01- Projeto de Lei do Senado nº 306/2007, de autoria do Senador José Sarney, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá". O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 01 que apresenta; Subitem 2.02-Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas. O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 01 que apresenta; Subitem 2.03-Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas". O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 01 que apresentada; Subitem 2.04-Projeto de Lei do Senado nº 716, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 02 e 03 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 01-CDR; Subitem 2.05-Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na cidade de Brasília, Distrito Federal". O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 03, 04 e 05 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.06-Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008,

de autoria do Senador Gerson Camata, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região leste do Estado do Espírito Santo". O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 01 apresentada pelo Relator; Subitem 2.07-Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo. O Relator oferece tem Parecer favorável com a Emenda nº 01 que apresenta; Subitem 2.08-Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, no Estado de Goiás". O Relator oferece Parecer favorável ao PLS nº 394, de 2007, com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 534, de 2007 e das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.09-Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás. O Relator oferece Parecer favorável, com as Emendas nºs 03 e 04, que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.10-Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, Estado do Maranhão. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.11-Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.12-Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresentada e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.13-Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 02 e 03 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 01-CDR; Subitem 2.14-Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado de Mato Grosso". O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 02 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 01-CDR; Subitem 2.15-Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.16-Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.17-Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.18-Projeto de Lei do Senado nº 491,de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porá, no Estado do Mato Grosso do Sul", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porá, no Estado de Mato Grosso do Sul". O Relator oferece Parecer favorável ao PLS nº 491, de 2007, com a Emenda nº 01 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 560, de 2007; Subitem 2.19-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais". O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CDR; Subitem 2.20-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais". O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CDR; Subitem 2.21-Projeto de Lei do Senador nº 246, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado, que "dispõe sobre a cria-

ção de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais. O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto; Subitem 2.22-Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Marabá, Estado do Pará". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.23-Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santarém, Estado do Pará. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.24-Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Redenção, Estado do Pará. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.25-Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tucuruí, Estado do Pará". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta; Subitem 2.26-Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Breves, Estado do Pará. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.27-Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Castanhal, Estado do Pará. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.28-Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Paragominas, Estado do Pará. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta; Subitem 2.29-Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.30- Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.31-Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "dispõe sobre a ciração de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 01 que apresenta; Subitem 2.32-Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.33-Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, Estado do Piauí. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.34-Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.35-Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açu, no Estado do Rio Grande do Norte. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.36-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.37-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02 e 03-CDR; Subitem 2.38-Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dispões sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. O Relator

oferece favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02 e 03-CDR; Subitem 2.39-Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Subitem 2.40-Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia. O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto e á Emenda nº 03-CDR, apresentando, ainda, as Emendas nºs 04 e 05 e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.41-Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.42-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.43-Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Vilhena, Estado de Rondônia". O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04, que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.44-Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima. O Relator oferece Parecer favorável com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem 2.45 Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima. O Relator oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 03 e 04, que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR; Subitem nº 2.46-Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Gurupi, no Estado de Tocantins. O Relator oferece Parecer favorável com a Emenda nº 03 que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CDR. Colocadas as Matérias em discussão, usam da palavra os Senadores Eliseu Resende, Relator da Matéria, Cícero Lucena, Romero Jucá, Gim Argello, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Paim, Valdir Raupp, Mão Santa, Jayme Campos, Osmar Dias e Sérgio Zambiasi. Encerrada a discussão e colocadas as Matérias em votação, a Comissão aprova, por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, os Projetos dos Subitens 2.1 a 2.46; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05- Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paesque "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências", para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente", tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. Em 11/11/08, foi concedida Vista ao Senador Tasso Jereissati, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado par-

ticipar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07- Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Em 14/10/08, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que apresentou Voto em Separado pela rejeição da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08- Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09- Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992", tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 01-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10- Projeto de Lei do Senador nº 146, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela rejeição do Projeto; Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12- Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela prejudicialidade da Matéria. O Projeto já foi apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela prejudicialidade. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13- Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Almeida Lima, que "altera a Lei nº 8.687, de 20 de julho de 1993, para isentar do Imposto sobre a Renda parte dos rendimentos do trabalho percebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado", tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14- Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que apresentou Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15- Mensagem do Senado Federal nº 259, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a con-

tratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – Proacre". O Presidente informa que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da Matéria o Sr. Gilberto Siqueira, Secretário de Planejamento do Estado do Acre, e ainda representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, usá da palavra a Senadora Marina Silva. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Relatório do Senador Eduardo Suplicy, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 16- Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, e as Emendas nºs 04 e 05-Plen, não terminativos, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário nº 05 e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 04. O PLS Nº 248, de 2006, já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAS. As Emendas de Plenário ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e um minuto, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada, será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: Aviso nº 67, de 2008, Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41, da Resolução do Senado Federal, nº 43/2001, relatório contendo características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2008.

Aviso nº 68, de 2008, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões de Real referente ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1, Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2008, Não Terminativo: "Revoga os §§ 7º e 8º do art. 2 da Resolução do Senado Federal nº 98, de 1998 (que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do Fundo de Participação dos Estados, de débito do Estado do Paraná). A autoria é do Senador Osmar Dias. A relatoria é do Senador Valdir Raupp. Parecer favorável ao Projeto. Em 8 de julho de 2008 foi concedida Vista Coletiva e nós reapresentamos à Comissão por demanda do Senador Autor, Osmar Dias, e do Senador Relator Valdir Raupp. Mas eu queria informar à Comissão, referente a esse Projeto, que o Senador Adelmir Santana encaminhou o requerimento nos termos do inciso I, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja consultada quanto à constitucionalide, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2008, que revoga os §§ 7º e 8º do art. 2 da Resolução do Senado Federal nº 98, de 1998. Em precedência há Comissão constante do despacho inicial de distribuição, ou seja, foi encaminhado esse Parecer à Mesa, o Presidente Garibaldi deu provimento ao Parecer e reencaminhou o processado para a Mesa, que seguramente deverá estar encaminhando, imagino, que ainda hoje à Comissão de Constituição e Justiça, que dará Parecer prévio a esta Comissão. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Presidente, eu também procedi da mesma forma, eu também fiz um requerimento à Mesa pedindo a oitiva da CCJ em relação à constitucionalidade e juridicidade do Projeto. Então eu procedi da mesma maneira que o Senador Adelmir Santana.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei que há mais de um requerimento nessa direção, mas o Parecer do Presidente Garibaldi foi referente ao ofício do Senador Adelmir

Santana, que requereu o processado à Comissão, o processado foi à Mesa, que designaria, portanto, a oitiva prévia da Comissão de Constituição e Justiça. Senador Osmar Dias, Autor da propositura.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu sei que nós já tratamos do assunto antes da Reunião, mas eu pedi a palavra para deixar uma coisa bem clara. Na semana que passou houve um movimento da imprensa do Paraná me questionando se o Presidente da CAE, o Senador Aloízio Mercadante, estaria ainda colocando obstáculos à votação deste Projeto de Resolução que beneficia o Paraná.

É bom deixar claro que o Senador Aloízio Mercadante jamais colocou obstáculos. O que fez o Senador Aloízio Mercadante foi o absolutamente correto, interpretou a primeira Resolução, que era inconstitucional, e eu votei naquela Resolução e defendi aquela Resolução no Plenário, fazendo isso porque sou Senador do Paraná, mas a própria imprensa do Paraná sabia qual era a minha opinião, que o Senador Aloízio Mercadante tinha razão por considerar aquela Resolução inconstitucional.

Nós trabalhamos juntos nisso desde aquela época, o Senador Valdir Raupp, que é o Relator, o Senador Romero Jucá, o Senador Aloízio Mercadante, e construímos um Projeto de Resolução que eu apresentei e assinei em comum acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional exatamente para retirar daquele Projeto de Resolução anterior as inconstitucionalidades e as ilegalidades.

Este Projeto de Resolução que eu apresentei, eu tenho certeza absoluta que ele encontrará na Comissão de Constituição e Justiça o apoio para que seja aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Então todos os procedimentos adotados pelo presente da CAE, Senador Aloízio Mercadante, foram procedimentos de cautela, já que não adiantou aprovar aquele Projeto de Resolução, que não teve nenhum efeito legal, não prosperou e o Paraná continuou sendo multado, ou seja, estava certo o Senador Aloízio Mercadante.

E nós agora temos a oportunidade de, ao passar pela Comissão de Justiça, termos o aval da Comissão de Justiça para votarmos aqui livres de qualquer outra interpretação que possa haver no futuro. Portanto, eu queria fazer esse esclarecimento e agradecer V. Exa. pelo empenho que tem feito para que o Paraná possa ter a votação desse Projeto de Resolução que vai por fim a uma multa que o Paraná paga ao Tesouro Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar, eu agradeço a palavra de V. Exa. e queria esclarecer também: eu jamais tratei desse assunto com o Senador Adelmir Santana ou com o Senador Antônio Carlos Júnior. Nunca tratei, não recomendei, não solicitei. É uma iniciativa do mandato e comuniquei a V. Exa., ao Senador Valdir Raupp, Relator, hoje pela manhã, e ontem informei ao Governador Requião que provavelmente esse seria o encaminhamento do Senado Federal. É regimental, politicamente é do mandato de cada Senador tratar de temas dessa natureza e o Presidente do Senado reencaminhou o Projeto à CCJ, e de fato há uma discussão sobre a constitucionalidade da decisão anterior que nós tomamos, que eu acho que poderá ser superada no âmbito da CCJ, eu tenho certeza que esse será o debate que nós faremos lá. Então o processado está na Mesa e será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. Senhor Relator, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu faria uma indagação: esse Projeto que já está há tanto tempo circulando aqui nas Comissões, do Senado, que é uma pena que vá se arrastar ainda para o ano que vem, seria muito bom que a gente pudesse liquidar essa situação aqui ainda este ano. A indagação que eu faço é a seguinte, Sr. Presidente: não poderia ser depois da votação aqui o encaminhamento à CCJ? Tem que ser antes?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Parecer, o requerimento, pede a precedência da CCJ sobre a CAE, porque na realidade a CAE é uma análise de mérito. Ele pede o Parecer prévio da CCJ quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução, por isso encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então o apelo que eu faço é que V. Exa. pudesse conversar com o Presidente da CCJ, certamente será designado o Relator, que ainda pudesse fazer isso essa semana e, se possível, voltar na semana que vem aqui, para a gente liquidar pelo menos nas Comissões, se não der tempo de votar no Plenário, mas pelo menos aqui que a gente liquide esse assunto ainda este ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu me comprometo com V. Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu sei que essa é vontade do Senador Osmar Dias, essa é a vontade da maioria dos Senadores dessa Comissão e de V. Exa. também

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu me comprometo com V. Exa. a consultar o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos então ao Item 2 da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, se for possível examinar a autorização de crédito para o Estado do Acre, eu agradeço, por causa de ser o Relator e de precisar estar presente também na Comissão de Relações Exteriores para a audiência do Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. é imprescindível naquela Comissão, é o Relator da matéria. O Senador Tião Vianna chegou aqui às seis da manhã, de vigília, para garantir que o empréstimo fosse aprovado. Nós estamos vivendo tempos de vigília no Senado para empréstimos aos Estados, o Senador Tião Vianna chegou aqui às seis da manhã, já estava de plantão. Então em deferência à história do Tião Vianna, o prestígio que ele goza desta Casa e a importância desse empréstimo para o Estado do Acre e ao esforço de V. Exa. no Parecer, vamos inverter a pauta, eu acho que todos estão de acordo, de colocar o Item 15.

Item 15. Mensagem do Senado Federal nº 259, de 2008, Não Terminativo. "Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE"". A autoria é do Presidente da República e a relatoria é do Senador Eduardo Suplicy, favorável nos termos do PRS que apresenta. De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Gilberto Siqueira, Secretário de Planejamento do Estado do Acre, queríamos saudá-lo aqui pelo trabalho e pela presença, e, ainda, o representante do Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, gerente de responsabilidade financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Com a palavra o Relator, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Aloízio Mercadante, segundo informações contidas no Parecer da Secretaria de Tesouro Nacional, os recursos totais do programa alcançam US$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de dólares), a serem desembolsados nos anos de 2009 a 2014, sendo US$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares) provenientes do BIRD, Banco Mundial, e a contrapartida estadual do montante de US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares). A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central.

A presente operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo, com margem fixa, na qual incidem juros vinculados à libor, semestral para dólar norte-americano, mais despesas e margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato. A margem fixa acordada é de 0,30% ao ano. De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem 4,91% ao ano, flutuante conforme a variação da libor, considerada aceitável por essa Secretaria em face do custo atual de capitação do Tesouro em dólar do mercado internacional.

Conforme ressaltado nos Pareceres da Secretaria do Tesouro e da Procuradoria-Geral da Fazenda, esta proposição atende às formalidades estabelecidas na Constituição Federal e nas Resoluções do Senado, bem como na Lei Complementar de 4 de maio de 2000, nº 101, os limites relativos ao montante anual passivo de contratação, no montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e ao montante da dívida consolidada dos Estados.

Essa operação implicaria, para o Estado do Acre, dispêndios totais com serviço de sua dívida financeira que não ultrapassariam o valor máximo como proporção da receita corrente líquida de 11,5%. O Estado do Acre apresenta comprometimento médio de 6,39% de 2008 a 2012, num contexto em que o Estado apresenta também endividamento consolidado não expressivo. Fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Acre apresenta capacidade de pagamento suficiente, baseado em estudo que define projeções de até 2017 para o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que a margem disponível para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois a margem disponível apurada é sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo de 626 milhões em 2008 até 1 bilhão e 456 milhões em 2017.

De acordo com a coordenação geral das relações de análise financeira dos Estados e Municípios, da Secretaria do Tesouro Nacional, quanto à capacidade de pagamento o Estado foi classificado na Categoria B, suficiente para o recebimento da garantia da União. Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a previsão do

oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Acre. É prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias. Poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras das arrecadação do Estado. Não há registro de compromisso honrados pela União em nome do Estado do Acre nos últimos anos.

Segundo critério estabelecido pela Portaria do Ministério da Fazenda, o Estado possui capacidade de pagamento para a contratação da referida operação de crédito e para o recebimento de garantia da União, é o que diz a Secretaria do Tesouro Nacional.

Fica destacado, no processado, o que Estado do Acre encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, com a União e suas entidades. Satisfeitas as condições financeiras e formais estipuladas pelas referidas Resoluções do Senado, não há motivo, do ponto de vista técnico, para negar a autorização do Senado ao pleito em exame. Dessa forma, a operação de crédito em exame atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2007, observando os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como previsto na Resolução nº 40, do Senado Federal, bem como as exigências para que a União conceda a garantia solicitada.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Acre encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 48, de 2007, e nº 40 e nº 43, de 2001, do Senado, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do Projeto de Resolução que autoriza o Estado do Acre a obter essa devida operação.

Quero assinalar, Sr. Presidente, que ainda na última semana estive presente no Estado do Acre com o Governador Binho Marques, em companhia dos Senadores Tião Vianna, da Senadora Marina Silva, até por convite dela, do Senador João Pedro, e ali pude observar o respeito que tem tido o Governador Binho Marques por toda a Assembléia Legislativa e pela população do Acre. E, acredito, que os objetivos constantes deste Projeto de Resolução para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre serão assim plenamente atingidos.

Todos os Srs. Senadores têm a cópia do Projeto de Resolução que foi distribuída para todos os Srs. Senadores, portanto, eu não preciso ler todos os seus artigos, Sr. Presidente. Este é o meu relatório, com Parecer favorável. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pelo Parecer. Não havendo mais quem queira discutir a matéria... O Senador Tião Viana acordou de madrugada e ficou desde as seis da manhã, achou melhor não falar para aprovar mais rápido, é isso. Eu quero parabenizar a V. Exa. pelo encaminhamento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ele vai só agradecer depois que aprovar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Senadora Marina deseja falar e, pelo visto, há algum problema no ar, porque os dois tiveram que conversar antes da intervenção. Eu acho que o assunto é grave. Senadora Marina com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, primeiro eu acho que nós temos aqui um aporte de recursos na ordem de US$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares), que é feito pelo Banco Mundial, mas em cima de uma visão e de uma proposta que vem sendo desenvolvida no Estado do Acre, ao longo desses últimos anos, que no meu entendimento coloca o Estado em um outro patamar. Em primeiro lugar, nós tivemos um processo de oito anos liderados pelo Governador Jorge Vianna que investiu na parte de infra-estrutura logística e que trabalhou efetivamente para restabelecer o estado de direito, reorganizar as instituições e isso deu base para que o Governador Arnaldo Marques, agora na sua gestão, possa priorizar efetivamente programas voltados para a inclusão social na área de educação, desenvolvimento comunitário e saúde. Na área de saúde há uma priorização fundamental em relação ao alcance das populações e na área de educação a questão do ensino fundamental e a inclusão digital. É bom que se diga que o Governador Binho está priorizando a inclusão digital com cobertura para todo o Estado do Acre, aonde todas as pessoas da comunidade mais distante à população urbana poderão ter acesso a esse benefício. O foco na área de educação será no que concerne a uma educação inclusiva, para todos, e voltada para a construção da cidadania, do atendimento de um espaço privilegiado, da construção de um espaço privilegiado para a construção do saber.

Eu quero aqui dizer que o público alvo desse Projeto, com esses recursos, serão as famílias mais pobres, que estão localizadas nos mais distantes recantos do Estado do Acre e que, por isso, o Projeto é digno de aprovação, pelo alcance social, econômico, ambiental e de promoção de inclusão produtiva como podemos observar. Nesses vinte anos que se celebra a memória do Chico Mendes, nada melhor do que um Projeto balizado de acordo com a visão que ele tinha,

sobretudo, quando foi fazer a crítica no Congresso Nacional sobre o empréstimo da época do Banco Interamericano. Agora com essa aprendizagem, temos um Projeto no Banco Mundial que buscou reparar todos aqueles erros e fazer um reencontro de um Estado da Amazônia com uma forma de empréstimos, de empréstimo que seja capaz de atender os aspectos social e ambiental.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho digno de nota a aprovação dessa matéria, desse Projeto, para que possamos fazer com que o Acre, nesses vinte anos de Chico Mendes, faça jus à sua memória e ao esforço que ele fez para que pudéssemos ter uma nova forma de desenvolvimento para o Estado e para a região.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Parabenizar a Senadora Marina Silva. Eu acho que essa é a melhor forma que a Comissão poderia homenagear Chico Mendes, sua luta em defesa da floresta, de um projeto de desenvolvimento sustentável, aumentando os investimentos, financiamento em Projetos que são estruturantes e que buscam essa perspectiva.

Os Senadores e Senadoras que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Eu queria pedir urgência ao Plenário também, se não o Senador Tião não vai daqui até amanhã.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de requerer a urgência também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os Senadores que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovado. O Projeto vai ao Plenário com urgência.

Vamos agora ao Item 2 da pauta. Esse um tema, Senador Flexa Ribeiro, que está há algum tempo pedindo a essa presidência que trate deste tema, é a apreciação de quarenta e seis Projetos, quarenta e seis Projetos, todos tratam do mesmo tema, ou seja, sobre as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). O Relator do projeto é o Senador Eliseu Resende. As matérias já foram apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Lembro que o Projeto é Terminativo e exige quorum qualificado.

Só queria ponderar que como nós aprovamos uma lei que estabelecia qual vai ser o mecanismo para a aprovação das ZPEs no âmbito do Poder Executivo, nós consideramos que deveríamos aguardar a tramitação daquela legislação, ela já foi concluída, e a presidência reuniu todas as demandas, no melhor Relator que nós poderíamos ter para qualquer assunto dessa Comissão, pela vivencia, experiência e competência, o nosso mineiro e nobre Senador Eliseu Resende, ele deu um Parecer em bloco, e agora nós teremos o privilégio de ouvi-lo. Senador Eliseu Resende com a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Aloízio Mercadante. Nós vamos considerar aqui, como asseverou o Presidente, quarenta e seis Projetos de Lei que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação em Municípios e regiões de diversas unidades da Federação.

Trata-se do PLS 306, de autoria do Senador José Sarney, para a instalação de ZPE nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

No Estado do Amazonas temos três proposições do Senador Arthur Virgílio: PLS 457 e PLS 458, para a instalação de ZPE no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e também no Município de Tabatinga, no mesmo Estado.

O Senador João Durval é Autor do PLS 716, que dispõe sobre a criação da ZPE no Município de Conceição do Caeté, no Estado da Bahia.

O Senador Gim Argello propõe, através do PLS 508, a instalação de uma ZPE na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

O Senador Gérson Camata apresenta duas proposições: o PLS para a instalação de uma ZPE na região leste do Estado do Espírito Santo e o PLS 133 para uma ZPE no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo também.

No Estado de Goiás há uma proposição do Senador Marconi Perillo, PLS 534, para uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Anápolis. Esse mesmo Projeto, essa mesma localização, é sugerida pela Senadora Lúcia Vânia, através do PLS nº 394.

No Maranhão há quatro proposições da Senadora Roseana Sarney: o PLS 234, para uma ZPE no Município de Barreirinhas, através do PLS 235 a proposição de uma ZPE no Município de Imperatriz, através do PLS 254 a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rosário, no Estado do Maranhão também, e o PLS 377 para a instalação de uma ZPE no Município de Bacabeiras, também no Estado do Maranhão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): No Estado do Goiás tem também uma solicitação da Senadora Lúcia Vânia para o Município de São Simão, o PLS 395.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu peço desculpas ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só porque eu sou o--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na leitura nós saltamos aqui. O PLS nº 395, de autoria da Senadora Lúcia Vânia também, para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de São Simão, também no Estado de Goiás. Desculpe, Senador, muito obrigado pela contribuição.

No Estado do Mato Grosso, temos uma proposição do Senador Jayme Campos, PLS 415, para uma ZPE no Município de Barra do Garça, no Estado de Mato Grosso. Também do Senador Jayme Campos, através do PLS 439, a instalação de uma ZPE no Município de Sinop. Também de autoria do Senador Jayme Campos, através do PLS 440, a instalação de uma ZPE no Município de Várzea Grande e, finalmente, também de autoria do Senador Jayme Campos, através do PLS 441, uma ZPE no Município de Alto da Floresta, também no Estado de Mato Grosso.

No Estado de Mato Grosso do Sul temos duas proposições: uma de autoria da Senadora Marisa Serrano, pelo PLS 491, para a instalação de uma ZPE no Município de Ponta Porã, e a outra do Senador Valter Pereira, que através do PLS 560, dispõe sobre a criação de uma ZPE no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em Minas Gerais temos três PLS propostos pelo Senador Wellington Salgado: uma no Município de Uberlândia, através do PLS 232, a segunda no Município de Juiz de Fora, através do PLS 245, e uma terceira no Município de João Monlevade, também em Minas Gerais, através do PLS 246.

No Estado do Pará nós temos várias Zonas de Processamento de Exportação sugeridas pelos Senadores Flexa Ribeiro e Mário Couto. O Senador Flexa Ribeiro, através do PLS 356, propõe a criação de uma ZPE no Município de Marabá, Estado do Pará. Ainda o Senador Flexa Ribeiro propõe a criação de uma ZPE no Município de Santarém, através do PLS 357. O Senador Mário Couto, através do PLS 488, propõe a criação de uma ZPE no Município de Redenção, Estado do Pará. Também o Senador Mário Couto, através do PLS 489, propõe a instalação de uma ZPE no Município de Tucuruí. O Senador Mário Couto, igualmente, através do PLS 490, sugere a instalação de uma ZPE no Município de Breves, também no Estado do Pará. Através do PLS 515, o Senador Mário Couto propõe a criação de uma ZPE no Município de Castanhal. E através do PLS 554, o Senador Mário Couto propõe uma ZPE no Município de Paragominas, Estado do Pará.

Na Paraíba temos duas proposições: uma do Senador José Maranhão, outra do Senador Cícero Lucena. O Senador José Maranhão, através do PLS 381, propõe a criação de uma ZPE no Município de Cabedelo, e o Senador Cícero Lucena, através do PLS 418, propõe a criação da ZPE no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

No Estado do Paraná, o Senador Álvaro Dias, através do PLS 536, dispõe sobre a criação de uma ZPE no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

No Piauí nós temos várias proposições do Senador João Vicente Claudino. Através do PLS 379, o Senador propõe a criação de uma ZPE no Município de Picos, Estado do Piauí. Através do PLS 380, o Senador João Vicente Claudino propõe uma ZPE no Município de Floriano. E através do PLS 631, o Senador João Vicente Claudino sugere a criação de uma ZPE no Município de Bom Jesus.

No Rio Grande do Norte, a Senadora Rosalba Ciarlini, através do PLS 648, dispõe sobre a criação de uma ZPE no Município de Iaçu, no Estado do Rio Grande do Norte.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Senador Sérgio Zambiasi, através do PLS 361, propõe a criação de uma ZPE no Município de Santana do Livramento. O Senador Paulo Paim, também no Estado do Rio Grande do Sul, através do PLS 364, dispõe sobre a criação de uma ZPE na região do Vale do Sinos. E ainda o Senador Paulo Paim, através do PLS 366, dispõe sobre a criação de uma ZPE na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. O Senador Sérgio Zambiasi, também no Rio Grande do Sul, através do PLS 382, propõe a criação de uma ZPE no Município de Uruguaiana.

No Estado de Rondônia temos várias proposições do Senador Valdir Raupp. Através do PLS 341, ele propõe a criação de uma ZPE no Município de Guajará-Mirim. Através do PLS 350, o Senador Valdir Raupp propõe uma ZPE no Município de Ji-Paraná, também no Estado de Rondônia. Através do PLS 351, o Senador Valdir Raupp sugere a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Porto Velho. E através do PLS 352, dispõe da criação de uma ZPE no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, também de autoria do Senador Valdir Raupp.

Em Roraima, o Senador Mozarildo Cavalcanti, através do PLS 391, propõe a criação de uma ZPE no Município de Rorainópolis, nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí, no Estado de Roraima. Também o Senador Mozarildo Cavalcanti dispõe sobre a criação de uma ZPE no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, através do PLS 397.

E, finalmente, no Estado de Tocantins, a Senadora Kátia Abreu, através do PLS 529, propõe a criação de uma ZPE no Município de Gurupi, no Estado de Tocantins.

Esses Projetos de Lei que tratam da criação de Zonas de Processamento de Exportação, como se referiu aqui o Presidente Aloízio Mercadante, foram encaminhados à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e vêm à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão Terminativa. Cabe esclarecer que a Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou as proposições, várias delas com Emendas propostas por relatores. Via de regra, as modificações propostas pela CDR visaram aperfeiçoar as propostas. Na maior parte dos casos as Emendas revogavam dispositivos legais que limitavam o número de ZPE que podiam ser criadas no país e separavam a cláusula de vigência das demais cláusulas, colocando-a em um artigo separado. No prazo regimental não foram apresentadas Emendas às proposições nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Projetos de Lei do Senado sob análise se coadunam com os ditames da Constituição Federal, em especial ao art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. As proposições não ferem a ordem jurídica vigente e estão em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. Os Projetos também atendem às normas para a elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Os Pareceres aprovados pela Comissão do Desenvolvimento Regional analisaram as condições que os Municípios e regiões dos Estados da Federação possuem para abrigar Zonas de Processamento de Exportação. Ali foram analisados quais produtos locais poderiam ser beneficiados e, posteriormente, exportados, a logística para a exportação e o impacto das ZPEs sobre o desenvolvimento regional.

Na Comissão de Assuntos Econômicos eu optei, como Relator, por uniformizar o tratamento dos diversos Projetos em consonância com a legislação sobre a criação das ZPEs.

Considero que a Zona de Processamento de Importação são importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas do Brasil e para fortalecer o balanço de pagamentos do país. Sou, portanto, favorável à instituição da ZPE que, diga-se de passagem, foi bem sucedida em vários países tão diferentes como a China e os Estados Unidos da América. Os Projetos de Lei do Senado que ora analisamos são, portanto, meritórios, já que as ZPEs são importante instrumento de desenvolvimento econômico, que tem entre seus objetivos amenizar as desigualdades entre as regiões, tão acentuadas no Brasil, e fortalecer nossas contas externas.

No entanto, eu peço a atenção dos Srs. Senadores, a análise das condições que os Municípios ou as regiões produzem para abrigar ZPE deve ser feita pelo Poder Executivo, como determina a Lei 11.508, de 2007, amplamente discutida no Congresso Nacional, que regula a matéria. Em outras palavras, apesar de favorável às ZPEs como instrumento de política de desenvolvimento, não posso desconsiderar a legislação sobre sua criação. Neste sentido, a Lei 11.508, de 2007, em seu art. 2º, estabelece que a criação da ZPE far-se-á por Decreto, que delimitará a sua área à vista de proposta dos Estados ou Municípios em conjunto ou isoladamente. Essa proposta, segundo o § 1º, do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos como, por exemplo, a indicação da localização adequada no que diz respeito a acesso a aeroportos e portos internacionais. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, vinculado ao Ministério de Indústria, Comércio e Desenvolvimento, este Conselho analisará as propostas de criação das ZPEs e dará prioridade para as propostas localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação. Portanto, caberá ao Conselho Nacional da Zona de Processamento de Exportação analisar o mérito da criação das ZPEs, constantes dos Projetos de Lei do Senado sob análise, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelo Município. Isso não significa que esses Projetos de lei que estamos discutindo aqui sejam inócuos. Ressalto que o Senado Federal, a respeito de Projetos de Lei autorizativos, e esses Projetos de Lei são Projetos de Lei autorizativos, adotam entendimento do Parecer 527, da Comissão de Constituição e Cidadania, de autoria do Senador Josafá Marinho, eminente constitucionalista, segundo o qual esse tipo de Projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse Parecer, o efeito jurídico da lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Desse modo, creio que todos os Projetos de Lei que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão ou mesmo como uma indicação ao Poder Executivo que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar a ZPE por meio de Decreto.

Julguei apropriado fazer alguns ajustes nos Projetos de Lei sob análise para uniformizá-los. A intenção foi, ao fim e ao cabo, que todos tenham o mesmo conteúdo, já que tratam do mesmo tema. Assim sendo, todos eles terão o seguinte formato: o art. 1º autoriza a criação da Zona de Processamento de Exportação.

O § único, do art. 1°, por sua vez, determina que a ZPEs terão em sua criação características objetivas e funcionamentos regulados pela Lei 11.508 e pela legislação pertinente. O art. 2° contem a cláusula de vigência. Para promover essa uniformização dos quarenta e seis Projetos de Lei do Senado que ora analisamos, sugeri Emendas de forma aos Projetos e rejeitei algumas Emendas. Apenas de forma. Ressalto que muitas dessas Emendas rejeitadas tinham como objetivo a revogação de dispositivos legais que limitavam o número de ZPE que podem ser criadas no país. Essas Emendas perderam a oportunidade, já que a Lei 11.508, de 2007, não estabelece esses limites.

Pelo exposto, somos pela aprovação de todos os quarenta e seis Projetos de Lei, Projetos de Lei do Senado, com as Emendas que apresentamos, destinadas a uniformizá-las apenas no seu formato. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer ao Senador Eliseu Resende. Para iniciar o debate, Senador Romero Jucá, depois Gim Argello e depois Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário. Primeiro registrar que todos nós lutamos para muito para que as ZPEs voltassem à pauta do Congresso, discutimos com o Presidente Lula, inicialmente uma parte da área econômica era contra a criação de ZPEs, o Senado se posicionou, nós tivemos uma reunião na Presidência do Senado com o Ministro Guido Mantega e a partir daí, com o esforço coletivo, nós tivemos uma nova legislação de ZPEs, aprovamos essa legislação, o Governo ditou uma Medida Provisória Complementar para adequar a legislação das ZPEs e na nova sistemática as ZPEs ficaram criadas, o Poder Executivo ficou autorizado a criar as ZPEs, tendo em vista a aprovação do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação, que também foi criada, e a criação da ZPEs se dará por Decreto. Por que é que tem que ser por Decreto, via aprovação do Conselho? Porque a ZPE será um distrito industrial internacional que deverá ter área definida, haverá o alfandegamento, haverá uma série de providências e, efetivamente, tem que se ter o estudo, inclusive, dos Projetos que serão implementados um a um e a aprovação pelo Conselho, que já é aprovado na lei que o Relator tão bem mencionou.

Então esses Projetos de Lei que o Senador Eliseu Resende dá Parecer, muitos deles foram apresentados antes da nova legislação da ZPE. Eles agora, de certa forma, são conflitantes, porque ao criar uma ZPE por lei, sem levar em conta a aprovação do Conselho e todas as normas e determinações que precisam ser feitas, na verdade está se chocando e está se criando um ente que é efetivamente pode ser criado ou não.

O Senador Eliseu Resende, ele adapta a legislação, a proposta, com a Emenda que diz que tem que compor a lei. Então, na verdade, esse Projeto termina funcionando como uma indicação. Na verdade é uma indicação política, econômica, de prioridade, dada por diversos parlamentares, mas efetivamente é uma ação que, além da indicação política, não há nenhum caráter técnico, porque não há nenhum estudo, nenhuma proposição, nenhum entendimento, nenhuma análise de logística, de corredor de exportação, de uma série de questões.

Então eu quero fazer essa observação, eu sei que todos os parlamentares que indicaram querem a prioridade da ZPE para os seus Estados. Então esse Projeto, poderão ser aprovados como uma prioridade política, mas é importante que os Municípios, que as localidades apontadas, realizem e executem projetos efetivos e submetam esses projetos ao Ministério do Desenvolvimento e ao Conselho da ZPE. Só assim isso poderá se tornar realidade.

Então fazendo essa observação e registrando que esses Projetos viram, na verdade, indicações, eu faço esse registro para que se efetivamente se coloque essas ponderações e se tenha efetivamente a visão de que é preciso ter uma série de novos passos para que qualquer uma dessas áreas se torne efetivamente uma ZPE.

Eu quero louvar o Relator, que procurou harmonizar os interesses de tantos Estados brasileiros, encontrou uma saída que compatibiliza com a nova legislação, mas de certa forma fica aqui registrado que essa indicação é, na verdade, um posicionamento político e de sugestão para que tanto o Município apresente o projeto, quanto o Conselho analise e veja a perspectiva econômica e de logística de ter ou não uma ZPE em determinado local. Obrigado, Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero deixar claro aqui ao nosso líder, Senador Romero Jucá, que a sua fala expressou realmente o sentimento do Relator e o que vai constar dos Projetos de Lei, se aprovados forem. É apenas uma indicação. A lei é autorizativa. Agora os procedimentos estão estabelecidos na legislação vigente. Os Estados e Municípios propõem a criação da ZPE, o Conselho Nacional de Zonas de Processamento examina as propostas dos Estados e Municípios, aprovam ou não e, se aprovada, a Zona é autorizada por Decreto do Presidente da República. Essa lei é uma lei autorizativa, é uma lei sugestiva e, como eu li aqui o Parecer do Senador Josafá Marinho, ela não tem vício de iniciativa e pode ser aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello com a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Aproveitando o mesmo ensejo, mas eu gostaria de registrar que para mim foi muito importante a participação em apresentar a ZPE do Distrito Federal, tão importante quanto analisar e ver os Srs. Senadores apresentando esses quarenta e seis Projetos. Por quê? Nada melhor do que cada Senador sabe o pólo de desenvolvimento do seu Estado, onde o seu Estado está precisando de mais desenvolvimento e aonde realmente, porque em cada justificativa, Senador Romero Jucá, que foi colocada em cada Projeto desse, autorizativo, vem a explicação aonde era melhor, aonde tinha o sistema rodoviário mais fácil, aonde tinha o sistema aeroportuário, aonde tinha o sistema fluvial. Então eu achei muito e interessante porque é a nível de sugestão, é sim, mas é muito oportuno tendo em vista as dificuldades todas, essa crise que está chegando, nada melhor do que essa Comissão e o Senado da República dizer: "Está autorizado sim ao Ministério, agora é só construir um Projeto e apresentar ao Ministério". E todas essas cidades que foram apresentadas, essas quarenta e seis cidades, cada Senador, o Senador do Piauí, meu caro João Vicente Claudino, o Senador da Paraíba, os Senadores que apresentaram os seus Projetos autorizativos de ZPE, na suas justificativas, que eu achei muito bacana, Senador Mercadante, é que eles colocam aonde o sistema vário, o sistema logístico próprio e o interesse que tem, porque cada uma tem um feitio diferente. Têm umas em que a proposta é para exportação de frutas, para o senhor ter idéia. As outras propostas são para exportação de minério sem ser pelotizado, já laminado. Há outras, quer dizer, têm vários tipos de propostas, dentro dessas quarenta e seis, vários tipos de propostas para a ZPE que eu tenho certeza que vai ser mais um instrumento para que a gente possa enfrentar essa crise que está aí vindo.

Parabenizar essa Comissão e os Senadores que fizeram cada um a sua proposta, mesmo que seja um Projeto autorizativo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço ao Senador Gim Argello. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Aloízio Mercadante, Senador Eliseu Resende, quero parabenizá-lo pelo Parecer que V. Exa. deu a esses quarenta e seis Projetos autorizativos, como V. Exa. bem fez a correção, para a criação de criação de Zona de Processamento de Exportação.

Será um pleito que já vem de décadas. O Senador Sarney, quando Presidente, criou as primeiras Zonas de Processamento de Exportação, e é bom, Senador Mercadante, Senador Jucá, que teve que se retirar, que me parece que das dezessete Zonas de Processamento que foram criadas à época do Governo do Presidente Sarney, elas permanecem autorizadas, já criadas, melhor dizendo, quer dizer, o que se está aprovando aqui é a sugestão, a autorização para que o Executivo possa encaminhar o Projeto ao Conselho das Zonas de Processamento de Exportação, conforme a legislação, a lei que foi aprovada aqui no Congresso e que V. Exa., na CAE, com bastante competência, fez aguardar a aprovação da lei para que o Relator pudesse, então, fazer o seu Parecer em cima da legislação pertinente.

O que nós precisamos agora é que os Executivos dos Estados e dos Municípios, que estão agora autorizados a criarem as suas Zonas de Processamento de Exportação, encaminhem os Projetos a esse Conselho. Eu tenho certeza absoluta que os Estados brasileiros terão as suas Zonas de Processamento de Exportação e o meu Pará, que é um Estado que tem a sua economia eminentemente voltada à exportação, vai ter um benefício, sem sombra de dúvidas, da maior importância para a implantação dessas Zonas de Processamentos de Exportação. A de Barcarena já criada, só precisa ser implementada, e as outras que estão agora autorizadas pelos Projetos que foram brilhantemente relatados pelo Senador Eliseu Resende.

Quero parabenizá-lo, apesar de como V. Exa. disse que eu vinha já pedindo que fosse colocado em pauta, nós aguardamos praticamente mais de um ano para que pudéssemos ter agora aprovado e transformado em realidade, mesmo que autorizativo, como são ações universidades, como são as escolas técnicas, em que o Senado, o Congresso, de uma maneira geral, faz um Projeto de autorização, mas que, como bem disse o Relator, há uma indução ao Executivo para que ele, então, possa fazer a instalação neste caso da Zona de Processamento de Exportação. Parabéns, Senador Mercadante, Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena e depois Paulo Paim.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores. Sem dúvida todos nós temos que reconhecer o mérito do Relator, a sua dedicação e competência, que todos nós já o conhecemos, mas não posso deixar de registrar a minha preocupação com o desfecho da aprovação dessas ZPEs.

Nós vivemos num país que a ZPE foi criada pelo atual Senador, mas na época Presidente da República, o José Sarney, que criou algumas ZPEs no Brasil, e entre elas a da cidade de João Pessoa, capital do seu Estado, quando na época eu era parte do Governo do Estado, eu era Vice-Governador, e até o presente essas ZPEs não foram implantadas.

Mais recentemente muitos comemoraram, inclusive eu, da aprovação das ZPEs. Sem dúvida nenhuma o Relator buscou a legislação vigente, com a competência de sempre, mas ao fazermos meramente a indicação das ZPEs, eu não posso deixar de registrar a minha preocupação de ter delegado, não nesse momento, mas na legislação anterior, de ter delegado ao Poder Executivo, por Decreto, a decisão aonde fazer as ZPEs. Se antes nós tínhamos uma lei que determinou a criação e elas não foram implantadas, quanto mais agora que é facultativo ao Poder Executivo, não só através dessas ZPEs aqui autorizadas, mas dos cinco mil Municípios que estão, mais de cinco mil Municípios brasileiros, que estão também com a mesma condição dessas que hoje foram autorizadas aqui. Basta o Governo, o Poder Executivo, querer ou não. E como está prevalecendo o não, eu acho que nós devemos refletir um pouco sobre essa autorização que nós demos ao Executivo, porque é no Executivo a decisão de fazer. O Poder Legislativo delegou ao Executivo algo que ele poderia muito bem estabelecer, porque se for um Presidente favorável à ZPE, ele vai criar quantas ele quiser. Se for um Presidente contra a ZPE, nós vamos continuar sem ZPE como um instrumento de desenvolvimento regional e de correção de diferenças econômicas que nós temos no nosso país.

Então embora compreendendo o seu relatório, sabendo que é esse passo que nós temos que dar. Mas registro a minha preocupação, porque não dizer a minha lamentação, de entregar ao Poder Executivo essa decisão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O voto é nominal, é Terminativo. Nós temos problema de quorum. Eu pediria brevidade. Senador Paulo Paim, depois Valdir Raupp.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Aloízio Mercadante, Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, Relator. Eu vou ser muito rápido e dizer que eu considerei importante a decisão ora tomada. Nós sabíamos que, a exemplo das escolas técnicas, na Câmara acaba sendo um processo de indicação. A Câmara acaba revertendo, nem que nós tivéssemos tomados aqui outra posição.

De forma muito rápida, o Rio Grande do Sul é contemplado por duas ZPEs que eu apresentei, duas pelo Senador Zambiasi. Claro que vai competir, vai depender agora da mobilização, por exemplo, do Vale do Sinos, onde há uma expectativa muito grande por essa decisão, para fazer uma mobilização junto ao Executivo para que a ZPE, efetivamente, seja lá instalada.

Eu cumprimento a ambos, eu acho que demos um passo, o Congresso mostra politicamente que é favorável que as ZPEs sejam instaladas nessas regiões e a mobilização regional é que vai garantir a implantação no momento e na hora adequada e na cidade que contemple a visão do Estado. Por isso, meus cumprimentos ao Relator, ao Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Paim eu quero parabenizar ao Relator, o Senador Eliseu Resende, pelo brilhante relatório feito, apesar de ser apenas indicações para o Executivo, mas é uma sinalização política. Eu acho que essa sinalização o Congresso está dando, o Governo já deu também ao aceitar o Projeto, sem definir ainda aonde instalar as ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação, e o meu Estado, que está sendo contemplado com quatro aprovações, Vilhena, Ji-Paraná, Porto Velho e Guajará-Mirim, nós sabemos que vai ser muito difícil de uma única vez instalar quatro Zonas de Processamento em um Estado. Mas, talvez, seguindo o exemplo americano, o exemplo chinês de instalar Zonas e subZonas de Exportações, as subZonas ligadas às Zonas de Exportação, essa é uma questão que envolve mais uma questão fiscal do que de estrutura de [ininteligível], porque o Governo não vai implantar, o Governo não vai gastar dinheiro na implantação de uma Zona de Processamento de Exportação. Ele apenas vai autorizar, assim como nós estamos autorizando, através do Congresso, os Estados e Municípios, através da iniciativa privada, a criar essas Zonas de Processamento. Então a questão do Governo é apenas autorizar a questão fiscal e nada mais. Então eu não vejo, se estiver num momento favorável, do Governo autorizar a implantação dessas Zonas de Processamento, e eu ficaria muito feliz se num primeiro momento pelo menos uma das quatro criadas no meu Estado fosse instalada, se possível as quatro, mas, se não, através de uma se criar as subZonas nas outras cidades do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Mercadante, eu pedi uma reflexão aí para o raciocínio do nosso Cícero Lucena. Ele foi Prefeitinho, Governador. Nós temos muitas cidades, inclusive a que eu nasci, Parnaíba, com vinte anos. Então ele fez a gente refle-

tir que depende do apetite do Governo. Esse Governo não tem apetite, que lá o Presidente, nós votamos, o Piauí votou no Presidente Lula. O Governador é do PT e lá o Prefeito, e é uma das primeiras que está parada. Essa é a realidade.

Mas só o assunto ter voltado à baila, aquele sonho do Presidente Sarney inspirado no desenvolvimento japonês, já foi muito. E a indicação é a melhor possível. Por exemplo, a do Piauí, ninguém teria competência de mostrar as prioridades do desenvolvimento industrial mais do que o Senador João Vicente, que ele é um empresário e sua família é de êxito, e tem uma vocação política extraordinária. Então as três cidades que o João Vicente escolheu, seguindo a Zona Franca já criada e inspirada pelo Presidente Sarney, são realmente as maiores potências que poderão ressurgir. Mas essa de Parnaíba está há quase vinte anos, mas vem, tomara que volte, que renasça esse ideal e o apetite é do Governo, Cícero Lucena, e essas três cidades são extraordinariamente com vocação empresarial. Picos, que eu chamo de São Paulo do Piauí, Floriano e Bom Jesus, que seria a capital do sul, que cresce na agropecuária, no plantio de soja.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, vamos encaminhar a votação. Eu só queria fazer dois esclarecimentos. Primeiro, havia quarenta e oito proposituras, mas são apenas quarenta e seis propostas de ZPEs porque duas são coincidentes, portanto, estão incorporadas nessas quarenta e seis.

Nós vamos sugerir votação em bloco, para não ter que votar uma a uma, dado que todas tratam da mesma questão. Eu queria esclarecer que nós não estamos constituindo ZPE. O que nós estamos fazendo é uma convocação para que alguns Municípios, que estão aqui sendo apresentados, e os Estados respectivos, apresentem, se ainda não fizeram, uma proposta para o Conselho Nacional da ZPE. A quem compete exclusivamente, por decisão do Congresso Nacional, a aprovação e a indicação de ZPEs, será feita através de Decreto presidencial. Então na realidade nós estamos buscando mobilizar essas regiões para que na avaliação dos Senadores de cada um dos Estados que estão apresentando, elas tenham a perspectiva de constituição de ZPEs, elas têm que formalizar a indicação. Essa indicação não substitui a apresentação de um Projeto específico, técnico, por parte do Município e do Estado.

Então, dito isso, vamos ao processo de votação. Senador--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só uma questão de ordem. É que numa [interrupção no áudio] foram criados duas sugestões de dois Municípios: em Rorainópolis, no caso de Roraima, em Rorainópolis e em Carcaraí. Então eu pergunto se esse número de quarenta e seis não se elevaria para quarenta e sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Num único Projeto?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Num único Projeto foram sugeridos dois Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, aí não dá. Quem que é o autor da proposta?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É o Mozarildo Cavalcanti, o PL 391.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou a gente desdobra em dois PLs ou faz para apenas um Município. De qualquer forma, como é indicativo, a minha sugestão é que seja desdobrado em dois PLS.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso, é só para verificação dos números.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seriam quarenta e sete indicações.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É, eu não sei bem a distância que separa Rorainópolis de Caracaraí. Eu conheço bem Caracaraí porque já estive construindo estradas lá, mas Rorainópolis, eu não sei, na verdade podem ser duas cidades distantes, neste caso precisaria de dois Projetos de Lei, duas autorizações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Proponho que o Relator faça uma Emenda Substitutiva e separe no seu relatório, neste caso, em duas proposições, só para manter o padrão de regularidade que nós fizemos nos outros casos. Pode ser? Então no relatório constaria uma Emenda Substitutiva, mantendo dois--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Indicando para as duas localidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, mantém os dois Municípios, que na realidade o que nós estamos fazendo é convocando os Municípios a apresentarem aos Estados propostas de ZPEs.

Eu tinha sugerido que nós também fizéssemos uma Audiência Pública com o Ministro que coordena as ZPEs, que é o Ministro Miguel Jorge, para fazer esse debate, para ver qual é o trâmite, quais são os procedimentos, em que estágio que estão os estados. Eu acho que vai ser mais eficiente ainda do que a iniciativa que, evidentemente, nós devemos manter. Nós podíamos convidar o Ministro Miguel Jorge para vir à Comissão e nesse debate ele esclarecer: já tem tantas propostas, a Comissão tem esse cronograma,

pretendemos concluir dentro deste prazo. Eu acho que nós daríamos um impulso, com essa iniciativa e com a Audiência Pública, para que possamos.

E eu, particularmente, vejo com grande simpatia nessa crise que o Governo comece a estabelecer de fato a possibilidade de ZPEs, que é uma forma de atrair investimento, gerar emprego, melhorar o balanço comercial, evidentemente, num cenário bastante adverso internacional, mas com perspectiva de ter mais competitividade e eficiência. Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Aloízio Mercadante, prezado Relator Ministro Senador Resende, Eliseu Resende.

Na verdade todos nós aqui achamos, inicialmente, que seria de forma mais concreta esse Projeto aqui da criação da ZPE. Todavia, está muito claro aqui, de que é apenas um Projeto autorizativo, não passa nada mais, nada menos, do que um mero instrumento político que você possa fazer uso dele.

Todavia, V. Exa. tem conhecimento, Senador Aloízio Mercadante, de que nós vamos acabar com os desequilíbrios inter-regionais no nosso país na medida em que criamos esses instrumentos que certamente vai permitir, como o senhor bem disse, a geração de emprego e renda, melhor distribuição realmente de oportunidade nesse imenso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Senadora Ideli está sendo convocada para a outra Comissão, pedindo que a gente vote o mais breve possível, mas nós vamos acatar a sua sugestão, inclusive porque é uma senhora que está aqui recém... passou por uma cirurgia no braço e V. Exa. a tratará com toda a deferência.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Claro, só dá um minuto só para concluir o meu raciocínio. É que na verdade desde 1989, como bem disse aqui já alguns Senadores, foi proposta a criação da ZPE. Entretanto, já passaram quase vinte anos, lamentavelmente você não vê nenhuma ZPE hoje em pleno funcionamento.

O que me causa muita preocupação é de que essa ZPE que nós estamos proporcionando aqui, essas quarenta e seis ou quarenta e sete, é que encaminhado ao Conselho, eu imagino que vai se depender de decisão política. Evidentemente que eu espero que seja política administrativa, não política partidária. Nesse caso, particularmente, eu imagino que V. Exa., quando propõe aqui uma Audiência Pública, eu acho louvável a iniciativa que o senhor propõe aqui de nós convidarmos o Ministro do desenvolvimento para vir a esta Comissão e prestar, naturalmente, dar um esclarecimento no que se diz respeito de como podemos naturalmente buscar os instrumentos e mecanismos na criação dessas ZPEs. Caso contrário, imagino, que é aquela velha prática, aquela velha história: me engana que eu gosto. Eu acho que nós não podemos em hipótese alguma vender diante da opinião pública, sobretudo desses Municípios, onde estão propostos nesse imenso país, aquilo que certamente não vai acontecer nem hoje e nem amanhã.

Então, portanto, eu acho louvável a iniciativa de V. Exa. quando propõe aqui convidar o Ministro do Desenvolvimento para nos esclarecer de fato qual seria o melhor encaminhamento para fazermos, que se possa tornar realidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho muito importante, Senador Jayme Campos, que fique claro o seguinte: esta indicação não substitui a obrigatoriedade de que o respectivo Município e o Governo do Estado encaminhem à Comissão um Projeto técnico com área definida, estudo de logística, enfim, todas as condições que a região, o Município, oferece. Isso é indispensável porque só assim tramitará na Comissão. E nós precisamos esclarecer esses Municípios que essa indicação não substitui os procedimentos que estão na lei.

Então a minha sugestão é que os respectivos Senadores que fizeram as sugestões, encaminhassem ao Prefeito do Município eleito e ao atual, a Resolução, que ainda depende de votação na Câmara, com a lei advertindo que eles precisam formalizar a sua proposição. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):: Só uma questão de ordem: V. Exa. falou Estado e Município.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Município apresenta ao Estado e o Estado formaliza na Comissão, não é direto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é o Estado direto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, é o Estado, mas o Município apresenta ao Estado e o Estado encaminha à União. Então o Estado filtra as demandas que vêm do respectivo Estado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está certo? Bom, concluído então o processo de discussão, vamos à votação, é Terminativo, votação nominal. Caráter indicativo, como foi bem esclarecido. Senador Renato Casagrande, Senadora Serys, Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende, voto conhecido. Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Vicente Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto bem curta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu não fiz a indicação de nenhum Município do Paraná para não prejudicar nenhum Município do Paraná, porque tem que passar pelo Governo do Estado, mas o meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, eu fiz uma informação aqui convocada. O Município ia ao Estado ou o Município e o Estado, na realidade--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então só o Município pode direto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode fazer direto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então oportunamente eu vou apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E tenho certeza que a indicação de V. Exa. será respaldada pelo Governo do Estado do Paraná.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidente, apenas para... Eu estou lendo aqui a legislação, a indicação será feita pelo Estado ou pelo Município.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa era a minha dúvida, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está esclarecida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o Estado não fizer, o Município pode fazer diretamente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então eu voto com o Relator, principalmente com essa última versão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A assessoria do Ministério, o José Luiz Azeredo, prontamente esclareceu a Mesa aqui para que não houvesse equívoco. E já está comunicado, José Luiz, para marcar o mais rápido possível com o Ministro Miguel Jorge para estabelecer todas as demos que já existem e a gente verificar prazos e procedimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse "ou" é muito importante no Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Superado o Item 2 da pauta. Vamos ao Item 3.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. uma atenção especial. Como todos sabem o Estado de Santa Catarina está atravessando um dos momentos dramáticos da nossa história e nesse sentido eu apresentei dois Projetos. 1 - Ele propõe que seja criada uma mega [in-

terrupção do áudio] para beneficiar os atingidos pelas cheias. E o segundo, um Projeto de Resolução, que posterga por seis meses o pagamento da dívida do Estado de Santa Catarina, já que ele vai ter um prejuízo enorme de arrecadação nesses seis meses.

Eu gostaria que o senhor desse a celeridade possível, que a gente pudesse votar ainda esse ano, já que a catástrofe exige essa urgência e ela já está na Comissão agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Colocaremos na pauta, mas queria também esclarecer que o Governador do Estado, o Governador Luiz Henrique, está reunido hoje, estará reunido hoje--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu estarei junto lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Com o Ministério da Fazenda para ver quais serão os procedimentos de urgência que serão estabelecidos. Mas, evidentemente, a demanda de V. Exa. é procedente, colocaremos na pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Numa próxima semana, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos ao Item 6 da pauta, Não Terminativo. Autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que nos brinda hoje com a sua ilustre presença, e em função dessa deferência colocaremos o Projeto de V. Exa. em votação, relatado pelo ilustre Senador Mão Santa.

Item seis, Projeto de Lei do Senado nº 273, 2003, Não Terminativo. "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo". A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a relatoria é do Senador Mão Santa, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Em 6 de março foi concedido Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 30 de junho foi apresentado o Voto separado de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto.

Senador Zambiasi, como o voto é separado, e o Senador Romero Jucá não está presente, que nós temos outras Comissões, nós vamos deixar para a próxima Sessão e pedir que ele esteja presente para que a gente possa fazer o respectivo debate. Se V. Exa. não se incomodar, eu acho que é melhor e mais prudente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu me sinto plenamente contemplado vendo as propostas das ZPEs aprovadas hoje, que eu acho que tem relevância para o desenvolvimento regional, e na semana que vem a gente faz o debate, Senador Mão Santa, com o líder do Governo aqui presente, no sentido de convencê-lo da força social que esse Projeto pode promover junto às empresas em que os trabalhadores estão participando, sentindo-se também co-responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. Pergunto se há mais algum Projeto de prioridade da Comissão, porque há um grande interesse na Audiência da Comissão de Relações Exteriores, o Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim.

Mas vamos então ao Item 10. Como é Terminativo, não há quorum, nós deixaremos para a próxima Sessão. Agradeço a presença de todos, encerrada a presente Audiência.

Sessão encerrada às 12h01

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, João Tenório, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Expedito Junior, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 70/08, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as caracte-

rísticas das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de novembro de 2008. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 275, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e Kreditanstalt für Wiederaubau - KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, designa o Senador Marcelo Crivella Relator *Ad Hoc,* que lê o Relatório. Não havendo quem queira discutir, a Matéria é colocada em votação. A Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02- Mensagem do Senado Federal nº 276, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que ".Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (Promaben)", tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da Matéria, o Sr. Oswaldo Luiz Santos, Diretor de Captação de Recursos do Município de Belém, e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pela Senadora Serys Slhessarenko, usam da palavra os Senadores Raimundo Colombo e Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03- Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e o art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007, para modificar o escopo e o prazo das verificações de adimplência e das certidões exigidas por esses dispositivos", tendo como Relator o Senador Romero Jucá que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá e não havendo quem queira discutir, a Matéria é colocada em votação. A Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04- Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp que oferece Parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 65, 66, 67 e 68 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 64 apresentadas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 02 e 03, de autoria do Senador José Maranhão, nºs 04 a 08, de autoria do Senador Gim Argello, nºs 09 e 10, de autoria do Senador João Pedro, nºs 11 a 17, de autoria do Senador César Borges, nºs 18, 19, 20 e 63, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nºs 21 a 23, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, nºs 24 a 58, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, nºs 59 a 62, de autoria do Senador Inácio Arruda, e nº 64, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Flávio Arns e Raimundo Colombo. O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, concede Vista ao Senador Raimundo Colombo nos termos regimentais; Item 05- Mensagem do Senado Federal nº 283, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85,000,000.00 (oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Co-

missão, Senador Aloizio Mercadante, designa o Senador Jefferson Praia Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Cícero Lucena e Serys Slhessarenko. O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, concede Vista Coletiva da Matéria, nos termos regimentais. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, coloca em votação os seguintes Itens Extrapauta, Item 01- Projeto de Resolução do Senado Federal nº 64, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "suspende temporariamente os pagamentos de dívidas para com a União e dá outras providências. (Dívidas contratuais entre o Estado de Santa Catarina e os municípios atingidos pelas cheias deste ano de 2008 para com a União)", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo e Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria e Item 02- Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "determina extraordinariamente que seja realizado um concurso especial da megasena e dá outras providências. (Destinado às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina)", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp. A apreciação da Matéria é adiada. A seguir, o Presidente dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de debater a política agrícola com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Após a exposição do Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Neuto de Conto, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº. 70/2008 do Ministério da Fazenda encaminhando ao cumprimento do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº. 43/2001, relatório contendo as características das operações de crédito analizadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2008. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular.

O item 1 da pauta é Mensagem do Senado Federal nº. 275 de 2008, não terminativo: "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 13 milhões, 293 mil, 588 euros e 91 centavos*"; o "91 centavos" achei fantástico, um nível de... Mostra um rigor técnico muito importante o "91 centavos", "*Entre as Centrais Elétricas Brasileiras-ELETROBRÁS e Kreditanstalt für Wiederaubau-KfW*", gostou do alemão aqui, ô Crivella? Fantástico aqui, "*Destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1*". Autoria Presidente da República, relatoria Senador Delcídio Amaral.

O Senador Delcídio esteve aqui aguardando o início da reunião, com o atraso, como ele é Relator Geral do Orçamento e eles têm uma reunião decisiva na Comissão de Orçamento, minha sugestão é que a gente inicie sem a presença dele e que ele seja comunicado, se tiver interesse em participar, e nós indicaríamos um senador *ad hoc*, Senador João Pedro, V.Exa. poderia... O Senador Crivella já está com o texto em mãos. V.Exa. poderia ser o relator *ad hoc*?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E ler o parecer do Senador Delcídio Amaral.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o relatório do Senador Delcídio Amaral é pela aprovação. Ele, na análise, diz o seguinte: "*Que de acordo com pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Secretário do Tesouro Nacional, bem como outros documentos constantes no processado não há óbices jurídicos, econômicos e financeiros na operação de crédito*".

O parecer conclui que as minutas contratuais contém cláusulas usuais às operações de crédito celebradas com a KFW e admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 8º da Resolução 48/2007 do Senado Federal, que veda disposição contratual atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e

as leis do país, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

"*Dessa forma, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional avaliou que o assunto deveria ser submetido à consideração do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que, entendendo cabível, encaminhasse a matéria para exame final e pronunciamento do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso V e VII da Constituição da República, ressalvando-se que, previamente a assinatura dos instrumentos contratuais, deveria ser formalizado contrato de contragarantia.*

Por meio da exposição de motivos o Ministro de Estado da Fazenda solicitou ao Presidente da República o envio da mensagem ao Senado para submeter o pleito ao exame dessa Casa"--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Crivella, você me dá licença, mas o Osmair hoje está muito nervoso. Osmair, essa gravata discreta que você está, de chefe, com esse pequeno crucifixo, você está distribuindo água benta aqui.

SR. OSMAIR: Obrigado, Senador. Te amo(F), Senador.

[risos].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. Muito bem. Esse é o clima de natal que já contagia aqui o Senado Federal.

"*Consta também a análise das condições financeiras e das exigências constitucionais decorrentes da Lei Complementar 101/2000, de inclusão do Programa no Plano Plurianual e de Previsão Orçamentária. Ainda segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, consulta realizada por meio eletrônico em 11 de novembro de 2008, não indicou existência de débitos da ELETROBRÁS junto à União e as entidades controladas pela administração Pública Federal. Tampouco há registro de pendência da mutuária no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que é o SIAF.*

Foram anexados ao processo cópia de certidões atualizadas emitidas em nome da mutuária, com certidão negativa de débito, CND, junto ao Regime Geral da Previdência Social, certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, certidão conjunta negativa de débito relativa aos tributos federais e a dívida ativa da União e, dessa forma, pode-se afirmar que não há registro de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome da Eletrobrás em operações garantidas nos últimos cinco anos.

Conforme o relatório de gestão fiscal da União, para o segundo semestre de 2008 há margem nos limites para a concessão da pleiteada garantia da União, conforme estabelecido no art. 9º da resolução 48 de 2007, do Senado Federal.

Quanto à autorização administrativa, a Diretoria executiva da Eletrobrás, por meio da Resolução 1.145/2006, aprovou as condições financeiras da operação nos termos apresentados pela KFW, assim como a formalização de contrato de repasse para a ELETROSUL. Complementarmente o Conselho de Administração da Eletrobrás referendou a decisão da diretoria executiva, por meio da deliberação 181/2006.

Foram oferecidas pela Eletrobrás contas garantias, a garantia da União, mediante carta de 07 de novembro de 2008, que indicam os recursos disponíveis na conta corrente de sua titularidade no Banco do Brasil, a qual dispõe de recursos suficientes para pagamento de quantias decorrentes a operação em apreço.

O Banco Central efetuou registro da pretendida operação de crédito externo no sistema de registros de operações financeiras, sob o número TA 410443, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende a política de captação de recursos externos do país.

Ressalte-se ainda que a operação de crédito pretendida implicará numa taxa de juros em torno de 2% ao ano, um patamar muito aceitável, considerando os custos de captação dos recursos externos.

Portanto, a operação financeira cumpre as condições estabelecidas pela Legislação 48/2007, tem oferecimento de contragarantias e o cumprimento pelo tomador do empréstimo dos compromissos tributários, financeiros e fiscais assumidos para com a União e entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Dessa forma, o empreendimento proporcionará a adição de cerca de 21 megawatts, o que permitirá à ELETROSUL se tornar uma produtora independente de energia elétrica, possibilitando o crescimento econômico da região, com conseqüente aumento no número de emprego, de renda familiar e arrecadação de tributos."

Por isso, Sr. Presidente, em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização permitida, nos termos, Sr. Presidente, seguidos, que vou resumir: o credor é o Kreditanstalt für Wiederaubau, da República Federal da Alemanha. Devedor: Centrais Elétricas Brasileiras. Garantidor: República Federativa do Brasil. Valores do empréstimo: 13 milhões, 293 mil, 588 euros e 91 centavos. Valor de contrapartida: 11 milhões, 970 mil e 500 euros. Prazo de desembolso: 4 anos, contado a partir da vigência do contrato. Amortização: o empréstimo será pago em 41 parcelas semestrais, sucessivas, aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira depois de decorridos 10 anos da assinatura do contrato e a última, 30 anos após essa data. Juros aplicáveis: exigidos semestralmente em 30 de junho e 30 de dezembro, calculado sobre o saldo devedor do empréstimo a taxa fixa de 2% ao ano. Juro de mora:

3% ao ano, acrescido sob a taxa básica de juros cobrado pelo Banco Central da Alemanha. Comissão de crédito: 0,20 centésimos de 1% ao ano, sobre o saldo não desembolsado exigidos a partir de três meses contados da assinatura do contrato.

Fica a União autorizada a conceder a garantia. Parágrafo único: a autorização prevista no *caput,* fica condicionada a assinatura dos instrumentos contratuais, as Centrais Elétricas formalizem o respectivo contrato de contragarantia, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das cláusulas, das condições prévias, o prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da sua publicação. Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, pelo que o senhor pode notar, nessa fase de crédito exíguo, de pouco crédito internacional, a ELETROBRÁS tem a oportunidade de fazer uma captação em condições extremamente favoráveis. E o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer do relator *ad hoc,* Senador Marcelo Crivella, que sistematizou que a operação cumpre exigência de credenciamento e registro no Banco Central.

Quanto ao parecer da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não há impedimentos à realização da operação, em particular quanto às exigências e procedimentos de... Procedimentais e Financeiros das Resoluções do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Secretaria recomenda apenas que antes da assinatura do contrato, seja feito o contrato de contragarantia entre a União e a Eletrobrás e que as condições prévias contratuais para o primeiro desembolso sejam satisfeitas.

Vamos à votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Sugiro que o relator peça urgência também, para que a gente possa incluir no Plenário.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está pedido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Encaminhado o pedido de urgência. Senadores e Senadores que são favoráveis à urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Não pode rir do Presidente. Senão o Presidente fica...

Vamos ao item 02. Mensagem do Senado Federal nº. 276 de 2008, não terminativa: "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 68 milhões e 750 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova-PROMABEN*".

Autoria Presidente da República, relatoria Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos do PRS que apresenta. De acordo com a Resolução 43/2001 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Oswaldo Gonzaga Santos, Diretor de Captação de Recursos do Município de Belém e representando o Tesouro Nacional [soa a campanhia], o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Com a palavra a relatora, a relatora, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não vou ler a chamada, uma vez que nosso Presidente já o fez.

Relatório: "*É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Belém do Pará por intermédio da Mensagem nº. 276 de 2008, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 68 milhões e 750 mil dólares dos Estados Unidos da América junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Os recursos dessa operação de crédito--*

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys, só interromper um pouquinho. Queria convidar o ex-Deputado Federal, parlamentar extremamente atuante nessa Casa e hoje Secretário de Transportes do Estado do Pará, para sentar aqui na bancada junto com os demais parlamentares, o ex-Deputado Valdir Ganzer, dá uma grande contribuição ao Governo do Estado do Pará. Senadora Serys com a palavra, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Os recursos, Sr. Presidente, dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de saneamento da Bacia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys, desculpe. Nós estamos sendo muito prestigiados também. O ex-Deputado Paulo Delgado, também prestigia essa Casa, grande representante do Estado de Minas Gerais, tanto engrandeceu o Parlamento brasileiro. Senadora Serys com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Bom, "*Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de saneamento da Bacia da Estrada Nova-PROMABEN,*

que tem por objetivo contribuir para resolver o problema sócio-ambiental que afeta essa que é a terceira maior bacia hidrográfica da cidade.

Especialmente visa melhorar as condições ambientais de saúde, moradia e lazer da população local, por meio de uma intervenção direta no espaço urbano, assim como do aumento da capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no programa.

O programa está dividido em quatro componentes: melhoria da drenagem urbana, infra-estrutura viária, infra-estrutura sanitária e sustentabilidade social e institucional.

O custo total foi estimado em 137.5 milhões, que serão desembolsados ao longo de cinco anos, contados a partir da data de vigência do contrato. Além dos 68.8 milhões financiados pelo BID, está prevista uma contrapartida municipal de 68.7 milhões.

Assim, o desembolso presente no empréstimo está previsto para se dar num prazo de até 60 meses. A amortização será feita nos dias 15 de junho e dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses depois do desembolso final e a última, no mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato.

O cálculo estimativo dos serviços da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional situa-se em 4.48% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor, taxa de juros referência do mercado interbancário londrino, um patamar considerado aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Análise. No parecer nº. 1331/2008 da GERFI e COERF, de 5 de agosto de 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, são fornecidos informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites de endividamento do Município foram calculados, considerados atendidos, a sua capacidade de pagamento foi classificada na categoria A, suficiente, portanto, para a concessão da garantia da União. Além disso, o parecer observou que naquela data havia margem nos limites do endividamento da União para concessão da garantia.

Consulta realizada não indicou existência de débitos da Administração Direta do Município junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas.

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o empréstimo atende a política de captação de recursos externos do país. As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções do Senado Federal 40/01, 43/01 e 48/07, são atendidas pelo Município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

As considerações relativas ao mérito do pedido são também positivas. A análise custo/benefício do programa destaca a recuperação das áreas degradadas com melhoria significativa nos aspectos sanitários, ambientais e social, na forma de redução de enchentes e de melhoria da saúde pública e da qualidade de vida da população.

Além disso estudos de viabilidade econômica contratado pela Prefeitura ao tentar mensurar os efeitos da valorização imobiliária devido a implantação do programa apontou para uma taxa interna de retorno superior a 12%.

Tais informações mostram que os recursos da operação de crédito pleiteada destinam-se ao financiamento parcial de um programa que deverá ter significativo impacto econômico positivo no Município de Belém."

Voto, Sr. Presidente. Em conclusão opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida nos termos do projeto de resolução que se segue.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys Slhessarenko, deu parecer favorável ao empréstimo, realizado entre o BID e o Município de Belém, Estado do Pará. Senadores e senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De Belém. Desculpe. Município de Belém.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre o assunto?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Raimundo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que vou ter que pedir vistas desse projeto. Por uma razão muito clara. Santa Catarina está vivendo um estado de calamidade extremo. As chuvas voltaram para lá. O estado é grave. Eu entrei com um projeto dia 2 e dia 3. Pedi a V.Exa. que colocasse em pauta. Liguei para a secretaria. Não foi despachado.

O projeto está parado. Qual é o critério? É isso que eu gostaria de saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse empréstimo, Senador, veio do Tesouro Nacional, pela Presidência da República, entre o Município de Belém e o Município... E o BID. Acho que V.Exa. tem toda razão em relação à urgência a Santa Catarina.

Peço desculpa em relação à Mesa, a Secretaria não nos informou, nós tivemos que despachar todos os processos que nós votamos essa semana, houve uma sobrecarga de trabalho, nós nomearemos imediatamente dois relatores e vamos ver se até o final da sessão a gente consegue colocar na pauta e votar.

V.Exa. tem toda razão em relação à urgência a Santa Catarina, mas não vejo porque prejudicar a cidade de Belém, que não tem nenhuma responsabilidade sobre isso. A responsabilidade é exclusivamente da nossa comissão, desta Presidência e da nossa Secretaria. Eu assumo, em nome da Secretaria--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Realmente eu não--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Peço desculpas a V.Exa. e vamos tentar ver se até o final da sessão a gente consegue colocar na pauta e votar. Vamos fazer o esforço. Como nós temos uma sessão ainda da CAE na quinta-feira, se não for possível votar hoje, nós votaremos na quinta-feira, de qualquer forma.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de fazer um apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Independente do mérito, porque não conheço o mérito. Mas V.Exa. tem toda razão em relação à urgência.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E foi realmente um problema de... As tarefas atribuladas que a secretaria está, nós tivemos que despachar 43 zonas de processamento de exportação, todas as atas de reunião e mais todos os projetos do ano, relatório final de ano e houve aqui um problema de comunicação.

De qualquer forma, a responsabilidade é nossa, nós colocaremos como prioridade na pauta na quinta-feira, agora, independente do mérito nós vamos fazer um esforço para votar. E peço a V.Exa. que compreenda a deficiência da comissão e não transfira a responsabilidade para Belém que, evidentemente, também precisa de investimentos e recursos.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu realmente não desejo transferir, nem é do meu princípio de atitude. Agora, eu sou obrigado a reagir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, V.Exa. tem toda razão. Peço desculpas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Fazer um apelo, para se fosse possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos ver se é possível ainda hoje, se não for possível até o final da sessão, nós o faremos no primeiro ponto de pauta da quinta-feira, teremos audiência com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok. Se fosse possível hoje, era o ideal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos fazer o esforço, Senador Raimundo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não sei se V.Exa. e os Srs. Senadores sabem, voltou a chover novamente lá, a situação é grave e independente do mérito, quero que avalie isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente. V.Exa. tem toda razão.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E vamos tentar ver se a gente consegue colocar na pauta ainda hoje. Senadora Serys. Vamos então à votação. Agradeço a atenção do Senador Raimundo Colombo. Senadores e Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem. Gostaria de pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys pede urgência ao projeto de empréstimo a Belém. Senadores e Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas aqui um rápido comentário. V.Exa. notou que o empréstimo que nós fizemos com uma entidade privada da Alemanha, tinha juros de 2%. Com o BID, 3,5%. É uma coisa que a gente não consegue entender.

É bem verdade que os equipamentos que nós vamos comprar na Alemanha para colocar essas centrais para funcionar, que vão aumentar em 21 mil Megawatts no Brasil poderão ser compradas na Alemanha. E tem um interesse particular do banco de financiar

isso. Agora, realmente o juros cobrados pelo BID são exorbitantes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Marcelo Crivella. E vamos agora ao item 05 da pauta, também é outro empréstimo, Mensagem do Senado Federal nº. 283/2008, não terminativa: "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 85 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará*".

Autoria Presidente da República, relatoria Senador Delcídio Amaral, que estava aqui pela manhã, teve que se retirar em função da reunião da Comissão Mista de Orçamento, favorável nos termos do PRS que apresenta.

De acordo com a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Valdir Ganger, ex-Deputado Federal e Secretário de Estado dos Transportes e ainda representando o Tesouro Nacional, Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Jefferson Praia.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como me foi levantada algumas indagações sobre esse projeto, regimentalmente, eu gostaria de pedir vista. Então acho que pra gente não perder tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos só fazer a leitura do relatório, V.Exa. encaminha pedido de vistas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ok. Queria evitar esse tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos adiar o... O item da pauta. E... Peço que a Secretaria providencie esse encaminhamento.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vou passar a palavra a V.Exa., o Ministro da Agricultura já está na Secretaria da CAE para a nossa Audiência Pública, para tratar do tema da agricultura, da crise, e o impacto da crise na agricultura. Enquanto nós aguardamos o relatório. Senador(sic) Valdir Ganzer(F) com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): PLS 462 da polêmica, daquela Medida Provisória que foi devolvida da 446, virou PLS 462... Se a gente pudesse votar isso rapidamente. Eu faço o relatório rápido de cinco minutos, no máximo. Que ele vai para a Comissão de Assuntos Sociais ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos encaminhar o item 4 da pauta, Projeto de Lei do Senado 462 de 2008, não terminativo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "*Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção e contribuições para a seguridade social e dá outras providências*".

Autoria Senador Romero Jucá, relatoria Senador Valdir Raupp. Senador Raimundo Colombo com a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu vou pedir vistas desse processo e vou apresentar um voto em separado na próxima sessão. Estudei bem o projeto e desejo apresentar um voto em separado. Por isso eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É regimental, Senador Valdir Raupp. Concedido pedido de vistas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer ao Senador Raimundo Colombo que o pedido de vistas é, sem dúvida, regimental. Então, todo senador ou senadora pode fazer esse pedido de vistas.

O que tem que ficar extremamente claro, Sr. Presidente, é que a Medida Provisória vem causando inúmeras dificuldades na área do terceiro setor no Brasil. Por que isso? Porque a Medida Provisória aborda a área da saúde, a área da educação, da assistência.

Essa Medida Provisória, que é lei, porque está em vigor, orienta as entidades em termos, assim, da separação, por exemplo, de pessoas jurídicas, CNPJ para a educação, CNPJ para a assistência, CNPJ para a saúde, contabilidade separada, base de cálculo que tem que ser revista, isolamento da sociedade, não participação da sociedade neste processo.

E esta questão, assim, vem sendo debatida há muito tempo. Através do Projeto 3021 que o Governo enviou à Câmara dos Deputados e que é equivocado em muitos aspectos, mandou a Medida Provisória, depois com a polêmica toda em termos também da... Da participação, do deferimento de pedidos, da extinção de recursos, da extinção de processos, o que causou uma polêmica enorme na sociedade.

Então, nós temos a máxima urgência e a máxima necessidade de se... De se encaminhar esse assunto. A sociedade não pode esperar mais, porque o que vale neste momento é a Medida Provisória. Não se sabe para onde mandar os processos novos de certificação, não se sabe para onde mandar os processos de renovação.

Acabou-se com o atestado de registro das entidades, que é o documento próprio, adequado para que essas entidades possam pleitear recursos federais. Acabou-se com a questão da utilidade pública federal, que não se sabe como é que vai acontecer.

Então, a Medida Provisória eu diria, estabeleceu o caos absoluto numa das maiores riquezas que um país pode ter, que é um terceiro setor sério. Quer dizer, as contribuições das Santas Casas, dos hospitais, das entidades de idosos, de deficientes, de crianças na área da assistência, na área da educação.

Então nós temos que cuidar disso. Temos que fazer com que esta área se organize, seja boa, os debates na sociedade já aconteceram, e nós temos que separar isto, na minha opinião, desta confusão que aconteceu aqui no Senado.

A gente sabe que houve uma confusão, com a devolução da Medida Provisória por parte do Presidente, que foi lembrado, todos nós no Plenário apoiamos, eu próprio apoiei o Presidente no sentido de dizer que o Congresso Nacional tinha que ter uma posição nesse sentido, e que poderia então ter esta posição, e agora a gente tem que separar isso do debate.

Porque o debate da regulamentação adequada, boa, do terceiro setor, é fundamental. Eu sou relator dessa matéria, Senador Raimundo Colombo, lá na CAS, Comissão de Assuntos Sociais. Analisamos, debatemos exaustivamente as 64 emendas apresentadas. Tenho uma urgência, assim, fundamental para que este projeto seja apreciado...

Então, eu só quero dizer que é regimental. O estado de confusão absoluta, eu diria, está instalado no Brasil, quando nós deveríamos apoiar esta área, não só em relação àqueles rolos, aquelas confusões de recursos, de extinção de processo, mas em toda a questão.

Então, o pedido de vistas é regimental. Eu só faria uma ponderação nesse sentido ao Senado: Raimundo Colombo, porque está marcado para amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais. Eu não sei se por um acaso, não seria o caso, porque V.Exa. é membro da Comissão de Assuntos Sociais?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se não seria o caso, por exemplo, de na hipótese do relatório não atender adequadamente, se não seria o caso de se pedir vistas lá na Comissão de Assuntos Sociais. Porque o debate de fundo terminativo é na Comissão de Assuntos Sociais.

O apelo só que eu faço, mas é regimental o que V.Exa. fez, inclusive tenho um respeito muito grande por V.Exa., como pelos demais Senadores, mas fazer uma ponderação. Já que lá é terminativo, que se o relatório não atender, que nós procuramos falar com todas as entidades, foram dezenas de horas de reuniões, justamente para dar essa pressa para que um texto que refletisse o que a sociedade pensa pudesse ser discutido. É a ponderação que eu faço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Flávio Arns.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, esse é um Projeto de Lei. Ele vai ter que ser votado aqui e depois na Câmara. Essa urgência ela... No meu entendimento não tem essa... É diferente de uma Medida Provisória. Mas um Projeto de Lei, depois de votado aqui ele vai lá.

Eu estou preparando um voto em separado. Na CPI das ONGs eu formei minhas convicções, convivi com uma série de situações como essa, o processo é claro por todo mundo, até a Polícia Federal prendeu os conselheiros pelo que estava sendo feito lá e o meu desejo é colaborar.

Eu acho que a CAE tem uma reunião, conforme o senhor falou, na quinta-feira, e eu me comprometo até quinta-feira entregar o meu voto em separado e liberar o meu pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Correto. Está mantido o pedido de vistas, nós voltaremos a pautar na próxima sessão da comissão. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente, queria fazer um apelo aqui para colocar em pauta dois projetos de interesse do Estado de Santa Catarina, de autoria do Senador Raimundo Colombo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sugeriria ao Senador Valdir Raupp que fosse relator dos dois projetos. Se V.Exa. estiver em condições de dar o parecer ainda hoje, nós voltaremos ao final da audiência pública. Se não houver condições, serão os dois primeiros itens da pauta

da próxima quinta-feira. V.Exa., se tiver condições de dar o parecer, nós faremos ainda hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então vai ser agora, rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Gostaria também de pedir prioridade para um Projeto de Resolução 66, que é exatamente um projeto extremamente urgente, nós teremos que votar em Plenário ainda esta semana porque desmembra--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raupp, enquanto nós encaminhamos a votação do projeto do item 3 da pauta, V.Exa. amadurece se tem condições de dar o parecer.

Se tiver condições de dar o parecer sobre dois projetos, dada a urgência da situação dramática do Estado de Santa Catarina, nós colocaremos em votação ainda hoje. Caso contrário, ficará para a próxima quinta-feira.

Vamos então ao item 03 da pauta. Projeto de Lei de Resolução do Senado Federal nº. 66/08, não terminativo: "*Altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e o art. 1 da Resolução do Senado Federal nº 49/2007, para modificar o escopo e o prazo das verificações de adimplência e das certidões exigidas por esses dispositivos*".

Autoria, Senador Eduardo Azeredo. Relatoria Senador Romero Jucá, favorável ao projeto. Quero esclarecer que esse projeto é o entendimento no âmbito do CONFAZ muito importante para o financiamento dos Estados. Com a palavra, o relator, Senador Romero Jucá, que deu parecer favorável ao projeto do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu serei rápido. Esse projeto ele procura resolver definitivamente uma questão que ano a ano nós íamos adiando, que é exatamente a uniformização do CNPJ para fins de adimplência e de análise de adimplência junto a diversas instituições de Estados e Municípios.

Ou seja, a idéia inicial era se juntar o CNPJ tanto da administração direta quanto dos diversos setores da administração indireta, o que geraria sempre uma inadimplência, porque sempre uma dessas instituições da administração indireta teria algum tipo de problema.

Então, há três anos que nós renovamos esse prazo de validade para a junção desses CNPJs e agora, dentro do entendimento do CONFAZ, o Senador Eduardo Azeredo apresentou uma proposta que visa sanar administrativamente a questão.

Nós vamos desmembrar, as entidades... A administração direta terá a sua análise de adimplência ou inadimplência separada das entidades de empresas ou instituições autárquicas, fundações e empresas públicas. Portanto, o parecer é favorável e entendo que esse projeto resolve definitivamente uma questão que já vem pendente há vários anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Senadores e Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadores que são favoráveis à urgência encaminhada pelo Senador Romero Jucá e Eduardo Azeredo, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Vamos agora a... Pergunto ao Senador Jefferson Praia se já tem o parecer em mãos. Do item 4. Desculpe, do item 5. Então, é um empréstimo ao Estado do Pará. Mensagem do Senado Federal nº. 283/08, não terminativa. É uma operação de contratação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 85 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Pará e a Cooperação Andina de Fomento-CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infra-estrutura Rodoviária do Pará.

Autoria Presidente da República, relatoria Senador Delcídio Amaral.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Registrar, Presidente, o meu pedido de vista regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está registrado. V.Exa. poderia dar como lido então o parecer?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim. E dou como

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Senadora Serys também pediu vistas...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Vistas coletivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vista coletiva à comissão. E nós colocaremos na pauta, com prioridade, na próxima quinta-feira.

Vamos então agora aos dois projetos que são urgentes, de Santa Catarina, para ver se o Senador

Valdir Raupp tem condições de fazer uma relatoria oral. Peço ao líder do Governo que acompanhe essa matéria e se nós pudermos votaremos ainda hoje. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, dada a urgência que Santa Catarina precisa desses projetos e atendendo ao apelo dos Senadores de Santa Catarina, Senador Neuto De Conto, Senador Raimundo Colombo que é autor do projeto, também da Senadora Ideli que tem se desdobrado todos os dias para socorrer o povo de Santa Catarina, esse Projeto, de nº. 64, que suspende temporariamente os pagamentos de dívidas com a União e dá outras providências, dívidas contratuais entre o Estado de Santa Catarina e os Municípios atingidos pelas cheias neste ano de 2008, para com a União, nós somos de parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp dá o parecer favorável ao projeto. Para discutir a matéria. Não havendo quem... Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só dizer da rapidez que o relator relata o assunto, e da necessidade, sim, o Vice-Governador Leonel Pavan, que foi Senador aqui, me comunicou pedindo também que nós pudéssemos aprovar rapidamente, de maneira que o Senador Raimundo Colombo coloca bem e vamos votar e aprovar rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que nós poderíamos aprovar. Evidente que se tiver que ter alguma negociação em torno do projeto, no processo de tramitação será feito. Mas eu acho que é uma sinalização concreta da urgência e um gesto para tentar construir uma pauta alternativa de socorro às vítimas da enchente em Santa Catarina.

Acho que é uma iniciativa extremamente saudável. E nessas condições, acho que nós deveríamos dar urgência e aprovar. Senadores, portanto, que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Segundo projeto do Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Segundo projeto de nº. 461 de 2008, que destina, extraordinariamente, que seja realizado um concurso especial da Mega-Sena e dá outras providências destinado às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina.

Também é um projeto interessantíssimo. Nós tivemos a oportunidade de discutir isso no Plenário na semana passada, sugerindo inclusive essa idéia de destinar parte dos recursos da Loteria Federal, mas aqui destina apenas um concurso extraordinário da Mega-Sena. Nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria propor o seguinte. Em vez de ser um concurso, poderia ser... Talvez um... Porque nós não temos quórum para votar porque o projeto é terminativo.

Senador Raimundo Colombo, nós não temos quórum porque é terminativo o projeto. Então, eu sugiro ao relator que converse com o autor, amadureça a proposta até a próxima quinta-feira e nós votaremos como primeiro item da pauta. Ou se houver quórum votaremos ainda hoje. Mas nós não temos quórum nesse momento para votar. É terminativo e votação nominal.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É, realmente, eu fico à disposição. Se não tem quórum, o que eu posso fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ele sugeriu uma outra alternativa, em vez de ser apenas um concurso, que fosse uma... Uma participação durante um período. Talvez seja uma outra alternativa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É que a arrecadação da Mega-Sena no Estado... Ou das loterias federais no Estado de Santa Catarina durante um período de 60 ou 90 dias, fosse destinado ao Estado de Santa Catarina para socorrer as vítimas das enchentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De qualquer forma, é uma sugestão que V.Exa. pode conversar com o autor, na quinta-feira colocaremos como primeiro item de pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E vamos nos empenhar para aprovar o mais rapidamente possível.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só a título de sugestão, eu recomendaria que se falasse com a Caixa Econômica para verificar o que é mais fácil a operacionalidade.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu estive na caixa, falei com o Vice-Presidente, o Wellington Moreira Franco, e esse projeto específico, especial para esse dia, nós poderíamos fazer na praça, em Blumenau--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, esse caso aí eu acho... A outra questão, da mudança, que eu acho que talvez seja mais difícil a operacionalização. Por isso que eu acho que é importante discutir com a Caixa--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho a idéia excelente. Acho que a gente podia criar uma grande discussão de mobilização dos brasileiros de participar da Mega-Sena para poder contribuir com as vítimas de Santa Catarina.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Essa é a idéia. Uma coisa especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que é um gesto de solidariedade muito positivo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com certeza a mídia nacional toda [ininteligível] divulgar esse dia, esse, esse concurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Toda a mídia seria simpática. Portanto eu acho que nós devíamos votar isso hoje. E eu peço à Mesa ver se a gente consegue mobilizar para dar quórum para votação nominal ainda hoje. Vamos nos esforçar nesse sentido. Eu queria aproveitar--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, só gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se não for, na quinta-feira, primeiro item da pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): E no primeiro projeto, se nós pudéssemos aprovar o regime de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedida a urgência em relação à votação anterior. Senadores e Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

E nós faremos o esforço, se for possível hoje, senão na quinta-feira, primeiro item de pauta, peço a presença de todos. Nós teremos na quinta-feira audiência com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para discutir as últimas decisões do COPOM e o balanço da política monetária e cambial.

Peço a presença de todos, inclusive para votar o projeto dessa Mega-Sena especial de solidariedade à população de Santa Catarina, que eu acho que é uma excelente iniciativa do Senador Raimundo Colombo. Encerrada a nossa pauta--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem, queria agradecer a V.Exa. pela agilidade, fico muito feliz. Também ao Senador Valdir Raupp e agradeço a todos os Srs. Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E vamos nos empenhar para aprovar na quinta-feira.

Eu gostaria, agora, de convidar o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes para adentrar ao rescinto, para nós iniciarmos a audiência pública sobre o impacto da crise na agricultura brasileira. E queria convidar o Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, para compor a Mesa conosco.

Vamos dar início então. Senador Reinold... Desculpe, Ministro Reinhold Stephanes, Deputado Federal, uma longa vivência pública, uma vasta... Um vasto currículo de prestações de serviços ao Brasil, e agora nessa função tão importante que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fará uma exposição sobre a avaliação do Ministério, do impacto da crise econômica na agricultura, os desafios do financiamento, da safra agrícola, enfim, das possibilidades que nós temos de buscar preservar esse setor tão importante no mundo em que há uma queda no estoque de alimentos em muitas áreas importantes, e nós sabemos que a crise dificultará bastante a remuneração do setor, nós temos aí uma queda de preço de *commodities*.

Portanto essa é uma discussão estratégica para o Brasil, para a agricultura, e tenho certeza que de grande interesse dessa Casa. Com a palavra, agradeço a presença do Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Começo? Bom dia, gente. Inicialmente, cumprimento o Senador Aloizio Mercadante, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o nosso líder, Valdir Raupp e o Neuto De Conto, Presidente da Comissão da Agricultura.

Eu vou tentar fazer uma rápida exposição de como nós estamos vendo a agricultura brasileira frente a essa crise mundial. Até o início do ano passado, nós víamos na agricultura grandes perspectivas. Víamos um momento muito bom da agricultura brasileira.

A agricultura, naquele momento, batia recorde de produção. E não só recorde, com uma produção 9% acima da produção anterior que já tinha sido recorde. Portanto, um dado extraordinário. O mercado se apresentava com boas perspectivas e os preços também se apresentavam com boas perspectivas.

E as projeções, em termo de demanda futura por produtos agrícolas eram muito boas. Se projetava para os próximos 20 anos uma necessidade de aumentar a produção agrícola do mundo... Eu, eu... Por favor, eu pediria um pouquinho de silêncio, porque senão... [soa a campanhia] Ou eu vou falar mais alto ou... [soa a campanhia] Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria, especialmente os que são convidados, que preservassem o silêncio pra gente fazer uma boa audiência.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: O mercado, para a produção agrícola, se apresentava

com perspectivas muito boas. Se projetavam para os próximos 20 anos uma necessidade de aumento de produção de aproximadamente 50% do atual volume daquilo que já se produz hoje no mundo. O que também é um dado extraordinário para ser atingido. E poucos países do mundo teriam condições de dar essa resposta.

Então, nós saíamos de um mundo aonde havia um mercado de oferta de produtos agrícolas, e em conseqüência sempre preços baixos, para um mundo de demanda de produtos agrícolas e os preços melhorando, evidentemente, a sua perspectiva de remuneração para os produtores.

Essa perspectiva, ela, de certa forma, ainda se mantém, quando se observa no longo prazo, ou seja, estudos feitos analisando crises passadas, as crises dos últimos 40 anos, embora sempre crises menores, e o efeito dessas crises sobre os alimentos e produção na agricultura do mundo, mostram que isso rapidamente se corrige, ou seja, passada a crise, é provável que essas projeções otimistas voltem a acontecer. Ou seja, que haja uma demanda cada vez maior por produtos agrícolas e o Brasil, evidentemente, tendo aí uma grande oportunidade de ser um fornecedor cada vez maior de produtos agrícolas.

Hoje, o Brasil já é um grande exportador e de pelo menos seis ou sete produtos, somos o maior exportador do mundo. E com volumes bastante grandes, se consolidando nessa posição e a partir de possivelmente 2017, o Brasil será o maior exportador de forma geral.

Se hoje somos o maior de carne e alguns outros produtos, mas seremos, de maneira geral, o grande fornecedor de alimentos do mundo. Então, perspectivas a médio e longo prazo possivelmente continuam ainda boas.

As razões que nós tivemos desse aumento de preços que se deram nos últimos dois anos e que agora já caíram e voltaram praticamente aos níveis anteriores, elas eram, basicamente, em função de um mercado que crescia, a renda no mundo crescia, mais gente estava comendo e mais demanda por produtos agrícolas estava existindo.

É possível que essa demanda, de uma maneira ou outra, continue. Ou seja, a China vai continuar comendo. A Rússia vai continuar comendo. Então, os países vão continuar importando. Talvez não no crescimento, e com certeza não no nível de crescimento que vínhamos tendo anteriormente, mas vamos manter um certo nível de consumo ainda bastante elevado.

A segunda razão do grande crescimento era que estava se utilizando áreas de produção agrícola ou produtos agrícolas para produzir etanol. Então, isso acontecia na Europa, acontecia principalmente nos Estados Unidos, com a utilização de 100 milhões de toneladas de milho para o etanol. Essa é uma pergunta que se faz, se eles vão continuar aumentando esse ritmo ou se vão manter-se na atual posição, ou se eventualmente vão regredir. Essa resposta nós não temos.

É muito provável que por causa dessa discussão de energia limpa, que se continue por demanda de produtos agrícolas para transformar em etanol, já que todas as novas tecnologias que estão sendo estudadas para a produção de energia limpa, ainda deverão levar um certo tempo, pelo menos cinco a dez anos para que nós tenhamos isso efetivamente praticado, ou talvez até um pouco mais.

Há um terceiro fator a ser considerado aí, que são as mudanças climáticas. Não há nenhuma dúvida de que estão havendo mudanças climáticas. Alguns países já estão sofrendo esses impactos. Austrália, como exemplo, já está sofrendo esses impactos, aqui na América do Sul a Argentina já está sofrendo um pouco os impactos, o Rio Grande do Sul já está consolidando uma situação de mudança numa determinada região do Rio Grande do Sul e assim por diante. Então, quer dizer, efetivamente as mudanças climáticas elas também acabam afetando de uma forma ou de outra a produção agrícola.

E havia um quarto fator muito importante, muito forte nesse aumento de preço, que foi o mercado especulativo. Quer dizer, estava se comprando muito em termos de futuros. E isso, evidentemente, parou e aí os preços se reajustaram num nível mais baixo e agora, com um certo travamento da comercialização mundial, os preços caíram mais ainda.

Por que esse travamento? Não significa que o mundo não vá continuar consumindo produtos agrícolas. Vai continuar comprando. Só que aquelas compras que se faziam por antecipação, compras de mercado futuro, isso parou, compras para estocagem, isso parou. Quer dizer, agora praticamente está se comprando da mão para a boca, quer dizer.

E isso, evidentemente, quando se imagina que você tem uma safra que você vai colher essa safra entre fevereiro, março e abril, no seu grande volume e depois vai ter que comercializar ao longo de 12 meses, porque aqueles que estavam comprando não fazem mais as compras por antecipação ou não interessam comprar quantidades além daquelas para o uso, para utilização a cada momento, ou seja, ninguém quer carregar estoques. A não ser que para deprimir o preço, as grandes organizações mundiais de compras, as grandes *tradings* acabam, num determinado momento, comprando no sentido de aproveitar uma baixa de pre-

ços. Só nesse caso. Mas fora isso vai ter essa questão muito da mão para a boca.

Mas, voltando então, as perspectivas há um ano eram muito boas, a produção brasileira foi boa, o saldo da balança comercial foi boa, a comercialização até um determinado momento, a nível de mercado e de preços também foi boa, e a medida que a crise lá fora foi se agravando nós começamos a sofrer então os impactos, os preços caíram, a comercialização diminuiu e os créditos praticamente desapareceram. Ou seja, os bancos privados e as *tradings* que operavam, que não estavam estabelecidas no Brasil, mas operavam no Brasil, essas praticamente se retiraram depois que a crise se acentuou lá fora.

E as *tradings* que estão estabelecidas e que operam constantemente no Brasil, também se retraíram. Assim como os bancos privados também se retraíram. Porque o banco privado, a medida em que observou, disse: "Bom, produzir milho é um risco, o preço está baixo, ou produzir algodão é um risco, não sabemos como é que vai ser a comercialização amanhã", eles acabaram se retirando do financiamento. Ou seja, financiar a agricultura passou a ser um alto risco.

E o Banco do Brasil é que teve que assumir grande parte desse papel, mas sem poder substituir, evidentemente, tudo isso, principalmente na região Centro-Oeste do Brasil, que foi a mais afetada.

As decisões que o Governo tomou, e acho que o Governo agiu com muita rapidez dentro dos instrumentos que ele tinha disponível, ou dentro das possibilidades que nós tínhamos, foi no sentido de... disse: "Bom, nós precisamos continuar plantando." E criar condições para que a agricultura continuasse plantando, e efetivamente, 98% da área foi plantada.

Devemos ter uma quebra aí, uma pequena quebra, que poderá chegar a 5%, dependendo, evidentemente, das condições climáticas, mas uma quebra de 5% em cima de um crescimento de 9%, que já se deu em cima de um outro crescimento de quase 5%, então, isso pode ser considerado, neste quadro, como bastante razoável e até otimista dentro desse quadro.

Mas a grande preocupação surge, e essa preocupação o Governo tem, disse: "Bom, vamos colher, quais serão as condições de comercialização daqui três, quatro ou cinco meses?" Tudo indica que as perspectivas não serão muito boas. Mas, nós temos que dar garantia desta comercialização através dos instrumentos que nós temos. No sentido de que o agricultor tenha... Prazer, Senador. No sentido de que os agricultores tenham uma remuneração, uma renda mínima porque nós estamos pensando já na safra seguinte. Quer dizer, um fracasso na comercialização da próxima safra poderá atingir a safra 2009 e 2010.

Então, o Governo está procurando ou vai procurar adotar todas as medidas, desde a formação de estoques, se for o caso, no sentido de evitar que o agricultor tenha que entregar com muita rapidez o seu produto, até por aquela razão que eu falei anteriormente, porque as *tradings* e as grandes comercializadoras internacionais, elas vão ficar aguardando, vão comprar da mão para a boca e vão tentar aproveitar o preço baixo. E isso nós temos que evidentemente evitar.

Claro que nós temos para cada produto uma situação. Nós acreditamos que o setor de carnes não vai sofrer tantos impactos, o açúcar, por exemplo, nós acreditamos que também possa ter uma pequena melhora por causa da quebra das safras na Índia, mas em compensação quando chegar, tratar...

O algodão, possivelmente, terá problemas mais sérios, porque o mercado mundial de fibras de tecidos vai cair, isso não há nenhuma dúvida, a área de produção, em conseqüência, no Mato Grosso e na Bahia mais no Mato Grosso do que na Bahia vai cair, mas aí não há muito o que fazer em relação a isso, porque aí vai ser uma questão efetivamente de mercado.

E o milho também está com os preços relativamente baixos, nós não estamos vendo uma reação a curto prazo, e nós ainda temos estoques. Quer dizer, é o maior estoque dos últimos anos, talvez o maior estoque de todos os tempos, de passagem, que nós temos de um ano para outro. Então, em conseqüência, nós vamos ter problemas, principalmente no plantio da safrinha de milho em vários Estados e, fundamentalmente, no Mato Grosso.

Mas eu diria que, então, existem os impactos, mas de forma geral o Governo está acompanhando e vai tentar administrar ou como disse, ou com formação de estoques, ou com opções de compra por parte do Governo, ou por outras formas de financiamento. E uma das formas de financiamento, hoje, mais efetivas, possivelmente será através das cooperativas que comercializam, mais ou menos, a metade da produção de grãos, já que nós estamos tendo dificuldades junto às *tradings* e junto aos bancos privados, e contamos basicamente com o Banco do Brasil. Bom, então esse seria um panorama bem rápido, geral e me coloco à disposição dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias, o primeiro inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Mercadante, Ministro Reinhold Stephanes e Presidente da nossa Comissão de Agricultura, Neuto De Conto.

Ministro, ontem eu participei de uma reunião lá na FIEP, no nosso estado, o Estado do Paraná, e lá estavam todas as entidades reunidas para discutir com

os parlamentares medidas que possam contribuir para amainar, atenuar a crise. Estava lá o Presidente da OCEPAR, o João Paulo, que fez um pronunciamento, entregou um documento e eu com a pressa que vim para cá, não trouxe para passar às mãos de V.Exa., mas V.Exa. com certeza vai receber da OCEPAR esse documento.

E ali, várias propostas são feitas no sentido de ajudar nessa... Nessa questão fundamental deste momento, que é, não a falta de crédito, na verdade, crédito está existindo, mas ele não está chegando. E até o João Paulo fez lá no seu pronunciamento uma observação: o crédito do Banco do Brasil e do BRDE, esses créditos estão chegando. Mas dos bancos privados, não. E ele insistiu na... É praticamente uma denúncia de que os bancos privados estão usando o compulsório livre para adquirir títulos do Governo.

Então, eu trago essa manifestação do Presidente da OCEPAR, que é uma entidade importante no Paraná, mais para informar V.Exa., que deve estar sabendo disso, mas para confirmar essa informação de que o crédito de custeio, nem no Paraná, que é um Estado onde normalmente ele chega mais rapidamente, ele não está chegando.

E isso é verdade. Eu estive no interior do Estado e conversei com produtores, e mesmo produtores que financiam no Banco do Brasil ainda não conseguiram. O problema é o seguinte, que os insumos tiveram os seus vencimentos já de novembro, prorrogados para dezembro. Então, se nesses dias agora não chegar o crédito, esses produtores estão pagando uma taxa de juros alta. E isso vai fazer com que o crédito rural, que tem uma taxa de juros de 6,75, em muitos casos vá até para 20%, essa taxa de juros anual. Isso vai agravar o problema de renda o ano que vem porque o custo aumenta.

E a grande preocupação de todos os segmentos que ali estavam discutindo, tanto do comércio quanto da indústria, quanto da agricultora, todos têm uma preocupação com a renda. E as propostas são praticamente as mesmas dos segmentos, dos outros segmentos da economia, coincidem com as propostas feitas pelos representantes da agricultura.

Quais sejam? Redução da taxa de juros, que essa é uma luta permanente, a redução da carga tributária, até houve um debate mais áspero com relação a isso lá, alguns dizendo que os Governadores foram os responsáveis pelo adiamento da votação da Reforma Tributária, e até disseram que tinha sido Governador de São Paulo que tinha pilotado esse adiamento para o ano que vem, e há uma insatisfação grande em relação à distância que está havendo entre o anúncio das medidas e a verdadeira aplicação das medidas.

No caso específico da pasta que V.Exa. dirige, ainda persiste o problema de crédito para o custeio. Esse é sério. Tirando as cooperativas de crédito, todos os bancos, inclusive o Banco do Brasil, não está fazendo chegar o crédito. E o custo de produção vai ficar mais caro em função deste problema.

Não chegando o crédito o produtor prorroga o vencimento dos insumos, os insumos já estão com preços altíssimos, principalmente fertilizante, continua ainda, apesar da queda que houve, mas continuam altos, e para agravar a situação nós temos um problema climático no Paraná, hoje, sério.

Tudo que choveu em Santa Catarina faltou no Paraná. Não chove no Paraná. Feijão, no Sudoeste, V.Exa. sabe, ali é minifúndio, pequena propriedade, agricultor familiar, Vale do Ivaí, praticamente perdido, a colheita está comprometida. Milho. Eu andei bastante de carro pelo interior, as lavouras de milho estão também praticamente dizimadas. Soja, com mais resistência, outro período de plantio, ainda suportando. Essa semana parece que deu uma mudada no tempo e deve chover.

Mas seria muito importante duas medidas, e eu até disse no seminário lá do Paraná, que o Presidente Lula não pode sair... Acho que V.Exa. poderia sair lá no fim do Governo, junto com o Presidente Lula, com uma marca na sua história política, e o Presidente Lula passaria para a história da agricultura brasileira, se ele regulamentar a lei de seguros, ele regulamentar, e se ele capitalizar o fundo de catástrofe.

Porque o sofrimento de quem hoje está vendo a lavoura de feijão, principalmente, sendo perdida, a lavoura de milho, culturas de pequena propriedade, esses produtores, com certeza, muitos deles deixarão de ser produtores para ir buscar o emprego na cidade mais próxima. E isso está acontecendo já, Ministro. Voltou a ocorrer o êxodo, em função desses problemas que afetam a agricultura.

Eu viajei pelo interior e vi com muita preocupação que nós vamos ter uma redução de safra no Paraná maior do que aquela que o Ministério divulgou. O Ministério divulgou uma previsão de 137 milhões de toneladas para o ano. E isso significa 5% de redução. Eu estou um pouquinho mais pessimista que isso, pelo que eu estou vendo, problemas climáticos e problema de tecnologia, nível de tecnologia caiu muito esse ano, não só utilização de fertilizantes, mas sementes melhoradas também caiu.

E, com isso, eu creio que o Governo ainda poderia atenuar os efeitos da crise na agricultura se colocasse pra funcionar, mesmo, esse crédito que foi anunciado. Quando o Ministro falou ali outro dia, o Ministro Mantega, "Não, está resolvido em 70%!". Não está, não

está. Nem o crédito do Banco do Brasil está chegando para o produtor. Eu trago essa informação direta da fonte, ou seja, direta dos produtores que me pediram encarecidamente para falar com V.Exa. para que ajude nesse momento para irrigar a economia agrícola, para que chegue o crédito rural.

Porque senão, o senhor sabe, prorroga o vencimento do insumo é 2% de juro. Até as cooperativas cobram isso. Os fornecedores cobram mais. 2% de juros ao mês. Crédito rural 6,75 ao ano. Então, imagine para onde vai o custo de produção. O problema de renda do ano que vem vai ser grave, se nós não agirmos com mais rapidez, Ministro. Eu deixo essa preocupação até peço um comentário de V.Exa. a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Que tem uma vivência muito grande em toda a problemática da agricultura, tem sido uma voz bastante presente no debate do tema e eu pediria ao Ministro se nós poderíamos, se nós temos, nós tivemos hoje um processo bastante tumultuado, porque temos sessão do Plenário do Senado e depois teremos que ir para lá. Então, nós faremos todas as perguntas previamente e depois o Ministro responde. Senador Neuto de Conto deseja [ininteligível] como Presidente da Comissão de Agricultura.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu só gostaria de fazer, Presidente Aloizio Mercadante, ao nosso Ministro Reinhold Stephanes. Eu tinha marcado uma reunião para este momento com o interlocutor do Ministério da Fazenda, especialmente o Dr. Gilson Bittencourt, está no meu gabinete, onde estaremos tratando daquelas negociações complementares, que faltou na recomposição das dívidas da agricultura. E nós queríamos aproveitar ainda uma Medida Provisória que o Governo nos oferece para buscar esse quadro. Por isso eu vou pedir licença para me retirar e desejar sucesso para essa reunião que é muito importante com o nosso Ministro aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Neuto De Conto. Senador Gilberto, você é o próximo inscrito. Por favor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas é aproveitando a saída do Senador Neuto, eu estou tratando desse assunto também com uma emenda ao relatório da MP 443, Senador Valter Pereira, eu não sei se o senhor está se referindo a isso. E são duas as pendências que eu colocaria como pendentes de lei. Uma que ficou pendente lá, é passagem autorizativa da carteira das operações de FAT Giro, que estão no Banco do Brasil para o FCO.

Isso aí é meramente autorizativo. O Estado, depois que queira fazer via CONDEL, do FCO pode se utilizar. Então, essa é imprescindível. Porque não contemplou a renegociação prevista na 432, que era renegociar 60% da parcela. Então, é muito importante o Governo, Ministro, o Governo sinalizar isso, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura e a Casa Civil, porque o relator está um pouco indeciso em acatar a minha emenda, em função... A nossa emenda, em função do não entendimento da matéria, porque ele acha que tudo já foi negociado.

E naquela noite que nós aprovamos a MP 432, o Senador Romero Jucá nos adiantou que os penduricalhos seriam vistos posteriormente. Então, chegou a hora, gostaria então de... É muito importante para o Centro-Oeste essa inserção da carteira para o FCO.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Gilberto a objetividade. Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ministro, eu vou ser breve. Aproveitar a oportunidade... Sei que estamos discutindo a questão da crise e dos impactos na agricultura, mas é... Eu gostaria de saber como é que está o entendimento de vocês, do Ministério, em relação à questão ambiental. Como é que o Ministério está trabalhando isso, nas mais diversas regiões e essa, esse... Essa parceria, esse relacionamento com o Ministério do Meio Ambiente, como é que está se dando isso? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro, eu queria colocar também uma preocupação. Essa crise que nós estamos enfrentando, do meu ponto de vista é a maior crise econômica, pelo menos desde 1929, em alguns aspectos talvez ela seja maior que 29, foi uma... Em 29 nós estávamos com uma economia primária exportadora, os estoques abarrotados de café, tivemos uma super safra de café e os preços internacionais desabaram como desabam hoje.

Importante que se diga que hoje fica claro que o problema daquela alta de preço não era o etanol brasileiro nem mesmo o etanol. Era muito mais o movimento especulativo dos derivativos no mercado futuro, do que propriamente um problema de desajuste estrutural.

Naquela ocasião o Governo Brasileiro queimou os estoques, mandou comprar safra, não tinha para quem vender, isso sustou um pouco a queda de preços e nós acabamos fazendo uma política de substituição de im-

portações, que o Brasil deixou de ter capacidade para importar e foi obrigado a produzir internamente, a se industrializar. Nós substituímos importações, em 1934 o Brasil era um país predominantemente industrial.

Eu acho que essa crise na agricultura, não haverá uma resposta satisfatória por parte do Governo isoladamente. É preciso uma coordenação internacional para que a gente possa reverter essa situação, que está atingindo especialmente os países em desenvolvimento, que não têm os subsídios, as medidas de proteção que a Europa, os Estados Unidos, em especial, dão à agricultura.

A primeira sugestão que eu faço é que o Governo Brasileiro patrocinasse junto à FAU, um programa internacional de compra de estoques. Por quê? Porque há uma carência de estoques em vários setores importantes da cadeia alimentar, esse seria um excelente movimento para nós melhorarmos o abastecimento, a segurança alimentar sistêmica da economia mundial, e ajudaria a interromper esse processo de queda das *commodities* agrícolas.

Eu acho que o Brasil, no âmbito do G20 deveria liderar essa bandeira, o Presidente Lula, V.Exa., acho que nós estamos presidindo o G20, teremos uma reunião em Washington no início do ano e se tivermos uma ação coordenada de compra de estoques, nós faríamos uma política de preservar o produtor agrícola, porque essa queda, essa deflação de preços, significará, como bem disse o Senador Osmar Dias, uma queda de produtividade, uma queda de eficiência e uma queda futura na oferta.Então, se não houver uma posição coordenada, não haverá uma saída satisfatória.

Segundo, evidentemente, ver o que é possível fazer, mas fazer o mais rapidamente possível renegociação de dívida, porque as *tradings* começam a executar produtores e a inadimplência prejudica o acesso a qualquer linha de financiamento. Então, acho que é uma boa providência nós tentarmos alguma coisa ainda nesse final de ano.

E terceiro, realmente, ver como é que nós podemos agilizar o direito agrícola, dado que o setor público vai ser muito sobrecarregado. Quer dizer, o crédito vai depender basicamente das ações do Governo. Nós aumentamos o limite de crédito, aumentamos o crédito direcionado, aumentamos aporte do Banco do Brasil, mas nós precisamos agilizar isso e suprir uma deficiência das *tradings*, que se retiraram do mercado nesse papel de financiamento. Por isso vai haver uma sobrecarga muito grande e é importante ver se há condições de superar as dificuldades burocráticas, administrativas e aumentar o crédito na ponta.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu acho que você tocou num ponto... O Senador Osmar Dias levantou isso e o Senador Mercadante acabou confirmando isso, há uma grande distância entre as decisões que o Governo toma, e toma com muita rapidez, e a execução. Quer dizer, ou por haver razões burocráticas... Nós temos caso em que houve uma reunião com o Presidente da República, com o Presidente do Banco Central, com o Ministro da fazenda e Ministro da Agricultura e com o Presidente do BNDES e se tomaram decisões e 30 dias depois, quase 30 dias depois, um técnico intermediário do BNDES tinha dado parecer contrário e as coisas não tinham andado. E sem nenhuma razão técnica para esse parecer contrário. Pelo menos sob o ponto de vista dos outros que o analisaram.

Então você tem, às vezes, questões burocráticas, isso não é só em relação ao BNDES, que citei como exemplo, isso acontece em outras áreas. Como se tem a questão da aversão ao risco. Ou seja, os bancos privados não querem emprestar. O banco privado chega lá para o produtor de algodão e diz: Bom, qual é o mercado? Qual é o preço que se vai obter? Você já tem uma renegociação de dívida. Então, como cliente... Eu não tenho nenhum interesse. E aí ele se retrai. Mesmo que o Governo libere os recursos, como o fez, aos bancos, os bancos evitam fazer com que isso chegue na ponta, por uma questão de aversão ao risco.

E quando emprestam, emprestam a juros muito elevados. Quando o Governo libera o ACC, e aí o próprio Banco do Brasil comete o mesmo pecado, o mesmo pecado, o Governo libera a uma taxa entre 4 a 5% e acaba sendo emprestado a 12, 15 ou até mais. O Governo libera inicialmente e liberou, há seis meses eles emprestava a 90 dias. E aí não tinha tomador. Os próprios bancos confessavam que não tinham tomadores. O próprio Banco do Brasil confessou que não tinha tomadores.

E os bancos privados preferem usar esses recursos para outras razões que lhes dêem mais segurança. Então, efetivamente, nós temos esse problema. É um problema que angustia, claro, as autoridades monetárias, angustia o Governo, angustia o Presidente pessoalmente, que já se pronunciou duas ou três vezes sobre esse assunto. Quer dizer, como fazer com que essas coisas aconteçam?

E a gente está tentando. Está trabalhando dentro dessa linha. E uma das fórmulas, uma apenas, é nós injetarmos mais capital de giro nas cooperativas, já que, pelo menos no Centro-Sul elas comercializam quase 50% da produção, então isso é bom. Pelo menos, você tem ali um mecanismo que pode funcionar. Ou cooperativas de crédito ou as cooperativas de produção, propriamente ditas.

Agora, eu apenas... Apesar da visão crítica em relação aos bancos e até ao próprio Banco do Brasil, uma justiça tem que se fazer: o Banco do Brasil aumentou em 40% os seus empréstimos, os seus financiamentos, em relação ao ano anterior. Ou seja, o Banco do Brasil cumpriu. O que ele não conseguiu foi suprir todas as necessidades pelas retiradas, tanto pelas limitações dos bancos privados e das *tradings*. Mas ele, pelo menos o Banco do Brasil, tentou avançar e até sob alguns aspectos avançou bastante.

Mas eu gostaria de entrar mais três aspectos. Senador Osmar, esse é um assunto que está, no momento, em pauta. Embora você tenha uma crise para administrar, e é muito difícil você tentar discutir questões de médio e longo prazo quando se está administrando questões de crise. Mas mesmo assim nós estamos com o grupo estudando isso ao lado, entre o Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, no sentido de ver algumas questões em relação ao crédito. Ou seja, o modelo atual está esgotado.

Nós já sabemos que isso não trará mais as condições necessárias para a produção futura. As questões do endividamento, as renegociações também não têm mais. Quer dizer, ela não é mais boa para o Governo, não é mais boa para o produtor e não é mais boa para o banco. Quer dizer, ela não tem mais condições de uma nova reestruturação. Porque o endividamento foi reestruturado, é um endividamento que vem ao longo de 20 ou 30 anos, foi reestruturado, num momento de boas perspectivas de mercado e de preço, a medida que essas boas perspectivas ruíram, essa própria reestruturação acabou, em parte, ou vai apresentar dificuldades de curso lá na frente.

Então, nós temos que estudar essas questões. Então, aí entra em discussão a questão da política de crédito, a questão do endividamento, a questão do seguro, que foi claramente levantado, a política de renda, mas essa é mais complicada, mas então, pelo menos uma política de preço, porque uma política de preço é mais fácil. Nós já temos instrumentos para uma boa política de preço, para praticar. Já uma de renda já é muito mais difícil, até porque não há muita transparência no processo.

Quer dizer, há mais dificuldades. Mas temos um grupo, quer dizer, inclusive quem levantou a questão inicialmente foi o ex-Ministro Guedes, hoje Vice-Presidente do Banco do Brasil, que começou a mostrar que efetivamente nós vamos ter problema sério principalmente nessa questão de crédito e nessa questão do endividamento.

E que nós tínhamos que sentar e estudar essa questão. Então já fizemos as primeiras reuniões e tem um grupo técnico, só de especialistas, que está trabalhando para ver que opções nós temos para sair deste caminho, enfim, bastante difícil onde nós nos encontramos hoje.

Em relação ao setor... Ao Senador Jefferson, a questão ambiental. Algumas questões... Antes eu preciso fazer uma introdução, que tem que ficar muito claro. Sob o ponto de vista da agricultura brasileira não há nenhuma razão para que se derrube mais nenhuma árvore para se plantar.

O Brasil já tem área suficiente, consolidadas, desmatadas, ou antropizadas para que ele possa produzir. Tem áreas de pastagem suficiente sobrando e já com áreas degradadas a serem recuperadas. Então, não faz nenhum sentido você derrubar 5 mil hectares da Mata Amazônica, para colocar 5 mil bois lá. Isso não faz nenhum sentido. Sob o ponto de vista agrícola. Se bem que as razões do desmatamento são cinco. Esta é apenas uma delas. Tem quatro outras razões que eu não vou entrar nelas agora.

Então, a agricultura tem essa visão muito clara. Agora, por outro lado também, nós temos a visão muito clara que o Código Florestal e a legislação ambiental não atendem nem o pressuposto "produzir" e nem o pressuposto "proteger". Ela foi elaborada ao longo do tempo, contém, na nossa visão, uma série de erros, uma série de vícios e esses precisam ser corrigidos.

Eu poderia afirmar aqui com toda tranqüilidade, referendando as palavras do Deputado Assis do Couto, do PT, que é um pequeno produtor, que numa reunião junto com o meio ambiente disse: "Aplicada esta legislação que está aqui, um milhão de pequenos agricultores, pequenos, terão que deixar o campo". Em áreas consolidadas. Não estamos falando do bioma amazônico.

Porque o que existe sempre, hoje mesmo eu leio notícias, quando se tenta resolver um problema no Sul, se invoca um problema no bioma que não está em discussão naquele ato. Mas tenta se confundir as questões. Assim como quando eu defendi que na Serra Gaúcha não se poderia deixar de plantar a uva, que há um século lá se planta e que agora está proibida de ser plantada, e o que vamos fazer com aqueles produtores? O café de Minas, nas encostas ou topo de morro... Imediatamente a manchete foi que eu estava defendendo os desmatadores da Amazônia. Quer dizer, uma desonestidade total de colocação em relação àquilo que nós, evidentemente, colocamos.

Então, nós não temos nenhuma dúvida. O Decreto, que foi agora alterado pelo Presidente, não terá nenhum efeito positivo a médio prazo, se não houver alteração de algumas questões básicas dentro do Código Florestal. E que, em princípio, qualquer pessoa de bom senso concorda que isso tenha que ser feito. A

não ser que nós mantenhamos uma discussão política, ideológica, ou de organismos internacionais tentando decidir o que nós devemos fazer.

Então, eu diria que existem objetivos comuns entre nós e o Meio Ambiente e ninguém melhor do que a agricultura, engajada num processo no sentido de melhorar o meio ambiente. Se bem que muitas vezes o problema do meio ambiente... Quer dizer, a poluição dos rios, do rio Iguaçu, que sai como verdadeiro esgoto de Curitiba, não é a agricultura que poluiu o rio Iguaçu. São as zonas urbanas, são as cidades. Mas se uma vaquinha conseguir romper a cerca e for tomar água no rio Iguaçu, o senhor sabe que ela terá uma multa impagável. Uma multa impagável. Mesmo que ela vá morrer porque ela tomou uma água contaminada.

Então, eu acho que algumas questões têm que ser colocadas com mais racionalidade, no sentido de que se consiga, efetivamente, resolver essas questões. Então, como disse, os objetivos são os mesmos. Mas ainda existem conflitos em termos de idéias, porque eu acho que a discussão ela tem que ser muito técnica, ela tem que ser muito científica. E eu só vou lhe dar mais um dado. Só um dado. Antes do dado apenas lhe dizer o seguinte: quando eu trato das questões, dentro da EMBRAPA, nós temos pelo menos 20 doutores ou pós-doutorados em meio ambiente. Ou seja, nós temos pessoas que efetivamente conhecem, que podem nos assessorar.

Mas, o que eu quero colocar é o seguinte: foi feito um estudo pela EMBRAPA, mapeando toda a legislação ambiental brasileira até aqui. E colocando isso no mapa, reservas indígenas, reservas estaduais, reservas de conservação, reservas legais, topos de morro, encosta, APPs, beiras de rio, enfim, tudo, colocado isso no mapa. E mais extrema prioridade de biodiversidade. Somado tudo isso e colocado no mapa, e aí não estão colocados os quilombolas, não estão colocadas outras áreas ainda, nós congelamos se isso for efetivamente aplicado... O interessante é que não se cumpra, mas se for efetivamente cumprido, nós congelaremos 77% do território nacional para qualquer atividade, 77.

Então, nós temos que decidir o que nós queremos. E se este for o desejo que um milhão de pequenos proprietários agrícolas... Eu já acho que estarão incursos na atual legislação, se ela for aplicada, mais de dois milhões de pequenos e médios produtores de regiões consolidadas. Não estou falando do bioma amazônico.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V.Exa. me permite um aparte? Existe por parte do Governo algum grupo de trabalho tratando dessas questões? O Governo está conversando? Quando falo, isso é Ministério que V.Exa. está à frente, Ministério do Meio Ambiente, enfim, todos os Ministérios que tratam dessa questão?

Porque ao que parece, e por essa razão eu estou fazendo esse questionamento, ao que parece há uma posição. O Ministério da Agricultura com suas posições. Meio Ambiente com suas posições... E aí a coisa... Ficamos diante dos problemas, que V.Exa., muito bem ressaltou e que nos preocupa, porque dentro do contexto do agravamento da crise isso vai repercutir na vida dos pequenos proprietários e pequenos produtores, daqueles da agricultura familiar... Existe isso? Ou vocês pretendem trabalhar... Buscando soluções...

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Olha, eu diria o seguinte. Ao longo de alguns meses tentamos conversar tecnicamente sobre esse assunto. Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, representantes da Comissão da Agricultura da Câmara, e representantes da Comissão de Agricultura do Senado. E do meio ambiente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu participei e sou testemunha.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: E várias reuniões fizemos. Chegamos, inclusive, aos pontos que teriam que ser alterados. Quase que consensual, em termos do conceito, às vezes não no detalhe, o que evidentemente é natural, que no detalhe não se chegasse. E isso, como eu disse na última reunião que nós tivemos, os detalhes, as equipes técnicas sempre tentam encontrar uma fórmula desde que se... Por exemplo, desde que se chegue à conclusão que em topo de morro e encostas, em áreas consolidadas da região Centro-Sul onde já se produz há 10, 20, 50 ou 100 anos continue se produzindo?

Bom, algumas salvaguardas evidentemente precisam ser feitas. Nós precisamos só decidir só a tese. Mas algumas... Desde que se chegue à conclusão de que o pequeno agricultor... E aí quando a legislação foi feita, todo mundo imaginava que o rio corria em linha reta. Ninguém imaginou que o rio tem uma sinuosidade que às vezes se encontra. Então, você pega... Vamos pegar uma colônia que é consagrada em termos de Brasil, a marca Cancela, acho que foi conhecido no Brasil inteiro, os Menonitas de Witmarsum são considerados uma das colônias mais avançadas há 60 ou 70 anos, acho que o Senador pode me ajudar quanto tempo eles estão lá, ela tem hoje... Quantos agricultores pode ter ali? 500 famílias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não tem. Cerca de 300 famílias.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: 300 famílias que produzem em cima de laje de pedra, praticamente, com um horizonte... Era área que não servia para a agricultura, eles conseguiram, com plantio direto

e com tecnologia, algo sensacional, a comunidade sobrevive, vive no local, eles não vivem na cidade, eles vivem no campo. Esta comunidade desaparece 100% se tiver que cumprir.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E a tecnologia é tão alta, Ministro, que hoje eles fazem queijos lá iguais os feitos na Suíça, França...

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Iguais à Suíça, feitos lá fora, é. Ela simplesmente desaparece. E aí o Senador poderá dizer e até explicar o porquê. Então, gente, isso evidentemente tem que ser observado, isso tem que ser analisado.

Bom, o que eu quis dizer é o seguinte: a medida que esse grupo foi avançando, trabalhando, num determinado momento alguns membros desse grupo que apresentaram propostas inclusive extremamente agressivas, até de prisão de três anos para quem deixasse de cumprir, não vieram à reunião.

Então, eu confesso que hoje eu não sei. Eu acho que estava se avançando, estava se andando muito bem, e eu comecei a ser... De repente apareceu que eu estava defendendo desmatadores, e por mais... Gente, eu nunca falei isso. Aonde que vocês ouviram isso? "Não, alguém falou." Por mais que eu dissesse... Até jornalistas... "Meu Deus do céu, gente, eu nunca falei isso". No dia seguinte a jornalista continuou colocando que eu... Porquê? "Porque eu consultei alguém do meio ambiente e diz que o senhor falou". Eu não falei, meu Deus. Então, não sei, criou-se um clima, efetivamente, eu diria, hoje um pouco difícil.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar, para concluir. Senador Marcelo Crivella para continuar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas... Apenas duas observações. Primeiro em relação ao que o Ministro acabou de dizer. Eu participei do grupo designado pela Comissão de Agricultura do Senado e testemunhei o que o Ministro efetivamente falou. Aliás, ele falou o que ele tinha dito aqui antes já, esse foi o depoimento dele lá.

E todos nós concordamos, inclusive o pessoal do Meio Ambiente. O pessoal do meio ambiente que estava lá, não apenas do Governo, mas de entidades do terceiro setor que estavam lá representadas, concordaram que nós tínhamos que avançar no que se refere à questão de topo de morro, no Sul do país, de encostas, do plantio de várzeas, nós tínhamos que avançar na soma de APP com reserva legal, para chegar ao índice de preservação, todos concordaram.

Agora, não avança, exatamente porque? Da reunião sai alguém que dá uma notícia, fora da reunião, que não aconteceu aquela conversa lá. Alguém pode até não concordar com que o Ministro Stephanes fala; agora, não entender o que ele fala é difícil, porque ele fala muito diretamente. É como se alguém não entendesse o que eu estou falando. Eu falo diretamente. E ele fala diretamente como falou na reunião. Houve discussão? Houve discussão. Mas nós avançamos muito. Nunca, aliás, havia avançado... Já participei de outros grupos, o grupo que mais avançou foi este, exatamente pela forma clara de se debater a questão.

E a outra observação que eu quero fazer é que o Senador Mercadante fez uma sugestão que pode passar desapercebida. E eu acho que ela não pode passar sem uma análise profunda do Governo. Eu estava aqui pensando, hoje ainda saiu o relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dando um aumento de área de 12% da soja, uma redução da área de milho em função da... Praticamente do abandono do etanol a partir do milho por... Não abandono, mas uma redução drástica por parte dos Estados Unidos.

Então isso vai dar uma mexida no mercado de *commodities* essa... Esse anúncio que já derrubou o preço de soja de novo, enfim, e o Senador Mercadante falou uma coisa que a FAU, há mais de 30 anos fala, que é essa questão de se organizar para fazer estoques mundiais quando há problemas de crise ou de excesso de abastecimento ou de falta de abastecimento.

E este assunto o Brasil pode liderar, sim. Acho que o Senador Mercadante deu uma grande sugestão que pode ter uma influência muito grande no futuro mercado das *commodities* e dos alimentos. Sendo bom para os consumidores e sendo bom também para os produtores. É possível isso? É possível isso. E os estoques existem exatamente para regular preço quando eles disparam no mercado. Mas também para melhorar o preço ao produtor quando eles estão muito baixos. Acho que é uma grande sugestão que eu peço ao Ministro para levar isso adiante, porque nós podemos chegar num ponto muito bom pra todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Serei breve, Sr. Presidente. É a CIDE da agricultura, né? A CIDE é do combustível. É o colchão que a gente tem nos combustíveis, para a variação do preço do petróleo.

Agora, Sr. Ministro, o Brasil tem 850 milhões de hectares. Tirando cerrado, Pantanal, Pampa, 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, 850 milhões de hectares.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Sim, é 851 milhões de hectares. Está certo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De hectares, pois bem, tirando a Floresta Amazônica, o bioma Amazônia... Nós... Tirando as áreas urbanas de 5.562 municípios, superfícies dos nossos rios, as represas são mais de 300, as nossas hidrelétricas. Ouvi dizer que sobra terra fértil, e com chuva, para nós plantarmos e produzirmos com competitividade, em torno de 250, 300 milhões de hectares. Queria V.Exa. confirmasse esse número.

Gostaria de saber de V.Exa. sobre o que andei lendo na imprensa de que alguns países do mundo estavam alugando suas terras agricultáveis para que outros países pudessem desenvolver culturas. Isso ocorre no Brasil? Eram essas duas perguntas que ia fazer a V.Exa..

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Olha, eu... Eu não posso afirmar que isso não ocorre aqui. Eu recebi algumas denúncias, a partir do Piauí, do Ceará, mandei examinar, constatamos alguns casos, estou com o exame na minha mesa, para mandar eles para a Agência Nacional de Informações, para que ela analise se isto efetivamente está ocorrendo e de que forma está ocorrendo.

Mas eu já tenho alguns dados de que pelo menos em alguns casos ocorreu, de pessoas que adquirem terras, para explorar essas terras, arrendar, valorizar e depois possivelmente revender a valores bem mais elevados.

Até uma das pessoas, foi capa de revista de uma grande empresa, mas em todo caso, nós vamos verificar qual é a extensão disso. Embora isso caiba o INCRA e não caiba a mim. Eu apenas recebi a denúncia, mandei ver, verificar as propriedades, anotei e vou mandar agora para os órgãos competentes.

Agora, pelo que você falou, somando todas as áreas o Brasil, efetivamente, teria uma área disponível em torno de 300 milhões de hectares para a pecuária e para a agricultura.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 300 milhões?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É, 300 milhões de hectares. Quer dizer, essa seria... Agora, evidentemente temos que ver algumas questões da Legislação ambiental em relação a isso. Então, é isso que exatamente está em discussão, ou seja, de 800 milhões nós poderíamos praticamente preservar 500 milhões e dentro dos 300 milhões ver como utilizamos isso, de forma sustentável, mas efetivamente se utilize.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gilberto. Curto e grossíssimo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É, curto e grosso. É que no início, quando eu me pronunciei eu não fiz a pergunta. Que nós estamos tratando hoje de uma... Não fiz porque eu queria aproveitar, o Senador Neuto estava tratando de um assunto importante.

Mas a pergunta de política agrícola: seria possível, Ministro, o Ministério da Agricultura sinalizar a produção que ele deseja de cada produto, fazer o que o sistema da Suécia faz, os Estados Unidos, vários países do mundo?

Por que, enquanto tem mercado o produtor faz. Ele vai atrás daquele produto que está acostumado, está preparado, ele acha que tem mercado. Nós tivemos então uma super produção de milho o ano passado. Nós temos 13 milhões, ao redor de 13 milhões de toneladas de estoque, sendo que a produção brasileira é praticamente quase um terço do consumo brasileiro de milho, então, nós temos um excesso de estoque. A pergunta é: pelo preço que está o milho, Ministro, e nós teríamos condições de utilizar esse milho na produção do etanol, quebrando paradigma.

Quer dizer, pontualmente esse milho vai ser um problema na comercialização do ano que vem, porque juntando, mesmo com a baixa de produção que poderá haver em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ainda vai ter um excesso, que vai deprimir preços aqui no país. E como nós não exportamos milho, a pergunta é: tem plantas... Hoje o processo de etanol de milho é muito simples. Isso o Presidente Lula tem falado que o etanol brasileiro é diferenciado. Não compete com o milho. Agora, essencialmente se nós pudéssemos utilizar parte desse milho na produção de etanol, nós estaríamos viabilizando a cultura do milho em safrinha, principalmente no Centro-Oeste, já que pela safra normal está deficitária a atividade.

A pergunta é se isso aí poderia ser uma sinalização do Governo de autorização pontual de alguns estoques superavitários?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gilberto, com essa perguntinha V.Exa. comprou uma briga com as granjas, com a produção de suíno, os produtores de leite, com as festas juninas que comem milho cozido, que fazem pamonha... Comprou uma briga grande. Ministro, para nós concluirmos, de fato.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, para concluir, até porque eu tenho um compromisso já, fora, meio-dia e trinta.

Mas, a primeira pergunta, se nós poderíamos estabelecer para cada produto uma meta de quantidade: sim, poderíamos. Não necessariamente as decisões do agricultor porque eles são pulverizados, eles iriam seguir todos para atingir essa meta. Mas teríamos

condições perfeitas de dizer: "Olha, nesse momento, algodão, milho, tem que baixa". Enfim, nós teríamos condições de fazer isso até com muita facilidade, analisando perspectivas de exportação, mercado mundial, estoques mundiais, consumo, balanço consumo, mercado interno... Isso teríamos, sim.

Segundo, eu nesse momento não tomaria nenhuma decisão ou uma atitude em relação ao milho. Eu sei que você está falando de estudos que existem realizados, eu acho que a Universidade ESALQ, para o Mato Grosso, que mostra que especificamente em algumas regiões, em determinados momentos a relação preço/mercado pode levar a uma condição melhor se transformar aquilo, em um determinado momento. Eu sei que isso existe, conheço os estudos, já me foram apresentados. Mas acho que ainda não é hora de tomar essa decisão por várias razões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em relação à FAU tenho certeza que o Presidente Lula encampará essa bandeira. Encerrada a nossa audiência. Agradeço a presença de todos e muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h27.

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Junior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, César Borges, Valdir Raupp, Edison Lobão Filho, Adelmir Santana, Antonio Carlos Junior, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Arthur Virgílio e João Tenório. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da 1ª Parte da Reunião, Item 01- Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "determina extraordinariamente que seja realizado um concurso especial da mega-sena e dá outras providências (destinado às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina)", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável, com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usa da palavra o Senador Raimundo Colombo. Encerrada a discussão, o Presidente procede à votação nominal. A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 02- Mensagem do Senado Federal nº 283, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85,000,000.00 (oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 16/12/08, foi concedida Vista Coletiva. De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente representando o Tesouro Nacional para acompanhar a apreciação da Matéria, o Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, designa o Senador Cícero Lucena Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Após a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03- Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp que oferece Parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 65, 66, 67 e 68 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 64 apresentadas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisao terminativa. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 02 e 03, de autoria do Senador José Maranhão, nºs 04 a 08, de autoria do Senador Gim Argello, nºs 09 e 10, de autoria do Senador João Pedro, nºs 11 a 17, de auto-

ria do Senador César Borges, nºs 18, 19, 20 e 63, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nºs 21 a 23, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, nºs 24 a 58, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, nºs 59 a 62, de autoria do Senador Inácio Arruda, e nº 64, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Em 16/12/08, foi concedida Vista ao Senador Raimundo Colombo. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 42, de 2008–CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Renato Casagrande e Marcelo Crivella, que requer, nos termos regimentais, seja constituída no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos uma Subcomissão Permanente constituída por sete membros titulares e sete membros suplentes, destinada ao Combate da Recessão e do Desemprego. A seguir, o Presidente dá início à 2ª Parte da Reunião, com a Audiência Pública a fim de debater as últimas decisões do Copom e o Balanço da Política Monetária e Cambial realizada com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e ainda, dos Srs. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração, e Mario Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de Política Econômica. Após a exposição do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Junior, Marcello Crivella, Renato Casagrande, Raimundo Colombo, Francisco Dornelles, Adelmir Santana e, ainda, o Senador Aloizio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que são favoráveis, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Nós temos na pauta o primeiro item, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 461, terminativo, que determina extraordinariamente que seja realizado em concurso especial da Mega-Sena e dá outras providências, destinado às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina. O autor é o Senador Raimundo Colombo, o relator é o Senador Valdir Raupp que, evidentemente, é favorável ao projeto. Nós estamos aguardando o autor para dar início à sessão. Como vocês sabem, nós tivemos ontem uma sessão muito longa no Senado, terminamos às 5h30 da manhã, e nem todos os Senadores conseguiram ainda estar presentes. E nós tínhamos acordado que iniciaríamos a nossa sessão às 11h, atrasamos uma hora para dar tempo de todos virem. Vocês estão vendo que os que estão são todos aqueles que têm menos de 50 anos, o pessoal acima dos 60, 70 e 50 ainda não chegou, os de 80 também. O pessoal mais jovem como o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Antonio Carlos Júnior, Valdir Raupp, que são assim a juventude da nossa comissão.

Eu queria dizer a todos vocês que nesta primeira e segunda sessões legislativas ordinárias da nossa Comissão, nós aprovamos, tivemos 52 reuniões ordinárias, tivemos reuniões ordinárias com audiência pública duas, 24 audiência públicas, nove reuniões técnicas. Tivemos, portanto, 78 reuniões realizadas da Comissão. Aprovamos 22 projetos de lei da Câmara, 106 do Senado. Vocês vejam que do Senado aprovamos 106 projetos, seis resoluções do Senado, um projeto de resolução do Senado apresentado pela Comissão, dois decretos legislativos, três ofícios S, treze avisos do Senado Federal, uma indicação do Senado Federal, dez mensagens de programação monetária, dois relatórios de execução, 51 empréstimos, uma mensagem de doação de móvel à Bolívia, uma mensagem de limitação de gastos da União, três mensagens de aditamento, seis indicações da CVM, quatro do Banco Central do Brasil, nove indicações do CAD, cinco emendas de plenário, onze emendas da Câmara dos Deputados, oito emendas ao plano plurianual e ao orçamento, dois substitutivos da Câmara, dois projetos de decreto legislativo e 104 requerimentos. Portanto, tivemos 329 proposições aprovadas, 39 rejeitadas e duas que foram consideradas prejudicadas. Portanto, tivemos nada menos que 370 proposições apreciadas na nossa Comissão. O que foi um índice de trabalho bastante intenso. Tivemos quorum praticamente todas as semanas, com raríssimas exceções, com dados em situações excepcionais.

Inclusive, hoje, seguramente, vamos dar quorum, apesar de termos encerrado aí os trabalhos do plenário do Senado. E tivemos muitas matérias de grande interesse relacionadas à questão do desenvolvimento econômico, projeto de aprimoramento institucional na área de ciência e tecnologia, projetos de simplificação tributária como essa microempresa individual, que eu acho que é um projeto que pode alcançar 10 milhões potencialmente de beneficiados pela sociedade, aprovamos projetos de combate à lavagem de dinheiro, projetos de aprimoramento institucional, como o CAD, a regulamentação do salário mínimo que foi um projeto bastante importante. Enfim, nós temos aí matérias de

todas as áreas. Mostrou aí, principalmente, uma grande contribuição deste plenário. Quero parabenizar aqui os Senadores e Senadoras da Comissão pelo intenso trabalho que nós tivemos ao longo desse período. Falta apenas uma assinatura, não é isso? Para o quorum.

Então, Senador Valdir Raupp, nós vamos iniciar com a leitura do seu relatório para que a gente possa, imediatamente, votar. Pediria só ao Senador Flávio Arns para gente poder votar essa questão da Mega-Sena de Santa Catarina, em seguida nós daremos aí... Temos também sessão plenária do Congresso. Hoje é um dia bastante atribulado.

Com a palavra o líder do PMDB. Quero parabenizá-lo também pelo trabalho e pela liderança ao longo deste ano, e que ontem prontamente se dispôs a relatar esse projeto, que todos os Senadores eram favoráveis, mas nós não podíamos votar no plenário, porque tem um caráter terminativo no âmbito da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 461/2008 de autoria do Senador Raimundo Colombo, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, cujos recursos exclusivos somente os prêmios serão destinados ao Estado de Santa Catarina com a finalidade específica de ajudar as vítimas das enchentes.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência. De acordo com o autor da proposição o Estado de Santa Catarina está sofrendo um dos piores desastres naturais de sua história. Estima-se que os níveis de precipitação pluviométrica em um único dia, sejam equivalentes a quatro vezes o que deveria ocorrer durante todo o mês. O autor cita ainda alguns dados relevantes do balanço do desastre. Até o momento 116 mortos, mais de 78 mil pessoas desabrigadas e, pelo menos, 1,5 milhão de pessoas atingidas. Cerca de 25% da população. O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para manifestação em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do regimento interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico de financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive, sobre sorteio de qualquer natureza. De acordo com o art. 48, inciso XIII da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre as instituições financeiras e suas operações. O inciso XX do art. 22 confere à União competência privativa para legislar sobre o sistema de consórcios e sorteios.

A matéria objeto do PLS nº 461/2008 está incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa. A propósito, essa Comissão de Assuntos Econômicos aprovou em março, último, em decisão terminativa parecer apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy ao PLS nº 110 de 2004 de autoria do Senador Marcelo Crivella, que destinou 15 centésimos de um ponto percentual da arrecadação total mensal dos concursos de prognósticos de loterias federais e similares administrados pela Caixa Econômica Federal, para as associações da Cruz Vermelha Brasileira. Portanto, não há óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

Eu pergunto ao Presidente se já temos quorum para votar? E aí eu vou acelerar um pouco mais o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Temos sim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Já temos? Então eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E temos também o fato relevante que é o Senador Raimundo Colombo, que na última sessão entrou aqui esbaforido, quase derrubando a porta, achando que o seu projeto seria votado, e hoje a Comissão toda veio mais cedo do que ele para votar, mostrando o prestígio que ele tem nesta Comissão e o empenho desta Comissão. Você veja, todos nós dormimos aí em torno, no máximo, Senador César Borges, quatro horas, de uma reunião extremamente desgastante, tensa e prolongada; mas quando a gente faz alguma coisa para fazer bem para a sociedade, está todo mundo com um sorriso... Não sei se é isso, ou também o espírito natalino que o Senador Cícero Lucena já está imbuído, mas acho que foi um momento muito... Sempre assim, não é? Acho que foi um momento muito feliz esse projeto, e a CAE vai dar uma grande contribuição ao Estado de Santa Catarina hoje.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então vou direto ao voto, até porque a sessão do Congresso deve abrir daqui a alguns minutos, e aí nós ficaremos impedidos de votar.

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 461/2008 com as seguintes emendas: dê-se a seguinte redação à emenda do Projeto de Lei do Senado nº 461/2008 que autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena com a finalidade a destinar recursos às vítimas das enchentes de Santa Catarina. Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS 461/2008, art. 1º: fica a Caixa Econômica Federal autorizada a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos arrecadados terão as seguintes distribuições. Primeiro:

prêmio bruto 44,02 %, segundo: remuneração dos lotéricos 8,61%, terceiro: Governo do Estado de Santa Catarina 47,37%. Parágrafo único: os recursos de que tratam o inciso III do caput serão destinados, exclusivamente, às vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou colher o voto e depois teremos o pronunciamento de V. Exa. Senador Raimundo.

Senador Delcídio Amaral que deu o voto sim. Presidente, sim. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli também pediu e está vindo aqui para a Comissão apoiando o projeto. O Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos. Também deixou e já volta aqui. Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Tenório e Marco Maciel estão na reunião da CCJ e na Comissão de Infra-Estrutura, e voltarão, e o Senador Edison Lobão também é relator na Comissão de Infra-estrutura. Nós depois entraremos em contato para assegurar a votação nominal que é indispensável.

Nós temos, portanto, quorum na Comissão. Aprovado o projeto. Quero parabenizar o Senador Raimundo Colombo pela iniciativa. E a Comissão de Assuntos Econômicos, tenho certeza, haverá uma grande adesão do povo brasileiro a essa Mega-Sena que terá um sentido social, de emergência, de solidariedade, de participação. E vamos nos empenhar para ver se a gente consegue viabilizar também a aprovação o mais rápido possível na Câmara dos Deputados, e entrar em contato com a Caixa Econômica Federal para que ela também tome todas as providências no sentido de encaminhar essa iniciativa que, tenho certeza, que vai ter um grande apoio dos meios de comunicação do Brasil.

Senador Raimundo Colombo, com a palavra e parabenizá-lo pela iniciativa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Antes do Senador Raimundo Colombo. Se a Comissão pudesse mandar também um expediente com a data desse sorteio para os principais veículos de comunicação do País, porque eu acho que aí já que eles encamparam também essa campanha de arrecadação, com certeza, vão divulgar para aumentar esse sorteio, o bolão desse sorteio.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria agradecer muito a todos os Sr. Senadores, ao Senador Presidente Aloizio Mercadante, ao Senador relator Valdir Raupp que fez de uma forma, como catarinense que é, mas todos os Senadores, dizer que em nome do povo catarinense agradecer fortemente. Às vezes vale muito o gesto, e o gesto que está sendo praticado é um gesto de solidariedade, é gesto de apoio, de compreensão, de amor e respeito ao povo de Santa Catarina.

Portanto, do fundo de coração, eu queria agradecer a todos os senhores. Cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante que acreditou na viabilidade desta Reunião, apoiou o projeto, ajudou, o Senador Valdir Raupp que relatou e a todos os senhores. De coração, muito obrigado, e acho que todos os catarinenses podem desejar do fundo coração um feliz natal e um bom ano a todos, porque eu acho que o gesto é um gesto de apoio, e eu tenho certeza, que o resultado vai ajudar a superar essas dificuldades, muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena, eu pediria a V. Exa. que solicitou vista naquele empréstimo do Estado do Pará, se nós poderíamos também votar por consenso a iniciativa.

Então, dado que já foi lida e discutida a matéria, pergunto a todos os Senadores, se há alguém que queira discutir a matéria. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Aloizio Mercadante e Srs. Senadores, na reunião de terça-feira da CAE, eu não pude estar presente, por-

que estava com compromissos externos do Senado e, inclusive, relatando processos em outras Comissões. Soube depois que o Senador Cícero Lucena tinha solicitado vista e depois tendo sido concedida vista conjunta para que o processo retornasse na próxima reunião da Comissão. Eu fui procurado por V. Exa. como se fosse uma ação de oposição ao Estado do Pará. Eu tenho me posicionado, Senador Mercadante, em todas as oportunidades na tribuna do Senado e nos apartes, sempre tendo dito que eu sou oposição ao Governo do Estado do Pará, mas não ao Estado do Pará, pelo contrário, temos lutado aqui ao longo de todo o tempo em que assumimos o honroso mandato de Senador do nosso Estado, pelo nosso Estado, temos lutado para que o Estado do Pará seja realmente reconhecido e atendido nas suas necessidades de recursos.

Então, eu quero dizer a V. Exa. que lamento, repito isso, lamento o governo que está instalado no Estado do Pará. Fiz ontem um pronunciamento, farei hoje outro pronunciamento porque o Estado do Pará está sem rumo, completamente sem rumo. Os jornais do nosso Estado estampam diariamente manchetes mostrando o clima de insegurança do Estado como um todo. Assassinatos são cometidos diariamente. O Jornal da Globo, o Bom Dia Brasil de ontem passou uma matéria em nível nacional mostrando a situação da saúde na Ilha do Marajó, sem nenhum equipamento, sem médico, sem medicamento e, lamentavelmente, a Governadora não toma nenhuma providência. Tivemos o caso de 300 crianças que morreram ao nascerem na Santa Casa de Misericórdia. A Governadora continua fazendo propaganda, fez um encarte que eu vou me referir no pronunciamento de hoje, o encarte com o dinheiro que deveria ser aplicado em benefício do povo em saúde, mostrando obras que nem iniciadas foram como estando em execução, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia do novo prédio que será construído e será construído por esforço da bancada do Estado do Pará que fez uma emenda de 40 milhões de reais que foi aprovada para que possa ser efetivamente construído o novo prédio. Mas em hipótese nenhuma deixaria de atender o Estado na necessidade de recursos para a infra-estrutura econômica e social.

Então quero, desta forma, declarar o voto favorável e registrar e lamentar que a Governadora Ana Júlia não tenha nenhum aceno de diálogo com a bancada do Pará no Senado Federal. Não é só com o Senador Flexa Ribeiro não, é com o Senador Mário Couto e com o Senador José Nery. Ela simplesmente ignora e com isso quem é prejudicado é o Estado do Pará, porque nós não sabemos quais as prioridades do seu governo, se é que é governo aquilo que está instalado no nosso Estado.

Ainda agora, Senador Mercadante, ontem nós conseguimos com uma emenda incluir no Plano Nacional de Viação que foi relatado pelo Senador Eliseu Resende, o Porto de Espardate que é um porto para médio e longo prazo no Estado do Pará, mas da maior importância, porque é um porto que tem um calado superior ao Porto de Itaqui e que vai poder escoar os minérios de hoje que saem por São Luiz pelo Estado do Pará. Nem isso a Governadora se preocupa, porque poderia, em contato com a bancada federal, ter orientado e ter feito inclusões no Plano Nacional de Viação de várias rodovias para que elas fossem, no Estado do Pará, para que elas fossem federalizadas, porque o Estado do Pará é da União, da Federação, o Estado que tem a menor quilometragem de rodovias federais.

Então eu quero fazer o registro, sou oposição ao Governo, mas sou Senador pelo Estado do Pará e defendo os interesses do nosso Estado. Voto favorável ao empréstimo e peço desde já urgência ao encaminhamento ao plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria, Senador Flexa Ribeiro, elogiar a atitude, acho muito importante essa postura, isso tem marcado esta Comissão, de nós sempre contribuirmos para os respectivos Estados, especialmente, o Estado do Pará que merece uma atenção e o apoio de toda esta Casa. Quero parabenizar V. Exa. pelo gesto.

A mensagem do Senado Federal nº 283/2008 é não terminativa. proponho ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da república federativa do Brasil no valor de 85 milhões de dólares Estados Unidos da América entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento – CAF destinada a financiamento parcial do programa estrutura rodoviária do Pará. Autoria: Presidente da República, relatoria: Senador Cícero Lucena que pediu vista. Eu vou designá-lo relator ad hoc. O voto é favorável nos termos no PLS que apresenta. Assim sendo, os Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Foi demandado também urgência ao plenário, pelo Senador Flexa Ribeiro, os Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós iremos agora à audiência pública. Já estamos com a presença do Presidente do Banco Central--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só um minutinho, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Ministro Henrique Meirelles. Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu estava conversando com o Senador Valdir Raupp e com o Senador Raimundo Colombo a respeito do Projeto de Lei de autoria do Senador Romero Jucá de nº 462 que trata das entidades beneficentes de assistência social, filantrópicas, ditas filantrópicas ou terceiro setor. Esse projeto tem natureza não terminativa nesta Comissão e terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. E conversei com o Senador Raimundo Colombo que foi Presidente da CPI das ONGs e que tem todo o interesse e toda condição de contribuir decisivamente para esse projeto, para que a gente pudesse, com a concordância de V. Exa., apreciar nesta Comissão, ler o relatório do Senador Valdir Raupp que está aqui ao lado, que concorda com isso, para que possa ir para a Comissão terminativa já. Para que no ano que vem, no debate que vá ser feito, possa ser apreciado na Comissão terminativa. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flávio Arns eu pediria desculpas a V. Exa. pelo seguinte, nós estamos... Como não há mais como resolver isso nesse período, vamos deixar para a retomada dos trabalhos, porque o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles já está aqui. Na realidade, nós tivemos um atraso involuntário por todas as condições, há um grande interesse da imprensa nesta Audiência neste momento e nós--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Presidente, eu seio que há um interesse do Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não foi pautado porque eu não recebi o processado, evidente, o Senador não teve condições de fazer o voto em separado que diria que seria feito, em função de ontem ficamos 20 horas no plenário, era impraticável, mas o Senador Raimundo Colombo como Presidente da CPI disse que queria apresentar uma alternativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas ele vai apresentar, Sr. Presidente, e ele disse até para mim e nós concordamos que haveria apreciação da contribuição dele para já na incorporação das sugestões ao relatório, e que, ao mesmo tempo, isso pudesse ser feito hoje. Porque nada impede, ele, inclusive, é membro da Comissão de Assuntos Sociais que caso não fique de acordo com aquilo que ele pensa, com a sugestão dele, sempre há possibilidade ainda de pedido de vistas lá também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos entrar em contato com o relator Senador Valdir Raupp para ver qual é o encaminhamento que ele deseja, mas vamos dar início à Audiência Pública para não ter...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Da minha parte eu concordo, Sr. Presidente, e eu apresento o voto separado lá na Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esta ótimo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Valdir Raupp, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. devolvendo o processado nós tomaremos essa iniciativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, ele está aqui. Eu só peço a concordância de V. Exa., porque a primeira parte da reunião era deliberativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas nós tentaremos fazer isso ao final, Senador Flávio Arns. Nós temos que ter o relator. Nós não votamos nenhuma matéria aqui...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O relator está aqui do lado. Ele pediu só para ser chamado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sem o autor ou o relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas ele está aqui no lado. O auto é o...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos chamá-lo. Mas vamos dar início à nossa Audiência e nós faremos, no final, a votação do parecer com a presença do Senador Valdir Raupp.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Olha, Sr. Presidente, eu só quero ponderar com V. Exa. que eu acho que o encaminhamento poderia ser diferente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei, Senador Flávio. Poderia ter sido...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um assunto da mais alta importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós pusemos como primeiro item da última reunião. Foi pedido vistas, seria apresentado no voto separado. O processado não foi, evidentemente entregue à mesa. Portanto, nós não podemos colocar na pauta. O relator não está presente nesse momento. Assim que o Senador Raupp chegar, nós vamos ter a Audiência com o Ministro Henrique Meirelles e ao final nós voltaremos a esse assunto. Mas vamos dar início porque a imprensa brasileira inteira quer discutir taxa de juros, crise econômica, ata do Copom; há uma grande expectativa no País, e nós, daqui a pouco, não teremos quorum, porque vai ter votação do Congresso Nacional. Então nós precisaríamos dar, inclusive, em respeito ao Presidente do Banco Central, com tantos afazeres, que já nos aguarda aqui há um tempo. Então

pediria V. Exa. certa tolerância, nós tentaremos colocar ao final da reunião.

Eu só pediria só que fosse convidado o Presidente Henrique Meirelles para vir para a Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero dizer que não terminei a minha fala ainda. Eu vou concordar, a contra gosto, com a sugestão de V. Exa., não acho que seja mais adequada, porque nós estamos discutindo algo que é fundamental para o terceiro setor que é a sociedade civil organizada, o povo organizado; e esse povo merece também respeito como os bancos e instituições financeiras estão merecendo. Então eu só acho assim, eu concordo com V. Exa., a contra gosto, não concordo com os argumentos de V. Exa., e acho uma pena que esse assunto não mereça assim a atenção que deveria merecer, apesar de quem pediu vistas estar concordando, do relator estar concordando e eu que sou o relator na Comissão de Assuntos Sociais estar concordando. Então tem o DEM, o PMDB, o PT, todo mundo concordando e apesar disso e a gente não ter um encaminhamento adequado para essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flávio Arns...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Concordo, lamento, paciência, mas espero que depois da Audiência com a presença do Senador Valdir Raupp, V. Exa., não com a minha concordância, a contra gosto, como eu disse, possa colocar para apreciação essa matéria que é da mais alta importância, tanto quanto ajuda para bancos e instituições financeiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós não estamos discutindo aqui ajuda para banco e instituições financeiras, nós estamos discutindo a política econômica do Brasil que tem repercussões para todos, inclusive, para as entidades não governamentais e para todos os setores mais vulneráveis da sociedade. Mas de qualquer forma, eu respeito a posição de V. Exa., e a Mesa só fez aquilo que o regimento estabelece. Não havia o processado, o voto em separado foi feito individualmente, não foi encaminhado à Mesa, por isso nós não pautamos. Assim que o relator estiver presente depois da audiência nós colocaremos na pauta.

Pediria que fosse convidado o Ministro Henrique Meirelles para dar início à nossa Audiência Pública.

Queria agradecer a presença do Ministro Henrique Meirelles, saudar também o Diretor de Política Econômica do Banco Central, Sr. Mário Mesquita; o nosso Diretor Administrativo do Banco Central, Antero Meirelles, e com a presença de todos nós iremos diretamente à apresentação da exposição do Banco Central, que tem aquela periodicidade trimestral que nós temos feito de balanço da política monetária e cambial, que é um dos temas mais importantes, especialmente, nesse momento que estamos vivendo.

Vocês sabem que nós tivemos a última decisão do Copom, a ata está sendo publicada hoje e a razão de nós estarmos fazendo audiência hoje que temos sempre procurado patrocinar essas audiências públicas após a divulgação da ata como parte de um esforço das instituições brasileiras de darem mais transparência e acesso a todas as informações, com a liberdade de opiniões que caracteriza audiências públicas, como forma de aprimoramento do regime de metas e do desempenho do Banco Central do Brasil, onde a transparência é um fator decisivo da credibilidade das políticas e de posicionamentos e agentes econômicos.

Então, eu queria agradecer a presença do Ministro Henrique Meirelles, sabendo que nós temos outras Comissões que trabalham hoje e terminamos a nossa sessão ontem às 5h30 da madrugada, por isso que foi bastante corrido, mas há um grande interesse do País. A imprensa brasileira toda aguarda com expectativa essa nossa Audiência, e nós daremos início imediato.

Queria dar o tempo que for necessário à apresentação de V. Exa. O material que vai ser apresentado já foi distribuído aos respectivos Senadores. E com a palavra o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente Aloizio Mercadante. É como sempre uma honra muito grande estar aqui no Congresso e na CAE. E vamos hoje fazer uma apresentação, em primeiro lugar, endereçado à questão do momento que é a evolução da crise mundial no sistema financeiro internacional e efeitos na economia real, e, em seguida, sumarizar para esta Comissão exatamente as medidas tomadas pelo Governo Brasileiro, e, particularmente, pelo Banco Central visando preservar a economia brasileira dos efeitos fundamentais da crise.

Em primeiro lugar se nós usarmos uma medida de crédito para os Estados Unidos de volume de crédito nós vamos verificar que quando começou o problema do *subprime* o crédito, de fato, estava crescendo numa velocidade forte, e o *commercial paper* é uma medida de crédito interessante, porque é o total de emissão por empresas que não sejam instituições financeiras, e colocações no mercado ou em bancos. Então nós temos aqui uma queda logo depois do *subprime* uma relativa estabilização com uma tendência de queda e depois a falência do *Lehman Brothers*, de fato, uma queda abrupta de mercado e depois certa recuperação em função das medidas das autoridades americanas visando, em primeiro lugar, garantir certa liquidez

desses papéis e depois fazendo injeção de capital em bancos, como vamos mencionar.

Se nós olharmos agora a evolução de mercado das bolsas mundiais como uma medida de perda de riqueza financeira em função da crise, apenas nas bolsas a destruição de riqueza equivale a 31 trilhões de dólares. A perda do sistema bancário em si global acumulado, nós vamos verificar que está sendo crescente, e já próxima de 1 trilhão de dólares. As previsões do Fundo Monetário Internacional são de que essas perdas, no final do processo, perdas reconhecidas deverão estar ao redor de 1.4 trilhões de dólares.

Em verdes nós temos até o quarto trimestre de 2008, aquilo que foi a recapitalização dos bancos. Nos primeiros momentos, como nos lembramos, foi pelo setor privado, fundos soberanos e emissões e ações. A partir de certo momento quando a crise se agravou aí a recapitalização passou a ser feita diretamente pelos governos. Nós vamos mostrar que hoje já existe um compromisso de recapitalização para cobrir a totalidade das perdas.

Se nós olharmos agora as perdas do sistema bancário global por região, nós vamos ver que nas Américas, fundamentalmente, nos Estados Unidos, pouca coisa no Canadá, cerca de 70% do total, Europa 28 e Ásia 3%. Então nós vemos claramente a concentração das perdas nos Estados Unidos.

Os governos, como mencionei, anunciaram medidas de recapitalização dos bancos com investimento de recursos públicos. A razão disso é porque, imaginem uma perda total de 1.4 trilhões de dólares no capital dos bancos como o sistema financeiro global está alavancado mais de dez vezes só nos Estados Unidos seria uma média de 12, se nós olharmos o sistema como um todo, e aquelas entidades que estão perdendo, mas, na realidade, têm uma alavancagem maior, bem maior, nós estaremos falando aí de uma contração do crédito global na medida em que o capital iria cair, no mínimo, em 1 trilhão de dólares, aí de cerca de 14 e 15 trilhões de dólares, poderemos chegar a 20 trilhões de dólares a diminuição da oferta de crédito global.

Nós vemos que a Alemanha se comprometeu a investir até 100 bilhões, a Áustria 15, Bélgica 4 e os Estados Unidos, o maior valor, 250. E aqui é necessário pontuar que os Estados Unidos tem um programa muito maior, mas que envolve diversas ações diferentes que estão sendo ainda definidas, mais 250 milhões para capitalização de bancos, França 40 milhões de euros, Holanda 20, Catar 5 bilhões de dólares, Reino Unido, Inglaterra 50 bilhões de libras e Suíça 6 bilhões de francos suíços. Total cerca de 600 bilhões de dólares.

A comparação entre crises financeiras nós vamos ver a crise americana de 86 a 95, a crise do Japão de 90 a 99, foi bastante mais séria do que a crise americana, a crise da Ásia de 97, 98 e 99, e a atual crise com aqui trabalhando com a projeção do FMI aqui embaixo que eu já tinha mencionado de uma projeção total próxima de 1.4 trilhões de dólares, sendo cerca de 1 trilhão um pouco menos já reconhecida.

Se nós olharmos o efeito dessa crise na percepção de risco de diversos países, nós vamos ver, se olharmos os países emergentes, nós vamos verificar que alguns países tiveram uma deterioração nessa taxa de medida de risco que é o CDS muito alta, 3.600 pontos, significa 36% de aumento, 36% de *spread* sobre o título do Tesouro Americano para, por exemplo, a Argentina, depois Venezuela, Indonésia, Rússia, Indonésia e etc. O Brasil teve também um aumento 326 pontos, mas se nós olharmos o Brasil está tendo um desempenho considerado extremamente favorável e positivo em várias medidas, inclusive, nessa. Esse é o *Credit Default Swap*, é uma medida de risco de crédito dos bancos cotada nas bolsas de derivativos.

Vamos passar agora ao Brasil. Vamos mencionar isso através durante a apresentação. Mas eu gostaria de dizer que o Brasil entrou nessa crise numa situação particularmente forte. Eu vou entrar neste aspecto durante o correr da apresentação. Pelo lado real da economia atividade forte, robusta, com questões de aumento de conta corrente negativa e questões do lado da inflação que estava pressionada, pelo lado financeiro o sistema como um todo estava e continua solvente. Não houve corrida bancária, as carteiras de crédito dos bancos estavam pouco expostas a ativos de elevado risco, a exemplo do *subprime* dos Estados Unidos, e o preço dos ativos do Brasil não tinham sofrido uma deterioração significativa. Exemplo de imóveis nos Estados Unidos, Inglaterra e de outros países.

Apesar da conjuntura interna mais favorável do que enfrentada por muitos países, depois vamos mencionar também as reservas internacionais, compulsórios e etc. Houve uma redução muito forte e abrupta do crédito externo. Isso forçou empresas, bem como, alguns bancos de médio e pequeno porte a buscar recurso do mercado local, isto é, empresas e bancos que buscavam recursos no mercado externo normalmente com o corte do crédito externo passaram a buscar recurso no mercado local.

Os bancos grandes passaram, portanto, a direcionar crédito para os clientes preferenciais e restringindo para bancos menores, o sistema, como um todo, ficou mais seletivo na concessão de crédito. Na fase mais aguda o mercado interbancário passou a funcionar com certas restrições e a liquidez ficou concentrada, e o Banco Central interviu para injetar liquidez no sistema, no caso de moeda externa através de leilões de linhas

de dólares, principalmente, de empréstimos em dólares, substituindo os empréstimos externos e injeção de liquidez real. Vamos entrar então nesta questão.

Em primeiro lugar, o Brasil, como eu mencionei, entrou com uma atividade econômica forte, mas entrou com condições financeiras também substancialmente fortalecidas em relação ao nosso passado recente, e em comparação com muitos outros países. Por exemplo, um dos problemas que nós tínhamos no passado era dívida cambial que chegou a atingir em maio de 2003, cerca de 62% da dívida doméstica, isto é, 62%... Desculpa, da dívida doméstica e 62% da dívida doméstica era indexada ao câmbio. Dívida externa pública que chegou a ser de 138 bilhões de dólares, hoje declinou para 84 bilhões de dólares. No caso da dívida indexada ao câmbio é necessário mencionar que ela foi totalmente liquidada, não há hoje dívida doméstica indexada ao câmbio em termos líquidos.

Reservas internacionais nós temos 206 bilhões de dólares, posição de dezembro. Entramos na crise com cerca de 205 bilhões de dólares. Houve uma valorização das reservas em função da valorização de títulos de governos que o Banco Central tem nos seus ativos como parte das reservas, o que significa que a valorização superou, na realidade, o dispêndio das reservas.

Se nós agora olharmos a questão da dívida cambial do setor público interna mais externa o percentagem da dívida cambial, se nós somarmos a dívida interna indexada ao câmbio, a dívida externa sobre o total da dívida nós vamos verificar que ela chegou a atingir, num certo momento, 55.5% do total. E no mês de outubro de 2008, isso estava no número negativo. E a percentagem do PIB também negativo. O que significa, na prática, que a posição do Brasil hoje é de credor líquido internacional em moeda externa.

Qual o resultado disso? O resultado disso é que no passado quando existia um crédito externo com deterioração de confiança, havia uma depreciação cambial, e isso levava a uma pressão sobre a dívida pública na medida em que existia uma dívida cambial líquida interna e externa, e fazia com que uma depreciação do câmbio, subia o dólar, subia o valor da dívida pública e isso aumentava a pressão, aumentava a deterioração de confiança o nós entrávamos num ciclo vicioso. Hoje choques térmicos da deterioração de confiança, a dívida pública cambial não mais existe, é negativa, significa que o setor público é credor em dólares, leva uma redução da dívida pública sobre produto, e em conseqüência isso leva a uma queda da dívida pública. Portanto, se nós olharmos a trajetória da dívida nós vamos verificar que no momento em que iniciou a crise a dívida pública já tinha uma trajetória cadente com percentagem do produto, dívida líquida, no momento que começou a crise e a depreciação cambial a dívida pública caiu de forma abrupta. Portanto, funciona como um mecanismo protetor, um mecanismo de defesa do País. Deteriora a confiança e reforçam-se as condições financeiras da república.

Muito bem. Como eu mencionei, o Brasil entrou nesta crise em condições mais favoráveis, mais forte, mas a crise internacional atingiu o Brasil via canal de crédito, principalmente, no primeiro momento, depois nesse segundo momento nós tivemos também o canal do comércio e o canal da confiança. Mas vamos nos centralizar em relação à crise de crédito. Houve uma queda abrupta, portanto, da oferta de créditos internacionais com conseqüências internas. O Brasil reagiu através, inicialmente, de leilões de linhas de dólares, com compromisso de recompra futura no dia 18 de setembro, retorno de operações de *swap* cambial no dia 6 de outubro por quê? Porque o Brasil tinha condições de fazer isso na medida em que o Banco Central tinha posição no mercado futuro como credor, isto é, o Banco Central tinha operações *swaps* reversos, que sintetizam uma operação de compra de dólar futuro.

A autorização para o BC fazer empréstimo em moeda estrangeira com garantias, a Medida Provisória 442 e retorno das operações de venda de dólares no spot, sem compromisso de recompra para atender a saída normal de capital em função da desalavancagem internacional.

Muito bem. O Banco Central liberou o compulsório sobre captações por meio de empresas de leasing e dos bancos para entrarem no leilão das linhas externas, em resumo, para que o banco que comprasse dólares com o compromisso de recompra não pressionasse a liquidez interna. Leilões de empréstimo em moeda estrangeira com garantia para o financiamento de comércio exterior, anunciado no dia 16 de dezembro. Medida da maior importância que foi aprovada ontem pelo Conselho Monetário Nacional. É uma medida que vai permitir que o Banco Central aplique parte de suas reservas em instituições financeiras, que direcionem esses recursos para serem aplicados em companhias brasileiras que tenham recursos de moeda estrangeira, empréstimo em dólar vencendo de 1° de setembro de 2008 até 31 de dezembro de 2009.

Muito bem. Nós tivemos na Medida Provisória 443, autorização para realizar operação de *swap* com autoridade monetária estrangeira, e, finalmente, foi estabelecido com o Fed americano uma linha de troca de moedas no valor de 30 bilhões de dólares.

Eu gostaria de mencionar que estas medidas estão levando à gradual regularização, inicialmente, do mercado de ACCs, e essa medida anunciada há

alguns dias e aprovada ontem pelo Conselho Monetário, a nossa expectativa é que ela vai regularizar toda a oferta de moeda estrangeira no mercado de crédito, na medida que, portanto, a demanda de ACCs está suprida pelos leilões com garantia de ACC e a demanda por empréstimo externo genérico estará atendida por essa nova medida aprovada ontem.

Os contratos de campo contratado em ACCs tem certa volatilidade, mas já estão com uma tendência voltando à normalidade.

E nós temos já números semanais já de dezembro médios que já equivalem à média até o mês de agosto.

Atuação recente frente à crise e liquidez de moeda estrangeira, portanto, o Brasil vendeu através do Banco Central no mercado de spot 9.8 bilhões de dólares, linhas com recompra 10.8 bilhões de dólares, *swaps* 30 milhões de dólares, aproximadamente, não rolagem de *swaps* reversos já tinha sido feito 1,5, comércio exterior 2,4; portanto, um total de uma ação no mercado cambial de uma intervenção de cerca de 53 bilhões de dólares.

Resumindo, nós temos *swaps* 28.9, 1.5 *swaps* reversos não rolados, vendas com recompra 10,8. Eu gostaria de mencionar que tem uma questão numérica e impresso comércio exterior de 2,4. É porque os leilões de comércio exterior já foram superiores a esses, mas essa é a parcela já sacada de comércio exterior, porque uma parte do comércio exterior, dos empréstimos para o comércio exterior, a primeira parte dela é feita com venda com recompra, portanto, uma parte de venda com recompra será transformada no final dos 30 dias, depois dos leilões e etc. e empréstimo para o comércio exterior. E vendas à vista 9,8. Todas as vendas à vista se afetam às reservas internacionais.

Atuação do Banco Central frente à crise liquidez em reais. A idéia era prover liquidez para bancos pequenos e médios, inclusive bancos e montadoras, mas para o sistema como um todo através do destravamento do crédito interbancário, aprimoramento do mecanismo em desconto, e, em resumo, uma atuação no sentido de que as condições de liquidez domésticas forem gradualmente estabelecidas.

Postergação do cronograma de recolhimento compulsório sobre depósitos interfinanceiro e leasing no dia 24, ampliação de setembro da dedução do compulsório sobre exigibilidade adicional também no dia 24 de setembro, liberação de compulsórios sobre depósito a prazo para compra de carteiras de créditos e bancos pequenos e médios no dia 2 de dezembro, e autorização para o Banco Central fazer empréstimo nesse dia.

Dedução de compulsório ampliada sobre exigibilidade adicional no dia 8/10 e uma série de outras medidas que estão aqui listadas e, evidentemente, estão na apresentação. Houve o direcionamento de compulsório para o crédito rural, para o BNDS, e etc. E liberação de compulsório para antecipação de contribuição dos bancos ao Fundo Garantidor de Crédito.

Muito bem. Sumarizando este quadro eu diria que até o dia 15 de dezembro houve uma liberação de 98 bilhões de reais de compulsórios. E, portanto, isto é o resumo das transações feitas visando proteger o Brasil dos efeitos da crise. Além do mais, nós temos uma medida importante, duas medidas importante, aliás, tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, ontem, por proposta aprovada pela diretoria do Banco Central do Brasil. Em primeiro lugar uma proposta que visa permitir que os bancos usem créditos tributários de caráter intertemporal como parte dos seus ativos para efeito de cálculo do patrimônio de referência. Significa créditos que são de natureza não duvidosa, isto é, são créditos onde ele resulta de uma diferença temporal entre o reconhecimento da provisão de perda por parte da instituição financeira por normas prudenciais e o reconhecimento da perda na Receita Federal dentro das normas fiscais, em resumo, é algo líquido e certo. Isso deve gerar uma possibilidade de aplicação de recursos adicionais pelo sistema financeiro nacional de cerca de 120 bilhões de reais. Além do mais, existem outras medidas que aumentam esta possibilidade, chegando a valor total de 130 bilhões de reais. Paralelamente, foi também aprovada uma medida no sentido de permitir que o Fundo Garantidor de Crédito invista até cerca da metade do seu patrimônio, cerca de 9 bilhões de reais para a aplicação em bancos pequenos e médios até a metade do patrimônio desses bancos, visando exatamente irrigar o sistema no base. É toda uma série de medidas que estão sendo tomadas visando, em última análise, restaurar a liquidez do sistema financeiro e para as economias brasileiras visando exatamente fazer com que os efeitos da crise sobre o Brasil não sejam tão severos, como estão sendo para outros países.

Se nós olharmos agora, como eu já mencionei a maneira como o Brasil entrou na crise, em primeiro lugar, o Brasil entrou crescendo, o Brasil entrou crescendo de uma forma vigorosa até o terceiro trimestre de 2008. Crescimento em relação igual trimestre anterior um crescimento forte. É um crescimento, de fato, que é muito liderado pela demanda interna, o que é um fator positivo nesse momento, na medida em que a demanda doméstica é fortemente influenciada pelo consumo das famílias 7.3% de crescimento, e pela formação bruta de capital fixo, em resumo, pelo investimento, portanto,

a demanda doméstica, ela, de um lado, é resultado de incremento no consumo das famílias nas vendas do varejo, muito impulsionado pelos ganhos de emprego, salário. Vamos mostrar isso. E, ao mesmo tempo, pelo aumento dos investimentos posicionando a economia brasileira para continuar a crescer.

Vendas no varejo chegaram também a um crescimento vigoroso, de uma maneira bastante diversificada no Brasil em termos de comércio ampliado, por exemplo, nós temos aí o Brasil crescendo 10,3%, variação acumulada em 12 meses, e nós temos aí as diversas regiões do País. Algumas cresceram mais no início do processo, menos na segunda fase e outras regiões o contrário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Dose meses até outubro.

Vendas no varejo e massa salarial eu mencionei que as vendas no varejo no Brasil são fortemente influenciadas e co-relacionadas com a massa salarial de acordo com os dados do IBGE. O que significa que é um dado importante para o Brasil. Que mostra que entramos na crise com maior poder de consumo. Se nós olharmos alguns países asiáticos, por exemplo, esses países têm o seu crescimento fortemente liderado pelas exportações para os Estados Unidos e Europa, principalmente. Esses países estão enfrentando uma situação que pode se revelar grave, porque a capacidade de incentivar a demanda doméstica para substituir a demanda externa é limitada e demanda tempo. O Brasil entra na crise com uma demanda doméstica forte, com um crescimento impulsionado pela demanda doméstica.

Taxa de desemprego, níveis historicamente baixos, o que também nos dá maiores condições de enfrentar essa crise.

O rendimento real médio massa salarial, por exemplo, vamos mostrar aqui que não só a massa salarial está crescendo, mas o rendimento real deflacionado pelo INPC co-relacionado, isto é, massa salarial crescendo, rendimento real crescendo. Massa salarial crescendo 8.6% em comparação a outubro de 2008 sobre outubro de 2007.

Se nós comparamos crescimento de salários nominais versos IPCA mostra claramente essa tendência. Inflação. Nós poderíamos deixar de mencionar. Em azul a inflação medida, e em vermelho a previsão de inflação, segundo as pesquisas do Banco Central, certamente, não vamos entrar em grandes detalhes na medida em que ata do Copom hoje detalha exatamente a visão do Banco Central sobre a evolução dessa dinâmica no Brasil, não só agora, como no futuro.

Núcleos do IPCA, média móvel três meses como tem evoluído nos últimos tempos. E, finalmente, como tem evoluído a inflação de não comercializáveis e a inflação de serviços. Apenas para dar uma noção da dinâmica inflacionada.

Portanto, é importante mencionar que o Brasil, como todos os países, está sendo, sim, afetado pela crise internacional, pelo canal de crédito, principalmente, o Banco Central está fazendo uma ação clássica de bancos centrais nesse período que é a gestão de liquidez. E é muito importante definir as diversas separações entre política monetária, liquidez, políticas prudenciais e etc. Nas normas de governança de Banco Central isso está cada vez mais claro no mundo todo, e o Banco Central do Brasil tem exatamente prestado muita atenção nesses diversos componentes, e a idéia, mais uma vez, é tomar todas as medidas necessárias para preservar a economia brasileira dos efeitos da crise internacional.

Segundo as previsões de órgãos internacionais muito respeitados, o Brasil deve crescer acima da média mundial de 2009, o que é um dado da maior importância porque mostra um desempenho relativo do Brasil superior à média das economias mundiais. A previsão de crescimento para 2009 do Banco Central será divulgada na segunda-feira no relatório de inflação, porque estamos exatamente terminando nos próximos dias e até domingo deveremos ter terminado as nossas previsões. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Henrique Meirelles e vamos dar início então à...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Promoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador? É um desejo oculto.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ele tem outros mais importantes que esse que, evidentemente, eu não posso revelar nesse momento em relação ao seu futuro político. E ficou aí um desejo também... Ele se acostumou muito mais com esse ambiente do Senado, porque como ele ia ser deputado, e essa diferença de rodoviária e aeroporto, ele se acostumou mais com esse arnbiente próprio do Senado Federal.

Mas eu... Presdente, como eu cheguei 10h da manhã e fui dormir às 6, hoje eu vou usar a minha prerrogativa de primeiro inscrito. Eu nunca o faço, assim permitindo que outros possam falar.

Porque eu tenho sido, quer dizer, um defensor incondicional da competência do Banco Central do Brasil, do papel fundamental que teve no processo de

estabilidade e das contribuições que deram. Mas eu realmente, na última decisão do Copom eu tenho dificuldades de acompanhar o que, de fato, aconteceu na reunião. E mais dificuldades ainda eu tenho quando eu leio a ata. Porque eu não sei o que aconteceu nessa reunião. E olha que eu estou acostumado a votações de mudam, a correlação de força e etc., mas essa reunião é uma coisa fantástica. Está dito o seguinte: Presidente Henrique Meirelles o Comitê entende que a consolidação de condições financeiras restritivas por um período mais prolongado poderia ampliar de forma relevante os efeitos da política monetária sobre a demanda, e ao longo do tempo sobre a inflação. Nestas circunstâncias... Aí vem. A maioria dos membros do Copom tendo em vista o balanço de riscos para atividade econômica e, consequentemente, para o cenário inflacionário de 2009 discutiu a opção de realizar neste momento uma redução de 25% pontos básicos na taxa básica de juros. Entretanto, prevaleceu no Comitê o entendimento de que a trajetória prospectiva central da inflação ainda justificaria a manutenção da taxa básica em novo patamar. Nesse contexto, tendo a maioria dos membros do Comitê discutido a possibilidade de reduzir a taxa de juros já nesta reunião e em ambiente macroeconômico que continua cercado por grande incerteza, o Copom decidiu, por unanimidade, ainda manter a taxa selic. Ou seja, a maioria queria reduzir para 0,25 e depois a unanimidade é que não reduz.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu entendo. Os dados da demanda são importantes, o país ia crescendo, mas isso aí nós estamos olhando no retrovisor, Ministro. É evidente que nós estamos numa recessão global instalada. O PIB nos Estados Unidos desabando, na Europa, no Japão, e mesmo na Ásia a desacerbação é fortíssima. Nós já temos alguns setores da economia brasileira dando férias coletivas. As demissões já começaram. Quando a gente olha para frente o próprio mercado que sempre foi colocado como argumento importante nas nossas discussões, dava sinais evidentes de que a própria pesquisa Focos, de mudança em cenário e de desaceleração. Ora, os [ininteligível] a inflação faz uma reversão completa, as commodities internacionais estão caindo mais que a desvalorização do real. Portanto, tem um efeito deflacionário. Desaceleração, queda de preço de commodities; os dados já demonstram isso. O mercado sinaliza nessa perspectiva, e a maioria do Copom acha que tem que reduzir 25% e aí por unanimidade resolve manter.

Eu acho que se nós continuarmos nessa posição que quando se pode mais faça menos, nós vamos agravar o custo econômico social do ajuste desta crise que vem de fora para dentro do Brasil. Quer dizer, ao manter a taxa de juros nós encarecemos o Brasil, nós encarecemos o custo do País do ponto de vista do financiamento. No mundo em que a desaceleração, a queda de commodities exige um esforço muito grande de aumento de competitividade. Mesmo do ponto de vista das contas externas houve uma melhora substancial em relação aos períodos mais críticos. Em relação à bolsa de valores houve uma melhora em relação aos momentos mais críticos. Então, eu, realmente, tenho total concordância com a maioria do Copom. Eu só não consigo entender o que é que aconteceu naquela sala que a maioria virou minoria e ainda por consenso. Realmente, eu queria saber quem é essa minoria porque é um perigo. No Senado Federal se tivesse oposição seria um risco para a governabilidade. Que argumentos são esses dessa minoria e aonde que a maioria abdicou da sua convicção, que o mercado inteiro, que analistas importantes, todos concordavam de havia condições de sinalizar claramente 25, e, evidente, que nós teremos condições de uma queda mais rápida na taxa de juros, ajudando a amenizar a política fiscal. E amenizando a política fiscal nós teríamos mais margem para fazer uma política anticíclica, uma política de compensar as perdas de desoneração tributária de investimentos.

Eu já não entendi a decisão. Mas lendo essa ata é muito difícil. Como é que a maioria que estava completamente convencida de reduzir 0,25, no final, por unanimidade, resolve manter aquilo que ela estava convencida. Ministro, explica para nós o que é que aconteceu? Senão... E o Senador Suplicy ainda não veio, porque se ele tivesse aqui ele ia defender a transmissão por televisão direta de todas as decisões do Copom. Eu vou fazer uma emenda, depois dessa decisão eu vou propor um projeto que na ata do Banco Central venha o voto nominal, pelo menos o voto. A transmissão eu entendo que talvez seja delicado porque os argumentos podem, e tem implicações do mercado, e você tem que ter liberdade para começar a discutir.

Mas eu não consigo... Uma ata que diz assim: a maioria está convencida e tem que reduzir 0,25 e depois embate por unanimidade resolveu manter. Esse negócio de pode mais, faça menos, não é um bom caminho para enfrentar a crise.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só foi melhor que o Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas é inacreditável. É melhor nem conhecer o que é que acontece, porque senão vai comprometer a nossa governabilidade.

Mas, Ministro, sinceramente, eu não consegui, lendo a ata então eu fico mais convencido que nós tínhamos espaço para reduzir 0,25, poderíamos dar uma sinalização clara mais sintonia entre a política fiscal e monetária no combate à desaceleração e a recessão. Por favor, Ministro Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Quando o Presidente da Comissão começou o falar, ele disse que apesar de toda posição mantida nos últimos anos e etc., eu até estava preparado para uma surpresa, Senador, eu estaria preparado já que era uma mudança de posição, que o senhor dissesse que o Copom tinha errado por não ter aumentado a taxa, porque o senhor sempre defendeu taxas menores dos últimos anos do que as decididas pelo Copom. Então, na realidade, não é exatamente uma mudança de posição, se o senhor me permite.

Mas vamos então deixar claro qual são algumas questões fundamentais que estão claramente estabelecidas na ata.

Quando a ata diz que a maioria considerou a possibilidade, não diz que a maioria decidiu pela queda. Diz que a maioria considerou a possibilidade de fazer um corte já naquela reunião. Discutiu-se essa possibilidade. E, no entanto, a unanimidade, o que significa, inclusive, a maioria, obviamente, é uma dedução matemática evidente, a unanimidade, inclusive, portanto, a maioria concluiu de que não era o momento adequado para se fazer esse corte. Isto é, está claramente explicitado no comunicado e na ata. Então não há absolutamente nenhuma, não há essa contradição que o Presidente possa ter tido a impressão que existiu. No sentido de que se tivesse dito outra coisa, houve uma decisão, no entanto. Não, houve uma discussão sobre essa possibilidade, e conclui-se o que significa: todos, unanimemente, inclusive, a maioria de que não era o movimento adequado naquela reunião. Portanto, eu acho que nesse momento a ata está absolutamente consistente, e por tudo aquilo que nós já temos lido em diversas avaliações técnicas, bastante bem entendidas por muitas pessoas.

Em relação à questão de que a maioria ou a totalidade dos analistas achava que havia espaço e que deveria já ser cortado, já nessa reunião, a taxa base de juros, não é a informação que tínhamos, Senador, dentre todos os mecanismos de pesquisa metodológica do Banco Central. Nós tínhamos que a grande maioria dos analistas achava que se deveria manter a taxa naquela reunião.

Nós temos uma série grande de meios de pesquisar analistas desde pesquisas feitas pela gerência de relações institucionais do Banco Central, algumas delas divulgadas e outras não, mas, na realidade, a grande maioria dos analistas previa, na realidade, a manutenção da taxa, e a grande maioria dos analistas, na realidade, recomendava a manutenção da taxa.

Então o que eu quero dizer é o seguinte. Eu respeito muito, como sempre fiz, as opiniões do Senador, desde o início desse processo, desde muito antes e, na realidade, está na vida pública, prestamos muita atenção, levamos em conta. Agora gostaríamos apenas de mencionar de que as razões pelas quais foi decidida a manutenção da taxa e a sinalização que foi feita está bastante bem explicitada na ata, isto é, o balanço de riscos, de acordo com o que está colocado na ata, não justificava uma decisão diferente naquele momento.

Eu gostaria de mencionar também alguns dados da maior importância, quando o Senador menciona problemas relativos, por exemplo, à atividade econômica e ao custo financeiro. É importante mencionar algumas avaliações feitas recentemente por bancos centrais do mundo inteiro, Senador, que exatamente traça uma separação muito nítida entre a questão da gestão da liquidez e a questão da gestão de política monetária, a política monetária com uma preocupação com estabilidade de preços, com formação de expectativa, e políticas de liquidez, gestão de liquidez que devem corrigir distorções de liquidez que possam prevalecer na economia num determinado momento, e isso é o que está acontecendo, inclusive, no Brasil com ações vigorosas e fortes do Banco Central, inclusive, por comparação internacional. Isto é, no momento em que existe distorções de liquidez os mercados passam a ser disfuncionais, nós podemos, inclusive, aí, sim, ter uma ineficiência relativa da própria gestão de política monetária, se não for feita uma boa gestão de liquidez, é isso que está se fazendo no momento, visando com que os *spreads* bancários retome à normalidade, a oferta de crédito, retome à normalidade; porque isso, sim, é o que está afetando fortemente a economia brasileira no momento. E isso tem sido objeto de diversas discussões, inclusive, públicas de autoridades monetárias, por exemplo, o Presidente, como mencionado, o Presidente do Banco Central Europeu, por exemplo, Jean-Claude Trichet diz, entre outras coisas, que é necessário que se estabeleça esta separação, o discurso do Presidente Trichet ilustra a aplicação do princípio... Da separação entre decisões de política monetária e gestão de liquidez, e explicita isso nas decisões de política monetária do Banco Central Europeu, por exemplo, desde agosto de 2007. E ele menciona, inclusive, que dessa forma, numa tradução livre, garante-se que a autoridade monetária esteja focada na estabilidade de preços evitando que decisões de liquidez sejam interpretadas pelos agentes privados como um sinal de mudança na própria postura de política monetária.

Resumo: são decisões técnicas e que precisam ser tomadas com muita precisão.

O Banco Central do Brasil está enfrentando o problema da restrição de liquidez no Brasil que é o que está afetando hoje fortemente as empresas e consumidores de uma forma vigorosa, e, ao mesmo tempo, gerindo a política monetária de forma a que se mantenha uma estabilidade de preço no País, principalmente, Senador, se levamos em conta de uma erosão rápida da credibilidade e da autoridade monetária e conseqüências dos mercados de câmbio e na expectativa de inflação levando a um aumento da inflação medida no futuro, isso poderia, inclusive, levar uma erosão do poder de compra do trabalhador que é a grande força do Brasil hoje. E que poderia levar a uma piora da demanda futura e das condições de atividade econômica.

Em resumo: as medidas são tomadas de forma equilibrada, essa decisão é importante para manter a trajetória de inflação dentro dos patamares adequados e não evitar que haja uma erosão do poder de compra da população brasileira, rapidamente pioraria a situação geral, e, ao mesmo tempo, o Banco Central está atendendo uma crise de liquidez que é isso, sim, o que está elevando os *spreads* bancários de forma muito forte e assegurar com que esses *spreads* possam voltar a uma situação de normalidade e à atividade econômica, portanto, não seja prejudicada por esse aumento do *spread* bancário.

Basicamente, é um sumário do que está colocado de uma maneira muito mais extensiva no documento oficial do Banco Central.

Agora em dito isso, nós não podemos, infelizmente, Senador, tentar transformar essa reunião numa réplica da reunião do Copom, porque isso, inclusive, seria inadequado do ponto de vista de sinalizações aos agentes econômicos, nós geraríamos aqui apenas uma grande confusão. Por isso é que eu estou sendo bastante cuidadoso nas minhas colocações e enfatizando que os detalhes e todo o racional estão colocados na ata. Estou tomando muito cuidado de não começarmos agora tentar fazer aqui um pós-Copom, porque isso aqui, sim, geraria problemas de sinalização importantes para os mercados, principalmente, porque nós estaríamos inadvertidamente dando sinalizações futuras que não é o caso, sinalizações essas que estão dadas, todas as que puderem ser dadas na própria ata. A idéia é que uma rediscussão da ata gera riscos importantes, porque uma palavra que seja lida diferente do que está na ata porque foi falada com uma ênfase diferente ou com uma vírgula diferentes. Por isso é muito importante que essa comunicação seja centrada na ata do Copom, e por isso que eu estou sendo tão cuidadoso em não entrar numa discussão, digamos, pós-ata ou explicação da ata, ou coisa desse tipo, porque isso é altamente inadequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu vou passar a palavra para os demais. Não quero me estender. Mas é inegável, eu acho que todos reconhecem a competência do Banco Central no esforço de gestão da liquidez, inclusive, algumas anomalias como o depósito compulsório elevado deram uma resposta rápida do Banco Central em termos dessas reservas em reais, o esforço na área do câmbio de utilização de uma série de instrumentos, e, fundamental ao país, eu digo, mais uma vez, da credibilidade do Banco Central brasileiro e o conjunto que a política econômica brasileira adquiriu, inclusive, com essa linha direta com o FED Americano, 30 bilhões de dólares que é uma coisa inimaginável para uma história recente do País que nós só tínhamos liquidez indo para o Fundo Monetário Internacional, com todas as condicionalidades com muito menos amplitude. Então acho que é muito positivo, um desafio monumental pelo nível de contração do crédito na economia global.

Mas eu não estou aqui querendo estimular confusão na ata, é que a ata diz claramente que a maioria entrou dizendo que queria reduzir 025, a maioria não é nem que virou minoria, ela foi pulverizada por uma minoria que tinha um argumento incontestável que, realmente, os dados que nós estamos analisando na economia real, e quando a gente olha para os outros Bancos Centrais do mundo o que é que nós estamos vendo? Uma ação sincronizada repetida insistentemente em redução de taxas de juros, o que significa que o nosso *spread* está ficando cada vez maior em relação às outras taxas de juros encarecendo o custo do Brasil no momento que nós temos que defender a produção e emprego. Eu, de qualquer forma, não vou me estender, mas realmente quanto mais leio a ata, mais convencido fico, com a maioria que deixou de ser maioria no processo. Não consigo entender. E, realmente, não fica claro o que é que motivou essa mudança de atitude. Quer dizer, melhorou a situação cambial, melhorou o cenário internacional, melhorou as perdas em bolsa de valores, nós vimos o nível de atividade forte, mas que é evidente que venda a varejo cresceram, mas venda de automóvel desabaram, quer dizer, os setores mais diretamente dependente do crédito e que tem um grande impacto na cadeia produtiva já estavam sentido. Então, a sinalização de redução de 025 seria uma convergência do esforço da política econômica de tudo mais que o Governo está fazendo. O Governo está reduzindo impostos, 8 bilhões e 400 milhões de reais de exoneração. O Governo está fazendo esforço de manter investimento no momento de queda de receita, quer dizer, aliviar a dívida pública e

a política fiscal reduzindo a taxa de juros daria mais convergência à política econômica, e, realmente eu não tenho nenhum interesse e acho que V. Exa. tem uma responsabilidade muito grande, é muito importante toda cautela na exposição dos argumentos, mas a ata mostra que não eram só alguns analistas, e o próprio mercado que a taxa de juros futura já vinha caindo. Havia uma maioria convencida do que eu, particularmente, estou convencido.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, o senhor me permite, já que o senhor voltou ao assunto, eu vou voltar também. O fato se discutir não quer dizer que houve uma decisão, só para deixar claro isso, mais uma vez. Nós já tivemos episódios no passado, um exemplo típico em março de 2008 quando o Comitê discutiu um aumento e decidiu não fazê-lo e sinalizou isso na ata. É normal isso. Faz parte do mecanismo de transparência do Banco Central. Discutiu-se uma alternativa e decidiu-se não fazê-lo. Alguns Bancos Centrais optam por não fazer isso, alguns Bancos Centrais menos transparentes, só dão a decisão. O Banco Central do Brasil coloca todo o racional de discussão, inclusive, a discussão de opções não adotadas. Por que é que se diz a maioria? Porque não foram todos que discutiram essa possibilidade. Foi a maioria. Então disse a maioria discutiu essa possibilidade. E a unanimidade decidiu que não era o momento de fazer isso. Parece-me que não poderia ser mais claro.

Em relação à questão que o Senador mencionou da taxa de juros de mercado e etc., eu gostaria de dizer que já houve momentos importantes na economia brasileira de passado, inclusive, não muito longínquo quando o Copom até baixou a taxa de juros base e as taxas de juros de mercado subiram. O que o Senador está dizendo é que mesmo com a manutenção da taxa do Copom a taxa de juros do mercado caiu. Significa o que? Significa que os participantes do mercado acreditam que com as decisões do Copom a expectativa de inflação deverá ser cadente e a inflação estará sob controle, os prêmios de risco caem, e, portanto, em conseqüência às taxas de mercado, tem uma trajetória cadente. E aí, se o senhor me permitir, Senado, aqui existe uma questão muito interessante já colocada na literatura clássica que se chama o dilema de Banco Central. E eu vou me permitir aqui fazer uma analogia médica para colocar esta questão. Uma vez eu fiz uma viagem a uma região que tinha malária endêmica muito forte, muito agressiva. Como todos sabemos, não há vacina para malária. Então médicos me aconselhou a tomar os remédios de malária, de maneira que eu tivesse prevenido, quando o mosquito pica e o vírus da doença é injetado a pessoa já está preparada com o remédio para combater imediatamente e os efeitos são inócuos, portanto. Evidentemente se nós usássemos um raciocínio típico que, muitas vezes, se usa na discussão de política monetária e econômica, nós poderíamos dizer que o paciente seguiu a recomendação do médico, tomou o remédio, não chegou a malária, e, portanto, conclui que o médico errou por quê? Tomou o remédio e não teve a doença. Não é verdade? A conclusão, na realidade, é o contrário, é porque tomou o remédio na hora certa e que não teve a doença. Então, o Banco Central tomou a medida preventiva e, certamente, o que o Senador está verificando é que os agentes de mercado estão pressupondo, estão concluindo que as atitudes do Banco Central vão manter a inflação sob controle, prêmios de risco vão diminuir e etc. Em dito isso a decisão do Banco Central têm que ser tomada, decisão de política monetária em relação à perspectiva de inflação, e, inclusive, às perspectivas definidas pelos modelos de posição de inflação do Banco Central que levem em conta todos os fatores, inclusive, atividade econômica, ato de produto e etc., que está tudo isso, mais uma vez, bastante claro no relatório de inflação do Banco Central que será divulgado no dia 22, segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente.

Vamos agora dar continuidade. Senador Antonio Carlos Júnior, depois Senador Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Raimundo Colombo e Francisco Dornelles.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor vai fazer de três a três?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como vocês preferirem. Três a três? Pode ser? Então, Senador Antonio Carlos Magalhães com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Sr. Diretor Mário Mesquita, Sr. Diretor Antônio Meirelles, Sras. e Srs. Senadores. Nós discutimos aqui na terça-feira a questão da autonomia do Banco Central, e eu imagino, as pressões externas que o Banco Central sofre no período de reuniões do Copom para determinação da taxa Selic. Eu imagino que as pressões são muito fortes, e que é claro que se não houver uma blindagem interna muito forte isso fica, digamos, é claro, que as pessoas são suscetíveis às pressões, mas que não havendo uma blindagem muito forte, claro que isso poderia influenciar. E eu sei que, na verdade, o Banco Central o comportamento é primeiro conservador e depois, até como deveria ser conservador, e depois também que ele não pode ficar sujeito a pressões, porque exatamente ele iria de encontro, iria contrariamente à linha da autonomia que é

uma coisa que a gente acha fundamental e, digamos, básico para a atuação do Banco Central. Eu imagino que as pressões são grandes. Agora, claro, a opinião dos analistas, de uma maneira geral, já vem mudando. Realmente já havia uma divisão desta vez, a unanimidade de manutenção ou de mudança não existia, mas já existia, de certa forma, já há uma mudança de expectativas, o que eu acredito que é possível, claro, não chegamos lá ainda, mas é possível que na próxima reunião do Copom a decisão possa ser diferente. Porque eu acho que as expectativas já são outras. Esse é um ponto.

O outro ponto é que é uma questão, digamos, da estrutura operacional do sistema financeiro nacional, o *spread* bancário no Brasil é altíssimo, e ele tem componentes inadequados na sua formação como tributação, como compulsório bastante elevado, como uma visão altamente conservadora da questão da inadimplência por parte dos bancos, questões de insegurança jurídica. Esses pontos somados fazem com que o *spread* bancário, como até o Senador Mercadante chegou a tocar nesse assunto, ele acaba distorcendo, inclusive, o custo do dinheiro fica destorcido, porque nós temos a taxa básica e o *spread*, então o *spread* é tão grande que o custo do dinheiro fica influenciado muito mais pelo *spread* do que pela taxa básica. Então, digamos, os movimentos de taxa básica acabam não influenciando devidamente a ponta do empréstimo quando se quer apertar a política monetária, quer dizer, os efeitos acabam sendo mitigados pela magnitude do *spread* bancário.

Então eu acho que essa questão é uma questão que, aliás, o Banco Central vem estudando isso, eu acompanho isso desde 2003 nas apresentações e em todo o material que o Banco Central disponibiliza. É uma preocupação do Banco, eu tenho visto, eu tenho acompanhado isso. Agora nós precisamos realmente tomar uma medida forte de tentar reduzir esse *spread* para que com isso a efetividade da política monetária através da taxa de juros venha ser maior, nós temos uma distorção muito grande, quer dizer, o custo de dinheiro tem uma influência pequena da taxa básica. Esse é um problema porque a magnitude do *spread*. O *spread* tem componentes fora da política monetária que acabam afetando demais e distorcendo custo do dinheiro e fazendo com que a repercussão da movimentação das taxas de juros acabem não influenciando devidamente o custo do dinheiro como deveria ser, digamos, numa situação normal. São comentários que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sempre muito ponderados e apropriados.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella, fazer um agradecimento. Essa é a nossa última sessão, à toda equipe de funcionários aqui da Comissão e que trabalhou de forma incansável e sempre com competência e dedicação, e também a imprensa que nos acompanhou com regularidade. Queria, em nome da imprensa, agradecer Ribamar Oliveira que acompanhou, praticamente, todas as reuniões da Comissão, apesar de um ser colunista renomado, aquela coisa rara de que tem o espaço da coluna, mas está sempre indo atrás da notícia, e eu acho que é um exemplo para os novos jornalistas seguirem, já com seus cabelos brancos aqui, mas sempre muito atento ao que acontece.

E também queria parabenizar, em nome dos funcionários, ao Gonzaga nosso Secretário da Comissão, que entre outras coisas, hoje faz aniversário, e estava aí hoje cedo trabalhando e... [palmas]. E essa salva de palmas é extensiva a todos os demais funcionários que trabalham aí com muita competência ao longo desse período.

Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Presidente, eu não quero demorar. Dizer a V. Exa. que eu gostaria muito de a gente fazer uma subcomissão aqui na nossa Comissão de Economia contra a recessão e o desemprego. Eu acho que é um assunto que a gente tem que debater, de repente, até em algumas sessões secretas para não deixarmos o nosso Presidente em situação inadequada, que não é nosso interesse, Presidente.

Presidente, três perguntas rápidas: primeiro, nosso saldo da balança comercial duzentos e tantos bilhões de dólares. Existe aí...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Nossas reservas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nossas reservas. Perdão. Se nós formos somar o superávit que nós obtivemos na nossa balança comercial no Governo do Presidente Lula, porque recebemos do Presidente Fernando Henrique com déficit, nós não chegamos a cem, a valorização dos títulos do Tesouro Americano também não são tão expressivas. Existem aí investimentos, investidores estrangeiros que tendo comprado títulos da nossa divida pública, esses investimentos em moeda estrangeira passem a ser nossas reservas cambiais e estão incluídos dentre desses 206 bilhões, e se por acaso, baixarmos a taxa na qual eles são remunerados, a taxa do Copom ha risco de fuga desses capitais?

Segundo, Sr. Presidente, haveria... Quer dizer, a nossa grande preocupação aqui no Senado é, ano que vem, o desemprego. A maior conquista nossa, e V.

Exa. tem um papel importante nisso, embora, alguns dizem que é apesar de V. Exa., outros dizem que com V. Exa., mas no crescimento da nossa economia, no crescimento da participação do salário na renda nacional, numa estabilidade que nós conquistamos que tem sido a marca do nosso Governo, inclusive, com diminuição de desigualdade e distribuição de renda. Haveria algum instrumento possível em se aumentando o desemprego utilizarmos nosso superávit primário, nossas reservas de superávit primário? Por último, Sr. Presidente, por que, essa é a pergunta que não cala, e eu queria que V. Exa. me respondesse por que a nossa moeda desvalorizou 46% por quê? Por quê? A Rússia tinha reservas e perdeu bilhões durante a crise, a mesma coisa com o México, economias emergentes: 140 bilhões a Rússia perdeu, a moeda deles desvalorizou, salvo enganos, 13%, nós não perdemos nada. Por que a nossa moeda desvalorizou 46%? Presidente, muito obrigado pela presença aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella. Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Ministro Henrique Meirelles, Sr. Mário Mesquita, Sr. Antero Meirelles, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro, Sr. Presidente, Ministro Henrique Meirelles, naturalmente, uma semana após a decisão do Copom não tem como nós não debatermos a decisão última tomada pelo colegiado.

A taxa Selic estava num processo de queda com uma pressão interna, com uma pressão inflacionária mais pelas commodities do que pelos preços internos, mas o Banco Central, o Copom assim mesmo compreendeu que era necessário tomarmos cuidado preventivamente com relação à taxa, e começamos a um processo crescente da taxa Selic. Com o surgimento para o público, para a sociedade da crise, quando ela surgiu já estava num estágio avançado, quando ela se apresentou para nós, nós tivemos um comportamento diferente do Banco, o Banco estabilizou nas duas reuniões com relação à taxa Selic. Nós temos, Sr. Presidente, Sr.Ministro, uma clara desativação da economia, temos uma clara redução do consumo, aquela pressão que nós tínhamos de seis meses atrás, que eu repito, na minha avaliação era uma impressão muito mais pelos preços, pela elevação das commodities do que pela pressão interna. Mas nós compreendemos e naquele momento nós não fizemos nenhum questionamento com relação ao comportamento do Copom e nem debatemos o comportamento do Copom. Você esteve aqui diversas vezes e esse não foi tema de pauta da reunião. Acho que na última reunião o Copom foi mais realista do o rei, a minha avaliação é que nós tínhamos, de fato, espaço até pela redução do consumo, pela redução da atividade econômica nós tínhamos espaço para uma sinalização, para uma redução da taxa que pudesse apontar para um comportamento global, não só do Brasil, mas para um comportamento global.

Então eu queria fazer este registro inicialmente, porque acho que essa vinda de V. Exa. aqui na Comissão é muito importante para nós do Senado e para o Brasil.

Nós não podemos aqui deixar de falar aquilo que a gente sente, mesmo não tendo o conhecimento que, às vezes, V. Exa. tem, que outros diretores têm, mas é o sentimento nosso que nós estamos observando, acompanhando e debatendo no dia-a-dia como Senadores da República.

Outra questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães que é, aí sim, é um debate permanente que nós fazemos aqui na Comissão, é com relação ao *spread* bancário. Nós já debatemos isso aqui diversas vezes, diversas ocasiões, e nós não conseguimos avançar, diz que é muito risco para empréstimo, uma taxa tributária muito elevada, um compulsório muito elevado; mas nada justifica o *spread* desse tamanho, especialmente, dos bancos, especialmente, não sei se a palavra é especialmente, mesmo dos bancos oficiais o *spread* bancário é elevadíssimo o Governo não consegue estabelecer na relação com esses bancos oficiais uma política diferenciada, um comportamento diferente que não seja esse comportamento conservador que inibe o investimento e inibe o desenvolvimento.

Então também faço esse registro porque nós precisamos continuar tomando medidas para que a gente adote e estabeleça uma nova cultura no sistema financeiro brasileiro. Ele é estável, ele é o sistema financeiro que está dando condições de nós vislumbrarmos uma ultrapassagem com menor risco nesse momento de crise, mas este sistema financeiro nosso é conservador, acostumou a ganhar dinheiro com esse *spread* bancário elevadíssimo, e quem ganha dinheiro fácil como o sistema financeiro brasileiro, ganha, acaba tendo dificuldade de mudar o comportamento.

Terceira questão, Sr. Presidente, e aí as duas é mais uma colocação. Eu peço desculpas, cheguei atrasado na Comissão, não vi se o senhor estabeleceu informações sobre o uso do compulsório, se as instituições financeiras estão, efetivamente, aplicando o recurso do compulsório liberado e autorizado pelo Banco Central. Se o senhor puder me informar, se já informou eu agradeço, se não informou gostaria que o senhor pudesse informar.

E ao Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante que é economista especialista na área. Nós estamos vivendo, nós estamos chegando ao final do ano legislativo. Teremos o mês de janeiro sem atividades da Comissão, a Comissão retoma em fevereiro com uma nova direção, mas acho que V. Exa. não sendo Presidente, certamente, será membro desta Comissão e estará acompanhando. Nós precisamos de... Aí não debatendo mais a questão do Banco Central simplesmente, mas nós precisamos ter um plano para as ações que possa combater o desemprego no País. Nós precisávamos profissionalizar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, estou propondo isso a V. Exa. como Presidente, que será Presidente até o final do mês de janeiro, nós precisamos profissionalizar primeiro o acompanhamento das medidas adotadas pelo Governo com relação ao enfrentamento da crise, se essas medidas estão tendo efeitos, não estão tendo efeitos. Se essas medidas estão sendo bem adotadas ou não, se quem tem que implementar essas medidas estão implementando ou não. E se nós poderemos trabalhar enquanto Comissão de Assuntos Econômicos, enquanto Senado da República, em propostas concretas, mas do que avaliarmos a proposta do Governo, mas do que debatermos aqui com os Ministros a proposta do Governo, o que é que nós, concretamente... Como nós vamos ter uma crise que vai durar, por mais otimista que sejamos, alguns meses, acho que a Comissão de Assuntos Econômicos deve profissionalizar o acompanhamento e a apresentação de proposta para que a gente possa dar a nossa contribuição nesse primeiro semestre de 2009 que vai ser um semestre importante para nós. Então faço a V. Exa. essa proposta para que a gente possa profissionalizar com pessoas ligadas aqui à Comissão, e que a gente acompanhe as medidas e adote propostas importantes para serem implementadas pelo Governo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Casagrande, V. Exa. me permite?

Nós temos já as quatro subcomissões criadas, por questões regimentais não podemos criar mais uma. Mas acho que V. Exa. está coberto de razão. Nós precisamos ter aqui uma subcomissão contra a recessão e o desemprego. Agora precisávamos do Presidente para nos indicar o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O caminho é o seguinte: como nós concluímos ontem o trabalho da Subcomissão da Reforma Tributária, eu vou encampar a posição, a sugestão do Senador Marcelo Crivella e Renato Casagrande, já pedi à assessoria para fazer um requerimento, e vamos criar uma subcomissão permanente de combate à recessão e ao desemprego. E aí nós criaremos um fórum permanente de discussão para encontrar políticas públicas de defesa do emprego, de empregabilidade, de pacto entre empresários, Governo e trabalhadores para manutenção do emprego, políticas de fomento ao emprego, medidas de proteção ao desemprego. Então vamos criar uma subcomissão permanente ainda hoje. Estão todos de acordo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E se V. Exa. não for o presidente na próxima, pode ser o presidente da subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós depois encontraremos uma solução com o futuro presidente dessas indicações. Evidentemente, que não seria elegante de minha parte, e essa coisa de reeleição de presidente eu não gosto muito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É subcomissão, Presidente, não é comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, a minha sugestão é que a gente construa isso com o novo presidente. Mas eu proponho se todos estão de acordo, vamos colocar em votação. Então a construção de uma subcomissão permanente de combate à recessão e desemprego no âmbito da CAE. Os Senadores que estão favoráveis, permaneçam como se encontram. E o futuro presidente dará a definição da conformação dessa subcomissão e a sua composição que eu acho que não está mais na minha competência, mas acho que expressa um sentimento coletivo de constituir esse fórum permanente.

Senador Raimundo... Eu vou dar prosseguimento às inscrições, para concluirmos de uma vez, só faltam dois Senadores. Nós temos sessão no Congresso Nacional e já são 12h30, e nós vamos ter que ainda ir lá para votar. Então, Senador Raimundo Colombo, e em seguida Dornelles e nós concluímos.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu vou ser bastante rápido, Presidente. Mas eu queria colocar, eu como todos os brasileiros, Presidente Meirelles, nós queremos que baixe a taxa de juros, evidentemente. Mas vou lhe dizer uma coisa, eu sou da oposição, mas devo dizer que eu me sinto seguro sob o seu comando.

Acho que o Brasil está no caminho certo. E reconheço os méritos do seu trabalho, o resultado da influência do seu relacionamento, da sua experiência, e isso tem ajudado o nosso País, e não é a minha opinião, nos números mostram. Estão aí os dados. O que eu sinto é que há uma diferença entre a sua posição, as suas atitudes e o resultado do seu trabalho e uma parte do Governo, uma parte diz que a crise é uma marolinha, que não vai chegar ao Brasil, que o pessoal tem comprar e se endividar, e também, pior do que isso, muito

pior, o Governo continua mandando para cá, aumento de pessoal ou novos funcionários, novas contratações, o próprio Senador Presidente Aloísio Mercadante tem se destacado porque tem combatido isso, e ele tendo a influência que tem e sendo da base do Governo isso dá uma dimensão exata do momento que nós estamos vivendo. Então ontem, por exemplo, eu votei contra a PEC dos vereadores para não aumentar despeça. Eu acho que nós temos que combater a crise com os elementos que nós temos, e a despesa pública vai ser um componente fundamental, e isso não está sendo feito. Então, às vezes eu sinto o senhor dançando valsa e o Governo dançando rock, por isso que o Banco Central independente é realmente uma coisa que nós devemos avaliar muito e conduzir nessa direção.

Agora o Senador ACM Júnior colocou uma coisa que é fundamental, e aí eu gostaria de pedir o seu esforço no sentido de lutar contra esse custo dos bancos, porque irrita a qualquer cidadão, tenho certeza, que irrita ao senhor também, esse lucro nos bancos no final do ano é um negócio que para a realidade do Brasil agride o bom senso e as pessoas de bem. E o lucro não dá só pelo juro do Copom, não, ele se dá por essas taxas que viram um inferno. Eu só tenho uma conta no banco, e a minha conta é só no Banco do Brasil e eu luto para que exista um banco público forte, mas essas taxas são exageradas, tem que assinar um monte de contrato, é a burocracia no Brasil nesse sistema cartorial que nós temos. Mas eu acho que se nós conseguirmos reduzir isso de uma forma corajosa e eficiente, e se o Governo fizer a sua parte de reduzir seus custos e de prestar atenção ao que está acontecendo. Eu preocupado com isso, a semana passada fiquei quatro dias nos Estados Unidos com um grupo de amigos economistas, eu não sou, para gente avaliar isso, e a coisa realmente é muito grave, ela vai chegar aqui, ela tem dimensões fortes. E quero dizer ao senhor que todos reconhecem lá, são mestres, universitários, o seu talento. Se sentem seguro também. Aliás, isso aqui no meio nosso todo mundo fala.

Então encerrando o ano eu quero lhe cumprimentar. Eu acho que dificuldades existem. Os problemas estão aí, mas o Brasil está se saindo bem diante da crise, o Banco Central está se saindo muito melhor. Eu acho que é o momento de elogiar. Eu gostaria que a taxa de juros caísse, como todos nós queremos, mas eu me sinto seguro ao seu comando. É como se nós fôssemos a um médico e o médico diz: olha, vai doer um pouco, mas o remédio a ser tomado é esse. Então, a gente está confiando no senhor e respaldando o seu trabalho, bem como de toda a diretoria. E não cedam às pressões do Governo, daqueles que querem, realmente, abrir, porque eu acho que aí é o fim da picada, aí é o fim do mundo. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Raimundo Colombo. Senador Francisco Dornelles.

Só queria fazer um comentário que a minha brincadeira sobre aeroporto e rodoviária era entre o Banco Central e o Congresso Nacional, não era entre Senado e Câmara não. Senador Francisco Dornelles. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Henrique Meirelles, eu queria cumprimentar V. Exa., mais uma vez, pelas magníficas aulas que V. Exa. proferiu este ano aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

A minha pergunta, Sr. Presidente, está relacionada se V. Exa. poderia dar alguns detalhes sobre as perspectivas das contas externas para 2009? Tanto na área da balança comercial, conta-corrente, balança de pagamento. Sobre a situação do endividamento do setor privado e das obrigações que serão, realmente, vencidas no ano de 2009.

Essa é a solicitação que eu faço a V. Exa. Eu aproveito para dizer ao Presidente Aloizio Mercadante que a Subcomissão designada por V. Exa. de Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati aprovou ontem o relatório de minha autoria que foi o relatório da Subcomissão estabelecendo e apresentando um trabalho sobre as perspectivas do setor tributário brasileiro e algumas sugestões de reforma. Estão sendo encaminhadas a V. Exa., e a mim cabe agradecer em nome da Comissão a confiança que V. Exa. depositou em todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Dornelles, eu acho que a Presidência e o Senador Tasso Jereissati e V. Exa. como relator nós não poderíamos ter Parlamentares mais abalizados e experientes para contribuir para essa reflexão tão, diria, fundamental ao País que é a reforma tributária. E nós esperamos permitir que num futuro próximo, na retomada dos trabalhos essa pauta venha novamente para o âmbito agora do plenário da Comissão e nós possamos debater, discutir o relatório da Subcomissão, e acho que será uma grande contribuição ao País e à sociedade, porque têm contribuições, eu dria, relevantes à agenda da reforma tributária. Quero parabenizar a V. Exa..

E agora para concluir a argüição, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente. Sr. Ministro Henrique Meirelles, na verdade, não vou fazer nenhuma argüição, quero parabenizar

ao senhor por essas vindas aqui que, realmente, têm sido aulas de economia para todos nós.

E hoje, fazendo um paralelo, o senhor também dá uma aula, inclusive, de medicina, faz uma prescrição preventiva contra as doenças. E acho que na área médica a sua prescrição foi correta, e também tem sido correta, como foi colocada aqui pelos meus antecessores, as prescrições na área econômica. Entretanto, as doses dessa medicação na área econômica, eu quero também aqui, como Senador oposionista, me referir à questão dos juros. Nós temos sentido uma superdosagem nessa medicação das taxas de juros. Todos nós, naturalmente, temos anseios em vermos taxas mais civilizadas, e, naturalmente, também na questão dos *spreads* a redução dessas taxas para amenizar o custo dessa mercadoria que tão rara e tão cara que é a mercadoria capital.

Então, eu queria dizer da minha satisfação em ter ouvido o senhor aqui nesta Comissão por algumas vezes que foram verdadeiras aulas e que dará confiança no médico e no economista. Mas a medicação dos juros nós queremos que ela seja, esperamos que ela seja reduzida para melhorar as relações entre o sistema bancário e as pequenas empresas brasileiras, principalmente.

Eu tenho e, desde o primeiro momento que vir aqui, a sua primeira vinda aqui que questionamos, por exemplo, essa relação existente hoje entre as bandeiras de cartão de créditos, as empresas e os consumidores; tem uma luta intensa aqui no Congresso sobre isso, mas avança de forma muito lenta, gradual, mais lenta, e sabemos do esforço que vem sendo feito no convênio Banco Central, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, mas ainda muito obscura essas relações que precisamos buscar clareá-las.

Quero parabenizar ao Presidente, me associar às palavras feitas aqui a todos os componentes desta Comissão, aos funcionários, e a sua presença que tem sido sempre de forma grandiosa nos enriquecendo com os seus conhecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Adelmir Santana.

Agora com a palavra o Ministro Henrique Meirelles. Mas só um último comentário. Eu acho que a competência do Banco Central, a credibilidade, a seriedade, o espírito público hoje é um consenso. Eu diria que em todos os formadores de opinião relevantes do Brasil. Agora tem uma divisão de trabalho interessante, a base parlamentar da oposição sempre elogia o candidato da oposição e sempre critica, precisa ter aí um seminário na oposição para poder chegar a um entendimento, ou então explicar essa contradição que eu ainda não consegui, realmente, aprender, de fato, o que é que nós estamos tendo aí do ponto de vista da oposição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): De tal modo que nós também não compreendemos, muitas vezes, a base do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como é que é? Que essa crítica é sempre feita pela oposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A base do Governo critica muito o Banco Central também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): é verdade. Mas defende no fundamental. E eu fiz isso com muita honra durante todos esses seis anos e continuarei fazendo. E acho que a crítica é construtiva sempre buscando aprimorar o melhor do papel da instituição tão fundamental, especialmente, nessa crise que tem, seguramente, a maior crise financeira da história recente, talvez desde 1929, seguramente.

Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles. E queria concluir, Presidente, dizendo que foi muito positiva também essa disposição do Banco Central dessas audiências trimestrais que é uma novidade na história econômica do Brasil. Acho que só é possível porque nós temos estabilidade hoje, porque em outros tempos não seria possível um debate como esse, um mercado tranqüilo, e mesmo em momento de tensão esse debate sempre ajuda a transparência e aprimora o regime. Então, queria parabenizar porque essa conquista do Parlamento, em que outros países é uma regra permanente, também é parte do trabalho que essa diretoria fez construindo junto com o Governo funcionamentos macroeconômicos sólidos que permite a democracia avançar e a transparência do Banco Central.

Então, é a última intervenção e já ficam aqui os nossos agradecimentos por toda a disposição de diálogo, de discussão, e atitude muito respeitosa que nós tivemos em relação ao Parlamento Brasileiro, em particular, ao Senado e à Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. Eu sempre aprendo muito quando eu venho aqui ao Senado, e hoje, além, de todos os aspectos técnicos e políticos, eu também hoje aprendi uma outra coisa, Senador, meu amigo Aloizio Mercadante, no sentido de que não só tem razões de transparência e de prestação de contas importantes, o seu projeto, finalmente, aprovado de que o Banco Central venha quatro vezes por ano, no mínimo, à Comissão de Assuntos Econômicos, mas hoje eu também entendi que por um desejo expresso de forma não premedita,

suponho, pelo Senador, de que, na realidade, quem sabe o Senador ache que vindo aqui tantas vezes eu me acostume aqui com o Senado, e quem sabe até possa pleitear uma vaga na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tenho certeza. Depois de ter sido o deputado mais votado em Goiás, seguramente, terá todas as condições de estar aqui.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente do Banco Central, eu gostaria, que eu como presidente do Partido ando sempre com uma ficha de inscrição no bolso. Está à disposição de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, olha, isso aqui vai ser mais disputado do que a decisão do Copom.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: É a generosidade dos meus amigos.

Em primeiro lugar eu gostaria de mencionar algumas questões gerais que permeiam a maior parte das observações e que foi colocada de forma bastante direta pelo Senador Aldemir. E eu gostaria de mencionar um aspecto da maior importância, é a questão da superdosagem, até que ponto o juro do Brasil fixado na taxa base pelo Copom, a selic, até que ponto é excessivamente elevado, e, independentemente, da discussão da última reunião, porque decisões do Banco Central ao longo dos últimos seis anos têm sido muito questionadas e criticadas, algumas criticadas de forma pesada, não só a questão do juro, quando o Banco Central começou a acumular reservas e se aproximou de 200 milhões de dólares, e isso foi criticado de forma pesadíssima, na oportunidade o dólar caindo, se aproximando de 1,70, depois 1,60 e se discutiu o custo desse carregamento, uma atitude perdulária, de fato, de uso de recurso público, e hoje, evidentemente, não se discute mais isso, a reserva se mostrou fundamental, ou a posição nos mercados futuros, críticas também muito fortes de diversos segmentos e etc. que também hoje não se questiona, se mostrou fundamental. E os compulsórios também que foram muito criticados durante tantos anos, hoje se mostrou como uma reserva de liquidez fundamental do sistema financeiro, e também as decisões no âmbito do Copom. O que eu quero dizer com isso, objetivamente, é o seguinte: é normal que determinadas decisões pontualmente sejam objeto de debate intenso e crítica intensa, e, eventualmente, dá um entendimento porque é na essência de um Banco Central atuar prospectivamente, isto é, o Banco Central atua com mecanismos de defasagem importantes, e o Banco Central tem que agir preventivamente, na maioria das vezes, e seria muito estranho até um Banco Central que qualquer decisão fosse decisões absolutamente unânimes e populares, na medida em que por definição, o Banco Central tem que olhar à frente e tem que tomar decisões. Mas, em dito isso... Decisões olhando à frente.

Em dito isso, eu gostaria de fazer algumas colocações gerais sobre o que aconteceu até agora, porque muitas dessas colocações são colocações que diz respeito ao passado: taxa de juros que foi muito alta da selic no passado, não precisava de tanta coisa ou isso. Então vamos primeiro dar uma olhada nessa questão histórica que foi mencionada aqui, de uma forma ou de outra, por diversos Senadores, e saiu um pouquinho da discussão específica apenas sobre essa decisão do Copom.

Em primeiro lugar a questão de se a taxa de juros do Brasil tem sido historicamente a taxa do Copom, acima do que seria necessário, que nominalmente, e mesmo em termos de taxa de juro real é acima da média internacional não há dúvida de que há um desejo da sociedade brasileira que essa taxa caía ao longo do tempo, não há dúvida. Quando assumimos a taxa de selic estava em 25%, hoje está em 13,75. A taxa de juros real na economia das curvas de mercado estava em 14%, hoje está a metade disso, e ainda há alta em termos internacionais. A questão não é ser alta em termos internacionais ou não. A questão é saber: é adequada? O comportamento tem sido adequado? As decisões têm refletido numa estabilização e maior crescimento da economia brasileira. E nós gostaríamos, inclusive, de dizer que no passado se questionava isso. Não, com essas taxas de juros que o Copom pratica e etc. o Brasil nunca vai crescer acima de 3,5%. Quantas vezes nós lemos isso? Impossível crescer um país com essas taxas de juros, a inflação, na realidade, está muito baixa. Vamos olhar um pouco, portanto, nesses termos o que aconteceu, já que estamos discutindo história, já que estamos discutindo o que o Copom fez nesses últimos tempos, e o que isso propiciou de resultado na economia brasileira, vamos olhar aqui o crescimento do produto, como ele evolui nos últimos anos, certamente, o produto cresceu a taxas baixas no ano de 2003 que foi, digamos, um ajuste e um reflexo da crise cambial de 2002, tivemos, em seguida, um crescimento muito forte em 2004 que se revelou talvez uma aceleração excessiva da economia, um mecanismo de ajuste, mas com crescimentos dentro do ano de ajuste 3,3, 2,3, 3,5 nesse ano de ajuste começando aqui com 3,3 nós vamos ver que ainda crescendo acima da média histórica brasileira no ano de ajuste, nós estamos falando agora em 2005, depois de um crescimento alto em 2004 onde a média brasileira dos últimos anos tinha sido abaixo de 2. De 99 a 2003 a média de crescimento foi 1,9. Houve um ponto fora de curva aqui, no segundo trimestre de 2006, mas nós vamos ver a

tendência de crescimento expressiva do Brasil 4,4, 4,7, 5,3, 5,8 números em 2008 ao redor de 6, 6,1, 6,2, 6,8; isto aqui não é um país que não está crescendo. Estamos olhando retrospectivamente, pelo retrovisor, não estamos olhando para frente, não estamos olhando a situação corrente. Mas nós falamos aqui muito de uma situação retrospectiva, olhando no espelho retrovisor. Se nós olharmos à frente, contribuição da demanda interna, a taxa de juros doméstica, a política monetária visa impactar diretamente a demanda doméstica, em última análise. Se temos uma taxa de juros excessiva na economia fixada pelo ponto central, não poderemos ter uma demanda crescendo a taxas expressivas. Nós temos uma demanda que, de novo, cresceu um pouco forte, talvez no ano de 2004, houve um ajuste e depois desde o segundo trimestre de 2005 essa demanda doméstica, em vermelho, crescendo cada vez a taxas maiores, chegando ao terceiro trimestre de 2008 a 9,3% de crescimento da demanda doméstica. Isso por padrões internacionais, os senhores vão me permitir, é elevadíssimo, esse numero. Poucos países tiveram um crescimento de demanda doméstica 9,5% trimestre sobre trimestre. Difícil argumentar que houve uma política monetária excessivamente conservadora que não permitiu o País crescer nesse período, não é verdade? Eu não estou discutindo se a taxa de juros é alta ou baixa por padrões internacionais, o que eu estou dizendo é que do ponto de vista da economia brasileira a taxa de juros não só permitiu a estabilização na economia, como taxa de crescimento da demanda substancialmente elevada.

Consumo das famílias acima de 7%, no pico ou mesmo em períodos trimestres um pouco menor ao redor de 6%. Isso por padrões da história brasileira, ou por padrões internacionais é um crescimento bastante elevado. Difícil argumentar que temos uma história de um Banco Central que tem sido mais conservador do que o necessário, não é verdade? O que eu estou dizendo é o seguinte: eu não estou, e novo, discutindo essa decisão, essa decisão e o futuro a história vai mostrar. O que eu estou discutindo é a história até hoje.

Se nós olharmos a formação bruta de capital fixo não haverá... Muitos diziam: não haverá possibilidade de ter investimento num país com política monetária tão amarrada. Formação bruta do capital fixo não só crescendo de forma pronunciada, como atingimos aí quase 20%. De novo, uma combinação de uma política adequada de estabilização da economia brasileira de todo o Governo, mas não há dúvida de que a estabilidade de preços, a estabilidade econômica é fundamental para o aumento do investimento, o alongamento do horizonte de planejamento das companhias, dos indivíduos da família tudo isso permite um aumento do investimento. Consumo das famílias. Já mencionei. Vendas no varejo, na mesma direção. Vendas no varejo com essa trajetória de crescimento, dificilmente, poderia argumentar que é um país que tem um Banco Central que está errando a mão. Nós temos um país crescendo vigorosamente. Massa salarial e vendas nos varejo, taxas de desemprego, taxas de desemprego as menores na história do Brasil. De novo, é um conjunto de políticas públicas, não é verdade? Mas não há dúvida de que faz parte desse conjunto importante não só um Banco Central comprometido com o regime de metas de inflação e com a estabilidade econômica, mas também permitindo uma dosagem certa para que o País cresça na medida certa. Rendimento real médio, massa salarial. Massa salarial, portanto, crescendo a 8,6%, dificilmente, nós estamos vendo aqui, de novo, o País está crescendo menos do que suas possibilidades.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, V. Exa. permite um aparte um minuto? V. Exa. vem dizendo que com essa taxa de juro, apesar da taxa de juro o País tem crescido, a demanda tem crescido e o PIB tem crescido. Qual a influência da taxa de juros então? Por que motivo o aumento à taxa de juros? Não poderia dizer que hoje o grande impacto dela é nas contas públicas, porque sobre a demanda não tem nenhum, pelo que V. Exa. está monstrando.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, são duas questões importantes, várias questões, eu não vou me alongar em excesso nisso, pelo menos, dar alguns exemplos pontuais para o senhor. Em primeiro lugar existe uma questão do nível de taxa, se tomarmos a taxa de juros real no Brasil, ela de mercado fixado pelas curvas de mercado de 360 dias, ela tem caído de 24% nos primeiros anos após o Plano Real, e ela tem decrescido gradualmente 14% no momento em que assumimos, e ela tem decrescido, chegou a um patamar um pouco acima de 7%, entre 7 e 8, voltou a crescer um pouco e desceu um pouco para esse patamar. Então, existe, sim, um impacto direto na taxa de juros e existe uma correlação muito grande, por exemplo, vendas no varejo, taxas de juro real e etc. Existe, sim, essa correlação do Senador. O que nós estamos discutindo é que por razões diversas que poderemos até ter uma sessão para discutir isso especificamente, só isso aí já justificaria uma sessão da CAE, nós discutimos o porquê que a taxa de juros no Brasil tem patamares... Estou falando taxa base agora, historicamente mais elevada. Portanto, a queda gradual da taxa de juros real na economia é um fator importante para isso, dentro de patamares que estão sendo bem controlados no sentido de que a curva, essa curva não

leve a um superaquecimento, inflação e etc. Resumo: uma economia equilibrada, em última análise.

De novo, o crescimento do crédito em 2002, Senador, o crédito no Brasil era 22% do produto, crédito total. Está chegando a 40, já chegou a 40% do produto, isso, de novo, é um efeito também da estabilização e também das taxas de juros. Evidentemente, que a expectativa de todos os brasileiros que essa trajetória continue e que nós cheguemos a um momento no futuro em que as taxas dominais do Brasil e reais sejam de acordo com padrões internacionais. Existe um caminho para isso, Senador, que é um caminho que passa pela estabilidade de preço, pela estabilidade econômica. E estamos seguindo. Se nós olharmos agora, por exemplo, a questão da inflação, alguns dizem: bom, a taxa de juros excessivamente alta... Estou falando nos últimos anos. Levaria a uma inflação abaixo da meta, inclusive, abaixo do piso da meta. Tem taxas de juros excessivamente elevada, atividade contraída e etc. Nós mostramos crescimento, nós mostramos demanda e etc. Trajetória de taxas de juros no Brasil mostra que... Desculpem-me, a trajetória da inflação no Brasil, - estamos falando aqui da curva em azul -, não mostra uma curva excessivamente baixa. Por exemplo, um Banco Central que errou a mão sistematicamente, claramente teremos uma curva azul abaixo do piso da trajetória de metas definidos pelo Conselho Monetário Nacional. Nós vemos uma curva bastante consistente, abaixo e acima do centro dentro do intervalo de metas, portanto, mais uma outra medida. Se olhamos agora num passado recente os núcleos, por exemplo, olhamos o ano de 2008, alguns dizem: mas foi apenas commodities e etc. que subiram o preço durante o ano de 2008. Não. Nós tivemos medidas de núcleo que, inclusive, alguns deles excluindo a questão de alimentos, alimento em domicílio, etc. e etc., importante da questão de commodities nós tivemos os núcleos subindo. Serviços, por exemplo, tivemos durante o ano de 2008, curva em vermelho, uma curva de serviços importantes. De novo, nós estamos olhando no espelho retrovisor, não estamos aqui fazendo projeções para frente, não estamos discutindo esta reunião, porque alguém olhando essa curva podia até dizer: puxa vida, o Banco Central devia ter subido taxas de juros, não é verdade. Nós estamos aqui olhando um espelho retrovisor. A economia está bem analisada na presente ata do Copom, a conjuntura atual da economia.

Gostaria apenas, portanto, de fazer este resumo para termos isso como ponto de referência, porque se começamos como ponto de referência uma impressão de que tem um Banco Central excessivamente conservador com taxas de juros que tem sido excessivamente elevadas, isso colore todo o nosso julgamento e a discussão presente.

Passando agora a algumas perguntas específicas, porque isso eu acredito que já respondeu uma série de perguntas colocadas.

Mas o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior pergunta sobre a questão relativa à mudança das expectativas dos agentes econômicos. Não há dúvida, Senador. As expectativas, não só no mundo todo, mas, inclusive, no Brasil tem mudado rapidamente. Não há dúvida de que a crise internacional atingiu os países emergentes de uma maneira mais oferto agora depois de falência do Lehman Brothers, de novo, principalmente pelo canal de crédito, e isso está, inclusive, bastante refletido, bem refletido na ata do Copom que descreve exatamente a mudança de expectativa dos diversos fatores econômicos. Não há dúvida sobre isso, e, inclusive, mencionamos lá, seja na questão da demanda agregada, na questão externa, e, inclusive, nas tendências prospectivas de inflação bem colocadas na ata.

Em relação ao *spread* bancário, não há dúvida de que isto é uma preocupação importante no momento. O Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior mencionou, existem outros Senadores que também mencionaram a questão do *spread* bancário. Não há dúvida de que esta é uma fonte de preocupação importante que está sendo endereçada em diversas frentes. Em primeiro lugar na questão da oferta geral de liquidez na economia, seja pelos compulsórios, seja por leilões de taxas... Desculpem-me, de linhas de câmbio para ACC e agora algo da maior importância que serão os empréstimos das reservas para o vencimento das operações de empréstimo externo. Tudo isso faz parte de uma regularização das condições de liquidez. Em muitos mercados aconteceu isso, os *spreads* subiram muito e disfuncionalizou o mercado. Evidentemente, no Brasil, independentemente, da trajetória histórica de *spreads* também existiu essa função. Além, do que existe um papel importante já anunciado pela autoridade, pelo Presidente, a Ministra Dilma Rousseff já falou isso, o Ministro da Fazenda também, o Guido Mantega, é uma orientação no sentido de que os bancos públicos que têm uma posição muito forte, uma característica do Brasil, no momento, os bancos públicos possam liderar um processo de regularização dos *spreads*.

A pergunta do Senador Crivella. Ele se preocupa com o risco de fuga de capitais, isto é, até que ponto possa haver uma fuga muito grande de capitais e erodie, digamos, uma parte importante das reservas brasileiras. Senador, vamos olhar a questão dos capitais de uma forma mais abrangente. O que o senhor está se referindo, em última análise, é um fenômeno que

no mundo hoje está sendo chamado de desalavancagem global, isto é, está havendo um fenômeno onde os bancos estão, de um lado, diminuindo as suas linhas de crédito, de outro lado, os grandes fundos alavancados estão diminuindo as suas alavancagens e as suas posições, e vai por aí. Isto gera, entre outras coisas, sim, uma posição de saída de capitais estrangeiros de diversos mercados do mundo, bolsas de valores do mundo inteiro, inclusive, do Brasil, aplicações de títulos soberanos de diversos países e etc. Agora este processo não é um processo que existe o risco que ele aconteça, ele vem acontecendo de forma intensa, já nos últimos meses. E já existem até alguns analistas que acham que esse processo já pode estar moderando, inclusive, e dentro deste quadro as reservas brasileiras estão tendo um comportamento que o Senador verificou. Portanto, estamos monitorando isso...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se os juros baixarem há riscos delas...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Perdão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se baixar a nossa taxa de juros o senhor acha que há risco?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, não há dúvida de que a taxa base é um dos fatores, não o único, mas um dos fatores que influencia, digamos, a formação de taxas de câmbio, particularmente, dos mercados futuros, onde a taxa, no caso do Brasil, do CDI que tem certa correlação com a selic, bem próxima a ela influencia o chamado custo de carregamento de uma posição cambial. Portanto, isso é um dos fatores que, evidentemente, são levados em conta, mas não é o único fator, principalmente, com movimentos cambiais tão agressivos, como está acontecendo no mundo todo hoje. Mas, evidentemente, o Banco Central olha todos os fatores.

O Senador mencionou diversas possibilidades aí de usos dos recursos públicos para mitigar o desemprego. Senador, na medida em que o Brasil já está usando compulsórios. O Senador perguntou sobre compulsórios, perguntou sobre reservas e etc. O Brasil está usando compulsórios para aumentar, regularizar o crédito do Brasil, do País. O Brasil está usando recursos das reservas para financiar contratos de exportação. O Brasil agora vai usar recurso das reservas para suprir a deficiência de financiamento externo que existe hoje no mundo e afeta a economia brasileira. Tudo isso é uma forma de combater o desemprego.

Agora em relação ao uso. Se o Senador se refere, digamos, ao pagamento específico para alguém que seja desempregado, um tipo seguro desemprego, digamos. Aí de acordo com as normas vigentes, contabilidade pública e etc. teria que ser um aporte de recursos públicos diretamente, o que certamente acredito seria uma decisão do Governo Federal, certamente, passaria por esta Casa essa discussão, certamente, caso seja tomada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, Rio de Janeiro, nossa maior empresa: Petrobras. Ela entra com 10 bilhões no superávit primário, e ela tem que recorrer a empréstimos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e se expondo muito no mercado. Eu me referia a isso. Quer dizer.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, é exatamente o ponto que eu me referia quando... Eu me referia ao fato de que existe um grande volume de empréstimos externos que estão vencendo todo mês, e que depois de setembro, a partir de setembro uma boa parte dessas linhas que são vencidas, não são renovadas. Estas empresas que captariam no mercado externo voltam-se ao mercado nacional. Esse é o fenômeno que o senhor está se referindo. E, portanto, pressionando o mercado nacional de crédito. Exatamente para resolver esse problema que o Conselho Monetário Nacional aprovou ontem uma resolução permitindo ao Banco Central de usar parte das suas reservas para conceder, em última análise, através do sistema financeiro internacional empréstimos a essas companhias, fazendo com que elas não percam acesso a esse crédito internacional, e, portanto, não tenham que enfrentar, pressionar o mercado de crédito interno ou diminuir o seu risco de atividades com desemprego e etc., por isso que eu mencionei que é uma ação que tem impacto direto na questão do emprego.

Por que o real se desvalorizou? São várias as questões aqui, Senador. Em primeiro lugar, existe um fenômeno inicial que houve de valorização do dólar muito forte que saiu de 1,60 euros, valorizou até 1,25, depois voltou a desvalorizar de novo frente a algumas moedas. Hoje já estava a 1.44, 45; a última vez que eu vi. Mas, em resumo, existe uma questão de variação das diversas moedas internacionais. Segundo, o real, tal qual muitos outros países que são grandes exportadores de commodities, ele tem uma certa correlação, a taxa de câmbio do real contra [ininteligível] de moedas e, particularmente, contra o dólar quando correlacionado com o preço das commodities, isto é, quando o preço das commodities sobe a moeda dos países exportadores de commodities, inclusive, o Brasil tende a valorizar. As commodities caem, essa moeda tende a desvalorizar. Então, um bom percentual dessa valorização do real e depois da desvalorização é relacionada à evolução do preço das commodities. Não é a única coisa não, tem vários fatores. Processo de desalavancagem que eu mencionei, com a saída de

capitais que retornaram, inicialmente, para os Estados Unidos, e agora migram para a Europa e outros países: Japão, principalmente, de novo parte deste processo que é muito importante.

Se nós olharmos o Japão, é claro, nós tínhamos um processo onde, inclusive, era um fenômeno interessantíssimo que donas de casa japonesas, por exemplo, eram parte do movimento internacional do chamado *carry trade*. O que é que era isso? Eram investidores que estavam tendo recursos, sacando recursos em Yene ou tomando até empréstimo e aplicando em moedas de outros países, porque o retorno do Japão é muito baixo em função da questão crônica do Japão de baixa atividade, e inflação, às vezes, até, excessivamente, baixa com taxas de juros também. Então isso é um problema. Então com essa aversão ao risco crescendo mundialmente, donas de casa japonesas, como um exemplo, retornando com seus recursos ao Japão valorizando fortemente o Yene que saiu de 125 Yenes por dólar estava abaixo de 90 até ontem. Mas é um dos fenômenos, não é que isso explica esse ou aquele. Eu estou apenas usando pontualmente, um exemplo mínimo para mostrar um fenômeno global de desalavancagem. Isso passa pelos *hedge funds* internacionais, sistema financeiro internacional e etc.

O Senador Renato Casagrande fala sobre exatamente a questão da inflação e da taxa de juros durante o correr do ano passado. Acredito que já endereçamos essa questão, Senador. Em relação à decisão desta reunião especificamente, o Banco Central tomou a decisão, de novo, julgava adequada dentro desse conjunto de fatores, dando as sinalizações também que julgou adequadas, dentro desse conjunto de fatores. Lembrando apenas, Senador, que essa questão de sinalização é algo que envolve uma série de fatores não imediatos. Tem uma sinalização no sentido de que o País vai continuar tomando as medidas necessárias para continuar crescendo e etc., mas tem sinalização também para os formadores de preço, que se chamam as expectativas de inflação, tem sinalização para os mercados de câmbio, conforme já foi sinalizado. Então, em resumo, é uma gerência complexa de um processo de sinalização, e, de novo, o Banco Central toma as medidas que julgam adequadas no momento adequado. Evidentemente, que temos dado sinalizações muito fortes de que tomaremos todas as decisões adequadas no sentido de que o País mantenha a sua estabilidade e mantenha o seu crescimento sustentável.

E vamos divulgar, mais uma vez, a nossa previsão de crescimento do PIB de 2009, na segunda-feira, mas já temos sinalizado, inclusive, que julgamos, inclusive, a média de consenso hoje analistas de crescimento projetado relativamente conservadora, o que achamos que o País, de fato, vai continuar crescendo acima da média mundial, o ano passado, apesar de que vai sentir os efeitos da crise.

O Senador fez uma pergunta. Se os bancos estão emprestando os recursos do compulsório. Vamos separar três coisas para que nós olhemos não só o compulsório, mas também o uso das reservas, Senador. Em primeiro lugar, em relação ao compulsório, houve uma parte do compulsório que foi liberada exatamente para atender a uma questão sistêmica, isto é, existia uma crise de liquidez, produto da mudança de cenário. E existe uma parte importante que esta, sim, foi liberada com direcionamento específico, isto é, o banco só pode sacar o compulsório no Banco Central se ele comprovar o direcionamento, que é exatamente a sua pergunta. Ele pode direcionar para bancos pequenos e médios, para aplicação nos bancos pequenos e médios em compra de carteiras ou aplicação de interbancário. Ele pode retirar para aplicação de crédito rural, ele pode retirar para aplicação no BNDS, que, por sua vez, vai emprestar isso como capital de giro para pequenas e médias empresas, e também para o financiamento de alguns investimentos de infra-estrutura. Portanto, a idéia é essa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, sem ser intransigente. O BNDS empresta com TJLP. Nós temos algum controle para que o sujeito não pegue a 6,25 e depois aplique no Copom a 13?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Nós estamos fazendo aqui, Senador, o que nós estamos mencionando, na realidade, não é o empréstimo a TJLP, esta operação a que eu menciono não será TJLP, será capital de giro que é diferentes, que a TJLP é para investimento. Então vamos separar. No caso dessa operação de compulsório que eu me refiro o BNDS capta recursos de outras instituições que para isso sacam o compulsório do Banco Central e vai fazer aplicações em taxas, que serão taxas de mercado, evidentemente, com *spread* muito menor. Esse é um tipo de operação novo, de capital de giro. Eu acho muito bem por parte do BNDS. Agora, em relação às operações de TJLP isso aí é criteriosamente analisado pelo BNDS no sentido que é o financiamento de projeto de investimento, portanto, não é simplesmente o capital de giro que será usado de qualquer maneira.

Muito bem. O Senador Raimundo Colombo, eu gostaria apenas de agradecê-lo pelos cumprimentos e pelas palavras em relação ao Banco Central e à minha pessoa.

Em relação ao Senador Francisco Dornelles. Em primeiro lugar, eu gostaria também de agradecer as palavras, como sempre, generosos do Senador ao nosso respeito. Em relação aos dados da contas externas, Senador, dados acumulados em doze meses até outubro, é melhor falar como percentagem do produto porque dá uma visão mais clara. A previsão nossa do ano é consistente com o que tem acontecido, agora se nós olharmos o que está acumulado até outubro, o saldo em conta-corrente foi menos 1.71% do produto, isto é, houve um déficit em conta-corrente equivalente a 1.71% do produto. Por outro lado, investimentos estrangeiros diretos que são a forma mais clássica e mais saudável de financiamento de déficit em conta-corrente foi de 2.45% do produto positivo, portanto, a chamada necessidade de financiamento externo clássica, que é a diferença entre essas duas contas foi negativo em 75, o que significa que o Brasil não teve essa necessidade de financiamento, houve recursos mais do que suficientes de investimento estrangeiro direto para fiscalizar a conta-corrente. A nossa previsão para o ano que vem é que essas contas estarão equilibradas, conta-corrente e investimento estrangeiro direto, certa queda de investimento estrangeiro direto, conta-corrente deve estar num número também consistente com isso. Então nós devemos ter aqui certo equilíbrio.

Evidentemente, que um dado muito importante é a rolagem dos empréstimos que vencem, isso, sim, poderia gerar certa pressão, mas, de novo, o Conselho Monetário Nacional ontem aprovou uma medida que permite ao Banco Central complementar com as reservas qualquer deficiência de rolagem que exista nas dívidas das companhias brasileiras vencendo de setembro deste ano até o final do ano que vem, o que é uma medida da maior importância.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Existe uma previsão desse montante, Presidente?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Oi?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Existe uma previsão desse montante?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, vai depender, evidentemente, muito da demanda das companhias do que será a taxa de rolagem dos bancos. Nós estamos estudando isso cuidadosamente, vamos estar detalhando esse processo, e vamos no decorrer dos próximos dias ou até o final do ano, possivelmente, ou no máximo do início do ano que vem nós vamos divulgar previsões específicas sobre isso, na medida que tenhamos dados mais concretos.

Em relação ao Senador Aldemir, já respondi, basicamente, comecei, aliás, a minha resposta pela suas perguntas. Portanto, acredito que com isso sumarizamos basicamente a maioria das perguntas. Agradeço muito, mais uma vez, a atenção de todos. E como sempre, é uma grande honra vir ao Senado Federal e ter a oportunidade de fazer um debate que, pelo menos, do meu ponto de vista é muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Presidente Meirelles--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Agradecer a todos os Senadores. Pois não, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, nessa última reunião da CAE eu pediria autorização ao Presidente Meirelles para cumprimentar V. Exa. pela maneira como conduziu os trabalhos da Comissão durante todo o ano. Com a competência que todos lhe reconhecem, com a firmeza, com o espírito democrático. V. Exa. promoveu importantes discussões nesta Casa. Eu menciono a situação do pré-sal trazendo sempre autoridades do Banco do Brasil, da Receita, de modo que eu não poderia deixar, nessa última, Sessão de cumprimentar V. Exa. pela maneira como V. Exa. conduziu os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Associo-me também, Sr. Presidente, a esse tributo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Também me associo às mensagens do Senador Francisco Dornelles ao Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas a qualidade da Comissão está basicamente na experiência, na formação e na competência dos membros que a acompanham. Nós fomos apenas um pequeno instrumento para viabilizar esse trabalho. E queria, em particular, agradecer ao Presidente Henrique Meirelles por toda a disponibilidade, pelo trabalho que fez. Desejar um feliz ano-novo e um bom natal as todos vocês da Comissão, aos que nos acompanham, com a certeza que em 2009 nós saberemos superar os desafios imensos que teremos pela frente. Bom dia e muito obrigado.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Senador. E feliz natal.

Sessão encerrada às 13h21.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA NONA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e quarenta minutos do dia oito de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, João Tenório e, ainda, dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Aloizio Mercadante. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Mão Santa, Neuto de Conto e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença dos Srs. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil. Após a exposição dos Srs. Bernard Appy e Jorge Rachid, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Subcomissão, Raimundo Colombo, João Tenório e, ainda, os Senadores Garibaldi Alves Filho e Aloizio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às vinte e uma horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizando-se em 08 de outubro de 2007 às 19h, na sala de reuniões da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Audiência Pública a fim de dar ciência à Subcomissão sobre os andamentos da Reforma Tributária que será apresentada pelo Governo em atendimento a deliberação da Subcomissão. Os convidados de hoje são os senhores Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal. Os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos à fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritas. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de 3 minutos assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Como os Srs. Senadores, senhores convidados estão acompanhando, na semana... Na última reunião dessa Subcomissão foi feita uma apresentação pela Assessoria Técnica dessa Subcomissão que acompanhou durante todo o primeiro semestre a uma série de relatórios, Audiências Públicas, discussões envolvendo diversos setores da sociedade sobre a questão da Reforma Tributária, e fizeram um resumo técnico, tomaram uma pequena... Pequena não tão pequena, bastante detalhada até a proposição de uma Reforma Tributária em cima daquilo que foi discutido e ouvido tentando consensuar o que não é consensuável, mas chegar o mais perto disso, daquilo que foi ouvido e entendido como anseio de todos os setores da sociedade que aqui estiveram.

No primeiro... Primeiro encontro dessa Subcomissão nós ouvimos o Sr. Bernard Appy que fez aqui uma apresentação sobre uma primeira proposta, uma primeira idéia de Reforma Tributária, um primeiro desenho do que poderia ser uma Reforma Tributária pretendida com o Governo, e agora nós vamos ouvir essa proposta já mais aprofundada, mais discutida na sociedade, e que vem a ser discutido aqui conosco no momento mais do que oportuno, porque deve estar chegando nos próximos dias nessa Casa também a questão da prorrogação da CPMF, que é uma questão que nós relacionamos diretamente com a questão da Reforma Política. Nós não podemos discutir a CPMF de uma forma isolada e com certeza vai ter muita dificuldade de ser aprovada nesta Casa se ela vier apenas como uma prorrogação pura e simples de um imposto de má qualidade e de um imposto que foi criado pra ser provisório.

Portanto, eu reputo esta reunião de extrema importância para as discussões que nós vamos ter dentro dessa Casa nos próximos meses que envolvem diretamente a questão fiscal e tributária nesse País. Começo então dando a palavra ao Secretário Bernard Appy.

SR. BERNARD APPY: Boa noite a todos. Queria agradecer ao Senador Tasso Jereissati, Senador Dornelles, demais Senadores o convite para participar dessa reunião. A idéia hoje é atualizar um pouco a Subcomissão da Reforma Tributária do Senado sobre os andamentos da Reforma Tributária da discussão da Reforma Tributária ao longo dos últimos meses. Nós sabemos que havia um compromisso do Governo, compromisso não, uma intenção do Governo de enviar o mais cedo possível o projeto da Reforma Tributária para o Congresso Nacional, mas nós desde o começo dissemos que esse prazo estava condicionado ao andamento das discussões que estão sendo feitas com os Estados, com os representantes dos Municípios e com a sociedade civil. Teve um trabalho intenso ao longo dos últimos meses na discussão da Reforma Tributária, e esse trabalho que eu gostaria de apresentar agora para os senhores desde já colocando que nós estamos na fase final de elaboração do projeto de Reforma Tributária, teve mudanças sim, essas discussões que foram feitas levaram a mudanças no projeto elaborado pelo Governo Federal, o que vou tentar mostrar hoje é que essas mudanças não descaracterizam os objetivos fundamentais da Reforma Tributária, os objetivos continuam sendo os mesmos, o formato é um pouco diferente daquele que era proposto originalmente pelo Governo Federal em função das discussões que foram feitas, mas os objetivos são os mesmos. Objetivos da fase inicial, e com relação à preocupação do Senador Tasso Jereissati com relação a CPMF, eu diria que é quase certo que a proposta de Reforma Tributária já estará no Congresso Nacional quando o Senado estiver discutindo a CPMF e, portanto, haverá... Será claro que o Governo Federal tem sim a intenção de aprovar uma Reforma Tributária profunda no País, e não apenas a prorrogação da CPMF. A opção que foi feita desde o início e acho que isso já ficou claro aqui era de separar a discussão da CPMF da Reforma Tributária por dois motivos. Por um motivo que é de tempo, quer dizer, a CPMF tem um prazo para aprovação até o final do ano, que é um prazo talvez curto para discutir uma matéria tão complexa quanto a Reforma Tributária no seu todo, e o segundo motivo que era exatamente de descontaminar as duas discussões.

No começo do ano quando o Governo falava em enviar a proposta de Reforma Tributária nós ouvimos muitas pessoas dizendo que o Governo iria mandar a proposta de Reforma Tributária apenas para prorrogar a CPMF. Que é uma acusação que já foi feita em 2003. E nós entendemos que seria melhor mostrar que são duas discussões separadas, obviamente que há pontos em comum porque se trata do sistema tributário nacional, mas são duas discussões separadas, que é importante para o Governo sim a prorrogação da CPMF, assim como é muito importante à aprovação da Reforma Tributária, os dois são importantes, mas não queremos contaminar uma discussão com a outra. E especificamente com relação a CPMF, Senador, eu queria desde já me colocar à disposição dessa Casa, dessa Subcomissão se eventualmente assim desejar para discutir a qualidade da CPMF, que acho que é uma discussão importante. Ela tem sido todo tributo é distorcivo. Todo tributo tem um efeito distorcivo. A grande questão é saber quais são os mais e menos distorcivos. E essa é uma discussão importante a ser feita caso da CPMF, então desde já estou à disposição caso seja interesse para eu discutir essa questão na Casa do Congresso.

Bom, esse aqui simplesmente eu peguei da apresentação original que é simplesmente para relembrar. Não vou aqui repassar a proposta original, nem diagnóstico que foi feito na última reunião. Apenas colocar qual é o objetivo da Reforma Tributária. Porque esse é essencial. É o objetivo que nós pretendíamos e continuamos pretendendo alcançar com o desenho da Reforma Tributária.

Primeiro é mudar o sistema de tributos indiretos no País, de forma a introduzir um sistema que seja neutro. E o que é que é um sistema de tributos indiretos neutro? É um sistema que não tributa o comércio exterior, é um sistema que não tributa o investimento, e, portanto, é um sistema de tributação do consumo, é um sistema que não distorce a alocação eficiente dos fatores de produção e não geram distorções que prejudicam os investimentos como ocorre hoje no Brasil. Não vou aqui repassar todo o diagnóstico. Acho que seria muito longo. Mas este desenho do sistema tributário neutro, que elimina os entraves aos investimentos, que elimina as distorções para o comércio exterior e que simplifica radicalmente o desenho ou modelo que nós temos hoje, esse desenho está sendo mantido dentro da proposta de Reforma Tributária aquilo que era objetivo inicial continua sendo o objetivo da atual proposta de Reforma Tributária e tendo como uma das conseqüências à redução de brechas para sonegação e o fechamento de espaços para informalidade.

Teve um movimento muito intenso de discussões sobre Reforma Tributária ao longo dos últimos meses. Tanto com os Secretários Estaduais, principalmente, com alguns Governadores também, houve também uma discussão importante de Reforma Tributária com entidades municipalista e com a sociedade civil. Eu não tenho aqui por falta de tempo descrever detalhe de tudo que foi discutido, mas se aparecer na discussão alguma questão, obviamente poderei voltar. Mas a negociação com Secretários de Fazenda Estaduais

que foi feita no CONFAZ, ela teve um período bastante intenso de discussão na tentativa de se chegar a um acordo entre os Estados sobre o fim de guerra fiscal. Houve um trabalho bastante intenso dos Estados. Eu fui agora na última reunião ordinária do CONFAZ que teve agora, sexta-feira retrasada em Florianópolis quando abri a reunião eu vi a quantidade de reuniões extraordinárias do CONFAZ que teve entre as duas reuniões ordinárias e acho que não deve ter tido, não conheço toda a história, mas deve ter tido umas dez reuniões extraordinárias entre as duas reuniões ordinárias. Foi um trabalho muito intenso de discussão com os secretários estaduais de fazenda, e se avançou bastante na discussão de uma proposta para acabar com a guerra fiscal e uma proposta para definir critérios para convalidação de benefícios que já tivéssemos sido concedidos no passado. E isso poderia ser resolvido com convênio CONFAZ. Era isso que se procurou fazer no CONFAZ e isso facilitaria muito se esse tivesse chegado a esse acordo, isso facilitaria muito a discussão da Reforma Tributária no Congresso Nacional, porque evitaria trazer para discussão essas questões relativas à guerra fiscal, mas infelizmente não foi possível. Isso pressupunha o consenso, se avançou bastante, muitos Estados que tinham resistências muito grandes a uma proposta que regulamentasse, que acabasse com a guerra fiscal e regulamentasse os benefícios acabaram avançando e cedendo na negociação, mas infelizmente não foi possível obter o consenso. E isso acabou exigindo um esforço muito grande do trabalho do CONFAZ e uma parte do tempo dessa discussão uma das razões para as quais o Governo Federal ainda não finalizou sua proposta de Reforma Tributária é que se utilizou tempo bastante grande nessa discussão para resolver o problema da guerra fiscal. Infelizmente não se chegou a um acordo. Nós passamos a ter referências importantes para a discussão, quero deixar isso claro, e podemos trazê-lo aqui quando a proposta do projeto de Reforma Tributária estiver no Congresso podemos trazer aqui a posição que foi discutida, os vários pontos que surgiram nessa discussão, mas infelizmente chegou acordo.

Ao mesmo tempo, a partir da proposta elaborada pelo Governo Federal um conjunto grande de Estados trabalhou em uma proposta que eles julgariam como sendo uma alternativa que julgavam melhor do ponto de vista dos Estados. Esse conjunto de Estados chegou a apresentar inclusive um texto de Emenda Constitucional para o Governo Federal, que conta com o apoio da maioria dos Estados, e que tem algumas diferenças em relação à proposta original do Governo, mas poucas. Sendo a principal delas essa que está colocada aqui. Que a proposta original do Governo que nós tínhamos elaborado era daquilo que chamamos de IVA dual. O que é IVA dual? Seria ter a mesma legislação para o tributo federal e para o tributo estadual. Os Estados aceitaram, a maioria dos Estados aceitou na proposta unificar a legislação do tributo estadual na forma de um IVA estadual, mas eles defenderam que seria muito importante manter uma legislação independente da legislação federal. Manter, ou seja, haveria uma legislação para o IVA federal e uma para o IVA estadual. Isso tem algum efeito? Tem algum efeito. Complica um pouco o tributo, mas avança muito em relação àquilo que já existe hoje que nós temos 27 legislações extintas do ICMS. E há um apoio claro da maioria dos Estados a esta proposta. E, portanto, o Governo Federal aceitou nessa discussão a proposta dos Estados de manter duas legislações extintas para o IVA federal e o IVA estadual. E a proposta que nós estaríamos encaminhando ao Congresso vai incorporar essa dupla legislação. Há uma outra demanda que havia por parte dos Estados, importante, era que o IVA estadual tivesse uma base ampla de bens e serviços. Ou seja, que pegasse o conjunto de bens e serviços e não apenas aqueles bens e serviços que são hoje tributados pelo ICMS. Obviamente isso pressupunha uma negociação com os municípios a respeito do ISS. Porque isso significa incluir os serviços que hoje são tributados pelo ICMS na base do IVA estadual. Vou falar em seguida na negociação que houve com os Municípios, mas efetivamente nós estamos num modelo que estaremos apresentando para o Congresso Nacional incorporando um IVA estadual de base ampla de bens e serviços. Também faz parte, foi uma demanda dos Estados, uma demanda que exigiu uma negociação por parte do Governo Federal com os Municípios, inclusive fizemos uma negociação tripartite em um determinado momento, sentamos na mesma Mesa representantes das entidades municipalistas, Secretários de Fazendas Estaduais e o Governo Federal, e conseguimos chegar a um desenho que permitiu essa ampliação da base do IVA estadual. E houve finalmente uma discussão com alguns Governadores, todos Governadores do nordeste e alguns Governadores do CODESUL sobre a proposta de política de desenvolvimento regional aquela que foi trazida aqui para discussão no Senado Federal. Essa é uma discussão que não está encerrada. Queria deixar isso claro. Essa ainda não está fechada. Não temos uma posição fechada. Os Governadores manifestaram algumas preocupações com relação ao modelo que havia sido elaborado pelo Governo Federal, e essas preocupações estão sendo agora trabalhadas para quando trouxermos o projeto de Reforma Tributária para o Congresso Nacional que

elas sejam contempladas ou pelo menos contempladas o máximo possível dentro do projeto elaborado.

A proposta que foi apresentada pelos Governadores foi a mesma que foi trazida aqui nessa Comissão sobre o desenho de política de desenvolvimento regional.

Com relação aos Municípios, a proposta original do Governo Federal era a de incorporar o ISS, a base do IVA estadual, e compensar os Municípios através de transferências federais. Ou seja, seria... Ampliaria-se a base do IVA estadual, nós aumentaríamos a receita do IVA federal exatamente no mesmo montante do ISS e faríamos transferências para os Municípios exatamente no mesmo montante do ISS vinculando essas transferências ao montante das receitas federais. Houve uma resistência grande nessa proposta original por parte dos Municípios a perda de competência tributária, e a partir daí considerou-se uma possibilidade que seria ao invés da simples substituição do ISS por transferência, a substituição do ISS sobre o imposto sobre vendas a varejo. IVV. Depois vou voltar a falar pouco mais deste IVV. O Governo Federal fez estudos sobre qual seria o impacto da criação do IVV, vou mostrar aqui os números do que significa a criação do IVV, e esta proposta que foi apresentada pelo Governo Federal foi aceita pelas três principais entidades municipalistas. A Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional dos Prefeitos e a Associação Brasileira de Municípios. Numa reunião as três entidades aceitaram a proposta apresentada pelo Governo Federal de substituição do ISS por um imposto de vendas a varejo. Nesta discussão foi... E eu vou depois entrar em detalhes sobre o que está sendo proposto, seria feita a substituição, deixaria-se uma margem pequena de fixação de alíquotas por parte dos Municípios e a União assumir o compromisso de compensar todos os Municípios cuja receita de ISS for superior à receita de IVV serão compensada com transferências da União de forma a manter a receita daqueles Municípios.

E finalmente um tópico que apareceu e muito importante que apareceu na discussão com as entidades municipalistas foi uma demanda de criar espaço para modificar os critérios de partilha do ICMS. Hoje 25% do ICMS é transferido para os Municípios, e 75% desses 25% são transferidos com base no que nós chamamos, são compartilhado com base no que nós chamamos de valor adicionado fiscal. Que corresponde basicamente ao valor agregado em cada um dos Municípios. Acontece que esse critério de partilha acaba levando em muitos casos a situações de grande desequilíbrio na receita dos Municípios. Municípios nos quais estão localizados grandes fábricas, grandes unidades produtoras, eles acabam tendo uma receita de ICMS de transferência de ICMS extremamente elevada, e muitas vezes acabam... Isso acaba dispensando eles de cobrar outros tributos e acaba levando a uma situação muitas vezes de irracionalidade na alocação de tributos. Tem caso de municípios que estão chegando a discutir em função do montante de receitas que tem por conta desse critério de partilha de ICMS, chegam a discutir inclusive a criação de aposentadorias para seus munícipes. Porque realmente não tem o que fazer com os recursos que são transferidos. Então obviamente nós temos uma situação. Em vez de definir os critérios imediatamente o que foi negociado com as entidades municipalistas foi propor no bojo da Reforma Tributária a desconstitucionalização desse critério. Ou seja, a idéia é que esse critério, o critério de partilha do ICMS com os Municípios seja discutido numa Lei Complementar e não na Constituição. Houve as três entidades municipalistas aceitaram isso. Dentro dessas entidades havia representantes das capitais. Não houve um consenso, queria deixar isso claro, não houve... A ABRACE especificamente não chegou a apoiar essa proposta, mas há sim Prefeitos de capitais que participaram das discussões e apoiaram a proposta.

O que está sendo discutido, obviamente aqui nós estamos falando de uma mudança do dia para noite. Nós sabemos que isso é inviável. Não se muda a locação de receita do dia para noite. Mas sim uma transição longa e é basicamente isso que estava sendo proposto e discutido com os Municípios. Agora a idéia é não tratar isso na Constituição. A Constituição apenas sinalizar que isso será definido numa Lei Complementar.

Bom, na discussão com a sociedade civil, a discussão foi feita e aqui houve também um número grande de reuniões com entidades empresariais e com Conselho de desenvolvimento econômico e social. Na discussão com as entidades empresariais, houve de forma bastante ampla um claro apoio às propostas apresentadas pelo Governo Federal, e houve alguns temas que apareceram para a discussão. Os mais importantes, tem outros, mas os mais importantes estão listados aqui. Primeiro uma demanda muito grande de desoneração completa dos investimentos. Segundo, uma demanda para incorporar de fato aquela proposta que estava em estudo pelo Governo Federal, de no processo de criação do IVA federal e estadual conceder crédito para bens de uso e consumo, que são aqueles bens que hoje não geram crédito, são comprados pelas empresas que não geram crédito. Por exemplo, telecomunicações. Uma despesa de telecomunicações numa empresa não gera créditos para aquela empresa, embora seja um custo necessário para a operação da empresa.

E finalmente uma demanda muito grande para resolver o problema de acúmulo de créditos dos tributos federais e estaduais principalmente dos exportadores. Um outro tema que apareceu na discussão com o setor empresarial foi o tema da carga tributária. Há uma preocupação muito grande do setor empresarial em estabelecer limites em que a reforma não leve ao aumento da carga tributária. Existe e nós deixamos claro isso nas discussões, existe um compromisso do Governo Federal de que na transição não ocorra aumento da carga tributária. Existe esse compromisso de fazer com que na transição, tanto do IVA federal quanto do IVA estadual, na criação de tributos, na mudança, adoção de novas alíquotas não haja aumento de carga tributária, mas nós não aceitamos a colocação de limites rígidos à carga tributária porque isso, na verdade, pode trazer uma grande irracionalidade à gestão da política fiscal. Porque com limites rígidos você tem, por exemplo, algumas receitas que são procíclicas. Só, por exemplo, Imposto de Renda de pessoa jurídica. É claramente procíclico. Quando a economia cresce, ele tende a crescer mais do que a economia. Quando a economia desacelera, tende a cair mais que a economia. Se você pega um ano de crescimento bom e você compensa aquele aumento reduzindo tributos porque tem um limite para a carga tributária, vem em seguida um ano ruim e você não tem como recuperar aquela receita básica que você já tinha antes.

Então, obviamente existe aí uma preocupação grande com relação a esse tipo de proposta de colocar limites rígidos à carga tributária, mas existe sim um compromisso de na transição da Reforma Tributária não haver aumento de arrecadação. Essa preocupação é clara e o compromisso foi assumido pelo Governo Federal.

Bom, feitas então a partir desse amplo conjunto de discussões, qual é o desenho que está sendo proposto hoje para a proposta de Reforma Tributária a partir dessas discussões? Primeiro, a substituição dos tributos sobre bens e serviços ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS, na verdade, faltou aí o ISS, por dois impostos sobre valor adicional. O IVA estadual e o IVA federal e um imposto municipal sobre vendas a varejo. E aqui quero deixar claro, não está fechado ainda, mas muito provavelmente no desenho da Reforma Tributária nós vamos estar colocando como o fato gerador dos três tributos o mesmo. Nós vamos estar colocando a mesma definição para o fato gerador dos três tributos. Apenas estaremos colocando que o IVA federal será regulamentado por legislação facilidade, o IVA estadual por uma Lei Complementar e aqui vou falar depois com legislação unificada, e o IVV ele terá uma incidência restrita a venda para consumidores finais. Mas é a mesma base. E, portanto, embora nesse momento não seja possível e politicamente a discussão acabou levando a proposta com três tributos, nós estamos criando a possibilidade que no futuro se quiser possa se discutir a unificação desses tributos e a racionalização no sistema tributário brasileiro. Estaremos dando grande transparência também na incidência tributária com o desenho que está sendo proposto. Neste desenho o IVA estadual vai observar o princípio do destino e a proposta do Governo Federal que seja destino público. Ou seja, o imposto nas transições interestaduais vai ser apropriado pelo estado de destino da mercadoria. Obviamente depois de uma transição. Isso não é imediato, é após uma transição. As alíquotas seriam fixadas. No caso o IVA federal por Lei Federal, no caso do IVA estadual ele seria a legislação seria uma Lei Complementar única, um regulamento único para o imposto seria definido pelo CONFAZ, e as alíquotas, a locação das alíquotas do tributo seria proposta pelo CONFAZ e aprovada pelo Senado Federal. Ou seja, e a idéia é ter uma única grade de alíquotas exceto para um conjunto de bens e serviços que poderão ter a variação dentro de uma faixa predeterminada de alíquotas. Em princípio, numa Lei Complementar. Nós não queremos colocar na Constituição esses limites. Cinco produtos, não. Queremos deixar isso para ser discutido racionalmente dentro da Lei Complementar. Mas é um número limitado de produtos que teriam uma faixa de variação. E dentro dessa faixa, os Estados por lei estadual poderiam fixar as alíquotas.

O imposto sobre vendas a varejo ele teria uma alíquota nacional uniforme em princípio de 1,5%. A nossa idéia estamos nós vendo agora tecnicamente se ela é viável, mas a idéia em princípio é quando houver incidência do IVV a alíquota do IVA federal seria reduzida na mesma proporção. De forma que a incidência, tanto nas vendas para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas tivesse a mesma alíquota efetivamente de tributos indiretos. Então estaríamos fazendo a compensação dentro da alíquota do IVA federal. Estaremos dando autonomia para os Municípios que quiserem cobrar o tributo que possam elevar ou reduzir em um ponto percentual a alíquota do imposto sobre vendas a varejo, e efetivamente ao fazer o modelo em que a base é a mesma, efetivamente a mesma do IVA federal no caso do IVV, nós estaríamos dando a possibilidade para aqueles Municípios que não têm estrutura de arrecadação para que eles possam conveniar com o Governo Federal para que o Governo Federal possa arrecadar o IVV e transferir para os Municípios. Ou seja, aqueles Municípios que não tem estrutura de fiscalização e não desejam eles cobrar o tributo, como a base é exatamente a mesma

do IVA federal, obviamente nós teríamos possibilidade de nesses casos cobrar o IVV e transferir para os Municípios simplificando bastante, reduzindo custos para os Municípios e preservando a sua arrecadação. Esse é o modelo que está sendo proposto.

Com relação ao IVV então que acho que é uma novidade dentro do modelo em relação à última reunião que vim aqui, foram feitas algumas hipóteses. Foi feito um grande trabalho para tentar calcular qual seria o impacto para transição do IVV. Nós fizemos uma metodologia conservadora, quero dizer aqui que isso é conservador. Isso daqui é uma base conservadora de incidência. A base de consumos, são todos valores de 2005, a base de consumo sob o qual haveria incidência seria de quase 800 bilhões de reais. E nós trabalhamos com uma amostra de basicamente 90% desse total. Ou seja, nós trabalhamos com amostra de 2.500 e poucos Municípios que representa 90% da arrecadação da base de consumo total. A arrecadação do ISS em 2005 foi 3,2 bilhões. A alíquota do IVV que permitiria repor exatamente a arrecadação do ISS seria de 1,7%. E aqui nós temos, quanto seria a arrecadação do IVV para diversas hipóteses de alíquota do IVV. Como eu disse, na negociação com os Municípios foi... Nós assumimos... na criação do IVV nós teremos assumido dois compromissos. Um compromisso é de que a transição seria neutra em termos de carga tributária. Ou seja, não haveria aumento nem redução da carga tributária com a criação do IVV. O segundo compromisso é de que nenhum Município vai perder com a criação do IVV. Ou seja, todos aqueles Municípios que arrecadam mais com ISS do que com IVV seriam recompensados através de transferências federais. Então a partir desses princípios nós montamos algumas estimativas de qual seria o custo para o Governo Federal resultante da transição do ISS para o IVV para diversas hipóteses de alíquota do IVV. O que são essas duas colunas? Aqui são as alíquotas, aqui seria o custo de compensação dos Municípios. Ou seja, seria o quanto o Governo Federal teria que transferir de recursos para Municípios cuja arrecadação de ISS é superior à arrecadação de IVV. Então obviamente é um valor cadente quanto maior a alíquota de IVV menor o custo de compensação para o Governo Federal.

Por outro lado, nós temos, como eu falei, o compromisso é de que a transição seja neutra em termos de arrecadação. Ou seja, para alíquotas baixas de IVV haveria possibilidade de ampliar exatamente na mesma proporção daquilo que está sendo, da diferença entre arrecadação de ISS e arrecadação de IVV a Receita Federal, e obviamente para alíquotas altas de IVV a União teria que reduzir a sua receita para poder manter a carga tributária, alíquota alta de IVV, arrecadação de IVV é superior a de ISS. E, portanto, a União teria que reduzir a sua arrecadação para manter a carga tributária neutra. E aqui é o custo fiscal total, a soma das duas colunas para a União de diferentes hipóteses de criação de IVV, como eu falei a preços de 2005. A nossa proposta que foi aceitas pelas unidades municipalistas seria trabalhar com alíquota de 1,5% de IVV e isso tem um custo de dois bilhões e 200 milhões de reais a preços de 2005 para a União. Foi essa a proposta que foi colocada dentro desse modelo e isso foi aceito pelos Municípios.

Bom, com relação aos novos IVAS. Isso já estava na proposta original. Vão ser não cumulativo pelo sistema de débito e crédito. Ou seja, o modelo para IVAS é modelo do ICMS. Nós vamos estar após uma transição garantindo o crédito integral para bens de capitais e bens de uso de consumo. Ou seja, desoneração completa do investimento e a geração de créditos para bens de uso consumo. E esse foi um ponto aceito pelos Estados na proposta de Reforma Tributária que eles apresentaram. Obviamente a guerra fiscal acaba por definição no modelo porque tanto pelo fato de que você a transição para o destino, ou seja, a tributação é no destino, não se tributa mais a produção, se tributa o consumo. E, portanto, isso fecha o espaço para a guerra fiscal. E ao mesmo tempo a legislação unificada de ICMS também fecha o espaço para a guerra fiscal.

Então, efetivamente a proposta na forma como está feita ela fecha totalmente após o prazo de transição o espaço para a guerra fiscal. E estamos trabalhando e discutindo agora, estaremos discutindo ainda com os Governadores a proposta de aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional. Como eu disse, foi feita uma proposta, foi apresentada, os Governadores acharam que seria preciso algo pouco diferente do que aquele que foi apresentado e é isso que nós estamos trabalhando agora para apresentar para eles.

Bom, o IVA estadual teria uma base ampla, com todos os serviços incorporados na base, inclusive serviços passarão a gerar crédito de ICMS. Ou seja, serviços que são consumidos por empresas gerarão créditos no IVA estadual. E um ponto que era importante desde o começo da discussão embora a tributação seja apropriada no Estado de destino, a proposta é de que nas operações interestaduais o imposto seja integralmente tributado no Estado de origem. No modelo original, que era do IVA dual, a nossa proposta era fazer isso através daquilo que nós chamamos de barquinho, ou seja, aquilo que não é cobrado no IVA estadual seria cobrado no IVA federal.

No modelo de dois IVAs, o modelo do barquinho não é possível. Ele não é factível. E esse um dos

pontos que avançou na discussão, não apenas com os Estados, mas também com o grupo de técnicos e houve discussões importantes com técnicos, inclusive com a participação do José Roberto Afonso que está aqui, sobre essa questão. Nessa discussão chegou-se à conclusão que o melhor modelo para fazer a tributação na origem e a apropriação do Estado de destino seria o modelo de Câmara de compensação entre os Estados. Provavelmente na Emenda Constitucional nós estaremos colocando uma redação mais genérica que permite esse modelo. Nós não vamos criar uma raiz direta na Constituição, mas nós vamos colocar uma redação genérica que permite uma Lei Complementar estabelecer sistema de Câmara de compensação entre os Estados. Inclusive provavelmente estaremos propondo durante a transição que já se permita um uso de uma Câmara de Compensação como essa para que os Estados caso possam se beneficiar da redução da alíquota ICMS.

Bom, com relação à transição, a idéia em princípio, supondo que a Emenda Constitucional seja aprovada em 2008 que acho que é algo factível, enviando-se agora nas próximas semanas o projeto, o IVA federal iniciaria a sua vigência provavelmente em 2010, e para o IVA estadual, o IVV, tem duas alternativas que estão sendo consideradas fase agora que estamos na fase final de definição. Quero deixar claro que os dois seriam criados ao mesmo tempo. Na hora que criar o IVA estadual, cria o IVV. A idéia é criar os dois ao mesmo tempo. Primeiro, criar o IVA federal, alguns anos depois ou poucos anos depois criaria o IVA estadual e o IVV e a partir daí se reduziria progressivamente as alíquotas no IVA estadual. A segunda alternativa que está sendo considerada é fazer a redução das alíquotas da origem no próprio ICMS e fazer a criação do IVA estadual e do IVV apenas ao final do processo. Aqui nós temos... Qual é a grande diferença entre o dois? Vou ser bem claro. Nesse modelo provavelmente seria necessário você arbitrar como é que vai se dar a convalidação dos benefícios da guerra fiscal, nesse modelo isso não é necessário. Você pode deixar, a guerra fiscal continuaria como existe no ICMS, mas ela acabaria por definição com a transição para o destino.

Bom, um ponto importante é que a Reforma Tributária, como eu disse, por isso que eu abri com aquela apresentação dizendo qual é o objetivo da Reforma Tributária, ela não tem como objetivo resolver todas as questões federativas. A Reforma Tributária tem como objetivo aperfeiçoar o sistema de tributos indiretos no País. Mas ela abre o espaço inevitavelmente o espaço de discussão de algumas questões federativas. Uma delas é essa proposta que já estava na proposta original do Governo de ampliar a base de receita partilhadas com Estados e Municípios de modo a incluir todos os tributos federais, exceto a contribuição previdenciária sobre folha e os tributos de natureza regulatória.

Então, existe essa proposta, já tinha no início na proposta original do Governo, os Estados concordaram com a proposta, incluíram isso dentro do modelo deles, a idéia como eu já disse, não é aumentar o valor transferido para os Estados e Municípios, mas sim melhorar a qualidade das relações federativas, tirando de discussão aquelas situações em que a União... Em que se acusa a União de só aumentar tributos não partilhados e reduzir tributos partilhadas. A idéia é que tenha uma base ampla para a partilha com Estados e Municípios essencialmente Imposto de Renda, o IVA federal e a própria CPMF. É esta é a base principal que nós estamos falando. Porque imposto de exportação e importação IOF que são tributos, que tem uma arrecadação pequena, mas que são de natureza regulatória, não estariam entrando porque esses têm que ter liberdade de subir e baixar alíquota com base em política econômica. Com motivos de política econômica. Como se propõe base de partilha, isso já estava na proposta original, a integração da contribuição social sobre o lucro ao Imposto de Renda de pessoa jurídica, portanto mais uma simplificação dentro do modelo tributário e estamos aceitando as propostas dos Municípios de desconstitucionalização do critério de partilha do ICMS.

Bom, o fato de que o enfoque federativo da Reforma Tributária ele é limitado a algumas questões, e eu diria, são essas duas mais a política de desenvolvimento regional. São aquelas duas, quer dizer, ampliação da base de partilha, política de desenvolvimento regional e desconstitucionalização dos critérios de partilha do ICMS. Isso não significa que nós não achamos importante fazer uma discussão mais ampla da questão federativa. Nós achamos importante e já colocamos para os Estados e Municípios que uma vez enviado o projeto para o Congresso Nacional nós vamos abrir uma discussão com ele sobre a questão federativa, mas não queremos fazer tudo no mesmo projeto. Por quê? Porque essa é uma discussão muito complexa, praticamente inviabilizaria o envio do projeto nesse ano talvez até no próximo ano pela complexidade da questão, mas achamos uma questão extremamente importante e esperamos abrir essa discussão e contamos, se possível, com a participação também do Congresso Nacional mesmo na fase preliminar dessa discussão sobre a questão federativa, e eu acho que há avanços importantes a serem feitos. Mas não queremos fazer tudo na Reforma Tributária porque senão nós vamos criar um conjunto tão complexo de questões que não aprovaremos nunca a Reforma Tributária.

Bom, e aqui é aquilo que já estava na coisa. Por que é que nós nesse momento acreditamos que a proposta de Reforma Tributária, que já vem sendo discutida desde 95, nós sabemos disso. Por que é que nós acreditamos que tem mais chance de ser aprovada agora? Isso já estava na apresentação anterior. Uma é em função do avanço na integração dos fiscos, do sistema público [ininteligível] digital e a nota fiscal eletrônica, e acho que aí o Secretário Rachid pode falar disso em seguida, porque é ele que toca essa parte, não sou eu. Mas ele, isso aqui permite fazer cálculo de ganhadores e perdedores com clareza, permite criar uma câmara que evita o acúmulo de créditos de tributos federais e estaduais pelas empresas, e, portanto, isso tem um valor bastante grande para viabilizar a Reforma Tributária.

Segundo, aquilo que já é muito conhecido que eu falei da última vez, não vou entrar em detalhes, nós estamos claramente vencendo o momento de esgotamento da guerra fiscal. A situação é muito complicada, a contra guerra fiscal, além da guerra fiscal nós estamos tendo muito movimento contra a guerra fiscal, muita glosa de crédito por Estado levando a enormes contenciosos com as empresas, os Estados mais envolvidos praticando guerra fiscal, essa é a realidade hoje, e uma novidade, o Supremo Tribunal Federal tem agora de forma bastante recorrente tomado decisões contrárias a benefícios concedidos ilegalmente no bojo da guerra fiscal. E isso tem gerado insegurança inclusive para os próprios Estados. Há decisões no Supremo Tribunal Federal obrigando os Estados a cobrar retroativamente o imposto que eles não cobraram por conta de benefícios que já foram concedidos. E, portanto, não temos apenas insegurança em relação ao futuro, nós temos insegurança também hoje em relação ao passado. E isso criou um ambiente favorável a uma discussão mais profunda da guerra fiscal, e por isso que os Estados chegaram bastante próximos de fechar um acordo para acabar com a guerra fiscal. E obviamente isso ajuda acredito eu a discussão.

E finalmente um ambiente de crescimento econômico e a própria redução da sonegação que é conseqüência da nota fiscal eletrônica e do próprio desenho da Reforma Tributária que ajudam a fechar a conta. Nós sabemos, queria deixar isso claro, a Reforma Tributária tem um custo, o Governo Federal está disposto a assumir esse custo, obviamente tem limites, mas estamos dispostos a assumir esse custo e acho que nós entendemos que isso ajuda a fechar a equação política que viabiliza a aprovação da Reforma Tributária. Efeito. O efeito final é claramente a correção de distorções que prejudicam o crescimento do País. Nós estamos falando em mudanças sensíveis no potencial de crescimento do País em função das mudanças da Reforma Tributária. E é um dos motivos a mais pelos quais nós aceitamos assumir os custos porque sabemos que a longo prazo vamos recuperar isso com crescimento econômico maior.

Acho que é basicamente isso. Acho que o Secretário Rachid pode detalhar a questão da nota fiscal eletrônica, mas essa é a situação atual da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Secretário Bernard Appy pela sua importante explanação. E eu passo a palavra agora ao Secretário da Receita Federal do Brasil, o famoso leão, Sr. Jorge Rachid.

SR. JORGE RACHID: Boa noite a todos. Sr. Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, Senador Tasso Jereissati, meus cumprimentos. Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, cumprimento. Cumprimento a todos os Senadores aqui presentes. Senhoras e senhores.

Só complementando a exposição do Secretário Bernard Appy, esse trabalho, essa questão, essa evolução que nós estamos na mudança do sistema tributário, ele vem de algum tempo como o Secretário Bernard colocou. E eu destaco exatamente dois dispositivos que foram tratados aqui na Emenda Constitucional 42, aprovado aqui na Emenda Constitucional 42. Diz respeito um da integração dos fiscos, o art. 37, e o outro do próprio Simples Nacional do tratamento tributário favorecido. A Reforma Tributária é um processo. E esse processo estamos avançando. Cito o Simples pelo fato de que uma vez aprovado aqui tanto a União como os Estados como os Municípios abriram mão da sua autonomia criando uma única legislação. E está aí agora posta depois de seis meses. E esse outro ponto diz respeito à integração dos fiscos, onde fala em compartilhamento de informações entre as administrações tributárias da União, Estados e Municípios, inclusive de cadastros. É nesse sentido que essa próxima etapa da Reforma Tributária, a proposta que está sendo debatida dentro do Governo e trazendo aos senhores aqui, diz respeito à integração dos cadastros, cadastro sincronizado, isso vem facilitar a vida do contribuinte, e da própria redução de custo da própria administração tributária. Hoje nós temos dez unidades, aproximadamente dez unidades já operando com cadastro sincronizado. Aqui no Brasil temos mais cinco para os próximos 30 dias entre Estados e Municípios para aderirem ao sistema, nós estamos falando o contribuinte que queira se regularizar ele vem numa única entrada resolve o problema em relação ao fisco federal, estadual e municipal, e o sistema público de escrituração digital expede que está incluído aí num subprograma que é a nota fiscal eletrônica. Uma nota

fiscal eletrônica que já é uma realidade, não é um..., é um projeto que estamos caminhando para um piloto onde há já uma obrigatoriedade a partir de abril do próximo ano determinados setores já aderirem a essa nota fiscal eletrônica, nós teremos no próximo período estamos falando em cigarros e combustíveis. Mas, nós estamos trabalhando com outros setores na busca da sua ampliação. Hoje nós temos 39 empresas nesse projeto. Por enquanto não obrigatório, por enquanto nos ajudando a elaborar essa especificação, enfim, da nota fiscal eletrônica.

O sistema público de escrituração digital é mais amplo. Ele engloba contabilidade, a escrituração contábil digital, engloba a escrituração fiscal e digital. E no conceito da contabilidade nós temos deste sistema público, nesse projeto, já inserido o Banco Central, a CVM, a SUSEP, demais organismos que controlam, que regulam setores econômicos. Na escrituração contábil, por exemplo, nós temos a maior instituição financeira do Brasil, o Banco do Brasil já nesse projeto, já operando com a escrituração contábil. Ainda não obrigatória, mas participando do piloto. A escrituração fiscal a expectativa é que ela entre também no próximo ano. Isso implica senhores redução de custos para o contribuinte, redução de custos para a administração tributária, enfim, é aquele dispositivo aprovado na Emenda 42. Tudo isso visando a melhoria do ambiente de negócio. Quando imaginar a nota fiscal eletrônica, nessa entrar por etapa evidentemente que nós temos que tratar com segurança, por etapa, por exemplo, além de outros setores poderia citar medicamentos, poderia citar bebidas, enfim, nós poderemos ter também as operações interestaduais. A partir do momento que nós entrarmos com essa base, nós teremos, nós, a União, Estados e Municípios, segurança no que diz respeito quanto se opera entre operações com mercadorias entre Estados. E aí teremos a verdadeira segurança em termos de se o próprio monitoramento do acompanhamento dos créditos junto aos exportadores, teremos a segurança o que é que o Estado está levando, está ganhando ou está perdendo numa operação interestadual. Então é esse mecanismo que estamos... Que irá permitir equalizar esses pontos que muitas vezes são pontos que um ou outro Estado, ou mesmo a União não se sente confortável em avançar. Então a idéia... Nós estamos falando em projetos já em funcionamento obrigatório no próximo ano, então nós teríamos mais dois anos para ter uma base para tomada de decisão, efetivamente, e aí estamos falando uma transição da Reforma Tributária que foi comentado.

Então esse é o ponto que eu gostaria de ressaltar que estamos tratando de elemento fundamental para a redução, melhoria do ambiente de negócio, redução da informalidade, redução do combate à sonegação, teremos total transparência, e redução de custo. Sr. Presidente, era o que eu gostaria de mencionar.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado pela explanação, Secretário Sr. Jorge Rachid, e gostaria de passar a palavra agora aos Srs. Senadores, antes agradecendo a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, cuja Comissão essa Subcomissão faz parte.

Eu passaria a palavra aos Senadores que queiram se manifestar. Algum Senador quer se manifestar? Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, queria apenas cumprimentar aos dois Secretários pelo trabalho apresentado. Acho que o desenho é muito bem feito. Eu tenho uma certa resistência a qualquer desconstitucionalização nos critérios de partilha. A experiência que nós tivemos na Constituição de 88 que deixamos 1/4 da arrecadação do ICM, a repartição, 1/4, a parcela repartida do ICM, 1/4 ficasse a disposição dos Governadores permitiu que praticamente os Municípios, alguns Municípios ficassem em situação bastante complexa. De modo que eu acho que o sistema de repartição, você nunca pode deixar os Estados na dependência da União e nem os Municípios na dependência do Estado. De modo que eu tenho alguma restrição à desconstitucionalização de qualquer critério de repartição. Acho que ali o problema dos Municípios do IVV é uma base muito ampliada, tenho que ver que é um custo... mas hoje com a nota fiscal eletrônica talvez as coisas fiquem mais fáceis. O problema seria medir a situação de alguns Municípios de... Das capitais, principalmente, pegar uma São Paulo, Rio de Janeiro, mesmo dentro de cada Estado as suas cidades maiores para verificar se o IVV podia compensar o imposto em serviço que hoje está dando uma arrecadação extremamente elevada.

A mudança dos critérios de arrecadação eu tenho algumas dúvidas, mas esse é um problema que vai ser discutido com os Municípios. Acho que a sistemática do ICMS do Secretário Bernard Appy, a distorção existe, como corrigir realmente é um problema complexo. Hoje com o deslocamento de grandes indústrias para as cidades pequenas você tem tido uma arrecadação grande dessas cidades pequenas em decorrência do deslocamento dessas indústrias para lá. O que gera situações como a que o senhor descreveu. Agora, como é que ficam algumas cidades grandes com a mudança desse critério? De modo que esse é um ponto que eu acho que terá que ser os aspectos federativos dessa repartição de arrecadação vão ter que ser discutidos nessas reuniões com Estados e Municípios,

mas eu acho que o desenho é muito bem elaborado, e espero que chegue aqui inclusive para a gente, no mesmo esquema do CPMF e como as concessões o Governo podia fazer em alguma legislação do CPMF para que pudesse ser aprovado como veio da Câmara como Emenda Constitucional, mas admitir que antecipadamente alguma desoneração legal. Por exemplo, aquele assunto que foi trazido aqui, uma Emenda desonerar o CPMF todas as contas cujo movimento fosse inferior a três salários mínimos, eu acho que seria um passo grande para quebrar a regressividade do CPMF que realmente atinge muito pessoas de baixa renda. Mas é aguardar o documento e cumprimentar os dois Secretários pelo trabalho, pela diretriz do trabalho anunciado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu vou passar a palavra para os Senadores e em seguida as observações serão respondidas para que possamos ganhar tempo. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, senhores expositores, realmente gostei do modelo. É a primeira vez que vejo. Acho que ele tem bons princípios, ele está bem distribuído e protege, atende os três entes federados. Evidentemente que o primeiro princípio é reduzir a carga tributária. Isso a gente vai ter que ver lá na frente, mas é absolutamente necessário que se consiga isso.

Segundo, distribuir melhor. Os Municípios são muito penalizados. Eu fui Prefeito três vezes. É muito difícil. E é ali que a gente está próximo das pessoas. Ali não é Relatório, é calor humano, é sofrimento, é esperança, é o Município que deve ser a unidade com mais presença e com mais... Ela tem maior atuação... Essa interação ela torna a política mais qualificada. Ela tem um resultado melhor, além do lado humano que dá um sentido diferente. Eu acho que simplificar o que está acontecendo aqui é também uma grande conquista.

Então, o meu elemento de defesa é não o fortalecimento dos Municípios, mas aproximar a prestação de serviço. Enquanto em Brasília as coisas são relatórios, independente do Governo que está aqui, lá no Município é o olhar, é o trabalho que se faz, é uma relação diferente. E os Municípios estão muito esvaziados. Eu não sei se esse número está certo, mas o que eu sei é que o Governo Federal fica com 65% do bolo da arrecadação, os Estados com alguma coisa em torno de 22 e os Municípios algo em torno de 13. É muito injusto. Esse processo está equivocado. Nós temos que realmente avançar. Mas evidentemente que a base da discussão está muito bem feita. Meus parabéns a vocês e torço para que a gente consiga avançar porque como já foi dito aqui são praticamente 15 anos de discussão. É muito tempo. Tem que chegar o momento em que as coisas aconteçam. Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Obrigado, Senador Colombo. Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, entendo ser extremamente oportuno, quero registrar, esse momento de permite trazer ao Senado Brasileiro as evoluções, o andamento que essa reforma que tanto preocupa e tanta expectativa cria da sociedade brasileira como um todo. Eu gostaria que os senhores entendessem, estou colocando ao lado dos privados porque assim me considero.

Havia entre os produtores brasileiros de modo geral, os empresários, os consumidores, os contribuintes brasileiros uma grande expectativa de que se usasse esse momento político, essa energia política que está, digamos assim, circulando em torno desta reforma, a discussão dessa reforma, no sentido de que até nós conseguíssemos diminuir essa carga tributária. Infelizmente nós perdemos essa esperança completamente, até que muito recentemente a declaração do nosso Presidente que é a maneira que ele tinha identificado para dar um choque de gestão seria a contratação de mais gente, mais funcionários. Isso tira completamente a esperança, a expectativa de que isso venha acontecer. Quero só chamar atenção da repercussão pedagógica que essa declaração do Presidente pode ter nos Estados e nos Municípios. Imagina o Estado do Alagoas, por exemplo, meu Estado que vive uma crise imensa, entender que o Presidente está com a razão e a maneira de resolver o seu problema é contratar mais funcionário público. Se os Municípios do meu Estado resolverem fazer a mesma coisa. Então acho que o procedimento, a declaração do Presidente ela foi infeliz nesse sentido, no sentido de que pedagogicamente ele vai deflagrar uma série de conseqüências que eu diria são nove milhões de funcionários públicos no Brasil. Isso pode crescer de maneira significativa.

Então, não havendo nenhuma esperança de que haja uma diminuição da carga tributária no Brasil em função não só desse fato, mas de tantos outros, e os senhores aqui foram muito claro que o objetivo é outro, o objetivo é manter pelo menos sustentar aos níveis de carga tributária hoje existente, começa também haver da parte daqueles da qual eu faço parte algumas preocupações. Essa disputa entre os entes federativos e que deve ter mais para União, a União vai abrir mão para o Estado, o Estado para o Município. Isso preocupa muito nós outros que fazemos parte da outra banda da Mesa de que em não havendo um consenso e a conta não fechando, digamos assim, o contribuinte

seja convidado de novo a dar uma parcela maior de participação no processo. Ou seja, é a lei do menor esforço. Quando não dá para fechar a conta, paciência. Aí vamos ver quem é que pode pagar a conta e normalmente quem paga a conta é o contribuinte.

Então aí está uma das preocupações nossa no sentido de que nem a manutenção da carga tributária seja possível em função dessa questão que vai ser discutida muito claramente, tivemos uma participação aqui na Sessão onde os Secretários de Estado estavam presentes de todo o Brasil, pelo menos todas as regiões, e a gente lutou claramente. A ansiedade, a preocupação de dividir melhor o bolo. E nós entendemos que o bolo não está atendendo a União, não está atendendo os Estados e não está atendendo o Município. Então resta a preocupação para que isso venha acontecer. Uma outra preocupação é que de vez em quando acontece alguns fatos como se disse naquele dia aqui o diabo mora no detalhe. Muito repetida essa frase aqui. E é verdade. Nós temos às vezes uma certa ilusão, uma expectativa que é criada por alguma atitude. E eu gostaria apenas de lembrar e citar como exemplo o que aconteceu com o PIS/COFINS há dois anos atrás. O PIS/COFINS foi enunciado que haveria, digamos assim, a não admissão da cumulatividade desses impostos e foi feito para evitar isso um aumento significativo dos impostos na ponta, no produto final. E aconteceu o seguinte fato. Por exemplo, uma atividade que eu conheço mais ou menos que é uma agroindústria. Nós temos um COFINS de 0,65% que passou para 1.65... Aliás, um PIS. Tínhamos um COFINS de 3% que passou para 7.6. Mas se dizia. Não, não é 1.65, você vai trazer os créditos de lá pra cá e o COFINS também não será 7.6 porque nós vamos utilizar os créditos. Acontece que a maioria desses créditos é glosada pela Receita Federal. Então esse número, a realidade é o seguinte, número que era 3% passou na verdade para 6.2, 6.3. Porque não é possível compensar os créditos porque existe uma atitude, uma disposição da Receita Federal de evitar, de glosar a grande maioria dos créditos que se usado, aí sim faria com que houvesse uma neutralidade, uma neutralização desses efeitos do aumento na ponta do PIS e do COFINS. Então é um ponto que nos preocupa. Perdemos a esperança totalmente de uma redução importante. A carga tributária de um lado, temos ainda a preocupação de que haja, sim, uma não manutenção da atual carga tributária por essas razões que foram citadas. Então são as coisas que nos preocupa muito assim particularmente. Eu gostaria de fazer apenas mais uma consideração rápida sobre a questão da guerra fiscal. Eu não gosto muito desse termo. Acho que ele é muito pejorativo. Acho que essa guerra fiscal foi criada porque só sobrou aos Estados pobres do Brasil a única opção que sobrou para tentar ser menos diferente do que os Estados ricos foi a chamada de uma maneira errada a chamada guerra fiscal. Nós temos só quem não conhece, coitado nós do Estado de Alagoas e Ribeirão Preto, em São Paulo, é que não podem entender o esforço que foi feito pelo Estados nordestinos, pelo Estado do norte do País, no sentido de tentar atrair de qualquer maneira qualquer custo umas atividades econômicas para aquela região. Falta estrutura, falta um mercado. Mercado de uma região que tem um PIB per capita metade de um PIB per capita do centro-sul e ter um tamanho... Além de ter um PIB menor, tem o tamanho de economia muito menor. Então isso é uma questão que eu acho que é importante levar em consideração. Daí porque a resistência muito contundente desses Estados porque eles sabem disso. Nós e Ribeirão Preto são duas coisas muito diferente. Sabem por exemplo que o agreste nordestino, que a Região Amazônica é muito diferente, por exemplo, do Triângulo Mineiro. As coisas são muito diferentes. Tamanho do mercado, infra-estrutura, qualidade de solo, facilidade, clima, só falando essa área de agricultura. Sem considerar os fatos que também envolvem a questão industrial.

Então eu gostaria de trazer aqui duas questão para a nossa reflexão. A primeira essa preocupação de que a carga tributária não fique onde está. Desejo a expectativa era que ela diminuísse. Mas o nosso receio atual é que ela não fique no Estado. E a segunda tentar explicar um pouco essa reação do Secretário lá do Ceará, do Presidente Tasso, lá do Estado de Alagoas, de Sergipe, não é que eles não concordam, não entendam. Mas que é desesperadamente importante ter um programa que compense essa desigualdade regional. Uma das coisas que o Governo está oferecendo é a questão do plano de investimento, plano que ele chama de...

Uma outra preocupação nossa é que esses recursos eles irão para o setor público. Fundamentalmente para o setor público. O outro modelo ele ia para o setor privado. E eu com toda honestidade, com toda sinceridade, acho que os recursos na mão do setor privado é mais eficiente que na mão do setor público. Eram esses dois pontos que eu gostaria de pedir uma reflexão sobre eles. Mas registrar que entre a última reunião que aqui tivemos com o Dr. Appy e hoje, de fato houve um trabalho muito grande, uma preocupação, um esforço muito grande dos senhores no sentido de criar alguma coisa que seja viável e importante para o País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu quero me congratular com os expositores, o Dr. Bernard Appy, o Dr. Rachid, e a minha preocupação era saber o que é que pegou mesmo com relação à guerra fiscal. Porque na sua exposição o senhor chegou a dizer que quase, quase houve o consenso. E terminou não ocorrendo. Esse ponto aí entre o quase e o consenso, o que é que houve aí? Era essa uma pergunta que eu queria fazer. E depois, porque se fala muito aqui em aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional. E isso foi discutido com os Governadores. Eu queria saber quais os principais pontos, se há algum fato novo com relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Senador Garibaldi. Último Senador, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria em primeiro lugar parabenizar a Subcomissão pelo trabalho que vem fazendo. Acho que esse trabalho está permitindo ao Senado retomar o debate da Reforma Tributária, eu quero lembrar que nós apresentamos uma proposta aqui. Rachid e Bernard Appy participaram daquelas negociações e que acabou não sendo levada adiante na Câmara por um conjunto de resistências e que nós não podemos repetir essa experiência. Então acho que a Subcomissão traz de volta essa memória. Ela tem hoje uma Assessoria bastante qualificada nessa matéria, José Roberto Afonso tem uma história importante nessa matéria tributária fiscal, e que eu vejo que nós temos agora, quer dizer o desenho de uma proposta já próximo ao encaminhamento do Governo e que permite aprofundar essa interlocução e começamos desde agora uma negociação substantiva. O que é que eu acho que é o avanço que foi apresentado? O avanço é primeiro, não adianta pensar uma Reforma Tributária a partir só dos princípios, simplificação, desoneração, desburocratização, neutralidade, quer dizer, nós já definimos esses princípios lá atrás e não conseguimos aprovar uma Reforma Tributária. E as resistências são muito fortes. Primeiro da máquina pública. Aí eu incluo Secretários de Fazenda municipal estadual e federal que não querem nenhum correr nenhum risco em termos de receita, depois os empresários que foram beneficiados pela guerra fiscal, terceiro, a resistência em qualquer alteração que interfira na distribuição atual dos recursos. É um jogo bastante complexo de ser administrado. O que é que eu acho que avançou? Primeiro, acho que essa proposta tem mais realismo político. Ao desenhar a idéia da... Porque a idéia da construção do IVA, por sinal Estados Unidos, União Européia, Japão já resolveram isso historicamente há muitos e muitos anos, nós estamos muito atrasados na construção do IVA, nós no projeto do Senado nós desenhamos uma estratégia de construção do IVA. Acho que aqui está mais bem construído a possibilidade de você definir a mesma base de tributação, o mesmo fato gerador, uma legislação comum para os Estados que diminui todo aquele problema que nós tínhamos como é que nós vamos resolver a insegurança dos Estados, do IVA passar pela União, os Senadores não aceitavam esse caminho, e o IVA federal e o IVV municipal. Nós estamos construindo aí um caminho que sólido, de poder mais adiante ter verdadeiramente o IVA conclusivo no Brasil. Mas me parece realista e correto. Segundo, a idéia que a implantação da Reforma Tributária é um processo. Não é o dia D. É o processo. São etapas. Se não houver esse conceito de processo de etapas de implantação, que nós também já tínhamos desenhado no Senado, a nossa estratégia era construir o IVA em sete anos, se não tivermos essa definição, eu acho que também nós não avançaremos. Acho que o outro desafio fundamental é superar um debate sobre CPMF que não pode ser uma discussão plebiscitária sim ou não. Essa discussão da CPMF tem que verdadeiramente abrir a porta, e uma porta consistente, viável da Reforma Tributária no Brasil. Ela tem que construir esse pacto em torno da Reforma Tributária. Particularmente no Senado isso no meu ponto de vista é indispensável. É vital para que possa avançar a Reforma Tributária. Com as dificuldades do fato que nós construímos alguns entendimentos no Senado que não foram levados adiante, e que evidentemente cria resistências a outros entendimentos. Mas, eu evidentemente quero realmente partir do pressuposto que é possível, que é indispensável fazer uma Reforma Tributária, e que nós avançamos bastante dessa discussão, inclusive identificando as resistências e buscando construir saídas viáveis para essa discussão. Eu estou entre os que consideram que há espaço para a redução de carga tributária no Brasil. Acho que o espaço não é o espaço talvez de uma CPMF. Mas tem espaço. E esse espaço precisa ser melhor discutido. No meu ponto de vista eu estou totalmente de acordo com a desoneração do investimento, eu acho que isso gera desenvolvimento sustentável, isso gera produtividade, isso gera inovação tecnológica, isso gera emprego, riqueza... Portanto, eu diria um dos grandes objetos da desoneração, tem que ter investimento, mas falta nessa discussão a folha de pagamento. Não há nenhuma menção à desoneração de folha de pagamento. E folha de pagamento é fundamental pra atingir aquele objetivo de reduzir a informalidade. Porque se nós

quisermos atingir a informalidade nós vamos ter que desonerar a folha. A desoneração da folha junto com a desoneração do investimento é o que gera uma sinergia positiva em torno do desenvolvimento, inclusão social, empregabilidade.

Portanto acho que o foco da desoneração deveria ser investimento e folha. Não há nenhuma menção em relação à discussão da folha de pagamentos, que eu acho que nós deveríamos retomar esse debate.

Mas eu realmente quero parabenizar o trabalho, acho que tanto a Receita como o Bernard Appy que vem trabalhando anos para tentar construir. Esse diálogo com CONFAZ, Governadores, associações de entidades municipais, Subcomissão da Reforma Tributária, o conceito de desenvolvimento econômico social ACHO vai criando uma base sólida para que a gente possa começar uma renegociação e realmente apresentar um projeto que tenha viabilidade política, econômica e técnica para a Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, nadar Mercadante. Presidente da CAE. Antes de passar a palavra ao Bernard Appy e Sr. Jorge Rachid--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Posso pedir pela ordem?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só para saber quando o senhor vai fazer a resposta, se os Estados importadores concordaram com aquela sistemática de recolhimento integral do ICM, no Estado exportador e depois a Câmara de compensação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou pedir licença, tenho mais uma reunião ainda agora, eu queria só propor, já tinha conversado com o Presidente Tasso Jereissati, de nós realizarmos essa audiência na CAE com todos os Senadores e do projeto da Subcomissão. E fazemos dois momentos. Da síntese do trabalho da Subcomissão, nós fazemos duas Audiências Públicas na CAE para discutir Reforma Tributária e aí assim que o Senador Tasso Jereissati concluir aí os entendimentos, nós faremos uma nova audiência para abrir essa discussão com todos os Senadores da CAE que eu acho que a Subcomissão tem uma grande contribuição. Agora fazer essa passagem para que a Comissão toda e depois o Plenário possa se engajar nesse debate. Queria parabenizar e pedir desculpa, eu tenho uma reunião e já estou atrasado. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dr. Bernard Appy com a palavra para suas considerações sobre as perguntas colocadas, as colocações dos Srs. Senadores.

SR. BERNARD APPY: Bom, antes de mais nada queria dizer que a qualidade das perguntas foi extremamente positiva. Muito... Acho que todas as perguntas são bastante pertinentes e relevantes para a discussão. O que demonstra de fato que acho que há uma grande dedicação dessa Comissão às questões da Reforma Tributária.

Bom, primeiro as questões do Senador Dornelles. Primeiro, uma pergunta com relação a essa questão da desconstitucionalização dos critérios de partilha de ICMS e pergunta como é que ficam as grandes cidades. Eu queria dizer, Senador, dois pontos aqui que são importantes. Primeiro ponto, as grandes cidades têm uma grande base de produção, mas tem também uma grande base de consumo. E, por exemplo, e normalmente tem uma grande população. Se o critério migrar de produção para consumo, população, nós não estamos querendo entrar nesse momento em discussão de qual seria o critério ideal, mas se ele migrar para esses critérios, em parte, acho que uma parte vai acabar continuar sendo ainda o próprio valor adicionado, mas se migrar para esses outros critérios, eu acho que as grandes cidades estariam contempladas. Sendo que tem um ponto a mais que acho que é relevante aí, que nós estamos falando agora, tratando da incorporação da base de serviços ao IVA estadual. E a incorporação da base de serviços amplia a parcela do valor adicionado das grandes cidades aonde os serviços são relevantes. Então acho que não existe... E volto a falar que não existe transição rápida para essa questão. Acho que a transição tem que ser longa. Nós consideramos a possibilidade de colocar já na Constituição quais seriam os novos critérios. O que seria um critério mais justo, qual seria a transição. O problema é que o ideal aqui seria fazer isso em acordo com os próprios Municípios e os Municípios acharam que era melhor fazer isso numa legislação complementar. Mas acho que existe essa preocupação. Acho que nós vamos ter que fazer bastante conta até chegar para ter um critério que seja o adequado, mas acho que essa é uma... é um ponto que precisa ser corrigido que de fato existem hoje distorções relevantes na forma de distribuição do ICMS. De fato, se sobrar receita é algo que não condiz com a realidade fiscal do País e é o que ocorre hoje com os critérios de partilha que nós temos. Cidades onde sobra receita. Que é algo que é realmente algo a ser considerado.

Com relação à questão do IVV e o ISS, Senador, existe... Nós colocamos aqui claramente. A nossa proposta não é ter uma alíquota de IVV que compense arrecadação de ISS em todas as cidades. De fato os grandes Municípios tendem a ter uma arrecadação de ISS maior do que essa alíquota de [ininteligível] do IVV que nós colocamos, mas há claramente compromisso do Governo Federal de compensá-los através

de transferências de forma a garantir, e aqui posso lhe dar segurança, não haverá perda de receita para nenhum Município com a transição, inclusive os grandes Municípios. E isso foi colocado de forma bastante clara na discussão que foi feita com todas as entidades municipalistas. E acredito eu que de forma convincente, senão provavelmente nós não teríamos obtido o apoio que obtivemos das entidades municipalistas para a proposta que foi feita.

Finalmente, com relação à sua pergunta sobre se os Estados concordam com recolhimento integral na origem e na Câmara de compensação, sim. Efetivamente nessa discussão que houve entre os Estados sobre o fim da guerra fiscal e a convidação(F) dos benefícios, os próprios Estados estavam discutindo na verdade uma migração para o destino na tributação. Quer dizer, o convênio que estava sendo discutido entre os Estados ele previa um mecanismo de redução de base de cálculo de forma a fazer com que as operações interestaduais tivessem uma alíquota decrescente ao longo do tempo. Isso fazia parte. E nessa discussão entre os Estados aparecia uma preocupação de aumentar o risco de aumento de evasão por conta da redução da alíquota interestadual. Quer dizer, nós sabemos que um dos problemas que temos hoje no ICMS é que existem operações que são operações internas que saem da empresa como se fossem operações interestaduais. Com uma fiscalização no varejo é mais difícil, há de fato, hoje existe e isso é usado como um mecanismo de evasão. E a medida que reduz ainda mais a alíquota estadual obviamente esse risco de evasão aumenta. E por conta dessa preocupação, os próprios Estados na discussão que foi feita colocaram a preocupação em ter o mecanismo de tributação na origem e um sistema de compensação entre os Estados e os próprios Estados fizeram a demanda de implantar no menor prazo possível a nota fiscal eletrônica nessas transações interestaduais, exatamente para poder viabilizar essa transição sem gerar um espaço maior de sonegação dentro da transição. Então existe, não tem formal apoio, mas de fato a grande maioria dos Estados na discussão apoiou essa proposta. Então acho que isso é o ponto principal.

Com relação às questões colocadas pelo Senador Colombo, que eu acho que é... Na verdade é preocupação do Senador João Tenório, que é a preocupação com a redução da carga tributária e o risco de aumento da carga tributária. Eu queria colocar aqui claramente. Quer dizer, existe dentro da proposta o espaço para redução da carga tributária, sim. Como eu já disse, na questão da desoneração dos bens de uso e consumo. Primeiro. Então, existe aqui dentro e obviamente estamos negociando a forma como isso é feito, mas existe esse espaço para a desoneração fiscal. Segundo, e isso que eu queria deixar claro, o desenho da Reforma Tributária, da forma como ele está feito, com a garantia de que na transição não haverá nenhum aumento de arrecadação, ele cria espaço efetivo para a desoneração porque ele fecha brechas de sonegação. E os únicos que pagarão pela Reforma Tributária serão os sonegadores. Efetivamente esse é o desenho que está sendo proposto. A Reforma Tributária ela é paga pelos sonegadores. É isso que viabiliza o fechamento da equação. E abre espaço para desonerações, inclusive desonerações adicionais. Ou seja, a Reforma Tributária da forma como ela está montada, ela claramente ela tem o compromisso de não aumentar a carga para aqueles que já pagam impostos, mas claramente abre espaço para reduzir a carga daqueles que pagam impostos hoje. Então aqueles que pagam imposto no Brasil, isso é uma garantia que eu posso dar, não serão prejudicados no desenho que está sendo feito da Reforma Tributária.

Existe uma preocupação que foi colocada pelo Senador João Tenório, que eu acho que é uma preocupação relevante, de dizer que na discussão federativa entre União, Estados e Municípios, que a conta acabe sendo paga pela sociedade. Eu acho que isso... Acho que é uma preocupação pertinente olhando o passado do Brasil, acho que é uma preocupação de fato pertinente, mas volto a falar o que eu coloquei. Uma das grandes vantagens do atual momento para discutir a Reforma Tributária, que permite ter uma visão mais otimista do que nós tivemos no passado, é que agora nós temos espaço fiscal para acomodar essas... Para fechar essa equação e acomodar essas demandas. Eu volto a falar, tem custo para a União a Reforma Tributária. Tem limites, obviamente, mas tem custos. Nós sabemos disso. Nós sabemos. E nós estamos dispostos a assumir esses custos, óbvio, dentro de limites, estamos dispostos a assumir. Tem custos da política de desenvolvimento regional, tem custos a compensação dos Municípios para poder criar, viabilizar a criação do IVV, tem custos. A transição que talvez tenha custo. Obviamente que nós dentro de limites razoáveis, nós estamos dispostos a assumir esse custo e aqui um ponto que acho que é bastante importante, e acho que o Senador Mercadante colocou isso, é que nós estamos falando de uma Reforma Tributária com transição longa. E a transição ajuda a diluir os custos. Pensar em fazer tudo de uma vez só, claramente, obviamente seria muito difícil porque seria muito difícil fechar a equação com uma mudança num único momento. Tratando-se de uma reforma com uma transição longa, isso passa a ser factível. A função desses custos inclusive a possível desoneração do setor produtivo ao longo desse

processo de transição. Nós sabemos que não é a fácil. Quero, ninguém gosta de perder receita no bojo dessa discussão. Nós entendemos que a União tem um papel a desempenhar aqui para fechar a equação, sabemos disso, estamos trabalhando, mas com transição longa e num ambiente de crescimento econômico, e a própria Reforma Tributária como eu disse ajuda a potencializar o crescimento econômico, essa equação fica mais fácil de fechar. Uma vez eu tive com um Governador, e o Governador falou exatamente isso, falou que a discussão da reforma tributária é uma discussão federativa, é um sistema de equações múltiplas. Acho que hoje nós temos condições de fechar esse sistema de equações múltiplas mais do que tivemos no passado. A sua preocupação com relação, Senador, a questão do que ocorreu com PIS e COFINS, volto a falar, de novo o ambiente é muito diferente. O que ocorreu no PIS e COFINS em 2003 nós estávamos numa situação em que o Governo Federal tinha que ser conservador na hora de calibrar as alíquotas de PIS e COFINS, não tinha opção de não ser.

Porque nós vínhamos do momento de um ano de baixo crescimento econômico, um momento que tinha tido uma perda muito grande de receitas extraordinárias da União de 2002 para 2003, e exatamente nesse momento tínhamos que ser conservadores porque tínhamos... Não podíamos correr risco de perder arrecadação naquela transição. Hoje nós não temos essa necessidade de sermos tão conservador. O ambiente é outro, isso facilita muito. E como eu falei, nós temos o compromisso e estamos vendo como transformar esse compromisso num fato de manter a arrecadação e a carga tributária na transição da Reforma Tributária. Volto a falar, só os sonegadores, sim, esses pagarão. Esses de fato não tem... São eles que vão pagar a conta toda da Reforma Tributária. Como nós sabemos que o grau de sonegação é alto no Brasil, nós temos o espaço bom aqui e isso ajuda a fechar a equação também.

E finalmente, Senador João Tenório, o senhor colocou uma questão que não gosto do termo guerra fiscal. Eu também não usava ele muito antigamente. Mas é que falar de incentivos concedidos à revelia do CONFAZ acaba ficando muito grande. Então a gente acaba usando o termo guerra fiscal que é o que se usa normalmente. Eu concordo com o senhor. Eu concordo com o senhor que de fato do ponto de vista e a minha outra, acho que o senhor não estava aqui quando eu fiz a primeira apresentação, de fato, do ponto de vista de cada Estado individual, esses incentivos são sim um mecanismo de desenvolvimento e para eles é uma forma de desenvolvimento. Mas, efetivamente... E isso é a verdade. É uma forma de desenvolvimento que os Estados têm na ausência de uma política mais efetiva de desenvolvimento regional. Mas efetivamente o que nós temos que ter em mente é, primeiro, não só os Estados menos desenvolvidos que utilizam esse tipo de incentivos no Brasil. Hoje pelo menos não é o caso. Existem claramente Estados desenvolvidos que estão praticando esse tipo de... Segundo, muitas vezes o uso de incentivos fiscais ele acaba servindo apenas para deslocar investimentos que seriam feitos dentro de uma mesma região. Eu sei, por exemplo, que eu sei claramente no caso do nordeste, sua região, eu conheço claramente casos... Vamos dar um exemplo aqui típico. Engarrafadoras de bebidas. Eu sei que os Estados concedem incentivos fiscais para que as engarrafadoras de bebidas se instalem no seu Estado. Nós sabemos que o custo de transporte de bebidas é altíssimo. E em qualquer hipótese aquela engarrafadora iria se instalar no nordeste. Mesmo sem receber benefícios. Então efetivamente o efeito desses incentivos neste caso é simplesmente deslocar o investimento que seria feito na região nordeste de qualquer forma. E aí o efeito é de redução de arrecadação. Quer dizer, os Estados que concedem benefícios para uma engarrafadora de refrigerante, na verdade está desonerando o consumidor de refrigerante para atrair o investimento que do ponto de vista do Estado justifica, mas do ponto de vista da região não se justifica. E a literatura internacional, Senador, queria dizer, ela é muito clara a esse respeito. A literatura internacional nessa discussão da política de desenvolvimento regional ela deixa muito claro que este tipo de instrumento de incentivos fiscais como um instrumento de desenvolvimento regional, normalmente é muito mais eficiente para deslocar investimento entre regiões com características semelhantes, ou próximas do que entre regiões que são muito díspares que estão distantes uma da outra.

Então, efetivamente faz sentido sim o uso de incentivos fiscais do ponto de vista dos Estados, mas quando a gente vai olhar agregado, eles perdem a lógica. Eles perdem a lógica porque Estados envolvidos também usam esses mecanismos, eles perdem a lógica porque muitas vezes só serve para deslocar dentro de uma mesma região pouco desenvolvida os investimentos. E é por isso que nós trouxemos uma proposta distinta, e aqui respondendo a pergunta do Senador Garibaldi, a nossa proposta de política de desenvolvimento regional ela foi apresentada aqui, Senador noutra reunião, e vai ter que ser... Provavelmente vai ter que ser modificado em função da discussão com os Governadores. Como não está pronto o desenho, não estou trazendo aqui para discussão. Porque ainda está em debate. Então não faz sentido eu trazer algo que ainda não está definido. Mas a idéia básica é permitir e utili-

zar recursos, ampliar o montante de recursos que vai para a política de desenvolvimento regional, e permitir utilizar uma parte desses recursos para aquilo que nós chamamos de investimentos estruturantes. Despesas a fundos perdidos em investimentos que podem ser de infra-estrutura, podem ser de qualificação de mão-de-obra... E aqui, muda o foco da política de desenvolvimento regional. A industrialização é importante, mas muitas vezes uma boa utilização de recursos a fundo perdido em qualificação de mão-de-obra, por exemplo, pode ter um efeito e em disseminação de tecnologias mais avançados, mesmo em atividades que já são desenvolvidas de forma pouco produtiva nesses Estados, atividades próprias da região, mesmo cultivos regionais, por exemplo, pode ter um efeito do ponto de vista da renda das pessoas muitas vezes até mais positivo do que instalação de uma fabrica naquela região. Muitas vezes, quer dizer, se você alocar bem o recurso em tecnologia, em qualificação de mão-de-obra em uma atividade que já é produzida naquela região, isso pode ter um efeito na produtividade e na renda das pessoas que muitas vezes é superior ao fato de eu colocar uma fábrica lá que vai contratar trabalhadores pagando um salário mínimo porque é uma mão-de-obra barata. Eu não estou dizendo que não é importante ter uma política de industrialização. Acho que é importante. Mas eu acho que o foco tem que ser mais amplo do que aquele que a gente tem hoje. Tem que explorar aquilo que não é explorado. É um pouco essa proposta que foi feita, acho que não vai ser perdida. Quer dizer, vai ser qualificada, vai ser complementada nessa discussão da política de desenvolvimento regional, mas certamente não pretendemos perder esse foco que acho que é importante e o modelo que nós fizemos ainda propunha um sistema competitivo. Competição entre projetos. E competição entre projetos é bom porque de forma descentralizada porque na verdade a idéia é montar uma estrutura de avaliação técnica de projetos. E aqui eu queria dizer que o trabalho a ser feito nessa regulamentação é muito importante e isso nós estamos trabalhando já dentro do Governo Federal, inclusive vendo que existe em termos de experiência internacional, existem boas experiências sim para qualificar, para ordenar em termos de resultados projetos dessa natureza. Já existe mecanismos que funcionam assim em outros países e funcionam bastante bem.

Bom, finalmente, uma pergunta do Senador Garibaldi. Senador, eu respondi muito rapidamente. Se o senhor tiver interesse, se o senhor tiver interesse eu posso detalhar para o senhor em outro momento pessoalmente essa... A proposta da política.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria apenas justificar porque eu não faço parte da Comissão. Porque se eu perdi essas outras reuniões todas, vão pensar que eu sou um faltoso. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é bastante justificada a preocupação do Senador Garibaldi, já que há uma expectativa muito grande de todos os Senadores do nordeste em relação à questão do desenvolvimento regional quando foi colocado que os vetos do Presidente à nova SUDENE seriam recompensadas na Reforma Tributária.

Dr. Bernard Appy colocou uma coisa bastante relevante que vem ao encontro das preocupações nossas quando fizemos aqui na CDR, na Comissão de Desenvolvimento Regional o projeto da nova SUDENE. Em que o projeto... Quer dizer, eu, por exemplo, não tenho nenhuma expectativa, Dr. Appy, de que a questão da política de desenvolvimento regional venha a ser resolvida apenas na questão da Reforma Tributária. Porque a nossa proposta de SUDENE foi muito mais ampla de que uma simples proposta de incentivos fiscais aqui ou acolá desse setor ou naquele outro setor. Foi uma proposta muito mais abrangente e que ela foi praticamente desmontada com os vetos que foram feitos pelo Presidente da República.

Portanto, a ansiedade do Senador Garibaldi em relação a essa questão, que participou na discussão da nova SUDENE, eu entendo e gostaria de dizer que a colocação que V.Sª faz agora é a mesma que nós tivemos na colocação da SUDENE. Na criação da nova SUDENE quando nós passamos um ano e meio aqui discutindo com especialistas novas maneiras de desenvolvimento que o papel do incentivo fiscal era muito pequeno em relação ao que nós propomos realmente como uma política de desenvolvimento regional. Por isso que nós gostaríamos muito de começar a discutir, eu estou até fazendo uma interpelação que teoricamente não deveriam, uma colocação que não deveria, porque ela ultrapassa a questão da Reforma Tributária, da questão fiscal, da questão tributária simplesmente. Por isso é muito importante que a gente possa começar a colocar talvez em paralelo uma questão de política de desenvolvimento regional que há uma promessa do Presidente Lula em rever isso, foi feito um acordo aqui quando foi feito a SUDENE e que não necessariamente está vinculada à Reforma Tributária.

SR. BERNARD APPY: Obrigado, Senador, eu queria colocar que acho que as colocações do Senador Tasso Jereissati são importantes. Queria deixar claro. A proposta que nós apresentamos para a política de desenvolvimento regional ela se inspira no que foi feito na discussão da SUDENE e da SUDAM, Senador. Ela não vem em paralelo nem contra. Inclusive se inspira no que diz respeito a utilizar esses órgãos como definido-

res de diretrizes de política e essas diretrizes e esses órgãos têm nos conselhos deliberativos participação dos Governadores, inclusive de sociedade civil e das Prefeituras, que eles seriam os grandes definidores das diretrizes da política. E o que nós estávamos inovando, Senador, era criar recursos, a possibilidade de utilizar recursos a fundo perdido. Nós chamamos de investimento estruturante porque o Ministro Geddel falou que recurso a fundo perdido é muito feio e é de fato um instrumento estruturante e é disso que se trata. Mas não é só investimento. É investimento e qualificação de mão-de-obra, é custeio também em alguns casos, é despesa corrente. E permitir que esses órgãos definam diretrizes para a utilização desses recursos.

Então, claramente eu queria lhe colocar, Senador, que essa proposta ela contempla a preocupação que o senhor tem com os vetos da SUDENE e da SUDAM. Quer dizer, nós assumimos nessa discussão da Reforma Tributária o compromisso, uma preocupação, por exemplo, um dos vetos que foi feito a da continuidade da destinação de recursos por um período mais longo para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste na Amazônia. Na proposta tributária nós incorporamos esses recursos como vinculação de receita, e ampliamos esse montante de recursos. Portanto contempla a preocupação daquele veto. Desde que a proposta seja aprovada e regulamentada até 2013 isso não seria um problema. Porque eles já existem hoje até 2013. Existe um compromisso que nós assumimos dentro da discussão dos incentivos fiscais que existem hoje basicamente do Imposto de Renda no nordeste, que também uma boa parte dela se encerra em 2013 de discutir os incentivos, mas aí queremos sim discutir, não apenas a prorrogação, o desenho como um todo, que isso talvez não tenha sido feito naquele momento. Acho que vale a pena fazê-lo, mas temos que olhar um pouco o desenho. Não só prorrogar, mas prorrogar aperfeiçoando o desenho porque isso não foi colocado.

Então, eu queria colocar que existe essa... A sua preocupação é a nossa preocupação nessa questão. E nós entendemos claramente e aqui eu queria deixar claro para o Senador, os Senadores aqui que são os Senadores do nordeste que são vários aqui presentes, que existe essa preocupação sim em ter uma política de desenvolvimento regional mais efetiva, e que essa política de desenvolvimento regional possa suprir o espaço que hoje é ocupado pela guerra fiscal. Essa preocupação existe. O Congresso Nacional, o Senado Federal terá a oportunidade de debatê-lo, se possível aperfeiçoá-lo esse modelo ao longo da discussão da Reforma Tributária.

E finalmente, Senador Garibaldi, uma pergunta sua sobre o que pegou na discussão no fim da guerra fiscal entre os Estados. O que pegou efetivamente foi o fato de que situações, momentos diferentes vividos pelos Estados hoje. Nós temos Estados que são historicamente defensores do uso de incentivos fiscais que existiam muito a fazer um acordo para acabar com a guerra fiscal e que hoje estão com uma decisão do Supremo Tribunal Federal contra eles, e eles estão hoje muito pressionados para resolver o problema e fazer. E tem outros que não. Que efetivamente hoje não estão e que estão numa situação mais confortável e menos pressionados para resolver o problema mais rápido. Então o senhor me perguntasse hoje qual foi o motivo que não levou a que se chegasse a um acordo foi de que as situações diferenciadas entre os Estados em função principalmente das decisões do Supremo Tribunal Federal. E eu acho também um outro ponto claro é de que ainda não está totalmente claro qual vai ser o desenho final da proposta de política de desenvolvimento regional que é importante principalmente para os Governadores do nordeste como alternativa ao fim da guerra fiscal. Principalmente no caso dos Governadores do nordeste claramente essa é uma preocupação.

Acho que esses são os pontos principais, o que o Senador Mercadante colocou foi basicamente comentários os quais obviamente eu concordo, que a Reforma Tributária é um processo. Concordo com o Senador que é importante a discussão de redução de carga tributária. Acho que é uma discussão relevante que tem que ser feita. Quais são as prioridades da desoneração, e concordo com ele que tem que ser feito a CPMF apenas um item e não único item dessa discussão. E aqui nós temos que ter clareza. Quer dizer, quanto mais se desonerar CPMF, menos espaço vai ter vai existir pra fazer outras desonerações. Acho que esse é um ponto importante. E aqui nós temos que avaliar aquilo que eu coloquei no início da minha apresentação. O importante é discutir mérito, benefícios e custos de cada tipo de tributo, quais são os mais distorcivos, incluindo a CPMF. Mas não só a CPMF. Existem outros tributos que são certamente mais distorcivos que a CPMF e a preocupação que o Senador Mercadante tem com a desoneração da folha está sendo considerado pelo Governo Federal.

Bom, já falei muito, talvez o Sr. Rachid possa falar um pouquinho, Senador.

SR. JORGE RACHID: Sr. Presidente, mais para cumprimentar os Srs. Senadores pelo debate, pela excelente qualidade das perguntas. Acho que vamos levar dever para Casa aqui das ponderações que os senhores apresentaram, as preocupações. Mas essa reforma, esse processo nessa proposta da Reforma Tributária o objetivo realmente é ganho de eficiência.

E eu acredito que teremos um forte ganho de eficiência tanto no campo da melhoria da competição entre empresas, como também ou atrelado a isso com uma redução efetiva da evasão tributária. Então provavelmente nós teríamos mais arrecadação. Mas o contribuinte pagando menos imposto. Quer dizer, por esses mecanismos. Que é bom deixar claro, a arrecadação, carga e aumento de alíquota ou impostos. Acho que é bom a gente ter clareza nesses três conceitos.

Comentário, acho que o Dr. Bernard apresentou eu só queria fazer um comentário, Senador João Tenório a respeito da questão PIS/COFINS da evolução do cumulativo para o não cumulativo e o trabalho da Receita Federal em relação à análise dos pleitos dos contribuintes no momento do ressarcimento, da compensação e ressarcimento. No início nós tivemos situações que... Tivemos em determinada situação glosa de 70% dos créditos pleiteados pelos contribuintes. Hoje reduziu bastante. Hoje reduziu bastante. Até pelo tempo hoje a Receita Federal oferece na internet um ensino a distância, justamente para o preenchimento da própria DCTF, chamando atenção dos senhores contadores da melhor qualidade da informação. Mas lá atrás nós tivemos pedidos de compensação de crédito, ou mesmo ressarcimento do PIS e COFINS, era a nota fiscal de uma joalheria, era compras de determinados produtos ou mercadorias que efetivamente não era para o processo produtivo. Não era destinado ao processo produtivo. Acho que com a evolução, nós estamos evoluindo a melhor qualidade, esse percentual reduziu bastante. Insisto, lá no início era em torno de 70% em termos de glosa. E hoje nós estamos aproximando muito do fato gerador, da nossa análise de auditoria. A qualidade, a rapidez, desses pleitos e da conseqüente deferimento da parte da Receita será melhor, será mais ágil. Só essa observação que eu faço no que diz respeito à glosa. Receita não pode cobrar nem mais nem menos. Tem que cobrar o que está na lei. E na lei posta, tão-somente créditos originários ou créditos voltados aí para a produção. Se o contribuinte ele tem o direito ao contencioso administrativo caso a Receita Federal não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE RACHID: Mas é um direito do contribuinte e a nossa obrigação levar da maior qualidade do crédito tributário. Por favor.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A única referência que eu faria é o seguinte, é que na verdade o aumento na ponta ele foi como disse o Dr. Appy, a calibração parece que foi... Talvez naquele momento fosse absolutamente necessário em função de uma ameaça de desequilíbrio fiscal no País, o que não é hoje, mas a calibração foi excessiva naquele momento. Tanto é que mesmo sem comprar jóias, sem creditar jóias, deve ser um caso pontual, muito pontual. Não era o que justifica essa diferença, mas mesmo assim essa diferença ficou muito longe, ficou muito grande. Então acho que naquele momento, como disse o Dr. Bernard era importante que acontecesse. Pela ameaça de desequilíbrio fiscal que o país estava vivendo. Mas hoje como o senhor disse muito bem as coisas estao mais ajustadas e essa calibração seria uma visão, assim, menos conservadora como ele disse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois não, Senador. Presidente Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dr. Jorge Rachid, Dr. Bernard Appy. Muito obrigado. Nós temos aqui um grupo de técnicos que tem trabalhado conosco de altíssimo nível, o Dr. Zé Roberto Afonso, Prof. Samuel Pessoa, Drª. Ana Lobato, dois técnicos do Senado os ouvem, o patrocínio que tem dado uma contribuição extraordinária, e eu gostaria de propor o seguinte ao Dr. Bernard Appy e o Dr. Jorge Rachid, e ao Senador Dornelles, Garibaldi, Senador João Tenório aqui presente, evidente que uma proposta como essa exige um pouco de maior profundidade na avaliação de conseqüências, estudos, etc, aqui não se falou muito de alíquotas, é sempre um assunto desagradável, quando se fala de alíquotas, e que nós façamos a... Antes dessa apresentação que o Senador Mercadante pediu na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma reunião técnica para que algumas dúvidas sejam fechadas. Normalmente nós temos colocado aqui que os técnicos que fazem parte desse trabalho façam parte da nossa discussão. Mas eu acho mais apropriado hoje que haja uma digestão do que aqui foi apresentado e nós faríamos uma reunião técnica que eu me proporia a colocar, que evidentemente teria que ser num ambiente mais... Num ambiente menor, que possa fluir melhor, e desta maneira em seguida nós faríamos uma apresentação das discussões que nós tivemos dentro da CAE e da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, se os Senadores aceitarem essa proposição que nós estamos fazendo...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu entendo que V.Exª deseja fazer, enviar para a Comissão de Assuntos Econômicos uma análise da Subcomissão depois de apresentada a proposta, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quando nós recebemos a proposta do Executivo... E só posteriormente, quer dizer, não iríamos fazer...

Transformar para a Comissão antes de recebermos a proposta. Plena concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. BERNARD APPY: Senador, efetivamente assim... Nós estamos numa fase final que tem que bater o martelo dentro do próprio Governo Federal, quer dizer dentro do Ministério da Fazenda está basicamente definido, mas o Governo não é só Ministério da Fazenda. Então tem que bater o martelo com o Governo Federal. A partir daí a nossa proposta é enviar o texto para consulta para os Estados e Municípios para que pelo menos tenham uma noção. Provavelmente haverá uma reunião final com Governadores para poder ouvir o retorno dele antes de trazer para os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu teria uma sugestão, acho que nós poderíamos fazer um encontro, Dr. Appy e Dr. Rachid, técnico, mesmo antes da chegada da proposta para que nós possamos de uma maneira mais informal discutir eventuais dúvidas que venham a acontecer com os nossos técnicos. Lembrando inclusive que nós temos uma série de informações que foram solicitadas, se não me engano a Receita Federal e o Ministério da Fazenda, e nós não recebemos para que nós possamos julgar melhor.

Agora, gostaríamos inclusive de solicitar que essas informações fossem facilitadas para que antes dessa discussão nós possamos ter uma discussão de melhor qualidade.

SR. BERNARD APPY: Senador, eu concordo. Como eu disse, provavelmente agora num prazo bastante curto vamos estar fechando o texto. Acho que não teria nenhum problema em passar pro seu... Nós vamos estar passando para os governos, para os Estados e Municípios, não tem nenhum problema de passar para a sua equipe técnica o texto, obviamente dizendo que não é o texto final porque ele ainda vai estar sujeito a uma rodada final de discussões, então, portanto, sujeito a eventuais modificações nessas discussões finais com os Estados e com Municípios, mas com a própria sociedade civil. Mas não teríamos nenhum problema em fazer essa discussão em cima do próprio texto que está sendo proposto da Reforma Tributária. Com relação às informações, veremos. Agora, Senador, muitas vezes nós não temos informações que nós queremos. Só para dar um exemplo, para calcular o efeito da transição para o destino é quase impossível. Os técnicos sabem disso. A gente sabe que se não existisse guerra fiscal a gente calculava com perfeição o dado. Mas como existem a guerra fiscal não é tão simples assim de fazer os cálculos. Muitas vezes o dado oficial, o dado formal não reflete à realidade. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu proporia, portanto, mesmo que não fosse em cima já da proposta oficial as informações viessem, as que forem possíveis, o Zé Roberto Afonso e a Ana estão acompanhando isso de perto, e já na próxima semana nós faríamos uma reunião mais informal que nós teríamos uma discussão primária sobre a reforma, e aí sim discutir... Daqui a duas semanas. Tá bom. Ficaríamos então daqui a duas semanas Ana Lobato poderia marcar aí para que a gente agendasse daqui a duas semanas para que a gente tivesse essa discussão. Lembrando apenas que para nós é bastante importante que a gente possa estar... Que nós possamos estar em condição de discutir a reforma quando a CPMF começar a discutir. Eu acho que é impossível não relacionar uma discussão com a outra. Aqui dentro desta Casa hoje. Até por uma questão de aumento de carga tributária, enfim, de várias outras coisas.

Então mais uma vez eu agradeço a presença do Dr. Bernard Appy, do Jorge Rachid, todos dois se prontificaram com a maior gentileza a estar aqui, a estar dialogando conosco, e nós vamos dialogar muito mais nesses dias aí inclusive em função do projeto da CPMF. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Sessão encerrada às 21h29.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO, DE 2007, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Mão Santa, Neuto de Conto, João Tenório e, ainda, dos Senadores Eduardo Azeredo, Delcídio Amaral, Arthur Virgílio, Garibaldi Alves Filho e Sérgio Guerra. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Colombo e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença dos Srs. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal do Brasil e Consultor na Área Tributária, Antonio Carlos Rodrigues do Amaral,

Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - OAB/SP, Gustavo Brigagão, Advogado Tributarista, e Ary Oswaldo Mattos Filho, Diretor-Geral da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP. Antes de iniciar as exposições, o Presidente da Subcomissão comunica a impossibilidade de comparecimento do Sr. Ary Oswaldo Mattos Filho. Após a exposição dos Srs. Everardo Maciel, Antonio Carlos Rodrigues do Amaral e Gustavo Brigagão, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Subcomissão, Eduardo Suplicy, João Tenório e Neuto de Conto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião da SubComissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em 25 de outubro de 2007, às 10:30 horas, na Sala de Reunião nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Audiência Pública é a fim de debater sobre a reforma tributária, em atendimento à deliberação da SubComissão. Essa reunião dá prosseguimento a uma série de Audiências Públicas que nós temos feito nessa SubComissão discutindo as propostas de reforma tributária. Como os senhores sabem já foi apresentado a esta Casa, nesta SubComissão, uma proposta de reforma tributária pelo Governo Federal acerca de duas semanas atrás. Essa SubComissão, em cima de uma série de discussões travadas com a sociedade, também elaborou uma proposta em que dissentia em determinados pontos, em alguns pontos da proposta de reforma tributária enviada, a primeira proposta enviada pelo Governo Federal. Nesse momento nós estamos dando consistência a essa discussão e temos como convidados de hoje que devem, acredito que tenham recebido um esboço das duas propostas para que sejam discutidos. Convidados de hoje são o Sr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal do Brasil, Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, e o Sr. Gustavo Brigagão, Advogado Tributarista. Foi convidado também o Sr. Ary Oswaldo Mattos Filho, da Fundação Getúlio Vargas, ele não pode comparecer, mas fez a gentileza de mandar um texto muito bem montado sobre suas avaliações, sobre a questão que também está sendo distribuída a todos os senhores. Temos também dois pontos em discussão aqui nessa Casa que eu vou aproveitar a oportunidade e pedir aos nossos convidados, explorando-os mais um pouco, que além de discutir as duas propostas que viram, eles dêem uma palavra sobre a questão da Emenda 03 que está em discussão nessa Casa e, evidentemente, sobre a CPMF que também entra na Ordem do Dia das discussões dessa Casa. Então iniciando as nossas discussões, eu passo a palavra ao Sr. Everardo Maciel, já conhecido e amigo de todos nós.

SR. EVERARDO MACIEL: Sr. Presidente Senador Tarso Jereissati, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Pede-me o Senador Tarso Jereissati que fizesse uma abordagem junto com o tema central dessa exposição, que é a questão da reforma tributária, uma abordagem sobre a questão de Emenda 03 e CPMF, o que resultaria quase uma coisa com oito minutos para falar sobre cada assunto, que vai requerer um pouco de capacidade de síntese.

Bom, reforma tributária. Este é um tema que está presente todo o tempo e em todos os lugares do mundo, quer dizer, não há um dia que vá haver uma reforma tributária. Os sistemas tributários, como sistemas culturais, como sistemas políticos, necessitam de ajustamentos permanentes. Então da mesma forma que acontece no Brasil discussões sobre esse tema, acontece em todos os países do mundo, desde os Estados Unidos, a Europa, para não falar dos países em desenvolvimento.

O sistema tributário brasileiro é merecedor de muitas críticas, algumas injustas, outras justas. O sistema tributário brasileiro tem problemas, mas daí concluir que é um sistema que só tem problemas, também é um equívoco de mesma natureza de que desconhecer os problemas que ele tem. E quais são os principais problemas que enxergo no sistema tributário brasileiro? O primeiro deles é justamente a complexidade do ICMS. O ICMS, como se sabe, o Brasil, até pouco tempo atrás, era o único país do mundo que tinha uma tributação, um valor agregado no consumo com titularidade estadual. Já não digo que é mais o único porque recentemente, eu pude constatar que, por exemplo, que a Índia adotou o mesmo procedimento brasileiro. Mas o fato concreto que é esta situação, a existência de um imposto sobre valor agregado com titularidade estadual, resultou num conjunto muito sé-

rio de problemas: diversidade de alíquotas e de base de cálculo, quer dizer, ninguém pode dizer ao certo quantas alíquotas efetivas nós temos no ICMS, mas é algo ao redor de quarenta e cinco, porque, pela combinação que tem de variação de alíquotas com variação de base de cálculo, dá uma diversidade extraordinária. A diversidade também de legislação, a existência de vinte e sete legislações distintas; os problemas seríssimos e de dificílima solução que é a acumulação de crédito do ICMS nas exportações, como um outro problema de dificílima solução, eu quero salientar. E a existência da chamada guerra fiscal, guerra fiscal que na verdade me parece muito mais um problema que se insere no universo dos mitos do que um problema real, e me explico começando por esse último, sobre guerra fiscal.

Guerra fiscal no Brasil existe por dois motivos essenciais: existe porque não há uma política afirmativa de correção das desigualdades regionais. Segundo, porque não se observa a lei. Em 1968, 1969, na implantação do ICM, eu estava à época lidando com essa matéria e vou lembrar um episódio que eu não me esqueço. Se implantou o ICM para acabar a guerra fiscal do IVC. Era a chamada "guerra das tampinhas", e se implantou, não precisou de mais ou mais de dois ou três anos para voltar à guerra fiscal, aí findou com a Lei Complementar 24, em janeiro de 1975, que é uma lei extremamente severa em matéria de enfrentamento do problema da guerra fiscal do ICM à época, do ICMS hoje. Ou seja, estabelece a nulidade dos atos, a ineficácia dos créditos, estabelece inclusive a presunção de irregularidade na prestação de contas pelos Governadores que praticarem guerra fiscal, competência esta estabelecida na lei Complementar para o Tribunal de Contas da União, que nunca a exerceu. Então o problema de guerra fiscal no Brasil existe porque não se observa a lei. A lei é absolutamente clara. Se existe algum tipo de brecha na lei, por exemplo, da utilização de fundos orçamentários, é uma modificação extremamente simples a ser praticada numa Lei Complementar, nada mais do que isso. Quer dizer, todo o resto nós vivemos numa certa fantasia do porquê é que não se acaba a guerra fiscal. Agora na prática a explicação da guerra fiscal advém dessa situação específica, qual seja, não há uma política afirmativa de correção de desigualdades regionais que existe e são de grande porte no Brasil.

A segunda questão que tomou vulto, sobretudo nos últimos anos, é agora a chamada complexidade do PIS e da COFINS, ou seja, o sistema que tinha alguns defeitos, que tinha defeitos enquanto cumulativo, hoje nós temos um sistema que é praticamente ininteligível, ou seja, nem contribuinte conhece mais essa legislação, sequer a Receita conhece efetivamente, daí porque foi incapaz até hoje de produzir uma consolidação dessa legislação pela dificuldade que ficou, pela complexidade que ficou o PIS/COFINS.

Uma terceira questão pouco levantada no plano dos problemas do sistema tributário brasileiro é a excessiva tributação da folha de salários, ou seja, onde se estabelece um litígio fortíssimo entre emprego e tributação. A folha de salário no Brasil, considerando todos os encargos trabalhistas e previdenciários, chega a ser tributada em nível superior a 100% em relação ao próprio pagamento dos salários feitos aos trabalhadores. Essa é uma situação absolutamente inusitada em todo o mundo, não existe nada parecido com isso. Essa é uma terceira questão que eu aponto também como uma questão séria no sistema tributário brasileiro.

A quarta questão diz respeito a um número muito elevado de tributos, sobretudo a participação expressiva e também inusitada das contribuições sociais na construção das receitas públicas brasileiras, das rendas públicas brasileiras, mas é preciso compreender por que é que aconteceu isso, por que é que as contribuições têm uma participação tão grande e cada vez mais você tem Contribuição Social Sobre o Lucro Líquidos, PIS, COFINS, etc, etc e etc? Por uma razão muito simples: é que na modelação do sistema tributário no final dos anos 60 se estabeleceu que, ao lado da titularidade dos impostos, deveria co-existir um sistema de transferência da União para os Estados e Municípios e dos Estados para os Municípios. À época de impostos não regulatórios no âmbito federal só existiam dois: o IPI e o Imposto de Renda. Para fazer uma lista positiva o legislador constitucional à época disse que as transferências estavam centradas no IPI e no Imposto de Renda. No curso das últimas décadas foram aumentando as transferências por conta do IPI e do Imposto de Renda sem que ocorresse a concomitante transferência de encargos. O que é que aconteceu? A União se viu obrigada, portanto, a estabelecer uma compensação pela perda de receitas. Ora, só há dois caminhos possíveis: ou nas contribuições ou nesses impostos. Mas nesses impostos, para produzir R$ 1,00 de receita líquida, tem que cobrar do contribuinte R$ 2,00, distintamente das contribuições. Portanto, o crescimento das contribuições é algo facilmente explicável, é altruísmo, e eu diria que, sob o ponto de vista do contribuinte, mais razoável do que estar cobrando mais para fazer uma partida automática com os Estados e Municípios. Isso eu pontaria como algumas questões que eu diria centrais para apontar os problemas do sistema tributário brasileiro.

Bom, a discussão que se opera aqui hoje é para discutir um modelo que está em debate, apresentado aqui pelo Secretário Bernard Appy, sobre uma proposta de reforma tributária. Eu dizia ao Senador Tarso Jereissati que me sentia com alguma dificuldade de fazer um comentário específico sobre o assunto primeiro que eu não conheço o texto, segundo porque a cada momento esse texto muda, a própria apresentação. Ou seja, só existem *slides* com algumas idéias, e é isso que eu vou abordar, mas de alguns comentário que eu ia fazer, me chamava a atenção o meu amigo Gustavo Brigagão, que ontem já mudou, e, portanto, eu posso abordar uma questão que já está ultrapassada. Mas, enfim, em síntese o que é que pretende a proposta? Pretende a proposta criar um IVA Federal coexistindo com um IVA Estadual. Esse IVA Federal reuniria hoje a contribuição incidente sobre IPI, sobre PIS, sobre COFINS e sobre a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico no Âmbito dos Combustíveis, chamado CIDE-Combustíveis. Coexistindo em princípio, mas parece que já mudou ontem, com a mesma legislação aplicável às duas esferas, e, estabelecendo também, que haveria, no caso das operações interestaduais, haveria uma redução a zero da alíquota do IVA Estadual e um crescimento em igual proporção, por absorção da alíquota estadual do IVA, no IVA Federal. Portanto, nós dizemos que foram apresentados aqui nesta Casa era de que na hipótese de uma alíquota de 18% de IVA Estadual, com 10% Federal, na operação interestadual a alíquota federal seria de 28%.

Bom, primeiro problema que eu enxergo aí absolutamente claro? É que essa solução produz, sem resolver outros problemas, um caso típico de acumulação de crédito. Imaginemos, por exemplo, no exemplo que foi aqui citado com essas duas alíquotas. Ora, numa operação interestadual haveria para o contribuinte que está no Estado de destino, haveria uma situação peculiaríssima, qual seja, vou tomar só para exemplificar, é claro que é um exemplo apenas para ilustrar a minha tese, simplificar o raciocínio, vamos admitir que o valor agregado fosse zero. Se o valor agregado fosse zero ele teria uma alíquota federal de 28%, quando na operação interna teria uma alíquota federal de 10%, enquanto contrariamente, na operação em relação ao IVA Estadual, teria uma alíquota de zero, na operação interestadual, e uma alíquota interna de 18%. Portanto, em relação ao IVA estadual, teria um débito de 18%. Em relação contrariamente ao caso do IVA Federal, ele teria um crédito de 18%, ou seja, o sistema, já na sua concepção, produz uma acumulação de crédito, e eu posso dizer o seguinte: os maiores problemas que eu consegui enxergar em sistemas tributários, não apenas no sistema tributário brasileiro, é a acumulação de créditos, porque a acumulação de créditos só se resolve pela via do ressarcimento e da compensação, e esses dois institutos administrativos são os institutos mais complexos que eu conheço em termos de administração tributária: operar ressarcimento ou compensação. Então um sistema que por definição já produz esse tipo de acumulação, eu diria que já na sua concepção ele está equivocado. Poderia se dizer: já que a operação, que o sistema, é com o princípio de destino, poderia não haver acúmulo nas exportações, mas isso é falso, porque na verdade quando não se faz o ressarcimento do ICMS das exportações, não é porque o imposto veio da operação interestadual não, é porque falta dinheiro. Esse é o motivo real, ou seja, não existe nenhum Estado que diga: "vamos olhar as suas operações e dizer o seguinte: aqueles acúmulos de crédito que resultem de operações interestaduais eu não pago, e as operações internas eu pago". Não, não se faz isso não, ele não paga nada. O outro é um mero pretexto político para explicar porque é que ele não faz a operação. Acúmulo de crédito é um problema seriíssimo em qualquer sistema tributário.

Vem aí alguns outros problemas. Vamos fazer a fusão de IPI, CIDE-Combustíveis, PIS e COFINS. Primeiro problema. O primeiro problema é o seguinte: a base de cálculo para as transferências federais fica comprometida. Ela hoje está fundada no IPI e no Imposto de Renda. Alguém vai responder: é buscar agora uma base de cálculo equivalente. Encontrar essa base de cálculo equivalente é tarefa quase que impossível. Por que é impossível? Porque eu vou tomar uma comparação entre uma transferência que hoje existe, que é real, em cima de um imposto que eu não conheço. Portanto, será sempre construída em cima de presunções.

Bom, segunda questão. Ao fazer com que o IPI seja incorporado nesse IVA, aqui não há nenhum juízo de valor, apenas uma constatação: acaba a Zona Franca de Manaus, que existe porque existe IPI. Alguém poderia dizer: mas pode se buscar algum tipo de compensação em relação a esse IVA. Sim, mas é dificílimo, outra vez, de fazer esse mesmo tipo de operação. Terceira questão: se se vai buscar uma alíquota única, e nós estamos falando aqui de fundir IPI, CIDE-Combustíveis e PIS e COFINS, é evidente que essa alíquota única significa dizer que ela vai desfavorecer determinadas situações em favor de outras. Bom, que situações? Ora, CIDE-Combustíveis tem uma alíquota altíssima porque os combustíveis são tributados com uma alíquota alta. O IPI pega apenas o setor industrial. Quem paga essa conta? O setor de serviços. O setor de serviços passa a ser onerado porque ele está com uma alíquota mais baixa, então para chegar a uma

alíquota agora média ele vai ter que subir a alíquota aplicável ao setor de serviços. Evidentemente, é claro, que favorecendo esses outros dois setores que não teriam o mesmo tipo de alíquota. Portanto, apenas para citar alguns tipos de problemas que existem em relação a essa solução que foi apresentada.

Eu poderia abordar mais outras questões em relação a esse modelo, mas eu acho que é um modelo que não resolve a situação atual e apenas traz novos problemas. Poderia acrescentar alguns outros. Sendo uma mesma legislação, nós produzimos, desde a concepção, um conflito legislativo. Nós temos uma mesma legislação, temos um mesmo fato gerador, temos a mesma base de cálculo, duas administrações tributárias distintas, quais sejam, a administração federal e a administração estadual, elas vão examinar a mesma matéria e podem ter dois entendimentos distintos, sendo dois processos administrativos distintos e conflitantes, para não falar também que seriam dois cursos em matéria de justiça distintos e podendo ser conflitantes. Eu costumo dizer que numa circunstância como essa o conselho de contribuinte termina sendo o STJ, para estabelecer agora, para dirimir conflito de competência entre Estado e União.

Junto a isso haveria a idéia de desaparecimento do ISS e criação de um Imposto Sobre Vendas a Varejo. Os Municípios não têm a menor condições de cobrar esse imposto, quer dizer, nós estamos criando algo que é, por definição, indutor de sonegação. Mas ainda vamos imaginar que eles se preparassem para isso. Será que ninguém enxerga que existe um custo dessa cobrança, que existe um custo de preparo da máquina para operar essa solução? Quer dizer, essas coisas não acontecem por mágica não. Um fiscal de ISS não fiscaliza Imposto Sobre Venda a Varejo, ele não está preparado para isso. A imensa maioria dos Municípios brasileiros sequer fiscalizam o ISS e agora irão fiscalizar esse IVV. Mas para que isso? Em nome de um preciosismo acadêmico eu entendo que soluções do sistema tributário devem ser focadas, resolver os problemas reais. Se existe alguma dificuldade com relação ao PIS/COFINS quanto à cumulatividade, isso é matéria de legislação ordinária, não precisa fazer nenhuma mudança constitucional para isso. O creditamento de operações relacionadas com bens de capital é matéria de legislação ordinária, quer dizer, quase todas essas soluções podem ser resolvidas de maneira focada pela via da legislação ordinária. Nós não conseguimos, passados quase quarenta anos, definir com clareza qual é o fato gerador do antigo ICM, hoje ICMS, quer dizer, porque a justiça não fixou uma convicção em torno da matéria. Vamos criar novos impostos para esperar mais quarenta, cinqüenta anos, para formar uma convicção na justiça? Nós não resolvemos os problemas dos antigos e estamos querendo aportar problemas novos ao sistema tributário brasileiro. Então uma visão, entendo, focada, em cima, com o máximo de economia processual, ou seja, de não buscar soluções grandiosas e nem estar fazendo reformas tributárias pela via constitucional. A constituição brasileira é absolutamente obesa em matéria tributária. Nós não temos que continuar aumentando agora essa obesidade. Não existe, Presidente, legislador brasileiro que se notabilizou por retirar artigos da constituição. Todas as vezes que se abre um debate pela via da Emenda Constitucional virão novos artigos que vão comprometer ainda mais a questão tributária brasileira. Veja o exemplo da Emenda Constitucional que foi encaminhada pelo Governo, pelo atual Governo, focada essencialmente no ICMS. O projeto que eu diria no começo razoável, eu diria razoavelmente bom. Veja o monstrengo que hoje existe, que está em apreciação na Câmara. É um monstrengo que hoje sequer alguém quer assumir a paternidade dele. Por quê? Porque todas as vezes que se abre uma questão desse tipo, é uma oportunidade que todas as pessoas têm de introduzir normas constitucionais que vão tornar ainda mais complexo o já complexo sistema tributário brasileiro.

Uma abordagem rápida sobre a questão de Emenda 03, como solicitado pelo Presidente. O que na verdade hoje se discute em torno da Emenda 03, a Emenda 03 não é exatamente uma norma. Eu costumo dizer que é uma ordem de serviço, por que o que é que ela diz? Diz que nenhuma autoridade administrativa é competente para proceder a desconsideração de ato, negócio ou pessoa jurídica se não vier precedido de decisão judicial. Onde que está isso? Está no Código Tributário Nacional, no artigo 116, § único, que diz que "a desconsideração só pode ocorrer observados os procedimentos especiais fixados em lei". Essa lei não existe. Eu tenho que registrar, inclusive, que à época que eu era Secretário da Receita, tentei normatizar isso quando propusemos, que foi quando tornou resultando na Medida Provisória 666, que foi rejeitada pelo Congresso. Então essa lei não existe. Então o que é que diz a Emenda 03? A Emenda 03 observa a lei, dá mais elementos. E por que ela foi proposta? Foi proposta exatamente porque existiam autoridades administrativas que não estavam observando a lei. Então por isso que eu digo que na essência é uma ordem de serviço. Vi várias propostas tentando tratar de questão aqui relacionadas com a Emenda 03. Eu, todas as vezes que tive a oportunidade de compulsar essas propostas, inclusive uma última que andei vendo recentemente, apenas aumentou a minha convicção de

que a capacidade de piorar é infinita, ou seja, alguém sempre consegue se superar, apresenta uma proposta pior do que a outra. O meu entendimento [soa a campainha] sobre essa matéria é dizer o seguinte: deve, no meu entendimento, a minha opinião como eleitor e como cidadão, deveria o Congresso Nacional, simplesmente, rejeitar o veto à Emenda 03, mesmo porque ele é inconsistente em sua natureza, qual seja, como é que poderia a autoridade administrativa desconsiderar e o Governo, simultaneamente, encaminhar um projeto para poder desconsiderar? Quer dizer, isso é uma contradição em termos, quer dizer, essas duas coisas não podem coexistir, quer dizer, se podia desconsiderar não precisava mandar projeto, se não podia desconsiderar e precisava do projeto não podia vetar. Então há uma contradição flagrante, óbvia aí. Então no meu entendimento, o entendimento pessoal meu, é que este veto deveria ser rejeitado pelo Congresso Nacional, mesmo porque ele, como eu mencionei, é uma pura ordem de serviço.

CPMF. O meu entendimento é público sobre esse assunto, eu entendo que não pode a administração brasileira prescindir do CPMF nesse instante. Ela é uma peça fundamental a partir de um número que eu diria por uma questão muito simples: o poder discricionário dentro do orçamento por parte da União não vai a 5% das receitas federais. A repercussão da CPMF no total das receitas federais ultrapassa 8%. Então significa dizer aí que retirar a CPMF nessa circunstância é algo que produziria um desequilíbrio fiscal inevitável. Segundo ponto que eu vou mencionar. Não creio, entretanto, que ela deveria ser aprovada gratuitamente, prorrogada gratuitamente. Seria a oportunidade para discutir outros tipos de programa que revelassem uma forma de compensação por essa aprovação, e a primeira delas é o seguinte: um programa efetivo de dieta fiscal, quer dizer, não podem as despesas crescerem no ritmo que estão crescendo. É preciso de que uma norma constitucional estabelecesse um contingenciamento no crescimento das despesas correntes. Não é possível uma situação como nós temos hoje onde os investimentos públicos com participação em relação aos gastos totais de Governo caíram a uma coisa ridícula hoje, com 4%, quando era 16% há mais de vinte anos atrás, quer dizer, tem que ter uma forma de contingenciar esses gastos. Não posso compreender como é que se pede prorrogação de CPMF e ao mesmo tempo se anuncia um aumento do número de servidores públicos, quer dizer, isto é uma contradição. Então eu acho que CPMF, prorrogar a CPMF, ela deve ser vista como a oportunidade para estabelecer um programa efetivo de austeridade fiscal, e debater discussões, cotejando agora a CPMF com outros tipos de tributos, quer dizer, sem menor sem sombra de dúvidas, pelo meu entender, pela simplicidade, por alcançar setores que não são alcançados facilmente por alguns outros tributos, CPMF é um tipo de tributo eficiente, de baixo custo, baixo custo para o contribuinte, portanto, custo e conformidade, baixo custo para a administração, quer dizer, há outros tributos que mereceriam ser vistos, inclusive sob o ponto de vista de redução, com prioridade com relação à CPMF, nomeadamente a tributação patronal, da contribuição patronal para a previdência social que, como eu dizia, estabelece esse litígio, esse confronto entre tributo e emprego, quer dizer, eu acho que é a oportunidade para se debater, portanto, questões como essa, e estabelecer, vamos chamar assim, se me permita usar assim mais livremente, estabelecer um pedágio a ser pago pela prorrogação da CPMF.

Tentei fazer o máximo possível nesse tempo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado ao Dr. Everardo Maciel, muito importante, muito clara a sua exposição, as suas observações. Eu gostaria agora de passar a palavra para o Sr. Antônio Carlos do Amaral, Presidente da Comissão de Direito da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Sr. Presidente Senador Tarso Jereissati, Srs. Senadores, senhores integrantes da mesa, senhoras e senhores. É uma honra participar dessa Comissão, Sr. Presidente, principalmente analisando temática de profundo interesse nacional e temática essa que se reflete na vida de cada um de nós, seja como cidadãos, seja como formadores de opinião, seja como contribuintes. Mas não posso deixar, Sr. Presidente, de firmar um entendimento que é uma certa sensação de *déjà vu*. Por quê? A discussão de criar um IVA no nível Federal e um IVA no nível Estadual com todos os seus problemas é uma questão que já se avança, que já se repete há alguns anos. Alguns dos problemas bem colocados pelo ex-Secretário Everardo Maciel, remetem a esta análise que nenhuma reforma tributária é neutra, e este é um problema fundamental, porque toda a reforma tributária altera as relações entre os entes tributantes na sua posição arrecadatória, fiscalizatória e de repartição de receitas. Então por isso que cada texto de reforma tributária está fadado ao fracasso no seu debate, porque parte-se de uma premissa de que os entes tributantes que serão afetados não terão diminuição da sua receita. E mais: que todos os entes tributantes terão acréscimo nas suas receitas. Então isso vai por outro lado da moeda que é o impacto no bolso do contribuinte. Então qualquer análise de reforma

tributária que nós façamos parte de premissas que são inconciliáveis: aumento de arrecadação para os entes públicos e, do lado do setor privado, uma necessidade de estancamento ou minimização da carga tributária, por ela não ser neutra, e por isso a reforma tributária teria que ser gestada, teria que nascer de um amplo debate social. Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos acostumados já há vários anos, que as reformas tributárias são apresentadas em *slides*, às vezes reduzidas a alguns textos que são pelo próprio Governo depois desconsiderados, e com isso a sociedade debate sobre algumas suposições do que seria uma eventual proposta que o Governo remeteria para o Congresso Nacional. Então esses debates, essas apresentações, se transformam em uma certa cortina de fumaça, porque na prática se sabe da sua inviabilidade do debate concreto pela sociedade.

Eu gostaria de dizer para os senhores que o tema do Imposto sobre o Valor Agregado é um tema sem dúvida nenhuma de alta importância ao país. Foi um tema que particularmente eu me identifiquei a estudar na universidade de Harvard, sob a orientação do professor Oliver Oldman, que foi professor também do Senador Dornelles, e a minha tese em Harvard foi justamente a análise do IVA europeu, a sua adequação ao Brasil e as respectivas implicações. O IVA nada mais é do que uma técnica de tributação, ele não é um tributo em si, ele é uma técnica, é uma tributação sobre o valor agregado, como temos no IPI que tributa um pedaço da produção em direção ao consumo final, temos o ICMS, o ICMS é uma IVA, é um Imposto Sobre Valor Agregado com alguns defeitos, com a sua base limitada, mas esta sistemática de valor agregado nós já adotamos no Brasil. O problema, como já sabemos, vem da década de 60, quando refizemos a estrutura do nosso sistema tributário e que ao invés de levar o IVA, esse amplo tributo, sobre o consumo, a produção e direção ao consumo, deixar no nível nacional, no nível federal, por uma série de questões políticas que vinham e tradições das décadas de 40, 50 e 60, foi repartido entre União e Estados, e deixado o imposto cumulativo, o ISS, no nível dos Municípios. Nós sabemos que esse é um sistema esquizofrênico, opaco, ele inviabiliza o crescimento econômico e que deveras, que necessita ser alterado. A questão é que todos nós concordamos que o sistema atual precisa ser alterado e a grande dificuldade é pela ausência de um consenso nacional para elaboração de uma proposta de reforma tributária que seja uma proposta de país, uma proposta de Estado. E aí, Sr. Presidente, é que me parece que o Senado tem um papel muito grande a cumprir e poderia muito bem colaborar nesta meta.

Então que reforma tributária? Primeiro uma reforma tributária na qual a sociedade não participe do debate, quer dizer, houve uma apresentação aqui de alguns *slides* em abril, depois em junho, outros depois agora no dia 08 de outubro, e agora ontem, segundo o Dr. Brigagão, já houve mudança por parte do Governo. Ora, o que significa dizer? Quando nós vamos analisando as alterações que são feitas, os senhores estão a reboque do país, o Senado Federal está a reboque do país. Perdão, a reboque do Poder Executivo. A sociedade está a reboque do Poder Executivo, que simplesmente chega aqui para V. Exªs. e diz assim: "olha, aqueles *slides* que nós apresentamos para ao senhores há dois meses atrás, andamos conversando aqui entre nós e chegamos à conclusão que não são bons, vamos apresentar outros". Então a minha sugestão, a minha recomendação, Exª., é que o Senado Federal tomasse um pouco a liderança na condução desse debate, e vai ser ao final, a minha proposta final, de como isso poderia ser encaminhado.

Precisamos partir de uma análise da realidade. O que é a análise da realidade? É que a tributação se manifesta na escolha de bases econômicas na qual nós vamos desenhar o modelo tributário. Eu divergiria, concordo em muitas coisas com o Secretário Everardo Maciel, mas divergiria em um aspecto fundamental: eu acho que proposta de reforma tributária concreta não começa com texto. Porque o texto, ele é uma mera expressão de algo que já foi de adrede preparado, adrede combinado, quer dizer, a sociedade precisaria debater numa análise mais ampla dessas bases econômicas, então analisando a tributação sobre a renda adquirida, os tributos sobre a renda, analisando a tributação de natureza patrimonial, os impostos sobre o patrimônio, e, depois, analisando a tributação sobre o consumo, os tributos que incidirão sobre o consumo. Aí a partir destas bases econômicas fazermos o desenho que mais se adequa à realidade brasileira.

Nós sabemos que houve um aumento explosivo da carga tributária, fenômeno visível e real nos últimos anos. E vem a discussão: como é que se convive com o aumento da carga tributária com crescimento econômico pífio? Quer dizer, como que se faz esta proporcionalidade? Porque se a tributação estaria atrelada a uma geração de riqueza nova, a uma ampliação de consumo, e não há aumento de consumo e nem geração de riqueza nova compatível com os níveis de crescimento muito baixos, como que nós conseguimos bater recordes constantes na carga tributária brasileira, na arrecadação brasileira? A resposta é porque nós temos um sistema tributário fundado essencialmente no patrimônio, na riqueza já existente, e não é difícil os senhores pegarem, para os senhores terem um

exemplo disso, é fazer uma análise, pegar, por exemplo, mil reais, em 1997, e ver o poder aquisitivo de compra desses mil reais em 1997, aplicar a inflação e verem hoje os mesmos mil reais, e V. Exªs. terão a clara percepção do empobrecimento real da sociedade. Então, em números amplos, o que nós estaríamos analisando é que o crescimento da carga tributária e da arrecadação, que não é compatível com o crescimento econômico do país, esse abismo, essa diferença, na realidade ele foi um tributo escondido na corrosão do poder aquisitivo de todos nós. Então sem dúvida a sociedade empobreceu e empobreceu substancialmente, apenas para dar um exemplo, nos últimos dez anos, que é quando nós passamos a ter uma evolução mais candente da carga tributária.

Convivemos com a implosão dos direitos dos contribuintes. Também é fenômeno que desde a Constituição de 1988 as alterações constitucionais, as alterações legislativas, caminharam todas no sentido de implodir direitos do contribuinte. Para dar rápidos exemplos, nós temos a inscrição hoje da dívida ativa sem comunhão contribuinte, que vai direto para a execução fiscal, inúmeras vezes de tributos que não são devidos. Na criação da Super Receita, nós pudermos inserir, através do Senador Tarso Jereissati, Senador Arthur Virgílio, uma série de emendas pró-contribuintes que foram acatadas pelo Senador Rodolfo Tourinho, acatadas pelo Senado Federal, quando foram para a Câmara dos Deputados, até a última votação essas emendas constavam, emendas simples de aspectos de proteção ao contribuinte no seu dia-a-dia, e por acordos de corredor, na última hora, foram excluídas. A discussão que se faz agora é a de inscrição do nome do contribuinte no Serasa, que é uma crueldade principalmente ao contribuinte de baixa renda, porque a inserção se dará aos contribuintes de valor de débito inferior a dez mil reais, que são justamente os que têm menos direitos de defesa e que vão descobrir que o seu nome está inscrito quando forem usar um cartão de crédito ou obter um financiamento bancário, mesmo para as suas empresas pagarem os salários dos seus empregados. Aí vão descobrir que o seu nome está no Serasa, está vedada a operação de crédito. Me parece que é uma das medidas mais arbitrárias que nós tivemos na história do país, ela remonta a medidas que foram tomadas no tempo da ditadura, seja militar, seja na época já da ditadura Vargas, em que se criaram uma série de restrições às atividades profissionais do contribuinte, e que o Supremo Tribunal, reiteradamente, julgou inconstitucionais, mas entre nós temos uma declaração de inconstitucionalidade e a realidade, nós vamos ter o sofrimento principalmente do contribuinte de menor poder aquisitivo.

Nós temos, sem dúvida nenhuma, uma super dimensão dos atos do Poder Executivo. O Poder Executivo, sem sombra de dúvidas, abarcou as competências do Congresso Nacional. Se V. Exªs. analisarem, de 1988 até hoje, 97% das normas federais foram editadas pelo Poder Executivo ou foram geradas a partir originadas do Poder Executivo. Então este é um tema de profunda análise por V. Exªs., porque se o Senado e a Câmara dos Deputados são responsáveis por 3% das normas, quando este é o Poder Legislativo, então nós conseguimos verificar alguma razão pela qual nós tivemos crises de mensalão na Câmara dos Deputados, que travaram as votações na Câmara dos Deputados, crise agora com o Presidente do Congresso Nacional, Presidente de um Poder, Presidente de um Poder que na realidade foi para as páginas de jornais, quase que para os mexericos de novela e não para uma crise institucional seriíssima. Se o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, estivesse legislando, parasse de sofrer este abuso de invasão da sua competência legislativa pelo Poder Executivo, certamente uma crise dessa teria a população na porta, porque o país estaria travado. Por que é que não houve a população na porta? Porque a gestação das normas nasce do Poder Executivo. Então isso é um tema de profunda análise quando se discute reforma tributária, porque, como eu disse, V. Exªs. estão um pouco a reboque daquilo que de tempos em tempos o Poder Executivo apresenta a V. Exªs. como sendo uma pretensão do país, quando não é uma pretensão do país, não é uma pretensão de Estado, é uma pretensão de Governo.

O que me parece nesta análise do sistema tributário é que a proposta e os projetos precisariam ser gerados a partir do Congresso Nacional, e me parece importante analisar, quando vemos o inciso XV, do artigo 37, que foi inserido pela Emenda Constitucional 42, que justamente atribui competência exclusiva ao Senado Federal para avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, sua estrutura, componentes, o desempenho das administrações tributárias, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Me parece que por Lei Ordinária V. Exªs. poderiam criar grupos de trabalho que poderiam fazer justamente a coordenação deste debate, trazendo o tema, evidentemente com a participação do Poder Executivo, mas botando o Senado Federal como uma locomotiva desse debate. Eu me recordo que Ary Oswaldo Matos Filho e Carlos Alberto Longo, à época do Presidente Collor, formaram uma Comissão muito importante de reforma tributária, mas que infelizmente não foi para frente depois do processo de impeachment do Presidente Collor, mas eles fizeram uma grande construção nacional: conseguiram criar comissões e análises de todos os

Estados e uma proposta de reforma tributária em sentido amplo, e me parece que V. Exªs. aqui, no Senado Federal, teriam todas as condições de implementar um projeto desse, nacional, e ao lado da reforma tributária, no sentido da revisão do sistema tributário em si, é essencial a apresentação de emendas de defesa do contribuinte em aspectos fundamentais. Hoje o Conselho de Contribuintes, por exemplo, está sobre profundo ataque. Na realidade o Conselho de Contribuintes praticamente acabou, quer dizer, hoje está manietado, porque toda a sua indicação dos julgadores depende do Poder Executivo, do Sr. Secretário, hoje de um Secretário Adjunto da Receita Federal, isso fez com que os julgadores, por parte dos contribuintes, também não tenham tido mais interesse em participar, houve quase que uma renúncia em bloco por parte dos julgadores, a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional fazem pressões tremendas no âmbito do julgamento, com o que o cidadão hoje praticamente não tem mais direito de defesa no âmbito administrativo. Não tendo o direito de defesa no âmbito administrativo, resta o Poder Judiciário, que todos nós sabemos, são cinco, dez, quinze anos para ter uma solução.

Então são temas que V. Exªs. poderiam apreciar, me parece que esta reforma tributária precisaria ser gestada a partir do Senado Federal, os senhores têm pessoas aqui que tem conhecimento técnico como o Senador Dornelles, que é um profundo conhecedor do sistema tributário nacional e da evolução do nosso sistema e também do sistema tributário mundial, adotado em outros países, para dar um exemplo, como há vários Senadores com total capacidade, tem o Senador Suplicy quando fez os seus projetos de Renda Mínima, que tem implicação, sem sombra de dúvidas, em questão de natureza tributária, quer dizer, há todas as condições no âmbito do Senado Federal para a constituição de Comissão de Técnicos que poderia coordenar este debate nacional em termos de encontro de uma solução eficiente, justa, e que levasse a um crescimento econômico sustentado ao país, inclusive até com a criação depois de um cargo de *ombudsman* tributário, que justamente seria uma figura do Senado Federal que poderia congregar recomendações dos Estados, propostas de contribuintes, enfim, construir um debate verdadeiramente nacional na busca do que eu chamaria da paz tributária, que é isso que se ausenta em nosso país.

Fazendo uma rápida apreciação da questão da CPMF e da Emenda 03, me parece que a Emenda 03, como vários desses temas nacionais, ele centra nas discussões dos mitos e na realidade ele é um reflexo do sistema danoso que nós temos. Ontem eu abria um Congresso no interior de São Paulo, na cidade de Rio Claro, e participou também uma Procuradora da República, que foi chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, ela fazia uma análise interessantíssima sobre o problema previdenciário. Ela dizia o seguinte: olha, vamos imaginar dois cidadãos. Um é funcionário, um caixa de um supermercado, ganha quinhentos reais por mês. O custo previdenciário de INSS desses quinhentos reais são cerca de trinta e oito reais. Vamos agora imaginar que na frente desse supermercado tenha um vendedor de pamonha, de milho verde, alguém que esteja na informalidade, que ganhe os mesmos quinhentos reais por mês. Se ele quisesse vir para a formalidade e se registrar como contribuinte autônomo, ele teria uma incidência de 20% sobre os quinhentos reais. Ora, como que nós vamos trazer alguém que está na informalidade para a formalidade se para vir para a formalidade ele vai pagar duas vezes e meia o que paga hoje o trabalhador empregado formal? São distorções profundas do sistema e então a Emenda 03 na realidade se insere dentro desse contexto. É evidente que com uma carga tributária brutal, com custo tributário, enfim, que a sociedade brasileira não cabe, o custo da federação não cabe no bolso do cidadão, é natural que os profissionais mais velhos, que não consigam reposição como empregados na atividade geral da sociedade, constituam empresas, prestam serviços como consultores, diversifiquem as suas capacidades de renda, é natural, é uma defesa da sociedade que é lícita, que é honesta e que é correta. O problema não está nessa constituição de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de natureza intelectual. O problema está do outro lado, que é a alta carga tributária e previdenciária que inviabiliza a formalização de relações de emprego. Então nós vivemos com falsas soluções. Então o Governo apresenta problemas tremendos, "vai haver precarização de relações de emprego". Ora, precarização de relações de emprego se dá pelo nosso sistema tributário e não pela constituição de pessoas jurídicas que são formais, estes estão pagando. E há um problema profundo do nosso sistema que cada vez mais se tributa o honesto, cada vez mais se tributa o que paga, todo o modelo tributário é criado em cima daquele que paga.

Em relação à CPMF, enfim, parece que os malefícios desse tributo são suficientemente conhecidos ou bem conhecidos, ele é um verdadeiro câncer no sistema tributário, porque na realidade ele fomenta essa tributação patrimonial [soa a campainha]. Como eu disse, quer dizer, não há crescimento econômico, não havendo crescimento econômico, como que a carga tributária vai batendo recordes? É simples, porque nós arrecadamos sobre riqueza já existente, nós

empobrecemos toda a sociedade. Eu já vi, há alguns anos atrás, dado essa sugestão quando o Secretário Everardo Maciel dizia que era um tributo de baixo custo, um tributo eficiente, que auxiliava na fiscalização, me parece razoável. Então vamos transformar a CPMF em imposto mínimo. Então faça ele dedutível do Imposto de Renda da Pessoa Física e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Aí sim pelo menos o sonegador paga, mas as pessoas que estão declarando imposto teriam alguma forma de compensação. No mais, a idéia de que precisa dele para fiscalizar, a imaturidade da idéia me parece tremenda, até porque se poderia criar a sistemática sem arrecadação. Pode acabar com a CPMF e simplesmente cria-se, através do sistema da Receita Federal, por lei evidentemente, uma alíquota virtual que não incide, que não arrecada, só para verificar a movimentação bancária que eventualmente seja incompatível com a renda do contribuinte. Então essa discussão, dizer: "não, precisa para fiscalizar", essa é uma, vamos dizer assim, sustentação virtual equivocada e errada, materialmente errada.

Então senhores e senhoras, Srs. Senadores, eu gostaria de insistir com V. Exªs. justamente nisso, que V. Exªs. devem trazer para o Senado Federal, aproveitando-se desta competência exclusiva dada pelo artigo 37, inciso XV da Constituição Federal, que V. Exªs. sejam os líderes deste debate, não fiquem a reboque do Poder Executivo. Por quê? Com este nível de ingerência do Poder Executivo na atuação do Congresso Nacional, com o passar do tempo, evidentemente, que nós vamos ter uma sociedade cada vez menos dando valor ao trabalho do Congresso Nacional, e aí só os mais fortes é que sobrevivem, porque os mais fortes, os mais ricos, têm acesso a gabinetes de Ministro. Aqui não, a sociedade tem, a senhora do povo pode conversar com V. Exªs. nos corredores, mas ela não consegue ser atendida pelos Ministros, ela não é atendida pelo Presidente da República. Assim, o esvaziamento de competência de V. Exªs, é o esvaziamento do direito de todos nós cidadãos, somos todos nós que perdemos. Por isso que eu insisto, e também em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, novamente agradecendo o Sr. Presidente Tarso Jereissati pelo convite que nos fez de que aqui participar, de que V. Exªs., regulamentando esse inciso XV, criem Comissões Técnicas para fazer um projeto de construção nacional, em prol da cidadania, em prol de todo o país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por preferência do Senador Jereissati estamos aqui na Vice-Presidência da Comissão, agradecendo primeiramente o Dr. Antônio Carlos Rodrigues Amaral pela bela explanação, e de imediato, então, passamos a palavra ao Dr. Gustavo Brigagão, que está aqui como Advogado Tributarista.

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: Exmo. Sr. Senador Neuto de Conto, Dr. Everardo Maciel, Dr. Antônio Carlos, Exmo. Senador Tasso Jereissati, a quem eu agradeço imensamente o convite em participar dessa Comissão para tratar de um tema tão importante.

Eu estruturei a minha apresentação, nesses vinte minutos, de forma a tratar principalmente dos pontos relevantes que ao meu ver afetam atualmente o sistema tributário brasileiro, e que a meu ver torna necessario efetivamente que haja uma reforma tributária. Eu acho que do jeito que está não está bom, em função dos pontos que eu vou demonstrar em seguida.

O primeiro aspecto que todos conhecem é uma carga tributária excessiva e crescente do Brasil. É uma carga tributária de primeiro mundo, que não corresponde aos serviços que são prestados aos contribuintes, aos serviços públicos prestados aos contribuintes. Para adotar uma postura mais conservadora e adotar os números da própria Fazenda, a carga tributária de 2005 para 2006 foi de 33% para 34%, os números que nós conhecemos são bem maiores do que esses, e a solução, a solução maior me parece muito simples e é o que é unanimidade, ou seja, é a ampliação da base e a diminuição de alíquotas. A ampliação da base, como salientou o Dr. Antônio Carlos, através da redução de informalidade, isso pode ser feito de várias formas, o Super Simples foi uma tentativa, eu acho que ainda merece muitos aperfeiçoamentos, a tentativa de diminuição de sonegação fiscal através de um aparelhamento muito maior da fiscalização, enfim, são medidas que tendem a ampliar a base diminuindo as alíquotas e, assim, numa tentativa de diminuir a carga tributária.

O segundo ponto é a complexidade do sistema tributário brasileiro. Nós temos cinco principais tributos indiretos, quatro deles não cumulativos, uns incidindo sobre os outros, e essa incidência de um tributo sobre o outro leva à aplicação de fórmulas como essa que constam da tela. Imaginem os senhores um médio, um portador que esteja sujeito à incidência de todos esses tributos, tendo que aplicar uma fórmula desse tipo, ou seja, obviamente os erros são enormes, as autuações são maiores ainda e a complexidade do sistema acaba impedindo que haja o pagamento correto dos tributos, o que gera todos os problemas como a pouca existência de investimentos, a queda do poder aquisitivo e o próprio crescimento da economia.

A questão da normatização das regras relativas ao sistema tributário --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desculpe, Dr. Gustavo Brigagão, mas aquela fórmula lá não é assim tão facilmente compreensível, está aí e prontos, então se puder --

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: A fórmula é justamente para mostrar a complexidade do sistema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Mas então se puder nos explicar o formato, o que significa a fórmula --

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: A fórmula é simplesmente a incidência de tributos sobre uma mera importação. O que é que acontece na importação? Há a incidência do ICMS, do IPI, do PIS e da COFINS, sendo que uns incidem sobre os outros. A incidência de uns sobre os outros faz com que o importador, para calcular o PIS e o COFINS devidos na importação, tenha que aplicar essa fórmula. Daí a complexidade. O senhor, por favor, não me peça para explicar a fórmula porque eu não vou conseguir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pensei que fosse facilmente explicável.

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: Não, não, não, não, é justamente para demonstrar a complexidade do sistema tributário.

A questão do número de normas existentes. São duzentas e trinta mil normas expedidas para regular a matéria tributária em dezoito anos. São vinte e sete legislações diferentes de ICMS em função de haver uma tributação estadual que onera a circulação de mercadorias que circulam em todos os Estados do país. A existência dessas normas gera obviamente interpretações absolutamente divergentes em cada um dos Estados, e essa aplicação divergente faz com que contribuintes que estejam localizados em mais de uma região do país tenham que se adequar a essa aplicação de normas divergentes, o que gera um problema seriíssimo para os contribuintes.

A questão da guerra fiscal. A questão da guerra fiscal, ela atualmente já atingiu um nível em que ela deixa de ser na realidade um atrativo na medida em que todos os Estados passaram a adotá-la, e adotá-la de forma inconstitucional, como bem salientou o Dr. Everardo, na medida em que existe uma Lei Complementar, a Lei Complementar 2.475, que queria os meios pelos quais a guerra fiscal seria evitada se os convênios do qual dependem as criações desses incentivos fossem efetivamente pedidos. Daí surge uma reação de um Estado contra outro, não só no sentido de criar normas para que tornem atrativos também investimentos para os seus Estados, como também Ações Diretas de Inconstitucionalidade que são propostas de um Estado contra o outro. Essa guerra fiscal é extremamente danosa para a economia porque reduz a receita dos Estados e precisa definitivamente ser eliminada do cenário nacional.

Uma outra questão, há um outro ponto também que é muito problemático no que diz respeito ao sistema tributário nacional, é a definição efetiva de competências tributárias. A questão do ICMS de importação, por exemplo, não se sabe em que Estado pagar porque a norma não é clara. A questão do ISS, o local da prestação, o Município competente para instituir o ISS numa situação em que o estabelecimento prestador esteja localizado num Município e o serviço se realize em outro. Conflitos existentes entre ICMS e ISS, os casos de provimentos a acessos à Internet, por exemplo, situações em que a definição da competência não é feita de forma clara e em função disso as atividades ficam não sujeitas à tributação. IPI e ISS, tendo em vista que são atividades que são sujeitas a ambos os tributos, a única diferenciação existente decorre do fato de ser o adquirente do serviço consumidor final ou alguém que vá destinar o produto objeto dessas atividades, de industrialização, à comercialização e industrialização.

Questões de segurança jurídica. Os Tribunais, nossos Tribunais Superiores, eles adotam interpretações que mudam de tempos em tempos gerando absoluta segurança jurídica para os contribuintes. Isso aconteceu com a COFINS, Sociedades Profissionais, com Crédito Prêmio, com Correção Monetária de Créditos de ICMS, enfim, são milhões de outros exemplos que eu poderia dar e que na verdade tornam o ambiente de pagamentos de impostos, um ambiente absolutamente inseguro no que diz respeito ao enfoque dado ao contribuinte.

A questão do contencioso administrativo-judicial e tributário. Ontem saiu nos jornais a aprovação na CFT da Câmara de um projeto que proíbe ... elimina a liminar sem depósito, simplesmente elimina a liminar sem depósito. Na relação jurídico-tributária, é uma relação atípica, normalmente quando se executa alguma obrigação numa relação privada, porque eu tenho uma nota promissória, eu devedor aceitei que devo aquele valor, assinei a promissória. No caso da dívida tributária, não. Existe a constituição do crédito tributado, do título executivo, que é feito pelo próprio Fisco. Eu, contribuinte, não aceitei que devia aquele valor, e no entanto eu passei a ser devedor. Aí surge uma série de ... eu tenho que ingressar em Juízo ou ir para o processo administrativo, que como muito bem salientou o Dr. Antônio Carlos é um sistema falido no Brasil, eu vou ter que me defender, e há autuações que são milionárias. Só para dar o exemplo para os senhores do

absurdo, eu já vi um auto de infração que presumiu que havia numa empresa vendedora de tinta quatrocentos e cinqüenta bilhões de dólares, e esse auto de infração foi mantido em primeira instância, administrativo. Imagine os senhores, eu vou discutir judicialmente essa questão, e não vou ter o direito de obter uma liminar do Juiz para discutir isso sem ter que depositar esse valor que na época era de três vezes a dívida externa brasileira? Isso não existe. Então seria o mesmo que no Direito Penal eliminassem o *Habeas-Corpus*. Outro problema que surge relativo a essa insegurança jurídica e decorrente também do contencioso administrativo e tributário é a divergência de normas existentes, principalmente no que diz respeito ao ICMS. Existem normas, existem Conselhos de Contribuintes em cada uma das unidades da federação, e essas decisões são divergentes, colocando o contribuinte sem saber, principalmente esses contribuintes de áreas de telecomunicações, por exemplo, a EMBRATEL, por exemplo, que tenha estabelecimentos em todos os vinte e sete Estados, eles ficam sujeitos a regras relativas ao mesmo tributo, em relação ao mesmo fato, interpretações absolutamente divergentes.

Questões relativas à não cumulatividade. O sistema atual proíbe o creditamento de bens de uso e consumo, o que gera, segundo dados levantados pela Fazenda, valores pagos excessivamente pelos contribuintes na ordem de trinta bilhões/ano. A impossibilidade de creditamento, o creditamento num bem de ativo permanente é de 1/48 avós para ICMS ou então 1/24 avós para PIS/COFINS, o que impede investimento. Energia elétrica, não é possível o creditamento de energia elétrica em uma atividade comercial, apesar de ser absolutamente necessário à atividade. Imagine um frigorífico, sem energia elétrica, se não seria considerado essencial para a sua atividade.

Desoneração da exportação. A regulamentação na forma de transferência desses créditos, como bem já salientaram os apresentadores anteriores, a necessidade de que essa transferência seja possível sem que haja ... ou então pelo menos a aceleração e a agilização da homologação dos créditos por parte dos Estados.

Em relação à proposta, ontem eu tive a oportunidade de ver uma exposição feita pelo Dr. André Paiva, o Secretário Adjunto do Ministério da Fazenda, a respeito da última versão de proposta feita pelo Governo. E agora, como já adiantou o Dr. Everardo Maciel, há a criação de um IVA Federal e de um IVA Estadual. Agora eu solicitei dois pontos aqui que me chamaram a atenção com relação a isso e que podem no futuro vir a ser objeto de contestação. Em primeiro lugar --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual a modificação que ele disse que havia?

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: A modificação, o projeto anterior era um IVA dual, em que haveria um par de alíquotas, uma alíquota federal e uma alíquota estadual. Segundo ele os Estados, numa reunião que ele fez em Confaz, os Estados não teriam aceitado isso, não teriam aceitado se submeter a uma legislação única que regulamentasse a incidência dos dois tributos, o federal e o estadual. Então eles quiseram uma legislação própria para o IVA Estadual.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: Não, não, não, não existe, haveria dois tributos efetivamente. O IVA dual seria um IVA só com um par de alíquotas, mas os Estados, segundo ele, não teriam aceitado, eles criam uma regulamentação específica em que eles tivessem normas próprias para o IVA Estadual. Agora mesmo em relação a isso, a maior parte da doutrina tributária brasileira, não adianta nada se criar uma regra que vai ser objeto de contestação judicial e que caia logo em seguida. A maior parte da doutrina brasileira entende que pelo princípio da competência não é possível que um ente diverso daquele que tem a competência tributária regule a incidência do tributo, e seria o que estaria acontecendo aqui, pois haveria uma Lei Complementar, espero que seja Lei Complementar, pode ser pior ainda, pode ser uma Lei Ordinária Federal, regulando as normas de incidência do tributo, de um tributo estadual, e isso feriria princípios constitucionais relativos à competência, legalidade, federalismo, enfim, isso poderia ser objeto de contestações no Supremo Tribunal Federal posteriormente. Em segundo lugar, o fato de existir uma norma federal não impede que haja interpretações diversas pelos vários Estados. Então se não houver também a criação de um Tribunal Administrativo único, que uniformize os entendimentos relativos a cada uma dessas matérias, uma regra geral federal não adiantaria de nada, porque as interpretações dessa norma seriam completamente diferentes.

Um outro problema que eu vejo com relação a essa proposta é o conceito de destino, que tem que ser... não é bem um problema, é um alerta, definição de destino tem que ser muito bem feita, porque nós temos destino... hoje em dia nós temos também destino obviamente, é um sistema misto, de origem distinta, mas o destino se dá em função de fatos geradores que ocorrem efetivamente no destino, ou seja, é a saída posterior que se dá no Estado de destino, é o recebimento que se dá no Estado de destino. Agora quando nós temos situações em que o fato gerador não é suficiente para determinar com precisão onde se dará

a operação do destino, por exemplo, a importação, a importação no sistema atual o Estado competente é aquele onde estiver localizado o estabelecimento destinatário. Nós temos atualmente duas decisões do Supremo Tribunal Federal numa situação em que o adquirente jurídico está localizado num Estado e a mercadoria entra fisicamente em outro. O Supremo Tribunal Federal, na primeira decisão, entendeu que o estabelecimento destinatário, que o destino seria onde localizado o contribuinte jurídico, aquele que contratou a importação, e na outra ele entendeu que seria o destinatário físico, ou seja, há uma divergência de interpretação, de destino, numa situação simplérrima, que é a de importação. Agora imagine, porque o projeto prevê o pagamento do imposto feito na origem com uma câmara de compensações em que seria repassado o valor do imposto pago ao Estado de destino. Imagine as regras que poderiam... como as alíquotas não serão iguais os contribuintes sempre procurarão definir o Estado de destino como sendo aquele que tenha uma alíquota menor e tentando fazer vendas à ordem, enfim, ou seja, essa questão de destino tem que ser analisada, ao meu ver, com bastante rigor no sentido de estabelecer uma regra que evite, se for essa mesmo a intenção de se aprovar uma regra que tenha um destino como forma de acabar com a guerra fiscal.

Quanto à substituição do ISS pelo IVV, que foi uma outra modificação feita e anunciada ontem nessa exposição na ABDF. Na regra original, ou pelo menos na penúltima, o que se tinha era simplesmente que os Municípios seriam financiados pelo repasse de verbas federais, o ISS seria extinto e não havia a criação do IVV. Na última versão cria-se o IVV. A criação do IVV me chama a atenção por outro ponto. Normalmente no mundo ou se tem a incidência de tributos pelo IVA, Imposto de Valor Agregado, ou nós temos a figura do SALEX TAX(F), Imposto de Vendas, como é nos Estados Unidos, por exemplo. Nos Estados Unidos eu pago os SALEX TAX(f), mas não tenho o IVA. Na Europa eu tenho o IVA, mas não tenho o SALEX TAX(f). Por esse modelo eu teria as duas incidências: a do IVV e a do IVA, ou seja, seria um sistema único, não conheço nenhum outro sistema [soa a campainha] que adote essa interpretação. Agora de qualquer forma, adotado isso, teríamos que ter muita atenção em definição de regras como o local da prestação, o conceito de varejo. O que é varejo? O varejo é determinado em função da natureza do adquirente ou em função do volume das mercadorias vendidas? O conceito de serviços, o conceito de serviços seria qual? O adotado na Europa, ou seja, tudo que não seja fornecimento de mercadorias, ou seria uma lista taxativa como existe atualmente no ISS? Obrigação de fazer, locação poderia ser considerado? Enfim, essas questões todas têm que ser muito bem pensadas quando analisada essa proposta feita pelo Governo.

E, por fim, eu lembro da questão da tributação fixa dos profissionais liberais. Na reforma de 1965, Rubens Gomes de Souza, um dos autores da reforma, e Gilberto Joel Canto, já diziam: o ISS não pode ter uma tributação que seja resultado da aplicação de uma alíquota sobre a remuneração do profissional porque se não nós teríamos dois Impostos de Rendas: um Imposto de Renda Federal e um Imposto de Renda Municipal. Em função disso a tributação das sociedades profissionais é uma tributação fixa, inclusive tentaram eliminar essa regra e em função da Emenda Tarso Jereissati essa regra foi aprovada no Senado, ela não foi votada na Câmara dos Deputados, mas reinsere-se explicitamente na Lei Complementar 116. É outra questão que tem que ser observada, ou seja, a manutenção da tributação fixa para as sociedades profissionais.

Só para finalizar, rapidamente, em relação à Emenda 03 eu concordo em gênero, número e grau com o que foi dito pelo Dr. Everardo Maciel no sentido de que a possibilidade de desconsideração dessa pessoa jurídica, que também atinge à finalidade levantada pelo Dr. Antônio Carlos no sentido de trazer para a formalidade contribuintes que estão atualmente fora, que atualmente não pagam qualquer tributo, e a possibilidade de um agente fiscal desconsiderar, sem a prévia determinação de uma decisão judicial, me parece um completo absurdo.

Em relação à CPMF eu faço minhas também as palavras - a vantagem de falar por último é essa, que eu posso adotar as exposições anteriores, mas eu faço minhas as palavras do Dr. Antônio Carlos no sentido de que é um tributo perverso, cumulativo, e que o que se diz no sentido de que ele pode ser utilizado para aprimorar a fiscalização é uma falácia na medida em que todo o procedimento pode ser adotado sem que haja a arrecadação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu queria agradecer a todos os três explanadores, extremamente válidas, extremamente ricas, extremamente competentes, um subsídio importantíssimo para a nossa discussão aqui, e eu passaria a palavra agora para fazer suas perguntas, estão inscritos o Senador Dornelles, o Senador Suplicy e o Senador João Tenório. Senador Dornelles. Eu vou fazer em bloco, se concordarem Senador Suplicy, fazer em bloco e todos respondem. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero cumprimentar ao Everardo, ao Antônio Carlos e ao Brigagão por essa participação nesse seminário.

Everardo, eu concordo plenamente com você na análise que você mostra quando se fala em reforma tributária no Brasil se pensa logo naqueles aspectos constitucionais federativos, e que existe muito a fazer nessa área da legislação ordinária, onde tem um campo enorme de aperfeiçoamento e que nós não podemos ficar batendo somente em raciocinar nos termos constitucionais, mesmo porque grande parte das dificuldades de qualquer mudança tributária, ela não está especificamente no fato do tributo, mas nos aspectos federativos, quer dizer, em vinte e quatro horas qualquer um dos senhores presentes aqui redige um texto de uma reforma tributária que merece 10 em qualquer banca examinadora, baseado em impostos não cumulativos, progressivos, números reduzidos. O problema é que qualquer mudança tributária, União, Estados e Municípios analisam como uma maquininha de calcular, isso é uma verdade que nós temos, e na hora que perde fala: "essa não vai", de modo que é complexo, eu acho que no momento um dos grandes defeitos do nosso ... defeitos para a sociedade e qualidade para o Fisco, é a invisibilidade dos nossos impostos, porque no momento em que se tornar público, com os dois IVAs, qual é a alíquota que existe hoje sobre determinados produtos, que a sociedade verificar que paga 40%, 50%, 60% de tributo indireto e oculto, a reação é muito grande. O Fisco hoje recebe isso sem que ninguém reclame. Você hoje tem um sistema tributário em que os menos favorecidos pagam muito imposto e não sabem o que pagam, e no momento que vier a público vai ser uma reação problemática e grande.

Mas eu acho também que nós temos que esperar aqui essa colocação para fazer uma análise mais profunda, mas em relação ao que falou o Brigagão, eu tenho uma posição muito contrária à criação do IVV, do Imposto de Vendas a Varejo. Eu também não conheço onde você tem um Imposto Sobre Valor Agregado e um Imposto de Vendas a Varejo, e isso seria um custo de fiscalização muito grande. Eu acho que quando se faz uma reforma tributária, nós temos que medir o custo, e alguns impostos consolidados e onde a jurisprudência já está praticamente pronta, que não tem dúvida, isso dá muita tranqüilidade tanto para a empresa como para o Fisco. Para fazer uma fusão dessas nós temos que ter muita segurança. Eu concordo com o Everardo que o grande problema do sistema tributário ainda está no ICMS, nós tínhamos que pensar uma forma engenhosa nessa área, essa grande quantidade de legislação, esse problema das alíquotas interestaduais causam os maiores problemas, e nós temos que esperar para ver como é que vai ser essa engenharia apresentada, mas você vê que até agora a cada momento ela muda, e essa engenharia aqui não chega.

Eu queria também comentar ao do Antônio Carlos e do Gustavo o seguinte: nós aqui estamos prontos a receber qualquer sugestão de vocês em relação à legislação ordinária. Eu acho que nunca, em época nenhuma, o contribuinte esteve tão oprimido e desrespeitado nas esferas administrativas como hoje estão. Você verifica hoje que quando o contribuinte ganha na primeira instância, recurso ex-ofício para os conselhos contribuintes, ele ganha e ainda que recorrer para a Câmara Superior. Eu já tenho projeto tentando liminar essa última fase, mas a Fazenda luta de uma maneira ... eu não sei porque não abre mão desse último recurso, que é uma brutalidade, depois de já terem duas vezes reconhecido a não incidência. Se criou também agora a possibilidade, esse assunto está sendo discutido na Comissão de Justiça agora, em que da decisão da própria administração, da própria Fazenda, o Procurador pode recorrer ao Judiciário quanto à decisão dele próprio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é um absurdo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, isso é o cúmulo do absurdo, e nós estamos, esse projeto está em exame na Comissão de Justiça com a posição do Governo contra. Então o contribuinte ganha em várias instâncias, ganha em todas as instâncias administrativas, que é da Fazenda, e a Fazenda recorre para o Judiciário contra a sua própria decisão, quer dizer, é o absurdo dos absurdos a burocracia que existe nessa área. De modo que eu queria dizer para vocês que quando vocês tiverem essas sugestões, aspectos práticos, de casos que se pode consertar por legislação ordinária, eu pediria que nos mandassem, conversamos aqui com o Presidente, com o Tarso, e nós podemos inclusive apresentar aqui na SubComissão, e até já com um respaldo grande, antes mesmo que tenha uma reforma tributária complexa, que envolve aspectos constitucionais, que envolve fusão de impostos, casos práticos, nós precisamos disso, que aí nós já fazemos, corremos e resolvemos esses pequenos problemas sem ficar esperando a solução dos grandes.

Eu queria dar a minha concordância plena em relação à Emenda 03, como foi dito pelos senhores, a gente poderia chamar a Emenda 03 como a cocada de doce de coco [risos], ela é uma cocada de doce de coco. Ela não precisaria existir porque aquilo é um dispositivo constitucional. A Emenda 03 diz para o Fisco: olha, vocês têm que cumprir a constituição, porque o Fisco quer ser membro do Poder Judiciário. Isso daqui hoje é uma distorção grande que nós temos aqui, todo mundo quer tomar o lugar do Judiciário, todos os setores: o Fisco quer, o Ministério Público quer, a Polícia

quer, até o Congresso quer também. Mas o problema básico é o seguinte: a Emenda 03 só tem um jeito: ou nós rejeitamos o veto ou então não tem conversa, não tem que discutir. Cada Emenda que chega aqui é mais desrespeitosa com a sociedade, cada vez que se manda está a se institucionalizar o poder do Fisco de fazer aquilo que a justiça deseja. De modo que a posição em relação à Emenda 03, eu acho que só tem um caminho: é botar em votação e derrubar o veto.

Em relação à CPMF, meu caro Everardo, eu também peço autorização para discordar da sua posição e ficar com o Antônio Carlos e com o Gustavo. Eu acho que tem todos os defeitos de uma incidência tributária, exceto que é de fácil cobrança. Não existe em lugar nenhum do mundo que eu conheça, eu não conheço nenhum lugar onde existe uma CPMF. Ainda que fosse como um tributo de natureza fiscal deveria ter uma alíquota extremamente pequena, eu acho que como um imposto invisível ele é de belíssima cobrança porque 98% das pessoas não sabem o que estão pagando, mas eu acho que ele tem todas as distorções de uma incidência tributária, embora eu concorde também que nós não podemos ... hoje eu estou como Relator aí da Receita, 40 bilhões, na realidade vai dar um pouco mais, a proposta veio de trinta nove, num exame melhor já chegamos a quarenta e eu não me surpreendo se chegar a quarenta e um ou quarenta e um e meio. O Governo tem dois bilhões para negociar, ele está escondendo um pouco, como a Receita e como nós sempre escondemos, de modo que não é novidade nenhuma. Mas eu acho que tirar, por exemplo, de repente, se tirar a CPMF hoje, não haveria condições. São 6%, 7% da arrecadação, nós teríamos que examinar isso. O que podíamos é, simplesmente como Everardo falou, e o Senador Tarso Jereissati tem um papel fundamental, é tentar com base no CPMF corrigir algumas distorções que existem, seja na incidência do PIS/COFINS no saneamento, seja na própria redução, um pouco, o reescalonamento, reduzindo aos poucos a CPMF no sentido de que sua alíquota vai ser reduzida ou aumentando o nível de isenção, tirando um pouco a regressividade da CPMF. Mas eu acho que CPMF é uma distorção, tem todos os defeitos de uma incidência tributária e é como jabuticaba, só existe no Brasil. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Ministro Dornelles hoje está guloso, está me dando fome aqui, ele já falou em doce de coco, cocada e agora doce de jabuticaba [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Senador Tarso Jereissati, prezados Srs. Everardo Maciel, Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, Gustavo Brigagão.

Primeiro agradeço a contribuição que nos deram aqui na Comissão de Reforma Tributária, eu acho que a própria divergência que há entre os três, no que diz respeito, por exemplo, à CPMF, é um sinal de que nós temos ainda muito que avançar para chegar a um consenso. Me parece que há um ponto comum na exposição dos três que é a importância de simplificarmos e racionalizarmos o sistema tributário brasileiro, que é um dos objetivos desta Comissão. Eu avalio que nós precisamos avançar na direção de possibilitar que qualquer cidadão possa compreender muito bem qual o tipo de imposto, de contribuição que cada um de nós pagamos, e, ao mesmo tempo, ter muita clareza sobre quais os benefícios decorrentes desta contribuição que cada um dá. Quanto mais as pessoas estiverem conscientes do que é feito do dinheiro que é administrado pelos Governos nos três níveis, mais haverá disposição, inclusive de cada um poder cumprir o seu dever cívico de estar pagando o imposto.

Com respeito à CPMF, eu acho que ainda não houve uma exposição extremamente clara para qualquer cidadão e para os cidadãos em geral sobre qual é de fato a incidência, como é que a pessoa que gasta mil reais por mês ou que tenha uma renda de mil reais por mês e gaste, digamos, novecentos reais e poupe cem, e como é que a pessoa que gaste, que receba cem milhões de reais por mês e poupe uma certa quantia, quanto é que ela vai pagar de ICMS uma em relação à outra. Tem havido inúmeras exposições --

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy, só lhe interrompendo, porque é a questão do assunto que V. Exª. está tratando, o José Roberto Afonso, que é assessor dessa, já fez uma exposição, inclusive tem um cálculo feito sobre a incidência. Se quiser até ele pode falar isso daí, eu não sei se agora ou depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Eu gostaria depois de receber. Nas exposições que têm sido feitas, inclusive o pessoal que fez a campanha outro dia naquele Conserto da FIESP e outros que fizeram, ali houve comparações que no meu entender são indevidas, então não são exposições que são facilmente compreendidas pela população, eu acho que falta um caminho nessa direção de maior clareza.

Eu gostaria de lhes transmitir que um exemplo de muita clareza no que pode um benefício relacionado a uma forma de tributação é justamente o conceito da Renda Básica e de Cidadania, que é uma lei já aprovada no Brasil, será instituída por etapas e, inclusive, está

tramitando em caráter final na Comissão de Finanças e Tributação, sendo o Relator o Deputado Ciro Gomes, o Fundo Brasil de Cidadania, que uma vez instituído poderá, com o tempo, acumular os recursos suficientes para vir a pagar uma renda básica universal para digamos os cento e noventa milhões de brasileiros se for instituído em 2010, daí para frente. Para que tenham os elementos necessários como exemplo de como isto é tão claro, eu vou lhes dar, aos três, um exemplar do livro Renda Básica e de Cidadania. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, primeiro eu acho que essa Audiência de hoje mostra muito bem o efeito positivo do trabalho dessa Comissão no sentido de trazer uma contribuição efetiva na constituição, digamos assim, dessa reforma. Nós tivemos posições aqui muito antagônicas, mas todas elas, claramente, contribuintes para que o andamento do processo de constituição dessa reforma seja a melhor possível. Então eu acho que esse papel está sendo cumprido muito bem pela Comissão, eu gostaria de registrar isso.

Apenas três pontos aqui que eu gostaria de... não de perguntar, mas de fazer alguma reflexão sobre eles. O primeiro é o seguinte, eu tenho uma concepção no seguinte: na hora que se concede ao Governo possibilidades financeiras dele gastar, ele é levado a gastar, daí a porque em princípio eu me posiciono contra a renovação da CPMF, pois é conferir ao Governo possibilidades de que ele possa vir a gastar, que é o que tem feito, o Presidente da República, algum tempo atrás, deu uma declaração que a melhor maneira de fazer gestão era empregar. Então está muito claro que há uma vontade, há uma decisão, há um preferência pelo fato de que o gastar é uma coisa importante para o Governo. Então na hora que se lhe é dado a oportunidade, via CPMF, via qualquer tipo de imposto, de que isso venha a acontecer, seguramente há uma tendência de que o Governo venha continuar a exercer esse malefício que é gastar, sobretudo de uma maneira indireta. Entretanto, a posição do Dr. Everardo Maciel, eu acho que ela merece uma reflexão. A posição do Dr. Everardo merece uma reflexão quando ele sugere que simultaneamente à concessão da CPMF seja montado um mecanismo, qualquer que seja, de segurar o Governo. A única dúvida, Dr Everardo, é se isto é possível, se existe um mecanismo que a gente pudesse, ao mesmo tempo que conceder essa possibilidade do Governo ser um gastador como ele de fato é, evitar que isso aconteça. Essas duas ações teriam que acontecer simultaneamente, a simples promessa não resolveria, porque nós temos experiência de que essas coisas não acontecem. Ou elas acontecem simultaneamente ou não vão acontecer, não é, claramente. Mas eu gostaria de registrar que V. Sª me fez refletir um pouco mais sobre essa questão da aprovação ou não da CPMF. Entretanto, resta-me essa dúvida, se é possível de fato estabelecer, instalar um sistema com essas características.

O segundo ponto que eu acho que foi tocado aqui pelo Dr. Brigagão e pelo Dr. Antônio Carlos, e eu aqui me sinto muito do lado do contribuinte porque sou de um lado do contribuinte, pessoa física, e sou do lado do empresário, que sofro ainda também mais as conseqüências dos efeitos de qualquer, digamos assim, distorção nas relações Estado público-privado, principalmente no que diz respeito à questão tributária: é questão da insegurança jurídica. Nós vivemos num momento que isso atinge níveis absolutamente insuportáveis. A mudança de entendimento do Judiciário em função talvez até daquele número absurdo de medidas, que duzentas e trinta mil foram implantados no país durante os últimos tempos, talvez até por contas disso haja interpretações que mudam assim do dia para a noite. Então o contribuinte e, sobretudo, o empresário, vive um momento de perplexidade, pois ele não sabe exatamente o que pode acontecer amanhã. Existem casos aí até recentes de decisões depois de cem julgados de um jeito, cento e vinte julgados de um jeito, os Tribunais mudam de opinião. Aí eu me perguntaria porque essa preocupação tão grande pela cláusula vinculante, porque cento e vinte julgamentos deveria ser uma cláusula vinculante e não é. Então essa questão da insegurança jurídica é uma coisa que realmente, para que se estabeleça uma relação séria entre o público e o privado, no que diz respeito às questões tributárias, elas têm que ser muito claras e muito bem estabelecidas. Eu acho isso daí.

O terceiro ponto é um ponto que eu sempre trago aqui, o meu [ininteligível] já deve estar gravado essa minha posição, é no que diz respeito à questão da guerra fiscal. Eu acho inclusive um nome pejorativo. Eu sou de uma região pobre, mais pobres do Brasil, e sou de um Estado que é talvez o mais pobre da região, o mais pobre do Brasil, e sei que não acontece nada para diminuir ou atenuar essas imensas desigualdades sociais, não aconteceu nada durante os últimos dez anos. Os Governos rasgaram das suas agendas de trabalho qualquer ação pública no sentido de atenuar essas diferenças inter-regionais, e a única coisa que aconteceu de fato foi a ação dos Estados, aí sim, em busca de atrair empresas, atrair hotéis, na verdade atrair emprego, essa que é a grande realidade. Então isso é muito diferente. Eu costumo dizer que quem conhece Ribeirão Preto, quem não conhece a diferença

entre Ribeirão Preto e Coité do Nóia, talvez não perceba exatamente a razão, o esforço, a preocupação que levou à criação da chamada "guerra fiscal".

Então são os três pontos que eu gostaria de refletir e pedir, Presidente, que eu acho que essa sessão de hoje, como as demais também, é a prova evidente do efeito absolutamente salutar do trabalho dessa Comissão no sentido de esclarecer as coisas que serão absolutamente importantes na formulação dessa nova política tributária que advirá depois dessa pretensa reforma que talvez aconteça. Obrigado.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, só dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É que eu vou pedir para você vir. Pois não, você quer falar antes?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro, é que eu ia pedir para você vir me substituir.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Quer que eu vá aí antes? É só dois minutos. Senador Jereissati, nosso Presidente, cumprimentando as três explanações tão importantes, como foram importantes todas as que estiveram aqui. Vou ocupar somente dois minutos porque é muito difícil fazer uma reforma tributária um Governo, num exercício de um Governo, quando tem desde o orçamento para ser cumprido, despesas programadas e receitas pré-estabelecidas.

Eu entendo que para ter sucesso uma reforma ela deveria ser introduzida assim, como estamos trabalhando para produzi-la, mas tem que ser colocada em prática gradativamente e, principalmente, no futuro para o Governo, para que quem se propõe a administrar o país já conheça as próprias regras de uma administração ou principalmente de uma tributação. Eu não tenho visto, ao longo dos anos que eu milito na vida pública, conseguir colocar uma reforma tributária num Governo em exercício. Entendo que temos a oportunidade sim de debater e de produzir para que ela seja colocada em prática no próximo Governo ou alguma coisa imediatamente, mas num processo lento, em função de todo o processo que está aí.

O segundo ponto, se nós não colocarmos responsabilidades fiscais aos Governos, nós vamos ver o crescimento da economia sempre menor do que o crescimento das despesas. É muito difícil esse controle e eu não tenho encontrado ao longo dos Governos, nos últimos trinta, quarenta anos, alguém que faça diferente. Para o Governo o caminho mais curto para buscar as soluções dos seus problemas é alterar impostos, elevar impostos, criar impostos para que aqueles que pagam, pagam mais, e quem não paga fica fora.

Outro ponto é a insegurança jurídica já citada pelo Senador João Tenório. Segundo os estudos ela é responsável praticamente... um dos grandes responsáveis pela diminuição do crescimento que o país precisa. O mundo todo vem investir no Brasil, investe em alguma coisa, nós temos a exportação que é um recurso que entra. A segunda, os investimentos praticamente são especulativos. Existe de outra linha também, está existindo atualmente pela credibilidade que o país tem, mas a maioria são especulativos e não... porque as entranhas jurídicas é um processo de impedimento ao crescimento do país. E só com uma reforma profunda nós vamos buscar a informalidade, que se fala em um índice muito grande que nossa Pátria tem.

Eu venho de uma reunião, Dr. Everardo Maciel, muito interessante. Eu estou vindo do Ministério de Minas e Energia aonde estão discutindo os minerais e tem um ponto que entrou da água mineral. Eu gostaria até de citá-lo aqui para ver os problemas que existem, tão profundos. A água mineral é tributada como mineral, embora sendo renovável, que o imposto de mineral deveria ser para o que tem o finito e não para o infinito, mas a água é renovável por causa da chuva e a sua penetração. Ela é envasada como bebida e é consumida como alimento. E o principal: só tem um produto no ser humano que tem um peso maior, que é o ar. Depois, sem água, nós vivemos muito pouco tempo, e quase 50% do seu consumo é tributado, 50% do seu valor, e ela é necessária para o ser humano. Eu cito um fato só para ver a distorção que existe em todo esse processo.

E o último, a empresa, eu também venho da ponta, de operário, empregador, e conseqüentemente conhecemos todo a trajetória. Hoje no Brasil custa quatro vezes mais o controle da tributação do que custa a qualquer país na Europa, nos Estados Unidos. Aonde na Europa se ocupa um funcionário para cuidar da tributação de uma empresa, no Brasil precisa de quatro. E é custo, custos que se elevam.

Então eu fico gratificado pelo que eu ouvi, eu faço só umas reflexões, pequenas reflexões, até pelo adiantado da hora, mas eu fico gratificado porque a cada reunião temos um aprendizado maior e desse aprendizado certamente vamos ter um caminho para produzir uma legislação que o Brasil precisa e não será para o Presidente atual e nem para os futuros, quem está precisando de uma legislação para a nossa sociedade é o próprio país, é a sua sociedade. Eu agradeço a oportunidade e quero cumprimentar a todos os quantos aqui se manifestaram em defesa desse tema tão importante para a nossa Pátria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu vou pedir ao Senador Neuto de Conto, como Vice-Presidente, para assumir aqui a presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Dornelles. Passamos de imediato então às considerações finais de cada explanador, que os faça e, além de responder alguns detalhes, também se manifestem para o encerramento. Obrigado. Dr. Gustavo.

SR. GUSTAVO BRIGAGÃO: Bom, o que eu acho é que em função do exposto, a conclusão de que há necessidade de uma reforma tributária é evidente. O sistema tributário é muito complexo, ele gera distorções, ele não é neutro, ele impede investimentos, ele onera exportações, ele permite guerra fiscal, enfim, existe o problema da insegurança jurídica que eu, na qualidade de Advogado Tributarista, vejo isso no dia-a-dia com os meus clientes, inclusive de investidores estrangeiros no país na medida em que existe uma situação em que ele tenha que investir, seja um prestador de serviços, e ele decida se estabelecer num determinado Município e preste serviços em mais alguns outros, a lei que regula a matéria vai dizer que o Município competente será aquele onde localizado o estabelecimento, e a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que serão os outros Municípios competentes. Enfim, que há necessidade da reforma fiscal, é evidente.

O IVÃ, aqui existe um outro aspecto em que o Brasil tem uma característica quase única se comparada com o resto do mundo, o IVA, no resto do mundo, é federal. Aqui é estadual, foi criado isso desde 1965. Se o IVA fosse federal, ele não teria todo problema de guerra fiscal, problema de destino, todos os problemas decorrentes disso. Só existem dois países no mundo em que o IVA é dual, que é a Índia e o Canadá. Na Alemanha existe uma situação um pouco diversa em que a competência é federal, mas a arrecadação é local. Mas como isso não é possível, entendo que isso politicamente seria absolutamente impossível de ser aprovado, nós temos que tentar de alguma forma combater essas situações de guerra fiscal, de complexidade, de tudo mais, com regras que sejam ... que alterem a constituição e que alterem a legislação ordinária cabível, mas isso tem que ser feito com muito cuidado porque, se mal feito, haverá contestações judiciais e a situação pode acabar sendo pior do que a atual.

Talvez fosse interessante, como nós conversamos antes de entrar nessa sala, nós três, o Dr. Everardo, o Dr. Antônio Carlos e eu, talvez fosse o caso de se esperar um pouco, parar, deixar o contribuinte entender as regras já existentes por um determinado período e depois tentar fazer algo para que a coisa não seja feita de forma atabalhoada e os resultados sejam piores, o cenário acabe sendo pior do que o atual. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente, Dr. Gustavo, talvez insegurança jurídica não é só a tributária. Hoje a pior e a mais complicada é a ambiental, mas esse é um outro tema que temos aí. Vamos ouvir com prazer o Dr. Antônio Carlos.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Muito rapidamente. Senhor Relator Senador Dornelles, em relação a propostas para a SubComissão tenha V. Exª. a certeza de que nós apresentaremos, com o Dr. Brigagão, junto à Ordem dos Advogados do Brasil, algumas propostas, sugestões de temas para esta Comissão com certeza avaliar de questões prática para o contribuinte. Eu não estou falando nem de reforma tributária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria, diante do ponto levantado pelo Senador João Tenório, seria extremamente importante se vocês pudessem nos trazer alguns problemas práticos assim de insegurança jurídica e que pudesse ser resolvido por Lei Ordinária.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Quando apresentamos até emendas que V. Exªs. já aprovaram na Super Receita e que foram excluídas na Câmara. Podemos repensá-las e reapresentá-las.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A posição hoje em relação à insegurança do contribuinte, em relação ao contribuinte, em relação no Conselho de Contribuintes, e a burocracia. Eu não sei a posição do Secretario Everardo, mas o problema hoje da exigência de declaração de renda de instituições isentas criam os maiores problemas, porque às vezes instituições que não pagam impostos têm que apresentam declaração, não sabem que têm que apresentar, e posteriormente são multadas por não a terem apresentado uma declaração sobre um imposto que não devem. Esse é um problema hoje dessas instituições isentas e que poderíamos pensar também na insegurança jurídica que têm. Por exemplo, o que existe hoje, para se ter uma idéia, eu estou assumindo um partido político, cada diretório municipal de um partido político, o fundo, em todo o Estado, teria que apresentar uma declaração de isento, não é só o estadual não, e quando não apresenta, então considerando, inventando a multa, inviabiliza o partido no país todo, que são as dificuldades da burocracia. Então se pudesse apresentar, e sem aquela preocupação de escrever a quarta edi-

ção, porque tem que ser a primeira logo para a gente fazer um exame, eu estou certo que o Senador Neuto do Conto concorda, o Senador João Tenório também, o Senador Mão Santa, para que pudéssemos dar um passo e sair daqui com o respaldo da Comissão para trazer maior segurança jurídica, que hoje eu acho que é um dos pontos que nunca houve um clima em que o contribuinte tenha tanta insegurança jurídica como existe e nós estamos vivendo hoje no Brasil.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Então em relação às propostas, V. Exª. esteja certo que contribuiremos, tanto em nome eu falo aqui do Conselho Federal da OAB, como da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo.

Em relação a investimentos estrangeiros, Senador João Tenório, na realidade o negócio é complicado, quer dizer, eu viajo muito, enfim, tenho várias atividades acadêmicas e profissionais no exterior, e posso garantir a V. Exª.: não há um investidor estrangeiro, o Senador Neuto de Conto também mencionou o assunto, não há um investidor estrangeiro que investe no Brasil se não for em área incentivada. Isso é um tema seriíssimo, seriíssimo. Ninguém investe se não for incentivada, porque com a carga tributária brasileira ninguém investe, e isso promove uma profunda injustiça com o trabalhador brasileiro, com o empresário brasileiro. Então é um tema profundo a se analisar nessa distorção que se dá no campo dos investimentos estrangeiros, o que é fruto da própria guerra fiscal. Com relação à insegurança justifica, eu alertaria a V. Exªs. que não é um tema diretamente da reforma tributária, mas que me parece que não está se dando a devida proporção do que está acontecendo. O Supremo Tribunal Federal criou a tal modulação temporal. O que quer dizer isso? Que ele decreta a inconstitucionalidade de uma norma e diz a partir de quando aquela inconstitucionalidade passa a valer. Se eu venho de uma legislação de 1999 que regulava o exercício concentrado de constitucionalidade, depois em 2001 se admitiu que não precisava de lei, que poderia valer também para o exercício difuso, e o STJ já decidiu que existe modulação temporária em matéria legal também, quer dizer, uma portaria ilegal, a autoridade não poderia emiti-la, o STJ acabou dizendo: "não, ele não podia, mas vale até agora por uma questão de pseudo segurança jurídica". Isso é, no ponto de vista constitucional, um dos maiores atentados à Constituição Federal, porque nós estamos flexibilizando a Constituição Federal. Isso poderia valer em países em que a Constituição não é rígida, mas na realidade, quando o Supremo Tribunal Federal, e eu não estou questionando nem a capacidade, a competência e nem a honradez dos Sr.s Ministros e Ministras que o integram, mas é uma tema para V. Exªs. começarem, pelo menos a ter uma percepção, que se trata de uma profunda flexibilização da ordem constitucional, quer dizer, a norma é inconstitucional, mas por uma interpretação dos Ministros ela passa a ser constitucional, quer dizer, eles estão exercendo atribuição de Assembléia Constituinte Originária. Eu digo Originária porque nem sei se é uma Assembléia Derivada poderia fazer essa alteração constitucional.

E finalizando, só uma sugestão que eu insistiria para a análise de V. Exª., realmente é criar uma Comissão Consultiva, talvez a esta Comissão, Sr. Relator, Sr. Senador Neuto de Conto, João Tenório. Por quê? Eu estive [ininteligível], um ano e pouco atrás, nós tivemos um evento só de administrações tributárias. Eu, por acaso, como sou ligado às questões de política tributária, fui convidado a participar, e para minha surpresa o principal participante era um C&OU(F) da Receita Federal Norte-Americana, C&OU(F), quer dizer, um diretor que veio da iniciativa privada. E o que ele expôs às administrações tributárias presentes? Ele disse: "pois é, o Governo Bush, ouvido o Congresso Nacional, decidiu o seguinte: que o Secretário da Receita Federal seria um empresário, não viria da Receita Federal, porque se entendeu que o Governo Norte-Americano, o sistema de tributação Norte-Americano, precisava de uma reavaliação em face da competitividade internacional que os Estados Unidos necessitariam manter e ampliar. Então eles trouxeram um grande empresário para assumir a Receita Federal e esse grande empresário nomeou um C&OU(F) que veio também da iniciativa privada, não como demérito para a Receita Federal Norte-Americana, mas o que eles disseram, para oxigenar o sistema, para trazer empresários, pessoas que tenham experiência prática e que poderiam trazer um benefício, uma contribuição muito rica ao país. V. Exªs. poderiam adotar algo semelhante, como eu disse, fazendo uma Comissão Consultiva, trazendo membros da sociedade civil, também membros do Governo, uma Comissão Consultiva de apoio às deliberações de V. Exªs. Então fica realmente a sugestão e se V. Exªs. permitirem, por exemplo, eu poderia depois conversar com o José Roberto, até ver se dentro da Ordem dos Advogados do Brasil poderíamos também fazer uma proposta concreta nesse sentido, Sr. Relator e Sr. Presidente.

Novamente eu agradeço em nome da OAB a oportunidade de estar aqui neste debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Antônio Carlos. Ouviremos então o Dr. Everardo Maciel.

SR. EVERARDO MACIEL: Agradeço a palavra, Senador Neuto de Conto, e --.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria também, o Everardo vai fazer algumas considerações, como se veria a possibilidade do Simples, de toda a arrecadação do Simples, ser municipal?

SR. EVERARDO MACIEL: Bom, primeiramente eu gostaria de fazer um comentário do que foi aqui exposto pelo Senador João Tenório, vou usar uma expressão mais assim mais livre, o pedágio pela prorrogação da CPMF. É possível fazer-se um programa de dieta fiscal, como eu mencionei? É. Eu vou mencionar até com propostas concretas que estão em tramitação no Congresso Nacional. O Deputado Guilherme de Campos apresentou, na Câmara dos Deputados, uma proposta de Emenda Constitucional introduzido no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, tratando da seguinte questão: um conceito que é muito confuso no Brasil, o conceito de carga tributária. Carga tributária crescer ou decrescer? A carga tributária pode crescer ou decrescer em função de inúmeras razões, boa parte delas absolutamente neutras em relação ao contribuinte normal. Agora ela pode também crescer em função de algo concreto que afeta o contribuinte normal. O que é que é? Quando ela cresce em função de aumento de alíquota ou de base de cálculo de tributo. Então o é que essa proposta de Emenda Constitucional trata? Diz o seguinte: que até 31 de dezembro de 2015, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam proibidos de apresentar projetos que impliquem aumento de alíquota ou base de cálculo de tributo, ou seja, contingenciar a possibilidade de aumento daquilo que eu chamo como pressão fiscal, quer dizer, portanto, eu estou mencionando uma coisa concreta. Segundo, V. Exª. falou sobre a questão de despesa. Pode apresentar, é possível estabelecer-se, por exemplo, através também no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecer um contingenciamento de crescimento de algum tipo de despesa. Por exemplo: despesa de pessoal. Pode-se dizer que nenhum dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios poderá ter aumento real em relação à sua despesa de pessoal, implicando dizer quando isso acontece, implicando, por exemplo, responsabilidade fiscal. Isso é perfeitamente possível. Eu estou dando dois exemplos aqui concretos de medidas que podem vir no sentido de deter o crescimento de despesa. Essa é uma despesa que cresce. No Brasil, se nós formos eleger quais são as duas principais despesas que explicam o crescimento desproporcional do gasto público, porque todos falam "temos uma carga tributária muito elevada", Sim, temos, mas temos também o mais elevado proporção de gasto público em relação ao PIB entre todos os países emergentes, e esta é a matriz que faz crescer a carga tributária. Todas as vezes que faz um anuncio que parece em princípio inocente, vou citar um exemplo: "vamos criar uma TV pública". Não vamos discutir se TV pública é necessária ou não é necessária, apesar de ter uma opinião sobre o assunto. Vem carga tributária atrás, quer dizer, coisas como essa tem que ser detidas no nascedouro, vem carga tributária atrás, porque não tem outro jeito. Então se não se detém na origem esse problema, nós teremos algum tipo de problema em relação a aumento de tributação. Então eu diria: nesse caso específico de CPMF, seria possível, eu citei dois exemplos concretos aqui, se uma norma objetiva onde pudesse agora cobrar pela prorrogação da CPMF. Está ótimo, não pode alterar a CPMF nesse instante, agora vamos fazer o seguinte: vamos cuidar agora de tomar providências com o mesmo nível de hierarquia, ou seja, por uma norma constitucional incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Senador Dornelles fez menção de algo aqui que eu acho da maior relevância. É a compreensão, Senadores, de que muitas dessas mudanças pode-se operar pela legislação infraconstitucional, ou seja, nós no Brasil confundimos muito eficácia com hierarquia. Não é a hierarquia da norma que vai torná-la mais eficaz, quer dizer, quantas vezes eu fiz isso, quer dizer, uma Instrução Normativa pode ser mais poderosa do que norma constitucional em termos de efeitos práticos. Então é possível fazer um elenco de medidas que significa dizer aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro, portanto, proceder a uma reforma pela via infraconstitucional? Sim. Por exemplo, unificação de legislação de ICMS. É possível pela via infraconstitucional? Sim, basta ampliar todas as hipóteses de disciplinamento da Lei Complementar que trata do ICMS, ou seja, deixar o mínimo que possa ser tratado por uma legislação especificamente estadual. Tratar de questão como guerra fiscal, que eu entendo como V. Exª., que a principal explicação da guerra fiscal é a falta de uma política afirmativa de desenvolvimento regional, agora é possível preveni-la, feita essa observação, feita essa ressalva, pela via infraconstitucional, claríssimo. A Lei Complementar 24 esgota o assunto, quer dizer, quando ela foi burlada, é por defeito de interpretação, quer dizer, se existe alguma brecha, vamos sanar a brecha por uma Lei Complementar, quer dizer, tudo que foi mencionado aqui pelos meus amigos Gustavo e Antônio Carlos com relação à questão sobretudo de segurança jurídica, quase tudo pode ser tratado por Lei Ordinária. Conselho de contribuintes que foi aqui mencionado. De fato as mudanças que foram realizadas no Conselho de Contribuintes inviabilizaram ele completamente. Precisa uma mudança enorme sim. Então essa matéria é matéria de Lei Ordinária, pode

perfeitamente tratar disso por uma Lei Ordinária. Então o que eu diria a V. Exª., Senador Dornelles, não seria a oportunidade de fazer agora uma lei, uma grande lei extensa, tratando pontualmente todas essas questões que afetam o sistema tributário pela via da Lei Ordinário e Lei Complementar e fazer aquilo que nós fizemos em 1995. Em 1995 começamos a discussão sobre a reforma tributária. Eu, como Secretário da Receita, percebi que aquilo não ia a lugar nenhum, porque eu conheço a natureza dos conflitos e a dificuldade de superá-los. Enquanto se discute reforma tributária nós fizemos uma mudança profunda, com a colaboração de V. Exª. inclusive, na legislação do Imposto de Renda, modificação profunda, relatada pelo tributarista Partchon(F) como a mais profunda vista nas legislações contemporâneas, discretissimamente. Aquilo é reforma tributária, quer dizer, não precisa ter o rótulo de reforma constitucional não. Eu acho que nós temos que abdicar dessa idéia de que toda reforma tem que ser abrangente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Simples foi uma importante reforma tributária.

SR. EVERARDO MACIEL: O Simples foi Lei Ordinária, ordinaríssima, quer dizer, com absoluta naturalidade se resolveu esse tipo de problema, quer dizer, não precisa de nada ser grandioso.

Um outro ponto que eu queria mencionar, depois eu voltarei a mencionar sobre o Simples em particular, um outro ponto que eu gostaria de salientar é o seguinte: reformas que impliquem alíquotas, alterações de alíquota, convergências de alíquotas, Senador, tem que ser graduais. Ninguém se iludida em dizer: "a partir do próximo ano vai acontecer". Não acontece. Agora alguém pode dizer o seguinte: por exemplo, as alíquotas do ICMS pode estabelecer uma regra convergente por prazo de dez anos, quinze anos, fazer um processo de convergência.

Eu diria ainda, com relação ao Simples, Senador, infelizmente o Super Simples foi um retrocesso. Retrocesso, eu vou citar aqui quatro razões e falar de mudanças. Primeiro porque estabeleceu a fiscalização concorrente sob uma mesma base de cálculo: fiscalização de União, de Estados e de Municípios, com processo administrativo distintos, com procedimentos distintos e recorrendo outras vezes a Justiças distintas. É a mesma base de cálculo, mesmo assunto, nós podemos levar novamente para a Justiça Federal ou Justiça Estadual. Qual? Ambas. Quer dizer, um conflito, portanto, previsto. Segundo, a forma de determinação da base de cálculo é a mais complexa que eu já vi na minha vida, quer dizer, o chamado Simples, ela ficou tão ruim que tem um artigo que eu numa tinha visto, um pedido de desculpas do legislador. Tem um artigo que diz o seguinte: "será disponibilizado um sistema eletrônico para simplificar o cálculo do imposto". Quer dizer, será disponibilizado, mas não diz quem é o sujeito da frase, ou seja, ele deveria dizer assim: "olha, eu estou pedindo desculpas pelo que eu fiz". O terceiro ponto que eu acho que é importante para V. Exª. poder inclusive tratar desse assunto. Quando nós fizemos, com a ajuda de V. Exª., a integração da pessoa jurídica com a pessoa física na tributação da renda, nós estabelecemos a isenção dos resultados distribuídos, dados que eles são apurados e recolhidos na pessoa jurídica. Para todos. Pois bem. Não é mais para o Simples. Os titulares de microempresas vão levar um susto, no próximo ano, quando forem fazer a declaração do Imposto de Renda e vão descobrir que eles vão ter que pagar Imposto de Renda. Agora um sócio de uma multinacional não. Agora –

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu tenho a impressão que esse ponto caiu.

SR. EVERARDO MACIEL: Não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Esse ponto caiu, eu tenho absoluta impressão que a última vez que eu vi esse ponto caiu, que a Receita tinha colocado isso.

SR. EVERARDO MACIEL: Eu posso assegurar a V. Exª. que ele continua lá, e Lei Complementar, que não é matéria de Lei Complementar, é matéria de Lei Ordinária. Então está lá como Lei Complementar, está numa Lei Complementar que pode ser alterada por Lei Ordinária.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Na realidade aquela questão, daquele ódio ao lucro presumido, eles levaram lá?

SR. EVERARDO MACIEL: Exatamente, se estabeleceu que estão nos limites do lucro presumido, portanto, é uma isenção parcial. Então essa matéria poderia ser tratada de imediato, eu digo que tem urgência, por isso que eu estou mencionando aqui, porque ela vai repercutir na declaração de ajuste do próximo ano.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O senhor não tem dúvida sobre isso?

SR. EVERARDO MACIEL: Não, nenhuma.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu acho que eu tinha visto isso, eu tinha apresentado inclusive uma Emenda acabando com isso. Eu pensei que tivesse sido aprovado na Câmara.

SR. EVERARDO MACIEL: Não, infelizmente não, e o quarto ponto, no Brasil tem essa coisa, aliás, isso quando V. Exª. falou da jabuticaba, essa é uma jabuticaba bem brasileira, o Brasil tem cadastro de contribuinte para cada ente tributante, como se o contribuinte tivesse três, quatro caras distintas. O contribuinte é um só, mas ele tem a inscrição estadual, federal e munici-

pal, quer dizer, com absoluta complicação. A Emenda Constitucional que estabelece o Super Simples diz de uma maneira que não pode ser interpretada de outra forma: cadastro único do contribuinte. O que está na Lei do Super Simples é o seguinte, é aquela coisa que nós sabemos, V. Exª. que foi Secretário como eu da Receita sabe perfeitamente como a gente faz para não funcionar. É assim: os participantes do Super Simples farão um enorme esforço para, na medida do possível, buscar... ou seja, não é nada, quer dizer, não terá cadastro único, quer dizer, o cadastro único que está no texto constitucional, também não tem. Então precisamos dar um tiro definitivo nisso, qualquer que seja ele [soa a campainha]: Junta Comercial, Federal, Estadual, Municipal, tem que ter um cadastro único no Brasil, isso é uma coisa completamente obsoleta, atrasada que o Brasil ainda tem.

Era isso que eu gostaria de acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo a presença dos três, Dr. Gustavo, Antônio Carlos e Everardo Maciel pelas brilhantes exposições e pela contribuição que estão dando à Comissão e à SubComissão da Reforma Tributária, cumprimentando os nossos Senadores que estiveram presentes.

Não tendo nada mais a tratar, encerramos a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO, DE 2008, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Neuto de Conto, Mão Santa, Antonio Carlos Júnior e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Romero Jucá e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a apresentação e votação do Relatório Final da Subcomissão. O Presidente concede a palavra ao Relator da Subcomissão, Senador Francisco Dornelles, para fazer a leitura do Relatório Final. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Mão Santa. Após a leitura e discussão do Relatório, o Presidente coloca em votação, que é aprovado por unanimidade pela Subcomissão. Nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o Relatório será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Tudo bem, Senador? A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A pauta de hoje é a apresentação final do relatório da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária do ilustre Senador Dornelles e que será a nossa proposta, será apresentada como proposta substitutiva do Senado Federal a reforma tributária já enviada ao Governo, ao Congresso na Câmara dos Deputados pelo ilustríssimo Sr. Presidente da República.

Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, o relator da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária para leitura do relatório preliminar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o relatório já foi distribuído, amplamente debatido, de modo que eu pediria a todos, se não houvesse objeção que foi dispensada a leitura.

O objetivo principal desse nosso trabalho foi simplificar, reduzir custos, agilizar, incluir dispositivos que fecham os caminhos por onde tenha ocorrido um grande aumento de carga tributária; fortalecer, manter a neutralidade da posição da União, dos estados e dos municípios; defender bastante, estabelecer mecanismo de defesa do contribuinte. O relatório já foi amplamente debatido, e dentro desses pontos eu apenas solicito que seja dispensada a leitura e submeto aos Senadores para aprovação. Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de fazer minha

manifestação de inteiro apoio ao relatório do Senador Francisco Dornelles em relação à reforma tributária, um relatório muito mais objetivo, muito mais simples e muito mais eficiente do que o relatório que foi mandado pelo governo e que só foi modificado bastante pela Câmara dos Deputados, e que dentro de algum tempo virá para o senado, e eu defenderei aqui no Senado que nós apresentemos este projeto como substitutivo integral em relação ao projeto do governo, ou seja, a minha posição é que nós tenhamos este projeto que estamos aprovando aqui agora, como substitutivo ao projeto do Governo porque ele é muito melhor do que o projeto do governo, já tive a oportunidade de me manifestar a respeito em audiências que nós tivemos aqui na subcomissão, portanto, a minha posição é muito clara, é muito tranqüila, eu fico com o relatório do Senador Francisco Dornelles e da subcomissão e, portanto, estarei defendendo que ele seja o substitutivo do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Mão Santa queria dar uma palavra ou não?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Tasso, eu acredito muito no estudo. Então eu traço a minha vida por um pensamento que Frank Delano Roosevelt disse: cada pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto. E eu passo a seguir.

Então eu vejo as maiores autoridades aqui de assuntos tributáveis. V. Exa. uma dedicação e a vida exitosa no mundo financeiro, tanto privado como público. E o Francisco Dornelles que não deixa dúvidas, ele foi o escolhido de Tancredo Neves para ficar com a chave do cofre, aquela mesma que o Rui Barbosa ficou. Então eu aqui sigo, vim somente para assinar e pedir até a Deus que dê caminhos mais fáceis a V.Exa. dirigirem a economia e as finanças do nosso País. São minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu gostaria então, antes de dar por encerrada a Sessão, enaltecer de uma maneira bastante veemente, veemente porque a reforma tributária, talvez seja uma das propostas mais complexas a serem discutidas neste país por causa da quantidade de interesses divergentes entre si que são envolvidos numa discussão como essa. Desde a discussão entre o contribuinte e o arrecadador que é uma discussão básica e fundamental, o contribuinte sempre querendo contribuir com menos e o arrecadador sempre querendo arrecadar mais. Entre os diversos setores de contribuintes desde a pessoa física a instituições financeiras, passando pelo comércio, indústria, agricultura que têm interesses divergentes na composição de um sistema tributário, a questão federativa de quem fica com a arrecadação e quem arrecada o que, União, Estados e Municípios; enfim, e esses diferentes níveis são divergentes entre si também. Então foi com a rara habilidade e competência que o Senador Dornelles conseguiu realmente fazer um projeto, que eu não diria que chega ao extremo de agradar a todos, porque é impossível um projeto como esse. Mas trata-se de um grande consenso hoje. Ele é elogiado em todos os setores de atividades, o que nós temos tido a oportunidade de discutir. Nós passamos dois anos aqui, não é Senador Dornelles, praticamente discutindo com todos esses setores envolvidos e não foi fácil chegar a esse relatório com a competência, e chegando, conseguindo conciliar de uma maneira relativa, mas conciliar esses objetivos todos, junto ao grande objetivo final da sociedade brasileira que é simplificação, transparência e justiça no sistema tributário de maneira que essa transparência e a simplificação leve a uma redução final de carga tributária.

Portanto, eu queria dizer aqui da nossa alegria de poder entregar à sociedade brasileira hoje um substitutivo desta subcomissão, entregar pronto para ser discutido quando chegar aqui a proposta do Governo Federal, mas o Senado Federal pode se dizer bastante orgulho de ter um trabalho de primeiríssimo nível pronto e acabado, feito por esse relatório desta subcomissão, liderado pelo Senador Francisco Dornelles.

Vocês gostariam de dar alguma palavra ainda antes de eu encerrar?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só cumprimentar, Presidente, o trabalho de V. Exa. pela maneira como conduziu todas as discussões relacionadas com esse projeto de reforma tributária, pela autoridade demonstrada pelo Presidente Tasso Jereissati em todas as apresentações e no contato com os diversos segmentos da sociedade que foi importante, a sua presença deu credibilidade ao projeto. Eu tenho que da minha parte agradecer a todos os Senadores, principalmente a presença de V. Exa. na presidência. Foi uma honra trabalhar sob a sua orientação, seguindo as suas diretrizes. E eu considero que esse relatório não é meu, mas é do Presidente Tasso Jereissati e de todos os senadores da subcomissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado. E ficam encerrados os trabalhos.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e seis minutos, do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, RAIMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA e CÍCERO LUCENA.** Justifica a presença o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007** "Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra". **Autor da Emenda de Plenário:** Senador Gim Argello. **Autora do PLC 24 de 2007**: Deputada Vanessa Grazziotin. **Relator**: Senador Inácio Arruda. **Parecer**: Pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 1-PLEN ao PLC 24 de 2007. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152,DE 2008** "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional". **Autor:** Senador Epitácio Cafeteira. **Relator**: Senador Eduardo Azeredo. **Parecer**: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CAS (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.** OBS.: O Senador Eduardo Azeredo sugere que, quando da tramitação da matéria no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, apresentará emenda limitando a faixa de isenção, conforme os rendimentos do contribuinte. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 - CAS** "Em aditamento ao Requerimento nº. 34, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, do Senado Federal, requeiro a inclusão do **Dr. ROGÉRIO TUMA**, médico do Hospital Sírio Libanês de São Paulo, especialista em neurologia clínica, na realização de **Audiência Pública** da **Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal** para debate do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS", implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, **Dr. DAVID EVERSON UIP**, cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS." **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado.** O Senador Adelmir Santana, considerando que existem projetos que estão na pauta da Comissão há 15 reuniões, sugere que não se faça inclusões de novos projetos nas reuniões dos dias 03 e 10 de dezembro; não havendo discordância do Plenário, a sugestão é aprovada. Os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Romeu Tuma e Adelmir Santana. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença dos senhores Marcelo Fernandes de Queiroz – Presidente da FECOMÉRCIO/RN, José Evaristo dos Santos – Presidente da FECOMÉRCIO/GO, Francisco Teixeira Linhares – Presidente da FECOMÉRCIO/RO, Flávio Roberto Sabbadini – Presidente da FECOMÉRCIO/RS, José Marcondes Medeiros – Presidente da FECOMÉRCIO/PB, Paulo César Nauiack – Presidente da FECOMÉRCIO/PR, Carlos Tonini – Presidente da FECOMÉRCIO/PA, Vitor Monastier – Diretor do SENAC/PR, Roberto A. Martins – Diretor do SESC/SC, Ladislao Pedroso Monte – Diretor da FECOMÉRCIO/AP, Rudney Paulino – Diretor do SENAC/SC, José Paulo da Rosa – Diretor do SENAC/RS, Everton Dalla Vecchia – Diretor do SESC/RS, Marcos Arzua – Diretor da FECOMÉRCIO/SC e Luiz Gil Siuffo Pereira – Vice-presidente financeiro da CNC. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente em exercício.

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 26 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Vamos iniciar a pauta de 26 de 11, pelo item 01, não terminativo. Emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº. 24 de 2007, que "*Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra*". Autor da Emenda de Plenário nº. 01 é o Senador Gim Argello. Autora do PLC nº. 24/07 a Deputada Vanessa Grazziotin. O relator é o Senador Inácio Arruda. O parecer é pela aprovação da emenda de Plenário nº. 01 ao Projeto de Lei da Câmara nº. 24 de 2007.

Em 19 de dezembro de 2007, a CCJ a deu parecer favorável ao projeto; em fevereiro de... Em 2 de julho de 2008, a CAS deu parecer favorável ao projeto; e em 29 de outubro foi aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CCJ favorável à Emenda nº. 01-PLEN. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PDdoB-CE): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

"*Vem a esta Comissão, para exame, a Emenda de Plenário nº 1 Do Projeto de Lei da Câmara nº 24 de 2007 (nº 6.672, de 2002, na origem), que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por código de barra.*

A proposição foi apresentada nesta Comissão e também na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada, na nossa comissão e na Comissão de Justiça.

"*A referida emenda foi apresentada, em Plenário, pelo ilustre Senador Gim Argello, que alterou a ementa da proposição, nos seguintes termos: 'Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados'.*

Justifica-se a alteração com o argumento de que a ementa original não está em conformidade com o teor do projeto, que não menciona uma determinada tecnologia, como é o caso do código de barras, mas trata da questão de forma genérica. Assim, impõe-se a modificação sob análise, em atendimento ao disposto em Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata das normas de elaboração das leis. A medida, portanto, segundo a justificação, é necessária para conferir clareza à futura norma, qualidade essencial a sua plena eficácia e pressuposto da segurança jurídica que ela pretende construir."

Análise: "*Esta emenda não vai de encontro ao mérito da proposta, muito pelo contrário, visa apenas adequar a ementa ao conteúdo até então já aprovado. Julgamo-la oportuna, por se tratar de emenda de redação que objetiva adequar seus termos às exigências da Lei Complementar nº 95 de 98.*

A alteração na ementa não produz nenhuma incongruência com a matéria tratada no projeto; ao contrário, ajusta-se de forma mais adequada com o seu teor.

No que respeita, portanto, aos aspectos que devem ser apreciados por esta Comissão, o projeto pode seguir seu curso com a alteração sob análise."

Voto: "*Ante o exposto, opinamos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2007.*"

É este o parecer e o voto, Sra. Senadora. Pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Agora passamos à discussão. Srs. e Sras. Senadoras, não tendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria. Senhores e senhoras senadoras que se encontram presentes , que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Inácio Arruda ao Projeto de Lei... A Emenda de Plenário nº. 01 ao Projeto de Lei da Câmara nº. 24 de 2007.

Passamos agora ao item 02. O relator é o Senador Eduardo Azeredo. Projeto de Lei do Senado nº. 152 de 2008, que "*Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional*". O autor é o Senador Epitácio Cafeteira, e o relator Senador Eduardo Azeredo. O parecer foi pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Antes de me referir ao relatório eu quero aqui lembrar que na próxima semana nós teremos a realização aqui no Senado Federal da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência,

com o tema "Diferenças em Perfeita União". É a quarta vez que o Senado realiza essa semana, o objetivo é exatamente divulgar as práticas de valorização, os programas de acessibilidade, as leis que existem no país, a cobrança das leis, de maneira que no dia 2 a 5 de dezembro, nós vamos ter a realização aqui no Senado Federal dessa quarta semana de valorização da pessoa com deficiência.

E eu aproveito ainda também, Sra. Presidente, para mencionar aqui o Congresso Nacional das APAEs que foi realizado na cidade de Vitória, na qual eu pude comparecer na abertura e depois o Senador Flávio Arns fez, inclusive, uma palestra, que foi realmente um evento de grande expressão, que impressiona muito pelo entusiasmo do voluntariado, pela quantidade de pessoas que participam, das convidadas, uma americana que trabalha no setor, ela dizia que os Estados Unidos é um país de primeiro mundo, mas que ela nunca tinha visto tamanho entusiasmo, tamanha disposição das pessoas como nesse Congresso que era, se não me parece, 2 mil pessoas que estavam presentes, 3 mil pessoas que estavam presentes lá em Viçosa... Em Vitória.

De maneira que isso que eu queria trazer antes de passar à leitura do relatório, o Senador Flávio Arns também gostaria de comentar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero só reforçar o que o Senador Eduardo Azeredo colocou e, além disso, acrescentar, Sra. Presidente, que em poucos parlamentos do mundo nós temos uma subcomissão permanente para assuntos da pessoa com deficiência, como é o caso do Congresso Nacional e aqui no Senado Federal.

O Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente para Abordar Assuntos da Pessoa com Deficiência. Então, isso mostra, assim, a boa vontade, a solidariedade, o desejo de achar caminhos e alternativas não só por parte de alguns Senadores, o que já seria bonito e importante, mas por parte da instituição. Porque dentro da instituição está esta subcomissão.

Esta 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, inclusive pelo sucesso que esta quarta semana vem tendo no decorrer dos anos, foi transformada em lei, quer dizer, é lei. Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

E o apelo que a gente faz é que não só o Senado Federal faça, tome iniciativas no decorrer desses dias de trabalho, de acessibilidade, como o Senador Eduardo Azeredo colocou, mas que as assembléias legislativas, as câmaras de vereadores, se cada um fizer alguma atividade no decorrer da semana, nós teremos aí muitas coisas no Brasil, acontecendo em termos de parada, de reflexão, ver como é que está a legislação, como é que acontece no município, se as coisas estão acontecendo bem ou não.

Então, a semana de valorização da pessoa com deficiência aqui é de 2 a 5, e temos assim a participação especial como o *folder* mostra, do Maurício de Sousa. Quer dizer, o Maurício de Sousa vai estar aqui, inclusive com a apresentação e autógrafos, usando inclusive os personagens criados por ele também para esta área, a apresentação de músicas, vídeos, valorização, peça de teatro Mundo Azul, da Turma da Mônica... Então é uma colaboração importante, necessária do Maurício de Sousa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, exatamente. Quer dizer, os personagens criados em cadeira de roda, com problema visual, com problema auditivo, e tem inclusive aqui um *show* também, "Ceguinho é a Mãe", com o humorista Geraldo Magela, "Ceguinho é a Mãe", trio elétrico, a Turma da Mônica, audiência pública, Mundo Azul da Turma da Mônica, "Deixa eu Pintar o Meu Nariz", com a Companhia Língua de Trapo.

Enfim, um conjunto de atividades. Mas o grande objetivo disso é mostrar para a sociedade que o Senado Federal tem uma grande preocupação, um grande interesse, uma necessidade de discussão do tema. Quer dizer, isto é o mais importante. Vamos discutir aqui isso no Senado, e que haja o desdobramento pelo Brasil.

Quero só finalmente reforçar o Congresso Nacional das APAEs. Foi, se não me engano o 23º, acho, Congresso Nacional das APAEs que aconteceu em Vitória, Espírito Santo. Se é o 23º, já há 50 anos que esses congressos vêm acontecendo. E eu conheço iniciativas na Europa, muitas nos Estados Unidos, no Canadá, e não há qualquer dúvida de que o movimento no Brasil, de pais e amigos de pessoas com deficiência é de muito entusiasmo, de muita luta, de muita garra, lutando pelos direitos, pelas necessidades, e inclusive dizendo que no Brasil em termos de APAE, são dois mil municípios com APAEs.

E no mundo, o mais próximo em termos de movimentos organizados, é justamente os Estados Unidos, que tem mais ou menos 700 associações. Então o Brasil tem duas vezes mais e lá 54 anos atrás o pessoal dos Estados Unidos, os pais de pessoas com deficiência, estiveram no Brasil para ajudar a fundar a primeira APAE, e depois de 54 anos o Brasil tem duas mil entidades. Quer dizer, duas vezes mais que os Estados Unidos. Quer dizer que o povo daqui luta, batalha, e é um prazer sempre falar dessa situação. Obrigado. Desculpe tomar também o tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de passar a palavra ao relator, mais uma vez, ao Senador Eduardo Azeredo, mas já que estamos falando sobre um assunto que é realmente de todo interesse da Casa e desta comissão, nós gostaríamos aqui de confirmar, na programação, da 4ª Semana no Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a audiência pública que vamos ter em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, desta Comissão com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoa com Deficiência – CASDEF, de deficientes físicos. Então, o que vai acontecer no dia 4 de dezembro. E desde já convoco a todos os participantes dessa Comissão para se fazerem presentes. Até porque não somente a audiência, Senador Flávio Arns, mas a toda a programação da Semana de valorização.

Porque, na realidade, acho que esse é um ponto fundamental, importante, no trabalho que é desempenhado nesta Casa e que serve de espelho para todo o Brasil. E quero aqui parabenizá-lo pela sua luta, pela sua dedicação, pela sua persistência com esse tema, que realmente é um tema de extrema relevância para todos nós brasileiros.

Senador Azeredo aqui falou, comentou sobre o encontro, sobre a questão da... Do Congresso, que foi o 23º Congresso que aconteceu em Vitória e que ele participou, e sentiu aquela empolgação, a garra, a participação de milhares de pessoas. Isso realmente nos estimula a acreditar cada vez mais neste país pela sua gente, pelo seu povo, um povo solidário. Um povo que se doa às grandes causas, como é a causa da APAE e, de uma maneira geral, que trata das questões de deficientes físicos.

Eu lembro que, ainda jovem, menina, você veja como as coisas acontecem, quando na minha cidade, lá em Mossoró, foi criada a APAE. Foi um movimento que sensibilizou a todos nós. Estudantes... Todos se mobilizaram porque era uma causa que, realmente hoje, o serviço que ela vem prestando, não somente à nossa cidade, mas também de apoio a outras APAEs que foram criadas em outras cidades do interior, porque nós já tínhamos... Estávamos de certa forma copiando o que era certo, o que era bom, que vinha da nossa capital Natal, onde também muitos programas voltados de apoio aos deficientes físicos, não somente ligados às APAEs, mas aos deficientes visuais, aos deficientes auditivos, a todas as formas, nós sentimos da sociedade, de uma maneira geral a vontade de ajudar, de apoiar, e o aplauso ao trabalho de todos aqueles que, com a representatividade do povo, vem fazendo aqui no Senado.

E aqui fica o meu aplauso ao Senador Flávio Arns, que tem sido o nosso condutor nessas questões, a quem eu me somo para dizer que... Até porque na minha história de vida isso foi um fato muito marcante. Eu fui pediatra da APAE. E sei como não é fácil. Mas a mãe, a família que se dedica, que chega ali perto, que entende das dificuldades... Então, realmente é algo que é um... A cada dia a gente tinha uma luz diferente que nos impulsionava a seguir adiante nessa luta. E a luz vinha deles. Deles que nos transmitiam, da maneira que podia ser, mas nos transmitiam muita força.

Acho que por isso que todos nós brasileiros devemos dar as mãos nessa questão que é muito forte, que é muito nossa, do povo brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A senhora permite, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu cheguei... Estava em outra comissão discutindo outro problema sério, de avaliação no ensino superior. Também tem uma audiência pública, mas eu acho que eu cheguei em boa hora. Em boa hora porque eu aprendi... A gente sente desde a juventude o problema dos deficientes físicos, mas não tem aquela consciência da importância da procura de incorporá-lo à vida social normal. E aqui a gente foi aprendendo, pela liderança do Senador Flávio Arns que se dedica, já no segundo mandato, não é Senador? Segundo mandato?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Primeiro como senador. Como senador, primeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiro... Como Senador, já tinha história anterior, e nós vamos criando uma consciência da importância de se trabalhar e acompanhar o Senador Flávio Arns, o Azeredo e outros, mas que dá também aquele estímulo à gente a fazer proposta nesse sentido.

Então, nós somos... Vamos dizer, um Exército que tem... Que tem comando, aqui. Tem comando. O nosso General é o Flávio Arns, e acho que eu fiquei... Eu fico um pouco amargurado, Senador, até porque às vezes diretores da APAE de São Paulo vem pedir verba no orçamento.

O que representa isso? Que eles não conseguem realmente apoio governamental e nem apoio da sociedade que poderia ajudar com meios para poder investir na proteção, na orientação. Porque a APAE de São Paulo é uma coisa maravilhosa, com toda a sua infra-estrutura, o trabalho que vem desenvolvendo, a quem eu homenageio, mas fico triste de ter que vir aqui e lutar para conseguir uma verba orçamentária e acho que todas as APAEs estão acontecendo isso,

como Santa Casa e todos outros que V.Exª também tem defendido aqui.

Eu não acompanhei o relatório de V.Exª, mas sei que vou levar cópia para ler com tranqüilidade e que merece o nosso voto. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Tuma. O senhor falou no bom comandante. Mas eu tenho certeza que esse bom comandante tem os melhores soldados do Exército. Entre eles está o senhor, o Senador Romeu Tuma. Eu gostaria aqui antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, só para fazer aqui a... Registrar a presença do Presidente da FECOMÉRCIO, Marcelo... Lá com o nosso Estado do Rio Grande do Norte, cidade de Natal, e daqui fazer um reconhecimento ao trabalho voluntário, o trabalho solidário que os que fazem parte da FECOMÉRCIO têm com relação às questões dos mais necessitados no nosso estado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Permite um aparte, Sra. Presidente? Eu queria registrar que não apenas o Marcelo, mas louvo a presença dele, mas se encontram presentes aqui vários Presidentes de federações do comércio do país. Não vou nominá-los porque são vários que estão aqui conosco, na expectativa de exame de matéria que não faz parte da pauta hoje, mas que certamente, no futuro, a gente vai discutir aqui nessa Comissão. Eu portanto registro a presença de vários Presidentes do Rio Grande do Sul, de Alagoas, da Paraíba, de vários Estados que estão aqui conosco.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria inclusive de dar as boas-vindas a todos os Presidentes da federação do comércio que se encontram aqui, dizer que essa Casa é de vocês, que é do povo brasileiro, e os senhores têm uma importância muito grande no trabalho, na geração de emprego, na geração de renda, no impulsionar este Brasil. A área de comércio é a maior empregadora do Brasil. Nós sabemos disso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, todas as coisas boas nascem no Rio Grande do Norte, até porque a capital se chama Natal. De lá surge todas as grandes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É porque Natal é a luz do Menino Deus, abençoando esse Brasil, todos os brasileiros que lá moram e que por lá passam.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nos convidar para estar lá dia 25 de dezembro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas Senador Romeu Tuma, o senhor já conhece Natal? O senhor viu que terra linda? Onde o meio ambiente tem assim... Foi abençoado mesmo. Por isso Natal. Deus fez um lugar especial nesse Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fui convidado agora e fui orientado pelos senadores do Rio Grande do Norte a aceitar o convite para fazer uma palestra sobre Segurança Pública. Mas Jesus Cristo já deve estar lá em Natal, então não precisa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, mas Jesus está abençoando, mas ele diz, na bíblia ele disse: "Faça a tua parte que eu te ajudarei". E o senhor vai ajudar o Rio Grande do Norte a fazer a sua parte, com segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ficar muito feliz de estar lá, se Deus quiser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para que ele possa relatar o projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ainda cheguei a tempo de ouvir o relatório?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. Aqui é outro projeto agora. Mas eu quero só também registrar que o Senador Tuma quando foi exatamente o 1º Secretário, deu todo apoio a esses eventos de mobilização, assim como a Presidente Rosalba Ciarlini, a Presidente Patrícia Saboya, e, portanto, nesta Comissão tem nos dado apoio para que a subcomissão possa funcionar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, pra não ser injusta. Agora não podemos deixar de fazer referência ao Senado, que tem tomado as medidas para acessibilidade, de apoio, através da... Começou com o Senador Tuma, e tem continuado com o Senador Efraim na 1ª Secretaria. Desculpe a intromissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, perfeito, muito bem lembrado. Mas Sra. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto foi apresentado pelo Senador Epitácio Cafeteira e ele tem a finalidade de acrescentar um inciso à lei 7.713 de 88, para conceder isenção de imposto de renda de pessoa física sobre remuneração percebida por agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo, portadores das doenças relacionadas no inciso XIV daquele artigo.

"*O inciso concede isenção, como já foi colocado, sobre os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço ou percebidos por portador de moléstia profissional ou de doença ou agravo à saúde que conste do inciso. Todavia, o mesmo bene-*

fício não é concedido aos trabalhadores que, embora acometidos das mesmas doenças ou dos mesmos agravos à saúde, permanecem na ativa.

As doenças e os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção têm como característica comum a gravidade. Em alguns casos, podem causar deformidades estigmatizantes ou seqüelas que prejudicam a convivência social ou dificultam o desempenho de atividades rotineiras. Geralmente, as condições de saúde resultantes dessas doenças e desses agravos à saúde levam à aposentadoria ou à reforma.

Entretanto, os avanços da medicina possibilitam, em alguns casos, um controle satisfatório do dano, a ponto de permitir que o portador continue a trabalhar, geralmente após reabilitação ou readaptação, processos que capacitam o indivíduo para o desempenho de atividade compatível com o seu estado de saúde."

Este PLS, o 152 de 2008, do Senador Cafeteira, "*tem a finalidade de conceder a isenção do imposto de renda de pessoa física também aos agentes públicos que, embora acometidos daquelas doenças ou agravos, optam por permanecer na ativa. É uma forma de incentivá-los a não requerer a aposentadoria, o que resulta em economia para o erário. Ademais, a medida contribui para manter em atividade servidores experientes que, justamente por terem optado por continuar trabalhando, demonstram compromisso com o serviço público e com os contribuintes que, de fato, são os que pagam os seus vencimentos.*

Essas conseqüências benéficas da medida proposta, tanto para os trabalhadores acometidos pelas doenças e pelos agravos à saúde quanto para o erário e o serviço público, conferem mérito ao projeto, motivo pelo qual somos favoráveis à sua aprovação.

Todavia, julgamos necessário fazer alguns ajustes nos dizeres da ementa e do inciso que se pretende acrescentar à Lei nº 7.713, de 1988.

A ementa faz referência apenas a acidente em serviço e moléstia profissional, enquanto o inciso que se pretende acrescentar à lei refere-se às doenças relacionadas no inciso XIV do art. 6º daquela lei. Ademais, a ementa e o conteúdo da justificação do projeto sugerem que o autor tem a intenção de beneficiar, também, os militares e não apenas os servidores públicos civis. Portanto, é necessário que se faça referência aos soldos, que é o termo apropriado para a remuneração dos militares.

Ademais, julgamos ainda conveniente que, em relação ao acidente em serviço e à doença, moléstia profissional, o benefício seja concedido apenas quando a incapacidade para o trabalho durar mais de seis meses ou o servidor ou militar for submetido a readaptação ou reabilitação que permita a sua permanência na ativa. Essa restrição evita que as vítimas de acidentes ou moléstias de pequena gravidade e que causam incapacidade por curtos períodos façam jus ao benefício em caráter definitivo.

A fim de harmonizar os dizeres da ementa e do inciso e estender a isenção aos portadores de todas as condições listadas no inciso XIV do art. 6º, elaboramos o substitutivo, que submetemos à apreciação desta comissão".

Pelo exposto, o voto é pela aprovação no mérito do Projeto de Lei, do Senador Cafeteira, Projeto de Lei 152 de 2008, na forma do seguinte Projeto de Lei Substitutivo que exatamente procura a prevenção no sentido de evitar que haja algum tipo de abuso e que está no material distribuído aos Srs. Senadores. Portanto, o voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o projeto do Senador Cafeteira ele teve uma alteração apresentada pelo relator que amplia os benefícios pretendidos pelo Senador Cafeteira. Eu não quero ser acusado pelo relator de querer protelar a matéria, que eu já fui acusado na semana passada, não pelo relator Eduardo Azeredo, mas pelos membros da Comissão de Educação, de querer protelar a votação de um requerimento que tinha o objetivo de restringir a meia entrada dos estudantes nas casas de espetáculo, teatro, *shows*, etc.

Mas, como o Senador Eduardo Azeredo... Esse projeto V.Exª amplia esses benefícios, não se falou em impacto. E aqui gera impacto financeiro, não é verdade. Já o do Cafeteira já gera, que eu estou de acordo, não estou ao contrário, não, porque acho que é muito meritória a iniciativa do Senador Cafeteira.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só um aparte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E acho também que a ampliação seria ruim deixar de fora um setor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade não ampliação, não. É ao contrário que estou explicando. Está se tomando... O substitutivo é para evitar o que eu expliquei aqui, que a restrição evita que as vítimas de acidente moléstias de pequena gravidade, que cause incapacidade por curto período façam jus ao benefício em caráter definitivo. Então, o

benefício será concedido apenas quando a capacidade para o trabalho durar mais de seis meses.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, estou me referindo... Porque antes, no Cafeteira, ele não trata de militares. Acho que aqui foi acrescido militares, não, V.Exª...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão é a inclusão dos militares? É porque a palavra falava reforma motivada. Quando você fala proventos de aposentadoria ou reforma, a reforma exatamente se refere a militares. Você não tem reforma de civis. Então, o que eu quis foi apenas explicitar de maneira mais clara a palavra soldo. Mas eu não--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A adaptação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exª não tem idéia de que impacto isso causa em...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Adaptação à legislação em vigor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não estou acrescentando... Eu não estou aumentando nada, não. O meu substitutivo na verdade até torna mais rígida, mais clara, o objetivo é clarear e tornar mais rígido, de maneira que seja, quando eu coloco aqui, se superior a seis meses. Isso não estava no projeto original. E o Poder Executivo, com vistas ao art. 2°, do substitutivo diz isso: "*O Poder Executivo com vista ao cumprimento do disposto na lei complementar estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo que se refere o §6°, do art. 165, da Constituição que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorrido 60 dias da publicação dessa lei.*"

E essa lei só entra em vigor na data da publicação, mas produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro do ano subseqüente àquele que foi implementado. Portanto, é só pra esclarecer melhor. Eu estou só clareando a questão dos militares, que já estava prevista e estou, pelo contrário, fazendo um controle maior ao limitar apenas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E esse problema do impacto financeiro. V.Exª não tem idéia disso também?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Isso no projeto do Senador Cafeteira não traz o impacto. Mas seguramente quando eu estou restringindo apenas para aqueles que tiverem uma licença superior a seis meses, ele está reduzindo em relação ao projeto original.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio, só para esclarecer. Esse projeto ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É, acho que realmente devemos deixar para lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acho que essa questão do impacto financeiro nós poderíamos deixar para lá. E aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que alguém já pode fazer um requerimento de informação já, preventivamente, para a gente não correr aquele risco de que uma coisa que é meritória e positiva--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seja vetado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relatório do Senador Eduardo Azeredo agora ficou mais claro pra mim, dos benefícios que ele pode trazer e do controle que o senador já impõe ao benefício, a gente não deixe que ele chegue ou na Comissão de Assuntos Econômicos ou mesmo na Comissão de Justiça, se for ser examinado na Comissão de Justiça, e lá se argüir que é inconstitucional porque não há previsão de que impacto causa, etc, e tal.

Então a gente já se prevenir, digamos, na nossa Comissão, que é uma das comissões de mérito, nós já estamos preventivamente buscando tratar dessa questão quando chegar na Comissão de Assuntos Econômicos, de que a gente já examine esse problema de impacto financeiro pra gente não ser surpreendido.

Porque o Governo é que tem o caixa do tesouro. Normalmente ele vai dizer: "Olha, mas não tem dinheiro para isso. Ninguém previu como é que isso vai ser resolvido." E nós que fazemos tantas renúncias fiscais aqui, não podemos deixar que um projeto tão meritório, quando chegar na Comissão de Assuntos Econômicos ou na de Justiça, se levante a idéia e a tese que normalmente é levantada, de que nós não examinamos preventivamente os impactos financeiros.

Então acho que a gente talvez, como a nossa Comissão não tenha que entrar nesse detalhe, mas a gente já preventivamente porque muitos de nós somos da Comissão de Assuntos Econômicos, a gente já esteja atento para essa possibilidade que vai ser cobrado que se examine a questão do impacto financeiro. Então a gente já tomar a dianteira, examinar que tipo de impacto isso vai causar, se ele é muito relevante, se não é relevante. Certo?

Aqui eu lembro sempre porque o Senador Adelmir Santana sempre tem defendido aqui a questão das microempresas, defendemos muito o SIMPLES, durante muitos e muitos anos, houve uma resistência enorme em relação ao simples, e o resultado de arrecadação para o Governo foi ampliar a arrecadação, e não reduzir a arrecadação.

Então são coisas que o Governo, digamos assim, por dever de ofício levanta a questão, mas o resulta-

do, ao contrário do que o Governo sempre pensou, foi positivo. Acho que também numa questão dessa de benefício, se você ajuda e contribui para as pessoas melhorarem sua vida, evidente que vai ter impacto no tesouro também positivo. Mas o Governo sempre olha pelo lado de que é o imediato, e no imediato o impacto seria negativo. Então acho que é bom a gente se prevenir pra que a gente possa num projeto meritório de iniciativa do Senador Cafeteira nós podermos estar atentos para ele não ser rejeitado por uma imposição de restrição financeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passo a palavra para discutir ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estava entendendo aqui é que uma possibilidade de redução da despesa, porque não é uma... Uma aposentadoria permanente, ela restringe-se ao período de readaptação e de recuperação para dar oportunidade de continuar trabalhando assim que tiver essa oportunidade. É isso mesmo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade é só isenção do imposto de renda, quer dizer, ele dá a isenção. Ele não tem que pagar imposto de renda se estiver numa situação dessa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Período de recuperação?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quando ele estiver trabalhando mesmo depois. Não é no período, não. Mesmo depois. Ele tem que ter um período mínimo de recuperação. É quando ele volta a trabalhar, mas com uma doença que no caso não é incapacitante, porque ele voltou a trabalhar, mas é uma doença grave.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E quando V.Exª fala em soldo é que é da legislação militar. Agora, a preocupação do Senador Inácio Arruda provavelmente seja o artigo 2º. Não é isso, Senador Arruda?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Que fala "estimará".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que é o cálculo que deverá ser feito para a apresentação no orçamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é que isso é um assunto da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, isso aí... Provavelmente eu acho que nós devemos votar, aprová-lo e na outra comissão será talvez requerido pelo relator o impacto através de uma informação da receita. Que é difícil calcular o impacto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já calcula direitinho. Pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É difícil o cálculo porque ninguém vai saber os acidentes que acontecem. Então... Então eu acho que... Faria um apelo que não se pedisse vista para poder encaminhar com rapidez, em razão do próprio Cafeteira já estar um pouco angustiado com o andamento do processo e ele tem a parte social meritória também. Eu acho que... É claro que nós temos feito alguns projetos de isenção do imposto de renda, a Receita grita. Eu fui Secretário da Receita, eu sei que ela para engolir qualquer coisa é muito difícil. Mas eu acho que a gente deve dar prosseguimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Deve dar prosseguimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A gente pode até na comissão--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora Rosalba, exatamente nessa mesma direção. Eu acabo de vir ali de outra Comissão e lá se tratava de projeto de isenção de renúncia de valores de aluguéis de residências, até um limite de 15 mil reais/ano.

E naquele instante entra a força da Receita e solicita que o projeto seja estudada a questão do impacto, que ninguém tem noção disso. Então, a direção que o Senador Inácio coloca é exatamente essa que nós presenciamos ali. Mas como não é terminativo aqui nesta Comissão, eu acho até pra dar celeridade no andamento do projeto a gente deve desconsiderar isso, mas já sabendo que na Comissão, na próxima Comissão ou de Assuntos Econômicos ou qualquer outra, esse assunto será levantado, a questão do impacto, o que isso poderá representar na questão das contas governamentais.

Então, eu acho que nós devíamos votar, mas incluindo essa nossa preocupação, até para não dizermos que estamos desatentos à questão de impacto de receita do Governo. Então eu caminho na mesma direção colocada pelo Senador Inácio e também do Senador Romeu Tuma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa preocupaçao será colocada em ata e o relator ainda tem algo a acrescentar?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só aqui meditando um pouco. O que nós podemos fazer também, já por uma questão de rapidez, aprovamos aqui como está, mas eu mesmo que

sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos já posso fazer lá uma emenda no sentido de limitar também, porque do jeito que está aqui eu estou me atentando, não tem um limite.

Então você pode ter uma pessoa com um salário muito elevado e aí acho que a limitação deve ser até determinada faixa. Não tem sentido você isentar de imposto de renda, mesmo que seja... Um valor muito elevado de soldo ou de salário. Soldo até não chega a ser muito elevado, não, porque os militares não recebem bem, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos passar à votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu posso fazer um apelo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos e o Senador Azeredo que faz parte da comissão, como eu também faço, já... Ele irá apresentar alguma alteração lá na Comissão de Assuntos Econômicos e eu já me coloco à sua disposição como membro da Comissão de Assuntos Econômicos pra que a gente possa encontrar o melhor caminho.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que se pudesse pôr em votação o Requerimento do item 10, porque o Delegado Protógenes foi convidado por alguns Senadores a fazer uma exposição sobre a situação do inquérito, do grampo telefônico, e eu fui convidado para participar. E agora, meio-dia e pouco, eu não sei se poderia contar com essa simpatia dos Srs. Senadores para inverter a pauta. É simplesmente um aditamento a um Requerimento anterior meu, aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador, o seu pedido será acatado imediatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Colocamos em votação o item 10. Requerimento do Senador Romeu Tuma: "*Em aditamento ao Requerimento nº. 34, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais-CAS, do Senado Federal, requeiro a inclusão do Dr. Rogério Tuma, médico do Hospital Sírio Libanês de São Paulo, especialista em neurologia clínica, na realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debate do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS", implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, David Everson Uip*", Dr. David Uip, "*cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS*".

Antes de passar a matéria em discussão, se alguém quiser discutir, eu gostaria só aqui de acrescentar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só explicar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que da referência... Não, senador, não precisa. Porque quem vai fazer a defesa do senador... O do... Quem sabe um dia Senador Rogério, do Dr. Rogério Tuma, sou eu, que o conheci por referências não do Senador Romeu Tuma, mas de colegas médicos do Sírio-Libanês, quando foi necessária uma avaliação de uma pessoa de minha família e ele foi indicado como um dos melhores médicos, nacionalmente, porque já... Em São Paulo já estão... Claro, se concentra em geral muita gente boa. E eu quero aqui parabenizá-lo, porque--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nacionalmente era V.Exª. Ele ficou nacionalmente depois da visita que V.Exª fez a ele.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, neurologia não é minha área. A minha era clínica geral da pediatria. Mas eu quero dizer, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que eu, como sou mãe e tem aquele ditado, a boca do meu filho beija me adoça, quando todo pai... Qual pai que não fica orgulhoso, não fica feliz em saber do sucesso do sucesso do seu filho, do Rogério Tuma como um grande médico, um médico que está engrandecendo o hospital Sírio-Libanês e a medicina do Brasil.

E será muito bem vindo aqui na comissão, com certeza ele vai trazer muito da sua experiência para que nós possamos ter...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que aconteceu foi o seguinte: o Dr. David Uip, ele tem um projeto em Angola, aonde ele vem desenvolvendo uma diminuição radical da AIDS. E recentemente o Rogério foi convidado por ele para dar aula e acompanhar alguns tratamentos em hospitais e ficou 10 dias lá.

Quando eu requeri o David, o David falou: "Tem que levar o Rogério também, porque além da AIDS, há outros pontos das dificuldades que os médicos estão encontrando na África para tratar os seus doentes". Então eu tomei essa liberdade, apesar de estar constrangido e parecer... Mas foi a própria indicação

do Dr. David para que o Rogério viesse com ele aqui. Obrigado, Senadora, pelos elogios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Dr. David Uip é um sábio, é um professor--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um professor de infectologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É um professor de todos nós e nós sabemos da sua competência e desse trabalho que é um trabalho maravilhoso, que ele vem realizando e com sucesso. Então, será, vai ser um dia de muito... Muita alegria para todos nós, muito aprendizado, para que a gente... Não pode faltar, Senador Romeu.

Então, em votação o Requerimento. Srs. e Sras. Senadoras que se encontram presentes, permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [Pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, aqui tem uma sugestão que eu gostaria de colocar também para ouvir... Não precisa constar no Requerimento, mas seria... Como nós estamos no final, nós só vamos ter praticamente duas reuniões. Na próxima semana nós vamos ter uma audiência pública que eu gostaria que inclusive... Como eu sou Vice, a Senadora Patrícia quer que tenha na próxima reunião... Na próxima semana a reunião e a audiência. Uma seria em um dia, no dia... Na quarta-feira a reunião, na quinta a audiência.

Não sei se vamos ter como compatibilizar tantas comissões que estão chegando na reta final. E essa aqui seria no dia 10. No dia da reunião. Normal. Da quarta. Essa então... Seria no dia 10, no dia da reunião. Porque aí, na realidade, a gente... Os senhores concordam? No dia da reunião fica essa... Essa audiência que é a última reunião, seria essa audiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, se a senhora me permite, seria bom, em termos de uma reunião, de uma audiência, iniciarmos um pouco mais cedo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 10 horas. 10 horas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em vez de 11. Porque 11, já é... Fica um horário mais nobre também, com mais tempo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Às 11 podemos terminar a audiência pública e começar a reunião.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, se for até necessário, se houver algum assunto, acho que uma hora começamos pontualmente às 10 e às 11...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Começamos às 10h00 com a audiência, a audiência pública... É a última. Porque depois a outra já será praticamente no dia da votação do orçamento, fica muito complicado. Dia 3 e dia 10. Do dia 10 já será, o item 01, já será essa audiência. No dia 3, aí é como a Senadora Patrícia está voltando, nós temos que ouvir a nossa Presidente. Deve ser mantida essa mesma pauta que não pôde ser votada porque não... Tem muitos. Não, porque nós não tivemos quorum.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um projeto aí que até... Está há quanto tempo aí? Eu tenho um projeto, o Mercadante outro, mais ou menos idêntico, e o Senador Inácio Arruda relatou a fusão dos dois. E é um projeto que dá mais liberdade ao--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria constou da pauta de todas as reuniões. Uma, duas, seis... 12, 14... Em 15 reuniões. Mas não teve quorum. Vou fazer um apelo. Vamos fazer esse quórum para atender o Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, estão vendendo a folha de salário para os bancos. E o que a gente põe... Por exemplo, se eu brigar com o meu Gerente, eu não posso sair daquele banco. Então, o cidadão... Funcionário público, o trabalhador tem que ter o direito de escolher porque banco ele quer receber o salário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concordo plenamente, Senador. Inclusive houve um fato agora no meu estado bem interessante, que o Prefeito... O Prefeito atual da cidade de Natal tinha feito um... Tinha mudado já agora até de forma muito estranha, que ele está terminando o mandato, tinha mudado de agência. Era da Caixa Econômica, fez uma... Uma negociação com o Banco do Brasil, aí tem uma coisa que eu não sei explicar como foi feito os detalhes, mas nós sabemos que nessas questões existem vantagens que são... Que é boa para Município.

Então ele fez essa mudança já agora no final do mandato, e teve um caso de um cidadão que foi... No mês que aconteceu isso, que foi o mês passado, chegou no banco e não tinha o dinheiro, nem sabia, não tinha sido comunicado que tinha havido a mudança, e teve que entrar na Justiça porque não queria sair da Caixa Econômica. Teve que entrar com uma ação na justiça.

Mas ontem esse fato foi realmente acho que foi solucionado porque a Câmara Municipal não aprovou esse processo que vinha sendo feito e eu acredito que aí volta tudo como estava e o próximo mandato que

já começa agora, dia 1° de janeiro, a Prefeita que vai assumir pelos próximos quatro anos com certeza que irá ter condições de avaliar e de tratar. Porque o Prefeito está terminando e não poderia fazer... Até porque eu não entendi porque era por 5 anos. Passando do mandato dele, do mandato do que está chegando, da Prefeita Micarla e ia pegar um outro mandato.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente, Senadora Rosalba, eu regozijo a volta da Presidente Patrícia, a Senadora Patrícia, mas confio no seu poder de persuasão, a senhora mesmo fez referência que alguns projetos já estão em pauta há 15 reuniões.

A minha sugestão é que nós nos prendêssemos a essa pauta de hoje, não fizéssemos inclusões de novos projetos, tem essa audiência pública e são apenas duas reuniões, dia 3 e dia 10, e aí nós manteríamos essa pauta tanto na reunião de audiência pública, se for possível voltar alguma, bem como para a reunião do dia 10.

Eu sei que tudo aqui é urgente, mas nós já temos projeto aí com 15 reuniões, e incluir novos... Novos projetos na pauta seria...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Primeiro, mobiliza algumas pessoas a virem a Brasília, às vezes sem possibilidade de êxito ou de votação, e aí nós ficaríamos confiantes que esta pauta seria mantida nessas próximas duas reuniões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, permite? Talvez a própria Presidência, V.Exª ou a Senadora, que retorna, fazer um ofício a cada senador demonstrando a importância e as dificuldades para que compareçam pra poder realmente ter uma representatividade na comissão que cumpra a sua obrigação. Fazer por escrito para cada um dos membros da comissão, mesmo os suplentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que inclusive nós precisamos cumprir uma pauta que está aqui colocada. Como tem propostas com 15 vezes já apresentada e não foi votada por falta de quorum.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Confio no seu poder de persuasão [sobreposição de falas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então acho que da minha parte eu acho que é algo lógico, viável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que V.Exª deveria fazer um ofício, o apelo por escrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E se o Plenário aprovar, a pauta ficaria mantida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Manter a pauta e...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado, então pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E cada um de nós pedir para um senador vir junto com a gente tomar um café aqui. E votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Pra vir aprovar. Então... Vamos... Encerrando... Encerrando a reunião de hoje, eu gostaria de registrar a presença do Presidente Marcelo Fernandes de Queiroz, da FECOMÉRCIO Rio Grande do Norte; José Evaristo dos Santos, FECOMÉRCIO Goiás; Francisco Teixeira Linhares, Roraima; Flávio Roberto Sabbadini, Rio Grande do Sul; José Marcondes Medeiros, Paraíba, Paulo César Nauiack, Paraná. E dos Diretores: Vitor Monastier, do SENAC Paraná; Roberto A. Martins do SESC Santa Catarina; Ladislao Pedroso Monte, do Amapá; Carlos Tonini, do Pará, Rudney Paulino, Santa Catarina; José Paulo da Rosa, SENAC Rio Grande do Sul; Everton Dalla Vecchia, SESC Rio Grande do Sul; Marcos Arzua, FECOMÉRCIO Santa Catarina e o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Luiz Gil Siuffo.

Agradecer a presença de todos e dizer que esta Casa se encontra à disposição de todos os senhores para que possamos continuar um trabalho de parceria em benefício da geração do emprego e do desenvolvimento do nosso país. Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h19.

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e seis minutos, do dia três de dezembro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE**

CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO E CRISTOVAM BUARQUE. Justifica a ausência o Senador Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 07 – REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008 - CAS** "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater sobre a situação atual das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a possibilidade de criação de uma carreira nacional para esses profissionais e a fixação de um piso salarial nacional compatível com a importância desses agentes para o sistema de saúde pública, com participação de recursos da União, dos Estados e dos Municípios. Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades: Representante do Ministério do Planejamento; Representante da Secretaria de Atenção à Saúde; Representante da Secretaria de Vigilância em Saúde; Ilmo. Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e a Ilma. Sra. Tereza Ramos de Souza, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS)". **Autor:** Senador Expedito Júnior. **Resultado: Aprovado.** Às onze horas e cinqüenta minutos a reunião é suspensa por sugestão da Presidente na tentativa de obter quórum qualificado para dar continuidade à reunião. Às doze horas e vinte e sete minutos é reaberta a reunião, dando-se continuidade à apreciação das matérias. **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2007** "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias". **Autor:** Senador Expedito Júnior. **Relatora**: Senadora Lúcia Vânia. **Parecer**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto por 13 votos favoráveis.** Os itens 01, 02, 03, 04 e 06 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Expedito Júnior, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda, Demóstenes Torres, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, José Nery, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Augusto Botelho e Inácio Arruda. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senadora PATRÍCIA SABOYA**, Presidente.

33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 36 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Eu peço permissão, por enquanto, ao Senador Expedito Júnior, que se encontra aqui, para que nós pudéssemos fazer, em primeiro lugar, esperando que possa ter o quorum suficiente para os itens que são todos terminativos, mas que nós pudéssemos votar o Item 7, que é um requerimento do Senador Expedito Júnior, que tem a palavra para se pronunciar. Item 7.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sra. Presidente, é constrangedor ver a nossa Comissão com esse quorum tão baixo. Nós temos um Projeto dos Agentes Comunitários, que já está pronto para ser votado, de nossa autoria. A Relatora Lúcia Vânia já apresentou o voto favorável, e, infelizmente, não conseguimos reunir o quorum necessário para que possamos votar os nossos projetos, aqui, desta Comissão.

Eu fiz este requerimento, e, inclusive, os nossos agentes de saúde, praticamente, estão vindo em romarias para cá, já é a terceira ou quarta semana consecutiva que vêm para cá para ver os seus projetos sendo votados, sendo aprovados, e, infelizmente, eles retornam para os seus estados sem nenhuma posição, pois não se consegue nem votar favoravelmente, nem votar contrariamente, porque nós não conseguimos colocar, aqui, o número suficiente, nós não temos condições de colocar aqui o quorum necessário, para votarmos, aqui, os projetos de interesse da sociedade. Eu sei que isso não é culpa de V. Exª., são duas Comissões no máximo, aqui, em que o quorum é elevado, eu faço parte das duas, que é a CAE e a CCJ, e, infelizmente, as demais Comissões passam por essa dificuldade de termos, aqui, os senadores presentes nas Comissões.

Mas eu requeiro, nos termos regimentais, e eu vou fazer, aqui, agora, toda a explanação, até para ver se conseguem chegar mais senadores, aqui, para ver se possamos ter o quorum necessário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço, Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de debater sobre a situação atual das atividades dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, a possibilidade de criação de uma carreira nacional para esses profissionais e a fixação de um piso salarial".

Eu tive um encontro, no Estado de Rondônia, um encontro regional com os agentes de saúde, e, praticamente, a reivindicação que tomou conta do encontro é, principalmente, a questão do piso salarial. Então, eu gostaria de discutir, primeiro, com o Governo, para que nós, então, pudéssemos encontrar aí, pavimentar um caminho que não tivéssemos aqui ninguém contrário, que fosse possível se buscar o entendimento, por isso que eu ainda não apresentei o Projeto e estou buscando aí, primeiro, o entendimento com o Governo.

Então, seria "um piso salarial nacional compatível com a importância desses agentes para o sistema de saúde pública, com participação de recursos da União, dos estados e dos municípios". Eu solicito, e, de repente, pode ter, aqui, alguns senadores ou senadoras que pretendem incluir alguns nomes, mas eu solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: representante do Ministério do Planejamento, representante da Secretaria de Atenção à Saúde, representante da Secretaria de Vigilância em Saúde, Ilmo. Sr. Paulo, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Ilma. Sra. Tereza Ramos de Souza, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.

Nós vimos, pela imprensa, no último dia 16 de outubro, a seguinte declaração, alarmante, do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre o avanço da dengue no Brasil: "É epidemia, mesmo, não é possível. Neste ano, 121 pessoas já morreram, e eu diria que estamos perdendo a guerra para a doença". Somente em 2008, Minas Gerais já registrou cerca de 39 mil casos de dengue; o Paraná, 45 mil casos; o Rio de Janeiro, mais de 51 mil casos; São Paulo, mais de 64 mil; Mato Grosso registra em torno de 72 mil casos da doença.

O Senado Federal não pode ficar alheio a este problema tão grave que aflige a todos os Estados da Federação e não tenho dúvidas em afirmar que um dos instrumentos mais importantes para vencermos essa verdadeira guerra é dotarmos os municípios brasileiros de uma estrutura de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias, profissionalmente capacitados e, sobretudo, motivados. A importância para o sistema de saúde pública todos conhecemos. São eles responsáveis pelos diagnósticos demográfico e sócio-cultural da comunidade, pela promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva, pelos registros destinados aos planejamentos de ações de saúde, pelo estímulo da comunidade para que participem das campanhas de saúde, pelas atividades de vigilâncias, prevenção e controle de doença, entre outras atividades. Mas a dura realidade quanto à condição de trabalho destes profissionais, o Brasil precisa conhecer e agir rapidamente para que tenhamos tempo de conter as epidemias que aí estão.

Apesar da vigência da Lei 11.350, de 2006, recebemos freqüentes denúncias de que em muitos municípios brasileiros os Prefeitos ainda não regularizaram o vínculo empregatício dos agentes, celetistas ou estatutários. São contratos precários que tornam vulnerável a eficiência desta atividade tão estratégica. Os recursos para os agentes, pouco mais de quinhentos reais por agente, são repassados aos Municípios a título de incentivo e é sobre esse título que os agentes recebem o seu pagamento, em geral, um salário mínimo ou até menos, ou seja, eles não recebem salário ou remuneração, recebem apenas um incentivo, o que desde logo demonstra a pouca valorização que o país tem dado a estes profissionais.

É bom que se frise que a Lei exige dos agentes aprovação em processo seletivo, um nível fundamental de escolaridade e a aprovação em cursos introdutórios. Portanto, são profissionais preparados para essas atividades.

Por todo o exposto, entendemos que se o Brasil deseja realmente vencer a guerra contra a epidemia de dengue e de outras doenças, é preciso discutir com profundidade de que forma pretende preparar o seu soldado, um guerreiro motivado, responsável, qualificado e que seja seguro e que esteja seguro quanto à sua carreira ou apenas uma figuração. Essa decisão passa pelo debate sobre a fixação de um piso nacional para estas categorias e pela estruturação de uma carreira unificada, com a participação efetiva da União, dos Estados e dos Municípios. E o primeiro passo, entendemos, ao invés de simplesmente apresentarmos um Projeto de Lei, é promovermos um debate para junto chegarmos a uma solução legislativa que seja exeqüível e firmamos compromisso com todas as partes para que o Governo Federal envie ao Congresso um Projeto de Lei contra a solução para esse problema.

Veja bem, eu acho que, inclusive, a preocupação nossa era de que este nosso requerimento pudesse atrapalhar a votação do nosso Projeto de Lei, porque nós já sabíamos que o Governo iria pedir Vistas no nosso Projeto ou retardar a votação do nosso Projeto

a qual a Relator já leu o seu Voto, já leu o seu Parecer, para que pudéssemos, então, primeiro, fazer esta Audiência Pública. Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. O nosso Projeto está pronto para ser votado por esta Comissão, a Relatora já leu o seu voto, e o que eu proponho aqui não tem nada a ver com Projeto de Lei que está sendo relatado.

Então, eu gostaria de ter a aprovação dos demais senadores neste nosso requerimento, mas gostaria, Senadora Patrícia, de que pudéssemos fazer aqui um esforço danado para que pudéssemos buscar, para que pudéssemos chamar os senadores para que viessem votar este Projeto de interesse da sociedade, principalmente dos nossos Agentes de Saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Expedito Júnior. Nós estamos tentando buscar alguns senadores, mas nesse momento acontecem várias reuniões nas Comissões e em subcomissões também, inclusive em uma das subcomissões dessa Comissão que está reunindo alguns senadores. A nossa proposta, até porque esse Projeto, ele é fundamental, eu quero parabenizar a V. Exª. por essa iniciativa, não só pelo requerimento, mas ao mesmo tempo pelo Projeto de V. Exª., que traz justiça a um segmento da sociedade que vem trabalhando... Eu lá no Ceará, por isso que eu perguntei se tinha algum cearense, eu chamo de verdadeiros anjos da guarda, porque esse trabalho começou há mais de vinte anos no meu Estado, um Estado pobre, que conseguiu dar a volta por cima, que conseguiu reduzir a mortalidade infantil justamente pelo trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, e isso nos fez ganhar um prêmio mundial, inclusive eu tive o privilégio de ir receber, ao lado do Governador, naquela ocasião, e de duas agentes de saúde do meu Estado, um prêmio pela redução da mortalidade infantil, um prêmio mundial, e hoje nós temos o símbolo disso, que é uma creche que nós fizemos para os filhos de funcionários do Estado do Ceará. Portanto, eu tenho o maior apresso, o maior carinho, o maior respeito e entusiasmo pela luta dos Agentes Comunitários de Saúde.

Quero aqui pedir desculpas porque, em nome dos outros senadores, por não estarem aqui. Eu sei que os senhores e as senhoras já vieram por diversas ocasiões, que tem o interesse de que esse Projeto, como eu disse, que traz justiça a uma categoria, possa ser votado. Infelizmente nós não conseguimos, ainda, o quorum, porque esse Projeto, ele é Terminativo e nós precisamos da presença dos senadores na Comissão, não só da assinatura. Nós já temos as assinaturas necessárias, mas infelizmente, como é votação nominal, nós não temos os senadores presentes. Então, eu quero sugerir que a gente suspenda a Sessão por alguns minutos ainda, na tentativa de que ao terminar a outra Comissão nós possamos ter aqui o quorum suficiente. Mas antes, em discussão, ainda está em discussão o requerimento do Senador Expedito Júnior. O Senador deseja discutir?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora Presidente, na verdade há uma pressão enorme, porque são outras Comissões com quorum, é difícil. A justificativa que a senhora apresenta é verdadeira, nós temos dificuldades, está faltando quorum em duas outras Comissões, assuntos que às vezes são de interesse dos Senadores, não é que esse não seja.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero dizer que é um assunto importante, mas eu acho que essa medida está correta. Vamos ver se a gente consegue, pelo menos na Comissão de Constituição e Justiça, trazer o pessoal para cá, e na Comissão de Infra-Estrutura também tem matérias que estão sendo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço, Senador. Eu vou colocar só em votação, então, o requerimento do Senador Expedito Júnior. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. A Sessão está suspensa por quinze, vinte minutos, para esperar concluir as outras Comissões. Obrigada, Senador, e eu peço aos Agentes Comunitários de Saúde que aguardem mais por um momento para tentarmos conseguir e tentarmos, quem sabe, votar o Projeto ainda hoje. Obrigada a todos.

[sessão suspensa às 11h50]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos lá, Patrícia [palmas]. Vamos lá, Patrícia, vamos recomeçar a votação.

[sessão reaberta às 12h26]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Estamos reabrindo a Sessão [palmas]. Eu quero agradecer a todos os senadores e senadoras que fizeram um trabalho radical da sua agenda para poder estar aqui hoje. O Senador Marco Maciel não está entendendo nada, mas eu disse que já, já devolvia os senadores para ele [risos]. Eu reabro a Sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A maioria esteve na vigília ontem, estão sem dormir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É verdade, a maioria dos senadores

esteve na vigília, por isso houve algum atraso hoje. O Senador Demóstenes deseja falar? Com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para dizer que estou aqui para endossar tudo aquilo que os Agentes Comunitários de Saúde precisam, é um pleito justo, e o meu voto para eles é sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria ratificar as palavras do Senador Demóstenes, dizer que nós estávamos numa Comissão que também exige quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas a ação da Presidente da Comissão, ela retira os senadores daquela Comissão, mostrando a importância dessa matéria. O meu voto também é sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Romeu Tuma e, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia já para...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu vou encerrar a discussão para poder passar à Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós queremos votar logo, mas não posso deixar de prestar uma homenagem a V. Exª. e ser favorável o voto para aqueles que estão aplaudindo aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Item 5 da pauta, decisão Terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007, "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias". O Autor é o Senador Expedito Júnior e Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que já leu o seu relatório e o Parecer é pela aprovação do Projeto. Senador Leomar Quintanilha, pela ordem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria só de acrescentar, Sra. Presidente, que o relatório foi lido na última Sessão, agora nesse momento nós partimos para a discussão e em seguida a votação. Eu gostaria de repetir o Voto apenas para aqueles que não puderam estar presentes aqui na Sessão.

A aprovação da medida proposta pelo presente Projeto de Lei eliminará possíveis questionamentos sobre o direito dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias à percepção do adicional de insalubridade e não pagamento com base em omissão legal.

O voto. Do exposto, manifestamos o Voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007. Este é o Voto, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Em discussão a matéria. Para discutir, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar porque nós temos que voltar--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Apenas para cumprimentar o relatório da Senadora Lúcia Vânia, numa demonstração que expressa o sentimento de todos os membros desta Comissão, que reconhecem o valor e a importância do trabalho dos agentes comunitários de saúde. O meu voto é sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Encerrada a discussão, em votação. Senador José Nery, como vota?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu voto com o autor e com a relatora em defesa dos direitos dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de endemias. voto sim, Sra. Presidente [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Jayme Campos, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, eu não posso deixar de expressar aqui a minha satisfação de ter a oportunidade ímpar de como Senador da República votar favoravelmente, ou seja, o sim, porque eu conheço o trabalho dos agentes de saúde e de endemias, até porque quando Prefeito da cidade de Várzea Grande, por três mandatos eu tive a oportunidade ímpar de implantar os primeiros PSF e, acima de tudo, de ver o serviço de qualidade que prestam os agentes de saúde no Brasil. Portanto, Senador Expedito Júnior, os meus efusivos cumprimentos pelo louvável Projeto que V. Exª. apresentou, como também a nossa brilhante Senadora Relatora, Senadora Lúcia Vânia, de forma que eu voto de forma prazerosa sim em favor dos agentes de saúde. Obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora Lúcia Vânia, que já tem o voto conhecido, mas pode falar de novo, Senadora [risos].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim com louvor, cumprimentando o Expedito [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar a V. Exª. pela condução dos trabalhos, ao Senador Expedito Júnior, que é o Autor do Projeto, à Senadora Lúcia Vânia, que com muita experiência e sabedoria fez o seu relatório, e reconhecer a justiça que está se fazendo para os agentes de saúde. Então, o meu voto é sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu quero dizer da minha dupla alegria de votar a favor: como médico e como Senador [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito bom. Senador ex-Presidente dessa Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, pelo fortalecimento da saúde do povo brasileiro no interior e, também, nas cidades e capitais, o meu voto é favorável [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, Presidente [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Patrícia, Senador Expedito, Senadora Lúcia Vânia, esse conjunto que corrige uma injustiça. As epidemias voltaram pela falta de atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Eu acho que corrige uma injustiça muito mais do que dá um benefício. Então, tenho que cumprimentar a V. Exª. por arrancar cada Senador das suas Comissões, trazê-los aqui para dar o quorum suficiente para reconhecer e reparar uma injustiça. Eu voto sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar aqui ao Autor do Projeto e a nossa Relatora, o Expedito e a Lúcia Vânia, pelo Projeto e pela análise, e dizer o seguinte: quem cuida da saúde tem que cuidar da sua própria saúde também e nós queremos agentes de saúde e das endemias saudáveis para que eles possam continuar cuidando do povo brasileiro. Sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Patrícia, bem vinda à nossa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A senhora sabe que eu sou trabalhador da saúde também?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sei, claro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E eu acho que todo trabalhador de saúde que tem contato com paciente tem direito à insalubridade e quem tem contato com situações insalubres, de risco para a saúde, tem direito à insalubridade. O meu voto é favorável à senhora [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu vou passar a palavra, nós já encerramos a votação, mas como agora nós temos excesso de senadores [risos]... A Senadora Rosalba não vai poder votar, mas ela foi a primeira a chegar aqui.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fui a primeira a chegar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É verdade, e eu queria que ela só registrasse o seu voto e em seguida o Senador Expedito, é claro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O meu voto, como eu havia falado anteriormente, jamais poderia ser contra, é a favor dos Agentes Comunitários de Saúde [palmas], do Projeto que dá insalubridade.

Eu quero aqui só dizer uma coisa a vocês: eu fui Prefeita da cidade de Mossoró e os Agentes Comunitários daquela cidade têm insalubridade porque essa Prefeita entendeu o quanto é importante. Sou médica e sei que vocês trabalham realmente em situações bastante insalubres e que precisam, é uma proteção, é um direito, então, que essa Comissão aprove e nós esperamos que nas demais áreas que vai precisar também da aprovação, que vocês tenham sucesso, porque é mais do que merecido e é fazer justiça ao grande trabalho que o Agente Comunitário faz. O trabalho do Agente Comunitário é de uma importância vital para o Programa Saúde da Família, para o crescimento da cidadania, para o apoio ao combate à mortalidade infantil, a mortalidade materna, no acompanhamento da gestante, das nutrizes, na luta para que todos amamentem os seus filhos. São vocês que estão no dia-a-dia orientando as mães, acompanhando e, Patrícia, você que lutou tanto pela licença de seis meses, que já conseguimos um grande avanço porque ela hoje é optativa nas empresas, nós temos uma PEC, uma

Proposta de Emenda à Constituição, que transforma a licença de seis meses como um direito para todas as mulheres brasileiras, e vocês que estão na área sabem o quanto é importante amamentar os filhos até seis meses. Por isso as trabalhadoras brasileiras deverão ter esse direito, que a Patrícia começou, levantou a bandeira e que chegamos para nos somar e conseguir essa Proposta de Emenda à Constituição, que essa Casa já aprovou na Comissão de Constituição e Justiça, vai chegar também a essa Comissão, enfim, nós precisamos realmente desse apoio.

Dizer ao agente comunitário: o trabalho de vocês é merecido, tem que ser reconhecido, tem que ser valorizado e, para ser valorizado, tem que ter salários dignos para que você possa ir na casa da sua comunidade levando mensagens importantes de saúde, de combate às endemias, de preservação da saúde, de detectar problemas. Vocês são muitas vezes não somente agentes de saúde, vocês são agentes sociais, são agentes educacionais, psicólogos, tudo, vivem os problemas da cidade.

Então, a Presidente já disse, a votação, o resultado vai ser anunciado, era só isso que eu queria dizer a vocês, e podem contar sempre comigo na defesa do Agente Comunitário de Saúde [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Rosalba. E o último inscrito, é claro, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu como Autor do Projeto, eu não voto, mas eu posso agradecê-los, usar a palavra aqui para fazer um agradecimento especial a todos os senadores desta Comissão. Eu acho que nós estamos resgatando aqui uma injustiça feita com quem cuida da nossa saúde.

E, Senador Demóstenes, praticamente aqui os Agentes de Saúde de Goiás, eles estão representados aqui, por isso que quando V. Exª. [palmas], por isso que quando V. Exª. E, principalmente, a Senadora, a nossa Relatora, adentraram a este recinto, houve aquela grande salva de palmas, porque aqui estão representando aqui praticamente todos os agentes de saúde do Brasil, os agentes de saúde do Estado de Goiás.

Mas quero dizer da alegria e do compromisso nosso, aqui, Senadora Patrícia, que nós temos ainda com essa categoria. Nós temos que definir aqui o piso salarial desta categoria, que também é uma injustiça e é uma reivindicação justa que eles têm, e também a criação da carreira nacional, profissional, desta categoria. Fica aqui os meus agradecimentos e se tem alguém aqui, é lógico que todos nós merecemos uma salva de palmas, mas, Patrícia, você merece todas as honras desta Comissão porque saiu peregrinando de Comissão por Comissão para que nós pudéssemos estar aqui votando e, como diz o Paim, Projeto bom, Projeto aprovado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito bem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente? Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Parabéns, Senador Expedito. Como nós não encerramos a votação, Senador Expedito, nós ainda temos um voto, que é o do Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Te digo que ainda têm senadores por aí nos corredores querendo chegar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Opa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque estão em outras atividades [palmas]. Então, eu quero registrar o meu voto, o voto do PCdoB favorável à matéria, iniciativa, o movimento forte praticado pelo Expedito. A Senadora ficou aqui, digamos assim, de tocaia aqui dentro da Comissão puxando cada Senador em cada Comissão e alguns que estavam fora do Senado, mas que compareceram para garantir não só a votação, mas para garantir a votação [palmas] e a aprovação, que era o mais importante nesta data. Então, está de parabéns a nossa Presidente, Senadora Patrícia, o Senador Expedito Júnior, a Senadora Lúcia Vânia que ofereceu o Parecer para que a gente pudesse chegar a este desfecho favorável. Parabéns a todos que lutaram intensamente para garantir essa vitória. O meu voto é sim [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador. Só treze votos sim. Resultado: treze votos sim, mas na contagem são quinze, porque conta o meu voto e o do Senador Expedito Júnior. Portanto, o Projeto está aprovado por unanimidade [palmas]. Parabéns mais umas vezes ao Senador Expedito Júnior, à Senadora Lúcia Vânia. Eu agradeço muito carinhosamente a todos os senadores e senadoras que compareceram para votar esse Projeto e um beijo no coração de todos vocês, agentes comunitários de saúde. Parabéns [palmas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está encerrada a Sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, pela ordem, um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Antes de encerrar, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um Projeto que o Senador Inácio, tem um meu e um do Mercadante, em que nós propomos que cada um pode receber pelo Banco que indicar. E os governantes estão vendendo as folhas de pagamento [palmas] e nós somos obrigados a receber aonde às vezes você não tem simpatia pelo gerente e o dinheiro é teu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o Parecer está pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Parecer é favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Parecer está pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Inácio já leu aqui, já deu o Parecer favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É Terminativo também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É terminativo, só que nós perdemos todo mundo no contrapé. Eu gostaria que a senhora andasse atrás dos senadores na próxima Reunião. Na próxima Reunião, Senadora, a senhora vai atrás como hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode deixar que o meu laço agora vai ficar famoso. Está encerrada a presente Sessão [palmas].

Sessão encerrada às 12h43.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador **ROMEU TUMA**, com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, VALTER PEREIRA, RAIMUNDO COLOMBO e CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece também o Senhor Senador José Sarney. O Senador Romeu Tuma, na Presidência, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 34, de 2008–CAS, aditado pelo Requerimento nº 40, de 2008-CAS, de autoria do Senador Romeu Tuma, visando debater o Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS, implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo infectologista brasileiro, David Everson Uip. O Presidente dá início à Audiência Pública, convidando os palestrantes para comporem a Mesa. O tempo estimado para a exposição será de 20 minutos para cada um dos palestrantes. Às onze horas e trinta e dois minutos, a Senadora Patrícia Saboya assume a presidência. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Dr. David Everson Uip** – Infectologista – Diretor Presidente da Fundação Zerbini e Diretor-Executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o **Dr. Rogério Tuma** – Especialista em Neurologia Clínica - Hospital Sírio Libanês – SP. A presidência registra a presença do Deputado Federal Marcelo Itagiba, do Rio de Janeiro, Deputado Federal Eduardo da Fonte, de Pernambuco, Deputado Estadual Carlos Ricardo Gaban, Dr. Pedro Nistico – Diretor Executivo do Instituto do Coração do Distrito Federal e do Dr. Pedro Grass – Vice-Presidente do Jornal do Brasil. Após as exposições, foi aberta a palavra aos Senhores Senadores para discussão. Fizeram uso da palavra para seus questionamentos, os Senhores Senadores Flávio Arns, Romeu Tuma, José Sarney, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Após as considerações finais dos convidados e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, Presidente.

34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata da última Reunião.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública a fim de "Debater o Projeto de pre-

venção na transmissão materno-fetal do vírus da Aids, implantado no ano de 2002, em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, Dr. David Everson Uip, cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da Aids".

Eu queria chamar à Mesa o ilustre médico Dr. David Uip, Diretor Presidente da Fundação Zerbini, Diretor-Executivo do Instituto do Coração no Hospital das Clínicas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e Dr. Rogério Tuma, especialista em Neurologia Clínica do Hospital Sírio Libanês.

Então cada um dos senhores terá vinte minutos, com a tolerância necessária, visto o assunto ser de grande importância, não só para os brasileiros, mas para aqueles que acompanham internacionalmente esse problema sério que é a difusão da Aids em vários pontos do universo. Eu passaria primeiro--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --a palavra, segundo a Secretaria, ao Dr. Rogério Tuma e em seguida ao Dr. David Uip.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, pela ordem, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria também reforçar a alegria, a satisfação de termos os expositores no Senado Federal, particularmente aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais e que trata do tema de saúde. E, ao mesmo tempo, temos uma sub-Comissão Permanente de Saúde para abordar assim os assuntos desta área em termos de país.

O Dr. David, que é o uma pessoa reconhecida no Brasil pelo trabalho, pela excelência, pela referência, pela pesquisa, então para nós é uma grande satisfação tê-lo aqui nesta Comissão e no Senado. E o Dr. Rogério Tuma, na área da neurologia clínica, mas inclusive eu quero destacar, Sr. Presidente, que é seu filho, médico, se dedicando a esta área, num hospital também de ponta no país, que é o Hospital Sírio Libanês de São Paulo, assim como a Fundação Zerbini e o INCOR são hospitais de excelência, de referência no país, mas destacar a sua família, eu acho que é importante, até perguntava antes são em quantos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para nossa alegria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): -- são em quantos irmãos, ele mencionava que são quatro, dois na área pública e dois na área pública, porém, numa política pública também de atendimento à população na área da medicina e da odontologia. Felicitar a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --pelos filhos, pela família e pelo trabalho que vem fazendo, assim como ao Dr. David também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de pedir desculpas aos dois apresentadores pelo número baixo de Senadores, mas hoje aqui tem quatro Comissões e tem a posse do Presidente do Tribunal de Contas da União, em que praticamente um grande número de Senadores lá compareceu, porque normalmente o Presidente hoje foi parlamentar do Congresso. Então a solidariedade e acredito que daqui a pouco teremos outros presentes aqui. Com a palavra o Dr. Rogério, e agradeço profundamente a V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor poderia inverter, porque eu quero fazer uma introdução?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Dr. David fará uso da palavra preliminarmente.

DR. DAVID EVERSON UIP: Muito bom dia a todos. Eu queria agradecer ao Senador Romeu Tuma pela oportunidade, aos Senadores aqui presentes, ao Deputado Gaban.

A idéia é de apresentar aos senhores o nosso Projeto em Angola, que eu acho que é um Projeto importante do ponto de vista de brasileiros assessorando as autoridades de saúde de Angola na luta contra a Aids e outras endemias e também os Projetos que nós estamos adicionando ao Projeto original.

Eu rapidamente, em dois minutos, eu vou fazer um histórico, porque esta Casa tem muito a ver com o que eu vou mostrar, o Senado tem muito a ver com isso, como os senhores vão comprovar.

Então os primeiros casos de Aids foram descritos no mundo em 1981 e esta é a primeira publicação do *New England Journal of Medicine*, então homossexuais americanos passaram a apresentar dois tipos de doenças, ou uma pneumonia ou o sarcoma de kaposi, que eram manchas pelo corpo, e isto chamou a atenção pelo número elevado de casos.

E nós, no Brasil, descrevemos o primeiro caso em 1982. Então aqui a publicação, o primeiro autor o professor Vicente Amato Neto, eu o segundo autor, aonde em 1982, isto foi publicado em 83, nós vimos um indivíduo do interior de Minas Gerais que nos procurou com um quadro de febre e isto culminou com o primeiro diagnóstico, num momento em que não se tinha nem exame de laboratório. Pelo achado histológico, ele teve que tirar a vesícula, biopsiamos os gânglios

da barriga e aí está o primeiro caso de Aids do Brasil, publicado em 83 e diagnosticado em 82.

Então essa epidemia, ela começa realmente nos Estados Unidos, em São Francisco, os senhores notam os primeiros casos em 81 e rapidamente, em 85, 7.857 casos nos Estados Unidos, dos quais 45% de óbitos e 76% diagnosticados antes de 82 já haviam morrido. Um outro dado importante é que 72% desses indivíduos eram ou homossexuais ou bissexuais.

O vírus foi descrito em 83, havia uma disputa entre o Robert Gallo e o Luc Montagnier, em 1986 houve um consenso mundial onde se estabeleceu a denominação que existe até hoje do HIV, Vírus da Imunodeficiência Humana, e em 1985 o HIV-2, que é mais incidente na África. E aí a descrição do Jean-Luc Montagnier, em 1983, a respeito do vírus recentemente descoberto. O próximo.

Esta é a publicação da Revista Science, 20 de maio de 83, da identificação deste grupo, e os senhores vão ver que coincidência que acontece por conta disso. O próximo.

Hoje nós sabemos que por uma análise, por meta-análise, que esse vírus pulou a cadeia zoológica do animal, provavelmente do macaco verde para o ser humano, entre 1884 e 1924, através de uma publicação de soro estocado e tecido estocado identificados recentemente. Então no Zaire, que hoje é a República Democrática do Congo, especificamente na cidade de Kinshasa, foi identificada esta mudança zoológica. O ano provável desta mudança foi em 1908. Então nós temos vírus da Aids em seres humanos desde 1908. Epidemia, a partir de 1981.

Aqui é uma foto que eu acho histórica pela coincidência. Em 1985 nós realizamos um Congresso em São Paulo, da Associação Brasileira de Medicina Tropical, e coube a cada um de nós, eu era um dos mais novos, nós tínhamos que convidar estrangeiros e fazer a parte de paparicar os estrangeiros. Então coube a mim paparicar dois estrangeiros. Este aqui que é o Mário Rezeto, este sou eu, aqui é o Vicente Amato Neto e este outro era o Luc Montagnier. O Mário Rezeto descobriu o vírus da Hepatite D e o Luc Montagnier o vírus da Aids, e nesta reunião nós falamos para ele: "Olha, a sua descoberta é tão importante que o senhor um dia vai ganhar o Prêmio Nobel". O Luc Montagnier, há um mês, ganhou o Prêmio Nobel da Medicina, e nós o recebemos em 1985. O próximo.

Aí nós começamos a falar de Aids. Nós temos grandes polêmicas por conta que várias situações que nós previamos foram ditas e questionadas. Então a primeira é que Aids, o pânico poderia ser pior que a doença. Aqui é um dia positivo muito curioso, porque esta foto é de 1720, que mostra como os profissionais da área de saúde se protegiam para atender a praga. E esta outra foto é de agora, aonde profissionais da saúde de Hong Kong, como é que eles tratavam Aids. Mudava a cor, mas todos entendiam que era uma pandemia semelhante a praga, com enorme repugnância, preconceito e estigma. O próximo.

Então começou uma disputa muito interessante, aqui é o Diário Catarinense, aonde nós mostrávamos que era muito importante prolongar a vida desses pacientes através do uso de medicamentos que estavam sendo descobertos. O próximo.

Aqui uma briga pública onde nós advogávamos que o Brasil precisava comprar remédios. O próximo.

E aqui, para os mais idosos, eu tenho uma boa definição, viu Senador, do mais idoso. O mais idoso é aquele que é vinte anos mais velho do que a gente. Mas eu, em 92, eu estava dizendo: cuidado com a Aids que vai atingir o idoso, e hoje um dos maiores problemas que nós temos é Aids em idosos. O próximo.

Aqui uma entrevista que saiu nas páginas amarelas da Veja. Essa entrevista custou a minha destituição de pesquisador principal da Aids do Brasi, via OMS, eu fui destituído porque eu disse que os homens pegavam menos Aids do que as mulheres, que a chance de um homem pegar de um homem era maior do que... uma mulher de homem do que homem de uma mulher. Isto me trouxe enormes problemas, porque esta reportagem foi dita como preconceituosa, estigmatizante. Eu também dizia nessa reportagem que em algum momento o número de mulheres com Aids ia ser maior do que o número de homens. Em 1987 a proporção de homens e mulheres era quarenta para um. Hoje na ponta é um para um. Então por conta disso não ter sido entendido, e não tinha nada de preconceito e nem de estigma, isto é era uma visão científica do problema, as políticas públicas não focaram nas mulheres e hoje nós estamos com um caso de homem para cada caso de mulher.

Então nós percebemos que nós estávamos diante de uma pandemia muito importante e nós criamos a Casa da Aids. A Casa da Aids também, o nome Casa da Aids foi muito criticado, e para nós não, casa entendia-se como algo afetivo. Então a Casa da Aids foi criada a primeira em 1992, a segunda em 1994. Pode passar.

Aqui é a Casa da Aids. E a inauguração da segunda Casa da Aids - passa para o próximo - pelo Governador Mário Covas, um homem importante aqui no Congresso, aonde nós previamos atender dez mil doentes por mês. A Casa da Aids hoje ainda é a referência da forma que nós entendemos como a melhor para o atendimento de pacientes com Aids ou qualquer outra doença crônica. Por conta da Casa da Aids

é que este grupo foi escolhido por Angola para tentar replicar este modelo na África. O próximo.

Um outro dado muito importante é que graças à competência científica dessa Casa nós começamos a pesquisar novos fármacos, o que possibilitou um avanço científico em toda a comunidade por conta dessas cobertas. O próximo.

Aqui uma coisa muito interessante. Em 1996, o então Ministro Adib Jatene convocou uma reunião de especialistas, nós éramos noventa, para discutir a terapêutica antiretroviral, e este convite gerou a Resolução 227, de 1996, que criou o Comitê Assessor da Terapia Antiretroviral. O próximo.

Aqui um dado absolutamente fundamental, e por isso que eu insisto que tem muito a ver com essa Casa, que em 1996 o Senador José Sarney criou a lei que obriga o Sistema Único de Saúde a disponibilizar medicamentos a todos aqueles que precisam, que foi assinado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois o Presidente Sarney deu uma entrevista no New York Times dizendo que ele foi motivado a fazer essa lei graças a ele ter sido convencido da importância de aumentar a sobrevida com qualidade desses pacientes com Aids. O próximo, por favor.

Também nós fomos muito auxiliados por conta do Banco Mundial que em contrapartida ao que o Brasil dava de dinheiro, nos ofereceu os primeiros recursos para sustentar o Programa de Aids. Hoje, para os senhores terem uma idéia, é necessário 1 bilhão e 200 milhões de reais só para disponibilizar medicamentos a todos os pacientes que precisam. O próximo.

Então entrando especificamente em Aids na África, hoje nós falamos, existem 33,2 milhões de indivíduos vivos com Aids no mundo, sendo que no sub-Saara Africano 22,5 milhões. O próximo.

Como é que a epidemia caminha? Ela está se feminilizando, cada vez mais mulheres envolvidas, ela está se juvenilizando, cada vez mais jovens. Nós temos que saber no interior do país, hoje as crianças com nove, dez anos, estão se prostituindo para ganhar dinheiro, aí vem a gravidez precoce, aí vem as doenças sexualmente transmissíveis. O próximo.

É uma doença que está empobrecendo, ela está indo para o interior do país. Tudo bem, Patrícia, como vai, Senadora, tudo bom?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um minutinho que eu vou devolver a presidência à Senadora Patrícia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Desculpa a todos. Dr. David, desculpa o meu atraso, eu estava lá na solenidade, mil perdões. Os outros Senadores já estão vindo também. Obrigada.

DR. DAVID EVERSON UIP: Então é uma doença que hoje ela atinge o interior do Brasil e o binômio miséria/doença, especialmente as infecciosas, é o pior possível, e também atinge o interior do mundo. O próximo.

Então como é que são as formas de transmissão dessa doença? Sexual, materno-fetal, sangue e derivados e o acidente profissional. Sangue e derivados é uma coisa que nós progredimos, porque hoje o sangue no Brasil é um sangue controlado. Perdeu força, em contrapartida, aumentou o número de usuários de drogas ilícitas por via venosa. Então entende-se sangue aqui e derivados também pelo uso de drogas por via venosa. O próximo.

Só para dar alguns dados do que é que nós estamos enfrentando, nós estamos com uma explosão de casos no Afeganistão, que é um dos maiores produtores da heroína, o Leste Europeu, inclusive Rússia, começa a mostrar seus casos. Enquanto eles estavam cerceados da informação, nós não sabíamos, hoje os casos aumentam muito, e o pior que isso é que são as comorbidades. Para os senhores terem uma idéia, hoje nós temos no mundo 200 milhões do mundo infectados pelo Vírus C da Hepatite, 400 milhões de indivíduos infectados pelo Vírus B e as comorbidades HIV e mais qualquer uma dessas doenças é um problema adicional. Na África do Sul, também um estouro atual por conta que o ex-Presidente da África não admitia que essa doença era transmitida por vírus, então ele não disponibilizava medicamentos. O próximo.

Fatores de risco. O que muito hoje chama muito a atenção é que o principal fator de risco é a quantidade de vírus no sangue, e outro dado muito importante é a concomitância com outras doenças transmitidas por sexo: quanto mais doença associada, maior a transmissão. Um dado para os senhores, aumenta o número de casos de gonorréia, de sífilis e herpes tipo 2 em todo mundo. Se as pessoas estão sendo atingidas por essas doenças é porque elas não estão se protegendo contra a Aids.

As tendências. O número de caso estável em alguns países, aumenta o número em heterossexuais, principalmente feminino, usuários de drogas e as mulheres cada vez mais atingidas.

Aonde que a prevenção funciona na verdade? Transmissão de mãe para filho, pós-exposição ocupacional. Se um de nós profissional de saúde se acidenta pode tomar remédio e melhora. Sexo seguro é uma receita de bolo que eu não sei como funciona. O que é sexo seguro, é monogamia? Isto na verdade não uni-

ciona na prática. A terapêutica antiretroviral e o uso de seringas e agulhas que eu também não acredito, por conta de que se o usuário de droga pesada for escolher seringa, ele não usa droga. O próximo.

Aqui começa a implantação do programa em Angola. O próximo.

A estimativa de prevalência de Aids em Angola, ela ainda é imprecisa por conta que Angola viveu cinqüenta anos de guerra. Primeiro contra o colonialismo português, depois a guerra interna contra o *U Nita*. De qualquer forma, os países que fazem fronteira com Angola têm prevalências assustadoras, como 38,8%, Namíbia 21,3%, Botsuana 37,3%, que é uma outra preocupação, a migração interna e o que vai acontecer. O próximo.

O histórico da nossa ida para Angola. Pode passar.

Isto aqui é uma reunião que aconteceu em setembro de 2002, o então Ministro Humberto Costa com o Vice-Ministro que está ali à direita, o Zeca Van-Dunem. O próximo.

Aqui é a nossa primeira ida, em novembro de 2002. Esta de cá é a coordenadora do Programa Nacional de Aids, o Dr. Enade Moraes Filho, que é o meu parceiro em Angola, mora em Angola, baiano, trabalha com medicina preventiva, e médicas do programa de Angola. O próximo.

Então quando nós chegamos em Angola, nós percebemos que o povo angolano não confiava mais em tudo que estava sendo oferecido porque não se cumpria. Então nós elencamos um Projeto que entendíamos que era contundente, que foi o corte da transmissão vertical, o corte da transmissão de mãe para filho. Nós estávamos baseados no quê? Que 90% do total de casos em crianças menores de quinze anos era por transmissão materno-fetal e que naquele momento, em 2002, havia um aumento praticamente diário de mulheres angolanas grávidas HIV positivas. O próximo.

Em 2002 a transmissão de mãe para filhos em Angola era 10% dos notificados. A taxa de infecção, 8,6%, em gestantes, e a estimativa daquele momento era 80 mil mulheres infectadas e de 30 a 40 mil crianças nascendo com HIV. Este número é absolutamente subestimado, porque obviamente não tinha-se um critério de soro acompanhamento, soro prevalência, como nós temos hoje. O próximo.

Então quais eram os objetivos desse primeiro trabalho? Reduzir a transmissão materno-fetal em 15%. Eu quero que os senhores atentem a esse número. O número de transmissão materno-fetal de Aids na África é de 45%, ou seja, cada duas mulheres positivas, uma tem um filho positivo para Aids. Então naquele primeiro momento nós queríamos reduzir isso em 15%. Disponibilizar o teste a todas as grávidas, estabelecer um programa para grávidas não acompanhadas e distribuir medicamentos gratuitamente. O próximo.

A história mudou. Nós estávamos tendo inúmeras dificuldades de implantar o projeto, mas em fevereiro de 2003, o Presidente, o José Eduardo Van-Dunem nos recebeu, para minha curiosidade ele conhecia o meu curriculum como poucos, ele chamou os Ministros, ele falou: "A partir desse momento o assessor do programa angolano é o David Uip e eu, - ele, Presidente -, assumo o controle pessoal dessa luta contra a Aids". Chamou os Ministros, fez um Conselho de Ministros que ele passou a presidir. O próximo.

De janeiro a setembro nós ficamos nos preparando. O próximo.

Aqui as primeiras unidades. Nós escolhemos três hospitais em Luanda para começarmos a trabalhar: o hospital Kilamba Kiaxi, Cajueiros e Kazenga e a maternidade Augusto Ngangula. Essa é uma visão bonita, depois o Rogério vai mostrar a visão não jornalística disso tudo. O próximo.

Nós percebemos que nós tínhamos que intervir inclusive na construção daquilo que nós entendíamos a Casa da Aids de Luanda. Esse aqui é o Olavo Munhoz Neto, que trabalha comigo, ele foi um ótimo mestre de obras, porque ele ajudou inclusive na planta para construir esse primeiro hospital. O próximo.

E aí eu percebi que nós estávamos numa situação muito complicada. Essa daqui é a sala de parto do principal hospital de Luanda. Os senhores notem que têm duas mesas de parto e que a porta, as mulheres ficavam de pernas abertas viradas para a porta. Aqui é a sala de espera do hospital. Aí nós descobrimos que só 40% dos partos eram institucionalizados, 60% eram feitos em Casa de Parto ou nas casas das pessoas. Então o primeiro desafio foi trazer a mulher para dentro do hospital. Então nós começamos um trabalho duro. Esta é a equipe brasileira, a Sônia é enfermeira, foi muito interessante que a Sônia é uma enfermeira que ela era chefe de serviço do Hospital Osvaldo Cruz. A primeira coisa que ela fez foi quebrar essa sala e por uma sala adequada. O próximo.

Então começamos [soa a campainha] treinando todas as equipes, médicos, enfermeiras, parteiras, e isto é o hospital. O único local que nós poderíamos treiná-los era no refeitório, não tem o conceito de anfiteatro ou sala. Então as pessoas, para almoçar, tinham que nos ouvir. O próximo.

Aqui começou o treinamento, primeiro em Luanda, médicos angolanos. Notem os senhores, quem convive com a área de saúde, isso aqui é o velho pinar(F), que

a gente não usa há muitos anos no Brasil, mas era o que se tinha. O próximo.

Aqui é o atendimento já nas três unidades, janeiro de 2004. O próximo.

Já o atendimento pediátrico às crianças expostas. O próximo.

Em setembro nós começamos a testar realmente todo mundo e esta é a primeira criança que foi nascida de uma mãe soropositiva que foi negativo. O que é que nós fizemos? Na hora que nós percebemos, o que é que o mundo recomenda? O mundo recomenda que no caso de uma mãe soropositiva, primeiro que ela seja institucionalizada. Depois, que ela comece a tomar os medicamentos, protocolarmente é um medicamento só, que o parto seja um parto cesário e o aleitamento artificial. Quando nós vimos aquelas condições, ficou claro que se nós indicássemos o parto cesárea, as mulheres iam morrer no parto. Então o parto cesário foi limitado para indicação obstétrica e nós mantivemos o parto normal. O segundo fato é que se nós obrigássemos ao leite artificial, alguém teria que comprar. Então o leite artificial foi usado em quem pode comprar, se não foi o leito de peito. A opção era a fome. Então nós quebramos os paradigmas da recomendação mundial não por desejarmos, porque eram o que as condições permitiam. Remédio para a mãe, ao invés de um, três, parto normal e leite de peito e, caso fosse possível, leite artificial. O próximo.

Aí nós partimos para as outras províncias. Angola tem 18 províncias, cada uma com o seu Governador, e 145 Municípios. Então nós entramos já nas 18 províncias. Pode passar.

E aqui as províncias, Cabinda, Bié e Huíla. Os senhores notam que as condições são muito precárias. O próximo.

Em 2005 nós conseguimos inaugurar, isso é decisão obviamente das autoridades de saúde de Angola, o primeiro Instituto Nacional da Luta contra a SIDA. Então quem viu aquela casinha, já em 2005 tem o Instituto Nacional, presidida pela Dra. Lúcia Elinda(F), que foi aquela da primeira intervenção. O próximo.

Os resultados. Pode passar.

Então aqui é uma parte do trabalho, porque entendo que é o seguinte: quando a mãe gera este filho, eu preciso acompanhar esta criança um ano e meio para ter certeza que ela é negativa. Ela pode positivar o seu exame até um ano e meio depois. Então essas 526 mulheres, que hoje são 1.200, têm os seus filhos acompanhados por todo esse período de um ano e meio. 30,8% das mulheres, das pacientes, foram excluídas. 7 porque abortaram, 15 crianças mortas antes dos dezoito meses, uma morte da mãe da criança, e notem esse número: 139, 26,4%, nós perdemos a informação. Por quê? Porque essa mãe não voltou, ela não volta para ser acompanhada e você não tem como acessá-la. 40, 11%, tomaram o esquema completo de remédios, 144 delas já tinham, quando elas começaram a ter o parto, uma condição médica muito difícil, e olha esse número que eu acho absolutamente fundamental: 93,1% dos partos foram institucionais, nós conseguimos trazer as mulheres para os hospitais. O próximo.

Aqui os resultados. Pode passar, que eu vou dar o resumo.

Então notem: 93,7% foram partes normais. Isto quebra todos os paradigmas descritos na literatura mundial, onde a grande maioria é parto cesárea. O próximo.

Das mulheres que fizeram o protocolo completo, ou seja, esquema antiretroviral para a mãe no momento adequado, o parto normal, o aleitamento, AZT intraparto para a mãe e AZT para o nenê, só três mães, só três crianças foram soropositivas, 0,82%, contra 45% da história da África. Mesmo as mães que não fizeram o protocolo completo, por exemplo, chegaram no momento expulsivo, 5, dando um total de 2,7 de mães, de crianças soropositivas. Este é o melhor número que tem-se no mundo hoje, ele é semelhante aos países de primeiro mundo. O número do brasileiro está entre 8 e 12%, África 45% e nós temos esse número que realmente é um número muito importante, inclusive adequado a países que não têm dinheiro. O parto normal é muito mais barato que o parto cesárea. O próximo.

Esta é uma foto que me emociona, porquanto que a primeira vez que nós fomos intervir, as mulheres, elas não ficam deitadas em camas do ponto de vista horizontal, não tem cama. Então ficam cinco mulheres deitadas em vertical, uma esperando o parto. Nascem as cinco crianças, elas ficam só num berço. Então essas cinco crianças são oriundas, filhas de cinco mães que ficaram no pré-parto e só tem um berço para elas ficarem. O próximo.

Aqui são quatro crianças que nasceram sem Aids. E é um dado muito interessante, porque a equipe de brasileiros acompanhou os nascimentos, então esta aqui, quando essa criança nasceu, a médica brasileira falou: "Olha que criança fofinha". O nome é Fofa Tereza [risos]. "Esta aqui parece uma rainha". É a Rainha Sofia [risos]. Então são nomes que demonstravam a gratidão dessas mães a esta equipe de brasileiros. O próximo.

E aí nós percebemos, o Governo Angolano percebeu que nós tínhamos que ir além disso. Então a partir de 2005 nós expandimos os programas. E quando tudo que você expande, vêm os vigaristas, infeliz-

mente, inclusive vigaristas brasileiros. Tem um brasileiro que foi para lá, infelizmente médico do INCOR, ele inventou de fazer o INCOR em Angola. Arrecadou dinheiro, vendeu imagem. Ele foi demitido do INCOR e da Beneficência Portuguesa por conta disso. Era tudo mentira. O próximo.

Aí começaram os programas. Biossegurança nas unidades sanitárias, eu vou mostrar, melhoria da capacidade de resposta dos hospitais em Angola, formação e especialização e pós-graduação de profissionais área de saúde do Brasil, sangue seguro, assessoria aos bancos de urgência dos hospitais públicos de Luanda. O próximo.

Nós estamos trabalhando tuberculose, hepatite, tripanosomias, prevenção em diagnóstico e tratamento de pacientes angolanos no Brasil. Hoje, Senador Tuma, nós temos 52 pacientes angolanos que foram atendidos no Sírio Libanês e mais um número semelhante no Instituto do Coração. Eles estão vindo para cá para nós os atendermos. E uma coisa que eu desejava muito, e nós conseguimos agora, nós passamos a assessorar as Forças Armadas Angolanas. Isto era feito pelos Estados Unidos, a coisa não caminhou bem, até por conta do limite da língua, hoje este grupo de brasileiros assessora também as Forças Armadas Angolanas. O próximo.

O outro projeto é a capacitação do principal hospital. Este hospital é ligado à Casa Civil do Governo de Angola. Então nós estamos melhorando a capacitação tanto na gestão quanto na operação médica. O trabalho de biossegurança, que é conduzido pela Dra. Tânia Strabelli, que trabalha comigo, inclusive ela está hoje em Angola, nós já conseguimos implantar esse programa em vinte hospitais de Angola, tanto em Luanda quanto nas províncias. Criou-se o Comitê Nacional de Biossegurança e nós estamos conseguindo levar as normas básicas de prevenção de infecção para esses hospitais, bem como vacinar todos os profissionais da área de saúde. O próximo.

A melhoria da capacidade de resposta dos hospitais de Angola, o que nós fazemos? O Rogério vai falar, porque o Rogério é o responsável pela melhoria da capacitação na área de neurologia. O que nós entendemos? Que não adiantava ir a Angola fazer um Projeto, algum dia você vai embora e não deixar nada. Então muito mais do que isso, nós estamos capacitando os profissionais de Angola, tanto em Angola quanto no Brasil. Este projeto é muito interessante, porque professores brasileiros, como o Rogério, vão para Angola, ficam lá e treinam os profissionais da área de saúde de Angola. Esses são os responsáveis por cada uma das áreas. O próximo.

Os convênios com a Fundação do ABC, onde eu sou professor titular, essa da Ordibe(F) também. O próximo.

Esse é o Centro de Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC. Hoje nós temos 85 pesquisas em andamento ligadas à África. Esse prédio, tanto a construção como a manutenção, totalmente conseguida com o dinheiro da iniciativa privada. Na verdade são os amigos que deram o dinheiro para construir e que mantém. O próximo.

Os convênios com a Faculdade de Medicina da USP, Hospital das Clínicas, Hospital Sírio Libanês. O próximo.

Os gestores e responsáveis. O próximo.

A equipe de brasileiros na assessoria. É curioso, porque hoje nós estamos com praticamente quarenta pessoas morando em Angola, entre gestores, médicos, enfermeiros e biomédicos. A grande maioria mulheres, que eu costumo brincar que elas são muito mais corajosas do que nós homens. Esse pessoal mora em Angola. O próximo.

Ainda a equipe brasileira, esse do Programa de Biossegurança. O próximo.

E os desafios. Nós temos grandes desafios pela frente. 80% das pessoas que necessitam de medicamentos no mundo não têm acesso. Nós precisamos de muito dinheiro, 18 bilhões adicionais, para dar conta de 6,5 milhões de pessoas que não tenham acesso. Dar remédio para Aids diminui custo, diminui transmissão. Então os indivíduos que são atendidos adequadamente e recebem medicamentos, eles adoecem menos, ficam menos internados e transmitem menos, porque tem menos vírus no sangue e nas secreções. O próximo.

O Brasil tem um dos melhores programas do mundo, mas tem limites e eu acho que vai se apertar, porque o orçamento está curto. Cada vez nós temos mais medicamentos, novos medicamentos, mais indicações e os recursos estão um pouco engessados, quer dizer, nós temos que entender isto como um exemplo de política pública para doente crônico. O próximo.

Isto aqui é Luanda, Angola. Eu hoje tenho enormes dificuldades quando eu saio de Angola para voltar. Realmente é um povo muito carinhoso, é um povo muito afetivo, muito parecido conosco, nós somos muito bem tratados, nós somos muito bem cuidados lá em Angola. Então hoje é uma coisa que me honra muito a mim e ao meu grupo poder assessorar as autoridades angolanas em todos esses projetos. O próximo.

O futuro está em aberto, mas eu acho que nós descobrimos um caminho, realmente, aonde brasileiros podem auxiliar países ainda em desenvolvimento. Muito obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço a exposição do Dr. David Uip e já passo a palavra imediatamente ao Dr. Rogério Tuma, para que também possa, no tempo necessário, fazer a sua exposição.

SR. ROGÉRIO TUMA: Bom dia a todos, obrigado pela presença e pelo interesse. Eu gostaria de agradecer muito à Senadora Patrícia pelo convite e a oportunidade de mostrar, primeiro, o trabalho de um médico como o brasileiro fora do país, ajudando um país irmão, de mesma língua, e como o David acabou de falar, de bastante semelhança cultural entre o seu povo. E, também, uma oportunidade rara que a gente tem, que a gente sabe que todo pai fala bem do filho, mas ele sempre fica com uma pontinha de dúvida, e como nós somos parentes distantes, eu fico em São Paulo e o Senador Romeu Tuma fica a maior parte do tempo dele aqui em Brasília, eu não tenho tanta oportunidade de tentar mostrar para ele que a gente tenta, como filho, ser um bom profissional, pelo menos tenta, para ser um pouco a semelhança dele.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ele pediu a Audiência Pública para você se encontrar com ele. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pelo menos para passar um dia com ele aqui, vendo, só que ele tem um defeito: ele não atende o pai, porque ele disse que se envolve sentimentalmente e quer que eu vá para outro médico.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Dr. Rogério, só antes de nós darmos início, eu só queria registrar a presença do Dr. Pedro Nístico(F) aqui, queria também agradecer a presença do Dr. Pedro Grass(F), Vice-Presidente do Jornal do Brasil; o Sr.Carlos Ricardo, deputado que nos honra muito com a sua presença aqui hoje. É um prazer enorme. Com a palavra, eu sou cúmplice do Senador Romeu Tuma na tua vinda para cá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado pelo presente de natal [risos].

Bom, a minha parte dentro desse trabalho é coordenar a área de neurologia para melhor capacitação dos serviços públicos em Angola. A idéia, quer dizer, a demanda maior deles é tentar acelerar e aperfeiçoar o processo de atendimento à população e, principalmente, evitar a transferência de pacientes de maior risco ou de difícil diagnóstico para outro país. Eles têm uma despesa muito grande porque não tem recurso diagnóstico e nem de atendimento transferindo os pacientes que são mais graves, principalmente para a África do Sul. Então esse era o foco do projeto.

Mas, paralelamente a isso, como o nosso trabalho é sempre na área dos hospitais públicos que têm a maior demanda de atendimento, qualquer medida que melhore a performance do trabalho dos médicos acaba tendo um impacto muito grande no atendimento da população.

Eu fiquei uma semana em Luanda atendendo e trabalhando com os neurologistas no Hospital Josina Machel, que é o maior hospital que eles têm, e no Hospital de Prendas, em agosto. Pode passar.

Esse o Hospital Josina Machel era uma escola de freiras e, depois da independência, ele se transformou num hospital. A área de neurologia, é um hospital muito grande, a área de neurologia é uma área física muito boa para atendimento, tanto ambulatorial quanto atendimento de urgência e pacientes internados. O próximo.

O serviço conta com salas de consulta, eles são em três neurologistas, eles têm quatro salas de consulta, quer dizer, não falta espaço para o atendimento, e eles têm, no banco de urgência, pelo menos duas salas de dez leitos, mas na verdade o banco de urgência, no período em que eu visitei, tinha mais de 140 pacientes internados. Então tinha uma taxa de ocupação gigantesca. O próximo.

Então são três médicos neurologistas naquele hospital, dois são angolanos e um russo. Tem muito médico russo e cubano em Angola, que vieram na época logo depois da independência e acabaram permanecendo lá. Eles ainda têm um convênio muito grande com Cuba. Então praticamente todos os médicos que fazem diagnóstico são cubanos. Os médicos que têm especialidades mais de UTI ou que têm que ter mais demanda de cuidado com paciente são cubanos ou russos. Só que em todo o país de Angola, eles têm apenas sete neurologistas, sendo quatro angolanos e três estrangeiros. Me contaram uma história lá que mesmo assim um neurologista não vale muito, porque dizem que uma princesa de uma tribo angolana estava passando do lado de um lago, aí ela ouviu alguém chamar, ela olhou, era um sapo, aí ela olhou e falou: "Pô, você é um sapo, o que é isso, você é um príncipe?" Ele falou: "Não, eu sou um neurologista, se você me beijar, eu vou me transformar num médico e eu posso trabalhar aqui e tudo". Aí ela pegou o sapo, olhou para ele, botou no bolso. Aí o sapo falou: "Você não vai me beijar?" Ela falou: "Não, aqui um sapo falante vale muito mais que um neurologista" [risos]. Então eles têm bastante pessoal de enfermagem, mas a capacitação deles é muito ruim. Eles abrem vagas para médicos e o quesito principal necessário é que o médico, o candidato, tenha feito curso de enfermagem. Então na verdade lá, se você não tem nem a formação médica, você consiga ter uma dedicação de trabalho nesse nível. Então a qualidade de atendimento, o co-

nhecimento que os médicos de lá têm, é muito fraco, então eles não conseguem dar uma estrutura eficiente de atendimento aos pacientes. O próximo.

Um neurologista no Hospital Josina Machel, que é o que tem mais movimento, ele cuida de onze pacientes na enfermaria, pelo menos cinco a dez pacientes no banco de urgência, faz raras interconsultas em outros departamentos e passa diariamente junto aos pacientes para prescrevê-los, quer dizer, isso daqui, para um médico neurologista de um hospital público, em qualquer lugar do Brasil, ele não gastaria mais do que ¼ de um período e eles acabam não conseguindo fazer todo esse trabalho deles em um dia. Então a gente tem uma agilidade e uma capacidade de reação muito maior. Os médicos de lá têm uma inércia muito grande em resolver os problemas, mesmo que o recurso esteja muito próximo a eles. O próximo.

Então eles ficam dentro da enfermaria que tem trinta e três leitos, eles cuidam de mais ou menos sessenta pacientes. Os pacientes ficam internados em média quinze dias. Os nossos pacientes aqui num hospital que tem uma agilidade maior, tem uma internação média de três dias. Então a possibilidade de você atender num hospital aqui é muito maior, de cuidar de uma grande maioria de pacientes, aqui a gente cuida bem melhor, e é só uma questão operacional, não é só a falta de recurso. É a falta sim de planejamento, de estruturação de um serviço. E o que mais assusta é que a mortalidade dos pacientes que estão internados é perto de ¼, 25% das altas são por óbito. Então eles têm um índice de mortalidade muito alto, muito grande, e eles não conseguem atender, o grupo de neurologia não consegue atender mais do que 15% dos pacientes neurológicos que vão até ao hospital. Então a grande maioria é atendida por médicos clínicos. Os especialistas atendem só 15% e desses 15% que são internados, ¼ morre. Então a qualidade do serviço por qualquer métrica é muito ruim. O próximo.

A grande maioria das internações são por acidente vascular cerebral, doenças da medula e crises convulsivas. A doença vascular cerebral é de longe a causa principal de internação e a gente sabe que um negro tem um risco maior de ter hemorragia por hipertensão. Então também a gente nota lá que a grande maioria das pessoas internadas por derrame ou acidente vascular cerebral é por hemorragia secundária à hipertensão que não foi tratada. Não tem um programa de controle e de melhoria de saúde pública que diminua a hipertensão arterial, diabetes, etc. Então a gente percebe o quanto que o Brasil evoluiu dentro de um atendimento com o SUS e toda a dificuldade que a gente tem, a gente em uma década ou duas, a gente conseguiu aprender muita coisa em termos de medicina preventiva, pratica isso em qualquer lugar do país, e a gente esquece que está fazendo um bem, já ficou inerente ao atendimento médico que a gente tanto se queixa. Então a gente volta ao passado, quando a gente vai para Angola, e aí lembra quando não tinha um programa simples de controle de hipertensão arterial e diabetes e a gente vê o efeito que isso causa na população, a quantidade de mortes de jovens ou pessoas que ficam totalmente seqüeladas e acabam não produzindo nada para o país. O acidente vascular cerebral é a maior causa de paradas de trabalho em seres humanos. Então eles pagam um preço muito grande por não ter esse preparo ou ter dado essa atenção. O próximo.

O trabalho do neurologista é idêntico ao de qualquer outro lugar do mundo, a gente vai até ao pronto-socorro, avalia, vê o paciente que é mais grave, transfere ele para a enfermaria e lá a gente tenta fazer o diagnóstico do problema dele e o tratamento adequado. O próximo.

Eles têm só o recurso da tomografia e muito pouco recurso de laboratório. Não tem eletroencefalograma, não tem eletroneuromiografia e ressonância só existe uma agora, que é nesse Centro de Aids, mas nenhum outro hospital consegue sequer fazer uma transferência de paciente para conseguir esse exame no outro centro. Então também essa política de auxílio entre as estruturas que aqui a gente diz que é muito ruim, mas na verdade ela existe, lá eles não conseguem nem imaginar essa possibilidade. Quando a gente pergunta: "Mas você não pediu para conseguir uma ressonância no hospital vizinho?" Não passou pela cabeça deles essa idéia. O próximo.

Eles têm uma fisioterapia que, por causa da quantidade de pacientes seqüelados, é sobrecarregada, eles não conseguem atender adequadamente aos pacientes, ficam todos numa sala, não tem uma estruturação, agendamento não existe, então quem vai acaba sendo atendido, um dia o profissional não aparece, não tem outro para substituí-lo. Então tudo isso é uma falta de estrutura operacional que a gente acaba identificando com facilidade e para eles parece a coisa mais natural do mundo, eles não conseguem enxergar o problema. Tem muito pouco neurocirurgiões no país todo, mas tem o dobro de neurocirurgiões do que de neurologistas clínicos. O próximo.

Então a perspectiva que eles têm com o nosso trabalho é melhorar a abordagem do paciente que eles conseguem transferir para a enfermaria e reduzir o déficit seqüelar que esses pacientes tem. O sonho deles é ter um Stroke Center(F), que é um serviço específico para tratamento de acidente vascular cerebral. Eles não conseguem enxergar que eles conseguem tam-

bém tratar uma série de outras patologias só gastando mais três minutos avaliando o paciente ou utilizando todos os recursos, mesmo que pobres, que eles têm. Então a idéia deles é que eles enxergam só acidente vascular cerebral. O próximo.

Então a demanda maior deles é poder fazer tomografia para os pacientes que eles têm essa suspeita de acidente vascular cerebral, que é uma coisa relativamente simples, só que não tem filme um dia, outro dia o aparelho quebra, por seis meses o estabilizador de voltagem do hospital ficou desligado e eles não conseguiam fazer nenhuma tomografia. Só que culturalmente eles não têm iniciativa. Então isso, na verdade, era um mito, que eles me colocaram isso, e quando eu ouvi isso na reunião, eu fui visitar a área de tomografia, e na área de tomografia tinha um médico cubano que trabalha doze horas por dia lá, que estava totalmente disponível para o serviço de neurologia, mas como há seis meses atrás tinha queimado um fusível e o aparelho não estava funcionando, ninguém se lembrou de visitar a tomografia para ver se eles deveriam ter feito esse trabalho, então ter voltado ou ter feito a solicitação. Então existe essa dificuldade cultural muito grande deles, essa inércia. Parece que eles ficaram tanto tempo sob judice de alguém que eles não conseguem mais ter a iniciativa de tentar se cuidar ou de melhorar. O próximo.

Então a primeira coisa que a gente teve que fazer é criar processos de atendimento, saber que quando o paciente chega o médico tem que cumprimentar, buscar uma família para ter informação, fazer o exame físico, quer dizer, tem que começar do zero e isso acaba ficando muito difícil. Porém, tem um efeito muito grande, porque contaminava, dentro da neurologia, que era uma área clínica, quando a gente começava a fazer isso, e foi uma semana só que eu fiquei, acabou contaminando toda a área de atendimento de emergência e das outras áreas clínicas. Então ao mesmo tempo em que eles têm essa dificuldade, quando eles acordam, eles conseguem ter uma reação muito boa e uma capacidade de aprender muito grande. Então a gente consegue, sem recurso tecnológico nenhum, melhorar muito a eficiência do trabalho deles. O próximo.

No período que eu fiquei, a gente teve treze casos de internação. Eu fiquei uma semana, dá mais ou menos a média de internação deles. O próximo.

Mais que a metade foi acidente vascular cerebral, uma parte epilepsia e a outra as mielites, que são as infecções dentro da medula espinal. O próximo.

Só um caso que estava na internação, quer dizer, de trinta e cinco pacientes e mais quinze que entraram, precisava mesmo ser transferido para fazer um exame de baixo custo, mas que o país não tinha. O próximo.

Não é para a gente identificar e ler isso exatamente, mas é mais para mostrar todo o nosso trabalho. Tinha todo um encaminhamento organizacional de RH treinar a enfermagem, eles copiavam a prescrição do médico em cartolina ou caixa e muitas vezes eles copiavam o nome do remédio errado e davam a medicação errada para o paciente. Eles não tinham a idéia de pegar a própria prescrição original e levar porque achavam que podiam perder no caminho de uma sala para a outra. Então ensinando isso, a taxa de erro de medicação caiu drasticamente. Então a gente tinha que preparar o auxiliar de enfermagem, mudar a organização e os processos de atendimento e criar essa comunicação entre os departamentos. Em termos de recurso tecnológico, só a tomografia seria suficiente para eles resolverem todos os problemas deles. Então a gente não foi para lá para vender produto ou para aumentar os gastos que eles já tinham, foi só para mudar as pessoas e o modo deles verem os problemas que eles tinham. O próximo.

Depois disso a idéia era montar departamentos. Então cada neurologista que tinha uma área de interesse, a gente passou a treiná-lo como subespecialidade. Então um médico tinha mais interesse em doença vascular, ele pode ser capacitado melhor no Brasil se ele vier especificamente para aprender o tratamento [soa a campainha] e as medidas diagnósticas de acidente vascular. E assim foi para mielite, epilepsia e as outras áreas. O próximo.

Então era só para identificar cada setor desse, a gente acabou treinando em uma semana o que ele eles poderiam fazer com aqueles recursos. O próximo.

Aqui atrás, eu estou mostrando as imagens, eu não referi, este é o Hospital de Prendas, é um hospital que tem mármore na entrada, no piso, só que o lixo fica na rua e em contato com toda a equipe de atendimento e os pacientes também. O próximo.

Depois que eu visitei o pronto-socorro pela primeira vez, eu acabei escrevendo uma carta naquele dia que eu gostaria de ler. E eu vou ter que ler, porque se eu gaguejar muito, o político da família depois vai ficar decepcionado [risos]. "Angola, 19 de agosto de 2008. Pronto-atendimento. Aqui o cheiro das chagas dos vivos se mistura com o cheiro da morte, criando uma atmosfera sombria e nauseante. Ninguém geme, reclama ou grita de dor". Tinham cento e quarenta pacientes, pelo menos, todos em maca ou dividindo uma maca em dois, e era um silêncio total. Ninguém gemia. Eram raras as manifestações que eles tinham. "Os homens desviam o olhar para baixo como se fossem culpados pelas doenças que têm. Entre as mulheres, algumas poucas ainda têm energia para se cobrirem de pudor. Outras nem mexem os olhos. Uma criança com o rosto

cheio de feridas chama: "Doutor", ao avistar qualquer pano branco. Um médico responde ao chamado. "Pois não, homem menino, o que queres?" E ouve uma óbvia resposta: "Um doutor". Um fraco chamado da alma que clama por ajuda para aplacar seu sofrimento. Caminho no corredor como se essa cena fosse a coisa mais comum do mundo". E isso é verdade, a gente vai num pronto-socorro em Nova Iorque e ele tem superlotação, a gente vê paciente na maca, fora da sala ou na sala de espera em qualquer lugar do mundo. "Tento lembrar isso a mim mesmo. Mas não, nenhum outro lugar me comoveu com tanta intensidade como aqui. Homens, mulheres, crianças, todos iguais, magros e humildes, parecia um exército inteiro de moribundos esperando uma vala para se cobrir. Caminhamos para fora deste lugar, como que para fugir da morte, mas ela só faz nos seguir". Você pode mostrar a próxima imagem, por favor. A gente não consegue enxergar, mas ali são as moradas que eles têm, quer dizer, a cidade de Luanda, praticamente inteira, é uma favela. "Em nossa direção vinha uma maca e sobre ela uma morta vestia um saco branco. Ao lado do corpo havia um vestido colorido de amarelo e preto, vestimenta utilizada em vida. Aqui mesmo na desgraça todos se vestem como se fossem para uma festa". A roupa que eles usam é muito colorida. "Lembrei-me que hoje fui acordado bem cedo com pessoas cantando na rua e soube depois que eram cantos de parentes para os mortos, que enterram os corpos dois dias depois da morte e cinco dias mais fazem uma festa de cinzas, festa essa que é anunciada nas rádios. Aqui os anúncios de óbitos são irradiados e a lista não dura menos do que uma hora. Sinto alívio por não ter que caminhar quilômetros, pegar uma candonga - que é a Perua de lotação que eles têm -, misturar-me ao suor de outros vinte para poder trabalhar numa cidade sem esgoto e freqüentemente sem água e sem energia. Mas também não posso perder esse tempo. Preciso ajudar essa gente". Obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também ao Dr. Rogério. Além de tudo V. Sª. mostra a sensibilidade que tem seu pai aqui, que sempre nos emociona também com as suas palavras, sempre tão carinhosas. Agradecer também ao Deputado Marcelo Itagiba pela presença também na nossa Audiência Pública.

Bom, a partir desse momento, geralmente nós passamos a palavra aos Srs. Senadores presentes. Eu queria só comunicar que hoje, infelizmente, a Casa tem muitas reuniões, muitas Comissões estão acontecendo ao mesmo tempo. Eu estive agora na posse do Tribunal de Contas da União, muitos Senadores—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mandou o meu abraço?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não mandei o seu abraço porque eu não pude ficar até o fim. eu vim para cá porque eu queria presidir essa Comissão, mas eu vou estar com ele daqui a pouco e vou mandar o seu abraço, Senador Romeu Tuma. Portanto, eu peço desculpas aos nossos convidados porque hoje, infelizmente, nós não temos muitos Senadores na Comissão em função de todas as outras atividades que estão acontecendo, e já do final do ano que está chegando e nós vamos entrar em recesso. Portanto, muitas Audiências Públicas estão sendo feitas.

Eu gostaria de passar a palavra aos senhores Senadores para que possam fazer alguma pergunta ou apenas alguma reflexão sobre essa nossa Audiência e já agradecer mais uma vez a presença do Dr. David Uip, que é uma das referências maiores na medicina do nosso país, agradecer por ter aceitado esse convite. Tenha a certeza que nós somos poucos aqui, mas teremos a oportunidade de discutir isso no Plenário, teremos a oportunidade de nos pronunciar também no Plenário sobre esse trabalho espetacular, extraordinário, que está sendo feito de uma forma tão silenciosa e que de uma certa forma precisa que nós brasileiros possamos ter conhecimento desse trabalho genial que está sendo feito. Eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma para que possa se pronunciar e, em seguida, ao Senador Flávio Arns.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiro eu quero agradecer a V. Exa., Senadora Patrícia, por ter acordado com o requerimento de convite ao Dr. David e ao Rogério, e a importância desses depoimentos em razão de demonstrar a capacidade dos nossos médicos que hoje colaboram com instituições fora das nossas fronteiras para melhorar o atendimento de sociedade sofrida.

Quando conversei com o Dr. David, ele se dispôs a comparecer, também foi o causador do convite ao Rogério para ir a Angola, eu fiquei muito feliz, porque o David é uma pessoa muito querida por vários parlamentares desta Casa, inclusive--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É o nosso anjo da guarda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É isso aí, já me tirou de pneumonia, é o meu vacinador oficial, eu não tomo vacina a não ser no consultório dele. Eu tenho medo de tomar, eu vou lá, primeiro ele diz: "Essa não pode ser e tal", já me tirou de uma pneumonia grave que eu contraí numa volta dos Estados Unidos. A Dra. Leda me tratou aqui, me mandou rápido para São Paulo, só que ele me deu um remédio ruim para

cachorro, viu [risos]. Aí uma enfermeira me ensinou, David, que aquele remédio era tão amargo que eu ficava o dia inteiro com o gosto do remédio, o antibiótico, chupar um sorvete de limão de palito, de palito, e realmente melhora o paladar da gente.

Mas o David é um homem de excelente qualidade, até por ser membro do Conselho do INCOR eu sei o que ele sofreu no recente período que administrou aquele hospital, que é de uma credibilidade incrível e vem sofrendo um desgaste grande e teve que dar uma dedicação muito forte, o Dr. David, na tentativa de recuperação. Ainda estou muito preocupado, quem sabe ainda a gente poderá conversar sobre isso para poder salvar uma instituição como aquela, e a de Brasília praticamente está indo para um destino não sabido, e eu sei da aflição do diretor do INCOR aqui para tentar salvar a unidade que funciona no Hospital das Forças Armadas.

Eu acho que eu sou um privilegiado por Deus, Senador Patrícia. Primeiro por ter amigos como o David, que é uma coisa importante na nossa vida ter bons amigos, os amigos a gente pode ter a felicidade de escolher, os filhos não. Então os bons filhos é um presente de Deus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com certeza.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com mais felicidade os netos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E os netos também. Agora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agora eu sei para quem você puxou, Rogério.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora a sensibilidade que o Rogério demonstrou na carta que escreveu, que ele é redator de pelo menos a cada quinze dias, da Revista Carta Capital, eu vou comprar correndo para ler os artigos dele, porque ele sempre dá uma brincadeirinha nos artigos trazendo a preocupação, mas trazendo um pouco de tranqüilidade no que ele escreve, e eu verifiquei que a carta é importante, que é o nosso pensamento aqui nesse Congresso. Nós aqui estamos não para nos servir, nós estamos para servir o próximo, porque somos uns privilegiados que fomos escolhidos pela população para prestar um serviço a ela. Então nós temos que ajudar o próximo quando temos essa capacidade. E o David e o Rogério estão demonstrando isso. Qual é o interesse de ir para Angola, num país que foi demonstrado com todo o sofrimento, toda a amargura, toda a dificuldade, para poder orientar aqueles que amanhã provavelmente poderão evoluir e trazer uma tranqüilidade maior e, vamos dizer, um sucesso, um benefício, uma satisfação interior de ter ensinado e ter conseguido colher bons frutos? Eu não posso deixar de agradecer ao David, primeiro, pela aquiescência do convite, pelo seu trabalho e as virtudes que têm na dedicação ao atendimento da sociedade sofrida e, também, pela oportunidade que deu ao Rogério de ir para Angola contigo e ser incluído entre aqueles que poderão ter esta oportunidade de ajudar os médicos angolanos. Espero que o sapo tenha menos valor que o neurologista [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, eu já tive até a oportunidade de no início desta Audiência Pública saudar o Dr. David, saudar o Dr. Rogério, indicando, assim, a importância das instituições onde os dois atuam, Fundação Zerbini, INCOR, Sírio Libanês, o trabalho de excelência e referência que é desenvolvido no Brasil pelo Dr. David e pelo Dr. Rogério, e eu, assim, inclusive em função da excelência do trabalho que as instituições fazem e o trabalho propriamente do Dr. David, do Dr. Rogério, que leva realmente a pensar assim que o sentido de colaboração que deve ser nacional, eu penso, e internacional, porque no fundo nós temos que buscar no mundo inteiro, como o Senador Romeu Tuma colocou, solidariedade, construção da justiça, construção da paz, e a construção da paz é conseqüência da justiça acessível para todas as pessoas, e justiça significa ter as suas necessidades atendidas com dignidade, com respeito, e quando profissionais do Brasil vão para um outro país, particularmente uma país da comunidade de língua portuguesa, como foi ressaltado, há uma necessidade inclusive de haver uma aproximação maior, sem dúvida alguma, para que possamos... Eu acho que o Presidente Lula está tentando fazer isso também, nesse sentido a gente tem que até reconhecer o esforço que ele faz no sentido de dizer: Olha, vamos trabalhar com a América, vamos nos fortalecer aqui, vamos nos fortalecer com os países da língua portuguesa, vamos nos fortalecer com mercados emergentes e vamos ser cada vez melhores, com mais condições, com mais dignidade, como foi apontado-, com mais cidadania, na medida em que formos capazes de fazer isto.

Agora do ponto de vista acadêmico, isso é muito importante também. O Dr. David, inclusive, é professor titular da universidade, mas não só pela universidade, porque a Fundação Zerbini... O Presidente Sarney está chegando aqui, a Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns, por favor, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também saudar o Senador José Sarney, ex-Presidente da República, ex-Presidente do Senado e lembrado, o Senador Sarney, nas exposições em relação à legislação aprovada na área da Aids, que foi iniciativa de V. Exa., sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, isso já há mais de dez anos, foi em 1996, doze anos já, que fez com que houvesse uma tranqüilidade, uma segurança, uma não judicialização, que a gente fala tanto hoje em dia em medicamentos excepcionais, de alto custo, para doenças crônicas, cujo atendimento e tratamento é absolutamente indispensável. No Brasil ainda acontece hoje de uma pessoa ter uma doença, por exemplo, doença de Fabri, e ter o medicamento à disposição, autorizado pela ANVISA, não experimental, e não ter acesso ao medicamento. Imagine se esse pessoal todo da Aids tivesse que ir para a justiça para assegurar. Não, existe a lei regulamentada, tranqüila, e dando os resultados assim que se espera.

Mas eu estava dizendo para o Dr. David e para o Dr. Rogério que é fundamental, inclusive nesse entrosamento entre países, esta área, como vem sendo feito da área da pesquisa, que quando nós vamos para uma outra cultura, como que é o caso de Angola, uma cultura em alguns aspectos semelhantes com a nossa, como foi ressaltado, mas em muitos aspectos muito diferente da nossa também. Eu acho que as pessoas sempre com aquele espírito de se enriquecer pelo contato entre culturas, tanto é que o Dr. David disse: "Olha, até tenho pena às vezes, quando volto para o Brasil, de tão bem que eu sou acolhido, que eu sou tratado, que eu sou recebido aqui em Angola". Esta é a beleza, eu diria, da pesquisa intercultural, mesmo dentro do Brasil. Se alguém vai para a periferia, se alguém vai para a favela ou vai para o Norte, para a região amazônica, a gente se enriquecesse nesse aspecto, e ver como uma pesquisa bem conduzida, com uma metodologia para alteração de resultados, como isso pode trazer efeitos assim altamente positivos e como a comunidade internacional tem que se preocupar através desses órgãos todos, Organização Mundial de Saúde, eu penso, UNESCO, ONU. Os órgãos internacionais existem, entre outras coisas, para promover o ser humano. E eu penso que essa pesquisa é um orgulho para nós, do Brasil, ter nos profissionais, a infra-estrutura, a equipe, a participação da sociedade, dos empresários, como foi colocado, e contribuir. Se nós podemos contribuir para a construção, como eu disse antes, da paz e da justiça, por que não se temos essa competência, se temos essa capacidade? E voltarmo-nos aqui para dentro também, porque existe um longo também, também todos sabemos disso, dentro do Brasil, para que isso aconteça.

Então eu só quero parabenizar nesse sentido, mas eu só gostaria assim de alguma explicação ainda depois, nos comentários, em termos dos desafios para a Aids no Brasil, porque foi colocado lá em termos de que a população jovem não está mais se cuidando tanto, e a gente sabe que entre outras razões pelo fato de perceberem que não vão mais morrer disso, mas vão ficar doentes e com uma doença séria em função disso. Mas eu não vejo propaganda também mais, quer dizer, coisas institucionais para dizer: "Olhe, tome cuidado", ou as pessoas de mais idade, que com os medicamentos que existem, acabam tendo uma vida sexual ativa com mais idade e isso vem fazendo com que as pessoas com mais idade... Mas não vejo alerta também nenhum. No ano passado, até queria que eu Dr. David colocasse alguma coisa, houve um grande debate na época do carnaval sobre a pílula do dia seguinte, quer dizer, o Ministério da Saúde comprou uma quantidade de pílulas do dia seguinte. Eu dizia, independente da discussão ética também, mas a discussão da Aids, eu disse: "Olha, se você está tomando a pílula do dia seguinte, significa que você não se protegeu adequadamente no dia anterior", não é verdade? Eu dizia: "Me parece que essa propaganda está na contramão daquilo que deveria acontecer". Deveria ser: "Vamos nos proteger no dia anterior para não tomar a pílula", porque se toma a pílula do dia seguinte em função da gravidez, mas não em função da proteção. Então me apareceu, salvo melhor juízo, até gostaria que fosse abordado, uma incoerência absoluta. Mas, assim, pensar no empobrecimento, como foi colocado, quer dizer, a população pobre, naturalmente, tendo assim mais dificuldades. Mas até se houvesse algum número para a gente saber assim como que está essa situação do ponto de vista econômico nesse debate.

Eu trabalho muito na área da pessoa com deficiência e eu fiquei imaginando, assim, as crianças, jovens e adultos com deficiência e que necessitam sempre do apoio da área da neurologia também, inclusive o meu filho mesmo, que tem duas válvulas em função de tumor, de um problema genético e tal e que tem que ter a válvula porque senão já teria morrido há trinta anos, que tem epilepsia, toma medicamento, quer dizer, como é que as pessoas têm acesso a medicamentos e, vamos supor, a válvula que precisam colocar, e a criança deficiente, porque a gente poderia, inclusive em função do relato, escrever para organismos internacionais, eu fazia parte inclusive de um deles, chamado *Inclusion International*, onde a gente pode também ter esforços coordenados a favor desta área, inclusive na área da neurologia.

Mas eu agradeço, quero parabenizar e dizer que é uma honra para o Senado. Agora eu quero confidenciar só uma coisinha para o Dr. Rogério, que enquanto, me permite chamá-lo de você, que enquanto você falava, o Senador, que é meu amigo, quero dizer, o Senador Romeu Tuma, a gente sempre se entende muito bem, a gente conversa, ele é muito sensível, solidário, ele perguntou para mim: "O que é que você acha, como que ele está indo?" [risos] Eu disse: "Eu acho que ele está indo muito bem na apresentação, entende da área" [risos]. Muito bem, então a preocupação eu digo do pai com o filho para que o filho vá bem, que atenda os objetivos propostos. Mas parabéns também, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Flávio Arns. Com a palavra a Senadora Rosalba e em seguida o Senador Presidente Sarney.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, eu quero inclusive fazer aqui uma meia culpa, porque na realidade, Srs. Senadores, e nós temos aqui a presença do nosso Senador e ex-Presidente Sarney, que eu estava, acredite Dr. David e Dr. Rogério, que eu estava na posse do Presidente do Tribunal de Contas da União, que foi uma figura assim muito próxima, porque eu sou do Rio Grande do Norte e ele do Ceará, eu passei a minha infância e juventude no Ceará, então temos assim uma amizade, mas o pensamento aqui é porque admiro tanto o trabalho que o senhor vem realizando como também o Dr. Rogério, e não venham dizer, porque sempre dizem que porque é médico estão sempre assim, os médicos se unem. Claro. E nessa hora eu tenho que reconhecer o trabalho brilhante que os senhores vêm realizando, e isso significa, o Dr. David que tem toda uma história na epidemiologia e a questão da Aids que o Brasil realmente tem sido modelo para muitos outros países, porque nós tivemos os avanços importantes, o Presidente Sarney foi peça fundamental também para que pudesse tudo isso acontecer quando passou pela presidência, e os presidentes que se seguiram, com a questão do tratamento, mas nós estamos fazendo algo que é muito importante no mundo de hoje, que esse mundo globalizado, esse mundo de tanta correria, muitas vezes a gente está esquecendo do outro e os senhores estão dando um exemplo de solidariedade. Toda a experiência, tudo que foi possível avançarmos no Brasil, levando àquele que mais estava precisando, porque estavam sem condições, sem conhecimentos, e isso é uma ação que realmente merece de todos nós os aplausos. E os resultados estão aqui. E o que é mais importante é que não chegou apenas na questão Aids. Essa prevenção materna infantil, essa prevenção na transmissão da mãe para o feto e os cuidados nos casos em que acontece para que essa criança possa ter uma vida normal, isso também se reflete em outras patologias que estão sendo também detectadas e que também estão sendo orientadas, como hepatite e tantas outras. Então como eu sou pediatra e trabalhei muito tempo como neonatologista, então eu acho que isso me toca muito, porque eu conheço de perto todo esse drama, toda essa história da transmissão, da dúvida, do que iria acontecer e o senhor, que é da área, está fazendo esse trabalho maravilhoso. Parabéns não somente aos senhores, mas também a todos que se somaram às instituições que também estão apoiando.

E eu queria aqui, Senador Romeu Tuma, eu já fiz, porque fui eu inclusive que sugeri a presença do Dr. Romeu Tuma, que é especialista em neurologia clínica.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rogério.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Romeu não, Rogério, Romeu é o pai, é o Rogério, e quero dizer que pode ficar orgulhoso, porque o trabalho do Dr. Rogério, não somente foi o que eu disse quando sugeri que ele aqui viesse, porque já conhecia o seu trabalho, a sua dedicação através da clínica da assistência lá no Sírio Libanês, e que essa história já está se espraiando e aqui ele veio para trazer um pouco da sua experiência, do tanto também estar ajudando, contribuindo através da neurologia, dos casos que são necessários, que chegue os seus conhecimentos para ajudar a salvar vidas.

Então fica aqui essas palavras de incentivo, de apoio e que é importante que possamos ampliar cada vez mais a atenção à vigilância, à prevenção, ao acompanhamento dos casos não apenas no Brasil, mas nos doando um pouco àqueles que também estão precisando lá fora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada à Senadora Rosalba, que é Vice-Presidente dessa Comissão. Com a palavra, com muito prazer, o nosso Presidente Sarney.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Minha estimada e querida Presidente da Comissão, Patrícia Saboya, Srs. Senadores, Dr. Rogério Tuma, professor David.

Eu quero dizer que o Senado se sente profundamente honrado e valorizado com a presença dos ilustres médicos que aqui se encontram. O Dr. David é, sem dúvida nenhuma e reconhecidamente, um dos maiores cientistas brasileiros. Não quero dizer somente na parte da ciência médica, mas em todo o ramo científico. É um nome que orgulha o país pelo que ele tem feito no setor da infectologia e, também,

particularmente, o seu trabalho e a sua dedicação no problema da Aids.

Eu quero recordar que quando Presidente da República, foi a época em que a Aids apareceu no mundo e no Brasil. Ainda se desconhecia exatamente qual era o causador dessa doença que tocava a todos nós, porque na realidade pela primeira vez nós tínhamos uma doença que estava associada à sobrevivência da espécie. Ela, sobretudo, quer dizer, é uma doença que tem um dado que para nós, sob o ponto de vista humanístico, é terrível, porque ela liga o amor à morte, de maneira que isso, sem dúvida alguma, preocupava a todos nós, nós não sabíamos ainda naquele tempo a dimensão, que rumo tomaria, qual era o causador da Aids.

Fizemos as primeiras reuniões no Palácio do Planalto e aí tivemos a felicidade de termos à frente o Dr. David, que orientou naquele momento os primeiros passos que o país começou a dar para formular uma política contra a Aids.

E, depois, eu quero dizer que quando houve o Congresso de Vancouver, ainda durante o Congresso, em que eles anunciaram os inibidores que acabavam de descobrir e ao mesmo tempo o êxito do coquetel no tratamento da Aids, não somente na prevenção, a primeira pessoa que eu telefonei foi para o Dr. David, perguntando a ele se aquilo realmente funcionava e qual era a importância daquela descoberta, e ele teve a oportunidade de me transmitir que aquilo realmente era um avanço importante, agora no ramo do tratamento. Imediatamente eu me dirigi ao gabinete e mandei redigir um Projeto de Lei no qual nós transformávamos o tratamento da Aids, o acesso dos doentes de Aids a esses medicamentos, sem saber ainda nem como é que eles iam funcionar ou não funcionar, mas sabendo que era uma necessidade que o Estado fizesse, tomasse essa providência. Apresentei o Projeto, eu era Presidente do Senado, desci da cadeira da presidência, como Senador apresentei o Projeto e o aprovamos rapidamente aqui dentro da Casa, quase que em regime de urgência. Mandamos para a Câmara dos Deputados, onde também ele mereceu o mesmo tratamento. Quando foi para sancionar, aí nós tivemos alguma dificuldade, porque o Ministério da Saúde alegava que já havia uma dotação orçamentária para medicamentos e que, então, nós não podíamos estabelecer e que não havia recursos para isso. Eu tive a oportunidade de ir ao Presidente da República e dizer a ele que não me conformaria com o veto a este Projeto, que eu considerava da maior importância para o Brasil, mas quero dizer que ele foi apresentado justamente baseado no conhecimento científico, na autoridade do Dr. David Uip. Isso mesmo eu tive a oportunidade de revelar ao New York Times, quando eles me entrevistaram sobre a origem desse Projeto, se tinha sido um Projeto baseado em grupos de pressão, em grupos que estavam ligados e eu disse: "Não, esse não foi baseado em nada, foi apenas pelo meu sentimento humanístico em relação a essa doença que eu considero que, realmente, é uma doença que está ligada à sobrevivência da espécie humana".

E hoje eu vejo, com satisfação, a projeção internacional do nosso país como pioneiro nessa direção. E, ao mesmo tempo, o renome internacional do Dr. David Uip, que ele tem merecidamente e que é uma tranqüilidade para nós, brasileiros, também termos à nossa disposição, da nossa saúde, um homem do conhecimento e da capacidade do Dr. David Uip.

Aqui também estamos tendo ao seu lado o Dr. Rogério Tuma, que pela sua origem já se sabe que ele leva um gene sempre de competência e que nesse caso é o gene na área médica, na área da neurologia, onde ele também tem se destacado no corpo clínico do Hospital Sírio Libanês e que cada vez mais jovem ele se afirma dentro da sua profissão como um grande médico, um grande profissional.

Eu, portanto, quero parabenizar a Comissão e desculpar-me por ter chegado um pouco atrasado, pelos motivos também que a nossa colega Rosalba teve a oportunidade de expor aqui. E parabenizar ao Senado e a Presidente da Comissão por esta Reunião. O Senado já teve a oportunidade, pelo seu Plenário, de reconhecer os méritos do Dr. David, mas hoje estamos tendo a felicidade de tê-lo aqui na nossa Casa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada ao Senador Sarney, é sempre motivo de muita satisfação ouvirmos o senhor e, ainda mais, a experiência que trouxe aqui a essa Casa, mostrando um trabalho que já vinha sendo desenvolvido há muitos anos atrás, quando essa doença chegou ao conhecimento de todos nós e a iniciativa que teve que certamente beneficiou a tantos e tantos brasileiros. Muito obrigada pela presença de V. Exa. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Também médico.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Também médico.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores.

Eu quero, inicialmente, parabenizar a nossa Comissão de Assuntos Sociais por trazer figuras de expressão aqui, como é o caso do Dr. Rogério e do Dr. David Uip, e que faz com que esta Casa demonstre, a

cada dia, a responsabilidade que nós temos na área da saúde e que essa responsabilidade está trazendo muitos frutos para nós, porque cada reunião que nós fazemos são reuniões que são oficializadas, são formais, e que essas informações, elas são repassadas para milhares de espectadores e dentre esses espectadores muitos são ligados à área de saúde, e a experiência dos senhores, que trazem aqui, elas estão repercutidas exatamente na área da saúde.

Parabenizo o Senador Romeu Tuma por ter sido o autor do requerimento, ter tido essa visão de trazer esse tema importante para nós participarmos aqui, e ao Presidente Sarney, que a lei que foi até citada na exposição aqui, que é a Lei nº 9.313, foi de autoria do Presidente Sarney e sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso por uma, como o próprio Presidente Sarney falou ainda a pouco, por uma vontade dele, uma determinação do então Senador Sarney já, uma determinação para que o Presidente Fernando Henrique fizesse essa distinção, abrisse essa exceção e viesse a atender o proposto pelo Presidente Sarney.

Dr. David, eu já tive a oportunidade de fazer alguns pronunciamentos cuja figura de V. Sª. foi citada como fonte de informação, como referência. Então nós procuramos exatamente tratar esses assuntos aqui nesta Casa com muita seriedade, como tratamos os demais, mais com muita técnica. Nós procuramos avaliar muito a questão técnica para que a nossa postura aqui seja sempre respeitada pelo embasamento que temos em figuras da área da saúde, em pessoas que realmente representam e honram muito o nosso país.

Eu quero parabenizar ao Dr. Rogério Tuma pelo seu desenvolvimento profissional no Hospital Sírio Libanês e ao Dr. Uip, que é uma referência na infectologia mundial. Então parabéns, Sra. Presidente, e quero mais uma vez agradecer a presença dos senhores que vêm contribuir muito com a saúde pública brasileira. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu queria passar agora a palavra, acho que provavelmente o último inscrito, o Deputado Carlos Ricardo. Queria também registrar a presença do Deputado Eduardo da Fonte, de Pernambuco, Deputado Federal, a presença do nosso querido Deputado Róbson Tuma também aqui na nossa Comissão. Com a palavra V. Exa.

DEPUTADO CARLOS RICARDO GABAN (DEM-BA): Prezada Senadora Patrícia Saboya, eu agradeço a oportunidade. Após o depoimento do eterno Presidente da República José Sarney, relatando as qualidades técnicas e profissionais do nosso cientista, o professor David Uip, é de nós refletirmos que dois renovados médicos, de uma maneira até muito silenciosa, como V. Exa. colocou, Senador, faz um trabalho tão bonito que serve de exemplo. O Senado hoje eu acho que se sente gratificado com a presença do professor David Uip, pelo trabalho que V. Exa. Lá faz, professor David Uip, de uma maneira extremamente silenciosa, traz um pouco de humanidade para uma casa legislativa. Eu acho importantíssimo. A gente poderia aqui relembrar e eu gostaria de deixar até como registro aqui no Senado de um trabalho, o Brasil inteiro conhece o trabalho que V. Sª. realiza como cientista, mas poucos talvez conheçam o trabalho de gestor que o senhor realizou frente ao INCOR de São Paulo. Resgatou a seriedade administrativa, o correto trato do dinheiro público, pegando uma instituição totalmente falida nos últimos anos que antecederam a vossa administração, com prejuízos em torno de mais de 60 milhões por ano, e o senhor, depois de dois bons anos de administração deixou o INCOR de São Paulo já com mais de 36 milhões por ano, saindo de um déficit, passando a ter dinheiro em caixa. Então parabéns pelo trabalho com tanta competência o senhor fez, não só na área científica, mas sobretudo como um bom administrador.

E o momento que o senhor está aqui, eu acho que é o momento que serve aqui, até aproveitando vários Senadores médicos, para até se discutir e relembrar, Senador Tuma, a dificuldade que o senhor já colocou que tem o INCOR aqui em Brasília. Então é um serviço prestado e eu acho que é um apoio, eu acho que tem que vencer na vida o custo-benefício, Dr. Rogério Tuma, e a gente vê aqui o INCOR de tantos serviços prestados, um apoio que já salvou um número imenso de parlamentares, alguns Senadores que tiveram que ter um tratamento emergencial, e hoje, se tem vida, tem ao INCOR e tem que ser nenhum horizonte de sobrevida. Então eu acho que é o momento do Senado, dessa Casa Legislativa, dessa importante Comissão de Assuntos Sociais, dar uma atenção para o estado que está vivendo o INCOR, para que ele não venha a fechar aqui em Brasília e a gente fica, sobretudo a população mais carente, mais também os Senadores, os senhores parlamentares, não deixam de ter o apoio do INCOR que hoje os senhores têm e talvez não valorizem.

Então eu acho que de qualquer forma é oportuna, eu parabenizo a iniciativa do Senador Romeu Tuma ao propor essa Audiência Pública e naturalmente a todos os membros dessa Comissão que acataram a sugestão e que enriquece, sobretudo o Senado, ter dois renovados médicos que fazem um trabalho tão bonito no exterior, mas que servem de exemplo para essa Casa Legislativa. Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade que me deu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É um prazer também, muito obrigada, Deputado. Bom, agora nós vamos passar para as considerações finais, eu passo a palavra ao Dr. Rogério e, em seguida, ao Dr. David, para que a gente possa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. David, eu li eu acho que esses dias, eu esqueci de retirar a notícia, eu acho que esse médico que o senhor disse que ganhou o Prêmio Nobel da Saúde, ele falou qualquer coisa que em breve a Aids não crescerá mais por razões da farmacologia, qualquer coisa assim. A gente não entende muito bem, então talvez com a resposta que o senhor vai dar para o Senador Arns, pudesse incluir realmente esse caminho. O senhor disse que diminuiu bastante, pelo menos foi visto isso. Se esse trabalho de presença permanente de orientação, de conscientização, tem realmente um valor para a diminuição da transmissão da Aids ou se é alguma coisa só em razão dos medicamentos que são... E cumprimentar ao Presidente Sarney por ter tido a iniciativa que V. Exa. já tinha se referido na sua exposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador. Com a palavra o Dr. Rogério Tuma.

SR. ROGÉRIO TUMA: Eu queria agradecer as palavras de carinho de todos e agradecer, especialmente, ao presidente Sarney por ter chegado um pouco mais tarde, porque se ele estivesse aqui eu ia gaguejar muito mais [risos], porque algumas semanas atrás eu encontrei a Senadora Roseana e tinha comentado para ela que o Presidente Sarney era o médico mais importante do Senado [risos]. Isso porque toda hora que a gente está em São Paulo e o David ou o Roberto Calil telefonam, falam: "Olha, tem um paciente, assim, assim e assado que o Presidente Sarney me encaminhou" [risos]. Então ele está sempre encaminhando e discutindo os casos com os médicos lá e eu não lembro de ter visto nenhum paciente cujo diagnóstico que ele deu era diferente do que ele tinha falado [risos].

Voltando ao comentário do Senador Arns sobre as crianças especiais, é muito triste a situação delas lá e a gente vê isso principalmente por causa das crianças albinas. Eles têm um problema muito grande de albinismo e até alguns anos atrás as crianças que nasciam albinas eram desprezadas pelas mães, e i isso acontece ainda com as crianças albinas e também com as crianças especiais. E as pessoas que têm epilepsia ou algum outro tipo de déficit ou até as pessoas idosas que têm demência, problemas crônicos neurológicos, não tem nenhum programa em Angola que tenha alguma expressão na abordagem desses problemas. Então provavelmente eles fazem uma seleção dos filhos e acabam desprezando os filhos que têm uma menor chance de desenvolvimento. É isso que mais comumente acontece lá.

Eu agradeço a oportunidade, eu acho que é importante também comentar de que eu acho que eu, o David e a grande maioria dos médicos que trabalham em hospitais privados no Brasil e que tratam de pessoas que tenham um poder aquisitivo maior, praticamente todos nós também temos uma boa parte do nosso trabalho com o trabalho voluntário. Perto de 30% do meu trabalho como médico é gratuito. Então a gente nunca deixa de fazer alguma coisa para quem está bem próximo, quer dizer, para um brasileiro, para atender um outro ser humano em outro país. A gente consegue administrar bem e, na verdade, esse trabalho é importante para o Brasil, dentro da área médica, com uma Nação que fala português, porque eu entendo o Brasil como a Nação que fala português mais importante dentro da área médica, se não entre todas as Nações de língua latina, porque os países europeus como Itália, França, têm medicina socializada, então eles têm uma medicina muito travada, eles não conseguem fazer um atendimento para uma pessoa de fora do país ou mesmo dentro do país se não tiver uma política de saúde específica para aquela doença. Nós temos essa liberdade aqui no Brasil, então a gente consegue causar um impacto muito maior em relação à área de saúde para esses países. Eu cito os Estados Unidos como um exemplo, que dentro da liderança deles como uma Nação no mundo, tem a importância deles no desenvolvimento da medicina e no atendimento médico às pessoas de outros países, e a gente tem uma medicina muito parecida com a deles. Então eu acho que isso aí, para a importância do Brasil no mundo, isso é também uma ferramenta muito poderosa para o Brasil como política externa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada ao Dr. Rogério Tuma. Eu passo logo a palavra ao Dr. David Uip para que possa fazer as suas considerações finais.

DR. DAVID EVERSON UIP: Primeiro muito obrigado à Presidente, Senadora Patrícia Saboya, aos Senadores aqui presentes, ao meu colega de turma professor José Sarney. Nós começamos juntos, hoje o Presidente José Sarney é professor livre docente, titular, com todas as características de diagnóstico e terapêutica [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fora o receituário.

DR. DAVID EVERSON UIP: É, o receituário, eu não posso dizer numa Sessão pública porque teria outras implicações [risos], mas pelo receituário. Agradeço aos Deputados aqui presentes, ao Pedro do Jornal do Brasil que também está aqui, o Vice-Presidente, todos foram muito carinhosos conosco, nós somos muitos agradecidos.

Mas eu achei extremamente oportuna a nossa vinda aqui porque eu entendo que esse Projeto ganhou vulto a ponto de ser institucionalizado. A desrespeito de tudo nós somos brasileiros que assessoramos autoridades angolanas e muito rapidamente autoridades de outros países, nós estamos discutindo hoje com a República Democrática do Congo, nós estamos discutindo com Cabo Verde programas semelhantes em outros países. Então eu acho que vir ao Senado é uma oportunidade de mostrar a possibilidade de nós fazermos coisas semelhantes em outros países e, junto conosco, outros brasileiros que queiram se dedicar a projetos semelhantes.

Respondendo às perguntas, Senador Romeu Tuma, a triagem de quem vai para Angola obedecem algumas características. A primeira é que tem que ser bom tecnicamente, a segunda é que tem que ser corajoso e a terceira é que tem que ter sensibilidade. O seu filho Rogério, meu amigo de muitos anos, é um homem, é um médico extremamente sensível, como ele demonstrou. Quem não tem essa sensibilidade apurada não consegue viver em Angola, não consegue ir para Angola. Tem que olhar um pouquinho a mais do que só a relação médico-paciente. Tem que olhar com humanismo, com caridade, com espírito cristão, é uma coisa diferente. Então o seu filho Rogério, à semelhança dos seus outros filhos, felizmente tem essas características.

Eu aproveito até, através do Rogério, de homenagear a toda a minha equipe, especialmente as pessoas que moram em Angola, porque nós fazemos visitas regulares, eu fico em Angola uma semana a cada dois meses, mas a minha equipe reside em Angola e é uma equipe, além de muito bem formada, é uma equipe altruística, corajosa, enfrenta os desafios e eu tenho muito orgulho dessa equipe. Um dado que é muito interessante, até hoje nenhum dos elementos desta equipe voltou, deixou de cumprir aquilo que estava combinado.

E o Pedro, que hoje é o Superintendente do INCOR Brasília, ele é o nosso próximo gestor em Angola. O Pedro está se mudando em janeiro para Angola, ele vai fazer toda a parte gerencial desse Projeto, porque ganha um vulto muito maior. Ele vai aproveitar a experiência que ele tem hoje na gestão de um hospital como o INCOR aqui de Brasília e vai nos ajudar na gestão.

Entrando na pandemia, nós estamos muito preocupados, porque esta pandemia depende de mudanças de comportamento e hoje nenhum de nós, até hoje nenhum de nós conseguiu interferir em comportamento. O que nós fazemos é informar. Agora a informação não gera mudança de comportamento. Mudança de comportamento é uma coisa muito maior. Então as pessoas não mudaram seus hábitos, as pessoas não deixaram de usar drogas, as pessoas não deixaram de fazer sexo sem as devidas precauções. Eu vou dar um número aos senhores que me assusta muito: eu estou vendo na minha clínica particular, em média, um caso agudo de Aids por mês, um caso novo, agudo. Agudo é o indivíduo que acabou de contaminar. Quer dizer, o que é isto? São indivíduos ilustrados, economicamente capacitados e que a despeito disso tudo estão expostos ao risco e se contaminam, numa população jovem. Então se este indivíduo, ele persiste na exposição, o que deve estar acontecendo com outras pessoas que têm menos acesso do que esses pacientes? Então fica claro que, além disto, há um enfrentamento. Os nossos jovens estão enfrentando a pandemia, banalizaram a pandemia. Eles não viram a geração anterior que morreu em conseqüência da doença e esta é bem a situação. Hoje tem remédio, então a partir daí eles não têm idéia, Senador, das perdas dessa doença, perdas físicas, perdas do dia-a-dia, perdas da rotina e com inúmeros efeitos adversos. Então há um enfrentamento, pior, a banalização. Eu tive a oportunidade de ter acesso agora a informações que me assustam muito. Hoje casais contratam um casal soropositivo e trocam os parceiros como se fosse uma roleta russa. No nosso tempo carregava-se um tambor de balas, punha uma bala e fazia aquela estupidez que era a roleta russa. Hoje se faz isso com sexo e com drogas para ver quem soro converte. Então quando se ouve uma coisa dessas, é porque a situação referente a comportamento preocupa muito.

A juvenilização, feminilização. A mulher, eu não quero excluir a mulher da responsabilidade, mas tem uma população de mulheres que ela não tem defesa. A mulher esposa, a mulher que tem um parceiro, a mulher que pretende ter um filho, como é que ela pode exigir proteção se ela quer um filho, que é um direito óbvio de toda a mulher? Então se esta mulher não conviver com um homem minimamente consciente e responsável, ela vai se contaminar, que é o que está acontecendo. Então aumenta o número de mulheres grávidas contaminadas, conseqüentemente, um número de filhos contaminados pela transmissão materno-fetal. É algo extremamente preocupante e eu

faço aqui um desabafo do ponto de vista de mostrar a minha incompetência nas tentativas de prevenção através de campanhas. Eu acho que eu falo de Aids há mais de vinte e três anos todos os dias da minha vida e infelizmente, mesmo no meu consultório, eu não consigo mudar o comportamento. Não vai aí nenhum preconceito, nenhum estigma, eu só estou pretendendo que as pessoas se protejam e protejam aos outro. Então esse é um problema muito sério.

Vacina, quer dizer, a prevenção óbvia, a prevenção óbvia é através de vacinas. Não estarão disponíveis nos próximos anos, nem a vacina preventiva, que vai evitar que as pessoas se contaminem, e nem a vacina terapêutica que vai ser usada junto com os medicamentos para evitar que o infectado vire doente. Medicamentos, nós temos muitos medicamentos, até por conta disto que eu falei que me preocupo do ponto de vista de orçamento, porque é um orçamento rígido em cima de um número cada vez maior de medicamentos, mais indicações e uma população que tem uma sobrevida cada vez maior, mas eu não tenho tanto otimismo como o Dr. Luc Montagnier. Eu acho que esses medicamentos não vão trazer cura para a Aids nos próximos anos. São absolutamente vitais para aumentar a sobrevida e a qualidade de vida. E mais, eles interferem na transmissibilidade, as pessoas tratadas transmitem menos que as não tratadas. Hoje um indivíduo que tem menos de 1.500 cópias de RNA do vírus do sangue dificilmente transmite Aids. Então esta política de medicamento, Presidente Sarney, que o senhor foi iluminado mais uma vez naquele momento em 1996, o senhor mudou a história da doença no Brasil, não só do ponto de vista de tratar as pessoas, mas hoje é a principal forma de diminuir a transmissão.

Eu não falei, mas naquilo que eu apresentei ficou claro, o que é que mudou em Angola, qual foi o truque? O truque não foi o parto cesárea, o truque não foi o aleitamento artificial, o truque foi tratar direito as mulheres. Diminuiu a quantidade de vírus da mulher no sangue, diminuíram as secreções, diminuíram a transmissão de mãe para filho. Então o truque foi dar remédio para aquelas mulheres, o truque foi dar o remédio para o nenê que nasceu. Então aquilo que aparecia uma coisa incerta se mostrou muito mais abrangente do que nós imaginávamos.

Eu fico muito grato de estar aqui, na vez anterior que eu vim numa Audiência Pública não fui tão feliz, porque eu vim justificar os 255 milhões de déficit do INCOR, então hoje é muito mais prazeroso e espero ter a oportunidade de voltar. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada. Eu gostaria só de mais uma vez agradecer a presença do Dr. Rogério, agradecer a presença do Dr. David, e reafirmar aqui a minha admiração, o meu respeito e, mais do que isso, além do trabalho que V. Sª. vem fazendo e que muitos de nós aqui já nos socorremos, esse trabalho e a sensibilidade de mostrar, de vir aqui ao Senado, de aceitar esse convite e vir mostrar não só para essa Casa, mas para todos nós e o Brasil inteiro, que é possível, mesmo a gente vivendo num país com tantas dificuldades, com tantas preocupações, com tanta miséria, com tanta pobreza, mas como a gente é capaz, nós somos capazes de nos virar em mais de um e conseguirmos também ter uma mão solidária com uma Nação que precisa tanto nesse momento da nossa experiência. Eu parabenizo a V. Sª., agradeço aqui a sua presença mais uma vez, a do Dr. Rogério, a de todos os Senadores, parabenizo ao Senador Romeu Tuma por essa iniciativa, agradeço muito ao Presidente Sarney também por ter vindo prestigiar essa Comissão.

Muito obrigada a todos, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h11.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONJUNTA COM A 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e treze minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e oito, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **PAULO PAIM, KÁTIA ABREU, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROMEU TUMA** e **JOSÉ NERY**. Justifica a ausência o Senhor Senador Eduardo Azeredo. A presente reunião tem por finalidade atender aos Requerimentos nºs. 01, de 2008 - CASDEF e 63, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Flávio Arns, visando debater a Capacitação para o Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dis-

pensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, da CASDEF e da CDH, que são dadas como aprovadas. O Senador Flávio Arns convida os palestrantes, que terão 10 minutos para suas exposições, para comporem a Mesa. Usaram da Palavra os seguintes convidados: **Dra. Maria Aparecida Gugel** – Subprocuradora-Geral do Trabalho; **Sra. Loni Elisete Manica** – Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; **Jornalista Eduardo Purper; Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos** – Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; **Deputado Eduardo Barbosa** – Presidente da Federação Nacional das APAES. Também fizeram uso da palavra o Ator Marcos Frota, o Funcionário do Gabinete do Senador Paulo Paim, Sr. Luciano, Dr. Paulo Brandão – Coordenador da equipe do PRODASEN e os personagens de Maurício de Sousa, Luca e Dorinha. Às doze horas e nove minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **FLÁVIO ARNS**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CASDEF

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM CONJUNTO COM A 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da SubComissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em conjunto com a 54ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores de ambas as comissões. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião consta da programação da quarta semana do Senado Federal de acessibilidade, valorização da pessoa com deficiência. E tem, por finalidade, o debate sobre a capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência. Atendendo aos Requerimentos nº 1 de 2008 da CASDEF, nº 63 de 2008 da Comissão de Direitos Humanos. Fazem parte desta Audiência Pública o Deputado Eduardo Barbosa, minha direita, Presidente da Federação Nacional das APAES; o Sr. Alexandre Baroni, que ainda deve chegar, que é o Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE; o Sr. Eduardo Purper, Jornalista, à minha esquerda; a Sra., Dra. Maria Aparecida Gugel, Sub-Procuradora do Trabalho; a Sra. Loni Elisete Manica, Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI; e o Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN.

Antes de iniciarmos a audiência, eu gostaria de saudar, a presença da Dorinha e do Luca, sejam muito bem-vindos, gostaria inclusive que viesse aqui na frente. Personagens do Maurício de Sousa que vêm dando uma ênfase especial para esta área da pessoa com deficiência. E gostaria, inclusive, se vocês quisessem, de dar uma mensagem aí para o Brasil através da TV Senado, que seria, assim, muito interessante e muito bom. Vamos, existe um microfone, assim, que possa ser utilizado. Talvez possa vir mais para cá, que a TV Senado também pode pegar a imagem para a televisão para que o Brasil inteiro acompanhe. Tem um microfone de mão, ou não? Tem aqui, olha. Aí fica mais tranqüilo ainda.

Ontem, inclusive, na Audiência Pública que tivemos com os atletas, os pára atletas, eles disseram que esta discussão, conscientização da sociedade deveria começar com a criança. Para envolver as pessoas em toda caminhada pela vida. E até foi enfatizado que justamente esse é o objetivo dessa semana, também com a participação do Maurício de Sousa para que a escola, a criança, o adolescente, todos fiquem envolvidos nessa discussão dos direitos da pessoa com deficiência. Mas pode mandar brasa aí.

[risos]

DORINHA: Bom dia a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom dia.

DORINHA: Eu estou muito feliz em estar aqui. Essa é uma atitude muito importante para todos nós

deficientes. Pois temos as mesmas capacidades que todos. Só precisamos de mais acessibilidade e mais carinho para que nós possamos nos desenvolver e fazer tudo que é possível. Que, aliás, é tudo mesmo! Não é, Luca?

[palmas]

LUCA: Bom dia, pessoal!

É isso mesmo que a Dorinha falou. A gente pode fazer de tudo. Eu sei até nadar! Eu jogo xadrez, eu jogo basquete. Então a gente não gosta de ser tratado como se a gente não pudesse fazer nada. Tem gente que trata a gente como se a gente fosse incapaz de fazer qualquer coisa. E não somos!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Obrigado para a Dorinha, obrigado para o Luca. E esta mensagem é a mensagem importante mesmo. Nada de pena, de piedade, mas sim de chance, de oportunidade, de direitos, de cidadania, mostrar a capacidade, não a deficiência, mas a eficiência. Ontem o Clodoaldo, que é o nadador paraolímpico do Brasil, inclusive dizia, que ele em muitas palestras que ele dá pelo Brasil, as crianças com deficiência e mesmo sem deficiência chegam para ele e dizem: Quero ser igual a você quando crescer.

[risos]

Quer dizer, o que quer dizer com quero ser igual? Pessoa que faz, que luta, que trabalha, que vai atrás, que não se deixa abater, eventualmente, por algum percalço da vida. Não é verdade? Então, essa que é a mensagem também dessa semana de valorização.

Quero destacar aqui a presença do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Até pediria que viesse... Para que sempre apóia a área da pessoa com deficiência e outras áreas, autor do Estatuto da pessoa com deficiência, da pessoa idosa, da igualdade racial e batalhador num conjunto de áreas fundamentais para o Brasil. Senador Romeu Tuma que está aqui presente também. Sempre solidário pronto para atender, para discutir, sensível, fazendo o que for necessário para o bem das pessoas no Brasil. E independente de quem sejam elas e, naturalmente, com uma ênfase especial, Senador Romeu Tuma, a favor da pessoa com deficiência sem dúvida alguma.

Então, que bom que estamos aqui e quero saudar a todos que estão aqui, além da Dorinha e do Luca, para discutirmos um dos temas mais fundamentais na inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, na família para a independência, para a alegria, para a realização que é a questão do trabalho. Por isso, o tema desta Audiência Pública quer justamente a discussão como já foi lido agora a pouco, e repito, ao debate sobre a capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência. É o grande desafio, um dos maiores desafios, não é? E que vai ser objeto, então, dessa abordagem no dia de hoje.

Eu quero só enaltecer a presença das pessoas que fazem parte desta audiência que estão já à mesa, recepcioná-los, dar as boas-vindas, dizer da alegria que o Senado tem em tê-los participando dessa Audiência Pública e também dizer que por uma questão de organização, cada fala terá a duração de 10 minutos. Havendo, assim, uma tolerância também, naturalmente, para se terminar o pensamento, o argumento, o que for necessário. Ao mesmo tempo, eu quero dizer que tem uma campainha aqui que não sou eu que bato, mas é aquele relógio lá na frente que começa a marcar os dez minutos e quando a gente chega nos 9 minutos, a campainha bate, mas não é, assim, uma falta de educação da minha parte, nada, porque é uma coisa automática, isso não quer dizer que vocês precisem terminar no minuto que resta, se precisar complementar aí... Está com o tempo se esgotando, exatamente. Então, nesse sentido que para vocês saberem como é que, assim, a finalidade da campainha.

Então nós vamos começar com muito prazer, dando a palavra para a Dra. Maria Aparecida Gugel, que é Sub-Procuradora do Trabalho. Eu quero dizer, inclusive, que conheço a Dra. Maria Aparecida, há muitos anos, já posso dizer uma pessoa muito atuante na área, muito participativa, tem colaborado muito com, assim, esta realização do direito ao trabalho, da pessoa com deficiência e participa ativamente de movimentos sociais, dando palestras, conferências, e é uma pessoa extremamente estimada e que pode colaborar decisivamente para desafios nesta área.

Então, com a palavra, a doutora Maria Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Eu agradeço as palavras do Senador Flávio Arns, que, como todos viram, é por conta da amizade, não é? E claro que a amizade estreita os laços e estreita, e enaltece as emoções. Mas sinto-me satisfeita em estar aqui e poder colaborar nessa discussão. Pensei bastante nessas minhas reflexões, já falei ao Deputado Eduardo Barbosa que ultimamente eu tenho refletido bastante porque eu estou nocauteada, estou afastada do trabalho, então eu posso, eu posso refletir com afinco, é uma epicondilite que está aqui no meu braço e não tem jeito de ir embora.

Mas enfim, ao longo desta última década, nós temos enfatizado a necessidade de implementação das nossas leis, das leis vigentes no país. Nós temos leis valorosas, que seriam de fácil aplicação, de fácil implementação, não fosse toda a questão histórica que a nossa sociedade vem enfrentando em relação

à pessoa com deficiência. Então, tivéssemos um ambiente social mais favorável, mais acessível, de maior compreensão sobre as potencialidades da pessoa com deficiência, resguardadas as peculiaridades daquela pessoa que é cega, daquela pessoa que é surda, daquela pessoa que tem deficiência física, daquela pessoa que tem deficiência mental ou tem múltiplas deficiências, seria efetivamente mais fácil colaborar com esta ascensão, com esta valorização dia-a-dia da pessoa com deficiência.

Muito bem, mas temos esse cenário de exclusão. Então temos que trabalhar também este cenário de exclusão. Não é à toa, vimos aqui, os personagens do Maurício de Sousa, buscando atingir a pessoa humana desde o seu nascimento, ou a partir do momento que é alfabetizada, que está na escola, ter essa compreensão do que sejam as deficiências.

Muito bem, então a minha reflexão vai nesse mesmo sentido dizendo o seguinte: *"Nós temos uma lei de cotas de reserva tanto na Administração Pública, quanto nas atividades privadas, que é fundamental a sua sobrevivência ainda, nós todos sabemos que a reserva, que a cota deve ser temporária até que atinjamos o patamar de inclusão da pessoa com deficiência. Então, fica aqui uma reflexão muito profunda. Qualquer tentativa hoje de eliminação da reserva, poderíamos dizer que nós estaríamos podando a inclusão da pessoa com deficiência. Nós necessitamos da reserva ainda, da reserva de vagas, nós necessitamos ainda da cota. Que volto a dizer, precisa ser temporária. Temporária até que atinjamos esse objetivo".*

Muito bem, mas nessa reflexão da eficiência da cota, nós temos que trazer algumas dificuldades. Então nós temos a reserva, hoje, nós temos a cota e nós vemos, falei isso ontem lá na conferência do CONADE, nós temos trabalhadores com deficiência disputados a tapa pelo empresário. Literalmente. Nós temos hoje uma oferta de mercado para o cumprimento da reserva, no entanto, não temos esse trabalhador preparado adequadamente, qualificado para o exercício das atividades. Muito bem, isso faz com que o próprio empresariado saia em busca da qualificação destas pessoas. Então, hoje, nós vemos e constatamos empresários que devem cumprir a reserva, que devem cumprir a cota, fazendo a qualificação profissional. Isto é bom! Porque existe o aproveitamento da pessoa, do trabalhador com deficiência para as próprias atividades daquele setor e existe também, infelizmente, o excedente, aquele que não é aproveitado, aquele que não é contratado, mas que já fica na sociedade com alguma qualificação.

Ora, se pensarmos no nosso sistema, teríamos que dizer que esta competência, esta atribuição ou esta responsabilidade é do Estado. O Estado precisa prover a educação, a qualificação profissional e, claro, a partir do segundo momento, um mercado de competição para absorver toda essa, todo esse trabalhador formado e qualificado. Então vemos aí uma, digamos assim, um ponto positivo deste empresariado auxiliando a formação profissional. E dentro desta linha, me parece, que teríamos que raciocinar também em relação ao número de pessoas com deficiência. Ora, a estatística nos diz, nos revela que está em torno de 14% da população. Destes 14%, assim, estou falando em números aproximados, pelo menos um milhão de pessoas estão na assistência social. E esta assistência social, ela é direito, nós precisamos ter, assim, muita clareza de que a assistência social é direito. E a pessoa com deficiência deve permanecer na assistência social também temporariamente. Porque ela precisa superar a fase da assistência. Dentro da assistência, ela precisa ser elevada a condição de cidadã para poder disputar o mundo do trabalho, não falo o mercado do trabalho, mas o mundo do trabalho. Então, a assistência também tem que lhe proporcionar esta habilitação, esta qualificação para o trabalho.

Então, se pensarmos assim, e se pensarmos na temporariedade que esta pessoa deve permanecer na assistência, nós poderíamos também tratar da questão da contribuição. Ora, se esta pessoa permanecer temporariamente na assistência, ser elevada a esta condição a formação, à qualificação, nós poderíamos ter num curto espaço de tempo, eu diria a médio prazo, nós poderíamos ter, digamos, este milhão, não é, este um milhão de pessoas atualmente na assistência em menos de uma década, se preparada estiver, dentro daqueles programas de formação e qualificação, contribuindo para a própria Previdência Social. Então, é nisto que nós precisamos pensar. Nós precisamos melhorar a condição destas pessoas que estão na assistência para que elas possam contribuir para este nosso sistema, este nosso sistema previdenciário.

Muito bem, temos também, e aí é uma questão que precisaria ser elaborada via legislativa, nós temos alguns problemas, temos o problema da assistência social, sua incompatibilidade com o sistema da consolidação das leis do trabalho. A pessoa que está na assistência, ela não pode ingressar no mercado de trabalho porque, claro, presume-se que ela tenha atingido aquele patamar de formação e qualificação, portanto, apta para o trabalho. Então, precisamos resolver, a incompatibilidade já está dita, é inconstitucional, é constitucional, quer dizer. Então, tratar desta incompatibilidade via... Pronto, já fiquei nervosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não, Maria Aparecida, eu vou acrescen-

tar, até como regra, acrescento 5 minutos, aí dá para concluir o pensamento.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Dá para concluir o pensamento. Então, precisaríamos pensar nesta forma de saída da pessoa com deficiência da assistência para o sistema consolidado, para uma vida produtiva. As leis hoje existentes permitem isto, nós temos o trabalho competitivo e nós temos o emprego apoiado. O trabalho por conta própria. Então é plenamente possível.

Muito bem, precisamos também de um, para elevar esta condição de empregabilidade, um estímulo a esta formação profissional. Infelizmente hoje nós temos tudo via decreto. Difícil de implementar. Porque precisa ter uma conversa com a pasta X, a pasta Y e a pasta Z que nesta comunicação não se entendem. Então, precisamos deste estímulo à formação profissional.

Por outro lado, precisamos de estímulo para o empresariado contratar pessoa com deficiência. Eu não estou nem me referindo aquele que tem a obrigação da reserva. Mas aquele empresariado que não tem a obrigação da reserva, mas que poderia ter um estímulo para contratar pessoas com deficiência. Porque hoje as empresas com 100 ou mais empregados é que devem ter a reserva. Sabemos que tem uma discussão para baixar este limite para 50 ou mais empregados. Eu diria que ainda é muito pouco, porque a nossa base empresarial, ela é formada por empregados até 20 empregados. Então precisaríamos, aí, pensar num estímulo aos empresários para, sei lá, talvez desoneração da folha, desoneração de encargos sociais, eu não imagino aqui agora no momento, não seria o caso, porque é muito rápido, mas precisamos pensar nesta, neste estímulo.

Uma outra e final questão, é pensarmos a questão da pensão por morte, a pessoa com deficiência que tem direito a pensão por morte. Muitas pessoas com deficiência que estão interditadas, estão interditadas para a garantia da pensão por morte. Precisamos urgentemente pensar um mecanismo para trazer esta pessoa também para o mundo do trabalho. Seja no trabalho competitivo, seja no trabalho por conta própria, com todas as suas variantes. Cooperativismo, regime familiar, trabalho autônomo.

Por quê? Porque a pensão, assim como o BPC, são empecilhos para a pessoa se qualificar e vir para o mundo do trabalho. Então temos que pensar num mecanismo de a pessoa poder reservar, guardar para si ainda a pensão por morte, garantir o benefício da pensão, mas, ao mesmo tempo, garantir a sua permanência ou o seu acesso ao trabalho. E aí, claro, com os mecanismos. Ela vai para o trabalho, então, se estiver no trabalho, com escalonamentos, quanto por cento desta pensão ela poderá ainda receber e quanto por cento ela perderá, entre aspas, por estar no trabalho. Então esta é uma medida e é uma medida necessária e será eficiente para termos este volume, que nós também não sabemos, porque não temos a estatística, mas sabemos que são milhares de pessoas que poderiam estar no trabalho, no mundo competitivo do trabalho e hoje não estão porque querem e com, assim, com a máxima, o máximo respeito a estas pessoas, claro, devem garantir a sua pensão. Assim como aqueles trabalhadores que dizem: *"Eu não saio do BPC porque esta é a minha garantia mensal".*

Então, precisamos pensar nestas duas hipóteses urgentemente. E essas duas hipóteses, repito, precisam ser discutidas por estas duas Casas, no caso, o Senado e Câmara, porque ela precisa ser por medida legislativa. Fácil aplicação, fácil fiscalização e que tenhamos ânimo para implementar todas estas variantes.

Então, eu trago aqui uma outra visão, falei ao Senador que essa reflexão, esses momentos de solidão nos dão esses momentos de reflexão. Então à par dessa legislação boa que temos, precisamos pensar em incrementá-la. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento da Dra. Maria Aparecida Gugel, eu só quero destacar, como eu já mencionei antes, que o Senador Paulo Paim que está aqui presente, junto com o Senador Geraldo Mesquita que é companheiro também importante nessa questão da cidadania, de todos, e também da pessoa com deficiência. Mas eu quero destacar em relação ao Senador Paulo Paim que ele é o autor do Estatuto da pessoa com deficiência. Eu fui o Relator aqui no Senado e o Estatuto está lá na Câmara. Eu só quero dizer que todas essas questões que foram levantadas, constam do Estatuto, em questão da microempresa, do BPC, da interdição, quer dizer, todas elas constam do Estatuto, algumas precisam ainda ser um pouco melhoradas, isso que eu disse para a Câmara, vamos melhorar ainda isso, mas a legislação já foi aprovada no Senado Federal no Estatuto da pessoa com deficiência.

Porque são preocupações das famílias. Como é que eu vou fazer com que o meu filho com deficiência intelectual esteja registrado, com carteira de trabalho se com isso ele perde a pensão? E perdendo a pensão, depois perde o emprego, e perdendo o emprego não tem nem a pensão e nem o emprego.

A legislação precisa dar conta disso, ou o BPC, o BPC só para fazer esclarecimento, o BPC, a pessoa não vai trabalhar porque tem o benefício da prestação continuada. Aí o decreto do Presidente Lula, do ano

passado, depois da aprovação do Estatuto, colocou: *"Não, ele pode trabalhar e se perder o emprego, volta a ter o BPC".* Mas se ele começa a trabalhar, ele também perde a pensão. Então, também é não, o decreto não previu essas situações que o Estatuto prevê. Então, são detalhes importantes para a vida da pessoa. Não é?

Mas que bom! Eu só quero enaltecer, porque o Senador Paulo Paim e eu, muitas vezes, somos, assim, extremamente criticados, por certos setores, pelo Estatuto, mas eu digo Estatuto se tiver coisa ruim também vamos arrumar e vamos melhorar, mas todos esses aspectos foram levantados no Estatuto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns como grande homem público ele tem sempre uma grande humildade. E ele não diz quando ele fala isso, ele fala que eu sou o autor, só que ele não diz que quem fez o relatório e quem fez um substitutivo e quem colocou todas essas propostas, melhorou 100% o Estatuto, foi ele, então, o grande mérito é do Senador Flávio Arns. Me permita aqui uma salva de palmas.

[palmas]

Teria que dizer agora, depois a gente fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero anunciar a presença do Paulo Brandão da gráfica e de toda a equipe do serviço de impressão em braile do Senado. São revisores do braile, temos já inúmeras iniciativas em braile e todos estão aqui presentes. Sejam muito bem-vindos.

Passo em seguida a palavra à Loni Elisete Manica, que é Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, sistema "S", que foi convidado, a Loni tem uma experiência muito ampla nesta área da pessoa com deficiência há muitos anos. Não vou dizer muitos, que muitos parecem já décadas, mas há vários anos já trabalha e você é tão jovem ainda, há vários anos trabalha nessa área com muita competência e dedicação. Então, com a palavra, você, Loni.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Bom dia a todos e a todas. Eu cumprimento a nossa mesa aqui na pessoa do Senador Flávio Arns, com quem eu consegui acompanhar o trabalho durante o tempo em que era Presidente das APAES, a sua luta. Tive no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Especial onde eu pude também conhecer mais de perto o trabalho do Flávio. Cumprimento os demais senadores aqui na pessoa do Paulo Paim, que realmente, essa dupla aqui no Senado, ela não tem como, de forma alguma, não ser reconhecida por toda a sociedade pelo trabalho que vocês estão fazendo aqui dentro do Senado, junto aos senadores e essa conscientização aqui dentro dessa Casa em relação a essas pessoas e a capacitação dessas pessoas.

Eu agradeço esse convite da Casa que foi formulado em nome do nosso Presidente da CNI, Dr. Armando Monteiro Neto, que juntamente com o nosso Diretor-Geral, Prof. José Manoel de Aguiar Martins e a Profa. Regina, são pessoas que também não tem medido esforços para que a capacitação dessas pessoas com deficiência aconteçam para que vão para as indústrias com qualidade. E que não se façam apenas uma presença da indústria para cumprimento de cota, mas que eles tenham também, gerem lucro e que sejam capazes e que possam se sentir cidadão realmente dentro de uma empresa.

Cumprimento também os meus colegas que estão aqui hoje, a Joana que é a nossa professora de braile, minha colega de trabalho, pedagoga, os demais colegas, a COAL que conquistou esse espaço aqui que é de assunto legislativo. E eu digo que a incumbência aqui é muito grande porque falar em tão pouco tempo do sistema AS, é realmente um momento muito especial aí, mas com muito pouco tempo. Eu acredito que nós temos grandes, grandes experiências do sistema AS, conheço o trabalho da CNC, da Confederação Nacional do Comércio, através do SENAC, do SESC que tem feito um brilhante trabalho, também uma metodologia já testada e aprovada com essas pessoas. O trabalho do SENAR, através da Confederação Nacional da Agricultura. O SENAR hoje tem um papel muito importante também, está desenvolvendo esse trabalho com a agricultura e com os deficientes que atuam na agricultura através de um projeto, Apoema, que é um projeto muito especial. A CNT também, mas hoje eu vou falar aqui sobre o SENAI, que é aquele trabalho que eu coordeno, sou gestora nacional representando o trabalho do sistema AS.

Vou pedir que nos ajude aí, pode passando rápido para nós porque o tempo também.

Onde nós estamos? Nós estamos em todo o Brasil, o Centro de Educação Profissional, em unidades móveis e o Centro Nacional de Tecnologia. Isso é importante, porque qualquer trabalho que o SENAI nacional faz, ele pode chegar a todos os estados. Então nós temos essa competência também. Pode passando.

Aqui é um panorama do que é o programa SENAI de ações inclusivas dentro do Brasil. Em 99, já, Maria Aparecida Gugel também já estava conosco lá nas discussões, lá na CNI e brigando um pouco sobre essa terminologia, nos ensinou muito, melhoramos muito em termos de terminologias também. Nós chamamos ainda o nosso programa, pessoas com necessidades especiais porque nós atendemos a três categorias, pessoas com deficiências, condutas típicas e altas

habilidades. E em 2004 esse programa estendeu para raça, etnia e gênero que nós temos um trabalho muito forte na educação profissional e em 2007 nós criamos uma metodologia específica sobre a inclusão do idoso na educação profissional e essa metodologia foi implantada em 24 estados, já está sendo totalmente validada, em 2009 será em todo o Brasil.

Mas hoje, então, nós ficamos só com o primeiro item do programa SENAI de ações inclusivas que fala sobre as pessoas com deficiência. Projeto nasce antes mesmo da lei, do Decreto Lei que fortificava a lei e ratificava a lei sobre a questão da cota. Então nós em junho de 99 iniciamos o projeto e em 2000/2001 realizamos uma experiência piloto nesses cinco estados com toda a adequação das escolas, com a capacitação dos docentes, com a quebra de barreiras arquitetônicas, foi um movimento bastante ousado, porque nós chegamos às nossas escolas com a intenção de dar todo o aparato necessário para que os alunos deficientes pudessem ser capacitados. Escolhemos um estado de cada região e fizemos a nossa experiência piloto.

Então, o grande objetivo nessa vertente do programa é a inclusão dessas pessoas nos cursos do SENAI. Em 2002 nós disseminamos a metodologia já testada e aprovada nos demais estados e em 2004 ele torna-se um programa maior e deixa de ser um projeto. Passa, por favor.

Qual é o grande foco desse projeto? É o apoio à indústria, o apoio ao empresário para que possa ter mão-de-obra qualificada. Então algumas ações que nós temos desenvolvido, passa, por favor.

Documentos impressos, teóricos que nós, muitas vezes, fazemos com a ajuda de consultoria própria, que apóiam as nossas escolas, vídeos também preparados para isso. Pode passar.

Nós temos um grande programa que foi lançado pelo nosso presidente da Confederação Nacional da Indústria que é o programa para a nova indústria, dentro desse programa, o SENAI tem na educação profissional uma coletânea e dentro dessa coletânea nós temos dois cadernos muito específicos para esse público que é o Inclusão Digital e Ações Inclusivas, que são metas que nós temos que desenvolver e alcançar até 2010. Pode passar para nós, por favor. Pode passar.

Nós temos parceiros, isso é fundamental, nós não conseguimos fazer nada sem a parceria, então, nós temos dois grandes eixos. Então uns dizem assim: "*Então vocês fazem só inclusão em cursos regulares?*" Não, o deficiente chega na escola, ele tem, sim, o acesso ao curso que ele quiser, mas se nós temos uma demanda de uma indústria para que necessita de 20 deficientes em determinado momento, nós fechamos uma turma com 20 deficientes. A APAE tem sido uma grande parceira porque a APAE já faz uma qualificação em seus ambientes. Tem uma cooperativa própria em muitas das APAES. Aqui está o nosso representante aí da federação nacional que sabe disso. Então, muitas APAES nos estados estão chamando o SENAI para que nós possamos ir até a APAE, requalificamos e certificamos, porque ele com o certificado do SENAI ele tem uma empregabilidade maior e as APAES têm feito esse trabalho junto conosco também.

Então nós temos mais de mil parceiros em todos os estados, em todo o Brasil, desculpa, através de convênios, termos de cooperação e contrato. Nós temos uma nova parceria, semana passada nós tivemos no Rio Grande do Norte com o Ministério do Trabalho lançando o projeto de aprendizagem para as pessoas com deficiência. E o SENAI tem sido um parceiro do Ministério do Trabalho, estamos juntando as nossas forças para incluir essas pessoas nos cursos de aprendizagem também. Passa para nós, por favor.

Cursos que nós já desenvolvemos para os nosso docentes, Joana é docente do curso de braile, está aqui comigo, já fizemos três cursos de escrita a braile a distância. Então me perguntam por que braile se já temos softwares específicos para os professores? Porque um aluno cego que chega à escola e não tem o acesso ao computador ainda, ele tem como dialogar com esse professor e, inclusive, fazer uma prova em braile, o professor tem obrigação de conhecer o mínimo dessa escrita.

Nós também já desenvolvemos dois cursos de língua brasileira de sinais, o primeiro foi em 2000, bastante ousado porque libras a distância é uma coisa difícil, fazer libras, e esse ano nós tivemos dois anos de curso, ano passado e esse coordenado pelo SENAI do Paraná, que é a sua terra. Coordenado por eles, muito bem coordenado e conseguimos capacitar 250 docentes em libras à distância, durante dois anos.

Tivemos também atualização do sistema braile que mudou todo e a Joana teve essa preocupação. Já desenvolvemos vários cursos de uso do software virtual Vision pelos nossos docentes que não são cegos, pelos nossos docentes que são videntes, mas que precisam estar prontos para receber o aluno cego em curso de informática. Todas as nossas unidades do SENAI receberam o software para cegos, instalaram esses softwares nos seus laboratórios, o cego pode chegar e decidir fazer um curso de informática porque ele vai ter isso no SENAI. Passa para nós, por favor.

Ações que nós fizemos só esse ano, qualificamos 562 docentes e técnicos em todo o Brasil para trabalhar com essas pessoas. Foram criadas 68 cursos além dos existentes pelo SENAI. Atendemos 4.212 até setembro desse ano, só nesse ano. Tivemos 283 unidades adap-

tadas, tivemos 10 prêmios recebidos, reconhecidos do nosso trabalho. 32 vídeo-conferência para a discussão desses temas, uma Vídeo-Conferência Nacional porque nós temos um satélite que nos proporciona isso, essas reuniões com todos os estados constantemente. Divulgação em mídia. Pode passar para nós.

Ainda, inovações tecnológicas, parcerias firmadas, materiais impressos esse ano, mais de 28. Tivemos eventos organizados pelos estados em torno de 37 eventos. Representação em órgãos locais e participação em comissões. Pode passar para nós.

Aqui um número que nós temos de deficientes que passaram pelo SENAI até hoje, um projeto que foi implantado em 2002 até 2008, até agosto de 2008 nós temos 35.134 deficientes. Parece um número pequeno diante de tudo que nós temos, mas para fazer educação profissional também tem alguns pré-requisitos. Então eu considero um número bastante significativo para o Brasil. Pode passar.

São algumas inovações tecnológicas, nós temos um kit porque o nosso trabalho não é feito só nas unidades fixas, ele também vai até as comunidades de difícil acesso. Se os deficientes não podem chegar até o SENAI, o SENAI vai até a ONG ou até a comunidade para fazer o curso acontecer dentro desses locais. Então esses kits são adaptados também para entrar cadeira de rodas, para poder ter. Esse material é produzido também em escola do SENAI, Reglete e Punção, que nós distribuímos aos nossos docentes e aos alunos que são cegos. Passa para nós, por favor.

Aqui nós temos um pouquinho do produto desenvolvido que incrivelmente não foi algo que partiu de uma orientação do DN, mas que surgiu pela necessidade, os alunos chegavam ao SENAI e precisavam fazer uma adaptação num torno, adaptação numa máquina de costura e com isso foram nascendo inovações tecnológicas e hoje nós temos uma feira de inovações tecnológicas, esse ano nós já demonstramos uma moto Harley Davidson toda adaptada para um deficiente sem perna. Isso feito no SENAI. Nós tivemos uma cadeira off-road, nós temos muitas dessas inovações que estão sendo feitas pelos alunos e projetos no SENAI. Passa para nós.

Aqui são algumas inovações, travesseiro com despertador para acordar o surdo, que ele vibra, a rampa elevatória, um sapato com sensor que a 30 metros o sensor toca. Cadeiras adaptadas, elevadores adaptados, algumas, nós temos mais de 137 inovações em 2008 criada pelos alunos em São Paulo tivemos a feira esse ano onde pudemos fazer essas demonstrações para a indústria. Pode passar para nós.

A expectativa é que essas inovações então possam ser, inclusive reconhecidas pelas pessoas, podem ser patenteadas e esses alunos, inclusive, já aconteceu com o joelho mecânico, uma prótese em que ele faz o movimento subir a escada, foram criados pelos alunos e hoje ele está reconhecido e foi patenteado. Então também é uma área que SENAI atua que são as inovações tecnológicas. Dificuldades? Sim, eu acho que Maria Aparecida Gugel citou uma importante, que é essa preocupação do incentivo ao empresário. Que a gente tem que ter essa preocupação sim. Ninguém consegue sobreviver sem lucro. Então, dizer que o deficiente vá para dentro de uma empresa para cumprimento de cota não é isso que nós queremos. Como educadora que sou há 26 anos, eu acredito numa educação com competência, eles podem ir para uma empresa e gerar lucro sim! E isso desde que eles tenham uma capacitação com qualidade.

[palmas]

Dificuldades? Temos as dificuldades, até o muro da nossa escola, nós adaptamos toda a nossa escola, mas como é que ele chega até a escola se nós não temos um ônibus adaptado. Se nós não temos um desenho universal, se nós não temos uma estrutura própria para eles. Então, isso é uma grande dificuldade para o SENAI. Uma outra dificuldade, fazer educação profissional com a falta de conhecimentos mínimos exigidos numa educação profissional. Nós fazemos, por exemplo, com deficientes intelectuais, várias experiências com apostilas desenhadas, deu resultado, eles foram para a planificação. Mas o SENAI também tem que se preocupar com a escolaridade dessas pessoas que vêm querendo, pelo menos, um português, muitas vezes. Porque quando ele vai para a indústria se exige que ele saiba ler e escrever. Então a gente tem procurado fazer esse trabalho básico também. Passa para nós, por favor.

Aqui é o nosso site, estou terminando, estou dentro do tempo, graças a Deus. E esse é o nosso site, para quem quiser conhecer, aí tem, se você clicar, nós temos por região o que está sendo desenvolvido. Cada região coloca no seu mapa a sua ação desenvolvida em 2008, tanto na parte de pessoas com deficiência, tanto na parte de raça, etnia, gênero e idosos, pessoas com outras habilidades. O programa é muito grande, então, nós fizemos um site específico para ele que está dentro da CNI também. E dentro do SENAI nacional. Passa para nós.

Nós acreditamos e fechamos a nossa apresentação aqui dizendo que é impossível fazer qualquer coisa sem as parcerias. O Ministério do Trabalho tem reconhecido isso e para nós têm sido importantes as parcerias. Se nós não tivermos parceria, se nós não unirmos as competências, se nós não acreditarmos que é possível, nós pouco avançaremos. No entanto,

se cada instituição fizer a sua parte, se o Senado fizer a sua parte, se a Câmara fizer a sua parte, se todos os Ministérios, Órgãos Públicos e privados fizerem a sua parte, a educação ganha, as pessoas com deficiência ganham, o Brasil como um todo ganha e o mundo das possibilidades, com certeza, cresce. Pois eu acredito que se nós sonharmos, sonhávamos há tempo atrás que não era possível nós fazermos uma educação com competência, esse sonho já ultrapassou. Nós já estamos na realidade. Ele está acontecendo. Eles chegam às escolas e se nós sonharmos juntos, e se nos pensarmos e acreditarmos como o Senador Paulo Paim nesse Estatuto e em outros que estão vindo, acreditar que é possível unir os esforços, eu não tenho dúvida que realmente nós vamos tornar um Brasil melhor, mais justo e mais igualitário para essas pessoas. Obrigada, e especialmente ao Flávio Arns pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação importante, necessária, bonita de enfrentamento, de desafio do sistema "S". E, particularmente, a pessoa que se dedica tanto a esta área como você, não é Loni? Quero destacar novamente que esta Audiência Pública é conjunta, Direitos Humanos, assuntos sociais, Senador Paulo Paim está aqui, o Senador Geraldo Mesquita, a que já me referi, o Senador Romeu Tuma, Geraldo Mesquita, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Flávio Arns me permita rapidamente, em reforço aqui às palavras da Sra. Loni, quando ela disse que o SENAI está em todo o país e fazendo um trabalho excepcional, o SENAI está inclusive fora do país. Eu em visita a Timor leste, uma das coisas mais tocantes que, com a qual eu me defrontei foi a presença do SENAI no Timor leste, formando mão-de-obra capacitada. Além de fã, além de fãs nós dois, somos ex-alunos do SENAI.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com muito orgulho. Mudou nossas vidas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas o SENAI está, inclusive, fora do nosso país, Senador Flávio Arns. Timor leste, lá do outro lado do mundo, formando e capacitando mão-de-obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também destacar a presença do Marcos Frota que está aqui na frente, não é Marcos? Já esteve na...

[palmas]

Na sessão do congresso--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Marcos é linha de frente aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --É Linha de frente mesmo, eu tenho dito que Marcos Frota tem emprestado o nome, o prestígio para todos os eventos que acontecem em relação a pessoa com deficiência. Além de ser um ator, reconhecido no Brasil e participante de tantas novelas, trazendo o debate da pessoa com deficiência e muitos desses eventos. Seja muito bem-vindo aí, é uma alegria sempre vê-lo, revê-lo e continue firme na caminhada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe eu incomodá-lo, mas como tem que ter número para votar os dois Embaixadores, já vieram duas vezes me avisar que está presente, mas eu não gostaria de sair sem dar uma palavrinha a hora que V. Exª achar oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Por favor, V. Exª pode...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu também fui aluno do SENAC, que o período entre o vestibular e a faculdade a gente fica um pouco no vazio, então, eu fui fazer um curso no SENAC. E eu luto muito aqui dentro, luto mesmo, e outros colegas também, para que não se mexa no sistema AS, porque há sempre uma pressão para tirar um pedaço do sistema AS. E nós sabemos o que ele representa. Os maiores pedidos para vaga em escolas, Promotora, é para as escolas do sistema AS de formação de primeiro grau. Não tem vaga nunca, porque elas preenchem as vagas para filhos de trabalhadores e muita gente que fica pedindo pela qualidade de ensino.

Então, cumprimento V. Exª, a nossa Procuradora. Eu diria que agora, viu Senador Flávio Arns, eu fiz um projeto sobre o Call Center, 2007, sobre o problema de atendimento ao consumidor, e uma das visões é que se não for cota, 100% pode ser ocupado por deficiente físico, 100% das vagas. O presidente me atropelou e fez o decreto. Só tem uma única diferença, que eu dou três minutos para atender e ele dá um. Mas ele atropelou, e importante é que a sociedade seja atendida. Mas é um dos pontos que a gente tem que lutar, o preenchimento, que vai precisar de mais gente. Que seja preenchido com pessoas que tenham qualquer deficiência, mas com qualificação para atendimento ao público imediatamente, porque não precisa se movimentar, às vezes a pessoa com deficiência visual pode perfeitamente atender um chamado, então, acho que é

importante a gente dar uma projeção no aproveitamento desse pessoal nestas áreas de Call Center.

Outra coisa que estava falando com o Paim que é o projeto do Cão de Guia, foi difícil de ser aceito, mas é uma coisa espetacular com a menina aqui que apresentou o primeiro projeto, trouxe o cão aqui, nós trabalharmos em cima dele e ele foi aprovado, algumas restrições foram vetadas pelo Governo, no caso de escolas, mas parece que já está sendo corrigida.

E recentemente eu fiz um projeto, aí eu preciso de apoio.

Nas últimas eleições, a minha sogra tem 93 anos, não foi em caráter pessoal, e ela queria votar, porque tinha o neto candidato, ela queria votar, foi no colégio eleitoral, ela quase não consegue movimentar as pernas e teve que subir dois vãos de escadas, praticamente carregada, só que ela é magrinha, praticamente não tem dificuldade de carregar. Aí eu fiquei um pouco no colégio. Então chegou um cadeirante, e queria votar de qualquer jeito, e arrumou uma encrenca lá com razão, porque não tinha acesso, ele tinha que subir e estava difícil de levá-lo, porque além de subir, tem que ter a cadeira lá para poder conduzir até a urna. Então, eu fiz um projeto aqui em todo colégio eleitoral possível, ter uma urna especial para deficiente físico e pessoas de idade que não possam se locomover com facilidade. Para poder exercer o direito de voto, porque você está, você não é obrigado a votar depois dos 70 anos, mas tem gente que quer exercer até morrer e é um direito do cidadão.

Então, eu não sei se o projeto é correto ou não, mas eu gostaria que fosse analisado por V. Exª, pelo Paim, que são pessoas que se dedicam a esta causa, os senhores advogados que estão aqui, para gente dar uma urgência nesse projeto, para as próximas eleições eles terem um acesso bem mais facilitado e já terem um local próprio para procurarem.

E eu cumprimento a todos. Eu acho que esta é a semana, não é praticamente uma visão de que deva no dia seguinte parar. É um alerta permanente, repetitivo, de não precisar mais de cota. Que quando a inserção, quando a sensibilidade, a inclusão está liquidada, não precisa de cota mesmo. Porque a qualificação profissional eu acho que tem que vir praticamente desde o primeiro ciclo de graduação não adianta esperar depois de formado, na busca de emprego, ele já tem que ter uma escola profissionalizante que atenda as possibilidades do deficiente físico. E eu sei que tem cursos para várias deficiências que já estão formando profissionais antes de entrar no mercado de emprego.

Então, é isso que eu queria complementar, agradecer a oportunidade, e dizer que não posso dizer que é uma felicidade total, mas é uma felicidade saber que tem muita gente pensando e lutando o ano inteiro para atender esta camada da sociedade tão importante para a nossa vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida. Muito bem, Senador Romeu Tuma e passo em seguida a palavra ao Jornalista Eduardo Purper, pessoa que vem se dedicando bastante à área, refletindo, apontando problemas, dificuldades, saídas, assim nesse sentido também, que é o grande objetivo de valorização, de acessibilidade. Então com a palavra, Eduardo.

SR. EDUARDO PURPER: Bom dia, Srs. Senadores. Primeiro a gente vai passar um vídeo para que os senhores conheçam um pouco da minha batalha, em seguida, a gente vai conversar um pouquinho.

[exibição de vídeo]

APRESENTADOR: E antes de encerrar essa edição do Jornal Nacional, nós vamos conhecer um brasileiro vitorioso e especial chamado Eduardo. Quem apresenta esse estudante é a repórter Luciana Kramer.

REPÓRTER: É um dia de muita ansiedade para Eduardo. Não que ele não esteja acostumado a enfrentar desafios. Por causa da paralisia cerebral, o jovem quase não enxerga, não caminha e não escreve. Mesmo assim, já está no sexto semestre de jornalismo numa universidade de Porto Alegre.

"Qualquer coisa que a gente fala em sala de aula, ele imediatamente responde com muita qualidade, com muita qualificação."

REPÓRTER: As limitações são apenas físicas, e compensadas por uma memória que impressiona.

"Eu até não entendo como é que eu consigo gravar as coisas na cabeça, acho que foi de estar sempre trabalhando, de estar desde pequeno trabalhando a memória."

REPÓRTER: Sem poder fazer anotações, ele aprende apenas com o que ouve na sala de aula. E foi assim que o estudante de 22 anos conseguiu concluir uma das etapas mais importantes do curso, a monografia.

REPÓRTER: Eduardo fez a defesa do trabalho como qualquer estudante universitário, diante de uma banca. A diferença foi o processo. Nenhum capítulo foi escrito, o lugar do texto, 80 minutos de gravação.

REPÓRTER: O trabalho sobre futebol foi registrado nesse gravador e entregue aos professores. A maior ajuda veio do pai, que leu mais de 100 livros para o filho.

"Eu fazia a leitura do livro para ele, e depois ia marcando as partes que chamava a atenção dele, a gente gravava então as partes que ele tinha grifado, e depois então, era por conta dele."

REPÓRTER: Esforço recompensado.

"A sua nota ficou 9, 5."

[palmas]

"Perseverança, humildade, força e sempre um passo adiante."

REPÓRTER: A monografia foi mais um desafio superado por esse futuro jornalista cheio de planos.

"As pessoas devem enfrentar as dificuldades, sejam quais forem, e sempre acreditar no que vem por aí.

O que eu puder fazer para realizar o meu sonho eu vou fazer."

[palmas]

SR. EDUARDO PURPER: Bom, é isso aí. E eu quer dizer, iniciar dizendo que a minha história no mercado de trabalho ela é muito pequena, porque eu comecei em abril de 2008, dia 24 de abril, é onde eu ganhei a oportunidade de trabalhar na própria rádio, aquele laboratório é o laboratório de áudio da minha universidade, que vocês viram, então, eu ganhei a oportunidade de trabalhar no laboratório de áudio. Como é que eu faço esse trabalho? Como eu não escrevo, depois de algumas adaptações frustradas, os meus superiores resolveram apostar na minha memória. Então como é que acontece? Eles me dão os textos dos alunos, que é o laboratório de rádio, e aí eles lêem para mim o texto, e eu tenho que corrigir na memória, e então, eles usam bastante a minha memória, que é o que eu tenho de melhor.

E um outro aspecto que eu queria levantar é que eu tenho um programa de entrevistas também na rádio que é um programa de meia hora de duração, onde eu recebo alguns jornalistas, especialmente do meio do jornalismo esportivo, que é o meio que eu gostaria de seguir. E um desses jornalistas foi o Secretário de Educação e um nome altamente reconhecido lá no Rio Grande do Sul, que foi o Luiz Carlos [ininteligível], que o Senador Paulo Paim deve conhecê-lo.

[palmas]

Então eu o recebi e eu fui com alguns desses entrevistados, eu fui tornando, eu fui conseguindo uma relação de amizade. E essa relação de amizade levou com que eu fosse indicado para realizar um processo de seleção que, inclusive o Luiz Carlos [ininteligível] escreveu, antes que eu me esqueça, o meu assessorado vai me matar se eu não falar, Luiz Carlos [ininteligível] escreveu o prefácio dos meus dois livros. Um sobre futebol, que eu escrevi quando tinha 14 anos de idade, e esse último que eu lancei esse ano, no dia 14 de outubro desse ano, eu lancei um livro de crônicas.

Bom, mas esse, o Rui, e mais alguns, me oportunizaram que eu participasse de um processo de seleção numa empresa grande de comunicação do Rio Grande do Sul, e eu fiquei extremamente feliz pela indicação e pelo reconhecimento. Mas, eu fui vendo durante a entrevista que a vaga dificilmente seria minha, porque foi um misto de coisas que eu conseguia fazer com coisas que eu não conseguia lá. A pessoa ia perguntando. Só que nas coisas que eu não conseguia fazer, a pessoa não perguntava o tipo de adaptação que eu precisaria, inclusive lendo alguns textos para vir falar hoje aqui, eu descobri algumas adaptações das quais eu tenho direito e não sabia, como, por exemplo, eu tenho direito a que alguém me acompanhe até o banheiro, por exemplo, e então, para mim também foi muito bom.

Mas, voltando à experiência que eu estava contando, então eu sabia que a vaga não ia ser minha, porque a pessoa dizia assim, eu não entrevista para as coisas que eu não conseguia fazer e não perguntou a mim se eu tenho tinha capacidade ou não. Quer dizer, mas o que eu espero é que no dia 18 de julho de 2009, eu possa estar formado em jornalismo, que eu acho muito louvável assim que o deficiente lute por aquilo que ele quer. Não só nos cursos profissionalizantes, mas faça sim uma universidade e eu quero provar que deficiente é muito mais do que atender telefone, é sim, eu posso sim falar no microfone, falar em rádio que é o meu maior sonho. E para isso, para isso eu preciso da parceria de vocês, Senadores, que são quem nos representam aqui. Então, hoje, eu gostaria de crer, de fazer um pacto com vocês. De que vocês vão estar vigilantes e o meu maior sonho é concorrer, porque há três, há quatro tipos de seleção. A seleção seletiva, que leva em conta as cotas, mas que muitas vezes o empresário só contrata porque a lei exige, inclusive eu disse para a pessoa do RH daquela empresa que eu não gostaria de ser contratado porque a lei exige, eu gostaria de ser contratado como jornalista porque aquela empresa vai investir em mim, então, e tem a inserção competitiva, que não leva em conta isso, leva em conta a tua capacidade profissional.

Por isso o meu maior sonho, Srs. Senadores, é participar de uma inserção competitiva, para que eu possa mostrar o Eduardo Purper jornalista, não o Eduardo Purper deficiente, que o Eduardo Purper deficiente ele praticamente não existe, porque eu costumo dizer que eu não tenho nada. Eu não tenho nada, a cadeira de rodas só faz parte de mim, mas eu mentalmente não tenho nada, e tenho muita coisa para dar e não vou, não vou jogar quatro anos, quatro anos de estudo fora, por isso, se possível, eu gostaria de trabalhar como jornalista no dia 18 de julho de 2009. E acho que era isso que eu tinha para dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. A gente diz que depoimentos

dessa natureza valem por milhares de palavras de qualquer senador ou senadora. Quer dizer, e nós temos que estar em função desses depoimentos, como é que nós podemos ver a legislação, a formação como o Eduardo falou, que nós queremos que a pessoa tenha acesso à educação, à saúde, à assistência, ao esporte, ao lazer, para que tenha mais condições de adentrar ao mundo do trabalho com qualidade, com qualidade. Faculdade se for possível, se não for possível, porque muita gente não vai para a faculdade, mas que tem o ensino médio, tenha qualificação, tenha preparação para o trabalho, na medida da sua condição. Isso para todo mundo, e também para a pessoa com deficiência. Pois não.

SR. EDUARDO PURPER: Que o deficiente ele só espera uma coisa, oportunidade, porque ele tem muita coisa para dar.

[palmas]

E eu, então, eu volto a pedir este pacto, Senador Paulo Paim, Senador Romeu Tuma e demais Senadores. Nós precisamos estar juntos. Vocês precisam fiscalizar para ver não só se a lei de cotas está sendo cumprida. Eu acho que a lei de cotas é muito pouco. Eu acho que um deficiente pode ser incluído sem as cotas. Não que eu não vá gostar se eu for incluído pela cota, mas eu acho que valorizando o profissional em si é a maneira mais justa de incluir o deficiente. Não valorizar a pessoa com deficiência, mas valorizar como a minha família sempre fez, o que eu podia fazer, apesar das minhas dificuldades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, primeiro cumprimentar o Eduardo, e eu vou falar depois Eduardo, viu? O Luiz Carlos [ininteligível] de fato é um grande jornalista, é amigo de todos nós, eu tenho um carinho enorme por ele como tenho por todos os outros jornalistas.

Mas Senador Flávio Arns, primeiro o meu carinho enorme, Eduardo, a sua fala é muito precisa, muito clara (soa a campainha) e vai naquela linha que a Dra. Helena também usou, eu puxei as palmas naquele momento. A pessoa com deficiência precisa de oportunidade, e o empresário tem que entender que não é um favor recebê-lo lá, e ele vai lá para dar lucro sim, porque o sistema é esse. E ele vai dar lucro. Eu tenho no meu gabinete uma equipe, o Flávio Arns também tem e eles dão lucro para o meu mandato, eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

E aí, Senador Flávio Arns, vai me permitir porque o Luciano, e o senhor convidou que ele estivesse na Mesa, é o menino que trabalha comigo, eu sempre digo para um deles, você tem uma deficiência visual. O Santos sempre diz, o que fica no sul. "*Pode dizer que eu sou cego, não tem problema nenhum.*" E ele coordena o meu gabinete na área política. Mas o Luciano ele ficou, eu diria, internado por causa que ele conseguiu um novo amigo dele e casualmente me comunicaram que ele está chegando hoje para me apresentar o amigo dele. *"Eu disse traz aqui."* Então o Luciano vai entrar aqui com o novo amigo dele junto com o pessoal que está adestrando. Esse é o Luciano que trabalha comigo, chega aqui com o seu novo amigo, que vai circular dentro do Senado da República, inclusive, no Plenário. Luciano seja recebido por todos nós aqui com muito carinho, Luciano.

[palmas]

Se tiver o microfone para ele apresentar o novo amigo para nós.

Sr. LUCIANO: É uma amiga, é uma mocinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Luciano, se puder ficar aí mesmo, porque aí a TV Senado pega a sua fala e a sua imagem também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Luciano, aproveita e dá uma mensagem, os dois instrutores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O microfone está na sua mão.

SR. LUCIANO: Obrigado, gente. Eu só peço desculpas pelo estado aqui, que a gente está em treinamento, e a gente não estava programado para vir aqui. Mas aí a gente está, eu estou em treinamento com o cão guia. Essa é uma cadela, na verdade, a Mirtes, e a gente está finalizando o treinamento, eu estou muito feliz, a gente sabe o que significa que é um ganho de autonomia na vida da gente, na vida do deficiente visual, e, quer dizer, uma grande autonomia importante.

Então a gente está bem feliz, ansioso para estar no dia-a-dia, transitando por aí com o cachorro, no trabalho também, e enfim, a gente sabe do significado que é isso. E eu estou bastante, bastante feliz e bastante ansioso. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permita só uma palavra, está aqui os dois instrutores, e a informação que eu recebi agora pelo telefone que o Luciano estava afastado do gabinete, estava internado lá, e está voltando e a partir dessa semana volta ao seu trabalho normal dentro do Congresso com o nosso novo amigo, e o nosso funcionário do Senado, com certeza absoluta, e companheiro dele, mas eu, me informaram que o DF tem assumido essa responsabilidade em todo o país. Na formação

dos cães guias com a pessoa que necessita com a sua deficiência visual, e me parece que o gasto é muito alto, e o DF não teria condição de sustentar que todo país viesse para cá, que vocês gostariam eu tenho certeza absoluta, de dar a estrutura, enfim, preparar tanto o Luciano no caso, como o cão, como cada um que viesse do Brasil para cá. Mas vocês não têm essas condições e eles fazem o apelo para que cada estado assuma essa estrutura para que a pessoa com dificuldade de visão, como diz o Santos e você também me diz, *"pode chamar de cego que não tem problema nenhum"*, que eles possam lá no seu estado, se preparar para a convivência com o cão guia e que o Estado, enfim, dê apoio na parte de estrutura. Seria só isso, Senador Flávio Arns. Para mim é muita alegria. O Luciano trabalha comigo há muitos anos, e é mais um desafio para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos ter mais um senador aqui caminhando do nosso lado aqui, conversando com a gente, com certeza, via o Luciano e o cão vai ser o orientador dele. Eu só terminaria dando uma salva de palma aos instrutores, eu sei o trabalho belíssimo que vocês fazem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Loni só acrescentou que é uma senadora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Questão de gênero. Eu quero agradecer a participação do Eduardo, do Luciano aqui também, dos instrutores, e vamos aprofundar este assunto, inclusive depois, nos reunindo e vendo o que, como é que o Senado pode colaborar nesse aspecto. Mas vamos aprofundar, viu Luciano? E seja você também muito bem vindo de volta às atividades, e bem acompanhado. Também eu acho que é sem dúvida um exemplo aí que pode se refletir para o Brasil inteiro. Mas agradecer a fala do Eduardo também, dizer para o Eduardo que estamos--

SR. EDUARDO PURPER: Eu que agradeço, para mim é uma honra estar aqui, inclusive eu quero mandar um abraço ao meu amigo Aires Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que está aqui presente.

[risos]

SR. EDUARDO PURPER: E agradecer muito a sua indicação, porque para mim é uma honra estar no meio dos senadores que é uma parte tão importante da engrenagem da nossa república.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer para o Eduardo que o Senado Federal, a Comissão, a Subcomissão, nós todos estamos aguardando o convite para a formatura, no dia 18 de julho de 2009, que você mencionou.

SR. EDUARDO PURPER: Vai lotar o avião.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E ao mesmo tempo dizer que esse pacto que você sugere, esta Audiência Pública não se encerra no dia de hoje. Essa Audiência Pública é um momento de discussão, de reflexão, mas no início do ano que vem, nós vamos, sem dúvida, dar continuidade a esse debate, a todo ele, mas particularmente da empregabilidade. E eu passo em seguida a palavra ao Dr. Mário Sérgio Fernandes Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Senador Flávio Arns, muito bom dia, em nome de quem eu parabenizo e cumprimento a Mesa. Senhoras e senhores. Em primeiro lugar, em nome do nosso Presidente, Fábio Barbosa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Sª me desculpe, eu só quero destacar, desculpe, não tinha, a presença do Senador José Nery, membro da Comissão de Direitos Humanos também, atuante, lutador, sempre a favor da cidadania e também da cidadania da pessoa com deficiência, Senador José Nery, do Pará. Desculpe só ter feito a interrupção.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: --como eu estava dizendo em nome do Fábio Barbosa, o nosso Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e realmente é uma satisfação estar aqui, debater um pouco, ouvir todos esses depoimentos, e mostrar um pouco da nossa experiência, o que nós temos feito no que diz respeito às questões de valorização da diversidade, especificamente no capítulo de pessoas com deficiência.

Eu queria começar dizendo o seguinte. Há algum tempo atrás nós começamos a olhar essa questão da diversidade brasileira em todas as suas facetas ou características. Nas questões culturais, de idade, a questão de raça ou etnia, pessoas com deficiência, gênero etc. E nós encontramos que a melhor forma de conduzir isso dentro do setor e dentro da sociedade é tornando essa diversidade brasileira um fator positivo. Um fator de diferenciação, um fator de competitividade. Difícil encontrar um país que tenha tanta diversidade e tenha tanta variedade de tipos de pessoas, de raças, de culturas, sejam elas de qualquer natureza, do o que Brasil. Então, cabe a nós o nosso primeiro

desafio é: Transformar isso, efetivamente, num fator de diferenciação.

Então a nossa mensagem dentro do setor bancário é, a diversidade é uma riqueza brasileira.

A partir desse conceito maior, nós elegemos três grandes agrupamentos de diversidade para trabalhar. A questão da etnia, a questão de raça, a questão de cor, a questão de gênero e a questão de pessoas com deficiência. Hoje nós vamos falar de pessoas com deficiência, um capítulo desse projeto que trata especificamente de um projeto piloto que nós estamos desenvolvendo na cidade de São Paulo, que visa especificamente a empregabilidade dessas pessoas.

Há uns dois ou três anos atrás nós fizemos um primeiro trabalho, disponibilizamos publicamente que eu acho que os senhores já conhecem, isso está disponível no nosso site, nós começamos fazendo uma grande pesquisa, entrevistando mais de mil pessoas com deficiência para entender efetivamente o pensamento delas, a necessidade delas, e fica muito claro que tudo o que foi dito aqui encontra nessa pesquisa total respaldo. Ou seja, as pessoas com deficiências querem oportunidade. Querem ser tratadas como iguais, querem participar da vida do país, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, como cidadãos, como qualquer outro. Querem competir, são tão bons ou melhores do que qualquer outra pessoa.

Nós desenvolvemos essa série de cartilhas que trata do direito das pessoas com deficiência, que orienta as áreas de RH dos bancos e empresas em geral como tratar essas pessoas, como fazer o melhor atendimento, tem orientação de como tornar as agências bancárias mais acessíveis etc. Então essas seis cartilhas estão disponíveis, foram amplamente divulgadas. Vamos lá.

Rapidamente, o cenário hoje. Nós, o sistema bancário apenas para cumprir a questão de cotas, e eu imagino que no futuro nós não vamos efetivamente precisar dessa questão de cotas, nós precisamos de seis mil contratações. Para ficar dentro da lei. Quando nós realizamos aquela pesquisa em 2006, a constatação também que já foi colocada aqui é que existe um grande Gap(F) na educação formal das pessoas com deficiências. Quase 77% tem menos de oito anos de escolaridade. Mais do que isso. Na seqüência, houve uma enorme demanda de contratação dessas pessoas, quer dizer, nos últimos anos entre 2001 e 2007, mais de 80 mil pessoas com deficiência foram contratadas somente em São Paulo. Também isso é um dado que hoje nós convivemos com ele e tem reflexo em todo o esforço de contratação como eu vou mostrar logo a seguir.

Uma outra questão fundamental é que os processos de qualificação profissional para aquelas pessoas que estão chegando no mercado, e que não estão empregadas, é muito difícil e muito complicada. Nós fizemos uma experiência na FEBRABAN, nós trouxemos mil pessoas com deficiência para dentro da FEBRABAN e aplicamos um processo de qualificação técnico profissional com elas. O índice de aproveitamento ficou em torno de 10%. As pessoas tinham dificuldade de acompanhar como tratar os programas de micro informática, como tratar a matemática financeira, como lidar com produtos e serviços bancários. Ela não conseguiu acompanhar.

Isso também nos levou a uma conclusão bastante óbvia também que já foi dito aqui. Precisamos dar um passo atrás, nós precisamos completar a educação dessas pessoas para poder elas absorverem a capacitação profissional.

Então, dentro desse cenário, hoje como está o sistema bancário, dados de junho, pegando os 10 maiores bancos privados. Nós temos 2.7 da cota cumprida, 6.082 pessoas com deficiência num universo de 226.903. Bancos privados, os 10 maiores bancos privados. Eu estou fazendo a referência somente a bancos privados, não que os bancos públicos não trabalhem conosco, é o que processo de seleção deles depende de concurso, é diferente do banco privado nesse aspecto. Próximo por favor.

Esse dado também mostra que, esse foi um dado da superintendência regional do trabalho, que as instituições financeiras, apesar de todas as dificuldades, despontam como sendo o setor que tem tido maior sucesso na contratação de pessoas com deficiência. Quer dizer, o setor financeiro como um todo tem 51.6%, se não me falha a memória, de inclusão de pessoas com deficiência que é um número superior à indústria de transformação, serviços, comércio, etc. E isso se de um lado diz que o trabalho que os bancos vêm fazendo tem tido resultados, de outro lado diz que nós ainda estamos muito longe de chegar onde nós precisamos chegar. Próximo.

Esse é um dado também interessante que compunha aquele cenário. As nossas contratações, as contratações do setor bancário, em sua enorme maioria, 62.5% vêm de pessoas que estavam empregadas em outros setores, e somente 7.9% é a ampliação do mercado de trabalho. Quer dizer, o que nós estamos fazendo, todos nós empresários? Nós estamos tirando pessoas uns dos outros, pessoas já empregadas uns dos outros. Nós não estamos ampliando o mercado de trabalho. E esse é o maior problema que existe hoje. Nós precisamos fazer esse mercado de trabalho crescer para ter pessoas dentro. Esse aquário precisa ter

mais peixes para que esses peixes ingressem no setor efetivamente, no setor bancário, e em outros setores como empregados. Próximo.

O que nós resolvemos fazer? Muito bem, dentro desse cenário, só nos restou montar um programa que desse esse passo atrás e que nós começássemos efetivamente a preparar essas pessoas para a capacitação para entrar no mercado de trabalho. Próximo.

A primeira coisa que nós reconhecemos é que a FEBRABAN e os bancos não tem todo o perfil, não tem todos os skils(F), não todas as especializações. Então nós fomos buscar parceiros efetivamente também como foi dito aqui. É indispensável a participação de parceiros.

Nós buscamos a academia através da Uni Santana e do Cursinho da Poli, nos aliamos para trazer a tecnologia educacional e a experiência que eles têm em educação, trouxemos aí social que é uma entidade especialista no trato com pessoas com deficiência, e trouxemos, e nos aliamos à Prefeitura do Município de São Paulo para desenvolver esse piloto. Esse piloto tem como objetivo desenvolver um processo e metodologia de inclusão social através da educação e qualificação. E é nisso que nós estamos falando. Próximo.

O que nós queremos? Nós queremos pessoas com deficiência física, visual e auditiva, que é um pouco daquilo, existem outras deficiências que não estão inicialmente contempladas, porque a nossa experiência é muito pobre com relação às outras deficiências, essas pessoas que se enquadram no decreto tenham 18 anos, queiram trabalhar, queiram vencer, queiram oportunidade, aceitem desafios. E que tenham pelo menos o ensino fundamental e médio completo. Ou mesmo incompleto. Essas pessoas nos interessam. Próxima.

O que é esse programa? Esse programa tem quatro fases. Um aprimoramento educacional imaginemos, aquelas pessoas que têm o Segundo Grau completo, elas entram para um aprimoramento profissional de três meses, vamos recordar ela português, vamos recordar ela matemática, conhecimentos gerais, vamos trabalhar com elas postura, educação, comportamento, ética, Código de Defesa do Consumidor, nós vamos dar esse aprimoramento para elas. Daí elas passam para a qualificação profissional, que elas, aí sim, vão aprender produtos e serviços bancários efetivamente. Como é o mundo das instituições financeiras.

Então elas passam três meses lá no aprimoramento educacional, mais três meses na qualificação, e daí elas assumem o posto de trabalho delas. E são acompanhadas por dois meses. Essa pessoas elas recebem seis meses de treinamento antes de sentarem na mesa de trabalho delas.

Aquelas pessoas que não têm o Segundo Grau completo, nós vamos dar um supletivo de 12 meses. Ministrado pelo Cursinho da Poli, reconhecido pelo MEC. Essas pessoas no final do período terão o seu certificado de conclusão de curso. Terminado os 12 meses, elas vão para a qualificação profissional, passam mais três meses e depois mais dois meses, ou seja, nesse caso, são 15 meses até sentarem no seu local de trabalho. Próximo, vamos já ver.

Essas pessoas entram como bancárias. Após a seleção, nós temos hoje 529 vagas para preencher em agências, cargos de administração e tele-atendimento. O Senador Romeu Tuma falando em call center. É um pouco isso mesmo. É um grupo, nós temos várias vagas para esse perfil de pessoas. 529 pessoas vão entrar como auxiliar bancária em jornada de quatro horas, contratadas pela CLT, com salário inicial de R$ 616,40, que passam depois de 90 dias para R$ 665,76, com direito a todos os benefícios previstos na convenção coletiva de trabalho dos bancos.

Para quem não sabe, a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários acho que é das mais antigas do país em termos de alcance nacional. É uma convenção coletiva bastante boa, bastante sadia e anualmente negociada e tem havido muitos avanços nas questões sociais.

Então essa pessoa, selecionada, ela no dia 2 de fevereiro, ela vai sentar no banco escolar na Uni Santana, seja na fase de aprimoramento ou seja no supletivo, como bancário. E vai correr todo o período dela de treinamento, como bancário, como se bancário fosse, normalmente. E nesse, nesse [ininteligível], ela terá também um processo de, vamos dizer assim, de inserção no seu banco. De integração no seu banco. Uma participação dos gestores, e no próprio curso, e essas pessoas nos bancos que os contrataram.

Aí tem toda a dinâmica do programa, são 344 vagas para o Ensino Médio completo, 216 vagas para o Ensino Médio incompleto, aí tem todo o ciclo. Vai para o aprimoramento educacional, cai na qualificação, depois vem o tratamento Under Job(F). E 215 do outro lado, vai para os 12 meses, depois os três meses, treinamento Under Job(F).

Esse programa, a montagem desse programa levou quase um ano. Porque nós criamos uma grade curricular própria para esse programa, dentro de uma carga horária específica. E aí, muito nos ajudou, por isso nós fomos buscar o pessoal da academia, da Uni Santana e do Cursinho da Poli, porque há uma distribuição de carga horária, nos valemos também da Comissão nossa de treinamento e recrutamento no que diz respeito à seleção e no que diz respeito à especificação do curso de qualificação técnica. Ele é

absolutamente modular. Por isso ele é um piloto. Ele dando certo, ele será reaplicado em outros municípios, em outras dimensões nos próximos anos. Essa é a idéia, criar a metodologia, criar o processo e depois levar isso para outros municípios.

Aí são as etapas do programa, eu não vou me deter com relação a isso, em seguida.

A logística dele. Vai ser todo ele no campus da Uni Santana. O Reitor da Uni Santana é um cadeirante. Então a universidade é toda acessível. Nós visitamos a universidade. Tem rampas, banheiros, é absolutamente adequada. Por isso nós, acabou vencendo, vamos dizer assim, a concorrência que nós fizemos é um ponto próximo de Metrô. O que para São Paulo é determinante. Acesso via Metrô. Vamos lá.

A mecânica do processo seletivo. Aqui, a Prefeitura nos ajudou muito, porque ela disponibilizou os centros de apoio ao trabalhador. Ela tem vários espalhados na cidade. Nós precisamos efetivamente capacitar os centros de apoio ao trabalho. Tivemos que fazer para vir uma divulgação de todo o programa para atrair os currículos, para atrair os candidatos. Fizemos triagens de bases de dados disponíveis, validações, inclusive com equipe médica no local para validar os laudos, para validar os exames. Fizemos entrevistas. E esse processo ele está já na sua etapa final. Esse é o último mês de recrutamento. Nós começamos em setembro. Próximo.

Os bancos participantes, cada banco tem um número determinado de funcionários, cada um deles ao final do processo seletivo vai ter os seus funcionários, a cota mínima por banco é de cinco para os menores, e tem bancos com bastante mais pessoas. Então, por exemplo, pegando aí o Itaú que está no meio do processo, ele terá lá o seu número de funcionários selecionados que vão estar participando dos dois cursos. Começa com o aprimoramento, o outro quando começa com o supletivo. Então já funcionários do Itaú. E o pessoal do Itaú vai dar todo o suporte no que diz respeito à integração desse funcionário no próprio Itaú. Próximo.

Como é que participa disso? As inscrições são todas feitas nos centros de apoio ao trabalhador, nesses endereços. O processo seletivo começou em setembro e está terminando. Em novembro nós tínhamos 2.849 inscritos, e aqui vai um comentário meu pessoal. Eu imaginava que nós íamos ter muito mais demanda, imaginava que nós íamos ter muito mais inscrições. Ficou abaixo da minha expectativa, honestamente. Quer dizer, com todos os bancos de dados, com toda a divulgação que nós fizemos, ficou abaixo das minhas expectativas, talvez pelas questões da seguridade, não sei. Mas ficou abaixo. Nós temos 1.109 já pré selecionados para cobrir as 529 vagas. Então nós temos nesse instante dois candidatos por vaga. Próximo.

Aqui um pouco do que nós fizemos de divulgação, os cartazes que nós espalhamos, próximo.

Os folhetos, todos explicativos com relação ao programa. Próximo.

O nosso hot site e aí fala um pouco da diversidade. O mote da nossa campanha é diversidade, a cara do Brasil. Eu convido a navegar no nosso site, o Senador vai gostar do que vai ver. Próximo.

Ainda do hot site, próximo, por favor. Próximo. Estou terminando.

Nós fizemos 30 mil cartazes em conjunto com a Prefeitura, que a Prefeitura e a FEBRABAN assinam os cartazes e colocamos nos ônibus e metrôs e trens de São Paulo. Para atrair as pessoas, convidando as pessoas. Vagas para pessoas com deficiência. Próximo.

Fizemos 200 mil filipetas, que são esses, uns chamam, o político gosta de chamar de santinho. Aquele cartaz pequenininho, panfletamos em Postos de Saúde da Prefeitura, do INSS, escolas públicas, nos tele centros, poupa tempos, nos próprios centros de apoio ao trabalhador, Empresa Metropolitana de Transporte, Secretaria de Cultura, divulgando o programa e convidando as pessoas a se inscreverem. Próximo.

E esse é o nosso programa. Quer dizer, nós estamos terminando agora a fase de recrutamento, as aulas começarão no dia 2 de fevereiro, que é o primeiro dia útil. Num ambiente da universidade, que nós acreditamos ser fundamental que seja feito nesse ambiente. Até porque existe uma coisa por trás disso tudo que eu acho que é fundamental. Esse processo, quer dizer, somado a vários outros, às várias iniciativas que nós estamos vendo aqui, ela tem a ver com a transformação social que se pretende para esse país. Quer dizer, essa é uma coisa importante. É a questão da cultura, é uma questão da postura, é a questão de como nós todos que estamos sentados nessa Mesa e os que não estão, encaram esse tipo de coisa e se dispõe a resolver isso de uma forma conjunta, de uma forma associada, isso é como a FEBRABAN vê como o sistema bancário brasileiro está vendo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Dr. Mário Sérgio, muito importante, ilustrativa também, e assim, muito interessante.

Passo em seguida a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Federal por Minas Gerais. É Presidente da Federação Nacional das APAES, associações de pais e amigos dos excepcionais, uma entidade que está presente em cerca de dois mil municípios no Bra-

sil. O maior movimento comunitário na área da pessoa com deficiência do mundo, e o movimento das APAES no Brasil já existe há 54 anos. Portanto, muita gente já participou, já batalhou, já lutou e outros tantos estão neste momento como Eduardo Barbosa contribuindo na direção do movimento. Tem um trabalho altamente relevante, importante, reconhecido pelo Brasil nesta área. Com a palavra, então--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Se me permita dizer, o amigo Eduardo Barbosa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permita. Pouca gente sabe no Brasil, mas o Deputado Eduardo Barbosa e na época Deputado Silas brasileiro foram os dois Deputados, eu era Deputado autor do projeto, mas não viajei como eles viajaram. O Deputado Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro foram os que mais viajaram por todo o Brasil.

Se existe hoje o Estatuto do Idoso e às pessoas se lembram de mim como o projeto original, mas o Brasil todo deve muito ao Deputado Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro. Se os senhores não tivessem feito uma verdadeira cruzada a nível nacional o Estatuto do Idoso não existiria no Brasil, nem todos sabem. V.Exa., como Presidente e o Silas Brasileiro como Relator.

Eu tomo mais uma vez a liberdade de dar uma grande salva de palmas pelo Estatuto, aos senhores dois, me permitam isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Flávio. Bom, em primeiro lugar eu quero, também, cumprimentar mais uma vez a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que tem dado uma visibilidade muito grande para os temas da pessoa com deficiência, além disso, também, conquistas fundamentais no processo legislativo em relação ao tema.

E isso se deve - como foi falado aqui - pela atuação brilhante dos Senadores, que assumiram essa função dentro da Casa, do Senado, e aqui ao meu lado, o meu grande amigo, companheiro, confidente, Senador Flávio Arns. E estamos nessa trajetória há muitos anos e que temos a oportunidade também, inclusive, de compartilhar muitas idéias, aflições angústias e proposições.

O Senador Paulo Paim, é uma das pessoas dentro dessa Casa que realmente valoriza os seus pares, sempre identifica aqueles colegas que estiveram com ele em alguma luta. Eu fico muito feliz, porque ele em todas as oportunidades publicamente, ele faz menção ao trabalho que a gente desenvolve e desenvolve.

Senador Paulo Paim eu também tem muito orgulho de ter sido seu colega, seu companheiro e amigo. Comungo muito com as defesas que você trava dentro do Senado Federal e que já travou dentro da Câmara dos Deputados. Obrigado, pelo carinho de sempre.

Cumprimento aos demais Senadores, Senador José Nery e aos Senadores que estiveram presentes, as entidades que estão aqui, a Consultoria, Assessores, os nossos convidados de Mesa, que assim como foi citado são pessoas que militam há muitos anos. A Aparecida Gugel fala: "Não fala em décadas não, porque essas questões nós não gostamos muito mais de falar delas".

Mas de fato, são pessoas que há muitos anos estão presentes nos debates, discussões, enfrentamentos, proposições e conquistas. Eu acho que nós podemos dizer assim, muitas conquistas nós já tivemos.

Eu vou falar mais da visão daquele que faz um trabalho mais voltado para deficiência intelectual e deficiência múltipla, que é o caso da Federação Nacional das APAEs.

Em primeiro lugar, eu quero dizer para vocês que eu comungo muito com o que a Aparecida Gugel colocou aqui, muitos pontos que eu gostaria de identificar ela fez referência e talvez eu tenha que reforçar.

Todos os dados positivos que nós temos em relação a inclusão no mundo do trabalho, principalmente a partir da Lei de Cotas, ela não é tão bem-sucedida no que se refere à questão do deficiente intelectual. De fato até a própria FEBRABAN mostrou ali, a dificuldade que muitos ambientes de trabalho têm para poder identificar a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, como também, em condição de estar naquelas funções.

E de fato têm algumas questões que são pertinentes à não condição, mas também tem o outro lado que às vezes o próprio ambiente de trabalho não consegue perceber, que aquelas pessoas poderiam estar ali também cumprindo funções importantes. E essa questão é uma questão também pouco aprofundada até pela própria visão da empresa.

Mas dentro do tema que foi proposto à Mesa eu queria fazer referência a duas questões. A questão do percurso educacional é um problema muito sério para pessoa com deficiência e, com a deficiência intelectual e múltipla principalmente.

Nós observamos hoje que tanto no que se refere à educação especial, que já tem uma tradição no País, nós temos hoje tido cada vez mais restrição em

relação ao programa de financiamento para jovens a partir de uma determinada idade.

Hoje a Educação Fundamental é uma garantia para todos inclusive para pessoas com deficiência, isso é um conquista da Constituição Brasileira. Não é conquista da Convenção, não é conquista de legislação mais recente é uma conquista da Constituição de 88. No entanto, quando você reporta a questão do financiamento e do corte de financiamento, você começa a ter restrição da faixa etária.

Então, geralmente, Educação Fundamental é financiada até 14 anos, em alguns Estados e Municípios às vezes em função de legislações próprias, estaduais você consegue, no caso do deficiente intelectual, estender por mais 50% da faixa etária dele ter inserido dentro do sistema, para ele ter direito de acesso à conclusão de Educação Fundamental.

Uma lógica Matemática que é muito viável para planejamento financeiro, mas na prática a pessoa com deficiência intelectual, ela não se encaixa nessa rigidez; que ela vai poder desenvolver o processo de Educação Básica ou de Educação Fundamental, dentro de um período pré-determinado muitas vezes pela legislação.

Então, se hoje uma criança entra com seis anos e sai aos 14, por exemplo, da Educação Básica. Para um deficiente intelectual ou múltiplo, ela poderia ter um *plus* nisso de aceitação para fins de financiamento, no máximo que ela poderia ter é aos 21 anos de idade a conclusão. Só que na nossa lógica de quem lida com a formação dessas pessoas isso não é com essa precisão Matemática, por vários fatores.

Primeiro que, às vezes, nem todos entram na faixa etária de seis anos, então, entram às vezes mais velhos, até por dificuldade de acesso à escola. Segundo, que tem questões inerentes à própria pessoa. O processo de aprendizagem do deficiente intelectual, ele se dá no ritmo diferenciado, por mais que você faça o processo de adaptação, nós precisamos respeitar o ritmo e a condição de cada um deles.

Então, você não consegue inserir esse trabalho dentro desse tempo. Segundo... O meu tempo já está acabando. Em terceiro lugar, nós sabemos também, que hoje toda Ciência está revelando para nós a cada dia, que nós não podemos definir que a pessoa parou de aprender.

Mesmo porque os neurônios eles estão à disposição nossa e eles têm a condição de se acordar em qualquer momento da sua vida, para inclusive, assumir funções de outros neurônios lesados. Então como você previamente, pode dizer para um deficiente intelectual: "Olha, você já está com 21, então nós não podemos mais agora te oferecer Educação Fundamental. Você tem que ir agora para outra coisa, para Educação Profissional ou para o que vier, por que não tem como mais".

Esse é um problema seriíssimo que nós temos. Dentro da lógica de organização do sistema educacional que nós temos hoje, a Educação Profissional, seria alternativa para esse também a partir de 21 anos. Mas cadê o financiamento Senador Paim? Não existe.

Não existe financiamento de Educação Profissional principalmente no nível básico. Não existe. Existe em nível Tecnológico e Superior, nós temos os CEFETs, nós temos às vezes outras escolas que trabalham com essa questão, mas é urgente tentarmos debater e discutir o financiamento da Educação Profissional.

Hoje uma Escola Especial que trabalha com a pessoa com deficiência intelectual, quando ela preenche o senso escolar, ela não tem como nem incluir esse alunado, com essa faixa etária que está na Educação Profissional. Então, você exclui a possibilidade de financiamento. Por isso, que quando você chega lá nas entrevistas na busca desses profissionais para poder estar atuando, ele não teve de fato o processo de acesso à Educação Profissional, principalmente.

Eu estou falando aqui no nível básico, que é o que afeta mais a questão do deficiente intelectual e múltiplo, que com certeza, talvez outros níveis são mais difíceis dele alcançar e que nós precisaríamos ter um grande investimento, no nível de Educação Básica e Educação Profissional.

Então, a capacitação para o trabalho, esse tema é um tema que nós vamos ter que aprofundar e discutir, exigir e forçar. Então, você discute muito processo de inclusão escolar e vou diagnosticar outras situações. Muitos alunos com deficiência intelectual, incluídos, eles passam por um processo de socialização na escola comum, porém quando chegam à Escola de Educação Profissional, às vezes, de uma APAE, por exemplo, eles não adquiriram as habilidades básicas necessárias para serem inseridos na Educação Profissional.

E lá na Educação Profissional, tem que se reiniciar um processo de desenvolvimento de habilidades anteriores que se esperava ter da Educação. Aqui no Distrito Federal é um exemplo disso. Nós avançamos muito no Distrito Federal em relação à educação inclusiva do sistema comum aqui e responsabiliza para tal.

Mas nós temos a APAE aqui no Distrito Federal que trabalha essencialmente, exclusivamente com Educação Profissional, ela recebe o alunato que vem da rede comum. E aí? Analfabeto, sem habilidades básicas necessárias para qualquer trajetória, exigida e necessária para o mundo do trabalho e você já tem que reiniciar já com essa idade.

Então, você vê que nós discutimos muito em termos de perfumaria o processo da qualidade oferecida para esse educando, inclusive no processo de educação inclusiva e esquecemos de acompanhar, monitorar e avaliar de fato a aprendizagem desse indivíduo.

E você iniciar um trabalho na Educação Profissional, que poderia já ter sido realizado anterior, é uma questão inclusive desestimulante para o próprio aluno, para a família, que perde a crença e a fé no seu próprio filho. E nós estamos falando na grande maioria de pessoas pobres, porque quando a gente tem um olhar mais aprofundado sobre os deficientes incluídos, podem ter certeza que esses já são privilegiados, economicamente, socialmente - eu não sei se você tem esse cruzamento de dados lá. Provavelmente são oriundos de classe média, onde a família teve um investimento maior em relação a esse filho.

Agora, no Brasil, a maioria dos deficientes, até em função das causas existentes no Brasil de deficiência são de pobres. E, esses de fato estão muito longe de acessar as vagas disponíveis, pelo próprio processo cultural das suas próprias famílias. Então, a questão da empregabilidade para eles, tem sido cada vez mais complexa.

Agora, em relação à alternativa para o deficiente intelectual. Eu vou dar um exemplo que inclusive com a presença da FEBRABAN aqui, seria interessante a gente abrir até com vocês também do Sistema AS.

Há um ano atrás, há um ano e meio atrás, eu fui procurado por uma empresa de limpeza de minas, em Minas Gerais, eu sou de Minas Gerais e vocês sabem que em minas lá têm muitas. E nós temos uma grande empresa de limpeza de minas e ele estava sendo autuado pelo Ministério do Trabalho, em função do preenchimento de cotas.

Chegou a minha casa, é uma pessoa amiga: "Sr. Eduardo, você tem que mudar essa lei, porque você tem que especificar as empresas que têm condição de preencher. Nós temos uma periculosidade muito grande, porque os nossos funcionários limpam minas. Como é que eu vou colocar pessoas com deficiência lá dentro? Então, você tem que mudar essa lei. E eu vim aqui por que...". E ela estava até ansiosa, porque já tinha sido multada, tinha tido um prazo e ela não conseguiu inserir. Então, eu falei assim: "Calma aí, vamos pensar". Então, você começou a trabalhar com ela novas estratégias.

Desse trabalho apoiado, nós a desafiamos: "Olha, você quer trabalhar com deficiente intelectual, inclusive com grandes comprometimentos? E a gente vai pensar uma alternativa". Então, ela disse: "Vamos lá trabalhar". E foi desenvolvido um projeto para eles: "Olha, você às vezes não pode colocá-lo em mina, mas você pode trabalhar, por exemplo, com plantação de mudas para reflorestamento. Quem sabe a sua empresa cria mais uma alternativa de trabalho, onde você preenche as cotas dentro do cômputo geral dos seus empregados, numa nova atividade que você venha a desenvolver. Inclusive você faz jardinagem também e às vezes eles podem ter um canteiro de mudas, por exemplo, onde eles plantam e vocês fazem jardinagem em alguns lugares ou vendem essas mudas".

Pois bem, esse processo foi desenvolvido de tal forma que hoje a empresa tem um lucro, um *plus* de atividade, absorvendo só deficientes intelectuais com grandes comprometimentos inclusive. E hoje é o orgulho da própria empresa e ela sai anunciando isso para todo mundo, já foi motivo de reportagem aquela coisa toda.

Então, você tem não só ter que olhar naqueles postos de trabalho convencionais que a empresa têm, mas outros tipos de serviços existentes como a venda de prestação de serviço e coisas desse tipo, que poderiam ser não terceirizados, mas aproveitando esses trabalhadores todos esses com carteira assinada.

Às vezes o que a empresa tem que ter de *plus* [soa a campainha] De investimento é um educador ou um Coordenador dessas atividades que acompanhe esse grupo para suas atividades. Então, as alternativas elas existem e a gente tem que pensar caso a caso.

Agora para terminar, cada um desses assuntos é interessante e eu gostaria de citar duas coisas que a Aparecida Gugel colocou. Primeiro que essa questão do BPC e a questão da Interdição, no caso do deficiente intelectual, então, é o que mais nos afeta, com certeza.

A Interdição nós temos que trabalhar para mudança no nosso entendimento do Código Civil, eu acho que é o mais fácil, o mais acessível. E dentro de uma nova concepção que a gente tem como justificativa de qualquer proposta de alteração, hoje você quando intitula ou define que uma pessoa tem deficiência temos que entender que ela pode ter comprometimentos em algumas áreas e, não comprometimentos em outras áreas.

Então, o fato de você requerer uma interdição hoje, faz com que esse indivíduo esteja incapacitado para todas as outras funções e isso no caso da concepção que nós vivemos hoje não procede. Então, a lei é arcaica nisso aí. Senador Paim, eu posso ter uma limitação para deambular, eu posso ter uma limitação intelectual, mas eu não tenho uma limitação para atividade laboratorial, dependente da atividade que me colocam.

Então, você não pode em função de uma lei generalista que te incapacita para tudo e para qualquer

situação, de fato, prosperar qualquer proposta de mudança. Então, nós vamos ter que levar para dentro do próprio Código Civil, alguma coisa essa interpretação: você tem que identificar que tipo de limitação.

E é isso que acontece, a família prefere interditar. Eu até citei um exemplo no nosso Congresso Nacional das APAEs que aconteceu em Vitória o mês passado, que uma mãe chegou perto de mim extremamente triste, porque ela precisava fazer Interdição. Eles já estão idosos, eles são servidores público aposentados e querem ter a garantia para o seu filho de encontrar alguém que possa ter um dinheiro para sustentar seu filho e, com razão qualquer pai tem essa preocupação.

E ela disse: "Tive que fazer a Interdição, Eduardo, a coisa que ele mais gosta na vida é votar. Ele acompanha o processo político. Ele foi à urna de votação e não pode votar, porque a Interdição já cortou o nome dele do processo eleitoral. Ele voltou numa tristeza tremenda".

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Eduardo, dizer que em Canoas eu vi isso. O menino me conhecia, quando me viu me deu um abraço, porque eu fui um dia falar da escola dele, me permita falar nesse momento é exatamente o que você disse.

Depois na saída: "E aí, meu Senador". Eu digo: "O que foi?" Eu vi os olhos dele, me abraçou e estava chorando, porque não pôde votar.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Então...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não deixaram ele votar!

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Pois é.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não outras...

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Não outras. Então, essa questão é uma questão que nós temos que debruçar sim. E a questão do BPC, a Priscila Gugel já colocou muito bem, nós temos que avançar porque as famílias não querem perder benefício. Se eu fosse pobre e miserável, eu não queria perder também não.

A gente precisa se colocar nessa situação, entre alguma coisa que me dê alguma garantia de alimento e outra que é possível e poderá ter eu vou ficar com o que é possível, com o que é real. Então, nós precisamos flexibilizar essa situação.

Mas por último uma coisinha. Eu só queria colocar mais um ponto de interrogação na cabeça de todos vocês. Lutamos para isso. Eu apresentei os pontos de estrangulamento na minha ótica, completando, talvez ou colocando mais alguma coisa que não tinha sido citado anteriormente, mas eu quero também colocar uma outra lógica.

A pessoa com deficiência intelectual e a gente relacionando com elas, elas são muito interessantes porque ela traz também linhas de pensamento totalmente diferenciada do convencional e, a gente tem que aprender com eles.

A gente colocou como uma lógica para todas as pessoas, inclusive para todas às pessoas com deficiência, que é o trabalho que enobrece e que é o trabalho a única forma de fazer com que a pessoa de fato, seja feliz, participativa e inclusiva. Muitos deficientes intelectuais não colocam na sua trajetória de vida a questão do trabalho e a gente também tem que respeitar.

Isso não significa para ele, às vezes, qualidade de vida e que essa é a visão de mundo que ele acha que tem que perseguir. Certo? E é muito importante a gente pensar sobre isto, porque fala-se no processo: temos que ter a terminalidade da Educação, temos que oferecer isso. Agora, a gente tem que perguntar, porque o deficiente intelectual nem todos estão a fim do trabalho.

E esse conceito de cultura de trabalho é de um mundo capitalista que nós vivemos. Então, a gente também numa lógica de pensamento que eles têm que é diferenciada às vezes do comum, do convencional, a gente respeitar também. Não necessariamente ele para ser incluído respeitado e identificado, tem que estar inserido no mundo do trabalho, quando é uma coisa que às vezes é muito distante até do seu próprio desejo.

E por último, agora acabando mesmo, é a questão da cultura da empresa. A cultura da empresa, a ética da empresa nós não abordamos. A gente aborda a questão da qualificação profissional, ele tem que estar preparado para o posto de trabalho, para a função específica. Mas a ética da empresa em relação principalmente ao deficiente intelectual e múltiplo, ela tem que ser toda reformulada. Por quê?

O deficiente intelectual ele traz em si características que são próprias e que a gente não pode negá-las. Ingenuidade, sim. Eles são ingênuos sim, em muitos aspectos. Em outros muito espertos, mas em alguns aspectos muito. Eu já citei um exemplo numa palestra que eu dei. Olha, eu tenho um deficiente intelectual que certo dia ele com fome, ele foi à gaveta da chefe dele, sabia que tinha um dinheiro guardado num envelope. Foi lá tirou e foi comer.

Lógico que a chefe assim que abriu a gaveta, descobriu que tinha sido mexido o dinheiro. A causa é uma questão gravíssima, demissão sumária um funcionário que viola ainda um envelope da chefe, para

tirar um dinheiro. Certo? A ética nossa predomina dessa forma.

Chamando o rapaz, dizendo e apertando, ele. Ele na mesma falou, assim: "Fui eu mesmo". - "Mas por que você fez isso?" – "Porque minha mãe não me deu dinheiro hoje para eu vir, eu estava com fome. E aquele dinheiro nós juntamos para poder na sexta-feira fazer um lanche. Eu estava com fome era hoje, fui lá e peguei". Eu falei, assim: "Bom, está certo. Tá certo. Mas vamos dizer, se a empregada da sua mãe fizesse isso, o que ela ia fazer?" – "Ia mandar embora". – "Então, está bom. E o que eu devo fazer com você?". – "Não, não me manda embora hoje não, porque o meu aniversário é sábado. Se minha mãe souber disso, não vai ter festa no meu aniversário".

Então, olha uma lógica que o mais sério para ele nem era perder emprego naquele momento, era perder a festa de aniversário, se a mãe soubesse de um fato como esse. Então como lidar com isso, dentro de uma ética hoje das empresas que são padronizadas, que elas não estabelecem novas regras flexibilizadas em relação à característica do indivíduo.

Eu acho que esse tema também a gente prepara muito pouco às empresas e elas não estão abertas também a rever esse processo ético interno, para poder facilitar o acesso e a permanência desse trabalhador. Desculpe o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agora está funcionando o microfone. Eu quero destacar o papel importante, porque quando nós falamos empregabilidade da pessoa com deficiência ou inserção no mundo do trabalho, inclusão a gente tem que pensar assim: Pessoa com deficiência, físico, paralisado cerebral, visual, auditivo, intelectual, altista, múltiplo, distúrbio de comportamento, transtorno global, de desenvolvimento, altista que já mencionei, surdo, cegueira.

Quer dizer é um universo extremamente variado e com perspectiva a ser refletida por aquilo que o Deputado Eduardo Barbosa, Presidente Nacional das APAEs, colocou. Eu só quero destacar que muitos aspectos importantes e necessários foram levantados no dia de hoje, não é Senador Paulo Paim? E que nós temos que ter desdobramentos disso.

Eu quero até propor para a Comissão de Valorização, de Organização que nós nos debrucemos com a participação dos que estão aqui presentes e já fazendo, antecipando o convite, para o Eduardo e para todos. Para nos debruçarmos como Senado, como sociedade, como instituições, como Câmara, no decorrer do ano que vem, para que no ano que vem nós possamos apresentar as soluções para aquilo que foi levantado no dia de hoje.

Porque não adianta no ano que vem a gente voltar a discutir para porque é BPC, porque é a Interdição, porque é isso e porque é aquilo. Quer dizer o compromisso, eu diria que temos que assumir é diante destas necessidades, o caminho que foi percorrido para chegar às soluções sejam legais, sejam de outra natureza.

Eu quero convidar o Senador Paulo Paim para continuar presidindo, eu faço questão disto, porque inclusive esta Audiência Pública, iniciativa conjunta com a CDH, que é a Comissão de Direitos Humanos. Ele é Presidente, e faço questão assim, que como Presidente da Comissão, inclusive presida o término dessa reunião.

Então, eu gostaria de convidar V.Exa. para que assuma aqui o local.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu estou entendendo mais uma vez sua grandeza, mas V.Exa. está presidindo, eu estou no Plenário. Nós vamos agora nesse momento com certeza para as considerações finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E faço questão que V. Exª. esteja aqui, nesse local.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que ele é o meu chefe.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas ao mesmo tempo, enquanto isto, passar a palavra para o grande amigo da área que é o Marcos Frota, que deveria inclusive estar aqui na mesa também, sempre é uma questão de agenda.

Mas apesar de estar no Plenário e não estar aqui na mesa, eu gostaria de passar a palavra vocês, para que faça as considerações também.

SR. MARCOS FROTA: Bem, rapidamente. Eu queria dizer que eu concordo com o Deputado, com essa questão de que se discute muito a questão da dignidade da pessoa com deficiência através do emprego, da empregabilidade e essa questão toda, mas muitos não vieram realmente para produzir e nem para trabalhar.

Na minha opinião e na minha ótica, são verdadeiros anjos que vieram até com uma missão espiritual de resgate, de compreensão de ternura, de amor a toda uma sociedade que precisa, realmente, olhar a vida também por esse lado. Exigir dele que trabalhe, que produza, está distante da missão que eles vieram cumprir.

Agora, eu queria deixar aqui duas ou três sugestões que a meu ver precisam ser pontuadas numa Comissão como essa. O Brasil se prepara para estar lado a lado com as grandes nações discutindo o futuro

da humanidade, sem dúvida nenhuma. A questão da inclusão das pessoas com deficiência no nosso País, pode trazer ao Brasil um respeito muito grande nesse momento que o Brasil passa a sentar à mesa e discutir os passos do homem.

Nesse sentido todos os esforços são bem-vindos. É importante destacar sempre a contribuição que a inclusão traz. A gente está sempre preocupado com os trabalhos a ver daqui para lá, mas esquece de valorizar e pontuar sempre o quanto a empresa ou a escola, ou a prática esportiva, ou no meu caso, a atividade artística ganha quando abre espaço efetivo para participação das pessoas com deficiência, ou seja, abençoada seja a escola que trabalha a questão da inclusão com continuidade.

Feliz é a empresa que consegue caminhar em direção a cota e consegue realmente colocá-lo nos seus quadros, você acaba com a picuinha, acaba com a fofoca, com a competição desleal, coloca num ambiente de trabalho um outro clima de respeito, que é capaz de iluminar todas as outras áreas.

Agora, o Brasil é um País muito grande e essa questão, esse segmento, essa causa, precisa de notícias positivas o tempo inteiro, porque a gente trabalha o principal com a questão da auto-estima. E eu vejo muito pouca mobilização no sentido da comunicação dos avanços que a gente tem conseguido.

Por exemplo, hoje aqui em Brasília está acontecendo a 2ª Conferência Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência, a sociedade de Brasília toda está organizada e representada aqui na nossa capital. A última Conferência foi em 2006, estamos em 2008, triplicando o número de participantes de questões, de reivindicação e de conquistas.

2008 é um ano significativo para a nossa causa, o Congresso Nacional ratificou a Carta e coloca a pessoa com deficiência na Constituição agora, isso pouca gente sabe. O ano passado eu estive aqui nessa Comissão e deixei uma sugestão, de que mobilizasse grandes empresas. Principalmente as grandes empresas de comunicação que vive em parceria, em sintonia permanente com os bancos, com as grandes montadoras, enfim, com os grandes geradores de renda do nosso País, para pensar num trabalho constante de comunicação.

Que o Brasil inteiro soubesse das nossas conquistas, que as crianças, que os jovens das regiões mais distantes tivessem informações sobre isso. E que saíssem às ruas, a única maneira desse movimento realmente avançar é que as pessoas saiam às ruas e constranjam e dialogue com a sociedade e até em certos momentos em situações constrangedoras, como a questão da acessibilidade em ambientes públicos de lazer, de entretenimento.

Eu me lembro de um garoto aqui em Brasília que chegou numa boate, que queria participar junto com seus amigos e a boate não estava preparada para recebê-lo, ele com muita calma, com muita tranqüilidade gerou uma polêmica enorme ali. Gerou em questão de mídia, porque a mídia também se alimenta dessas questões, desses ambientes, dessas situações polêmicas e imediatamente começou a se entender da importância de que todos os projetos, aprovados para a área do entretenimento e lazer abrisse um olhar definitivo sobre essa questão da acessibilidade.

Então, o deficiente que não se expõe, não se impõe. E um projeto de comunicação nacional divulgando isso, dá coragem para que cada família, para que cada um individualmente saía das suas casas e coloquem-se como cidadãos plenos de todos os direitos e ávidos de necessidade de participação.

Então, há necessidade de um projeto de comunicação. Que a gente pontue um dia, uma época, um motivo qualquer, mas que se mobilizem grandes forças econômicas desse País, para que a gente possa divulgar cada vez mais a necessidade de cidadania plena; e como são bem-vindos espiritualmente, quase 25 milhões de brasileiros com a algum tipo de deficiência física ou mental.

A questão da comunicação é essencial.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A melhor forma de sintetizar é dizer: Valeu. Valeu sempre ouvir o Marcos Frota, ele tem sido sem sombra de dúvida, um símbolo quase desse grande movimento que envolve a todo o povo brasileiro, porque a todos interessa esse debate com certeza absoluta.

Eu queria passar a palavra nesse momento também para o Dr. Paulo Brandão, ele está aqui com toda a sua equipe. Gostaríamos de ouvir também sua opinião sobre esse tema, ele que coordena uma equipe aqui no PRODASEN que atua nessa área.

SR. PAULO BRANDÃO: Bom dia a todos. Bom, para aqueles não me vêem, meu nome é Paulo Brandão, eu sou deficiente visual, a minha deficiência é total congênita e irreversível. Felizmente irreversível.

E eu digo felizmente primeiro pela disposição que eu tive desde o princípio, de encarar a minha deficiência como algo além de permanente, algo desafiador. Eu nasci com essa disposição, nasci com a deficiência visual e com a eficiência da disposição.

E quando eu decidi que eu encararia a minha deficiência dessa forma, eu decidi, também, que eu não permitiria - que a sociedade enquanto organização pluri e uma organização, também, cheia das suas deficiências. Eu decidi que eu não permitiria que a sociedade me impusesse suas vontades e suas preferências. Certo?

Eu falo isso do fundo do coração, falo isso me lembrando de um depoimento que mais me emocionou, apesar de todas as valiosas contribuições apresentadas por todos os debatedores, presentes. Mas o depoimento que mais me emocionou aqui, e me emocionou de verdade, quem viu o meu rosto naquele momento pôde perceber, foi o depoimento do meu irmão Eduardo. O Eduardo me tocou com suas palavras.

Eduardo, uma pessoa que lembra muito a minha infância, o meu período preparatório para a vida. E o Eduardo tem um sonho, sobre o sonho eu quero falar alguma coisa ao final da minha fala.

Então, ao longo da minha infância eu pude perceber que a resistência da sociedade ela é vencida pelo esforço, pela disposição do portador de deficiência em rompê-la [soa a campainha]. E essa disposição, ela não se faz apenas com gritos, com rompantes, enfim, não é assim que se quebra essa resistência.

A resistência da sociedade ela pode ser vencida através do diálogo e de ações fortes de ações concretas, no sentido de provar para si mesmo e não para a sociedade a sua capacidade. A sociedade ela tem suas ocupações, a sociedade ela não pára para contemplar a dificuldade do portador de deficiência.

Ela tem suas demandas, ela tem suas preocupações constantes. E, não vamos esperar, nós portadores de deficiência que a sociedade se reúna para solucionar os nossos problemas, os nossos problemas são os nossos problemas.

E então, eu chamo a atenção para esse ponto. Me preocupa muito quando eu vejo a sociedade se organizar para debater os problemas do portador de deficiência e, percebo que há vontade desse grupo de pessoas não é sequer perscrutada, não é avaliada, não é sondada, não é ouvida. Não é o caso, absolutamente não é o caso, do Congresso Nacional.

Aqui as idéias são colocadas, são postas, debatidas, haja vista um exemplo muito eminente, a questão do Estatuto do Portador de Deficiência que é um documento que está sendo gestado e está sendo debatido por todas as camadas sociais, interessadas.

Então eu excluo dessa lista o Congresso Nacional, felizmente traz ao debate e chama os interessados a participar das decisões que irão gerir os seus destinos. Mas eu falo de uma camada da sociedade composta por muitos pretensos defensores das camadas minoritárias, que tomam decisões fechadas em gabinetes que vão atingir e vão afetar a vida de milhares de pessoas com vidas, com vivências completamente diferentes daqueles que estão decidindo naquele momento.

Então, nós tivemos aqui a presença de um representante da FEBRABAN e achei muito interessante quando ele fala a respeito do despreparo mesmo, de alguns e da grande maioria de nós para assumir os postos de trabalho que são colocados à disposição, isso é fruto a meu ver de dois fatores fundamentais.

Primeiro, a inércia da maioria de nós em buscar a nossa capacitação e romper esse clico muito danoso que é a falta da empregabilidade, a ausência da empregabilidade em função da ausência da capacitação.

Em segundo lugar, pelo patrocínio de certas ações que acabam empurrando para o ostracismo pessoas com capacidade enorme, com capacidade inegável, mas que se vêem tentadas a partirem para o ostracismo, em função desse tipo de iniciativa que acaba como disse, fazendo com que ele se recolha e se acomode.

Então, eu quero falar, eu quero voltar ao assunto do Eduardo, que me chamou muito a atenção aqui. Eduardo, eu digo a você, jamais abra mão do seu sonho, jamais. Jamais. Se você pretende ser um jornalista trabalhador de uma emissora de rádio, bata às portas a emissora, ofereça o seu trabalho e exija dentro da sua condição de jornalista profissional, o seu espaço. Exija, não peça. Não peça.

A sociedade não vai lhe dar nada se você pedir, nós não estamos aqui para mendigar, nós estamos aqui para exigir. Nós somos cidadãos, pagadores de impostos, cidadãos reconhecidos legalmente, cidadãos de fato e de direito. Não peça, não mendigue. Você é um profissional da área de jornalismo com toda a capacidade que você já provou e vai provar, vai poder demonstrar isso na prática. Se esse é o seu sonho, vá em frente persista.

Jamais admita que alguém com um simples não, sabe? Por ignorância, por falta de motivação ou por qualquer outro motivo, alguém lhe diga um não e lhe feche uma porta. Se ele fechou aquela porta, prejuízo para ele, o veículo de comunicação dele é que vai ter o grande prejuízo de não poder contar com a sua força de trabalho. Entende?

É assim que nós temos que ver, não é colocando as coisas... Não é puxando as coisas, não é puxando para o lado do paternalismo que nós vamos resolver o nosso problema. O País é um País rico em oportunidades. Se você bater todas as rádios de Porto Alegre e nenhuma delas abrir a porta para você, monte a sua rádio Eduardo.

SR. EDUARDO PURPER: Ah, mas elas vão abrir, pode ter certeza que alguma rádio vai abrir.

SR. PAULO BRANDÃO: E se elas não abrirem vamos montar, monte a sua. Monte a sua e concorra com elas, quebre as emissoras que não lhe deram essa oportunidade, então, concorra com elas. O prejuízo é delas. Certo?

Me perdoe o desabafo, mas é preciso que alguém diga isso, eu acho que uma Audiência Pública dessas, ela tem que ter rica em idéias e o debate ele se enriquece, justamente pela diversidade. Eu acho que nós já tivemos aqui—

SR. EDUARDO PURPER: E, se o--

SR. PAULO BRANDÃO: Perdão, só um minutinho, Eduardo. Mas eu acho que nós já tivemos aqui ponderações extremamente profundas, reflexões fundamentadas, nós precisamos ter um momento da emoção também aqui.

A emoção não foi tratada nesse momento, o deficiente de um modo geral ele é uma pessoa, ele é um ser humano. Ele se revolta, ele tem mágoa também, ele alegra, entende? E isso tudo tem que ser visto... Aquela questão que o Deputado Eduardo colocou que o deficiente intelectual, a pessoa com limitação intelectual ela encara o mundo de outra maneira.

Não prego aqui que nós tenhamos essa diversidade no cotidiano, mas eu digo o seguinte, nós temos que fazer valer, nós vemos que fazer valer o nosso profissionalismo. Não é uma questão da sociedade se colocar como na condição de poder: "Não, vamos dar oportunidade a essas pessoas. Elas precisam de oportunidade".

Como se oportunidade fosse um privilégio da sociedade não portadora de deficiência: "Eu enxergo, eu ando, eu me locomovo, eu sou perfeito. Então, eu é que tenho que lhe dar oportunidade". Negativo. Negativo, eu posso sendo um empresário, dar uma oportunidade de trabalho para qualquer outra pessoa.

Eu sou um empregador também, eu tenho empregada doméstica, eu tenho motorista, eu tenho servidores também. Eu dou oportunidade para pessoas... Eu não emprego nenhum deficiente atualmente, mas posso vir a empregar, enquanto isso, eu escolho as pessoas normais que trabalham para mim. Então eu não estou pedindo à sociedade que me dê oportunidade. Pelo contrário eu posso dar, eu posso proporcionar oportunidades a essa sociedade.

E é assim que tem que ser visto uma via da mão dupla, a sociedade somos nós. Não vamos nos colocar em campos opostos, deficientes visuais de um lado, sociedade de outro. A sociedade detentora dos meios de produção e, nos oferece, eventualmente, por compaixão ou para cumprir a legislação, uma certa oportunidade e geralmente para postos bastante modestos dentro das suas empresas.

Não é assim que vai funcionar. Eu só acredito numa mudança de paradigma, na visão e na condição do portador de deficiência nesse País, quando nós estivermos discutindo juntos e trocando oportunidades. Eu não quero oportunidades da sociedade, eu quero trocar oportunidades com essa sociedade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra nesse momento ao Eduardo Barbosa, porque ele vai ter que sair, Eduardo. Em seguida eu vou passar para que o Eduardo possa fazer o debate, que eu acho que está [soa a campainha] no alto nível.

Por isso eu peço ao Eduardo Barbosa, o nosso Deputado, que vai ter que sair nesse momento. Em seguida, a palavra ao Eduardo jornalista, a palavra vai para você, está bem, Eduardo? Eduardo Barbosa, por favor.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Obrigado, Senador. Bom, eu vou fazer minhas considerações finais, porque como o Senador colocou a minha hora, agora realmente eu não consigo ficar mais, porque eu tenho compromissos na Câmara, nesse momento.

Eu só gostaria de dizer que a Federação Nacional das APAEs, ela desenvolve um programa de autodefensoria, onde nós trabalhamos desde que lidamos com aquela criança que chega até nós com deficiência, nessa visão plena de autogestão em primeiro lugar, onde ela possa desenvolver todas as habilidades para gerir aquilo que de fato é importante, interessante que ela deseja para a sua vida.

E que também ao longo desse processo de trabalho de cidadania de autogestão, ela possa também ser auto-defensora ou ser porta voz dos seus desejos e aspirações para toda a sociedade, representando às vezes até outros colegas ou outras pessoas com deficiência intelectual.

E é um programa extremamente bem-sucedido, onde inclusive hoje no CONADE, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nós temos, ocupando a vaga da Federação Nacional das APAEs, não mais um pai, um amigo, mas uma pessoa com deficiência que atingiu inclusive essa condição de auto-defensor.

Hoje ele está inclusive na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência e ontem, inclusive, ele conseguiu aprovar uma moção na Plenária de interesse de todas as pessoas com deficiência, principalmente as deficiências intelectuais e múltiplas.

Mas o mais importante que eu queria que eles no último Fórum que foi realizado deles com representantes do todo o Brasil, no que se refere ao trabalho eles apontaram para nós duas questões que merecem reflexão.

Primeiro que eles, não só percebem a dificuldade da inserção deles no mundo do trabalho, e eles pedem para que na Lei de Cotas pudesse ter o percentual específico para o deficiente intelectual, porque ele vê que eles não conseguem disputar com os outros. Porque a empresa ela tem que contratar o deficiente, então o deficiente intelectual fica sendo a última alternativa e opção.

Então é um pleito deles que a gente tem que trazer para a discussão, vindo deles. E a segunda coisa, eles pedem - isso é até mais interessante Aparecida - porque eles pedem uma jornada de trabalho menor. Eles acham que eles têm necessidade de ter um espaço para educação continuada que favorece... Lógico que a educação continuada, eu estou colocando na terminologia nossa, mas não foi assim que eles apresentaram.

Eles acham que eles precisam ter uma jornada de quatro horas, mas continuar a ter um período com disponibilidade para estudar, que só isso que faz a eles ter a garantia de permanência no mercado de trabalho.

Então com essas duas considerações vindas deles, eu gostaria de encerrar aqui a minha participação cumprimentar os meus pares da Mesa, agradecer mais uma vez a oportunidade, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, a Presidência agradece ao Deputado Eduardo Barbosa, brilhante como sempre.

Eu tenho alegria de dizer que estive com ele na Câmara durante alguns mandatos, ele lá foi o meu Professor. Eu digo isso com carinho, porque eu vim da área sindical, entendia muito lá de direitos dos trabalhadores, enfim, mas essa área, sem sombra de dúvida o Eduardo foi um mestre.

Muito obrigado por saber que no mundo existem pessoas iguais a você, Deputado Eduardo. Valeu.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra como eu havia prometido, agora, para que o jornalista Eduardo Purper, faça... Eduardo, você faz suas considerações e pode já fazer o seu encerramento, para você concluir.

SR. EDUARDO PURPER: Muito obrigado, Senador. Gostaria de dizer que concordo em gênero... Primeiro agradecer ao Dr. Paulo Brandão, que é isso aí mesmo. E eu acho que eu e todos os deficientes que estão formados ou não, ou aqueles que querem chegar a uma faculdade, eles são profissionais, eles não são deficientes, por isso a Lei de Cotas é muito bom.

Eu não quero dizer que a Lei de Cotas veio para atrapalhar, mas a Lei de Cotas ela tem os dois lados, ela tem aquele lado do empresário que está contratando só para preencher a cota sim, e isso nós não podemos deixar que isso aconteça, nós temos que valorizar o deficiente.

Eu quero, por favor, que não seja uma semana, que seja o ano inteiro. Quer dizer a mídia só olha para nós - e aí vem a crítica da mídia e tenho toda a autoridade para fazer, porque em 2009 eu estou me formando, a mídia só olha para nós quando é o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. Não.

Ela tem que olhar para nós sempre e não para o Eduardo deficiente ou para o Dr. Paulo, Brandão deficiente ou para os demais deficientes, mas têm que encarar as pessoas como pessoas, não como deficientes. Deficiência é uma disfunção do corpo, como diz a Dona da clínica onde eu faço fisioterapia, mas nós podemos e somos eficientes.

E o Dr. Paulo Brandão, pode ter certeza, que eu vou exigir e vou conseguir como cidadão de Londrina, que sei que tem um cadeirante que fez Copa do Mundo. E o meu sonho é trabalhar com jornalismo e jornalismo esportivo em rádio e eu vou ser um dos maiores jornalistas do Estado do Rio Grande do Sul e quem sabe do País.

Eu espero ser reconhecido e eu quero fazer um agradecimento primeiro à minha família, que eu sem eles não seria nada. E segundo ao meu amigo e quase irmão chamado Alexandre Paes, que tem me apoiado nesses dias, se não fosse por ele eu não tinha saído naquele vídeo do Jornal Nacional.

Muito obrigado, Alex, eu te considero pra caramba e tu sabe disso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como disse aqui o Brandão, a emoção também toma conta da gente, não é? E numa fala essa como fez aqui, agora, o nosso amigo jornalista Eduardo Purper, com certeza absoluta, a emoção mexe com a gente.

Pode saber Eduardo, que aqui nessa mesa eu sei que você fala como cidadão brasileiro, por todo o nosso povo, mas eu como gaúcho e aí vem o meu bairrismo e tu sabe não é, Eduardo, que nós somos um pouco bairrista. Eu como gaúcho, eu ia dizer como gaúcho, que o povo gaúcho se sente em você com muito orgulho a nossa representação de gaúcho e brasileiro. Palmas para você Eduardo, você merece.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento à Sra. Loni Elisete Manica, especialista em Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, para suas considerações finais.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Como gaúcha também eu me sinto super orgulhosa de estar nessa mesa aqui, lembrando aqui que nós temos outros parceiros gaúchos, ainda mais com a vitória do Internacional. Uma pausa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vi, pegou agora.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Agradeço realmente a nossa participação, eu vou só lembrar de uma pesquisa que nós fizemos em 2007, foi a primeira pesquisa de egressos feita pela nossa Unidade de Pesquisas do SENAI e que mostrou que das pessoas que nós tínhamos qualificado 55% já estavam no mercado de trabalho.

E que desses 55% mais de 75%, são pessoas que estão trabalhando em posto de trabalhos que foram treinadas e capacitadas pelo SENAI. Isso é um número bastante significativo para nós e achei importante relatar aqui no final.

Também compactuo com o Dr. Eduardo, pena que ele saiu, sobre a questão do tempo. Eu me preocupo um pouco quando nós fechamos uma aprendizagem ou uma capacitação, para o deficiente intelectual que tem suas peculiaridades e tem um tempo próprio na aprendizagem.

Lembrar também que nós temos o nosso site acessível pedir, desculpas às pessoas cegas que eu não disse o site, mas vou dizer agora é: WWW.DN.SENAI/PSAI... Desculpa, SENAI.BR/PSAI. Ele é totalmente acessível e os cegos também pode navegar para conhecer o nosso trabalho.

Agora, finalmente, eu quero ratificar aqui o nosso convite. A SNI ficou extremamente honrada de poder estar aqui debatendo esse tema. E, pelas Confederações eu posso dizer que foi muito importante essa participação nessa mesa, onde nós temos a empresa privada, onde nós temos órgãos do Governo e pessoas como o Eduardo, aqui mostrando que realmente se pode acreditar nessas pessoas.

O empresariado como um todo está trabalhando e está acreditando colocando essas pessoas não é por conta... Que nós tínhamos em 2004, só em São Paulo em torno de 600 e poucas carteiras formalmente assinadas com pessoas deficientes. Hoje quando eu falei que nós tínhamos mais de 50 mil, me disseram: "Não, nós temos mais de 80 mil desde o início do programa".

Então isso é um ganho realmente para o Brasil, o Brasil todo ganhou com a questão da inclusão. E eu acredito que o empresário como um todo ele também não quer excluir, ele quer essa participação também nessa sua empresa. A única coisa que nós pedimos é que se pense as questões dos ganhos reais dentro de uma empresa, que o empresário também participa de uma sociedade que também tem impostos, que também tem suas obrigações e que ele também precisa nessa situação de um apoio em devidos momentos até para entender, como uma pesquisa revelou nos Estados Unidos que cada 1% que se aplica num deficiente dentro de uma empresa ele retorna 11%.

Inclusive essas questões que o Marcos Frota colocou muito claramente, mas isso muitas vezes não chega até o empresário de que forma ele vai ganhar esses 11%. Então, talvez tenhamos que pensar também em formas, em alternativas que venham ao encontro de uma empresa mais flexível e ainda mais inclusiva, mas tendo a certeza que as Confederações estão unidas em prol desse atendimento.

Eu olho para Maria Aparecida, porque eu sei que ela é atuante na fiscalização. E eu tenho certeza que ela também percebe claramente o avanço das empresas e das Confederações nesse trabalho de capacitação e de inclusão no mercado de trabalho.

Eu finalizo parabenizando Eduardo, não é só porque eu sou gaúcha que eu tenho orgulho de você. Eu tenho orgulho de você porque eu convivo com pessoas deficientes, sei que vocês podem. No momento em que vocês e empresários e a sociedade, acreditarem e focar no potencial dessas pessoas eu não tenho dúvidas que vão trazer muitas contribuições, porque se focar naquilo que nós temos de limitação, isso é geral.

Se focar naquilo que eu tenho de limitação, talvez, aqui eu não poderia nem estar então é importante focar no que a pessoa tem como potencial e focar naquilo que você tem como eficiente Eduardo. Eu gostei muito da sua fala, me emocionou e parabenizo você por estar aqui conosco nessa mesa.

Eu vou sair mais revigorada com a certeza de que basta querer e basta, realmente, lutar pelo seu espaço porque vocês têm muita competência e muito a contribuir com o Brasil. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As suas palavras que com certeza o Brasil todo está ouvindo, vendo e esse otimismo que vocês dois passaram para todos nós aqui, demonstra que àqueles que pensam assim são vencedores.

Eu sei que é quase que uma frase carimbada, mas eu insisto em dizer ela, alguns dizem: "Ah, Paim não é bem assim, mas eu insisto. Eu gosto dela". Eu

sempre digo que o pessimista ele é um derrotado por antecipação. E um otimista ele é sempre um vencedor, sempre um vencedor.

Olha, esses dias eu percebi um poema de um Padre, Padre Anchieta e no fim do poema, ele dizia o seguinte: "Paim, essa luta dos aposentados que tu tá travando, independente do resultado já é luta de um vencedor". Eu achei isso lindo. Não importa para mim. Importa para todos aqueles que acreditam nos idosos, nos deficientes, nos discriminados.

Em todo o nosso povo brasileiro, porque só travar a luta já é uma experiência magnífica, porque a causa é justa. E é isso que nós estamos aqui nesse momento trabalhando, para que haja efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Todos nós estamos fazendo a sua parte.

E é com esse otimismo que eu passo a palavra nesse momento ao Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, por favor.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Bom, eu vou simplificar Senador, porque na verdade, eu acho que quase tudo já foi dito, não é? E efetivamente eu faço minhas, vou me apropriar do que foi dito e dizer que nós estamos juntos nessa história toda.

Tem uma ou duas coisas que eu acho que é importante ressaltar. A primeira é que efetivamente quando nós começamos a fazer esse trabalho, que nós começamos as pesquisas e tivemos esse cuidado, nós tivemos muitas surpresas de como essas pessoas - hoje as pessoas com deficiência entendem a vida, como elas encaram e como elas esperam ser tratadas e é surpreendente.

Naquele momento para nós foi revelador. Esse é um ponto extremamente relevante nesse processo. Realmente a questão de oportunidades são pessoas que fazem parte da vida, fazem parte da cidadania, enfim e nós precisamos delas e nós todos estamos juntos nesse mesmo barco.

Eu acho que uma segunda coisa, é que um trabalho dessa natureza ele nunca é unilateral, ele é mais do que multilateral multifacetado. Nós temos tido experiências muito boas, não só dentro dos bancos, mas junto à CONTRAF, junto a CUT, junto aos diversos Fóruns que a gente tem, tanto da sociedade civil, organizada como a sociedade política, empresas inclusive. E essa troca é muito rica com as Universidades, é muito interessante o aprendizado que a gente tem disso.

E finalmente dizer que nós temos também que reconhecer o papel muito importante que tem ajudado muito, pelo menos ao setor bancário do próprio Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho tem nos apoiado e tem nos ajudado muito.

A OIT, a CONTRAF, CUT, entidades como a CERT Social, o próprio IPEA, enfim, diversas entidades, empresas, pessoas e organizações, que têm se disposto a discutir o assunto, trazer sugestões e a gente definitivamente não há qualquer arrependimento, quando se vai, se abre, se discute e participa.

Eu acho que essa é a minha mensagem final, a mensagem final da FEBRABAN de participação de compartilhamento desse aprendizado e compartilhamento das iniciativas, nós vamos continuar o trabalho. O trabalho para nós é fundamental, nós temos o convencimento absoluto e total que empresas sadias só têm razão de ser em sociedades sadias.

Nós só evoluímos se evoluirmos juntos, não existe essa coisa de chegar na frente e o resto ficar atrás, porque não vai funcionar. Essa é a nossa mensagem final e a nossa crença. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Dr. Mário, eu também não quero falar muito e vamos encerrar, mas sabe quando a gente... Eu trabalhava na fabrica, quando a gente lembrava banco, a gente lembra sempre juros, como é que eu vou fazer e como é que eu vou pagar.

Mas como é bom a gente estar numa mesa hoje como essa, onde vê o representante dos bancos aqui, V.Exa. com a maior tranqüilidade, mostrando a sua responsabilidade social. Essa responsabilidade que todos nós temos com o social e participando dessa política de integração o que eu sempre digo: a luta contra as discriminações, não é só dizer uma política de igualdade, a gente fala também de oportunidades.

Às pessoas só precisam - e foram muito claros todos aqui - só precisam de oportunidades para mostrar as áreas em que elas são eficientes. A senhora Loni foi feliz também quando ela disse qualquer um de nós aqui na mesa, se explorarem as minhas deficiências me mandem para casa.

Talvez se explorarem meu espírito de luta, a minha tenacidade eu acho que vou bem. Então, vamos explorar essa área não é? Por isso eu quero lhe cumprimentar com muito carinho aqui, pela responsabilidade que os bancos estão demonstrando principalmente nessa área. E eu iria mais além.

Hoje o sistema de bancos, eu estive ontem com o Frei Davi, o senhor o conhece? Estão abrindo inúmeras oportunidades para a comunidade negra que até algum tempo não tinham essas oportunidades sem Lei de Cotas, mas eles estão já participando e ele me dizia que os números são gratificantes, meu cumprimento bem avançados nessa área.

Então é com alegria que eu passo para a o encerramento à Dra. Maria Aparecida Gugel, Sub-Procuradora do trabalho.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Bem, então encerrando mais uma vez o agradecimento e dizer que aprendi bastante, porque há alguns anos não vou dizer quantos - porque a gente está tentando fugir desses tantos anos.

Nós discutíamos e iniciávamos a discussão da inserção da pessoa com deficiência no trabalho e nós falávamos entre nós, nós não ouvíamos as pessoas com deficiência. Então hoje e é isso que me move a mim como pessoa, a minha Instituição e ao meu voluntariado, dizer que hoje nós caminhamos com as pessoas com deficiência para essa inclusão, ouvindo-as respeitando-as.

Gostaria de dizer aqui Senador, porque o senhor está sentado aqui, estava ali eu comecei a pensar me inspira. Nós precisamos pensar na pessoa com deficiência que está envelhecendo. Nós temos hoje, uma comunidade principalmente de pessoas com deficiência intelectual que estão envelhecendo e que precisa urgentemente, o Senador Eduardo Barbosa não está aqui, mas eu sei que ele me daria razão em lembrar, precisamos urgentemente aprimorar as nossas leis nesse sentido.

Mais em relação a pessoa com deficiência, precisamos pensar na questão da aposentadoria da pessoa com deficiência que está envelhecendo. Essa nossa sociedade só mostrará sua evolução pelo aprimoramento do seu pensamento, que estará sempre refletido nas leis. O fato social está aí e as nossas leis precisam ser aperfeiçoadas.

Então, deixo aqui o meu apelo para a retomada urgente do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu sei que não está nessa Casa, mas está na Casa aqui ao lado, sei da sua luta do seu comprometimento. Então, precisamos urgentemente novamente colocar nos trilhos a discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, porque agora já temos a Convenção da ONU ratificada.

Então, esperávamos a ratificação da ONU, o pedido do CONADE de toda a sociedade foi atendido, mas agora precisamos retomar com qualidade ouvindo todos os segmentos com muita paciência, porque precisamos fazer esse trajeto bem feito, para termos ao final uma lei com qualidade que reflita efetivamente o pensamento da nossa sociedade.

Então fica aqui o meu pedido para ser levada a esta outra Casa, a Câmara dos Deputados, que retome urgentemente a discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porque também já evoluímos desde a apresentação do seu projeto, todas as discussões que tivemos inclusive aqui nesta Casa, no Senado, já temos aí uma massa crítica bem ponderada.

Porque a sociedade é ponderada, nós temos que acreditar nisso para podermos evoluir, praticamente e emocionante também dizendo, precisamos avançar. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém pode dizer: "Ele combinou com a Dra. Aparecida Gugel, para terminar", porque todos aqui sabem que eu sou apaixonado pelo Estatuto, eu sou apaixonado e na linha que a senhora colocou, não na peça original.

Eu diria até que a minha ousadia foi apresentar a peça original, mas depois, com a Relatoria do Senador Flávio Arns e o debate na sociedade, eu diria que o Estatuto melhorou já, não vou dizer 100%, porque V.Exa. tem razão, melhorou 90%.

E tomara que ele chegue aos 100%, depois de um amplo debate lá na Câmara vai voltar para cá, porque lá ele vai ser alterado volta para cá e nós vamos de novo aqui, tentar chegar naquele ponto ideal. Mas eu fico feliz de ver a sua declaração aqui, fazendo quase que um apelo que agora é hora de nós discutirmos e votarmos de forma definitiva o Estatuto, quando chegarmos num grande entendimento com toda a sociedade.

Eu tenho essa grande esperança, o Estatuto no seu conjunto, ele depois de melhorado, com certeza para mim vai ser uma peça que vai ser referência a nível internacional na minha avaliação, acompanhando naturalmente como muitos dizem e eu repito, com os olhos na Convenção Internacional.

Se são 25 milhões de pessoas, por que não termos o Estatuto votado e desde que - eu dizia isso num dos debates que eu tive com um setor que fez uma série de ponderações - se o Estatuto significar uma vírgula, de prejuízo para a pessoa com deficiência, eu jogo ele na lata do lixo e toco fogo. Eu garanto que faço isso, já fiz com a nossa Constituição um dia, mas foi em defesa dela.

Quando quiseram arrancar uma parte da Constituição, principalmente na parte social, eu digo: "Olha, eu vou arrancar simbolicamente porque vocês estão arrancando o coração da Constituição, isso eu não vou permitir". Então é com essa confiança e nesse otimismo que o Estatuto será um grande avanço na minha avaliação, depois de concluído.

Eu vou encerrar esta Audiência Pública, sem deixar de fazer aqui minhas homenagens mais uma vez ao grande Senador Flávio Arns. É um grande Senador. O coração desse Senador, você podem ter certeza é um coração que não tem tamanho.

Se tiver uma causa social nessa Casa esteja na frente quem estiver, não importa nem a sigla partidária, se você disser: "Senador Flávio Arns eu preciso de você aqui". Ele vai estar lá. É um grande Senador, eu faço com emoção, porque na medida em que a gente está falando aqui das pessoas com deficiência, ele sem sombra de dúvida é um Senador que faz a diferença.

Senador, você não está aqui, você fez questão que eu encerrasse, mas eu quero encerrar essa sessão, só lembrando do grande Senador que você é. Está encerrada essa Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA Nº 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos, do dia três de novembro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **MARCO MACIEL,** com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, JOÃO DURVAL E PAPALÉO PAES, GILVAM BORGES, ROMEU TUMA, SÉRGIO ZAMBIASI, CRISTOVAM BUARQUE, FRANCISCO DORNELLES, GIM ARGELLO.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Justifica a ausência o Senhor Senador Eduardo Azeredo. O Presidente declara aberta a reunião conjunta, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 08, de 2008 – CASSAÚDE e nº 13 de 2008-CCT de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Antônio Carlos Júnior, com vistas á realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, comunicação e Informática a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no país. O Presidente dá início à reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição e convida os palestrantes para tomarem seus lugares à Mesa. Fazem uso da palavra os seguintes convidados: **ANA PAULA DUTRA MASSERA,** advogada, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda/GPROP da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; **MILTON SELIGMAN,** Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV; **RONALDO LARANJEIRA,** Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – USP; e **GILBERTO C. LEIFERT,** Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR. No tempo concedido ao convidado Ronaldo Laranjeiras, fez uso da palavra a Senhora Ilana Pinsky, do CNPq-UNIFESP, para uma exposição. Às nove horas e quarenta e nove minutos o Senador Papaléo Paes assumiu a presidência da reunião. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores: **FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, AUGUSTO BOTELHO E ROMEU TUMA.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo,** Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador PAPALÉO PAES, Presidente da CASSAÚDE.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE -CASSAUDE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo numero regimental, declaro aberta 36ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção,

Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislação Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2008.

Para darmos início aos nossos trabalhos da reunião, submeto a apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública tendo os requerimentos 13 de 2008, CCT e 8, 2008, CASSAÚDE, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Antonio Carlos Júnior, para "obter subsídios para atuação do Senado Federal em relação a regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no país".

Eu solicito ao nobre Senador Flávio Arns, membro desta Comissão, e integrante do Senado Federal que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Os convidados são os seguintes: O Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, CONAR, Dr. Gilberto Leifert. O Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, USP. A doutora Ana Paula Dutra Massera, advogada, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, GPROP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa. E o Dr. Milton Seligman, Ex-Ministro de Estado e Presidente do Sindicato Nacional de Indústria da Cerveja, SINDICERV. Convido então, que os ilustres convidados sentem para que nós possamos começar a oitiva, concedendo a palavra à Dra. Ana Paula Dutra Massera, advogada, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, GPROP, da Agência Nacional Vigilância Sanitária, ANVISA. Com a palavra, a ilustre convidada.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom dia a todos e a todas. Eu vou falar um pouco sobre a influência da propaganda no consumo, de um modo mais genérico e um pouco mais direcionado ao consumo de bebidas alcoólicas.

Bom, a mensagem publicitária nessa época que nós estamos vivendo agora, que é uma época de comunicação em massa, ela deixou de ser informativa e passou a ser mais persuasiva. Ou seja, ela tem a função de estimular o consumo, ela quer vender um bem, um bem de consumo. No caso aqui, nós estamos falando das bebidas alcoólicas. Por se dirigir a uma coletividade de consumidores, a publicidade gera riscos sociais, isso se ela for mal elaborada, mal redigida, e se ela for feita de forma indiscriminada.

Então nós temos que ter alguns parâmetros, alguns requisitos para que essa publicidade, ela seja feita de uma forma mais equilibrada. De modo a minimizar eventuais riscos à saúde pública.

É importante mencionar que esse tipo de atividade movimenta um enorme volume de recursos e o que torna uma propaganda uma importante força econômica. É um setor que investe muito, é um setor que emprega bastante, é um setor que movimenta altos recursos. E isso a gente não pode deixar de considerar.

De acordo com uma publicidade publicada pela Folha de São Paulo em maio de 2007, a indústria de cervejas no Brasil fatura mais de 20 bilhões por ano e gasta mais de 700 milhões de reais em publicidade. Eu não sei se vocês podem confirmar esse dado depois, mas em torno disso. Só para vocês terem uma idéia do investimento que é feito em propaganda.

Os consumidores, eles são atingidos pela publicidade indistintamente. Ou seja, a publicidade, ela não vai ser direcionada, normalmente é a um público específico. Quando ela é veiculada na televisão, por exemplo, ela vai atingir indistintamente todos os que estão conectados naquele determinado momento. Inclusive, algumas categorias de pessoas consideradas hipossuficientes, que são as crianças, os adolescentes e as pessoas com baixo poder de discernimento. Então a gente não pode dizer que a publicidade, ela vai para um único público indistintamente. Então ela vai atingir uma variedade bem diferente de espectadores.

De acordo com pesquisa realizada em 47 países, os brasileiros são os que mais confiam nas propagandas. Isso também um pouco em função da qualidade da propaganda apresentada no Brasil, da criatividade dessas propagandas. Então, normalmente, a pessoa tende a acreditar no que está sendo transmitido por aquela mensagem publicitária. 83% dos pesquisados disseram confiar mais em anúncios de jornais do que no boca a boca. Ou seja, mais do que está impresso ali, mais do que está escrito no que do boca a boca propriamente dito. 80% confiam em anúncios de revistas e 74% confiam tanto nos anúncios em grandes portais de Internet, como em anúncios de TV. Ou seja, a gente vê que esses anúncios, eles têm um público cativo interessante, e um público que além de gostar desses anúncios, ele confia no que está sendo veiculado.

E como eu já disse antes, esses anúncios, eles costumam atingir a um público bem variado, indistintamente, independente de quem está assistindo. Ou seja, a forma com que cada um vai assimilar o que está sendo transmitido daquele momento, ela vai variar tanto do seu grau de instrução, na sua faixa etária, no meio social em que vive e uma série de outros fatores que a gente pode, depois, discutir.

O marketing do álcool é uma indústria de ação global em altos investimentos, a gente vê que as propagandas, por exemplo, hoje que nós vemos de cerveja são propagandas bem feitas, com atores bonitos, atores cativos do público. São propagandas que mostram, normalmente, situações bem animadas, todo mundo de bem com a vida, que é uma coisa boa de se ver.

Não está clara a relação entre investimento e propaganda e consumo. Mas estudos sugerem uma relação entre a atenção dispensada à publicidade de bebidas alcoólicas e a propensão a seu consumo. É importante deixar claro que o consumo de bebidas alcoólicas ele tem aumentado bastante não só no Brasil, como no mundo como um todo. E o que fez com que a Organização Mundial de Saúde lançasse um alerta sobre o consumo das bebidas alcoólicas e sobre os malefícios trazidos por esse consumo. E, principalmente também, sobre a diminuição da faixa etária com que atualmente os nossos jovens, os nossos adolescentes, inclusive crianças, têm iniciado o consumo dessas bebidas.

Infelizmente, a definição de bebidas alcoólicas na lei 9294 de 1996, que é a mesma lei que traz a questão do tabaco, a questão do fumo, ela apresenta as bebidas alcoólicas para fins de regulamentação da propaganda apenas aquelas cujo teor alcoólico são superiores a 13 graus Gay-Lussac. Então isso é um problema para a regulamentação da questão da propaganda. Por quê? Porque atualmente as cervejas que são um dos principais produtos que nós vemos hoje na televisão e um dos mais consumidos pelos jovens, fica fora dessa regulamentação. Elas não são atingidas por esse teor alcoólico previsto atualmente na lei 9294 de 1996. O que ocorre? É uma legislação que ficou, praticamente, sem eficácia, porque nós não podemos atuar com os maiores anunciantes, ou com os maiores, os produtos preferidos dos jovens, dos adolescentes, que saem para as suas baladas, tudo mais. Então nós não podemos atuar, atualmente, nesse setor, para regulamentação da propaganda.

A título de informação, o Sistema Único de Saúde gastou entre 2002 e 2006, aproximadamente, 37 milhões de reais com tratamento de dependentes de álcool e outras drogas em unidades extra hospitalares. Ou seja, é de fato um problema de saúde pública que tem que ser levado para discussão, que é o que nós estamos fazendo aqui e que tem que ser cuidado, que tem que ser regulamentado, que tem que ter uma política específica para ser trabalhada de uma forma mais acurada. Outros quatro bilhões 317 milhões e 251, aliás, quatro milhões 317 mil e 251 reais, foram gastos em procedimentos hospitalares de internações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas no mesmo período. Então, só para vocês terem uma idéia de como isso impacta a saúde pública.

A regulamentação da publicidade do álcool visa assegurar o direito a informação clara e precisa, vinculada ao direito à saúde.

Eu queria deixar claro aqui que nós não estamos trabalhando na proibição dessa propaganda, mas, assim, na regulamentação. A gente quer o direito a informação. Mais do que a massificação, da persuasão para o consumo do produto, a gente acha o que consumidor deve ser bem informado. E que nós temos consciência de que a propaganda ela não é um único fator vinculante ao consumo de bebida alcoólica, mas ela é um deles. E sendo um deles, ele tem que ser trabalhado, ele tem que ser regulamentado e ele tem que ser uma preocupação do Governo para atuar em prol da saúde pública.

A regulamentação não fere a liberdade de expressão, uma vez que a propaganda de bebidas alcoólicas deve cumprir também a sua função social. Se for existir a propaganda de bebidas alcoólicas, então que ela seja feita de dentro de determinados parâmetros, direcionada a um público mais específico, de repente com delimitação de horário. Então é uma proposta que tem que ser discutida, que tem que ser trabalhada e não pode ficar de fora, como se não fosse um caso relevante de saúde pública.

Nós estamos à disposição para discussões, dúvidas de vocês e vamos continuar aqui até o final respondendo os questionamentos que vierem. Obrigada.

[troca de presidência]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Eu já havia externado, assim, as minhas desculpas aos expositores pelo fato de eu ter que, neste momento, ir para a Comissão de Educação, onde acontece uma Audiência Pública sobre o pára esporte brasileiro, com a presença do presidente do Comitê Paraolímpico, atletas que foram à China, e para fazer uma avaliação dentro da semana de valorização da pessoa com deficiência e acessibilidade que está acontecendo nessa semana aqui em Brasília. Aqui no Senado Federal, não só em Brasília. E eu sou autor desse requerimento. Então eu, de fato, lamento muito ter que sair porque é um assunto que me interessa sobre maneira. Tenho me pronunciado diversas vezes sobre este assunto da regulamentação das bebidas alcoólicas.

Solicito, Sr. Presidente, inclusive que a secretaria possa, assim, de imediato, após o término, mandar o vídeo, para que nós possamos acompanhar não só

as notas taquigráficas, mas todo o debate que aconteceu.

Eu quero dizer, inclusive, para os expositores que isto repercute muito na TV Senado, porque a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, todos, assim, fazem por diversas vezes, a retransmissão do que tiver sido apresentado aqui.

Então, nesse sentido, eu gostaria muito, assim, de acompanhar, de ver e quero me posicionar mais ainda, sou francamente favorável à regulamentação de como foi dito, uma maneira muito clara. Regulamentação disto a favor da saúde pública. E gostaria, inclusive, antes de sair, solicitar que a ANVISA revisse os números. Porque eu tenho absoluta certeza de que os números apresentados estão, do SUS, não estão de acordo com a realidade. 37 milhões do ano de 2002 a 2006 no tratamento de saúde decorrente de problemas de álcool é absolutamente nada. Eu diria, em função de uma realidade. O Senador Papaléo Paes é médico também, sabe muito bem, por exemplo, o tratamento que exige alguém que tenha cirrose, por exemplo, decorrente do uso de álcool. E isso é um tratamento caríssimo, tratamento de anos a fio, tratamento que muitas vezes implica em transplante, inclusive, não é? É um problema muito sério.

Se a ANVISA observar na coordenação de saúde mental, por exemplo, os centros de atendimento psicossocial, chamados CAPS, existe até uma sigla, CAPS AD, álcool e drogas, só para montar os CAPS AD pelo Brasil é um recurso extraordinário, não é? Extraordinário. E pensando, inclusive, numa visão muito mais ampla que eu penso que o Ministério da Saúde deveria ter que é a questão da porta de entrada da utilização de bebidas alcoólicas menos potentes para coisas mais potentes. Quer dizer, quando falamos de drogas, teve um início isto, e este início, muitas vezes, está lá atrás.

E, além disso, na questão do bem-estar da criança, do adolescente. Então, eu tenho absoluta certeza, para a Dra. Ana Paula, que acabou de falar, que nós teríamos que multiplicar isso várias vezes, várias vezes. Eu acho que este é o argumento mais importante na minha ótica. Quer dizer, nós vamos pensar no bem-estar da criança, no bem-estar do adolescente, no bem-estar da família, na destruição da família e coisas assim, do trabalho, a propensão daquela pessoa que tenha também uma propensão para o álcool, como pode ter a propensão para o jogo. Quer dizer, é uma doença também, que a pessoa tem que ser tratada. Mas eu acho que nós temos que ter dados muito precisos, quanto que nós gastamos no Brasil com o álcool, particularmente, e em todas as suas implicações. É uma fortuna! Tenho absoluta certeza.

Então, nesse sentido é um argumento muito forte. E pensando, naturalmente, que eu penso, assim, e a gente sabe que existe esse debate sobre liberdade, publicidade e tudo, mas como é que nós, como sociedade, podemos chegar a um denominador comum para que a regulamentação favoreça, que se não fizesse mal, a gente nem estaria discutindo o assunto. Nós estamos discutindo porque faz mal. Alguém pode dizer: Não, mas a liberdade da pessoa, a pessoa, não vamos punir a empresa porque a pessoa não dá conta da sua liberdade. Também, é o debate aí que pode ser feito. Mas nós estamos discutindo porque faz mal e se faz mal, o que a gente pode fazer, como sociedade, como controle social, para que as pessoas, o ser humano, o brasileiro, o cidadão seja beneficiado.

Mas a observação principal, além de gostar desse fato de que o brasileiro acredita na propaganda, eu acho que acredita mesmo, por isso que tem 700 milhões, um bilhão de reais em propaganda, o pessoal acredita, está ligado com a alegria, com saúde, com amizade, com isso e tome cerveja na quarta e na quinta e na segunda, e no sábado. Não é? E coisa semelhante. Agora, da nossa parte, como sociedade, temos que pensar: Isso é bom? Está ajudando? Está prejudicando? Está sendo adequado? Não está? É regulamentação? Como eu acho que é. Ou é proibição?

Então é um debate, mas eu gostaria de ter esses números da ANVISA bastante precisos e que me parece que a gente tem que caminhar ainda para esta elaboração. Pelo menos não me pareceu. E a ANVISA não tem culpa disso, só quero dizer por que a ANVISA tem também que se basear em números aí do SUS, do Ministério da Saúde. E não é culpa, não quero colocar culpa nisto, mas me parece que precisam ser aprimorados. Eu me desculpo novamente ter me alongado também no meu, na minha questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES: Eu quero agradecer a V. Exª e reconhecer em V. Exª um senador extremamente participativo, principalmente, nas discussões da área social e nós entendemos, solicito também a senhora e aos senhores expositores que entendam que o Senador Flávio Arns tem um grande compromisso também, semelhante a esse, cumpriu a sua parte aqui e deixa registrado também que a intenção das nossas audiências é exatamente termos opiniões. De pessoas que realmente vem para cá trazer sua experiência, seu conhecimento e nós aproveitamos todas essas exposições para formarmos nossa opinião, para instruirmos nossos projetos, instruirmos nossas ações aqui no Senado.

Para isso, nós contamos com a presença da consultoria do Senado Federal e que faz a coleta de todos

esses dados para discutirmos e formatarmos nossa opinião como já falei. E nosso voto.

Então agradeço a Dra. Ana Paula Dutra Massera. E concedo a palavra ao doutor Milton Seligman, cumprimentando o Senador Marcelo Crivella e o Senador Francisco Dornelles.

SR. MILTON SELIGMAN: Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas de mesa, senhoras e senhores, eu agradeço, Senador Papaléo Paes, a oportunidade de participar desse debate extremamente importante e não original nessa Casa, o que mostra que o tema tem uma relevância bastante grande e ao longo do tempo, dado que já, pela segunda vez, participo nesse mesmo plenário, de um debate, de uma análise, na verdade, o que estamos fazendo é trazer aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, informações, estudos existentes no mundo sobre um tema que, de resto, está em debate no âmbito da Organização Mundial de Saúde. O que mostra que tem uma relevância global e muito atual.

Eu gostaria de iniciar mostrando o mercado de cervejas no Brasil para que nós possamos entender quais são os fatores que fazem com que esse mercado se modifique. Esse aí é o volume em hectolitros do mercado brasileiro desde 86 até 2007, segundo dados do SINDICERV. O que nós podemos mostrar, o gráfico ele tem uma, mostra com bastantes detalhes, como o nosso mercado entre 94, praticamente entre 94 e 2002 teve uma variação muito pequena, praticamente nenhuma. E a partir de 2000, teve uma queda de 2002 até 2004 e em 2004 teve um crescimento importante, principalmente comparado com os dez anos anteriores.

A explicação sobre a queda e o crescimento é o que nos traria uma discussão mais detalhada sobre o papel da publicidade. Se nós olharmos esses dados do IPEA sobre rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas no Brasil, e esse dado, ele vem de 2002 até 2008, essa queda brusca, tem que cuidar também que a proporção dos gráficos não é a mesma, mas essa queda brusca que acontece na renda, de 2002 a 2003, a manutenção desse patamar até meados de 2004 e o crescimento da renda de 2004 até hoje, até meados de 2008, eles são absolutamente proporcionais e os grandes explicadores do movimento do mercado de cervejas, do volume de cervejas vendidos no Brasil. Mostrando o que, quais são os fatores que realmente influenciam esse consumo.

E os estudos econométricos desenvolvidos pelas companhias de modo a permitir com que elas façam seus planejamentos, são estudos realizados anualmente por todas as companhias e capturados pelo Internacional Beverly Market, visando basicamente mercados não totalmente maduros como o mercado brasileiro, eles mostram que os três principais fatores que influenciam no aumento de volume são a renda disponível, o preço do produto e o clima. Esses fatores respondem basicamente, por favor, eu vou voltar uma, eles respondem, basicamente, por aumentos quase, quase lineares. 1% de aumento na renda corresponde a ponto 6% de aumento no volume. 1% no aumento no preço corresponde a uma queda de ponto 69% no volume. O que mostra que tanto um quanto o outro refere se a mesma capacidade de compra, o preço e a renda. E o clima, um grau de aumento na temperatura tiveram um crescimento de ponto 28%.

Isso explica absolutamente a correlação entre volume, que é o mercado das companhias, que as companhias de cervejas atendem, o mercado consumidor no Brasil, e está absolutamente em linha com a vasta literatura que existe sobre esse assunto, globalmente falando. E sobre experiências de outros países. Vamos adiante.

Por que então as companhias comunicam? Essa é a grande questão. E as companhias comunicam por três razões essenciais.

A primeira delas: Construir e posicionar marcas e garantir a concorrência saudável do mercado. Então esse é o ponto número um. Construir uma marca de modo a que o consumidor valorizando essa marca proponha-se a consumi-la ou, eventualmente, a pagar mais por essa marca. Então isso é um valor em termos econômicos, o [ininteligível] que a marca tem, de Perci(F) e que disputa no mercado com as suas concorrentes no mercado saudável e de disputa.

Isso permite, por exemplo, explicar ao consumidor ou lançar no mercado, cervejas 0% de álcool, cerveja sem álcool, cervejas diferenciadas, esse posicionamento só é possível fazer com a comunicação à disposição.

O segundo ponto essencial da comunicação é o ponto de lançamento de novos produtos. Não é possível imaginar um mercado maduro de qualquer produto que você não possa explicar ao consumidor os produtos novos que estão sendo lançados. Para que ele saiba qual é a diferença, eu vou dar todos os exemplos, evidentemente com cerveja, mesmo sabendo que o tema aqui abrange um pouco mais que isso. Porque é disso que eu represento, como representante do SINDICERV.

Então, qual é a diferença de uma cerveja com base de cevada, o que é uma cerveja de trigo, uma cerveja stout, uma cerveja do tipo [ininteligível], cerveja com carvalho, cerveja com furtas, que são produtos novos lançados no mercado e que o mercado consumidor precisa conhecer e entender. Bem como novas

embalagens e a razão pela qual essas embalagens são lançadas no mercado.

A terceira fonte fundamental ou terceira razão fundamental para que se comunique é informar as características específicas de cada produto e também os riscos associados ao seu uso indevido. Todo produto tem uso indevido. O automóvel tem uso indevido, remédios têm uso indevido, obviamente que produtos alcoólicos tem uso indevido e que precisa ser comunicado.

De novo, informar as características do produto, o que é um chope, o que é uma cerveja clara, uma cerveja escura, uma cerveja 0% de álcool, uma cerveja sem álcool e assim por diante. E, evidentemente, associar os riscos, como por exemplo, se for dirigir não beba, produto destinado ao consumo de adultos, peça o RG para o dono do ponto de venda, na hora da venda como prevê a Legislação Brasileira, por sinal a legislação bastante antiga, campanhas específicas e assim por diante. Vamos adiante.

Publicidade e consumo é o nosso debate. Então vamos ver os dados e fatos que colocam esse ponto em debate e eu entendo, desde já, quero dizer, entendo que não há nenhum estudo conclusivo sobre o assunto, eu vou trazer alguns, certamente, os meus colegas de mesa trarão outros, já trouxeram, Dra. Ana Paula já levantou alguns temas, eu acho que é um tema interessante no debate.

Eu já mostrei aos senhores e a audiência, quais são os fatores essenciais que justificam o aumento do volume de venda e que são basicamente a capacidade de compra, dado por renda e preço, e também a questão de temperatura e clima que no caso de cerveja é fundamental para a venda do produto.

Isso pode ser facilmente comprovado quando entramos na discussão da publicidade, por que a publicidade, depois eu vou mostrar dados, estudos feitos com base em dados existentes nas empresas, mas mostrar o seguinte, no ano de 2001 e 2003, isso é estudo do SINDICERV, enquanto a publicidade no Brasil aumentou mais de 50% nesse período, e foi o período exatamente de uma retração grande de renda, a cerveja, o consumo de cerveja no Brasil diminuiu 2.3%. Não havendo correlação. Eu vou mostrar logo a seguir a vocês, um estudo econométrico desenvolvido pela LCA Consultores, e que estuda, no período de julho de 98 a novembro de 2004, o mercado brasileiro de cerveja e a quantidade, o volume de vendas, melhor dito, está em azul e em vermelho, em cor-de-rosa está a quantidade de GRPs, que é uma medida de audiência nas televisões brasileiras.

E nós podemos observar desses estudos que não há correlação estatística significante entre um e outro. 005, que é a correlação desses dois gráficos, não significa estatisticamente nenhuma relação de causa e efeito. A publicidade não afeta o volume de vendas. E se afetasse, não tenham dúvida que os investimentos seriam ainda maiores do que os investimentos são. Afeta sim, eu quero insistir, a venda de uma determinada marca, de um determinado produto. Porque a capacidade da comunicação capturar volume de uma marca para outra é imensa. O que mantendo, evidentemente, o volume de vendas. Faz com que o consumidor saia de uma marca para outra, saia de um produto para o outro.

A pergunta que cabe é a seguinte: Existe correlação direta entre publicidade e aumento de cerveja? Categoricamente, não existe. Várias pesquisas nacionais e internacionais, como eu já mostrei o gráfico, revelam que a relação não é direta. Existe um estudo dos professores John Nelson da Universidade de Pensilvânia dê Douglas Young da Universidade de Montana State, nos Estados Unidos, que conseguem mostrar e provar que não existe essa correlação. Esses estudos são facilmente obtidos.

Eu vou aproveitar, Presidente Papaléo, para colocar à disposição da Comissão, inicialmente em inglês e eu comprometo de traduzi-los no prazo de uma semana, todo um conjunto de citações na literatura internacional sobre a relação entre publicidade e, publicidade de bebidas alcoólicas e volume de vendas, e consumo entre adolescentes e aumento de renda per capita. São várias citações, em todos os campos do conhecimento, não só no campo da área de saúde, mas também no campo da economia e relações de estudos feitos no âmbito do congresso dos Estados Unidos, aqui tem.

Eu me ponho à disposição e me comprometo de enviar uma cópia em português o mais rápido possível. Vamos adiante.

Casos concretos, para mostrar onde isso foi feito. Então vamos pegar o seguinte, primeiro exemplo na França. Na França, em 1991 foi banida a publicidade em televisão. Ela se mantém ainda em veículos impressos. E de lá para cá não se tem nenhuma, nenhum resultado que possa se dizer positivo em relação ao consumo indevido do álcool. Eu vou mostrar para vocês no gráfico seguinte, tem também dados de que não houve sequer diminuição nos acidentes provocados pelo uso indevido de quem consome bebidas alcoólicas e dirige. Sequer esse dado foi melhorado na França. Esse aqui é um bom exemplo de um estudo realizado na França entre 2000 e 2003, portanto 11 anos ou 12 anos depois do banimento da publicidade na televisão, mostrando que enquanto o tabagismo e o uso de canabis sativa, maconha, reduziu na França entre adolescentes, o uso do álcool aumentou. Mos-

trando que não há sequer correlação na diminuição dos efeitos negativos do consumo do álcool num país em que baniu da televisão a publicidade.

Esse exemplo, no caso da Alemanha, que é um dos países que tem das maiores consumo per capita do mundo, 130 litros de cerveja por habitante ano, para dar uma idéia, o Brasil é 50 litros de cerveja por habitante ano, no caso da Alemanha são 130, nós temos aí nas barras, o gráfico de barras mostra investimento publicitário, o gráfico em amarelo, na parte superior, mostra volume de cerveja vendido per capita e o gráfico debaixo mostra litros per capita de bebidas alcoólicas. Aí somando o álcool em cada uma das várias bebidas alcoólicas, observando sempre que cerveja tem em torno de 5%, destilados em torno de 50% de teor alcoólico, vinho em torno de 12, 13% de teor alcoólico. Mostrando também a total falta de correlação entre o investimento publicitário e o consumo per capita. Eu estava falando antes do volume, agora eu estou falando de consumo per capita. Vamos adiante.

Inglaterra, mesmo estudo, investimentos em publicidade e consumo per capita de cerveja em cima e de álcool, embaixo, no amarelo. Mostrando um consumo caiu em torno de 10% enquanto os investimentos aumentaram da ordem de 50 milhões de libras esterlinas, mais de 200 milhões ao todo. Vamos adiante.

Estados Unidos, mesma situação. Mostrando um aumento de 40% na propaganda sem a manutenção, sem alteração no consumo per capita, inclusive com uma importante diminuição entre os anos 90 e o ano 2000. Esse estudo vai até o ano 2000. Vamos adiante.

Outros exemplos onde soluções simplistas para problemas complexos não conseguem resolver.

Na Tailândia, a propaganda foi banida em 2003 e no Tai Relf Report(F) de 2005 comprova que o número de jovens com idade inferior a 18 anos que consome bebida aumentou. E na Venezuela, os dados da Associação Latina Americana de Fabricantes de Cerveja, que acompanha detidamente o mercado, entre 2001 e 2003 houve uma queda de 11% no consumo e em 2005 o Governo proibiu a veiculação de publicidade, o consumo aumentou 6 e meio e no ano seguinte o aumento foi ainda maior de 7.5. O que mostra que os outros fatores, renda e clima acabam explicando essas variações de maneira muito mais importante.

Eu até, antes de entrar nesse detalhe, quero lembrar que os políticos, de um modo geral, tem uma aguda percepção dessa situação. O Presidente Lula, na campanha do seu primeiro mandato, em propaganda de televisão, disse que era um direito do trabalhador poder tomar sua cervejinha. Foi dito pelo presidente. O que é uma percepção correta do direito do trabalhador de não ter, ou não ser obrigado quando quer fazer uso de bebida alcoólica, de ter que tomar os produtos, muitas vezes, ilegais e de preço baixo e de altíssimo teor alcoólico e poder tomar produtos formais, de baixo teor alcoólico e que ele tinha desejo de tomar, mas não tinha condições de acessibilidade por conta de renda. O aumento da renda do trabalhador brasileiro nesses últimos anos é que explica o aumento das vendas do mercado brasileiro de cerveja.

Limitar o horário resolve? Isso é uma questão que tem sido também fruto de discussão. Talvez, e esses são dados do Ibope do ano passado, eles tomam um período de 24 horas e mostrando em valores médios a participação ou a presença de menores de 18 anos e de 4 a 17 anos é em vermelho e acima de 18 anos em azul. Mostrando que existe uma absoluta identidade, independente da faixa etária na presença da audiência, na presença de idade na audiência. Mostrando que uma limitação de idade pouco afetaria uma restrição ou uma limitação no sentido de evitar a presença de menores de idade frente a publicidade de um produto que não lhes é dirigido e não lhes deve ser dirigido.

É bom lembrar também, e aí tem alguns exemplos de programas, eu vou me permitir, pedindo desculpa de citar uma única emissora, mas tem dois programas que explicam exatamente isso. A audiência do Jornal Bom Dia Brasil e dos outros Jornais diurnos das redes de televisão, que está num horário que normalmente, 7 horas, 8 horas da manhã, que seria um horário absolutamente infantil, onde não se imaginaria estar disponível, é de uma audiência absolutamente adulta, que as crianças até na escola estão, enquanto, na madrugada, o programa Altas Horas é um programa adolescente e infanto-juvenil. Mostrando que nos horários, pouca explicação, ou pouca diferenciação é possível haver na busca de uma regulamentação. Vamos adiante.

O que a OMS, Organização Mundial de Saúde está fazendo nesse momento? Primeiro, a OMS tem alguma posição sobre esse assunto? A OMS, a única posição que ela tem é a posição de debater, trazendo todos os atores para a mesa, de modo a que se possa buscar uma solução conjunta para problema muito complexo, multifatorial e que exige a participação ativa de vários atores e de várias entidades e organizações e representações existentes na sociedade brasileira.

A OMS, até o momento, não referenda nenhum tipo de restrição de publicidade como política eficaz para o combate ao consumo nocivo do álcool. Em reunião realizada em janeiro deste ano, o Comitê Executivo aprovou uma minuta de resolução reconhecendo a importância da contribuição de todas as partes na busca de uma estratégia para enfrentamento do problema e, agora, em 2003 e agora novamente há pou-

cos dias atrás, reuniu com representantes da indústria, estará reunindo agora com representantes das ONGs na busca de, como estamos fazendo aqui, de debates, de informações, de sugestões para que se possa ter o que a OMS chama de uma estratégia global.

Então, é um momento em que os responsáveis por fazer e por tomar decisões sobre Políticas Públicas tenham a consciência de que o tema está sob debate global. Não há verdades absolutas consagradas, nem sugestões absolutamente consolidadas no âmbito global. Vamos adiante.

O que pensa a nossa população sobre a restrição de publicidade de cerveja? Pesquisa feita pelo prestigiado Instituto IPESP, que tem prestado tantos serviços de pesquisa de opinião pública no mundo da política e da economia, o professor Lavareda é o presidente deste instituto. Fez a pesquisa e perguntou: A medida do Governo para restringir a propaganda da bebida alcoólica no rádio e na TV resolveria os problemas causados pelo consumo inadequado do álcool? 65% da população diz que não. 23% imagina que em parte e 11% acreditam que esse assunto, sim, seria resolvido. Portanto, 65% não acreditam que a limitação, a restrição poderia resolver o problema. 69% acreditam que a solução está na fiscalização, punição e educação.

Então a população brasileira tem intuitivamente a absoluta consciência de que limitar a liberdade, restringir, não é a solução dos problemas e, sim, educar e, aquilo que já é legislação, fiscalizar e punir os que são infratores.

O que realmente funciona? É fiscalizar, punir, restringir a venda de bebidas para menores e aplicação de bafômetros para quem bebe, consome bebidas alcoólicas e teima em dirigir. Lembrando que isso tudo é lei, e lei há bastante tempo. A restrição de publicidade aparece em último lugar como medida de baixa efetividade para você obter qualquer resultado importante no campo da limitação do uso nocivo de álcool.

Educar é extremamente importante. Eu dou como exemplo uma ação feita pelo CISA, a ONG que trata de informação sobre saúde e álcool, que desenvolveu um vídeo sobre como falar de álcool com seus filhos e depois desenvolveu um outro vídeo sobre beber e dirigir e está distribuindo, dando palestras, distribuindo em várias escolas e mostrando uma maneira correta, adequada de atuar exatamente sobre aqueles que são os mais importantes fatores que determinam o consumo de álcool entre adolescentes e crianças, que são: Os pais, os seus pares, os seus amigos, o seu grupo de influência e, evidentemente, a escola.

Então, a maneira de educar, como falar com os filhos, o CISA, através de uma ação coordenada pelo Dr. Arthur Guerra da Universidade de São Paulo e Presidente do CISA tem desenvolvido com muito sucesso e recebendo elogios internacionais sobre essa atuação. Vamos adiante.

Nós entendemos que não há o que inovar no campo legal, evidente que é uma ação importante dos legisladores e como representantes da população brasileira e da unidade federativa, estarem presentes nessa discussão e nesse debate, mas lei nós temos, tem que cumpri-las.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ele na verdade reitera a legislação que proíbe a venda para criança e adolescente, porque a legislação é de 1941 que proíbe, que veda. Então, nós estamos aqui, não estamos tratando de falta de lei, estamos tratando de falta é de fiscalização e do cumprimento da lei, essa é questão.

A Constituição Federal Brasileira estabelece com clareza as restrições à publicidade de bebidas alcoólicas e estabelece a maneira em que elas devem ser feitas através da legislação adequada: O Código Penal, Lei das Contravenções Penais. O Código Brasileiro de Trânsito com sua renovação, chamada de lei seca que considera crime a embriaguez ao volante, prevê multa, suspensão.

E agora, começou uma fiscalização importante e elogiada por todos e a própria Lei 9294, que dispõe sobre restrições e estabelece nessas restrições os limites que o legislador brasileiro entendeu. E mais importante de todo o Código Brasileiro de auto-regulamentação publicitária do CONAR. [soa a campainha]

Eu vou repetir aqui, tomar emprestadas as palavras do publicitário Marcello Serpa aqui nessa Casa, em debate realizado sobre o mesmo tema, onde ele disse - eu peço licença para me associar às palavras dele: "Com quem mantemos uma relação de amor e ódio". Por quê? Pedindo perdão ao Dr. Gilberto Leifert, que preside a entidade.

Porque o CONAR é extremamente vigilante. Faz com que várias das nossas iniciativas sejam modificadas antes de irem ao ar e muitas das iniciativas que vão ao ar sejam retiradas, por uma enorme eficiência que tem o CONAR. E mais do que isso, ao tempo em que estamos debatendo aqui nessa Casa modificações e alterações na Lei 9294, o CONAR já alterou os anexos referentes a cada uma das bebidas no caso específico - e imagino que tenha feito também para outros produtos que tratam da regulamentação sobre a nossa atividade inúmeras vezes.

Eu me lembro muito recentemente de ter participado ativamente nos últimos cinco anos de pelo menos duas importantes alterações no anexo referente a cervejas dentro do CONAR. Muito bem o que nós recomendamos? O que nós sugerimos para enfrentar

um problema complexo como o que nós aqui estamos debatendo?

Primeiro. Reconhecer e nós o fazemos que o uso indevido do álcool é um fato concreto e causa problemas sociais. É evidente que as palavras do Senador Flávio Arns de que o álcool ele consumido indevidamente, inadequadamente e constituísse num uso nocivo é compartilhado por 100% das pessoas que se debruçaram minimamente sobre o problema.

Esses problemas entretanto são multifatoriais e muito complexo de serem enfrentados. Soluções simplistas que muitas vezes parecem que resolvem o problema, na verdade, muitas vezes o aguçam. Como por exemplo o simples fato de fazer uma lei - eu dou um exemplo da Lei de 41 e que nós sabemos não é cumprida, que é proibição de venda para menores.

O SINDICERV se entende como parte da solução. Nós queremos, exercemos a nossa responsabilidade e queremos seguir atuando de forma, ativa, transparente, mostrando o que fazemos, os nossos pontos de vista, jamais, Sr. Presidente, nos negamos a participar e estaremos sempre à disposição de participar ativamente desses debates. Eu estou encerrando.

E o que nós sugerimos é uma parceria entre todas as partes envolvidas, governos, meios de comunicação, ONGs, universidades, a indústria, como uma forma de vencer o desafio. Finalmente, só para dizer o que a indústria no Brasil, o que é a indústria de cerveja no Brasil, o que nós estamos fazendo.

Nós temos programas de comunicação cito alguns exemplos, existem outros muito mais, muito maiores do que esse. Campanhas de comunicação orientando o consumidor para que evite o uso indevido e nocivo desse produto, o consumo indevido. Insisto que todo o produto de qualquer natureza tem o seu uso recomendável e tem o seu uso nocivo, uso indevido.

Promoção de eventos responsáveis, todos os nossos eventos da indústria são eventos nos quais nos preocupamos com aspectos, como a condução de veículos por parte dos que consomem e assim por diante; orientação ao ponto de venda; apoio às campanhas educativas. São inúmeras as campanas que nós apoiamos com Governos Estaduais, com o próprio Governo Federal, até com o Ministério Público em alguns casos; opções de transporte ao consumidor em vários eventos e parcerias com o Poder Público que são inúmeras.

Finalmente, lembrando que a indústria de cerveja no Brasil é uma das poucas indústrias centenárias, nós temos mais... Só um dos nossos produtos esse ano está comemorando, 120 anos que é a Brahma, mas temos produtos até mais antigos, a cerveja veio ao Brasil junto com a Família Real em 1808. E já tempos depois inaugura a primeira indústria, portanto é uma indústria em que o País tem há muitos anos, centenária, como eu digo.

É um dos maiores contribuintes, provavelmente o maior contribuinte privado brasileiro com cerca de dez bilhões de impostos arrecadados por ano. Tem um faturamento da ordem de 30 bilhões a Dra. Ana Paula, referiu-se a um número que é cerca do que foi referido. Gera em torno de 150 mil empregos diretos e indiretos e investiu mais de três bilhões nos últimos cinco anos em novas plantas e ampliações. Muito obrigado, Presidente, essa é a contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Sr. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, lembrando que já fez uso da palavra para sua exposição a Dra. Ana Paula Dutra Massera, que é Advogada, Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização da Propaganda.

E ficou também bastante evidente o tempo que o Presidente do Sindicato, Sr. Milton Seligman fez uso. Eu achei que foi importante a exposição dele, no sentido de nós podermos debater essas questões e deixar a Doutora, à vontade para fazer uso da palavra quando desejar, para que nós possamos ser próximos da justiça, quanto ao tempo utilizado por cada um.

Então, eu concedo a palavra cumprimentando o Vice-Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Augusto Botelho. Eu concedo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade da Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Fique à vontade.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Bom dia a todos, Senador Papaléo Paes e demais membros dessa Mesa, cumprimentar a todos, realmente é um prazer e uma honra estar aqui nessa Comissão.

Eu gostaria de fazer uma pequena correção. A partir da semana passada, a unidade que eu coordeno que é a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, teve o privilégio de receber o convite do Conselho Nacional de Pesquisas e junto numa cerimônia com o Presidente Lula na semana passada, nós viramos o Primeiro Instituto Nacional de Políticas Públicas de Álcool e Drogas.

Então, o que nós vamos tentar estar mostrando aqui hoje é como que a Universidade recebendo dinheiro de uma forma independente, possa produzir dados independentes sobre o problema do álcool e drogas. E nós tivemos o privilégio de receber - e a Dra. Ilana Pinsky é que vai fazer a primeira parte da apresentação é a pesquisadora principal - uma verba bastante generosa da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de

São Paulo, que é a FAPESP, para fazer uma avaliação do impacto da propaganda de álcool no Brasil.

Então, o que a gente vai mostrar, nessa primeira parte que a Dra. Ilana vai mostrar, é uma parte das revisões dessas pesquisas, uma parte de pesquisas da nossa própria unidade - que eu gastaria de salientar a independência do financiamento dessas pesquisas. Porque tanto a história da indústria do tabaco e a história da indústria do álcool mostram que você precisa ter pesquisas independentes.

Quando você tem pesquisas financiadas pela indústria você tem que ingerir isso como uma pitada de sal e é por isso que a gente vai poder mostrar de alguma forma, essa contra-parte. Eu acho que foi interessante ver o lado do Governo, o lado da indústria e agora a gente poder ver o lado da Universidade.

SRA. ILANA PINSKY: Bom dia a todos. Bom, eu vou apresentar essa primeira parte, vou tentar não passar o nosso tempo para que o Ronaldo depois possa completar.

A gente vai falar um pouquinho sobre as nossas pesquisas e as pesquisas internacionais iniciando sobre consumo de álcool entre adolescentes no Brasil, que a gente fez uma pesquisa nacional com o apoio da SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, como a publicidade atinge os adolescentes mostrando um pouco o resumo das pesquisas até agora.

Se os adolescentes brasileiros estão expostos e gostam da publicidade de álcool que é uma outra questão bastante importância particularmente da cerveja e se a auto-regulamentação funciona. E alguns exemplos de publicidade da cerveja - eu sei que todos vocês conhecem, mas só para a gente colocar algumas das coisas aqui mais claras.

Próximo, por favor. Então isso aqui foi o nosso levantamento nacional, ele foi feito com uma amostra probabilística, ele representa o Brasil inteiro é a primeira pesquisa que representa o Brasil inteiro. E aqui mostra... O que eu queria mostra aqui é que o início do consumo - aqui é o início do consumo, e aqui são os adolescentes e aqui são os jovens adultos da 18 a 25 anos.

Vocês podem perceber que o início do consumo regular de álcool é anterior é mais cedo para os adolescentes do que foi para os jovens adultos. Quer dizer, o consumo de álcool para os adolescentes está se iniciando cada vez mais cedo. Essa é uma questão que eu acho que é importante colocar.

O próximo, por favor. Aqui a gente mostra alguns dados do levantamento, tem uma porcentagem grande dos adolescentes que ainda são abstinentes que são esses dados aqui. Mas entre os que bebem 13% , aliás, é do geral, 13% do total dos adolescentes e 17% para os meninos, eles já apresentam um consumo que a gente chama de padrão intenso de consumo de álcool. Então, temos aqueles não bebem nada e a maioria dos bebem, uma parte importante dos que bebem, bebem de uma maneira complicada.

O próximo, por favor. E o que eles bebem de maneira geral? Metade deles bebem cerveja. O próximo, por favor. O acúmulo de conhecimento que a gente tem até agora - e eu vou só mostrar algumas pesquisas que existem sobre isso, porque não vai dar tempo evidente de apresentar tudo. Mas a gente tem o material também para disponibilizar depois para a Mesa.

É o seguinte, o que se tem até agora é que há uma visão... A publicidade, não é só a propaganda, a publicidade de maneira geral, não inclui só a televisão, inclui a Internet, inclui propaganda, enfim em estádios, de música e etc e tal, está relacionada a uma visão mais positiva do típico consumidor do álcool para os adolescentes.

As atitudes mais positivas em relação a beber, uma maior expectativa de beber quando adulto, uma percepção do beber como onipresente, na sociedade só existe isso. Apesar de não ser verdadeira essa percepção ela atrai, influência e recruta novas gerações de potenciais bebedores. Finalmente aumenta a possibilidade do beber pesado e predispõe os menores a beber antes da idade legal, está certo? E vocês viram como cada vez isso está acontecendo mais cedo aqui no Brasil.

Próximo, por favor. Existem os estudos econométricos que foram apresentados alguns agora a pouco e de fato alguns tem resultados conflitantes. É uma área ainda muito difícil de avaliar, porque é muito difícil fazer os modelos e que entrem todas as questões importantes para isso. E aqui têm alguns problemas metodológicos que eu não vou entrar muito neles.

Próximo. No entanto, alguns estudos mais recentes, por exemplo, de Saffer e Dave de 2006 e esse aqui, do Hollingworth(F) em 2006, já mostram que encontram redução da quantidade de propaganda quando existe essa redução, isso pode produzir uma redução no consumo entre adolescentes e jovens. O próximo.

As áreas da verdade em que a gente tem conseguido internacionalmente os dados mais confiáveis e mais consistentes que você percebe que não tem mais esses estudos conflitantes são as áreas que a gente chama de estudos do consumidor, em que se faz medidas do impacto do comportamento de beber individualmente entre jovens e adolescentes.

E essas medidas são principalmente - eu vou apresentar depois - em relação a exposição dos adolescentes e jovens em relação a propaganda, a consciência aumentada: O quanto eles lembram da propa-

ganda. E respostas mais positivas das propagandas: O quanto eles gostam da propaganda.

Próximo, por favor. Eu vou apresentar só um exemplo, que esse é um estudo muito importante com impacto bem mensurado dos Estados Unidos [ininteligível] em 2006, ela fez um levantamento longitudinal ou seja ela seguiu esses jovens e adolescente por dois anos mais ou menos, dois ou três anos. E foi uma amostragem nos Estados Unidos inteiro, praticamente nacional.

Próximo, por favor. Ela fez uma série de mensurações, ela pergunta do auto-relato: O quanto eles estavam expostos, quanto que você viu de publicidade no mês passado, por exemplo, esse tipo de coisa. E ela também fazia uma outra mensuração que é essa mensuração mais econométrica em ela conseguiu dados que são muito difíceis para nós que não somos da indústria conseguirmos esses dados da disponibilidade de propaganda no mercado: Quanto que se gastava com isso nesses próprios mercados em que os adolescentes estavam.

Próximo. As conclusões foram as seguintes: Que o beber dos jovens foi maior e aumentou ao longo do tempo para: Os jovens que relataram maior exposição à propaganda do álcool e para aqueles objetivos que viviam em mercados com maior quantidade de propaganda de álcool. Esse estudo é fácil também de conseguir quem quiser, enfim, depois eu mando para as pessoas que quiserem.

Próximo, por favor. Esses são outros estudos longitudinais que eu vou só apresentar um pouquinho. Esses estudos longitudinais eles são muito caros de serem feitos a maior foram feito nos Estados Unidos, esse aqui eu acho que foi na Bélgica e a gente está terminando aqui no Brasil. Esses estudos são os que mais trazem dados para a gente, porque eles seguem os jovens desde a idade que eles não estão consumindo até quando eles começam a consumir e, começam a perceber o que se relaciona com esse consumo que eles fizeram.

Então, por exemplo, esse primeiro estudo ele mensurou que a cada hora, uma hora de aumento na exposição à TV, está associada com 9% de aumento no risco de iniciar... De exposição à TV associada com o início do beber. O Saffer, num outro estudo ele viu que daqueles que assistiam 60% ou mais de propaganda de álcool da TV, eles tinham 44% mais chance de beber cerveja.

A Ellickson nesse estudo de 2005, ela descobriu que uma exposição a publicidade de cerveja em pontos de vendas em eventos musicais, ou seja, essa publicidade mais ampla que eu estava referindo, prediz o início do beber em adolescente dois depois do início dessa pesquisa.

Próximo, por favor. Então basicamente essa relação se dá por esse três fatores: A exposição, o gostar e a apreciação, e a lembrança. E eu queria apresentar para vocês se isso existe no Brasil, será que os nossos adolescentes eles estão expostos a propaganda? Será que eles gostam? Será que eles lembram da propaganda?

Próximo, por favor. Essas são as referências bibliográficas. O próximo. A exposição, vamos ver se eles estão expostos à propaganda e para isso eu trouxe dados desse levantamento nacional.

Aqui a gente vê a exposição diária ou mais, esse em azul são as propagandas e esse... Não sei que cor é essa, vermelho ou rosa, é a prevenção. Na verdade qualquer fator de prevenção, qualquer coisa que diz, por exemplo, um rótulo que diz: "Se dirigir não beba", já é considerado prevenção.

Olha, a porcentagem, praticamente 60% dos adolescentes expostos. Nos últimos 30 dias, eles disseram que eles viram diariamente ou mais mensagens de propaganda de bebida álcool; essa porcentagem bastante menor de um algum tipo de prevenção.

Próximo, por favor. Esse aqui é um dado, também em relação a publicidade, a propaganda de cerveja em bares, padarias, restaurantes, eventos esportivos e etc. Esses aqui são os adolescentes em azul, e esses aqui os jovens adultos. Vocês vêem que é não tão diferente, uma exposição de quase metade dos adolescentes de muitas propagandas, muita publicidade nos pontos de venda nos últimos 30 dias. Então, eles estão bastante expostos a publicidade.

Próximo, por favor. Eles gostam dessa publicidade? Eles apreciam? Eles lembram da publicidade? Primeiro: Eles gostam? Vamos lá. Este é um dado que tem dessa pesquisa do mercado do Data Folha, que é publicado no meio & mensagem, é uma revista de publicidade, você percebe que nos vários anos, tal tipo de propaganda. Você perguntava: Qual a sua propaganda preferida na TV, dos 30 dias? Podia ser de casas Bahia, podia ser de alimento, podia ser de qualquer coisa, sempre tem propaganda de cerveja que estão entre as dez mais gostadas pelos adolescentes e que todos gostam mais.

Próximo. Eles lembram dessa propaganda? O próximo, por favor. A mesma coisa: Entre as marcas mais lembradas nos últimos 30 dias a mesma pesquisa, sempre tem propaganda de cerveja entre as dez mais lembradas. Próximo. Isso a gente tem que levar em consideração pensando também nos estudos que foram mostrados, antes econometricamente que não

mostram uma relação entre publicidade e beber, que essa influência ela se dá no decorrer de vários anos.

Não vai ser no primeiro ano muitas vezes que você vai descobrir é uma influência indireta, sutil e cumulativa, do tipo de estalactite. Então esse tipo de coisa a gente vai ver em decorrer dos anos, por isso que esses levantamentos longitudinais, individuais, são muito importantes para a gente avaliar essa questão que a gente está falando aqui. E de que de imposto tipo de publicidade a gente está falando? Tem aquela da televisão que a gente conhece. E que mais?

Próximo, por favor. Basicamente especialmente a cerveja que eu coloquei aqui, ela está relacionada a quase tudo. Quase tudo que é símbolo nacional e quase tudo de maneira geral. Futebol, certamente. Carnaval. Todos os tipos de carnaval. A Brahma patrocinadora "oficial da alegria. Não há alegria sem Brahma".

O próximo, por favor. Esse aqui é o Skol Beats, que foi um evento vocês devem conhecer, todos os jovens conhecem associada com uma visão bastante jovem em relação a isso. Próximo, por favor. Aqui mostra uma relação com... Isso é tudo de Internet, eu peguei tudo da Internet, é relacionado a todo tipo de coisa, a surf, a rodeio, ao carnaval, a festa de São João, a *fashion week*, a futebol, a festas, etc, moda.

O próximo. Também aqui uma série de coisas relacionadas aos jovens, papel de parede, celular Skol, etc e tal. Próximo. E aqui um exemplo de um outro tipo de publicidade, que é a questão de um boteco universitário. Então, se pergunta: Você é maior de 18 anos? Para aproveitar, para a diversão do boteco universitário, sim ou não, não tem muita dificuldade de entrar.

O próximo. E daí uma vez que está lá dentro, quer dizer, é maneira, aqui olha: "Galera, da universidade, diversão e muita Skol gelada. Isso é a cervejada do boteco. Aqui você encontrará datas de todas as cervejadas". Então o seu filho que você paga um dinheiro para estar na universidade, ele está bastante servido com a cerveja.

O próximo, por favor. Também a questão da auto-regulamentação, a gente entra agora para ver a eficácia da auto-regulamentação que sempre considerada e foi colocada aqui como bastante eficaz e efetiva e etc. Foi feita uma pesquisa - aqui está o principal ator o Alan Vendrame - que com esse dinheiro da FAPESP, nos concedeu esse dinheiro da FAPESP.

Ela iniciou com 32 propagandas, 133 adolescentes, menores de idade eles tinham que escolher entre essas propagandas, as que eles mais gostavam e as que eles tinham sido expostos antes, ou seja, as mais populares.

Destas foram escolhidas as cinco mais populares, as que os adolescentes achavam mais populares, eles já conheciam todas, mas as que eles achavam entre elas as mais interessantes, mais populares. O próximo, por favor. E daí foi pega uma outra amostra de 282 adolescentes também dessa faixa etária em São Bernardo, e se mostrou para eles as propagandas... [soa a campainha] Ah, então, está bom, eu vou mais devagar.

Mostraram as propagandas para eles e ao mesmo tempo se utilizou um questionário em que se mostrava... Se adaptou o código de auto-regulamentação publicitária, mas bastante parecido as mesmas perguntas e se perguntava para os adolescentes se aquela propaganda violava ou não essas regras que o CONAR estabelecida.

E a idade média desses adolescentes era 15,8 anos e esse estudo foi apresentado na Kettil Bruun Society, na KBS, que é um Congresso muito importante na nossa área de álcool e ele está em análise agora no [ininteligível], que é um jornal muito importante da nossa área e demora muito tempo para estes estudos serem publicados. Ele está em análise e um dos autores que a gente teve a honra de estar participando com a gente é o Tom Babbo, que é uma pessoa internacionalmente um dos mais conhecidos e ligado ao MS também.

Próximo, por favor. E aqui é uma apenas uma amostra que das 16 regras incluídas no estudo, tiradas do Código do CONAR, 11 foram violadas, nessas várias propagandas isso pela visão do público, que é o público que está em risco que é o público que nos preocupa. Provavelmente, eu não fiz essa pesquisa, mas se a gente levasse isso para pessoas que estão do grupo, vamos dizer de interesse, talvez eles não vissem todas essas violações, porque essas violações são regras muito subjetivas. E por isso que é há uma diferente dependendo de quem é exposto a isso, mas de qualquer maneira vocês vêem que deveria ser protegido não está sendo. Está certo?

Próximo, por favor. O resumo da ópera, então? Próximo. Quem educa atualmente então o brasileiro sobre bebidas alcoólicas? A gente sabe que há uma desigual freqüência e alcance das propagandas, se eu mostrasse algumas das propagandas de cerveja, possivelmente os Srs. Conheceriam essas propagandas e a prevenção possivelmente não conheceriam.

O álcool está em geral associado nessas propagandas a coisa muito divertidas que é esporte, alegria, diversão, sexo, evento, celebração, humor carnaval, enfim, tudo de bom, enquanto a prevenção nem tanto. Então, fica muito mais difícil a gente trabalhar a prevenção nesse contexto.

Próximo, por favor. E é o seguinte eu acho que o resumo de tudo: O consumo de bebidas alcoólicas pelas

nossas pesquisas ela se inicia cada vez mais cedo. E há espaço para crescimento, pois, de fato é um mercado imaturo e de fato há um espaço para crescimento grande de consumo de álcool aqui no Brasil.

A publicidade de álcool aumenta a probabilidade dos jovens de iniciar o consumo e de que estes consumam quantidades maiores e isso há uma série de pesquisas feitas... E assim, a ciência é feita de um acúmulo de conhecimento e o acúmulo de conhecimento apontou para essa área nesse momento. A maciça exposição além do aspecto extremamente jovem e atrativo da publicidade é o ponto do achado acima, como eu mostrei antes.

A maioria dessa publicidade diz respeito à cerveja que também é de longe a bebida alcoólica mais consumida no Brasil pelos jovens. A auto-regulamentação não funciona para as bebidas alcoólicas. A regulamentação das bebidas alcoólicas já é um instrumento utilizado em alguns países democráticos. E as restrições ambientais, entre elas a restrição de publicidade, mas entre outros aumentos da taxação ou restrição de ponto de venda, são as estratégias mais eficazes.

Eu como psicóloga gostaria de dizer que a educação é o mais importante, infelizmente, não é isso que as pesquisas mostram. É isso, obrigada.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Obrigada, Dra. Ilana, eu gostaria só de complementar de alguma forma a visão da Universidade que a Dra. Ilana, traz. Talvez como pesquisador mais sênior do meu próprio Instituto eu acho que vale a pena lembrar um aspecto o seguinte: A história em relação a indústria do cigarro.

A indústria do cigarro mentiu por mais de 40 anos para toda a sociedade no mundo todo. Ela negou, por exemplo, que o cigarro causava câncer, quando na década de 50 já se mostrava que o cigarro causava câncer por 30 anos, 40 anos ainda do cigarro, falou "O cigarro não causa câncer. A propaganda não estimula o consumo de cigarro". E uma série de situações que são absolutamente mentirosas.

A indústria do cigarro mentia, porque defendia basicamente os interesses da própria indústria do cigarro. Você não pode esperar que eles pudessem fazer de uma forma diferente. A indústria do cigarro não defenderia, nunca defendeu e não vai defender a saúde pública. Não vai defender a educação das nossas crianças, isso é uma coisa que me parece tão claro, e a história da saúde pública dos últimos 50 o anos, mostrou exatamente isso.

Qualquer País que tenha confiado na indústria do tabaco, na determinação das suas políticas públicas agiu de uma forma [soa a campainha] Criminosa, no sentido de se colocar ao lado de uma indústria que tinha, tem e continua tendo o interesse de vender cigarro e não tem interesse nenhum de fazer educação de saúde.

Creio que nós estamos repetindo a mesma coisa em relação a indústria do álcool, no Brasil. E nós tivemos um grande avanço em termos de saúde pública no Brasil, quando essa Casa Legislativa proibiu a propaganda do cigarro. Nós demos um exemplo ao mundo nesses últimos anos, nós somos uma sociedade democraticamente melhor ao não permitirmos que os nossos filhos, nossas crianças sejam expostas aquele tipo de propaganda do cigarro, que nós tínhamos na década de 80 e até metade na década de 90, não tenham a menor dúvida.

Eu me sinto melhor em viver numa democracia que leva em consideração os interesses das nossas crianças e não interesse da indústria de cigarro. Eu creio que agora nós vamos ter a oportunidade de fazer a mesma coisa em relação ao álcool. Nós precisamos parar de deixar que nossas crianças sejam educadas, pelo Zeca Pagodinho, porque pela visão da indústria, a propaganda não faz efeito.

Eu fiquei tão comovido com a visão da indústria, que eu acho que a gente poderia convidar a indústria do álcool para educar nossos filhos nas escolas. Porque se só a temperatura que faz subir o consumo de álcool, então, nós vivemos num País tropical, vamos no embebedar de cerveja e vamos ficar todos muitos felizes com essa visão de País tropical.

Na realidade essa uma visão absolutamente distorcidas dos milhões de pessoas que são submetidas a toda a violência do álcool na sociedade brasileira. As milhões de crianças que recebem toda a sorte de violência no seu ambiente doméstico pela intoxicação do álcool. Todas as pesquisas mostram que 80% das crianças que são abandonadas no Brasil, tem o álcool na origem desse problema social.

Tratar bebida alcoólica como se fosse doce, eu tenho uma profunda revolta moral contra esse tipo de atitude. É por isso que eu absolutamente falo que esses são dados absolutamente mentirosos de como você imagina, como você apreende o fenômeno de bebidas alcoólicas no Brasil.

Então falar que não está aumentando o consumo de bebidas alcoólicas, realmente me soa como uma forma de uma violência, por exemplo, os dados eu absolutamente não acredito nos dados da própria indústria de cerveja. A gente não pode esquecer que há poucos meses atrás mais de 70 executivos da Schincariol foram presos por sonegação fiscal.

Achar que esses dados oficiais da indústria da cerveja são os que realmente ocorre, nem a própria Receita Federal acredita que esses dados são realmente reais, temos um tipo de mercado negro em relação ao

álcool no Brasil que é substancial. A gente desconsiderar e achar que não estamos bebendo mais bebidas alcoólicas, quando os dados independentes da nossa pesquisa mostra o contrário, o Senado Brasileiro [soa a campainha], não pode desconsiderar esse contraponto que a universidade está querendo fazer aqui.

Falar que a sociedade não aprova a proibição de propaganda é mais uma mentira, a nossa pesquisa mostrou, quando a gente pega uma amostra representativa da população brasileira e não usa pesquisa que possivelmente foi financiada pela própria indústria, quando você pega uma amostra representativa mais de 830% da população quer que os seus filhos não sejam deseducados pela indústria do álcool do dia a dia.

Qual é o pai que ver seu filho de quatro, cinco anos, ser exposto a essa propaganda com o Zeca Pagodinho estimulando seu filho a beber. Então 80% da população primeira não aprova a propaganda de cerveja. Nossas pesquisas mostraram, quer dizer, a gente fala que todo mundo da população brasileira bebe. Não é verdade. 48% da população brasileira não beber.

Esse é um dos nossos dados mais importantes, falar que oportunidades bebe, não verdade, metade da população brasileira são de abstêmios, porque você tem de 25% de evangélicos, por exemplo, que são uma categoria populacional que absolutamente não bebe.

Então, eu acho que por isso que 80% da população brasileira de adultos aprovam a proibição da propaganda ou a regulamentação da propaganda nos mesmos moldes que foi feito em relação ao cigarro. Eu acho que esse contraponto de cigarro e álcool ele é importante que é uma forma da gente sinalizar. E essa uma oportunidade que o Senado vai ter que sinalizar para a população que tipo de sociedade nós queremos viver?

Uma sociedade que nossa crianças possam ser expostos 24 horas com a propaganda às oito horas da manhã, você acha que isso é democrático você viver [soa a campainha] Numa sociedade que os interesses da indústria do álcool favoreçam ou numa sociedade em que a gente proteja as nossas crianças que estão começando a beber mais cedo.

A gente possa sinalizar para os pais que a todos os pais desse Brasil que o Senado se preocupa com a exposição numa propaganda absolutamente mentirosa. Eu acho que finalizando, eu acho que esse tipo de sinalização é importante para o Senado. E obviamente não acreditar que essa auto-regulamentação possa funcionar.

Os nossos dados mostram que são dados que são devaneios de regulamentação que o CONAR, quer que a gente acredite que eles possam ser os nossos aliados da saúde pública na regulação da propaganda.

Com todo o respeito para mim o CONAR é um clube de publicitários, querendo colocar à sociedade normas de propaganda e quando a gente pode ver na prática todos os códigos, o próprio Código de auto-regulamentação absolutamente não funcionamento. E eu acho que nós temos que encerrar esse período na Sociedade Brasileira de nós enganarmos, que a auto-regulamentação está do lado da saúde pública.

A auto-regulamentação está do lado da indústria de cerveja, e está do lado da indústria de cerveja, está no lado das agências de publicidades, mas não está do lado das crianças do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Ronaldo Laranjeira e a Dra. Ilana também. E Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade da Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina de São Paulo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se V. Exa. me permite, hoje eu sou o Presidente da Frente Parlamentar da Engenharia e nós estamos comemorando 75 anos, vai ser 11h30. Nós estamos comemorando 75 anos do CONFEA é o primeiro Conselho Federal profissional do mundo, Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.

E tenho então uma solenidade, mas eu não queria sair sem deixar aqui a preocupação que eu tenho com o tema. Eu acho que a bebida alcoólica, o álcool, que tem a origem numa palavra árabe cujo significado é sutil, é realmente, é extremamente sutil.

Ele penetra os lares brasileiros de uma maneira tão sorrateira. E não são os lares apenas não. Nas recepções para os Presidentes o álcool está presente. Na confraria dos mendigos debaixo da ponte, o álcool está presente. O sujeito está feliz bebe; se o sujeito está triste bebe para esquecer; se está calor bebe uma geladinha; se está frio bebe para esquentar. E nós precisamos regulamentar isso.

Porque o fato concreto é que aumentam não só os acidentes. Crimes. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem 320 mil crimes cometidos por ano. Imagine 320 mil crimes por ano. São 110 mil furtos, com arma 60 mil. Roubo de automóvel 55 mil. Homicídios 9 mil. Isso porque não damos como homicídio mais de 10 mil corpos encontrados ao relento que entram na estatística como morte de população de rua. Ninguém comete um crime sem antes beber e depois que comete o crime, bebe também.

Portanto, eu acho que o tema ele é muito mais profundo do que apenas estatísticas pontuais, que pos-

sam ser apresentadas pela indústria e pelos que tem interesse no jogo. É como os bancos. Por exemplo, aqui no Brasil os bancos fazem o cenário para que o Banco Central estabeleça a taxa de juros do COPOM, deveria ser proibido aqueles que têm interesse no jogo que façam apostas. Nós deveríamos ter partes isentas.

E acho que esse Congresso precisa se manifestar, eu apresentei três projetos preocupado com isso. Venda de bebida em postos de gasolina me preocupa muito. No Rio de Janeiro eu passo à noite vejo nos postos de gasolina, os meninos e as meninas bebendo, bebendo cerveja, bebendo aquelas outras bebidas em garrafas. E saem dali com a direção iminente, tem que sair dirigindo, porque o carro está lá. É uma coisa complicada isso.

Nós temos uma série de mazelas sociais, divórcio, problemas de insanidade mental. Eu quando fui militar, sempre que nós tínhamos um Sargento ou um Oficial baixado ao pavilhão neuropsiquiátrico era por bebida e vários morreram. Isso alcança até os quartéis, onde pelo regulamento disciplinar do Exército não pode ter álcool, mas entra. Entra, porque o álcool entra em todo o lugar. Eu acho também ingênua a visão de que a propaganda não tem influência sobre isso.

Essa ligação do álcool com a sensualidade, com a beleza e com o sucesso é perverso, sobretudo na formação das nossas crianças, até porque não há contrapartida. O rótulo de uma bebida alcoólica deveria trazer: "Olha essa bebida, essa embalagem contém, também: problemas mentais, acidentes de automóveis, divórcios, desempregado, falta de produtividade no trabalho, dificuldades para o ensino e tantas outras coisas que o uso continuado da bebida acarreta".

Não sou aqui de maneira nenhuma um fanático, acho que a história da humanidade ela se desenvolve ao longo das bebidas, primeiro a água que deu o surgimento das primeiras cidades próximas aos rios, depois as cervejas com os egípcios e muitos atribuem até a escrita às bebidas. Depois com os gregos o vinho foi muito importante nas formulações, tanto da política como também da Filosofia. As grandes navegações também estavam ligadas aos destilados, às pessoas iam para o mar passavam frio, tinham intempéries e acabavam bebendo.

Depois veio a globalização o café que está ligado já ao grande desenvolvimento cultural as pessoas tinham mais poder de concentração bebendo café, que foi uma bebida que ocupou um espaço importante no desenvolvimento da humanidade. E recentemente a globalização da Coca-Cola, dos refrigerantes e também dessas bebidas, a cerveja, voltando com muita força. É da vida é natural.

Agora é fundamental Sr. Presidente, que nós possamos regulamentar a propaganda isso é um apelo que faço, ao Congresso, à Nação, às pessoas envolvidas porque veja lá no Rio de Janeiro, a gente está vendendo bebida na praia. Se a gente perguntar ao Corpo de Bombeiro, nós temos 15 mil afogamentos nas praias do Rio por ano, 80%, são pessoas que bebem e bebem e bebem nas areias, depois vão nadar e se afogam.

A gente vende bebida no campo de futebol, no posto de gasolina, nos engarrafamentos, param os carros vem um rapazinho com isopor, vende cerveja. É uma coisa complicada e se nós não regulamentarmos, eu não sei onde nós vamos parar. Então fica aqui a minha admoestação ponderada, não estou contra o direito, não estou pregando lei seca nos Estados Unidos não deu certo, não acredito que dê certo também no Brasil.

Mas que a gente precisa regulamentar, a gente precisa estabelecer parâmetro, a gente precisa cuidar do futuro, sobretudo da maior preciosidade do nosso País que são nossas crianças, jovens e adolescentes. Isso Sr. Presidente é um imperativo e eu não podia sair com a permissão de V. Exa., sem antes extravasar o meu sentimento. Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella. Foi muito importante a sua intervenção, sempre muito bem consistente, equilibrada como V. Exa. é na discussão dos temas desta Casa.

Então eu agradeço a V. Exa. e V. Exa. também relacionou dados importantíssimos do Rio de Janeiro, isso nós temos que estudar profundamente e eu sou a favor sim, da regulamentação de uma maneira acredito bem rígida, para que nós possamos conter, minimizar esses danos que a sociedade está sofrendo por causa de vícios que iniciam sempre com a bebida alcoólica .

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado a V. Exa. A Dra. Ana Paula Massera, solicitou fazer uso da palavra, eu concedo à senhora.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom, muito rapidamente só complementando em função de alguns pontos que foram levantados.

A questão da regulamentação da propaganda aqui, ela não está vindo como uma medida simplista até porque ela vem como parte de uma política pública que foi publicada e a impossibilidade de regulamentação da propaganda em seu inteiro teor, ela faz com que essa política pública fique digamos assim, capenga.

Então ela não é uma medida simplista. Eu concordo que a regulamentação da propaganda por si só, ela não vai fazer com que o consumo e os acidentes e os agravos com as bebidas alcoólicas cessem. Mas ela vai ajudar na redução sim, ela é um dos fatores preponderantes como nós vimos já nas pesquisas demonstradas aqui e ela não pode ser deixada de lado.

Ela tem que ser sim aplicada junto com medidas educativas, tem que ter a fiscalização? Tem sim. Tem que ter a punição? Tem sim. Mas tem que ter a regulamentação da propaganda que faz parte desse tripé. Outro ponto que eu acho interessante levantar e a Dra. Ilana mostrou ali algumas questões de propaganda, é uma coisa que já está tão arraigada no nosso dia-a-dia que eu acho que às vezes a gente começa a perder o bom senso.

Eu estava vendo ali as propagandas relacionadas a diversas funções, eu fiquei chocada na época do PanAmericano, pelo fato de uma cerveja ser um dos patrocinadores oficiais dos eventos do PanAmericano, jogos PanAmericanos! Gente, não combina!

E é uma coisa que está tão assim no nosso dia-a-dia que ficou todo mundo, assim, olhando aquilo, ninguém notou que aquilo não estava condizendo com a situação. Jogos PanAmericanos tinha como um dos patrocinadores oficiais uma cerveja, juntamente com a Caixa Econômica Federal, que é uma empresa pública. Gente isso é um absurdo! Então a gente tem que tentar coibir pelo menos essas coisas completamente *non-sêns*, isso que a gente vem passando.

Então, eu acho que um mínimo sim de regulamentação. Eu acho que nem que seja com aqueles 23%, os quais dizem que a propaganda precisa ser regulamentada, eu acho que a gente já vai ter um bom resultado. E outra coisa, quando nós fizemos a nossa consulta pública na tentativa de regulamentação da propaganda da bebida, a grande maioria das nossas contribuições foram no sentido de apoio: "Sim nós queremos". Inclusive setores representativos da sociedade.

Então, assim dizer que a sociedade não aprova, também acho que é uma questão equivocada porque nós recebemos a maioria das nossas contribuições, foram apoiando o fato da propaganda está sendo regulamentada naquele momento.

Era só isso, Senador, só para complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço e quero justificar as palavras da Dra. Ana Paula, porque nós demos um tempo e fomos até rigorosos com a Dra. Ana Paula, depois nós tivemos o Dr. Milton Seligman que usou um tempo quase três vezes superior ao que seria. Então, por isso a Doutora fez uso da palavra e também nós temos liberdade aqui, para discutir esse assunto extremamente importante.

Eu também fiquei abismado quando eu vi "boteco universitário", isto é uma lástima, é deprimente para nós. "Boteco universitário", incentivando os universitários a freqüentar, se tiver mais de 18 anos ou 18 anos, o "boteco universitário". Isso é lamentável, isso é para País, realmente, que está em estado de degradação.

E, também sobre a questão do PanAmericano, eu li já numa revista que estava já programado há algum tempo que o mascote teria a ver muito com a cerveja que iria patrocinar, que seria a Sol; previamente, na escolha do mascote já estaria sendo visado esse patrocínio da cerveja, realmente é muita inteligência e essa inteligência é que vai influenciar o início.

Isso ninguém me tira da cabeça que se a propaganda não influenciasse - desculpem, eu estou trazendo até a minha opinião como médico e pai - se não influenciasse a indústria, ela não iria gastar milhões e milhões e fazer um artista irresponsável como é este ídolo Zeca Pagodinho. Eu até gostava dele, depois que ele começou a participar incentivando a bebida - não me interessava se ele bebia ou não, ele é um bebedor que não esconde isso, mas quando começou a aparecer nunca mais eu quis nem ouvir música dele.

Então, fica esse registro também da minha indignação, mas pedindo desculpas ao Dr. Gilberto Leifert, por ter antes da palavra concedida a ele dado a espaço à Dra. Ana Paula, eu passo a palavra ao Dr. Presidente do Conselho Nacional da Auto-Regulamentação Publicitária, CONAR.

SR. GILBERTO C. LEIFERT: Senhor Presidente, muito bom dia. Agradeço a oportunidade de participar de mais uma Audiência Pública, saúdo os Srs. Senadores presentes, saúdo os companheiros de mesa igualmente convidados.

A oportunidade é valiosa de novamente trazer a visão do CONAR, a sua contribuição, a discussão do assunto publicidade e venda de bebidas alcoólicas. Em relação a vendas de bebidas alcoólicas, pouco poderei contribuir. Em relação a publicidade acredito que a grande contribuição que o Congresso propiciou, foi a realização do estudo o Álcool nos Meios de Comunicação sobre Publicidade de Bebidas Alcoólicas.

Esse estudo foi conduzido no âmbito do Conselho de Comunicação Social, Sr. Presidente, é um documento público que se acha inclusive disponível na biblioteca do Senado e eu tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., registrando que o estudo conduzido em 2005 e 2006, relata audiências públicas realizadas sobre o tema.

A Presença Ancestral do Álcool na Sociedade, O Consumo de Bebidas Alcoólicas no Brasil, a OMS, o

Ministério da Saúde, a ANVISA e outros protagonistas da política de prevenção e redução de danos à saúde; Bebidas Alcoólicas e Menores de Idade; Violência Associada ao Consumo de Bebidas Alcoólicas; Acidentes de Trânsito Associados ao Consumo de Bebidas Alcoólicas; A Distinção entre Bebidas Alcoólicas, seu Consumo e a Propaganda Comercial destes Produtos; O Direito Positivo; A Auto-Regulamentação da Publicidade no Brasil e no Exterior; Projetos de Lei em Tramitação nas duas Casas; O Direito do Consumidor à Informação: A Liberdade de Expressão Comercial e a Livre Iniciativa à Luz da Carta Magna de 88, Os Princípios Constitucionais de Adequação, Necessidade e Proporcionalidade e Considerações Finais.

Este documento, Sr. Presidente, eu tenho a honra de lhe passar às mãos, acredito que poderá ser de alguma valia aos estudos que o senhor está conduzindo no âmbito desta Comissão.

Gostaria de informar que o CONAR é uma organização não-governamental. Eu sou voluntário, represento no Conselho a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e fui eleito pela comunidade publicitária que congrega anunciantes, veículos e agências de publicidade.

O CONAR se ocupa de auto-regulamentar diferentes categorias de produtos, todas as categorias de produtos e serviços lícitos, submetem-se igualmente a auto-regulamentação do CONAR. O CONAR não atua em relação a propaganda política eleitoral, cuja jurisdição bem sabem os senhores é da Justiça Eleitoral, nem tem atuação em relação à propaganda religiosa.

Nós cuidamos então de todas as categorias de produtos e serviços lícitos, inclusive bebidas alcoólicas. A respeito desse tema o CONAR editou já em 1978, por ocasião do Congresso Brasileiro de Propaganda as primeiras normas de auto-regulação sobre publicidade de bebidas alcoólicas. Elas foram adotadas então voluntariamente naquela ocasião, vêm sendo praticadas desde então.

As primeiras restrições de horário em televisão derivam daquela auto-regulamentação de 1978. Elas foram reiteradas e atualizadas em 2003, e mais recentemente em 2008, com a finalidade de ampliar a proteção, sobretudo a públicos vulneráveis considerando a importância que se deve dedicar às crianças.

Eu tenho um vídeo para apresentar aos senhores e o farei em seguida. Mas gostaria de trazer como destaque da colaboração da minha entidade ao debate aqui estabelecido e, que poderá acredito ser também de alguma valia tanto aos estudos no âmbito do Congresso, quanto à própria universidade; universidade que nos trabalhos que vêm apresentando normalmente comete o equívoco de confundir, produto, consumo e publicidade.

A matéria comporta uma visão aprofundada nessas três dimensões. O produto é lícito. As observações do Dr. Laranjeira em relação ao produto, as observações do Senador Crivella que já nos deixou em relação ao produto, sugerem que o Estado licencia a fabricação de um produto que traz inconvenientes à sociedade, a saúde. Então esse debate deve focar o produto.

A publicidade é um dos fatores que vou discorrer a seguir. O segundo fator é o consumo. O consumo por crianças menores, ele é proibido no Brasil desde 1940. Não temos notícias e tenho nesses debates públicos, encorajado a audiência sempre a indicar estabelecimentos que tenham sido fechados, tendo tido o alvará de funcionamento cassado em razão da venda de produtos de bebida alcoólica a menores de idade. Não tenho notícia.

Os Srs. Senadores, os Srs. Deputados fariam bem à sociedade, se exigissem o cumprimento dessa legislação tão antiga e tão desacatada, que foi inclusive reiterada no Estatuto da Criança e do Adolescente. É proibida no Brasil a venda de bebidas aos menores de idade. Os senhores têm ao seu alcance formas apropriadas de exigir que o Estado cumpra efetivamente essa regra.

A propaganda de bebidas alcoólicas. Todo produto e serviço lícito pode ser anunciado. A Constituição de 1988, legada por esta Casa, que conferiu à publicidade garantias de liberdade de expressão comercial, o Constituinte rejeitou todas as emendas que preconizavam a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas. Todas foram rejeitadas. De modo que o legislador brasileiro, assim como o CONAR, concorda que o cidadão depende de informação para se determinar.

Informação em sentido amplo, informação àquela que os programas de televisão, de rádio, jornais, as revistas veiculam denunciando, abordando malefícios do consumo indevido, abusivo do álcool, isso é público e notório. Conheço médicos que bebem e fumam a despeito da facilidade de acesso à informação. A decisão de fumar e beber é do indivíduo.

Nós que vivemos numa sociedade democrática, precisamos defender o direito do cidadão de se conduzir, o cidadão há de se determinar a partir de informações. Cidadãos responsáveis, consumidores conscientes dependem de informação. O jovem não deve beber, não pode beber.

Aos 16 anos ele se torna eleitor, escolhe o Presidente da República, mas não pode beber, isso está na lei. Não deve haver dúvida a respeito da inconveniência do consumo por menores, mas não se trata de falta de lei, o Brasil já dispõe de legislação.

Quando o Dr. Laranjeira em nome da Universidade, da Academia, nega eficácia a auto-regulamentação, eu gostaria de colocar em questão se efetivamente S. Sa. conhece o trabalho voluntário desenvolvido pelo CONAR. Acredito que como militante da causa da proibição da bebida alcoólica, que muitas vezes confunde a atuação da Ciência com a militância... O Dr. Laranjeira é líder desta causa, da proibição, ele não faz apenas pesquisa.

O Dr. Laranjeira é reconhecido como militante ele não consegue conduzir de forma desapaixonada, pesquisas científicas a respeito desse tema. Tanto assim, que a metodologia empregada nesses trabalhos apresentados aqui hoje, é bastante confusa. Eu não diria suspeita, porque não tive acesso à metodologia, mas confusa é, porque não leva em consideração que desde 2003, existe uma nova auto-regulamentação no Brasil, que as crianças e os jovens não aparecem nos anúncios; que a partir de 2008 existem regras muito precisas, que não permitem que os anúncios sejam a eles dirigidos.

E, o fato novo ignorado pelo pesquisador - espero que o Congresso não ignore - é que na Inglaterra hoje dia em dia, já se sabe que não adianta restringir a televisão, pois os conteúdos estão livres e acessíveis na Internet que não está sujeita a regulamentação, os jovens, os menores, recebem informação no vídeo game, no celular e na Internet.

Então, a idéia de que através da regulação do horário de veiculação em rádio e televisão, os menores deixarão de consumir é um rematado equívoco. Os menores consomem, porque lhes é facultado o acesso ao produto da geladeira para o consumo, da mesa para o consumo, sem que haja restrição, sem que o Estado exerça de forma adequado o poder de polícia.

Nós estamos aqui atribuindo à publicidade e a mídia, uma importância que eu não ouvi mencionada aqui em relação à família, em relação à escola. A escola faliu, a família faliu, o Estado não faz cumprir as leis existentes e agora, se cobra da televisão, do rádio, da publicidade.

Peço licença para divergir, um rematado equívoco. Não se trata de restringir a publicidade e obter o efeito para a saúde da população, não acredito nessa possibilidade e vou mais além.

O Congresso Brasileiro acompanha o Poder Legislativo e o Poder Executivo acompanham os estudos em desenvolvimento da Organização Mundial da Saúde, que congrega os maiores especialistas do mundo em saúde pública. A Organização Mundial da Saúde estuda este problema a fundo, não emitiu nenhuma - nenhuma - diretiva aos Estados-Membros, determinando que o Ordenamento Jurídico dos Países Membros da OMS, proibiam a publicidade de bebidas alcoólicas. A OMS não emitiu essa diretiva.

Eu tive o cuidado de me atualizar antes de sentar nesta poltrona como convidado, a OMS não reconhece o nexo etiológico, a causa da publicidade como determinante do alcoolismo. A OMS não reconheceu ainda, não apurou, não declarou. De modo que o Brasil pretende se antecipar, o Brasil formula juízos categóricos a respeito de questões que as autoridades científicas sanitárias do mundo inteiro ainda estudam e não concluíram.

A questão é realmente muito complexa. Eu venho aqui com o propósito de defender a liberdade de expressão comercial de todos os produtos e serviços lícitos, não desejo ser confundido com um cinzeiro, nem com uma bolacha de chope.

A entidade que eu represento defende a liberdade de expressão comercial de empresas estabelecidas no Brasil, que atuam em conformidade com as leis, que recolhem impostos e que, portanto, tem sim, direito de anunciar os seus produtos. A menos que esta Casa que é sim, soberana, decidida pela proibição que contraria a Constituição ou pela restrição.

A minha entidade é legalista, Sr. Presidente. Desde 2000, é proibido no Brasil, foi virtualmente proibido no Brasil o anúncio de cigarros. Houve o banimento virtual, posto que a proibição pela Constituição não seria aceita. Houve um artifício legislativo e houve o banimento virtual.

E a notícia que já tive oportunidade de trazer a uma Comissão em Audiência Pública, na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, é que estudos da FIP concluíram, que a partir da proibição da propaganda de cigarros no Brasil, o consumo do declinou. O estudo ele é recente, ele é de 2007, está disponível na FIP.

Então, não estou nostálgico, não estou aqui defendendo revisão da legislação que impôs a proibição à publicidade de tabaco, é uma decisão do Congresso, a minha entidade é legalista e faz questão de acatar e ajudar no cumprimento dessa lei. Mas em relação à publicidade de bebidas alcoólicas, pretende-se repetir – repetir - a proibição com o propósito de alcançar efeitos não serão conseguidos.

Assim senhores, me refiro também a fiscalização da Lei Seca. Quando a Polícia se retirar das ruas e os jornalistas se retirarem das ruas, a Lei Seca será inócua, como inócua é a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade. Os senhores têm sim, a responsabilidade e a autoridade de exigir o cumprimento das leis existentes.

Apenas para não perder a oportunidade de repetir com bom humor uma frase do Otto Lara Resende, ele dizia o seguinte: "No Brasil as leis são como vacinas,

umas pegam outras não". E quando alguém diz assim: "A auto-regulamentação no Brasil não funciona", eu me lembro de Otto Lara Resende, as leis no Brasil não funcionam.

A auto-regulamentação funciona. E a respeito de bebidas alcoólicas - e a pesquisadora não teve o cuidado de olhar o site do CONAR - em 2004, 26% dos processos do CONAR versam sobre o tema. Em 2005, 22%. Em 2006, 16%. Em 2007, 15%. Em 2008, 29% dos processos éticos julgados pela entidade, versaram sobre anúncios de bebidas alcoólicas.

Eu vou pedir licença ao Presidente, para não abusar do horário e pedir a exibição desse *tape* e me coloco obviamente à disposição tanto dos companheiros de Mesa, quanto dos Srs. Senadores, para debater o tema. Por gentileza.

[É exibido um vídeo, com o conteúdo abaixo transcrito]

- Sou Roberto Civita, Presidente e Editor do Grupo Abril.

- Meu nome é João Roberto Marinho, eu sou Vice-Presidente das Organizações Globo.

- Nizan Guanaes.

- Meu nome é Washington Olivetto, sou Redator e Presidente da África. Como Presidente, não passo de um redator.

- Sou Vinicius Prianti, Presidente da Unilever Brasil.

- Antonio Jacinto Matias, sou Vice-Presidente, sênior do Banco Itaú, responsável pela operação de marketing de todas as Instituições do Itaú.

- Você apóia e respeita as decisões do CONAR?

- Apoio e respeito.

- Acatamos. As decisões há três décadas sem pestanejar.

- A nossa empresa acata as decisões do CONAR, quaisquer que sejam elas.

- Eu não necessariamente concordo totalmente com todas as decisões do CONAR, mas apoio e respeito.

- Mais do que aceitamos o CONAR, nós entendemos que ele é um bem para todos nós.

- Confiamos na atuação do CONAR definitivamente.

- Como sua empresa pode aceitar que uma entidade determine o que você pode ou não comunicar ao público?

- Porque tudo na vida tem que ter um freio.

- Eu não aceitaria decisões de nenhum órgão, nenhum órgão externo a não ser a Justiça. A não ser que respeitássemos e acreditássemos no que ele faz.

- Eu não vejo o CONAR como um controlador das atividades dos publicitários, mas sim, como um elemento bom senso disciplinador.

- Às vezes você pode concordar com a opinião deles, você pode discordar, mas a gente sempre vai ter que acatar.

- Não, conflito em absoluto. Com a liberdade e é importante essa liberdade, dos anunciantes com suas agências de criarem a boa publicidade.

- O CONAR foi uma bênção na vida das empresas no Brasil.

- O que o CONAR diz para nós é ordem. A gente cumpre.

- [Música].

- O primeiro caso famoso envolveu dois fabricantes de bronzeadores, a campanha de um dizia que o bronzeador do concorrente envelhecia a pele muito mais cedo; desde então o CONAR nunca mais parou.

- Não é uma entidade feita para defender publicitários, para defender editores de jornais, revistas, emissoras de televisão. Ele é feito para elevar a qualidade ética da publicidade.

- Todos devem abrir mão de alguma coisa, o criador da sua liberdade de criação, o anunciante da sua liberdade de expressão e, o veículo muitas vezes do seu faturamento.

- Tem que ser assim, tem que ser anunciante, agência e veículo. Tem que ser.

- É aqui nesse escritório na Avenida Paulista que funciona o CONAR, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária. Desde a sua Fundação em 1980, o CONAR já analisou e se pronunciou sobre mais de 6 mil questionamentos relacionados à ética na propaganda brasileira.

- É um pacto. É um pacto sólido muito bem trabalhado, que perdura por muitas décadas já são três décadas, entre todos os atores envolvidos na comunicação publicitária.

- O fato de o CONAR ser uma expressão de auto-regulação e não uma imposição do tipo contrato social, tipo lei, é que dá força.

- É muito melhor nós nos contermos, do que ter alguém de fora nos contendo. É sempre melhor.

- Acatar uma decisão no CONAR para nós, é a garantiria de que nós vamos poder ter a publicidade livre.

- Essa é uma vantagem enorme para a indústria da comunicação no Brasil, por ter chegado uma auto-regulamentação aceita por todos que é referência para outros setores da sociedade.

- Eu prefiro a injustiça do CONAR, a uma zona total, uma esculhambação, entendeu?

- Se a gente tivesse outros mecanismos de cerceamento da liberdade criativa na publicidade, certamente nós teríamos uma publicidade de qualidade inferior e um quadro social de qualidade inferior.

- Qualquer que seja a decisão dos Conselheiros, a força que substitui a lei nos processos do CONAR está na fidelidade absoluta de agências, veículos e anunciantes a um documento que inspira e guia as decisões dessa entidade há três décadas: o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, aprovado em 1978, no 3º Congresso Brasileiro de Propaganda.

- Toda a propaganda tem que ser honesta e tem que ser verdadeira. Todos os outros artigos giram em torno desse que é o principal.

- Em sua essência o Código determina que todo o anúncio deve ser honesto verdadeiro e respeitar as leis do País, deve ser preparado com senso de responsabilidade evitando acentuar diferenciações sociais; deve ter presente a responsabilidade da cadeia produtiva junto ao consumidor e o respeito à leal concorrência; deve respeitar a decência e a honestidade não devendo se apoiar no medo, na superstição ou na violência; deve ainda conter uma apresentação verdadeira dos produtos e serviços no que se refere a natureza, procedência, composição, finalidade, valor, preço e condições de pagamento.

- Tanto o grande quanto o pequeno anunciante deve o mesmo respeito à sociedade e são cobrados de igual forma.

- Eu acho que a primeira força do CONAR é a sua eqüidade, é a sua maneira sensata ponderada de analisar os fatos.

- Se a concorrência fizer alguma coisa que não esteja de acordo com digamos os preceitos esperados, o CONAR vai agir, nós vamos entrar com representação e vai agir ao mesmo tempo que também nós.

- É mais do que humano que as pessoas algumas vezes reclamem, ou não gostem.

- É sempre meio careta como pai e mãe, o primeiro Código Nacional de Auto-Regulamentação é seu pai e sua mãe.

- Importante: Quem ocupa cargo público por nomeação ou eleição em qualquer nível, não pode participar do CONAR e aí vem a pergunta: Quem são esses Conselheiros? De onde eles vêm? Que tipo de interesse ou categoria eles representam?

- Advogados, Médicos, Publicitários, Empresários.

- 36 desses Conselheiros são representantes da sociedade civil, além deles integram o Conselho de Ética, profissionais indicados pelas entidades fundadoras do CONAR, que representam anunciantes, agências de propaganda, jornais, emissoras de rádio e televisão, revistas e a central de outdoor.

- Há lugar também para representantes das chamadas novas mídias, TV por assinatura, Internet e cinema, dos profissionais de criação e de entidades de publicitários.

- Nós temos muito conforto com a forma como é constituído o CONAR.

- É uma mesinha que tem quatro pés, sem um desses pés a mesa cai.

- Os processos são publicados, os site é bastante aberto, inclusive com as sentenças.

- Dá voz ao cidadão e é também uma forma de controle externo da atividade desenvolvida pelo Conselho.

- Nada mais justo que o consumidor também se faça presente.

- Eu já julguei processos que foram acionados por um único consumidor.

- É importante deixar claro que o Conselho de Ética não atual a partir de denúncias anônimas. Ele só pode tomar alguma atitude, se for o caso, depois da primeira veiculação do anúncio, ou seja, aqui nessa tribuna não há hipótese de censura prévia de qualquer peça publicitária.

- Os processos éticos geralmente nascem de denúncias de consumidores ou empresas que se sentem atacadas ou prejudicadas, de autoridades públicas e do próprio CONAR, que conta com uma equipe de monitores, que verificam rotineiramente algumas centenas de veículos de comunicação de todo o País.

- Os consumidores e autoridades nada pagam para formular uma denúncia, os advogados de qualquer parte do processo são bem recebidos nas sessões, mas o CONAR prefere e encoraja a participação direta dos publicitários e profissionais de marketing.

- Vai ter uma velocidade que o Governo não vai ter.

- Na Justiça as coisas demoram e custam e não se resolve no tempo necessário da propaganda.

- Com sedes em São Paulo, Rio, Brasília e Porto Alegre, o CONAR é mantido integralmente pelas entidades do mercado publicitário e não custa um centavo sequer ao contribuinte ou a qualquer Governo.

- As queixas de denúncias são enquadradas por categoria de anúncio e cada categoria tem regras e cuidados específicos a serem respeitadas. É o caso da propaganda de bebidas alcoólicas, educação, emprego, imóveis, investimento, lojas de varejo, profissionais e serviços de saúde, produtos farmacêuticos e veículos motorizados.

- O Conselho pode decidir pelo arquivamento se considerar a denúncia improcedente ou optar por

três tipos de punição: advertência, recomendação de alteração ou sustação definitiva do anúncio. Nos casos graves o CONAR toma a iniciativa de fazer a divulgação pública da decisão dos Conselheiros.

- Não me recordo assim de nenhuma decisão que me parecesse injusta.

- Ninguém vai ao Poder Judiciário, exatamente porque fica satisfeito com a decisão que o CONAR toma, ainda que contrarie os seus interesses.

- Nós os criativos fazemos o papel de acelerador, o CONAR faz o papel do freio.

- Desde os tempos em que os pioneiros da nossa propaganda se mobilizaram para a criação e a aprovação do Código de Auto-Regulamentação Publicitária, o CONAR vem mudando e se aprimorando.

- Ao longo das últimas décadas procurou interpretar os novos conceitos, comportamentos e posturas da sociedade brasileira em relação à liberdade sexual, a exposição das crianças a consumo, ao papel da mulher na vida moderna, a propaganda de automóveis, aos hábitos de saúde e aos cuidados com alimentação e consumo de bebidas alcoólicas.

- Correndo atrás da sociedade como qualquer instituição, escola, Judiciário, Governos e etc.

- Inclusive no sentido de tolerar mais o que a 10, 15 anos poderia ser considerado um exagero.

- O CONAR não é um órgão estanque, ele não é um órgão estratificado no sentido de se apegar à determinados conceitos ou normas e se distanciar da sociedade.

- É preciso uma atualização constante, é preciso estar no meio. Hoje nós fazemos propaganda muito diferente daquela que nós fazíamos há 20 ou 30 anos atrás.

- Uma novela de hoje não é igual a uma novela de 30 anos atrás, em matéria de costume.

- O CONAR hoje é equiparado às melhores instituições de auto-regulamentação publicitária do mundo.

- Nós não cobramos nada do consumidor que faz as reclamações nós temos a sociedade civil participando do julgamento. Nós não aceitamos recursos do Governo, não custamos nada ao Erário público e adotamos um sistema misto de controle, legislação e auto-regulamentação. Por essas e outras nós estamos ao lado dos melhores.

- O Brasil se destaca junto com a propaganda inglesa e a propaganda norte-americana, exatamente pela presença de um órgão como o CONAR.

- O CONAR é também uma referência, porque uma série de entidades já está buscando sua auto-regulação e o CONAR acaba sendo um exemplo de como isso pode ser bem feito.

- Nesse diálogo permanente com o mercado o Governo e a sociedade, existe para o CONAR um outro documento que é ainda mais importante que o Código de Auto-Regulamentação e suas normas de atualização. É a Constituição Brasileira.

- Seu texto concilia o direito de anunciar com o direito do público de ser informado corretamente sobre produtos e serviços que podem melhorar sua qualidade de vida.

- Nada pode se opor à Constituição. A auto-regulamentação, o CONAR, são instrumentos de garantia do direito do cidadão à informação.

- Se a experiência como todos parecem reconhecer vem dando certo, não há necessidade de serem criadas leis, estabelecendo restrições à mensagem publicitária.

- Quando um grupo de pessoas se junta ou um grupo de empresas ou um grupo de entidades se junta para estabelecer regras do que eles fazem e cumprir essas regras é o ideal, é muito melhor do que ter o Governo fazendo isso, mas muito melhor.

- Não sei se a lei é desnecessária. Ela talvez poderia vir até atrapalhar um processo, um pacto que está funcionando bem.

- A sociedade civil, cada um dos operadores da publicidade se mostra mais capaz de encontrar os limites do possível, do conveniente, do ético, do que permitir ou aguardar que o Estado intervenha.

- Tem erros, tem exageros, mas tudo tem. Mas eu prefiro, porque ele é rápido, ele é eficaz, ele é coerente.

- Todo e qualquer órgão que lute pela liberdade da expressão, mesmo tendo que em algumas vezes cercear alguma coisinha, é melhor do que qualquer postura onde a liberdade de expressão seja não permitida.

- Ao defender direitos que estão na Constituição Brasileira, o CONAR também procura ser fiel ao princípio de que liberdade se conquista e se mantém com informação. E que é a informação que nós torna cidadãos responsáveis e consumidores, conscientes.

[Música]

[Fim da apresentação em vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Gilberto Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária - CONAR.

Vamos passar agora à participação dos Sr. Senadores fazendo perguntas às Srªs. e Srs. Expositores, concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, em seguida ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Sr. Presidente, Srs. Expositores, a intenção dessa

audiência é para gente discutir o que nós temos que fazer. Nós não estamos querendo restringir liberdade de comunicação de ninguém, mas nós temos compromisso e responsabilidade de zelar como está também na Constituição, que o Estado é responsável pela saúde da população.

Os trabalhos da Professora Ilana, sugerem e demonstram que realmente a propaganda está aumentando o consumo de álcool entre jovens. Por outro lado, ele defende a propaganda, dizem que não é para aumentar o consumo. Mas se a propaganda não for para defender a empresa, para aumentar o consumo, eles não iam fazer a propaganda.

- A equação é bem simples: ele defende o lado dele que é vender a cerveja, o Dr. Gilberto defende o lado da propaganda e nós os Senadores, temos que ficar no meio dessa coisa e olhar pelas pessoas também. O Professor Ronaldo, como ele é da Universidade e tudo, está defendendo o lado da saúde.

Realmente o cigarro foi uma enganação durante muitos anos, até que aquele - não sei se foi inglês - teve a idéia de pegar aqueles cachorros e viciar em cigarro e comprovar que realmente havia a lesão, alteração pulmonar. Porque alguém fazia uma coisa bem sugestiva, ia uma empresa de cigarro fazia um trabalho parecido, um outro cientista de outro lugar e derrubava, até que conseguiu.

Que a bebida é maléfica à saúde, que o álcool é maléfico à saúde ninguém tem mais dúvida disso e o fígado não é o principal órgão atacado não, o principal órgão é o coração. A cardiopatia alcoólica é mais grave e mais freqüente do que a cirrose, fora o desajuste social, o aumento dos acidentes e essas coisas todas.

Realmente o Dr. Gilberto falou que é decisão do indivíduo utilizar o álcool, utilizar a propaganda. Nós aqui defendemos os indivíduos também, mas quando ele houve desde criança que a propaganda de bebida sai... Porque cerveja foi lobby das cervejarias, não é considerada bebida alcoólica. Sai propaganda na hora que a menino está vendo desenho animado, vendo Xuxa, programa infantil, sai propaganda de cerveja, não tem limitação para isso, estão reduzindo, mas ainda tem.

Os jovens segundo a pesquisa entre as dez propagandas mais lembradas, figuram mais às de cerveja, é lógico a Juliana Paes faz todo jovem lembrar da cerveja, não tem nem dúvida. Então nós temos que achar uma forma aqui de reduzir.

Como ele falou as leis, tem lei que pega e lei que não pega e tudo, mas o País está caminhando para pegar todas as leis. As leis já existem. E as leis que estão aqui essas leis já citadas são todas em relação ao consumidor, a maioria pega o consumidor. Só o vendedor que vende para menores é uma das restrições maior de não vender bebida para menores, todo mundo vende, é claro que nós temos que chegar a um ponto de não vender.

Mas não ainda o pai e a escola educando "não beber, não beber", se a propaganda está induzindo a beber. Nós também a sociedade temos uma falha muito grande em relação ao consumo de álcool. A maioria das famílias é tolerante, permite que o jovem de 13, 14 anos, beba cerveja dentro de casa, mas porque cerveja está carimbada como bebida não alcoólica ou de baixo teor, que é alcoólica também. O problema não a cerveja é o álcool que tem na cerveja que em percentual menor.

Então nós temos que trabalhar para as pessoas começarem a entender que cerveja é uma bebida alcoólica também. Eu sou médico, já briguei com pais dando cerveja para criança pequena, na hora da festa e tal. Então não fica sendo só uma opção, porque a própria família é tolerante e a propaganda induz o jovem a beber também, até para ficar mais homens eles têm que beber com os colegas e tudo, existe essa filosofia.

É uma coisa parecida com os políticos corruptos que roubam e dizem: "Não, fulano ele rouba, mas ele faz", induzem isso muito nas populações pobres principalmente no Norte e no Nordeste. Eu acho que o CONAR, infelizmente, eu fico com um pouquinho de inveja, porque eles foram primeiro do que o Conselho Nacional de Saúde. É o Conselho Nacional de Propaganda é privado, é muito importante e tem um trabalho sério, nós concordamos que o trabalho... Eu já vi umas três ou quatro vezes exposições deles aqui.

Mas o CONAR também é um órgão corporativo, ele tem que defender os trabalhos dele. A minha filha é formada em propaganda também, ela não gosta que eu fale isso, mas tem que defender os trabalhadores deles. Nós Parlamentares, nós Senadores, os Deputados, nós todos dessa Casa temos que ver todos e temos que propor a que torne menos ofensiva às pessoas e mais econômico.

Quando ele fala que cria 150 mil empregos a indústria da cerveja. Cria mais de 150 mil, porque ele não incluiu os empregos que cria nas clínicas, das remoções de acidentes de tudo, cria muito mais empregos, claro que é um emprego com aspecto negativo, mas cria. Eu trabalhei 30 anos na emergência, poucas vezes eu vi um acidente ou uma violência de esfaquear, na minha região, eu sou do Norte. Começam a beber dois amigos, três amigos, daqui a pouco um dá uma facada no outro, mas a bebida...

Não foi a bebida só que fez ele dar a facada, foi a criação dele que ele foi criado num lar que vi-

nha violento, que o pai dele já bebia, já batia na mãe. Então é mais fácil de uma pessoa dessas agredir um outro, do que uma que veio de outra formação. Mas o álcool, infelizmente está sempre associado a atitudes violentas. Não é o álcool que causa a violência, o violento é homem.

Como a Professora falou: "Tem que ser a educação". Então nós temos que trabalhar para educar mesmo, para ajudar a educar e não adianta a Professora dizer para não beber, se a propaganda diz para beber. Se o mais forte o mais bonito e o grupo mais belo são os que bebem, o que canta melhor é o que bebe também.

Então, os senhores hão de convir que nós temos que fazer alguma coisa, não pode ficar nessa forma. Não pode ficar porque se tivesse pelo menos parado, mas o consumo está continuando a aumentar o consumo de bebida. Eu acho que é aqui que temos que discutir mesmo, cada um apresenta a sua idéia, depois nós vamos discutir mais, ouvir mais. Talvez ainda vamos ouvir mais situações para se chegar a uma conclusão, mas eu acho que alguma coisa tem que ser feita porque não pode continuar nessa ascendência.

O livre mercado que a gente propalava, propalava, chegou nessa bolha que estourou agora. Espero que com que o CONAR em relação a bebida nunca aconteça uma bolha dessa de estourar, para todo mundo estar atrapalhado na cabeça no futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Augusto Botelho, foi uma referência que fez o Dr. Gilberto, sobre médicos que fumam e bebem. Mas só os que fumam e bebem começaram a fumar e beber na adolescência muito antes de entrar na faculdade, quando entram já estão viciados, não é? Estão dependentes químicos já do álcool e do cigarro, então fica muito mais difícil.

Mas tenho certeza que se os médicos conhecessem o cigarro e a bebida depois de estarem na faculdade, acho que o percentual de alcoólatras e fumantes na classe médica seria reduzidíssimo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, que esteve ontem à noite na nossa vigília também e que realmente a presença de V. Exa. é muito importante e reconhecida pelos aposentados deste País. Então eu quero agradecer a V. Exa., pela sua disposição, pela sua jovialidade e participação nas nossas vigílias a favor dos aposentados.

Obrigado Senador Romeu Tuma, com a palavra V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Eu vim aqui, claro pela importância do debate e principalmente pela Presidência de V. Exa. E tendo ao meu lado, o meu grande amigo, os dois médicos e eu sou advogado, você vê o pepino, não é? Como é que é que vou discutir um assunto desses dentro do contexto do uso ou não da propaganda, para estimular o consumo de bebida.

Festa de médico, Senador não serve só guaraná, não. O chopinho está ali no canto com uma carninha, há um convidativo da festa da alegria da bebida, isso é quase que da natureza humana. Sabemos que Caim matou Abel e o pai tinha a produção do vinho, não é isso?

Pelo menos a Bíblia diz que a bebida alcoólica primária foi o vinho que se consumia. E o milagre de cristão fim da festa de casamento que produziu o melhor vinho, dentro do primeiro milagre que realizou a pedido de Maria. Então, a bebida é secular e ela atravessa os tempos e faz parte da história bíblica da religião católica, evangélica e todas outras.

Eu tenho, assim, um conceito bom do CONAR. A gente desde o tempo da Polícia, a gente sabe que ela não tem vinculação a nenhum tipo de intervenção para uma decisão favorável ou contra aquilo que ela recebe como reclamação de contexto negativo da propaganda.

Até as próprias empresas apresentam ao CONAR quando há uma concorrência desleal é julgado pelo CONAR, eu vi alguns casos que foram julgados. Outro dia eu vi que o CONAR proibiu a publicidade como se fosse o produto médico daquele consumo... Eu não vou falar o nome, porque seria desagradável... Não, tipo coalhada que teria efeito medicamentoso. Imediatamente o CONAR disse: "Não, isso não é produto médico como é que fala que faz bem para isso ou para aquilo". Então ela tem uma vigilância completa e acompanha de perto os reclamos que são apresentados.

A propaganda estava boa, viu Doutor, o senhor até está simpático quanto aqui como lá.

[risos]

E o elenco de pessoas que apresentaram argumentos favoráveis ao CONAR é de primeira linha. São empresários publicitários e várias pessoas que têm projeção nacional dentro do seu trabalho.

É claro que às universidades hoje tem feito pesquisas, principalmente como o senhor sabe, eu tenho um filho médico também. Então, às vezes ele conta que o jovem no plantão, naquelas horas da madrugada vê tanta desgraça, tanta coisa que... Vamos tomar um café e toma uma cervejinha. Normalmente o plantonista acontece isso, porque aquela angústia, aquele sofrimento de viver junto à miséria.

Por isso que eu digo o pior político é o médico, pela sensibilidade que ele adquire na sua formação de convivência com a miséria e com a pobreza, não sei se eu estou errado. Eu sinto isto porque os políticos

bons que pensam nos menos favorecidos são os médicos que militam nessa Casa e são praticamente dez se não me engano e, nos ajudam muito a raciocinar em termos de atendimento social.

A proibição é uma coisa que me assusta um pouco, não é o critério de restrição de intervenção na liberdade, é a incapacidade do Governo de fiscalizar. Então, prefere proibir ou liberar, são dois extremos que me assustam. O que se alguns Ministros fizeram e alguns homens de Governo, por exemplo, com as drogas, que foi um trabalho longo que eu tive dentro da Polícia. Eles dizem assim: "Tem que liberalizar o consumo de drogas".

É claro que eu sou totalmente contrário a isso, totalmente contrário para qualquer fim. E eles dizem: "Não, mas diminuiria a corrupção". Absolutamente, não é verdade. Se senhor proibir a bebida hoje, proibir nas estradas, o que ia acontecer? O sujeito bata a caixa de bebida na mala do carro e vai embora. E o pior, está mais fácil para ele tomar dirigindo.

Então, esse critério de conscientização dos homens que participam de toda a atividade de orientação a sociedade é que é importante; a educação, a conscientização, o encaminhamento para que realmente às pessoas saibam o limite que tem e que possa ou não consumir a bebida.

Eu, por exemplo, se tomar um copo chega, porque no segundo já não estou me sentindo bem. É uma questão acho que de metabolismo eu não sei, o senhor então me conta para eu saber. Tanto é que ninguém me manda cerveja de presente e nem bebida alcoólica, porque o meu organismo não aceita muito.

Eu posso tomar um copo de cerveja, uma dosinha de uísque. Eu paro não é porque eu fique bêbado qualquer coisa, eu me sinto mal no processo metabólico eu acho que não consegue dissolver perfeitamente a bebida. Então a família sofre quando o sujeito está em estado etílico, quer dizer, toma um cálice de bebida já está embriagado. O que faz a bebida às vezes, Senador é a violência natural de falta de Assistência Social.

O senhor pega e entra numa favela, num lugar de moradia coletiva, o senhor vê dez pessoas, muitas vezes num barraco onde todos dormem juntos, todo mundo come junto num mesmo local.

Então, chega um sábado e domingo o que acontece? A família fica aquela briga do marido com a mulher e ele vai para o bar beber no boteco. Vai no boteco dentro da favela enche a cara vem e agride a mulher – e tem lei para proteger a mulher hoje. E tudo tem lei viu, Doutor? Tudo tem lei.

Hoje até a então o acidente de trânsito era uma diminuição de pena se o sujeito estivesse embriagado. Hoje não, é agravante. Hoje é agravante. Se beber dirigindo, pode ser preso sem praticar nenhum incidente e nenhum acidente.

Então a propaganda tem uma coisa que eu achei interessante, o surgimento: "Se dirigir não beba". A própria empresa que faz a publicidade já coloca lá a frase e vai devagarzinho conscientizando o cidadão de que ele não pode e não deve beber para dirigir, que é um dos pontos que vagarosamente vai criando uma consciência dentro da população.

Eu acho importante essas Audiências Públicas, porque aqui estão todos os segmentos que se discute. Eu acho que V. Exa. teve uma boa visão uma bola de cristal que vai olhando: "Olha eu vou chamando fulano e beltrano e cicrano, porque nós vamos discutir todos os componentes para formar o mosaico correto para a decisão final.

Agora qualquer intervenção do Legislativo é para melhorar o que tem. Eu acho que a gente tem que saber o que ocorre para ver onde pode colaborar, agora, a auto-fiscalização, a auto-propaganda ela é importante Doutor, eu não sou contra a sua posição. Mas por que eu acho que é positiva? Porque ela tem participação direta de todos. Ela não é isoladamente a serviço de nada.

Quando o senhor diz assim: "Eu tenho uma auto-fiscalização de propaganda e todo mundo pode queixar e é respeitada, todos os meios de comunicação. Eu diria assim, se tivesse uma alta fiscalização no comportamento político dos políticos, talvez fosse uma coisa legal.

Tanto é que quando fala assim: "Fidelidade partidária, ela deve existir?" Deve. Mas de quê forma? Com a Presidência e a direção dos Partidos: "Você tem que votar assim, tem que votar assado se não você está expulso". E V. Exa. levantou esse problema ontem durante a discussão da vigília noturna, que eu prestei muita atenção. Por quê?

Porque não há poder discriminatório de quem dirige uma entidade política, ela é democrática. Então, tem que ter uma participação de todos e um tribunal de julgamento entre os Partidos, você se: "Eu vou sair do Partido por isso e por isso". Não é o Tribunal de Justiça que tem que julgar ter uma decisão judicial, é uma decisão intracorpus, para poder ter validade e aceitação sem restrição.

Eu não quero falar muito, porque não adianta eu entrar no mérito de que bebe e que não bebe, mas V. Exa. já cuidou isso. Mas da parte criminal eu tenho uma cisão quase que completa do que acontece com a bebida. Eu tenho a impressão que essas proibições já estabelecidas elas ajudam a vencer um pouco àqueles não tem consciência do risco da bebida, porque quem tem consciência sabe a limitação que tem.

Então, eu acho que a proibição pura e simples só vai trazer conseqüências graves. É claro que a ANVISA tem meios para limitar um determinado tipo de uso de bebida, dentro do índice de alcoólico que ela se compõe. E as limitações são claras, eu acho que tem tabela.

Não tem tabela Doutora, de componente alcoólico de cada bebida, o que pode e o que não pode e ANVIA tem a responsabilidade de fiscalizar também a bebida, pelo que eu li aqui dos quadros que a senhora trouxe. Então, eu acho que essa discussão tem que ser permanente e conjunta, Senador.

Eu acho que V. Exa. não deve parar nessa Audiência Pública, deve dar prosseguimento com a participação de todos os segmentos, para se encontrar um caminho correto que sirva à sociedade.

Ainda ontem eu fui à tribuna reclamar, porque que eu fiz um projeto sempre os *call centers* em 2007. Não foi discutido aqui, o Presidente atropelou e lançou o seu decreto, igualzinho, só que o meu dava três minutos para atendimento e ele dá um, e eu dou 48 horas para a resposta por escrito.

Peço ao CONAR que fiscalize o problema de telefonia celular, para ver se está atendendo ou não está atendendo a propaganda em razão dos interesses da comunidade, da sociedade e dos consumidores e também TV a cabo.

Muito obrigado, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma pela sua importante participação.

E eu quero também aqui sobre a questão CONAR, o Dr. Gilberto fixou muito bem que eles trabalham em cima da legislação. Então, eu acredito que a nossa legislação ela não atende às necessidades na sua totalidade com relação ao tema que nós estamos debatendo, quero então fazer o nosso reconhecimento quanto a questão legal atendida pelo CONAR.

Registrar a presença do Deputado Robson Tuma, aqui. Obrigado. É uma família admirável essa, porque permanente vigilante. Então, eu vou comunicar ao Dr. Augusto Botelho, Senador Romeu Tuma, que nós temos uma votação que necessita de quorum na Comissão de Assuntos Sociais e por isso, já me telefonaram dessa.

Mas eu quero conceder pela ordem de chamada dos expositores para que façam suas considerações finais, não deixando mais uma vez de agradecer a presença das Srªs. e dos Srs. que é muito importante para nós, mas muito mesmo, tenho certeza absoluta.

Eu passo a palavra a Dra. Ana Paula Massera, que é Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom só, agradecendo a oportunidade de estar aqui e expor novamente nosso posicionamento, dizer que nós estamos à disposição na ANVISA, hoje e qualquer momento. E, ressaltar novamente que a gente considera a questão da regulamentação da propaganda como um dos pontos, para implementação de uma eficaz política com relação ao consumo de bebidas alcoólicas.

Então, ela não é o ponto a ser aplicado isoladamente, mas é um dos pontos que deve ser regulamentado que deve ser levado em consideração e fundamental para manutenção, preservação e para incrementar a qualidade da nossa saúde pública. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dra. Ana Paula. Antes eu quero dar ciência aos senhores membros do Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, justificando sua ausência no período de 1 a 9 de dezembro 2008. E, de 27 de novembro a 9 de dezembro, pelo fato de estar fazendo parte de uma delegação de Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está a serviço do Senado na Índia. Realmente é uma missão muito árdua principalmente nesse momento.

Então, os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, acho que vamos dar mais uns dias para ele se recuperar emocionalmente.

Concedo a palavra ao Dr. Rui Seligman, Milton, desculpe, é que eu tenho um amigo chamado Rui Seligman lá no Pará. Milton Seligman, que é Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja.

SR. MILTON SELIGMAN: Muito obrigado, Senador. Agradecer mais uma vez essa oportunidade de voltar ao debate e reiterar que somos um setor absolutamente regulamentado, que não sobre dúvida a esse respeito, somos auto-regulamentados. O que não é menos regulamentado é muito regulamentado, mas auto-regulamentado.

A diferença que nós temos Senador - e eu lhe ouvi com atenção - é exatamente nesse ponto de entender que a auto-regulamentação, pela capacidade, agilidade e força que tem responde aos anseios da sociedade, conforme as várias pesquisas de entidades extremamente prestigiadas e utilizadas até no mundo político, tem demonstrado através de pesquisa.

E finalmente, antes de reiterar o nosso entendimento de que o problema é complexo, não existem verdades absolutas em discussão no mundo. É um tema que está em debate na Organização Mundial da Saúde, nós fomos convidados e lá estivemos a ques-

tão de duas semanas, representantes da indústria de bebidas alcoólicas.

A semana que vem estão sendo aguardados representantes das organizações não governamentais, para debater uma estratégia global o tema está em debate. Então há dificuldade de se estabelecer políticas nacionais sobre um tema que está em debate, é difícil, e eu reconheço essa dificuldade.

E finalmente, dizer que entendemos que a participação de todos é essencial. E um ponto só para deixar bastante claro, é que em absoluto a indústria entende que a questão de comunicação publicitária é uma questão menor.

O que foi dito aqui é ela extremamente importante para posicionar e dar valor as marcas e tomar volume de uma marca para outra. Do ponto de vista de uma empresa individualmente é um instrumento poderosíssimo no sentido de aumentar suas vendas, tomando marcas e tomando volume de outras marcas.

O que eu afirmei - e os dados científicos são bastante claros a esse respeito em literatura variada em termos de especialização - não só na área de saúde, mas também na área de economia e na área publicitária; é mostrar que a publicidade não tem efeito em aumentar o volume de vendas é isso que me referi. Não para a empresa, a empresa sim, toma do seu concorrente.

No mercado livre como é o que estamos numa sociedade democrática, que graças a Deus, conquistado pela sociedade brasileira, a comunicação comercial é irmã gêmea da liberdade de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Milton Seligman e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer essa oportunidade que eu e a minha equipe tivemos de mostrar o lado da Universidade. Realmente eu gostaria de salientar que a saúde pública no Brasil, clama nessa Casa Legislativa uma posição clara em relação às bebidas alcoólicas, como já foi feito em relação ao cigarro. Eu insisto que nós somos uma sociedade muito mais evoluída, muito mais democrática por termos proibido a propaganda do cigarro há anos atrás.

Eu acredito que se nós tivéssemos ouvido somente a indústria do cigarro e o CONAR na década de 90, nós nunca teríamos proibido a propaganda de cigarro porque obviamente o CONAR teria se posicionado contra a propaganda. Teria se posicionado, também, como a indústria de tabaco.

Então a sociedade civil ela tem que influenciar essa Casa Legislativa, no sentido de proteger as populações mais vulneráveis essa é a grande batalha: quem o Senado vai ouvir no sentido de valorizar, protegermos nossas crianças ou proteger o interesse da indústria de álcool.

Eu gostaria de salientar também que a Organizacional Mundial de Saúde - e eu sou um consultor da Organização Mundial de Saúde - quando eu converso com os meus pares internacionais, existe um consenso que a propaganda das bebidas alcoólicas deveria ser abolida do mundo todo. Eu acho que existe esse mudar a verdade, que a Organização Mundial de Saúde não tem uma posição oficial nesse momento. Todos os técnicos que assessoram a Organização Mundial de Saúde não têm dúvida, do efeito da propaganda do álcool, no sentido de influenciar principalmente as crianças.

E eu me considero - e é um elogio que já me foi feito aqui eu sou um ativista – eu sou um ativista da saúde pública e eu me orgulho desse tipo de título de ativista. Eu sou Professor Titular de Psiquiatria da melhor Universidade brasileira, eu tenho mais de 150 artigos publicados em revistas internacionais.

E ao mesmo tempo em que sou um cientista, eu sou um ativista. Eu acho que a saúde pública precisa de mais ativista. A própria Organização Mundial de Saúde estimula que seus pesquisadores sejam ativistas e é isso que a gente tem trazido para a sociedade brasileira, quando há seis meses atrás trouxemos um abaixo-assinado com 600 mil assinaturas da população brasileira, clamando pela restrição da propaganda do álcool.

Então, é esse clamor da população que a Casa Legislativa tem que ouvir, no sentido de tomar as decisões que vão beneficiar as crianças do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Ronaldo Laranjeira e parabéns pelo seu trabalho científico.

E para encerrar a participação dos Srs. Expositores e concedo a palavra ao Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária, CONAR, Sr. Gilberto Leifert.

SR. GILBERTO C. LEIFERT: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu renovo o agradecimento da entidade que represento o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação da Sociedade, ou melhor, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária que é um órgão da sociedade civil. Sociedade civil que se faz representar hoje aqui e que de forma muito gentil, o Senado nos proporciona a oportunidade de trazer a visão da entidade.

O assunto que foi tratado hoje, Sr. Presidente, realmente ele é controvertido e acho que não se deve desmerecer a participação, a visão e o interesse de todos os protagonistas, como essa Casa costuma fazer e, o faz com muita sabedoria. A Casa pesquisa, escuta, promove o debate e toma decisões. Não me parece que se possa construir leis sobre verdades absolutas, sobre dogmas, sob posição autoritárias.

O CONAR não é um clube como o Dr. Laranjeira tentou aqui fazer crer. É uma organização da sociedade civil, fundada em 1980, com relevantes serviços prestados e que acolhe o consumidor, recebe reclamações originárias do Ministério Público, de autoridades públicas, Presidentes da República já se dirigiram em caráter pessoal, pedindo reparos a determinados anúncios.

Os anunciantes se servem do CONAR para dirimir controvérsias, então não de sinto diante de uma expressão de Justiça, quando S. Sa. Pretende desmerecer a contribuição de voluntários. Os representantes da sociedade civil, por exemplo, um é ex-Presidente da Associação Médica Brasileira, outro é ex-Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo.

E, assim há vários médicos, advogados, publicitários que trabalham no CONAR voluntariamente. Estes que representam a sociedade civil não recebem nada e não tem interesse nenhum da indústria, não vivem da publicidade e nem a ela se dedicam, como eu que sou voluntário, mas tenho interesse na atividade.

De modo que faço apenas esse reparo, para que a sociedade civil seja respeitada, que a Ciência quando se fizer sempre merecedora, também se faça respeitar. Mas que a confusão entre Ciência e estatísticas produzidas pelos ativistas seja uma distinção a ser feita na Casa, da mesma forma que fiz o apelo de que se deve distinguir produto, consumo e publicidade.

Agradeço mais uma vez e estarei sempre à disposição de V. Exa. e fiquei muito feliz de participar hoje aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Gilberto e encerro esta reunião, agradecendo a presença do Senador Augusto Botelho, que foi debatedor, Senador Romeu Tuma debatedor. A toda a equipe que Secretaria a Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, muito obrigado a vocês que assessoram com muita eficiência esta Comissão e, a Sra. Secretária da Comissão e a Assessoria do Senado que se faz sempre presente através da sua Consultoria.

Aos demais presentes, muito obrigado pela presença e parabéns a todos os Expositores que trouxeram para nós essa discussão e o conhecimento que as Sras. e os Srs. detêm para nos dar subsídios.

Muito obrigado e um bom final de dia para todos.

Sessão encerrada às 12h22.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Augusto Botelho, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Gerson Camata, Marco Maciel, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, José Agripino, Kátia Abreu, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Jayme Campos e João Durval reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Cristovam Buarque, Patrícia Saboya, Marcelo Crivella, José Nery, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Eliseu Resende, Gilberto Goellner, Arthur Virgílio, Cícero Lucena e Magno Malta. O Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 48/08 – CE, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Romeu Tuma, nº 36/08 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim e nº 81/08 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, sessão esta inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, que se realiza de 18 a 20 de novembro, no Auditório Petrônio Portela. O objetivo da Audiência Pública é discutir o tema: **"Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz"**. A Presidência Eventual registra a

presença para acompanhar a Audiência Publica, da Senhora Deputada Estadual Iraê Lucena – PMDB/PB, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidade da Assembléia Legislativa da Paraíba; Senhora Marilena Flores, Presidente da Associação Brasileira pelos Direitos de Brincar; Senhora Regina Orth de Aragão, Professora e Diretora da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê – ABEBÊ; Senhora Elza Pádua, Presidente do Instituto 0 a 6 de São Paulo; Senhor João Augusto Figueiró, Professor e Diretor Científico do Instituto 0 a 6 de São Paulo; Doutor Laurista Corrêa Filho, Pediatra Neonatologista, Especialista em Saúde da Mulher e Doutor Salvador Célia, Psiquiatra e Professor de Medicina da Universidade Luterana do Brasil. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor João Carlos Campos Gomes-Pedro, Diretor da Pediatria do Hospital de Santa Maria – Lisboa (Portugal); Senhor Vital Didonet, Membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê - ABEBÊ – Brasília/DF e Senhor Victor Ricardo Guerra Flora, Psicanalista da Associação Psicanalítica do Uruguai – (Montevidéo) Uruguai. Logo após, o Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, comunica que necessita ausentar-se em virtude de compromissos anteriormente assumidos e passa a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **SÉRGIO ZAMBIASI**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE- CE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - – CDH

50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, CONJUNTA COM A 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião atende a Requerimentos nº. 48/08 da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti e Romeu Tuma, nº. 36/08 da CAS e nº. 81/08 da CDH, ambas de autoria do Senador Paulo Paim para a realização dessa Audiência Pública, destinada a discutir a valorização da primeira infância e da cultura da paz. Sessão esta que está inserida na Programação da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz que se realiza entre 18 e 20 de novembro no Auditório Petrônio Portela.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados a tomarem assento à Mesa. O psicanalista Victor Ricardo Flora, da Associação de Psicanalistas do Uruguai, João Carlos Gomes Pedro, Diretor de Pediatria do Hospital Santa Maria, Vital Didonet, membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, ABEBÊ. Bom, cada palestrante terá 20 minutos e quando faltar um minuto para terminar, toca uma campainha automaticamente. Ok? E após a palestra, será aberto aos senadores para fazer as indagações que acharem convenientes.

A TV Senado transmitirá, na íntegra, essa audiência. Bom, passo a palavra ao Dr. João Carlos Campos Gomes Pedro, Diretor da Pediatria do Hospital Santa Maria de Lisboa, Portugal.

SR. JOÃO CARLOS CAMPOS GOMES-PEDRO: Muito bom dia. Dirijo-me em primeiro lugar a V. Exª, Senador Augusto Botelho, meus cumprimentos e saudações e, na pessoa de V. Exª, eu cumprimen-

to todos os membros do Senado, aqui presentes e ausentes e todos os profissionais da educação, da saúde, da justiça, do meio ambiente que, porventura, estejam presentes. Queria cumprimentar também o Professor Victor Guerra, de Montevidéu, companheiro hoje desta apresentação e o Professor Vital Didonet, os meus cumprimentos e o meu prazer e honra estar aqui convosco.

Eu vou tentar adaptar, com a ajuda preciosa dos membros do secretariado, porque pensava que eram 30 minutos, portanto, eu tenho que adaptar a 10 minutos. Eu posso ter o primeiro slide. Portanto, eu vou tentar fazer uma apresentação sobre ciências da vida e paz, como contribuintes para o desenvolvimento que envolve a cultura da criança. O conceito de paz compreende o estado de espírito. Com efeito, consciencializa essa paz, em função dos nossos sentimentos, necessariamente transacionados com as circunstâncias que nos envolvem a todos. A semiologia da paz no mundo, num país, numa sociedade, em cada pessoa, exige, assim, uma metodologia da avaliação completamente inovadora se, de fato, se pretendermos, de fato, medir ou ascultar esse tal estado de espírito.

O comportamento clássico valorizado entre as designações de paz e guerra, mediados por graus de valorização diferentes, expressará, ou expressa, tão só, aquilo que se pode designar por uma maior ou menor violência social nas nações e no mundo. Mas, porém, no íntimo de cada pessoa, a vivência de mais, ou menos paz não tem correspondência, por exemplo, na atividade cognitiva ou na atividade motora e, por vezes, só uma atenta semiologia das emissões pode valorizar os estados da alma, em função daquilo, que muitos chamam, paz interior.

A paz interior, nas suas diferentes graduações, identifica-se com aquilo que se tem chamado: O sentido de coerência. Estamos em paz quando presenciamos que o que vivemos e sentimos tem sentido, ou faz sentido, em função de um projeto, em função das nossas expectativas, dos nossos sonhos, dos nossos desejos, dos nossos objetivos. Existirá, então, nessa altura, um fluxo de coerência em termos de pensamento, de sentimento e também de ação. O sentimento, o sentido de coerência, que na nossa perspectiva, é arrolado por uma consciência de paz, está profundamente ligado a um equilíbrio que é essencial conhecer para que se abranja totalmente esse conceito de paz.

Eu afirmo a equação vulnerabilidade e resiliência que é, de fato, uma balança muito sensível e que é determinante do nosso sentido de coerência e, por essa via, do nosso sentido de paz. A dinâmica do desenvolvimento humano supõe uma propulsão gerada por sistemas interiores e exteriores da pessoa. Sabemos que esta linha do desenvolvimento não é assim. E hoje acreditamos que o desenvolvimento é esta linha quebrada feita de sucessivas desorganizações e reorganizações em períodos de viragem, extremamente sensíveis, que são os diferentes e sucessivos *touch-points* do ciclo da vida.

Quando, porventura, existem vulnerabilidades nos sistemas interiores, como nos sistemas exteriores, que envolvem a nossa vida de relação e, sobretudo, quando essas vulnerabilidades ultrapassam o limiar da nossa adaptação, em função da nossa resiliência, sentimos que nada faz sentido. Nessas alturas, não existe sentido de coerência e não nos sentimos em paz. Toda a problematização da violência terá de ser entendida em função deste modelo, de que é paradigma a primeira triangulação familiar, que Picasso ilustrou tão bem. A coerência deste modelo é nos dada pelo bebê.

E foi o bebê que nos fez sentir consistente este modelo, a partir das investigações, que eu vou muito rapidamente, hoje, abordar, do que fizemos nesses últimos 20 anos no nosso... Na nossa universidade. As ciências da vida que explicam a paz são, sobretudo, as ciências que estudam o desenvolvimento e o comportamento humano. Os primeiros meses de vida representam o período da regulação entre os dois sistemas interiores mais significativos da vida, o do bebê e o da sua mãe.

Cada um destes sistemas contribui, de modo próprio, para a homeostase do conjunto, sobretudo, expressa pela comunicação diádica. E esta, justamente, pressupõe uma inteira subjetividade que, hoje, o Professor Vital Guerra também vai falar, e que é o melhor alicerce da construção do vínculo. Decorre dessa transação dinâmica aqui patente que é a comunicação na sua forma mais sublime, algo que pode ter todos os nomes e todas as interpretações, mas a que eu chamo muito simplesmente aprendizagem. Aquilo que o bebê faz nos primeiros meses de vida, não aprende nunca mais na vida, nem nos doutoramentos, nem nos... Quando faz concursos catedráticos, se aprende tanto, como nos primeiros tempos de vida. E, por isso, o bebê tem cólicas.

A regulação da aprendizagem é mediada pelo controle fisiológico, sendo decisivos neste controle, dois dos sistemas interiores, que são determinantes no bebê e não só de toda a aprendizagem. Refiro-me ao sistema de controle dos estágios, dos estados de consciência, que são um, dois, três, quatro e cinco, e aos da regulação autônoma, ou seja, da organização do bebê, face ao estresse ambiente. Para os pais, o significado dos sorrisos, dos estados de alerta interativo que em bebês mais prolongados e todas aquelas provocações que pretendem prolongar a comunicação

e transações, esse significado é o [ininteligível]. Ou, se quiserem, o do desafio ganho numa regulação mais ou menos conseguida, mais ou menos conquistada.

Esta roda vida, que é a roda da vida, representa no fundo o ciclo da paz que se inicia em cada pessoa, em função dos vínculos, que o bebê organiza durante o seu tempo de vida. Todos conhecemos e agimos, na tentativa da regulação do bem-estar. Algo do que nós, hoje, queríamos mostrar era como, logo um bebê, com dois dias de vida, se pode fazer uma avaliação neuro comportamental, que potencializa a descoberta do bebê, podemos partilhar com os pais. Isso é decisivo na intervenção, no nosso entender, na organização da família, como fator maior na prevenção da violência e na organização preventiva do bem-estar do bebê e da família.

São três ou quatro minutos, em que avaliamos a motricidade, avaliamos os reflexos. Aqui os vários reflexos primitivos do bebê... Avaliamos o tônus motor, dos membros superiores e dos membros inferiores, o bebê passa por vários estágios, tem alguns sustos, alguns tremores, chora, estágio seis. Na posição de puxar e sentar, vemos a tonicidade de um bebê, tudo isso é partilhado com os pais presentes. Aí temos o reflexo de Galant, vamos ver daqui a um bocadinho o reflexo da marcha, que é algo de muito importante, porque dá um sentido de confiança, de força, de segurança nos pais, quando vêem os bebês fazerem esta marcha, logo com horas de vida.

Vamos ver, muito rapidamente, a passagem dos estágios de um a seis, o estágio de sono profundo, o estágio dois, que é o estágio já de sono mais leve, sono REM. Depois a passagem do estágio intermediário que é o estágio entre as dez e as onze, como nós dizemos em Portugal o estágio três e, depois, a passagem para o estágio de alerta interativo. Que é um estágio frágil, porque qualquer coisinha desregula o bebê. O bebê está a tentar organizar-se levando a mão à boca, tentando consolar-se a si próprio, e como é muito vulnerável, este estágio eu posso passar logo para cinco, o estágio agitado e, ou mesmo de choro, seis.

E o estágio de choro é uma oportunidade mágica. Como eu dizia, é uma oportunidade mágica para podermos testar a consolação do bebê. Como vão ver aqui. Alguém, que é o observador, consola o bebê. E ele, rapidamente, passa do estágio seis, outra vez, ao estágio quatro. Tudo isso podemos partilhar com os pais e agora é só, por último... Só mostrar aqui... A orientação sensorial, com marroca. Ele vira os olhos e a cabeça 30 graus, 60 graus, 90 graus para um lado e para o outro, e agora com a voz humana, 30 graus, 60 graus... E ele está pronto para a comunicação, para o alerta, para a interação.

E, por último, terá só o modo que se chama de resposta às carícias, o modo de pegar ao colo, e também testa as diferenças todas que há, não há dois bebês iguais, mas se não usarmos uma avaliação neuro comportamental, não conseguimos apurar essas diferenças. E não há duas pessoas que estejam ao colo de maneira igual. Tenham elas dois dias de vida, 18 anos ou 60 anos. Pronto, esta é uma pequena introdução que eu quis mostrar porque é possível usarmos meios para intervir nessa descoberta do bebê.

E por tudo isso eu creio que nestas ciências da vida, que são as ciências da paz, eu creio que é preciso a ONU, a UNICEF, todas as organizações, aquilo que estamos a ver aqui, como exemplo para o mundo, no Senado Federal do Brasil, o Senado, os Deputados, os Parlamentos... Podem privilegiar uma intervenção decidida e decisiva em prol da criança, fazendo girar o ciclo da paz, logo no despertar da vida, no pressuposto de que a pessoa, a idéia, a construção e afeto, muito do que é, é o que foi em bebê. E ao refletir na preparação dessas palavras, dei-me conta que o que fiz com o grupo nesses anos de investigação, foi, afinal de contas promover pistas que viabilizam a intervenção para a paz, afinal.

Dei-me conta também que, nessa perspectiva, todos os nossos resultados para outros autores que têm feito coisas semelhantes, revelam a mesma convergência, nessa mesma interpretação. Afinal, sem o... Cremos, o que mostramos foi que a educação na descoberta do outro pressupõe a educação do respeito, porque nesta avaliação não há pressupostos à partida. Nós estamos livres com aquilo que o bebê quer fazer. E isso, no fundo, é o enunciado respeito e da tolerância. É uma descoberta não intrusiva. É uma descoberta partilhada e é aquilo que, no fundo, a gente pode chamar a vacina do amor, que é o vínculo. Estruturado como a mais contagiosa epidemia do mundo que, por vezes, fornece, favorece a vida em vez da morte e do desespero.

O que sei hoje é a este nível que se constrói a paz. E tentarei resumir tudo que me faz sentido nessa perspectiva, em termos de convergência de resultados, na perspectiva desta ciência, digamos assim, se pudermos chamar ciências da vida. Começo por referir os fatos de um dos nossos estudos, coincidência no período pré-natal. Atividade lúdica exprime-se na infância e vivências onde é fácil descortinar no tempo, onde acaba o jogo e onde começa a vida. E situa-se, nessa fase, o primeiro... Aquilo que o prazo também chama, o primeiro *touchpoint* vida.

O primeiro *touchpoint* e que é o conceito... É um conceito revolucionário, como disse, porque nos permite intervir na altura em que já sabemos, anteci-

padamente, que vai haver alguma desorganização no bebê e na família. Todos conhecemos na história da nossa prática clínica, todos estes períodos de adaptação. Conhecemos o nascimento, as cólicas, o bebê quando descobre as coisas e os pais nos dizem que, ou deixou de comer, ou deixou de dormir. No fundo, nós sabíamos isso e, antigamente, as famílias pediam-nos umas gotinhas de qualquer coisa mágica para darmos antes das refeições, por exemplo.

Hoje sabemos que quaisquer dez ou quinze minutos de conversa com os pais resolvem esse problema. Na consulta pré-natal os pais verbalizam as reações que seu bebê vai tendo em função das várias experiências exteriores e tomam consciência que embora não... Tão dependente o bebê no seu nicho pré-natal já tem os seus próprios ritmos biológicos. Temos aqui, neste quadro de Chagall, a mãe a apontar com o dedo o seu bebê ainda dentro da barriga. E outras das oportunidades mais significativas proporcionadas por esta consulta pré-natal é a motivação e a sensibilização para a amamentação. Nós fizemos um estudo em que a classe média baixa, na população portuguesa, de 100% de mulheres que começam a amamentar, só temos 23% que ainda amamentam aos três meses de vida. Estudamos esses efeitos de consulta pré-natal que melhorou, passou de 18% para 72% o sucesso na amamentação.

Estudamos também, nesta altura, a presença dos pais nas consultas de saúde e vimos também um aumento extremamente significativo. O que me impressiona hoje, não é tanto os resultados. São resultados impressionantes. Mas o que me impressiona, fundamentalmente, é esta profissão legítima, que podemos adiantar e fazer, na base da convicção, de que aquilo que proporcionamos, foi o aprender a respeitar e a descobrir e a brincar com quem até há poucos anos não era ninguém: O bebê. E este é o desafio.

O contato físico, outra coisa que estudamos, é hoje um mecanismo por todos considerado essencial no apoio à vinculação. Contato logo a seguir ao nascimento, e nós estudamos, fizemos uma investigação nessa matéria juntamente com aquilo que Kennel e Marshall Klaus fizeram nos Estados Unidos, nessa altura, porque provamos a influência no comportamento materno e o comportamento do bebê, sobre os efeitos do contato precoce. Estudamos estes efeitos e modificamos o comportamento das maternidades nessa altura em Portugal.

Conforme já dissemos, a dinâmica do nosso desenvolvimento e de todos esses veículos que proporcionam mais vida, mais bem-estar, mais paz, mais coerência, é continuamente uma resultante de uma transmissão intersubjetiva, qual mecanismo sabiamente planejado que regula o nosso comportamento e a nossa expressão individual. Um esquema correspondente a este existirá em todo o desenvolvimento da família. E o exemplo significativo desta contingência são os comportamentos que exprimem pela comunicação sonora. A qual ocorre durante os primeiros contatos *member bear.* E vamos falar um pouco agora sobre alguns aspectos dessa comunicação sonora pela importância que tem.

A voz é central na construção da relação. Vivemos na era do bebê, na era do significado da pena em tal idade, sabemos como afetos e os vínculos determinam desde os primeiros tempos de vida, toda a nossa arquitetura cerebral. E isto é muito mediado por aquilo que acontece com a voz. São as pequenas mediações, levadas a cabo por hormônios e por neurotransmissores, que condicionam e regulam o comportamento materno durante a gravidez, durante o nascimento, e durante a lactação. Tudo aquilo que modela o cérebro feminino, modulações que significam muito e que vão também repercutir no comportamento do bebê.

E vamos só mostrar um pouco como uma pequena diferença na medicação que a mãe teve, um pouco de diferença só na medicação analgésica que tiveram dois bebês que vamos aqui mostrar e vemos a diferença entre esses dois bebês, nessa procura, no seu contato precoce.

E encontra o seu objetivo este bebê que não teve qualquer medicação. E agora este outro bebê. Um bebê que a vista desarmada parece um bebê como o outro, um bebê saudável. Houve uma pequena analgesia da mãe, e aquilo que, tal como mostramos, na avaliação neuro comportamental, que permite conhecer as diferenças mais sutis. Aqui também estivemos atentos neste contato, vejam que é um bebê que está alerta. Faz algumas tentativas, mas não consegue, de modo nenhum, terminar o seu objetivo, que no fundo era aproveitar este contato precoce com a sua mãe e conseguir encontrar o mamilo para poder mamar.

Eu estou a tentar recuperar, para eu cumprir o meu tempo. Logo nos primeiros dias de vida mãe e bebê reconhecem, mutuamente, a voz um do outro. Algo que é inindentificável para qualquer um de nós. Nós fizemos a experiência de muitos, de pedir a várias pessoas, pedir a várias mães, no mesmo estágio da vida do bebê, nos primeiros dois dias, para dizer uma coisa tão simples como isto: "Olá bebê Olá bebê..." E perguntamos a várias pessoas, se conseguiu identificar quem era esta, que era a mãe. E é impossível. Ou mesmo para pessoas da família, várias pessoas que diziam "Olá bebê..." Mas cada bebê identifica a sua mãe através disso, através da modulação da sua freqüência nasal, da melodia da voz.

Fundamentalmente o que distingue os humanos das outras criaturas é a estruturação de uma coerência feita de prazer no significado das várias emissões mutuamente envolvidas. Na expressão mais pura da arte, e isto para computar e fundamentar as várias vivências emocionais, os artistas, mais uma vez, mostraram-nos muito antes das nossas descobertas científicas, que a mesma paisagem pode ser vista de modo significativamente diferente, de acordo com o estado de espírito, que o artista se encontra.

Para os impressionistas, como Monet, o estado de espírito individual, depende de muitos fatores envolvidos no biotipo, especialmente nos efeitos da luz nas coisas e em nós próprios, o que implica uma relação de dependência com a hora do dia e com a estação do ano também. Neste contexto o desenvolvimento de cada estado de espírito podem ser múltiplos e neste trauma, influencia em particular o afeto, que inspira a adaptação mútua em cada momento da vida. Esta imagem representa através de um reencontro da mãe com o bebê, e nesta vivência as mães têm uma linguagem muito simples, muitas vezes, quando o bebê acaba de nascer e está consigo, com expressões de apaziguamento, como "Pronto... Já passou... Pois é bebê..." Ou, por exemplo, esforços de interpretação do comportamento do bebê. "O que foi? Tem frio? Tem fominha o meu bebê?" Ou, ainda, com bastante freqüência, existem também apelos que parecem significar tentativas para assumir uma identidade. "É o meu bebê, não é? É o meu pequenininho, é o meu leãozinho..." Ou outras coisas parecidas dessa. Nós estudamos as curvas melódicas, aquelas que permitem a um bebê de três dias de vida reconhecer e identificar a voz da sua mãe entre outras vozes femininas, que para nós são completamente iguais. Nós estudamos a evolução destas curvas melódicas durante o contato precoce.

Estudamos alguns dos parâmetros, aquilo que eu ontem falei das contingências maternas, relativamente com a exploração, com prazer, com consolação, etc. As várias evoluções das contingências e vimos na linha de baixo que praticamente não há anti-contingência. E depois fomos estudar ainda estas mesmas linhas que foram avaliadas separadamente na mãe e no bebê, em relação à interação. E vemos a sobreposição destes padrões melódicos e interativos, quer da mãe, quer do bebê, medidos separadamente, mas quando conjugados estatisticamente vemos as linhas perfeitamente sobrepostas.

Estas análises, as contingências infantis, mostram-nos e fundamentam a importância dos primeiros tempos de vida e aquilo que no fundo fundamenta a própria temática deste encontro que é a importância, o significado da intervenção nos primeiros tempos de vida. O bebê, de fato, está programado para dar sentido à voz.

Este slide é o vídeo. Primeiro aos oito dias de vida. "Tu sabes muito...". O seguinte, com um mês de vida. No fundo esta é a expressão mais simples de algo extremamente complexo, que hoje não temos tempo de falar, vai o Professor Vital Guerra abordar que é a intersubjetividade. Os três meses, podemos parar aqui, nos três meses. A interação vocal. Vamos ver se conseguimos ouvir aqui a voz.

Queria mostrar um bocadinho o que é interação vocal de um bebê. Acreditem ou não, um bebê de três meses que já canta. Bebê de três meses que canta. É filho de um maestro, um maestro importante da Fundação Gulbenkian, casado com uma senhora, mãe do bebê, do Cristófaro, que é pianista. Esta era uma fita cassete um bocadinho velha que os pais me deram quando falávamos em música, música interativa e eles disseram: "Nós temos um filho Cristófaro, com três meses, que canta". Eu disse: "Não é possível. Nunca vi, nunca vi escrito isso". E eles trouxeram uma cassete. Vamos ver se conseguimos ouvir um bocadinho só.

Pode colocar um pouquinho mais alto só. Este é o Cristófaro. A mãe está a dar-lhe o tom. Como o primeiro violino dá o tom no princípio do desempenho de uma sinfonia. Ok. Só queria mostrar mais duas coisas pequenas. Este é, portanto, uma mãe com bebê, um bebê com 14 dias de vida numa interação normal, habitual. A mãe olha para o bebê, o bebê olha para os olhos, para a boca... Isto são fotografias tiradas por centésimos de segundo. O bebê, como eu dizia, olha para os olhos, para a boca, para os olhos, para a boca, numa interação perfeita, e nesta altura nós pedimos à mãe. Já ontem mostrei um *stealface* num bebê de dois meses, e este um bebê com 14 dias de vida. E pedimos à mãe para fazer um *stealface*. Deixar de cantar, deixar de falar, deixar de sorrir e ficar com uma cara... Tipo cara-de-pau. Pode mostrar esse aqui, por favor. E o bebê, são centésimos de segundo, diz: "Não acredito, a minha mãe...". "Não, não é possível..." Ele fecha os olhos e nós todos sabemos que o passo seguinte seria começar a chorar. Diz: "Eu não acredito. Eu fecho os olhos". E nessa altura pedimos à mãe para recomeçar a falar e interagir como antes com o bebê. Ele ainda não teve tempo de abrir os olhos, mas recomeçou a sorrir porque ouviu a mãe. A reposição de toda a interação normal no bebê.

Isto é só para lhes dizer que isto é muito importante quando se fala nos primeiros tempos de vida, toda a arquitetura cerebral, toda a arquitetura cerebral. A organização das sinapses, a organização das dendrites, a conjugação dos neurônios que percorrem, às vezes, toda a distância, os neurônios, por exemplo, relacio-

nados com a voz, com o som e que percorrem quase todo o hemisfério para encontrar os outros neurônios mais relacionados com a voz ou com a visão, com a audição, para fazer as suas conexões. E, portanto, é muito importante quando se fala da importância de intervir nos primeiros tempos de vida.

A razão é só esta, é porque é nesta altura que se constrói, ou não, a arquitetura cerebral que, no fundo, vai regular toda a atividade futura do bebê. E este será, para terminar, estou quase a terminar o terceiro ponto de viragem, que divulgamos como paradigmático da intervenção precoce. Só mostramos, muito de leve, o último dos nossos estudos. O último do nosso tempo, e feito uma avaliação seqüencial de mães e bebês ao longo de nove anos. E a diferença consistiu tão só nos primeiros... No terceiro dia de vida dos bebês, em que um grupo, o grupo experimental, nós mostramos às mães como é que os bebês podiam ver, olhar, prestar atenção, aquilo que a gente mostrou naquele vídeo há um bocadinho, enquanto que o grupo controle teve o habitual... O que os pediatras falam com as mães. "Olhe, seu bebê está bem, tem os reflexos todos normais, você vai dar de mamar assim, primeiro neste peito e depois no outro, e depois ao oitavo dia vai ter uma consulta de saúde..."

E depois vimos estas mães e bebês... Vêm aqui aos oito dias, ao mês, aos três, aos seis, aos nove, aos doze... Até aos nove anos, em que verificamos esta coisa espantosa, que nove anos depois da conversa do pediatra com as mães, ao terceiro dia de sua vida, as mães lembravam, as mães do grupo experimental lembravam-se perfeitamente o que o pediatra lhes tinha dito. Em termos de *touchpoint* vejam só isso. Aquilo que descobrimos foi que ao fim desses nove anos, as mães desse grupo experimental se lembravam, perfeitamente, o que o pediatra tinha dito.

E este é o recado. O que lhes tinha dito nove anos antes. Deixamos os grupos experimentais, os grupos-controle, as metodologias de investigação. Elas são importantes para provar, em termos de vivência científica, aquilo em que acreditamos. Mas deixem para acabar de resumir o meu constructo. A paz da terra começa no homem. Os sistemas interiores do homem, pessoa, e que são determinantes da paz, são individuais. Únicos. E podem ser produzidos e favorecidos, sobretudo, no período mais sensível da vida, que é quando se é bebê.

O favorecimento da resiliência no bebê gera efeitos em cascata. Intervir antecipadamente em função dos vários *touchpoints* do ciclo da vida, é aquilo que faz a diferença. As relações interpessoais absorvem e potenciam este sucedâneo de influências. Os vínculos criados através das contingências, dinamicamente assumidas e desenvolvidas, potenciam a resiliência de todos nós. E este é o ciclo. Este é o desafio. Esta é a escalada. Ser resiliente é ser apóstolo da paz. As ciências da vida são as ciências que dão sentido à vida e por isso são as ciências da paz. Uma coisa se me afigura clara, a prioridade é procurar o sentido e aí encontrar a paz, da intersubjetividade à coerência, este será o caminho, em função do desenvolvimento de uma nova cultura da criança para a criança. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Dr. João Carlos Gomes Pedro. Eu gostaria de registrar a presença da Deputada Estadual Iraê Lucena, do PMDB de Pernambuco, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade e Oportunidades, da Assembléia Legislativa da Paraíba. À Dra. Maria Helena Flores, Presidente da Associação Brasileira dos Direitos de Brincar. Da professora Regina Orth, Diretora da Associação Brasileira de Estudos do Bebê, ABEBÊ. Da Sra. Elza Pádua, Presidente do Instituto Zero a Seis, de São Paulo. Do Professor João Augusto Figueiró, Diretor Científico do Instituto Zero a Seis, de São Paulo. Da Dra. Laurista Correia Filho, pediatra neonatologista especialista em saúde da mulher. E do Dr. Sandoval Salvador Célia, psiquiatra, professor de medicina da Universidade Luterana do Brasil. Passo a palavra ao próximo orador, Sr. Vita Didonet.

SR. VITAL DIDONET: Excelentíssimo Sr. Senador, Presidente dessa Mesa, Srs. Senadores, Sra. Deputada Estadual, meus amigos, meus colegas, dirigentes de instituições da sociedade civil aqui presentes, nós tivemos há poucos dias a alegria de comemorar 20 anos dos Direitos da Criança na Constituição Brasileira. Foi uma conquista extraordinária da sociedade com o Poder Constituinte que definiu na Constituição da nação brasileira que a criança deve ser atendida com prioridade absoluta.

Os direitos da criança estão tão claros e tão evidentes e tão bem explicitados na Constituição Brasileira, que quando chegou o Projeto da Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, para tramitar, e receber a opinião por meio... Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores para negociar a assinatura por parte do Brasil, nós podemos tranqüilamente dizer que nossa legislação estava já adequada àquilo que seria em seguida confirmado como Convenção dos Direitos da Criança. É um avanço jurídico extraordinário. Além disso, nós tivemos avanços em políticas públicas voltadas para a criança nesses últimos anos. Em várias áreas, vários setores da atividade governamental, nós

temos políticas nacionais, políticas estaduais, políticas municipais bastante bem formuladas.

Tivemos também um avanço na pedagogia da infância. Não apenas na parte educacional, mas em todas as formas de relacionamento. Isso que o Dr. João Carlos expôs para nós, com tanta sensibilidade, vem da área da saúde. Que sensibilidade extraordinária no âmbito da saúde já está se tendo para o bebê. E para a criança em geral. Então, esses avanços nas políticas são muito evidentes, muito manifestos no Brasil, e na pedagogia das diversas profissões. Isso tudo decorreu de uma mudança na mentalidade das pessoas em relação à criança pequena. Ela começou ser mais vista, mais enxergada. Ela continua no âmbito familiar, mas passa a ser vista também no âmbito social. Já, não mais, como pessoa que deve estar ao encargo apenas do pai e da mãe ou da família, mas como pessoa que está aqui presente na sociedade. Não só no âmbito doméstico. E não presente na sociedade apenas do ponto de vista de problema, porque isso ainda está muito forte. Na violência, na mortalidade infantil, na desnutrição, no abandono, na demanda por creche que não é atendida... Não apenas sob esse ponto de vista que criança está presente na sociedade. Ela também está presente como cidadã.

E este é um avanço importante como sujeito de direito. E é interessante que essa nova presença da criança no âmbito da sociedade, como cidadã, sujeito de direitos, está penetrando nas diversas... Nos diversos exercícios profissionais, no âmbito dos políticos, dos economistas, dos antropólogos, dos sociólogos, além daqueles profissionais tradicionalmente voltados para a criança, como médicos, pediatras, educadores, assistentes sociais, etc.

No entanto, e aí vem o tema que eu quero abordar, muito brevemente, falta alguma coisa. Todos sentimos que não basta o avanço jurídico, que não basta a formulação de políticas, que não basta a experiência pedagógica do atendimento da criança nos diversos campos profissionais, porque nós temos ainda uma quantidade imensa de crianças que, mesmo definidas como sujeito de direito, não vivem os seus direitos. Só dou o exemplo do direito de brincar. Apenas para exemplificar um, quantas crianças não brincam? E não brincam desde pequenininhas. Ou porque os adultos não têm tempo, porque não estão presentes, porque não sabem brincar, porque perderam a sensibilidade para o brincar, porque... Alguns porque acham que isto é perda de tempo, que tem que desenvolver o cérebro para ser um adulto inteligente, fazer uma boa universidade, ser um profissional bem desenvolvido com muito sucesso na sociedade. Porque falta, na pobreza... Falta a possibilidade, espaços do brincar, e tempos do brincar, quando a criança começa a trabalhar muito cedo ou se envolver muito cedo em exercícios de desenvolvimento em escolinhas de natação, de piano, de balé, de judô, e até de ir para escolas de treinamento.

Então, apenas é o exemplo do brincar. Faltam muitas coisas para a criança na sociedade brasileira. E nós queremos dar um avanço também nisso. E aí, no âmbito da Rede Nacional Primeira Infância, surgiu a idéia de formular uma proposta que nós chamamos de esboço de um Plano Nacional pela Primeira Infância, com duração de longo prazo, até o ano 2022, que seria para comemorar já o bicentenário da nossa independência, onde nós teríamos, nesse ano, um patamar diferente de inclusão social de direitos da criança. Maior número de crianças, a totalidade, sendo beneficiada por aquilo que é direito de todos e de cada um.

A Rede Nacional Primeira Infância é uma OSCIP, uma organização não governamental, onde tem... Na verdade é mais do que não governamental, porque nós temos muitos representantes de governo também presente, uma rede de organizações governamentais e não governamentais que se interessam pelos direitos da criança. E trocam idéias, se reforçam mutuamente, defendem propostas... E uma das propostas que essa Rede Nacional Primeira Infância está elaborando é o Plano Nacional.

E a gente diria assim por que um Plano Nacional? E, muito rapidamente, acentua apenas o seguinte: Que as crianças são prioridade absoluta, está na Constituição, no Artigo 227. E absoluta tanto para a família, quanto para a sociedade e quanto para o Estado. Normalmente a gente quer jogar tudo para o Estado. Mas a família tem esse... Tem que reassumir aquelas que perderam essa sensibilidade para a sua responsabilidade de ser a primeira educadora e a primeira cuidadora da criança. Tem que ter apoios públicos, políticas sociais e rede de apoios comunitários, para que ela possa cumprir esse papel de primeira responsável pela vincularidade do bebê, pela... Pela construção de um sujeito capaz de ingressar depois nos âmbitos sociais mais amplos. Mas é dever do Estado também com prioridade absoluta.

No entanto, se a gente vai olhar as prioridades, tanto governamentais quanto da sociedade, e de muitas famílias, o bebê não tem essa prioridade. Talvez ela esteja em último lugar. Existe solução técnica. Se você vai em qualquer campo da medicina, da educação, da assistência, já existem idéias maravilhosas. Existe experiência boa, existe possibilidade de resolver os problemas tanto educacionais quanto de saúde ou quanto de alimentação, nutrição, etc. E por que não são resolvidos? Então, a questão é... Falta decisão política... Existem decisões políticas pela criança. Mas

decisões assim no segundo, terceiro, quarto, quinto, décimo lugar. Faltam... Falta a consciência de que essas soluções devem ser expandidas para todos. Muito mais presente na mentalidade da sociedade. Para enfrentar. E... O próximo, por favor.

A pergunta é: É importante ter um Plano Nacional pela Primeira Infância? No que ele pode ajudar? E aí eu digo que é importante, sim, porque ele pode nos ajudar a cobrar decisões políticas, e ações. Porque nós... Quando for discutida aqui no Congresso as diretrizes de orçamento, nós podemos dizer: Existe um Plano Nacional pela Primeira Infância de duração longa, de compromisso político, aprovado por lei, que tenta cumprir o Artigo 227 da Constituição Federal, que dá prioridade absoluta para as crianças, sobre todos os outros direitos e sobre todas as outras pressões sociais. Nos permite assegurar recursos nos Planos Plurianuais, propor emendas no orçamento, tomar como critério de avaliação das políticas públicas.

Quais são os critérios que nós temos para avaliar políticas do governo? São as leis e são os planos aprovados. Sobretudo, aqueles aprovados pelo Poder Legislativo. E usá-lo como instrumento pedagógico de uma nova consciência política sobre a criança. Eu acho que este é um ponto que ainda nós temos que avançar. Toda hora a gente tem retrocessos no entendimento dos problemas da criança. Na adolescência é mais evidente. Vamos baixar a idade penal, vamos colocar as crianças em prisões, ou vamos fazer um processo de reeducação... É polícia que vai resolver, ou é um sujeito de educação ainda, mas é muito caro, muito demorado e não temos tempo e nós temos que tirar esse menino da rua porque ele vai continuar sendo agressor e etc.

A forma como os problemas que a gente percebe na criança e no adolescente determina uma maneira de abordar a solução do problema. Mas quando a gente pensa na criança, no bebê, nos primeiros seis anos de vida, estou pegando a primeira infância, na medida em que nós tivermos a concepção de que é um sujeito de direitos mais do que de obrigações. Tem deveres, mas proporcionais à sua capacidade de vivência, de compreensão e de responsabilidade. É um sujeito que está constituindo a sua visão de mundo. Então, ele tem que ser acolhido, atendido e apoiado nesse processo de construção da sua auto imagem e da imagem do outro.

Com positividade, com exemplos fortes, com exemplos significativos positivos. Então, essa nova concepção sobre a criança que eu acho que ainda nós temos que avançar. E o nosso Plano Nacional Primeira Infância dá muito acento a isso. Porque formular políticas até que não é tão difícil. Definir metas até que é relativamente fácil. Articular recursos com metas também nós podemos conseguir, com um pouco de habilidade técnica. Mas esse avanço numa nova concepção, nova mentalidade, novo modo de olhar a criança e assumir isso como um compromisso ético e como responsabilidade profissional nos diversos campos de inserção de trabalhos profissionais na sociedade, isto é bem mais complicado porque depende da nossa formação. Depende da nossa visão de criança.

Eu vou lhes contar um exemplo muito forte. Em creche comunitária onde tem uma atendente que, às vezes, não tem formação, mas foi pega ali na hora, pra vir ajudar a cuidar da criança, e tal, a vizinha montou uma creche, vai pegando mais criança, e as mães vão trabalhar e deixam ali e aí não voltam pra pegar às oito horas da noite... Então, tem muitas pessoas que vão se ambientando. Estou dando alguns exemplos típicos, assim, meio estereotipados, mas que são reais. E a gente percebeu que determinadas pessoas têm dificuldade de relacionamento, de toque no bebê, de brincar com o bebê. E partiam para formas agressivas de resolver o problema do choro, ou a ansiedade da criança.

E por contato em oficinas, com pessoas da área de psicologia, se constatou que essa senhora, essa mulher, essa atendente tem um problema sério com a sua própria infância, com a criança que ela tem dentro dela, com quem ela não convive bem, porque ela foi uma criança sofrida. E ela não soube, não teve a resiliência para superar esse drama. E ela transfere ao ver essa outra criança ela transfere o seu sofrimento. Então, eu digo: A formação das pessoas é decisiva e fundamental. E não apenas dos atendentes, das pessoas que vão trabalhar com as crianças mas do político, do urbanista, do arquiteto, da pessoa de comunicação, do... De quem faz cinema, de quem produz programa de televisão, de quem inventa brinquedos, quem cria a indústria do brinquedo. Todas essas pessoas têm que ter uma visão, uma mentalidade, uma concepção de quem é esse sujeito nessa visão que tão bonitamente o João Carlos apresentou pra gente.

Então, a idéia... Quais são as características que nós consideramos importantes num Plano Nacional Primeira Infância? Primeiro a abrangência. A abrangência de todos os direitos da criança. Normalmente a gente pensa em saúde, nutrição e creche, pré-escola, educação. Um pouco assistência lá junto com a família. Mas se a gente lê o Artigo 227, o Estatuto da Criança ou a Convenção dos Direitos da Criança, vai ver que tem muito mais direitos. Nós, no Brasil, já temos um programa grande de registro civil, porque é o início do reconhecimento da cidadania desse sujeito. Mas quantos outros?

Eu dei o exemplo do brinquedo. Se analisarmos na nossa sociedade como está sumindo o tempo e o espaço do brincar, e como muitos brinquedos estão brincando sozinhos e transformando a criança em observador do brinquedo, ou apenas apertador... A única coisa que entra em ação é o dedinho aqui que manipula o mouse ou então o controle do video game. Então, claro, tem a cabecinha que está vendo o movimento, tem o sentimento que está expressando ali que tem que fazer aquele gesto, aquele movimento. Mas o corpo da criança, a sensibilidade, a pele, o toque, não está mais presente.

Então, quem inventa brinquedos tem que entender de psicologia de criança. Tem que entender dessa sensibilidade para que a gente não crie uma estrada pela qual as crianças vão entrar para depois, assim: "Puxa, eu errei o caminho na minha vida".

Abrangência de todos os direitos da criança. Participação social nós consideramos importante. Porque prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. Então, a sociedade tem também um papel fundamental e importante, não apenas, na cobrança, na exigência, mas na construção de planos, plano de Estado.

Nós queremos que não seja um plano de governo. Deste governo e nem do próximo. Porque tem que ser um compromisso da nação brasileira com as suas crianças. Então tem que ser plano de Estado e pra ser plano de Estado ele tem que ter longa duração. Que ele transcenda o período de quatro anos de um Prefeito, de um Governador ou de um Presidente da República que transcenda mais do que dois períodos, assim, agora vou fazer quatro, põe mais quatro e terminou. Que seja uma concepção de longo prazo por quê? Porque isto é um assunto permanente.

Sempre a criança está nascendo, sempre a criança está... Surgindo novas crianças e essas metas ou essas concepções devem se prolongar enquanto existir criança, e aprovado por lei. Aqui, então, eu agradeço essa oportunidade, senador, de a gente poder brevemente trazer essa informação a V. Exªs para que quando chegar o projeto aqui, que nós esperamos que venha pelo Executivo. Mas nós temos o plano B, se o Executivo achar difícil, e começa por aqui, porque aqui a gente tem a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, então vem por aqui. Só que aí enfraquece um pouco e é lei autorizativa. E nós queremos uma lei impositiva. Uma lei que mande ser cumprida mesmo.

Mas ao chegar aqui eu sei que nós vamos contar com muita acolhida, com muita receptividade, visto não como um pedido, mas como uma contribuição da sociedade àquilo que é função do Parlamento Brasileiro, é estabelecer as leis que determinem as ações governamentais. Porque a função do Executivo é executar. E quem formula a lei é que define quais são os caminhos, quais são as ações que devem ser formuladas.

E por isso que ele é um compromisso político. Um compromisso político da sociedade. O fundamento do plano, não vamos tomar tempo porque é uma coisa muito evidente, apenas está... O Brasil é signatário de muitos compromissos internacionais na área dos direitos da criança. E como signatário, ele tem que fazer seu papel de casa. Ele tem que cuidar melhor de suas crianças. Ele não pode assinar um documento e depois manter essa... [soa a campainha] essa parcimônia na distribuição dos recursos do orçamento pra gente ter metas tão medíocres. Estou quase concluindo.

Esses princípios são decisivos e fundamentais. Eu acho que talvez mais importante na nossa proposta de plano, que a Rede Nacional Primeira Infância está construindo num debate nacional, mais importante do que objetivos e metas, nas diversas áreas, são esses princípios. Porque esses definem o que é, e como nós entendemos o conceito de criança, sujeito e cidadã. Primeiro, criança é sujeito, e não um objeto de políticas. Não um objeto de programas, não objeto de votos, não objeto de simpatia popular, porque eu fiz um programinha para as crianças e eu quero inaugurar uma creche, enquanto a imprensa está lá, e depois abandona.

Ela é um sujeito. Segundo, é um indivíduo, não é um número. Ah, porque eu baixei tanto a estatística da mortalidade infantil, reduzi tanto de desnutrição, só que eu não sei que aqueles 15 a menos desnutridos que eu tenho na minha... No meu Município se chamam: Luis, Marcela, Pedrinho ou Antônia. São sujeitos. Isto é importante que a gente tenha essa concepção de cada... Cada criança que é beneficiada por uma política pública, ela tem um nome, ela tem um endereço, ela tem um sentimento, ela é um sujeito de uma história pessoal.

Segundo, é único, é insubstituível. A gente, às vezes, diz o seguinte: "Ah, mas nós já baixamos bastante a mortalidade infantil." Está 30 por... Mas se é meu filho, o mundo morreu. Um meu filho que morra, por falta de atenção ou de cuidado, o mundo inteiro desabou. Então, não é um número aqui que em políticas públicas vai resolver tudo. É esse entendimento de que cada criança é única e insubstituível. E com valor em si mesmo. Não em razão de imagem do país. "Ah, porque o Brasil está abaixo do Paraguai". "Porque o Brasil está em 100º lugar em tal setor". Isto é comparativo.

Mas o que nós queremos não é melhorar as estatísticas para termos um quadro melhor na comparação com outros países, isso embora seja importante, por

causa da imagem, etc, ou porque vai ter um retorno econômico, cada dólar investido na infância dá sete de retorno. Isto é verdade. Os estudos econômicos estão demonstrando isso. Mas, mais importante do que isso, do que... É preciso cuidar da infância bem formada para ser um bom trabalhador mais tarde. Muito mais importante do que isso é este sujeito ter um valor em si mesmo. E ela tem que ser atendida hoje. Não porque ela é segurança do futuro. Porque normalmente se fala isso: "Cuidando da infância hoje a gente tem um futuro garantido". Não merece um futuro melhor do que o presente, o país que não cuida da sua infância hoje.

Todas essas frases são verdadeiras. Mas veja o que disse a poetisa chilena Gabriela Mistral, Prêmio Nobel. Professora do interior, poeta muito sensível. Ela disse assim: "Criança, teu nome é hoje. Amanhã já serás adulto. E tua vez terá passado. É hoje que se forma seu cérebro, é hoje que te forma seus músculos e hoje te formam teus valores e tua mentalidade". Então, nós temos que cuidar da criança hoje, porque hoje ela é criança. Amanhã ela já não é mais criança. Ou a gente cuida dela porque ela está vivendo um período decisivo e fundamental da sua existência, e não porque ela vai ser um futuro, porque isso é conseqüência, ou então, se a gente não fez isso, perdeu a chance.

Diversidade, integralidade da criança, inclusão... São princípios que a gente não tem tempo de comentar agora, vamos pros finais. Articulação das ações dos diferentes entes federados. Isso que nós temos uma necessidade grande de avançar. E talvez o plano nosso, da primeira infância, que a Rede Nacional Primeira Infância está construindo, vai dar essa contribuição.

Ontem, nós tivemos numa palestra da Dra. Iole Cunha um exemplo marcante, de um bebê, filho de uma prostituta, que morreu 15 dias depois do parto, vítima de Aids e overdose de droga, e eles... Aí a equipe médica... Bom, o bebê nasceu numa parada de ônibus, foi levada pelo guarda policial para o hospital, e a equipe médica se sensibilizou pelo bebê, foi descobrir parentes, encontraram em outro Estado a vó, que não queria saber da filha, que a filha tinha ido pra rua, e a vó odiava a filha, conseqüentemente não quis ser mãe, cuidar desse bebê, e pra não ir pra um abrigo eles convenceram, fizeram a maternagem dessa mãe. E ela...

Quer dizer, equipe médica foi atrás, e fez com que essa mãe amasse esse bebê, que o bebê depois passou a chamar essa senhora também de mãe, e superou todos os problemas da vida que ele foi tendo conseqüentemente porque ele teve essa vincularidade com uma pessoa que olhou nos seus olhos e a amou. Então, eu estou dando esse exemplo, mostrar como articulação das ações. Porque a equipe médica disse não, já fizemos o cuidado físico, nutricional, cuidado de... A criança está salva fisicamente. Mas não estava psicologicamente. Então, é a articulação com família, com assistência social, com a educação, com nutrição, etc.

Então, isso que nós pensamos, que no nosso plano, nós vamos dar alguns caminhos de articulação intergovernamental. Tem mais alguma? Passe pro último. Só para concluir que meu tempo já encerrou que é o Plano Nacional de Primeira Infância pretende ser uma carta de compromisso. Vamos escrever essa carta. A Constituição é uma carta, né? A carta magna a gente chama, né? Vamos fazer uma cartinha da sociedade brasileira, do Congresso Nacional, do governo, das organizações da sociedade para as nossas crianças brasileiras.

Nós nos comprometemos a cumprir aquilo que assinamos e aquilo que a nossa Lei Maior nos determina, que as crianças sejam a nossa prioridade. Prioridade no coração, prioridade na inteligência, prioridade no orçamento, prioridade nas ações públicas para que a gente possa ter mais dignidade. Não apenas um futuro melhor. Mais dignidade porque nós podemos olhar para as nossas crianças com mais justiça, com mais tranqüilidade, com mais segurança de que nós estamos sendo solidários com a vida. Obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado Dr. Vital Didonet, membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, parabéns também pela sua palestra. Nós estamos numa Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, valorização da primeira infância e cultura da paz, esta audiência está inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza no Auditório Petrônio Portela.

Apenas para fazer um registro, aproveitando a presença do Senador Romeu Tuma aqui, nós estamos... O Senado está protagonizando dois momentos muito especiais esta semana que... Senador Tuma... Senador Tuma, Senador Paim, eu, Senador Simon e inúmeros outros senadores permanecemos até as seis horas da manhã em Plenário aqui da Casa. O que nós estávamos fazendo aí? Nós estávamos defendendo direitos conquistados pelos aposentados, pela terceira idade.

Os dois extremos do arco social, do arco humano se encontrando aqui, na comissão e no Plenário. Chamando atenção do governo e da sociedade para a importância de atendermos aqueles que trabalha-

ram uma vida inteira. Não se tem informação exatamente como foi a sua primeira infância, se foi... Se foi uma má ou boa primeira infância. Mas conseguiram alcançar uma idade de aposentadoria e se vêem hoje relegados a um fator previdenciário que os leva a ter uma aposentadoria inicial, como exemplo, deputada, de cinco salários mínimos, mas no seu segundo ano já não são mais cinco salários mínimos, já são quatro. E no quinto ano não são mais quatro, são dois.

É uma injustiça criada há alguns anos e que nós estamos combatendo e levando este assunto para o governo, para o Presidente Lula, com sua sensibilidade social, é um projeto do Senador Paulo Paim que acaba com o fator previdenciário e resgata a dignidade desses cidadãos e dessas cidadãs. E, privilegiadamente, estou aqui como um dos autores desse pedido de Audiência Pública, tendo apresentado há poucos dias aqui também na comissão e no Plenário da Casa um estudo elaborado pelo Ministério Público de Contas do meu Estado, o Estado do Rio Grande do Sul, é um relatório intitulado Educação Infantil, a primeira infância relegada a sua própria "má sorte". Que foi encaminhado aqui ao Congresso Nacional e que foi encaminhado ao Ministério da Educação, ao escritório de representação da UNESCO no Brasil, à Assembléia Legislativa do meu Estado, ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente e diversas outras entidades relevantes na defesa dos direitos da criança.

Então, é um tema atual, extremamente importante. Lembrei também, Dr. João Carlos, Dr. Victor e assistência que está aqui nos privilegiando nesse momento que é tão importante que não são comuns Audiências Públicas com tantas pessoas participando ativamente, acompanhando com atenção. Acompanhando com atenção que merecem.

Mas nós temos 5600 e poucas prefeituras no Brasil. Todos os anos a ABRINQ promove um prêmio chamado Prefeito Amigo da Criança. No ano passado foram premiados 130 prefeitos. De 5600 prefeitos, 130 foram premiados aqui. A premiação foi entregue ali no Auditório Petrônio Portela. Apenas 130. Para meu privilégio, o Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça foi um dos premiados. Significa que a minha capital, apesar de todas as suas dificuldades está cuidando razoavelmente bem da primeira infância. Tem um prefeito amigo da criança.

Mas 130 é muito pouco. E eu chamava atenção. Vamos esperar que os próximos... Quem sabe venham 500 prefeitos ou 1.000 prefeitos. Que é exatamente dentro da sua proposta, Dr. Vital, que nós temos que nos concentrar. Sabemos que, realmente, a ação é do Executivo. Mas nós, do Parlamento, temos também esta responsabilidade. Efetivamente nós somos o plano B do caso. Porque depende da caneta do Executivo. Nós não somos solidários a esses movimentos, por isso que essa Audiência Pública está se realizando aqui de forma conjunta nessa Comissão. Eu--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Exª daria um segundo sobre o que V. Exª acabou... Eu peço desculpas de interromper, mas V. Exª falou da vigília de ontem à noite, uma vigília cívica e de oração em defesa dos aposentados. E eu senti uma coisa muito importante ontem, a participação ativa da população eletronicamente. Nenhum de nós que lá se encontrava presente deixou de receber mais de 100 e-mails durante toda a sessão. Então, houve uma participação--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mais de mil, Senador Romeu Tuma. Ou dois mil, ou cinco mil. Paim disse que recebeu sete mil e-mails.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje pela manhã me trouxeram a pilha, porque houve uma participação ativa da população. Então, elas têm interesse de acompanhar a discussão dos parlamentares pelo... Quando há um assunto que realmente diga respeito a sua vida, ao seu futuro e àquilo que eles são, infelizmente, foi usado ontem uma expressão, que eu concordo, estão sendo furtados ao longo do tempo. Os aposentados estão sendo furtados ao longo do tempo. Porque ninguém começa com um salário de contribuição, depois de três ou quatro anos, está menos da metade.

Então, é um cálculo de "Como se furtar bem o salário de alguém que deu a vida em benefício da sociedade." E contribuiu para receber um X para ter uma aposentadoria mais tranqüila. E outra coisa que queria deixar registrado aqui, que este ano eu estive na ONU. E V. Exª tem a sensibilidade que eu participei, na quarta-feira passada da reunião da ONU pela paz, aonde vários membros, direção de governos, do oriente, pedidos pelo rei da Arábia Saudita. Quatar, palestinos, israelenses, judeus... Todos participaram, todos pedindo a paz e falando em nome de Deus. E eu lembro, ontem, todos que foram à Tribuna falaram em nome de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E da paz.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu queria aqui registrar a coerência de V. Exª, sua luta, seu conhecimento em propor esta Audiência Pública pela criança, que dizem que se as crianças não forem bem tratadas na primeira idade, o país tenderá a sofrer as conseqüências graves no futuro, porque terá uma juventude que não teve a formação desde a primeira infância. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senador Tuma. Eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Victor Ricardo Flora, é psicanalista da Associação Psicanalítica do Uruguai que é a sede do Parlamento do MERCOSUL, onde estaremos reunidos, Dr. Victor, dias 27 e 28, a penúltima reunião deste ano, os países membros, Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, Venezuela em processo de adesão, Bolívia e Chile. E entendo que este tema poderá ser, seguramente, um dos próximos desafios desse Parlamento, que nós tenhamos um processo comum, conjunto, não apenas em nível de MERCOSUL, mas de América do Sul, de América Latina, na defesa exatamente desta... Da primeira infância e da cultura da paz. Dr. Victor Ricardo, bem-vindo.

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Muito obrigado, bom dia. E como você falou do MERCOSUL, vou tratar de esta interação com o conceito, vou tentar falar em portunhol, está bom? Uma língua em comum que a gente tem, um pouquinho português e um pouco em espanhol. Eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Já é língua oficial das nossas fronteiras. Lá na fronteira do Rio Grande do Sul, que o senhor deve conhecer, que é seu vizinho, na fronteira da Argentina, já temos como segunda língua, o portunhol.

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Claro que sim. Eu quero dizer, sinceramente, que este convite pra mim, é um grande privilégio, um grande sentimento. Quero agradecer ao Senador da Comissão de Educação Cultura e Esporte, ao Senador Sérgio Zambiasi e aos colegas João Carlos Campos Gomes Pedro, Vital Didonet, de permitir-me, digo de novo, um privilégio, participar com vocês. Eu quero trazer pra vocês uma série de conceitos sobre educação e intersubjetividade, mas conceito com uma infiltração emocional. Acho que para poder... Por quê?

Porque a comunicação humana está baseada na fala, nos conceitos, também nas emoções. E, mais ainda, a comunicação com a primeira infância, porque a primeira infância, a gente toma a palavra "infância" vem do latim, significa *infans*, não falante. Não falante em forma verbal, mas falando com o seu corpo, como muito bem mostrou o Dr. João Carlos Gomes, quando mostrou exemplos da semente da intersubjetividade. Que uma das coisas que vou tentar trabalhar com vocês. Quero comentar, falar uma outra coisa. Eu sou psicólogo, psicanalista do Uruguai, meu nome completo é Victor Ricardo Guerra Flora. E eu trabalhei mais de 20 anos numa creche. E vou falar a história da creche.

Vou falar a história que eu vivi, de contato com... Vou falar várias coisas, né? Mas eu quero fazer uma defesa do trabalho da creche, da creche bem armada, bem pensada, bem sentida, bem comprometida com o desenvolvimento da criança e da parentalidade. E vou tentar falar dessas histórias e vou utilizar dois conceitos, educação e intersubjetividade. Duas histórias, duas histórias verdadeiras. A história do imperador, a história de uma menina de rua. Duas formas de conhecer os elementos que dão envelope à vida humana com seus encontros e desencontros.

São duas histórias possíveis de abandono, de aprendizagem, de recurso para enfrentar parte do sofrimento humano, sobretudo, são histórias do valor dos outros, da comunidade, das instituições de acolhimento, de educação, de intersubjetividade, encontro e passagem da vida atravessada pela morte. Então, agora sim, a primeira... Vamos começar falando da educação, de educar. Um termo muito polêmico. Tem muitos sentidos. Vamos tomar só um, aquele que vem da etimologia. Uma coisa interessante, a gente fala da etimologia, eu tenho... Que sou psicanalista, sou psicólogo, eu gosto muito da poesia. E eu amo muito um poeta de vocês, que se chama Manoel de Barros, que ele fala num poema da importância da etimologia. Que a etimologia é uma viagem pelo país das origens, das origens da língua. Porque as palavras têm história. E conhecer a história das palavras, nos abre o caminho da vida de maneira diferente.

Então, esta apresentação será uma viagem por alguns conceitos e um colega que me acompanha muito, simbolicamente, pra mim, é Manoel de Barros. Então, a etimologia de educar vem do latim, *educere*, que significa conduzir ao exterior. Autonomizar. Olha que coisa interessante, né? Educar, no começo, na etimologia, no arcaico, na origem da palavra, tem relação com o movimento da independência. De uma forma, constar no mundo com os outros.

Então, vamos agora pensar um pouco que a intersubjetividade é um conceito utilizado atualmente no campo da psicologia do desenvolvimento da criança que inclui, em si mesmo, toda uma série de conhecimentos e de pesquisas que mostram, sobretudo, como o bebê é sensível, desde o início da vida por uma base neurológica, que se chama neurônios espelho à comunicação com o meio, de uma forma sensível e privilegiada como a gente observou hoje com os bebês.

A gente pode definir ainda intersubjetividade como a capacidade de estabelecer um vínculo com o outro e de compartilhar diferentes estados afetivos internos. Compartilhar as intenções e os desejos que habitam dentro de nós. A gente pode dar uma definição mais concreta com a sensação que não é um quebrar a cabeça. É um conceito que diz: "Eu sinto, que você sente o que eu sinto". Eu sinto que você sente o que eu sinto. Se você vai atravessar como uma viagem pelo outro,

e uma volta para mim mesmo. E essa história, aqui não dá pra falar porque a gente não tem tempo, mas esta simples frase é uma condensação de um monte de pesquisas que mostram que, quando a pessoa vive essa experiência, tem uma conseqüência que se chama regulação afetiva.

É uma das formas de prevenção da violência. Sentir-se compreendido pelo outro. Sentir que eu posso ter uma confiança no outro porque ele tem uma captação do que eu sinto. E isto nos inícios, nos primórdios da vida é uma troca que se expressa pela comunicação não verbal e, como muito bem apresentou o Dr. João Carlos, pela remissidade(F), pela sonoridade, por toda uma série de categorias que atualmente estamos pesquisando de forma muito profunda.

Então... Outra forma de definir ou entender o conceito de intersubjetividade, um termo mais direto e mais poético porque tem um poeta argentino que se chama Antonio Porquia, que diz assim: "Estar em companhia não é estar com alguém. Estar em companhia é estar em alguém." E a diferença entre *com* e *em* é que tem uma possibilidade deslizamento interior do sujeito. Então a gente pode estar cheio de gente. Mas a gente pode estar na solidão absoluta. E a gente pode estar com uma pessoa e sentir-se acompanhada por um monte de pessoas, pode estar acompanhado por um universo de pessoas. Então esta poesia, esse pequeno agrupamento de palavras mostra uma coisa muito importante, que insisto muito porque a gente fala muito da cultura da paz, uma forma de poder transmitir a uma criança uma sensação de paz, de tranqüilidade interna, é sentir que a gente está em ele. Que a gente pode decodificar os sentimentos que estão dentro dele. E pode começar a fazer coisas e pode começar a falar, a pôr em palavras o que o bebê está sentindo.

Essa introdução... Não, vamos passar pra outro. Então, isso é a base do que se chama a teoria da mentalização. E a teoria da mente, que é uma das teorias, atualmente, que estão no campo da pedagogia, assim como a psicologia do desenvolvimento, que tem uma importância impressionante. Porque a idéia de que a criança pode chegar aos quatro anos de idade tem a capacidade de perceber que as coisas que ele pensa são pensamentos. E há uma distinção muito mais clara da realidade do que a gente pensa. A gente pode sentir... Pensar as coisas como estados internos do pensamento.

E a teoria da mente é uma das bases para poder pensar, por exemplo, a patologia grave como o autismo. Que os autistas não chegam, e outros tipos de patologia não chega, a construir essa capacidade da teoria da mente. Então, a gente vai entendendo que a intersubjetividade tem uma relação muito perto da teoria da mente e ser pensado e dar-se conta de que a gente pensado pelo outro, parece ser o sinônimo de existência. E permite, além de tudo, uma possibilidade da regulação da impulsividade. Este é um ponto muito importante que tem muitas pesquisas que mostram que as pessoas que têm uma grande agressividade na vida adulta, uma forma de pensar que não pode fazer uma regulação da sua impulsividade. E impossibilidade de ter essa regulação da impulsividade tem a ver com falta dessa capacidade de mentalização.

Mas essa introdução teórica nos permitirá estar mais perto do tema da educação da intersubjetividade, mas se pode utilizar dois relatos que serão nossos guias de viagem. Eu vou falar agora de outras histórias também reais, separadas no tempo, que tem como fio condutor a importância da comunidade da rede de encontros que estruturam o ser humano. São histórias possíveis de abandono, de aprendizagem, de recursos para enfrentar, parte do sofrimento humano e insisto, valor dos outros, da comunidade, das instituições de apoio, da educação, da intersubjetividade.

A história do imperador do Sacro Império Romano, Frederico II de Hohenstaufen.

Esta imagem uma das poucas imagens que temos, no momento, do imperador Frederico, que ele nasceu em 1194. Frederico nasceu em 1194, foi filho de Henrique VI e da Imperatriz Constância. Seu nascimento foi em 1194 e, no momento do nascimento, seus pais, o pai Henrique VI estava muito envolvido em poder fazer uma tarefa política e militar porque tinha uma sublevação, um enfrentamento no seu reino, em Cecília, e ele devia... No momento que nascia Frederico, o pai estava levando numa batalha muito grande por reconquistar seu reino de Cecília.

Por esse motivo, motivo da violência, a gente fala cultura da paz, ele foi separado de sua mãe. Quando nasceu ele vai morar a Folino, perto da cidade de Assis. Porque a mãe estava envolvida em toda essa preocupação política da época. Ele foi criado na cidade de Folino pela Duquesa de Spoletto. E quando ele tinha três anos morre seu pai, produziu uma disenteria. Uma enfermeira própria da época quando estava preparado para ir a uma cruzada na recuperação do santo sepulcro de Jerusalém. O ano seguinte, 1198, ele com quatro anos, morre sua mãe. Ele fica em uma situação de abandono. O que vai ser do futuro Imperador do Sacro Império Romano. Ele fica em situação de abandono.

No ano 1202, com oito anos, ele vaga pelas ruas e pelos mercados de Palermo. A gente tem que pensar que, nessa época, Palermo era uma capital semi africana, que tinha uma mistura de uma comunidade diversa de povos, religiões e línguas. Assim, tinham

mesquitas, sinagogas, igrejas normandas, catedrais bizantinas. No mercado, onde se criou Frederico, havia uma mistura enorme de raças: normandos, italianos, árabes, alemães, judeus, gregos... Frederico não tinha outro recurso que entrar em relação com todos eles. E parece uma criança muito esperta e que tinha uma mente privilegiada, porque rapidamente ele conseguiu aprender, a conhecer as línguas e os costumes, os estilos de comunicação de todas essas raças.

Os historiadores falam que nessa época o universo europeu estava formado por três mundos diferentes, que era a antiguidade, oriente e a igreja. Ele se incorpora não somente com o espírito e [ininteligível] a esses três mundos senão também com suas variadas línguas, seus ritos e seus costumes. Dessa forma Frederico aprendeu a falar nove línguas.

Assim chegamos no ano 1228. Ele foi obrigado pelo Papa Gregório a dirigir uma nova cruzada. E parte para reconquistar a Terra Sagrada de Jerusalém. Mas, pela primeira vez, em todas as cruzadas, em vez de ter um combate sangrento, ele negou-se a, diretamente, falando em árabe com o sultão do Egito Al Kamir, e ele consegue recuperar o Santo Sepulcro de Jerusalém sem ter uma só batalha. Só falando e estabelecendo uma comunicação na língua do sultão, que era o árabe. Parece que nessa época, esse personagem Frederico, já era conhecido por sua capacidade intelectual, por sua sensibilidade e por sua capacidade de captar a intencionalidade do outro.

Então, este sucesso da única cruzada que conseguiu a conquista a Jerusalém com negociação, tem haver com o quê? Obviamente, uma conduta desse tipo tem a ver com muita coisa. Capacidade pessoal, etc... Mas eu pensava: A experiência infantil no mercado em que ele, para sobreviver, como uma criança resiliente, deverá aprender línguas e estilo de comunicação dos estrangeiros, conseguir... Haverá de ter como conseqüência que ele já foi um especialista no contato intersubjetivo, por haver tido essa influência positiva da maneira de relacionar-se com os outros. Mas o espírito curioso e inquieto de Frederico pelas línguas e os costumes humanos, teve também outras cores. Outras cores não tão brilhantes como essa história.

A história conta que Frederico, possuía o conhecimento de tantas línguas, ele estava muito interessado em conhecer se tinha uma língua primitiva da humanidade. Olha que interessante. Uma coisa que ele se perguntava: "Existirá uma língua primitiva?" E ele se fez a seguinte pergunta, e fez uma pesquisa experimental no ano 1200 e pouco. Ele pensava que se uma criança fosse criada sem fala, sem falar nenhuma língua, ele espontaneamente começaria a falar na língua primitiva da humanidade. Era a sua hipótese. Então, o que aconteceu?

Ele foi quem fez os primeiros experimentos, pesquisas da linguagem na história da humanidade. Ele deu uma ordem. Ele ordenou uma série, ele ordenou que um certo número de bebês fossem separados de suas mães e fossem criados por noviças para que... Às quais ele havia proibido absolutamente que falassem com os bebês e que não fizessem nenhum tipo de intercâmbio afetivo, para esperar se eles falariam o hebreu, ou grego, latim ou árabe. Qual seria delas, a língua mais antiga? Mas a experiência fracassou. Essa espécie de creche artificial que ele arrumou em Palermo, de onde não tinha contato afetivo, não produziu nenhuma língua original. Nenhuma palavra. Porque todos os bebês morreram.

Em vez de encontrar a língua universal, ele encontrou a morte do ser humano quando não tem contato afetivo. O que não sabia Frederico, ele que sabia tantas línguas, o que não sabia Frederico é que a língua universal não existe. Porque se existisse uma língua universal entre os seres humanos, eu acho que pode ser a língua da intersubjetividade, a língua da comunicação afetiva.

Que uma língua que aparece no início da vida, [soa a campainha] através da comunicação não verbal que inclui, generaliza todo o conteúdo verbal da mensagem, a pessoa, o riso, o tom da voz, o rosto, olhar, a imitação e a empatia. Vamos passar à próxima. Vou ter que me apressar um pouco. A história da menina da rua. Vamos continuar viajando no tempo. Vamos até a cidade de Montevidéu, 770 anos depois. 770 anos depois desse experimento de Frederico II. Estamos falando do ano 1203.

Ali também a gente tem histórias parecidas à da criança Frederico. Histórias de creches não artificiais, que tentam cuidar de uma forma diferente as crianças. Então, a história de uma menina de rua que se chama Brisa. É uma história verdadeira, hein. Mas, é uma história, em verdade de uma menina e uma mãe de rua. Brisa e sua mãe Silvia vagabundeavam pela rua no mercado de Montevidéu, como fazia Frederico em Palermo, mas ela, Brisa, com dois anos e meio, devia pedir dinheiro para poder comer, porque sua mãe estava enferma de AIDS. E estava em situação de abandono, sem possibilidade de trabalhar.

Nessa época, as duas, Brisa e Silvia, dormiam na rua. Ou dormiam em casas abandonadas. E alguma situação própria da fragilidade física da mãe por sua doença, Brisa com dois anos, devia sair sozinha a pedir ajuda para salvar a vida de sua mãe. E conseguiu. Várias vezes, Brisa com dois, três anos salvou a vida de sua mãe. A história continua porque, nessa

época, entra em contato com ela, uma assistente social para poder atender a situação de Brisa e sua mãe. Silvia, a mãe de Brisa, tinha uma relação muito forte com a assistente social. E Silvia, que era ex-prostituta toma consciência que seu fim está próximo, que ela vai morrer.

Então, ela fala com a assistente social e diz que, por favor, ela adote a Brisa e cuide de sua filha como se fosse sua filha. Então, se desenvolve um processo de adoção. E, nesse processo, Brisa ingressa em uma creche, e nessa creche eu trabalho. E aí começa a minha relação com Brisa e com seus pais adotivos. E, no momento, que Brisa ingressa na creche, com quase três anos, a gente fica muito surpreendido por sua extraordinária capacidade de adaptação. Ela é uma criança resiliente, pelo estilo que tanto nos ensinou salvando ela. É uma criança que tem uma capacidade de comunicação com os outros surpreendentes.

Continua o tempo e quando Brisa ingressa na creche, eu como psicólogo da creche, começo a desenvolver um trabalho e com a equipe de seu atendimento, de acompanhamento de Brisa e seus pais adotivos. Passam-se meses e morre a mãe de Brisa. Eu faço um trabalho especial de acompanhamento de Brisa e seus pais por esse momento tão difícil. Passa o tempo, e aos quatro anos termina sua etapa na creche. Eu me despeço dela e seus pais, mas eu fico com uma grande pergunta interior. Como será o futuro dessa criança que viveu situações tão difíceis e que parece estar tão bem?

Passa o tempo, dois anos depois, eu recebo uma chamada telefônica dos pais de Brisa, que eles querem continuar consultando comigo, para falar da coisa deles e de Brisa. Vou resumir a história da situação. Continua o processo de adoção, e nesse processo vem a mudança do sobrenome. Então, este ano É entregue à Brisa sua carteira de identidade com o novo sobrenome. É momento de interesse, de certa fascinação de Brisa, de ansiedade em se ter sua certidão. Brisa está angustiada, fica angustiada e ela pede aos pais que arrumem um álbum de fotos dela quando ela era pequena, com sua mãe Silvia e que, por favor, lhe contem a história de quando ainda era pequena.

Eu trabalho em terapia com Brisa e ela me traz seu álbum de família. Olhamos juntos e nos emocionamos juntos também. Mas Brisa está com ansiedade, por momento ela parece mais um vento que uma Brisa, já que se torna, muitas vezes, agressiva e angustiada. Continuamos. É um momento de crises. Mas crise, no sentido que dão à língua chinesa antiga. Vocês sabem que a língua chinesa se forma por ideogramas, e que a união de certos ideogramas dão outra palavra. Você sabe que uma coisa maravilhosa, que a idéia de bondade, de ser bom, saber como se forma? Com o ideograma mãe+bebê. Mãe+bebê significa bom, no idioma chinês antigo.

E assim também, a palavra crise é formada por dois ideogramas: Caos+oportunidade. Momento de mudança, angústia, perda, caos, mas também oportunidade de viver uma nova situação da vida, de renovação. E nestes tempos, estamos falando este ano, eu tenho uma entrevista com os pais e eles me contam suas dúvidas sobre certidão, eles falam de toda a gama do amor e dor que pode sentir um pai e uma mãe no momento de crise de seu filho. A palheta de cores da alma humana se projeta como se fosse uma tela no ambiente de meu consultório.

Eles me contam que, um dia, em que andavam de carro passavam pela porta de um cemitério e Brisa, que estava em silêncio, perguntou: "Que lugar é esse?" Mesmo já tendo falado com ela a respeito do cemitério, responderam de novo que o cemitério é o lugar no qual se enterram os mortos. E Brisa pergunta: "E nós plantamos alguém?" Entende a pergunta? Ela tem uma primeira aproximação por pensar com o seu pensamento concreto, falam que é lugar para enterrar, se enterra se planta alguém. Mas pra mim, no momento que escutei a resposta de Brisa, falada pelos pais, foi um momento de muita emoção. Porque mostra... Acho que mostrava como Brisa estava empregando metáforas, narrativas para estar perto, para elaborar seu valor.

Acho que nessa pergunta de Brisa a gente tem uma série de perguntas metáforas. Como se ela dissesse: "O que fica quando alguém morre? Alguma coisa pode germinar dali?" É como se ela perguntasse: "Podemos manter viva uma lembrança, a flor da minha mãe?" Pode ser que a necessidade de que se conte a história de sua mãe seja uma forma de fazer florescer a esperança de que mesmo se as pessoas morrem, suas histórias, suas recordações nos habitam e podem nos dar força para continuar em vida. Eu continuo trabalhando com Brisa e seus pais. Às vezes, penso que faz anos que os acompanho, seu transitar pela vida.

Considero-me uma testemunha privilegiada que admira o valor com que eles enfrentam suas angústias. Mas eu lembro, e os pais lembram também que tudo começou na creche. Porque a primeira sensação de seu tempo foi na creche. E se eu continuo tendo o privilégio de trabalhar com Brisa e seus pais, é pela creche. Então, eu acho que a creche não é só um centro de educação. Mas também é um centro de acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança e do desenvolvimento da parentalidade,

da difícil arte de ser pais. A creche como um espaço da intersubjetividade.

Então, falando e recordando o critério do Frederico II, a língua universal, eu acho que podemos pensar a língua universal como a intersubjetividade. Com essa língua falamos, como a criança com seus pais. Com essa língua também aprendemos e formamos conhecimentos. Também com esses dois exemplos de Frederico e Brisa e com esses dois parceiros, educação e intersubjetividade, seguimos pela vida com a experiência de ajudar que outros seres humanos descubram nova forma de expressão e de participação no mundo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Eu quero apresentar a imagem de Frederico II. A próxima. E esta é Brisa. Próxima. Esta é Brisa brincando em meu consultório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Dr. Victor Ricardo Guerra Flora, pela sua participação. Estamos lembrando que esta é uma Audiência Pública Especial conjunta, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos, abordando a valorização da primeira infância e cultura de paz. Nós temos um colega senador inscrito, Senador João Durval, quer fazer uso da palavra. Tem uma pergunta a fazer? Abriu mão.

Então, nós vamos... A hora já está avançada, mas nós queremos deixar um muito obrigado, especialíssimo. Foram três abordagens riquíssimas. É uma pena que o tempo não permite que a gente possa avançar mais. Mereceria cada um dos convidados uma manhã inteira aqui. Porque nós nos enriqueceríamos muito mais em conhecimento.

Cenas que o Dr. João Carlos nos trouxe que não tem como não guardar. Não guardar e não comparar com a força da natureza. A natureza é fantástica, é impressionante. Eu não vou esquecer realmente o bebê recém nascido em busca do... Em busca do sabor da mãe. Coisa impressionante. Realmente algo que... Uma cena de uma beleza indescritível. A responsabilidade do Poder Público que o Dr. Vital colocou aqui, da sociedade com o Poder Público, e de se elaborar leis, projetos e propostas para serem executadas e que eu volto, mais uma vez, à questão do nosso Ministério Público de Contas que está cada vez mais atento à responsabilidade do Poder Público. Por isso que eu trouxe para cá esse... Esse estudo lá do Rio Grande do Sul.

O Ministério Público de Contas decidiu que vai fiscalizar, pelo menos no meu Estado, as prefeituras do meu Estado, e os investimentos que estas prefeituras estão fazendo nesta primeira infância, para que ela não fique relegada a sua própria sorte. Estou orgulhoso disto e vejo que aquele estudo que pude apresentar aqui, ele está muito atual e ele é muito importante, inclusive, como fonte de pesquisa e fonte de informação, Senador Paulo Duque. E a experiência do Dr. Victor, trazendo aqui essas comparações da língua universal. Acho que nos enriquecemos, foi importante para a Instituição Senado Federal, mas, acima de tudo, para todos nós como cidadãos e cidadãs. Agradeço a presença de nossos convidados, a presença de todos aqui e dou por encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h34.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Marco Maciel e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, da Senhora Beatriz Segal, Atriz; Senhora Gabriela Duarte, Atriz; Senhor Marcelo Médici, Ator; Senhor Wagner Moura, Ator; Senhor Emílio Orciollo Netto, Ator; Senhor Armando Babaioff, Ator; Senhora Monique Alfradique, Atriz; Senhora Rosamaria Murtinho, Atriz; Senhora

Christiane Torloni, Atriz; Senhor Odilon Wagner, Ator, Produtor Teatral e Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI – São Paulo; Senhor Eduardo Barata, Presidente da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhor Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhor Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Alessandro Queiroga, Diretor de Operações da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhor Carlos "KK" Mamoni Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor José Fortes, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Nilson Raman, Diretor da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR; Senhor Sérgio Martins, Produtor de Teatro – Rio de Janeiro; Senhora Norma Thiré, Produtora de Teatro - Rio de Janeiro; Senhora Adriana Ferreira, Presidente do GUNA – Associação Nacional dos Universitários do Prouni (Programa Universidade para Todos do Governo Federal); Senhora Lúcia K. Stumpf, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhor Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. A Presidência submete ao plenário que o início da deliberação se dê pelo item 003, o que é aprovado. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano. Neste momento o Senador Inácio Arruda apresenta voto em separado, na forma de substitutivo, e requerimento de preferência para primeiramente deliberar o voto em separado, em detrimento do parecer da relatora. O requerimento de preferência é rejeitado. A Presidência informa que o Senador Inácio Arruda oferece requerimento de destaque para a votação em separado da emenda nº 05, de sua autoria. O substitutivo ao projeto, de autoria da Senadora Marisa Serrano, ressalvado o destaque da emenda nº 05, é aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01, 02 e 03, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e rejeitando a emenda nº 04, de autoria do Senador Inácio Arruda. Em virtude da aprovação do substitutivo, fica prejudicado o voto em separado de autoria do Senador Inácio Arruda. O requerimento de destaque da emenda nº 05 é submetido a voto e é rejeitado por 14 (quatorze) votos a 6 (seis). Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 024: Comunicados da Presidência**: Não foram feitos Comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007; Item 002: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007 (Turno Suplementar); Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008; Item 010: Projeto de Resolução do Senado nº 041, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003; Item 013: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008; Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2008; Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2008; Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008; Item 021: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide; **Item 022: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide e Senador Cristovam Buarque; **Item 023: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço a todos que tomem assento aonde for possível, porque hoje, de fato, nós estamos tendo uma das mais concorridas reuniões e, sem dúvida, uma das mais instigantes e motivadoras, e democrática também. Nós vamos começar.

Eu dou um bom dia a cada uma e a cada um e, havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Como lembram, hoje vamos começar pelo item que discute esse tema tão empolgante, tão importante para nossos estudantes e para os nossos artistas, que diz respeito à regulamentação dos ingressos, de tal maneira que haja, de fato, meia-entrada. E que essa meia-entrada seja, de fato, para beneficiar e atrair os estudantes às atividades culturais. Na última reunião, tentamos passar um filme que não foi possível, nós vamos começar a sessão, a reunião, passando esse filme, esperando que os que estão na frente da tela se afastem um pouquinho e pedindo que apaguem as luzes e usando o filme para dar uma acalmada nos ânimos também.

[exibição de vídeo]

>> Nós não somos contra a meia-entrada. Somos a favor da regulamentação. Queremos uma meia-entrada de verdade, sem essa enrolação.

>> Olá pessoal. Eu sou Herbert Viana. Nós dos Paralamas temos essa posição a favor da questão da meia-entrada, para regulamentar e dar uma... Um panorama mais equilibrado em relação à coisa do preço dos ingressos. Vamos nessa, rapaziada. Ingressos baratos para todos.

>> Eu acho que é muito importante nós discutirmos a regulamentação da meia-entrada. Eu acho que o Brasil está vivendo um momento onde a gente precisa reafirmar procedimentos. Às vezes, eu tenho a sensação de que o país perdeu um pouco a bula, a noção das regras, dos procedimentos. E isso acaba atrapalhando a sociedade.

>> Bom, a gente sabe que toda produção cultural e a bilheteria é uma equação difícil de resolver. Os promotores de cultura e os artistas querem viabilizar o espetáculo para todos. Pelo menos, a maioria daqueles que possa ingressar no teatro. Eu acho que o estudante, ele conquistou essa meia-entrada. Mas o que é preciso, de fato, agora, é regulamentar o que é a carteira de estudante. Para que isso... Para que essa carteira de estudante não seja uma farra, uma... Algo que não tenha controle e que seja... Que deixe de ser uma espécie de carteira de estudante pirata. Isso é que tem que tomar cuidado, isso é que tem que regulamentar, para que aquilo, que já era difícil, não fique pior ainda. Essa é a minha opinião.

>> A lei da meia-entrada, na verdade, não existe. O produtor pensa da seguinte forma. Se 80, 90% do público hoje usa, se utiliza dessa lei da meia-entrada, o que o promotor faz é aumentar o preço do ingresso, o preço cheio do ingresso já prevendo que 80, 90% das pessoas, do público, vai pagar metade desse ingresso. Isso faz com que os espetáculos tenham... A entrada dos espetáculos, dos filmes, das peças, dos concertos, sejam exorbitantes, assustadores e isso afasta o público.

>> Eu queria fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados que olhassem com carinho a questão da meia-entrada no teatro. Porque a regulamentação é muito importante, que haja regras para isso. Porque, pelo que a gente sabe, tem carteiras de estudantes sendo sorteadas até em rádios. Então, eu gostaria de fazer esse apelo. Olho vivo na carteira de estudante, que é muito importante pra gente, para que não haja o estrangulamento.

>> Meia entrada? Tudo bem. Até bom e justo. Mas então o governo, que teve a idéia da meia-entrada, tem que pagar para os produtores o resto da entrada. Vocês não pensaram nisso, não? Os artistas estão pensando.

>> Como é que vão pagar minha dívida se o cara de mais de 60, que vai me assistir, paga metade? Eu não pago metade de imposto, não pago metade de aluguel, não pago metade da gasolina, não pago metade do plano de saúde, e não pago metade do uísque, que é uma coisa caríssima.

>> Quantas produções minhas eu acabei tendo que elevar o preço, por quê? Porque eu tenho que sempre calcular pelo meio. Porque todo mundo tem carteirinha. Você tira carteirinha em loja de pizza, você tira carteirinha por telefone... Então, esse meio ingresso acaba sendo uma coisa falsa, mentirosa, cínica, que nos atrapalha bastante, atrapalha o público também.

>> O problema não é a meia-entrada. A meia-entrada é ótima. Para o estudante, o idoso, o estatuto do estudante, do idoso, nos obriga a isso, e isso é ótimo pra poder levar informação e cultura a quem tem menos condições. O problema é que é notório que existe muita falcatrua na carteira de estudante, muita gente que tem carteira que nunca foi estudante, muita gente que tira carteira em pizzaria... E como não tem legislação, nós vivemos a era, um pouco, do caos, assim. Não existe a consciência social e política. Nós estamos engatinhando nisso.

>> Com respeito a esse meio ingresso, não existe lei federal. Os senhores sabem disso, de meia-entrada. Não existe isso. Cada Estado e cada Município faz sua

própria lei. Nesta não regulamentação geral, existe uma discrepância no preço do ingresso. Exemplo, Porto Alegre. Não há. Não existe meio ingresso em Porto Alegre. Então, lá o cinema custa, o ingresso, 10 reais. Um pouco menos, um pouco mais. Outro exemplo, no Rio, como existe a meia-entrada, somos obrigados [ininteligível] o exibidor a cobrar 18 reais e, às vezes, até mais. Então, o preço médio fica por nove reais, que é igual àquela cidade que não tem preço de estudante. Isso, quem perde é aquele que não é estudante, aquele mínimo que não é estudante, porque todo mundo é estudante, e eu vou explicar aos senhores porque.

Dependendo de cada cidade ou Estado, tem direito a meia-entrada... Olhem bem. As seguintes categorias: Estudantes de qualquer natureza, e também quem não é estudante, desde que vá à esquina, como eu tenho uma amiga minha, que tirou uma carteirinha, foi na esquina, depois ela plastificou e entra em todos os lugares e não está estudando coisa nenhuma. Quando perguntaram para ela: "O que você estuda?" Ela disse: "Arte dramática". Basta. Chancelou lá com o carimbo e foi adiante. Pela internet. Se consegue pela internet. Se consegue sem nenhuma comprovação.

Outras categorias que têm meio ingresso: Acima de 60 anos, funcionários públicos, professores, bibliotecários, deficientes físicos... No Rio, são 25 leis de meio ingresso. Diante dessa distorção, como é que fica o produtor? Como fica o artista? Não podemos... Não podemos bancar, nós não podemos assumir totalmente a política pública. Sozinhos não podemos. Porque senão morremos. Nós vivemos do nosso trabalho. Estamos, em princípio, com a lei. Mas não podemos bancar todo o nosso trabalho nessa caridade, na maior parte das vezes, eleitoreira. E os senhores vão entender o que eu estou falando. Propomos que se faça a regulamentação da lei, lembrando que não podemos dar de graça a única coisa que nós temos para vender e essa frase é de Cacilda Becker. Vender, ela fala no sentido de [interrupção do áudio] como artista e profissionais que, inclusive, geram empregos. A cultura [interrupção do áudio]. Queremos participar. Isso eu quero deixar claro. [interrupção do áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse vídeo foi trazido pelos representantes do movimento cultural, artistas ou promotores. Eu quero dizer que nós temos aqui uma quantidade de pessoas que vai quase além do limite e procuramos equilibrar representantes dos estudantes e representantes da comunidade artística. Há uma sala aqui ao lado, em que essa reunião é transmitida pela televisão. Mas nós queremos manter o mesmo número, ou aproximadamente. Quero lembrar que aqui falam os senadores. Não creio que seja antedemocrático. Isso é apenas regulamentar, dentro de um processo democrático, que cada um foi eleito. Nós estamos quase com o quorum para votar. Eu tenho a alternativa de ir para outro assunto, não terminativo, e voltar a esse quando tiver quorum, ou iniciar o debate esperando que o quorum se complete e aí nós votaríamos. O que os senadores preferem, começamos o debate? Faltam apenas dois senadores. Começamos o debate, então.

Eu quero fazer uma pequena introdução a esse assunto. Eu considero esse, um dos assuntos importantes que passaram por essa comissão. Nós estamos aqui querendo aumentar a atividade cultural, aumentar a freqüência às atividades culturais e, além disso, aumentar a incidência de estudantes ao não atendimento das atividades culturais. É isso que a gente quer. O instrumento é a meia-entrada. O instrumento é uma meia-entrada que funcione. Hoje, há sérias reclamações, como foi visto, de que a meia-entrada ficou falsa, na medida em que os ingressos se transformaram em dupla entrada. E a meia-entrada virou uma entrada.

Os artistas e os promotores para, obviamente, cobrirem seus custos e terem suas remunerações, aumentam de tal maneira, que a meia-entrada vire aquilo que é necessário para fazer funcionar a vida cultural. Nós precisamos voltar... A existir uma meia-entrada. Ao mesmo tempo, o excesso de carteiras também provoca essa necessidade de aumentar o valor. Nós precisamos fazer com que aqueles, que não podem pagar dupla entrada, comecem a freqüentar as atividades artísticas, tendo a entrada. E que os estudantes voltem, participem, cobrando para eles, meia-entrada, de fato. É isso que eu creio que é procurado pela lei e pela nossa relatora Marisa Serrano, a quem eu passo a palavra para que diga--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente. V. Exª que está--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor recebeu vista, não é isso? Ao projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Recebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu ia passar a palavra, logo depois, da senadora, pelas negociações que ela fez nesse dia. Mas eu posso passar, também, para o Senador Arruda. Está com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero fazer duas solicitações. Exatamente pela força do equilíbrio do argumento de V. Exª. A primeira é de que nós ouvíssemos um representante dos estudantes. Para equilibrar com o vídeo, que acabou de passar. E o segundo, é que, no caso de discussão e votação da

matéria, que nós déssemos preferência ao voto em separado. Se isso for permitido regimentalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa segunda parte não pode. Primeiro é o voto do relator. No caso, da relatora. Substitutivo. Quanto à palavra, não é, obviamente, algo regimental. Agora, nós passamos o filme dos artistas. Talvez não devêssemos ter passado. E, pela segunda vez, porque tentamos da outra vez, e com problemas. Eu consulto aos senadores, se podemos dar, o tempo que durou para o vídeo, um estudante falar. Hein?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, como autor do projeto, eu proponho que se dê o tempo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que se dê? Eu também tenho simpatia por isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu também daria tranqüilamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu venho de uma época, lá detrás, que estudante e artista estavam do mesmo lado. Quer dizer, eu estou meio tonto com o que eu estou vendo aqui. Eu perguntaria se não há nenhuma chance de sentarem e tentarem um entendimento, ou temos que ir para o finalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que eles fizeram o rumo contrário da política. Agora está todo mundo junto na política. Esquerda e direita. E eles se separaram. Não sei se não é mais saudável a posição deles do que a nossa, viu? [risos] Bem, nós vamos dar um tempo. Deve ter durado cinco, dez minutos, no máximo. Agora, como escolhemos quem vai falar pelos estudantes? Ah, a Presidente da UNE está aqui, é verdade. Então, a Presidente da UNE... Sente ao lado do Senador Zambiasi. E sinta-se parte da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. LÚCIA STUMPF: Bom dia a todas e a todos presentes nessa sessão da Comissão de Educação. Eu gostaria de iniciar saudando, mais uma vez, como nós já fizemos repetidas vezes a iniciativa do Senado Federal de debater esse tema que é tão caro à juventude, à classe artística, aos estudantes e à nossa sociedade. Nós temos, como foi dito aqui pelo Senador Pedro Simon, um histórico trabalho junto à classe artística brasileira.

A UNE, ao longo de seus 71 anos de história, sempre atuou em defesa da cultura nacional, sempre teve uma grande ênfase em promover debates, em promover também a produção artística do nosso país, a partir da classe estudantil, a partir da juventude das escolas e das universidades, e seguimos fazendo isso, quando temos um grande aporte e um grande foco na nossa política do circuito universitário de cultura e arte da UNE, o CUCA, que hoje rememora o CPC, o antigo centro popular de cultura da década 60, que a gente retoma, no ano 2000, com novo nome, com nova cara, mas com o mesmo espírito de fomentar a nossa cultura.

E gostaria de dizer que, também, nesse debate nós estamos do mesmo lado dos artistas e do conjunto da sociedade, porque é de interesse de todos nós, regulamentar o direito à meia-entrada no país. O direito à meia-entrada foi tirado dos estudantes, quando a Medida Provisória 2208 foi editada no ano de 2001. Há um grande consenso entre todos nós, entre representantes da classe artística, entre os senadores desta comissão, e entre os estudantes brasileiros, de que foi a Medida Provisória 2208/01 que acabou, na prática, com o direito à meia-entrada dos estudantes. Porque foi essa Medida Provisória que deu o direito a qualquer estabelecimento de ensino, a qualquer entidade, não regulamentada, que pudesse emitir a carteira de meia-entrada, e o benefício da meia-entrada pudesse, inclusive, ser feito a partir de documentos sem foto, sem identificação, como um boleto de faculdade, um boleto de um cursinho de inglês, enfim, documentos de muito fácil falsificação, que fizeram proliferar as falsas meia-entradas, a partir da Medida Provisória 2208.

Foi essa Medida Provisória que retirou do movimento estudantil a emissão das carteiras, que propiciou essa grande falsificação, que hoje nós temos no Brasil e que, de fato, inviabiliza a meia-entrada nos eventos culturais e esportivos, uma vez que nós temos dados que chegam a demonstrar que é de cerca de 80% a média de vendas de meia-entrada nas bilheterias dos eventos culturais e esportivos, após a Medida Provisória 2208.

Então, durante os debates que essa Casa aqui promoveu e que propiciou o encontro e a interlocução entre senadores, estudantes e artistas, nós conseguimos chegar a esse que, eu considero, que é um importante consenso, que é a necessidade da revogação da MP 2208. E a partir da revogação da MP, que nós possamos fazer uma nova regulamentação da emissão das carteiras de meia-entrada no país. É interesse da UNE, da UBES e dos estudantes, que nós tenhamos um documento único, capaz de identificar os estudantes brasileiros, padronizado em nível nacional, que possua mecanismos, que impeçam sua falsificação e que, dessa forma, moralizem o direito à meia-entrada no país.

É interesse de todos nós que nós possamos regulamentar a meia-entrada, regulamentar o controle da emissão das carteiras que, como eu falei, precisa ser padronizada em nível nacional e precisa ter mecanismos que impeçam a sua falsificação, mas, a partir daí, nós acreditamos e nós afirmamos com base, inclusive, em pesquisas feitas anteriormente ao ano de 2001 e, agora, novamente repetidas que, a partir da regulamentação da retirada do mercado de todas as carteiras falsas, de garantia de que só estudantes terão acesso a esse documento de identificação, com esse controle, nós não tendemos a ultrapassar a média de 30% de utilização de meia-entrada em eventos culturais e esportivos. Era assim antes do ano de 2001. Tem pesquisas que afirmam que antes da Medida Provisória 2208 era esse o percentual médio de utilização de meia-entrada, que a partir da proliferação das falsificações, alcançou, hoje, o patamar de 80%. Então, nós queremos, sim, regulamentar o direito à meia-entrada, nós queremos, sim, que só estudantes possam ter acesso a esse benefício, mas nós afirmamos que para isso, não é necessário instituir uma política de cotas, mas, sim, que a gente reforce a garantia da legitimidade das carteiras de estudante, que hoje circulam no nosso país.

Então esse Projeto de Lei e a intenção dessa Casa deve ser o de se posicionar e o de se debruçar sobre a emissão das carteiras, resolvendo esse, que é o problema central do debate que nós estamos fazendo aqui, hoje e, não, se voltar para a limitação de um direito aos estudantes que é a instituição das cotas, que essa, sim, nós consideramos nociva. Por dois motivos, como eu falei.

Inicialmente, garantindo a emissão de carteiras que serão distribuídas apenas aos estudantes e para isso nós temos mecanismos capazes de serem colocados nessa lei, que nós já avançamos no diálogo e que são consenso entre nós, como a criação de um Conselho Nacional, a emissão dessa carteira de maneira única e padronizada. Então, nós temos mecanismos de garantir a de emissão de um documento único e isso nós queremos ver nesse projeto de lei, mas a limitação do nosso direito, não interessa aos estudantes e não é necessária à classe artística. É um direito que nós temos, instituído há várias décadas no nosso país e, garantindo que as carteiras de estudantes sejam legitimadas e moralizadas, nós resolvemos o problema dos estudantes e da sociedade e também da classe artística.

Então, nosso pedido é que esse projeto de lei se debruce sobre o problema da emissão das carteiras e que não limite cotas, primeiro porque não é necessária e, segundo, porque hoje, aonde as cotas existem elas são nocivas aos estudantes. Não há qualquer mecanismo capaz de fiscalizar e de garantir transparência às cotas. Aonde elas existem, o segundo estudante que chega na bilheteria para comprar o ingresso já recebe a resposta negativa de que todas as cotas já foram cumpridas, de que não há mais bilhete de meia-entrada para aquele espetáculo ou para aquela sessão de cinema e é por isso que para as nossas cotas, hoje, são as medidas que vão garantir o fim da meia-entrada no país. Para garantir o interesse de todos os estudantes e dos artistas, basta regulamentar a emissão do documento de identificação estudantil. É esse o pedido que os estudantes fazem a essa Casa e é esse o diálogo que nós oferecemos aos artistas e à classe artística brasileira como um todo para resolver esse impasse que, hoje, ainda pode garantir um consenso entre todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Presidente da UNE suas palavras. Com isso nós estamos prontos e equilibrados do ponto de vista democrático para o debate. Passo a palavra ao Senador Arruda, que pediu vistas na última reunião.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu solicitei vistas, apresentei um voto em separado que faço questão de ler para que todos possam compreender... Mas o voto está na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, o Senador pode ler o seu voto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Azeredo está pedindo para distribuir o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, está bem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento com base no Regimento Interno, sobre preferência de votação. Porque o Regimento Interno assegura que o voto em separado pode sim ter preferência de votação dependendo da deliberação do Plenário. Se o Plenário assim o desejar, votamos primeiro o voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu em geral tendo a considerar o Plenário soberano. Mas temos algumas regras que eu consulto... O Senador diz que o Plenário tem direito, sim, de mudar a ordem de votação. Eu vou pôr em... Vou pôr em votação...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): art. 311 do Regimento Interno.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A ordem natural é que se mantenha--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A ordem natural. Mas se o Plenário decidir o contrário? O Plenário, não o Presidente da Mesa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Bom, eu defendo que mantenha a regra natural. Votemos primeiro o projeto fora a relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que nem votemos a mudança?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu acredito no seguinte. Há um regimento nessa Casa. A partir do momento que cada comissão, que o Plenário decide... Olha, isso aqui todo mundo vota. Então, não precisamos de regimento, colocamos aqui e os senadores decidem cada coisa nessa Casa, sem precisar de uma norma regimental que nos una e que dê uma ordem, por mais democrático que a gente seja, tem que ter uma norma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o Senador Arruda diz que tem argumentos regimentais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, art. 311. Que diz que pode, sim, o substitutivo pode ter preferência diante da deliberação do Plenário. É que eu apresentei no voto separado um substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ela que fez o substitutivo, a Senadora Marisa. O seu não é substitutivo, o seu é um paralelo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto em separado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um voto em separado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A relatora, ao apresentar o substitutivo, ela apresenta com a condição de relatora, o seu voto substitutivo. Eu estou apresentando substitutivo como voto em separado. Por isso que eu peço preferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um voto em separado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque para o voto do relator, da relatora, não precisa de votação de requerimento de preferência. Já é a votação. Pra mim, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jucá, gostaria de ouvir sua opinião.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, talvez eu possa ajudar. Nós temos um voto da relatora que é substitutivo ao projeto que tem prioridade na votação. O Senador apresentou um voto em separado. A prioridade de votação é a votação da Senadora Marisa Serrano. A não ser, que ele apresente um requerimento e a gente inverta a pauta, votando o voto em separado em primeiro lugar. Coisa que não aconteceu, até então. Portanto, eu acho que deve ser discutido e votado o voto da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas há o requerimento na Mesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas existe o requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, V. Exª precisa colocar em votação o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, pomos em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não. Nós vamos pôr o requerimento em votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, nós sequer conhecemos qual é o voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Deveríamos, pelo menos, conhecer o voto em separado. Mas a decisão não depende de como é. Eu vou ler o requerimento. Nos termos do art. 311, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência para apreciação e votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do voto em separado por mim apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº. 188/07. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, etc. O Plenário quer votar essa possibilidade de inversão de pauta? Essa é a verdade, ou não, nem votar?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu voto favorável, Sr. Presidente.

[risos]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, tem que ir a voto. Eu voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hein?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vota contra. Senador Arruda, pelo sentimento, não quero nem pôr em votação para não dizerem que estou ferindo, pelo sentimento, eu creio que nós vamos votar na ordem normal. Primeiro... Regimental. Primeiro o substitutivo da relatora e depois

o seu. Agora, eu acho que o senhor quiser, pode ler antes o seu projeto. Não votar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [risos] Eu tenho que ler antes, Sr. Presidente. É regimental. Nesse caso o senhor não precisa botar em votação. Eu tenho que ler antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, pode ler, porque é regimental. Então eu lhe concedo a palavra para ler o seu voto em separado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores estudantes que aqui estão da UNE, da UBES, e os profissionais da área de cultura, nós temos lidado bastante com as duas questões, durante muitos anos. Tanto como atividade cultural, promovendo aqui no Congresso Nacional a discussão e aprovação de toda legislação de incentivo à arte, à cultura, ao esporte do nosso país, modificando para aperfeiçoá-la, em benefício da cultura do nosso Brasil. Temos feito isso de forma sistemática.

E também nas casas legislativas dos Estados e nas Câmaras de Vereadores. Ao mesmo tempo, tem tido um debate aceso sobre o direito conquistado, depois de muitas lutas dos estudantes, nas ruas do nosso país, à meia-entrada. A meia-entrada no transporte coletivo, a meia-entrada nas atividades culturais, esportivas, como algo de muito valor para o aprendizado da juventude brasileira e que, ao mesmo tempo, ao garantir o acesso dos estudantes aos espaços de atividades culturais, aumentando a renda dessas atividades culturais, evidentemente, porque quanto mais estudantes têm direito, quanto mais estudantes participam, mais rendas são auferidas pelo produtores culturais e pelos artistas que participam dessas atividades.

Por isso, Presidente, que apresentei um voto em separado, onde eu destaco, primeiro, a iniciativa, o debate, a discussão sobre a questão da entrada, da meia, foi levantada, foi discutida principalmente pelos estudantes. Foram os estudantes lá, ainda na Câmara dos Deputados, quando eu era deputado, quando o Senador Gerson Camata também era deputado, que levantamos a discussão a partir da UNE e da UBES sobre o problema da emissão das carteiras estudantis, e da distribuição estranha às entidades estudantis, que acontecia, da carteirinha dos estudantes.

Quer dizer, tinha muito mais carteira do que o número de estudantes. Então, os próprios estudantes, através da UNE e através da UBES levantaram a questão, digo, repito, ainda quando Deputado Federal, o Senador Flávio Arns também era Deputado Federal, quando a discussão da emissão de carteiras passou a fazer parte dos debates, passou a fazer parte da cena cotidiana do parlamento brasileiro.

E só em 2001, uma Medida Provisória, então, cria um embaraço porque tolhe esse direito dos estudantes, cria dificuldades, e essas dificuldades, fruto de um debate também promovido pelos estudantes, vêm a essa casa. Com qual intuito? Qual é o intuito da legislação proposta? É o intuito de regulamentar a emissão das carteiras. Essa que é a questão central. Esse que foi o ponto central debatido e discutido. Mas, de carona, entrou uma outra proposição, que foi a de se estabelecer cotas.

Qual é o objetivo da cota? O objetivo da cota é restringir o direito conquistado dos estudantes. Os estudantes conquistaram o direito da meia. Agora, usando o argumento de que existem carteiras falsas no mercado, espalhadas para tudo quanto é lugar, no Brasil inteiro, ao invés de tratarmos dessa questão da emissão de carteiras falsas, nós dizemos o seguinte: "Vamos restringir o direito dos estudantes. Vamos restringir essa conquista dos estudantes brasileiros".

Eu, Sr. Presidente, como autor de leis no meu Estado, na Câmara Municipal, da minha cidade Fortaleza, na Assembléia Legislativa do meu Estado, o Ceará, não só propus a legislação que dava direito aos estudantes à meia no transporte coletivo como à meia nos espetáculos culturais esportivos, mas também propus a lei de incentivo às atividades culturais no meu Estado, para que as atividades culturais tivessem o respaldo do governo, tivessem o reforço do governo, com várias iniciativas fiscais, que lhes permitissem montar seus espetáculos e eventos artísticos e culturais lá no nosso Estado, no Ceará.

Sr. Presidente, quando, então, teimo em apresentar o meu substitutivo e defender esta minha posição de que nós devemos, sim, regulamentar a questão da emissão das carteiras, mas não devemos restringir o direito dos estudantes. Nós não devemos no Senado brasileiro nos debruçar sobre uma matéria que, depois de longas lutas do movimento estudantil brasileiro, nós vamos castrar o direito dos estudantes. Seria um grande equívoco de nossa parte. Por isso que no meu substitutivo eu proponho que vamos manter, sim, a emissão das carteiras estudantis. Mas, Sr. Presidente, vamos regulamentá-las. Mas não vamos impor cotas aos estudantes.

Não vamos obrigar os estudantes, que ele, paulatinamente, possa perder o seu direito à meia-entrada. Porque é assim que se começa. Se restringe primeiro em 30%, 40. Depois, daqui a pouco pode-se argumentar: Bom, mas mesmo com 30%, mesmo com 40% ainda há carteiras falsas, ainda há movimentos que restringem o lucro, que diminuem a lucratividade das atividades, que são fruto da conquista da meia-entrada dos estudantes. Que tal... Não seria melhor nós tergiver-

sarmos por um outro caminho? Alguns já propuseram: meia-entrada para todos até os 18 anos.

Ora, mas aí também nós limitamos uma das questões chaves que V. Exª tem levantado tanto no Brasil, que é reforçar o aspecto do estudante, reforçar a natureza desse embate que é ter o estudante na sala de aula, é garantir que ele seja estudante. Quer dizer, esse direito é um direito não dado apenas a quem tem de zero a 18 anos. É dado ao estudante, para que ele possa fazer valer, não só a sua conquista, mas ao mesmo tempo também, possa fazer valer um direito que é dado aos estudantes brasileiros. Mas a legislação, como trata de meia-entrada, ela foi mais além e também alcançou os idosos.

Portanto, a nossa legislação, que é uma legislação autorizativa no aspecto da fiscalização, mas ela não é autorizativa no aspecto da proibição. Da inibição da conquista dos estudantes e dos idosos. Não. Aí não. Aí ela não é para o Executivo regulamentar. Aí ela já é taxativa. A partir do momento que aprovarmos a lei, já há a cota para os estudantes e para os idosos. Já fica limitado. O conselho vai tratar da regulamentação da emissão. Não vai tratar das cotas. As cotas já estão instituídas. Então, salvo melhor juízo, e melhor compreensão de quem participou de tantas batalhas ao lado dos estudantes e dos artistas brasileiros, salvo melhor juízo, o que nós vamos aprovar, de fato, pra valer, é a restrição à meia-entrada dos estudantes. Isso que nós vamos votar. E dos idosos.

É essa a votação que nós vamos executar agora, Sr. Presidente. Executar. Eu uso a palavra executar porque é isso mesmo que nós vamos fazer. Nós vamos executar essa votação para inibir o acesso dos estudantes e dos idosos aos espetáculos culturais do nosso país. Porque todo o restante vai depender de uma decisão do governo, que eu estou simplesmente autorizando. Eu não posso fazer outra coisa. Eu só posso autorizar o governo a criar um organismo que eu não sei a que Ministério vai estar ligado, se é o Ministério da Educação, se é o da Cultura, se é o da Justiça, se é o da Secretaria da Juventude... Ninguém sabe aonde ele vai estar localizado. Nenhum Ministério se dispôs até hoje a dizer: "Eu topo entrar nessa seara discutindo esse interesse dos estudantes e dos produtores culturais do nosso país". Ninguém até agora se manifestou positivamente em relação a isso.

Por isso, Sr. Presidente, que eu apresento o meu voto nos termos de um substitutivo, que trata do seguinte. Vou ler apenas o substitutivo porque a análise, do ponto de vista técnico e político, já fizemos sobejamente aqui nesta Casa, na reunião anterior e no início desse debate. Trata do seguinte.

art. 1º: *Fica assegurado aos estudantes e às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o acesso às salas de cinemas, cineclubes, teatros, museus, centros culturais, parques e reservas naturais, espetáculos musicais, circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovido por quaisquer entidades, e realizadas em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.*

§ 1º: *O benefício, proposto no caput, não será cumulativo com quaisquer outras promoções e convênios.*

§ 2º: *Somente terão direito ao benefício os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previsto no Título V, da Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da carteira de identificação estudantil, válida conforme o modelo nacionalmente padronizado, nos termos do regulamento.*

§ 3º: *Somente terão direito aos benefícios os idosos que apresentarem documento oficial de identidade no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento.*

art. 2º: *Os estabelecimentos referidos no caput do art. 1º deverão afixar cartaz em local visível da bilheteria e da portaria em que constem as condições estabelecidas para o gozo da meia-entrada, com os telefones dos órgãos de fiscalização.*

art. 3º: *Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil e estabelecer: 1) A composição e atribuições do conselho, 2) Os critérios para padronização, confecção e distribuição da carteira de identidade estudantil, 3) A organização de mecanismos de controle das normas definidas pela lei de criação da meia-entrada.*

art. 4º: *Até que esta lei seja regulamentada o acesso de que trata-se o art. 1º será regido pelas normas em vigor.*

art. 5º. *Fica revogada a Medida Provisória 2208 de 17 de agosto de 2001.*

art. 6º: *Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Sr. Presidente, considero esse texto, salvo as modificações que a Comissão possa realizar, um texto mais justo, com a luta histórica dos estudantes brasileiros em termos de acesso à cultura e de serem promotores de cultura que bem disse aqui a Presidente Nacional dos estudantes, a UNE tem sido, ao longo de sua história, uma verdadeira promotora de arte e cultura para os

estudantes brasileiros e para a sociedade brasileira. É de lá que têm partido inúmeros profissionais, não só da produção cultural, mas inúmeros artistas brasileiros. Por isso Sr. Presidente, peço a aprovação da regulamentação da proposição em debate, nos termos do voto em separado que acabo de apresentar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ouvido o senador, eu tenho a possibilidade de falar com a... Passar a palavra à senadora... Se ela quiser agora. Senão, se ela quiser ouvir outros... Que já temos inscritos, inclusive, o líder do governo que nos dá a honra de estar aqui, Romero Jucá. A senhora prefere agora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acho que é melhor ouvir primeiro. Já falei bastante na reunião passada, para que depois a gente possa fazer o fechamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador... Nós temos inscritos o Senador Perillo, o Senador Lobão Filho, Senador João Pedro, Senador Eduardo Azeredo e o líder. Se o líder quiser, eu uso o poder da Mesa, para lhe dar a palavra antes. O senhor pode trazer uma visão... Senador Casagrande. Então, com a palavra o Senador Jucá e depois eu volto à ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores, estudantes, artistas. Sr. Presidente, quero dizer aqui que não vou me manifestar como líder do governo. Gostaria de poder me manifestar sim, aqui, como líder do governo, se pudesse chegar aqui e dissesse: "O preço do ingresso vai ser o menor possível e o governo vai subsidiar, comprar, distribuir, equalizar as despesas necessárias de meia-entrada ou qualquer outra política cultural que pudesse ser feita". Isso era o ideal que a gente tivesse discutindo isso aqui. Mecanismo de equalização para que se pudesse ter a menor entrada possível, dentro de um projeto economicamente viável.

Nós estamos discutindo aqui, não ação pública, nós estamos discutindo aqui a ação privada, ação de peças teatrais, de shows, de artistas, ou seja, algo que tem que ter equilíbrio econômico para que exista. Não adianta a gente falar na utopia e não ter o espetáculo para ninguém ir porque não vai haver a rentabilidade para haver o espetáculo. Então, acho que é um ponto que a gente precisa discutir com muito equilíbrio e muita tranqüilidade.

Por isso que eu estou dizendo aqui, não estou falando aqui como líder com o governo. O governo não vai ter posição direta sobre isso, porque são dois lados que têm razão. Os dois lados têm razão. Os estudantes têm razão, e acho que essa questão da emissão da carteira precisa ter um melhor controle, é preciso que haja um mecanismo que efetivamente leve a sério esse procedimento, separe o joio do trigo. Aliás, como nós estamos fazendo nas entidades filantrópicas, também, hoje à tarde.

Então, é preciso que se tenha essa posição. Agora, é preciso também que e tenha o equilíbrio para que a cultura possa sobreviver nesse país. A cultura não pode ficar à mercê de um projeto que não tem visibilidade econômica. Não se dá pra fazer um projeto de arrecadação, não se dá pra fazer um projeto de arrecadação sem ter o horizonte da arrecadação. O que acontece na prática hoje? Nós temos hoje a conta feita pelo máximo. Então, a meia-entrada, na verdade, é uma entrada inteira. Na verdade, está prejudicando pessoas que poderiam ir ao teatro ou poderiam participar do espetáculo e não estão podendo ir ao espetáculo porque a forma de calcular e o modelo é um modelo equivocado.

E quero dizer aqui, Sr. Presidente, que não falo de intenção, não. Falo de realidade. Nós acabamos aqui, há algum tempo atrás, de aprovar passagem de graça para idosos. E nós tivemos o cuidado de colocar duas passagens por ônibus só. Nós não botamos o ônibus todo. Porque simplesmente seria inexeqüível dar o ônibus todo ou deveríamos aumentar a passagem do ônibus todo se fôssemos dar uma autorização sem cota. Então, nós demos duas passagens.

No caso da cultura, eu gostaria de dizer que é difícil sair um entendimento. É difícil sair. Mas acho que essa matéria deve ser votada. Depois, essa matéria é oriunda do Senado. Então, o que nós aprovarmos aqui, se nós aprovarmos a cota aqui, essa matéria vai para a Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, ela poderá ser modificada e melhorada. E ela voltará para o Senado e o Senado poderá dizer se quer a cota, se for o que for aprovado ou se quer o mecanismo novo que foi definido em debate na Câmara.

Eu acho que deve ser procurado um entendimento. Mas acho também que o entendimento, a perpétua a busca do entendimento é pior que o modelo definido para que a cultura possa funcionar, para que a UNE possa funcionar e para que os estudantes possam ter regulamentada essa questão da distribuição das carteiras. Então, quero dizer aqui que não votarei como líder do governo, votarei como senador, mas votarei com o projeto da Senadora Marisa Serrano para ampliar o debate e levar essa matéria à Câmara dos Deputados, onde ela poderá ser discutida também, porque há quatro anos essa matéria está aqui no Senado, e ela precisa andar. Meu voto é com o relatório da Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado Senador Romero Jucá. Passo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu pediria só que a gente tivesse um prazo máximo de cada intervenção, Senador Jucá foi dentro do prazo, mas para que nós não termos nenhuma procrastinação da votação hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cinco minutos está bem. Peço que coloque no relógio cinco minutos para que toque automaticamente a campainha. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, representação da UNE, aqui presente, dos artistas, intelectuais. Sr. Presidente, nós estamos tendo a oportunidade de aprovar aqui um substitutivo que, com certeza, poderá aprimorar o instituto da meia-entrada ou significar um retrocesso. A primeira coisa que nós temos que afastar nessa discussão é toda e qualquer tipo de hipocrisia, Sr. Presidente. Nós estamos diante aqui de uma discussão séria, equilibrada. De um lado, estudantes que ao longo da história colaboraram para construir uma das entidades mais representativas da sociedade brasileira. Do outro lado, intelectuais, artistas e produtores que fazem da sua... Das suas vidas, um sacerdócio no sentido de promover a cultura, de dar acesso à cultura, especialmente, àqueles que não têm acesso à cultura.

Desde muito jovem, quando ainda Deputado Estadual pelo Estado de Goiás, procurei colaborar ao apresentar projetos regulamentando meia-entrada no meu Estado. E já naquela época tive o cuidado de procurar os produtores de cultura. E fui admoestado por eles de que nós tínhamos que ter equilíbrio em relação a esse procedimento porque, se nós não tivéssemos esse cuidado, a aprovação daquele projeto poderia significar o fim das produções culturais no meu Estado.

Depois, governador por dois mandatos em Goiás, eu também sempre tive muito cuidado em apoiar firmemente as conquistas de estudantes, de trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, com muito equilíbrio levar em consideração também aqueles que produzem economicamente, aqueles que produzem culturalmente. Na semana passada, eu tive a preocupação de falar de um cenário aqui, Senador Jucá, que diz respeito à cota de 30 ou 40%.

A medida em que se aplica uma cota de 40%, o valor do ingresso para que a produção tenha viabilidade econômica e seja competitiva, aumenta para o cidadão comum, especialmente para o cidadão pobre, que quer ter oportunidade de acesso a um espetáculo, a uma produção cultural e não pode porque, muitas vezes, tem-se essa falsa idéia de meia-entrada que, muitas vezes, não ocorre porque para compensar a meia-entrada as produções acabam ficando mais caras e os ingressos, conseqüentemente, acabam também ficando mais caros para o cidadão comum, que assim como os estudantes e os idosos, têm o direito e querem ter acesso aos espetáculos e às produções culturais ricamente produzidas no Brasil.

É difícil um país no mundo que tenha produções culturais, artísticas tão ricas, com tão vasto conteúdo, e com interpretações tão belas, porque nós temos aqui uma série de artistas do mais alto nível, não só no Brasil, mas no mundo, se nós somos capazes de produzir, é preciso, é necessário que as pessoas, especialmente as pessoas do povo tenham o direito de ter acesso às casas de espetáculos e possam assistir aos espetáculos.

De modo, Sr. Presidente, que sem aceitar qualquer tipo de provocação, até porque ninguém em sã consciência viria aqui na Comissão de Educação do Senado Federal para trapacear ou para trabalhar contra estudantes, contra a meia-entrada, pelo contrário, Sr. Presidente, nós estamos aqui defendendo a meia-entrada, mas defendendo também um projeto, um substitutivo que signifique equilíbrio e possibilidade para que, se, de um lado, possa se atender aos idosos e aos estudantes, do outro lado, possa possibilitar aos produtores, aos artistas que continuem produzindo espetáculos tão extraordinários quanto os que nós temos a oportunidade de assistir na televisão e, principalmente, no teatro e nas outras casas de espetáculo.

Eu queria, por fim, Sr. Presidente, dizer uma coisa. Eu vou votar com o relatório da Senadora Marisa Serrano. Que é uma das Senadoras mais sérias desta Casa. O Senador Flávio Arns, do PT do Paraná, também um dos senadores mais sérios desta Casa. Não praticam demagogia e também não é do meu feitio praticar demagogia. Vamos buscar um consenso, vamos buscar um entendimento, no sentido de que os estudantes possam ver seus direitos resguardados, mas vamos garantir que as produções possam também continuar sendo viáveis.

E, nesse sentido, só há um caminho, Sr. Presidente, alternativo à proposta da Senadora Marisa Serrano, que propõe o estabelecimento de cotas para que as casas de... Para que os espetáculos possam ser viabilizados financeira e economicamente, que seria, Sr. Presidente, o subsídio do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais. Só há esta alternativa. E eu me filio a esta tese. Se nós vamos modificar o projeto da Senadora Marisa Serrano, então, se faça constar no substitutivo dela ou no substitutivo do Senador Inácio Arruda, uma garantia de que a diferença

daquilo que for destinado a não existência da cota, possa ser bancado, subsidiado. Porque aí nós vamos garantir a meia-entrada e, ao mesmo tempo, vamos garantir também a possibilidade de continuarmos vendo ser produzido no Brasil espetáculos e mais espetáculos com a melhor qualidade desse mundo.

Um grande abraço e a todos os Srs. Senadores eu peço a reflexão, porque esse é um momento decisivo. Nós precisamos produzir aqui, aprovar aqui um projeto que signifique o equilíbrio a médio consenso, mas um projeto sério que seja digno da aprovação de senadores e senadoras da República. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Lobão, eu peço que não haja palmas porque senão vamos ter que autorizar vaias também. E aí perdemos o controle do processo. Então, não ficam permitidas as manifestações. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria pedir a quatro Senadores que venham pra essas cadeiras vazias, porque temos convidados, estudantes e atores em pé. E eles não sentam aí porque estão os senadores. Aqui podiam sentar alguns senadores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro. Se vierem quatro pra aqui... Bem, os que quiserem vir. Com a palavra, o Senador Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, alunos, estudantes, artistas. Eu acho que o tema aqui, hoje, é a questão da viabilidade econômico-financeira dos espetáculos, dos shows. Acho que a maior penalidade que o estudante pode sofrer é a não existência desses shows e desses espetáculos. E vi temas muito importantes não sendo abordados nesse projeto. Infelizmente. Temas que deveriam estar sendo abordados e não foram. Nós vamos votar, eu vou votar com a Senadora Marisa Serrano, mas entristecido por não ver abordado aqui, por exemplo, a figura mais danosa possível em qualquer espetáculo, em qualquer show, que é a figura do cambista.

O cambista que deveria ser tratado e tipificado criminalmente porque ele lesa o Estado na hora da arrecadação dos impostos, ele lesa os estudantes, na hora que está fazendo uma fraude, no uso da imagem do estudante, porque o cambista compra suas entradas todas com base na meia-entrada do estudante. E é este cambista que prejudica, ao fim da análise, a estrutura econômico-financeira de qualquer evento, qualquer espetáculo. Então, eu não vi divergência aqui entre estudantes e artistas. A representante dos estudantes falou que os estudantes estão muito bem atendidos com 30% de cota. Desde que não haja fraude. O problema é a fraude.

Então, na minha ótica, deveria ser combatida com muita veemência a fraude na venda dos ingressos de meia-entrada, de forma a propiciar que o executor do espetáculo, que o promotor do espetáculo possa ter condições de gerar emprego para os artistas e possa ter condições de gerar os espetáculos para os estudantes. Então, eu espero que, na Câmara dos Deputados, essa questão do cambista, essa questão da tipificação criminal, formação de quadrilha, porque não deixa de ser uma quadrilha, essa questão seja melhor abordada na discussão que haverá na Câmara. De minha parte, eu acho que a cota de 30% atende, no meu Estado sempre atendeu os estudantes, nunca houve reclamação no meu Estado em relação à cota de 30%, e desde que ela seja, efetivamente, fiscalizada e atenda os estudantes, e não as pessoas que estão se locupletando da condição da meia-entrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador João Pedro. Depois será o Senador Eduardo Azeredo, que é um dos autores do Projeto de Lei.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e artistas, produtores e estudantes. Primeiro, eu quero levantar, Sr. Presidente, porque não é o voto do Senador Inácio Arruda, mas ele faz uma propositura e eu gostaria de ver como a proposta, no mérito, que é sem os 40% previstos no parecer da Senadora Marisa, como que a proposta, no mérito, pode ser votada, votando-se favoravelmente aos outros itens do projeto da relatora, Sra. Marisa, e nós fazermos, não a discussão, mas o voto da propositura, da propositura do Senador Inácio Arruda.

Eu quero discutir a propositura que ele faz... Ele concorda com a normatização, mas propõe a meia-entrada a seco, a meia-entrada para os estudantes. Eu quero dizer que essa questão, ela não pode ser discutida. Eu quero reforçar, porque eu não vejo, nas intervenções, duas questões levantadas pelo meu companheiro de Senado, Marconi Perillo. Que ele chama atenção para a questão da hipocrisia e da demagogia. Não tem isso. Primeiro, é bom colocar na história, a bandeira da meia-entrada vem de muito tempo. Vem de longe. Vem de todos os Estados, coordenada evidentemente pelas entidades gerais dos estudantes. A UBES e a UNE. E votar isso aqui não é votar... Não pode parecer, de forma alguma, de uma postura firme da União Nacional dos Estudantes contra a cultura.

Contra o prejuízo, contra inviabilizar... Ou a favor, né? No sentido de inviabilizar a cultura no país. Não pode ser assim. Pelo contrário.

A UNE tem uma história em defesa da cultura. É uma história rica. Não podemos esquecer aqui Vianinha, a peça Rasga Coração. A história do CPC. Enfim, é uma história riquíssima, que orgulha não só a UNE, mas o povo brasileiro. É preciso nós termos o cuidado disso. Tem duas questões, no parecer da Senadora Marisa, que eu quero refletir aqui. Primeiro, e eu sei que a senadora teve um grande esforço para sistematizar e apresentar. Mas apresentar uma proposta de que a carteira deva ser trabalhada a partir de um Conselho Nacional, eu vou dizer aqui... É não reconhecer a história e a representatividade da União Nacional dos Estudantes. [Soa a campainha]

Esse projeto tem que sair, claro. Agora, o projeto, e é isso que está causando prejuízos hoje na bilheteria do teatro, e nós não estamos querendo entrar nessa discussão, da falsificação das carteiras. O prejuízo não está na meia-entrada, Srs. Senadores. O prejuízo está na falsificação das carteiras, de ingressos. É aí que está. E não na proposta da meia-entrada. E nós precisamos coibir peremptoriamente a falsificação de ingressos e da carteira falsa. Nós não temos 100% de quem freqüenta o teatro como estudantes. Nós não temos 100% disso. Então, eu penso que essa bandeira histórica dos estudantes a favor da cultura, da história, do zelo dos seus atores, das atrizes, dos escritores... É a favor disso.

A meia-entrada é a favor e no fortalecimento dessa história, desse reconhecimento. [Soa a campainha] Eu fico, Sr. Presidente, com o esforço, com o voto, com o parecer da Senadora Marisa. Mas o item do item de se estabelecer critérios de percentuais de entrada, fere a minha história. Até porque fui Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes em 81, e fere o princípio dessa entidade, que sempre lutou em defesa da cultura, do saber, da pesquisa. Votar a favor da meia-entrada é ser a favor do teatro, da cultura, da dança. Não é contra, não, Sr. Presidente. E aí eu quero votar nesse item com o Senador Inácio Arruda, que fez a propositura contra o percentual da meia-entrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Quando o Senador Flávio Arns e eu propusemos esse projeto há uns dois anos atrás, foi exatamente em função de uma discussão que aqui eu vejo que fica muito clara que nós temos muito mais coincidências do que divergências. É óbvio que onde há anarquia, não há direito garantido. O que nós vivemos hoje é uma anarquia na questão da carteira de estudante. Acho que isso está muito claro, todos estamos de acordo aqui.

Em 2001, quando foi editada a Medida Provisória, também é preciso lembrar que existia um processo cartorial. Isso também não é bom. O projeto fala que entidades, no plural, serão credenciadas pelo Ministério da Educação para emitir uma carteira padronizada ao estilo de uma carteira de motorista que nós temos no país. Portanto, não está se discutindo aqui, nem se defendendo, que haja também nenhum monopólio e nem que haja a terceirização. Porque quando há problema de falsificação, isso também remonta um pouco à terceirização que, às vezes, foi realizada no país por algumas entidades.

De maneira que a gente tem que deixar claro isso. Nós temos mais coincidências do que divergências. Bom, a questão de 2001 é isso, nós não podemos passar do oito para o oitenta, tem que buscar o bom senso, a Senadora Marisa Serrano, como relatora, está fazendo isso, uma discussão ampla para chegarmos ao entendimento, eu quero lembrar que aqui, acredito que todos nós temos compromissos com a cultura, com a educação, com os estudantes, quando fui Governador de Minas eu criei o ICMS cultural, criei a Lei Estadual de Incentivo à Cultura... Nós estamos defendendo os estudantes.

Defender o estudante é defender uma meia-entrada de verdade. Defender o estudante não é fazer um discurso de que todo mundo tem que ter meia-entrada. Defender o estudante, de verdade, é nós defendermos uma solução que barateie o valor dos ingressos no país. São vários os Estados, várias as cidades que já têm leis com cotas, que a cota já vigora. Eu fiquei até mais... Diria, assim, mais confortável aqui quando vi a Presidente da UNE dizer que a estimativa não passa de 30% o número de estudantes numa sessão.

Isso significa que se a cota que nós ampliamos de 30 para 40, ela portanto atenderá plenamente todos estudantes, já que aumentamos a cota de 30 para 40 porque na meia estão incluídos também os idosos. E, por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer também que a questão de fiscalização não me assusta, não. Acho que nós estamos aqui no Senado, são pessoas experientes, estão aqui para decidir com a experiência de vida, nós não podemos desconfiar de todo mundo, não. Não é possível que esse país seja um país de desconfianças. De maneira que, eu não posso realmente, eu sou de oposição, mas eu confio na estrutura governamental.

Eu não posso acreditar que o governo vá fazer um conselho que não funcione, eu não posso acreditar que os promotores de eventos, que os dons de cinemas vão fraudar, permanentemente, a instituição do

sistema de cotas, se for aprovado... De maneira que eu tenho aqui também a palavra do Ministro da Cultura, que na última sexta-feira disse que o governo é favorável, a cota é favorável à carteira de estudante que nós estamos discutindo aqui.

Portanto, nós estamos discutindo, prioritariamente, a carteira de estudante, aí eu fico satisfeito, todos estão de acordo com o projeto do Flávio, de acordo com o meu projeto, com o parecer, estão de acordo com o conselho, e a questão da cota que é um ponto que é mais polêmico, eu fiquei muito satisfeito de ver a Presidente dizer que 30% já atende o estudante. Porque 30% é a estatística. Então, nós estamos aumentando a cota de 30 para 40%. Não existe espetáculo, se não tiver viabilidade econômica. Nós vamos assistir o quê, se não tiver a viabilidade econômica? Aí vai ter que ser só a solução da cultura estatal, que também não me parece uma boa solução. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Casagrande, tentando ajudar no debate ou atrapalhando, eu quero dizer, Senador Azeredo, que o argumento que a Presidente da UNE usou e o seu para fazer justificativas contrárias se aplica aos dois. Porque se só tem 30%, para que lutar para acabar com a cota? Mas se só tem 30%, para que estabelecer uma cota também? Então, de fato... Agora, eu dou a resposta para isso. A resposta que eu dou é o medo natural do empreendedor artista de que esse número cresça. Então eles têm direito porque eles trabalham com a expectativa. Têm receio disso. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela oportunidade, cumprimento todos Senadores e todas Senadoras, os estudantes presentes, artistas, produtores que estão presentes. Serei muito rápido, Sr. Presidente, mas não poderia votar a matéria sem manifestar a minha opinião sobre o tema. Primeiro, o seguinte: A grandiosidade do parlamento. O parlamento dá essa oportunidade de recebermos aqui pessoas com posições totalmente diferentes uma da outra, manifestando suas opiniões num debate, que eu estou achando aqui, um debate muito equilibrado, muito maduro, muito franco, um debate importante.

Era uma matéria que já está pautada há muitos anos para ser votada. Não, o assunto, já está pautado há muitos anos pra ser votado. Essa matéria da meia-entrada é uma matéria que funcionava bem até 2001. Depois, com a MP desorganizou, e nós temos hoje uma situação que é, mais ou menos, uma feira livre na emissão de carteiras de estudante. Então, os projetos têm consenso, as posições aqui têm consenso com relação à necessidade da regulamentação da emissão de carteira de estudante.

Acho que ninguém discorda, ninguém tem nada contra, acho que os estudantes são favoráveis, os artistas e produtores são favoráveis, os senadores e senadoras são todos favoráveis a esta matéria. Ponto pacífico, partimos para outro ponto. Os projetos, no início, tratavam deste assunto. Este assunto já significava um avanço para os produtores culturais. Porque isso já levava para uma regulamentação e uma disciplina que poderia permitir que os espetáculos tivessem um nível de fiscalização mais adequado do que nós temos, até agora, caso aprovássemos essa legislação aqui e na Câmara dos Deputados.

Aí vem a cota. A cota, de fato, é o debate que se faz aqui, é a discorda que se tem, reconhecendo que nós já temos um avanço com relação à regulamentação e a forma de disciplinar a emissão de carteira de estudante, a cota acaba criando uma dúvida em nós. Nós, aqui, sabemos que há necessidade de equilíbrio econômico-financeiro dos espetáculos, há necessidade, a gente sabe. Mas nós também não queremos dar um passo atrás nas conquistas que os estudantes tiveram.

Então, acho que... Com a dúvida que eu tenho, com a ainda... Com a reflexão que eu posso ter daqui pra frente, se nós encontrarmos um meio, Sr. Presidente, vai lá e volta, a hora que encontrarmos um meio de fazermos uma fiscalização de um percentual, porque isso não está definido, como será esta fiscalização, não está definido. Eu não quero votar no escuro. Eu não quero ter uma posição que possa permitir do lado de alguém que não tenha um compromisso com o trabalho correto, eu não quero permitir que o direito que o estudante conquistou nesses últimos anos seja atingido. Não quero correr esse risco.

Então, mesmo reconhecendo a luta que produtores estão desenvolvendo, que artistas estão desenvolvendo, mesmo reconhecendo o trabalho que a Senadora Marisa Serrano fez no seu relatório, eu não vou dar um passo que eu não tenha certeza dele. Se eu tiver certeza daqui a pouco, a hora que o projeto voltar e eu tiver certeza desse passo, se encontrarmos um caminho, eu voto estabelecendo uma cota. Por enquanto eu não tenho essa condição de votar e manifesto a minha opinião pela votação da necessidade da disciplina na emissão das carteiras, mas com a ausência e a não inclusão da cota. Se acharmos o relatório com a Marisa Serrano, ótimo, senão eu voto com o substitutivo do Senador Inácio Arruda. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam, o Senador Casagrande se manifestou... Srs. artistas, Sras. e Srs. Senadores... Se manifestou, no sentido do meu pensamento, sabe, de que a causa de tudo isso aí são as carteiras falsas, que desequilibrou, que vinha, de uma forma, ou de outra, sem uma regulamentação, mas os estudantes tinham acesso aos espetáculos, nunca houve uma reclamação de que estava havendo estudantes demais no espetáculo, até em 2001, quando saiu, quando realmente houve essa democratização da emissão de carteira, mas houve uma bagunça também na emissão das carteiras de estudante, que permitiram que houvesse carteiras falsas.

Então, a causa principal de tudo isso aqui são as carteiras falsas. Eu espero que essa lei aqui consiga coibir isso. Se não tiver coibindo, nós vamos ter que fazer um conserto quando ela voltar da Câmara para cá para gente conseguir evitar que sejam emitidas carteiras falsas. Não é a presença do estudante que, eu digo, assim, o estudante, legalmente estudante, que está prejudicando o espetáculo. Quem está prejudicando o espetáculo são os estudantes falsos. Essa é a causa. É como se o doente estivesse com um pedaço, eu sou da Amazônia, um pedaço de flecha no braço e a ferida não sarava, não sarava, não sarava, e só estava fazendo curativo e não tirava o pedaço da flecha para poder sarar a ferida.

Então, eu acho que a gente tem que andar, andar se não ninguém vai resolver, por isso que tem que votar e resolver logo isso, andar, e as correções vão ser feitas posteriormente de acordo com a discussão e com o entendimento.

Eu creio que o Senador Flávio Arns já falou que essa cota de 40% é de consenso das partes, com exceção da UNE, que está contra a cota, porque a UNE teme que depois, que essa cota não vá ser respeitada, que vá fazer o que acontece, realmente, chegar lá já realmente o estudante foi todo vendido, mas nós temos que decidir isso hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu já me pronunciei na reunião anterior e volto, na mesma linha, dizendo da minha preocupação com essa decisão que nós estamos tomando aqui. O fato de que a Câmara possa modificar é muito relativo. Eu acho que a responsabilidade nossa é, realmente, tentar fazer o melhor projeto. Eu entendo que é difícil compatibilizar os dois interesses, mas é possível.

Eu sou plenamente a favor, por exemplo, do ressarcimento pelo Estado subsidiando o desenvolvimento da cultura. Eu fui prefeito três vezes e pratiquei isso, e é possível, e é de interesse da sociedade, ela evolui com isso, eu acho que é uma coisa fácil de fazer. Agora, a ação de dificultar o acesso do estudante, de restringir porque, de fato, isso vai ocorrer. Eu acho que isso deve ser universalizado. Nós vamos burocratizar, nós vamos dificultar a vida do estudante, e eu não entendo ser essa a melhor decisão. Eu acho que um país com tantas carências, com tantas dificuldades, nós temos que incentivar a cultura, mas essa deve ser uma ação de governo, e não de restringir o acesso do estudante, burocratizando todo um processo. Como é que vai se definir quem tem acesso aos 40% e a hora que terminar isso, como isso vai ser administrado? Que tipo de procedimento deve ser encaminhado?

Então, eu não me sinto seguro, embora gostaria muito de encaminhar o meu voto a favor da Relatora Senadora Marisa Serrano, eu não me sinto seguro e eu acho que nós temos que encontrar o melhor mecanismo, uma nova legislação que atenda, mas não desta forma, em cima do estudante, ou restringindo o acesso do estudante à cultura, à arte do nosso país. Eu acho que é um equívoco e por essa razão, eu não vou votar a favor do relatório, eu vou votar contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, um minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, Senadora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É que tem uma reivindicação aqui, acho que justa e correta, do ponto de vista legislativo, de várias associações aqui de produtores. De empresários e artistas, é de que volte a ser concluído aquele artigo que falava que o Poder Executivo fica autorizado a indicar uma fonte de recurso para ressarcimento dos produtores de espetáculos e exibidores cinematográficos, dos valores... Aquele parágrafo... Voltasse a ser incluído, se não essa lei fica inconstitucional, porque vai criar uma despesa na área privada e nós não estamos indicando de onde vai vir... Para cobrir essa despesa. Eu gostaria que a senadora considerasse a reinclusão desse artigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, realmente nós sabemos que essa ques-

tão é uma questão muito nevrálgica, né, falar, definir, reestruturar, normatizar, criar meios em que possamos atender as duas partes. Porque na realidade, ao estudante, ter o acesso ao espetáculo cultural, é algo fundamental, de fundamental importância. Até porque a presença do estudante, nós estamos dando a oportunidade é que quando eles não forem mais estudantes, eles já serão platéias definidas, para todos os espetáculos.

Nós temos também o outro lado, não podemos também, de certa forma, sufocar o setor de forma que os espetáculos não venham a acontecer. Então, ninguém, aí, zera e nada acontece, e só perde o país. Na realidade, eu sei do esforço da Senadora Marisa Serrano, da sua dedicação, do quanto ela vem preocupada com esta relatoria, de encontrarmos o melhor caminho.

E eu acho que aqui já houve muitos consensos, algo já muito positivo desse debate, maduro, desse debate realmente de... Equilibrado, onde nós já temos a definição, acho que ninguém está discordando, da forma de que as carteiras possam se ter um perfil mais, vamos dizer, com mais rigor, definido, que evite exatamente a falsificação, que evite o uso de forma indevida.

As cotas, eu não vejo também porque sermos contra 40%, se 30% hoje é o que é, já atende. Se está se ampliando, o que não pode também é ficar aberto, totalmente aberto, porque eu acho que, de certa forma, é difícil até para quem vai produzir, ter uma estimativa se vai, de repente, ter 100%, 80%, 70%. Então, eu acho que esse seria uma questão de bom senso. Eu concordo, eu acho que a Senadora Marisa Serrano, quando ela já teve essa abertura para ampliar o percentual, já se criou condições a que os estudantes pudessem permanecer presentes nos espetáculos. Essa é, mas realmente, esse é um debate que ainda temos que analisar sobre vários outros aspectos, mas, no momento, da forma que está colocada, eu concordo com a Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu não vou repetir os argumentos que já foram assim externados de uma maneira muito clara. Eu quero parabenizar o grupo de trabalho que se reuniu por diversas vezes na Comissão de Educação, composto por produtores, artistas, estudantes, por nós, os dois autores, e a relatora, e aí tivemos a oportunidade, assim, de aprofundar bastante o assunto. Foram reuniões bem interessantes e onde nunca se estabeleceu o conflito entre estudantes e artista ou produtor, mas todo mundo procurando chegar a um denominador comum, que atendesse às reivindicações de todas as partes. Então, nesse sentido, e esse projeto de lei, só foi apresentado depois da realização de duas ou três Audiências Públicas aqui na comissão, onde se viu a necessidade da apresentação do projeto de lei.

E só como último ponto, Sr. Presidente, que a grande discussão está em relação às cotas, mas nas reuniões do grupo de trabalho, e foram várias reuniões, como eu já disse, a preocupação principal era com o controle das cotas, não propriamente com a cota. Mas como que poderia, poder-se-ia controlar as cotas. Por isso que eu até quero também tranqüilizar, nesse sentido, além do aspecto do argumento dos 30% levantados, que vai haver o conselho e esse conselho, sem dúvida, vai discutir à exaustão este e outros aspectos como, por exemplo, quanto tempo antes que num espetáculo de teatro, vamos imaginar, as entradas tenham que ser vendidas com desconto, isso o conselho vai definir.

E, além disso, a relatora acatou uma emenda da Senadora Ideli Salvatti que.... Onde se vai estudar o cumprimento do percentual, será aferido por meio de instrumento de controle, que faculta ao público o acesso a informações atualizadas, referentes ao quantitativo de ingressos de meia-entrada disponíveis para cada sessão, para cada espetáculo. Não é? Então, nesse sentido, a preocupação com o controle também está colocada. Então, eu penso, Sr. Presidente, que foi feito um esforço importante, necessário, o Senador Lobão Filho também já colocou outro aspecto, que eu considero relevante também, que pode ser objeto de debate na Câmara dos Deputados, mas este projeto representa um avanço tanto para a moralização, como para a organização das atividades por parte dos produtores, dos artistas, e penso que isso ajudaria, e muito, a área da cultura em nosso país.

Então, Sr. Presidente, fico feliz, o projeto foi aprimorado, nós havíamos colocado, inclusive, no projeto original algumas coisas que foram, de fato, ultrapassadas pelo debate, pela discussão, e pela participação de todas as pessoas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não deveria falar porque, praticamente, esgotaram o assunto, Senadora Marisa, mas eu pedi licença, ele autorizou que eu falasse daqui, porque nós cedemos o lugar e acredito que as atrizes e os atores que aqui se encontram merecem todo o nosso respeito, como os estudantes também. E há um cuidado especial que eu falei com algumas atrizes, de não se chocar com

os estudantes, porque eles fazem parte da presença nos espetáculos, porque se afastarmos os estudantes, também não vai ter dinheiro para poder montar o espetáculo. Então, eu acho que essa divisão é clara em que haja aqueles que possam pagar a entrada por inteiro, porque espetáculo teatral é caríssimo, eu vejo a luta para conseguir algum valor na Lei Rouanet, não sei o quê, em outras tantas, o desespero dos atores, autores, dos que produzem o espetáculo, e que e as dificuldades que o governo, através do Ministério da Cultura tem, em fornecer e apreciar os projetos.

Eu sou um novelista inveterato, Senadora Marisa Serrano. Eu tenho que correr para ver o capítulo da novela. [risos] Então, eu acho que é um espetáculo maravilhoso. E quando se tem a possibilidade de estar presente, sentir a voz do artista, aquilo que sai de dentro dele, não através da câmera, mas da pessoa do ator, do artista, é uma coisa maravilhosa. Quando nós temos o... Dia de 24 horas de atenção no Estado de São Paulo, que hoje os artistas e autores oferecem gratuitamente, porque a prefeitura paga. Eu acho que o governo tem que intervir, pagando alguma coisa, para cobrir aquilo que a meia-entrada traz de dificuldade para os atores e artistas e investidores também.

Hoje se busca bater no Banco do Brasil, na Nossa Caixa, e mais não sei o quê... Para conseguir algum dinheiro para poder estabelecer um espetáculo que a população possa realmente ter este prazer. Eu acho o que estudo do projeto do Senador Flávio Arns, e do Senador Eduardo Azeredo, com a balança equilibrada que a Senadora Marisa trouxe, eu sei que as preocupações com carteira, carteira é caso de polícia. Nós não vamos resolver num projeto de lei, quadrilha, bando, que falsificam carteiras. Tem que ser denunciado à polícia para prender, é crime, está no Código Penal, meu Deus do céu! Você não vai poder pôr numa lei aqui que é proibido emitir carteira falsa.

Então, as limitações são de responsabilidade de quem as emite, saber que está sendo falsificada, denunciar à polícia para que ela tome providências legais. É isso que eu queria falar, tem no Código Penal, meu Deus do céu! Não é a lei, eu sei que você tem razão quando o senhor falou sobre o problema, mas está lá no Código Penal a falsidade ideológica de documentos oficiais. Porque não deixa de ser um documento oficial, a carteira emitida. Se ela é falsificada, é caso de polícia, é prender, em flagrante, o próprio vendedor do bilhete, se ele perceber que a carteira é falsa, ele tem que chamar a polícia. Então, eu acho que a Senadora Marisa Serrano buscou todo o equilíbrio, eu acho que ela vai expor mais algumas coisas, de tudo o que ouviu aqui, e a gente sempre está votando com ela pela sinceridade, pela honestidade na sua conduta em todos os processos que administrou nessa Casa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, só para complementar o nosso Senador Romeu Tuma, a minha sugestão foi no sentido de agravar a tipificação pra que—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, vamos fazer um código, um projeto de lei que aumente a pena no Código Penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, a relatora está com a palavra, se quiser usar, se ela achar que já está tudo esclarecido, podemos entrar em votação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria apenas fazer um fechamento a respeito de tudo isso. Eu acredito que aqui entraram as discussões, foram todas, a questão de quanto o governo pode avançar auxiliando e pagando aquilo que nós estamos concedendo, eu li ontem que os bancos, por exemplo, que estão hoje recebendo no mundo todo e aqui no Brasil compensações financeiras de recursos e aqui está o nosso guru nessa área. Se nós estamos todos apoiando os bancos para que haja... Um sistema todo não se quebre, para que haja uma compensação financeira, como é que nós não vamos manter nossa cultura que é vital para formação do senso crítico e formação, principalmente, da nossa democracia? Não tem como!

Então, nós não podemos apoiar uma questão financeira como o país e o mundo estão fazendo e ontem eu estava lendo que, de toda a classe produtora do país, excetuando a Vale e a PETROBRAS, os bancos foram os que mais lucraram e continuam lucrando. Isso é importante que se diga que a gente não pode, em absoluto, quebrar aí e deixar que aqueles que produzem cultura nesse país tenham diminuído a sua vontade, o seu ímpeto, de continuar fazendo cultura, de continuarmos oferecendo aí a possibilidade do povo brasileiro continuar com seu senso crítico apurado.

Eu quero dizer que ninguém aqui pode estar contra, nem idosos, nem estudantes, nem contra cultura, nós temos que achar um meio, um equilíbrio nessa questão. Enquanto nós não tivermos aqui a possibilidade de fazer o governo pagar. De quem é particular e que está investindo o seu dinheiro, que está investindo a sua vida para oferecer algo de novo ou, pelo menos, reeditar aquilo que já aconteceu na história da humanidade para que todos tenham condições de revivê-las, é inadmissível, que a gente coloque todos aqueles que produzem cultura, nesse país, na obrigação de investir na formação do povo sem ter contrapartida.

Então, eu quero dizer que cada teatro, cada cinema que se fecha, não é só, é a parcela da formação da

cidadania brasileira que nós estamos perdendo, mas também a quantidade de empregos que nós estamos perdendo com isso. Portanto, eu quero dizer que a emissão da carteirinha é importante, que seja um único emissor, que a distribuição, Senador Azeredo, que seja feita não por um único, eu não quero que a UNE só seja a emissora única, eu quero a idéia que foi colocada aqui pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo nosso relator de Goiás, o Sr. Demóstenes Torres, vingue, que o conselho possa escolher os Estados, os Municípios, as Secretarias Municipais de Educação, as Secretarias Estaduais de Educação que trabalham com o estudante, que possam eles, que entreguem as carteiras. Por que não? Pode achar mecanismo.

Para isso que foi criado conselho paritário com estudantes, com artistas e que discutam, e discutem, e possam discutir qual é a melhor saída para essa questão. É polêmica? Claro que é polêmica. Mas o que seria dessa Casa se aqui não houvesse polêmica. Existe, e oxalá na Câmara possam achar o condão que alegre a todo mundo, eu estou esperando por isso, Senador Cristovam.

Portanto, eu quero agradecer aqui a palavras, as palavras de todas as pessoas que aqui vieram e dizer que queria acatar aqui, Senador Cristovam, um artigo, incorporar, desculpe, incorporar ao meu relatório o art. 4º, do voto em separado, do Senador Inácio Arruda, que diz o seguinte: *Até que esta lei seja regulamentada o acesso de que trata o art. 1º será regido pelas normas em vigor.* Para não ter um vácuo aí, legal.

E agradeço a contribuição do Senador Inácio Arruda. O Senador Augusto Botelho, fez uma emenda que incorporasse ao meu relatório, que fica o Poder Executivo autorizado a identificar a fonte de recursos pra ressarcimento dos produtores de espetáculos, exibidores cinematográficos, dos valores decorrentes da concessão do benefício do desconto de 40% a estudantes e idosos e respectiva regulamentação. Incorporo também essa proposta.

E ainda tem aqui uma emenda de redação que eu quero incorporar, arrumar. No art. 3º: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil, para estabelecer e não "e" estabelecer, não é o governo que vai estabelecer, é o conselho que vai regulamentar, para estabelecer em um, dois, três, quatro. Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois da palavra da relatora deveríamos entrar em votação, mas o Senador Sérgio Zambiasi... Senador Valadares chegou agora, eu vou passar a palavra. Agora, eu pediria querendo 5 minutos...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Cheguei agora, mas eu estava antenado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei [risos] Que...5 minutos, 2 minutos, a gente resolva.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB-RS): Desculpe, Sr. Presidente, mas a Casa tem que ser democrática, 5 minutos para o colega, 5 para mim também, por que não? Eu estou desde o início do debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto! Atenção! É que eu estou passando a palavra para quem vai falar depois da relatora. Mas, mesmo assim, senador, vamos ver o tempo que o senhor precisa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB-RS): Presidente, o debate me trouxe a um convencimento. Eu, sinceramente, a partir de toda essa questão em que se trata da carteira de estudante que, basicamente, o princípio inicial, o princípio desse projeto era exatamente este, ele começou a derivar para uma radicalização no processo que eu acho extremamente perigoso. Nós estamos aqui trabalhando a questão e nos preocupando com a questão dos estudantes, mas nós temos também a questão do idoso, que tem que estar prevista aqui. Não está. Quando nós estabelecemos cota, nós restringimos a presença do estudante e a presença do idoso também.

Eu, presidente, não vejo nenhuma razão para o estabelecimento de cotas. Nunca houve. O problema existe em função da falsificação da carteira de estudante e de estudantes e de falsos estudantes em conseqüência. Eu imagino, presidente, que esse problema poderia ser... Primeiro, vamos resolver, regulamentar, legalizar a carteira de estudante, se houver problemas, se o produtor constatar problemas, por que não remeter ao conselho que será criado, para que de forma democrática, aberta, tranqüila, como as partes, decidir a necessidade ou não de uma cota.

Hoje é livre e o problema que é levado aqui é exatamente pela falsificação da carteira dos estudantes. Ora, em princípio o projeto quer resolver essa questão, mas, ao mesmo tempo, nós estamos colocando uma barreira desnecessária. A medida em que a própria Presidente da UNE diz que, historicamente, não ultrapassa 30%, e poderia chegar a 40, porque não, porque estaríamos estimulando que mais estudantes e mais pessoas fossem aos espetáculos, nós também criamos uma série de restrição.

Eu não me convenci da necessidade desta restrição, especialmente, que nós temos dois segmentos que, de alguma maneira, podem ficar prejudicados,

senão o estudante, será o idoso. Eu acredito que esta questão da regulamentação de cotas poderia ficar para aprovação do projeto e a regulamentação através do conselho que será criado, razão pela qual eu fico com a proposta do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Francisco Dornelles pediu a palavra, também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também pedi a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. O Senador... Eu vou passar para o Senador Arruda até porque tem o seu requerimento aqui. Mas o Senador Valadares pediu antes do Dornelles. Onde está o Valadares? Senador Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu saí daquele lugar para dar lugar à deputada, que está aqui nos honrando com a sua presença. Sr. Presidente, em breves palavras, eu considero que a meia-entrada estudantil constitui uma conquista histórica que não pode sofrer qualquer retrocesso, distorção ou limitação, de vez que, com o sangue, suor e lágrimas, com muita luta os estudantes alcançaram esta vitória. E temos que preservá-la a todo o custo.

O projeto não trata, não deveria tratar desta limitação, inclusive, estabelecendo cotas para assistir espetáculos, por exemplo. É um projeto que visa coibir possíveis desvios, inclusive, na fabricação, na elaboração da carteira de estudante, evitando fraudes. Então, tudo isso é exequível, mas o que não é exequível e que não podemos aprovar, de forma alguma, é a aferição de parâmetros, de limites na concessão do benefício da meia-entrada. Por isso, eu estou de acordo, integralmente, sem qualquer limitação ou restrição, votando no voto em separado do Senador Inácio Arruda, aí, sim, o meu voto é sem limite, de acordo, totalmente, com o pensamento e as idéias consubstanciadas no seu voto em separado, inclusive, na possibilidade de votarmos em separado sobre as cotas. Para tanto o Senador Inácio Arruda, naturalmente que vai encaminhar a votação nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é pela manutenção da luta histórica dos estudantes brasileiros. A meia-entrada que diz assim: O art. 1°, aqui o Senador Zambiasi está lembrando, para que a gente repita. Não é só, eu disse, por exemplo, dentre os benefícios, o teatro. Fica assegurado aos estudantes e às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, quer dizer, os idosos... O acesso às salas de cinema, cineclubes, teatros, museus, centros culturais, parques e reservas naturais, espetáculos musicais, circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento em todo o Território Nacional. É isso aí, Sr. Presidente. Favorável ao voto separado do senador, acompanho integralmente o Senador Inácio Arruda. Obrigado a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Dornelles, e aí terminamos a discussão e vamos votar da seguinte maneira. Eu vou pedir à senadora que leia o seu substitutivo, após o Dornelles, se for aprovado, pronto, se não for aprovado, aí nós votamos no Senador Arruda. Agora, antes disso tem um requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De toda sorte, tem um requerimento de destaque, para votação em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem o requerimento que eu vou ler, mas Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, primeiro tenho que pedir desculpa a V. Exª por estar sentado indevidamente nessa Mesa, é que eu não encontrei lugar para estar. Eu queria dizer ao Senador Inácio Arruda, o maior respeito, admiração que eu tenho pela sua pessoa, sabe que procuro sempre demonstrar isso e acho que tenho demonstrado e cumprimentar a nossa relatora pelo seu trabalho. Agora, com todo o carinho, eu quero dizer que, se formos aceitar essa proposta do art. 4° do ilustre Senador Inácio Arruda, simplesmente nós estamos perdendo nosso tempo aqui.

Na realidade, o que diz essa emenda? *Até que a lei seja regulamentada*. Aí passa, que a lei nunca vai ser regulamentada. De modo que o problema é o seguinte. Eu gostaria, se fosse... Eu não entendo muito de regimento, eu vou pelo mérito, se pudesse ser votado em separado, mas, na minha opinião, se for mantido o art. 4°, todo o trabalho, todo o esforço, todo o seu relatório, simplesmente, deixa e perde toda a força.

Eu gostaria até de levantar esse ponto, porque quem conhece... Não vai ser regulamentada nunca, de modo que as coisas vão ficar como estão, de modo que esse é o ponto que eu gostaria de me posicionar contra a inclusão desse art. 4° no relatório de V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa, antes de pedir que leia, a senhora aceita a sugestão do Senador Dornelles de retirar?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Retiro, porque ele me explicou e, realmente, ele tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Eu tenho, antes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, acho que face ao enunciado do Senador Dornelles que eu passo a admirá-lo mais ainda, porque

ao V. Exª fazer essa argumentação de que nunca vai ser regulamentado, deixa claro pra todos nós que aqui nós não estamos tratando de regulamentar nada, estamos tratando apenas de restringir o direito dos estudantes, é muito mais grave, muito mais prejudicial o que nós estamos assistindo agora. [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, a Senadora pode ler, mas há um requerimento do Senador... Que eu vou passar a votação depois, Senador Arruda, propondo o adiamento da votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, Sr. Presidente, eu retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, retira? Muito bem!

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Retiro. Eu quero votar!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senadora Marisa, vamos ver agora...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, tem outro requerimento. Sr. Presidente... Tem outro requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os senadores estão pedindo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é questão de ordem, é que tem outro requerimento de destaque que é preciso ser lido, senão vai entrar em votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, sim, claro, requer nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado, destaque para votação em separado das duas emendas por mim oferecidas ao substitutivo 188. A senadora foi contra, então, nós poderemos votar depois, em separado. Primeiro, vamos votar o parecer do substitutivo da senadora pedindo que, por favor, leia para que a gente saiba em que está votando.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, o art. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º não tiveram nenhum tipo de mudança, é o mesmo do relatório anterior que todos têm em mão. No art. 3º fiz uma substituição, fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil para estabelecer, coloquei a proposição, aí no lugar da conjunção, só.

E, além disso, Sr. Presidente, acatei a idéia proposta pelo Deputado Augusto, Senador Augusto Botelho, desculpe Senador, Senador Augusto Botelho. Fica o Poder Executivo autorizado a indicar a fonte de recursos para o ressarcimento dos produtores de espetáculos e exibidores cinematográficos, dos valores decorrentes da concessão do benefício do desconto de 50% a estudantes, idosos e respectiva regulamentação. É a proposta do Senador Augusto Botelho, que eu acato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, então a alma do projeto que vamos votar é que cria-se a meia-entrada, e ela fica limitada a uma cota de 40%. Essa é a alma.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E o conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o conselho. Eu só quero dizer sobre isso de financiamento que, se o Governo Federal fizesse, como o Governo do Distrito Federal fez há alguns anos atrás, esse problema não existia. Aqui existia um programa chamado Temporada Populares, em que as pessoas entravam nos espetáculos pagando um real, mas isso é outra discussão. Eu vou por em votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, o senhor me desculpe, Sr. Presidente. Eu tenho que dizer duas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Olha, eu tenho 80 anos, estou aí há 60 anos, eu nunca tive uma posição que nem essa que eu estou aqui, quer dizer, ou eu vou votar contra os estudantes, ou contra os artistas, nunca me aconteceu isso! Casualmente, ao longo da luta da ditadura os dois estiveram do lado da gente, de repente, estou aqui, quer dizer, ou é aqui ou é ali, eu não sei, sinceramente eu estou tonto, é uma coisa... É um absurdo que não consegue entrar na minha cabeça!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueça os dois lados e pense, vou votar a favor ou contra a cultura?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois é, mas eu voto a favor da cultura...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, a cultura tem que ter os estudantes dentro, mas tem que ter os artistas também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que eu quero dizer é o seguinte. Primeiro, eu se fosse os estudantes, se fosse os artistas, não dava as mãos coisa nenhuma, porque essa votação, me perdoe a sinceridade, não vale nada. Votação que sai do Senado fica na gaveta da Câmara, vamos falar com clareza. Se está aqui durante 4 anos, vai para a Câmara e fica na gaveta da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nem sempre, senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sempre!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sempre!

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, nós não estamos aqui brincando, senador, o senhor me desculpa, mas nesse caso aí, a Câmara realmente tem feito, tem, às vezes, demorado a decidir, mas nós não podemos deixar de decidir por causa disso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Câmara não vota.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas nós não podemos deixar de decidir por causa disso, aí não tem sentido nós estarmos aqui... Aí não tem sentido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu digo a V. Exª que nos 20 anos que eu estou aqui, nenhum projeto importante, votado pelo Senado, a Câmara vota e devolve para nossa última palavra. Quando nós temos a iniciativa, se vai para a Câmara, fica na gaveta da Câmara, e a Câmara manda outro projeto, igual ao que vem para cá, para nós votarmos e voltar pra ela dar a última palavra. Cobre de mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas volta para cá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, volta para cá o projeto da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu peço que... Qual é a conclusão disso? Que a gente não vote?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, eu encerro, claro!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Bem, eu vou por em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem o destaque Sr. Presidente, tem o destaque do Senador Inácio Arruda feito?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem, tem. Tem dois destaques depois da votação no substitutivo. Está claro?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, relatório da Senadora Marisa Serrano, ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ressalvados os destaques. Exatamente. Então, ficam guardados os destaques. Senador Flávio Arns, que é autor, Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, com o relatório, ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Casagrande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito obrigado pela consideração, Sr. Presidente !

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Renato Casagrande! O que eu disse?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, voto com a Senadora Marisa Serrano, com muita honra, ressalvado o destaque da cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa? Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu voto com a relatora, ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) : Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marisa Serrano, não precisa. Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora, ressalvados os destaques das cotas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora, sem cotas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Voto ressalvando os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes, que eu saltei...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romero Jucá, não está... Ah, está ali, claro! Senador Pedro Simon. Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena. Não está Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está aprovado, por unanimidade, para minha surpresa, o substitutivo. Agora, vamos votar os destaques apresentados pelo Senador Inácio. O primeiro, eu vou ler... Ele propõe que suprima-se do § 1º o art. 1º e que se coloque o seguinte parágrafo: *como também não se aplica o valor dos serviços adicionais eventualmente oferecidos--*

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria de retirar esse destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Retirado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mantenho só o destaque seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Suprima-se o § 4º do art. 1º, do substitutivo. O § 4º do art. 1º, eu creio aquele que versa sobre cotas. Não é isso, Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Teria que suprimir o 4º e, nesse caso, o 5º, né, porque um é complemento do outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O 5º, qual?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É, porque foi renumerado, ela deu entrada num terceiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É, porque o quinto cai por conseqüência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, está bom, então, o que nós vamos votar agora é quem é a favor ou não de cair as cotas. O destaque. É isso. O destaque é cair a cota. Vou orientar. Vou orientar. Quem... Nós vamos votar sim, ou não, da mesma forma, o *sim* é manter o relatório, o *não* é derrubar o item, o § 1º que é das cotas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ou o inverso, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser, como é que vocês preferem? Qual é o mais simples?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim é o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim é o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim é o destaque?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, evidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Quem votar *sim*, aprova o destaque, derruba as cotas. Quem votar *sim*. Quem votar *não*, mantém as cotas. Então vamos votar. Senador, agora votam todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é com a Marisa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não é com a relatora, sim?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): NÃO é com a relatora. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não ao destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está votando pela manutenção?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, manter. Senador Inácio Rangel, com o seu, então [risos], eu sou de outra geração... Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa? Não está. Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano... E Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Voto já anunciado. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso vai cair pra desempatar... [risos] Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRNACISCO DORNELLES (PP-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena, não está. Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou dizer aqui: Não: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. Sim: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. [Aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está mantido o texto da senadora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, como V. Exª vê os estudantes ganharam meia, acho que vão ganhar mais na frente, é só o tempo para resolver.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continuamos a pauta. Eu quero agradecer muito a presença dos estudantes. A fala da Presidente da UNE, a presença também dos artistas. E eu acho que ganhamos todos. E agradeço muito à Senadora Marisa, pela competência, tranqüilidade sobre o assunto.

A sessão está suspensa por alguns minutos, para ver se conseguimos, depois, retomar, ou não.

Sessão encerrada às 13h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Ma-

risa Serrano, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Marco Maciel e Papaléo Paes. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/08 – CE de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem como objetivo debater **"Os instrumentos de avaliação elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação, e a possibilidade de acesso ao Financiamento Estudantil – FIES pelos alunos de instituições, ainda não avaliadas pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Publica, do Senhor Paulo A. Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU – Brasília/DF; Senhor Abib S. Cury, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP; Senhor Rubens Lopes da Cruz, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; Senhor Valmor Bolan, Diretor de Relações Institucionais da Anhanguera Educacional; Senhora Flávia Rebustini, Reitora da Universidade do Grande ABC – UniABC; Senhora Maria Elisa de Aguiar e Silva, Diretora Geral da Faculdade São Lucas – Porto Velho/RO e Senhor Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Senhora Carmen Luiza da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhor José Janguiê Bezerra Diniz, Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas - ABRAFI e Senhor Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Leomar Quintanilha e Senadora Marisa Serrano. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento 46/2008, aprovado, de autoria desse senador para a realização dessa Audiência Pública, destinada a debater os instrumentos de avaliação, elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação e a possibilidade de acesso ao financiamento estudantil, FIES, pelos alunos de instituições ainda não avaliadas pelo ENADE, exame nacional de desempenho de estudantes.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. Enquanto aguardamos os convidados, quero registrar a presença do Sr. Paulo Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários; Abib Cury, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares; Rubens Lopes da Cruz, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares; Valmor Bolan, Diretor de Relações Institucionais da Anhangüera Educacional; Flávia Reducini, Reitora da Universidade do Campo Grande-ABC, Uni-ABC; Maria Elisa Degar e Silva, Diretora Geral da Faculdade São Lucas de Roraima; Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras

de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Eu quero, inicialmente, agradecer muito a presença de todos, especialmente, dos convidados. O Dr. Reynaldo Fernandes, que é o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Carmem Luiza da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; José Janguiê Bezerra Diniz, Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Eu quero... Até pelo avançado da hora, eu peço desculpas aos convidados todos, mas nós participamos de inúmeras comissões e cada senador se divide aqui. Nós estamos com, pelo menos, quatro comissões reunidas nesse momento. Então... E mais um seminário... E mais um seminário... Seis eventos agora de manhã.

Mas o importante é a presença de todos aqui e, acima de tudo, iniciarmos um debate que é produtivo, importante, e está presente aqui, acho que tem que ressaltar, a disposição do Dr. Reynaldo Fernandes, Presidente do INEP que está presente aqui, e a palavra dele, eu entendo que, ela tem uma relevância extraordinária, diante do tema proposto, exatamente, que é a discussão dos instrumentos da avaliação, elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação e a possibilidade do acesso ao financiamento estudantil, o FIESP, pelos alunos de instituições ainda não avaliadas pelo ENADE, que é o exame nacional de desempenho de estudantes. E eu quero imediatamente passar a palavra ao Professor Reynaldo Fernandes.

SR. REYNALDO FERNANDES: Bem, bom dia a todos. Senador Zambiasi, queria cumprimentar todos os parlamentares presentes, aos meus colegas aqui da Mesa e todos os representantes das entidades da educação superior privada do país e todos os demais presentes, meus colegas do INEP, e vou tentar fazer uma apresentação relativamente rápida. Que eu acho que esse momento... Acho que tem vários indicadores, vários... Vários índices novos que foram lançados, eu acho que tem um certo momento de assentar a poeira. Existe um pouco, ainda não total compreensão deles, uma grande parte, também, o próprio INEP, acho que nós temos que nos esforçar mais de trazer à luz isso, fazer esse debate e melhorar esses indicadores.

Quer dizer, a avaliação, ela ainda é recente no país, ela é extremamente importante para o desenvolvimento da educação, e nós estamos aprendendo muito com esse processo e, então, trazer à luz os problemas e melhorando. Eu acho que esse é o papel do INEP e é isso que eu vou tentar mostrar. Primeira coisa, só pra... O INEP é um órgão extremamente técnico, e tem baseado todo seu trabalho em características técnicas. Evidentemente não existe uma avaliação puramente objetiva. Algumas hipóteses são colocadas e sempre são possíveis de debatê-las. Mas nada do que o INEP faz tem base, pré julgamentos, ou nada que a gente faça, tem a ver com uma escolha prévia do Presidente do INEP, do Ministro da Educação, ou do Diretor de avaliação superior.

Ou seja, a gente tenta colocar e fazer essa discussão dentro de um fórum, do que é possível. Então, vou colocar o problema, um pouco, que nós enfrentamos na implementação dos SINAES e porque algumas mudanças foram feitas. Evidentemente, muito pode ser discutido, muito pode ser mudado e o INEP está aberto a esse tipo de mudança. Então, queria aqui, por favor, podia passar, podia passar para o próximo.

Então, o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), ele tem... Ele conta com dois eixos principais. Avaliação de cursos e avaliação de instituição. Na verdade, tem a avaliação de estudantes, mas a avaliação de estudantes, em si, ela não é feita para avaliar estudante. É um elemento para a avaliação de curso. Ou seja, eu não quero avaliar estudante por estudante. Mas é um elemento de avaliar os cursos através do conhecimento dos estudantes. Não é o único instrumento, não é o mais importante, mas ele é um instrumento importante.

Então, a avaliação de curso. Queria falar um pouco da avaliação de curso, que eu acho que vou me concentrar, até mais, na avaliação de curso que é onde está dando mais duas... Mais... Incompreensões. Qualquer sistema de avaliação, se a gente for olhar na literatura e na experiência de outros países, tem uma coisa chamada... Que eles estão buscando aferir, qualidade. Então, os sistemas de avaliação do superior, são sistemas de avaliação de qualidade. No caso de cursos, eu quero dois tipos de qualidade que o SINAES está interessado em aferir. Um, aferir a qualidade do profissional egresso. Então, eu gostaria de saber qual a qualidade do advogado, do médico que sai do curso A e do curso B. Isso é extremamente importante para orientar o público externo, potenciais alunos, mercado de trabalho, instituições, etc, etc.

Agora, a instituição pode fazer a avaliação do egresso... Ele não é um trabalho direto. Uma medida direta trabalhar a escola. Uma escola que pega alunos mais carentes, com mais deficiência, pode fazer um excelente trabalho e, ainda assim, não ter os seus alunos entre os melhores. Porque depende muito do público que ela recebe. Então, o segundo critério de

qualidade, e esse é o mais difícil, e toda discussão vai vir em cima desse segundo, é aferir a contribuição do curso para a formação do profissional, que eu vou chamar de qualidade da escola.

Então, o final de um desempenho de um aluno depende do que a escola deu para ele, mas depende muito do que ele chegou para a escola. Então, são os dois índices. Então, na parte de cursos, o objetivo do INEP como avaliador baseia-se em construir indicadores nessas duas dimensões. Esse é o trabalho do INEP, esse é o trabalho de avaliador. A gente pode falar se está sendo bem feito, se está correto, se a gente pode mudar. Mas é essa a questão, é isso que o INEP, é só isso que o INEP, na parte de curso, se concentra.

Depois, para quê a gente quer informar isso? Para o público externo das instituições, potenciais alunos, mercado de trabalho, etc. Evidentemente, como o aluno... O profissional egresso orienta a demanda, principalmente no caso dos cursos da rede privada, como ele também dá prestígio à instituição, a divulgação desse resultado incentiva as escolas a melhorar seu desempenho. Mas aí estou querendo saber como sai (F). Outro público é o interno. É importante para os gestores, principalmente universidades, instituições maiores. É importante que o reitor d uma escola pública ou privada saiba o desempenho de seus cursos. Então é uma informação importante, externa, para os gestores, para os professores, etc. No caso das públicas, é importante o Ministério, para o Ministro da Educação saber como vão as federais, que na verdade, no caso, ele é gestor. Formuladores de política e tem um terceiro órgão que usa as informações que é o órgão regulador. Isso é muito importante, gente.

O INEP faz a avaliação de qualidade, que serve para esses públicos, inclusive, pro regulador, que pode usar outras informações que além da qualidade. Por exemplo, não cabe ao INEP fazer a análise de contexto. Olha, na região nordeste a gente podia fazer diferente os cursos... Não. Faço uma medida de qualidade única. O regulador pode olhar a demanda, ele pode olhar se precisa mais curso... Então ele pode fazer um curso de medicina numa região com qualidade... Um nível de qualidade... Autorizar que tenha um nível de qualidade inferior a um da região sul, sudeste, que tem muito curso. Não estou dizendo isso, que ele vá fazer, mas isso é papel do regulador.

O avaliador tem que dar o índice de qualidade, que esse é o papel do INEP. Quais são os principais indicadores que a gente tem para fazer indicadores de... Quais os principais instrumentos para fazer indicadores de qualidade? Eu tenho... O ENADE, é uma prova que é dada aos alunos. Certo? Tem grandes vantagens e tem suas limitações. Não existe instrumento perfeito de avaliação. Esse é um ponto que queria também chegar. Não existe. Não existe nenhum consenso. Vai ter aquele indicador que vai bater.

O ENADE ele vai pegar o que os alunos aprenderam. Evidentemente, tem alguns problemas. Qual problema? Um, o que é passível de se medir numa prova é, exatamente, aquilo que as habilidades necessárias para exercer profissão? Então, esse é o primeiro problema, que pode surgir no ENADE. Isso vai depender de curso para curso. Evidente, curso mais teórico, matemática, deve ser menos problemático. Cursos que tenham peso mais prático como odontologia, pode ser um problema maior. Mas é o indicador.

E sempre que a gente precisa de indicadores objetivos, seja para contratar o setor público, seja pra dar credenciamento de profissional, Ordem dos Advogados, ainda se usa provas. É o instrumento que mais a gente utiliza. O IDD é uma inovação. Por exemplo, essa parte dos alunos concluintes, de alguma forma, o provão fazia isso. O IDD é uma inovação que o ENADE traz. Como ele tem a nota do ingressante, ele possibilita medir uma medida da contribuição da escola. É evidente como é feito em cima do ENADE, tem os mesmos problemas que o ENADE tem de medida, etc, os alunos podem ter motivação...

E o terceiro elemento importante que é o conceito de curso. Que é feito através da visita *in loco*. São os três elementos que a gente tem para fazer indicadores. Fora isso eu tenho alguma coisa... Nós temos indicadores do censo escolar e indicadores do cadastro de professores. É isso que o INEP conta hoje para fazer os indicadores de qualidade de curso. Então, com base nisso que o melhor que a gente pode fazer.

Então, o ENADE é indicador de qualidade do egresso, eu vou ver como ele sai, eu não vejo a contribuição do curso, só como ele sai, ele é fundamental para o público externo e ele é indicador de resultado. E mais, o ENADE não presta-se a falar se uma escola... Se os alunos são bons ou ruins. Ele não tem um critério embutido. Eu só posso falar que os alunos dessa escola foram melhores que os outros. Isso que a gente chama de norma. Não tem um critério.

O IDD ele é em cima do ENADE, mas é indicador da qualidade do curso. A contribuição do curso para o desempenho dos alunos no ENADE. Ele é um indicador importante para o público interno, porque eu quero saber se eu fui mal, ou os meus alunos, porque eles entraram mais deficientes ou se é um problema da contribuição da escola. Então, o IDD tem essa... Ele é indicador de resultado também e ele é norma. Também o IDD, não posso falar, assim, se o curso é bom ou ruim. Só posso dizer se é melhor.

Veja, e aí nós temos o terceiro elemento, que é fundamental dentro da nossa concepção de avaliação, que é a avaliação *in loco*. O que é importante da avaliação *in loco*? Ela pode ver coisas que nenhum indicador padronizado, feito aqui em Brasília, pode ver. Então, ele pode ver peculiaridades que nenhum indicador, que seja padronizado, como o ENADE, como o IDD, possa capturar. Então, vai o nosso... Os olhos do avaliador do INEP, que são nossos professores cadastrados, treinados, que vão às instituições e fazem a avaliação.

Esse indicador ele é muito baseado em insumos e processos, ele não é de resultado, ele vai ver infraestrutura, o desenho pedagógico do curso, etc, etc. Ele é feito *in loco* e esse é critério. Quando o avaliador fala que é três, no ENADE três é maior que dois e menor que quatro. Só isso eu posso falar. Aqui três, quando o avaliador dá três, está dizendo o seguinte: Esse curso atende todas as condições de funcionamento. Se ele é dois, ele não atende e precisa de mudança. Se ele é um, ele não atende e precisa de profundas mudanças. Esse é o sinal que está me dando. Se ele é quatro, ele está acima e se ele é cinco ele é um curso de referência da área. Isso o avaliador tem que me dar. Não é só classificação. Ele tem um critério. E esse elemento é importante. Esse é o desenho original.

Qual o problema que nós enfrentamos nisso? Eu queria falar dos problemas enfrentados. Apesar de esse desenho ser interessante, isso é... Eu estava falando com o professor Hermes, é fundamental que a avaliação como é prevista, eu tenho que fazer, a cada três anos, a avaliação *in loco* de todos os cursos. Isso não é possível dado à estrutura existente no país. Teria que mudar muito para conseguir. Vinte e dois mil cursos a cada ano nenhum país... Nenhum país no mundo faz isso. Pra vocês terem uma idéia eu precisaria ter 180 avaliadores por dia útil no campo. Eu não tenho doutores no banco. Eu não tenho capacidade... A não ser que eu baixasse muito o banco de avaliadores e aí teria uma avaliação de muitò má qualidade.

Então, esse é um problema que foi colocado lá atrás, que não foi percebida a dimensão que isso envolveria. Então, nós tínhamos esse problema. Nós não íamos dar conta de fechar a avaliação *in loco* em três anos para todos os cursos. Então esse é um problema prático.

Segundo problema, que a avaliação *in loco*, ela tem várias vantagens, mas tem algumas desvantagens. Enquanto uma avaliação de nota ela é mais objetiva, eu não consigo mandar o mesmo grupo de avaliadores para todas as escolas. Então vai mudar. E a subjetividade dos avaliadores, ou seja, que uma nota dada por uma comissão pode ser diferente da outra para uma mesma escola. Se eu mudar os avaliadores, vai um avaliador, um grupo e vai outro, a nota pode mudar. Porque depende da subjetividade do avaliador. Então, é um problema que se tem da avaliação *in loco*. Tem a vantagem de captar coisas que eu não posso pegar daqui de Brasília com os indicadores objetivos. Mas tem o problema da subjetividade, e coerência.

Então, nós temos a experiência brasileira desde o ENADE, e a avaliação *in loco* mesmo antes com o provão, quando tinha as avaliações e as condições de oferta, que tem uma... Não guarda muita relação entre a avaliação *in loco* e a avaliação de curso. Então, tem cursos que têm desempenho ruim no ENADE, desempenho ruim no IDD, a gente não vê nada de... A gente procura se tem boicote e não se manifesta, e tem uma nota alta na avaliação *in loco.*

Então, ficava muito estranho dois instrumentos que não conversavam. Então, esse é um problema que nós fizemos para resolver esse problema? E aí estão os indicadores novos. Por favor, podia passar.

Criou-se o conceito preliminar(F) de curso. Ele tem dois objetivos: 1) Orientar a avaliação *in loco*. 2) Racionalizar a avaliação de cursos. Por favor.

Então, como é o desenho hoje? Eu tenho esse conceito preliminar, aqueles que tirarem três, quatro e cinco estão dispensados da visita *in loco*. Aqueles que fizeram um e dois são obrigatórios. Mas aqueles que estão dispensados, se eles não concordarem eles podem pedir. Ninguém está impossibilitado da visita. Ela é garantida para todo mundo. Só quem tirou quatro pode, se desejar, abrir mão.

Com isso, nós reduzimos muito as avaliações *in loco* e tornamos o sistema possível e operacional. [soa a campainha]

Então, basicamente isso. E como agora o CPC vai lá, e tem um indicador, ele vai... O avaliador tem que falar: "Por que a nota dele diverge do CPC?", de forma a gente manter a coerência. Essa é a lógica do CPC. Por que o CPC é não o IDD? Por que nós usamos o ENADE? Porque vários estudos mostraram que nós tínhamos alguns problemas. Eu vou passar rapidinho só para fechar, senador.

Nós temos vários indicadores da qualidade, contribuição da escola, o ENADE tem um problema para ser... Contribuição da escola. Escola que pega bons alunos vão ter nota boa, e não por ela. Agora, o IDD tem algum problema também. Como ele usa duas provas, ele está mais sensível a questões de boicote, motivação, etc. Então, ele tem maior variabilidade. E mais, escolas que recebem bons alunos porque ela é boa, ela vai ser prejudicada pelo IDD. Então, nós temos vários indicadores, vários indicadores, todos eles com algum probleminha, como qualquer indicador vai ter.

Então, o que o INEP faz? Nós temos diversos indicadores, nós quisemos criar um indicador que combine esses indicadores, de forma a minimizar o erro de medida. Eu quero o indicador mais eficiente, que reduza esse erro. Então, o INEP, professor, a gente usa o modelo estatístico... O doutor que está lá, não fui eu que escolhi, e nem o Ministro. E nem a Iguatemi, que está aqui, a diretora de avaliação. Ele sai dessa análise. Então, por favor, podia passar.

Nós temos um modelo... Vou falar rapidinho o que é. A variação da escola depende da qualidade e do ingressante. E o ingressante depende... Pode ir pela qualidade. A gente tem esse modelo, cria um indicador e calcula essas coisas. Não fui eu que escolhi. Não foi aleatório que a gente colocou aqueles pesos. Eles saíram disso.

Como qualquer modelo tem hipótese, e o INEP está aberto a rediscutir essas hipóteses. Está totalmente aberto, já tive na ABMS para receber e discutir sempre modelo tem hipótese. Vamos discutir. Mas não é... Não foi o Presidente do INEP, não foi o Ministro ou ninguém que definiu aqueles pesos ali. Podia passar.

Então, isso aí eu não vou passar, isso é uma coisa técnica... Mas olha o que acontece. Distribuição do conceito do ENADE. Eu tenho, pelo ENADE, 28 mais 6 dá 34% de cursos *um* e *dois*. Seriam reprovados se eu usasse o conceito do ENADE. Vamos para o conceito de IDD? O IDD melhora um pouco. Vai só para 30,2 - 31. Vamos para o conceito preliminar? Só 24, 25. O conceito preliminar, ele tem menos cursos reprovados do que qualquer outro indicador que eu podia usar. Então, a reclamação de usar o CPC pra fazer isso, que devia usar o ENADE, o IDD, na verdade, vai aumentar o número de cursos reprovados.

O CPC, como ele é uma média, ele tira as pontas. Pode ser erro de medida. Então, ele concentra no *três*. Então, ele tem muito menos sujeito a erro de medida. E ele vai ter muito menos instituições com conceito *um* e *dois*. É verdade, vai ter menos *quatro* e *cinco*. Vai concentrar no *três*. A avaliação da IES (Instituições de Educação Superior). Vou passar rapidinho, porque meu tempo já esgotou, mas acho que ela... Temos os mesmos objetivos... Podia passar.

Você podia passar os públicos são mais ou menos... E aqui. Avaliação... Nós temos dois elementos de avaliação de indicadores. Auto-avaliação e a avaliação externa. Gente, tenho escutado... Não, o CPC não leva... A auto-avaliação ela conta no SINAES só para avaliação institucional. Não tem auto-avaliação nos cursos. Nunca foi previsto isso. Auto-avaliação, ela continua, ela é fundamental, porque é o elemento mais formativo do SINAES. E eu digo o seguinte, avaliação de instituição, auto-avaliação é tão importante que todas as instituições deviam fazer, mesmo que o MEC não pedisse. Porque qualquer empresa, qualquer instituição faz seu planejamento estratégico, faz... Alguma forma que é o que a auto-avaliação faz.

E a auto-avaliação externa. E ela tem dois elementos fundamentais. Ela se baseia na avaliação, auto-avaliação. Não se faz avaliação externa, se não tem auto-avaliação pronta da instituição, ela é fundamental na nossa concepção de avaliação, e nós criamos um outro indicador, que é o índice geral de cursos. O que é isso? Antes ele ia para a instituição e tinha todos os cursos avaliados, mas era uma confusão danada numa instituição grande. Então, o que o INEP fez foi fazer um indicador sintético para o avaliador ter a base e se guiar. Olha, os cursos dessa instituição é tanto. O que é? Na verdade é a média da avaliação dos cursos. Com um bônus para a pós-graduação.

Ninguém é prejudicado por não ter pós-graduação, mas se faz pós-graduação, um bônus tem. Esse bônus é pequeno. Estou até falando com o professor Hermes aqui. Apenas 21 instituições passaram de conceito com a pós-graduação. A crítica que eu tenho das universidades federais é que o peso dado à pós-graduação é pequeno. Mas a gente está aberto a discutir essas questões de ponderação. Mas é só um bônus.

O SINAES é muito focado na graduação. Então, é essa a coisa. O IGC ele é um indicador que vai guiar o avaliador... Porque antes ele ia... Ele não pode chegar pra avaliar uma instituição e não saber como estão os cursos dela. Então ele tem que ter esse indicador. O que o INEP faz como um órgão que faz avaliação de qualidade é fazer isso. Então, todo o meu trabalho tem sido esse.

Sou professor de universidade, não tenho nenhum preconceito com escola privada ou qualquer tipo de instituição, evidentemente o INEP não tem o monopólio da verdade, a gente está aberto à discussão, mas não é justo dizer que foi colocado de forma política ou de qualquer jeito, quer dizer, o INEP continua trabalhando, nós já temos outros modelos que já têm pesos até um pouco mudando, cresceu um pouco de mestre, que a gente conseguiu outros... Nós temos feito esse trabalho e continuamos fazendo. Porque esse é o nosso trabalho de construir esses indicadores. E depois essa relação com a regulação ela, é um instrumento importante.

Mas esse é o trabalho do INEP, uma instituição que tem 70 anos, e a questão técnica é muito cara pra gente. O INEP não entra em questões de entrar... Ou política de um lado ou de outro, ou qualquer coisa disso. Então isso é o que eu gostaria de colocar porque se eu tivesse que fazer isso eu sairia e ia embora para voltar lá para minhas aulas, que eu tenho um nome a

zelar na área técnica e, basicamente, o que a gente está fazendo. Muito obrigado pela oportunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. Se V. Exª permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Professor Reynaldo por toda a exposição, pelo vigor com que expõe as suas teses, mas, por mais uma vez, eu cheguei um pouquinho atrasado, peço desculpas, porque hoje tem comissão, o Senador Sérgio também estava lá relatando, eu estava desesperado para vir abrir, em respeito à presença dos senhores e dos outros diretores que aqui se encontram. Mas o senhor falou muito em reprovação de cursos durante a sua exposição. Eu pergunto, assim, nas avaliações que são feitas, a principal é do MEC. É isso?

Se o MEC achar que uma escola não corresponde à expectativa do padrão que deva oferecer aos seus alunos, para uma melhor qualidade de ensino, ela de cara reprova? Ou é o indicativo de que deva melhorar aqui, ali e ter no próximo índice de avaliação poderá comparar com o que foi feito, se houve ou não a adesão de teses levantadas pelo MEC, porque aqui tem umas fórmulas aqui que não dá pra entender. Eu não sou matemático, porque é geometria essas fórmulas que são indicadas e provavelmente os técnicos têm... E a gente tem acompanhado de perto...

Não tenho críticas ao Ministro Fernando Haddad, porque a gente sente que ele tem vontade de fazer modificações. Agora, essa divisão muito forte de escola privada e governamental é que não pode existir dentro do conceito de objetividade de uma melhor formação profissional dos alunos. Porque, às vezes, eu tomo um susto quando verifico que uma universidade centenária tem reprovação num curso que ela é tida como uma disputa muito grande dos estudantes. Não vou citar nome aqui porque eu acho que não caberia atingir o nome dessas universidades. Mas algumas me assustam quando têm ali uma nota baixa, pela qualidade que sempre apareceu como grande... Inclusive no... No vestibular a presença maciça de inscrição, nessas faculdades, às vezes, concorrendo até com universidade governamental.

Eu não estou muito... Eu estou tranqüilo porque meus netos estão entrando na universidade do governo. O meu mais velho entrou na medicina na USP e outro está entrando na FAU, de arquitetura e urbanismo. Então, não é o problema. O problema é que tem escolas privadas de alta qualidade de ensino, que investem profundamente nos equipamentos. Pelo menos a televisão tem mostrado na propaganda. Então, não sei se tudo isso está levado em conta ou só é a nota que é do exame de avaliação do curso efetuado.

O senhor desculpa eu estar aqui, mas são coisas que a gente talvez possa, dentro do critério e da liderança do Senador Sérgio Zambiasi, que está preocupado com isso, talvez provocar algum projeto, alguma discussão mais forte para elaborar uma lei que dê melhor qualidade nesse sistema de avaliação que eu vi que V. Exª... Essa *in loco* e a auto-avaliação, eu acho importantíssimo. E aí sim, traz a responsabilidade pelos dirigentes da universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Acho que o Professor Reynaldo, ele poderá responder ao Senador Tuma logo após as próximas manifestações, porque seguramente haverá outras...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Veio o Delegado Protógenes, foi convidado por um dos Senadores, Sr. Nery, e como ex-policial me convidaram para estar presente lá ao meio-dia. Eu não quero... Eu sou tão preocupado com essa área de ensino... Sou amigo de vários diretores, tenho feito palestras nas escolas, e acho que é uma coisa que tem que ser, realmente, acho que o Dr. Reynaldo tem, pelo menos, tudo que ele expôs aí, tem feito um trabalho sério nesse sentido.

Então, a confiabilidade em algumas autoridades que têm a visão mais conceitual de que o ensino deve ser orientado para melhor produzir qualidade para seus alunos do que, às vezes, até a desmoralização porque tirou uma nota baixa, ou não, num curso. Não sei se eu estou errado ou não.

SR. REYNALDO FERNANDES: Senador, eu até agradeço que o senhor vai me possibilitar fazer uma correção da minha exposição. Quando eu falei.. Na verdade o conceito *dois* e *um*... Eles são conceitos reprovados. Mas eu só posso fazer isso no conceito de curso, quando tem critério. Porque tanto o ENADE quanto os outros indicadores, sempre vai... Os cursos foram excelentes, sempre vão ter cursos *dois* e *um*. Porque eles vão sempre ordenar. Se os cursos forem muito ruins da área, uma área... Sempre vai ter curso *quatro* e *cinco*. Então, a avaliação só pode ser feita depois da visita *in loco*. O que eu disse foi o seguinte, se usasse como parte pri...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. REYNALDO FERNANDES: Não, não eu sei. Mas eu estou só corrigindo porque assim, o ENADE, eu partiria de mais cursos *dois* e *um*. Mas só pode ser *dois* e *um* depois da visita. Então, muitos desses cursos que estão *dois* e *um*, depois da visita vão subir. Então é só para... O seguinte, como eu não podia visitar todos, eu vou visitar aqueles que têm sinais mais

fracos: *Um* e *dois*. Agora, muitos desses não vão ficar com *um* e *dois*. Porque se a área for muito boa, eles vão subir depois da visita *in loco*.

Então, eu não falei isso, e o senhor me dá oportunidade. Relação de escolas privadas, não, nossos estudos mostram as avaliações de escolas privadas com notas altíssimas. Um exemplo que eu posso dar é a Fundação Getúlio Vargas, acho que teve, individualmente, a melhor nota de qualquer escola, inclusive, incluindo as públicas. Quer dizer, o número de escolas que têm *três*, *quatro* e *cinco* das privadas são 75%, se não me engano. 70 ou 75. A grande parte das escolas privadas passa desse patamar. E aquelas que tiram *dois* e *um*, uma parte vai passar quando fizer a visita *in loco*. Quer dizer, então não existe esse... Existem... Eu não tenho dúvida que existem escolas privadas de altíssima qualidade e não tenho dúvida da necessidade delas. São 70 ou 75% das matrículas hoje nessas instituições.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Professor Reynaldo. Nós estamos numa Audiência Pública debatendo os instrumentos de avaliação elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação e a possibilidade de acesso ao financiamento estudantil, o FIES, pelos alunos de instituições ainda não avaliadas pelo ENADE, exame nacional de desempenho do estudante. O Professor Reynaldo utilizou um tempo um pouco maior porque ele está aqui com dupla responsabilidade.

Na verdade, ele não está aqui apenas como Presidente do INEP, ele está aqui representando o Ministério da Educação, o Ministro Fernando Haddad, que não pôde estar presente e encarregou o professor Reynaldo de representá-lo aqui. Então, ele traz aqui, não apenas, a palavra do INEP, mas sim, nesse momento a responsabilidade da representação de todo o Ministério da Educação, do Ministro Fernando Haddad.

E acredito que nós estamos dando, digamos, os primeiros passos nessa discussão, amanhã haverá a nova reunião, hoje à tarde, o grupo interessado terá uma reunião no meu gabinete, inclusive, também, de maneira que nós possamos promover uma agenda adequada e que se possa apresentar propostas que possam afunilar para uma solução adequada, que atenda realmente as necessárias demandas do setor. Eu convido agora para fazer sua exposição, a professora Carmem Luiza da Silva, ela é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Professora Carmem.

SRA. CARMEM LUIZA DA SILVA: Bom dia a todos. Sou representante do Professor Gabriel, e nessa qualidade, o entendimento da ABMS, a avaliação das instituições de ensino superior é mais do que uma obrigação legal. É uma necessidade institucional que baliza o planejamento da instituição de ensino superior no que diz respeito à qualidade do ensino e os seus serviços oferecidos. O Artigo 209 da Constituição determina que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: Cumprimento das normas gerais de educação nacional, autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público. Em cumprimento a essa determinação constitucional, a avaliação vem se aprimorando e tornando-se parte da rotina das instituições de ensino superior.

Passamos pelo PAIUB, que fundamentava-se nos princípios da legitimidade, continuidade, globalidade, comparabilidade, do respeito à identidade institucional, da adesão voluntária e do caráter não punitivo e nem de premiação. A LDB de 96 inaugura uma tendência avaliativa de controle centralizado que objetiva regular a qualidade dos cursos de graduação. Foi criado o exame nacional de cursos, o antigo provão, e os cursos passaram a ser avaliados por comissões de especialistas do MEC, periodicamente, com vistas ao seu reconhecimento e à renovação de seu reconhecimento.

A partir de 2004, sob uma nova concepção de avaliação, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior, o SINAES. Por meio da Lei 10861 de 14 de abril. Esta lei tinha como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico do estudante. Assim foi introduzida uma forma de avaliação integrada, que considera a avaliação externa, a auto-avaliação institucional e a avaliação do desempenho do estudante, com pesos idênticos.

Esse novo formato de avaliação adquire um caráter sistêmico que correlaciona espaços, momentos e diferentes instrumentos de avaliação sob uma concepção global que presume a integração da avaliação com as políticas de Estado, e a sua utilização nos processos regulatórios que objetivam a melhoria da qualidade do ensino superior. Nesse sentido, para garantir a eficácia da avaliação a lei institui, em eu Artigo 6°, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, a CONAES, como órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES com atribuições e atuações específicas de suas funções.

Essa comissão, em sua primeira formação, contava com membros do setor público e do setor privado como forma paritária. Posteriormente todos os membros do setor privado foram substituídos por membros do setor público. A auto-avaliação institucional que antes era feita por critérios próprios de cada instituição, agora, conforme o Artigo 11 do SINAES torna obrigatória a constituição de uma comissão própria de avaliação,

a CPA, assim denominada por lei, para que cada instituição promova processos de avaliação internos, que deverão obedecer à sistematização determinada pelo INEP, bem como, prestar conta de seus resultados como parte do processo avaliativo.

Dessa forma a auto-avaliação passa a ser o cerne do sistema e a principal referência da avaliação externa. O exame nacional de desempenho do estudante, o ENADE, que substitui o provão, ganhou um novo formato e passou a avaliar o desempenho do aluno em dois momentos distintos. Já foi falado pelo Professor Reynaldo, um, quando ele ingressa no curso de graduação e outro, quando encontra-se no período final de sua formação. Além disso, o exame considera assuntos de formação geral e de formação específica isoladamente.

Esse exame é aplicado em ciclos de três anos, permite verificar o índice de desempenho desejável alcançado pelo estudante ao longo de sua formação. Esse índice é uma estimativa estatística que pretende avaliar a capacidade dos cursos de agregar valores. As diretrizes de avaliação externa da IES, propostas pelo SINAES, destacam o compromisso da instituição com a qualidade em padrões definidos pelos objetivos que direcionam o processo educativo e o projeto pedagógico institucional de cada instituição no cumprimento de sua missão e tem como princípios: Responsabilidade social com a qualidade da educação superior, reconhecimento à diversidade do sistema, respeito à identidade, à missão e à história das instituições. Globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerando... Considerados em sua relação orgânica. Continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e para o sistema de educação superior em seu conjunto. Esses dados são do INEP.

A proposta desse formato de avaliação amplamente difundido e aprovado pelas instituições, permitia perceber a interação como a regulação por meio de um propósito formativo e emancipatório que possibilita aprimorar a missão e o compromisso social da instituição de ensino. O processo da avaliação está baseado em dimensões temáticas cujos elementos centrais visam promover uma perspectiva orgânica e norteadora de elaboração dos instrumentos.

O instrumento de avaliação homologado pela Portaria 300 de 30 de janeiro de 2006, Ministério da Educação, regulamenta então 10 dimensões inscritas no Artigo 3º do SINAES. Essas, por meio de indicadores, explicitam elementos que identificam condições, relações, interações, aplicações e dinâmicas resultantes do projeto institucional da IES e de seus meios de assegurar a formação cidadã e profissional, bem como, o desenvolvimento científico e tecnológico. Às dimensões são atribuídos pesos diferenciados conforme significado de cada uma delas no processo de construção de qualidade. Esta portaria foi revogada pela Portaria 1264/08, que reformula o instrumento de avaliação, mantém as dimensões com pesos diferentes e muda o foco da avaliação.

Nesse meio tempo, é regulamentado pela Portaria 4, de 5 de agosto de 2008, o conceito preliminar de cursos, apresentado pelo Professor Reynaldo, que considera o resultado do ENADE e as questões do formulário sócio-econômico, respondido pelo aluno, segundo a sua percepção da instituição em que estuda. Que, somados, respondem a quase 80% do conceito total e o restante diz respeito ao corpo docente notadamente pela existência de doutores atuando no curso. Desconsidera aqui a avaliação *in loco*. Serve como um conceito preliminar.

Sob a alegação de ser um indicador intermediário que viabiliza e dá consistência ao conceito do curso, o CPC servirá de base e orientação para o avaliador *in loco*. Este conceito permite que os cursos que receberam conceitos *três* a *cinco* abram mão da visita do avaliador, de maneira a aliviar significativamente o trabalho do MEC, cujas demandas são expressivas, conforme o Professor Reynaldo já falou.

A Portaria nº. 12 de 5 de setembro cria então o IGC, o Índice Geral de Cursos, que é calculado com base na média ponderada dos conceitos preliminares dos cursos. Somente daqueles que prestaram o ENADE, e na média ponderada das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Esse índice servirá como referencial orientador para as comissões de avaliação institucional que avaliarão a instituição na sua íntegra. Tanto o CPC quanto o IGC são criados para orientar avaliação externa, feita pelas comissões especialistas e têm a função de atribuir as notas à instituição, essa sim, com a função de atribuir notas à instituição de ensino.

Entretanto, esses indicadores são publicados, na mídia, pelo MEC, a pretexto de uma suposta transparência na avaliação e, imediatamente, se cria um novo *ranking* de instituições de ensino. Também esses critérios são utilizados pelo CNE para devolver, arquivar processos e, até mesmo, não credenciar instituições que estejam pleiteando mudanças de categoria.

O que se percebe é que o propósito com que foi criada a Lei do SINAES está se perdendo com a introdução de critérios criados por portarias e que contrariam os princípios exarados pela lei, na qual a auto-avaliação feita pela CPA era subsídio do avaliador, bem como o ENADE, sem distinção. Da mesma forma, a LDB que institui que apenas as universidades devem

ter seu corpo docente composto com 1/3 de mestres e doutores, sem distinção, em toda a instituição e não em cada curso, mas o critério de qualidade eleito pelo CPC leva em conta apenas o número de doutores em cada curso.

As constantes mudanças nos critérios avaliativos causam inúmeros transtornos para a gestão das instituições de ensino superior. Precisamos de critérios confiáveis que o SINAES já apresenta, para que possamos trabalhar, cada vez mais, pela qualidade do ensino superior brasileiro. Essa é a proposta do ensino superior privado.

Quanto ao FIES, que também é tema dessa nossa discussão, nós temos o problema dos cursos recém autorizados pelo MEC, cursos que não fazem ENADE, com exceção daqueles estabelecidos como prioritários e cursos ainda não avaliados, que não são contemplados pelo financiamento estudantil. A questão que fica é: Qual o motivo dessa decisão? Uma vez que é de conhecimento de todos que há sobra de vagas para esse financiamento.

Concluindo: O setor privado é um parceiro para o desenvolvimento do país e precisa ser visto como tal pelos dirigentes do Ministério da Educação. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Professora Carmem Luiza da Silva. Eu quero agora passar a palavra ao Sr. Hermes Ferreira Figueiredo. Ele é Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Professor Hermes.

SR. HERMES FERREIRA FIGUEIREDO: Excelentíssimo Sr. Senador Sérgio Zambiasi, demais parlamentares, representantes da ANUP, da ABRAF, da ANACEL, demais reitores e mantenedores aqui presentes, e especialmente o Sr. Reynaldo Fernandes, que nos dá o prazer aqui da companhia, Presidente do INEP. Evidentemente, que eu aqui não vou falar como econometrista e nem como estatístico. Não é essa a minha praia. Sabia perfeitamente que o INEP, através do Professor Reynaldo e os demais membros da Mesa fariam algumas observações a respeito das fórmulas aqui apresentadas e dos objetivos que foram feitos.

Eu apenas farei algumas observações para manifestar o nosso espanto, o nosso descontentamento até por medidas que atingem diretamente o segmento de ensino superior particular, cuja história não pode ser esquecida e nem denegrida, vamos dizer assim. O ensino superior no Brasil começou, iniciou com a iniciativa privada, através dos jesuítas. E ao longo desses séculos ela tem se firmado como um parceiro e de fundamental importância para o desenvolvimento nacional.

Se ficássemos esperando o Poder Público implementar ou implantar universidades no Brasil, talvez nós devêssemos ter solicitado que algum rei europeu tivesse vindo aqui em 1500 para poder receber o título de *honoris causa*, né, porque senão iam esquecer de criar uma universidade. Nós temos a República Dominicana que em 1515, 1520 já tinha a sua universidade, e outras regiões das colônias espanholas com universidades, já no século XVI, em vários lugares.

E hoje o ensino particular representa mais de 75% dos alunos matriculados na rede universitária, sendo que, em São Paulo, esse índice pula para 86% dos alunos matriculados na universidade. Então, eu fico imaginando como seriam os nossos indicadores, se não existisse esta colaboração, essa parceria importante, complementando o trabalho meritoso que faz o Poder Público, mas não teriam condições de sustentar e desenvolver esta que é a 18ª, hoje, com essa crise, não sabemos se é a 8ª ou 10ª ou nenhuma, mas o Brasil, hoje, representa a 8ª ou 10ª economia do mundo, se não tivesse a colaboração desse quadro de profissionais egressos da iniciativa privada.

Então, quando nós recebemos, assim, alguma sinalização de que nós podemos não estar cumprindo nossas obrigações como devíamos, nós ficamos um pouquinho assustados. O segmento demonstrou em várias ocasiões que está sempre apto a colaborar com as iniciativas governamentais. O maior exemplo nós tivemos, um dos exemplos de destaque, nós tivemos por ocasião da proposta da criação do PROUNI, onde as instituições colaboraram com sugestões, inclusive, que devia se direcionar essas vagas prioritariamente para a formação de professores, onde nós temos um *déficit* de 400 mil profissionais. Daí talvez a falência do ensino fundamental.

A falência, hoje nós podemos dizer que é a falência do ensino fundamental. Por falta de professores. Houve uma incompreensão por parte do governo dizendo que nós queríamos destinar profissões de pobre para pobre. Eu até brinquei com o Ministro que eu falei: "Eu também me formei professor, e eu era pobre. Hoje não sou mais". Graças a Deus. Mas então, seria oportunidade de muita gente sair da pobreza através do magistério. Mas então há um descaso, até um desprestígio da função do magistério, de formação de professor. E nós, na ocasião, dissemos isso para o MEC, que o problema nosso estava no ensino fundamental e também deveríamos começar a olhar com mais cuidado, com mais atenção, para o segundo grau, que sempre foi o patinho feio da educação nacional.

Ninguém dá bola para o segundo grau. O segundo grau... Não existe representante que o defenda. Deveríamos olhar com mais atenção o que é que nós fazemos com o segundo grau. Na ocasião do FIES, também a iniciativa privada colaborou com sugestões, a meia bolsa foi por insistência do segmento privado, onde nós defendemos que, era injusto pessoas terem uma renda de 10 reais, ter bolsa integral, e ter 11 reais de renda e não ter nenhum auxílio. Então, se criou a meia bolsa do PROUNI que foi muito importante.

E no FIES está sobrando verba, temos discutido que os juros são muito altos. Os juros são subsidiados, têm que ser subsidiados ao juro zero. Por quê? É um financiamento de longo prazo e financiamento de longo prazo, vira uma bola de neve, o juro. Fica quase que impagável e as famílias têm receio de assumir dívidas de longo prazo. É também uma coisa que precisamos modificar no FIES. Os juros têm que baixar ou não existir. Porque as famílias têm medo de assumir dívidas de longo prazo. Por isso que sobra verba no FIES. Precisamos mexer nisso.

Outra coisa do FIES e do PROUNI é o descolamento do calendário imposto pelo MEC e o calendário das instituições de ensino. Quer dizer, o aluno não pode se matricular numa instituição com a esperança de obter uma bolsa, com a esperança de obter um financiamento. Isso tem que ser feito no ano anterior. Ele obtém o crédito e se matricula. Ele já obtém a bolsa no PROUNI e se matricula. Porque ele não pode se matricular, ele não se matricula. Ele tem que pagar a matrícula e depois não obtém o crédito, não obtém o financiamento. Então, esse descolamento de agenda dificulta e prejudica dois programas que são importantíssimos.

Vamos falar agora sobre a avaliação. A avaliação é um dever do Estado e um direito de avaliar. Dever e direito. E nós queremos ser avaliados. Nós da nossa existência aqui de cerca de 40 anos militando no assunto, com todos os demais colegas nessa mesma faixa, sempre pleiteamos uma avaliação isenta, porém sistêmica, onde nós saberíamos o que devemos fazer para receber as comissões, para... Foi recordado aqui o PAIUB, nós aderimos ao PAIUB, todas universidades aderiram, se fez lá um depósito de avaliações, a professora Ieda era, à época, da UNB, colaborou bastante lá no MEC. O que se fez com o PAIUB? Nada.

Depois nós colaboramos firmemente porque acreditávamos e ainda acreditamos no SINAES. Porque o SINAES viabiliza uma avaliação sistêmica conhecida previamente por todos. E por acreditar no SINAES as instituições de ensino investiram maciçamente, a maioria delas. Temos mazelas. Temos problemas no segmento. Ele está heterogêneo, está... Cresceu muito em pouco tempo. É verdade. Mas a maioria investiu maciçamente na qualificação do seu corpo docente, através de contratação de mestres e doutores, investiu na infra-estrutura, investiu em tecnologia, investiu em biblioteca, em plano de carreira. Projetos pedagógicos muito bem feitos, projetos de desenvolvimento institucional também muito bem feitos. Porque nós sabíamos que ao final de três, quatro anos, tudo isso ia ser levado em conta. Instituímos as comissões de avaliação interna, compostas por professores, por alunos, por funcionários e por comunidade externa.

Aquilo que já está previsto, inclusive no SINAES e na proposta de reforma universitária que tramita nesta Casa. Então, as instituições de ensino querem ser avaliadas. Mas não querem ser surpreendidas por percalços ao longo do caminho. Que foi o que aconteceu. Nós sabemos, e eu já disse isso várias vezes, também já escrevi algumas vezes, que o MEC realmente não tem condições, nem o INEP, condições de estrutura, de... Ele não tem funcionários próprios. Se ele for contratar, designar todas as comissões de avaliação, por professores das federais, as federais que já não têm muita aula, não terão nenhuma. Porque os professores estarão todos lotados nas comissões de avaliação. Certo? Virou...

E nós é que pagamos a avaliação. É o único lugar do mundo que você paga para ser avaliado. Eu nunca vi a Receita Federal mandar um boleto para uma firma, falar: "Olha, aqui está 50 mil reais porque você vai receber uma fiscalização. E é pra pagar o fiscal". Não existe isso. É só no INEP e no MEC. Você paga. Muito bem. Nós acreditamos nisso. E fizemos esses investimentos. E tivemos esperança que nós poderíamos ter realmente uma avaliação sistêmica e que nós pudéssemos cumprir essa avaliação, quem fosse bom continuaria, quem não fosse bom se adaptaria ou fecharia.

Somos favoráveis a fechar, sim, cursos que não atendam às condições mínimas de qualidade. Somos favoráveis, sim, a fechamento de instituições que não cumpram suas necessidades mínimas de prestação de um bom serviço de educação. Porém, nós temos que ser avaliados segundo normas estáveis, conhecidas e, não, pedir para fazer A e depois vem e pedir... Me mostre o B. Eu não fiz o B, só fiz o A. Então, é isso aí. Nossas esperanças ainda não estão perdidas.

Quanto ao IGC, professor, que nós chamamos de um instrumento que atropelou, porque podíamos encontrar uma outra maneira de esperar terminar o ciclo avaliativo para depois sair esse índice geral de avaliação das instituições por quê? Embora o senhor diga que o IGC não é avaliação da instituição, mas isso é o público... Entendeu que não é. É sim. Todo mundo

diz: "A universidade tal é boa. Olha, você viu o IGC, ela está em primeiro lugar". Passou a ser sinônimo de qualidade da instituição.

E nós temos, então, uma universidade, como disse muito bem o Senador Tuma, que tem uma tradição de qualidade, de excelência, e por qualquer motivo tenha lá o *um*, ou *dois*, toda a instituição vai querer falar com o reitor... Por causa de um *um* num curso. É muito ruim isso.

Então, o IGC sim, Professor Reynaldo, ficou como marca da qualidade ou não qualidade da instituição como um todo. E não adianta agora eu consertar do *um* e do *dois*, pedir a avaliação *in loco* e o senhor vai me promover a *cinco*. Já era. O estrago já foi feito. Não adianta mais.

Muito bem, o que eu queria dizer, senador, e demais senadores aqui presentes e colegas, é que as instituições isoladas, as instituições de ensino superior particular, nada ou pouco podem fazer, enquanto persistir a falência caótica em que está o ensino fundamental. Eu, só para efeito de brincadeira, mas uma brincadeira séria, eu trouxe aqui, para mostrar para o senador, o que é que eu posso fazer com o aluno. Eu tenho aqui, é do meu grupo escolar, é uma pesquisa que eu mandei fazer, por ocasião em que ele fez 50 anos de existência. Então, o professor meu, que era oriundo de lá também, fez uma pesquisa a respeito do grupo escolar de Bálsamo Rural Misto.

Então, não era a elite que freqüentava. Eu freqüentava essa escola em 1947, descalço. Mas esse exemplo que eu trouxe aqui é de 31. Aqui o senhor vai ver uma prova de geografia do segundo ano do grupo escolar, com 12 meses de escolaridade. Uma prova de geografia escrita, onde ele desenha o mapa do Estado de São Paulo, citando as divisas, os rios, Santos, oceano Atlântico, Ribeirão Preto, Campinas, Rio Preto e a famosa cidade de Bálsamo, onde fica o grupo. Ele tinha noção de espaço e de tempo e desenhava o mapa do Estado de São Paulo à mão livre.

E na outra página, que eu vou depois mostrar pro senador, na página 6, tem uma... Na página 4, aliás, tem uma prova, uma provinha, prova escripta de linguagem descripção, descripção, que era a ortografia da época, de um quadro. Você lembra? Vocês são jovens, não se lembram, colocava-se um quadro na mesa e dizia: Faça uma descrição do quadro. Então, cada criança inventava uma historinha. Eu vejo uma boneca, eu vejo... Mas, eu quero que vejam a letra dessa menina com 12 meses de escolaridade. A letra dela... E comparem a letra e o conteúdo de uma prova da minha universidade que foi feita agora, o vestibular, de um vestibulando, que tem 11 anos de escolaridade.

E eu pergunto, senador, o que eu posso fazer com este aluno? [soa a campainha]. Então, o que nós devemos fazer? Nós estamos aí com esse... Com esse foco excessivo no ensino superior, mascarando ou jogando uma nuvem de poeira sobre um problema que não é real. O problema está no fundamental. Nos falta uma política nacional de educação para o ensino fundamental e médio. Enquanto nós não tivermos a capacidade e a coragem de fechar todos os cursos de pedagogia, sujeito lá vai chiar, e voltar ao magistério onde se ensine professores a lecionar, alfabetizar, nós vamos receber aluno no superior desse jeito e depois quer que nós os transformemos em Senador Zambiasi, em Cristovam Buarque, Adib Jatene. Vai ser impossível, professor, em dois anos, três anos, nós fazermos esse milagre. Nós começamos fazer o milagre antes, lá embaixo. Já da pré-escolar.

Então, eu gostaria de pedir ao Presidente do INEP que encontrássemos uma forma de aguardarmos, aguardarmos a conclusão do ciclo avaliativo através do diálogo. Vamos encontrar uma forma de como apressar essa avaliação, dar credibilidade às comissões de avaliação externa. A comissão de avaliação externa eu vejo que há muita dúvida do senhor ou da equipe do INEP sobre essa subjetividade. Eu diria, com o perdão da palavra, eu coloco aqui, é quase que uma suspeição que eles não têm idoneidade suficiente ou capacidade suficiente para avaliar. Porque... Não, não é possível. Isso já foi falado. Uma escola que tem *um* e *dois* e depois chega à comissão avaliadora e diz que ela tem infraestrutura *cinco*. Não pode ser. Pode. Ele foi lá. São gente idôneas, capacitada, treinada.

Temos que dar credibilidade a essa avaliação externa. Não podemos desprezar a avaliação externa e dar como boa e verdadeira a percepção do aluno. É percepção. A avaliação *in loco* é real, é objetiva. Então, são alguns pesos que precisamos medir. O Professor Reynaldo também já tinha me alertado particularmente, não particularmente, mas anterior à nossa entrada sobre a não... Por que não se colocou no peso, aceitando-se ou não as fórmulas, os mestres. Foram desconsiderados os mestres na avaliação da instituição. Falei: Isso nos faz... Nos dá direito a fazer uma leitura que é pra privilegiar as públicas que têm um excesso, o excesso, eu digo excesso, não têm muitos, não. Tem excesso de doutores. Não, não foi isso. Então por que foi? Porque se mestres é a base principal de uma instituição de ensino. E foi desconsiderado como se ninguém tivesse mestre ou se mestre nada valesse.

Então, professor, eu acho que nós devemos encontrar uma forma de concluir a avaliação e publicar depois da avaliação, e não... De maneira truncada. E outra coisa que nós devemos consertar é a periodici-

dade das renovações de reconhecimento. Não pode uma instituição de 30, 40 anos colocar um curso para renovar o reconhecimento de... E ser reconhecido por três anos. Lógico, o INEP não vai dar conta de fazer toda hora, a cada três anos, a reavaliação. Tem que aumentar esse prazo, tá bom? Muito obrigado pela tolerância e pela minha... Pela minha emoção ao falar sobre educação que sempre nos toca muito. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Professor Hermes. Acho que foi muito importante também a sua exposição aqui, muito pontual, muito objetiva e muito rica. É importante realmente trazer esses posicionamentos aqui. Quero dizer que essa audiência... Por isso que está sendo gravada pelos veículos de comunicação do Senado e será reproduzida depois para ser assistida e ouvida em todo o Brasil.

Então, acho que todos esses depoimentos não estão restritos a esta sala. Os depoimentos são uma Audiência Pública e os veículos de comunicação da Casa estarão disponibilizando para todo o Brasil estes depoimentos. Eu passo agora a palavra ao Professor José Janguiê Bezerra Diniz, Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas.

SR. JOSE JANGUIÊ BEZERRA DINIZ: Bom dia a todos. Sr. Senador Sérgio Zambiasi, Dr. Reynaldo Fernandes, Dr. Hermes, D. Carmem, Srs. Parlamentares, colegas mantenedores, Presidentes das associações, minhas senhoras e meus senhores.

Eu acho que na era da globalização em que estamos vivendo, onde o conhecimento é muito mais importante do que os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, o MEC precisa ter uma série de preocupações diferentes das que ele está tendo atualmente, como essa preocupação de regulação excessiva das instituições privadas. Eu acho que a primeira preocupação que o MEC deve ter, também o INEP, e todos nós, é tentar atingir a meta do Plano Nacional de Educação consagrado em lei. Que diz que nós temos que chegar até 2010 ou tentar chegar até 2010 a 30% da população com idade universitária, de 18 a 24 anos, na universidade, quando, na realidade, nós só temos 11%, 12%. Lá no nordeste tem Estado que chega a 5%. O que é um absurdo, perder para todos os países da América Latina. Todos.

Isso é uma preocupação que o MEC deve ter. O MEC deve ter também preocupação com o ensino básico, Dr. Reynaldo. Preocupação com a evasão. Mais de 20% de evasão e de desnível de idade no ensino básico. A gente perde para países como Bolívia e Paraguai. Tem que se preocupar com a qualidade do ensino básico. Na última pesquisa realizada pela UNESCO, cento e tantos países, o Brasil ficou em 71° colocado na qualidade do ensino básico, perdendo para países africanos como Zâmbia e Senegal.

Tem que se preocupar com o analfabetismo. Nós temos 10% da população analfabeta no Brasil. Quase 20 milhões. Além dos analfabetos funcionais, mais de 30 milhões de analfabetos funcionais. Além dessas preocupações, o MEC tem que ter preocupação com o princípio... Com a Teoria da Democracia, consagrada pelo Barão de Montesquieu de La Brède, consagrado na nossa Constituição Federal desde a época da Constituição da República, que trata da independência entre os poderes quando diz que o Legislativo tem que legislar e o Executivo tem que executar. E não é isso que está ocorrendo, Dr. Reynaldo, porque o MEC está legislando mais que o Poder Legislativo. O MEC, através de portarias e até de decretos também, presidenciais, mas mais através de portarias já está fazendo a reforma universitária que encontra-se no Congresso Nacional.

Quase toda a reforma universitária do Congresso Nacional já está feita através das portarias expedidas pelo MEC. Ou seja, está havendo uma usurpação de poderes em relação à legislação. O MEC deve se preocupar, Dr. Reynaldo, também com o princípio da legalidade estrita consagrada no Artigo 37 da Constituição Federal, onde diz que todos nós devemos fazer, principalmente a administração, tudo, mas em virtude da lei. E em se tratando, no caso específico, da avaliação. Lei, lei nós temos, nós temos a Lei 10861/04, que consagra, a Lei do SINAES, que é a Lei do Sistema Nacional de Avaliação, quando diz que a avaliação deve ser realizada levando-se em consideração diversos elementos.

A avaliação da instituição, a externa e a interna, a avaliação dos cursos e a avaliação dos estudantes, que está sendo feita pelo ENADE. E não como está sendo feito hoje, apenas levando em consideração a avaliação dos estudantes e ranqueando publicamente nos meios de comunicação. Então, é importante que o MEC observe o princípio da legalidade estrita. É importante que o MEC faça cumprir a lei e não fique legislando através de portarias.

Eu quero dizer aqui, Dr. Reynaldo, que nós não somos contra a avaliação. Eu não quero entrar aqui na parte técnica do CPC e nem do IGC, não, que a gente vai discutir amanhã. Mas apenas para ilustrar *en passant*, o CPC e o IGC que, por si só, já afrontam a Lei do SINAES, porque a Lei do SINAES não trata disso, tem diversos equívocos, diversos equívocos. Em se tratando do CPC, a guisa de exemplo, dá prevalência ao ENADE apenas, afrontando a Lei dos SINAES.

Leva em consideração apenas doutores em relação às faculdades. A LDB não diz que as faculdades têm obrigação de ter doutor, privilegiando as instituições públicas e as instituições das capitais porque as do interior não têm doutor. Como é que pode isso?

Leva em consideração também professores em tempo integral. A lei, o princípio da legalidade da LDB diz que tempo integral é só para as universidades, que é um terço, e para os centros universitários que é um quinto, e não para as faculdades. Então, por si só, a gente já constata os equívocos imensos no CPC, embora a gente vá discutir isso amanhã. E o IGC, como é que pode, como é que pode, Dr. Reynaldo? Criar um instituto como esse, sem observar certas nuances. Uma instituição, por exemplo, com 36 cursos, 36 cursos, todos autorizados, 20 reconhecidos pelo MEC com maior conceito, quando na realidade teve um só que teve o CPC. E só 17 alunos fizeram o ENADE. Só 17 alunos fizeram o ENADE. Infelizmente essa instituição tirou *um*. E o CPC, o IGC dessa instituição foi *um*, como é que pode estender para toda uma instituição a análise apenas de um curso. Que é equívoco imenso é esse que foi cometido?

E por fim, Dr. Reynaldo, Dr. Fernando Haddad, também, que aqui não está presente, eu quero dizer que o ensino privado não tem medo de avaliação, não, não tem medo de avaliação. Nós não somos contra a avaliação. Agora, a avaliação sem condenação pública. Sem condenação pública e sem direito à defesa, em afronta ao princípio do devido processo legal, do contraditório. Haja vista que o que fez, o que foi feito através do IGC foi uma condenação pública sem direito de defesa. Quando as instituições que tiraram a nota ruim, ao menos, o senhor ou Dr. Fernando Haddad deveriam chamar para dar direito à defesa antes de colocar nos meios de comunicação e punir publicamente. Porque o que vale é o que fica na cabeça do cidadão.

Não adianta depois, vir um ofício dizendo: "Não, o IGC foi apenas do curso tal. Não foi da instituição". Para o povão, para o público isso não interessa mais. A instituição já está condenada. Então, eu quero reiterar aqui que o que nós lutamos é pelo cumprimento da lei, da Lei do SINAES. E que deixem de fazer ranqueamentos e condenações públicas das instituições privadas que representam 75% do ensino no Brasil, porque sem as instituições privadas o Brasil estaria muito pior do que estamos, já estamos muito mal, estaríamos muito pior do que estamos.

Então, não somos contra avaliações, somos pelo cumprimento da Lei do SINAES. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Professor Hermes Ferreira Figueiredo(sic). Eu vou deixar agora o microfone aberto para que os colegas possam fazer as suas indagações e o Senador Leomar Quintanilha pretende fazer uma intervenção. A palavra é sua, então, Senador... Senadora Marisa Serrano também? Então, vamos deixar. Eu vou solicitar, então, que ambos os senadores façam seus questionamentos, depois eu deixo a Mesa aqui liberada para as respostas.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ilustre Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, ilustres convidados, lamentavelmente, Sr. Presidente, a concorrência de compromissos na agenda de cada um dos Srs. Senadores acaba dificultando a presença numa audiência da envergadura e da importância desta que V. Exª convocou. Para que V. Exª tenha uma idéia, eu sou Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que tem uma reunião marcada para as 11h00, e eu ainda não consegui chegar lá e achei que não poderia ir abrir a reunião da minha comissão sem passar pela Comissão de Educação, em razão do relevo do tema aqui tratado.

A Senadora Marisa Serrano é Vice-Presidente da Comissão. Também está aqui, exatamente, por ter esse entendimento, por ter esse entendimento da importância. Todos os assuntos que são tratados nesta comissão, relacionados com a educação do povo brasileiro, são para nós prioridade número um. E eu lamento não ter podido ouvir por inteiro as exposições dos ilustres convidados. Ouvi uma parte, talvez, a parte até mais enfática, da observação feita pelo Dr. Hermes Ferreira Figueiredo. E ouvi agora do Dr. José Janguiê. É assim a pronúncia? José Janguiê Bezerra Diniz. Achei as duas colocações, embora sucintas, muito pertinentes. E vejo que mesmo no âmbito desta comissão, no espaço restrito do tempo que temos, não é fácil procurarmos sintentizar e discutir a fundo, para exaurir o que se poderia promover de sugestão e de idéias, para que nós possamos dar uma efetiva contribuição para o aprimoramento da educação no nosso país. É impossível num tempo tão exíguo, tão curto de tempo nós fazermos isso. De qualquer maneira, nós esperamos poder obter o máximo possível da contribuição que os ilustres convidados nos trouxeram.

Sobre a avaliação do ensino que é feita hoje no Brasil, eu vou repetir as palavras do Dr. Hermes, além do dever, além de ser necessária, ela é importante que haja. Até para que haja um acompanhamento de como está andando o ensino no país, pelas suas diversas instituições.

Já, há muito, nós observamos que o Estado Brasileiro não consegue, por si só, promover a educação do seu povo. Conta, por isso, com a contribuição fundamental, importante e imprescindível da iniciativa privada.

Agora, é preciso que as regras sejam estabelecidas e sejam claras. O que é que o país quer para a formação do seu cidadão? Tanto na grade curricular, como na questão da avaliação. Na grade curricular o Dr. Hermes foi em cima da grande preocupação de todos nós. É a base. É o ensino fundamental. Ele foi recorrer lá ao seu tempo de estudante do magistério.

Quantos de nós, que freqüentamos escolas públicas, no nosso tempo e podemos observar, comparando com hoje, a eficácia do ensino àquela época. E a importância que dávamos ao ensino. Eu sou filho de uma professora. Minha mãe era professora do primário, fez o magistério. Ela não se aprimorou, mas não pôde se cultivar mais. Mas levava muito a sério o conhecimento, a formação que ela teve e o conhecimento que ela teve, e ela sim, dentro das suas possibilidades, procurava se cultivar, adquirir mais conhecimentos para poder, naquele momento, quase que sagrado. Porque o professor, numa sala de aula, vive um momento ímpar, um momento sagrado, um momento importante porque vai lidar com a inteligência, porque vai lidar com a perspectiva de futuro do cidadão brasileiro, sobretudo, no ensino fundamental.

Eu tenho oito irmãos. São quatro homens e quatro mulheres. A minha mãe botou uma lei em casa para as mulheres. Vocês podem fazer o curso superior que quiserem, mas não o faça antes de fazer o magistério. Todas as minhas irmãs fizeram o magistério. Algumas delas, três delas fizeram curso de nível superior, depois, na área da educação. Mas cumpriram o desígnio e a determinação da minha mãe, com a preocupação que ela tinha. Porque ela, professora também, imagina o trato dela comigo e com os meus irmãos, a exigência para que nós estudássemos muito mais... Até procurando nos superar. Porque éramos filhos da professora.

Nós não podíamos nos dar o direito de folgar, de não conhecer, de não saber, de não aprender. E, a essa época, a punição era mais rigorosa do que hoje. E eu tenho grata recordação desse tempo, Presidente. Porque foi a base que eu tive para a construção do meu destino e do meu futuro. Se não fui mais, foi graças à minha limitação. Mas eu não posso me esquecer nunca da minha professora primária, dos professores que eu tive no ensino fundamental. E o Dr. Hermes tem toda razão.

Enquanto o Brasil não encarar de frente esse grande desafio seguir o exemplo da Coréia do Sul e de outros países que priorizaram o ensino fundamental. Que deram a base para que o cidadão brasileiro pudesse prosperar no seu cultivo, na aquisição de conhecimento. Como é que você pode confiar num edifício, na segurança de um edifício se a sua base não foi bem formulada, bem feita? Então, acho que ele tem muita razão e as colocações que aqui foram apresentadas são fundamentais. Nós precisamos efetivamente priorizar o ensino fundamental e o médio. Mas, sobretudo, o fundamental para que nós possamos nas... No prosseguimento da formação do nosso cidadão, ter um resultado melhor.

E eu entendo que nós precisamos, sim, que o Ministério da Educação precisa sim estabelecer os critérios de avaliação e ela tem que ser rigorosa. É importante que ela seja rigorosa. Não só para o ensino público, mas também para o ensino privado, tem que ser rigorosa para que nós possamos estar tendo sempre um desempenho à altura das demandas e das necessidades do país.

Eu agradeço, Presidente, a contribuição que os eminentes convidados trazem a esta comissão nesta manhã. Era a intervenção que eu ia fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senador Leomar Quintanilha. Inclusive, pude observar claramente a emoção que foi manifestada aqui nas lembranças dos ensinamentos da mãe professora, da professora mãe. E cujo legado está aqui, na nossa frente. Parabéns a sua mãe e suas irmãs, a preocupação dela em deixar o magistério na herança. Acho que isso tem um valor muito especial, uma responsabilidade especial. Ser o filho da professora, nossa, que responsabilidade! Muito mais da professora! E agora tem mais uma professora conosco, a professora senadora, Senadora Professora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com muito orgulho, né? Mas eu queria também me justificar. Nós estamos chegando no final do ano, estamos a um mês do Natal e essa Casa, agora, deu pra todos os projetos que precisam sair, está todo mundo avolumando. Então, eu também, hoje, estou com quatro reuniões e comissões que eu tenho que participar e tenho, também, vários projetos em que sou relatora na Comissão de Meio Ambiente.

Mas eu queria fazer algumas considerações que me parecem importantes. Primeiro, é da importância do... Da percepção da sociedade, de que a educação é importante. Eu acredito muito nisso. Uma vez eu tive a oportunidade de falar ao Ministro Haddad, que a luta nossa tem que ser para que a sociedade peça. Nós acabamos de passar por uma campanha política e todas as pesquisas que foram feitas no meu Estado, que eu tive acesso, em todos os Municípios, são só 78. Mas nos 78, em Mato Grosso do Sul, a população em nenhum, colocou... Nenhum Município, como a causa mais importante ou a maior necessidade da população. Em geral ou era o desemprego ou era segurança, ou

era a saúde, mas não a educação. A educação ficava em quinto, sétimo... Daí pra frente.

Então, a sociedade não tem a percepção de que sem a educação não vai ter segurança, não vai ter saúde, não vai ter emprego... Então, essa é uma questão que nós temos que inverter. Nós ficamos, às vezes, muito no casulo, de falar da nossa educação, sem fazer com que toda a sociedade sinta a nossa importância e, nem só a nossa importância, a importância da educação na vida da sociedade.

Então, essa é uma questão que eu quero... E lembrar, que nada melhor do que essa época, que nós estamos numa crise financeira internacional e nacional, e lembrar que na recessão dos Estados Unidos de 1929, o que fez os Estados Unidos pra sair da recessão nos 10 anos que se seguiram à recessão? Uma reforma, como nunca se viu na educação dos Estados Unidos. Porque a percepção que para sair de uma recessão, quando está todo mundo lá embaixo, quando há desemprego, quando há falta de investimento, aí é que nós precisamos dos melhores cérebros, das pessoas que pensam, das pessoas que possam fazer uma reengenharia, se a gente puder dizer assim, de todo o país. E não é... Alguém que vai mudar, que vai levantar o país, que vai criar coisas novas, que vai motivar, que não seja pessoa que esteja bem qualificada, que tenha acesso à educação e ao conhecimento.

Então, a educação pra sair... Uma palavra mais simples, sair do buraco, se o país vai sair do buraco, tem que apostar na educação. Então, eu acho que aí que é o momento, nessa época de crise... Não estou dizendo que a experiência dos Estados Unidos, nós temos que copiar, nada disso. Mas todas as vezes que há um cataclisma no país, pra reerguer o país, pra fazer com que o país cresça, se avolume, é apostar no conhecimento. Então, essa é uma questão de que nós estamos... Questão que nós estamos vivendo agora. Mas dizer que aquilo que o Senador Quintanilha colocou. E você está liberado para ir lá sentar-se à Mesa, senão ninguém vai chegar lá. Não tem Presidente, não vão.

Na questão de qualificação, de melhoria da qualidade. Então, eu coloquei aqui, fiz questão de colocar da importância da educação. Mas queria falar da qualidade, um pouquinho. Nós estamos discutindo agora, vai ser um *boom* aqui no Senado, para o próximo ano, a questão das cotas. Das cotas nas universidades. Nós estamos colocando cotas para aquilo que é importante, e é importante. Ontem, nós tivemos aqui uma guerra para falar das cotas, das carteirinhas dos estudantes, que eu fui relatora. Quase me mataram, mas consegui sair viva da questão. Mas, dizer pra vocês que umas cotas são boas, as outras cotas nem tanto.

Mas a questão das cotas. É uma coisa que tem que ser discutida. Fere a autonomia universitária. Eu li, por exemplo, do reitor da UNIFESP uma entrevista interessante. E li outro, não sei se foi da UNICAMP ou da USP. Mas as duas entrevistas que li foram de São Paulo, colocando a questão de que cada universidade, que todas fossem obrigadas a ter cotas. Quer dizer, hoje, são só poucas que tem. Se não me engano 14. Não sei se o nosso Presidente da INEP tem esse dado. Mas eu li, se não me engano, são 14 universidades federais, estou falando das públicas federais no país, que têm esse sistema já estruturado. A Federal de Campo Grande e da grande Dourados, as duas federais do meu Estado não têm. Que todas tivessem, então, seria uma regra. Que essa regra seria geral. Me dê oportunidade de tomar um golinho d'água.

Que essa regra fosse geral. Mas que não fosse a imposição de um modelo único de cotas para todas. Porque têm Estados que têm um número maior de negros e de índios, outros não têm. Então, que cada um pudesse... As universidades pudessem discutir e todas apresentassem. Esse é meu modelo. Mas que as universidades mantivessem a sua autonomia de poder apresentar a sua proposta. Que pode ser uma proposta diferente e inovadora daquela que nós vamos votar aqui. Eles estão lá, estão na base, conhecem a realidade do seu Estado e poderiam fazer uma intervenção muito melhor.

Quis fazer essa colocação, porque é outro aparte de melhoria da qualidade do ensino e também passa pelas ações que nós vamos desenvolver e estamos desenvolvendo aqui nesse Parlamento com o auxílio dos nossos todos companheiros que trabalham na área educacional. Sem qualidade na educação eu não acredito que nós possamos melhorar a universidade nossa. Não há condições. Não há condições.

E quero terminar essa parte de qualidade falando do ensino médio. Não adianta nós discutirmos o ensino superior, melhoria do ensino superior, se não atacarmos, claro, toda educação básica, mas gente... O ensino médio brasileiro é uma lástima! O ensino fundamental está melhorando, e a olhos vistos, nós estamos acompanhando a evolução. Mas o ensino médio tem que ser atacado, tem ser prioridade nossa, de educadores, fomentar a melhoria. Não só criar as escolas técnicas, precisamos delas, mas garantir a qualidade do ensino médio para esses jovens que estão vindo aí.

Nós temos que intervir no ensino médio, não há alternativa disso. E terminar, dizendo que nessa importância da avaliação, ninguém gosta de ser avaliado. A gente não gosta. Duvido que alguém goste. Quem é dono de uma mantenedora, eu que sou senadora,

é difícil, às vezes, as pessoas avaliarem a gente. "O quê, avaliaram a nossa função? Eu trabalho tanto, faço isso, faço aquilo, como é que me avaliaram que eu não sou uma boa senadora?" Um exemplo. Ainda bem que ninguém avaliou ninguém aqui. Mas eu gostaria que avaliassem. De vez em quando a gente recebe uns prêmios aí de avaliação de desempenho aqui dentro. É bom. As pessoas, às vezes, não gostam. "Por que entrou fulano e não entrou sicrano?" Mas tem que ser avaliado. Isso...

Eu lembro quando o Ciro Gomes foi Governador do Ceará, não sei se você lembra, fez a primeira avaliação dos professores da rede pública do Ceará. Foi um trauma nacional! Porque ele ousou investir na avaliação dos profissionais da educação. É necessário, primeiro, que haja essa série histórica de avaliações no país. Há muito pouco tempo que nós nos acostumamos a ter conhecimento das avaliações. Isso é fundamental. E que a metodologia tem uma seqüência que não haja ruptura com nenhum governo. Não interessa se é de oposição ou de situação, se é contra ou a favor, mas nós temos que ter, porque o país precisa disso para fazer boas políticas de educação.

A burocracia. É um caos a burocracia nesse país, em todas as áreas, mas também nessa área. Todo mundo quer colocar o máximo possível. Por quê? Porque nós partimos de um pressuposto que no Brasil todo mundo é mau caráter, todo mundo burla, ninguém cumpre, eu vi isso ontem. Os estudantes, por exemplo, têm uma avaliação equivocada, por exemplo, aí dos produtores culturais. Não vão cumprir. Não, todo mundo burla. Não vão colocar... Mas espera aí.

Você faz uma lei, já pensando que os outros não vão cumprir, são todos mau caráter, ninguém é sério nesse país... Se partir desse pressuposto, você tem que amarrar, de todas as formas, para que as pessoas não burlem. Eu acho que não. Tinha que deixar livre, mas agora, não acreditar na impunidade. Ir em cima mesmo e cravar aquilo que for necessário para que as pessoas aprendam a ser sérias nesse país. Mas não é fazendo mecanismo de amarrar tudo para que a gente... As pessoas sejam sérias pela obrigação e não sejam sérias porque... É o caráter das pessoas que têm que melhorar também nesse país.

E termino dizendo que não vejo a avaliação que não tenha, através da negociação. Que as pessoas possam discutir antes. Esse senado está aprendendo, como o Congresso Nacional e, em linha de regra, todos os políticos, que o nosso eleitor mudou. E que o cidadão brasileiro mudou. E que eles querem participar. Nunca se viu tantas Audiências Públicas. Cada assunto, o Júlio está aqui, que é nosso secretário, às vezes, tem assunto que nós estamos com cinco Audiências Públicas, porque todo mundo quer participar. E nós não fazemos mais assim, damos o voto porque nossa cabeça decidiu com a nossa história própria. Não. Nós estamos dando voto daquilo que nós estamos ouvindo.

Então, essa Mesa aqui vai nos dar subsídio também, nós temos aí, vai... Sempre sai o relatório daquilo que... Das mesas que participam aqui pra que a gente possa ter acesso. E eu tenho certeza que muito do que nós votarmos aqui a respeito de avaliação, vai depender muito dos senhores. Quer dizer, a sociedade nos dizendo também qual é a percepção que tem de cada assunto.

Eu quero parabenizá-los e agradecer de estar nos ajudando e nos assessorando como os senhores estão fazendo aqui, hoje, e dizer que nós temos tanto a fazer na educação que é tão pouco, a gente fala tão pouco a respeito, mas, oxalá a sociedade brasileira sinta que, sem educação, nada do que ela pensa que é prioritário, vai ser realmente edificado nesse país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Professora Marisa Serrano. Eu também quero justificar, aqui, que nós iniciamos a nossa reunião com uma hora de atraso. E não por culpa por dos nossos convidados. Os convidados todos estavam aqui às 10h00 de manhã. Nós iniciamos às 11h00 a reunião, porque eu era relator de quatro projetos na Comissão de Ciência e Tecnologia, todos os demais colegas estavam em outras comissões e nós tivemos que estar atrás de alguém para dar quorum aqui.

Quer dizer, quorum foi dado na presença, no livro de presença, porém, sempre é necessário que haja aqui o colega, acompanhando, mesmo que a sessão esteja sendo gravada e, depois, divulgada para todo o Brasil, através da TV Senado, Rádio Senado e os veículos de comunicação da Casa. Enfim, é complexo. E eu não quero, também, tomar ainda mais tempo daqueles que estão aqui convidados. Notamos que o Presidente do INEP tem uma agenda enorme pela frente e, obviamente, a gente começa a preocupar-se em cumprir essa agenda.

Eu vou pedir a compreensão de todos para que nós tenhamos a capacidade de encerrar, sendo assim, muito generoso com o tempo, pontualmente, às 13h00. Fica mais 30 minutos aqui. Agora é 12h27, de maneira que a gente possa trabalhar a elaboração de algumas respostas.

Eu passo já, imediatamente, a palavra ao Dr. Reynaldo, então, já aconteceram algumas... Alguns questionamentos aqui, essa questão da matrícula ser garantia de crédito, porque não fazer essa inversão. Achei muito interessante essa colocação. A questão

do FIES, o juro alto do FIES, também achei que foi muito pertinente, a questão do SINAES, como é que o... Como é que o MEC utiliza? É todo o arcabouço que o SINAES disponibiliza nas suas avaliações? As instituições alegam, professor, que o MEC utiliza instrumentos parciais e pontuais. Aliás, o Professor José Janguiê abordou, assim, nem haveria a necessidade e fazer a pergunta, estava na manifestação do Professor José Janguiê.

Tem a questão do ENADE. O ENADE realmente representa apenas o ponto de vista do aluno ou leva em consideração a avaliação interna e a instituição externa? Na questão da burocracia que a Senadora Marisa falou... Quer dizer, a questão da estrutura de pessoal, que foi falado aqui também. Como fazer para resolver todas essas questões? Como produzir resultados diante de tantos questionamentos, Professor Reynaldo?

SR. REYNALDO FERNANDES: Obrigado. Vou tentar ser bastante sucinto, embora haja várias questões. Primeiro queria fazer dois comentários em relação à Senadora Marisa Serrano. Na verdade, o que a gente tem visto, quer dizer, a preocupação com a educação é grande, dos pais, nos Municípios, mas basicamente: Vaga, merenda, uniforme. O que é difícil é preocupação com a qualidade, que é uma coisa muito abstrata talvez para a maioria da população dos pais.

Quer dizer, então, essa é uma tarefa difícil. Quando falta vaga, quando o uniforme não chega, a merenda, eles pegam. Mas, a questão da qualidade, essa é difícil, porque é uma coisa muito abstrata, talvez, para a maioria dos pais. E esse é o nosso trabalho, que agora... Principalmente, no fundamental cresceu bastante, já temos a cobertura. A questão é: Como fazer o fundamental.

E outra questão, que vou já lincar com as respostas, não existe avaliação perfeita. Toda avaliação, ela vai ter... E tanto é... Por isso que tem muito debate. Seja por concepção, seja por... Tem erros de avaliação. Porque na verdade uma prova, por exemplo, e já faço uma resposta do ENADE, o aluno que vai, ele pode chutar e ir bem, ou mal, ele pode estar bem disposto, ou não. Você pode ter um evento, que afeta todos os alunos daquela sala, por exemplo, um barulho do lado, ou um concurso... Ou uma motivação que eles estavam bravos com a escola e fizeram um boicote... Ou fizeram...

Quer dizer, isso é impossível de corrigir. Então, nós temos que fazer o quê? Olhar muito a série histórica. Se esses erros são de caráter aleatório, eles teriam condição, ou não, no ano seguinte. Então, vamos aprender muito das avaliações com as séries históricas. E, evidentemente, no começo fica muito duro, mas com o tempo, se você pega, por exemplo, a nossa avaliação do ENEM, nós temos as escolas que sempre vão bem. Então, é muito mais garantido. Então, a série histórica é fundamental. Um ano só pode ser mais difícil. Em relação...

Eu queria fazer uma resposta do FIES, que é uma coisa importante, que me preocupa sempre bastante, que é a questão dos cursos novos. O MEC está bastante interessado de resolver essa questão. O problema... O problema é de ordem legal. Ou seja, olhar o ENADE, foi colocado no Congresso, na lei do FIES. E nós... E o MEC enfrenta problemas, hoje, com o Ministério Público e com o TCU, de como resolver isso. Eu não sei como é que está, mas existe uma preocupação, hoje, no jurídico, de tentar de forma a solucionar, evidentemente, cursos novos não têm ENADE, não podiam... É difícil que se tire ele da vinculação. Mas existe um problema legal aí que eu não sei como é que está. Isso não existia na lei original, foi colocado aqui no Congresso que tinha que olhar. Mas esqueceu-se de tirar os cursos novos... Eu acho que a gente tem que... E eu não sei como é que está, mas, hoje tem uma preocupação de solução.

Em relação às questões que vou colocar, vou ser bastante curto. Primeiro, eu... O CPC, ele vem... Ele é quase um substituto do IDD. Ele vem numa medida de valor agregado. Ele, é verdade, tem 80%, ele é muito focado no ENADE, porque ele vem daí. Ele tenta corrigir o problema de erro de medida e não de concepção. Então, ele tem essa característica. Porque a única forma de não sair disso, não tem outras medidas, é a visita *in loco*. Essa... E ela é garantida. Isso que eu queria manter. Ela é garantida. E não é uma desconfiança dos avaliadores.

Tem que ter coerência mínima entre os instrumentos. Ou tem um problema na avaliação *in loco* ou tem um problema nos instrumentos. Nós temos que ver. E o avaliador quando ele diz que vai mudar, ele pode, ele tem que dar a justificativa. O que não pode ter, é os instrumentos separados, se eu quero um sistema. Se o SINAES é um sistema, esses indicadores têm que conversar. Isso que nós estamos pedindo. Se chegar à conclusão que não... Que é o problema lá no ENADE e tal, a gente vai mudar. Mas nós temos que pedir essa coerência. Então, essas coisas nós estamos conversando, o INEP, vou colocar, está aberto novamente, sempre é para discutir.

A questão legal que o Professor Janguiê colocou, eu não sou a pessoa mais oportuna de... Mais adequada para responder isso. Evidentemente essa não é a interpretação do jurídico do MEC. Que, na verdade, a questão jurídica do MEC vê que essas portarias vêm para regular a Lei do SINAES que precisam delas. Nós

tivemos ações do SEMERJ, do Rio de Janeiro, e foi negada. Por questão de inconstitucionalidade.

Então, isso é uma discussão jurídica. Conversei com o consultor jurídico do MEC e ele está garantindo que ganha... Que não existe esse problema. Então, se a questão é jurídica também nesse ponto para gente discutir, teria que levar para outro fórum, um fórum jurídico, se esta é uma discussão de legalidade. Certo? Se é de legalidade... Agora, se é razoabilidade, a gente pode discutir. Se é legalidade vamos... E o MEC está garantido, eu não sou advogado, que isso não tem problema de ilegalidade. A questão de *não é legal* e, só para terminar, eu já conversei outras vezes com o Professor Janguiê, eu não consigo expor isso para ele ou ele não quer entender, algum problema de... A diferença de avaliação e regulação.

A avaliação foi o primeiro slide. Eu quero construir indicadores de qualidade. [soa a campainha]. Se doutor é qualidade, não é questão legal. Ele vai entrar no indicador porque ele é indicador de qualidade. Questões de cumprimento legal, de outras ordens, é questão da regulação. Nós já conversamos isso. Se a gente não conseguir separar, a gente não vai avançar, Janguiê. Eu coloco o doutor, porque os modelos mostram que ele dá diferença entre um e outro. O modelo [ininteligível] agora entrou com peso pequenininho, tá? Nós até fizemos algumas coisas. Mas é essa a diferença. Nós temos que separar. O indicador de qualidade tem que fazer o que faz a qualidade do curso. Depois, outras são as questões regulatórias, que aí pode levar a outras questões em cima. Nenhum curso pode ser fechado porque não tem doutor. Mas do meu... Se ele mostra que é melhor a qualidade, ele tem que estar no meu indicador de qualidade. Essa é a... Vamos tentar amanhã? Se a gente não conseguir chegar nesse ponto, vai ficar... Sempre volta a questão regulatória para dentro do índice. E aí eu acho que fica difícil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Professor Reynaldo Fernandes. Bom, eu vou... Não tenho como não deixar para as considerações finais. Eu teria aqui, por exemplo, uma série de questionamentos. A questão, por exemplo, de representação paritária no Conselho Nacional de Avaliação de Educação Superior, já que as instituições de ensino superior, elas têm um peso, realmente, muito grande ainda, na questão do ensino brasileiro. São fundamentais.

Tem muitos temas que merecem uma resposta... Uma resposta pública, né? Como as instituições privadas avaliam, por exemplo, a estrutura de atendimento do MEC? Se fossem critérios do próprio INEP... Já que é pra avaliar? [risos] Já que estamos tratando da avaliação, quem sabe a gente ouve um pouquinho, também, nessa questão. Mas isso é pra... É... Nas considerações finais. Nós temos poucos minutos pela frente e, infelizmente, a própria Senadora Marisa está com a comissão andando, e todos aqui têm, de alguma maneira, compromisso pela frente. Mas não dá pra deixar de acompanhar, então, a avaliação final de cada um dos componentes aqui da Mesa e eu passo inicialmente, então... Vamos começar pela minha direita, Professora Carmem.

SRA. CARMEM LUIZA DA SILVA: Eu acho que, pelo menos, nós estamos num começo de discussão, e isso já nos alegra bastante. Ouvir a Casa, o Senado, e saber que estão... Estão prestando atenção nesse problema já nos dá um grande alento. E tenho certeza que nós teremos uma... Amanhã nós teremos uma reunião com o INEP, uns seminários para tratar da parte técnica da avaliação e, tenho certeza, que a gente vai chegar num entendimento. Porque o MEC realmente está aberto a isso.

Então, a idéia de todos, a vontade de todos é que a educação melhore. A qualidade... Ela tem que ser vista, sim, a avaliação tem que ser feita, nós estamos aqui para cumprir todos os critérios, todos nós queremos crescer, todo mundo gosta de nota boa, como a senhora falou também, Senadora, a respeito de gostar de ser bem avaliado, medo da avaliação pode ser, receio, um pouco mais ameno. Mas gostar de nota boa todos gostam. E todos nós queremos a nota boa. Nós queremos uma nota boa pro Brasil. E isso precisa ficar evidenciado. O que nós queremos é um respeito maior pelo setor privado. E acredito que isso está começando a acontecer aqui nesta Casa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Professor José Janguiê Bezerra Diniz.

SR. JOSE JANGUIÊ BEZERRA DINIZ: Queria, mais uma vez, parabenizar o Dr. Reynaldo pelo esforço que vem fazendo lá, perante o INEP. Ratificar e reiterar que nós não somos contra a avaliação. Mas acho que essa Audiência Pública já é um grande início para que... Início para um debate, início do debate, início para que a gente possa aperfeiçoar os instrumentos, já que o senhor reconhece que equívocos existem. O senhor mesmo disse que, na sua fala, se não me engano, que a gente pode melhorar a cada dia. Então, espero que amanhã a gente possa ter uma discussão muito profícua, muito produtiva, mas que cheguemos a denominadores comuns, pra que a gente possa aperfeiçoar.

E eu só queria a título de... Até de brincadeira, solicitar que o senhor criasse lá também, por portaria, o IQMEC e o IQINEP. O índice de qualidade de MEC, para que se averigúe o cumprimento dos prazos pelo

MEC, a qualidade de atendimento que a gente tem se ressentido muito. Lá não tem ninguém que atenda a gente, a gente chega lá... Ontem mesmo a mantenedora me ligou, chegou no INEP pra falar com uma pessoa, passou o dia inteiro lá, e não conseguiu ser atendida. Então, gostaria que isso fosse criado também, e a qualidade dos serviços do MEC e do INEP. Já que tem que ser uma via de mão dupla.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Professor Hermes Ferreira Figueiredo.

SR. HERMES FERREIRA FIGUEIREDO: A oportunidade que tive agora, que o segmento privado esteve aqui, encontrando nessa caixa de ressonância da sociedade que é o Senado... Agradecer a disposição e a coragem, né, do Professor Reynaldo que veio aqui na cova dos leões. E de uma maneira bastante didática justificou sua metodologia e a isenção na avaliação, sem nenhum preconceito de... Ou seria uma intenção de prejudicar a iniciativa privada, mas também agradecer pela abertura que está sendo oferecida, de continuarmos o diálogo. Se esse índice for legal vamos discutir à parte lá, com nossos assessores jurídicos ou não e, em sendo legal, vamos aperfeiçoá-lo, para tirar essas possíveis inconsistências. Ok?

Eu quero também, para corroborar as observações da Senadora Marisa que, na realidade, a educação fundamental nunca aparece no pleito da sociedade. Eu cito aqui um exemplo do ex-Ministro Cristovam Buarque que numa conversa que tivemos, ele falou neste um ano de exercício do Ministério da Educação eu recebi aqui N comissões de corporações de professores, de federais, N reuniões de reitores de federais, N reuniões do segmento privado, do ensino superior, N reuniões com os representantes da UNE, que hoje faz parte da base aliada do governo, mas nunca recebi uma comissão de pais de alunos do ensino fundamental, reclamando qualidade no ensino fundamental. Porque os alunos que freqüentam o ensino fundamental estão sem representantes. Então, diz que nunca recebeu uma reivindicação ou uma comissão de pais de alunos. E mesmo aqui no Senado, no Congresso Nacional, no Senado, no Congresso Nacional se discutiu muito o FUNDEB , o FUNDEF, e agora com o piso salarial, quanto que deve ser, 1000 ou 1500, quantas horas deve ser, 20 horas de dedicação, 40 horas?

Nunca se discutiu o quê o professor tem que fazer na sala de aula. Discutiu-se o quê? O salário e o tempo, na escola. O que fazer na escola não houve, não foi colocado na Mesa. E o que a associação de pais, de crianças de fundamental, colocariam aqui na Mesa? Nossas crianças não querem teorias do Piaget, do Paulo Freire... De ninguém. Nossas crianças querem aprender escrever, ler, somar, dividir, multiplicar, e serem educadas, respeitar os mais velhos, etc. E isso a nossa professora não ensina mais. Agradeço a oportunidade, desculpe essas divagações, mas são necessárias, porque a educação é muito mais complexa do que uma simples avaliação do sistema de ensino superior. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Sr. Hermes. Eu, sinceramente, estava com muitas dúvidas em relação aos resultados dessa nossa primeira reunião, dessa Audiência Pública.

Obrigado, Senadora Marisa... Estão te exigindo a presença na outra comissão.

Eu estou muito contente, e vejo que ela pôde, tendo em vista a reunião de amanhã, que é técnica, traçar algumas linhas. Já, mesmo estando apenas o Professor Reynaldo Fernandes aqui, como disse o Professor Hermes, eu não vou dizer na *cova*, mas diante da... Diante das instituições que querem ouvir e querem discutir, querem esclarecer, querem aprimorar o processo de avaliação, querem participar, querem estar à Mesa, querem estar no conselho paritariamente ou, enfim, forma de equilibrar o processo... Então, se abre um espaço de discussão. Democraticamente, acho que na Casa adequada, aqui no Parlamento. É o melhor local para iniciar essa discussão. Pela isenção, né? Se fosse lá no gabinete do Sr. Reynaldo ou do Ministro Fernando ou se fosse lá na sede da entidade, talvez, não tivéssemos a oportunidade de falar de forma tão franca, tão aberta, tão tranqüila. E como está acontecendo nesta manhã.

Agora, para encerrar então, eu deixo a palavra final ao Professor Reynaldo Fernandes.

SR. REYNALDO FERNANDES: Bem, só queria agradecer e espero a gente continue com esse... Essas discussões, e acho que a gente chega a um resultado que possa, no final... Todos nós queremos, na verdade, é melhorar o nível da educação superior, básica, de todos os níveis. Então, o trabalho do INEP, ele surge com essa intenção. Fazer a avaliação, jogar na sociedade esses resultados, é importante as divulgações, a gente pode discutir como, mas crescer para melhorar a avaliação de todos. Só para terminar um ponto, sem polêmica, mas, na verdade, quanto às avaliações de escolas privadas que são prejudicadas e tal...

A grande parte das avaliações das escolas privadas são boas. Três, quatro e cinco. Quer dizer, na verdade, não é a maioria, não é uma questão público-privada, grande parte delas tem um desempenho, em qualquer dos indicadores, 75%, 70% delas tem indicador bastante elevado. Então, era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero agradecer a presença de

todos e vamos dar por encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h46.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dois de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 38/08 – CE de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano e nº 39/08 – CE de autoria do Senador Renato Casagrande que têm como objetivo debater o **"Desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, e as políticas públicas para o esporte olímpico"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Publica, do Senhor José Roberto Périllier, Gerente Geral Técnico Esportivo do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; Senhor Sergio C. Lobo, Superintendente Executivo Administrativo e Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Marcus Vinicius Freire, Superintendente Executivo de Esportes do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Edson Sesma, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo; Senhor Clodoaldo Francisco da Silva, Atleta Paraolímpico de Natação e Senhor Aluisio Elias Xavier Ferreira (Lula Ferreira), Ex-Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Basquetebol. O senhor José Cruz, Jornalista do Correio Braziliense e o senhor Oscar Schmidt, Ex-Atleta, ambos convidados a participarem da Audiência, justificaram, por e-mail, a ausência. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Djan Madruga, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte - ME; Senhor Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Bernardo R. de Rezende (Bernardinho), Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol; Senhor Claury Santos Alves da Silva, Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo; Senhora Ana Moser, Ex-Atleta e Presidente do Instituto Esporte e Educação e Senhor Alberto Murray Neto, Membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e Membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne – Suíça. Ao fim da exposição do Presidente do COB, o mesmo solicita ausentar-se, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, faz a leitura dos comunicados que se seguem: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de lançamento da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, a realizar-se no dia 2 de dezembro do corrente, às 16:00 horas, no Auditório, térreo do edifício-sede do Ministério da Educação". Comunicado 02: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de entrega do Prêmio Professores do Brasil – 3ª Edição aos 31 professores autores dos melhores trabalhos, nas categorias: Educação Infantil; Séries / anos iniciais do ensino Fundamental; Séries / anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio. A solenidade será realizada no dia 3 de dezembro do corrente, às 14:30 horas, no Auditório, térreo do edifício-sede do Ministério da Educação". A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

– SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2008.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu não sei se é por causa das questões normais do Senado que ocupam muito os senadores, ou por outra razão. Eles estão inibidos diante de tantas personalidades aqui mais famosas do que os senadores. Então, devem estar encabulados de virem para cá. Mas de qualquer maneira diversos senadores estão confirmando que passam em outras comissões e vêm, além disso, nós fazemos audiência para o grande público mesmo, através da televisão, da rádio, das transcrições, e também são pessoas que vieram de fora e muito ocupadas, o próprio Carlos Nuzman me disse que tem compromisso, então, eu não posso demorar mais.

Nós vamos começar, porque havendo número regimental está aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Lembro que a presente reunião atende ao Requerimento nº 38 da Comissão de Educação de 2008, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano, e ao Requerimento nº 39/08, de autoria do Senador Renato Casagrande, que pediram a realização dessa Audiência Pública, destinado a debater sobre o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim e as políticas públicas para o esporte olímpico daqui para frente.

É importante chamar atenção que a audiência... Eu chamo atenção da Mesa, essa audiência visa debater o desempenho na última olimpíada, em Pequim, mas sobretudo nos interessa ouvir de vocês o que nós da atividade pública, dos três poderes podemos fazer para termos políticas públicas de Estado permanentes que desenvolvam o esporte olímpico fazendo o Brasil ser não apenas um país de grandes atletas, mas ser um grande país de atletas. Porque nossos atletas são bons. O número é que é restrito ainda. Não corresponde ao tamanho do país. E muitos de nós temos interpretações de porque é assim. Eu concentro sempre a razão na escola. Na falta de esporte desde os quatro anos de idade para todas as crianças. Veja que no futebol, que desde os quatro anos todo mundo joga com bola redonda igualzinha, nós temos os maiores craques do mundo. Os outros esportes não se começam aos quatro anos e nem se dispõe dos instrumentos, que não é uma simples bola.

Então, portanto aberta essa 53ª reunião. Eu tenho... Temos seis convidados. O Djan Madruga vai estar substituindo o Ministro da Educação, do Esporte, desculpe. O Ministro da Educação disse que não poderia comparecer, foi convidado, o Carlos Arthur Nuzman, como Presidente falará pelo Comitê Olímpico; o Bernardo Rezende, o Bernardinho, falará como pessoa da atividade, como técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol; o Claury Santos Alves da Silva, como Secretário do Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo; a Ana Moser, Ex-atleta e Presidente do Instituto de Esporte e Educação; e o Alberto Murray Neto, que é membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne, na Suíça.

A ordem aqui estava o Ministro, depois o Nuzman, depois o Bernardinho, depois Claury, depois Ana Moser e depois o Alberto. Como o Ministro não veio, eu passarei a palavra em primeiro lugar ao Carlos Arthur Nuzman, que inclusive me avisou que talvez tenha que sair, ele vai ficar administrando o tempo dele aqui, e passaria depois ao representante do Ministro, mas ele próprio sugeriu que passasse para o Bernardinho e ele falaria em terceiro lugar.

Então, com a palavra, que muito nos orgulha, o Carlos Arthur Nuzman. Teoricamente temos 20 minutos, mas não somos aqui... Não temos a rigidez que atrapalha o andamento da exposição. Sobretudo no caso do Nuzman que ele fala e também um assessor dele complementa com a visão mais técnica. Então, tem a palavra.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Excelentíssimos senhoras e Srs. Senadores, companheiros da Mesa, personalidades presentes, deixar um cumprimento muito especial aos atletas olímpicos aqui presentes, os atletas paraolímpicos, e eu vou simbolizar tantos que aqui estão, do nosso querido Clodoaldo, que é um dos maiores atletas paraolímpicos do mundo, e nós vamos dar início a essa apresentação. Eu gostaria de antes de começar a propriamente dita, fazer dois ou três comentários pontuais.

O início de qualquer processo independente da área da sociedade, ele tem de começar na base. Se essa base não existir, nós vamos ter que buscar os

elementos e os talentos ao léu. Eu estou falando da educação física nas escolas. V. Exa.. na abertura fez esse comentário de desejar ter um país de atletas, um Brasil de atletas. Então, para isso, a educação física que é obrigatória por lei, ela deve ser cumprida, o que ela não o é. E ela deve ser fiscalizada e deve ser exigida para que nós possamos dar oportunidade às crianças que têm neste país para mostrarem o seu talento e, descoberto esse talento, seguirem num processo mais desenvolvido.

Então, o meu início, e tenho dito, e disse na Câmara dos Deputados isso. Educação física fundamental para o início desse processo. Qualquer outro comentário de qualquer outra conseqüência ele ficará sempre fracionado com fissuras em qualquer justificativa.

O segundo comentário pontual, Senador Cristovam Buarque, são as instalações esportivas nas escolas. Dar oportunidade, fazer o cumprimento da educação física, muitos professores vão dizer: Nós não temos condições de fazer porque a escola não tem instalações esportivas. Se ela não tem ou deve ser feito um convênio com instalações, sejam de clubes, organizações militares ou do sistema S, isso é uma questão da administração de cada escola e não cabe a mim, aqui, entrar nesse mérito. Mas o mérito que cabe é que as instalações esportivas das escolas ou não existem ou são completamente necessitadas de uma manutenção e de uma melhoria.

Esses dois pontos eles são capitais. E para dar uma sustentação a isso eu queria fazer um comentário de que em 2004 o Comitê Olímpico Internacional que hoje trabalha nesse campo, no campo da educação, com os Comitês Olímpicos, ele assinou uma parceria com a UNESCO para programas educativos. E vários programas existem. E eu quero passar às mãos de V. Exa.. esses programas. Porque eu acho que é uma contribuição a esta Comissão desse trabalho. E esse trabalho dá a demonstração da preocupação que a UNESCO tem no mundo inteiro com a educação e com as ações esportivas.

Então, esse é um documento que existe e eu queria colocar à disposição também dessa Comissão o Comitê Olímpico Brasileiro. Se com base nesse processo a Comissão de Educação, Cultura e Esporte entender que deva ter do Comitê Olímpico um parceiro num trabalho que deve ser desenvolvido nessa área nós estaremos à disposição para trabalharmos em conjunto, assinarmos o convênio que seja necessário.

Então, essas partes, elas são absolutamente pontuais e fundamentais no processo que hoje nós vivemos no mundo inteiro, em que o esporte ganhou um espaço grande e que todos setores eles têm que crescer.

Então, agora nós vamos passar a apresentação e eu queria entregar a V. Exa.. os originais da apresentação, o CD, enfim, de todo esse trabalho e gostaria de entregar, pedir a gentileza, nosso Secretário, aos Deputados que requereram esta sessão daqui. Bom, nós vamos passar...

Eu vou contar com a colaboração de um atleta olímpico, medalhista olímpico, medalha de prata da geração de prata do Voleibol Brasileiro, o Marcus Vinícius, que vai trabalhar conosco, ele é o Secretário-Executivo para o Esporte no Comitê Olímpico Brasileiro e ele estará trabalhando conosco, foi chefe de missão do Brasil desde 1999, nos jogos Pan-Americanos e jogos Olímpicos e hoje ele aceitou assumir uma das funções mais importantes que hoje nós temos no comando do esporte propriamente dito.

Eu queria começar, eu vou até certo ponto e nós vamos então dividir essa apresentação. O importante mostrar de que o Comitê Olímpico Brasileiro é uma entidade de Direito Privado sem fins lucrativos. Ela é autônoma, conforme estabelece não só a legislação brasileira como a do próprio Comitê Olímpico Internacional e Federações Internacionais.

As responsabilidades aí estão, eu não vou lê-la toda porque não há necessidade, V. Exa.s. estarão recebendo não só em papel mas também em CD toda a apresentação, ela é muito detalhada, e vamos seguir mais um... E dizer a V. Exa.s. de que o comitê olímpico ele não trabalha com atletas. As confederações são responsáveis pela seleção dos atletas que vão aos jogos olímpicos, em cada esporte coletivo e individual eles têm que atingir marcas estabelecidas pelas federações internacionais. Uma vez o atleta alcançando, ele tem o direito de participar.

Então, como muitas das vezes e equivocadamente dizem, o Comitê Olímpico, por maior atuação que tenha, ele não é responsável pela atuação dos atletas brasileiros. Foi colocado isso de uma certa forma ao comitê, mas nós temos que estabelecer essa divisão.

O próximo slide ele mostra de que o Comitê Olímpico Brasileiro foi fundado em 1914, está perto de completar 100 anos. Eu assumi em 1995. O comitê tinha oito funcionários e trabalhava em meio expediente. Ele hoje trabalha em expediente completo, e ele tem 140 funcionários. Então, este é a grande evolução do esporte brasileiro em 12 anos. E trabalha em regime integral, institui-se a profissionalização de todos esses profissionais que estão trabalhando, como muitos deles estão aqui me acompanhando nessa apresentação.

Durante esse período da nossa administração foram criadas essas leis. Algumas delas provocadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro e muitas delas aprovada nessa Comissão, o que eu deixo o agradecimen-

to sensibilizado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte pela enorme contribuição que foi feita. Essas leis elas hoje alcançam um patamar importante no desenvolvimento do esporte brasileiro.

Eu queria fazer também um comentário do processo eleitoral que nós tivemos, porque muitas das vezes nós não temos oportunidade de explicar tão abertamente como aqui. E queria dizer a V. Exa.s. que pelo estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro só votam os membros, os Presidentes das Confederações e os membros natos, razão pela qual só eles são convocados. Todos receberam e aqui estão um por um, todas as cartas convocatórias com oito dias de antecedência. Todos. Um por um receberam nas suas máquinas. Por favor, pode seguir.

Pelo prazo de registro de chapa, apenas uma chapa foi registrada pelas confederações que são os eleitores. E todas publicadas como eu mencionei. Por favor.

Nós vamos... Dadas essas explicações que não constava do inquirimento, mas nós entendemos que era importante nós trazermos a V. Exa.s..

Essa é a estrutura atual do Comitê Olímpico Brasileiro, reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional, um dos mais efetivos e atuantes no mundo inteiro. No esporte tem o setor do alto rendimento, desenvolvimento, fomento e iniciação. No administrativo o financeiro, tecnologia, setor de prestações de contas e formação de Recursos Humanos. Hoje quantos atletas olímpicos trabalham no Comitê Olímpico Brasileiro, fato esse inédito. Parte cultural trabalha a memória olímpica. O museu olímpico e o selo cultural que são publicados livros para mostrar o nosso engajamento na área com educação no país. Área médica fisioterapia, nutrição, psicologia e o controle anti-doping. E os suportes de assessoria de imprensa, comissão de atletas, marketing e relações institucionais.

Então nós agora vamos passar para a área da superintendência executiva de esportes, como eu mencionei, o atleta olímpico, o medalhista olímpico Marcus Vinícius, chefe de missão que tem talvez no país a maior experiência de lidar com atletas, com resultados maior do que qualquer um de nós do comitê olímpico e também fora do comitê. Porque ele acompanhou todo o processo, desde 1999 até agora a Pequim, e foi o chefe de missão de Pequim. Então, Marcus Vinícius, por favor, nós vamos interagir esta apresentação com os quadros subseqüentes que nós vamos ter. Por favor, Marcão.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Bom dia. Bom dia, Presidente, obrigado, obrigado aos senadores. É um prazer e uma honra para o movimento olímpico brasileiro ter o direito de apresentar nossas ações a essa Comissão e ao Senado. Aqui na superintendência, como o Nuzman falou, nós dividimos em três grandes áreas, está aqui o Gerente-Geral que é o Peri, ex-goleiro do Fluminense que cuida da área de alto rendimento, no alto rendimento estão todas as missões brasileiras, todas as ligações com as seleções olímpicas permanentes e suas confederações, jogos olímpicos, jogos pan-Americanos, sul-americanos e jogos da lusofonia, as equipes olímpicas permanentes e todo o relacionamento de saúde e seguro dental com a ODONTOPREV e GOLDENCROSS que são nossos atuais patrocinadores.

Nós temos uma área de desenvolvimento, mais um atleta olímpico, Agberto Guimarães, um atleta do atletismo, ele cuida da solidariedade olímpica pan-americana e com a Lausanne, na Suíça, centro de treinamento, ele hoje é responsável pelo projeto que está no Ministério dos Esportes do centro de treinamento que junta o complexo Maria Lenque com o velódromo, que é um legado dos jogos pan-americanos, todo o relacionamento com os comitês olímpicos internacionais ele teve agora nos comitês olímpicos nacionais de outros países, ele teve agora na Alemanha e na Inglaterra e eu estive com ele lá trazendo essa experiência, e abaixo desenvolvimento também, a área de ciência do esporte, nós temos um acordo com algumas universidades brasileiras e com o Ministério para esse desenvolvimento.

Uma área que tem muito a ver com o Senador Cristovam, que é a área de fomento e iniciação, onde estão as olimpíadas escolares, olimpíadas universitárias, nós temos três jogos todos os anos, de 14 a 16 anos, de 17 a 19 anos, e as olimpíadas universitárias. O comitê olímpico junto com o Ministério dos Esportes, Confederação Brasileira de Esportes Universitários e a Rede Globo fazem esses três eventos, mais a semana do dia olímpico e o prêmio do Brasil olímpico que os senadores estão convidados, no dia 16 desse mês agora nós vamos fazer o evento no Rio de Janeiro, junto ao MAM(F), o convite já foi enviado, premiando os melhores atletas, técnicos e pára-atletas do ano no Brasil.

Aqui alguns serviços que o COB faz às confederações porque nós temos realmente uma atuação junto às confederações de planejamento e do dia-a-dia esportivo, mais do que isso, temos algumas assessorias principalmente para as confederações menores, as grandes têm a sua estrutura, mas as pequenas, nós temos 26 confederações nacionais, em torno de seis têm uma estrutura boa e as outras 20 dependem muito tanto no Ministério dos Esportes como do Comitê Olímpico Brasileiro, equipe multidisciplinar na área médica, apoio na parte contabilidade e assessoria

de imprensa, nessa área de ciência nós distribuímos essa informação e usamos esses exames para todas as confederações e da mesma forma os cursos de gestão administrativa e técnica.

Aqui é só pra se ter uma idéia de como nós fomos aumentando o nosso trabalho nos últimos 12 anos, no ciclo 1995/2000 eram 19 os eventos ou do COB ou dos quais o COB tinha que mandar alguma delegação, ciclo 2001/2004 passaram para 27 eventos, todo esse material está aí na mão dos senhores, nesse último ciclo 2005/2008 foram 36 eventos, incluindo aí jogos olímpicos e para o ciclo a partir de 2009 temos novos eventos, mais de 36, porque o Comitê Olímpico Internacional criou os jogos olímpicos da juventude, atletas de 14 a 18 anos vão disputar pela primeira vez em 2010 em Singapura, os primeiros jogos olímpicos da juventude, que é uma tendência mundial dessa aposta na escola.

O projeto olimpíadas estudantis é esse material que os senadores receberam, o material verde e o CD também com todas essas informações, um dos objetivos desse nosso projeto é a descoberta de novos talentos, mas é também direcionar as nossas crianças para alguma coisa que ocupe o dia dela. O Ministério tem um trabalho muito legal que é o segundo tempo, e o esporte tem que ter esse movimento para conseguir captar essas crianças.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu queria fazer uma menção sobre esse projeto, olimpíadas estudantis, nós apresentamos na Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados semana passada, V. Exa.s. têm toda a apresentação, e é importante mencionar que isto está alinhado com aquela informação que eu dei relativo ao trabalho da UNESCO com o Comitê Olímpico Internacional, que utilizar os valores olímpicos de amizade, união, sem discriminação e os valores do esporte, e isto nós temos levado atletas olímpicos para darem palestras durante estas olimpíadas estudantis que nós fazemos com o Ministério do Esporte e com as Organizações Globo.

Eu queria falar sobre essa parte. Eu queria explicar alguns pontos que são importantes para deixar claro e nós não temos dúvidas quanto a transparência do Comitê Olímpico Brasileiro. Nós contratamos através de processos de licitação auditoria externa para... Através de processo seletivo. A [ininteligível] foi em 2002 e 2003 e a KPMG até o ano passado, todas organizações internacionais de auditorias que já trabalharam ou trabalham com o Comitê Olímpico Internacional.

Nós implementamos novos processos visando a segregação de responsabilidades. Criamos área de controle de materiais e compras. Área de TI com o objetivo de ter um único sistema totalmente integrado. Criação de uma área de planejamento e controle financeiro. Uma área de prestação de contas seguindo a metodologia orientação do Tribunal de Contas da União. E uma área de auditoria interna.

Eu queria dizer a V. Exa.s. ainda, continuando, o desenvolvimento diversos sistemas para celeridade no processo de informações, visando a transparência total a todos os órgãos fiscalizadores, TCU, CGU e auditores contratados. O TCU possui processo on-line de toda a movimentação financeira e do Comitê Olímpico Brasileiro. O COB controla mais de dois mil processos de prestações de contas por ano. O TCU e o CGU fiscalizam in loco na sede do COB todas as movimentações financeiras de processos de compras anualmente. O COB segue todas as determinações do TCU. Quanto a processos de compras. E eu queria dizer também a V. Exa.s. que nenhum órgão neste país é mais fiscalizado do que o COB. E graças a Deus que eu posso vir aqui e dizer isso. Se tiver algum erro, é um erro humano, e não um erro de má-fé. E um erro que muitas das vezes nós não gostaríamos de mencionar.

Isto aqui são relatórios da CGU de 2005 a 2007. Por quê? Nós recebemos a carta comunicando amanhã estamos aí. E estão lá hoje. Hoje estão lá no Rio. O nosso superintendente financeiro que aqui está, que é o Sérgio Lobo, ele que é o responsável pelo controle de toda essa área. Esses são alguns dos relatórios que tenho. Desde 2005 o COB divulga seus processos seletivos pelo seu site na internet. O acordo foi feito com o TCU para dar mais viabilidade. É claro, porque o início da lei Agnelo Piva ninguém tinha o histórico de como tratar. Hoje nós temos. E isso foi feito através dos anos em conjunto. Isto aqui são os anúncios em jornais que nós publicamos a cada três meses respeito a processo seletivo no site do COB na internet. Isto é feito há mais de um ano.

Então, isto é uma evolução que nós temos dentro desse processo. Então, queria apenas deixar essa informação a V. Exa.s.. Tudo que perguntam da gente está no TCU. Tudo. Se alguém quiser qualquer informação, qualquer documento, lá está. E nós seguimos também o padrão estabelecido pela Instrução Normativa do TCU que o fez quando foi promulgada a lei Agnelo Piva. Eu acho que essas são as informações pelas quais nós trabalhamos relativas a todo o trabalho feito. Isso nós temos falado, temos divulgado, e muitas das vezes não é divulgado desta maneira.

Então eu queria apenas deixar muito claro e repetir de que o COB é o órgão mais fiscalizado que tem. Para dar uma idéia, os jogos pan-americanos, nós pedimos, e o TCU acompanhou todas as reuniões do Conselho Executivo das decisões que foram tomadas pela direção dos jogos. TCU, TCE e TCM. Sentavam

numa mesa conosco e conheciam todos os nossos problemas. Conheciam as dificuldades. E conheceram que organizar um mega evento como este, é um mega evento que tem um peso e dificuldades naturais e que felizmente, foi considerado a melhor organização da história e foi feito em nível olímpico.

Então é realmente um motivo de orgulho e tranqüilidade para nós, e essas informações acho que eram necessárias para que ficasse muito claro para todos os nossos caros senadores. Podemos seguir, Marcão.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Eu vou dar uma acelerada aqui porque o nosso tempo regressivo já estourou, eu vou correr com as informações técnicas e nós vamos entregar, os senadores todos receberam o material, a imprensa, a nossa assessoria de imprensa vai distribuir esse mesmo material para todos.

Então, aqui eu fiz um estudo de quatro comitês olímpicos ou centrais de esporte de alguns países, em resumo a Austrália usou nesse último quadriênio mais de 550 milhões de dólares, ela tem nove institutos nacionais de esporte, um nós ficamos, quando nós tivemos a preparação para os jogos olímpicos de Sidney, que foi o de Canberra, o Instituto Australiano de Esportes, a Grã-Bretanha, que tem duas áreas esportivas, a *UK Sport*, e a *Sport England*, gastou mais de um bilhão de dólares, está se preparando, é a sede dos próximos jogos olímpicos de 2012 em Londres, a Alemanha que nós estivemos visitando também, quase dois bilhões de dólares, ela também tem quatro centros de formação federal, que é o que nós pretendemos trazer para o Brasil para que a gente possa... E 20 centros olímpicos de treinamento, aí em esportes individuais, a China que foi a que mais gastou, foi a sede dos últimos jogos olímpicos, gastou mais de dois bilhões de dólares na preparação com a sua equipe, nós estamos falando aqui não na montagem dos jogos, mas na preparação de sua equipe. São 35 centros de alto rendimento na China, a Universidade de Pequim estudando na Universidade de Pequim tem 23 medalhistas olímpicos de Beijing 2008. E aqui nós chegamos ao nosso quadro, o nosso número, nós usamos nesses últimos quatro anos o esporte brasileiro 133 milhões de dólares, os números vão estar mais explicados à frente, a arrecadação da lei Agnelo Piva é algo em torno de 35, 36 milhões de dólares por ano.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria fazer o comentário para mostrar que esses países... Esses países que estão mostrando números absurdamente superiores aos do Brasil, eles já trabalham há décadas. Décadas. Nós trabalhamos quatro anos com esses recursos. O feito que o Brasil tem hoje ele é extraordinário. Porque nós vamos precisar de muito mais.

V. Exa.s. têm aqui talvez um dos maiores e consagrados técnicos do mundo. Não só no voleibol, mas reconhecido no mundo. E podem perguntar aí que não é assim da noite para o dia que a fada madrinha vai, dá um plim plim, e nós vamos ter os atletas que vão conquistar tantas medalhas como nós gostaríamos e que nós trabalhamos, mas nós vamos tratar disso mais adiante. Mas para mostrar a grande diferença. E olha, nós temos no país um Presidente da República que mais fez pelo esporte que é o Presidente Lula. O Congresso Nacional, Senadores, Deputados mais fizeram na história do Parlamento Brasileiro. V. Exa.s. o fizeram. O Ministro de Esporte, e esse é o resultado desse crescimento que V. Exa.s. vão ver mais adiante.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: O resumo dessas nossas... Nosso conhecimento com os outros comitês olímpicos é esse, a fórmula é fácil, você precisa investimento, você tem que ter um gerenciamento dos portfólios, ou seja, das modalidades dos esportes onde vai investir esse dinheiro, planejamento mínimo de oito a 12 anos, revisões regulares e gestão profissional, que é o caminho que nós estamos tomando. Informações financeiras, Nuzman quer fazer?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu queria apenas... Continuando aquela apresentação que nós fizemos, e mostrar para não ter... Nós não chegamos a números que foram divulgados, e sem nos perguntarem se esse é os números reais, que não são, o Comitê Olímpico Brasileiro, V. Exa.s. vão ver os números que ele recebe dos seus valores. Patrocínios de estatais, de 2001 a 2007, V. Exa.s. vão ver o número por ano que é mínimo. Nós recebemos, que dá um total de 2001 a 2004, dois milhões e oitocentos, e 2004 a 2008, sete milhões. A lei arrecada... Estabelece dois prêmios da loteria, sendo 15% ao Comitê Pára Olímpico e 85 para o Comitê Olímpico Brasileiro. Disto, transformando em 100% para o Comitê Olímpico Brasileiro, 10% é pelo desporto escolar, cinco para o universitário. 85 para o comitê. 60% vão para as confederações, e 40%... Não é como disseram para a manutenção do comitê, não. É para uma série de ações que o Marcus Vinícius falou ainda há pouco, delegações, eventos, serviços, administração, cultura, educação, e o aumento do número de eventos que tem a cada quadriênio olímpico.

Essas aplicações V. Exa.s. vão ver de quanto que nós recebemos. Este é o número total por ciclo. Nós recebemos 2001 a 2004, 171 milhões, e 2005 a 2008, 332. E da lei de incentivo fiscal nós recebemos 25 milhões da Petrobras que foram entregues às confederações. Para V. Exa.s. verem o total que foi feito.

Esse é o número de convênios. Para terem uma idéia. Rio 2007, que foi o pan-americano, teve um convênio perto de três milhões. 2016 de 22. Eu queria até

dar uma explicação. Rio 2016 foi aprovado pelo Congresso a verba de 80 milhões, 40 milhões para esse ano e 40 milhões para o ano que vem. Nós não usamos ainda o total desses 40 milhões. E nós estaremos no final desse ano fazendo já apresentação pública do que está sendo gasto dos 40 e justificando, óbvio.

Esses recursos... Então as somas eu vou adiantar também. Eu já falei. É só somar. Então, para mostrar que o número ele não vai àquele número divulgado, estratosférico de mais de um bilhão que tem. Se as confederações recebem recursos de patrocinadores estatais a elas, nós não temos nenhuma ingerência sobre isso. Da mesma maneira que outros recursos que elas possam receber de outros patrocinadores, nós não temos e não somos responsáveis por esse trabalho que é feito, que tem as suas prestações de contas normalmente. Nós temos que cuidar e tratar com os valores que nós temos.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Vou voar aqui para explicar tecnicamente. Beijing... Beijing, para que nós não são só 17 dias. Não são só as medalhas olímpicas. Nós consideramos análise técnica é o quadriênio ou os oito anos. São os resultados sul-americanos, juvenil, adulto, de todas essas categorias. Então, vou passar correndo. Esse material... Esse material está aí com vocês, o Brasil já começou batendo recordes, o Brasil foi o terceiro lugar em esportes coletivos, nós temos uma cultura no Brasil de esportes coletivos, só ficamos atrás de Estados Unidos e Holanda. Quase 30% dos atletas brasileiros que foram, trouxeram medalhas, que foram a Beijing trouxeram medalhas, 40% deles disputaram final, então para nós isso é muito importante, repito, nós não consideramos só o número de medalhas. Você está entre os dez melhores do mundo, entre os oito melhores do mundo, os atletas que aqui estão sabem que é muito difícil. Várias novidades o Brasil fez, só o judô das 14 categorias o Brasil classificou em 13 delas, e aí outras novidades para nós, três medalhas olímpicas inéditas, as nossas três de ouro, maior número de finais de toda participação olímpica brasileira, a comparação com os outros jogos, esse material está aí com vocês, em relação a disputa de medalha de ouro, 82% a mais nós disputamos nos jogos olímpicos de Beijing. Eu vou correr.

Isso é importante também saber que a imprensa nossa fala muito nos três primeiros lugares, o Comitê Olímpico Internacional considera até o 8º lugar, dá diploma para isso e conta na sua pontuação até o 8º. Nós também fazemos dessa forma.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É importante dizer de que a medalha de prata e de bronze também é tão importante quanto a de ouro. Não vamos esquecer que nós temos aqui na Mesa medalhistas de prata e de bronze. E todos eles são orgulhos do esporte brasileiro, e são legendas do esporte brasileiro. E ficar entre os oito aqui, de quarto a oitavo o Comitê Olímpico Internacional, ele reconhece como finalistas.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Conquistas inéditas do Brasil, estão nessa lista que nós acompanhamos, outras conquistas inéditas, a ginástica no nosso entender foi muito bem, primeira vez que o Brasil teve duas finais em aparelho, primeira vez que o Brasil teve uma final por equipe no feminino, isso para que nós é resultado. Quadro comparativo com outros países aqui nós temos em vermelho quem decaiu, caso de Cuba e Grécia, quem subiu muito o dono da casa, China, e a Grã-Bretanha, que será a próxima sede dos jogos, aqui são as medalhas de ouro. Total de medalhas, a mesma linha também, China e Grã-Bretanha muito para cima, Rússia caiu em função de hoje a antiga União Soviética hoje são 17 países, se somar os 17 países que hoje são a União Soviética ganharam mais medalhas do que a China. Ganharam 110 medalhas, ganharam mais do que a China, e aí incluindo ali Ucrânia e todos os países novos, Uzbequistão, etc, aqui o total de países participantes e medalhistas, cada vez mais países ganham medalhas nos jogos olímpicos.

A comparação entre 1920 até 92, nó ganhamos 22% mais medalhas em apenas quatro jogos do que nos 13 anteriores e 33% mais no total. E aqui vai um agradecimento à lei Agnelo Piva, com a lei Agnelo Piva nós ganhamos 66% mais medalhas de ouro do que em toda história dos jogos olímpicos.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É bom inclusive mostrar que só a administração do comitê de 12 anos, superou o número de medalhas da história do Brasil de jogos olímpicos desde a sua primeira participação em 1920. Isso é para mostrar a força desse trabalho em tão pouco tempo.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Eu vou... Só passar. A evolução em todas as bases. Sul-americano, alto rendimento, juvenil... Todas as posições que o Brasil foi pódio, o material está com os senhores.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Enquanto você está passando é bom lembrar. Vou dar um exemplo. O atleta brasileiro Marilson, que foi campeão da maratona de Nova York, ele não completou a maratona de Pequim. Mas ganhou, logo... Pouco tempo depois, dois meses, dois, três meses, ganhou a maratona de Nova York. Essa é a pergunta Ele fracassou? Claro que não. Há o momento do dia, do atleta, de que ele esteja. O importante é esse conjunto que o Marcus Vinícius está mostrando de conquistas.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: E Beijing foram 87 países que foram medalhistas, contra 74 apenas de Atenas. Aqui as conclusões, os países mais de-

senvolvidos cada vez ganham mais medalhas, exceções a China e Cuba pelo trabalho que fazem, aos 17 países que eu falei da União Soviética e alguns que se especializam. Nós não queremos nos comparar a Jamaica ou Etiópia, que ganham sete, oito medalhas em apenas uma modalidade. Não é o perfil do esporte brasileiro. Então, não adianta fazer essa comparação que para gente, para área técnica, para área de esporte não serve.

Evolução do esporte brasileiro é evidente, chegando no final aqui, nós estamos acelerando esse ritmo de crescimento, estamos definindo metas e número de modalidades em finais é o nosso foco principal, o COB está investindo em profissionalização tanto dele quanto das confederações, a lei Agnelo Piva para gente é fundamental, nós dependemos da lei Agnelo Piva, mas ela não basta. E por isso nós estamos usando e agradecendo a lei de incentivo e qualquer outro apoio que venha a ter, como o Nuzman falou, TCU, CGU passando diariamente lá, esse aqui é só uma frase para encerrar que acho que é um resumo da nossa visão.

Para se fazer um campeão olímpico se precisa de muitos campeões do mundo. Para se fazer um campeão do mundo precisamos de vários campeões panamericanos e sul-americanos, milhares de campeões nacionais para fazer um pan-americano e milhões de praticantes nas escolas, nas universidades e nas quadras do Brasil para se fazer um campeão nacional. É dessa forma que se faz esporte no Brasil. Obrigado e desculpe passar o tempo.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria... Antes de encerrar eu queria deixar mais uma vez renovado, eu fiz já a menção, mas eu quero concluir dizendo muito obrigado a esta Comissão, às Senhoras e Srs. Senadores, porque aqui nós convivemos em momentos chave dessa história que nós estamos contando, a aprovação das leis. Leis da lei Agnelo Piva, ainda foi na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como das demais do Presidente Lula, todas passaram aprovadas aqui, debatidas, essa lei de incentivo fiscal foi um dos momentos históricos nesta Casa, nesta Comissão, e eu me lembro até emocionado como foi, e dizer V. Exa.s. tem dado uma contribuição inequívoca à educação e ao esporte brasileiro e à cultura. E dizer que nós precisamos em outras oportunidades voltarmos aqui. Até para pegar outros setores e nós podermos falar. Mas muito obrigado pela oportunidade que nos foi dada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço. Eu vou pedir a compreensão dos demais expositores para tentarmos juntar o tempo para fazer mais rápido. Eu passo a palavra ao Bernardinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu tenho questão de tempo também, gostaria de falar em seguida, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe algum problema do Bernardinho e dos demais? Não? Eu pediria que pelo menos o representante do Ministro falasse antes. Pode ser?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria... Como eu disse, senador, V. Exa.. mencionou, eu tenho um compromisso e eu vou ter que sair. Se V. Exa.. me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu não tenho nenhum poder para impedi-lo. Apesar de que teríamos o maior prazer em tê-lo aqui.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É verdade. Mas eu queria agradecer a oportunidade e... Eu transferi uma... Um outro compromisso para poder estar aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faremos chegar ao senhor tudo que acontecer daqui para frente, e quem sabe a gente fazer outra se for preciso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, e quem vai responder pela COB na ausência do Presidente Carlos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então podemos... Ter algumas perguntas... Como ele tem pressa...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou dizendo que ele pode sair. Mas alguém... Se algum senador quiser argüir algo da COB, quem responde?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa pergunta. Teria algumas perguntas dos senadores, rápido. O senhor conseguiria segurar mais um pouco? Tem alguma pergunta?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Aí começa o debate e nós estamos rompendo aqui uma tradição dos autores do Requerimento. Claro que eu tenho pergunta, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os autores, apenas a Senadora Marisa e o Senador Zambiasi e o Senador Casagrande. Todos os três estão aqui. Querem fazer pergunta inicialmente? Senão passamos direto para o... A senhora quer ouvir todos? Mas o Senador João Pedro quer fazer pergunta agora.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Duas perguntas. Uma observação, presidente. Primeiro, a COB tem méritos. Quero parabenizar pela presença de V. Exa.. aqui e essas lideranças todas do nosso esporte. Um comentário. O comentário que V. Sa. fez sobre o

Mailson, uma coisa é uma olimpíada. Acho que o Brasil tem o direito de cobrar, de acompanhar, de torcer. V. Sa. minimizou. A vitória dele em Nova York é importante. Mas não tem nada mais importante no esporte do que a vitória de um país, não é do atleta, também é do atleta, mas é do país numa olimpíada.

Essa relação da COB com as federações, por exemplo, dos recursos recebidos tem ali 60% repassado às confederações. Quando eu faço essa pergunta eu estou falando do país. O nosso país ele ao longo desse século ele se desenvolveu de forma muito desigual. Muito desigual. Eu sou lá da Amazônia, represento aqui o Estado do Amazonas, e eu sempre falo que o Brasil precisa corrigir as desigualdades regionais, o norte do Brasil, uma região tão importante, mas sempre ficou para depois. E no esporte, é a primeira vez que estou conversando com dirigentes de uma instituição tão importante para o esporte. Esse olhar para uma região como a da Amazônia, como é a relação? Esse recurso repartido, qual é a confederação? Quais são os critérios de repartir os recursos recebidos pela COB? Qual é a confederação, confederação não, a federação. Não é isso?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Confederação Brasileira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Confederação. Qual a mais rica, qual a mais pobre? Como é essa relação do repasse? Essa é uma questão. Eu quero... Estou fazendo isso em relação ao norte. Como é essa relação ao norte?

Depois, se pudesse mostrar também os medalhistas, não só da última, mas os medalhistas históricos do Brasil, do ponto de vista regional. Como é que está o norte? O Brasil contribui? Nós temos atletas do norte do nosso país? Para ver um pouco essa diferença. E do ponto de vista de gênero, nós temos um total de medalhas agora na China, como é que foram as mulheres? Essa participação, essa conquista, esse detalhe.

A outra, numa amostragem aí a relação da COB com a Globo. Por que só com a Globo? Com a rede de comunicação. Por que só com a Globo? Por que não tem outras emissoras, outras redes para ter essa relação do ponto de vista de praticar, de estimular o esporte? É isso. E por fim, parabéns. Está a frente aqui dessa grande atleta que é a Ana Moser, do grande técnico, enfim, de todos vocês que orgulham a todos nós do Brasil. Muito obrigado.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Muito obrigado, Senador. Deixa eu tentar fazer um conjunto de respostas mais rápido até para poder atender.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Um minuto. Agora, com relação à transparência, é isso. Todas as instituições precisam e devem ser fiscalizadas. Com a fiscalização nós temos o que temos... Então, a COB tem que trabalhar com isso. Com a transparência da prestação de contas. Nós sabemos aqui, inclusive os procedimentos de todas as instituições fiscalizadoras. Elas trabalham por amostragens. A gente faz muito esse debate aqui com dirigentes de estatais, Prefeitos, Governadores, enfim, então, a presença da CGU, TCU, é muito importante do ponto de vista da aplicabilidade dos recursos, mas da aplicabilidade correta dos recursos públicos, principalmente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto ou dois para responder.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu sei que responder tantas perguntas... Eu me comprometo a mandar a V. Exa.. a lista, porque são várias listas completas para poder. Mas vai chegar às mãos de V. Exa...

Só para dizer o seguinte, o Amazonas tem a Presidência da Confederação Brasileira de Atletismo, a sede é em Manaus. E o que nós trabalhamos com as confederações, elas é que estabelecem os critérios junto ao desenvolvimento do seu esporte, e até por uma questão de biotipo, por regiões, num país tão grande e continental como o nosso.

O Bernardo está me lembrando, o capitão da Seleção Brasileira do primeiro título olímpico brasileiro do voleibol é do Acre, o Carlão. Então, nós temos... O voleibol, aliás, talvez seja a grande receita de bolo que eu tive orgulho de presidir, tantos hoje do voleibol dirigem entidades esportivas brasileiras de que foi o voleibol que saiu do 13° para ser campeão olímpico, passando a mão por tanta gente e hoje é um exemplo para o mundo inteiro que eu muito me orgulho disso.

Agora, a questão da TV Globo ela trabalha na olimpíada estudantil. Só. Porque ela quis, os outros não quiseram. Agora, os demais estão livres. O panamericano não teve exclusividade. Foi para todos. Todas as emissoras, Bandeirantes, Record, Globo, cabo, todas elas. Mas eu vou preparar essas respostas e terei maior orgulho de encaminhar a V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom, eu passo a palavra então...

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Me perdoe, então. E qualquer pergunta a mais que tenha eu me comprometo em responder essas perguntas todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perdoo lamentando.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Djan Madruga, que é representante do Ministério da Educação. Do esporte, desculpa.

Mas é que o Alberto pediu. Então eu passo a palavra... Eu quero... Eu tinha feito um... Está pronto? Porque eu não gostaria de quebrar o protocolo passando a palavra antes do Ministro, mas... Depois então seria ele e depois você. Tem problema?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Duas horas? Não, terminamos bem antes disso. E ainda arranjamos um sanduíche para você.

Então, Djan Madruga. Eu volto a insistir que vamos ter que apertar o tempo. Fica muito chato para mim ter dado mais tempo a um do que a outro. É uma falha grande. Mas não foi possível cortar no meio a fala do Presidente do COB.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Hoje nós temos que garantir tempo que hoje temos votação pesada. Temos os deficientes às duas horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra o Djan.

SR. DJAN MADRUGA: Eu pediria a gentileza da menina preparar minha apresentação ali no ponto. Está no ponto.

Bom dia a todos, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado, venho aqui em nome do Ministro Orlando Silva, saúdo a todos os senadores aqui presentes, tentarei ser sucinto na minha apresentação, até porque existem pontos em comum com o que foi apresentado pelo Presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, existe uma outra visão, que é a visão do Ministério do Esporte, mas em grande parte encontra similaridades.

Eu queria colocar que estive em Pequim durante seis semanas acompanhando não só os jogos olímpicos como paraolímpicos, e nós preparamos uma apresentação que é uma avaliação do Governo do que foi a performance brasileira em Pequim e ela culmina com algumas sugestões que eu imagino que os senhores estejam procurando no quesito da melhora da performance da nossa participação em jogos olímpicos e paraolímpicos, inclusive com recomendações financeiras e ações que possam ser tomadas. Pediria o próximo slide, por favor.

Nós fizemos uma avaliação da história do Brasil em jogos olímpicos e paraolímpicos, e queria colocar para os senhores que a nossa participação ela é normalmente uma participação que coloca o país em top 30, 36°, 25°, nós tivemos na década de 60 no top 40, em 40° lugar, 39°, na década de 80 nós subimos um pouco pra 18°, 19°, 24° lugar, e isso em função dos boicotes que aconteceram nesse período. Na década de 90 nós voltamos para o top 30. Tiramos 25° lugares. No ano 2000 tivemos uma participação totalmente atípica. Nunca tivemos uma participação tão ruim em jogos olímpicos quanto o 52° lugar na olimpíada de Sidney no ano 2000. Em 2004 nós voltamos a subir, subimos para o 16° lugar, e no ano 2008 agora em Pequim voltamos ao 23° lugar. Queria passar o próximo que é um quadro.

Eu queria que nós desconsiderássemos essa primeira fase aqui que foi a primeira participação na história da olimpíada em que o Brasil tirou 15° lugar. Nunca houve uma participação tão boa como essa, mas foi a primeira participação, o número de países era pequeno, aqui tivemos um período de guerra, e essa aqui é a oscilação da nossa participação em olimpíadas.

Existe uma certa erraticidade da nossa participação. Nós oscilamos e tivemos alguns patamares de participação. Aqui na década de 60 e 70 nós estabilizamos aqui nesse patamar que eu chamaria do primeiro patamar. Desconsidero esse momento aqui que foram olimpíadas de boicote e passamos para o segundo patamar, que é patamar do 24°, 25° lugares na década de 80 e 90. Tivemos um caso realmente atípico do 52° lugar onde não ganhamos nenhuma medalha na olimpíada de Sidney, e agora aparentemente nós estamos subindo de novo e caindo aparentemente num novo patamar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só são consideradas as medalhas, Secretário? Só são consideradas medalhas ou até o 8° lugar?

SR. DJAN MADRUGA: Só são consideradas medalhas de ouro. Esse é o patamar que se avalia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ali é ouro?

SR. DJAN MADRUGA: É ouro. Somente ouro, porque o quadro de medalhas é computado na forma de ouro. Não que nós concordemos que seja a melhor forma de avaliação, mas essa é a realidade.

De uma forma geral, é preciso avaliar o seguinte. O Ministério dos Esportes tinha uma expectativa de que nós pelo menos tivéssemos a mesma performance que em Atenas e nos colocássemos no top 20, repetindo pelo menos aquela 16ª... Ficássemos entre 15° e 20° lugar conquistando cinco medalhas de ouro. Isso não aconteceu. Aí procuramos entender o que se passou. Então, na verdade a nossa participação ela não foi tão ruim quanto foi pintado, apresentado pela mídia. Por quê? O número de medalhas que conquistamos no total que foram 15 medalhas é igual à melhor participação que nós já tínhamos conseguido na história dos jogos. Ou seja, 15 medalhas em Atlanta.

Sendo que as medalhas, em Pequim foram melhores nesse sentido que nós tivemos quatro pratas contra três pratas na olimpíada de Atlanta. Agora, por que nós caímos, na verdade, do 16º para o 23º lugar na olimpíada de Pequim? Essa era a questão X para o Ministério do Esporte.

Embora queria dizer para vocês que em Pequim, como foi dito pelo representante do COB, nós tivemos uma performance importantíssima no sentido de termos conquistado o primeiro ouro na natação, primeiro ouro no atletismo feminino, primeiro ouro no vôlei feminino, as primeiras medalhas femininas, judô, vela e tae-kendo, mas todos os indicadores são realmente melhores se nós compararmos o total de medalhas comparando Atenas com Pequim aumentamos de 10 para 15. Esportes que ganhamos medalhas, aumentamos de seis para sete. As medalhas femininas foi a melhor evolução, de dois pra seis. Mesmo no masculino aumentamos de oito para nove. Medalhas de bronze, crescemos de três para sete e medalhas de prata de dois pra quatro. O indicador que houve piora foi realmente nas medalhas de ouro de cinco para três. Próximo.

Só para se ter uma idéia, o número de esportes que ganham medalha na história do Brasil é muito pequeno. São poucos os esportes que conquistam medalha. No caso em Pequim nós tivemos atletismo, futebol, judô, natação, tae-ken-do, vela, vôlei e vôlei de praia. Então, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete se considerarmos o vôlei com um esporte. Então, sete esportes apenas conquistam medalhas... Conquistaram medalhas nesses jogos, enquanto que na história da participação em jogos olímpicos o número de esportes que conquistam medalhas é muito pequeno também. Então nós estamos falando em 12 esportes se nós considerarmos o voleibol como um esporte apenas, 11 esportes conquistam medalhas em jogos olímpicos.

Isso quer dizer que a nossa participação no cômputo geral, há uma necessidade de uma maior massificação no esporte.

Queria só dizer de onde que foram as tais medalhas de ouro que nós não conquistamos nos jogos olímpicos. Ou seja, a queda de cinco para três se deveu em função do fator China. China conquistou 19 medalhas de ouro a mais do que na última olimpíada. Ou seja, a China na olimpíada de Atenas havia conquistado 32 medalhas de ouro. E nessa olimpíada conquistou 52. A China ganhou 19 medalhas de ouro a mais. E essas 19 medalhas de ouro a mais vieram de vários países, inclusive o Brasil.

Então, nós vamos avaliar o seguinte, que perderam medalhas roubadas no bom sentido pela China, a Rússia que perdeu quatro ouros para a China, o Japão que tinha conquistado 16 medalhas de ouro na última olimpíada caiu para nove. Cuba de nove caiu para duas, a Hungria de oito para três, e a Grécia que obteve em Atenas seis ouros não ganhou nenhuma medalha de ouro nessa olimpíada.

Então, o grande diferencial da nossa queda de medalhas de Atenas para Pequim foi o fator China. A China cresceu 19 medalhas de ouro de uma olimpíada para outra. O que a China cresceu equivaleria ao quarto lugar em performance nos jogos olímpicos que é exatamente a colocação da Inglaterra. Eu vou passar dois quadros, avançar um pouquinho mais, mais dois, mais um quadro... Próximo. Próximo. Próximo. Próximo.

Aqui estão as maiores perdas de medalha de uma olimpíada para outra. Então a gente observa que quem mais perdeu medalhas foi o Japão. Cuba, Grécia, Hungria, Rússia, França, Romênia, Suécia, Austrália, Itália, Ucrânia, Noruega, e o Brasil entra nesse bojo aí das potências "esportivas", que perderam medalhas por causa do fator China. Então a China absolutamente desequilibrou a participação nos jogos olímpicos de Pequim. Continuando o próximo quadro.

E aí vai. Todos esses países perderam medalhas e essas medalhas obviamente foram principalmente para a China. É claro que há outras potências que evoluíram. Não houve somente perda. Isso é fato. Mas, o fator China realmente desequilibrou essa olimpíada.

Eu queria só fazer uma comparação do nosso continente sul-americano para que vocês observem onde nós estamos dentro da avaliação do cômputo olímpico. Se nós considerarmos as Américas, nós estamos em terceiro lugar no cômputo geral de medalhas. Quem mais ganha medalha é a Europa, segundo seguido pela Ásia, terceiro as Américas, quarto Oceania e quinto a África. Se nós desmembrarmos a América do Sul, América Central e América do Norte, a nossa participação como continente ela é pífia, é muito ruim.

Então ficaríamos em último lugar na participação, mais do que justifica o motivo porque estamos brigando para trazer uma olimpíada para a América do Sul. É um continente que efetivamente precisa ser motivado. É o pior continente em relação a medalhas em jogos olímpicos.

Bom, não vou gastar muito tempo nesse quadro, mas a pergunta é: Quais foram os grandes e maiores fracassos olímpicos? Por que muito se falou pela nossa mídia que houve um fracasso retumbante dos nossos atletas. E nós fizemos uma avaliação de quais foram os maiores fracassos olímpicos pela ótica da mídia internacional. E de cerca de 50 grandes, retumbantes, enormes fracassos olímpicos, só há um caso que foi considerado pela mídia internacional como fracasso olímpico.

Então nós temos aí pelo menos 49 enormes fracassos que não vou me ater a todos, mas vou começar pelo primeiro, que é o caso de uma americana Katie Hoff, que é uma nadadora que seria a Michael Phelps de saias. Ela foi para a olimpíada ganhar seis medalhas de ouro. Na equipe de natação americana. Conseguiu apenas uma prata e dois bronzes. E a mídia americana obviamente diz que ela pipocou em Atenas e a própria atleta admitiu isso. Próximo quadro.

Quero lembrar só mais dois casos que todos nós conhecemos. O Roger Federer, o maior tenista do mundo, que deveria absolutamente ganhar medalha de ouro. Foi eliminado nas quartas-de-final do tênis olímpico. Imagina o que o país dele falou a respeito disso. E as americanas, Serena e Venus Willians, também foram eliminadas na quarta de final olímpica.

E aí vamos, no caso da ginástica, o único caso que pela mídia internacional foi considerado, foi o caso do Diego Hipólito que caiu no solo e perdeu a medalha olímpica. Mas caiu no solo um alemão que também era favorito, caiu... Também caiu um japonês, caiu outro japonês, caiu uma americana... Cair na ginástica é normal. Faz parte do processo. Não cair na ginástica é anormal. Se espera isso. Faz parte do processo competitivo.

Só para colocar. A grande potência olímpica que foi a China, teve dois fracassos absurdos na sua presença em olimpíada. O primeiro ouro da China era para ser de uma atiradora. Essa atiradora com a pressão da imprensa chinesa perdeu a prova e deixou de ganhar a medalha histórica na olimpíada de Pequim. A mesma coisa aconteceu com o que seria o último ouro da China. O 50º ouro em que era esperado nos saltos ornamentais. Se há um esporte que a China domine, é os saltos ornamentais. Então, era absolutamente esperado que essa medalha de ouro saísse e houve uma surpresa de um atleta australiano que não era favorito e acabou roubando o ouro desse atleta chinês e a mídia obviamente chinesa caiu de pau, se podemos falar com essa linguagem simples.

Então, o que nós queremos concluir é que falhar numa olimpíada é absolutamente normal. Para cada medalhista olímpico, vocês vão observar, aquele que ganha medalha de ouro do lado no pódio tem alguém muito feliz, porque ganhou uma medalha de prata ou uma medalha de bronze, e tem alguém muito triste porque perdeu a medalha de ouro. E isso se passa, é normal, é comum. Então nós não devemos procurar bruxos porque não existe. Faz parte do processo olímpico ganhar ou perder. Próximo.

Vou avançar um pouquinho no paraolímpico e colocar que a nossa performance no paraolímpico também sofreu, na verdade, teve uma grande evolução a partir de 1988, Clodoaldo, a nosso grande atleta paraolímpico pode afirmar, nós evoluímos do 25º lugar até o 9º na paraolimpíada de Pequim. Então, estamos entre as 10 maiores potências paraolímpicas do planeta. Aí está. China, Reino Unido, Estados Unidos, Ucrânia, Austrália, África do Sul, Canadá, Rússia e Brasil. Essa é a situação do esporte paraolímpico no mundo. Não quer dizer que seja a realidade do tratamento para a prática do desporto paraolímpico no país. Nós todos sabemos que a acessibilidade não funciona com essa magnitude, pois há países que dão muito mais acesso do que o nosso, como Espanha, Alemanha, França, Coréia do Sul, Polônia, Japão, Holanda, Grécia, enfim, Nova Zelândia, que com certeza tratam os nossos portadores... Os seus portadores de deficiência com muito mais acessibilidade do que nós tratamos, e nem por isso se colocaram melhor no quadro de medalhas do que o Brasil na paraolimpíada.

Na paraolimpíada nós tivemos uma evolução significativa de Pequim em relação a Atenas. No paraolímpico aumentamos de 33 para 47, de 14, o número de medalhas de ouro aumentou de 14 para 16, de prata de 12 para 14, de bronze de sete para 17, masculinas aumentaram de 22 para 34, femininas de 11 para 13, e esportes crescemos de... Esportes que ganharam medalha de cinco para nove. Próximo.

O quadro é muito parecido. O número de esportes que ganham medalhas na paraolimpíada também é reduzido. Nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito... Se considerarmos o futebol de sete e futebol de cinco, nós temos cerca de poucas modalidades ganhando medalhas nas paraolimpíadas da mesma forma. Próximo quadro.

O histórico de medalhas em paraolimpíadas. Concluindo a nossa participação na paraolimpíada, o Brasil foi bem na paraolimpíada, pois conquistou 16 medalhas de ouro e ficou em 9º lugar. À frente de potências como Alemanha, França, Coréia do Sul, Japão, Holanda e Hungria, só para citar alguns entre os 147 inscritos. Enquanto que na olimpíada se colocou que nós apenas conquistamos três ouros e ficamos na 23º colocação geral. Mas, aparentemente parecendo que o Brasil se transformou numa potência paraolímpica, enquanto nos esportes olímpicos não chegou nem tão perto, o que não é verdade como vamos ver no próximo quadro.

Evoluímos muito, sim. Lembrando sempre que a avaliação é feita pelo número de medalhas de ouro. Não pelo total de medalhas obtidas e não pelas classificações. Mas é importante observar que existem países que se esmeram especificamente em conquistar medalhas. É como se fosse uma indústria da conquista de medalhas. Não é uma política efetiva de

desenvolvimento de esporte que conta na olimpíada, mas o que conta é resultado. Próximo.

Comparando o olímpico e o paraolímpico, nós vamos observar o seguinte, que na olimpíada são distribuídas cerca de 950 medalhas entre 12 mil atletas, enquanto que na paraolimpíada são 1400 medalhas para 4200 atletas. Ou seja, é mais fácil para um país ganhar medalhas na paraolimpíada do que na olimpíada. Enquanto que o recurso que se exige para investir numa medalha olímpica é muito maior do que recurso para conquistar uma medalha paraolímpica.

Então nós precisamos entender o seguinte, que com investimento de 140 milhões de reais por ano nos esportes olímpicos, nós nos colocamos entre 23ª potência esportiva do planeta. Enquanto que com apenas 18 milhões de reais no paraolímpico nós nos colocamos como uma potência top 10 do planeta.

Então, custa muito menos resultado no paraolímpico do que no olímpico. E nós temos que louvar os nossos atletas paraolímpicos pelo resultado que eles obtêm com a absoluta falta de acessibilidade geral e esportiva que eles dispõem no país.

Agora, a avaliação quase que final, é a seguinte. Nós estamos no olímpico competindo contra países que investem entre três e sete vezes mais o que o Brasil investe no esporte de alto rendimento. Vou mostrar para vocês o próximo quadro que ele bate um pouquinho com o quadro que o Marcus Vinícius colocou, sendo que esse quadro ele representa os valores investidos pelos Governos de cada um desses países, e ele já está em reais, para que nós possamos fazer uma comparação.

A maior potência olímpica do planeta é a China, em que investe em seu esporte de alto rendimento 1.1 bilhões de reais. Eu queria colocar para os senhores que esse valor foi feito na forma de um dólar mais baixo do que o dólar que nós encontramos hoje. Então, esse valor com certeza hoje já é um valor maior no caso o quarto lugar que a Inglaterra investe 660 milhões de reais por ano, o sexto lugar a Austrália investe o seu Governo Australiano 460 milhões por ano, o oitavo lugar que é o Japão 510 milhões anterior ano e aqui no nosso continente o Canadá, que é um adversário nosso nos jogos pan-americanos investe o dobro do valor que o nosso Governo que nós investimos no esporte de alto rendimento.

Não dá pra comparar a nossa participação com esses países se nós não tivermos o mesmo nível de investimento que esses países têm. Da mesma forma que o resultado do paraolímpico não reflete a falta de acessibilidade esportiva para os 24 milhões de portadores de deficiência que existem no Brasil. Próximo.

Esse quadro ele é emblemático. Da nossa população de 189 milhões de habitantes, 24 milhões de habitantes são portadores de deficiência. Nós temos cerca de 10 mil deles competindo como pára atletas filiados, 0,04% dessa população e comparando com os 165 milhões de pessoas aptas a praticarem um esporte olímpico, apenas um milhão delas são federadas ou filiadas. Ou seja, 0,6% é o total. Próximo.

Por que em nossa opinião os nossos resultados em olimpíadas ficam abaixo das expectativas?

Número um, os recursos são insuficientes em comparação com os países top dez. Não temos musculatura hoje, financeira, para competir com eles. Essa é a realidade. Segundo, a nossa política precisa melhorar na distribuição de recursos, vinculada à cobrança de resultados. Terceiro. Faltam centros de treinamento no país. Fazemos milagre com os poucos centros de treinamento. Contamos nos dedos o número de centros de treinamento que dispomos. O Bernardinho tem um centro de treinamento em Saquarema, a ginástica tem um centro de treinamento em Curitiba e alguns poucos existem.

Há expectativa exagerada da mídia no que toca o resultado. Isso é normal. A nossa mídia cobra. E cobre o esporte olímpico como cobre futebol. Até porque a cada quatro anos nós temos olimpíada enquanto que anualmente acontecem semanalmente os jogos de futebol. E por último, historicamente nós nunca estivemos no top dez olímpico. É a tradição. Precisamos romper essa barreira.

Obrigado. Essa é a conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e quero cumprimentar algumas pessoas que estão presentes, o José Roberto Perillier, que é Gerente-Geral técnico esportivo do Comitê Olímpico Brasileiro; Sérgio Lobo, sub Gerente-Executivo Administrativo Financeiro do Comitê Olímpico; Edson Sesma, Diretor do Instituto Brasileiro de Direitos Desportivos; Clodoaldo Silva, atleta paraolímpico em natação, e eu aproveito ao mesmo tempo que cito Marcus Vinícius Freire, Superintendente Executivo de esporte comitê olímpico, para convidá-lo a vir à Mesa. E funcionar como o que responderá aquilo que o Nuzman não vai poder. Então responderia pelo COB. Eu passo a palavra agora conforme pedido ao Alberto Murray Neto, membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne.

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Muito obrigado, Senador, Presidente Cristovam Buarque, por quem eu tenho grande apreço, preocupado sempre com a educação do país e é com essa visão que eu vejo o esporte. O esporte é educação.

Para mim não interessa muito contar número de medalha, interessa que o esporte seja o elemento de base que esteja na educação, que faça parte do currículo da educação das escolas, das universidades, a minha maior preocupação é essa.

Eu quero cumprimentar essa Comissão pela iniciativa, quero cumprimentar os senadores que subscreveram o pedido de instauração dessa audiência, quero fazer uma menção especial a uma pessoa que ninguém falou, mas que está aqui, que é o Lula Pereira, técnico de basquete da Seleção Brasileira. Lula, a culpa da desqualificação do Brasil não é sua. É da desorganização do esporte brasileiro, o basquete brasileiro está acabado. Melhor do que ninguém você vai poder dizer isso. Eu quero cumprimentar a equipe da ESPN Brasil que venceu o prêmio EMBRATEL de jornalismo com um documentário chamado Brasil Olímpico, uma prestações de contas que desnudou a questão do esporte olímpico no Brasil, e aí nós temos o contraponto que é verdade, o que nós vimos ou o que a ESPN Brasil mostrou? O segundo vai ser melhor que o primeiro.

Eu quero cumprimentar um grande mestre do jornalismo, que está aqui recuperando-se de uma cirurgia, mas não deixou de vir. Jornalista José Cruz. Desnecessário dizer qual é a sua história, o combate pela moralidade, pela transparência no esporte. E os demais, o Senador já citou, endosso minhas palavras, é uma honra fazer parte dessa Mesa. Eu sou o único que não sou famoso aqui. Então deixa eu me apresentar um pouquinho.

Eu sou... Eu fui atleta, não cheguei a nível olímpico, e depois quando tinha ganho o campeonato brasileiro acabei parando, fui para a universidade e não era capaz de compatibilizar as duas coisas, fiz parte daquela equipe do Clube Pinheiros de atletismo liderado pelo João Carlos de Oliveira que ganhava tudo, do mirim ao adulto, e eu fazia prova de barreira. Eu sou Advogado militante, de onde tiro meu sustento, tenho um escritório de Advocacia, faço o esporte por amor, acredito ainda no ideal olímpico, tenho uma ONG que leva o nome do meu querido avô, a maior personalidade olímpica desse país de todos os tempos, ninguém vai copiar e ninguém vai esconder o nome dele, Major Silva de Magalhães Padilha, chama ONG Silva de Magalhães Padilha, que em Paraisópolis tem um trabalho com as crianças carentes, e eu posso ver pessoas que não tinham... Não freqüentavam a escola e hoje são modelos na comunidade de Paraisópolis que começaram pelo atletismo. E isso é uma coisa que muita gente tem... Muita gente faz, o Bernardinho tem um trabalho social também.

Eu sou membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro, embora não compactuando com todas as decisões que são feitas lá, sou árbitro da Corte Arbitral do Esporte e, Lausanne, na Suíça. E sou formado em estudos olímpicos pela Academia Olímpica Internacional em Atenas.

Eu quero tocar em alguns pontos que foram falados pelo Presidente Nuzman que é o seguinte. De fato o artigo 217 da Constituição diz que dá autonomia às entidades esportivas dirigentes e a sua organização e funcionamento. Só que eu tenho pareceres de administrativistas. Eu sou Advogado, mas pedi pareceres para utilizar no momento que for necessário. O COB não é mais uma entidade autônoma. Por quê? Porque vive exclusivamente do dinheiro público. Toda entidade que vive de dinheiro público tem que prestar contas. E prestar contas na maneira como requer a lei, e não da maneira como acha.

Eu li hoje, eu tenho enorme respeito pelo trabalho do jornalista Cláudio Mota. Sei que o trabalho é difícil, ainda mais nesse momento conturbado que vive o movimento olímpico, é um trabalho honesto, um trabalho correto, mas hoje na Folha eu li que o TCU aprovou as contas do pan-americano. Acho que estamos lendo o relatório errado. Porque esse relatório do TCU, assinado pelo Ministro Marcus Vilaça, disponível na internet, e se alguém quiser depois eu posso mandar cópia, detona as contas. Eu não vou me ater a ler... Tem alguns trechos aqui que são escandalosos, não sou eu que digo, é o Ministro Marcus Vilaça.

Eu mandei isso para o Ministério Público Federal. Junto com isso, cem licitações Rio 2006 dá 46 milhões a consultores. Isso resultou, isso e uma série de coisas que tem aqui, isso resultou numa instauração de um processo investigativo do Ministério Público Federal através da portaria nº 39/08. Eu apenas mandei. E o Procurador da República, Carlos Henrique Martins Lima resolveu instaurar o inquérito.

Eu vou estar de olho. Advogados em Brasília estarão de olho. Seguirão isso. Eu acho que este Congresso Nacional atuante da maneira que está junto com o esporte deve ficar de olho nisso aqui. O relatório, não fui eu que escrevi. Foi o TCU. Então, superfaturamento de mil por cento está aqui as razões, pelo TCU. Eu não estou dizendo que houve irregularidade de minha parte. Eu quero apenas que as coisas sejam esclarecidas.

Quero também pedir aos Srs. Senadores e Deputados, que, porventura, ouvirem, que assinem a CPI do esporte. Não é uma CPI para detonar o comitê olímpico, o Ministério dos Esportes, mas, no momento em que há uma chuva de denúncias da imprensa contra o Comitê olímpico brasileiro e contra os órgãos

dirigentes do esporte, elas estão todas aqui, são objetos da Procuradoria do Ministério Público. Então que se faça para esclarecer tudo isso, tomara que dessa CPI saia um resultado que diga: não há nada de errado, aí todos nós vamos aplaudir. Agora quem não deve não teme.

Então sair por aí de gabinete em gabinete pedindo pelo amor de Deus para não assinar CPI, é porque, se fosse eu, faria. Eu quero uma CPI. Eu quero uma CPI para dizer que eu não tenho nada. E não ficar sujeito a esse tipo de coisa. Eu trouxe só alguns, mas se os senhores entrarem nos sites, os senhores vão ver que há mais de 200 blogs escritos com as mesmas coisas. Então o Congresso tem que investigar. De novo, não é uma caça às bruxas não. É um pedido de esclarecimento que a sociedade faz.

Eu tenho um blog que está hospedado na ESPN Brasil. Eu recebo diariamente pedido de gente que diz para não se identificar. Atletas, hoje mesmo um veio me falar. Falou: "não fale porque nós não podemos porque sofremos retaliações". Que temor é esse? Até de confederação brasileira eu tenho e-mail, se for necessário eu mostro, é que eles pedem para não serem identificados, porque vão sofrer retaliação no repasse de verbas. Ora, que democracia é essa? Quer dizer, não pode falar, eu falo, eu não sou presidente de confederação, não vivo de dinheiro do esporte, nunca viverei de dinheiro do esporte, porque o esporte que eu aprendi foi o esporte educação. Não tenho pretensão a ser presidente de coisa nenhuma. Então eu falo as coisas como elas devem ser.

O Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro disse uma coisa correta, que o COB não forma atletas. Realmente não forma. Então eu quero saber por que mais de 50% do dinheiro arrecadado com a Lei Piva, no ano de 2007, que é pré-olímpico, mais de 50% ficou Comitê olímpico? Aí diz assim: "Não, não é como falaram, 23 milhões em despesas de manutenção. Isso inclui eventos esportivos". Não inclui não. A menos que isso que foi retirado do site do Ministério do Esporte esteja errado. Porque aqui diz: "O total foi de mais ou menos 85 milhões. Manutenção da entidade, 23 milhões, quase. Manutenção de atletas, zero. Eventos esportivos, 14 milhões". Então não confundam manutenção da entidade com eventos esportivos. Pelo menos pelo que o próprio Comitê Olímpico fala. Então, isso tem que ser corrigido.

Agora, o Presidente diz também que o grande avanço do Comitê Olímpico Brasileiro foi aumentar o número de funcionário, está gravado aqui. Bom, se for assim, vamos aumentar aqui manutenção da entidade para 40 milhões, contratar mais 200, e aí nós resolvemos os funcionários e nós resolvemos o problema do esporte olímpico no Brasil. Está gravado aqui que esse foi o grande avanço do esporte brasileiro. Que hoje o Comitê tem não sei quantos funcionários. Eu faria justamente o contrário. Eu enxugaria essa máquina, enxugaria essa máquina e repassaria tudo para as Confederações.

Eleições: o Presidente disse que vai responder os Srs. Senadores as questões que forem encaminhadas. Eu acho que isso está corretíssimo, mas tinha que responder as minhas também. Porque eu sou um cidadão do povo, sou membro do Comitê Olímpico, represento um segmento da sociedade e escrevi pedindo a anulação da eleição. É possível fazer isso em juízo, ainda não decidi se vou fazer. Tem muita gente que quer que faça. Agora, dizer que foi subscrito por todas as Confederações, não foi.

Eu tenho o boxe, o badminton, o futebol, tênis de Mesa, esportes com gelo, que se manifestaram por escrito e me autorizaram a falar aqui. E tenho outras Confederações que pediram pelo amor de Deus para não falar isso, porque a eleição foi feita justamente antes da determinação do repasse de verbas. E aí tinham medo de retaliação, mas se for necessário eles vêm também, pelo menos assim me disseram.

Licitações públicas: o Presidente disse que de um ano para cá foram feitas licitações públicas. Ora, a lei existe desde 2001. De um ano, eu vi três licitações publicadas agora, depois que começaram essas pressões todas da sociedade. O decreto, eu tenho ele aqui, 5.139, de 2004, que regulamentou a Lei Piva, que existe desde 2001, se eu não estou enganado, é muito claro. Diz o que Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro têm que licitar tudo, tudo, tudo. Não existe estado de emergência. Outro dia eu li no jornal que foi contratada uma consultoria com o dinheiro repassado do Ministério do Esporte; juntei isso também naquilo que encaminhei ao Ministério Público, em que a justificativa era, emergência. Ora, a lei é clara. Eu sou advogado. Quer dizer, eu conheço. O país não está em guerra, o país não vive, quer dizer, até vive problema de calamidade pública no esporte, mas não é uma questão para pedir licitação pública, dispensar licitação pública. Não há emergência. Foi contratada uma empresa chamada EKS, por milhões, eu quero saber quanto. Se houve licitação, pelo menos há quatro, cinco no mundo que podem fazer esse serviço.

Outra questão que eu queria levantar: eu tenho propostas aqui. Eu acho que se nós ficarmos debatendo, se... Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Claro. Então, não vamos nos iludir por resultados, não vamos desviar o

foco. A base do esporte brasileiro hoje não existe. Se existe, é muito pouco. Só 12% das escolas públicas desse país têm quadra de esporte. Mesmo assim o que se faz é uma propaganda contra a ginástica. Por quê? Porque são espaços apertados, onde professores mal pagos e desestimulados, têm que se esforçar para ensinar para o aluno o que é esporte. Então a criança cresce pensando que o esporte é aquilo, praticado em condições precárias. E aí, quando chega na idade adulta fala: "não, não quero, porque o esporte que eu aprendi era aquilo", e não pratica.

Agora, eu posso afiançar vocês, depois vocês podem me cobrar isso. Eu vivo o esporte desde que nasci, conheço o Comitê Olímpico Internacional muito bem, tenho amigos, estive há 10 olimpíadas, a primeira eu era garotinho. Converso. O Rio de Janeiro não tem chance nenhuma de vencer o pleito. Então, 80 milhões que foram gastos para o *lobby*, por que nós não gastamos na educação? Por que nós não gastamos isso para construir escolas públicas com praças de esporte? Quer investir no esporte? O Governo tem investido muito, sim, mas não tem investido certo em todas as áreas, não. Não vamos dar mais dinheiro. Porque sabe o que vai acontecer se ninguém fizer nada? Nós vamos chegar em outubro do ano que vem, falamos em Rio 2004 que não estão com as contas aprovadas ainda. Rio 2000, não sei o quê... Rio 2016, vamos estar falando em Rio 2020. E não é Rio não, é São Paulo, é qualquer cidade brasileira.

Antes de sermos olímpicos nós temos que ser campeões em saúde, em educação, em infra-estrutura, saneamento básico, em esporte. Esporte para todos. Então vamos parar com esse negócio de megalomania, de dizer: "não porque..." não tem chance mesmo. Eu tenho contato. Os votos da América do Sul, por exemplo, não vão para o Rio de Janeiro, eu posso garantir para vocês. Não tenho liberdade para dizer, autorização para dizer isso, mas o meu avô freqüentou Comitê Olímpico por mais de 40 anos, foi o primeiro vice-presidente. Eu tenho amigos de família que quando vêm ao Brasil, ainda procuram meus pais, a minha casa, que vem... Outro dia me disseram: "Eu não sei de onde o Rio vai tirar voto". Posso garantir, e depois, se eu tiver errado, se o Rio de Janeiro ganhar, eu venho aqui e dou a mão à palmatória, mas não vai ganhar. Vamos pegar esse dinheiro, vamos parar com isso. Vamos investir na educação.

As reformas educacionais que foram feitas no país até hoje, elas não trataram o esporte como deveria ser tratado. Elas trataram o esporte como um elemento marginalizado. O currículo, a grade escolar colocava o esporte, isso acontece até hoje nas universidades, num horário extra-aula. Tem que ser matéria obrigatória. As reformas educacionais, o Ministro Fernando Haddad, meu companheiro de faculdade, de São Francisco, Largo São Francisco, está fazendo um bom trabalho no Ministério da Educação, tem essa consciência social do esporte, nós convivemos juntos na universidade. Ele sempre foi uma pessoa que teve essa visão social. Então tem que inserir o esporte como ele deve ser inserido na educação.

Eu não quero me estender muito mais, mas finalizar com algumas questões. Eu acho que essa mesma reforma educacional tem que ter uma política pública clara do esporte dando a função das escolas estatais e privadas. Para que eles saibam qual é o seu papel na formação do atleta. Eu acho que nós temos que pegar esse dinheiro de *lobby* de candidatura, e utilizar na construção de praças esportivas, em locais mais pobres. Se alguém acha que a realidade do esporte é boa, basta ver o programa Caravana do Esporte, que a Ana Moser participa. Por que não vai lá e investe aquele dinheiro lá? O Senador tocou muito bem num ponto que eu ia abordar aqui sobre a formação dos nossos atletas. Não é plausível que, num país de dimensões continentais, nós tiremos os nossos, formações olímpicas de três ou quatro Estados no máximo. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, com reflexos em alguns Estados do Sul. Não existe o esporte de base no Nordeste. Não existe. No Norte também não existe.

Então, eu acho que as verbas que se têm devem ser votadas para lá. Nós só vamos fazer uma olimpíada no Brasil, isso não é palavra minha, isso é palavra de membro do Comitê Olímpico Internacional, quando nós tivermos uma mentalidade olímpica. O Brasil não tem uma mentalidade olímpica ainda.

Eu não quero um país contador de medalhas. "Ah, ganhei dez medalhas" então, está tudo bem. Sabe como é que nós ganhamos medalha até hoje? Pelo esforço individual de pessoas que estão aqui. Eu vi o Djan ganhar medalha em 1980. Eu era garoto, eu era garoto, me emocionei. Essas pessoas são heróis olímpicos, mas são produtos olímpicos, mas são de produtos e valores individuais. O Brasil nunca, na história, nunca ganhou medalha como um produto de trabalho de base, de longo prazo, dizer: "olha, isso aqui veio debaixo, veio da educação, veio de um programa de longo prazo". Nunca. Não há isso na história do Brasil, e hoje o esporte continua como elemento de conveniência momentâneo. Nós temos que acabar com isso.

Eu acho que tem que exigir, sim, do Comitê Olímpico Brasileiro uma prestação absoluta rigorosa das contas, e fazer de modo público. E mais, eu acho que o Comitê Olímpico Brasileiro tem que assinar todos os seus contratos, mesmo os privados, que são poucos, como fazia o Dr. Giullite Coutinho quando Presidente

da CBF, numa sala como essa, aberta, e distribuir cópia para todo mundo.

O senhor mencionou a Globo, Deputado. Eu quero ver esse contrato. Todo mundo quer ver. Tem alguma coisa para esconder? Eu quero ver esses contratos, todo mundo quer. A imprensa tem pedido. Por que sonegar esse tipo de informação? Se tem algo errado, eu acho que não tem nada errado, mas por que não podemos ter cópia? Não deve ter nada errado, mas então, vamos acabar com esse negócio, porque senão vão acabar dando pau, dando pau, dando pau aqui e no exterior.

Isso aqui eu já falei, eu queria falar outra coisa, a destinação também do repasse do Comitê Olímpico Brasileiro às Confederações, agora inventaram a meritocracia. Parece que eu tenho bola de cristal, eu previ antes. A meritocracia nada mais é do que manter o que tem hoje. Então os esportes mais ricos, que têm as suas, os seus patrocínios, óbvio que são os esportes que vão ter melhor rendimento. Agora, essas Confederações que me escreveram aqui, que são dos esportes pequenininhos, não vão ter nunca a chance de chegar lá. Então, no momento que eu digo assim: "não eu vou dar para o mais rico porque ele é melhor olimpicamente". Eu devia dar para o mais pobre, para ele conseguir chegar no nível do mais rico. Se o voleibol que é hoje um exemplo, realmente, e que eu estou sentado aqui do lado do maior técnico de voleibol do mundo, isso, dito por onde eu freqüento, eu freqüento ambiente esportivo internacional e todo mundo me diz que queria ter um Bernardinho no time de voleibol.

O voleibol tem um patrocínio fantástico do Banco do Brasil. Por que precisa vir em primeiro lugar no repasse das verbas do Comitê Olímpico Brasileiro? Levantamento de peso? E a esgrima? E o remo? E a canoagem? E os esportes do gelo? E o boxe que vive numa miséria? E outra coisa [soa a campainha] a gente precisa ter certeza, já vou concluir, que esse dinheiro chega na mão dos atletas. Eu tenho recebido muito e-mail de atleta com medo. Mas teve uma atleta, medalhista olímpica que deu uma entrevista ontem no jornal, saiu publicada ontem, anteontem, que a nossa garota do judô ela vive com 1.200 reais por mês. Que espécie de esporte olímpico é esse? O que é isso? Nós estamos falando de cifras milionárias, milhões e milhões e a menina que ganhou a primeira medalha de ouro, olímpica, brasileira no judô, vem reclamar que tem isso. Eu tenho uma série de outros atletas que estão me mandando e-mails para o meu blog.

Eu quero concluir o seguinte: diz que o que entrou esporte não foi 1 bilhão e 200 milhões de reais. Então, eu acho que teria que corrigir; foi isso sim, o site contas abertas mostra se você considerar tudo, não vamos mascarar números aqui. O site contas abertas mostra que foi realmente isso. É esse número que consta na justificativa de convocação dessa sessão pelos Senadores que a subscreveram, então é preciso avisar os Senadores que a justificativa está errada. Não está errada, está certa. O valor é esse mesmo.

Eu queria concluir mais uma vez pedindo. Vamos fazer a CPI do esporte. Não para caçar bruxas, punir, para entrar com processos, mas para que todas essas dúvidas que hoje existem, que elas sejam dizimadas. E vamos investir no esporte escolar. Vamos investir na educação, na criança, porque daqui a 20; 30 anos, talvez, não sei se nós estaremos aqui para contar essas medalhas, mas as gerações futuras vão lograr esse êxito. E aí nós vamos ter um país de esportistas, e não de medalhistas olímpicos. É isso que eu queria falar. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a fala enfática. Eu tenho algumas perguntas, mas deixarei para fazer no momento oportuno. Quero passar a palavra agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exª me inscreveu para depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrito, sim. Passo a palavra ao nosso grande herói Bernardinho.

SR. BERNARDO ROCHA DE REZENDE (BERNARDINHO): Boa tarde a todos. Eu gostaria primeiro agradecer ao convite de estar aqui, e é tão importante, que eu deixei de dar treino, que para mim seria a atividade mais importante. E assim, foram ditas tantas coisas e eu sinceramente, enfim, essas questões agora, eu não vou entrar nessa questão, porque eu sou treinador de um esporte. E eu acho que também foram colocadas coisas um pouco também de uma forma bastante contraditória, porque, enfim, falou-se de coisas de repasse de verba para Confederações, mas falou-se de desorganização de Confederações, então vai repassar para quem é desorganizado, para quem demonstra, pelo que foi dito aqui, ineficiência para fazer, mas ao mesmo tempo quer que se repasse.

Então, é uma série de questões que eu acho que tem que ser, nem que se convocar, isso e aquilo, debates como esse, eu acredito e tenho dito ao longo das minhas viagens por aí, que a grande fonte do conhecimento é o questionamento. E aqui é um fórum de questionamento. Vamos questionar, buscar informações, realmente enriquecer esse o nosso conhecimento a respeito disso, falou-se aqui muito, o requerimento ele vem em função dos resultados de Pequim, então deveria começar me desculpando. Afinal de contas, havia a expectativa do ouro, ganhamos a prata, deveria: "Olha, eu tenho uma parcela grande num resultado que não

foi aquele que nós desejávamos", deveria começar com essa justificativa e tem uma série de justificativas técnicas, inclusive das [ininteligível] momentâneas dos Estados Unidos, assim como há outras questões técnicas que têm que ser avaliadas. Porque olimpíada por mais que seja o momento mais importante, justamente, representa uma nação, mas é um momento. Você não pode fotografar apenas um momento em detrimento de uma trajetória. Não digo no caso do voleibol, mas quero citar o caso do Maílson e de tantos outros, então, há uma série de questões.

E como em todos os processos, projetos, deve haver critérios de avaliação. Então, não adianta, citando essa cifra que foi dita, eu realmente desconheço, não é a minha função eu realmente não tenho conhecimento sobre isso, mas eu tenho uma forma de apresentar aqui uma proposta, indigna, no sentido de que não transforma o Brasil e não apresenta nenhum tipo de novidade no que diz respeito ao enriquecimento do nosso país, do ponto de vista de educação, de esporte, tudo isso, que seria pegar 1 bilhão, se essa é uma cifra, e contratar 50 estrangeiros, vamos aí fora garimpar, lutadores cubanos, corredores etíopes, etc e tal, eu ofereço 20 milhões de reais a cada um deles, ou de dólares, não sei que cifra que é, e aí nós teremos em 2012, talvez, nesses 50 atletas de altíssimo nível, 15 medalhas de ouro, outras 15 de prata, ou 10, e alguns vão se contundir, vão cair etc e tal, e nós vamos ter certamente, estaremos no *top ten*, mas de que serviu esse investimento de transformação do nosso país? É claro que quando se fala em transformação, não podemos falar apenas da ponta do iceberg, que serve como motivação, como espelho de tantos jovens que querem ingressar. Nós temos que passar... E esse certamente é o ponto de encontro onde certamente convergem todas as idéias que é a prática do esporte no habitat natural da criança que é a escola, obviamente. Mas não se tocou num ponto que é essencial. Falou-se aqui sobre elementos da prática esportiva, que foi reforçado, agora, anteriormente, sobre a questão de nós termos ambientes para a prática de esporte, um. A obrigatoriedade da educação física, portanto, da iniciação esportiva, etc e tal, tudo isso diz respeito à educação da criança, educação esportiva é um elemento fundamental na educação e é um elemento fundamental que não foi tocado, que é exatamente a capacitação do profissional da área.

E aí, na minha opinião, é onde vive o maior gargalo dessa história. Isso eu sempre vou seguir de exemplo. Tenho uma filha de seis anos que vai, em algum momento, já pratica alguma coisa de esporte, talvez ela ingresse no esporte. Temos uma quadra descoberta ali fora, com uma rede furada, falando do voleibol, porque é onde eu conheço um pouco mais, uma bola velha, etc e tal. Ali temos um ginásio maravilhoso para 10 mil pessoas que é utilizado eventualmente para eventos esportivos, de um modo geral são outros tipos de atividades que utilizam aquela construção esportiva, onde tem bolas novas, um piso maravilhoso, redes novas, etc, etc, etc, todas as condições para a prática do esporte. Temos um professor despreparado, descompromissado com aqueles que são os objetivos maiores desse processo, desmotivado, que sai para fumar lá fora, vai falar ao telefone celular. Nós vamos botar os nossos filhos para trabalhar a iniciação esportiva dele naquela quadra com aquele professor preparado, motivado, numa quadra ruim, ou varnos colocar no ginásio com esse treinador que não tem nenhum compromisso e que não é um professor, treinador, não é um *coach*, que orienta, que mostra o caminho, é simplesmente um treinador, enfim, que está ali cumprindo uma função que ele atribui que seja aquela ali, de dar uma bola e vamos seguir o esporte.

Portanto, é óbvio que isso passa pela questão do aprimoramento daquele que na minha opinião é o maior gargalo, não apenas do esporte, vamos olhar como um todo, talvez, da economia nacional, que é a capacitação de pessoas, entendeu? "É por que não tem emprego, tal e coisa...", não, tem pessoas capacitadas para certos cargos, elas não estão cumprindo... Nada de... E falamos em gestão, também, quando se fala no esporte, não é apenas o professor, mas também gestores. Temos uma carência enorme no que diz respeito à capacitação nessa área de gestão. E é uma frase, eu quero me ater um pouco na minha atividade, o que eu faço, montar equipes. Eu não vendo produto, eu não presto serviço, o que eu faço é tentar extrair performance de gente. O diferencial, nós temos que ver como formação de pessoas. Esse é o diferencial.

Diferencial não é apenas o capital investido, mas onde ele será investido e o diferencial está em pessoas. Comprometidas, treinadas, não há atalhos para isso. Nós viemos de uma monocultura do futebol. Há algumas décadas era uma monocultura, já se tornou uma policultura, mas ainda daquilo que nós desejamos. E que bom, porque esse aqui é o ambiente também de um elemento que eu acho que é fundamental. Aqui instala o censo do inconformismo. Eu acho que está bom, mas tem que ser muito melhor. Talvez não esteja tão bom, mas seria um inconformismo que nos leva a buscar marcas melhores. Voltamos ao esporte. O esporte é o ambiente, é a melhor ilustração do inconformismo. Pessoas que não se conformam com marcas pré-estabelecidas e querem ir um pouco mais, querem ir além. Temos aqui vários exemplos disso, pessoas superam a dor, superam a adversidade, as limitações

e se superam permanentemente. Quando acham que não é possível correr abaixo dos 9 ponto tanto, vem o jamaicano e mostra que é possível isso através desse seu censo permanente de inconformismo.

Então nós estamos falando aqui de questionamento, de inconformismo e de uma coisa que eu acho que é fundamental, que eu volto àquilo que eu... Se eu tiver que rotular um pouco aquilo que eu acredito ser a nossa filosofia de trabalho, de tantos nós, Lula certamente é um companheiro de batalha nesse aspecto, é que há uma frase de um treinador americano que diz o seguinte: "A vontade de se preparar, tem que ser maior do que a vontade de vencer". Todos nós queremos vencer, mas ninguém quer se preparar para isso, mas todos querem vencer, nós e os nossos concorrentes, não é verdade? Nós e, enfim, quem quer que seja, mas nós não nos preparamos devidamente para essa vitória. Portanto, o diferencial está no processo de preparação, e esse processo passa certamente pela capacitação de pessoas.

E é esse realmente o ponto que eu acho que é óbvio que temos que colocar sim, estabelecer metas para que... Nós não temos escolas prontas, hoje, aptas, a receber digamos, uma sanção de uma lei que obrigue a prática de educação física na escola. Eles não estão aparelhados para isso. Nós colocaremos metas de curto prazo; médio prazo, para que elas possam ao longo do tempo estar se preparando. Mas não quer dizer apenas que numa quadra pequena, apertada e tal, que isso não propicia a prática. Não é o ideal, eu concordo. Nós não queremos também nos conformar com isso que não é o ideal, queremos ir além, mas certamente já é um início, e todos nós, em algum momento, praticamos, em quadra de cimento, pé descalço, etc... Precisamos também nos lembrar da nossa essência. Há limitações no orçamento. Nós temos que entender que isso é natural, que não temos recursos, mas vamos fazer, mas vamos fazer aquilo que é possível ser feito. Temos que lutar por isso.

Então, eu volto a essas questões, eu não quero aqui entrar no que eu realmente não conheço, da importância da capacitação das pessoas, essa transformação passará por aí. Estabelecermos critérios. Eu digo que é sempre um elemento, às vezes potencializado pela mídia aqui no esporte, como nos ambientes de grande visibilidade, e às vezes, me desculpem, as CPIs às vezes se tornam ambiente de grande visibilidade. E no mercado do esporte isso é muito comum. Muitas vezes egos de vaidade fogem do controle e você com isso não consegue formar o verdadeiro time. Voltamos a um valor muito importante do esporte, que é o trabalho em equipe. Se não trabalharmos como time cobrando, vocês já perceberam que ambientes harmônicos demais não são, digamos assim, o meu ambiente favorito, porque eu acredito que ambientes harmônicos demais, eventualmente, escondem a falta de confiança. Ou seja, quando há uma interpelação, uma interpelação correta e tal, todos nós, se há confiança, há o espaço para a cobrança, portanto é fundamental que exista a cobrança, que exista essa interpelação para que a gente possa correr e seguir. Eu costumo dizer que a única diferença o que eu faço e o que vocês fazem, é nível de visibilidade, quando eu brigo com o meu filho, vocês vêem, quando vocês brigam com o de vocês, eu não vejo. O meu se torna até caso de Jornal Nacional, né, o que se tornou, meio público em questão...

Mas a questão é a cobrança, e ali eu estava querendo testar o comprometimento de um time com uma causa. Porque muitas vezes é o que eu digo, muitas vezes a mídia tem como função, ela, não a função, mas ela acaba exacerbando egos e vaidades, e com isso que está na essência das relações, egos e vaidades, e dos problemas das relações, são egos e vaidades fora de controle que atrapalham a formação de um verdadeiro time, e nós precisamos ser um time para que a gente possa vencer certas barreiras.

O que acontece hoje, como se falou no caso do basquete; eu não sou um conhecedor, mas o que é que não há? Porque, dizem que o basquetebol brasileiro está acabado, eu vou discordar do ponto de vista técnico. O que há de jogadores brasileiros na NBA, que é a grande referência do mundo, olha, há um potencial fantástico, o que precisa, eventualmente, é de uma série de outras questões, ponto de vista técnico, de organização, gestão... Que aí não cabe a mim, até por que seria antiético entrar num mérito que eu não conheço tanto.

Mais uma coisa que eu acho que é importante, quando eu digo de vir aqui para me justificar a respeito da questão de... Se há também, porque foi questão do requerimento, uma questão do resultado, eu tenho uma influência sobre o resultado, negativa, porque o critério são só medalhas de ouro. O critério que coloca ali, mas será que isso é realmente o que nós queremos? Aí há egos e vaidades colocados nisso. Será que nós vamos, também, colocar importância em outras qualificações? Sejam segundo, terceiro e outras que são apenas a classificação olímpica para esportes menores que pela primeira vez participam, porque se classificaram do ponto de vista técnico? Isso tem que ser visto. Isso tem que ser avaliado, quer dizer, considerado. E é um elemento que eu acho que é fundamental, é essa questão que eu estava colocando em relação a essa, do esporte, dessa, de você poder avaliar e criar critérios, criar critérios claros de avaliação. O

que nós queremos ser. Nós queremos realmente ter o esporte, ser um país de atletas e com isso, com esse alargamento da base, estarmos pensando os talentos que poderão transformar o Brasil na potência que nós queremos que seja?

Mas já houve, certamente, uma curva aí, um crescimento. Precisamos fazer muito ainda. Que bom que a gente tem o que fazer, que se cobre, que se faça, que seja transparente, que se busque, mas eu volto a dizer, o que eu acho um grande gargalo que nós temos realmente focar a nossa atenção é na capacitação de pessoas, pessoas que serão os elementos transformadores e os multiplicadores, de um país com dimensões continentais. Quando falamos das questões das diferenças regionais, não é apenas no esporte, mas em todas as áreas. O esporte é apenas um apêndice. É apenas um elemento de todo esse sistema. E surgem, e a única coisa que eu acredito piamente quando se fala; eu tenho um instituto, eu tenho uma... Que trabalha na questão, precisamos compartilhar, que é compartilhar um pouco daquilo que o esporte me deu que é muito mais do que aquilo que eu imaginei um dia receber como, digamos, enfim, não digo ouros, nada disso, mas do ponto de vista de que eu recebi uma das minhas melhores amizades, construí minha família ali dentro, tive também obviamente um reconhecimento financeiro, mas o esporte sempre proporcionou e é importante que nós entendamos os nossos privilégios como responsabilidade.

Portanto, realmente, na verdade a gente deve compartilhar isso com pessoas que não tem essa oportunidade. Mas uma coisa eu creio piamente, que realmente é o esporte, assim como as artes, sãos elementos muito claros de transformação, de inclusão, transformação, porque eles são apaixonantes, uma forma de você combater a evasão escolar. Porque muitas vezes você vem ao jovem e diz a ele: "olha, vamos estudar, daqui a 10 anos você será um profissional capaz em determinada área e tal", é um processo longo, duro e muitas vezes pouco motivante ao jovem, mas diga a ele: "você terá uma bola", uma bola, como, apenas, um símbolo universal do esporte, pode ser a piscina, o kimono, o quer que seja. O garoto irá; e com isso você também ajudará a combater a evasão escolar que é um dos nossos problemas. Quer dizer, a manutenção da criança naquilo que é o seu habitat natural.

Agora tem que medir de quem é essa atribuição também. Não adianta ficarmos aqui atirando; temos que todos... É de todos nós. É de todos nós. Em algum momento temos que assumir as nossas responsabilidades. Então, obviamente há uma política que será, ainda é... Eu sou apenas um técnico, que se for chamado a atuar, chamado a pensar um pouco do legado e eu quero... Também ficar só atacando e fazendo, eu não sei se ali o legado em relação seja a candidatura, seja a eventual vitória na candidatura em 2016, há de se cobrar o legado. Esse investimento, o que nós vamos deixar depois disso? Nós temos que deixar professores, treinadores, quer dizer, se sentindo parte de um processo maior. Que eles possam usar isso como fonte de motivação para estar estimulando os jovens à prática esportiva, e a prática esportiva ser vista como elemento fundamental na educação dos jovens, através dos valores que ele traz.

Qual o principal valor? Eu diria disciplina. E as pessoas falam muito: "Olha, o Bernardinho disciplinador, põe regras e tal...", mas não vejam disciplina com essa coisa dessa rigidez excessiva, que não existe isso. Isso é um processo de convencimento. Qual é a nossa idéia, nós como pais, professores, treinadores? Temos que convencer aqueles que estão a nossa volta a fazer algo que muitas vezes eles não querem fazer eu é treinar mais, estudar mais, se dedicar mais para conquistar algo que eles sempre querem conquistar: passar no vestibular, conseguir um bônus na empresa, ganhar medalha olímpica... Então é um processo de convencimento. E nós não podemos permitir que os fins justifiquem os meios. Eu tive que tomar uma atitude no ano passado, que certamente muitos me criticaram porque eu tive que afastar momentaneamente, depois se tornou uma coisa meio eu permanente, um grande jogador, mas os fins não podem justificar os meios. Se há alguma coisa que fere os nossos princípios, os líderes são guardiões de valores e princípios. Se a casa ela tem valores e princípios, cabe aos líderes da casa ser os guardiões desses princípios, porque se corroermos a essência das instituições, nós vamos certamente deflagrar num processo de queda, enfim, dessas instituições. Seja ela qual for, uma seleção de vôlei, um caso parlamentar, enfim, um projeto esportivo, o que quer que seja.

E eu volto à disciplina trazendo também uma definição do esporte sobre disciplina que para mim é essencial. Disciplina é uma ponte que liga os nossos sonhos às nossas realizações. Todos nós temos sonhos, objetivos, queremos realizar. Sem disciplina não vamos conquistar isso, não vamos conquistar os nossos objetivos. Planejamento e disciplina, disciplina é a construção dessa ponte. O planejamento é o projeto da ponte, mas disciplina é a construção, é o dia-a-dia, treino após treino, livro após livro, enfim, nós vamos construindo essa ponte.

Eu digo isso não com a rigidez... Eu digo porque é a consciência da importância da preparação, e mais uma vez o esporte ele ilustra muito bem essa situação. Por quê? No esporte o jovem verá que sem a repeti-

ção e a disciplina do treinamento da prática ele não vai conseguir realizar algum fundamento, ele não vai conseguir encestar a bola se ele não repetir aquela técnica centenas e milhares de vezes, se ele não tiver um *coach* a orientá-lo. Não vai conseguir fazer um saque, o que quer que seja. Portanto o esporte é apenas, ele reafirma esse princípio tão importante, esse valor tão importante que é da disciplina. Do trabalho em equipe, de tudo isso.

Portanto, eu, essas são as minhas crenças, eu tenho me colocado à disposição, tenho um instituto que trabalha na questão, e tenho, eu vejo muito essa, tenho essa consciência da importância do esporte, a sua função social, mas não sou um *expert* no assunto. Eu, hoje, pela minha função, e ela é passageira, momentânea, como todas, né, no esporte, eu faço momento de grandes projetos, o que eu tento é fomentar através de busca de recursos, através da minha presença em algumas questões, como farei hoje à tarde, uma palestra para angariar recursos, para contribuir com projeto que é desenvolvido por uma ex-atleta minha, Ricardo e Leila, aqui na periferia, nas cidades-satélites de Brasília, então essa é a minha função hoje. É poder emprestar aquilo que é um privilégio que me foi dado. Eu tenho que entender esse privilégio como uma responsabilidade e de alguma forma tentar retribuir isso.

Então, isso é o que eu queria dizer, estou à disposição para aquilo que for possível, e eu digo em relação ao resultado, foi tudo avaliado, mas eu acho muito importante que a gente crie os nossos critérios de avaliação. Até que ponto realmente aquilo significa uma mudança na prática do esporte, na abrangência da prática do esporte no país. Serão apenas os ouros? Vamos nos tornar uma monocultura de fábricas de ouros? Não é por aí que queremos fazer. Queremos ampliar, fazer, criar questões de cunho nacional, então, acho que esses, realmente... O fórum para um debate ele foi criado. É importante que o debate seja feito, que equipes sejam formadas, que a gente possa convergir em relação a tudo aquilo que eu acho que é um ponto em comum. O esporte é um elemento de transformação e tem que ser usado no processo mais importante que é o processo de educação dos nossos jovens. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou com vontade de quebrar o protocolo e bater palmas, viu?

[palmas].

Obrigado. Não feri o regimento, não é, Senadora Marisa? Feito da outra vez?

[risos]

Eu quero dizer, Bernardinho, que não é hora de fazer comentário, mas tem uma coisa que eu não quero deixar. Eu creio que ouvindo você me deu a sensação de saber porque o Brasil não dá certo como a gente quer. O Brasil não é um time. A gente não conseguiu fazer do Brasil um time de 200 milhões de pessoas com posições diferentes, com interesses diferentes; claro, com lutas internas, mas com objetivo comum. Ganhar algumas copas.

Eu passo a palavra ao Claury Santos Alves da Silva, que é Secretário de esporte e lazer e turismo de São Paulo.

SR. CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA: Boa-tarde a todos, boa- tarde, Senador Cristovam Buarque, Senadora, Senadores, componentes da Mesa, falar um pouco depois do Bernardinho não é fácil. Eu vou procurar cumprir o tempo e agradecer o convite que nos foi formulado e basicamente nós vamos tratar de assuntos relacionados a políticas públicas esportivas, do que a gente vem fazendo em São Paulo, que nós pretendemos fazer e falta muito ainda, logicamente, o que fazer, por favor. Pode passar?

Esse é um quadro que para nós representa um orgulho para São Paulo, mas representa uma responsabilidade e um indicativo importante que nós vamos falar mais na frente. É a quantidade de medalhas por local de nascimento em São Paulo. 21% dos medalhistas de Pequim nasceram em São Paulo. Dos que treinam em São Paulo, são 42%, aliás, são 26% aqui, e os que estão fora de São Paulo, são 42%. Então, e dos que estão treinando em São Paulo, 44, 2% dos atletas que treinam no Brasil estão em São Paulo como eu já disse.

Essas são as modalidades em que receberam medalhas, que, portanto, são aqueles que nós já falamos que são atletas que treinam em São Paulo; aqui 100%, atletismo, 100% judô, 100%, no vôlei nós temos aí 9%. Os demais são em outros Estados, e aí sucessivamente.

E aí nós passamos então a algumas, às ações. São sete ações e o apoio, essa tríade do esporte, o que nós atuamos é justamente nessa questão. A pedagogia do esporte, a infra-estrutura física, e os materiais e equipamentos esportivos. Então, nesse ponto é fundamental como aqui o Bernardinho disse, é fundamental que se tenha pedagogia, o fundamento do esporte, a questão da disciplina, da ética, das regras do esporte, mas é preciso que se tenha infra-estrutura também. Não tem como treinar o basquete se aquela quadra está totalmente depredada, não tem o aro, não tem um piso adequado, ou mesmo não tenha uma bola adequada, não se pode uma criança numa idade que está se identificando com alguma modalidade esportiva, pelas práticas, ou pelas oportunidades que tem, quer seja na rua, quer em atividades em núcleos, em

clubes, mas se a criança não teve um acesso a um material, e não precisa ser de muita qualidade, mas precisa ser adequado. Uma criança de quatro, cinco anos, começar a aprender futebol jogando uma bola de basquete, ou tentar jogar basquete com uma bola de voleibol. Quer dizer, esse é o grande desafio que a gente entende de Poder Público dê todas as entidades e a sociedade para que a gente possa estar presente nesse momento certo.

Nesse ponto, a gente entende também, é importante a lei de incentivo foi um grande avanço, que sem dúvida vai representar ainda mais, e também a bolsa atleta. São Paulo, o Governador Serra já autorizou, e já está no orçamento do ano que vem, São Paulo também vai participar e vai investir na bolsa atleta. É uma bolsa atleta estadual, e nós estamos procurando integrar a bolsa atleta estadual de forma que ela não seja um benefício competitivo; concorrente com o Governo Federal.

Então, nesse sentido nós estamos apresentando a proposta que vai funcionar a partir do ano que vem, de uma bolsa atleta que atenda os atletas que estão nas, no calendário esportivo estadual, que, portanto, nós vamos buscar mais o atleta que está já sobressaindo naquelas modalidades. E também na Lei Paulista vai prever que não vai poder unir os benefícios, quer dizer, o atleta que estiver na bolsa atleta federal não vai poder estar na bolsa atleta estadual.

Na questão do desporto escolar, existe a Escola da Família. Nós estamos fazendo um trabalho, fizemos esse ano e o ano passado com handebol e basquete onde nós treinamos os bolsistas da Escola da Família. Para quem talvez não tenha uma familiaridade com o assunto, a Escola da Família são escolas que estão abertas nos finais de semana, as escolas, essas escolas que ficam abertas os finais de semana são muito procuradas, justamente pela sua infra-estrutura esportiva e nós então estamos, nós fizemos a qualificação desse pessoal, que são os bolsistas que atuam no sábado e domingo, a Escola da Família envolve os pais também, que freqüentam bastante, e nós fizemos a capacitação desse pessoal, dos bolsistas, com handebol e basquetebol, e a partir do ano que vem, nós vamos ampliar para outras modalidades de quadra e estamos identificando as escolas que têm uma certa vocação para outras modalidades esportivas também, como karatê, ou os esportes de tatame que nós também pretendemos atender. E na Escola da Família nós oferecemos o esporte esportivo e a capacitação e também quando existe a necessidade, a premiação.

Esse Move Escola(F) é um projeto que está em andamento, é uma parceria da Secretaria de esporte com a Secretaria da Educação. A secretária já está, já determinou a aquisição de material esportivo, serão kits esportivos que serão distribuídos em boa quantidade para 6. 500 unidades escolares do Estado, e é nessa parceria, é um envolvimento que nós vamos fazer com 16 atletas, ídolo, atletas medalhistas que estarão interagindo com esse projeto durante todo o ano, e estaremos utilizando todo o sistema de teleconferência, com 91 pontos espalhados pelo Estado de São Paulo e com a capacitação de professores, são 12.800 professores de educação física, o nosso alvo são 6 milhões de crianças da rede pública, com material esportivo para as escolas, e o Governador também já determinou através de decreto que até 2010 todas as escolas do Estado, essas 6. 500 unidades tenham suas quadras cobertas. Hoje 90% das escolas têm suas quadras, e desses 90%, tem quase 500 escolas que não têm ainda a cobertura de quadra e, portanto, até 2010, final de 2010, todas deverão ter essas condições de atendimento de esporte na escola.

Então, nessa parceria, envolvem os atletas, que estarão interagindo com escolas do interior, com escolas da capital, com escolas da periferia, e estamos dando prioridade para quatro modalidades, que são as modalidades de quadra, e mais quatro modalidades, que serão identificadas nas escolas, como o judô, como o karatê, como capoeira, e tudo o mais, sem considerar que esse projeto, considerando que esse projeto não tem nada a ver com a Escola da Família que funciona nos finais de semana e, portanto são mais liberais na sua aplicação.

Esse, o Bola da Vez é o projeto que também visa essa qualificação dos professores dentro da escola, também com o fornecimento de material esportivo. Também no desporto escolar são os jogos escolares que são realizados, que atende os jogos escolares e olimpíada colegial atende a 140 mil colegiais no Estado de São Paulo, e os campeonatos dente de leite, dentinho e dentão que nesse caso é o futebol.

No alto rendimento são os jogos abertos, esse ano os jogos abertos foram realizados em Piracicaba, com a participação de 17.500 atletas e dirigentes, foi um número recorde que os jogos abertos e os jogos regionais que ocorrem em oito regiões do Estado de São Paulo, divididas as regiões esportivas, e esse ano nós implantamos a segunda divisão. Não é por que o Secretário é corintiano que se implantou a segunda divisão, mas é que nós achamos interessante que com a implantação da segunda divisão nós criamos a possibilidade da participação maior de delegações menores. Nós víamos que municípios menores que tinham uma delegação, portanto delegações menores, se sentiam retraídos de participar de jogos regionais ou mesmo jogos abertos, porque iriam enfrentar equipes

grandes, como de Santos, São Caetano, Piracicaba, e tudo mais.

Então, com a implantação da segunda divisão com o acesso e descenso, nós estamos criando uma competição também grande de, com bons resultados. Esse ano, portanto, nós tivemos um número bem maior de participantes, tanto nas fases regionais quanto nos jogos abertos que hoje é o maior evento esportivo da América Latina. Os jogos da juventude que têm também esse foco para os jovens e as copas e os campeonatos por modalidades. Então são várias as modalidades que são realizadas, eu tenho aqui uma relação, são muitos eventos que ocorrem, porque dentro dessa linha que precisa ter a competição para haver a revelação de atletas e a possibilidade dessa participação e da aplicabilidade dos conceitos de esporte, que é a questão da convivência, do sentido de equipe, da ética, e tudo o mais, então é preciso que exista uma quantidade grande de eventos esportivos.

Na questão da iniciação para o esporte, são projetos como o esporte social, que basicamente é o esporte, é o programa que o Ministério do Esporte tem, que é o segundo tempo, é o esporte social, nós temos procurado junto com o Ministério do Esporte fazer com que não se duplique o atendimento no mesmo núcleo, ou faça esporte na PM, nós envolvemos a Polícia Militar através do Corpo de Bombeiros e também os batalhões da Polícia Militar que têm equipamentos esportivos de boa qualidade, e também tem o pessoal voltado à educação física, e que é importante eles estarem interagindo com as comunidades dos bairros, então nós abrimos junto com a PM o chamado esporte na PM. Então são, é a comunidade e aquele batalhão ou aquela unidade do Corpo de Bombeiros acaba se interagindo de uma boa forma com essas crianças que muitas vezes têm um outro referencial de ídolos, e os soldados, e todo o corpo da PM tem uma atividade muito forte nisso, e é um projeto que está indo muito bem.

O Navega São Paulo foi implantado pelo ex-Secretário Lars Grael, que tem sido muito produtivo também, o Governo Federal tem um projeto também que chama Navega, o Navega São Paulo tem também dado bons resultados e interessante que os jovens que participam desse projeto passam a ser multiplicadores da consciência de preservação ambiental nas escolas. Então nós estamos procurando através agora de uma proposta, um trabalho, de um projeto que nós deveremos implantar em seguida, é trabalhar nas escolas onde existe a influência do projeto navega, de forma com que a educação possa acolher esses atletas do Navega São Paulo dentro da escola, como monitores de preservação ambiental. Até porque o Projeto Navega tem tudo a ver com água limpa, com preservação dos recursos hídricos e, portanto, a SABESP já se prontificou de ser parceira nossa nesse projeto junto com a Secretaria da Educação também.

E o Pintando a Liberdade que é um projeto da, do Ministério do Esporte, que nós temos uma parceria, hoje nós estamos com três unidades prisionais produzindo material esportivo, principalmente bolas, e que tem servido como importante apoio para material de treinamento. Sem considerar o material que é comprado através de pregões públicos para atender os eventos.

Em termos de eventos, existem os eventos voltados para a prática de atividades físicas e esportivas, e aí existem os eventos de iniciação, eventos de aperfeiçoamento, visa o treinamento, o convívio social, lazer, então, e agora, uma novidade é a virada esportiva, que não só na capital, que tem sido um bom, um grande sucesso, mas também em 20 cidades do interior e vamos terminar o ano já com 13 cidades que nós realizamos. Geralmente são cidades maiores que têm maior estrutura, e o objetivo da virada esportiva é um festival. É o envolvimento do esporte com dança, com a melhor idade, com lazer, é um chamativo para que as pessoas se interessem em participar de alguma atividade esportiva. É o pai que leva o filho num clube para participar de um evento e sucessivamente.

A inserção em competições de alto rendimento são os jogos abertos e os regionais, com... Esse é no caso dos portadores de necessidades especiais. Então existem eventos que são apoiados com a APAE, que isso também faz parte da nossa proposta. E também a terceira idade, ou a melhor idade, que nós fazemos visando a qualidade de vida, são os jogos regionais do idoso, são os jogos estaduais do idoso, esse ano participaram mais de 20 mil atletas nos eventos dos jogos regionais e jogos estaduais, atletas com mais de 60 anos. São 13 modalidades, e tem aumentado bastante.

Bom, na questão ao apoio ao desenvolvimento esportivo, a Secretaria tem uma estrutura física que são 14 delegacias de esporte, 52 inspetorias de esporte, cinco grandes complexos esportivos, que é a Vila Olímpica Mário Covas, Parque Da Juventude, Cerecamp, em Campinas, Ibirapuera e Baby Barioni. O Ibirapuera é o complexo desportivo de Constâncio Vaz Guimarães. Já foi aprovado, está no orçamento da Secretaria, será totalmente reformado, serão investidos 32 milhões de reais mesmo no complexo Constâncio Vaz Guimarães. Já autorizado pelo Governador Serra e já está em fase já de preparativos da licitação. E no Baby Barioni nós vamos transformar o Baby Barioni num centro treinamento paraolímpico, uma parceria da Secretaria De Esporte com a recém criada Secretaria Dos Direitos

Dos Portadores de Deficiência. Então é uma inclusão social e nós vamos investir 7 milhões de reais em toda adaptação e acessibilidade do antigo DEF que hoje se chama Baby Barioni que nós vamos fazer, então, como um centro de treinamento paraolímpico.

São quatro... Bom, aí comentando a primeira tela que nós apresentamos, uma das coisas que nos orientou nesse trabalho dos rumos a serem seguidos pela Secretaria foi justamente aquela questão dos atletas que treinam em São Paulo, que são de São Paulo, foi justamente descentralizarmos o Centro de Excelência que hoje funciona no complexo do Ibirapuera. Onde lá se revelaram vários atletas que é um grande orgulho para nós, a Maurren, o Jardel, o Thiago Camilo, no judô, enfim, vários atletas, Rogério Sampaio que passaram pelo Centro De Treinamento, pelo Centro de Excelência do Ibirapuera.

E com isso, nós, estudando essa questão, nós vimos que haveria necessidade, portanto, de uma ampliação desse trabalho do Centro de Excelência e nós, então, criamos quatro novos Centros de Excelência, sendo um Bauru, e Bastos, judô, e Presidente Prudente, Piracicaba, atletismo. Esses já estão todos os atletas selecionados, estamos triplicando a capacidade do Centro de Excelência nosso e estamos diminuindo a questão que os atletas do interior tinham em estar em São Paulo, morar em São Paulo que muitos tinham problemas de depressão e tudo mais. Nós levamos a estrutura em parceria com a UNESP que dá todo o apoio na parte de medicina esportiva, tudo para o interior, mais perto dos atletas, que ficam, portanto, perto de seus familiares. Os materiais esportivos, como eu já disse aqui, pedagogia, as parcerias hoje os investimentos que são feitos na... Que são 614 parcerias e convênios com municípios, entidades, visando criar mais infra-estrutura, reformas de quadras, construção de novas quadras e estádios e tudo mais.

As reformas, eu vou correr um pouquinho aqui, pode passar. O desporto descolar visa essa melhoraria de infra-estrutura nas escolas, também o lazer, a prática de atividades esportivas, físicas e esportivas e a iniciação, a inclusão social. Então aqui já eu vou passar. Pode passar. Os portadores de necessidades especiais, a gente já comentou aqui, no começo, nós também tivemos uma participação grande, foram dez medalhistas paraolímpicos paulistas com 24 medalhas. E a gente visa, também, não só essa questão do alto rendimento, mas a melhoraria da qualidade de vida dos portadores de deficiência. São alguns dos projetos que nós temos e a adequação do Baby, também como centro de treinamento, tem sido uma coisa que a gente tem festejado como grande avanço dessa área. Podemos passar? A terceira idade eu já comentei que é uma questão também de nós fazemos, criarmos essa sociabilização.

Em seguida, pode passar, são alguns dos projetos que nós temos, eu já citei, depois eu fico aberto... Esse é nosso orçamento 2007 foram 95 milhões, quase 96 milhões que a gente conseguiu executar 97%. Em 2008, o orçamento era 98 e pouco, nós conseguimos suplementar quase 30 e conseguimos até o momento... Tem vários convênios ainda em andamento, e até o momento foram 71,70 % que foram realizados. E para o ano de 2009 o orçamento de 121 milhões e 702. Era isso que eu tinha, fico a disposição. Muito obrigado ao Senado Cristovam Buarque, aos Senadores e todas os que nos ouviram.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Bernardinho tem que sair para uma palestra, eu vou passar a palavra para Ana Moser e depois teremos o debate.

SRA. ANA MOSER: Bom, boa-tarde senhoras e senhores. Prazer estar aqui, muito obrigado pelo convite. Eu estou aqui, enfim, como ex-atleta, talvez essa seja a qualificação, a minha qualificação hoje aqui de menor importância. Enfim, como...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ANA MOSER: Talvez seja, bom, enfim. Talvez exceção. Enfim, eu sou presidente do Instituto de Esporte de Educação há sete anos. Estou aqui representando também outros coletivos, duas redes, uma chamada Atletas Pela Cidadania que é uma ONG, vários atletas participantes, está aqui presente Clodoaldo, Ricardo, Vidal, representando Joaquim Cruz, vários outros, uma ONG de *advocacy*, que trabalha pelos... Enfim, por várias coisas, principais; educação, juventude e esporte, mais recentemente. Uma outra rede chamada Rede de Esportes pela Mudança Social; várias instituições fazem parte, instituições sociais. Partes dessas instituições trabalham diretamente com o esporte, partes trabalham com outras aéreas de atuação na área de desenvolvimento humano e também com esporte.

Então, enfim, hoje eu trago também a voz dessas pessoas, dessas instituições, desses atletas. E para trazer um aspecto que talvez, enfim, possa falar com mais propriedade do que eu poderia falar sobre número e sobre resultados de campanhas olímpicas, número de investimentos no esporte olímpico. Eu gostaria de colaborar aqui com a discussão, falando sobre que esporte é esse, né? A gente está falando aqui sobre políticas de esporte e, é muito comum nós termos no Brasil um entendimento de esporte muito influenciado pela mídia, muito influenciado pelo esporte que passa na mídia, enfim, eu queria trazer um pouco de reflexão

em cima de outros aspectos e de outras dimensões esportivas também.

Então, falar aqui do esporte como cultura, como... Como construção cultural de um povo e como dever do Estado, da sociedade, dever constitucional de provimento, uma responsabilidade do Estado e da própria sociedade.

Então, rapidamente, aspectos positivos do esporte... Então, os aspectos positivos do esporte, a superação, o esforço, enfim, as superações exigidas treina o homem para a vida e aponta o caminho para a autonomia. Mantenedor de valores éticos. Efeitos sobre os centros nervosos, questão física do desenvolvimento físico, capacidade física.

O espetáculo esportivo é o menos alienante é onde há a maior participação do público, diferente, muitas vezes de um cinema, de um teatro. É no esporte que o público participa de uma maneira mais efetiva. E ele é democrático por princípio, por igualar, através de regras, as possibilidades, onde, enfim, as conquistas são por méritos. Pode passar, por favor?

O desenvolvimento dos valores da moral. A disciplina, respeito, solidariedade, tolerância, liberdade, saúde, geração de empregos... Conexão com outras áreas de atividade. E a gente fala muito do esporte como laboratório de vida, onde o egocentrismo, ele é substituído pela necessidade de se trabalhar pelo coletivo, para que os times, as equipes, os grupos possam ser vencedores. Por outro lado, os aspectos negativos, especialização precoce os desequilíbrios físicos e psicológicos. Enfim, tive que parar; sou também um retrato disso. Tive que parar com 31 anos com um joelhinho de 60. Então, enfim, tem todas as conseqüências físicas e isso para quem chega no alto rendimento e para quem não chega no alto rendimento.

Isso aqui é uma citação do filósofo Manoel Sérgio, que eu vou citar um pouquinho mais adiante. Ele fala que: "Sem filosofia o esporte cria bestas esplêndidas que só podem dar para a sociedade resultados esportivos e não participação política, cidadã".

A exploração dos atletas... Tem outro estudo aí recente do ano passado, na Europa, que coloca que cada jogador de futebol tem de duas a três lesões por ano e uma lesão grave a cada três anos. Então, a exigência, quer dizer, a pressão em cima dos atletas, ela é muito desequilibrada com relação a todo o sistema. Quem sofre mesmo no final das contas, as conseqüências negativas, muitas vezes são os atletas.

O esporte técnica e tática é excludente. A gente fala, muitas vezes, e se falou várias vezes aqui nessa Mesa que o esporte tem que começar na escola. A gente tem que tomar cuidado com essas questões, generalizando que o esporte tem que começar na escola, porque o esporte como a gente conhece, baseado em técnica e tática, ele é para poucos. Ele não é para todos. Tirando aí os que... E que nessa sala hoje tem muitos, os ex-esportistas ou os esportistas, a média da população não tem boas experiências com o esporte na memória, na escola, enfim. Por quê? Porque não é para todos. O esporte como a gente conhece, como a gente vê na televisão, que eu joguei, que o Bernardinho jogou, ele é para quem tem um grau de capacidade física acima da média. O esporte profissional. O esporte de olimpíada, de copa do mundo, ele não é para todos. Ele é para quem nasceu com esse tamanho de braço, com essa altura, enfim, com uma estrutura física, com uma predisposição e ainda no Brasil está no lugar certo, na hora certa. Porque a oportunidade também não é para todos também. Então, as oportunidades são muito pequenas, então, também tem essa questão.

Então, quando a gente fala em esporte para todos, a gente não pode falar do esporte de alto rendimento, porque esse não é para todos. Esse é para poucos.

A politização e comercialização levam o espectador à excitação emocional, ao chauvinismo e ao fanatismo, falar das questões das torcidas, né? A questão, a questão muitas vezes da... Do fortalecimento de vários preconceitos sociais e várias questões sociais que são fortalecidas muitas vezes no esporte por falta de debate, por falta de consciência e de conhecimento. Mercantilismo versus ética esportiva, doping, feudos políticos, ideológicos, fraude, corrupção, uso eleitoral, violência, racismo, elitismo, sexismo...

Na verdade, o esporte, na verdade o esporte é uma coisa muito ampla, e não é o esporte que tem o poder, na verdade o poder ele está na mão de quem faz o esporte. O poder para o positivo ou o poder para o negativo está na mão de quem pratica o esporte, de quem conduz o esporte. Não é o esporte que é dono de tudo e sim as pessoas.

Com essa complexidade toda de... Enfim, de objetivos, de características, desde 64, culminando em 78, mundialmente se discute o esporte, e se colocou três dimensões. O esporte educação, o esporte participação e o performance e rendimento.

Passando rapidamente aí por eles. Para a gente pensar, enfim, que esporte... Enfim, então, uma diferenciação dessas manifestações é difícil. O esporte espetáculo é modelo para todas as atividades de lazer. As instalações utilizadas são as mesmas. Se a gente for reparar na escola, toda a escola que tem quadra tem a quadra com a tabela de basquete a 3,05 e o aro a 3, 10. Para crianças, para escolas muitas vezes fundamental, ensino fundamental, de ensino médio, onde, enfim, os alunos ali, eles nunca vão chegar naquela

tabela, enfim, o mesmo padrão que é colocado para o esporte competitivo, para o esporte regido pelas regras de Federações é o mesmo levado para uma quadra polivalente numa praça pública no meio de um bairro de qualquer cidade do Brasil e o mesmo espaço colocado em todas as escolas. Então, é realmente uma, acaba ficando muito confuso. E além do que, as organizações esportivas, elas acabam incorporando todas as formas alternativas de esporte. Citar exemplos: o futebol é 11 contra 11. O futebol conhecido; federado. Mas depois teve o futebol de... O *show ball*, o futebol *society* que virou futebol sei lá, de 11, de 7... O *beach soccer*... No vôlei, o vôlei de praia. E outros tantos... Que eu não sou aqui, não tenho total conhecimento se o Manuel Tubino estivesse aqui com certeza ele ia explanar outras tantas, mas a tendência é: tornar, dentro de uma... Trazer para dentro do sistema federativo para controlar e para trazer para as mesmas regras.

Então, enfim, são manifestações, vamos só dar uma passada rápida, por favor, em todas... Esporte educação, que é um processo público, por princípio, o processo educativo. Integração social, de preparação para o exercício da cidadania de desenvolvimento psicomotor. Desenvolvido na infância e na adolescência, voltado para a aquisição de capacidades e competências. Realizado na escola e fora dela, e, principalmente, os princípios, princípios de participação. Quando a gente fala em participação é inclusão, é para todos. Princípio de cooperação e co-educação onde o aluno e o professor, quer dizer, a professora, educador, não é técnico, não é um sistema diretivo, é um sistema mais construtivo e que, enfim, que o professor ele é um educador, ele é um mediador do processo de aprendizagem. Integração e responsabilidade. Então, esse é o esporte educação.

O esporte participação é aquele, eventualmente, que está muito mais ligado à ocupação de espaços públicos, enfim, àquele esporte praticado por pessoas depois da escola, e para mim não fica muito claro como esse esporte participação ele pode ser possível se a pessoa não aprende antes. Então, não existe o esporte verdadeiramente espontâneo, que vá... Enfim, que tenha o espírito comunitário; que tenha a participação se não houver a aprendizagem, se as pessoas não aprenderem o esporte, não aprenderem esse hábito de prática esportiva, não terem incorporado a cultura da prática esportiva e não a cultura esportiva como a gente tem no Brasil que se perguntar para 100% dos brasileiros, 90 vão dizer que gostam muito de esporte, que o esporte é muito bom no Brasil. Porque tem esporte toda semana na TV, mas se eles praticam esporte, muito poucos praticam o esporte.

Então, na prática, a gente, para não falar em coisas virtuais, falar em coisas reais, o esporte participação só é possível se houver o aprendizado anterior. E o esporte performance, que foi falado, enfim, a fundo nessa Mesa hoje, e que, enfim, que é de responsabilidade de uma, de um sistema de instituições internacionais, nacionais e estaduais e que não é público, o esporte é privado, o esporte é desse sistema de instituições que são privadas. Enfim, que prega com base na racionalidade, o bom, o ruim, o vencedor, o perdedor, enfim, o recorde, o espetáculo, o lucro, a profissionalização, a co-organização, com os meios de comunicação, já que tem compromisso, por princípio, com o espetáculo. O desenvolvimento da concorrência e agressividade.

Então, na verdade, são manifestações completamente diferentes que têm princípios diferentes, objetivos diferentes, estratégias diferentes e querem alcançar resultados diferentes. Então, não dá para a gente discutir uma política, perdão, uma política nacional de esporte sem esse olhar ampliado.

Por favor, pode passar. E aí, enfim, porque para a gente, para fechar aqui no tempo... Aí a minha visão um pouco mais pessoal para se ter tudo, para a gente ter um país de esportistas, para nós termos os nossos espaços públicos ocupados com lazer, saudável, produtivo, e construtivo, para nós temos, por fim, uma estrutura de esporte rendimento cada vez melhor é preciso investir em tudo. Não dá para querer investir em equipe olímpica e querer ter um resultado na prática do esporte para todos, e nem vice-versa.

Então, enfim, e também a gente não pode pensar simplesmente que todos os lugares são celeiros para atletas. Porque nem todos vão virar atletas. Na verdade uma grande minoria vai virar atleta. Mas todos podem virar esportistas, todos podem ter uma condição de desenvolvimento pessoal, de desenvolvimento comunitário no nível, a partir dos princípios das outras dimensões do esporte, e não os princípios do esporte rendimento.

Assim, o esporte na escola e o esporte da escola, qual é o esporte da escola? Será que o esporte que a escola precisa basicamente para resolver as suas necessidades básicas são os campeonatos escolares? São as... Os... Enfim, a escola organizar os seus times de competição para que eles possam participar dos campeonatos? Isso não vai contra os princípios do próprio esporte educacional? Que não é seletivo, que não é sexista, onde não se separam meninos e meninas? Onde, enfim, onde a participação das crianças e dos jovens, ela visa a autonomia desses indivíduos e não simplesmente o desenvolvimento físico, motor e das suas qualidades técnicas para que eles

possam desenvolver bem no esporte. Ou seja, ganhar campeonatos.

Então, basicamente o esporte da escola é o esporte com os princípios educacionais, diferente do esporte que muitas vezes é feito na escola que tem, como, que vai contra os princípios educacionais porque é regido, muitas vezes, pelos princípios do esporte de competição.

Aí também entra na segunda questão que é o esporte de base. O que se entende sobre esporte de base? Então, e, muitas discussões, muitos debates em próprio nível federal estão sendo feitos e têm até um fundo já do criado que está ligado, acho que à subsecretaria, não é, Djan? Acho que é o fundo... Fundo Nacional de Esporte de Base que coloca como a escola, a escola como base para o esporte rendimento.

A escola é escola. O esporte rendimento é o esporte de rendimento. Então, são coisas diferentes e misturar as duas coisas é muito complicado. É uma grande confusão e é isso que nós estamos vivendo hoje.

Só, assim, concluindo, a escola é uma... Essa questão do esporte na escola, a escola é o lugar para o esporte educacional. E a competição no nível estudantil, ela pode até ser feita também, mas para, também incluir aqueles que tenham condição, que tenham talento esportivo e que estão na escola, e não para fazer o esporte da escola. Não dá para a gente querer fazer a seleção, o celeiro de atletas dentro da escola se a gente não resolve nem o problema educacional.

Bom, a prioridade do investimento público, então, ele deve ser no esporte para todos. Esse é o nosso entendimento. E isso, na verdade, a política nacional de esporte e lazer ela está sendo construída nos últimos anos, desde 2000 que eu acompanho, desde que eu parei de jogar, parei de jogar em 99, desde 2000 que eu acompanho várias iniciativas, Câmara Setorial do Esporte em 2000, aí as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer 2004, 2006 e a próxima vai ser realizada no ano que vem.

E não dá para nós negarmos, enfim, que um movimento muito grande está sendo feito no Brasil inteiro para se construir uma política nacional de esporte. Mas a crítica vai no sentido de que isso está demorando muito. E que nesse meio tempo foram feitos vários investimentos no nível federal para uma outra agenda, agenda de Pan-Americano, agenda de candidatura olímpica, agenda de Copa do Mundo. Então, é uma questão de prioridade. A prioridade no investimento público ela é constitucionalmente voltada para o esporte para todos. Que é o direito de todos.

E enfim, por último, a gestão do esporte rendimento a partir de recursos públicos. O COB, enfim, as Federações, as Confederações são instituições privadas, mas passam a ter responsabilidade pública a partir do momento que usam, utilizam recursos públicos.

E assim, é preciso, que seja trabalhado um plano nacional de política de esporte e que todo o investimento seja feito a partir dessa política. Hoje, a política nacional de esporte ela ainda é feita por programas, por ações. E sem uma política nacional de esporte as conquistas olímpicas elas perdem o sentido, ou as conquistas olímpicas ganham um sentido, porque são o retrato do que é, digamos, o esporte olímpico é a ponta da pirâmide e ela tem que ser coerente com todo o restante da pirâmide. Não pode ser algo criado ou acontecido em ilhas de excelência que hoje ainda funcionam em nosso esporte.

Então, a definição de uma política nacional de esporte, que levam em consideração todas as dimensões esportivas e pensando com prioridade no esporte para todos é uma necessidade urgente para que a gente possa avançar. Nesse sentido também entra inclusive a Lei de Incentivo ao Esporte, que é uma lei muito importante; que é uma lei que pode, assim como em outras áreas, desenvolver muito o esporte brasileiro, mas ainda está acessível a poucos. Eu falo pessoalmente porque eu sou uma dessas poucas. Tenho dois projetos aprovados na lei, e tenho porque, tenho uma condição melhor. Sei de várias outras instituições que não estão nos grandes centros e que não conseguem ter o acesso porque realmente é um processo difícil, não é um processo fácil, é um processo burocrático, é um processo técnico, e também é preciso que se pense dentro dessa política que se faça chegar esses instrumentos que são muito bons e muito positivos e que podem desenvolver muito o esporte no Brasil, mas que se façam esforços grandes para que se chegue em todo o Brasil.

Então, por último, só duas frases aí que não são minhas, são do filósofo Manoel Sérgio. Filósofo português; que fala sobre o esporte de uma maneira muito crítica, mas construtiva, e que fala sobre o progresso desportivo que: "ele resume-se ao acréscimo de humanidade no maior número possível de mulheres e homens. E que por seu intermédio se alcance saúde e aptidão, um espaço privilegiado onde o praticante aprende a ser mais homem e não só resultados, mas que haja humanidade no esporte. O poder reflexivo, o espírito crítico e o reconhecimento como prática transformadora".

E, por último, para provocar mesmo: "Não acredites nos campeões de desporto de alta competição em países em que o nível de vida médio não permite o lazer, nem o pão, a educação e a saúde para todos. São meramente máquinas ao serviço de um regime político-classista, vertical, insidiosamente hierárquico.

Mas admira - ele continua - mas admira e aplaude os melhores de um desporto que abrange, democraticamente, através do ato educativo todos e cada um dos cidadãos. Aqueles cintilam sobre massa de marginais subalimentados e sem acesso ao conhecimento e a informação. E os últimos foram os melhores de uma ascensão coletiva e baseiam o seu prestígio em qualidades pessoais".

São resultados de um processo e não acasos, como a gente conhece muito bem no Brasil. Era isso, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, são 1:30, nós chegamos ao final de uma longa Mesa com 6 pessoas, temos duas que convocaram, nós temos a presença de dois dos Senadores, um Senador e uma Senadora... Eu antes queria dizer que recebemos uma carta do José Cruz, que teve aqui um bom tempo, que tinha sido convidado para ser da Mesa, mas que lamento informar que por determinação médica ainda não está liberado. Ele teve uma cirurgia cardíaca há poucos dias.

Recebemos também uma mensagem do Oscar, o nosso querido Oscar Schmidt em que, resumindo, ele diz que, infelizmente, não poderá estar. Estará em Porto Alegre. Aproveita a ocasião para dizer a todos os presentes o seguinte: "O nosso esporte tem melhorado com os incentivos do governo, resta a dúvida está melhor do que quando comecei a jogar. Naquela época não existia nem bolsa, nem Lei Piva era tudo difícil, porém, digo a vocês que seremos uma potência esportiva somente quando o esporte for feito seriamente nas nossas escolas, e isso todos nós sabemos, mas para melhorar um pouco, enquanto [ininteligível] não vem, o meu conselho é esse. Temos o COB, Confederações regendo o esporte no Brasil, por que não estão fazendo escolinhas dessas Confederações em todo o Brasil? Por que não usar as Federações estaduais para gerir escolas de esporte? Isso seria uma revolução no nosso esporte e utilizaria o recurso da Lei Piva de maneira mais eficaz garimpando talentos no país inteiro".

O que a gente vê, de todos esses debates, é que tudo começa na escola. É unânime essa afirmação de todos que vieram nessas diversas sessões. Eu tenho uma pergunta, mas vou querer que seja respondida depois que os outros Senadores fizerem. A minha pergunta é ao Alberto é: por que ele tem tanta certeza que o Rio não vai ganhar a copa? Mas depois.

Agora eu quero passar a palavra à Senadora, ao Senador Sérgio Zambiasi e à Senadora Marisa. Quem quer falar primeiro? Senadora? Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nessas horas...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nessas horas é importante o cavalheirismo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero cumprimentar a todos da Mesa e acho que aprendemos uma lição também. Nós precisamos fazer Mesas um pouco menores para que todos possam interagir mais e nós aqui também tenhamos um tempo mais razoável de poder estarmos juntos.

Mas eu quero fazer algumas considerações e algumas das preocupações desta casa aqui, agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi e o Renato Casagrande que são autores também desse requerimento.

Primeiro, que a Olimpíada reflete o investimento e a importância que o país vê na educação, e aqui, nós estamos vendo como é que é esse espírito. É um espírito de base mesmo. O que significa o espírito de base? É que a população possa, que a gente possa construir um espírito esportivo. O que seria um espírito esportivo? Que a sociedade toda visse o esporte como uma forma de lazer, mas também de desenvolver o seu lado fraterno, o seu lado disciplinar... A gente fala que o povo brasileiro é extremamente indisciplinado e o é, então, o esporte poderia ajudar muito em tudo isso, e no interesse, então, investir no esporte, conhecer a cultura do esporte, mas isso tem que ser não só coletivo nesse sentido de grupos, Ana Moser, eu acho que isso tinha que ser o espírito nacional. É o povo brasileiro tinha que ver o esporte como importante, importante para a sua vida pessoal e importante para a formação da cidadania. Isso tem que ser uma conquista da sociedade. E a sociedade tem que sentir que vale a pena investir no esporte de todas as suas formas. Até do alto rendimento, do rendimento, alto rendimento, mas do esporte como um todo.

O Bernardinho disse que... Perguntou qual o legado dessas grandes manifestações esportivas. Por exemplo, acabou o PAN, o que é que ficou do PAN? Acabou a Olimpíada, o que ficou da Olimpíada? Não é o que ficou só do espaço físico, queremos saber, sim, por exemplo, o que ficou do PAN do Rio, das obras que estão lá do investimento que se fez, dos materiais esportivos que foram adquiridos, dos milhões que a população brasileira investiu no PAN, mas mais do que isso, o que sobrou para a sociedade? O que isso trouxe de benefícios para a sociedade em termos de fazê-la acreditar que o esporte é cada vez mais importante? Isso aconteceu? Foi medido? Foi mensurado?

Bom, o nosso Secretário de São Paulo diz, e eu achei importante vir um Secretário porque às vezes a gente não ouve uma pessoa da sociedade e o Cristovam, Senador Cristovam esses dias estava me dizendo

que a gente tem que ouvir também os pais, os professores, às vezes ele não traz as pessoas que estão na base trabalhando, e para nós isso é importante. É importante ouvir o Estado também, e nesse caso o Estado que mais aplica no esporte de alto rendimento.

Então, o importante das nossas, dos nossos... Desse espírito esportivo do povo brasileiro, não é de fazer só o esporte, mas de espírito esportivo, das quadras de esporte. Não só as quadras de esporte nas escolas; as quadras de esporte coletivas, as que estão em qualquer lugar, para qualquer pessoa poder fazer o seu esporte. Talvez, se fosse nas escolas, as escolas, vocês falam escola de família, como é que é? Escola da Família, que o Governo Federal fala Escola Aberta, que no meu Estado, em Campo Grande é escola viva. Tudo é a mesma coisa.

Isto é, a escola aberta à comunidade nos finais de semana. Pois é a coisa mais bonita você ver a criançada treinando judô, nas quadras correndo, brincando, jogando peteca, jogando como é que é? Queimada... Na escola, aos domingos. A escola fica fechada, Senador Cristovam. É um bem público. Eu acho que essa também é uma forma de criar essa idéia de que vale à pena. Pista de atletismo em todos os lugares, os parques hoje em dia estão colocando, mas é uma obrigatoriedade em qualquer lugar, que tenha uma pistinha de atletismo para que as pessoas possam fazer a sua caminhada quando for mais de 60, mas também praticar esporte quem quiser fazer. A capacitação, as piscinas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu sei Djan, mas são pouquíssimas. Na minha cidade, Campo Grande, fizeram uma piscina comunitária cuidada pela Prefeitura, que era pelo Estado agora está sendo pela Prefeitura num bairro bem populoso. Aí tem todas as regras para que as crianças, as pessoas possam utilizar as piscinas, os horários etc e tal, e você imagine as filas, no verão, principalmente, para a criançada ir para a piscina [soa a campainha]. Então, isso... Mas só tem uma. Então, fica muito difícil você querer, nesse esporte você ter grandes rendimentos.

Equipamentos, então... Esse que o nosso Secretário de São Paulo falou, que é Pintando a Liberdade... Eu não sei se foi quando era o Chiarelli, o Ministro da Educação, ou era o Marco Maciel, ou era o Bornhausen o Ministro da Educação, que eu passei por todos eles, que criou essa modalidade de atendimento feito pelos presos de fazer equipamentos: bola, rede... Que possam ser usados. Ainda bem que existe até hoje, algo que nesse país é difícil continuar. A capacitação dos profissionais é fundamental.

Então, o que eu quero, para terminar, dizer o seguinte: eu não sei qual a política pública para o desporto brasileiro. Nós não temos claro, e isso é uma Comissão de esporte também, de desporto, está aqui. Eu presido, no MERCOSUL, com o Senador Cristovam, eu presido a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Cultura, Tecnologia e Esportes e estamos tentando levantar nos países do MERCOSUL também as políticas de esporte. Não é fácil. Não é fácil.

Além disso, como são usados pelo Ministério dos Esportes, por exemplo, o resultado dos eventos esportivos? Das Olimpíadas, do PAN, das Copas do Mundo, etc e tal? Para que é que se usa? Que uso o Ministério faz desses... dos resultados desses grandes eventos? Que uso o secretário de esportes de São Paulo faz? Por que é que nós estamos, Ana, investindo quantidade de recursos no COB, por exemplo? Qual o resultado? Qual é o objetivo? É só para levantar a moral do povo brasileiro? Por que é que nós temos um COB? Por que é que nós temos as Confederações e as Federações? É para pouquinhos? O grosso do recurso brasileiro deve ir para isso?

Eu quero colocar, para finalizar, uma idéia louca, mas uma idéia que é o seguinte: [soa a companhia] acabam com esses grandes eventos, não tem nada que fazer isso e joga todo esse recurso para a população brasileira poder ter espaço de esporte e lazer. Para que se trabalhe com a população brasileira. Os 180 milhões, os quase 200 milhões de brasileiros.

Quer dizer, é uma coisa louca, mas se nós não estamos vendo o resultado, se é para alguns poucos, se isso não está sendo utilizado pelo povo brasileiro e nem pelos organismos que trabalham, nem estaduais, nem federal que trabalham, que têm obrigação de ir coordenar o esporte nacional, é preferível acabar.

Eu sei que é louca a minha proposta e vão dizer que é porque eu não sou esportista, mas que a gente tem que tomar uma atitude em razão, porque senão nunca vamos ter. E brigar aqui porque o setor que menos tem recursos no orçamento da União é o esporte. Não é isso? Por quê? Porque o povo brasileiro não vê como uma necessidade. A hora que o povo sentir que é uma necessidade, duvido que os políticos não vão refletir aquilo que a sociedade pensa. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Muito rapidamente, Senador Cristovam, e cumprimentando a todos.

É uma sessão longa, mas eu acho que muito elucidativa e, talvez motivadora de outras reuniões, então, com menos gente, ou então com uma menor generosi-

dade do Presidente que o primeiro convidado aqui se prolongou durante quase uma hora e não permaneceu aqui. Deixa eu deixar uma crítica muito clara aqui ao processo, quer dizer, ele ficou quase uma hora aqui na nossa frente e tchau. Aí nós ficamos aqui--

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me mandem as perguntas que eu respondo depois.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Aí é ruim, Presidente. Muito ruim. Mesmo deixando seu competente assessor aqui, mas não é a mesma coisa. O Presidente é o cidadão que saiu daqui. Então, eu acho que tem que deixar claro esse processo porque a audiência pública teria valor, efetivamente, se o Presidente tivesse permanecido aqui.

Assim, ela tem um grande valor, mas como informação para nós, acho que nós aprendemos muito. Os depoimentos foram muito interessantes. Os conceitos, os diferentes conceitos, inclusive, mas uma conclusão que é de todos aqui, efetivamente a participação da escola é fundamental. Nós temos que ter, então, investimento ali na base da escola, numa integração do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, eu acho que já fazem. Acho decisivo, tem que haver integração entre o Ministério do Esporte e Educação, para que as verbas possam ser direcionadas adequadamente. Tem projetos espetaculares no Ministério do esporte e propostas muito interessantes. Nós estamos começando a nos integrar também com o processo. O Ministério do esporte também é novo, porque até pouco tempo para os Estados era Esporte e Turismo. Muitos Estados ainda são, São Paulo é Turismo, Lazer e Esporte. No Rio Grande do Sul também é Turismo. Então, mistura um pouco, quer dizer, o que é turismo, o que é esporte? Os municípios ainda misturam bastante, eu acho que tem que ser específico. O turismo é turismo e esporte é esporte. Acho que isso... Acho que teria que começar a fazer essas divisões.

Parabéns para São Paulo. Tem um orçamento maravilhoso. Metade do orçamento do COB para o esporte de São Paulo está aí o resultado, mas fiquei muito contente em ver o Rio Grande do Sul entre, também, os expoentes, mesmo com orçamento bem pequenininho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas ali tem os clubes, no Rio Grande do Sul, União, que investe muito, Sogipa que investe muito. São dois clubes assim, que são uma referência às universidades. Exatamente.

Então, a conclusão minha aqui, Senador Cristovam, sobre ter essa bandeira, a escola tem que estar motivada para o esporte. O professor de educação física tem que estar lá, e não... Acho que tem que parar com uma coisa, Senadora Marisa, a senhora que é professora, o meu filho não quer praticar esporte, pede um atestadinho médico e está resolvido o problema. Não vai fazer.

Então, nós já começamos com o problema em casa, ao autorizarmos que o filho nosso, seja dispensado da aula de educação física. Da ginástica. Não é? Como a gente diz lá. Dispensado da ginástica. Quer dizer, então eu acho que é uma nova consciência que precisa ser criada. Uma nova consciência.

Na medida em que nós não estamos valorizando esse aspecto fundamental da disciplina, Ana, que colocastes muito bem, o esporte é exatamente isso, é disciplina, nós nos disciplinamos com o esporte, nós acabamos criando uma geração não de indisciplinados, mas que não tem esse conceito fundamental para o desenvolvimento humano; que eu entendo ser a disciplina.

Então eu vi aqui, apesar, como último item até... "Para fazer um campeão nacional precisamos de milhões de praticantes". Eu colocaria como principal item. Nós precisamos ter campeões nacionais. Campeões municipais, campeões estaduais, campeões nacionais. É a partir deles é que nós vamos chegar aqui no campeão olímpico.

Então, eu acho que é o primeiro fator de investimento. Ah, eu falei Integração do Ministério do Esporte e Ministério da Educação, mas me parece que o COB, que vive de verba pública, é dinheiro público, vamos deixar claro, o dinheiro que sustenta o Comitê Olímpico Brasileiro é dinheiro público, dinheiro do Estado. Não tem dinheiro privado aqui não, ou pouco pelo que eu estou vendo aqui.

Ele tem que se integrar a esse processo junto à escola, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte e Comitê Olímpico. Começando a estimular campeonatos intermunicipais, interestaduais, e por aí vai, para surgir esses atletas.

Eu concordo, Ana, que para chegar ao teu estágio é um em quantos? Em mais de um milhão, eu acho. Sei lá. Não sei, mas nós temos que ter um milhão praticando para aparecer esse um. Se a gente não tiver um milhão praticando vai ser difícil achar o um. Então esse é outro ponto.

E para finalizar, uma curiosidade, os 80 milhões de reais para o Rio, então, 2016 é dinheiro do Estado do Rio ou é dinheiro federal?

Se for dinheiro federal, por que o Rio? Por que não Porto Alegre, ou São Paulo? Quem é que escolheu? Então, a curiosidade. Por quê?

Então, só um questionamento que fica no ar. São 80 milhões de reais para promover. Então vamos promover o Brasil como um todo. Venham para o Brasil. Porque o Brasil tem espaço para todos. A Copa do Mundo vem para o Brasil. As sedes são escolhidas.

Então, eu acho que se for dinheiro do Estado do Rio, muito bem, é uma decisão do Governador, tem todo o nosso apoio, toda a nossa compreensão. Agora, se for um dinheiro federal, eu acho que aí já, de alguma maneira pode ser que eles falem: "Como é que é encaminhado esse dinheiro, como é que é feito?" Não tenho idéia do trato orçamentário desta... Desta questão.

E, então, para não me estender porque o tempo vai longo, quero mais uma vez agradecer, manifestar a minha alegria em estar aqui e acompanhar um momento tão importante para o Congresso, para Senado e também para o esporte brasileiro, olímpico, especialmente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Desculpe, Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Um detalhe, eu falei integração, integração, mas ficou detalhezinho aqui. 10% do total recebido destinado ao esporte escolar... Aqui é que eu pergunto, não é exatamente ali que tem que ter essa integração do Comitê Olímpico com o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação? Secretarias da Educação? Se 10% desse dinheiro tem que ir para o esporte escolar e 5% para o esporte universitário, como é que a gente tem essa percepção? Como chegar lá? Quais as escolas? Quais os critérios?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiramente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes pela cortesia e pelo interesse público de estarem presentes nesta reunião.

Eu acho tão importante a boa vontade daqueles que entendem dos assuntos quando há uma audiência pública comparecerem com todo o entusiasmo e com toda a coragem de expor os seus pontos de vista.

Claro que a gente praticava esporte, ou no exército, ou na escola quando era garoto, Secretário. Eu falo no futebol que teve uma decorrência de várias formações.

Então, o nosso futebol de meia, que a gente jogava onde tinha a quadra de basquete da escola, trazia uma meia, enchia de palha ali e jogava o futebol de meia, que hoje é futsal, se não me engano, o nome mais correto que o Brasil virou campeão, mas eu fiz aqui um projeto interessante sobre educação física a pedido dos professores de educação física pela importância que eles representam na infra-estrutura do esporte e da saúde.

Os senhores que foram praticantes de esporte sabem o que representa a educação física no futuro dos investimentos na saúde. Porque é como ela diz, o esporte de rendimento não é para todos, mas todos para saúde poderão praticar um esporte para ter uma respiração melhor, uma coordenação melhor de movimentos e tudo isso que a gente às vezes vai aprendendo e depois fica vagabundo, não faz mais. Só faz na hora da obrigação. E depois, se esquece que tem que fazer. Eu sou corintiano de nascimento... Uma série de razões, e lá eu remava. Aprendi na nadar no cocho, não tinha nem piscina. Falaram aqui numa piscina só. O Corinthians hoje tem prática de esportes assim coletiva, mas os clubes esportivos profissionais viraram um pouco de partido político, acho, hoje. Eles têm uma um voto muito para as discussões sobre os aspectos de direção, de presidência de publicidade e esquecem um pouco os associados.

Quando eu fui candidato a Prefeito, Presidente, eu fiz uma proposta nas discussões de fazer um convênio com os clubes esportivos e nos horários em que os sócios não têm um comparecimento maciço, o clube fosse aberto por convênio com o município ou com o estado para atendimento da população que não tem capacidade financeira para pagar a sua mensalidade. Porque eu vi em Uberlândia um clube que faz isto, pelo menos fazia à época que eu visitei com alto resultado em que as crianças da periferia podiam comparecer.

São Paulo está de parabéns porque tem o CEU estão construindo uma série de praças esportivas dentro das escolas e a ligação entre a secretaria de esporte e turismo com a educação. O senhor acabou de falar, Secretário, que a Secretaria de Educação já tem algumas providências.

Então, essa ligação, essa interligação, integração é importantíssima. A Ana Moser fez uma explicação sobre o esporte de rendimento que realmente não é para todos. Eu, hoje, aqui, por sorte desse Senado tem dois assuntos importantes, esse do esporte e que a gente tem que buscar com essas informações o que fazer. A nossa Senadora pediu o que nós podemos fazer. Porque se o senhor for às praças poliesportivas do Pan-Americano, estão vazias. Estão vazias. Eu não vejo nenhuma prática esportiva que poderia ser

tranqüilamente usada a semana inteira. Porque está lá. Ela acaba, qualquer prédio acaba se deteriorando se não tiver uso e manutenção.

Então, eu acho que essas coisas são importantes. Os centros que têm em São Paulo são sempre usados. Eu moro perto e está cheio de ônibus; de prática esportiva, de colônias, de tudo isso, e agora o senhor fala em reforma aqui, se não me engano eu li no trabalho que o senhor trouxe as verbas que vão ser feitas para a reforma.

Para o doutor eu diria assim, vinha vindo no corredor para essa Comissão, que eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos onde está sendo votado 3 bilhões para a recuperação de Santa Catarina. Eu vim para cá, me pediram assinatura para uma CPI do Deputado Miro Teixeira. Dos... Para onde está indo a verba do esporte? Provavelmente não seja para criticar nem botar ninguém na cadeia, mas para tomar conhecimento do que realmente está acontecendo nas verbas que são destinadas ao esporte e o esporte não é para clube.

Nós fizemos lá aquela loteria esportiva para ajudar os times a pagarem o que eles recolheram dos esportistas. Os clubes amadores pediram uma participação também. Então, eu acho que há alguma coisa fora do contexto de aproveitamento de objetividade, ou o que representa o esporte na nossa vida social. E não é só o profissionalismo que vai fazer com que os clubes realmente possam progredir, porque a parte amadora fica no esquecimento permanente.

Eu acho que pouco tenho a falar porque o tempo voa e todo mundo, eu estava aqui para aprender. Estou levando todas as exposições que foram feitas e diria que outro evento importante aqui me faz lembrar o paraolímpico, que nós não fizemos nenhuma citação aqui sobre as pessoas que têm deficiência de participação, da sua inclusão, que o esporte tem sido uma coisa maravilhosa. O futebol para cego é uma coisa espetacular e emocionante. Ver o jogador pelo barulho da bola consegue fazer o gol. Consegue driblar um outro jogador...

Então, são coisas maravilhosas. Corrida e outros eventos que participam os deficientes com o paraolímpico em seguida às Olimpíadas que tem tido hoje...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, então. Parabéns. Ele é campeão, eu vi ele várias vezes dando entrevista. Mas nós temos alguns esportes que às vezes eu fico triste [soa a campainha] Ana Moser, alguns esportistas como natação, atletismo, tem que treinar fora do país. Tem que ter instrutor fora do país para conseguir.

As universidades que têm o curso de formação, já vou terminar, Presidente, de formação da educação física, algumas têm laboratórios de testar como é que o nadador, o atleta, o desportista tem um rendimento maior. Então, o objetivo é ser campeão, ter a medalha. Não é um preparo físico esportivo. Eu vejo lá no InCor, de vez em quando uns times mandam os jogadores fazerem teste cardiológico. Porque o cara cai duro no meio do campo por não ter sido pelo menos examinado. O esforço dele não dava condições físicas dele estar jogando permanentemente. As lesões são naturais pelo esforço que faz, mas o acidente cardiovascular é uma coisa da formação física da pessoa.

Então, alguns clubes hoje estão mandando fazer anualmente o exame cardiológico. E o amador não tem nem nada disso. A não ser as pessoas às vezes fazem num parque lá em São Paulo tem essa virada esportiva, tem que quem vai medir pressão, e outras providências mais simples para saber se há condições ou não de disputar uma corrida, um ciclismo ou qualquer outro tipo de esporte.

Eu acho que nós estamos aqui... Eu aprendi bastante com as exposições. E duas coisas me preocuparam, uma que está na Ana Moser e do nosso advogado que é corrupção e o perigo do desvio do dinheiro para a prática de esporte terem destino diferenciado daquilo que realmente foi legado.

E parabéns à V. Exa. que pôs na discussão nacional o problema da educação e isso inclui o esporte, hoje, como ligação. E parabéns ao nosso Governador e o Prefeito que têm dado o apoio. Espero que o senhor diga que sim, para o desenvolvimento do esporte integrado com a educação.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado ao Senador Tuma. Vou passar a palavra ao Senador Mão Santa que pediu. Mas, antes eu queria fazer mais uma pergunta aos que aqui estão, que é em cima de uma idéia que eu creio, pela primeira vez, ouvi do Senador Zambiasi. Mas que hoje eu quero dizer que tem o apoio de muita gente na Comissão que é elaborar um Projeto de Lei que proíbe a recondução mais de uma vez dos dirigentes de entidades esportivas. Poder ser reeleito uma vez. Esse é um Projeto de Lei que está pronto e que muitos aqui querem assinar também. Vai assinar também, né? Eu quero ver a opinião deles. Porque algum dirigente, quando eu consultei sobre isso, disse que leva muitos anos para que um dirigente esportivo consiga se situar bem internacionalmente, especialmente, até porque parece que o COE são oito anos, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais quatro.

Bem, Senador Mão Santa pedindo a atenção para o nosso tempo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Serei breve. A atleta campeã Ana Moser definiu, está tudo errado. O esporte está para poucos, não para todos. Está tudo errado. Não era assim. Piorou. Esse país piorou, mas, muito. É muito. Esse país piorou muito. Está aqui a PAIDÉIA, 500 anos antes de Cristo, lá na Grécia ele tinha esse programa, PAIDÉIA. A primeira disciplina era a ginástica. Esse país está louco. A gente vê os velhos, a primeira disciplina que se botava era a ginástica. Depois, tinha a gramática, retórica, poesia, música, matemática, geografia, história... Aqui são os velhos no meio da rua correndo. Não tem mais, está errado. [ininteligível] perdeu o rumo, está mal governado, não tem visão.

Vamos à história, está aqui, 500 anos de Cristo, era a ginástica a primeira. Aí vem um Senador, melhor do que nós e disse *Mens sana in corpore sano*, resumiu tudo. Está errado, isso é uma falácia. Vou dar um exemplo meu. Cristovam, eu fui interno no colégio marista, por isso a igreja está decadente. Naquele tempo eles educavam e tinha esse lado esportivo, cultura... Só o lado esportivo. No ano, eu me lembro que eu estava interno quando o Brasil ganhou a copa, 58. Um irmão marista nós apelidamos logo de Feola, porque era gordinho, mas, interno, atentai bem! A gente jogava três horas por dia. Todo dia. Acordava cedo, botava para a banca para a estudar, ir para a missa, as aulas, meio-dia almoçava, tinha direito a participar. Eu ia para o futebol de salão. Atentai bem! Ali, doze e meia no Ceará. Ainda tinha umas arvorezinhas, graças a Deus, era no sol quente.

Quem queria ir para o basquete, para o voleibol, ou aqueles biribol... Ali quarenta e tantos minutos, aí ia para a banca estudar. Quando dava 2h30, ele liberava lá o Feola, aí a gente ia para o meio do sol quente no Ceará, que é quente, lá no irmão marista jogar uma partida de futebol. Tomava banho; banca, estudo ali... Entre o jantar e a última banca de estudo tinha direito a outro futebol. Eu ia para o futebol de salão, mas tinha quem queria ir para o basquetebol, para o voleibol, enfim, três horas diária. Era nós, nós somos melhores.

Eu tenho filho e neto, gosto muito, mas ninguém quer saber mais nada. Porque a escola está uma porcaria. Não tem o *Mens sana in corpore sano.* Eu fui Governador do Estado e [ininteligível] muito bom. Muito bom o Professor Ubiraci, eu dizia: "Rapaz, mas a bola para ele era quadrada". E olha a decepção. Eu inaugurei um complexo desses, esportivo, virei lá e gente e tal. Aí perguntei lá ao líder político: "Vem cá, e quantas, quadras tem aqui?" Ele disse: "É a primeira". A cidade tinha quase 60 anos. Isso é o Brasil todo. Aí eu digo: "Rapaz, tu bota..." Aprendi e está claro. Nós estamos errados. Esse país está indo para a desgraça. Esse negócio aí todo o povo à toa ganhando uma miséria. Está errado.

Atentai bem! Vamos só aqui. Os alemães. Vamos analisar, povo. Olha, eles foram em duas guerras. Foi pau, morreu gente, confusão... Eu nasci numa, em 42, eu nasci. Você vai lá, cada lapa de gente forte, rico, dinheiro... A gente nem acredita que aquelas cidades sofreram, tombaram na guerra. Tudo modernizado e tudo. Mas lá, eles, antes do Hitler, na primeira e na segunda, eles valorizam muito mais a quadra esportiva do que uma sala de aula, e esse é o meu entendimento.

Eu quando inaugurava uma quadra esportiva, e era difícil meter isso na cabeça porque a nossa geração está ruim mesmo. Uma sala, uma sala esportiva, eu vibrava muito mais, uma quadra esportiva do que uma sala de aula. Porque ali tem... Eu sou médico, aprimora o que dá igualdade ao nosso corpo humano, a riqueza... "Ei, não atrapalha não, o... está atrapalhando o professor, rapaz". A primeira coisa é concentrar, tu tens que ensinar também.

Essa tua Comissão de Educação está desconcentrando. [risos]. É o seguinte, professor, o senhor entendeu? Na escola, está ali a quadra. Ela ensina; primeiro o corpo. A maior riqueza que nós temos é a igualdade. Não tem filho de Deus pobre não. Tudo é rico, tem um corpo, não é? Mas, ele vai aperfeiçoar, aprimorar e enrijecer ali. E mais ainda, ali ensina tudo, tudo. Olha, você ganha e perde. E vê que não acaba o mundo. Para você ser vitorioso você tem que ter esforço; tem que treinar, tem que ter equipe. Equipe. Você foi bom Governador porque você tinha equipe. Essa sua secretaria, aliás, ele é muito bom, até fez um offsidezinho aí e a gente aprendeu. Mas o Júlio é muito bom. É a sua equipe que é boa da educação. Ali a gente aprende trabalhar em equipe. É no esporte. Tem leis, tem juízes. Educa para a sociedade.

Então, é muito melhor e eu lamento, mas está pior. E não é tudo não. Você vê, hoje eu vim, tudo é nesse negócio de computador. Não tem mais nenhuma escola dá, nem particular e nada. No meu tempo... Então, eu acho que isso tem que ser sério. É como Shakespeare dizia: "Não tem bem ou mal o que vale é a interpretação".

Ela falou numa frase, não sei se ela... "É para poucos", não é para poucos. Esporte tem que ser é para todos. Está aqui. PAIDÉIA, 500 anos de Cristo para ensinar aqui o Luiz Inácio Silva [ininteligível]. A ginástica é a primeira matéria. E é. Dá disciplina. Para obedecer as leis, as regras.

Então, é uma falácia. Está uma desgraceira. Eu tenho filho e tenho neto, não tem mais nada de esporte. Eu não sei quem foi que o culpado, eu não estou acusando ninguém, mas que está ruim...

E se reflete aqui, diz: "O Mão Santa está com história antiga e está aqui...", tudo lascado, a educação, a repetência, o desestímulo. Porque não gosta, não tem o lazer. Isso tem que ser dado é na escola. Está entendendo? É a escola que tem que ser valorizada e prestigiada.

Daí os antigos diziam: "A escola é o segundo lar". E não tem esporte, não tem nada. Então, é decepcionante, V. Exa.. [soa a campainha] que pegou essa bandeira tem muito a fazer. Eu não sei nem se é bom você ir para um desses, o que está precisando é aqui. Eu não compreendo é como o Luiz Inácio lhe demitiu. Eu não sei se o senhor era como o meu secretário, muito bom, Professor Ubiraci, está entendendo? Mas para eles a bola era quadrada eu que ia atrás.

Vou lhe dar um exemplo muito prático, por isso talvez eu esteja aqui. Eu me lembro que estava dizendo aqui para o... Ginásio São Luiz Gonzaga, onde estudou João Paulo Reis Velloso. Com 14 anos nós fomos fazer uma excursão, estudante, 14 anos. A gente estava jogando com a seleção de São Benedito, aquela cidade do Ceará onde tem a gruta do Ubajara. Aí, quando nós vimos, eu já em Fortaleza, a gente jogando o colégio da gente contra a seleção de russas(F). Onde é que se vê isso? Éramos nós, jovens estudantes. [ininteligível]. Hoje não tem mais. Ela definiu tudo que é uma advertência. Foi muito importante para poucos. E é mesmo, o esporte é para poucos, a gente fica só assistindo, como no cassino, no jogo. Deixou de ter aquela finalidade que [soa a campainha] os alemães tiveram, a eugenia da raça.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Mão Santa. Eu vou passar a palavra a cada um da Mesa, mas, eu gostaria de ver se, até para o bem de vocês, também, fosse um minuto, no máximo dois. Quero dizer que de fato o primeiro a falar falou mais tempo que os outros, mas eu não controlei o tempo dos seguintes. Eles que foram disciplinados, talvez por serem atletas até hoje. Mas eu vou passar a palavra, começando pelo Dr. Marcus.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Obrigado, Presidente. Eu vou tentar ser o mais rápido possível. Anotei algumas coisas de algumas perguntas.

Senador, meu conterrâneo, sou gaúcho de Bento Gonçalves e saí de lá para ganhar a medalha olímpica 20 anos depois. Eu começo usando esse tema.

O esporte para poucos, que como eu, como Bernardinho, como Djan, como Ana Moser chegaram lá, eu acho que serve de exemplo para os muitos. Ele tem que existir.

Eu vou começar sendo contrário aqui ao que a Senadora propôs porque ele é um modelo. O espelho do atleta olímpico, ele é modelo para os milhões de praticantes que a gente espera ter.

No PAN 2007 eu não fiz parte da Comissão organizadora. Não fiz parte, não faço parte em 2016, mas fui o chefe da delegação brasileira nos últimos jogos panamericanos, três, e nos últimos três jogos olímpicos. E digo, sim, que o Pan-Americano teve um legado.

Importância do esporte, nós estamos aqui porque nós fizemos um Pan-Americano. O esporte brasileiro passou a ser assunto de Estado em função do Pan-Americano. Nós criamos mão-de-obra especializada no Brasil que não existia para eventos e para o esporte de alto rendimento. Nós criamos uma idéia de voluntariado. O Brasil não tem cultura de voluntariado. Foram dez mil voluntários que trabalharam no PAN e hoje trabalham em todas as competições esportivas pelo Brasil afora. Capacitação de gestão, tanto de administradores como de treinadores também é uma herança dos jogos pan-americanos.

O Senador Zambiasi perguntou sobre aonde vai o dinheiro da parte escolar, a lei determina 10% para o esporte escolar e 5% para o esporte universitário. O COB, junto com o Ministério e junto com a CDBU e as escolas e os secretários estaduais de esportes é... Nós fazemos as Olimpíadas escolares. De 14 a 16 anos, olimpíadas estudantis de 17 a 19 anos e olimpíadas universitárias, todo o ano, os três jogos. Foi uma das perguntas.

O Senador Romeu Tuma falou no professor de educação física que para a gente é fundamental, perguntou sobre as praças esportivas, é bom lembrar que o que Pan-Americano, 60% das praças esportivas eram temporárias.

Então, nós estamos falando das praças esportivas, Maracanãzinho está sendo muito bem usado, Maracanã muito bem usado, e nós estamos montando um projeto que é O Centro de Desenvolvimento de Talentos do Comitê junto com o Ministério, tem um projeto no Ministério para a Lei de Incentivos para que seja aprovado. Usando muito bem, de forma muito estruturada o Maria Lenk e o velódromo.

Atletas no exterior. Muita gente falou aqui de atletas no exterior. Eu fui profissional durante 15 anos. Joguei quatro anos na Itália e fez a diferença na minha carreira esportiva. Eu levei quase todos os atletas, ajudei a que fossem para o exterior quase todos os atletas do vôlei brasileiro depois de mim, aí Maurício, Tande, Giovani, Giba, que hoje está na Rússia. Porque isso faz parte da preparação desses atletas, sim. Essa idéia

de que o atleta não deve ir lá para fora não é, ela não faz parte do alto rendimento. O alto rendimento ele é modelo e uma das experiências importantes desses atletas é essa experiência internacional.

Em relação a CPI, o Senador Miro Teixeira está pedindo as assinaturas, eu não sou contra nem temos medo de CPI nenhuma. Mas é só repetir que nós somos visitados e hoje estão lá dentro TCU e CGU todo dia no Comitê Olímpico Brasileiro. Todas as verbas do verbas do Comitê Olímpico Brasileiro são averiguadas diariamente pelo TCU e pelo CGU.

E aqui do meu amigo, Alberto, meu companheiro de Assembléia, eu até um mês atrás era voluntário, fazia parte da Assembléia do COB como ele, como voluntário. Só uma coisa, ele disse que não vive, nunca vai viver de esporte, eu já vivi e muita gente vive do esporte. O esporte hoje faz parte da indústria brasileira. Dá trabalho para muita gente. Então, não tenha, não é desonra nenhuma viver do esporte, Bernardinho vive dele, Djan viveu muito tempo, Ana viveu muito tempo, então faz parte.

Quando ele falou em aumento de funcionários do COB, na verdade aumentaram os serviços que o COB presta. Eu mostrei aqui [soa a campainha] todos os serviços que nós damos; as Confederações e a todo o esporte brasileiro.

Discordo dele, Rio 2016 não tem chance, eu também tenho essa ligação internacional, faço parte da agência mundial antidoping com sede em Montreal. Fiz as últimas delegações brasileiras. Acho que o Rio de Janeiro tem muita chance de vir a ser a sede dos jogos, sim. Medalhas, ele falou também que são ações individuais, discordo completamente. Não existe ninguém que ganha medalha sozinho. Todos eles, todas essas medalhas são trabalhos de equipe.

E vou reforçar, estava escrito aqui, o Cláudio me deu uma cola, como ele elogiou o Cláudio, eu vou reforçar o elogio do Cláudio, o relatório do TCU que ele apresenta aqui não aponta nenhuma irregularidade nas verbas utilizadas pelo CORIO, Comitê Organizador. Nada dirigido ao COB existe nesse relatório. Nós temos, o relatório é público. Não tem nenhuma relação, nenhuma irregularidade do CORIO relativo ao Comitê Olímpico Brasileiro. Obrigado, e desculpe, Presidente.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra o Dr. Alberto Murray Neto.

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Só ler o relatório, acho que o Comitê Olímpico está empurrando para o Ministério. Alguém vai ter que se explicar. O relatório está aqui não sou eu que digo. E eu quero amanhã, por favor, ler no site do COB a opinião verídica dos Senadores. Porque a que houve na Câmara, o site do COB foi contestado por 100% da imprensa que disse que o que saiu lá não era exatamente.

Quero dizer o seguinte, acho uma descortesia do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro vir aqui falar como se pairasse em cima da lei e ir embora. Ele está aqui para falar com os Senadores e para explicar um mundo de denúncias que existe.

Marcus, com todo o respeito que eu tenho. Eu tenho o maior respeito pelos atletas olímpicos. Eu acho que ganhar uma medalha olímpica é uma das coisas mais difíceis que tem. Você disse uma coisa que pode ser correta, mão-de-obra no Brasil foi criada para a organização de eventos esportivos. Então, por que consultar, pedir à consultoria 46 milhões de uma empresa chamada EKS, de outras no exterior se tem aqui, faz a licitação com o que está aqui. Aí eu leio aqui que não, que as do exterior é que têm know-how.

Então, acho que a formação desse know-how brasileiro não foi assim tão grande. O dinheiro é público, Senador Zambiasi, o dinheiro é público. Se quiser botar isso no site também que estou dizendo é o seguinte: sabe o que diz o art. 26 do Comitê Olímpico? Que eu ainda não sei se vou discutir na justiça também, tem gente querendo, olha só, hein. Isso foi mudado na gestão, não era assim. "Somente brasileiros natos que sejam membros do Comitê, por pelo menos cinco anos consecutivos poderão ser eleitos para os cargos de Presidente e vice-Presidente".

Cinco anos representa, representam, na prática, dois mandatos. Se o Djan, se a Ana Moser, se o Secretário Claury, se eu, quer dizer, eu não porque eu faço, mas eu não tenho pretensão, mas se o Bernardinho, quiserem ser presidentes, se o Lars Grael quiser ser presidente não pode. Tem uma vedação aqui. Enquanto isso, nós é que estamos sustentando tudo isso. Isso aqui é inconstitucional. Tem o parecer sobre isso e tem o parecer de administrativista sobre a questão de que o Comitê não é mais um órgão privado.

Esse negócio de vir aqui e falar... Ontem tinham me avisado que ele falaria e não me enfrentaria. Eu quero ter outra oportunidade para poder perguntar isso e ter resposta.

Finalizando. O Projeto de Lei tem que haver uma limitação de mandato para Federações, Confederações e Comitê Olímpico Brasileiro. Se o próprio Comitê Olímpico Internacional limita o seu mandato, por que é que nós não vamos seguir o exemplo? Isso tem que valer a partir de agora. Aí vem com aquela história de direito adquirido que é remédio para tudo no Brasil: "Ah, não, comigo não vale porque eu tenho direito adquirido eu nasci antes da lei". Não, tem que valer [soa a campainha] para esse mandato. É isso aí, obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a Ana Moser.

SRA. ANA MOSER: Então, rapidamente também. A gente fala de modelo esportivo, mas a gente tem que, para desenvolver a cidadania, para desenvolver os nossos jovens, a gente tem que ter modelos próximos, modelos possíveis, e não modelos distantes onde, enfim, a única salvação para boa parte da população, e isso é vendido alargamento como remédio, o remédio para todos os males, a única salvação do pobre no Brasil é virar atleta. Se o cara nasce com isso, né? Estampado...

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Modelo, [ininteligível]... [risos]

SRA. ANA MOSER: Sim, é. Pagodeiro, né, modelo, enfim. Questões que são inatingíveis. E o cara nasce com isso e vive com isso, haja auto-estima, haja condição.

Então, a questão dos modelos esportivos é importante, sim. Não estou tirando, senão... Eu estou aqui porque eu fui modelo esportivo. Mas, não podem ser os únicos. Não pode ser a única, enfim, a única salvação e a gente tem que ampliar um pouco mais esse conhecimento. Isso é cultura, isso é formação. Isso é maturidade como democracia, como povo.

Então, acho que a gente tem que discutir um pouco mais isso e não... Enfim, se contentar com explicações simples, simplistas. Com relação ao... A relação do COB com a educação, como a Lei Piva tem 10% para esporte educacional, quer dizer, para o esporte escolar, ou não sei como é que se define, porque na verdade, não se define muito, porque o entendimento é um pouco difícil. Não se tem um entendimento do que seria esporte escolar, ou do que seria o esporte educacional. Então, um investimento do COB no esporte educacional é nas olimpíadas escolares. Que é uma edição nacional com grande recurso, recurso muito grande. E que ele faria sentido se ele tivesse tudo isso para baixo. Tem o nacional, tem os estaduais, tem os regionais, tem os municipais. E tem toda uma estrutura funcionando.

Então, isoladamente, num investimento, num evento nacional que a gente sabe que é muito mais caro carregar todo mundo dos Estados, que eu acho que é em Brasília que é realizado, se bem que deve ter em outras cidades. Cada ano numa cidade. Enfim, isso é uma questão.

E aí eu vou repetir o que eu ouvi há duas semanas atrás do João Batista Freire [soa a campainha] que é um dos maiores lançadores de livro sobre a educação e sobre o esporte educação no Brasil, que ele fala que ele, pessoalmente, e eu concordo com ele, não acredita em uma instituição fazendo tudo. Porque são objetivos diferentes, são resultados e estratégias diferentes. Então, não dá para o COB investir em tudo. Assim como não dá para o governo investir em tudo. Então, nesse sentido.

Eu questiono isso. Eu questiono o COB como o todo poderoso, supremo que, enfim, também vai cuidar da educação. Quem tem que cuidar da educação é o Ministério da Educação que infelizmente não está aqui hoje. Infelizmente, isso é um retrato. Isso não é por acaso. É um retrato do que, de como a educação vê a educação física e como a educação vê o esporte. Não vê. Infelizmente. E culpa nossa, da área esportiva. Muito culpa nossa da área esportiva.

Enfim, sobre o limite do mandato, como uma instituição que recebe recursos públicos, eu acho que deve seguir as normas do que é entendido como um mandato público. Então, uma reeleição.

E a questão do legado do PAN, dos usos dos equipamentos, eu queria só fazer um alerta. Não tem como uma instalação localizada lá em Jacarepaguá enorme, como o Maria Lenk, como o... Não o velódromo, o outro lá onde foi ginástica arena, eles são localizados, para ele ser ocupado, na sua plenitude, por projetos de iniciação esportiva ou de esporte para todos, é muito custoso. Você vai ter que transportar todas as crianças para lá todo dia. E quem trabalha com projeto sabe que transporte é um dos custos mais caros, transporte e alimentação. Não tem coisa mais cara que isso. [soa a campainha].

Então, não é feito para isso. Então, não se pode esperar que esse seja o resultado. Ele é feito para grandes eventos esportivos. Se fosse para ter equipamentos esportivos para todos, tinha que pegar um Maria Lenk e dividir por 30 comunidades no Rio de Janeiro e aí você ia ter equipamentos de esporte para todos.

Então, uma coisa é uma coisa. Outra coisa é outra coisa. Como dizia o filósofo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Djan Madruga.

SR. DJAN MADRUGA: A Senadora Marisa falou sobre a questão do legado do PAN. No caso o que ficou do legado do PAN para a sociedade. Especificamente, eu posso falar do legado do PAN na questão do que tocou ao Ministério do Esporte que é o Complexo Deodoro.

O Governo Federal investiu 120 milhões de reais no Complexo de Deodoro. Nós cuidamos do Complexo de Deodoro já foram realizados desde o final dos jogos parapan-americanos 55 eventos em Deodoro. É o complexo com a maior utilização. Há atividade de natação, hóquei sobre a grama, tiro, está em construção o ginásio de judô, atletismo, enfim. Isso aí é público e notório.

Um legado muito importante que surgiu do PAN, eu diria, foi o aumento do Bolsa Atleta. Nós conseguimos com os resultados dos jogos pan-americanos, quadruplicar o número de bolsas atletas que foram oferecidas. Tínhamos 840 bolsas atletas oferecidas antes do PAN com o resultado do PAN, esse ano, e com, obviamente, com o resultado das Olimpíadas estamos entregando 3.300 bolsa atletas para atletas carentes que não têm outro tipo de patrocínio. Isso realmente decorreu em função daquilo.

Outra ação que foi importante; nos ajudou com o foco da realização dos jogos pan-americanos, a aprovação da lei de incentivo fiscal. O Senador Cristovam Buarque foi muito importante no processo. Essa Comissão nos ajudou muito e nós sempre falamos da importância da aprovação da Lei de Incentivo Fiscal em função da realização dos jogos pan-americanos.

A nível nacional, houve um legado importante na cerimônia da tocha que passou por todo o Brasil; e com a cerimônia da tocha, eu tenho certeza que milhares, talvez, quem sabe centenas de milhares de jovens estão praticando esporte em função da cerimônia que aconteceu.

A Senadora Marisa falou também das piscinas que são pouquíssimas. Concordo com ela. Queria deixar um dado aqui para os senhores dizendo que a cada, a cada hora e vinte morre um brasileiro afogado por não saber nadar. Então, nesse período que nós tivemos aqui, provavelmente três brasileiros, dois ou três brasileiros se afogaram pela falta da prática da natação e ela é muito adequada em lembrar que realmente não há piscinas suficientes. Estamos trabalhando no Ministério do esporte na capacitação de profissionais. É uma das principais exigências que foi colocada durante os jogos pan-americanos. Isso está sendo feito. Qual a política do Ministério do esporte para o esporte? Existe uma política de esporte, sim. Essa política está pronta, sendo revisada em função da conferência nacional de esporte como disse a Ana Moser que está sendo realizada ano que vem. Existe uma política setorial de esporte de alto rendimento, que eu tenho aqui se os senhores quiserem uma cópia, que também [soa a campainha] está sendo revisada, como existe a política de esporte educacional, como existe a política de esporte e lazer.

Pena que a Senadora não está aqui. Que, por favor, não acabe com o pouquíssimo recurso que há no esporte de alto rendimento e jogue no esporte para todos. Isso não... Me desculpe, mas, não faz sentido. Eu fico até com medo de ouvir, porque o esporte de alto rendimento, dentro do Governo Federal, é o que tem o menor recurso. Então, é importante o esporte educacional, sem dúvida, mas o esporte de alto rendimento é o espelho. Como a Ana Moser, como o Bernardinho, como todos esses atletas que estão aí conquistando medalhas, com o Cielo é que crianças, centenas, milhares de crianças e jovens estão iniciando na atividade esportiva. Esporte de alto rendimento é importante.

Senador Zambiasi, a questão da integração do Ministério da Educação com o Ministério de Esporte. Estamos trabalhando nisso. É muito difícil. O nosso modelo não é o modelo que privilegie o esporte educacional. O que o Ministério do Esporte está fazendo é exatamente, dentro do Programa Segundo Tempo, nós temos um milhão de jovens fazendo atividades físicas no contra-turno escolar. Então, estamos integrando os programas do Ministério do Esporte, Segundo Tempo, Núcleo de Base e Descoberta de Talentos para podermos desenvolver o esporte escolar dentro do nosso limite. A responsabilidade do esporte escolar, obviamente, é da educação, mas o Ministério do Esporte está fazendo a sua parte.

Senador Tuma falou da importância da atividade da educação física e do clube aberto à comunidade. Estamos com um projeto junto à Confederação Brasileira de Clubes para que todos os clubes que tenham possibilidade e viabilidade possam abrir também para a descoberta e detecção de talentos.

Senador Cristovam falou sobre a questão do Projeto de Lei que proíbe a recondução.

Senador, como atleta, eu diria que eu sou absolutamente favorável, porque a maioria dos atletas do país acha deplorável a questão dos dirigentes esportivos permanecerem durante anos e anos a fio no cargo.

Como gestor, diria o seguinte, tenho visto nas viagens internacionais que eu fiz que realmente, lá fora, ninguém respeita essa questão da recondução curta. Então, é um problema, porque se nós formos nesse caminho, com certeza os nossos dirigentes sairão prejudicados no entendimento internacional. Então, talvez, tem que se encontrar aí um meio termo, nem lá, nem cá. Mas, isso é fato. É concreto. Então, eu, como atleta, deploro. Mas, como gestor, vejo que sairemos inferiorizados nesse processo.

Senador Mão Santa [soa a campainha], atividade de ginástica, vi na China um povo, agora, durante os jogos olímpicos de Pequim, absolutamente saudável, fino, um povo saudável, porque, na minha visão, pratica atividade física que é a ginástica nas praças com um... Uma quantidade insuperável, eu diria. Realmente é um problema no Brasil, a prática da ginástica não existe. Fui Presidente da Associação Brasileira de Academias e a prática da atividade física no Brasil, ela é pífia. Menos de 2% da população brasileira pratica atividade física com regularidade. Mas em países, inclusive mais

avançados como o nosso, como os Estados Unidos, por exemplo, é onde mais se pratica atividade física nas praças, nas universidades, nas escolas, nas academias, nos clubes, em torno de 15% da população tão-somente pratica.

Então, esse é um problema mundial que nós não vamos resolver. O que nós podemos fazer é aumentar a prática da atividade física, por quê? Porque se nós temos a ciência da importância da prática da atividade física regular, precisamos realmente fazer com que os nossos jovens também pratiquem, mas é um problema.

Queria finalizar dizendo que eu também acredito na questão da possibilidade da Olimpíada de 2016 vir ao Rio de Janeiro. Tive em duas oportunidades participando de duas ações que me garantem que existe essa possibilidade completa. Estive junto com o Ministro Orlando Silva entregando uma carta do Presidente Lula ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge, e percebi, claramente, conversando com ele, ouvindo o que se passou, que há um interesse, sim, em que os jogos olímpicos venham para a América do Sul. É concreto.

E agora, há duas semanas atrás, estive junto com a delegação brasileira que foi a Istambul defender a candidatura e pude ver todas as quatro candidaturas que foram apresentadas. Madri, Tóquio, Rio e Chicago. E, concretamente, as duas melhores apresentações para todos os presentes foram do Rio de Janeiro e de Chicago. E Chicago, talvez só tenha sido um pouquinho melhor do que a candidatura do Rio de Janeiro, porque eles apresentaram um vídeo do Presidente Obama.

Então, eu acredito que o Comitê Olímpico Internacional precisa vir sim para a América do Sul, porque há uma competição internacional do Comitê Olímpico com a Federação Internacional de Futebol que é a FIFA.

A FIFA já veio para a América do Sul e já está na África. O Comitê Olímpico Internacional não chegou nem na América do Sul. Então, vai ter que chegar impreterivelmente. A questão é saber se essa é a hora. Eu acredito que temos chances concretas sim. Obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu passo a palavra ao Claury Santos Alves da Silva.

SR. CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA: Senador Cristovam, só para cumprimentar a iniciativa de todos os Senadores, a Senadora Marisa, todos os componentes da Mesa de sairmos daqui com a certeza de que tivemos uma oportunidade hoje, um fórum de discussão, de conceitualização... Todos nós saímos daqui aprendendo mais do que nós entramos nessa reunião e o sentido único de que o esporte é importante nessa visão, acredito, e assim nós temos atuado em São Paulo, não só o foco do alto rendimento, mas o alto rendimento com uma conseqüência de todo um trabalho da pirâmide, da base que se faz na escola, que se faz nas praças, e nessa base o poder público tem uma responsabilidade muito grande que é essa tríade de oferecer o material, oferecer a fundamentação... Um grande desafio que nós temos em São Paulo, que é esse envolvimento da educação com 12 milhões, com 6 milhões de escolares onde nós pretendemos não só, a questão do esporte, o ensinamento esportivo e pedagógico, mas, também, o ensinamento através dos pesquisadores do instituto de medicina esportiva da USP que é tratar sobre obesidade, que agora, dentro dos próximos anos deve ser uma das principais causas morte sobressaindo, quer dizer, alcançando o tabagismo.

Então, essa questão de orientar as crianças, os jovens, sobre anabolizantes, o uso indevido de anabolizantes, da obesidade... Tudo isso o esporte pode trazer junto. Eu acho que essa é a função principal do governo e, logicamente, dar também oportunidade para que isso tudo se transforme e que o esporte de alto rendimento, a participação dos nossos atletas, ídolos, seja sempre esse espelho olímpico, esse espelho de incentivo para a prática de... Para o incentivo para a criança, o jovem... E mesmo a pessoa de idade que queira participar e praticar esportes.

Eu também tenho algumas dúvidas como... Eu concordo com a Ana Moser, tenho algumas dúvidas com relação às Olimpíadas escolares ser tratada como alto rendimento. Eu acho que o Marcus Vinícius sabe que no fórum de secretários [soa a campainha] de esporte essa é uma questão que tem sido polêmica, e acho, também, eu tenho dúvidas e, pessoalmente, acho que não é o foco de atividade de alto rendimento.

A possibilidade de nós avançarmos numa lei geral do esporte, eu acho que é muito benéfica e esse fórum que está se criando aqui que o Senador Cristovam Buarque presidindo a Comissão de cultura, Esporte e Educação, possa realmente ser, continuar sendo esse fórum para nós discutirmos o esporte.

Eu saio daqui muito animado. Quero cumprimentar o Senado. Quero cumprimentar V. Exa. todos os Senadores, Zambiasi, Senador Mão Santa que está

aqui e que também nos dá essa certeza de que esse pensamento de que a ginástica, que há 500 anos de Cristo é o que a gente que trata do esporte, que lida com o esporte, que quer o esporte acima de tudo como... valorizado, eu acho que esse é o pensamento de todos nós aqui que queremos cada vez mais valorizar o esporte.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu já perdi dois almoços. Vocês também. Eu tenho um compromisso às 2 horas que eu não vou. Mas, eu não quero sair sem ouvir uma resposta do Alberto. Por que você acha que o Rio não vai ganhar?

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Assim, eu vou falar mais do que os outros. Eu tenho a minha opinião.

Eu conheço os meandros disso. Tenho os meus contatos. A... A apresentação do Rio, em Istambul, foi ótima. Aí saiu de lá me liga um amigo: "Vocês tem a apresentação, foi melhor que teve. Usaram o teleprompter como nunca, mas mostraram o Rio de Janeiro que não é verdade". Quer dizer, pensam que o sujeito lá é idiota? Sabe que o Rio de Janeiro tem um índice de criminalidade altíssimo. Que não tem hotel, está aqui no jornal, que a piscina olímpica não serve, que tem que fazer outra. Que vai ter que investir, que esse relatório do TCU já não está circulando por lá? Está sim. Eu tive, eu fiquei on-line com a apresentação, e eu até botei no meu blog falando. O sujeito que ouviu a apresentação saiu de lá e disse: "Duas coisas, apresentação boa, Chicago e Rio de Janeiro. O Rio usou o teleprompter como se as pessoas fossem grandes atores" Mas eu venho aqui e mostro de repente um vídeo tentando dizer que, nem sei se existe essa cidade, mas Xiririca da Serra é a maior cidade do mundo.

Quer dizer, as pessoas sabem. O Comitê Olímpico Internacional tem a tradição de dar os jogos a quem tem segurança jurídica, segurança econômica, segurança no meio ambiente. Hoje os jogos olímpicos são o maior evento do mundo, e quando ele assina o contrato com a cidade ele assina com o patrocinador. Eles não podem correr risco de dar a quem não sabe se vai sair.

Esse negócio de rotação do Comitê Olímpico Internacional não tem importância nenhuma. Tanto não tem importância esse tipo de apelo que é um apelo maior do que Atenas 96? Que era o centenário dos jogos olímpicos e perdeu para Atlanta, que foi a candidatura da coca-cola? Quer dizer, não tem nada disso.

Agora, a FIFA tanto se arrependeu de ir para a África que mudou o estatuto dela que disse: "Olha, não vai mais ter a rotação, porque quem está certo é o Comitê Olímpico Internacional que não tem isso". E pela primeira vez a FIFA fez uma coisa que foi um seguro para as copas do mundo da África e do Brasil, porque se ela não entregar a mercadoria que ela supostamente tem que entregar que é a Copa do Mundo ela paga uma multa danada. Você vê a credibilidade que os nossos continentes, sofridos continentes ainda têm. Não vão votar. Não vão votar. Eu sei, por exemplo, para onde vai o voto do Uruguai. Não vai para o Brasil. Quer dizer, posso dizer... Eu acho que o Marcus tem que falar porque eu não quero ser o monopolizador da palavra. Enfim...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marcus, um minuto também.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Um minuto está ótimo. Na verdade eu acho, primeiro, seguro é obrigatório. É o meu mercado. Depois parei de jogar fui executivo de Banco Seguradora. É obrigatório; todas as Olimpíadas fazem, todos os jogos pan-americanos você tem que fazer é um *no show*, cancelamento. Eles fizeram igualzinho o que tinha antes. Atenas tinha muito problema de segurança e conseguiu contornar. Meio ambiente nem se fala, e de prazo de entrega de obra pior ainda, e conseguiu levar os jogos, sem o menor problema.

Eu acho que o voto é individual e secreto. Então não é o Comitê Olímpico Internacional quem manda no comando do voto. Existem blocos. Nós estamos trabalhando nesses blocos. O Comitê Organizador está fazendo um trabalho muito importante. Essa apresentação que ele falou que, realmente nós fomos muito bem; nós fomos muito bem. O mundo inteiro interpretou dessa forma.

O mundo inteiro conhece o Rio de Janeiro, sabe que são jogos diferentes. Os jogos da China foram de uma forma, os jogos de Atenas de outro, os jogos de Sidnei de outro. A copa do mundo da Alemanha não vai ser igual a copa do mundo da África do Sul. Eu estive na África do Sul o ano passado, ela está preparada para receber os jogos que não vão ser iguais aos alemães e assim vai ser da mesma forma no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu concluo dizendo com dois comunicados. O Ministro convida para uma sessão hoje às 16 horas na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e para amanhã a entrega de prêmio a 31 professores autores de melhores trabalhos.

Eu agradeço a todos. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 36/08 – CE de autoria do Senador Flávio Arns, sessão esta inserida na programação da IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada pelo Senado Federal, que se realiza de 2 a 5 de dezembro, no Auditório Petrônio Portela. O objetivo da Audiência Pública é discutir o tema: **"Paraesporte no Brasil, e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Publica, da Senhora Maria Gloria Batista da Mota, Secretária Executiva da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB em Brasília; Senhor Antonio José do Nascimento Ferreira, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; Senhor Jackson Carlos Barbosa, Presidente da Associação Desportiva de Surdos de Taguatinga/DF e Senhor Ulisses Nardson Santos, servidor terceirizado do Senado Federal e portador de necessidades especiais. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Daniel de Faria Dias, Atleta Paraolímpico de Natação; Senhora Shirlene Santos Coelho, Atleta Paraolímpico de Atletismo; Senhor Marcos Fernandes Alves (Joca), Atleta Paraolímpico de Hipismo; Senhor Lucas Prado, Atleta Paraolímpico de Atletismo e Senhor Clodoaldo Francisco da Silva, Atleta Paraolímpico de Natação. Prosseguindo, a Presidência informa que o Senhor Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, convidado a participar desta Audiência Pública, envia e-mail justificando a ausência, em virtude de problemas de saúde. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Flávio Arns – autor do Requerimento, Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e Senhor Senador Sérgio Zambiasi. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Desculpem eu ler dessa maneira, mas é só para ficar registrado na gravação para depois saberem qual foi essa

Sessão. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão aprovadas.

Essa Reunião, ela atende ao Requerimento nº 36, de autoria do Senador Flávio Arns, para realização desta Audiência Pública, destinada a debater o tema "Paraesporte no Brasil e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência". A Sessão está inserida na programação da IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser realizada entre 2 e 5 de dezembro pelo Senado

Federal. Como Presidente dessa Comissão, eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns a iniciativa, porque me parece mais do que correto, justo, que façamos uma Reunião como essa, Senador Flávio. Por um lado, para homenagear a esses heróis brasileiros, que não apenas são grandes atletas, mas são grandes atletas que superaram grandes dificuldades, mas também porque é um momento para debatermos como fazer para que aqueles que são portadores de deficiência, que exigem cuidados especiais, para que eles possam cada vez mais participar do esporte honrando o Brasil e quebrando os preconceitos que existem contra os portadores de deficiência ou portadores de cuidados especiais.

Eu quero agradecer especialmente à equipe organizadora da IV Semana, que também esteve na II e na I, e dizer que... I e II, e III, desculpe, estarão na V. E dizer que vocês, com esse trabalho, vocês dignificam o Senado Federal, mostram que o Senado Federal é não apenas uma Casa Legislativa Política, mas é uma Casa com sentimentos, com solidariedade, com respeito e com orgulho também, porque essas são pessoas, que aqui estão conosco, que nos orgulham muito como brasileiros que somos. Então agradeço a presença e que nossa Sessão tenha sido incluída dentro das comemorações da IV Semana.

Eu quero aproveitar e dizer e que no meu discurso ontem, na plenária da IV Sessão, eu fiz questão de chamar a atenção para um grupo específico do que eu chamo portadores de cuidados especiais, o Senador Flávio Arns prestou muita atenção quando eu falei, estava em pé, que nós esquecemos, que são aqueles que não aprenderam a ler. O analfabetismo cria na pessoa portadora do analfabetismo a necessidade de um cuidado especial. De certa maneira, no mundo moderno, a pessoa que não sabe ler tem dificuldades para enfrentar a vida de outro tipo, mas também muito grandes como uma pessoa que precisa estar na cadeira, como uma pessoa que precisa de guia, como uma pessoa que precisa das traduções especiais como nós temos aqui. Com uma diferença: é que, como disse o Senador Flávio Arns, vocês vão estar na V, na VI, na VII, na VIII, porque sempre vai haver necessidade de cuidados especiais, mas no analfabetismo a gente bastava ter até a oitava, em quatro anos a gente poderia resolver isso. Eu faço questão de lembrar aqui para dizer a vocês que quem não sabe ler enfrenta dificuldades, para enfrentar a vida, diferentes, mas muitas vezes tão duras quanto a de vocês que não têm a visão, que não conseguem andar sozinhos, que não ouvem, que não falam.

Dito isso, eu vou passar a palavra àqueles que nos orgulham com a presença. Eu vou ler a lista dos seis e vou depois passar a palavra na ordem que está aqui. O Vital Severino Neto, que é Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; o Daniel de Faria Dias, Atleta Paraolímpico de Natação; a Shirlene Santos Coelho, Atleta Paraolímpico de Atletismo; o Marcos Fernandes Alves, o Joca, Atleta Paraolímpico de Hipismo; Lucas Prado, Atleta Paraolímpico de Atletismo; Clodoaldo Francisco da Silva, que é Atleta Paraolímpico de Natação. Todos eles, eu preciso lembrar, como está dizendo para mim o Secretário Júlio, todos são medalhistas olímpicos, todos eles, alguns com uma quantidade grande [risos].

Eu passo a palavra ao Vital Severino Neto, lembrando aos Srs. Senadores que hoje temos uma Sessão, neste mesmo momento, daqui a pouco, muito especial. Eu acho que a gente tem que se revezar aqui indo e vindo, que é em homenagem ao Chico Mendes, esse grande herói brasileiro, um herói do mesmo porte, também por razões diferentes, que esses atletas que estão conosco na Mesa.

Eu passo a palavra ao Vital. Ah, o Vital não veio, é verdade. Eu esqueci de dizer, antes tinham falado, que o Vital está com problema de saúde, provavelmente hospitalizado, eu creio, não pode vir. Então eu passo a palavra ao Daniel, com todas as suas medalhas [risos].

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: Bom dia a todos. Primeiramente fico feliz de estar participando, de portadores de alguma necessidade estarem sendo lembrados pelo Senado, então a gente fica feliz por isso e o que precisar da gente para estar podendo brigar por alguma coisa, a gente vai estar aí, e também vamos pedir para mudar muita coisas [risos].

Mas eu queria agradecer mesmo, muito obrigado pelo convite e as medalhas aqui são conseqüências de muito trabalho que a gente teve e com o apoio que o Governo tem agora com essa Bolsa-Atleta, vou até deixar, depois o Lucas vai fazer algumas coisas que ele quer que melhor, não é Lucas? [risos] Então o que ele falar, a gente vai assinar embaixo. Um bom dia a todos, muito obrigado pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só isso?

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não quero contar de sua história, não quer contar das suas dificuldades?

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: É, dificuldades todos nós temos, isso daí é independente se somos deficientes ou não, problemas na vida todos temos e a minha vida também não foi diferente. Claro, enfrentamos preconceitos, isso ainda infelizmente existe, então eu agradeço muito aos meus pais porque

sempre acreditaram em mim, sempre apoiaram, tudo que eu quis fazer eles me apoiaram. Então agradeço muito a eles por isso e só tenho a agradecer a Deus por essas conquistas, porque apenas há quatro anos no esporte, conheci a natação em 2004, depois de assistir o meu grande amigo Clodoaldo Silva ganhando várias medalhas em Athenas, passei a conhecer o esporte Paraolímpico e vi que eu poderia ser um atleta também. Fui conhecer como que poderia fazer para praticar algum esporte, a princípio não ia nem fazer natação, queria jogar futebol, mas graças a Deus não deu certo, fui para a natação e agora está aqui o resultado. Em 2006 fui para o meu primeiro Mundial na África do Sul, consegui cinco medalhas, três de ouro, duas de prata, dois recordes mundiais, cinco recordes Parapan-americanos, em 2007 fui para o meu primeiro Parapan, saí de lá com oito medalhas de ouro em oito provas disputadas, o maior medalhista do Brasil, e em 2007 mesmo consegui ganhar como melhor atleta Paraolímpico do ano, pelo COB, pela premiação, concorri ao melhor atleta Paraolímpico do mundo, estava lá entre os cinco melhores do mundo, que foi uma premiação que aconteceu na Rússia, em San Petersburg, e agora esse ano então nem se fala, na primeira Paraolimpíada, sair de uma primeira Paraolimpíada com nove medalhas, quatro ouros, quatro pratas e um bronze, não tem nem o que falar, e mais uma vez consegui ganhar como melhor atleta Paraolímpico do ano e quem sabe estar concorrendo mais uma vez ao melhor atleta Paraolímpico do mundo.

Então a gente está numa batalha constante e pede que vocês não esqueçam de nós, porque nós somos atletas, como qualquer outro, que treinamos muito para estar chegando numa Paraolimpíada, representar bem o nosso país e conquistar todas essas medalhas. Então agradeço de estar sendo lembrado e que não esqueçam que sempre tenha isso todo ano, está certo? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está certo.

[palmas]

Eu passo a palavra agora para a Shirlene.

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Bom dia a todos. É um prazer imenso ter sido convidada para estar aqui com vocês, como o Daniel disse, sendo lembrados.

Dizer que, como todos, como todos tive também muita dificuldade, tem três anos que eu conheço, não conhecia ainda o mundo Paraolímpico, com três anos também, tive muita dificuldade, no começo tive que tirar do bolso, até você conseguir um patrocínio é difícil, você tem que tirar do bolso para estar lutando e, assim, não tendo o reconhecimento devido, porque no começo todo mundo acha que você é incapaz de fazer aquele tipo de coisa, muita gente acha isso. Poucos a gente vê assim, igual a gente tem, assim, tem os pais que são os únicos que acreditam em você de verdade. Quando eu comecei, eu desisti, durante um ano o meu técnico foi que me incentivou, ficou no meu calo o tempo todinho para que eu continuasse. Então depois de um ano eu decidi voltar ao esporte Paraolímpico, aí sim eu tive um apoio de uma empresa, onde eu não tinha mais que tirar mais do meu bolso para estar competindo, para estar treinando e, assim, foi a minha primeira Paraolimpíada, foi um imenso prazer de ter ido lá e ter conquistado a medalha de prata, com três anos no Paraolímpico. É isso, gente, é um prazer imenso estar aqui, obrigada a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você não quer dizer para a gente como foi que você deixou o salto da vida comum de pessoa com deficiência para ser um atleta? Como que foi essa mudança?

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Assim eu, como o Daniel, eu também jogava futebol, gostava de jogar futebol, jogava com pessoas chamadas "normais" pelo fato de não conhecer o mundo Paraolímpico. Foi então que eu fui ao clube conhecer, tive o prazer de saber que existiam clubes em Brasília, fui até ao clube do CETEFE para conhecer o clube, fui chamada para fazer basquete em cadeira de rodas, onde eu não me adaptei. Então aí eu fui chamada para fazer o teste no atletismo, que foi onde eu fiz a minha primeira competição, gostei e estou até hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É de lançamento de dardo?

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Isso, lançamento de dardo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai dar flechada no coração. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero passar a palavra agora ao Joca, Marcos Fernandes Alves.

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Bom dia a todos. Primeiramente eu queria agradecer a esta Audiência Pública de autoria do Senador Flávio, gostaria de ressaltar a importância da inclusão social da pessoa com deficiência na sociedade através do esporte e também agradecer a Lei Piva, através da Bolsa-Atleta, que nos proporciona a chance de poder treinar mais e, conseqüentemente, ter melhores resultados, se dedicando, porque tem esse benefício que nos ajuda todo mês. É isso, agradecer por estar aqui nessa Semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deixa eu insistir também para a gente se situar. Com que idade foi que você começou a praticar de fato?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Na verdade eu comecei a montar com dez anos, me profissionalizei no hipismo com dezoito, sofri um acidente com vinte e cinco, treinando um cavalo, ele quebrou a pata, saiu virando comigo e afetou a minha coluna, eu fiquei paraplégico. Mas sempre continuei no convívio com o cavalo, porque eu gosto muito, comecei a dar aula, mas nunca imaginei voltar a montar. Eu jogo tênis, jogo basquete, mas montar, nas minhas condições, eu nunca me imaginava em cima de novo de um cavalo.

Depois de dezessete anos, uma ex-aluna minha que começou a mexer nessa área do adestramento Paraolímpico, me chamou, eu falei: "Não, não tem nada a ver eu voltar de novo", muito medo, muita coisa envolvia esse aspecto, até que ela me convenceu a voltar. E aos pouquinhos eu fui treinando, fui voltando, sempre com muito medo, não vou mentir, até hoje eu tenho medo, porque eu estou ali em total diferença de como era antes o meu controle todo ali do animal, hoje em dia eu dependo muito dele, dependo de uma série de coisas ali em cima que me deixam esse medo, mas mesmo assim eu procuro enfrentá-lo a cada vez que eu monto. Então é isso, o voltar para mim foi um desafio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra... Senador Flávio, quer falar alguma coisa?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, até lembrando que o Joca, ele foi o primeiro atleta a ganhar medalha Olimpíada nessa modalidade, conquistou duas medalhas de bronze, uma no individual, não é?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E outra no estilo livre. Foi campeão brasileiro individual, conquistou medalhas de louro em Mar Del Plata, na Argentina, e na Paraolimpíada de Athenas, da qual você já participou, o primeiro atleta brasileiro a participar nessa modalidade, ficou em 9º lugar, na época. Participou no Sul-Americano em São Paulo, foi campeão, e realmente é uma história bem interessante, não é Joca?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: É, eu gostaria também de ressaltar um presente que eu ganhei no ano passado, foi um cavalo do cavaleiro Doda, que foi com ele que eu competi em Pequim, então isso daí foi uma ajuda fundamental para essa conquista, que foi um cavalo de qualidade e esse presente, nossa, eu tenho só que agradecê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Lucas Prado.

SR. LUCAS PRADO: Em primeiro lugar bom dia a todos. Eu vou demorar um pouquinho, usar o tempo dos meus amigos que deixaram para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem [risos].

SR. LUCAS PRADO: Eu vou contar um pouco, não contar muito, que se eu for contar nós vamos ficar duas, quatro horas a mais aqui, então eu vou resumir um pouco sobre a minha vida, o trajeto da minha vida, a minha deficiência, o que aconteceu.

Eu sou um deficiente há seis anos, perdi a minha visão com dezesseis anos para dezessete anos, eu era funcionário público, eu trabalhava, e fiquei cego de frente para um computador, onde eu fiquei dois anos da minha vida deprimido, comecei a beber, não tenho vergonha de falar, onde eu tive uma adaptação meio cruel. Uma pessoa com dezesseis anos ter uma vida normal, enxergar, e com dezesseis anos você ficar cego, foi uma coisa assim que foi muito brusca para mim, foi um baque muito forte.

Aí foi aonde que em 2004 eu conheci o esporte Paraolímpico, que foi um convite de um amigo cego mesmo que eu ia sempre nos bailes onde ele tocava, onde ele me convidou para participar do futebol de cegos, onde eu comecei a desenvolver as minhas habilidades hoje. Em 2004 eu comecei no futebol de cegos Paraolímpico, em Cuiabá, onde que eu comecei a praticar o esporte, aonde desenvolvi, infelizmente eu não consegui êxito no esporte Paraolímpico no futebol, fui para o golbol, onde que é um outro esporte adaptado para cegos, também não tive êxito, onde fui parar no atletismo, que em 2005, por um convite do guia Jorge Chocolate, ele me convidou para participar do revezamento 4 x 100 da seleção brasileira, onde eu treinei para 2006, com seis meses de treinamento eu consegui marcas assim que estavam há mais de quinze anos no Brasil para serem batidas, como recorde brasileiro, recorde Pan-americano, onde eu consegui, em 2006 foi a minha primeira competição em Assen, onde eu fui medalha de prata no revezamento, onde não tive êxito nas minhas provas individuais. Voltei para o Brasil, treinei mais, como as condições eram meio precárias, não tinha apoio, não tinha ajuda de ninguém, onde me bancava com a minha própria aposentadoria e onde investi bastante em mim para 2007, nos Jogos Parapan-Americanos e no Mundial da IBSA que ia ter no Brasil, eu me destacar, e no Mundial da IBSA fui com cinco medalhas de ouro, duas no revezamento 4 x 100 e 4 x 400 e três nas minhas provas individuais, com três recordes mundiais, onde eu fui eleito pelo IPC o primeiro cego Sul-Americano a receber esse título inédito, porque o que Brasil nunca teve um atleta em Jogos Olímpicos que conseguiu, no atletismo, ter três

medalhas de ouro, e nem no "normal" também, nem as pessoas que enxergam não tive esse êxito. Então eu fui o primeiro cego a ter essa importância aí no Movimento Paraolímpico, que hoje, esse ano, em 2008, é que consegui, em Pequim, alguns de vocês podem ter visto, alguns não, eu consegui três medalhas de ouro. Infelizmente eu estava com a meta de correr abaixo dos 11 segundos, onde infelizmente faltou 3 milésimos só e não consegui, para conseguir essa meta aí, mas a meta agora para o próximo ano é tentar abaixar dos 11 segundos, ser o primeiro cego a correr abaixo da casa dos 11 segundos, a 10 segundos e pouquinho, então é um feito assim que eu estou batalhando agora para o ano que vem. Consegui três medalhas de ouro, dois recordes mundiais, um recorde olímpico na prova dos 400 metros.

Eu tenho as matérias das provas minhas de Pequim, eu trouxe algumas provas, para quem não assistiu, para ver alguns taipes da minha prova, que vai passar, então vão mostrar para vocês, que foi um trabalho assim de grande dedicação.

Eu estou aqui hoje, o grande ponto hoje de eu estar participando aqui é de estar falando da grande dificuldade que o portador de deficiência tem, não só o portador de deficiência, como as pessoas "normais".

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Quando você quiser pedir o DVD--

SR. LUCAS PRADO: Pode soltar a prova. Então o que é que eu posso falar? A grande dificuldade hoje do deficiente é o termo desse reconhecimento, que ainda está sendo precário, mas graças a Deus estamos conseguindo o nosso espaço, e a grande dificuldade que todo mundo fala é a verba, o dinheiro para o deficiente conseguir se manter no esporte Paraolímpico.

Hoje o esporte Paraolímpico, tem uma bolsa incentivo, que foi criada em 2005, pelo Presidente, que ajudou muito, proporcionou muito aos atletas manterem o rendimento, a chegar numa Paraolimpíada esse ano com um rendimento melhor, soco esse rendimento, infelizmente quando criaram a lei esqueceram de alguns detalhes, que o atleta cego hoje permite, se vocês verem pela imagem, eu sou acompanhado por um guia, e esse guia hoje para mim, no meu caso, no Brasil, para mim achar um guia, eu tenho que pegar o primeiro ou o segundo do ranking nacional. Isso é o quê? Ele ganharia mais dinheiro correndo sozinho do que comigo. Então para mim é meio complicado. E esse guia meu que corre comigo hoje, correu comigo em Pequim—

[exibição de vídeo]

Na China o interesse pelo esporte Paraolímpico parece proporcional ao tamanho da população. Para algumas provas da natação e do atletismo os ingressos já se esgotaram há quatro semanas.

SR. LUCAS PRADO: -- correu comigo e eu arrastei ele, porque devido às condições de patrocínios que nós temos esse ano, que foi uma grande ajuda, então foi bem assim complicado, e essa lei hoje, quando os atletas--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas, deixa eu dizer uma coisa. Está passando um vídeo aqui. É você que pediu para passar o vídeo?

SR. LUCAS PRADO: É.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você quer falar enquanto passa o vídeo ou quer deixar--

SR. LUCAS PRADO: Vou deixar o vídeo primeiro, depois eu acabo de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Põe o vídeo de volta para o começo e aumenta o som, por favor.

[exibição de vídeo]

SR. LUCAS PRADO: Então deixa eu só voltar nesse ponto até quando começa. Já começou? [risos].

Os nadadores do Brasil conquistaram mais duas medalhas de ouro hoje nas Paraolimpíadas de Pequim.

Na China o interesse pelo esporte Paraolímpico parece proporcional ao tamanho da população. Para algumas provas da natação e do atletismo os ingressos já se esgotaram há quatro semanas, e o prestígio do público chinês os brasileiros transformam em energia. Hoje foram dois ouros no Cubo D'Água. André Brasil nos 100 metros borboleta com recorde mundial. Daniel Dias nos 50 metros costas. Ontem Daniel já havia conquistado o primeiro ouro do país no 100 metros livre e também com recorde mundial. No Judô, Michele Fernandes e Daniele Barbosa já levaram o bronze e Carla Cardoso a prata.

Boa parte das medalhas de ouro do país deve nascer das provas disputadas aqui no Ninho do Pássaro. O atletismo começou hoje e muito bem para o Brasil.

Ele é o corredor cego mais rápido do mundo. Nas eliminatórias do 100 metros, Lucas Prado baixou o recorde mundial que era 11 e 26 para 11 e 19. Vai ser difícil segurá-lo.

LUCAS PRADO: Já colocamos no eixo certo, os motores já estão ligados, agora já está testado o motor, não tem como falhar mais não.

A China lidera as Paraolimpíadas com oito ouros, dez pratas e dez bronzes, vinte e oito medalhas no to-

tal. O Brasil está em 7º, com três ouros, uma prata e dois bronzes, seis medalhas no total.

SR. LUCAS PRADO: Aí são vários taipes, que cada dia saía uma matéria no Brasil, eu consegui essas imagens.

Nos jogos Paraolímpicos de Pequim dois velocistas roubam a cena.

Eles fazem o que parece impossível, Escobar.

Realmente e, olha, é bonito de ver e impressiona. Oscar Pistorius, Sul-Africano, amputado. Lucas Prado, brasileiro, cego. Categorias diferentes, tempos parecidos. Acabaram de ganhar medalha de ouro nos 100 metros rasos.

Eles são dois dos grandes destaques dos jogos Paraolímpicos. Um é o corredor cego mais rápido do mundo. O outro é o velocista que ganhou reconhecimento mundial por brigar pelo direito de disputar as Olimpíadas com duas próteses. A história do Sul-Africano Oscar Pistorius, que teve as pernas amputadas aos onze meses e desde então foi estimulado pelo pai a usar próteses, fascina o público e aos jornalistas. A entrevista mais disputada é a dele. Pistorius diz que o reconhecimento e o ambiente nos Jogos Paraolímpicos têm sido uma das experiências mais inacreditáveis da vida dele.

LUCAS PRADO: Que quando ele começou, ele também não era ninguém. Então depende de um grande trabalho que ele fez, hoje ele está aí sendo o melhor do mundo da categoria dele.

O brasileiro, que perdeu a visão há cinco anos e desde então virou corredor, aos poucos ganha visibilidade. Quebrou o próprio recorde mundial nas eliminatórias, 11 e 19, contra 11 e 16 de Pistorius, que compete em outra categoria.

Apesar dos tempos muito próximos, as regras Paraolímpicas não permitem que Pistorius e Lucas possam competir um contra o outro, mas se isso fosse possível os dois aceitariam o desafio.

LUCAS PRADO: Sim, aceitaria. Eu, qualquer um que me chamar, eu corro. Em Joinvile eu tenho o apelido de "falador", né, que qualquer coisa que os outros fala eu estou topando, entendeu, eu estou apostando para fazer.

O Sul-Africano concorda que seria uma boa idéia disputar com outros adversários, quem sabe poderia correr mais rápido. Segundo ele, Lucas está indo muito bem e tem de se orgulhar.

Agora a pouco Lucas e Pistorius estiveram na pista, os dois disputaram os 100 metros rasos e os dois levaram o ouro. Há mais que um motivo para o público admirá-los.

SR. LUCAS PRADO: Se quiser fechar, aí vão ter outras matérias. Se quiserem ver, todo mundo, tudo bem [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero chamar a atenção, Lucas, eu não sei se você soube, porque você não pode ver, mas o seu guia comemorou tanto quanto você.

SR. LUCAS PRADO: É, o meu guia, nessa prova, quando nós ganhamos os 100 metros, ele chorou bastante, que foi um trabalho muito dedicado, foi um trabalho bem esforçado, foi um trabalho aí de dois anos, de 2006 até 2008, foi um trabalho assim bem forçado. Então essa medalha Paraolímpica que nós ganhamos entrou para a história, entrou para a carreira dele também. Pôxa, ele trabalha, para me guiar, na época que nós começamos ele trabalhava das quatro da manhã até às três da tarde, depois ia me guiar, então foi assim uma vida assim bem corrida, bem batalhadora mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como é o nome dele?

SR. LUCAS PRADO: Justino Barbosa. Era para ele estar aqui, mas infelizmente ele teve uma competição agora, ele não pode vir, mas ele queria vir, porque ele compete na empresa, ele tem que correr pela empresa dele, então eu liberei ele para ele correr, para ele fazer esse favor, que agora hoje a empresa liberou ele para só me guiar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ele corre tanto quanto você [risos].

SR. LUCAS PRADO: É, lá na China eu tive que dar uns trancos nele para ele correr [risos], porque ele estava engatando a marcha, estava escapando, então eu tive que puxar ele um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele queria ganhar a medalha para ele [risos].

SR. LUCAS PRADO: Então nas provas dos 400 metros e nos 200 metros, que foi uma prova bem puxada, que vai passar aí, foi uma prova que ele sentiu bastante. Eu fui o único atleta que correu a semana toda, eu não tive descanso, comecei a correr na segunda e parei na terça da outra semana, eu peguei uma virose lá de uma gripe, corri com febre, corri com 45 graus de febre, onde que eu estava bem debilitado, devido à comida, que infelizmente no terceiro dia já não estava descendo mais, então foi uma batalha assim bem complicada. Mas superei, trouxe as três medalhas que foi o objetivo que fui daqui para lá, era para ser quatro, mas no revezamento fomos desclassificados pelos chineses, eles estavam jogando doido com a gente, deu um perigo de gol lá e eles desclassi-

ficaram a gente, porque hoje a atleta-guia, ele tem que ser bem fundamental. Se ele passar 50 centímetros na minha frente, ele me desclassifica. Se ele ficar 50 centímetros para trás, ele me desclassifica também, porque ele atrasaria eu correr, então tem que correr bem sincronizado. A importância do guia hoje, no Brasil, é fundamental para o cego, hoje ele não corre sem ele. Então para mim, hoje, eu se não tivesse o guia já tinha parado, infelizmente recebi muitas ajudas de muitas pessoas que hoje ele abriu muito a mão de muita coisa para ele me guiar hoje, então hoje ele tem que ser reconhecido e sim reconhecido como um atleta também, porque ele abre mão da competição dele para me guiar. Então é uma coisa que eu estou lutando para ser reconhecida no Brasil, que o atleta-guia, ele guia o atleta cego, então ele tem que ter o reconhecimento também. Então é uma coisa que eu até já falei para o nosso Presidente do Comitê, que quando o atleta hoje recebe a medalha, o atleta-guia não. Por que não, sendo que ele é um atleta que ele está ali do seu lado ajudando você a ganhar, ajudando você a perder? Então ele está ali a toda hora, então por que não pode ser reconhecido também?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas ainda está passando aqui a sua competição.

[exibição de vídeo]

... ao lado do guia Justino Barbosa, em 11 segundos e 3 centésimos. Lucas e Justino bateram o recorde mundial que já pertencia à dupla. André Santos, que também compete por Joinvile, ficou com o bronze hoje nos 100 metros rasos.

Agora o esporte. Os atletas Paraolímpicos do Brasil tiveram um dia histórico em Pequim. Conquistaram simplesmente cinco medalhas de ouro.

Antônio Tenório venceu Karim Sardarov, do Azerbaijão, por ippon, no judô para cegos, categoria até 100 quilos, e parece capaz de derrotar também o tempo. Aos trinta e oito anos se tornou o primeiro tetracampeão Paraolímpico brasileiro.

ANTÔNIO TENÓRIO: O judô sempre me feliz, desde os sete anos de idade o judô me faz feliz.

Na bocha, Dirceu pinto teve a honra de conquistar a primeira medalha de ouro do Brasil no esporte.

O Cubo D'Água é uma fonte inesgotável e Daniel Dias desafio à lógica. A classe S5 é para atletas com limitações físico-motoras, mas parece que ele nasceu com um motorzinho. Venceu os 200 metros nado livre, com o recorde mundial, terceiro ouro dele. Numa classe para atletas com menor grau de deficiência, dobradinha. André Brasil levou o ouro e o recorde mundial nos 100 metros livre. Felipe Rodrigues ficou com a prata.

Também teve brasileiro voando no Ninho do Pássaro. Lucas Prado baixou o recorde mundial, que era dele mesmo, de 11 e 19 para 11 e 03, ao vencer a final dos 100 metros para cegos. Conquistar uma medalha de ouro, bater o próprio recorde mundial duas vezes, tudo isso está muito longe de ser fácil. Imagine, então, quando o próprio corpo é um adversário a mais. Lucas está com fissura por estresse nas duas pernas, provocada por excesso de treino.

LUCAS PRADO: Se reclamar não vai parar de doer mesmo, então eu esqueço ela, que acaba funcionando.

A medalha é um senhor analgésico.

No quadro de medalhas o Brasil está em 5º, com oito ouros, quatro pratas e cinco bronzes. A China continua na liderança, com dezesseis ouros, vinte e uma pratas e dezesseis bronzes.

SR. LUCAS PRADO: Para quem não assistiu as Paraolimpíadas, está passando os momentos melhores, então vocês não podem ter uma desculpa para falar: "Eu não vi você correndo". Então agora todo mundo viu eu correndo, então é uma coisa muito boa assim.

[exibição de vídeo]

... o primeiro deles, a vitória de Oscar Pistorius nos 100 metros rasos para corredores amputados. O Sul-Africano teve uma largada muito inferior aos demais competidores. Mas depois da segunda metade da prova conseguiu uma arrancada espetacular, ultrapassando o americano Jerome Singleton quase na linha de chegada. Pistorius ainda disputa os 400 metros e tenta o bicampeonato Paraolímpico nos 200 metros rasos. O segundo momento foi a vitória arrecadadora de Lucas Prado. O brasileiro estreou nos jogos quebrando duas vezes o recorde mundial nos 100 metros para corredores cegos, que era dele mesmo. A última quebra aconteceu na final, quando baixou de 11 segundos e 26 centésimos para 11 e 04. E olha que Lucas nem estava no melhor dos seus dias. Ele disputou a prova com febre.

LUCAS PRADO: Eu acho que se não fosse o treinamento eu não tinha conseguido chegar a esse êxito aí. Então, para mim, eu acho que isso foi a maior importância. E a dedicação, que eu dediquei muito para essa medalha de ouro, dediquei muito pelo recorde mundial. Então eu acho que, para mim, eu estou dormindo ainda, vou acordar só amanhã para mim ver como que eu vou estar.

Lucas Prado ainda volta às pistas para disputar os 200 metros e o revezamento 4 x 100. Kiko Menezes, de Pequim, para o Sport TV.

É de Joinvile o paratleta mais rápido do mundo. Lucas prado conquistou ontem a medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Pequim. Ele fez os 100 metros rasos

para deficientes visuais, na categoria P11, ao lado do guia Justino Barbosa, em 11 segundos e 04 centésimos. Lucas e Justino bateram o recorde mundial que já pertencia à dupla. Essa foi a primeira medalha de ouro de Santa Catarina na Paraolimpíada e também a primeira do atletismo.

Nesta sexta-feira, em Pequim, o Brasil conquistou mais duas medalhas nas Paraolimpíadas, um ouro e uma prata, e a coleção deve aumentar no Ninho do Pássaro.

A mesma pista, as mesmas provas. O homem mais rápido do mundo é jamaicano, mas o corredor cego mais rápido do mundo é brasileiro. Depois do ouro e do recorde mundial nos 100 metros, Lucas Prado bateu o recorde Paraolímpico nos 200 metros. A final é amanhã. Autoconfiança, outra coincidência.

LUCAS PRADO: O meu adversário é o mesmo, eles estão aí para fazer... para encher as filas, mas o grande adversário de mim é eu e o relógio.

Outro brasileiro com poucos adversários à altura é Daniel Dias. Toda vez que ele cai na piscina, tira dela uma medalha para o Brasil. Hoje foi de prata, nos 100 metros peito. Já são sete na coleção dele.

As Paraolimpíadas de Pequim chegaram ao sexto dia e hoje o Brasil ganhou o décimo ouro. Para atingir esta marca, uma dupla de cadeirantes não derramou uma gota de suor, mas precisou de muita sensibilidade. O esporte é a bocha. Ganha quem aproximar mais as bolas coloridas da bola branca. Dirceu Pinto já tinha o ouro no individual, mas ao lado de Eliseu Santos conseguiu, mais uma vez, ser o melhor.

DIRCEU PINTO: Não precisa a gente andar com as pernas, né? Você andando com a cadeira, a vida vai andar do mesmo jeito.

Agora a gente volta falando de esporte aqui no Jornal do Almoço. João Venturi, o Brasil continua conquistando medalhas nas Paraolimpíadas e Joinvile conquistou mais uma, é isso?

É, mais uma. A Terezinha, que é mineira, trouxe um bronze, e o paratleta Lucas Prado, que treina aqui em Joinvile, Elisandra, esse sim não pára de brilhar em Pequim. Na prova dos 200 metros o velocista faturou mais um ouro e quebrou outra vez o recorde mundial, confirmando que é o deficiente visual mais rápido do mundo. Vamos ver como foi?

É ouro! Lucas Prado, campeão Paraolímpico, carimba a medalha de ouro na tela do Sport TV.

Fenomenal.

11ª medalha de ouro do Brasil. Pode comemorar, Lucas, o ouro é seu. Ele vai lá para o relógio para comemorar e muito esse título. Agradece demais o Lucas Prado. Recorde mundial, 22 e 48.

Lucas baixou o tempo dele em 22 milésimos de segundo. Esse ouro é a 11ª do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Pequim e a coleção pode aumentar, já que Lucas volta a competir nos 400 metros.

Mais uma vez ele cumpriu o que prometeu. Hoje de manhã o corredor cego mais rápido do mundo, que já havia conquistado o ouro nos 100 metros, com recorde mundial, levou ouro nos 200 metros, e também com recorde mundial. Agradecimento ao cronômetro. Terezinha Guilhermino correu para o bronze nos 400 metros para portadores de deficiência visual.

O paratleta Lucas Prado, que treina em Joinvile, conquistou hoje a segunda medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Pequim, na China. Na prova dos 200 metros, o velocista quebrou outra vez o recorde mundial. Lucas baixou o tempo dele em 22 milésimos de segundo. Essa é a 11ª medalha de ouro do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Pequim.

Agora olha só: o assunto por aqui é o paratodos. Vocês lembram daquele problema que de vez em quando cola aqui no Zona de Impacto, que é muito legal, é sempre um exemplo de superação? Então, dessa vez o assunto é o seguinte: sabe quem é o Lucas Prado, o cego mais rápido do mundo, que está quebrando tudo nas Paraolimpíadas em Pequim? Então, o Zona de Impacto, é claro, pôs o moleque para radicalizar. Vamos ver como é que foi.

SR. LUCAS PRADO: Aí eu fui conhecer o gelo, nunca tinha conhecido a neve, então eu fui ver. Fui ver, eu vi com a minha mão. Eu experimentei o gosto do gelo. Não ri não, hein gente.

[exibição de vídeo]

Onde que está a parte do gelo aqui nele? Aqui tudo?

Até para lá, ó, tudo, tudo.

Para cá? Um tiro de 360 graus para vocês conhecerem a cidade.

SR. LUCAS PRADO: Era eu que estava filmando, hein gente.

Agora abaixa um pouquinho a câmera.

LUCAS PRADO: Depois que eu encarei o medo, eu me sinto uma pessoa assim realizada. Então para mim, o medo, para mim, é uma fase passageira.

Meu nome é Lucas Prado, tenho vinte e três anos, sou cego apenas há seis anos, perdi a minha visão em 2002, dia 31 de março, infelizmente com a fatalidade do descolamento de retina. E daí para cá, dois anos depois, em 2004, que eu conheci o mundo Paraolímpico.

Quando eu bati o recorde mundial, fizeram para mim, cortaram o meu guia. Esse daqui ainda eu estou caçando jeito, só que não pode furar as paredes, ainda diz que ficou muito bonito, que é uma coisa assim

que eu, pô, nunca tive, eu guardei, trouxe da competição e guardei para mim. Quero guardar como uma recordação, eu acho que foi o momento mais feliz da minha vida quando eu quebrei o recorde mundial dos 100 metros.

Em 2006 resolvi partir para o esporte individual. Saí do coletivo e vim para o individual, onde que eu estou me destacando bem no atletismo, onde que eu consegui vários êxitos em 2007, com o recorde mundial nos 100 e nos 200 metros.

Eu vim de uma cidade que é quente, eu vim de Mato Grosso, de Rondonópolis, que lá é 45 graus, então eu fui criado até os dezessete anos numa cidade quente. Então você vim e em um ano, dois anos, numa cidade fria, você vai sentir muito o impacto.

Os meus olhos congelaram, cara!

O que foi?

LUCAS PRADO: Os meus olhos congelaram.

A minha baixinha, o meu braço direito, que fica sempre ao meu lado, a que agüenta as porradas do meu nervoso, do meu estresse, ela que é o pedestal mais forte de tudo aí. você vê o Lucas Prado, o atleta, você vê o corredor de tudo, mas ao lado desse atleta, QUE tem uma pessoa que é muito forte, que segura as barca tudinho, que fica longe de mim quando eu viajo, é ela que segura, a fonte maior da minha vida é ela aqui. É ela e a minha família que está no Mato Grosso, então ela, para mim, é o meu anjo direito. Quando eu corro, quando eu ganho as corridas, ela sempre está em primeiro lugar lá comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você tem dois guias, hein.

O Lucas, ele é uma pessoa legal, às vezes ele é compreensivo [risos]. *Bom, às vezes ele é nervoso, mas eu entendo ele por causa que ele tem essa deficiência, né, então fica mais difícil. À vezes ele é muito nervoso, mas eu gosto dele, né, vai fazer o quê?* [risos]

LUCAS PRADO: Essa pessoa, eu conheci ela quando eu enxergava, e depois que eu fiquei cego, nós ficamos juntos. Hoje ela é a minha esposa, quem me acompanha, o meu braço direito, para os lugares aonde eu vou.

[pronunciamento em língua estrangeira]

LUCAS PRADO: Moeda? De quantos?

Cem pesos.

LUCAS PRADO: Cem pesos?

Na moeda antiga?

LUCAS PRADO: Cadê os cem pesos? Cara, eu estou vivendo eu acho que os anos mais felizes do mundo, nem quando eu bati o recorde mundial eu me senti tão feliz como eu estou agora. Pô, cara, é uma coisa... é inexplicável, Pedro. Eu estou com uma pessoa que eu amo do meu lado.

Gente, eu nunca vi tanto gelo na minha vida. A sensação é muito boa, estou muito emocionado, eu estou em cima do gelo, vocês podem ver aqui, ó, gelo puro, neve. Esquiar, o mais rápido do mundo vai ser o mais veloz na neve.

Mudou a paisagem, era tudo escuro, agora ficou tudo branco.

Vamos alugar os patins da neve, vamos, vamos.

Cadê o Pedro?

Eu estou aqui.

LUCAS PRADO: Vamos embora, Pedro.

Os primeiros anos foi muito difícil para mim superar. Eu comecei a beber, eu não estava nem aí para a vida mais, pensava até em se matar, eu não estava com o psicológico muito adequado, quase entrei em depressão. Sorte que um amigo meu, que era cego, que eu conhecia bem antes dos bailes, ele me convidou para ir para o esporte Paraolímpico, disse que no esporte de cego tinha... tinha tudo de esporte, então eu falei: "Pô, então por que eu não posso ser feliz assim também?" E ele falou para mim que no esporte tinha muitos cegos que andavam para tudo quanto era lugar do país e não dependia de ninguém. E daí para cá que eu tive força e garagem de aceitar a realidade.

Para dentro e para fora, para dentro e para fora.

SR. LUCAS PRADO: Aí eu estava aprendendo a dar os primeiros passos na neve.

Vamos mexer. Quando você vai na corrida, você vai atrás do seu guia, certo? Têm bichos no Brasil?

LUCAS PRADO: Não, não.

Anacondas?

LUCAS PRADO: Não, sucuri.

Sucuri. Entendeu, deu para perceber a diferença?

LUCAS PRADO: Hum-hum.

Agora calma.

LUCAS PRADO: O passeio é muito legal, eu não consegui dormir de segunda para terça, com a expectativa de chegar logo no gelo, para mim ver o gelo como era, a neve.

Tem gosto do quê?

LUCAS PRADO: Água.

Eu já estou craque. Nega, está tirando a foto aí?

O esporte radical para mim é tudo, pô, eu acho que não precisa a gente ver para saber se é bom ou não, mas sim sentir. E quando eu estava na neve, nossa, para mim era um mundo do jeito que eu tinha criado na minha cabeça. Quando eu subi lá, eu senti uma coisa assim muito especial, eu senti um momento muito bom da minha vida, num lugar amplo, alto, tipo...

Pô, é uma coisa assim, como eu descrever vai ficar impossível, que é a mesma coisa que você está num topo de um morro alto e você se sentir nas nuvens, se sentir no céu. Então para mim ali, aquele topo ali, para mim, eu estava lá no céu. Eu estava muito feliz, eu estava com a imaginação tentando perceber o que tinha ao lado, ao redor.

Hoje a minha sensibilidade é bem aguçada, hoje eu posso falar para você que eu escuto melhor, eu vejo [risos]... *Eu vejo melhor com o ouvido, então eu sinto o olfato melhor, eu tenho um paladar muito bem aguçado também e um tato muito bem aguçado. Então para mim, a diferença minha, de quando eu enxergava para hoje, é melhor mais 100% do que eu era antes quando eu enxergava. Hoje eu, com o ouvido, eu aprendo a ver melhor as pessoas, com a mão eu aprendo a sentir mais as pessoas.*

Sonorização, um, dois, fecha a imagem.

[pronunciamento em língua estrangeira]

LUCAS PRADO: Tive um sonho esquisito, parecia que estava vendo, fui convidado para esquiar na neve, no Vale Nevada.

SR. LUCAS PRADO: Pois é, gente, eu acho que eu vou começar a falar aqui, porque senão nós vamos ficar aqui muitas horas.

Vou mudar, vamos ao assunto principal, Senador, tem o Clodoaldo aqui para falar, que ele vai enrolar mais uma hora, vocês querem ir almoçar, se não vai acabar ficando muito chato.

Mas a expectativa é essa, então hoje a deficiência nossa não é empecilho para ninguém. Hoje nós fazemos tudo, eu, principalmente, eu não me sinto deficiente, tenho uma limitação de não poder enxergar. Hoje eu faço tudo, mexo com computador, leio e-mail, converso pelo MSN, tenho Orkut, brinco com todo mundo, tem hora até que as pessoas perguntam: "Mas como faz para você digitar?" Eu falo: "Pô, fecha o olho e digita com a mão". Eu não sou amputado. Então tem gente que tem—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. LUCAS PRADO: [risos]. Então os outros... Eu não sou amputado, eu tenho os braços, entendeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fala o teu e-mail, o endereço do teu e-mail.

SR. LUCAS PRADO: E o meu e-mail, quando eu falo o meu e-mail, todo mundo ri, que eu falo que o meu e-mail, quando os outros falam: Qual é o seu e-mail, Lucas Prado? Eu falo: "ceguinhoprado". Aí todo mundo: "Porra, por que é ceguinhoprado?" "Porque é diferente". Quando eu tentei fazer, quando eu fui criar Lucas Prado, não dava certo, tudo quanto era nome que eu colocava lá não dava certo, então eu falei: "Eu vou colocar ceguinho que só vai ter eu, eu quero ver se não daí dar certo". Eu coloquei ceguinhoprado e ficou.

Então hoje a deficiência nossa, eu posso dizer como eu, as limitações quando você perde algum movimento do braço, em algum segundo, é difícil, mas a adaptação, se a gente querer, é fácil. Igual eu falei, já que o mundo não vem a mim, então eu tinha de ir ao mundo, então eu não vou esperar o mundo se adaptar a mim que vai ser difícil. Então eu vou me adaptar ao mundo conforme ele quer.

Então a meta é essa. A dificuldade hoje, vocês viram ali que eu quero mostrar é sobre o guia e o treinador, que hoje para um atleta que está começando, é difícil dele pagar um guia e é difícil ele pagar um treinador. Então a lei hoje que tem da bolsa-atleta, não tem incluído o treinador e o guia. Eu peço para V. Exª. que analise com carinho, faça uma Emenda, já conversei com o Ministro Orlando Silva, já fizemos abaixo-assinado, já vem de uma longa data para estar mudando essa lei, para estar proporcionando, ajudando também o guia, porque o guia, vocês viram que é fundamental na corrida minha. O treinador também, onde ele planeja tudo para dar certo, para chegar, você vê esse espetáculo nas Paraolimpíadas.

Então eu peço para V. Exª., Senador, que analise com muito carinho, que todos os Senadores levem esse projeto para fazer uma Emenda, que isso não custa nada. Pôxa, é tão fácil ali, é só fazer um complemento ali, adicionar ali, que eu acho que ajudaria em boa parte, teria muitos outros deficientes que vocês poderiam ver em 2012, que como eu surgi, podem surgir outros, e com essa bolsa incentivo podem aparecer mais atletas, mais potencial no Brasil.

Então eu vou deixar a minha palavra agora para o Clodoaldo, agradeço a vocês terem vindo, ocupado o seu tempo, me desculpem, eu mostrei um pouco, para quem não assistiu, assistiu alguns VTs agora das Olimpíadas, e muito obrigado, eu fico agradecido por ter falado agora [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Lucas, eu quero dizer que eu tenho um amigo aqui em Brasília, que também é cego, e todo dele é um cego de visão, é assim que ele se apresenta e assim que foi candidato a Deputado aqui no Distrito Federal, como um cego de visão. Ver é uma coisa biológica, mas visão não é só biológica e você demonstrou que você tem uma visão das coisas, do mundo. Parabéns.

SR. LUCAS PRADO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Clodoaldo.

SR. LUCAS PRADO: Você só tem dez minutos [risos].

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Muito bom dia Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Casa, já estou virando um sócio daqui, na semana passada estava aqui, ontem também, estou hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Meus companheiros e amigos de Mesa, Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba, cumprimentando a todos, cumprimentando a essas pessoas aqui e cumprimento também todos que estão presentes, a minha esposa, eu casei agora no dia 27 de novembro, a Patrícia Guimarães. Cadê ela? Ela está ali, ela é meio tímida. O Lucas não está vendo, mas eu espero que todos possam ver [risos]. Levanta a mão. Isso [risos]. Pois é, agradeço e fico feliz por não só eu, mas todos os atletas Paraolímpicos estarem presentes aqui nessa IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, é muito bom saber que o Senado se preocupa com esse tema, com esse assunto, e eu espero que nessa Audiência possamos ter idéias, sugerir para que a vida da pessoa com deficiência possa melhorar a cada dia, porque os nossos direitos e deveres estão na lei, tem na teoria, pouco na prática, e, também, aí temos todos os veículos de comunicação do Senado para que a gente possa não estar só colocando nessa sala, mas estar indo para todo o Brasil através do Rádio, da TV, da Revista, tudo do Senado.

Falando um pouco de mim, meu nome é Clodoaldo Silva, natural do Rio Grande do Norte como a Rosalba, como o nosso Presidente da Casa, do Senado, o Garibaldi Alves. Conheci a natação no ano de 1996 com o processo de reabilitação. Dois anos depois já estava participando do meu primeiro campeonato nacional, que foi no Rio de Janeiro, ganhando três medalhas de ouro. Um ano depois tive as minhas duas primeiras experiências internacionais com a seleção brasileira. Nos anos seguintes participei de mundial, de Paraolimpíadas, e toda essa trajetória esportiva foi marcada com muita determinação, muita perseverança.

O Lucas e outros atletas aqui falaram das suas dificuldades e eu fico muito feliz porque não sou só eu que tenho esse privilégio de ter muita dificuldade, muita determinação, muita perseverança para conduzir o meu objetivo. Eles mostraram, eu achei muito legal quando estávamos vendo o vídeo do Lucas, que ele, num dos comentários, falou que estava a perna com a fratura, estava fissurada e falou: "Pôxa, se eu reclamar não vai parar de doer". Então eu espero que isso sirva de mensagem, de lição para todos nós, porque muitas vezes temos tudo nas mãos e reclamamos muito porque: "Ah, hoje o dia não foi muito favorável para mim", e como ele falou, se reclamarmos, vai continuar da mesma forma. Então temos que sempre seguir em frente para que a gente possa conseguir os nossos objetivos e as nossas metas.

Hoje eu sou um atleta reconhecido nacionalmente, internacional, participei da Paraolimpíada de Athenas, ganhei seis medalhas de ouro e uma de prata, já participei de três Paraolimpíadas, hoje eu sou o maior atleta da história Paraolímpica do Brasil e eu fico feliz de servir de exemplo, servir de ídolo para pessoas com ou sem deficiência, que no Brasil, há um tempo atrás, nós nunca íamos pensar que a sociedade brasileira fosse admirar, fosse ter uma pessoa como exemplo e como ídolo que tivesse uma deficiência. E hoje não tem só o Clodoaldo, tem o Lucas, tem o Daniel, tem a Shirlene, tem o Joca, atletas que contribuem e vão contribuir muito para que o desenvolvimento da pessoa com deficiência e do esporte Paraolímpico brasileiro possa crescer mais.

E falando em leis, muitas pessoas também me perguntam: "Clodoaldo, você sofre preconceitos e discriminação hoje?" E eu falo: "Não, eu hoje não sofre nenhum preconceito de discriminação", mas eu acho que o maior preconceito e discriminação que não só o Clodoaldo, mas todos os atletas que tenham algum tipo de deficiência sofrem, é a falta de acessibilidade, que no Brasil são em todos os Estados. Eu acho que nós deveríamos ver com mais carinho, com mais atenção essa coisa da acessibilidade. Por quê? Porque nós, pessoas com deficiência, não precisamos de peninha e nem de piedade, precisamos sim de oportunidades. Então já foi provado que quando se dá oportunidade para qualquer que seja a pessoa, para qualquer que seja, seja uma pessoa que tem deficiência ou não, se der oportunidade, se der a ferramenta correta para ela, ela vai ser tão produtiva quanto qualquer outra pessoa. Por exemplo, o Lucas, se você der um computador, se você der um meio de ferramenta para ele trabalhar, ele vai fazer isso como qualquer pessoa "normal". Se você der a estrutura e a oportunidade para um cadeirante estar desempenhando um trabalho que outra pessoa, dita "normal", possa estar fazendo, ele vai estar fazendo. Por quê? Porque você vai estar dando a oportunidade para ele. Então nós temos que ver isso com mais carinho, com mais atenção. Acessibilidade não é só para pessoas com deficiência, são para pessoas também idosas, gestantes, pessoas que temporariamente estão impossibilitados de estar andando normalmente. Então eu acho que o carro chefe tem que ser acessibilidade.

No ano passado aconteceu o Parapan-americano aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, e naquela época,

antes de começar o Parapan, eu estava muito feliz, muito entusiasmado. Por quê? Porque eu achava que ali seria um estopim para que a acessibilidade no Brasil pudesse sair do papel e ser colocado na prática. Infelizmente acabou o Parapan, deixamos de falar do tema de acessibilidade. Hoje a estrutura do Rio ou os complexos esportivos estão precisando aí até de uma atenção maior dos governantes e com essa Audiência espero que possamos mudar muitas coisas aí em relação à acessibilidade.

Eu hoje ministro palestras por todo o Brasil passando uma mensagem de otimismo, de superação, de perseverança, e eu fico muito feliz quando vem crianças com e, principalmente, sem deficiência, e falam: "Pôxa, quando eu crescer, eu quero ser igual a você". Como eu falei anteriormente, há um tempo atrás não se imaginava uma criança sem deficiência querer ser uma pessoa que tem deficiência, só que eles não vêem o Clodoaldo incapaz, não vêem o Clodoaldo deficiente, pelo contrário, vêem o Clodoaldo capaz, o Clodoaldo eficiente, o Clodoaldo que todos os dias luta pelos seus objetivos, pelas suas metas.

Hoje eu tenho alguns projetos sociais que eu participo, que eu contribuo lá em Natal, em todo o Brasil. Hoje, também, eu faço parte de uma associação que chama-se Atletas pela Cidadania. Essa Associação é presidida pelo ex-jogador do São Paulo e da seleção brasileira, o Raí, e nessa Atletas pela Cidadania também tem outros grandes nomes que já foram grandes atletas e que ainda são exemplos, como o Gustavo Borges, Oscar, Hortência. É uma Associação de Atletas e nós estamos imbuídos para poder estar discutindo políticas públicas, políticas sociais. De 2008 a 2010 o nosso principal objetivo é a Lei do Aprendiz, a Lei do Aprendiz que na semana passada aqui em Brasília foi discutida, tanto para pessoas com e sem deficiência. Eu acho e tenho certeza que se queremos mudar o Brasil, temos que dar também prioridade à educação. Por quê? Porque quando a gente nasce, a primeira lição que nós temos que ter é nos educarmos. A gente [soa a campainha] não nasce com pensamentos de sermos grandes atletas, com pensamentos de ganhar medalhas de ouro, com pensamentos de bater recordes mundiais. Nós nascemos com o pensamento primeiro de nos educarmos, de sermos cidadãos, e o esporte vem em conseqüência dessa nossa vida. Então eu acho que se pudéssemos enfatizar todo esse trabalho na escola, fazer um trabalho de base e o esporte ser conseqüência, eu acho que poderia aparecer grandes atletas, como apareceu o Clodoaldo, o Lucas, o Daniel, a Shirlene, o Joca. Então eu acho que é isso.

Temos que começar por algum canto, começamos aqui com essa Audiência, já é a IV Semana de Acessibilidade, de Valorização da Pessoa com Deficiência, espero que a gente possa contribuir. O esporte Paraolímpico hoje cresce muito. Em Athenas tivemos catorze medalhas de ouro, em 2008, agora em Pequim, já tivemos dezesseis medalhas de ouro. Precisamos de muitas coisas? Precisamos, mas eu tenho certeza que hoje vai ser melhor que ontem, que amanhã vai ser muito melhor que hoje.

Então fica o registro aqui para que a gente possa bater o pé nesse tema da acessibilidade porque, como eu falei anteriormente, a gente não precisa de peninha e nem de piedade, mas sim precisamos de muita oportunidade para que a gente possa ser igual como qualquer outra pessoa que não tenha nenhum tipo de deficiência

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É isso aí, campeão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei se vocês sabem, mas ontem estava aqui o Bernardinho, o treinador de vôlei, e ele fez um discurso que poucos conseguem fazer tão bem e tão bonito. E o seu, Clodoaldo, foi muito bom o discurso, eu agradeço a sua presença, a presença de todos vocês.

Eu estou com um problema de estar presente lá na homenagem ao Francisco Mendes. Eu sou um dos que convocou essa homenagem, pela minha relação com ele, muitos anos atrás, quando fui o patrocinador do Primeiro Encontro dos Seringueiros, na Universidade de Brasília. Eu vou ter que ir lá tentar falar o mais rápido possível e voltarei aqui porque eu não quero perder a continuação dessa Reunião.

O Senador Flávio Arns é o primeiro inscrito. Então eu pediria que a Senadora Rosalba presidisse aqui enquanto eu vou e volto, a não ser que tentemos esperar um pouco mais. Vamos esperar, são dois oradores, não é isso? São dois, vamos esperar um pouco mais. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte, Sr. Presidente, eu acho que as falas foram tão eloqüentes, tão boas, tão práticas, tão cidadãs que a gente não precisaria colocar mais nada, porque eu acho que o exemplo, a fala deles, é muito mais importante do que a fala de qualquer um de nós. O exemplo prático fala por dez mil palavras, o que o Joca colocou, a Shirlene, o Daniel, o Lucas, o Clodoaldo. Eu acho que é isso mesmo, tudo que vocês colocaram é importante e necessário.

Eu só penso assim, por que é que tem uma semana de valorização, um momento assim? Eu sempre digo que uma semana é uma parada, uma reflexão, vamos pensar juntos, vamos discutir, vamos ver o que

fazer, têm problemas, vamos avançar mais, vamos dar visibilidade para a sociedade que as pessoas que tenham cegueira ou problema físico ou paraplegia, seja lá o que for, escutando vocês, elas podem dizer: "Sabe, eu também vou procurar", como o Lucas falou que chegou o amigo e colocou e tal, e tantas pessoas que às vezes não sabem que isso está acontecendo. Então é uma oportunidade de sensibilizar e de conscientizar não só a pessoa, mas o órgão público, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, o Senado Federal. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. No final tem que acabar convencendo essa turma toda.

Eu já estava conversando inclusive antes, Sr. Presidente, com o Lucas, a Shirlene, todos nós estávamos lá na ante-sala antes desta Audiência Pública, e eles apresentaram dificuldades, como aqui o Lucas expôs, da necessidade no bolsa-atleta de se ter assim algum pensamento, alguma ajuda, uma participação do guia e do treinador, porque o treinador, no Paraolímpico, tem um detalhe diferente inclusive do Olímpico também. Então nós já falamos com a Consultoria, Sr. Presidente, já dissemos que é possível de mudar e vai ser uma proposta da própria Comissão de Educação. Mas eu alertei para eles, e quero alertar para todo o Brasil, que é importante a gente aprimorar essa comunicação, esse diálogo entre as áreas na sociedade e o Congresso. Então podem sempre colocar os problemas, discutir, mandar a carta. Nós temos até uma Comissão que é interessante, que é Direitos Humanos e Legislação Participativa, V. Exª. foi até Presidente da Comissão. Legislação Participativa significa isso, as pessoas sugerirem, proporem e a gente estudar.

Então eu achei muito boa a Audiência, muito importante, é uma audiência assim cidadã, para dignidade, para respeito. O que foi colocado pelo Clodoaldo também é muito importante. Eu diria assim que o maior desafio é isso que ele colocou mesmo, quer dizer, tudo que ele falou e que os outros falaram eu teria o máximo prazer, como se diz, em assinar embaixo, porque não precisa mais nada. Acessibilidade é o desafio, precisa ser visto, precisamos nos dedicar a isto e fazermos um trabalho integrado, entrosado. Essa integração é muito importante.

Então eu quero parabenizar, dizer que vocês continuem animados, firmes, dedicados, entusiasmados, seja no hipismo, no atletismo, na natação, em todos os esportes, pensarmos assim que todas as crianças e jovens precisam ter educação física, precisam praticar esportes pelo prazer de praticar, pela possibilidade de se desenvolverem pela educação física, pelo esporte. Se todo mundo fizer, nós vamos identificar aquelas pessoas que tenham talentos especiais, esses talentos têm que ser cuidados para irem para competições, nem todos vão para competição, mas todos têm que praticar o esporte. Esporte é amizade, é personalidade, é auto-estima, é independência, tem alfabetização pelo esporte, conheço muitas iniciativas de alfabetização pelo esporte. Então parabéns. A mensagem que a gente gostaria assim de reforçar é essa necessidade de estarmos juntos, que o Senado e vocês juntos possamos não acabar, acabou agora a Audiência, acabou. Não, vamos pensar juntos naquilo que é necessário ser feito a favor desta e de outras áreas, mas particularmente desta área, mas que o pensamento de vocês é esse, que vocês externaram isso, todo mundo fazer, todo mundo praticar, tenha deficiência, não tenha. Essa imagem bonita, achei muito bonita, "Quero ser igual a você quando crescer. Tenha deficiência ou não, quero ser igual a você". Por quê? Porque a pessoa não enxerga, enxerga a eficiência, a capacidade, a competência e todo mundo precisa de chance e oportunidade na vida, tenha deficiência ou não. Toda pessoa precisa e nós, todos nós, precisamos. Parabéns, foi muito bom.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, Presidente, eu gostaria de dizer que realmente essa Semana eu considero de uma importância muito grande, é a IV Semana, onde através desta mobilização nós estamos fazendo com que todo o Brasil veja, reflita, analise, valorize.

O Senador Flávio Arns, que é um defensor em todos os momentos, eu o tenho acompanhado desde que aqui cheguei, até porque eu estou com dois anos no Senado, eu tenho seguido os seus passos, porque essa é uma questão que nós temos que realmente valorizar, realmente estar ao lado, tentar conseguir mais avanços. E chegando aqui, olho para essa Mesa e fico feliz em ver o Daniel, Shirlene, Marcos, Lucas, o Clodoaldo, meu conterrâneo, que é orgulho de todos nós norte-rio-grandenses, vocês são orgulhos de todos nós brasileiros, porque vocês enfrentaram o desafio, não tiveram receio dos obstáculos, superaram as barreiras e mostraram que têm determinação, têm garra, têm raça e se apresentam para todos nós como campeões.

Exemplos. O Clodoaldo, quando colocava que as crianças, mesmo sem deficiência, chegam e dizem que quer ser como ele, como vocês, é porque na realidade é o sentido disso que vocês transmitem, de que são pessoas corajosas, determinadas, que não cruzam os braços no primeiro obstáculo. Agora para isso acontecer nós temos que dar apoio.

Então eu quero desde já colocar, Lucas, que as modificações, a melhoria da questão da bolsa terá o meu apoio.

SR. LUCAS PRADO: Obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E a minha defesa ao lado do Senador Flávio Arns, ao lado de todos que fazem esta Comissão, porque isso é importantíssimo.

Eu vou contar aqui uma coisa. Acessibilidade, eu fui Prefeita três vezes. Eu fui eleita pela primeira vez em 1988, e uma coisa que me surpreendeu, até porque a minha atividade era como médica pediatra, eu não andava em todos os órgãos públicos, nunca tinha sido candidata a nada, então fui conhecer a estrutura do Município mais detalhadamente depois de eleita, e quando eu cheguei não tinha uma escola, um posto de saúde, uma estrutura esportiva, uma praça, nada com acessibilidade. Nada, Senador Cristovam. A partir daí nós tomamos uma determinação: tudo que for ser construído vai ter que estar dentro dos padrões do modelo de excelência para acessibilidade. Então ia construir uma escola, por menor que fosse, às vezes tinham pessoas que até questionavam: "Para que esse banheiro com uma porta tão grande, para que tanta rampa?" Eu digo: "Porque somos iguais, nós temos que dar direito a todos de ir e vir na cidade". E havia um programa muito importante que, infelizmente, eu acho que não existe mais. E, se existir, como eu não estou mais na administração, que era do Ministério da Justiça, Cidade para Todos, onde havia o incentivo, o apoio financeiro para que essas cidades pudessem se enquadrar dentro dos padrões que fossem o mais, digamos assim, melhorar, porque as cidades brasileiras, infelizmente, foram construídas no decorrer de todo esse século sem ter essa visão. Então têm lugares que realmente para você melhorar é bem difícil, só se derrubar e fizer de novo, mas a gente tentar melhorar onde for possível. Então eu acho que isso foi uma ação que melhorou bastante e fico muito feliz em ver que a minha sucessora também está tendo essa mesma preocupação. Nada é construído sem essa condição e o que é reformado tem que ser também. Se você vai fazer uma melhoria numa praça, aproveita e faça rampas, muda o piso, dê condições de que as pessoas possam caminhar, independente de ver ou não ver, possam passar a sua cadeira de rodas, que são questões que eu acho que são básicas.

Então aqui eu quero dizer a vocês que vou estar sempre nessa defesa pela experiência que tive. E cobrar, sim, dos Governos, sejam municipais, estaduais e federais, que recursos sejam colocados para dar condição a cada cidade de se adequar, de se adaptar. E que vocês terão, vocês que são um exemplo para todos nós, tenham as condições de poder cada vez mais estimular a nossa juventude para a prática do esporte, que o esporte seja o caminho realmente da recuperação, o caminho da realização, o caminho da alfabetização, o caminho do desenvolvimento, o caminho da cidadania, porque esporte sim, ele faz isso, faz com que as pessoas possam, através dessa questão, que o esporte, ele é muito solidário, ele é camarada, ele é junção de forças, ele é determinação. Então isso que passe para as novas gerações e vocês têm feito um trabalho maravilhoso. Parabéns ao trabalho que realizam, parabéns por esse legado que estão nos deixando de exemplos e de incentivo a toda a juventude, às novas gerações, para que eles vejam que é possível sim, quando você quer, quando você tem essa coragem cidadã, de realmente promover o nosso país.

Parabéns a todos e me desculpem, mas eu sou muito orgulhosa da minha terra, eu tenho essa marca, sabe, todos que me conhecem e dizem que eu sou muito bairrista, e o Clodoaldo, por ser norte-rio-grandense, por ser essa figura que nós admiramos tanto, eu quero, através do Clodoaldo, parabenizar a todos e dizer, Clodoaldo, muito obrigada. O Rio Grande do Norte é feliz em ter um filho como você [palmas].

SR. LUCAS PRADO: Eu quero dizer que o esporte, o esporte na educação, se conseguimos levar o esporte todo integrado, não discriminado, vamos supor, se tem deficiência não pode participar com as pessoas que enxergam, se fazermos isso com os pequenos, com as crianças, aí sim nós vamos conseguir mudar a cultura do Brasil, o preconceito, a discriminação, porque gente grande já é difícil de mudar, "pau que nasce torto até a cinza é torta" - igual a minha avó fala [risos]. Então as crianças, se colocar deficiente com crianças "normais" e explicar... como que eu posso falar para vocês... mostrar para ele que a deficiência daquela pessoa não limita ele, tem alguma limitação, e sim conviver ele junto entre sociedade e não discriminação, "Ah, você é cego, você não pode jogar bola". Quando eu fui no Mato Grosso agora, quando eu voltei de Pequim, nós fizemos um jogo com amigos meus, falaram assim: "Vamos bandar todo mundo, vocês vão sentir como que é ser cego correndo com a bola". Eu tenho uma bola de guizo e levo, então mostrando para eles que se incluirmos o esporte adaptado no meio da sociedade das pessoas ditas "normais", nas escolas, e mostrando para todo mundo, para as crianças, que a barreira que nós temos pode ser quebrada, assim nós vamos ter uma cultura, não vamos ter preconceito quando aquela pessoa crescer, porque aquela criança que está convivendo com aquela conveniência, com aquele menino que tem uma deficiência, ele vai ser que aquilo ali para ele vai ser normal, que não

vai ser diferente, que muita gente hoje na rua quando eu ando, as pessoas sempre tem curiosidade: "Mãe, por que aquele menino está usando aquela varinha, aquele pauzinho". Aí vem e pega. Então as mães pensam, assim, algumas pessoas pensam: "Não encosta perto dele não, senão você vai pegar cegueira". Muito pelo contrário, a criança tem vontade de conhecer e saber, e o próprio ser humano, a mãe da pessoa, tipo assim impede da criança vir e conversar, explicar, de eu falar para aquela criança: "Não, filho, eu sou cego, eu sou assim, assim e assado", isso daqui eu uso para me locomover. Então muitas pessoas têm isso. Eu acho que se a gente levar isso para a educação, igual o Clodoaldo falou, começar numa categoria de base da criança ali, a partir dos três, quatro anos, que ela vai para a escola e começa a aprender, a conhecer, aí sim nós vamos conseguir mudar a sociedade. Caso contrário, nós vamos ficar dando murro em ponta de faca muitas vezes ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem [palmas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade, Lucas. Eu queria só dizer aqui, Presidente, mais uma palavrinha ao Lucas. É verdade, nós temos que também combater o preconceito, isso é preconceito, é discriminação, das pessoas adultas, que precisam... Realmente o caminho é esse, é com a criança, é com a juventude, e que ela, a própria criança, os próprios jovens, são quem vão conseguir, de certa forma, mudar um pouco os adultos, modificar os adultos. É a palavra da criança e do jovem.

Eu, como disse que fui pediatra, então eu convivi com algumas questões dessa, inclusive de dificuldades de inclusão. Mas hoje, Senador Cristovam, a escola, com essa modificação que aconteceu, onde não existe mais aquela separação, que aquilo era uma discriminação. As crianças que tinham qualquer tipo de deficiência, às vezes tão pequenas, tinham que ir para um ensino especial, não era dentro da escola normal, porque a própria criança, às vezes, ela chega para a varinha com curiosidade, mas a aceitação que ela tem, ela não tem preconceito, é uma curiosidade natural como se ela tivesse vendo um carrinho novo, uma coisa, é uma curiosidade natural, mas ela tem uma aceitação, ela vê com os olhos do coração. A criança é diferente, ela tem essa capacidade de enxergar muito mais, ela não discrimina, ela não tem o preconceito. Mas isso é uma coisa muito interessante.

Eu queria até lhe dizer que a falta de oportunidades fez com que muitos deficientes não pudessem hoje estar contribuindo, não somente no esporte, mas em qualquer outra atividade. Aqueles que tiveram o apoio, que tiveram as condições, eu tenho um exemplo na minha própria família de um cunhado. Ele é paraplégico, ele teve paralisia infantil, mas é um bioquímico, tem a sua clínica, porque teve oportunidades e foi inserido - e também gosto muito de nadar, viu Clodoaldo -, sempre foi inserido de forma natural com os amigos, com a família, mas esse é um caso especial. Mas a grande maioria a tendência é deixar em casa, coitadinho, tadinho, sem que aquela pessoa pudesse participar de forma normal de toda a vida de uma cidade.

Então é isso que eu acho que nós estamos aqui nessa Semana, levantando mais uma vez essa questão, porque a valorização tem que ser no dia-a-dia, a acessibilidade tem que ser luta de todos, cobrança de todos os cidadãos e todas as cidades, mas a Semana, Senador Flávio Arns, é exatamente isso, é dar um realce maior para que essas questões não sejam esquecidas. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senadora. Eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o Senador Sérgio Zambiasi me permite, só fazer uma observação, que justamente essa ênfase para acessibilidade, para a criança, para o adolescente, é que motivou o Senado Federal, a Comissão Organizadora, a chamar o Maurício de Souza, porque ele tem uma revista específica de acessibilidade, uma outra do Estatuto da Criança e do Adolescente, justamente trazendo esses temas para o conhecimento da criança, do adolescente, e tentando, bem dentro desse debate que está acontecendo aqui, mudar essa realidade dentro dessa perspectiva. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam, Flávio, Rosalba e ilustres, ilustríssimos convidados que estão aqui presentes.

Nós estamos vivendo uma semana realmente muito forte aqui na Comissão de Educação, Senador Cristovam. Ontem estiveram aqui campeões olímpicos, dirigentes olímpicos, enfim, buscando soluções, trazendo conhecimento, trazendo informações sobre procedimentos importantes em relação à questão da prática do esporte na base, como muito bem comentou o Lucas aqui. Eu cheguei atrasado, só pude ouvir a manifestação do Lucas. E na base, a base é obviamente ali na escola, é ali na escola, seja a escola pública ou seja privada, mas essa é a grande e a maior de todas as bases.

Flávio, eu estou trazendo uma informação aqui, eu acho que ela vem ao encontro desse processo. Nós apresentamos aqui na Comissão, Senador Cristovam, as Emendas de apoio aos Ministérios. Uma delas foi

para o Ministério do Esporte e o Relator e o Presidente me permitiram que eu fosse o primeiro a assinar, mas ela é da Comissão. E na sugestão da Emenda para o esporte, como nós não podemos escrever ali na parte técnica, eu pedi ao Relator Flávio Arns que colocasse na justificação que aquela Emenda só poderia ser destinada para projetos, seja de quadras esportivas, poliesportivas, piscinas, sei lá quais as denominações técnicas que trabalham essa questão, cujo os projetos tenham acessibilidade. O Flávio acolheu e nós votamos, está aprovado, está lá no Orçamento. Ontem à noite, Senador Flávio Arns, Sr. Presidente Cristovam, tive uma audiência muito rápida com o Ministro do Esporte, o Orlando Silva. Eu havia comentado com ele há uma semana sobre a nossa proposta aqui, Flávio. Quando me encontrei com o Ministro, ele: "Já sei, tu quer falar sobre acessibilidade no esporte". Eu falei: "Exatamente isso, eu quero falar contigo sobre isso aí". E ele se comprometeu, Senador Flávio e lideranças todas aqui do paraesporte, de agendar, talvez para a semana que vem ou na outra, uma reunião, um pequeno evento, quando ele vai baixar uma norma interna do Ministério em que será exigido para todas aquelas Emendas que nós parlamentares encaminhamos para as nossas regiões, para os financiamentos do orçamento do Ministério, do orçamento próprio do Ministério, para atender às demandas daquelas quadras, sejam quadras comunitárias ou quadras em escolas, que todos os projetos, todos obrigatoriamente deverão conter os itens de acessibilidade, todos. O Ministério não vai liberar financiamento, orçamento, para projetos que não contenham as exigências básicas e mínimas de acessibilidade para que haja exatamente essa oportunidade de convívio e essa superação dessas diferenças e que a igualdade seja vivida integralmente, inclusive no esporte.

Eu me apressei em estar aqui, eu vi que estava já caminhando para o final, o pessoal sabe compreender, nós participamos de várias Comissões, elas estão andando, eu sou Relator de um projeto aqui na ciência e tecnologia, mas Deus generosamente me dá essa oportunidade de em dois ou três dias poder também ajudar a articular uma questão que eu acho extremamente importante e permitir que logo-logo se transforme em uma norma interna do Ministério, de maneira que nós daremos com isso oportunidades iguais de convívio da prática para que tenhamos não apenas esses nossos grandes campeões Paraolímpicos, mas acima de tudo o fundamental, que é a conquista da cidadania. Aqui nós temos gente que são multicampeões: são campeões por terem superado exatamente o preconceito e a discriminação, campeões porque buscaram seus objetivos e são vencedores e a partir disso são um grande exemplo de inclusão para toda a sociedade, o que nos orgulha enormemente, mas tem que trazer exatamente esses depoimentos para a gente ter essa percepção. Infelizmente sem a presença de vocês aqui, daqui a pouco a gente não teria a percepção de tantas coisas que ainda faltam, que precisam ser feitas para que aconteça, finalmente, essa busca fundamental da igualdade que nós todos queremos.

Ouvi aqui agora essa proposta, Flávio, que é essa bolsa do bolsa-atleta, nós temos que levar para o Ministério, para o Presidente Lula, o guia, que é um atleta também. O companheiro aqui me descreve a questão do guia para o paratleta, eu fiquei pensando: Mas é verdade, ao lado dele tem que ter um atleta que possa acompanhá-lo, tem que ter um preparo físico tão bom quanto. Como é que vai fazer? É que lamentavelmente, Senador Cristovam, ainda se vê esse tipo de patrocínio como despesa, quando deveria ser visto como investimento, nós temos que começar a trocar as nomenclaturas. É o tecnicismo, é aquela coisa, chega e diz: "Não, mais uma despesa", quando na realidade deveríamos dizer assim: "Mais um investimento, mais uma forma de melhorar esse processo de inclusão social e de igualdade".

É um registro que eu queria fazer com muita alegria e com muita emoção também pela semana espetacular que nós estamos vivendo aqui, aprendendo, convivendo e aprimorando a nossa sociedade. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Eu quero manifestar também a minha alegria com essa Semana, e aqui está a Mônica, a quem eu cumprimento, na mesma linha do que falou o Senador Zambiasi. Eu quero dizer que aqui está a Maria Glória Batista Mello, que é da executiva da Organização Nacional dos Cegos em Brasília. Aqui está também o Antônio José Nascimento Ferreira, que é o Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, nos prestigiando.

Eu quero concluir essa solenidade, ao mesmo tempo convido a todos para irem à homenagem ao Chico Mendes, dizendo da emoção que a gente sente num encontro como esse. Não é apenas satisfação, é uma grande emoção de ver como pessoas são capazes de superar as dificuldades e irem adiante, de se transformarem em exemplos, como disse o Clodoaldo, das pessoas quererem ser até mesmo igual a ele. Isso é o que a gente precisa nesse país, cada um querer ser igual ao outro, querer ser igual ao outro na superação que ele faz das suas dificuldades e querer ser igual ao outros porque quando temos essas desigualdades e diferenças deixamos de ser um time, deixamos de ser um país, passamos a ser uma soma de gente, cada

uma para um lado. Eu fico muito feliz de ver o exemplo que vocês dão à juventude brasileira, de que é possível sim superar as dificuldades e honrar o país.

Eu não dou por encerrada porque eu quero saber se algum de vocês quer ainda falar alguma coisa ou, então, cada um diga uma palavrinha antes que encerre a sessão. Clodoaldo.

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Agradecer mais uma vez a oportunidade que o Senado, a Câmara e o Presidente, o Flávio Arns também, colocando também essa Audiência.

Falar que temos que começar pela base porque isso é fundamental, mas nós, que somos atletas de alto rendimento, infelizmente as coisas não estão sempre do jeito e da forma que nós queremos. Hoje nós recebemos, muitos atletas recebem a bolsa-atleta, temos patrocinadores individuais e eu falo que hoje, no esporte Paraolímpico, muitos falam: "Ah, não acontece isso por falta de recursos", mas eu tenho uma opinião diferente. Hoje o esporte Paraolímpico recebe recursos. Eu só acho que se esses recursos fossem colocados de uma maneira para onde tem que ir, nós não precisaríamos mais de recursos, só apenas aqueles recursos que entram poderiam estar fazendo com que o esporte Paraolímpico pudesse ser muito melhor do que já é. Por quê? Porque hoje eu posso falar que eu estou meio estimulado com o movimento porque hoje o Comitê Paraolímpico Brasileiro, ele é caso de polícia, infelizmente a imprensa noticiou aí várias coisas sobre o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Então no ano passado essa entidade gastou quase quinhentos mil reais só com advogado. Eu acho que quinhentos mil reais, se fosse colocado para os atletas, para o fomento da base, com certeza eu acho que todo esse dinheiro que gastam com advogados aí para se manter em cargos poderia ter um benefício muito maior para os atletas. Infelizmente, não é nem o momento, mas eu acho que vocês que estão aqui, a sociedade brasileira, têm que estar também tendo o reconhecimento do que acontece no esporte Paraolímpico, porque não é só o Clodoaldo que diz. Isso já foi a imprensa, inclusive tem o José Cruz aqui que é de Brasília também, tem tudo isso em seus documentos, eu estou com um monte de documentos aqui, quem quiser me procurar depois da Audiência eu posso estar mostrando. Esses documentos falam que hoje o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, há cinco anos, está por liminar de advogado. Então, infelizmente, tem dinheiro no esporte Paraolímpico. Antes, quando não, tinha as coisas eram muito mais tranqüilas, muito mais harmoniosas, e fica o registro para que se quisermos mudar o Brasil, se quisermos mudar o esporte Paraolímpico e que as pessoas possam nos ver como ídolos e como exemplos, temos que mudar de cima, do nosso próprio esporte, para que a gente possa dar exemplos bons, porque o Brasil precisa de exemplos bons para que o nosso esporte possa crescer e que possamos ter credibilidade frente à sociedade. Então era esse o registro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas, quer dizer alguma coisa?

SR. LUCAS PRADO: Eu quero agradecer a todos por ter escutado a gente, ter ouvido as nossas pequenas dificuldades, que para os Senadores isso é bem fácil, mas para nós é uma dificuldade muito grande, que analisem os casos bem com carinho, como se fossem para vocês mesmo, como se vocês fossem deficientes. Que analisem bem, porque com isso vocês não estão judiando só eu, o Clodoaldo, o Daniel, vocês estão ajudando não sei quantos milhões de deficientes que têm no Brasil. Então se nós continuarmos fazendo isso, nós vamos ter um Brasil melhor, um país melhor, e deficientes melhores, com estímulo de vida, querendo ser alguém na vida, não sendo um deficiente e sim um eficiente. É só isso, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Daniel.

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: É, agradecer, realmente a gente fica muito feliz por vocês, Senadores, estarem dispostos a nos ajudar. Então a gente só tem que agradecer mesmo e é o que o Lucas falou, nós não somos deficientes e sim eficientes. Eu até costumo falar que a deficiência é apenas mais um obstáculo na nossa vida. E começar a ver com esses olhos: e se fosse você um deficiente visual, se fosse você um cadeirante, conseguiria entrar em algum lugar ou conseguiria ir a todos os lugares? Então a gente agradece e o que precisar eu garanto que todos aqui estão dispostos a vir mais vezes para estar ajudando. Então a gente agradece, eu agradeço de coração mesmo por vocês estarem lembrando do deficiente. Muito obrigado mesmo e uma boa tarde a todos.

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Eu queria agradecer a todos pela oportunidade de a gente estar expressando as nossas necessidades. Muito obrigado por vocês terem nos ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marcos.

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: É, como todos falaram, estamos aqui agradecendo.

Agora eu queria fazer uma crítica, já que estamos falando sobre acessibilidade. Na semana passada, para eu estar na Praça dos Três Poderes, eu não consegui, tive que ter ajuda para estar ali, que estava sendo feita uma matéria, não tenho a rampa. Hoje chegando aqui, para estar também aqui tive que subir e descer

três meios fios, então eu vejo que a dificuldade está ao nosso redor. Então eu acho que poderia já partir daqui essa ajuda para podermos ir e vir. Hoje já tive essa dificuldade, então eu venho aqui fazer essa crítica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é muito pertinente a crítica, até porque muitos lugares nesse país, e o Senador Zambiasi falou, não levam em conta as necessidades dos que precisam de uma atendimento especial.

Eu quero dizer também que está presente conosco o Jackson, que é o Presidente da Associação Desportiva dos Surdos de Taguatinga, ao lodo de um colega nosso do Senado que também é portador, o Ulisses, a quem eu agradeço a presença e vai daqui um [ininteligível]. Eu quero agradecer ao Jackson Barbosa, a cada um de vocês. Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria, em função das observações que foram feitas, num conjunto de áreas importantes, mas principalmente na questão de acessibilidade, o Zambiasi já falou sobre isso também, eu acho que nós deveríamos assim como resultado, quer dizer, alguma coisa bem concreta, tem tantas coisas concretas, mas trabalharmos aqui no Senado, não é Senador Zambiasi, para que dentro do Senado essa questão da acessibilidade fosse concluída. Já existe o levantamento, ontem foi levantado isto também no Plenário, agora ao mesmo tempo trabalharmos, porque o que foi dito assim, chegar na Praça dos Três Poderes e não ter acesso à Praça dos Três Poderes, eu diria: "Olha,..." Até não é tanto por não ter acesso, mas ter acesso significa algo simbólico para o Brasil. O Ministério das Cidades tem programas para o Brasil inteiro para acessibilidade. Nós podemos trabalhar com o Governo Federal e o Governo Distrital para a gente dar o exemplo. Eu acho que foi o que o Clodoaldo falou também, alguém tem que dar o exemplo. A gente faz a lei aqui no Senado e o Senado não é acessível. Está sendo trabalhado para isso, mas concluir esse processo, não é verdade? A gente faz o projeto para o Brasil inteiro, mas a Praça dos Três Poderes não é acessível. Pô, é uma coisa completamente errada, não é verdade?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Flávio, se o exemplo tem que partir de cima, quem sabe a gente inicia uma campanha com o Governo Federal, com os Três Poderes e o Governo do Distrito Federal para tornar Brasília a capital da acessibilidade, porque a partir desse exemplo, seguramente... Cristovam, eu estou dando um exemplo aqui: Brasília, a capital da acessibilidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É. O Joca queria acrescentar eu acho que alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito boa idéia, muito boa idéia, eu vou levar isso às autoridades.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu só quero acrescentar um detalhe. Eu estou cada vez mais convencido de que nós temos que apresentar o projeto na Comissão de Educação limitando o número de reeleições para as presidências das federações e confederações.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas será feito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O projeto já está pronto e vai ser uma iniciativa da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Da Comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu estou muito convencido disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como também eu quero lembrar que provavelmente na terça-feira, o Senador Flávio Arns é o Relator nesse momento, nós aprovar, eu espero, o projeto que assegura que todos aqueles que quiseram aprender libras terão vagas em escolas públicas para isso.

Bem, eu agradeço a cada uma e a cada um de vocês, principalmente à Mônica e às que trabalham com ela. São só mulheres, não é? Isso mostra a falta--

SRA. MÔNICA: [ininteligível] trabalha com a gente, mas é do nosso grupo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parabéns para vocês e muito obrigado pelo que vocês têm feito pelo Brasil e por nossa juventude.

Sessão encerrada às 12h27.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZ EMBRO DE 2008.

Às onze horas e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Mão Santa, Valdir Raupp, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, João Pe-

dro, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Arthur Virgílio – PSDB/AM e Osmar Dias – PDT/PR, não membros da Comissão; Senhora Irene Ravache, Atriz; Senhor Odilon Wagner, Ator, Produtor Teatral e Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI – São Paulo; Senhor Eduardo Barata, Presidente da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhor Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Alessandro Queiroga, Diretor de Operações da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhor Carlos "KK" Mamoni Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor José Fortes, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Nilson Raman, Diretor da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR; Senhor Tatyana Rubim, Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro e Membro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhora Bianca de Felippes, Produtora e Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhor Rodrigo Lamego, Assessor Parlamentar do Ministério da Educação – MEC; Senhor Jorge Augusto Vinhas, Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Jacqueline Safe Carneiro, Assessora Parlamentar da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Senhor Danilo Moreira, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Juventude; Senhor João Bachur, Chefe de Gabinete do Ministro Fernando Haddad; Senhor Carlos Leoni R. Siqueira, Músico; Senhor Luiz Gonzaga de Luca, Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC; Senhor Alfredo Manevy, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Marcelo Bertini, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Senhora Márvia Scárdua, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Paulo Pélico, Produtor Teatral e Diretor-Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP; Senhora Norma Thiré, Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhora Fernanda Signorini, Produtora Teatral e Membro da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI e Senhor Roberto Frejat, Músico. **Item 001: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, ao **Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos". Neste momento a Senadora Marisa Serrano cita o Termo de Compromisso assinado pela Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC, pela Associação Brasileira de Cinemas – ABRACINE e pela Associação Brasileira de Multiplex – ABRAPLEX, garantindo a redução dos valores dos ingressos e a fiscalização do cumprimento da cota de quarenta por cento, que será conseqüência da aprovação dessa proposição. Antes de ser iniciada a deliberação sobre o substitutivo, a Presidência anuncia que o Senador Inácio Arruda apresenta requerimento de destaque à emenda nº 02, de sua autoria, e o Senador João Pedro apresenta requerimento de destaque às emendas nº 03, 04, 05 e 06, de sua autoria. O Senador Inácio Arruda informa, ainda, que retira a emenda nº 01, de sua autoria. Submetido à deliberação em turno suplementar, o substitutivo é aprovado, ressalvados os destaques, por 14 (quatorze) votos, incorporando as emendas nº 01 - CE, 02 - CE, 03 - CE, 04 - CE e 05 - CE, de autoria da relatora, aprovadas em globo por 13 (treze) votos. A Presidência submete à deliberação os requerimentos de destaque. O destaque à emenda nº 02, de autoria do Senador Inácio Arruda, é rejeitado por 12 (doze) votos a 3 (três) e o destaque às emendas nº 03, 04, 05 e 06, de autoria do Senador João Pedro, é rejeitado por 13 (treze) votos a 3 (três). **Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Flávio Arns, ao **Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o

Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque comunica que necessita ausentar-se da sessão, em virtude de compromisso inadiável assumido anteriormente e passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, que "Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer favorável é aprovado. **Item 010: Projeto de Resolução do Senado nº 041, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Denomina Senador Luiz Carlos Prestes o espaço localizado no Anexo II, bloco A, 1º andar, do complexo arquitetônico do Senado Federal, que dá acesso às Alas Senador Tancredo Neves e Senador Teotônio Vilela". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Pedro e o parecer favorável é aprovado. **Item 021: Requerimento nº 51/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 004 de 2008, que 'Institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública'". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2008 fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 022: Requerimento nº 52/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide e Senador Cristovam Buarque, que "Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que 'Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador'". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. Neste momento a Senadora Fátima Cleide registra a presença da Senhora Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora-Executiva da área de Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Barbeiros, Lustradores de Calçados, da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, e pede a inclusão do seu nome no referido requerimento, o que é aprovado. **Item 026: Requerimento nº 55/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso 1, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 227 de 2007, que propõe 'Instituir a residência educacional a professores da educação básica', com a presença dos seguintes convidados: representante do Conselho Nacional de Educação / Câmara da Educação Básica; representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; representante do Ministério do Planejamento e Gestão; representante da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação – CNTE; representante da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 023: Requerimento nº 53/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Em atenção às manifestações recebidas da parte dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Nutricionistas e de Biologia, em anexo, requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE) encaminhe expediente ao Ministério da Educação, no sentido de que o Parecer CNE/CES Nº 213/2008, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas para a formação profissional nessas áreas, entre outras, seja revisto. Em suas missivas, os Conselhos Federais mencionados apresentam argumentações consistentes, e que apontam para a necessidade de, pelo menos, 4.000 horas para a formação de Nutricionistas e Fonoaudiólogos, e de 3.600 horas para a formação de Biólogos, afirmando que a carga horária de 3.200 horas é insuficiente, e incorrerá na formação de profissionais mal qualificados e, portanto, despreparados para atuarem no mercado de trabalho, contrariando o que prescreve o inciso VII, do artigo 206 da Constituição Federal, que estabelece que o ensino seja ministrado segundo o Princípio de Garantia de Padrão de Qualidade. Requeiro, ainda, que esta Comissão constitua grupo de Senadores para acompanharem os desdobramentos desses entendimentos junto ao Ministério da Educação, no sentido de que seja garantida a qualidade da formação desses profissionais, com cargas horárias adequadas ao pleno exercício das profissões. Finalizo acrescentando que, por ocasião da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Recomendação Nº 24 de 2008, indicando a carga horária mínima de 4.000 horas para cursos de formação superior na área da saúde". O Requerimento é aprovado. **Item 025: Requerimento nº 54/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realize Audiência Pública para debater o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar

condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Informações recebidas de entidades estudantis dão conta de que a realização do Programa não tem levado em consideração a qualidade do ensino, com a criação de cursos de menor carga horária do que a necessária para a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho, bem como a excessiva ocupação de alunos em sala de aula, o que tem comprometido a melhor qualidade dos ensinamentos ministrados. Ao promover o aumento do número de matrículas nas universidades federais, o REUNI deve garantir o necessário aumento nas verbas repassadas, o maior número de professores, bem como o necessário incremento na infra-estrutura das universidades federais, tais como restaurantes universitários, alojamentos para alunos residentes, entre outras. Indico como participantes da Audiência Pública um representante da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU), um representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e dois representantes do movimento estudantil pela revogação do REUNI". O Requerimento é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, com as emendas nº 01 - CE e 02 – CE oferecidas, é aprovado. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que "Institui o Dia Nacional do Desafio". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com a emenda nº 01 – CE oferecida, é aprovado. **Item 027: Comunicados da Presidência**: **Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 007.418/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, revogando, por conseqüência, alguns dispositivos da Resolução – TCU 191/2006". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 017.177/2008-2, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi avaliar, no Plano Nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio". **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 003.928/2008-0, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, referente às irregularidades identificadas na Fundação Universidade de Brasília - FUB". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003; Item 13: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2008; Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008; Item 024: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **ROMEU TUMA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um. Bem, boa-tarde. Bom-dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª

Legislatura, e essa referência é necessária para que fique registrada na gravação.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Nós temos como item, que eu quero colocar logo em primeiro lugar, independente de qualquer outra coisa, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 188/07, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Como é do conhecimento de todos que aqui estão, e estas têm sido sessões muito bem prestigiadas pelo mundo artístico, pelos estudantes e até pelo Poder Executivo, com representantes de todos os Ministérios envolvidos na área, tivemos um projeto que foi votado na semana passada, ou 15 dias atrás, e com substituto para ser discutido hoje. É óbvio que esse projeto é da absoluta necessidade de garantir um direito dos estudantes, direito histórico dos estudantes, e, também, pela clara manifestação dos artistas, é um projeto de grande importância, para manter a viabilidade financeira da maior parte dos espetáculos artísticos no Brasil. Por isso, teve contradições. A mais importante delas: o fato de que a lei que foi proposta, para que os artistas e seus promotores pudessem ter clareza do *borderô* que eles fazem e uma avaliação concreta do que pode acontecer de resultados financeiros, era necessário dar uma cota para, no máximo, 40% das vagas de cada espetáculo serem para os estudantes e para os idosos.

Depois da aprovação, ficaram as emendas para serem votadas hoje, com o substituto da Senadora Marisa, e que não conseguimos chegar a um acordo até ontem, mas, hoje, eu creio que nós chegamos a um acordo; obviamente, a UNE deixando clara que não está de acordo com os 40%, um acordo na concepção, um acordo na idéia, um acordo nos artigos, mas a UNE fez questão, e eu quero dizer que, com o respeito que eu tenho por essa instituição, entendo perfeitamente que não podem assinar, eles, um documento que limita.

Entretanto, estão de acordo com a alma do projeto, com o espírito do projeto. Nós estamos, então, aqui, em condições de ler um substituto integral ao projeto que foi aprovado antes, que muda diversos itens que, cremos, atendem às aspirações de todos os envolvidos, deixando claro que a UNE manifestará sua discordância. Eu quero passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, para que diga a que ponto ela chegou, depois de tantas discussões, no seu substituto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos aqueles que estão aqui, vindos, como V.Exa. disse, os estudantes, os empresários da área cultural e todos aqueles que se interessam pelo tema, dizer que estamos chegando ao final, nessa nossa jornada desses últimos tempos, discutindo essa questão que é fundamental, porque é um direito dos estudantes, como é um direito também daqueles que produzem cultura, nesse país, continuar a fazê-lo.

Procuramos acompanhar o mais próximo possível todas as questões, discutir todas as alternativas possíveis. É claro e evidente que nem sempre a gente contenta, um relator nem sempre contenta, igualmente, todas as vertentes que se apresentam, mas temos feito o possível. Eu procurei ouvi-los e tentar resgatar todas as propostas e idéias que foram apresentadas. É claro e evidente que a gente não contenta a todos.

Eu sei que, talvez, alguns, os produtores, alguns possam não estar contentes, os estudantes, os movimentos estudantis também poderão ter suas ressalvas, os idosos poderão ter suas ressalvas também, mas a gente vai construindo democraticamente. Aquilo que, porventura, não for fechado aqui no Senado, eu tenho certeza que a Câmara poderá ainda fazer as suas colocações. E, depois, então, voltando para cá, a gente fecha todo esse processo de discussão.

Fico contente porque conseguimos chegar até o final, pelo menos, procurando o consenso entre todas as entidades que participam, o Governo, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, e isso, para nós, é muito importante.

Portanto, Sr. Presidente, da reunião verificada hoje, ainda, das discussões apresentadas, com conhecimento de quase todos os presentes, eu quero colocar aqui que do Projeto de Lei. O substitutivo que eu ofereci e foi votado na última reunião nossa e foi aprovado por... pela maioria dos votos, eu quero dizer que há algumas modificações e são emendas que eu quero apresentar a esse substitutivo que eu fiz, e algumas emendas que podem enfeixar o interesse de todos aqui presentes.

Portanto, já que todos os Srs. Senadores têm aí, em mãos, o substitutivo que eu apresentei na última reunião, eu quero, aqui, fazer algumas emendas que eu achei que são importantes, e essas emendas vão de encontro, eu acredito, aos interesses de todos aqueles que discutiram, juntamente com o Senador Cristovam e eu, essa questão.

No art. 1°, o art. 1° do substitutivo, no § 2°, eu gostaria de ler o § 2° da emenda que eu estou apresentando. "Somente terão direito a benefícios estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades

de educação e ensino, previstos no título 5°, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente, mediante a apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da carteira de identificação estudantil – CIE -, válida conforme - e aqui vai a emenda - conforme modelo único, nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais e estudantis, nos termos do regulamento, dotada de fé pública, confeccionada pela Casa da Moeda do Brasil e expedida pela Associação Nacional de Pós Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pelos DCEs das instituições de ensino superior, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas e pelas uniões estaduais dos estudantes". Essa é uma emenda, Sr. Presidente, que estou apresentando.

A segunda emenda é desse mesmo art. 1°, no § 6°, que foi incluído um novo parágrafo, e, nesse § 6°, incluído, diz o seguinte: "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis". Esse é o novo art. 6°.

E a última emenda é renumerando o § 6°, que passará a ser o 7°. E aí, Sr. Presidente, fica, então... Fica, então... Com a confusão aqui... Fica, então, rejeitadas as duas emendas oferecidas pelo Senador Inácio Arruda e as quatro emendas apresentadas pelo Senador João Pedro. Rejeitadas por essa relatora. Então, Sr. Presidente, são três as emendas propostas: o § 2°, do art. 1°, § 6, novo, do art. 1°, e a renumeração do § 6°, que passa a ser o 7°, também, do art. 1°.

Eu acredito que, com essas mudanças, nós atendemos a possibilidade, dentro da possibilidade que nos coube, atendemos aquilo que poderia ser feito para adequar o máximo possível esse projeto à realidade nacional. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente [ininteligível] emendas apresentadas pela Senadora Marisa Serrano, como um dos autores do projeto original, junto com o Senador Flávio Arns. Me parece que, dessa maneira, nós podemos, realmente, ter a busca aí do entendimento.

Eu teria algum questionamento só, senadora, se há necessidade de colocar confeccionado pela Casa da Moeda, nós estamos tratando de uma lei. A gente tem um pouco... Às vezes, as pessoas que não acompanham o processo parlamentar ficam criticando as questões sem saber que uma lei, ela tem que ser genérica, ela tem que ter, depois, a devida regulamentação. E a Casa da Moeda... Amanhã, pode não ser pela Casa da Moeda, pode ser por outro órgão, também, de fé pública ou outro lugar que possa emitir. De maneira que esse seria meu questionamento: se há necessidade de colocar confeccionado pela Casa da Moeda. Acho que na medida que está aqui, que é dotada de fé pública, a emissão pode ser feita por outro órgão, também, que tenha essa mesma fé. Esse seria o único ponto que eu teria de explicação a mais.

Por outro lado, Presidente, acho que nós já falamos aqui, nas várias reuniões, mas é importante reprisar que essa é uma iniciativa que já está sendo discutida no Congresso há muito tempo, aqui no Senado, não é uma questão que esteja se discutindo agora, de maneira corrida. A proposta inicial, ela busca exatamente criar a carteira de identidade estudantil, garantir a meia-entrada para os estudantes, no Brasil todo; não são todas as cidades brasileiras que têm meia-entrada, não são todos os Estados Brasileiros que têm meia-entrada. Por exemplo, ficou... Nos espetáculos esportivos, no Mineirão, em Belo Horizonte, é colocado normalmente 10%, 10%, apenas, de meias-entradas são colocadas no Mineirão.

Então, se nós estamos falando que vão passar para 30 e, por iniciativa nossa, passamos de 30 para 40, eu acho que 40 é mais do que 30. Acho, não, tenho certeza absoluta. Portanto, a crítica de que se estaria limitando o acesso é uma crítica que não bate com a realidade. Outra vez, eu quero insistir de que se todo mundo tiver meia-entrada, a meia-entrada é fictícia; é uma meia-entrada que é, na verdade, uma entrada inteira.

Quero relembrar que foi colocado aqui, na última reunião, pela Presidente da UNE, de que ela estima em 30% o número de estudantes em cada sessão. Portanto, 30% é menos do que 40. E essa questão de se colocar essa falsa informação de que nós estaríamos cerceando a liberdade, o direito do estudante, é exatamente o oposto. Eu não faço política com visão imediata de buscar manchete de jornal. Eu faço política, realmente, buscando o interesse público que seja racional, seja garantido, que seja balizado em razões fortes. Não tenho nenhuma dúvida de que, garantindo a meia-entrada, como estamos no projeto, com uma carteira que seja padronizada nacionalmente, para evitar as falsificações que acontecem hoje, nós estaremos, sim, defendendo o estudante. Aí, sim, estaremos defendendo o estudante para valer, não é defendendo apenas no primeiro momento. Por isso, eu tenho muita tranqüilidade em defender esse projeto, defendendo os estudantes em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, mesmo não tendo número para nós deliberarmos, acho que é importante retomar o debate em torno da proposição que a Senadora Marisa Serrano realiza, primeiro para dizer que... Você vê como é que são as coisas. Os estudantes, eles insistem... Aqui se faz o sinal trocado. A crise é nos Estados Unidos, mas a gente quer botar a crise aqui, como sendo o epicentro. Os estudantes reclamaram depois da Medida Provisória 2208, que desregulamentou absurdamente a emissão de carteiras e tornou, então, a falsificação a regra, depois de desregulamentar o setor, que estava na onda da desregulamentação, não sei se V.Exa. lembra, "Desregulamenta tudo". Então, também desregulamenta a emissão de carteiras estudantis. Então, desregulamentando, a falsificação grassou.

Os estudantes, diante da situação, principalmente, procuraram, denunciaram que eles não eram responsáveis pela falsificação. A UNE não tinha nada a ver com isso, a UBES não tinha nada a ver com isso, e eram os mais interessados em resolver o problema.

Então, como os mais interessados em resolver o problema, incitaram aqui os parlamentares a tomarem iniciativas. Então, tem iniciativa de toda sorte: tem iniciativa no Senado, tem iniciativa na Câmara... Em todo lugar tem iniciativa, no sentido de corrigir as falsificações. O texto, desde o início, ele sofre esse problema. É que ele coloca todo o controle ou todo o esforço de barrar as falsificações numa tentativa de... Ao invés de cuidar das falsificações, nós resolvemos cuidar de restringir a meia para os estudantes. Esse que é o problema central. E essa que é a questão central. Não é questão de manchete, não, Senador Azeredo. Eu trabalho com esse tema desde 89, quando era Vereador na cidade de Fortaleza.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não me referi à V.Exa, eu me referi à críticas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas eu estou me referindo à V.Exa. diretamente.

Então, desde 89 que nós lutamos para reconquistar, em muitos locais, o direito à meia, em todos os setores; na cultura, no esporte, no transporte coletivo... Eu tive que colocar na Lei Orgânica do Município, para ela não ser retirada por uma maioria ocasional que poderia surgir na Câmara de Vereadores, como fizemos em muitas coisas da Constituição, que, se não tivesse na Constituição, caía no outro dia, pela pressão do poder econômico, pela articulação, pela força da mídia, que, no Brasil, 10 famílias são donas da mídia brasileira, pelos anunciantes, porque tem anunciantes poderosíssimos que se articulam com articulistas e companhias, para fazer artigo, fazer isso, fazer aquilo. É assim que é no Brasil, a famosa liberdade midiática brasileira. Então, quer dizer, há todo um esforço de pressão.

Mesmo assim, os estudantes trabalharam intensamente, sempre na negociação, sempre na negociação, para buscar combater a falsificação de carteiras, porque sem falsificação, Senador Cristovam, estudo feito pelos artistas, pelas instituições que trabalham, as produtoras - artistas, não, que os artistas terminam sendo funcionários daqueles espetáculos, os produtores que são os grandes mestres do negócio - já indica que é 30, 35% de estudantes que vão ao teatro, que vão ao cinema.

Então, por que punir os estudantes e não combater a falsificação? Por que a punição aos estudantes? Por que os estudantes têm que ser punidos? Eu não considero que seja correto, que seja justo. Tanto que o esforço todo era no sentido de tratar da questão da regulamentação, para impedir as falsificações, e vamos acabar com essa restrição, que ampliou dos estudantes para os idosos. Pega todos. Vai contra o Estatuto do Idoso, que é uma lei. Não pode um projeto de indicação de regulamentação passar por cima do Estatuto do Idoso. Mas está passando. Ou, pelo menos, eu considero que esteja em vigor o Estatuto do Idoso, não sei se resolveram também atropelar o Estatuto do Idoso. Em tempo de vigília, no Plenário do Senado Federal, em defesa dos idosos aposentados, nós estamos atropelando o Estatuto do Idoso. Então, de uma vez só, nós resolvemos atacar dois setores importantes: a juventude brasileira, estudantil e--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Cristovam, para discutir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --os idosos do nosso país. Acho que há uma inversão completa.

Quer dizer, resolveu-se tratar a falsificação de carteiras, não combatendo os falsificadores e os criminosos, mas combatendo o direito à meia dos estudantes. Eu considero que as modificações apresentadas pela Senadora Marisa são interessantes. Nós já votamos a favor do substitutivo. Fizemos uma restrição, a querer se punir os estudantes, restringindo a meia-entrada e a idéia de que parece que eles vão entrar de graça. Eles não vão entrar de graça, não. Isso é um negócio. É pago. Vão pagar metade, mas vão pagar. Não há entrada de graça. Os estudantes vão pagar para poder ter acesso a essas atividades.

Então, a modificação apresentada, eu considero interessante, que é o esforço dos estudantes. Isso não foi inventado, não. Foi um debate. O esforço dos estudantes para tratar da falsificação. É isso que a senadora está acolhendo. Está acolhendo o esforço dos estudantes para tratar de coibir as falsificações.

Quando pede(F) a Casa da Moeda, é porque é uma instituição de fé pública, que tem lastro no Brasil, que produz a moeda brasileira, a que está no nosso bolso. Então, se tem fé pública, se tem a grande credibilidade em torno dessa instituição. Por isso que se propôs a Casa da Moeda e uma limitação, também, do número de agentes que podem emitir a carteira. Então, isso é a forma de você controlar a carteira estudantil, ao invés de restringir o acesso dos estudantes aos espetáculos, às atividades esportivas, culturais, transporte público, porque tudo isso está envolvido.

Então, Sr. Presidente, acho que tem outras proposições. Eu achei... Para usar um termo da... Midiático da televisão brasileira, eu achei fantástica, ou fantástico, o pronunciamento do Senador Dornelles. Porque ele dizia respeito a uma proposição que nós discutimos com os estudantes, com a UBES e com a UNE, sobre o problema de quando entra em vigor. Porque, na parte de punição aos estudantes, de restrição à meia, nos termos em que a lei está, ela entra em vigor imediatamente. Mas, na parte... Do jeito que está aqui. Porque não foi acolhida nem a minha proposição, que eu fiz da outra vez, e nem eu vi se houve modificação agora. Mas ele... Como eu fiz a emenda, o Senador Dornelles observou para a Senadora Marisa: "Mas, Senadora Marisa, se for acolhida essa emenda do Senador Arruda, de esperar a regulamentação para a lei entrar em vigor, não vai acontecer nunca. É preciso rejeitá-la. Para quê? Para entrar em vigor a restrição, enquanto que a regulamentação iria para as calendas gregas". Então, ele foi muito, muito bom para explicar o que se estava fazendo. Quer dizer, na parte de restrição aos estudantes, a aplicação imediata; na parte da regulamentação, então, nós teríamos que esperar um tempo que ninguém iria medir em lugar nenhum.

Os próprios estudantes que fizeram a proposição, propuseram, e nós acolhemos aqui a proposição dos estudantes, fizemos uma emenda, a emenda foi rejeitada, e era preciso examinar se isso vai ser alterado ou não. Porque, senão... Senão, junta uma coisa com a outra, fica - no esporte, existe a expressão chamada "banho de cuia" -, fica um "banho de cuia" nos estudantes. Além da restrição, além da punição, ainda um "banho de cuia", porque a regulamentação ficaria para as calendas. Então, seria importante a gente examinar essa questão, em face da nova votação, nesse segundo turno de votação aqui na Comissão de Educação.

Mas eu quero dizer para a V.Exa. que, como um parlamentar que tem atuado desde Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, em defesa dos interesses dos estudantes, nesse tocante, entre outros problemas importantíssimos do movimento estudantil, nós não poderíamos aceitar essa restrição de entrada dos estudantes em nenhum lugar, acho que a meia tem que prevalecer em qualquer circunstância. É um bom negócio ter os estudantes com direito à meia. Eles são os grandes atores da arte, da cultura e do saber em nosso país. É de lá que vem a maioria das grandes expressões artísticas e culturais da nossa nação. É bom tê-los em casa, é bom tê-los no teatro, é bom tê-los no cinema, em grande quantidade. Quanto mais, melhor. Não vai fazer falta no cofre de nenhum grande evento a presença dos estudantes. É um absurdo levantar-se essa tese de que vai se prejudicar qualquer ato teatral ou musical, no nosso país, se os estudantes tiverem acesso, tiverem direito a entrar pagando a meia.

[palmas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não podemos permitir isso. Não podemos permitir, em nenhuma hipótese, que uma Comissão do Senado seja palco de debate desse tipo. Isso foi feito ontem, antes de ontem; há dois meses, a gente debate. Então, eu peço que cada um se comporte com a dignidade que o regimento exige.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Art. 14, Presidente. Eu fui citado pelo Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, mas, antes... Darei o art. 14. Antes, eu queria dizer o seguinte: na última reunião, eu tomei minha posição absolutamente de Presidente, de Árbitro, sem tomar posição, até um mal-entendido que houve, quando o Senador Pedro Simon falou que não sabia como votar; se a favor dos estudantes ou a favor da cultura, eu disse para ele: "Vote pela cultura", e aí os estudantes entenderam que eu estava falando pela cultura. Mas a minha frase... Eu distribuí, ontem, a transcrição. Ele interrompeu, aí eu dizia: "Cultura se faz com estudantes e artistas. Não há cultura sem estudante, mas há estudante sem artista, não tem cultura também". Então, a única suspeita de um comportamento imparcial foi esse. Hoje, eu estou aqui em outra posição, porque eu participei de todas as negociações, para chegarmos a um acordo. E nós chegamos a um substitutivo, que, claro, Senador Eduardo Azeredo já colocou um ponto, cada senador tem direito de colocar. Então, eu vou defender o substitutivo, que foi fruto de conversas com a UNE, com representantes dos três Ministérios, representante da Juventude no Palácio do Planalto e os artistas também. Então, temos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exa. vai defender o substitutivo nos termos do acordo. Não quer acordo, não quer desacordo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas eu fiz questão de dizer que houve um acordo, e a UNE, nesse acordo, manifestou, com clareza, o seu direito de dizer que não assina embaixo. Mas a gente sabe quando é a posição de dizer: "Vamos lutar até o fim" e dizer: "Estamos sendo derrotados". Essas foram as expressões da UNE, ou seja, chegou-se a um acordo, cujo um item imposto(F). E, aqui, eu queria dizer ao senador que, primeiro, que eu não preciso dizer que defendo o estudante. Fui Ministro e o primeiro ato que eu fiz foi pegar um avião e visitar a UNE em São Paulo. Pouca gente sabe disso. Mas, como eu disse, ontem, para a própria Presidente da UNE, está lá uma foto, mostrando isso.

Agora, nós temos que evitar também o prejuízo do movimento cultural. E é possível que, como o senhor está dizendo, eles estão ganhando rios de dinheiro independente das cotas, da cota... É possível. Mas tudo que eu vi é de que existe uma impossibilidade de planejar as atividades culturais, por falta de definir limites dos ingressos inteiros e dos ingressos médios. Isso daí eu ouvi de todos. Não tem por que achar que eles estão mentindo.

Segundo, eles dizem que, hoje, lamentam que a defesa deles, para não terem o risco do prejuízo, é aumentarem o preço além do que deveria. Esse é um fato. Eu não sei se no Ceará, por conta da lei, os ingressos lá são mais caros do que no resto do Brasil, mas aqui, em Brasília, e outros lugares, quando a gente vai comprar um ingresso e tem a carteira de estudante, já paga inteira, porque pegaram os 50 reais do ingresso, multiplicaram por dois, e quem tem carteira recebe 50, que seria o ingresso normal. Como uma defesa. O que se chegou do acordo? Eu vou dizer. Um dos itens, e está por escrito, seria a redução do valor dos ingressos. Isso, sendo feito, é uma grande conquista para todos: estudantes, idosos e o público em geral. Não está na lei, não se pode colocar, mas tem um documento escrito.

Segundo, a lei do Senador Flávio Arns e do Senador Azeredo cria legalmente a meia-entrada de uma forma de lei, no país todo, que não tem. Segundo, por reivindicação dos estudantes, principalmente a UNE, está claro, no substituto, que a carteira será emitida pela UNE, União Estadual dos Estudantes, DCEs e Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação. Isso também nunca teve na lei. Essa é uma maneira de fortalecer a instituição, mesmo que esteja pagando o preço de limitar em 40%. É uma coisa que fortalece a instituição.

Terceiro ponto, que a gente deve dizer que é importante, é o fato de que o cumprimento dessas leis serão fiscalizadas pelos estudantes, e os estudantes e as carteiras serão fiscalizadas pelos empresários. Ou seja, isso é algo novo, é algo que, ao ser feito, vai dar uma transparência muito grande. Finalmente... Essas são as bases. E a outra que, obviamente, ficaria limitado a 40%. Esse é o acordo que foi feito, mas o acordo com o voto da representante da UNE, dizendo: "Não podemos apoiar isso". Mas eu tenho a impressão, que eu senti, que, no conjunto, representa um avanço, com um retrocesso nesse aspecto, conforme eles manifestaram. Então, é só para defender o acordo feito. Eu tenho a impressão que esse acordo resolveria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai ficar muito difícil, Presidente, porque V.Exa. saiu da posição de árbitro para defender o substitutivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O substitutivo, mas é fruto de um acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E ainda temos os autores dos substitutivos e a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi com ela que se chegou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sei. Estou dizendo que ainda temos a relatora do projeto, temos os dois autores e o Presidente da Comissão. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas todos vão ter direito à fala, e podemos mudar todos. Eu mesmo posso ser convencido de outras coisas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na correlação de forças, por isso que o senhor já está interpretando que alguém já pode estar achando que já perdemos, porque—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, cada um vai ter seu voto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --com a saraivada dessa, vai ficar muito difícil sustentar uma opinião contrária, para convencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, é possível, sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós tivemos uma votação, na semana passada, que já foi 14 a 7. Até onde eu sei, 14 a 7 significa que foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que se fez foi avançar, para colocar instrumentos que atendam a algo que os estudantes poderiam perder, que é a emissão das carteiras. Quanto à crítica do Senador Azeredo a um item que foi acordo, por isso que eu estou aqui, querendo ser o defensor, que é a Casa da Moeda, eu insisto, a idéia é que a Casa da Moeda daria uma credibilidade ao do-

cumento. Tirar isso pode gerar uma falha muito grande. Amanhã, faz-se uma lei, autorizando outra entidade. O desenho será da UNE, o desenho não será da Casa da Moeda, no acordo. Agora, a emissão seria da Casa da Moeda. Nesse sentido, se tirar isso, o acordo muda tudo. Então, essa é a posição que nós temos hoje.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero reafirmar o apoio absoluto, Senador Inácio, do Governo, absoluto dos quatro representantes: educação, esporte, cultura e planalto, a juventude do planalto. Com isso, acaba-se o risco de que o Presidente vetaria algum artigo. Existe um acordo de que não vetaria, se sair nesses termos. Também, o outro item que eu esqueci, e esse é importante, colocou-se um item a pedido, creio, sobretudo da UNE, de que a lei não entra em vigor enquanto não for regulamentada, o que, para o movimento cultural, pode ser um risco, porque, se for demorada a regulamentação, fica valendo o de hoje. Mas há um acordo do Governo, e eu creio que, com a mobilização dos artistas, a regulamentação pode ser imediata, ela pode estar sendo preparada, enquanto se discute na Câmara o Projeto de Lei. Então, não haveria esse risco do vazio que o Senador Dornelles e o Senador Inácio temem. Eu passo a palavra à Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero apenas dizer ao Senador Inácio Arruda que não houve nunca má-fé na relatoria desse projeto. Justo o contrário, nós estamos tentando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu tenho certeza.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --sempre trabalhar justamente para adequar as situações. Por exemplo, hoje, a UNE fez várias propostas; acatamos todas. Ela fez uma proposta de que o modelo único fosse padronizado pelas entidades nacionais estudantis; eu acatei. Colocou também expedida exclusivamente pelas entidades; acatei. Ela queria um artigo que - inclusive de uma Deputada da Câmara - fechasse mais a fiscalização; vimos a parte jurídica, como poderia ser feito isso, e colocamos que esse novo art. 6° caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais à fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis, que a UNE pediu. Colocamos para garantir que o Procon e todos os órgãos federais, municipais e estaduais fiscalizem e coloquem as sanções administrativas e penais que, porventura, existam. E essas propostas todas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora, e quais serão as sanções?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --a da regulamentação que ela pediu... Colocamos... Como?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quais serão as sanções?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dentro do que a lei permite. Não essa aqui, mas as leis que tem e quem burla o que tem na lei, certo? O Código Penal, Código de Defesa do Consumidor, tudo isso. Porque se cada projeto for colocar: "Olha, uma sanção para isso. A primeira é advertência, a segunda não-sei-que, a terceira...". Senador Inácio, isso não é... Para, nós aqui, é um absurdo. Agora, existe o quê? As leis todas no país, que os órgãos de fiscalização têm, e eles têm que ir em cima, e isso têm que ir mesmo. Burlou, não cumpriu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que, normalmente... Eu fui relator do Estatuto das Cidades, e, quando tratamos das sanções, nós tivemos que especificar as sanções, porque uma das questões levantadas pelo judiciário, quando vai tratar das sanções, é: "Bom, mas isso não está na lei". Embora eu não, eu não queira que V.Exa. estabeleça agora quais são as sanções, porque acho que tem muita legislação, tem Código de Defesa do Consumidor, tem alguns instrumentos que nós podemos utilizar, mas, via de regra, o Ministério Público vai dizer: "Bom, mas não está especificado qual é a sanção". Eu não quero fazer a sanção para nenhum agente cultural, não. Eu não quero é a restrição da meia.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Eduardo que pediu para falar pelo art. 14, ao ter sido citado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Presidente, é porque é importante que fique claro que V.Exa., como Presidente, a Senadora Marisa, me comunicaram, ainda ontem à noite, sobre a questão dos entendimentos lá no Palácio do Planalto. Ainda hoje, também, eu participei, ainda que por telefone, sobre essa discussão. Então, eu acredito que o que nós estamos buscando, exatamente, é um consenso.

Então, eu não posso, de maneira alguma, aceitar que o Senador Flávio Arns e eu, que fizemos o projeto com a intenção exatamente de regulamentar, de garantir a meia-entrada a todos no Brasil, todos os estudantes, todos os direitos, de repente, estejamos sendo colocados como se estivéssemos contra o estudante. Nós não podemos aceitar isso.

Então, algumas palavras que foram colocadas aqui, pelo Senador Inácio, de que está se buscando

atacar, prejudicar os estudantes, isso não é verdade. Ninguém está atacando estudante, ninguém está prejudicando estudante. Ao contrário. Eu volto a dizer: a questão de visão de curto prazo e longo prazo. Eu não tenho o dote do bom discurso, Senador Inácio Arruda, mas eu quero dizer que nós estamos defendendo, para que nós tenhamos uma garantia efetiva de meia-entrada no Brasil todo, que o ingresso seja mais barato, que a carteira não seja falsificada como é hoje...

Quero lembrar também que, quando foi feito o Decreto, a Medida Provisória, ainda no Governo do meu partido, pelo então Ministro Paulo Renato, o objetivo foi também correto, porque existia uma burocracia excessiva, existia a terceirização de carteira... Essas coisas têm que ser claras. Então, nós passamos do oito para 80. É verdade. A prática está mostrando que não deu certo, a Medida Provisória não funcionou. Agora, a intenção dela não era errada, não. Era uma intenção de evitar a burocracia, a centralização excessiva. Não funcionou? Está bom. Nós mesmos, do mesmo partido, estamos aqui, apresentando uma proposta, para se ter a moralização, para se ter a garantia de que possa emitir...

Ainda ontem, exatamente, quando me disseram: "Não, vai ser só para uma entidade", não, aí não tem sentido. Acho que está bem o texto, que chegou-se a um bom termo, os DCEs das faculdade... Porque, hoje, felizmente, nós temos faculdades espalhadas pelo Brasil, não é só faculdade no Rio e São Paulo mais, como era na época dos nossos avós. Então, você tem o estudante, lá de Montes Claros, que não pode ficar esperando que demore 20 dias para chegar a carteira dele. Então, é razoável que o DCE da faculdade possa também emitir.

Então, acho que o texto está bom, é um texto de consenso, é um texto para defender o estudante brasileiro, para dar garantia ao Brasil todo a meia-entrada, para defender a classe artística, sim, porque, se ela não tiver a garantia de que vai ter receita, ela não vai produzir os espetáculos de teatro, o cinema vai ser fechado, como foi fechado na maioria das cidades brasileiras.

Então, isso é um processo normal de funcionamento da economia, a menos que nós tenhamos... Volto a dizer, nós vamos ter, então, cinema público, de graça, vamos ter, então, teatro público, de graça? O Governo vai pagar isso tudo? Isso é outro modelo. Não é o modelo que está em tela. O modelo que está em tela é o modelo que existe no Brasil, hoje, da livre expressão, do livre empreendimento.

Portanto, eu queria só repisar isso, Presidente. Que fique bem claro que nós estamos buscando atender o país como um todo, os estudantes, os artistas, os empreendedores, para que o país possa ter realmente esse importante instrumento de cultura, de lazer, de educação, bem disseminado em todos os seus rincões. Eu, novamente, estou aqui, muito convicto de que posso até ser criticado no primeiro momento, mas eu estou fazendo o certo, em defesa dos estudantes e da cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar para o Senador João Pedro, eu quero dizer que a própria UNE sugeriu até que fosse descentralizado com os DCEs. Então, ela não procurou ter o controle disso. Ela própria aceitou, sugeriu. Para dizer a verdade, no começo, eu até que estava contra, porque eu achava que, quanto mais centralizado, poderia garantir melhor o funcionamento e prestigiar mais a União Nacional dos Estudantes, mas partiu deles próprios a idéia de descentralizar. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa é a terceira reunião, na Comissão, que se faz uma... Além das audiências, dos debates e de reuniões na busca de entendimento e de um acordo, essa é a terceira grande reunião com um debate mais de mérito da proposta, e eu quero registrar que esse debate não se encerra também no Senado, até porque vai para a Câmara. E evidentemente que tanto os artistas como a União Nacional dos Estudantes, a UBES, vão continuar travando o debate na defesa das suas propostas.

Mais uma vez, eu quero dizer que esta é uma proposta que nós estamos discutindo aqui e avançamos. É bom reconhecer que tem avanços no debate, neste item, neste item da busca do entendimento acerca de quem deve expedir as carteiras, acho que tem um avanço. Acho que... O movimento estudantil, a juventude do Brasil, ela tem consolidado as suas representações, as suas entidades, e, na universidade brasileira, a União Nacional dos Estudantes, ela tem uma história de representatividade, de luta e da defesa da meia-entrada. Não vem de agora, vem lá dos anos 60 isso, essa proposta. Então, tem 40 anos de debates sobre meia-entrada. A meia-passagem do transporte coletivo, nos anos 80, Presidente, a grande maioria das capitais, das cidades, conseguiram a meia-entrada, a meia-passagem do ônibus, nos anos 80, porque foi uma bandeira da União Nacional dos Estudantes, que encaminhava a luta pela meia-passagem e a luta contra a ditadura militar. Então...

Na defesa do ensino público... Em Manaus, quis a história que eu fosse o Presidente do DCE, do DU, era o Diretório Universitário que encaminhou a minha passagem e conquistamos, em Manaus, a meia-en-

trada da passagem do transporte coletivo; 81. Lá vai um tempo.

Então, esse é um debate encaminhado pelas entidades gerais dos estudantes, as uniões estaduais, a UBES e a União Nacional dos Estudantes; vem de muito. E tem um princípio, nesta proposta, que esse é o que me move, inclusive aqui, que é do acesso às casas, aos espaços culturais. É o acesso. O estudante ter acesso. Para mim, isso é importante.

Eu quero fazer um parêntese aqui, para pegar esse exemplo muito ruim de domingo, aqui, em Brasília, da decisão do campeonato brasileiro. Nós sabemos da paixão do brasileiro pelo esporte. E aí, da noite para o dia, o ingresso, num primeiro momento, a 400 reais, a 400 reais, Presidente. É inconcebível isso. Isso é fechar os portões para o cidadão comum, para o assalariado, para o homem que gosta do esporte, de assistir a decisão do campeonato brasileiro. É um absurdo isso. Houve uma grita geral, e o ingresso passou para 200 reais. Esse ingresso... Veja o corte na sociedade brasileira. 200 reais o ingresso, Presidente Cristovam. É inconcebível isso. Sabendo quem gosta do esporte, da paixão do brasileiro pelo futebol, e foi esse o ingresso cobrado na decisão do campeonato brasileiro. Eu não posso... Acho que tinha meia, não é? Teve meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A meia era 100, e eles disseram que é porque quase tudo ia ser meia. Então, que o preço era 100.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, é inconcebível isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [risos] É inconcebível isso. Então, eu estou dando um exemplo, porque nós estamos tratando aqui e está embutido isso também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador João Pedro, um aparte assim para... É uma coisa difícil, nos momentos de crise, mas se lembra que... Acho que eu e V.Exa. votamos a favor de manter a CPMF, mas ela caiu no Plenário do Senado. Um dos argumentos era de que os preços iriam cair. Eu não tenho conhecimento de nenhum preço que tenha caído porque a CPMF caiu.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nem da Cibalena.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nem da Cibalena.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, então, eu estou dando o exemplo desse... Que é um espaço importante e que nós estamos discutindo aqui a meia, inclusive dos palcos esportivos, do estudante ter acesso. Essa é uma distorção de 2001 para cá. A carteira falsificada, a ilegalidade na expedição das inúmeras carteiras, isso é em nível nacional, e o valor exorbitante para compensar o custo do espetáculo. Nós temos que enfrentar esse debate, temos que enfrentar o debate. Então, duas questões: o debate vai continuar, eu quero, mais uma vez, dizer que defendo aqui a meia-entrada, entendeu? Meia-entrada, defendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos nós.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu defendo no voto. Eu voto no mérito. Vou no mérito. E quero reconhecer os avanços nessa discussão. Tem avanços. E apresentei uma emenda, quer dizer, mais de uma emenda nesse item, acerca do percentual aos idosos. Eu tenho aqui a lei, a 10.741, não é isso? Por sinal, aqui... É, a 10.741, de 1° de outubro, e, no capítulo 5°, no art. 23... Veja que nós estamos tratando de uma lei de 2003. E o art. 23, do capítulo 5°, é claro: o idoso tem 50%. E o substitutivo, aqui, nós estamos restringindo a um percentual de 40%. Então, é o art. 23: "A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante desconto de, pelo menos, 50% dos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais". Esta foi uma lei importantíssima que compõe a história de boas decisões do Congresso Brasileiro.

Então, eu tenho a convicção de que nós estamos construindo um projeto que contraria a lei do idoso, a lei 10.741. Então, eu quero levantar essa questão. A relatora rejeitou as emendas, evidentemente que continua no Congresso esse debate, mas quero chamar atenção para isso, para o Estatuto do Idoso. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há senadores inscritos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar, novamente, um pouco do histórico desse Projeto de Lei. Porque esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou, e com bastante sucesso, algumas Audiências Públicas a respeito desse tema, algumas Audiências; não foi uma, não foram duas, foram mais até. E um conjunto de problemas foram apresentados, não é? Esses problemas foram apresentados nessas Audiências Públicas, o que motivou, inclusive, a solicitação do envio de um ofício da Comissão de Educação, em função das denúncias, nas audiências públicas, para a Polícia Federal, para se investigar o crime de falsificação, inclusive; de falsificação de carteiras. Pessoas, entidades que não tinham absolutamente a autoridade para emitir carteiras e que

as estavam emitindo, inclusive, certamente, ganhando milhões de reais nessa emissão de carteira e com prejuízo para toda a sociedade. Fruto dessas Audiências Públicas, foi apresentado um projeto, uma proposta que foi submetida a um conjunto de reuniões.

Eu me arriscaria a dizer que, depois dessas Audiências Públicas, nós fizemos cinco, seis reuniões, mais ou menos, eu nem me lembro mais quantas, porque eu participei praticamente de todas elas, ouvindo os estudantes, os artistas, produtores e pessoas todas ligadas ao projeto, em que nós fizemos um conjunto de reuniões, para deixar claro esse assunto.

Então, foram feitas, a gente pode dizer e assegurar para a sociedade, muitas reuniões a esse respeito. E eu fico feliz, também, hoje, que novas reuniões tenham sido feitas sob a Presidência de Vossa... Não só sob a Presidência, mas com a participação de V.Exa., com a participação da relatora, Senadora Marisa Serrano, e com a participação, naturalmente, das partes envolvidas, se chegando, assim, a um avanço, já ressaltado pelo Senador João Pedro, também, um avanço no sentido de emissão da carteira, da fiscalização desse processo, que a grande preocupação que a gente observou é em relação à fiscalização desse processo, a emissão de carteira. Então, esses avanços, frutos dessa reunião foram incorporados no relatório, sendo apresentado.

Então, nesse sentido, eu penso assim que se avançou mais ainda. Mas, no fundo, no fundo, quer dizer, o que move esse debate do Projeto de Lei é a idéia de que nós temos que ter uma meia-entrada de verdade. Só isso. Quer dizer, o que significa meia-entrada, seja em função do Estatuto do Idoso ou em função da participação dos estudantes. O que é meia-entrada? As pessoas dizem: "Não pode ter limites". Eu digo: "Não sou contra o limite. Pode ser de 70, 80, 100%. 100% das entradas como meia-entrada, só que nós não vamos ter a meia-entrada". É só isso. Nós não vamos ter a meia-entrada.

Então, nós estamos querendo dizer: "Queremos ou não queremos meia-entrada". Então, 80% de meia-entrada. Não sou contra. Ótimo. Só que o ingresso não vai ser de meia-entrada. Isso é uma coisa óbvia, natural. Então, nesse sentido que o debate aconteceu.

O que nós queremos, para termos, no Brasil, uma meia-entrada de verdade? Essa que é a pergunta fundamental. Então, a emissão de carteira já diminui, a fraude centralizada, de uma maneira transparente, com a participação descentralizada das organizações estudantis, o que é interessante, e outros aspectos.

Então, no fundo, não é questão de querer 20%, 30, 40, 50 ou 100%. Se nós acharmos mecanismos, estaria tudo tranqüilo. Só queremos meia-entrada de fato. E em todas essas reuniões de trabalho, que eu mencionei antes, trazendo-se as experiências de municípios e estados que adotam, que adotam uma legislação adequada, em todas as reuniões, e nunca foi contestado isso, trouxeram os dados objetivos, onde se mostra que, com uma legislação adequada, o preço do ingresso é 20, 30% menor do que o preço em Brasília, por exemplo. 20 a 30% menos, em vários locais do Brasil, e esses dados foram discutidos com os estudantes, com os produtores.

Então, no fundo é a gente pensar como é que a população pode ter mais acesso à parte cultural, artística, esportiva, com a utilização de uma legislação adequada, para que as pessoas possam, de fato, dizer: "Não, eu tenho essa carteirinha e essa carteirinha vale alguma coisa". Vale a meia-entrada.

Então, só para historiar um pouco e enaltecer o avanço que aconteceu no dia de hoje, quero enaltecer o trabalho de V.Exa., da relatora, das pessoas que participaram, e, ao mesmo tempo, esse projeto vai continuar sendo debatido porque vai para a Câmara dos Deputados, na seqüência, e vai continuar sendo debatido, pensado, refletido. Mas, no fundo, é dizer o que significa meia-entrada. Então, esta que é a pergunta que nós tentamos resolver dentro de um critério de moralidade, de transparência, de participação, para resolver esse assunto, beneficiando pessoas idosas, o que já está previsto no Estatuto da Pessoa Idosa, e estudantes, de acordo com o título 5º da LDB, título 5º; desde a educação infantil até a pós-graduação, níveis de ensino, e modalidades, jovens e adultos, educação especial e educação para o trabalho. Então, é o título 5º da LDB que decide da parte dos estudantes e o Estatuto da Pessoa Idosa que decide da parte da pessoa idosa, que está bem claro no artigo a que já se referiu antes o Senador João Pedro. Então, gostaria, sim, de historiar tudo isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há algum inscrito?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não quero contestar mais nada, porque já tenho minha opinião bem formada. Eu quero apenas anunciar que a União Nacional dos Estudantes estará enviando amanhã, para Santa Catarina, 40 estudantes de medicina que estão no último ano, juntamente com profissionais de medicina que estão trabalhando já como profissionais, estão nas residências. São 40, digamos assim, médicos, junto com a União Nacional dos Estudantes, que não trabalham só com a cultura, não só com a reivindicação estudantil, mas também com a solidariedade. Então, quero dar parabéns à União Nacional dos Estudantes por essa atitude de colocar

os estudantes brasileiros na solidariedade ao povo de Santa Catarina. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu felicito também a União Nacional dos Estudantes por esse trabalho e agradeço ao senador que tenha trazido o assunto aqui. Nós temos... Faltam dois. Estamos em condições de votar, mas faltam dois senadores para...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, pela ordem. Não dá para nós invertermos a pauta, enquanto aguarda o quórum, e votar o item 17, que é bem simples, eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser, mas vamos ver se, em dois minutos, chegam os dois, para não perder o ritmo e o embalo. Enquanto esperamos o quórum--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou providenciando requerimento, por escrito, para nós votarmos as minhas emendas, em globo, as quatro, acerca dessa observância que eu estou fazendo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Enquanto esperamos o quórum... Não, falta um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não são da Comissão nenhum dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, não são da Comissão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, nenhum dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nem suplentes. Bem, enquanto vamos ao item...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o item 3, [ininteligível] não tem emenda. Está comprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas é terminativo também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, está comprovado, não tem emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ao... Vamos ao item 3, que é um item terminativo, mas que não haverá necessidade de votação, porque não houve--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, [soa a campainha] eu quero registrar que o Senador Arthur Neto não é membro da Comissão, mas é um reforço da União Nacional dos Estudantes no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] "O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 014, de 2007, que altera a lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O parecer e autoria do Senador Flávio Arns, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 9/9. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a Comissão será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal". Então, como não houve apresentação de emendas, eu ponho em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está dado como aprovado o projeto e vai para a Câmara. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma observação em relação ao projeto que trata do ensino de Libras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, de autoria de V.Exa., que houve várias reuniões com a assessoria de V.Exa., da Senadora Lúcia Vânia, e se chegou, assim, a um denominador comum em relação a uma verdadeira revolução que pode ser criada nesta área, a partir do projeto seu, para o ensino de Libras. E como isto seria assim uma mudança muito grande, em termos do turno suplementar, decidiu-se pela aprovação e que houvesse o recurso em Plenário. Aí, para que volte-se para o projeto, para a Comissão, para se incluir as mudanças que foram sugeridas depois da votação do primeiro turno. Então, só para dizer para as pessoas que acompanharam o projeto que é uma exigência do regimento nessa direção.

Então, quando nós fizemos só o recurso no Plenário, já há, vamos dizer, um entendimento que isto seja feito a favor da área. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Agradeço seu relatório e todo esse acordo. Nós temos quórum para fazer a votação. Peço a lista. Não, já foi votado. Não tem votação. Ele... Não tem votação porque não houve emendas. Senadora Marisa, eu creio que vai precisar ler todo...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todas as emendas, o substitutivo inteiro, porque muitos chegaram depois. Eu peço silêncio [soa a campainha], peço silêncio, para que seja possível entender bem o substitutivo da Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero dizer aos Srs. Se-

nadores e Sras. Senadoras, como expliquei no início da nossa reunião hoje, eu apresentei, nesse segundo turno, as emendas ao meu próprio substitutivo.

Então, o substitutivo está na pag. 21 de toda a pauta de hoje. Então, a esse substitutivo da pag. 21, eu acrescento as emendas que eu passo a lê-las. Resultados de uma reunião anterior à abertura dessa Comissão hoje, com a participação de todas as pessoas ou, pelo menos, a maioria dos órgãos envolvidos, UNE, representante das empresas, Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes, Ministério da Educação e o gabinete da Presidência da República. Portanto, as emendas são as seguintes. Dê-se ao art. 1°, no § 2°, a seguinte redação: "Somente terão o direito ao benefício estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino, previstos no título 5°, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento...". Desculpe. Aquisição... "Apresentação de discente, mediante a apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local ou da realização do evento, da carteira de identificação estudantil, CIE, válida - aí que vem a mudança - conforme modelo único, nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais estudantis, nos termos do regulamento, dotada de fé pública, confeccionada pela Casa da Moeda do Brasil e expedida pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes, das instituições de ensino superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e pelas Uniões Estaduais dos Estudantes". Essa é a primeira emenda que foi discutida e consensuada.

A segunda emenda. Suprime-se os §§ 3° e 4°... Desculpe. Os arts. 3° e 4°, do substitutivo. Tem o 3° e 4° aí. Os arts. 3° e 4°, do substitutivo, ficam suprimidos. No parágrafo... Ainda no § 1° do substitutivo... É que a ordem aqui está meia... No art. 1°, do substitutivo, inclua-se o seguinte § 6°, esse § 6° é novo: "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis". Também do art. 1°, dá-se ao § 5°, do substitutivo, a seguinte redação: "§ 5°: O cumprimento do percentual de que trata o § 4° será aferido pela Agência Nacional do Cinema, no caso das exibições cinematográficas, e, para os demais setores, por meio de instrumentos de controle que faculte ao público o acesso à informações atualizadas, referentes ao quantitativo de ingressos de meia-entrada disponíveis para cada sessão". E a próxima emenda. Dê-se a seguinte redação ao atual art. 6°, do substitutivo: "Art. 6°: Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação – acrescentando -, gerando efeitos a partir da edição da sua norma regulamentadora". Eu não sei se há alguma dúvida...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, ficou claro que a regulamentação definirá as punições tanto para falsificação de carteira como também para a falsificação nas cotas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que me foi proposto foi que... O 6°... Espera aí. Aqui. Aqui. Da fiscalização. Inclui o seguinte § 6° ao art. 1°, do substitutivo, renumerando-se o 6° e o 7°; § 6°: "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vale a pena acrescentar que serão definidas na regulamentação dessa lei?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que aí os órgãos todos têm... PROCON, direito do consumidor, o Código Penal, Código Civil...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Marisa Serrano, se não tiver nenhum indicativo na proposição, que já é o indicativo para criar a regulamentação, então, a regulamentação pode apenas repetir o que está na proposta de indicativo, de que a União, os estados e os municípios--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exa. quer incluir PROCON...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, propor que, na regulamentação, fica... O texto que o Senador Cristovam propôs.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Defendendo a regulamentação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí vai depender da regulamentação, aí não tem...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já vai...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já vai ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Conforme a regulamentação do Poder Executivo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem é que vai regulamentar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Poder Executivo, a lei, vai ser um Decreto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Marisa, é só no sentido de que a regulamentação que nós estamos propondo... Nós temos que dizer, aqui, que, na regulamentação, as sanções penais têm que ser descritas. Não basta dizer o Código Penal, não

basta dizer as sanções penais; é quais são as sanções penais que o regulamento tem que descrever.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já está acatado, Sr. Presidente. Então, vou ler novamente. "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis, conforme a regulamentação".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, nós vamos votar o substitutivo da senadora e, depois... O Senador Arthur Virgílio pediu a palavra, a Senadora Ideli também, e, depois, as emendas. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu estou um pouco surpreso porque estou vendo algo que é novo na minha trajetória política; essa contradição suposta entre estudantes e artistas. Eu vi contradição entre estudantes e artistas contra a ditadura... Muito bem, mas... Agora, eu continuo com direito de expressão, eu suponho, apesar de estar resolvido. Então, eu—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua, continua.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Constituição garante à V.Exa..

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se ela não garantisse, eu tenho certeza que o PCdoB garantiria. O PCdoB garantiria nem que fosse *manu militari*, mas garantiria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Assim como tive a palavra garantida com a presença de V.Exa., nos idos de 83.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É verdade, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço aos senadores que vamos direto ao assunto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas é verdade. É verdade mesmo. V.Exa., naquela altura, era líder de um grupo de moradores, e eu, por defendê-lo, virei *persona non grata* no Ceará, no tempo da ditadura. São lembranças boas. Então, vamos procurar convergência.

Eu não vejo que artistas sejam contra meia-entrada, querem normatizar, querem a certeza da transparência, e, a partir daí, o acordo parece que é bem razoável. Eu podia usar outro exemplo. Vou usar de uma escola que não existe mais, na era da computação. Então, o curso de datilógrafo diz(F): "Estudante não é". Não dá para sustentar uma profissão teatral, num país como o Brasil, que tem dificuldade para produzir, dificuldade para financiar o que produz, uma platéia onde todos paguem meia-entrada. Não é possível isso, se nós quisermos ser realistas.

Então, se nós sairmos do maniqueísmo, essa coisa de estar contra o estudante ou estar contra os artistas, eu tenho a impressão que o certo seria nós fecharmos com o substitutivo da Senadora Marisa Serrano, me parece realista, me parece que busca o meio-termo e parece que faz uma bela síntese, pondo fim a um episódio que eu não julgo mais construtivo, de nós, aqui, criarmos uma contradição entre estudantes e artistas, que nunca houve, nem tem por que haver. O estudante precisa ir ao teatro, e o artista precisa que o estudante vá ao teatro, até porque ele não faz a sua arte apenas para quem tem menos tempo de vida útil para o país. Eu tenho certeza que, quando um ator olha para a platéia e percebe que há jovens, majoritariamente, nela, ele fica muito feliz, por perceber que ele está transmitindo a idéia da liberdade, a idéia da democracia para aqueles que vão fazer do país algo, com certeza, melhor, até porque tem muito mais tempo para trabalhar pela frente.

Então, eu tenho a impressão que é satisfatório o substitutivo, e o PSDB o apóia, integralmente, da Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu quero dizer ao senador que, de fato, essa contradição, aos poucos, foi se diluindo nas conversas, chegou-se a um acordo, obviamente com o direito aos estudantes de se manifestarem, dizendo: "Esse aspecto eu tive que aceitar", por exemplo, mas sem nenhuma mágoa dos artistas. Porque, de fato, não há cultura sem estudante e nem sem artista. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é muito interessante, porque nós tivemos durante muito, muito tempo, a carteirinha de estudante como um documento que permitiu a convivência entre a produção artística e o acesso dos estudantes aos locais de espetáculos, os espetáculos artísticos, culturais e tal.

A partir de um determinado momento, a carteirinha virou algo absurdo, porque se conseguia carteirinha muito mais fácil do que se conseguia qualquer outro documento... Ela era... Inclusive, ela servia quase como brinde, não é? Não tinha vaga na escola, mas tinha a carteirinha.

Então, nós fomos levados a uma situação absurda de, agora, estarmos discutindo cota, regulamentação, punição, etc. e tal, e é sempre bom lembrar que isto começou quando se deu franquia para emissão de carteirinha até para a biboca da esquina. Porque, enquanto esteve no controle das entidades estudantis, esta situação não aconteceu antes, não acontecia antes.

Por isso, hoje, nós estamos aqui... O Senador Eduardo Azeredo está dizendo que acontecia, sim. Olha, se acontecia, sim, então, temos mais erros acumulados, porque, então, levou muito mais tempo para se tomar as providências. E eu não lembro de nós termos uma mobilização da classe artística, do setor empresarial da cultura e dos próprios estudantes, no sentido de nós estarmos aqui, fazendo uma regulamentação.

Então, nós estávamos todos bastante preocupados, porque havia discordância sobre vários aspectos, e o acordo, ele pode não ser perfeito, ele pode não ser o que cada um dos lados gostaria de ter na íntegra, mas é melhor um acordo bem feito, que os dois saiam abraçados, do que uma situação onde não se conversem mais, onde não se articulem mais.

Então, é por isso que nós estamos parabenizando todos os que se envolveram. Eu, ainda ontem, à tarde, recebi solicitação para que não votássemos; tentássemos, ainda, aprimorar o acordo, que, me parece que, hoje, pela manhã, acabou fechando. Então, eu queria saudar o entendimento, e que a gente possa, agora, com as carteirinhas de estudantes, voltando... um papel confiável da Casa da Moeda e voltando ao controle exclusivo das entidades estudantis, nós possamos ter a eliminação da origem do problema que nós estamos tentando corrigir, agora, com cota, com fiscalização e tal, que é dar o direito dos estudantes poderem acessar e não inviabilizar o setor produtivo cultural, nas suas realizações empresariais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, vamos passar à votação. Primeiro, vamos votar o substitutivo. Não, primeiro é que há destaques. Quero saber se a Mesa está de acordo que votemos os destaques no momento oportuno. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Estão aprovados. Tanto do Senador João Pedro como do Senador Inácio Arruda. Vamos votar agora o substitutivo, depois as emendas, em bloco, da senadora, e, depois, os destaques. Senador Flávio Arns, que é autor do projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora, ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo. Senadora Marisa Serrano é a relatora. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro. Senador Francisco Dornelles. Nós temos mais de quórum, além dele. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a orientação do PSDB e reconhecendo o trabalho construtivo da Senadora Marisa Serrano, acompanhamos a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então, está aprovado por unanimidade. Vamos agora ao substitutivo... Às emendas da Senadora ao substitutivo, que foram fruto de todas as conversas. Em bloco. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós estamos votando agora os...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Substitutivo. As emendas da Senadora--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Da Senadora, claro, claro. Pode repetir, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Leu todos, mais de uma vez. Todos aqueles. É resultado de todo o acordo. Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti... Sim. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Renato Casagrande. Não é possível. Um minuto. Senador Mão Santa. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. É a relatora, óbvio. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que é o autor do projeto. Então, aprovado por unanimidade, e, agora, vamos às ressalvas, destaques, não é? Peço ao Senador Inácio Arruda que leia a sua primeira emenda. Está na pag. 28, inclua-se o seguinte... Se quiser, eu leio aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pode ler, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): "Inclua-se o artigo, o seguinte artigo ao PLS 188, substitutivo de 2008, renumerando os artigos. Art. 4°: Até que a lei seja regulamentada, o acesso de que trata-se o art. 1° será regido pelas normas em vigor". Retira, exatamente. O segundo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi atendido pela relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi. O Segundo: "Suprima-se o § 4°, do art. 1°, do PLS, n°. 188, substitutivo de 2008", que é eliminar a cota de 40%. Não é isso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exa. está entendendo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A justificativa... Quer que eu leia ou o senhor prefere ler e defender?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, acho que nós teríamos um acordo que se avançou, fruto de um esforço muito grande, de que sempre, nessa articulação, estiveram os estudantes da UNE, da UBES, alguns DCEs, reuniram-se duas secretarias, um Ministério de Governo. A única secretaria que não participou foi a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que trata da questão dos idosos, que lá que está localizada essa temática dos idosos, no caso do Governo. Eles gostariam de ser ouvidos, mas digamos que nós chegamos à votação sem eles terem tido a oportunidade de dar opinião diretamente no projeto.

Mas eu quero destacar que o esforço que nós estamos fazendo aqui, de regulamentação, fruto desse trabalho intenso que envolveu artistas, que envolveu estudantes, criou uma ressalva, ou criou um obstáculo para os estudantes, que é a restrição da meia. Ela tem repercussões, ela é nacional e, por isso, passa a ter repercussão nacional. Porque ela vai criar um efeito... Ao ser aprovada, ela cria um efeito para outras instâncias, que não é apenas a área cultural. E não vale nós querermos resolver, senadores ou deputados, querermos anunciar que há como estabelecer uma espécie de meia de verdade. Quem tem que examinar isso são os estudantes. Eles é que vão dizer se a meia é de verdade ou se não é de verdade. Não é uma restrição de 10, 15, 20, 30, 40, 50% que vai dizer que a meia é de verdade.

Eu fiz a ressalva do acordo da CPMF, de redução de preço, para mostrar quanto é difícil, mesmo se acordando, se reduzir preço em qualquer item no

Brasil. Por isso, eu acho que é de melhor alvitre, para nós, mantermos o estudante com direito à meia. E a primeira ou primeiro grande teste é você regulamentar. Regulamenta a emissão, fiscalize a emissão, coíbe a falsificação, afasta a carteira falsa da entrada no cinema, no teatro, no esporte, no ônibus, elimina essa carteira falsa, e nós vamos compreender por que é tão importante ter os estudantes dentro de cada casa de show, de cada casa de espetáculo, com seu direito à meia. Por isso que eu defendo que não tenha restrição. Essa restrição fere o direito. Você estabelece o direito, depois retira esse direito, com a imposição de cotas em relação aos estudantes, especialmente.

Então, acho que nós deveríamos retirar do texto essa questão de restrição de cota. A verdade sobre a meia, deixa que os estudantes tratem. É deles o direito. Não somos nós que temos que dizer se a meia é verdadeira ou não é verdadeira. Por isso, vamos impor uma norma, impor uma regra. Eu considero que essa é uma hora oportuna para nós retirarmos essa restrição; isso fere o direito conquistado em muitas lutas e vai criar um efeito dominó. Daqui a pouco, também, os donos de transportadoras, de empresas que transportam passageiros no Brasil inteiro, vão fazer o mesmo questionamento. Ora, se pode para um lado, por que nós não podemos fazer a restrição também lá no transporte municipal em Fortaleza, onde todos os estudantes, indistintamente, têm direito a meia, a qualquer hora, a qualquer instante? Era essa a questão no encaminhamento de um requerimento de minha autoria, pedindo aos Srs. Senadores que retirem essa restrição aos estudantes, garantam a meia, integralmente, para os estudantes. Porque, fiscalizando, combatendo a corrupção, se nós caminharmos por aí, nós vamos, primeiro, garantir aos estudantes o seu direito e garantir aos artistas que não vai haver burla da meia em nenhuma casa de espetáculo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, só para contrapor ao Senador Inácio Arruda, que ele usou um exemplo que acho que não é compatível com o que nós estamos, aqui, acordando.

Eu quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano e o Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns, porque me parece que o projeto, que era polêmico, acabou se chegando a um acordo que atende tanto aos estudantes quanto à área cultural.

A questão da meia-passagem nos transportes urbanos. No cálculo da tarifa, já é levada em consideração a meia-passagem, a gratuidade dos idosos. Quer dizer, isso já está na tarifa. Não é o caso da área cultural. Então, eu quero colocar a minha posição, até porque, Senador Inácio Arruda, nós estamos votando algo que já está consenssado entre os estudantes e a área cultural. Me parece, pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu darei a explicação sobre isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a discordância dos 40%. Mas eu voto com a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo mais ninguém que queira falar, eu quero dizer... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dois minutos. Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de, mais uma vez, reiterar o meu compromisso, aqui, com a produção cultural, mas, ao mesmo tempo, afastar qualquer possibilidade de se estar prejudicando estudantes ou a juventude, em função do que está sendo construído aqui, Sr. Presidente.

Não dá para comparar os custos e os lucros das empresas de transporte coletivo com as dificuldades para a produção cultural, cinematográfica. Não dá para fazer isso aqui. As empresas de ônibus, as empresas de transporte coletivo têm lucros exorbitantes, Sr. Presidente. E, como já disse aqui o Senador Flexa Ribeiro, na planilha de custo das empresas, já consta a meia-passagem, de modo que não dá para entrar nesse debate. Nós estamos aqui, procurando, responsavelmente, uma alternativa que garanta a produção cultural, artística, cinematográfica, o acesso a todo o conjunto da sociedade aos espetáculos, e, ao mesmo tempo, preservar direitos dos estudantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero, como quem participou--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar, Sr. Presidente, não dá para a gente comparar Paulo Autran e outros, de saudosa memória, com donos de empresas de ônibus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, como quem participou das negociações, deixar claro que houve concordância de que tivemos um avanço em todo o projeto, muitos que beneficiaram os estudantes, do ponto de vista legal, participação especialmente as entidades.

Agora, o Governo todo, aqui, ficou de acordo com a cota de 40%. Agora, a UNE, todo momento, disse que não tem condições de assinar embaixo, de apoiar e nem de aplaudir isso. É preciso deixar claro essa posição. Mas houve um grande consenso, digamos, espiritual, no conjunto das medidas pelos avanços.

Eu vou pôr em votação, então. Senador Flávio Arns. É preciso explicar--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está sendo votado em globo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Só o destaque, só o destaque. Deixa eu explicar o voto. Quem votar "sim", está votando com o Senador Inácio Arruda, para excluir o item da cota. Ou seja, não haveria cota, se disser sim. Quem votar "não", está votando pelo texto da relatora, em que se mantém os 40% de cota. É o que eu disse. Quando é "sim", quando é "sim", é com o Senador Inácio, para não haver cotas. Quando for "não", é para haver 40%. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pelo texto da relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senadora Fátima Cleide. Não. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda, sim. Senador Renato Casagrande, sim. Senador Mão Santa, não.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora. Com a relatora; então, não. Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, com o Inácio... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senadora Marisa Serrano, não. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Não está. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim, sem restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Francisco Dornelles. Não. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Que é o autor. Então, o resultado... Então, 12 "nãos" e 4 "sim". Repete-se mais ou menos a votação da semana passada. Passamos agora aos destaques do Senador João Pedro. Com a palavra o Senador João Pedro, para apresentar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, fiz uma... Apresentei quatro emendas, para tentar resgatar uma conquista dos idosos no Brasil e um momento importante do Congresso Nacional, quando votou o Estatuto do Idoso.

Nós construímos um texto, aqui, que ficou imbricado, colado estudante e idoso. E eu estou chamando a atenção dessa Comissão porque o Estatuto do Idoso já prevê, no seu capítulo 5°, no art. 23, o acesso aos eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer com 50%. E o texto que nós estamos construindo, nós estamos restringindo isso, estamos fazendo uma lei, quando já existe uma lei, a 10.741, de outubro de 2003, que não faz nenhuma restrição. Que não faz nenhuma restrição. Daí a emenda apresentada. Eu quero chamar a atenção das senadoras e dos senadores. Nós já votamos aqui, foi derrotada aqui a emenda do Senador Inácio Arruda, e essa é uma emenda que corrige essa distorção. Esta é minha opinião, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar em globo porque são quatro sobre o mesmo assunto; a inclusão, ou não, dos idosos nas cotas. Senadora Marisa pediu a palavra? Não? Então, quem votar "sim"... Quem votar "sim", vota com o Senador João Pedro, que significaria que não haveria cotas para os que tivessem mais de 65 anos de idade. 60. O que significa que muitos Senadores vão votar em causa própria, inclusive eu.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Aí a minha confiança na aprovação da emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar, então, a partir do Senador Flávio Arns. Com a relatora, que é o não. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, para o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Quando votar "sim",

é com a emenda. Ele votou "não". Com a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, ao destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli. Senador Inácio Arruda. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa. Com a relatora. Vota "não". Senador Raimundo Colombo. Não. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a relatora; não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano; não. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Não está. Senador João Pedro, sim. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora, não. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora. Senador... Não? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo é o autor do projeto. Então, o resultado...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, tem voto, ainda, do PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, desculpe. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia está presente? Está. Então, vota com...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A relatora. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jucá votou. Então, 12... Então, foram 12 votos... 13 votos a 3, pela manutenção do texto da lei que dá a cota para estudantes e... Só tem três. João Pedro, esqueci. Então, 13 a 4.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero fazer apenas--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Deixa eu ver a ordem aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas os que fizeram a vigília não sei... Além disso, são coisas bem diferentes, bem diferentes.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu não deveria entrar... Senador [soa a campainha]... Só uma coisa, eu não gostaria de entrar nisso. Mas eu espero... Um momento. Eu quero, então, cobrar do Senador João Pedro que todos que votaram aqui pela sua proposta, votem com os aposentados lá, para derrubar o fator Previdência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós já votamos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não precisamos fazer vigília, porque os aposentados conhecem nossas posições.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra a Senadora Marisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu, eu poderia votar?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero esclarecer, Sr. Presidente, que eu acho que o art. 23, do capítulo, do Estatuto dos Idosos, que diz que eles terão direito, e aí eu me incluo também porque eu já passei dos 60... Não parece, mas eu sei. Não parece, mas é verdade. Então, a participação... Nós estamos legislando em causa própria aqui. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada, mediante desconto de, pelo menos, 50%.

Eu pensei o seguinte, Sr. Presidente: é muito difícil fiscalizar e controlar: "Aqui é 50%, aqui é 40%. Esses daqui entraram, são idosos, e esses aqui são estudantes". Não há como fiscalizar dessa forma. Eu

acho que nós temos que padronizar e padronizamos nos 40%, que a CCJ já tinha apresentado. Eu acho que isso que vinha sendo discutido há muito tempo.

Então, Sr. Presidente, eu acho que foi um avanço que fizemos. E não foi contra os idosos, não. Eles vão continuar indo aos espetáculos, vão continuar trabalhando, porque, como disse o Senador Eduardo, o Senador Flávio Arns, o preço vai ter que ser diminuído, e nós temos aqui até um documento, um termo de compromisso, assinado aqui - porque isso é mais o cinema que estava sendo discutido - assinado pelas empresas exibidoras, cinematográficas, garantindo, assinando um documento que nós podemos fazer uso dele a qualquer momento.

Eu acredito que, com a fiscalização, com o acompanhamento, com a organização das carteirinhas, com a moralidade que nós estamos pregando, eu acredito que, com esse bojo de todas as ações, não há como não melhorar, Sr. Presidente. Eu acho que é por isso que nós temos que continuar lutando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, o assunto está encerrado. Vamos passar aos outros temas. Há uma pauta longa, que eu creio que não vai interessar mais a todos, mas são bem-vindos e, se quiserem ficar aqui, nos honram muito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço preferência para o item 10, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, só para contestar aqui o Senador João Pedro...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos dar um minuto para... [soa a campainha]. Vamos dar um minuto para as movimentações normais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, peço preferência para o item 10 da pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, eu tinha pedido inversão de pauta para o nº. 17.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu pedi preferência para o item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos lá. Senador Arruda.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu estava no uso da palavra, quando V.Exa. interrompeu a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arruda pediu para o item 10, e o Senador Colombo para o item 17.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, 21 e 22, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Palavra com o Senador Arruda para apresentar o relator...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não sou relator, é que sou--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor é o autor. E o Senador Antonio Carlos Valadares não está aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não pode porque não veio ainda... É a primeira vez. Consiga que o Valadares abra mão, que não tem problema. A gente vai falar com ele aqui. Enquanto isso, o Senador Colombo. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que V.Exa. interrompeu a sessão. Suspendeu a sessão, e eu estava começando a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, é verdade, senador, desculpa. É verdade.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, eu queria porque é muito importante para nós, visto que o Senador João Pedro, na defesa da sua emenda, ele... acredito que tenha se equivocado e deixado nós, senadores, que votamos a favor da relatora, em situação difícil, diante dos espectadores. O Senador João Pedro, ele confundiu o que está no Estatuto do Idoso. No Estatuto do Idoso--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO: Vamos tratar da pauta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --está exatamente o desconto de 50% no valor do ingresso, no valor do ingresso. O valor do ingresso, que é aprovado no relatório da Senadora Marisa Serrano, continua com o desconto de 50% para o idoso e para o estudante. O que nós estamos debatendo é o número, é a cota, é número de cadeiras, que se limita a 40%, e não o valor do ingresso. Nós não estamos ferindo o Estatuto do Idoso, porque o Estatuto do Idoso refere-se a 50% do valor do ingresso; custa 100, vai pagar 50. Da Senadora Marisa, custa 100, continua pagando 50.

Então, para fazer esse esclarecimento desse equívoco, que, pelo menos, eu entendi dessa forma, e quero deixar bem claro a todos nós, que votamos a favor, para não ficarmos em situação difícil, dizendo que estamos ferindo o Estatuto do Idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está corretíssimo, senador. Diga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [ininteligível] corretíssimo(F), Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o que ele explicou está, senador. A redução é a mesma.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Preste atenção, Presidente. Vou dar um exemplo. Vou dar um exemplo. Senador Papaléo, vou dar um exemplo do que nós votamos e o que era minha emenda. Se entrarem num teatro de 100 lugares, 40 estudantes, sabe quantos idosos entram com a meia? Nenhum. Vamos prestar atenção, Senador Papaléo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só tem 40 ingressos para venda.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Isso é preciosismo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Papaléo, por favor...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não, mas o que ele está falando é outra coisa, é o valor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É isso. É que o Estatuto...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não, ele falou o valor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, presta atenção. O Estatuto do Idoso garante 50% no valor.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Valor do ingresso, senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ponto. A lei... O que nós votamos... Nós estabelecemos uma cota de bancos. Se 40 estudantes comprarem a meia-entrada, não entra mais um idoso. Essa é a lei que nós votamos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se 40 idosos entrarem, não entra mais nenhum estudante. Mas isso é preciosismo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É isso, vale para um lado e vale para o outro, é evidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas o valor...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas é o preciosismo que o empresário vai usar lá na porta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É por isso que eu sou contra a cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o que ele falou é o valor. O valor continua.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não é valor, Presidente. Nós não estamos falando de valor.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São duas coisas diferentes. Ele irá, no outro dia, e pagará metade.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor, por favor. O Estatuto do Idoso já garante 50%. Ponto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, ninguém está ferindo o Estatuto do Idoso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas o que nós estamos ferindo o estatuto? Que nós votamos agora uma cota só de 40% para estudante e idoso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ninguém está ferindo. Não estabelece cota. No Estatuto do Idoso, não estabelece.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Claro, 40%.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O estatuto do idoso não estabelece.

[falas sobrepostas]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E se entrarem 40% dos idosos, não entra nenhum estudante.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor, tenha calma. Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois é, porque nós votamos na cota, e eu votei contra a cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se não existir cota, se entrarem 100 estudantes, não entra nenhum idoso. Não é por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, eu queria--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por isso que eu votei contra a cota. Por isso que eu votei com a emenda de não ter cota, nem para idoso e nem para estudante. V.Exa. votou a favor da cota do idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O assunto foi encerrado, foi votado. Na Câmara, vai continuar o debate. Vamos continuar--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Excelência, permita-me, que ficou a dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas vamos deixar para outro dia, senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero dizer à V.Exa. e a todos que estão nos assistindo--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Presidente, vamos--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --que, de forma alguma... Senadora, respeite minha palavra. Que, de forma alguma, se infringiu, se feriu o Estatuto do Idoso. De forma alguma. De forma alguma. Por quê? Se não houvesse cotas, estivesse 100 lugares, se 100 lugares fossem ocupados pelos estudantes, não entraria nenhum idoso. Não tem cota. Se for 40 estudantes, não entra nenhum idoso. Se for 40 idosos, não entra nenhum estudante. Então, não é por aí. Eu quero deixar bem claro que, se isso é bom ou se é ruim, deixa-se para depois.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, você já perdeu. Você já perdeu; 13 a 3.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, não venha colocar essa polêmica aqui, tentando ferir a Comissão de Educação, que isso é até falta de respeito conosco. Não há nenhum ferimento do Estatuto do Idoso. Os 50% que fala aqui... Nós somos legisladores e temos que ter, pelo menos, noção de legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, esse debate deveria ter sido antes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Os 50%, que se refere aqui, é o valor do ingresso e não a cota. Nós mexemos só na cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse debate seria antes. Na Câmara, vai continuar a ser debatido. Eu quero pedir ao Senador Tuma--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, tenho dois requerimentos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não sobre esse assunto. Ah, dois requerimentos. Muito bem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tenho dois requerimentos, eu acho que é muito rápido votá-los. Porque eu tenho que sair. A gente está aqui com um debate que é inócuo, uma vez que já votamos a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, já passou. Eu vou pedir ao Senador Tuma que assuma a Presidência, porque eu acredito que não vou conseguir tomar o vôo que era às 11h30, mudei para outro aqui. Senador Tuma.

[troca de presidência]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador, eu posso relatar o 17, então? O projeto 17, ele, do item 17, é o Projeto de Lei da Câmara, nº. 044, de 2008--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite que eu leia a emenda, para todos tomarem conhecimento?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa só a interrupção.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Desculpo. Fique à vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é para efeito da ata. A secretaria está me dizendo que tem que ter primeiro a leitura. E se eu não falar, eu não apareço também, não é? [risos] O Inácio Arruda está na fila, ali, também.

"Item 17, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara 044, de 2008. Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho. Autoria: Deputado Paulo Rubem Santiago. Relatoria: Senador Raimundo Colombo, com o parecer favorável". Passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, para que exare o seu relatório.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº. 044, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, tem como finalidade instituir o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado, anualmente, em 29 de junho. 29 de junho foi escolhido por ser uma data já conhecida como o dia do pescador e porque, nela, se enaltece São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Entendemos que o propósito da iniciativa é justo, na medida em que pode, por meio das festividades e dos eventos, desenvolvidos no dia reservado à celebração, motivar e mobilizar a população para preservar e, até mesmo, para criar sentimentos de valorização e de respeito, não apenas pelos pescadores, mas pela vida nos lagos, rios e mares. Ademais, poderá chamar a atenção das autoridades para a necessidade de se estabelecer políticas de fomento e de proteção a essa atividade, que é tão comum no país e que está ameaçada pela ação predatória da população de grandes indústrias pesqueiras. Pelo exposto e atendido aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 044, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estou de acordo. Votamos(F). Favorável. Dia do pescador, dia 29 de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que ninguém queira fazer uso da palavra... Eu só queria cumprimentar V.Exa., Senador Raimundo Colombo, que o que representa o Estado de Santa Catarina para a pesca e para atendimento, a todo o Brasil, com a produção incentivada daqueles que vivem do mar. E, sem dúvida nenhuma, essa desgraça que se abateu sobre Santa Catarina, não se abateu sobre o povo catarinense. E V.Exa. tem defendido todo o interesse do seu estado, em colaboração com os seus colegas de Congresso, nessa luta, que, se Deus quiser, a recuperação do Estado de Santa Catarina e a prevalência da pesca. E eu, agora, estive na ONU. Lá está para sair uma resolução internacional de respeito às águas brasileiras e outras, referente à pesca. Então, meus parabéns. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço à V.Exa. pelas palavras e, também, a todos, pela aprovação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 10 da pauta. Segundo... "Denomina Senador Luiz Carlos Prestes o espaço localizado no anexo II, bloco A, 1° andar, do complexo arquitetônico do Senado Federal, que dá acesso às alas Senador Tancredo Neves, Senador Teotônio Vilela. Senador Inácio Arruda; autor. Senador Antonio Carlos Valadares abriu mão de sua relatoria. Pergunto à Senadora Fátima Cleide se...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): João. João Pedro. Senador João Pedro, *ad hoc*, para substituir o Senador Antonio Carlos Valadares, que deu o parecer favorável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso, Presidente. Autoria do Senador Inácio Arruda, relator o Antonio Carlos Valadares, esse grande companheiro do PSB, da análise. Eu serei rápido, mas, pela relevância, eu vou - histórica, justa a esse grande brasileiro - à análise do projeto.

Sem dúvida, é inegável a importância que Luiz Carlos Prestes representa para o nosso país; comandante de uma extraordinária e revolucionária marcha, a Coluna Prestes, o líder do Partido Comunista Brasileiro. Por mais de 50 anos, Luiz Carlos Prestes foi uma das figuras brasileiras, e da América Latina, mais perseguidas do Século XX. Nascido em Porto Alegre, cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, transferindo para o Rio Grande do Sul, liderou, no estado, uma revolta tenentista contra o Governo de Arthur Bernardes, em 1924. Compostos por jovens oficiais do Exército, os tenentes pretendiam levantar a população contra o poder da oligarquia governante e, por meio da revolução, exigir reformas políticas e sociais. Como a renúncia de Bernardes, a convocação de uma Assembléia Constituinte e o voto secreto... Como a renúncia de Bernardes, do Governador, o Presidente da época, não é, a convocação da Assembléia Constituinte e o voto secreto. Depois de vários combates, os gaúchos foram ao encontro das tropas paulistas rebeldes, comandadas por Isidoro Dias Lopes e por Miguel Costa, em Foz do Iguaçu, formando a Coluna Prestes, com o propósito de percorrer o Brasil, para propagar as idéias tenentistas. Os integrantes da Coluna realizaram uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo, a pé e a cavalo, cerca de 25 mil quilômetros. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia.

Sr. Presidente, por essa razão, é justa e meritória a iniciativa de homenagear o Senador Luiz Carlos Prestes em um espaço de acesso livre, situado no complexo arquitetônico dessa Casa Legislativa. O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto de resolução n°. 041, de 2008. Relator, *ad hoc*, João Pedro, com o Relator Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o projeto lido pelo Senador João Pedro, relatório do Antonio Carlos Valadares. Pergunto se alguém quer se manifestar a respeito. Em votação. Senhoras e senhores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado. Aprovado. Eu vou pôr em votação, a pedido da Senadora Fátima Cleide, os dois requerimentos, porque eu não gosto de vê-la aflita. Ela... O sorriso dela é sempre melhor para o nosso coração do que a braveza dela.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A minha aflição é o horário, que eu tenho reunião agora, às 3 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ler o item 21, que é: "Requerimento nos termos do art. 93, inciso I, não terminativo, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado 004, de 2008, que institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública'. Senadora Fátima Cleide, em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 22: "Requerimento. Senadora Fátima Cleide e Senador Cristovam Buarque. Nos termos do art. 93, item I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja

realizada Audiência Pública para instrução nos Projetos de Lei da Câmara 112, de 2007, que dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicura, depilador e maquiador". Em discussão. As Senhoras e Srs. Senadores que queiram discutir...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, só para adendar, nós estamos aqui, recebendo a visita da Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade, que é a D. Maria dos Anjos, e eu gostaria de adendar o nome dela no referido requerimento de Audiência Pública, e, também, dizer, Sr. Presidente, que essa solicitação de audiência foi, inclusive, acordada no dia em que o projeto esteve em pauta, e nós pretendemos ter aqui o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, para que a gente possa ter, ao final, um acordo, um consenso sobre todos esses projetos de regulamentação que chegam aqui à Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, senadora. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Não havendo quem queira usar da palavra, ponho em votação o requerimento da Senadora Fátima Cleide e Cristovam Buarque. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Item 23, segundo a relação apresentada pela secretaria, do Senador Flávio Arns: "Requerimento em atenção às manifestações recebidas na parte dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, nutricionista e de biologia, em anexo. Requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministério da Educação, no sentido de que o parecer CNE/CES nº. 213/208, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas para formação profissional nessas áreas, entre outras, seja revisto. Em suas missivas, os Conselhos Federais, mencionados, apresentam argumentações consistentes, e que apontam para a necessidade de, pelo menos, 4.000 horas para a formação de nutricionistas e fonoaudiólogos, e de 3.600 horas para a formação de biólogos, afirmando que a carga horária de 3.200 horas é insuficiente e incorrerá na formação de profissionais mal qualificados, e, portanto, despreparados para atuarem no mercado de trabalho, contrariando o que prescreve o inciso XII, do art. 206, da Constituição Federal, que estabelece que o ensino seja ministrado segundo o princípio de garantia de padrão de qualidade. Requeiro ainda que essa Comissão constitua grupo de senadores para acompanhar os desdobramentos desses entendimentos, junto ao Ministério da Educação, no sentido de que seja garantida a qualidade de formação desses profissionais, com cargas... Acrescentando que, por ocasião da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a recomendação nº. 24, de 2008, indicando a carga horária mínima de 4.000 horas para cursos de formação superior na área de saúde. Pergunto se o Senador Flávio Arns quer fazer uso da palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso, Sr. Presidente, que o requerimento é auto-explicativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, o requerimento do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Item 25, de autoria do Senador Flávio Arns também: "Requer que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize audiência para debater o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e de recursos humanos, existentes nas universidades federais". E pergunto se o senhor quer que leia todo, senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Está bem. Aqui é... A realização de Audiência Pública, eu recebi os estudantes aqui na Comissão de Educação, a pedido do Senador Cristovam Buarque, que, naquele dia, estava em viagem, fizemos um bom debate durante quase duas horas, aqui. Os estudantes, na seqüência, a nosso pedido, foram recebidos no Ministério da Educação, e assumimos o compromisso, naquele dia, em nome do Presidente, em nome da Comissão, que prosseguiríamos com o debate do REUNI, para ver em que condições que isso está acontecendo. Por isso que essa Audiência Pública é importante e já com o compromisso assumido em nome do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No requerimento, o Senador Flávio Arns já cita as entidades que deverão ser representadas durante a discussão na audiência. Pergunto se mais algum dos Srs. Senadores quer fazer uso da palavra. Não havendo quem queira, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Senador Paim, V.Exa. parece que está pedindo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ver se conseguia votar a homenagem ao Carlos Prestes que o Rio Grande está fazendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já foi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é outro, de minha autoria, que faz com que a ponte--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É terminativo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem quórum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --que une Canoas a Porto Alegre se chamasse Carlos Prestes, mas me dizem que não tem quórum. E outro é o Dia do Trabalhador, também terminativo, Senador Inácio Arruda é o relator, mas, infelizmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fica registrado o pedido de V.Exa., para, na próxima reunião, ter prioridade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os dois já foi lido o relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o item 26, ainda, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 26. Não terminativo. Requerimento também do Sr. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sempre atento, pediria que o senhor mesmo se manifestasse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um projeto de autoria do Senador Marco Maciel, que tem uma grande preocupação com a qualidade da formação dos educadores, e ele propõe, no Projeto de Lei, a criação da residência na área da educação, a exemplo do que acontece na área da medicina. É um projeto que realmente tem que ser discutido, avaliado, é importante, tem um impacto, assim, importante na educação, e por causa disso que nós estamos pedindo que seja realizada a Audiência Pública, porque envolve recursos, envolve bolsas de qualificação, bolsas de residência e uma mudança significativa na área da educação. Por isso que é bom que a área da educação esteja envolvida também nessa discussão. Por isso, o pedido de realização de Audiência Pública e apontando os participantes para serem convidados por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse requerimento é uma importância para criar, instituir a residência dos professores, como tem algumas profissões do estado. Eu acho que é muito importante, porque o professor, quando vai para o interior, ele praticamente, às vezes, vive em alguns lugares, Senador Arns, de favor. Às vezes, professor rural, tudo, não tem, aí mora junto na fazenda, por gentileza do proprietário. Eu acho que a dignidade maior será quando se instituir a residência do professor. Com a palavra o Senador Paim, antes de colocar em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da votação, eu [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, Senhoras e Srs. Senadores, que concordam com o requerimento do Senador Flávio Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Paim. Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, na verdade, eu quero fazer uma pequena homenagem à V.Exa.. V.Exa. não estava ontem no Plenário, quando o funcionário de meu gabinete, o Luciano, visitou o Plenário do Senado com o seu cão guia.

Eu fiz questão de dizer no Plenário do Senado, o Presidente em exercício também disse, que aquele momento, que foi um momento bonito, pra mim, histórico, tem nome, se chama Romeu Tuma, porque a lei é de V.Exa.. Só assim o Luciano, que é um funcionário do meu gabinete, que é totalmente cego, pode agora, graças à V.Exa., transitar na Casa, com o seu cão guia, sem nenhum obstáculo. Alguns se surpreenderam ontem. Mas, depois, quando nós dissemos que a lei, inclusive, era nossa, nossa eu digo do Senado, Senador Romeu Tuma, todos aplaudiram. Ele está muito alegre pelo seu amigo que é o cão guia. Por isso cumprimento V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu agradeço muito V.Exa.. Quem me inspira são os senhores mesmo, que eu aprendi a importância da acessibilidade aqui nessa Casa, e o cão guia tem uma história interessante, Senador Augusto Botelho. A menina cega foi ao metrô, com um cão guia que ela trouxe da Alemanha, e não permitiram que ela entrasse no metrô com o cão. Então, ela veio, conversou comigo, nós fizemos o projeto, tem um ou dois artigos que foram vetados pelo Presidente, está sendo corrigido, mas eu acredito que, hoje, além de ter o projeto aprovado, tem também a formação profissional de educação do cão guia. Cão guia é um... Às vezes, é mais educado do que muita gente, porque ele realmente tem o compromisso, e são os olhos de quem ele cuida.

Outras coisas têm surgido. Por exemplo, eu estou botando... Eu tenho falado muito com o assistente do Senador Arns, que é deficiente físico, e ele me ajuda muito. Às vezes, eu troco uma idéia de um projeto ou de outro, nós estamos, agora, querendo fazer o semáforo com ruído, para a pessoa, que não tem visão, saber quando está vermelho ou quando está verde. Que eu vi no Japão. Eu vi no Japão.

Então, o Japão já tem há mais de 20 anos o sistema, e nós não temos, no Código Nacional de Trânsito, essa obrigatoriedade. O estacionamento preservado

para o deficiente físico, em supermercado, alguma coisa, a pessoa vem e mete ali e não tem consciência, e a responsabilidade do proprietário da área... A pessoa encosta, e ele não tem coragem de mandar sair.

Então, obrigar o proprietário de onde tem o espetáculo, onde é um supermercado, também, os vigilantes obrigarem a pessoa sadia a não ocuparem a vaga do deficiente físico, e espero que os senhores me ajudem, também, para que a gente aprove isto aqui, de responsabilidade criminal, para quem desrespeitar esta situação. Então, agradeço a V.Exa--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): [ininteligível] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também só quero enaltecer o que o Senador Paulo Paim já falou em relação à V.Exa., e dizer que V.Exa. tem sido solidário, pronto para o atendimento, sempre à disposição, não só em relação à pessoa com deficiência, mas em relação ao idoso, à criança, a crimes contra criança, contra o adolescente, contra a mulher, contra o negro.

Então, V.Exa. tem uma participação social das mais importantes. E, semana passada, inclusive, houve Audiência Pública, aqui, aliás, na Comissão de Assuntos Sociais, junto com Direitos Humanos, e o funcionário a que o Senador Paulo Paim se referiu, o Luciano, ele esteve na audiência com o cão guia...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os instrutores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): Com os instrutores, inclusive, e V.Exa. estava presente. Quero ressaltar isso para todo o Brasil, que V.Exa. tem sido um baluarte nessa área da pessoa com deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria pôr em votação o último requerimento de V.Exa., que V.Exa. explicou, pergunto se, já que a discussão terminou, se tem alguém contrário. Senão, considerarei aprovado o requerimento. Então, está aprovado o requerimento.

Tem um item 7, último item, que é não terminativo, o autor está presente, que é o Senador Flávio Arns. Já por duas reuniões, 28/10 e 11/11 e 18/11... três, o Virginio de Carvalho, o relator, não está presente. Pergunto se o Senador Augusto Botelho poderá relatar o item 7, e ele diz que não há problema que V.Exa. o faça.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ler a emenda. Por favor, senador. "É o projeto não terminativo nº. 111. Altera a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. O parecer é... Matéria... Terminativo na Comissão... Favorável com as duas emendas oferecidas". Então, passo a palavra à V.Exa..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o projeto está aqui e já... Todos nós já temos conhecimento, eu vou ler o final da análise e o voto. "Da mesma forma e atenção ao formato do arquivo, que será empregado para acesso à internet, entendemos que o formato de texto seja mais adequado do que aquele que favorece melhor o acesso às informações, sendo assim preferível o Formato *Portable Document Format*, originalmente definido pelo autor. Por esse [ininteligível], consideramos o PLS 111, de 2008, meritório e extremamente importante para a manutenção de milhões de brasileiros no sistema educacional e, conseqüentemente, para a sua inclusão na sociedade. Por essa razão, merece nosso voto de apoio, consideradas as modificações acima sugeridas. Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº. 111, de 2008, com as seguintes emendas: altera-se o caput do art. 17, previsto no art. 1°, do PLS 111, de 2008, para incluir a expressão, cumprindo(F) a legislação vigente, passando a ter a seguinte redação: 'Art. 117 A: Cumprida a legislação vigente, o Poder Público manterá na rede internacional de computadores, internet, portal, com arquivos digitais dos livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático, pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, pelo Plano Nacional do Livro de Leitura e por outros que forem criados com propósitos idênticos. A segunda emenda substitui-se ao art. 4° do parágrafo... Substitui no § 4° o art. 17 A, do art. 1°, do PLS 111, de 2008 a expressão 'Formato *Portable Document Format*' pela expressão 'Formato de texto, TXT', passando-se [ininteligível] a seguinte redação: 'Os arquivos em meio magnético serão utilizados exclusivamente no portal público e gravados no Formato de Texto, TXT, ou equivalente, vedadas as cópias impressas dos textos ou qualquer alteração de seu conteúdo". Esse é o projeto e nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Cumprimentar o Senador Flávio Arns, antes de pôr em discussão, porque, quando o Senado começou a imprimir os livros de interesse da comunidade que precisa do livro em braile, a grande reclamação das entidades é falta do livro didático, que não há nenhum projeto do Governo para a edição de livros didáticos para pessoas com deficiência visual.

Então, eu acho que esse projeto vem de encontro a isso, cumprimento o Senador Flávio Arns e pergunto se alguém quer fazer uso da palavra. V.Exa., não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sr. Presidente, destacar a importância disso para a área visual, como o Senador Augusto Botelho já mencionou, os programas todos de livros para a pessoa com deficiência visual, que passarão a ser acessíveis, agradecer a relatoria do Senador Augusto Botelho e justificar, inclusive, porque o Senador Virginio de Carvalho, que é o relator, já estava... O Senador Augusto Botelho é relator *ad hoc*. Senador Virginio de Carvalho era o relator original e ele já estava pronto para relatar numa sessão passada, e eu que solicitei para que ele retirasse de pauta, para que fossem acrescentadas emendas, fruto do debate que aconteceu com o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, com a pessoa com deficiência visual, o que aprimoraria o texto. Então, o texto fica melhor com as emendas apresentadas. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse projeto vai... É terminativo na Comissão do Senador Paulo Paim, que vem presidido, com muita dignidade, a Comissão de Direitos Humanos.

Então, talvez, V.Exa. poderia, logo na pauta da Comissão, para a gente votar. Em votação. Em discussão. Senhoras e Srs. Senadores, que queiram discutir, que o façam agora. Senão, não mais. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Tem mais um que foi pedido... Item 19.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu faço em um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for de concorde, eu ponho em votação. "Institui o Dia Nacional do Desafio". Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 73, do Deputado Lobbe Neto, de Ribeirão Preto...". E o Senador João Vicente Claudino não se importa de,.. Já que consta da pauta desde 18/11, perguntaria se o Senador Paulo Paim poderia ser o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, todos já leram o relatório, é um projeto simples, simplesmente institui o Dia Nacional do Desafio.

Diante do que já foi lido pelos Srs. Senadores e diante daquilo que nós conhecemos, eu quero reafirmar, cumprimentando a relatoria do Senador João Vicente, o meu voto favorável à aprovação do Projeto da Câmara de lei nº. 73, de 2008, e só vou ler a emenda, porque o único fato novo aqui é a emenda. "Inclui-se o seguinte parágrafo único, no art. 1°, do PLS 73/08. Art. 1°, parágrafo único: As ponderações(F) de que trata o caput se compõe de atividades físicas e esportivas orientadas, a serem realizadas por, no mínimo, 15 minutos, em empresas privadas, em órgãos de administração pública, direta e indireta, em estabelecimentos escolares, nos lares, nos espaços públicos e em quaisquer outros lugares que permitam o convívio saudável com as pessoas". Pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, o projeto apresentado pelo Senador Paulo Paim. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordem, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, tem alguns comunicados. Se os senhores tiverem que sair, eu vou ler os comunicados. Comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União. O Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 017.177/08-2, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, com o objetivo de avaliar, no Plano Nacional, relacionamento das instituições federais de ensino superior com as fundações de apoio". Senadores que desejarem cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunicado: "Recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 007.418/08-4, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação que dispõe acerca do recebimento, classificação, atuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, revogando, por conseqüência, alguns dispositivos da resolução TCU 191/06". Srs. Senadores que desejarem uma cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 003.928/08-0, bem como o relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação referente às irregularidades identificadas na Fundação da Universidade de Brasília, FUB". Senadores que desejarem uma cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Sugiro aos Srs. Senadores que requeiram cópia dos avisos, que têm importância para o conhecimento dos Srs. Senadores e de decisões importantes do

Tribunal de Contas, ao qual agradecemos as correspondências recebidas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h32.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZ EMBRO DE 2008.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Virginio de Carvalho, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Neuto De Conto, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que "Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado, acatando a emenda de redação nº 01 – CE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, e rejeitando as emendas nº 02, 03 e 04, de autoria do mesmo Senador. Neste momento a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão, Extra-Pauta, de Requerimento de Urgência para a proposição, o que é aprovado. (**Ver Extra-Pauta, Item 001**). **Item 008: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências". O PLS nº 056, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, foi aprovado terminativamente nesta Comissão em 22 de setembro de 2005. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Rodovalho, que "Institui a Semana Nacional da Família". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 56/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008, que 'Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências'". O Requerimento é aprovado. **Item 015: Comunicados da Presidência**: Não foram feitos Comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008; Item 014: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS.

Às doze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PRAIA, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, PAPALÉO PAES** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente encaminha a deliberação da pauta, a começar pelo item 3, restando adiados os itens 1 e 2. **Item 03) AVISO Nº 57, DE 2008 (Anexado ao processado do AVISO Nº 83, DE 2001) – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2185/2008-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2008-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente diversas informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, por esta Comissão". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 02) OFÍCIO "S" Nº 09, DE 2008 (Of. Externo nº 148, de 31.03.2008, na origem) – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007". Autoria: Ministério do Meio Ambiente. Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado.** EXTRA-PAUTA, é aprovada a deliberação do **REQUERIMENTO Nº 36, DE 2008-CMA,** que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para que a Agência Nacional de Águas – ANA possa apresentar o Plano da Bacia Araguaia-Tocantins, com os seguintes convidados: José Machado, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas; João Gilberto Lotufo, Superintendente da Agência Nacional de Águas e responsável pela Coordenação do Plano de Bacia referido; Vicente Andreu, Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Cláudio Di Mauro, Universidade Federal de Uberlândia; Governo do Estado de Tocantins; Governo do Estado do Pará e Governo do Estado de Goiás". Autoria: **Senador LEOMAR QUINTANILHA.** Resultado: **Aprovado.** Na seqüência, o Senhor Presidente, **Senador LEOMAR QUINTANILHA,** procede a leitura da Mensagem de Foz do Iguaçu, do Fórum de Águas das Américas, realizado no corrente mês na cidade de Foz do Iguaçu, que será enviada ao 5º Fórum Mundial das Águas, a realizar-se no próximo ano em Istambul, Turquia. O Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** dá prosseguimento à apreciação da pauta a partir do **Item 08 - OFÍCIO "S" Nº 08, DE 2008 (Of. Externo nº 0016, de 10.03.2008, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Relatório nº 973 de 2007, da Controladoria Geral da União, relativa a inspeção proveniente ao 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos". Autoria: Secretaria de Controle Interno da Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande – PR. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria; encaminhamento das informações à Comissão de Assuntos Sociais sobre os problemas de atraso de pagamento/distribuição de benefícios e cadastramento nos Programas Bolsa Família e Agente Jovem identificados pela Controladoria Geral da União e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 09) AVISO Nº 130, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 214, de 2001 e do Acórdão nº 453, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como os respectivos relatório e voto que os fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado Minas Gerais - DER/MG, com o objetivo de acompanhar as obras da construção de trechos rodoviários no corredor São Francisco da BR 135/MG (TC

nº 010.217/2000-2)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa de ofício ao Presidente do TCU solicitando que esta Comissão seja informada quanto aos desdobramentos e providências tomadas em decorrência do Acórdão nº 453/2001-TCU-1º Câmara e da Decisão nº 214/2001-TCU-1ª Câmara. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 10) AVISO Nº 14, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 988/2006-TCU (Plenário), proferido nos autos do Processo TC-007.444/2001-7, bem como o relatório e voto que o fundamentam, sobre pedido de reexame interposto pela TRENSURB, a respeito de superfaturamento nas obras da extensão da linha 1 do metrô de Porto Alegre/RS". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria; remessa do processado ao arquivo e encaminhamento de ofício à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para conhecimento do Acórdão e da informação de que esta Comissão não encontrou nos autos quaisquer elementos aptos a suscitar recomendação de bloqueio orçamentário a teor da Resolução nº 01/2006-CN. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 11) AVISO Nº 6, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC - 002.194/2008-7, bem como do relatório e do parecer que o fundamentaram a Decisão Normativa nº 89, de 2008, que aprova o exercício de 2008, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Cide". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 12) AVISO Nº 52, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.765/2008, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 007.418/2008-4, que trata de projeto de resolução que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, revogando, por conseqüência, alguns dispositivos da Resolução - TCU 191/2006 (Resolução - TCU nº 218, de 2008, que dispõe sobre o tratamento de solicitações do Congresso Nacional)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria; encaminhamento das informações às demais Comissões do Senado Federal e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer.** A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 04) AVISO Nº 35, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 05) AVISO Nº 33, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2008". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador: **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências', para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA**. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: **Adiado. Item 7) AVISO Nº 27, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 668/2008, proferido nos autos do processo nº TC 009.240/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada na Fundação Nacional de Saúde - Funasa, no período de 16 de abril a 11 de maio de 2007." Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Favorável à matéria. Resultado: **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007 -TER-**

MINATIVO, que "acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSRENKO**. Relatoria: Senador **VALTER PEREIRA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 - TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador **FERNANDO COLLOR.** Relatoria: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Favorável com três emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008 – TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 8.666, de 1993, que 'regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências', para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável à matéria e a emenda nº 01-CCT. Resultado: **Adiado. Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2008 - TERMINATIVO**, que "determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (recall), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR.** Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 20) LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **MARISA SERRANO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 26/11/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos imediatamente à apreciação do item nº. 03, ofício S nº. 09/08, encaminho ao Senado... Não, aviso nº. 57/08, encaminha cópia do acórdão 2185/08, do Plenário, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores. Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, o aviso nº. 57/08, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão 2185/08, Plenário, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

O expediente está relacionado com o aviso nº. 83/01 que encaminhou cópia da decisão nº. 271/01, proferida nos autos do processo Tribunal de Contas 013.889/93-5, examinado na Sessão Ordinária de 09 de maio de 2001 do Plenário daquela Corte, objeto do Parecer nº. 56/03, CFC, relatado pelo Senador Chico Sartori.

Em 31 de outubro de 2007 foi juntado ao processo do aviso nº. 83/01 o aviso nº. 96/07 da mesma Corte, pelo qual foi dado conhecimento do acórdão nº. 2182/07, TCU, Plenário, de 17 de outubro de 2007 em que o Tribunal aprovou relatório de auditoria operacional realizado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, consignando determinações e recomendações à ECT, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério das Comunicações. Parecer de minha larva aprovado nesta Comissão em 04 de março de 2008 deu tratamento à matéria. Agora mediante o expediente sob exame encaminha-se ao Senado Federal cópia do acórdão que conheceu e negou provimento a embargo de declaração atravessado contra o citado, acórdão nº. 2182/07-TCU-Plenário que motivará... O aviso número... Que motivara o aviso nº. 96/07.

Malgrado o não provimento do recurso por intempestividade, a Corte de Contas promoveu correção de erro material nesse último acórdão por meio da deliberação ora em apreço. Não se concretizaram efeitos infringentes na resposta aos embargos, estando mantido e intacto o mérito da decisão embargada.

Análise, Sr. Presidente. A Corte de Contas, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou procedimento de manter a Casa Legislativa informada dos desdobramentos da deliberação ensejadora do aviso nº. 83/01. Em que pese a importância das informações prestadas nos avisos não há providência útil que esta Comissão possa tomar em relação a eles.

Voto, Sr. Presidente. À luz do exposto concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do aviso nº. 57/08 do Tribunal de Contas da União, bem como dos documentos que o acompanham. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão e passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sobre a Mesa de Requerimento extrapauta que submeto à apreciação do Plenário, de nossa autoria. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para que a Agência Nacional de Águas, a ANA, possa apresentar o plano da bacia Araguaia Tocantins com os seguintes convidados: José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas; João Gilberto Lotufo, Superintendente da Agência Nacional de Águas, que também é o responsável pela coordenação do plano de bacia referido; Vicente Andreu(F), Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio de Mauro, da Universidade Federal de Uberlândia, o Governo do Estado do Tocantins, o Governo do Estado do Pará, o Governo do Estado de Goiás.

A água deve se constituir em fator estruturante das políticas de ações dos governos. Nesta realidade o conhecimento das bacias hidrográficas é fundamental para o desenvolvimento com sustentabilidade. Em razão do relevo e da importância dessas duas bacias hidrográficas, sobretudo em relação a esses três Estados, que nós estamos propondo a realização dessa Audiência Pública.

Submeto primeiro ao Plenário a possibilidade de acolher o Requerimento extrapauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar V.Exa. pela apresentação do Requerimento dessa Audiência Pública, que é da maior importância. V.Exa. retornou ontem de um encontro que se desenvolve em nova... Em Paraná, Foz do Iguaçu, que trata exatamente da questão das águas, que é um assunto que ganha importância porque vai ser um produto de valor incomensurável no futuro próximo. E nós temos no Brasil e na Amazônia 20% da água doce do planeta.

Então temos que tratar as nossas reservas e discuti-las desde agora. V.Exa. está de parabéns e o nosso voto é pela aprovação do Requerimento proposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado. Nós estamos apreciando preliminarmente a admissão do Requerimento extrapauta.

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Agora, a aprovação do Requerimento apresentado, já com a aprovação prévia do Senador Flexa Ribeiro, está aberta a discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

V.Exa. tem razão, nós tivemos a oportunidade de participar na segunda e na terça-feira última do Fórum de Água das Américas, que é um fórum de debates e discussão deste tema muito importante, que é a água, preparatório para o Fórum Mundial que ocorrerá em março próximo, em Istambul. Nessa reunião dos dois dias mencionados estiveram presentes vários Parlamentares brasileiros, dentre os quais eu destaco

a Senadora Marisa Serrano, a Senadora Marina Silva, a Senadora Fátima Cleide, os Deputados Nárcio Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Dr. Rosinha e Parlamentares, Senadores e Deputados do Parlamento do MERCOSUL, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e do Caribe. Num tema muito interessante sobre... Discutindo exatamente sobre o uso múltiplo da água e suas conseqüências para o desenvolvimento sustentado do planeta.

E esse fórum, que também contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc, e do Ministro do Meio Ambiente da Turquia, além dos Governadores do Paraná e da Bahia, esse fórum produziu uma mensagem, um texto muito consistente, porém bastante reduzido, que eu darei conhecimento aqui aos membros desta Comissão rapidamente.

Mensagem de Foz do Iguaçu. Esta mensagem será enviada para o 5º Fórum Mundial da Água pelos participantes do Fórum de Água das Américas reunidos em Foz do Iguaçu, Brasil. "O Fórum de Água das Américas foi o resultado do processo regional das Américas em preparação para o 5º Fórum.

O evento envolveu 250 pessoas de diferentes setores hídricos de todas as Américas. Dentre os participantes estavam Ministros de Estado, Governadores, Parlamentares, Prefeitos, Gestores, professores universitários, representantes dos setores público e privado, de ONGs e de comitês de bacia. Participaram do evento os Ministros do Meio Ambiente do Brasil e da Turquia.

Os itens a seguir obtiveram a maior prioridade durante as sessões de discussão envolvendo todos os participantes. Primeiro, promover inclusão social e erradicação da pobreza por meio de acesso universal à água potável e saneamento básico, e de uso produtivo da água pela utilização do potencial hidrelétrico, da irrigação, do transporte, do turismo, do lazer, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável. Segundo, fortalecer institucionalmente os órgãos gestores de águas e a promoção da integração interna e externa da política de recursos hídricos com as demais políticas setoriais. Terceiro, incorporar o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na gestão de recursos hídricos e a necessidade de transferência de tecnologia e recursos financeiros adicionais, em particular em estratégias para enfrentar a mudança do clima. Quarto, em função de sua transversalidade, a gestão de recursos hídricos deve estar no centro das políticas públicas, incluindo planejamento, implementação e controle. Quinto, conforme as especificidades de cada região observar o uso múltiplo das águas de forma eficiente e racional, incorporando a proteção, conservação e recuperação ambiental como ações necessárias para a melhoria da disponibilidade da água. Sexto, a sustentabilidade hídrica requer boa regulação e incentivos econômicos. Sétimo, promover acordos sobre a gestão de aqüíferos e bacias transfronteiriças. Oitavo, promover gestão descentralizada, participativa e integrada dos Recursos Humanos com a presença dos atores locais, comunidades indígenas e tradicionais, considerando a perspectiva de gênero. Promover a produção limpa por meio de investimentos em pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e capacitação. Considerar que o desafio do manejo dos recursos aqüíferos das pequenas ilhas e em regiões do Caribe deve ser reconhecido e receber atenção especial devido a sua vulnerabilidade diante das mudanças climáticas globais. E por último incrementar a conscientização acerca da água com o treinamento e educação para todos na sociedade, incluindo pessoas de diferentes níveis sociais e econômicos conectando as pessoas com a bacia na qual interagem".

Podem V.Exas. perceber, diante dos itens aqui apontados, a importância e a consistência da discussão deste tema tão importante que foi realizado em Foz do Iguaçu. E é para nós muito gratificante que o mundo se preocupe com esse bem da humanidade, com esse recurso indispensável à vida que é a água. Tenho certeza que o Brasil, com a experiência que tem, com as políticas públicas que já vem desenvolvendo, emprestará uma contribuição muito grande ao Fórum em Istambul para que haja uma convergência das ações multilaterais com relação a esse bem da humanidade que é a água.

Portanto eu tenho certeza que comungo desse sentimento com a Senadora Marisa, com os demais ilustres Parlamentares que participaram desse Congresso e se possível estaremos lá, Senadora Marisa, em Istambul, levando essa contribuição brasileira para o Fórum Mundial das Águas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizá-lo mais uma vez e a leitura do documento que foi proposto pelo Fórum das Águas das Américas é da maior importância. Como V.Exa. disse, ele é conciso e é preciso.

Eu pediria que fosse distribuída cópia do documento não só aos Senadores da Comissão de Meio Ambiente, a todos os Senadores, aos 81 Senadores, para que eles pudessem tomar conhecimento do documento. E eu lamento, eu me inscrevi para participar do fórum e não pude comparecer, tive que deixar de

ir até Foz do Iguaçu. Mas vejo que o trabalho lá desenvolvido deu frutos e esse documento é da maior importância porque ele trata de algo que é fundamental para a vida humana, que é a universalização do acesso à água potável, que é... Principalmente num país como o nosso que, se Deus quiser, chegará a níveis de desenvolvimento de Primeiro Mundo, mas nós precisamos investir maciçamente no acesso à água e no saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição que V.Exa. traz e determino à Secretaria da Comissão que providencie a distribuição de cópias não só aos membros da Comissão, como também aos membros desta Casa.

Passaremos agora à apreciação do item nº. 08. Ofício S nº. 08/08, encaminha ao Senado Federal cópia do relatório nº. 937/07, da Controladoria Geral da União, relativo a inspeção proveniente ao 23º sorteio do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos. É de autoria da Secretaria de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Fazenda do Rio Grande, no Paraná, e tem como relatora a eminente Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Quero confirmar e corroborar com tudo aquilo que V.Exa. colocou a respeito da nossa ida segunda feira a Foz do Iguaçu e dizer que é sempre importante a participação, não só porque estavam ali, como V.Exa. disse, pessoas de todas as Américas, mas essa integração também do Parlamento. Saber que o Parlamento, nós vimos parlamentos de outros países, principalmente do MERCOSUL que estão próximos, como é importante interagir com todos aqueles que trabalham, cientistas, estudiosos que trabalham na área também.

Mas eu quero, seguindo a indicação de V.Exa., ler o parecer do ofício... Sobre o ofício nº. 08 do controle interno da Prefeitura Municipal de Fazenda do Rio Grande, no Estado do Pará, e os documentos enviados por ela não são de remessa obrigatória para o Senado Federal e não trazem indícios de dano ao erário, que ensejaria encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Além disso, caso sejam descobertos novos indícios, é mandamento legal e constitucional de que o controle interno deva informar ao TCU as irregularidades encontradas sob pena de responsabilidade solidária. Porém é importante ressaltar os problemas relativos à implantação das políticas públicas, como o programa Bolsa Família e gente jovem. A – Esta Comissão que tome ciência do conteúdo da matéria. E B – que informe à Comissão de Assuntos Sociais os problemas de atraso de pagamento, distribuição de benefícios e cadastramentos, programas de Bolsa Família e gente jovem para... Jovem identificados pela Controladoria Geral da União. E depois remeta o processo ao arquivo.

Era esse o voto... É o meu voto a esse processo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 9, Aviso nº. 130/01, também encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº. 214/01, do acórdão 453/01 do Tribunal de Contas da União relativo a levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e no Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de acompanhar as obras de construção de trechos rodoviários do corredor São Francisco. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Em síntese, Sr. Presidente, a auditoria do TCU encontrou diversas irregularidades na execução das obras na BR 135, em Minas Gerais, entre as quais licitação realizada a partir de projeto básico deficiente, medições com informações inverídicas quanto às datas da realização dos serviços e aos quantitativos executados e descompasso entre a realização das obras de terraplanagem e a pavimentação, ocasionando erosões e assoreamento do Rio São Francisco.

Como decorrência da apuração de tais irregularidades aquela Corte aplicou multas individuais aos responsáveis, inclusive ao Sr. Maurício Azenclever Borges, ex-Diretor Geral do DNER, Departamento Nacional de Estradas de Rodagens. Além de determinar outras providências, como retificação do projeto básico e das medições.

Em face do exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria do âmbito das competências do TCU, voto para que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e envie ofício ao Presidente do TCU solicitando que esta Comissão seja informada quanto aos desdobramentos e providências tomadas em decorrência do acórdão 453/01 do TCU da Primeira Câmara e decisão nº. 214/01 do TCU Primeira Câmara. Era esse meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apre-

sentado. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo a votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam corno se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 10, Aviso 14/07. Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 988/06 do TCU proferido nos autos do processo TC 007444/01, bem como relatório e voto que o fundamentam, sobre o pedido de reexame interposto pela TRENSURB a respeito de superfaturamento nas obras de extensão da linha do metrô de Porto Alegre do Rio Grande do Sul. O aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relator a eminente Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. O relatório preparado leva em conta todo o histórico, o histórico da matéria, leva em conta ainda do mérito relativo à detecção das irregularidades, da desnecessidade de suscitar o bloqueio orçamentário neste momento e análise da tramitação processual estrita. E aí eu parto para o meu voto.

Diante do exposto, considerando que as informações trazidas pelo Tribunal de Contas da União não alteram a situação fática do empreendimento nem as medidas de controle atualmente em curso, inexistindo qualquer outra providência que puder ser suscitada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, voto para que esta Comissão, A – tome conhecimento do assunto aqui relatado. E B – delibere pelo arquivamento nos termos do art. 133, inciso III do Regimento Interno. E C – oficialize a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização com fulcro no art. 102, "A", do Parágrafo Único do inciso II do Regimento Interno do Senado Federal dando-lhe conhecimento do acórdão TCU 988/07, Plenário, recebido, deixando ainda assente nessa comunicação que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle não encontrou nos autos quaisquer elementos para suscitar recomendação de inclusão do empreendimento nos mecanismos de bloqueio orçamentário de que trata o art. 121 e seqüentes da Resolução nº. 01/06 CN. Esse era meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão e passo à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 11, aviso nº. 06/08, encaminho ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 2194/08, bem como do relatório e do parecer que o fundamentaram, que fundamentaram a decisão normativa nº. 89/08 que aprova o exercício de 2008, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na cidade, de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como relatora a eminente Senadora Marisa Serrano. Tem V.Exa. a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois do histórico realizado eu chego à análise da matéria. As informações constantes no aviso nº. 06/08 foram enviadas ao Senado Federal apenas para conhecimento. De fato os dados contidos que acompanham o aviso não demandam, em princípio, nenhuma providência desta Casa.

Por outro lado observa-se que as informações enviadas pelo TCU já foram disponibilizadas para a Câmara dos Deputados, ao Ministro do Estado da Fazenda, ao Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Presidente do Banco do Brasil SA.

Portanto, o meu voto, Sr. Presidente, é para que essa Comissão tome conhecimento da matéria e processado seja enviado ao arquivo. Era esse meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 12, aviso nº. 52/08. Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 1765/08 proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC 07418/08 que trata de projeto de Resolução que dispõe acerca do recebimento e classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento da solicitação do Congresso Nacional revogando, por conseqüência, alguns dispositivos da Resolução TCU 191/06, Resolução TCU nº. 218/08 que dispõe sobre o tratamento de solicitação do Congresso Nacional. O aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como relatora a eminente Senadora Marisa Serrano. Tem V.Exa. a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Depois do histórico e do exame da documentação encaminhada chego ao meu voto. Inicialmente gostaria de louvar o TCU pela iniciativa de sistematizar as normas e tomar medidas para tornar mais célere o atendimento a solicitações do Congresso Nacional com o fim de tornar efetivas as disposições dos art. 70 e 71 da Constituição Federal.

Ante todo o exposto e considerando que conforme está disposto no Inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e concomitante com o art. 49 da Constituição Federal todas as comissões do Senado têm competência de fiscalizar os atos do Poder Executivo e podem utilizar as informações produzidas pelo Tribunal de Contas da União, acreditamos que

seja pertinente que, A – esta Comissão tome ciência ao conteúdo da Resolução nº. 215/08 do TCU. B – informe as demais comissões do Senado Federal sobre a publicação e conteúdo da presente resolução. E C – remeta o processo ao arquivo. Era esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão e passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

As demais matérias de caráter não terminativo, seus relatores não se encontram presentes e nós estamos retirando de pauta. As outras integrantes da pauta de hoje são de caráter terminativo e nós não temos ainda quórum para a sua deliberação.

Agradeço, portanto, a colaboração dos Srs. Senadores que contribuíram para a realização dessa reunião, sobretudo da Senadora Marisa Serrano que acabou limpando a pauta dos avisos que estavam sob sua responsabilidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h05.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇAO PARTICIPATIVA

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE NOVEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Eliseu Resende, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Virgínio de Carvalho e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 75, de 2008 - CDH, aprovado em nove de outubro de 2008, com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país e de seus trabalhadores. Autor: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e, em ato contínuo, convida para tomar lugar à mesa de debate os convidados. Convidados que comparecem: Adonis Soares, Gustavo Binenbojm e Carlos Alberto Sehn, Diretores do Sinditabaco, representando Iro Schünke, Presidente do Sinditabaco do Rio Grande do Sul; Aristides Junqueira Alvarenga, membro do Conselho Consultivo da ETCO, representando André Franco Montoro Filho, Presidente da Ética Concorrencial - ETCO; José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo de São Paulo; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – CNTA e Francisco Luiz Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo. Às nove horas e cinqüenta minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senhor Senador José Nery. Às dez horas e vinte e três minutos o Senhor Presidente, Senador José Nery, devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery, Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunicado da Presidência. A Presidência comunica que recebeu o ofício do CDH 414/08, datado de 19 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Cristovam Buarque, relatores do PLS 417 de 2007 com o seguinte teor: Excelentíssimo Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo quando informamos a V. Exª que em leitura mais apurada do texto do parecer ao projeto de lei do Senado 417 de 2007, da lavra do Senador Marcelo Crivella, percebemos, a necessidade de pequenos ajustes no texto da emenda Nº 2 da CDH, cuja a correção não importará

em alteração no sentido da matéria, diante do exposto, solicitamos a V. Exª a gentileza de adotar as medidas cabíveis para sanar a inexatidão material nos termos do inciso 3º, do art. 1325(F) do regimento interno do Senado Federal. Assim sendo, determino a Secretaria do CDH fazer a seguinte correção no texto da emenda Nº 2, CDH. Onde se lê art. 94A, leia-se art. 70A, essa presidência oficiará o presidente do Senado, acerca desse procedimento, realizado no parecer da Comissão do Projeto de Lei do Senado 417 de 2007, nos termos do inciso III, do art. 235 da RISF(F).

Audiência Pública, item único, os termos do requerimento nº 75 do CDH, aprovado em 09 de outubro de 2008, com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país e a situação dos trabalhadores. Para essa audiência nós convidamos uma série de painelistas, que eu neste momento passarei a chamar à Mesa.

Chamo o Sr. Adonis Soares, representando o Sr. Iro Schunke, Presidente do Sindicato do Trabalho do Rio Grande do Sul, acompanha o Sr. Adonis Soares também o Sr. Gustavo [ininteligível], e Carlos Alberto [ininteligível]. Convidamos também o Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo em São Paulo; Convidamos também o Sr. Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, CNTA; e convidamos também o Sr. Francisco Luis de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo.

Esses são os quatro convidados, entre aqueles que foram apontados, que farão as suas exposições, cada um faz a sua exposição sobre esse tema. A situação das Indústrias Fumageiras e a situação dos trabalhadores. De imediato eu passo a palavra ao Sr. Adonis Soares, que representa aqui o Sr. Iro Schunke, Presidente do Sindicato do Estado do Rio Grande do Sul, do setor fumageiro.

SR. ADONIS SOARES: Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade que está sendo nos dada e também apresentar o Sinditabaco.

Sinditabaco é uma organização que está representando as empresas fumageiras do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, as nossas associadas são empresas de beneficiamento de folha e também temos associadas que são indústrias cigarreiras.

Os nossos associados representam diretamente na lavoura, através da cadeia produtiva 925 mil empregos diretos, na indústria são diretamente empregadas 35 mil trabalhadores e indiretos são 1.4 milhões de trabalhadores.

A cultura do fumo como os senhores sabem, ela se dá de uma forma integrada, ou seja, a indústria de beneficiamento de tabaco tem 180 mil, mais de 180 mil famílias de produtores integrados, capilarizados em 730 Municípios. É atividade típica de pequenas propriedades rurais, uma média de 16 hectares dos quais em torno de 4 hectares são produzidos o tabaco. É uma alternativa de produção que os agricultores complementam sua renda.

Em 2007, a receita dos produtores que se estima foi de 3.8 bilhões de renda. As indústrias vinculadas ao Sinditabaco em 2007, exportaram 2.2 bilhões de dólares e a previsão para 2008 são 2.4. Na realidade, no que diz respeito ao tema, especificamente, o Sinditabaco sempre foi um parceiro de todas as iniciativas que visem ao estudo da cadeia e, evidentemente da formalidade.

A nossa preocupação sempre foi auxiliar as entidades e as autoridades que estudam o tema. Nós soubemos que a questão do IPI no cigarro é uma questão controversa, um dos nossos associados, soubemos também por informações da Receita Federal que nos quais detém 86% do mercado de cigarro pagam aos cofres do Estado, da União, 99% do IPI, para os senhores terem uma idéia, isso é fonte da Receita Federal, dos aproximadamente 3 bilhões de reais arrecadados com o IPI no país, 65% corresponde à indústria cigarreira. Então, o IPI na cadeia de produção do cigarro é um tributo muito importante e que pela importância que tem vem sendo aperfeiçoada a sua arrecadação.

Hoje nós temos notícias também da Receita Federal, nós temos notícias da Receita Federal de que de 2002 para 2007, a melhoria no sistema de arrecadação levou a um aumento da ordem de 70%. E as melhorias previstas, estão sendo implementadas, dão conta de que nós teremos um implemento de arrecadação da ordem de 15%. Evidentemente que o Sinditabaco não poderia ter outra posição que não advogar a necessidade de debate, de profundo debate...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode falar mais perto.

SR. ADONIS SOARES: Então, repetindo, o Sinditabaco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já que eu lhe interrompi, sem querer interromper, mas já interrompi. Então, eu aproveito para convidar o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, membro do Conselho Consultivo da ETCO, representando o Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Ética Concorrencial, ETCO. Já convido para a Mesa, a Mesa fica completa e nós vamos com que todos façam sua exposição. Eu vou descontar o seu tempo com certeza absoluta.

SR. ADONIS SOARES: Retomando. Evidente que o Sinditabaco ele partia do entendimento que o sistema de arrecadação de impostos, especialmente a arrecadação de IPI, é um sistema que vem melhorando, ficando cada vez mais eficiente e que os controles recentemente implantados foram responsáveis por esse crescimento de arrecadação. Esses controles que a gente poderia nominá-los aqui é o sistema Scorpions(F), que conta o número de cigarros produzidos e põe a Receita Federal on-line com as indústrias de cigarro, ou seja, acompanhando a todo o tempo, a toda hora a produção. Isso tornou um sistema muito eficiente. E recentemente a nota fiscal eletrônica que foi um grande sistema adotado pela Receita Federal, a indústria de cigarros.

Evidentemente também que o Sindifumo, o Sinditabaco, na expressão mais recente da sua nomenclatura, ele entende que a eficiência do sistema de arrecadação ele combate o mercado ilegal, ele preserva a arrecadação e promove o equilíbrio da concorrência.

Então, acho que é importante frisar para os senhores, 65% do IPI arrecadado neste país provém da indústria cigarreira. Evidentemente que todo e qualquer procedimento que mexa na arrecadação precisa ser muito estudado, ouvindo as autoridades fiscais, a Receita Federal tem constantemente aprimorado esse sistema, e por fim, nós também gostaríamos de dizer que dentro dessa cadeia produtiva, além das 180 mil famílias que estão produzindo o tabaco nesse país, nós lá no Sinditabaco também temos pequenos, muito pequenas indústrias, temos uma responsabilidade social que é pioneira. E por fim, sendo breve, gostaríamos de deixar a mensagem de que, o sistema de arrecadação de impostos, de IPI, precisa ser efetivamente estudado e melhorado continuamente, o que vem ocorrendo e que qualquer posição açodada, qualquer manifestação não profunda, poderá mexer nesse tributo que tem uma importância muito grande para arrecadação do IPI. Muito obrigado, um bom dia para os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Dr. Adoni Soares. De imediato, seguindo aqui a seqüência, vou passar a palavra para o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, membro do Conselho Consultivo da ETCO, representando André Franco Montoro Filho, da Ética Concorrencial ETCO. Por favor, pode pegar esse microfone, o senhor tem 10 minutos com mais 5 se necessário.

SR. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA: Sr. Presidente, ilustres componentes da Mesa, eu serei breve.

O Ético, instituto que visa a ética concorrencial, o próprio nome está indicando, e é composto de setores de atuação como bebida, cigarro, inclusive, e na área de computação e outros setores e funciona em Câmara e há um Conselho Administrativo e um Conselho Consultivo, do qual eu faço parte, sou um dos membros do Conselho Consultivo. André Franco Montoro é o Presidente e há um Presidente na área administrativa também e um outro do Conselho Consultivo que é o Ex-Ministro Marcílio Márcio Moreira.

Para nós do Ético, achamos que o objeto específico dessa reunião ou dessa audiência pública que é o IPI, tão discutido, inclusive, judicialmente. O que mais se discute sobre a constitucionalidade dele é se a previsão de cassação de registro é Constitucional ou não. Prevê-se no decreto lei e nas leis, na Legislação em geral essa cassação de registro, sobre esse IPI específico, a legalidade do cancelamento do registro por pauta, por inadimplemento com a Receita Federal, principalmente com relação ao IPI, isto é matéria que hoje está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, por uma das empresas que teve o seu registro cassado e, portanto, parou de funcionar e essa decisão está no Supremo, já com processo em andamento tendo o relator do processo Ministro Joaquim Barbosa, quando do julgamento da liminar por 7 a 4, inclusive, com voto dele Ministro negando, era um dos quatro negando a liminar, mais sete Ministros do Supremo que concederam, não concederam a liminar, ou melhor, não concederam a liminar, o Joaquim Barbosa concedia a liminar, mas os sete outros Ministros não concederam a liminar e a empresa continua sem poder operar, exatamente porque julgaram que liminarmente não seria conveniente fazer com que a empresa voltasse a funcionar.

Passado um tempo, entrou-se no julgamento definitivo do mérito da ação e já o Ministro Joaquim Barbosa, que é o relator do processo do recurso extraordinário, mudou o seu entendimento, não posso dizer que mudou o entendimento porque aquilo era só uma medida liminar, mas ele agora no julgamento definitivo ele concluiu que não devesse conhecer ou julgar improcedente ou negar provimento ao recurso extraordinário, o que conseqüentemente faz com que a empresa permaneça sem poder atuar.

O Supremo Tribunal Federal tem uma jurisprudência no sentido de que essa proibição de funcionar, ou seja, o fechamento de um estabelecimento não pode ser uma medida tomada pelo Fisco, por motivo de não pagamento de tributo, não recolhimento dos tributos devidos. Eles estão, exatamente neste julgamento, revendo essa jurisprudência no sentido de que se há reiteração sistemática por não recolhimento do tributo por qualquer forma, que essa reiteração faz com que não se possa mais adotar esse entendimento de que

é absolutamente proibida a sanção de fechamento de empresa.

Muitos são os argumentos contrários à legalidade do decreto, ou da Legislação correspondente a esse IPI específico, mas que para nós do Éético, é a forma com que a Receita Federal possa ter mais tranqüilidade de que não haverá sonegação e agora com os chamados Scorpions(F), essa, não digo sonegação, mas essa falta de pagamento do tributo, essa ausência de recolhimento já não é mais possível porque agora para usar o termo inglês, não sei se numa Casa como essa devesse usá-lo em homenagem a nossa Língua Portuguesa, mas eu não encontro correspondente. Não encontro correspondente para expressão on-line, mas é isso que a receita faz hoje, esse recolhimento on-line de tributos, de acordo com a sistemática atualizada.

A preocupação maior do Ético é exatamente com a concorrência. Não achamos que pudesse haver uma concorrência se não houvesse a obrigação de todos, de pagamento de tributo, e digo isso não pelas empresas brasileiras existentes, mas principalmente pelo contrabando que é grande, principalmente nessa região do Paraguai. E tem agora um consenso em Guaíra, em que não se pune contrabando de mais de 100 caixas, com menos de 100 caixas, até 100 caixas de cigarro, é considerado isso crime de bagatela e, portanto, não se faz mais a autuação e o critério de 100 caixas, um critério que não tem suporte em lei e que é uma plena anistia ou permanente anistia com relação a esse contrabando. O que não há dúvida nenhuma fere a concorrência. Não é possível em matéria de cigarro. E isso tudo não sou eu quem digo, quem diz isso foi o Ex-Secretário da Receita Federal, que disse que vender cigarro, um maço de cigarro por um preço inferior a um real e 75 centavos, é sinal evidente de sonegação porque é o preço mínimo que se possa vender e as vezes com o lucro mínimo também ou quase zero. E esses cigarros importados, irregularmente ou criminosamente através de contrabando, têm um preço inferior.

Eu muito teria que dizer em termos de concorrência que alega-se também que no Brasil há um duopólio que seriam em matéria de cigarros, SOUZA CRUZ e Philip Morris, e que isto sufoca as empresas menores que não tem condição de sobrevivência em face das duas. Não nos parece que isso seja verdade, mesmo porque o preço do cigarro é livre. O preço, o pagamento de tributo há de ser igual para todos, evidentemente com aquela pauta de variação em seis categorias de maços e de box, de caixas, não vou entrar em detalhe porque o tempo também é pouco, mas eu ia, eu pediria ao Presidente que me permitisse ao final da Sessão de poder em duas folhas de papel entregar para a Comissão como subsídio, porque parece que nós estamos aqui, principalmente, para auxiliar o Poder Legislativo no aprimoramento da Legislação e principalmente dessa Legislação específica que é do IPI específico, e que se chegue a um bom termo, a mudança da Legislação cada vez mais aprimorada, mas que se seja intransigente com a sonegação fiscal e com qualquer possibilidade de ferir o princípio da concorrência, porque vítimas delas podem ser qualquer empresa. E é evidente que ninguém quer no país, até por questões éticas, nenhuma ofensa ao princípio da concorrência como também de qualquer ofensa à ordem tributária.

Com essas considerações, Sr. Presidente, eu agradeço o tempo e deixarei às mãos de V. Exª ao final dessa reunião, uma pequena folha onde resumo todos os argumentos que gostaria em tempo maior de apresentar nessa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Junqueira e vamos continuar com o nosso painel chamando nesse momento o Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo de São Paulo, 10 minutos com mais cinco, se necessário, e com a tolerância da Mesa.

SR. JOSÉ HENRIQUE NUNES BARRETO: Bom dia a todos. Ilustre Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Gostaria antes de tudo de parabenizá-lo pela iniciativa desta Casa em realizar nesta Comissão, tão relevante audiência pública e cumprimentar a todos os presentes, assim como, as demais autoridades, aos palestrantes que aqui compareceram, comparecem para debater tema de fundamental importância para o nosso setor e a todos os convidados presentes nesta audiência que terão, talvez, pela primeira vez a oportunidade de conhecer atividade de pequenas indústrias fabricantes de cigarro no Brasil, na nossa visão, claro, e sem desmerecer qualquer outra que aqui tenha sido colocada e das dificuldades que atravessam para sobreviver neste complexo negócio que é o negócio de tabaco, que há muito tempo é dominado por um pequeno número de grandes companhias multinacionais em quase todos os continentes do mundo.

Meu nome é José Henrique Nunes Barreto, sou Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, uma entidade representativa da indústria do fumo no Estado, que tem como luta a defesa dos direitos de suas associadas e a harmonização de seus objetivos aos interesses da sociedade em relação ao mercado de produtos fumígenos.

Propomos também aos poderes constituídos do Estado Brasileiro uma regulamentação clara, atual, isonômica, tanto do ponto de vista do controle do consumo como no sistema de tributação. Pretendemos

ainda obter do Governo uma política para o setor que leve em conta as diferenças e peculiaridades entre as concorrentes, uma política com espírito liberal que preserve a livre iniciativa, seja isonômica nas condições competitivas e reduza a assimetria do poder econômico entre as duas gigantes internacionais do setor e as pequenas indústrias nacionais e, que também proteja os trabalhadores, pois falamos de mais de 2 milhões e meio de pessoas em toda a cadeia produtiva do fumo, o que pode ser conseguido através de uma tributação justa e equânime e uma regulamentação que possa ser cumprida por todas as indústrias independente do seu porte.

Sr. Presidente, minhas senhoras, meus senhores, as condições de funcionamento para as pequenas fábricas de cigarro no Brasil foram desenhadas à sua revelia. Onde as mudanças e transformações criaram um cenário negativo e ocorreram de acordo com a lógica desenvolvida para a manutenção das posições dominantes das grandes corporações cigarreiras que trabalham por longo tempo na conquista de mercados e na sedução de Governos ao redor do mundo por vantagens tributárias e regulatórias que lhes garantam a dominação dos mercados.

No Brasil foi alcançada com a modificação do sistema de tributação do IPI que passou de Ad-Valorem para o imposto Ad-Rem, um valor fixo por maço de cigarro vendido que contraditoriamente não foi relacionada nenhuma política a que se destine esse tipo de tributação, que em geral, seria os objetivos de arrecadação do Governo para fazer frente a uma estratégia em relação ao consumo, por exemplo, com a saúde pública.

Ao contrário, essa mudança pragmática na tributação do IPI representou perdas de arrecadação para o erário público da ordem de 16 bilhões e 700 milhões de reais, desde a sua implantação até 2006, segundo o cálculo estimado pela FIPECAFI, FEA-USP, e isso gerou um sistema tributário sem doutrina, desigual e frontalmente prejudicial as pequenas indústrias, pois beneficiou as multinacionais com a redução de no mínimo, pasmem, senhores, 26% do IPI com o novo sistema, na classe de cigarros um, que passaram a pagar o mesmo IPI fixo que as marcas de menor preço, a partir dessa mudança as pequenas indústrias passaram a conviver com os preços negativos gerando prejuízos continuados e um endividamento compulsório das obrigações tributárias e um crônico atraso tecnológico que repercute em baixa produtividade. Para as grandes somou-se ainda um incentivo fiscal no ICMS, nas operações próprias no Estado do Rio Grande do Sul, que altera fundamentalmente em seu benefício as condições concorrenciais.

A alegação que a mudança do sistema tributário do último IPI, visou o combate ao contrabando em mercado ilegal, demonstrou-se inconsistente, pois tais objetivos não foram corretamente definidos e nem as autoridades detinham o conhecimento adequado para sitiar este fenômeno, pois os números indicados foram estabelecidos, Sr. Presidente, aleatoriamente, e divulgados insistentemente pelos órgãos de imprensa para se criar uma verdade.

Sabemos hoje, através de estudos publicados pelo Banco Mundial, que o flagelo do contrabando de cigarros é um fenômeno mundial e que foram grandes corporações européias e norte-americanas os seus principais agentes, que se organizaram em grandes estruturas para aproveitamento econômico em grande escala das oportunidades proporcionadas pela desorganização do aparato repressivo do Estado. Elas adotaram estas práticas ilegais ao redor do mundo para ampliar suas bases de consumidores, consolidar suas fatias de mercado e obterem lucros adicionais quando esta variável é incluída na equação que determina preços e serve de argumento para se pleitear a redução dos tributos como vemos isso aqui no Brasil.

No Brasil as indústrias nacionais são as herdeiras de todas as mazelas que essa estratégia perversa criou. Tentaram nos imputar as desonras de desonestos, sonegadores e ilegais, mas gostaríamos de reafirmar com toda a nossa convicção, que somos contra a doutrina da falsa consciência, pois o seu maior erro consiste na condição daqueles que utilizam princípios estranhos à razão e subvertem o conceito de ética para definir a lei, a que se deve submeter, criando dispositivos artificiais e autoritários, discrepantes com a natureza legítima de um Ordenamento Jurídico nascido da vontade da sociedade, amplamente debatido no âmbito Legislativo e que atenda aos princípios Constitucionais de apoio e incentivo aos mais necessitados.

Alguns empresários ingenuamente adotaram o caminho e o comportamento da informalidade como alternativa à falta de perspectiva e solução para os seus negócios. Ao verem os sérios riscos para suas empresas, os de sucumbirem diante de sua própria incompreensão, responderam positivamente aos defeitos que lhes inocularam, como particularidade cultural negativa, uma técnica do período da dominação colonial, procurando tirar disso alguma resistência, o que foi e é para nós do Sindifumo de São Paulo, também criticado, por não representar verdadeiramente uma solução e tão pouco, realizar nossas expectativas de um projeto nacional para o setor de tabaco.

Precisamos responder positivamente, sim, aos anseios da nossa sociedade e em particular aos anseios dos nossos colaboradores e parceiros, sem

xenofobia, porém, sem perder o senso de que nos é mais valioso. Nos ensina o professor Sérgio Rouanet, que é nosso dever lutar contra o gesto segregador do conquistador. E ele diz: "Este cria uma particularidade cultural negativa nos pólos colonizados, na medida que, os exclui da cultura universal e esses povos se limitam a transformá-las numa particularidade cultural positiva quando preenchem com conteúdos culturais, este quadro particular, vazio que lhes foi fornecido pelo adversário."

Não podemos, portanto, Sr. Presidente, apenas nos limitar a transformar essa particularidade cultural em um traço positivo para preencher um vazio com nossas caricaturas. Precisamos de resposta da nossa consciência política, não adotando esse conceito negativo, derivado dos defeitos que nos imputam como comportamento aceitável e que já sabemos, nós brasileiros não os temos.

Precisamos da resposta científica e compreender a sociologia do nosso negócio. Citando ainda o Rouanet, gostaria de descrever as suas palavras mais uma vez quando ele diz: "Guiado pela ciência o homem tem acesso a verdade e consolida seu poder sobre a natureza." Diante dessa afirmação, só nos resta conclamar a Sociedade Civil, as instituições públicas e privadas, as Organizações Não Governamentais, os sindicatos e todos que verdadeiramente querem uma solução para melhorar e desenvolver o setor de tabacos no Brasil para obtermos a capacitação e a habilitação para competir no mundo, que se juntem no esforço para promover a democratização do espaço econômico no mercado de cigarros e lutar para uma política setorial progressista que produza justiça e inclusão no ambiente formal de negócios. Já aprovamos, junto a Câmara setorial da cadeia produtiva do tabaco do Ministério da Agricultura, um projeto de pesquisa para que seja corretamente dimensionado o tamanho do mercado consumidor brasileiro, suas características e o quanto representa o mercado informal e as suas razões históricas.

Isso será fundamental para que o Poder Público trace políticas direcionadas por informações e dados confiáveis e incentive, corrija distorções e cobre as responsabilidades pelo que ficou conhecido no Brasil como fenômeno do exportabando, por exemplo, onde grandes volumes foram exportados para o Paraguai e posteriormente introduzidos no território nacional com objetivos claros, Sr. Presidente, de fixar marcas e estruturar mercados via preços baixos.

O nosso setor hoje no Brasil está composto por menos de uma dezena de indústrias de cigarros, quando tínhamos só no Estado de São Paulo mais de 30 empresas que já foram registradas no nosso Sindicato até meados da década de 70. Atualmente temos duas multinacionais, a SOUZA CRUZ, com uma dominação absoluta de mais de 77% do mercado consumidor brasileiro, a Philip Morris com 15% de participação aproximadamente e outras pequenas indústrias que dividem algo em torno de 8% do mercado com produtos populares e de menor preço.

Temos assistido o fechamento sistemático de pequenas indústrias por dívidas tributárias, condição determinante para cassação do registro especial cedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sem o qual as pequenas indústrias só dispõem do Poder Judiciário quando o Juiz reconhece o direito político à existência e autoriza a sua manutenção. Nos últimos três anos foram interditadas por força de atos declaratórios da Receita Federal do Brasil, sete indústrias nacionais.

Os professores Carlos Alberto Pereira, Dr. Mauro Galo e o professor Dr. Otávio Cabelo, no ensaio denominado, Impactos do Imposto sobre Produtos Industrializados nos custos da produção de cigarros no Brasil, apresentada em junho de 2007 no 10º Congresso do Instituto Internacional de Custos, Controladoria e Mundialização, realizado em Lion, França, resumiu com os seguintes argumentos a atual situação da tributação de IPI no Brasil. A tributação do IPI sobre produção de cigarros no Brasil sofreu uma mudança significativa em 99, passando de um sistema de alíquotas Ad-Valorem para alíquotas específicas conforme a classe em que o produto se enquadra, esse trabalho teve o objetivo de analisar os impactos dessa nova sistemática de tributação de IPI em relação a anterior nos custos da indústria de cigarros no Brasil. Constatou-se uma distorção que varia de 10.87 a 86.65% conforme a classe de cigarros, demonstrou-se que na classe de cigarros mais caros incidem proporcionalmente menos IPI do que na de cigarros mais baratos. O resultado foi a forte concentração do mercado na mão das grandes companhias multinacionais que disputam o mercado brasileiro, que competem apenas por diferenciação de produto entre elas, nas mesmas classes de tributação, e, nem após a liberação dos preços promovidos pelo Plano Collor dois, houve mudança significativa no comportamento de preços entre seus produtos, isso cremos que aconteça pela forma como os custos são condicionados pela incidência do IPI fixo, estabelecido pelo decreto 3070 de 1999. Na sua implantação, o novo sistema permitiu, inclusive, a queda conjunta dos preços das marcas líderes apenas na classe um, quando o Governo promoveu está substancial redução de 26% do IPI que só beneficiou duopólio, distorcendo a composição e configurando o que foi definido pelo CADE para o mercado brasileiro de cigarros como

oligopólio diferenciado, formado pela SOUZA CRUZ e Philip Morris, que já chegaram a deter 94.2% de participação do mercado brasileiro de cigarros, sem se submeter a qualquer regra de controle, sobre a concentração e dominação econômica onde o poder recíproco das grandes companhias transparecem em comportamentos paralelos em relação a preços.

Diante de um caráter perturbador e na desordem em que se encontram as pequenas indústrias, sem a segurança jurídica para os seus negócios e sem condições de gestão para lutar pela sobrevivência, defendemos uma reestruturação do sistema de tributação do IPI sobre os cigarros que elimine a assimetria existente e não interfira nas condições de competitividade do mercado e também reduza a incidência dos impostos para consumidores de mais baixa renda, fundamentando a nossa análise no princípio econômico da proporcionalidade e razoabilidade da aplicação do ônus tributário.

A seguir, iremos expor e detalhar as bases de dados utilizada, assim como, demonstrar os cálculos e relações daí conseqüentes e o alcance que as conclusões nos oferece. Por favor.

O slide um.

Nesse slide, nos mostra que o peso da tributação é maior para as indústrias de menor faturamento que para as indústrias que faturam mais de 2.5 bilhões de reais. As multinacionais recebem uma carga tributária da ordem de 27.95% no IPI enquanto as empresas com faturamento na faixa de 10 milhões de reais, respondem por uma carga de 52.17, quase o dobro.

Slide dois.

Nas marcas lideres do mercado são beneficiadas com redução de 26% no valor de IPI, devido com nosso sistema de alíquota fixa implantada pelo decreto 3070 de 99, com os preços vigentes naquele ano de 99. Na realidade nós podemos observar além da redução de 26% na carga de IPI para as grandes empresas, um aumento de 6% na carga de IPI para as pequenas empresas.

No slide nº 3 apresenta a distribuição da produção de cigarros por classe fiscal, demonstrando a grande concentração da produção na classe de menor preço, a classe um, onde a maior delas, a SOUZA CRUZ historicamente concentra mais de 50% das suas vendas, direcionando suas ações para o controle deste nicho onde as pequenas indústrias historicamente tinham tradicional presença.

O slide nº 4 demonstra que o produto de menor preço detém a maior tributação, numa assimetria clara onde os consumidores de menor renda são penalizados numa desproporção de 19% do IPI a mais que os consumidores mais ricos.

No slide nº 5 verificamos que o valor dos impostos tem sido corrigido abaixo da inflação no período, permitindo que as marcas líderes corrijam seus preços em níveis mais baixos que a inflação, possibilitando que seja praticado no Brasil o sexto menor preço de cigarros populares do mundo.

Levando-se em consideração que o poder das marcas líderes é determinante para fixar a culpa de oferta do mercado, fica claro que não existe uma correlação de dependência forte entre o preço de venda e o poder de compra da demanda, pelo menos no curto prazo, as quantidades e preços são determinadas em função do poder de monopólio das grandes concorrentes.

E para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de no final dessa audiência entregar ao Sr. Presidente um documento enviado pelo Sindifumo de São Paulo a Advocacia Geral da União, circunstanciando com informações detalhadas dos fatos que aqui apresentamos em síntese e uma tradução juramentada da íntegra de uma palestra proferida pelo Presidente da [ininteligível], em 28 de setembro de 92, na qual são tratadas as estratégias para interferir junto as autoridades governamentais em diversos países, a fim de se produzir modificações no sistema de tributação que lhes aumente as vantagens competitivas e que trata, inclusive, do caso do IPI no Brasil.

Também agradecer a atenção dos senhores e informar que todos os estudos realizados pelo Sindifumo de São Paulo, com o apoio de instituições de notório saber e reconhecida reputação, tais como o FIPECAFI, órgão de apoio a FEA-USP, queremos agradecer os eminentes professores José Tavares Neto e Antonio Lício e outros de igual relevância, esses trabalhos se encontram disponibilizados em nosso site e que podem ser acessados no endereço www.sindifumo.org.br. Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado meus senhores.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, pelo seus esclarecimentos, pelo seu pronunciamento. E logo em seguida, concedo a palavra para sua manifestação ao Sr. Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, CNTA. V. Exª dispõe de 10 minutos, se necessário poderemos chegar até 15 minutos.

SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO: Obrigado, senador, primeiramente quero cumprimentá-lo e ao

mesmo tempo agradecer por ter proporcionado essa audiência de grande importância para esse momento que o setor está vivendo. Quero cumprimentar os demais componentes aqui da Mesa, senhores, senhoras, companheiros dirigentes sindicais aqui presentes. É importante também cumprimentar todos os telespectadores que estão nos assistindo através da TV Senado. É importante prestar aqui um esclarecimento porque, de repente, poderiam perguntar, representantes da categoria de alimentação, discutindo o setor do fumo? Então, é importante dizer de que o setor do fumo está enquadrado na categoria de alimentação. Então, essa a razão da qual nós representamos esses trabalhadores do setor de fumo.

A nossa insistência, inclusive, para que pudéssemos estar discutindo esse setor, Excelência, é que é um setor que gera mais de 900 mil empregos na lavoura e mais de 40 mil no setor da indústria. Um setor importante de geração de emprego e também é importante pela sua característica da agricultura familiar. Por isso que nós temos um trabalho intensivo no setor para podermos preservar esse emprego.

E também gostaria de deixar claro que nós não estamos aqui para defender sonegação, qualquer tipo de coisa irregular dentro do setor, entendemos que se existe irregularidade tem que realmente ser fiscalizado, punido, tomar todas as medidas cabíveis, a nossa insistência é na manutenção dos empregos.

E aí eu quero entrar na questão quando nós levamos essa discussão dentro do Ministério do Trabalho, do qual eu até lamento profundamente a ausência de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, audiência dessa envergadura, deveriam se fazer presentes, mesmo porque foram convidados, infelizmente não se fazem presentes. Todas as vezes que nós questionamos a situação das pequenas indústrias de fábricas de cigarro, o argumento é a desigualdade de tributos, alegando de que as maiores pagam realmente um valor chegando até a 50% dos tributos que se pagam as pequenas. Esta é a razão que não se consegue sobreviver no mercado. Só para ter uma idéia, senador. Em São Paulo tem cinco indústrias de cigarro, dessas cinco três estão paradas. Depois o companheiro Francisco deverá detalhar mais sobre o setor, ele que representa os trabalhadores lá da indústria de fumo de São Paulo, mas três empresas paradas e a situação dos trabalhadores é preocupante, porque aqueles que estão ainda trabalhando estão com dificuldade de receber sua remuneração e aqueles que foram demitidos não foram pagos, sequer, as verbas rescisórias desses trabalhadores. Por isso que nós entendemos que essa preocupação ela deve, realmente, estar dentro dessa discussão enquanto representante dos trabalhadores.

E uma segunda preocupação é a formação de monopólio, nós entendemos de que essas pequenas empresas, elas forem realmente se diluindo e fechando, nós vamos ter um grande monopólio aqui em nosso país, o que é, até, inconstitucional e por outro lado também serão prejudicados a questão da geração de emprego como também ao consumidor que ficará subordinado realmente a um monopólio.

Portanto, eu não gostaria de me alongar mais, só deixar aqui muito claro o nosso posicionamento enquanto Confederação, uma entidade de 3º Grau, é de que nós estamos fazendo tudo aquilo que está em nosso alcance para podermos preservar esses empregos desses trabalhadores para a manutenção dos empregos e das condições de seus familiares. Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a manifestação do Sr. Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação. E em seguida concedo a palavra para a manifestação ao Sr. Francisco Luiz Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Estado de São Paulo, e também na ocasião, aproveito para registrar a presença entre nós do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que sempre presente nessa Comissão de Direitos Humanos, muito nos honra com sua presença. Com a palavra Sr. Francisco.

SR. FRANCISCO LUIZ OLIVEIRA: Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar Sr. Senador José Nery e estender esses cumprimentos aos demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, bom dia.

Eu sou representante dos trabalhadores na indústria do fumo de São Paulo, represento seis empresas em São Paulo e dessas seis, cinco delas como o Arthur acabou de mencionar são fabricantes de cigarros em São Paulo. E dessas cinco, três empresas estão com as portas fechadas. Então, em nome dos trabalhadores da indústria do fumo de São Paulo, nosso Sindicato fez um manifesto que eu gostaria com a permissão do Sr. Presidente, gostaria de relatar aqui o fechamento dessas empresas nesse manifesto, o fechamento dessas empresas.

O fechamento das pequenas indústrias de cigarro no Brasil, por decisão da Receita Federal do Brasil, sem o devido processo legal afeta diretamente a classe trabalhadora que perdem de imediato seus empregos e a sua condição de manter o sustento de suas famílias. O Sindicato da categoria profissional tem acompanhado o setor e verificando que nesses últimos cinco anos vem ocorrendo sistematicamente o fechamento das peque-

nas indústrias, a exemplos, as empresas SUDAMAX, ALFREDO FANTINI e FÊNIX, que desempregam mais de mil trabalhadores diretamente, aproximadamente quatro mil trabalhadores indiretamente.

Uma afronta à democratização do espaço econômico, fato que reduz a oportunidade de trabalho para uma categoria profissional de elevada especialização. Concentrando o segmento nas mãos das grandes empresas internacionais no Brasil, dominam o mercado com mais de 94% da participação de uma elevada automação. Sendo correspondente apenas 1/4 dos empregos gerados no setor. Nós representantes dos trabalhadores entendemos que proteção do emprego e o direito do trabalho faz parte de um contexto de desenvolvimento nacional que reclama dos poderes do Estado, a coordenação dos interesses das classes trabalhadoras e das empresas nacionais, articuladas para garantir a sociedade e aos trabalhadores a redução do risco social que representa nesse caso específico a concentração de todo um setor em apenas dois poderes econômicos que monopolizam um mercado consumidor.

A fragilidade de uma regulamentação sem uma Legislação atualizada e harmônica com os princípios Constitucionais permite a intervenção de órgãos do Estado no setor, informam discricionária e seletiva contribuindo para gerar distorções que provocam a prática de preços negativos nas pequenas indústrias em seu desenvolvimento involuntário.

Conseqüentemente com o seu fechamento duvidoso quanto a conduta tributária, acarretando perda dos empregos de milhares de trabalhadores, prejudicando a classe trabalhadora e a sociedade como um todo.

A finalidade essencial de uma empresa é a sua função social em primeiro plano, pela geração de emprego e o salário para os seus trabalhadores, tudo isso antes da remuneração capital e em segundo plano para criar correspondência junto que favoreça o consumidor, causando equilíbrio nas relações de mercado.

Nós trabalhadores não somos solidários, tributários em nenhumas condições, não nos responsabilizamos pelas questões de gestão empresarial até porque confiamos no poder do Estado para tal, portanto, constitucionalmente temos que ser legitimamente protegidos nessa situação.

Então, Sr. Presidente, esse manifesto foi elaborado pelo nosso Sindicato para que trouxesse um relato da situação dos nossos trabalhadores, como o Sr. Arthur acabou de mencionar, de todos esses trabalhadores dessas três empresas que estão desempregados, nós temos... Aliás, essas empresas nem sequer pagaram a rescisão, os direitos do trabalhador. Estão aguardando na justiça, no Ministério do Trabalho para poder rever os seus direitos de trabalho. O nosso Sindicato entrou com ação coletiva para rever essa decisão, o Tribunal concedeu até a resto de venda de cigarros para podermos pagar esses trabalhadores, mas foi emperrado pela ANVISA e a Receita Federal, dizendo que essa matéria-prima seria o quê? Seria incinerado e não iria para uma decisão ser feita uma decisão do Tribunal. Então, o quê que estamos aguardando? Aguardando que os desembargadores do Tribunal julgem essa decisão, porque um desembargador não quis encarar a justiça devido a esse procedimento que a Receita Federal vem tomando.

Uma coisa eu quero deixar bem claro para os senhores, nós não estamos aqui defendendo sonegação, é como o Sr. José Henrique mesmo acabou de mencionar, não estamos defendendo sonegação, mas, sim, nós queremos que a Receita Federal cobre, sim, das empresas, se ela tem dívida com a União que ela cobre, mas ela dê condições para que essas empresas paguem suas dívidas, não da forma que vem mencionando, então, era isso aí, Sr. Presidente, que eu queria deixar, eu sei que o tempo é bem curto, mas eu agradeço. Mas e eu não tenho mais argumento a falar, o que eu tinha de falar o Sr. Henrique Barreto acabou de mencionar naqueles gráficos que ele mencionou. Então, eu acho que daqui para frente eu vou deixar a critério de vocês para nós discutirmos mais a frente. Eu agradeço e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos a participação do Sr. Francisco Luiz Oliveira, nessa audiência pública, aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que tem por objetivo debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país, bem como a situação dos seus trabalhadores e participam dessa audiência aqui na Mesa, o senhor Adoni Soares, Presidente do Sinditabaco do Rio Grande do Sul, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, membro do Conselho Consultivo da ETCO, representando Dr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Ética Concorrencial, ETCO. Participa também conosco Sr. José Henrique Nunes Barreto, Sr. Arthur Bueno de Camargo e nesse momento, gostaria de consultar ao Senador Sérgio Zambiasi se deseja fazer uma manifestação? V. Exª tem a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente José Nery. Cumprimentar aos membros da Mesa, todos, e aos demais presentes aqui.

Na realidade falar sobre a questão das fumageiras é bastante complexo, nós, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de fumo do Brasil e nós vivemos a experiência da Convenção Quadro, quando ela foi votada aqui no Congresso Nacional e passou por uma...

Passou por várias audiências públicas, passou por inúmeras reuniões, até que finalmente se encontrasse uma forma de encaminhar uma solução possível, porque a Convenção Quadro votada ela prevê a erradicação, na realidade eu estou tentando buscar o início da história, buscar a memória desse problema todo que o setor, de alguma maneira enfrenta, ela prevê a erradicação do plantio de fumo no Brasil e nos países signatários, na realidade, já assinaram esse documento, não lembro o número, mãe parece que já são 100, cento e poucos países que devem ter assinado.

Mas assinar uma Convenção não significa seguir o que está escrito. A Convenção quando foi apresentada aqui ela previa a erradicação do plantio do fumo, mas não previa a forma de transferência do sistema todo produtivo. Eu, inclusive, apresentei um projeto aqui, ele está aprovado aqui, parece que a Câmara falta apenas votar em plenário, que prevê uma forma de financiamento para o produtor rural, para o colono, agricultor para que se ele fizer a opção livre, nós somos um país livre e o plantio do fumo ele é considerado legal no país. Então, que esse produtor, esse agricultor se ele quiser fazer a opção de reduzir o plantio ou trocar o plantio ele tenha assistência do governo, que tenha financiamento do Governo, que possa buscar junto ao Banco do Brasil um financiamento, para que ele tenha condições de transferir-se para uma outra atividade, e que essa atividade tenha a rentabilidade adequada para a sobrevivência, com dignidade.

Tem um colega meu de Santa Cruz, Deputado Sérgio Moraes, que costuma dizer que nós não podemos ficar com os doentes e perder os trabalhadores. Ele sempre usa muito essa frase. Na medida em que nós queremos parar a produção brasileira nós não podemos impedir a importação. O Dr. Aristides Junqueira é um dos grandes, uma sumidade jurídica brasileira, me alegra vê-lo aqui e sabe o significado do impacto social que essas questões podem provocar. E nós não podemos proibir a importação do fumo em folha ou do cigarro pronto de qualquer país do mundo. São convenções internacionais que permitem. Então, é uma discussão muito ampla essa questão do fumo, das fumajeiras, dos trabalhadores, das indústrias, das pequenas indústrias, das grandes indústrias. Eu confesso que não sei se há, não sei se o Adonis pode me responder. Eu não sei se há pequenas indústrias fumajeiras no Rio Grande do Sul hoje. São grandes?

SR. ADONIS SOARES: Têm pequenas também.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Têm pequenas também? Eu até desconheço porque a gente à região de Santa Cruz do Sul e [ininteligível] Soares e tem aquelas grandes multinacionais ali instaladas e que produzem uma região até de relativo bem-estar social, vou dizer relativo bem-estar social, porque nesse momento há uma terrível guerra fiscal entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inclusive, eu apresentei uma PEC aqui e deve estar na Comissão de Agricultura para ver se a gente consegue, de alguma maneira, evitar essas guerras fiscais que estimulam as transferências de indústrias de um Estado para outro, com benefícios, altos benefícios fiscais impactando terrivelmente regiões de alto desenvolvimento. Esse é um outro aspecto que acho que tem que ser debatido. O impacto social que provoca uma guerra fiscal, um inventivo fiscal que faz com que uma fábrica que emprega três, quatro, cinco mil trabalhadores, de repente, anuncia o seu fechamento e diz: olha, nós estamos indo para outro Estado. Tchau para vocês. Como é que funciona? Como é que ficam aquelas centenas, milhares de famílias, Senador Paulo Paim? Que acabam sendo as grandes vítimas desta situação.

Então, esse eu acho que é tema que nós precisamos discutir, inclusive, aqui na reforma tributária. É uma situação que deve ser trazida para a reforma tributária, que nós possamos encontrar um equilíbrio, Senador Mesquita, de maneira que os Estados não façam uma guerra fratricida, um Estado vizinho a outro para combater com Santa Catarina, aí o Rio Grande ameaça que não vai mais importar o frango produzido em Santa Catarina. Vai ter que... Ou então as malhas lá da região que agora até, por sinal, esta afetada por aquelas terríveis enchentes que estão comovendo e mobilizando o Brasil inteiro e que motivou a presença do Presidente Lula ontem, inclusive, pessoalmente para levar a garantia do apoio, da ajuda ao povo catarinense aqui em nossa provisão pela nossa solidariedade também.

Mas são questões muito amplas que precisam ser discutidas e debatidas.

Eu acho que trazer esse tema para cá, Senador, é um fato relevante porque o Congresso tem que tomar conhecimento. Como está esta base geradora de empregos e como é que ela fica? Como é que ela pode permanecer ou não? Tem futuro? Não tem? Há expectativa? Como é que fica a questão do trabalhador, do operário? Porque essa é a parte mais frágil. É o mais fragilizado do setor. O pequeno agricultor, aquele que tem.. Quando se fala aqui no Centro-Oeste, no norte, no Nordeste do Brasil que lá no Sul uma família sobrevive com uma área de 10 hectares as pessoas se impressionam. 10 hectares é um sitio, é um pátio aqui nesta região. No Sul têm setores que conseguem sobreviver melhor um ano, um pouco pior o outro. As questões são sazonais.

Eu hoje de manhã assistindo, Senador Paim, a questão do trigo aqui no Centro-Oeste que a produtividade é cinco, seis vezes maior que a do Paraná, e o pessoal se colocou a plantar trigo aqui no Centro-Oeste, em Goiás, se não me engano, aqui perto de Brasília, no entorno, e deu uma produtividade espetacular, maravilhosa. E agora o que aconteceu? Baixou o preço. Então todo o investimento dos produtores está indo por água abaixo porque não foram estimulados para plantar o trigo, e agora na hora da colheita está uma superprodução para a região, porque é uma experiência ainda nova, e baixou o preço do trigo para o produtor. Quer dizer, todo aquele entusiasmo, aquela alegria, aquela expectativa com a alta produção, com a produtividade do trigo aqui. Porque aqui tem um fenômeno, Senador Mesquita, extremamente importante, o trigo exige frio. E há uma época aqui na região, no cerrado que é mais frio que o Sul, as noites são frias, são, às vezes, até gélidas, é um frio seco, diferente do frio do Sul.

Então eu acho que estou comparando aqui dois aspectos: a questão do fumo que tem um combate permanente pelas doenças que ele provoca e são muitas, mas é uma droga socialmente aceita. Então, enquanto assim o for nós temos que ver uma forma de proteger a sua grande base que sãos os trabalhadores. Enquanto for permitido o consumo livre do cigarro nós temos que ver um jeito de, primeiro, conscientizar o fumante para deixar de fumar e o não fumante para não fumar. Eu tenho essa convicção e essa consciência. Mas enquanto houver liberdade de opção, nós temos que, de alguma maneira, proteger o segmento produtivo. Nós temos essa obrigação. Por isso nós fizemos, Paim, aquela luta da Convenção Quadro, fizemos inúmeras audiências públicas, fomos às regiões, levamos colegas para ver como se desenvolvem as regiões produtoras. Eu coloquei aqui àquela expressão do Deputado Sérgio Moraes que é de Santa Cruz e utilizava sempre: se a gente parar de plantar fumo aqui nós vamos ficar com os doentes e produzir empregos ali no Paraguai, na Argentina, no Uruguai que continuam plantando fumo, aliás, o congresso argentino rejeitou olimpicamente a questão da Convenção Quadro, não aceitou, não votou simplesmente. E o que mais me chamou atenção é que um dos membros da comissão do congresso argentino era médico. Eu até questionei: mas vem cá, tu não quer discutir essa questão? Ele disse: não, não posso discutir, sou médico, mas eu sou da região produtora de fumo da Argentina. Se eu levar esse assunto para o congresso eu não volto mais para cá. E matou o assunto.

Nós não fizemos isso. Nós trouxemos para cá, discutimos esse assunto, buscamos formas de proteger o agricultor, formas de proteger o trabalhador, cumprimentemos cinco ou seis Ministérios, se não me engano, que assinaram os compromissos na Convenção Quadro para só então aqui ser aprovada essa Convenção.

Eu estou resgatando um pouco da memória, porque cada vez que se fala em [ininteligível] nós temos que trabalhar a memória histórica desta discussão. E, enfim, mais uma vez, parabenizar, Paim, pela chamada inteira, esta Mesa tão bem composta, tão representativa. E trazer a público, para o Congresso, que tem que tomar conhecimento dessas questões, como vivem os trabalhadores, como funcionam essas pequenas indústrias. Como é que eles sobrevivem. Como é que é o seu produto? E acho que, acima de tudo, tem que ter a questão do contrabando que vem ali do Paraguai, e que é uma questão muito séria porque vem uma mala aqui e dá uma fiscalização relativamente rigorosa. Então, digamos que o produto consumido detenha algum tipo de qualidade, muito pelo contrário, quando vem aquele contrabando ali do outro lado da fronteira, que não se sabe exatamente o que tem ali dentro daquele papel, não se sabe nem se é fumo mesmo, mas que é vendido ali na base, e iniciando exatamente, iniciando uma nova linha de consumo, Senador Paim, porque eles vendem baratinho um por um ali nas comunidades mais pobres e até tornando mais pessoas dependentes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria cumprimentar o Senador Zambiasi, o Senador Zambiasi e o Senador Geraldo Mesquita Júnior, ambos teriam que ter viajado já ontem à noite. Adiaram a viagem para ficar solidário na vigília a favor dos aposentados, sempre faço um destaque, não é contra ninguém, é só a favor dos aposentados e a audiência de hoje. O Senador Zambiasi: eu farei de tudo, Paim para estar lá. E comungo com tudo que o Senador Zambiasi falou até o momento daquela caminhada da Convenção Quadro. Houve uma política de parceria entre os trabalhadores, o setor, e, enfim, com todo aquele que tem a preocupação com o emprego, e também, com a saúde.

E o Senador Zambiasi é autor, inclusive, de um projeto de eu tenho na mão que eu peguei para relatar. Eu que não fico muito tempo com um projeto na mão, esse eu estou segurando porque eu quero fazer o parecer em consonância, em sincronia com o Senador Zambiasi e com toda a população da região, ouvindo a todos, os empresários, os trabalhadores; enfim todos os setores. Eu vou ler, Senador Zambiasi, até uma de-

ferência especial a V. Exa. Só uma introdução do seu projeto que é um projeto interessante porque nós temos que debater e aprová-lo no momento que entendermos nós todos que é o momento. O que é que diz o projeto do Senador Zambiasi? Eu só vou dar introdução. Cria o Fundo Nacional de Proteção do Trabalhador da Fumicultura com a finalidade de proteger o trabalhador do setor e estimular a diversificação da atividade econômica nas áreas cultivadas com tabaco. E institui a contribuição de intervenção de domínio econômico e incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo, Sindifumo dê outras providências. Eu só lendo a introdução porque o Senador Zambiasi se ele quisesse: Paim, força e aprova isso aí correndo. Não. Tanto você, Senador Zambiasi, me permita só para concluir, como o Senador Sérgio Moraes que apresentou o outro lá. O que é o Senador Zambiasi me falou e também o Sérgio Moraes? Nós estamos apresentando uma proposta para a discussão, para o diálogo, para a conversação. Não queremos votar isso de forma acelerada, e no momento que construirmos um grande entendimento vamos votar, de preferência, pela orientação que eu recebi de V. Exa. porque eu respeito muito a autoria do projeto. O autor é o Senador Zambiasi. Eu sou apenas aqui. Como é que digo? Um auxiliar, um auxiliar que vai ter que dar o parecer favorável, no meu entendimento, e depois de construirmos um grande entendimento. Essa audiência me ajuda, inclusive, a trabalhar em cima desse projeto que os senhores devem ter em mão. E tenho certeza que você vai falar um pouquinho mais, e o Senador Mesquita Júnior sobre esse tema. Se o Senador Zambiasi quiser fazer uma introdução sobre a importância do seu projeto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ok. É apenas para encerrar aqui, inclusive, Paim, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para dizer que nós não estamos segurando, não é?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Absolutamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queremos votar de forma conjunta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É completar porque, efetivamente, nós estamos embarcando daqui a pouco para o Parlamento do MERCOSUL, nós somos convocados, e acho que o MERCOSUL é um processo extremamente importante para discutir, inclusive, essa questão. Nós vamos ter esse final de semana em Montevidéu, um debate com relação à questão do trabalho no MERCOSUL. Será amanhã lá em Montevidéu. E sábado de manhã nós temos a presença do Presidente da Itaipu Binacional. O Samek(F) estará lá junto com a representação paraguaia para também discutir essa questão que envolve o MERCOSUL que é a Itaipu Binacional. E eu tenho que chegar hoje à noite. E não há muitos vôos para Montevidéu ainda.

Esse projeto cria a SID do fumo, aquela contribuição contida na gasolina, esses títulos que a gente tem dificuldade de entender. Mas dá uma contribuição. O pessoal da indústria reclamou um pouquinho, vai encarecer um pouquinho mais o cigarro, mas, em compensação, ele prevê uma espécie de fundo de garantia para o agricultor, inclusive. Esse fundo será distribuído para os trabalhadores, para esse pessoal que... Como é que a gente chama? São contratados os temporários, os safristas, temporários, os safristas; eles terão pelo projeto, através desse fundo específico e ainda mais, já que há uma ampla divulgação da saúde condenando o vício do cigarro, nós prevemos ali que uma boa parte vá para a assistência à saúde desta arrecadação. De maneira que nós queremos ver uma ampla proteção e deixando, nós somos um País livre, um País democrático, que as pessoas façam livremente sua escolhas. Mas que a base operária, a base da agricultura, das famílias agricultoras, eles também possam usufruir de alguns benefícios que o setor pode distribuir. Então é uma contribuição que está sendo criada, não é imposto, é uma contribuição, a exemplo do SID, o Congresso pode fazer isto e dá essa oportunidade de fazer uma discussão mais ampla sobre esse setor, e quem sabe torná-lo até mais simpático aos olhos da população, à medida que haverá essa contribuição com o dinheiro destinado para um fundo que terá suas especificações. Eu até gostaria que depois a Comissão passasse ao Dr. Aristides uma cópia, para que ele pudesse, com calma, examinar e até nos dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já vou pedir para que passe uma cópia a todos os membros da Mesa aqui e peço à assessoria que providencie.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Até depois, quem sabe, sem nenhuma pressa no final do ano ou quando houver condições de ver com calma, nos dizer: olha... Uma opinião...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E é a nossa intenção, não é Senador, inclusive, fazer uma audiência pública lá na região.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para que todo o setor envolvido faça um debate sobre esse projeto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É. E tem também a PEC da guerra fiscal que também foi

motivada por essa situação, em que um Estado cria uma situação favorável numa indústria, oferece vantagens fiscais, e aí a indústria comunica aos seus trabalhadores e diz: olha... Hoje em dia alugam galpão, as prefeituras estão alugando galpão para as indústrias, o pessoal leva as máquinas, desmonta aqui, montam as máquinas ali, e continuam faturando, enquanto uma região inteira pode desempregar milhares de pessoas numa cadeia produtiva, que é considerada completa. Não são tantas as cadeias produtivas completas. Cadeias produtivas completas são cadeias do fumo, a cadeia do frango; a do fumo, a do frango, a do leite que andou meio abalada, mas agora se recuperou. É aquela cadeia em que as indústrias têm um contato desde a semente que é colocada ali na terra até a manufatura. De alguma forma estimula muito os monopólios, de outra forma dá certa garantia. Então, por isso os debates aqui eles são importantes para que a parte mais fragilizada, eu sempre digo: a parte mais fragilizada que é o trabalhador, aquele que sofre o primeiro impacto no caso de uma crise, ele possa ter oportunidades de colocar os seus problemas e serem debatidos aqui junto com o patrão, junto com a indústria nesse equilíbrio fundamental, capital e trabalho discutindo juntos, na mesma mesa para que se encontrem soluções paritárias.

Então, é isso, Senador Paim. Eu, infelizmente, não posso nem me ater aqui, eu tenho que ir direto para o aeroporto para cumprir essa missão que me foi entregue aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não sei se o Senador Geraldo Mesquita...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --Congresso. Muito obrigado pela oportunidade. E eu gostaria, depois, de receber as notas taquigráficas aqui para poder acompanhar assim com mais proximidade essa questão. Parabenizando o Senador Paim pela iniciativa de trazer aqui os setores todos para promover essa discussão que eu acho fundamental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, Senador Paim, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Zambiasi, os nossos ilustres convidados.

Eu quero só pegar uma perninha aqui na fala do Senador Zambiasi, que eu achei muito interessante esse projeto de autoria dele e relatado por V. Exa. Eu sou de um Estado que não tem tradição de produção de tabaco, de fumo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas tem fumante.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas tem o fumante. Lá, claro que alguém produz, alguém planta, mas é para uso próprio, é irrisório a produção. Eu sou ex-fumante, não é Zambiasi? Há 30 anos deixei de fumar. Ainda sou da época do Continental sem filtro. Fumava Continental sem filtro. Imagine. Mas deixei de fumar. Esse é um tema muito delicado, é um tema muito delicado, porque como diz o Senador Zambiasi, ao mesmo tempo em que se precisa perseverar na linha da conscientização de todos de que esse é um produto que não é dos mais recomendáveis para a saúde, mas também há um segmento considerável no nosso País, principalmente, na região ali de bairro que ainda está envolvida com a produção de tabaco, do fumo que precisa ser olhada, que precisa ser observada. E a sugestão que eu queria oferecer, talvez eu ofereça até na forma de emenda, Senador Paim, ao projeto do Senador Zambiasi é que como ele diz: a SID do tabaco, a SID do setor possa, com esse fundo, que está sendo proposto, parte dele possa se prestar para o financiamento, quem sabe, da substituição dessa produção por outra, por outro produto, por outra...

Era a consideração que eu gostaria de fazer. Mas me coloco atento à discussão da questão, do problema. Como eu disse, é um assunto que nos divide. O nosso ímpeto é de perseverar na luta pela conscientização cada vez maior da população brasileira, no sentido de que devemos parar de utilizar tal produto, mas atentos, de fato, a esse segmento que ainda é significativo no País, e que como os demais segmentos produtivos precisam se valer de mecanismos para que milhares de trabalhadores envolvidos nesse processo tenham ainda perspectiva de trabalho, de renda, de produção.

Então, eu talvez apresente até na forma de uma emenda, Senador Paim, vou consultar a minha assessoria para ver que caminho a gente pode tomar. Mas a sugestão seria essa de que parte desse fundo, como disse o Senador Zambiasi, dessa SID do tabaco, possa ser destinado àqueles, ao incentivo daqueles que pretendam fazer a substituição migrada a produção do tabaco para a produção de um outro item, de um outro produto qualquer. Vou depois, particularmente, conversar com V. Exa. para gente encaminhar essa questão. Mas me coloco atento à discussão desse problema que afeta milhares de pessoas ainda no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Enfim, eu levantei esse tema porque eu sou relator desse projeto, e, naturalmente, eu terei contribuições a receber de todos, tanto dos representantes do setor empresarial, como também dos trabalhadores, como

também da PEC que o Senador Zambiasi levantou aqui para o desde.

Eu encaminharia, mediante a exposição já realizada e a fala dos Senadores, nós daríamos agora 5 minutos para as considerações finais de cada um dos painelistas, se assim entenderem. Quem se sentir já contemplado com o debate, enfim, tem a oportunidade de fazer uma saudação ainda ao plenário e ao Brasil pela nossa TV Senado. Então, eu começaria da mesma forma que iniciamos, em primeiro aqui com o Dr. Adonis Soares.

SR. ADONIS SOARES: Muito obrigado. A consideração final do Sindicato da Indústria do Fumo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é no sentido de que nós nos colocamos à disposição de todos os debates a respeito desse tema. Acreditamos que temos muito a contribuir, tanto no projeto apresentado pelo Senador Zambiasi, como no tema específico desta manhã. E gostaríamos de agradecer, penhoradamente, essa escolhida, essa oportunidade. E também cumprimentar porque esta é uma Casa que sempre soube discutir, distinguir, e, acima de tudo, pelo que a gente deduz saber discernir claramente que por trás dessa questão do tabaco que é produto controvertido há um debate econômico muito sério, há uma discussão, há toda uma dinâmica que precisa ser, muito bem, compreendida. É evidente que ninguém mais do que a indústria e os trabalhadores dessa indústria são os operadoras que podem contribuir com essa discussão.

Muito obrigado, Senador Paim, Senador Zambiasi, os demais painelistas, Senador Mesquita, e, mais uma vez, o nosso muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao Dr. Adonis. E, de imediato, passamos às considerações finais para o Dr. Aristides.

SR. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA: Sr. Presidente, a minha palavra é uma só, é de parabenizá-lo por esta sessão chamada de Audiência Pública que já demonstra o sentido democrático desta Casa e, principalmente, de V. Exa., onde as opiniões contrárias podem ser manifestadas com todo respeito, sem que com isso, sem que dessa divergência, possa surgir mais litígios, mas, sim, procura de soluções. Parece-me que é esse o objetivo principal desta Casa e de V. Exa. que conheço há muito tempo e sei do seu espírito democrático que traduz bem o espírito que esta Casa deve ter e que no final o povo que saia lucrando, de modo que o ético se regozija de estar aqui presente e poder colaborar e continuará colaborando com o aprimoramento das nossas instituições, e no caso específico, colaborar também para que a Legislação a respeito do tema de IPIs sobre cigarros, sobre o fumo possa se aprimorar. É essa a nossa intenção, de modo que, mais uma vez, em nome do ético, parabenizo a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência agradece o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. E, de imediato, passamos a palavra, na mesma seqüência, ao Sr. José Henrique Nunes Barreto para suas considerações finais.

SR. JOSÉ HENRIQUE NUNES BARRETO: Obrigado, Sr. Presidente. Antes, porém, de fazer minhas considerações finais, eu queria fazer um brevíssimo comentário a respeito de uma colocação que o Senador Zambiasi fez em relação ao contrabando.

O Sindifumo de São Paulo hoje entende que o contrabando para ser controlado ou erradicado no Brasil deve ser tratado não só como hoje é tratado como uma questão fiscalista e policialesca, mas, sobretudo, ser tratado como uma questão de Estado. Porque o contrabando se dá, principalmente, entre países fronteiriços onde não existe equalização tributária, ou seja, onde existe um desnível de tributação entre esses países, que é o caso do Paraguai. A tributação do Paraguai é inferior à tributação brasileira mais de 50%, e isso possibilita o contrabando dos produtos paraguaios para o Brasil. Então essa questão do contrabando, Sr. Presidente, tem que ser tratada como uma questão de Estado, principalmente, até porque o Paraguai é um membro do MERCOSUL.

Minhas considerações finais ficam restritas ao agradecimento do Sindifumo por esta oportunidade de fazer as colocações que fez aqui em relação à assimetria tributária e regulatória do IPI que está levando ao encerramento do funcionamento de várias indústrias no Brasil. E a nossa disposição em discutir o aprimoramento dessa Legislação para que haja inclusão e um ambiente de negócios que possibilite a sobrevivência das pequenas nacionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. José Henrique Nunes Barreto. E passo a palavra, de imediato, ao Francisco Luiz de Oliveira para as suas considerações finais.

SR. FRANCISCO LUIZ DE OLIVEIRA: Bom, Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, e dos demais companheiros aqui presentes, senhoras e senhores pela atenção. E essa iniciativa vai ser de extrema importância para nós trabalhadores não só das indústrias, mas do campo que também estão sendo penalizadas por esta situação, essa divergência de tributos.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer pela sua iniciativa por nos acolher nesta Casa. E parabenizar a todos vocês aqui presente por dar esse espaço para a gente poder expor os nossos proble-

mas do nosso setor. Eu agradeço e estou muito grato por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. Francisco Luiz de Oliveira. E, por último, sem antes, naturalmente, registrar sempre a presença conosco do nobre e querido Senador do qual eu tenho enorme respeito pela sua história, pela sua vida, pela sua conduta, pela forma de agir em defesa de todo o povo brasileiro, o Senador Eduardo Suplicy.

Eu vou passar a palavra para o Arthur, mas faço questão depois de ouvir também ainda o Senador Suplicy, porque eu teria ainda que votar outros três requerimentos. Por favor, Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação.

SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO: Obrigado, Senador. Quero cumprimentá-lo e também cumprimentar aqui o Senador Suplicy.

Eu queria aproveitar essas considerações finais para justificar aqui, inclusive, a ausência dos companheiros lá do setor de fumo de santa Catarina, principalmente, Blumenau que não puderam estar presentes nesta audiência, em função, realmente, da situação dramática lá, e quero aqui aproveitar e estender a nossa solidariedade a todo o povo de Santa Catarina.

Senador, quando se discutia a extinção do plantio de fumo aqui no Brasil, eu me lembro que eu fui questionado pela imprensa por que é que eu não defendia a extinção do plantio de fumo no Brasil. E eu dizia o seguinte: se nós eliminarmos todo o plantio de fumo aqui no Brasil, somente nós íamos conseguir ter fumantes desempregados, porque evidente que esse tabaco seria importado de fora e nós ficaríamos, inclusive, com o desemprego aqui. E hoje eu vejo, realmente, que essa situação, eu acho que a questão da conscientização que o tabaco é prejudicial à saúde, e tal, eu acho que isso nós, inclusive, apoiamos e trabalhamos nesse sentido. Mas enquanto é permitido fumar no nosso País, nós temos que trabalhar para que, realmente, esses empregos sejam garantidos, que são aí 40 mil empregos na indústria e mais de 900 mil na parte da lavoura do setor. É uma quantidade significativa de empregos. E, por último, Senador, quero aqui agradecer imensamente pelo empenho de V. Exa. para poder viabilizar esta Audiência Pública, e quero já dizer que nós continuaremos trabalhando, já estamos, inclusive, programando uma audiência. Ainda não tem data certa lá na Comissão da Câmara dos Deputados, inclusive, é o Deputado Tarcísio Zimmermann que está realmente trabalhando para que possamos realizar também uma audiência pública lá na câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Arthur.

Eu vou passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Mas me permita, Senador, só para que eu consulte o plenário se concordam que eu coloque extrapauta dois requerimentos, um requerimento para discutir a situação das aposentadorias especiais dos trabalhadores, numa audiência pública, para aqueles que atuam em áreas consideradas periculosa, penosa e insalubre. Aqueles que concordam que o requerimento seja votado depois da fala do Senador Suplicy, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o segundo requerimento trata simplesmente de nós termos aqui no próximo dia 10 uma reunião para celebrarmos os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, será no dia 11 com a presença de diversos convidados, já previamente discutido nesta Comissão. Entre eles e vai estar conosco nesse dia o Dante Ramon Ledesma que é eu considero a voz mais bonita e mais comprometida com as causas sociais da América Latina. Ele fará aqui uma palestra porque tem toda uma história, todo um potencial em relação à situação do nosso Continente, principalmente, a América Latina. Aqueles que concordam que eu coloque extrapauta o requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Votarei antes de encerrar esta Sessão, passando a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos por ter trazido aqui os representantes Francisco Luiz Oliveira, os representante dos trabalhadores na indústria de fumo, e trabalhadores na agricultura, também tanto o Sr. Arthur Bueno de Camargo, o Sr. José Henrique Nunes Barreto que é de São Paulo, e o Sr. Adonis Soares, Diretor do Sindicato de Tabaco, e também saúdo a presença do nosso querido Ministro Aristides Junqueira Oliveira que aqui representa o Conselho Consultivo da Ética. E quero cumprimentá-lo porque constitui uma oportunidade para o Senado Federal e todos nós conhecermos estas preocupações com respeito à saúde de todos que trabalham tanto na agricultura, quanto na indústria relacionada ao tabaco. Sim, nós temos uma preocupação que é comum de todos os brasileiros hoje no Congresso Nacional, relativamente a como estar trazendo à consciência de todos nós sobre os efeitos do fumo, do tabaco para a saúde.

Mas conforme aqui salientaram, e o senhor acabou de nos dizer, enquanto houver pessoas que fumam, é melhor que haja então a produção nacional e com os devidos cuidados para a saúde dos trabalhadores

e sempre informando às pessoas que não convém fumar. Eu, por exemplo, preferi, depois de ter experimentado na adolescência, alguns cigarros, como normalmente fazemos todos, mas eu preferi não estar fumando cigarros ou charutos e assim recomendo aos meus filhos e aos meus netos; agora são cinco. Então são pequenos, ainda não chegaram a idade de experimentar. Mas uma vez havendo a sua produção na agricultura e na indústria tão importante que os cuidados aqui trazidos e recomendações dos senhores sejam sempre atendidas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou aproveitar, Senador Suplicy, para, de imediato, depois da sua fala botar em votação os dois requerimentos. Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar dos 60 anos da Convenção universal dos Direitos Humanos e da Comissão de Legislação Participativa, biênio 2007/2008 com reflexo nos grupos de minoria. Para tanto gostaria que fossem convidados Dante Ramon, Norma Beatriz e Maximiliano, e entidades ligadas aos direitos humanos e outras a serem definidas pela própria comissão. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento, aproveitando a presença já do Senador Virginio de Carvalho aqui conosco, que diz: com fundamento no disposto do art. 58, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a debater a questão da segurança de vida periculosidade, penosidade e insalubridade, com reflexo nas aposentadorias dos trabalhadores. Para tanto gostaria que fossem convidados o representantes da Associação nacional dos Aposentados, representantes das Centrais, das Confederações de empregados e empregadores, representante do Governo Federal, representante do Conselho Nacional da OAB e outras a serem definidas por esta Comissão. É discutir a questão da aposentadoria especial. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Com a aprovação destes dois requerimentos aprovados nesta Sessão, tanto o da periculosidade, como esse que trata da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ambos aprovados, nós vamos encerrar esta Audiência Pública, primeiro agradecendo a todos os nossos convidados, aos painelistas, aos que estiveram também no plenário assistindo a esse debate, e, com certeza absoluta, as contribuições que eu recebi aqui por escrito, vão contribuir muito para essa questão do IPI e a questão do tabaco no nosso País, e com toda a sua repercussão tanto na era do trabalhador como do empregador, e, naturalmente, a questão do emprego e da saúde, tudo será levado em consideração.

Cumprimos mais uma missão. Esse foi um pedido feito pelos trabalhadores de todo o País, e também por parte dos empresários houve também essa solicitação. Assim nós encerramos a presente Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h04.

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE DEZEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Paulo Duque e Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 87, de 2008 - CDH, aprovado em 27/11/2008, com vistas a debater a situação de segurança de vida (periculosidade, penosidade e insalubridade) com reflexos nas aposentadorias dos Trabalhadores. Autor: Senador Paulo Paim. Convidados que comparecem: Vilmar Lourenço, Advogado; Valdemir Estran, Presidente do Sindiconstrupolo/RS; João Trevisam, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral –CNTSM; José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Raimundo Ribeiro Santos Filho - Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada no Estado do Paraná; Edson Guilherme Haubert - Presidente da MOSAP - Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas; Luis Gonçalves, Presidente da Nova Central – SP; e Luiz Tenório de Lima, representante da Federação Nacional dos Frentistas. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Audiência Pública, Item Único: "Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 87, de 2008, da CDH, desse Senador, aprovado em 27 de agosto de 2008, com vistas a debater a situação de segurança de vida (periculosidade, penosidade e insalubridade) com reflexos, inclusive, nas aposentadorias dos trabalhadores". Para essa Audiência Pública nós convidamos para a primeira Mesa, e à medida que eu for já chamando eu pediria que os cinco primeiros convidados se dirigissem aqui já para tomar os seus assentos. Eu ia dizer que o meu amigo, olha a informalidade [risos], o pior é que ele é meu amigo mesmo, mas o meu amigo da minha cidade, que é Presidente do Sindiconstrupolo do Rio Grande do Sul, Valdemir Estran, Presidente da entidade, por gentileza. Convidamos também o Sr. Milton Cézar Ribeiro da Silva. Está presente? Convidamos ainda José Antonaci... Nós fizemos aqui um entendimento, porque eu vi aqui que estavam os mesmos nomes. Então ficaria o Presidente aqui e o Vilmar Lourenço, que foi o meu convidado lá num debate que nós tivemos. Tu estava aqui, Vilmar, tu estava certo, é que tinham outros companheiros aqui, conforme o Valdemir, os outros companheiros que querem também falar sobre o tema vão ter a oportunidade, são também da sua base. Eu convido também o José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Convido também João Trevisan, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM). E, representando a CUT, convidamos o Raimundo, que é Presidente da Central Única do Paraná, é isso? Quem é que vem para a Mesa, quem é que vai falar sobre o tema. Vocês dois que decidem aí. Então o seu nome é?

SR. RAIMUNDO RIBEIRO SANTOS FILHO: Raimundo

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Raimundo, então está certo, só que não é o Presidente, não é Raimundo?

SR. RAIMUNDO RIBEIRO SANTOS FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem vindo.

SR. RAIMUNDO RIBEIRO SANTOS FILHO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nós vamos fazer essa primeira Mesa sem prejuízo de uma segunda Mesa com outros convidados que já estão, inclusive, alguns no Plenário. Cada painelista vai ter o tempo de dez minutos, com mais cinco, mas nada aqui é rígido, se necessário terão mais cinco minutos.

Quem é que começa? Nós começamos então com o Vilmar Lourenço. O Vilmar Lourenço é Advogado, eu participei de um debate lá no Rio Grande do Sul sobre esse tema e, na minha avaliação, ele fez uma bela exposição, e eu achei, baseado na sua experiência, no dia-a-dia, advogando essas causas, eu achei interessante que ele fizesse então um depoimento aqui que, depois, está liberado inclusive para o debate com os companheiros do Plenário.

Antes, Vilmar, de você começar, eu queria cumprimentar a todos, inclusive o grande ato público que tivemos aqui em Brasília hoje pela manhã, promovido pelas Centrais Sindicais, eu acho que em torno de vinte mil trabalhadores estavam aí. Eu me comprometi de levar o Presidente Garibaldi, quero dizer que o Presidente Garibaldi só não esteve lá comigo porque ele estava numa outra atividade com o Presidente da República. E eu, então, que tinha me comprometido a levar o Presidente, aí quando eu consegui chegar lá o ato estava terminando, mas o pessoal anunciou lá o meu apoio ao ato, e hoje ainda, em torno de dezesseis horas, os Presidentes das Centrais estarão comigo e eu irei com eles até o Presidente Garibaldi, onde eles apresentarão uma pauta de reivindicação do movimento sindical.

Informo também, para o conhecimento de todos, que nós tivemos ontem aqui a Terceira Vigília. Começou às seis da tarde, terminou às seis da manhã. Eu não dormi ainda, mas faz parte da peleia, como a gente fala lá no Rio Grande, mas foi uma boa vigília, fortalecendo aqueles três Projetos que vocês conhecem: o Projeto que quer garantir que o aposentado volte a receber o número de salários mínimos que ele recebia na época que se aposentou, que é o nº 58, o nº 296, que é o fim do fator previdenciário, e o nº 42, que na Câmara leva o nº 1, que é aquele que leva o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo também para os aposentados. Os três Projetos conseguimos aprovar aqui no Senado por unanimidade e os três Projetos agora estão na Câmara dos Deputados. Então a pressão agora para a aprovação desses Projetos deve ser feita lá na Câmara dos Deputados. Isso não quer

dizer que a gente não estará participando ativamente das mobilizações em todo o país. Nesta sexta-feira à tarde eu estarei em São Paulo, na Baixada Santista, onde a cidade vai parar por duas horas em apoio aos três Projetos, depois teremos um ato público em frente à Prefeitura de Santos.

Eu quero, mais uma vez, afirmar que embora às vezes saia uma notinha meio confusa na imprensa, e também não estou criticando a imprensa, que esses três Projetos não são contra ninguém. São a favor dos aposentados e daqueles que um dia sonham em se aposentar, que são cerca de quarenta milhões de trabalhadores que estão na ativa, que daí não teriam mais o redutor de 40%, que é do fator previdenciário. Nós temos o maior respeito pelo Presidente Lula, agora entendemos que o Legislativo tem toda a obrigação de apresentar sua pauta, votar a sua pauta e, naturalmente, buscaremos entendimento no Executivo para evitar o veto, se nós conseguimos fazer com que esses três Projetos sejam aprovados.

Vamos à nossa Audiência do dia de hoje, sem prejuízo, como já me procuraram outros companheiros, de que no momento que as vigílias, talvez tenha mais um na Câmara, terminar aqui dentro, a gente vai começar a fazer esse debate nas capitais.

Passo a palavra então, por dez minutos, com mais cinco, e com a tolerância da Mesa, ao advogado Vilmar Lourenço para falar sobre o tema.

SR. VILMAR LOURENÇO: Muito boa tarde Senador Paim, boa tarde aos demais componentes da Mesa e a toda a "companheirada" presente.

Eu quero trazer aqui um pouco da prática do exercício da advocacia, onde a gente constata no dia-a-dia que nem sempre aquilo que é legislado, nem sempre aquele fato social que é regulamentado e transformado em Lei, nem sempre é praticado, e muitas vezes praticado de forma distorcida.

Elegi alguns temos dos mais conflitantes no exercício da advocacia na busca de resgatar direitos de trabalhadores quando da inativação. Entre eles, a conversão por exposição ao agente agressivo, ruído com intensidade acima de 85 decibéis, a conversão de tempo de serviço para fins da comprovação de aposentadoria, diversas divergências de datas e a emissão de documentos, como se fazer a prova dessa exposição quando se trata de empresa falida.

Vamos ao primeiro ponto aqui. A conversão ao agente agressivo acima de 85 decibéis, hoje vigente em decorrência de um Decreto editado em 2003 pelo Presidente Lula, ele gerou bastante conflito, porque a legislação dizia que bastava ser acima de 80 decibéis, até 6 de março de 1997, quando o Decreto 2.172 passou a exigir acima de 90 decibéis, dificultando bastante a compreensão disso aí. Aí em novembro de 2003 baixa-se para 85, isso para fins previdenciários, quando já em 1978 bastava acima de 85 para fins de direitos do trabalho. Então criou-se toda essa confusão aí e alguns Juízes hoje aplicam o 85, acima de 80 até março de 1997, e 85 decibéis, que é o Decreto do Lula, do Presidente Lula, eles aplicam retroativo a 6 de março de 1997, isso no Tribunal do Rio Grande do Sul e em outros Tribunais. Quando se vai para a Junta Recursal, que trata-se de Juizados Especiais Previdenciários, já não se aplica essa mesma regra e aí você não tem nem como estabelecer um recurso, não temos a figura do agravo e nem a do recurso especial. Então eu levanto esse tema aqui para que seja discutida uma norma e que seja regulamentado definitivamente, ou acima de 80 decibéis ou acima de 85, porque não é possível mais que no Tribunal do Rio Grande do Sul esteja se aplicando até 80 decibéis, acima de 80 decibéis até 1997, e de lá para cá 85, aplica-se retroativo o Decreto do Presidente Lula para beneficiar. E aí você passa num prédio a um cinqüenta metros, a Turma Recursal, que é o nível de Segundo Grau para fins de Juizado Especial, já não aplica a mesma regra. Para fins do INSS, então a coisa é mais complicada, porque lá o setor que analisa a documentação para aposentadoria segue à risca: acima de 80, acima de 90, depois baixa para acima de 85. É bastante complicado isso aí quando os próprios Tribunais não estão se entendendo. Então eu acho que tem que se legislar de forma urgente padronizando a aplicação dessa norma, sob pena de se cometer muitas injustiças aí face as diferentes interpretações.

Conversão da atividade. Em 1998, 28 de maio de 1998, acabou-se a possibilidade de conversão da atividade insalubre para as aposentadorias por tempo de contribuição, aquelas onde o cara pode misturar o tempo comum com o especial, com o auxílio-doença, com o auxílio-acidente, todas as formas de contribuição, contribuição em carnês e por aí afora. Então aquilo que é especial, aquilo que é a prova da insalubridade, acrescenta-se 40%. Em 28 de maio de 1998 o Governo edita uma norma e elimina-se a possibilidade de conversão para esse tipo de aposentadoria. E depois vem ser regulamentado no Decreto 3.048, de novembro de 1999. Permanece a possibilidade de conversão para essas, mas para as aposentadorias especiais não, aí vale a insalubridade. Eu cito um exemplo estarem: dois irmãos gêmeos trabalham juntos numa área determinada, fazem a mesma atividade insalubre, e um deles sai dali e vai para um setor não insalubre e o outro permanece. Aquele irmão gêmeo não vai contar especial. O que permaneceu exposto vinte e cinco anos sob a exposição de agente agressivo, ele consegue se apo-

sentar com uma aposentadoria especial. O outro não pode ser beneficiado dos 40% previsto para períodos trabalhados posterior a 28 de maio de 1998. Então é uma situação bastante complicada. Também entendo que tem que haver uma unificação dessa regra, seja na via administrativa, através de uma Instrução Normativa, através de uma Ordem de Serviço de competência do Departamento do Seguro Social.

E o terceiro ponto, senhores, esse é mais crítico, porque ele ofende norma constitucional e norma ordinária. Como se fazer a prova para fins do benefício da exposição à atividade insalubre? Tem que se fazer uma prova declaratória, onde a empresa tem que emitir um documento chamado, já teve diversos nomes, DIES(F) 8030, DSS 8030, SB 40, DIRBEN 8030, hoje chamado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário. Só que quando se trata de empresa falida, quem é que passa a representar o espólio? O síndico. Mas o síndico pega normalmente um Advogado, indicado pelo Judiciário, ele pega o que consegue resgatar de documentos. Maldosamente muitas das empresas destroem a sua documentação ou até mesmo não tinham os Laudos de Impacto Ambiental. Então o sindicato pega o quê? Pega a sucata para vender o resto e tentar pagar o que sobrou da empresa. Ele não preenche porque não tem documentação ou porque não tem conhecimento ou sabe se lá porque motivo. Resta a quem buscar essa prova declaratória? Aí nós vamos lá no art. 513, alínea "a", da CLT, ou no art. 8°, inciso III, da Constituição Federal: está dentre as competências dos sindicatos a possibilidade de representar, a legitimidade para representar, ativa e passivamente, judicial ou administrativamente, os membros da categoria. Aí a gente instrui o empregado na eminência de se aposentar a buscar, quando não se tem mais ninguém para emitir esse documento, que vá até ao sindicato. Grande parte dos sindicatos do Rio Grande do Sul estavam preenchendo essa documentação com que conhecimento, quando não se tem o documento? Com o grande conhecimento que se tem no chão da fábrica, com muito mais legitimidade que o síndico que foi indicado após a empresa encerrar as suas atividades, porque nunca, muitas vezes o síndico não sabe nem o endereço da empresa. Então nada mais justo que o sindicalista tenha e tem, está ela Lei, essa legitimidade para emitir essa documentação. O INSS não aceita a documentação. Não contente com a não aceitação, passou a visitar entidades sindicais e a orientar: "Não preencham porque não é tua competência, vai ser responsabilizado na justiça por teu ato". Muitos sindicalistas, por desconhecimento da sua própria legitimidade, da sua própria competência, deixaram de emitir isso. Eu até tenho aqui um documento onde o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Porto Alegre, entre outros, me informa que acontece isso, deixa de assinar a documentação porque foram coagidos pelo INSS a não assinarem. Uma afronta total. Tanto a Delegacia Regional do Trabalho quanto o INSS, entes constitutivos do aparelho estatal fiscal, não se fizeram presentes quando a empresa estava ativa. Depois de inativa, passam a coagir as entidades, legítimas a representar os empregados [soa a campainha], para que não façam. Usam o mesmo fato para lesar duas vezes o trabalhador: primeiro porque não estiveram lá fiscalizando as reais condições de trabalho e agora para não deixar que quem de fato conhece o chão de fábrica emita esse documento. Então trago à baila esse assunto para uma discussão e, se possível, que se leve à elaboração de algum mecanismo de Lei, seja na via administrativa... Na via jurídica entendo que não, porque já temos um mecanismo constitucional e a CLT, eu acho que a questão é de se tratar junto aos órgãos competentes do INSS porque se valide e que se oriente através das Centrais Sindicais e dos Sindicatos a passarem a assumir o seu papel de representantes dos trabalhadores e passem a emitir embasando aquelas declarações no seu conhecimento de chão de fábrica.

Tenho aqui mais uns pontos, companheiro Paim, companheiro Senador Paim. Todo dia aparece lá no nosso escritório pessoas idosas que chegam e falam: "Eu fiz sessenta anos", o homem, "Eu fiz sessenta e cinco, eu quero me aposentar". A Lei tem aí em torno de vinte anos, devo aumentar, uns dezessete anos, e não foi divulgado. Foi divulgado que o brasileiro tem como benefício direito à aposentadoria por tempo de serviço, especial e por idade. Aí o cidadão que já está patinando, a vida inteira patinando, passando necessidade, deixa de contribuir e aguarda a velhice para se aposentar. Não é verdade, tem que ter contribuição e aí é tarde demais, porque aí, se ele começar a contribuir faltando muito, ele talvez nem tenha tempo de cumprir a carência. O que é que eu trago aqui? Que se faça uma divulgação maciça, no horário nobre, para orientar a população que o único benefício gratuito pago pelo INSS é o amparo assistencial ao idoso e ao deficiente, e mesmo assim ele é muito restrito, porque é limitado a ¼ do salário mínimo. Mas será que é isso que nós queremos aos nossos velhos? Que envelheçam ignorantes e necessitados, mendigos, para lá irem resgatar um salário mínimo e ter que provar que a renda per capta não é superior a ¼ do salário mínimo? Eu acho que tem que divulgar. O pessoal eu acho que nem se nega a contribuir, é comum dizer: "Mas eu não sabia, se eu soubesse, eu tinha contribuído". Isso aparece

mais de uma dúzia de casos por dia nos nossos escritórios. Trago esse assunto também.

Bom, quanto ao fator previdenciário, o fator previdenciário que é o grande foco desta vigília e desta Audiência Pública, não resta mais nada a falar, o companheiro Paim já vem divulgando há muito tempo isso aqui, um trabalho exemplar, muito bem sabido devido às divulgações lá no Rio Grande do Sul.

O que eu tenho a dizer então são essas situações aqui, poderemos levar a um debate, eu não sei qual será o mecanismo que será adotado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Num segundo momento.

SR. VILMAR LOURENÇO: Num segundo momento. Então isso eu trago isso em forma de denúncia do que vem acontecendo dentro do INSS, para que depois nos debates a gente possa tirar alguma posição do que possa ser feito. Era isso que eu tinha a dizer.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Vilmar foi direto, objetivo, fez o resumo e, com certeza, eu peço que ele deixe inclusive com a Comissão depois o documento que pautou a sua palestra para que a gente possa usar como contribuição, inclusive, para a legislação, ou mesmo para encaminhar para o Ministério correspondente em matéria de norma interna.

Já que o Vilmar falou em fator, eu que tenho falado tanto do fator, eu queria só dar um alerta, se me permitirem: não esqueçam aqueles que já ouviram essa... como alguém já disse aqui, o canto da sereia, o canto de Helena, "Não, vocês não devem trocar o fator por idade". Estão faltando com a verdade. A idade já está dentro do fator, só que a idade dentro do fator hoje é mais ou menos 64 anos, está embutido dentro do fator, e a idade que nós estamos discutindo na PEC nº 21, na PEC nº 10, que eu apresentei, é 51, e para o servidor, na transição, é 53. Então quando alguém diz para vocês: "Não, vão querer trocar seis por meia dúzia", isso não é verdade, porque no fator previdenciário já está embutido uma idade mínima de em torno de 64 anos, só que as pessoas não sabem que para calcular o fator é idade, é tempo de contribuição e expectativa de vida [soa a campainha], por isso que dá esse redutor de 40%.

Então isso tem que ficar claro para aqueles que por ventura ainda não entenderem. Eu quero dizer que nem todos são obrigados a entender, porque a composição para o cálculo do fator, o cara tem que ser quase um engenheiro, tem que ser no mínimo um matemático, exatamente, para ser bom de cálculo. Se eu mostrar essa tabela aqui, eu acho que 90% o camarada não consegue fazer o cálculo, que é fator vezes "X", vezes "Y", reduz, divide por dois e tal, enfim, mas ali está embutido já uma idade, pela idéia do IBGE publicada ontem, que fica próximo a 64 anos. 64 anos, nem o servidor daqui há 35 terá. Para o servidor hoje a regra de transição é 52, ali é claro que tem alguns parâmetros, e para quem entrar no sistema agora, que vai resultar daqui há 30 anos, é 55 e 60, só para se ter uma idéia de quanto que é perverso o tal de fator, que alguns ainda têm dúvida se nós devíamos de fato derrubá-lo ou não. Quem tiver alguma dúvida, claro, a Mesa depois, não só eu, explica.

Passo a palavra de imediato ao Valdemir Estran para que faça as suas considerações sobre os temas que envolvem os trabalhadores.

SR. VALDEMIR ESTRAN: Boa tarde Paim, Presidente da Mesa, demais integrantes da Mesa, companheiros, trabalhadores que compõem a nossa—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, antes de eu me virar aqui, aqui um cantar que todos nós... É do nosso tempo, é do meu tempo, que é o Pery Ribeiro, uma salva de palmas, que veio aqui nos visitar e dar um abraço [palmas].

SR. PERY RIBEIRO: Nós estamos fazendo um trabalho hoje, um show, pelos cinqüenta anos da Bossa Nova aqui na Sala Ulisses Guimarães [palmas] e eu pedi inclusive para a assessora da Senadora Ada Mello para que me trouxesse aqui porque eu gostaria, de todos os políticos desse conglomerado maravilhoso, só existia um político que eu gostaria de dar um abraço pessoalmente, um abraço realmente afetuoso pelo que esse homem vem lutando e trabalhando pela aposentadoria nossa no mundo inteiro. E gostaria muito, mas muito, de que ele pudesse saber de que é simplesmente e puramente um artista brasileiro que lhe dá esse profundo abraço em reconhecimento ao seu trabalho. Muito obrigado [palmas].

SR. VALDEMIR ESTRAN: Bom, boa tarde senhores e senhoras. Não vou me ater aqui às questões legais, porque o meu companheiro Vilmar fez uma grande exposição e trouxe realmente o que vem preocupando não só a nossa categoria, os trabalhadores ligados à construção, montagem e manutenção das áreas petroquímicas, mas também os trabalhadores dos mais diversos segmentos, que a gente, nós trabalhamos, pelo menos fomos criados dessa forma, no sentido de que a gente possa estar num ambiente de trabalho bom e que a gente tenha na nossa velhice, vamos dizer, uma aposentadoria também em condições de suprir as nossas necessidades.

Eu estava vendo agora, falando sobre a questão da expectativa de vida, me parece que o último relatório tratou, disse que a expectativa de vida hoje do brasileiro é 72 anos e alguma coisa. Mas se a gente

pensar que esse trabalhador vive dentro de um chão de fábrica levantando cinco, seis horas da manhã, trabalhando de dez a doze horas, porque os salários, o salário das oito horas não comporta, não consegue prover a sua família, nós chegamos à conclusão de que esse companheiro também, na medida em que ele vá se aposentar, quando ele pensar em se aposentar, ele já está gastando todos os seus recursos que têm com médicos, com remédio e assim por diante.

E a gente tem que fazer essa discussão hoje, começar a trabalhar ela, eu acho importante, porque nós hoje, trabalhadores, nós vivemos sim num ambiente insalubre, vivemos num ambiente de periculosidade, aí cito os companheiros de barragem, cito os companheiros da área petroquímica e de outros setores, e também de penosidade, e nós temos que definir esses conceitos e de que forma a gente vai poder realmente dizer que um trabalhador possa se aposentar aos vinte e cinco anos de trabalho, coisa que não é possível mais, e que nós promovemos um debate com o Paim na nossa entidade justamente para a gente trazer essas questões e provocar e agradecer ao mesmo tempo o Paim por ter convocado essa Sessão para que a gente comece, então, a desenvolver uma discussão sobre isso, sobre as reais condições hoje que estão submetidos os nossos trabalhadores, porque eu quero crer e a gente tem ouvido isso dentro das áreas de trabalho, dos trabalhadores, que as pessoas que determinam dentro do INSS ou que as pessoas que pensaram, determinaram o período que o trabalhador vá se aposentar, ele não conhece a realidade, não conhece a realidade que está colocada, que sempre nesse país foi colocada aos trabalhadores. E cada vez mais hoje e cada vez mais nós temos equipamentos sim de proteção, equipamentos de proteção individual, equipamentos, mas que não garantem a nossa segurança, equipamentos que não garantem a nossa segurança e que não garantem a nossa saúde, principalmente no setor, que principalmente que eu convivo mais, nas áreas petroquímicas e PETROBRAS, de petróleo, muitos companheiros que a gente conheceu, que estava há três, quatro anos de se aposentar, quando a gente vai saber da aposentadoria esse companheiro já está morto. Ele está morto porque ele foi intoxicado por algum produto químico, produtos cancerígenos.

Então o que nos traz aqui realmente é isso, que a gente possa começar a esse grande debate e definir claramente quem são hoje, quem são as pessoas que estão trabalhando, quem são as pessoas que estão construindo esse país, que estão gerando riqueza para esse país e em que condições elas estão vivendo hoje, em que condições elas estão vivendo dentro das empresas, que pressões que elas são submetidas, e aí não precisa ser o companheiro que trabalha na construção civil, que bate o martelete, mas aquele companheiro também que está acionando um equipamento, acionando uma máquina lá dentro, ele também está sob stress, ele também está sob situação penosa, ele também está subordinado, está sujeito a situações de periculosidade e ele também sofre a questão da insalubridade, seja pelo pó, seja pelos produtos químicos, enfim, e pela própria pressão hoje que a sociedade está impondo a nós, que os meios de produção cada vez mais estão impondo a nós, cada vez mais se tira trabalhadores e cada vez mais se impõe mais obrigações, mais tarefas a esse trabalhador que leva ele fatalmente ao stress, à fadiga e a cometer, muitas vezes, e a cometer e a sofrer acidente de trabalho justamente por isso que está colocado.

Então nesse sentido, eu não quero me alongar, eu acho que o companheiro Vilmar trouxe para a nossa discussão vários temas, trouxe a legislação, para nós fazermos esse debate, e a gente, nós trazemos aqui, enquanto Presidente do Sindicato, enquanto representante de uma categoria, um pouco da experiência e um pouco da preocupação que a gente tem visto, que os nossos trabalhadores nos passam dentro das áreas trabalhadas, e também o sentimento que a gente tem ao saber que, num determinado dia a gente procura o companheiro, "Olha, esse companheiro, infelizmente, ele partiu, ele não chegou a se aposentar porque ele partiu, porque morreu vitimado do câncer ou morreu vítima de um acidente de trabalho" - e assim por diante, e isso tem acontecido não só no Rio Grande do Sul, mas certamente em todo o Brasil. Companheiros que estão na Mesa aqui comigo também poderão trazer essa discussão e esses depoimentos.

Recentemente nós tivemos em São Paulo, tivemos um Congresso também da nossa categoria em Minas Gerais, e vimos os mais diversos depoimentos de trabalhadores que estão em locais mais longínquos e que o INSS, que o Ministério do Trabalho não chega, os companheiros estão sofrendo de doenças, estão morrendo, não são fiscalizados, e ao mesmo tempo a gente, nós enquanto sindicalistas, diretores, representantes desses trabalhadores, recebemos em nossos sindicatos pessoas vinculadas ao INSS nos proibindo de representar o trabalhador, nos proibindo de dizer, de justificar aonde esse trabalhador trabalha e em que condições ele estava trabalhando para que ele possa requerer a sua aposentadoria.

E não só essa questão, mas aproveitando, Paim, a outra questão também é sobre o próprio Ministério Público hoje, que muitas vezes ao invés de visitar as empresas que nós denunciamos, correr atrás dos problemas denunciados pelos sindicalistas, eles vem até

ao sindicato, nos chamam para impor determinadas regras nós, dizer como nós temos que agir. Diga-se de passagem a questão que nós estamos discutindo, que está sendo discutida nessa Casa, está sendo discutida no Brasil inteiro, que é a questão das contribuições assistenciais, que é a questão do imposto sindical e tantas outras coisas que a gente tem que debater por esse Brasil afora e para os trabalhadores e fazer com que se mude um pouco essa desigualdade, se cabe um pouco com esse... o termo me fugiu agora.

Mas, enfim, mas eu estou aqui com esse objetivo de a gente procurar fazer esse debate e pedir ao companheiro Paim, como nós já fizemos no Rio Grande do Sul, que seja o nosso porta-voz nessa discussão, que apresente projetos nesse sentido para que a gente possa, então, acabar com essa... é... Desculpe, eu estou meio emocionado, enfim, que a gente, lembrando de fatos assim que ocorreram na nossa vinda para cá.

Mas é isso, nós estamos aí e pedindo o apoio de todo mundo para que a gente possa realmente buscar saídas que resolvam os problemas dos trabalhadores e, certamente, tem que ser por nós, por quem conhece, pelos trabalhadores, e por pessoas, por Senadores, parlamentares como o Paim. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradeço ao Vladimir Estran, Presidente do Sindiconstrupolo do Rio Grande do Sul, e passamos a palavra ao João Trevisan. O João Trevisan é o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral.

SR. JOÃO TREVISAN: Boa tarde a todos, boa tarde ao Senador Paulo Paim, e relembrando que, se não me engano, foi em 1981, no 5º Congresso da Juventude Operária Católica, na PUC, que eu tive o prazer de conhecer o companheiro Paim, já faz alguns anos, mas a gente está na luta e é muito bom saber que os caminhos que traçaram aí, a luta na época da juventude e hoje a gente discutindo aposentadoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu lembro que eu fui falar sobre o movimento sindical.

SR. JOÃO TREVISAN: Exatamente, e que na época ainda tínhamos medo de fazer as nossas atividades em ambientes abertos. Fizemos lá na PUC, de São Paulo, e hoje a gente vê uma manifestação como essa, colorida, muito colorida, eu não pude caminhar a manifestação toda porque estou em recuperação de uma cirurgia, mas me emocionei várias vezes em olhar o colorido que dá unidade dos trabalhadores na luta e na prática, diminuindo algumas quirelas políticas que a gente muitas vezes briga, e essa luta hoje, foi emocionante eu poder estar assistindo isso depois de muitos anos aí de luta.

Mas falando de mineração, a gente sempre gosta de chamar a atenção dos companheiros que quando a gente fala de mineração, eu gosto de trazer a mineração para o local que a gente está, e lembrar que todos nós estamos dentro de uma caixa de minério nesse momento. Toda essa sala aqui, inclusive a madeira que está na sala, ela tem minério, seja no plantio dessa madeira, que precisa do reparo de solo do minério, ou seja no verniz ou na pintura que está nessa madeira. Então aqui, em todos os lugares que você olhar, tem mineral, para a gente não imaginar o resultado do nosso trabalho lá no local onde nós trabalhamos, seja na mina ou na fábrica ou na estrada, no transporte ou na obra, mas trazer ela para o nosso momento, para poder avaliar o quanto é valoroso o nosso trabalho.

Na questão específica dos trabalhadores mineiros, nós temos um problema muito grande grave aqui no Brasil. Ultimamente eu tenho visto e analisado que nós, trabalhadores do setor mineral, somos trabalhadores de segunda classe. A gente está sempre em segundo plano. Ou quando você pergunta se alguém conhece de mineração, ninguém conhece de mineração, ninguém sabe onde tem mineração, a ponto de o Estado de São Paulo ser o segundo Estado minerador do país e os paulistas não saberem que tem mineração no Estado de São Paulo. Então é uma situação complicada para os trabalhadores do setor mineral. Por exemplo, esse ano nós já ultrapassamos vinte acidentes fatais na mineração e você não viu ninguém divulgar as mortes da mineração. Só no Estado do Espírito Santo, na extração de mármore e granito, aquele mármore bonito que a gente põe no piso da nossa casa, que a gente faz a pia bonita, a cozinha bonita, só ali morreram onze companheiros acidentados, fora as doenças profissionais.

Nós temos uma avaliação que na questão da silicose, não só da nossa categoria, mas juntando todas as categorias, segundo a FUNDACENTRO, nós temos seis milhões de trabalhadores expostos à silicose, e na nossa categoria a gente tem em torno de quase novecentos mil trabalhadores expostos, e em torno de 20% desses companheiros estão contaminados. Hoje mesmo passávamos aqui no Ministério de Minas e Energia, falando com o companheiro José Carlos do Valle, que hoje tem um Departamento de Saúde e Segurança específico da mineração, o companheiro disse o seguinte: que na Região do Seridó, o Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores de Extração de Caulim, com 34 anos, está condenado à morte pela silicose.

Não precisamos citar que a mineração, a periculosidade e a penosidade, sem contar, gente, o amianto, e aqui só para saber a questão do companheiro que questionou a questão do amante, nós temos aqui cinco trabalhadores da empresa de amianto, inclusive eu, estão aqui os quatro companheiros e eu que somos trabalhadores da SAMA, extração de amianto, que é um dos produtos aí que está na grande mídia do dia-a-dia, que também é cancerígeno, mas, porém, nós temos hoje em torno de quase duzentos mil trabalhadores mineiros com silicose, duzentos mil, que é um número assim assustador e nós não temos uma campanha tão forte como tem na questão do amianto. Então nós não podemos entrar só no discurso economicista, na disputa do mercado, mas temos que ver realmente onde que estão morrendo mais companheiros, porque hoje nós já temos um controle forte sobre o amianto, mas a silicose está solta e matando e a gente não consegue controlar.

Falando na questão da penosidade, o mineiro, antes de entrar na mina ele já está sendo penalizado, porque só o equipamento de segurança que ele tem que usar para entrar na mina subterrânea já é penoso. Só o equipamento, ultrapassa dez quilos de equipamento para ele poder entrar na mina, e ele ficar lá embaixo da mina, com aquele equipamento todo, durante oito horas por dia. E nós não conseguimos aposentar porque a previdência diz o seguinte: "Ele tem lá equipamento de segurança, está tudo sob controle", tanto que nós temos companheiros hoje na mina de amianto com trinta e dois anos de mina e a previdência não aposenta. Nós temos companheiros em minas subterrâneas que o período é quinze anos, ele tem em torno de doze anos fora da mina e catorze anos dentro da mina e não consegue aposentar enquanto não completar os quinze anos lá embaixo.

E aí a previdência vem discutindo a questão que é um problema seriíssimo para nós, que é o limite de tolerância. O companheiro ali estava falando sobre a questão de ruído. Não dá para você discutir limite de tolerância em uma mina, seja ela a céu aberto, seja ela subterrânea, porque além dos equipamentos que você tem que usar, a questão da tensão, do ato perigoso que você está ali enfrentando, ele é uma coisa assim assustadora. Quando você coloca um ou dois trabalhadores trabalhando a mais de um quilômetro de distância numa mina subterrânea, só os dois lá, só essa tensão de você estar no útero da terra tirando a riqueza para sustentar a qualidade de vida do seu povo e sabendo que ali você não tem segurança alguma, a qualquer momento pode desmoronar, a qualquer momento o barranco pode cair em cima de você, a qualquer momento pode cair uma pedra de quarenta toneladas em cima de você, como a gente tem várias fotos aí dos companheiros do mármore e do granito. Esta é a situação e aí a gente não consegue aposentar os companheiros. Tem a Comissão aí da Previdência, que está lá o Lino, que está o Remi, que foram companheiros da CUT, que estão lá coordenando, tudo bem, a questão dos mineiros, mas não sai do papel, a coisa não caminho, é um grande problema para nós, e aí uma simples Portaria da previdência ultrapassa a Lei maior do país, que é a Constituição Federal. Não dá para aceitar que a Constituição Federal diz uma coisa e o Ministro, os técnicos da previdência, soltam lá uma Portaria e acabam com o que está escrito na Lei. É uma coisa assim inaceitável o que está acontecendo com os nossos companheiros do setor mineral.

Eu acho que não é só do setor mineral, mas específico para nós, porque a gente tem dificuldade de ter, inclusive, valorização, e aqui não vou também criticar só o Governo ou só os empresários, que têm grande responsabilidade nisso, mas nós também do movimento sindical. É uma dificuldade para os nossos companheiros, dos nossos pequenos sindicatos, ter espaço nas centrais sindicais. A gente tem vários sindicatos nossos filiados a Centrais, eu estou vendo aqui que tem vários companheiros de várias Centrais, a gente consegue um espaçozinho muito pequeninho e as pessoas lá não dão a mínima valorização. Só que não vamos esquecer que sem o mineiro não tem químico, não tem metalúrgico, não tem transporte, não tem agricultura. Todas as categorias precisam do produto mineral e a gente não ganha espaço. Não ganha espaço em todos os sentidos, porque aqui no Ministério de Minas e Energia, você abre a página do Ministério, a PETROBRAS tem uma página desse tamanho, Energia desse tamanho e quando fala de Mina é uma coisa pequenininha que não diz quase nada. É muito complicado.

Olha, hoje a pressão que a gente sofre, a crise está aí, acabou de sair a crise, a demissão na nossa categoria já começou, começou no mês passado, e hoje a Vale do Rio Doce está demitindo mil e duzentos trabalhadores e colocando cinco mil e quatrocentos de férias. A crise nem bem começou, nós já estamos pagando o pato. Quando aumentou a produção, no começo, no final do ano passado e começo desse ano aqui, que então subiu o pico de produção, começou a aumentar os acidentes e as mortes na nossa categoria.

Então é essa a realidade dos trabalhadores mineiros, as condições de trabalho, e aí lembrar também, Paim, que é muito grave o nosso segmento, porque nós temos duas situações: uma dos trabalhadores formais, que têm direito à aposentadoria, mesmo com toda essa dificuldade, e apenas 30% da nossa categoria é

formal, que tem trabalho formal, tem carteira assinada. 70% da nossa categoria é trabalho informal, é garimpo informal, é violência, é prostituição, é contrabando, é uma categoria que, segundo informação aí, e eu vou falar aqui, informação de técnicos da área, que quase cinqüenta milhões de reais sai em contrabando de pedras preciosas desse país e a gente não consegue controlar isso e não tem informação. Ninguém abre o bico, ninguém fala onde está.

Então é uma forma difícil de aceitar a situação dos companheiros nossos. Além de contar a briga, nós temos lá, o pessoal de Carajás, está uma luta interna lá, o pessoal se matando, um pagando para matar o outro, está uma coisa assim absurda. E aí a gente fala de mineração nesse país, ninguém sabe nada. E não é pessoa simples da comunidade não. Você chega numa universidade, depois de velho eu tive condições de estudar, e você perguntar para o teu professor: "Você conhece o que é mineração, professor?" "Não, mineração é aquele pessoal de Carajás, os garimpeiros, da Vale do Rio Doce". "Não, mas aqui do lado da sua casa tem uma". "Mas aqui em São Paulo tem mineração?" Então é, assim, um desconhecimento total, e isso, o resultado desse desconhecimento está principalmente quando o companheiro mineiro vai se aposentar, não se aposenta pela aposentadoria especial, que ele deveria ter de quinze anos, vinte e vinte e cinco.

E aí a coisa fica muito pior, para encerrar a mica fala minha fala, nós tivemos um debate lá na FUNDACENTRO que organizou um debate sobre aposentadoria especial e doença no trabalho, e foi assustadora a posição dos médicos peritos do INSS quando um médico levantou no meio do público e falou que o problema é que os trabalhadores iam lá para enganar os peritos. Aí eu tive que mostrar algumas fotos para ele sobre alguns companheiros, alguns acidentes, e aí nós propusemos lá e eu vou levantar a bola aqui e pedir para os companheiros que comecem a defender isso: um médico para ser perito do INSS, de uma categoria, ele tem que ter uma formação qualificada sobre o local de trabalho daquela categoria. Não dá para um médico do INSS dar qualquer laudo sobre mineração se ele não conhecer o chão da mina, se ele não conhecer uma mina subterrânea [soa a campainha], se ele não conhecer o que é você estar ali no dia-a-dia, a penosidade que é e o equipamento de segurança. Então a gente está exigindo que os médicos peritos tenham um curso específico na categoria na qual ele vai atuar como médico perito e que o INSS passe a exigir isso dos médicos.

Eu estou terminando aqui, agradecendo essa oportunidade, infelizmente assim eu acho que foi meio corrido para nós, para aproveitar o espaço, não deu tempo de preparar alguma coisa um pouco mais elaborada, mas a gente está aqui nesse sentido de poder somar as forças aí com as outras categorias e poder aliviar um pouco o sofrimento dos nossos companheiros e nosso também. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado ao Trevisan e considero da maior gravidade a denúncia que você faz. Eu sei o que é que é lá no fundo da mina, você ficar catorze anos no subsolo e mais catorze anos fora dele e não ter direito a contar um ano. Isto é inadmissível, absurdo, e a gente lamenta que não haja medidas tomadas já por parte, enfim, principalmente do Ministério da Previdência. É inadmissível e você tem toda a razão, eu acho que o movimento sindical, as Centrais Sindicais têm que pressionar. Eu me disponho, se assim vocês entenderem, a marcar uma Audiência dentro do Ministério para discutir isso. O fruto dessa Audiência Pública, a gente marca uma Audiência, e vamos lá e eu acompanho, porque a gente está falando aqui da vida e da morte do nosso povo, da nossa gente, como foi colocado. Pode contar com o nosso apoio, que eu acho da maior gravidade. Só peguei esse exemplo de outros que você colocou aí.

Passamos a palavra de imediato ao José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, dez minutos com mais cinco e mais cinco, se necessário.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Muito obrigado ao Senador Paulo Paim, parabenizá-lo pela excelente vigília da qual nós tivemos a oportunidade de participar ontem junto com os demais companheiros.

Eu fiquei muito feliz quando fui convidado, Senador, com esse convite, porque eu me identifico muito com ele e o senhor sabe muito bem disso. Eu sou da área, eu trabalho com saúde e segurança do trabalhador desde 1975. Em Barueri, lá na minha cidade, em São Paulo, hoje eu sou candango, eu moro aqui em Brasília por força da profissão, mas lá em Barueri eu fui consultor na área de segurança da saúde do trabalho, há muitos anos.

Trevisan, trabalhei já em mineração, viu Trevisan, no Norte da Bahia, quatro anos, e sinto aqui na pele, com bastante sensibilidade, tudo que você relatou. Você falou só de sílica e falou de asbestose, no amianto, mas eu gostaria, Senador, de primeiramente me pronunciar sobre a matéria, dar aos parabéns ao João e os meus votos de solidariedade, principalmente, João, pela sua coragem nessa altura do campeonato, onde em vários Estados nós estamos numa luta pela proibição do amianto, e você vindo de onde veio ter a coragem de denunciar a SAMA e seus seguidores, que infelizmente alguns companheiros sindicalistas

apóiam também, onde você tem teve a coragem aqui de dizer que já existe comprovadamente duzentos mil portadores de silicose, fora outros, Senador Paulo Paim, que estão aí com asbestose e é uma doença que leva à morte depois de quinze ou vinte anos, quer dizer, não dá nem tempo de aposentar. Nós estamos discutindo aposentadoria, não é? Esse contaminado pelo amianto não vai ter, Trevisan, nem a oportunidade de se aposentar, não é isso mesmo? Porque depois de vinte anos ele vai sofrer a fatalidade da morte. Então eu quero parabenizá-lo aí pela coragem de estar denunciado isso. A gente sabe que há um lobby muito fortíssimo aí dentro do Estado de Goiás, existe inclusive, Senador Paulo Paim, parlamentares envolvidos na defesa dessa mina aí, há denúncia também de contrabando de pedra preciosa, na Bahia também eu via lá indianos, ingleses, dinamarqueses contrabandeando pedras preciosas ali no Norte da Bahia, na cidade onde eu morei, e trabalhava como técnico de segurança do trabalho da Bayer, uma empresa multinacional alemã, então eu estou numa Mesa aqui totalmente à vontade. Eu acho que acima de qualquer direito econômico está o direito social.

Se não fosse essa discussão dentro dessa Casa, Senador Paim, está ali na parede Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, CDH, porque a questão aqui é o diretor social do trabalhador. A legislação nossa, Senador Paulo Paim, é a mais farta desse país. Agora nós estamos entre o céu e o inferno, conforme falou o Trevisan. Por que entre o céu e o inferno? Porque nós temos o quê? A exposição de alguns agentes químicos que não precisa mensurar, que à simples exposição ele já é cancerígeno, leva à morte, à doença, e outra uma metodologia, Trevisan, você falou de médico perito aí, eu já acompanhei muitos médicos peritos, como técnico de segurança do trabalho de uma empresa, onde a metodologia e a técnica de mensuração fogem totalmente da metodologia recomendada pela OSHI(F), ANAIOSHI(F) e até pela FUNDACENTRO, chegando ao ponto de o cara manipular, na medição, e eu brigar com o médico e ele falar: "Me respeita que aqui dentro da fábrica aqui eu sou o Juiz", me ameaçando. Eu falei: "O senhor pode ser o Juiz, mas eu prefiro até ser preso do que enganar o trabalhador e o senhor fazer um laudo aí que não é um laudo que a gente acha que seja o justo".

Foram mais de trinta anos, Senador Paulo Paim, em siderúrgica, metalúrgico que eu já fui também, em mineração eu tive a oportunidade, Trevisan, de trabalhar quatro anos, trabalhei em firma de armamento bélico, de alta periculosidade, com míssil de longo alcance, metralhadoras israelenses, inglesas, granadas, plataforma de lançamento, explosivos que também é de alta periculosidade, e fui muito ousado também de trabalhar no Oriente Médio, por isso que eu não tenho medo de cara feia, nem de desafio e nem de debate, e trabalhei no Oriente Médio, no Iraque, um ano, uma temporada, construindo uma ferrovia dentro da Mesopotâmia, a céu aberto, enfrentando todos os tipos de intempéries, sol, poeira, e lá a silicose também é violenta.

Então eu quero parabenizar pela sua coragem, que raramente a pessoa tem coragem aqui, ao vivo, num canal de TV, como a TV Senado, que tem grande audiência, onde nós estamos defendendo aqui a saúde do trabalhador e o direito à aposentadoria e numa situação hoje que nós estamos enfrentando, Senador Paulo Paim, em vários Tribunais desse país um lobby violento pelo uso controlado do amianto. A vida toda nós somos contra esse uso controlado, porque o próprio Trevisan falou... Quem que disse que antes? Eu acho que antes, quem antecedeu ao Trevisan, disse que o equipamento de proteção individual, eu sou um especialista na área, posso falar com toda a propriedade, e pelo que eu conheço de experiência e de estudo, do tempo que eu estou na área, eu não devo nada a engenheiro e a médico na questão de prevenção de acidentes e na questão de equipamento de proteção individual, coletivo, e na verdade não protege 100% mesmo, você tem razão, por "n" motivos, "n" motivos. Mas por alguns motivos eles levem a culpa sempre para o lado do trabalhador, que ele não está usando, não quer usar, é desconfortável e tal, só que na hora "h" isso não é levado em conta com relação à metodologia, no laudo técnico, num LTCAT.

Então nós temos aqui a questão da asbestose, da silicose, nós temos um problema aqui do saturnismo, contaminação por chumbo - o Luiz acabou de sair, tem que pegar um vôo aí - dos frentistas, nós temos aí a questão também da periculosidade e tem essa Lei 7.369, de 1985, também dos eletricitários, que também é uma outra vergonha, e essa própria exposição que o Dr. Vilmar Lourenço também dissecou com bastante propriedade, o dia-a-dia, e isso que o senhor falou, doutor, eu convivi também com essa questão também dentro, no outro lado, não na área do direito, mas na área de prevenção de acidentes.

E iniciando, Paulo Paim, Senador Paulo Paim, deixar bem claro que é um direito universal, está na Constituição brasileira, dentro de direitos e garantias fundamentais, no art. 7º, incisos XXII e XXIII, a questão da responsabilidade pela redução dos acidentes inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e serviço.

Existem outras teses também que condenam o pagamento desses adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade. Existe outra tese também?

Tudo bem, nós vamos acabar com os adicionais da Lei, mas por outro lado nós temos que garantir 100% de proteção ao trabalhador para não haver nenhum tipo de contaminação. Alguns agentes agressivos não precisam ser medidos a nível quantitativo, a simples exposição [soa a campainha] já deixa a pessoa numa situação difícil quando se contamina com uma doença ocupacional e vem a falecer. A comprovação com laudo técnico também é outra situação muito delicada perante o INSS, como disse aqui o Dr. Vilmar Lourenço. Existem critérios não federativos, Senador Paulo Paim, existem critérios regionais. Foi falado do Rio Grande do Sul aqui, a sua terra, e a perícia do Rio Grande do Sul é diferente de Goiás, é diferentes de São Paulo. Dá a impressão que nós moramos em vários Brasis, com legislações diferentes, só que a legislação é única e a Constituição é uma só também.

O sindicato também deve assumir, além de questão jurídica, e isso é uma tese minha, que sempre eu venho debatendo, eu sou uma pessoa de prevenção, sempre fui, a gente teve sempre que assumir, também o sindicato, a questão da prevenção. Hoje nós temos em qualquer sindicato um Departamento Jurídico, mas a gente não tem uma pessoa lá que tenha... onde tem um médico, um técnico de segurança, um engenheiro, porque segundo alguns sindicalistas acha que isso é custo, tem o mesmo pensamento dos empresários, acha que um Departamento de Segurança e Saúde significa custo, e se não tem uma legislação engessada aqui, não é Tenorinho, que empresa a obrigada a contratar, Senador Paulo Paim, não contrata técnico, engenheiro e porcaria nenhuma, e se bobear bota até a CIPA para fora, como estão mandando aí inclusive com justa causa alguns companheiros da CIPA, e um projeto que o senhor defende também, que é o nº 177, para proteger o cipeiro, o dirigente sindical e companheiros de Conselho Fiscal eleitos.

Então para finalizar, devido à exigüidade de tempo aí, eu me coloco à disposição em outras oportunidades, Paulo Paim, até se o senhor formar uma Comissão, uma frente com esse tema, eu posso contribuir com a minha experiência na hora que o senhor precisar, porque eu tenho um compromisso muito sério com o senhor aqui junto com as minhas quinze Confederações e quatro Centrais Sindicais que compõem o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Na hora que precisar estamos à disposição, estamos aí afinados com a luta não é de agora, já participamos de duas vigílias. Esse evento em Santos, sexta-feira, o senhor pode ter certeza que vai ser um sucesso, vai ter mais ou menos vinte mil pessoas lá te esperando, no mínimo, lá na Praça Mauá. O pessoal de Osasco, da minha região, Barueri, está descendo para lá também, o senhor vai contar com a parte oeste de São Paulo, Lapa, aquela parte da Lapa, Osasco, Barueri, Carapicuíba, vai ser um sucesso esse ato em defesa dos aposentados e pensionistas, um ato de solidariedade, um atado de grandeza, um ato em defesa da vida, em defesa de uma aposentadoria decente, em defesa das maracutaias aí, ô Trevisan, de peritos tendenciosos, que servem ao capital, e nós também fazermos uma reflexão muito grande enquanto sindicalistas, com relação a se prender essa questão de adicionais, porque desconsiderar a aposentadoria com relação a esses tipos de agentes agressivos, além de ser uma agressão ao direito constitucional e a um direito social, é totalmente desumano.

Foi falado do Remi, da Comissão de Segurança e Saúde, eu estou participando lá numa Comissão, até mesmo como observador, Paulo Paim, e eu tenho uma seguinte posição: o tripartismo é defendido pela OIT e pelo Governo brasileiro e tal, mas tem determinadas horas, Dr. Vilmar, que a gente tem que tomar uma posição enquanto sindicato. O Governo às vezes tem que tomar uma posição enquanto Governo, porque o Remi hoje não é sindicalista, ele é Governo [soa a campainha].

E essa Comissão, Paulo Paim, só para concluir, ela está criando o quê? Viu Trevisan? A Política Nacional de Segurança para ratificar a Convenção 187, da OIT, e está começando pelo transporte e pela construção civil. A mineração em área agrícola, que nós defendemos, batemos lá e fomos vencidos, porque o tripartismo é na base do consenso, não é o que você quer não, mas é o consenso que prevalece, nós não conseguimos nessa primeira instância discutir a questão da mineração e da questão dos usineiros, da citricultura, da cana-de-açúcar, que também mata trabalhador na questão da penosidade, ou seja, Paulo Paim, na penosidade morre o cortador de cana a exaustão. Isso sim é penosidade.

Deixo aqui os meus votos de solidariedade, o meu apoio, tecnicamente no que for possível colaborar com essa Comissão, e se o senhor formar uma frente dentro dessa temática, o senhor pode ter certeza que eu sou um soldado e vou fazer fileira aí junto com os demais companheiros sindicalistas para colaborar no que for possível nessa luta por uma aposentadoria mais decente, sadia. Não adianta se aposentar doente aí com asbestose, com contaminação de chumbo, com mercúrio. Ter uma aposentadoria sadia, decente e, principalmente, humana. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece ao José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Agora passamos a palavra ao último convidado dessa Mesa, o Raimundo Ribeiro, da Central Única dos Trabalhadores do Paraná.

SR. RAIMUNDO RIBEIRO SANTOS FILHO: Boa tarde companheiros e companheiras, cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim e, através da apresentação do Senador, acabo também aqui parabenizando aí a presença de todos.

Como representante da Central Única dos Trabalhadores no Paraná, mas acima de tudo também oriundo do setor da construção pesada, e quando nós falamos em construção pesada acaba sendo uma atividade eclética, por se tratar de construção de estradas e usinas hidrelétricas, e quando a gente fala de usinas hidrelétricas, nós temos também condições danosas à saúde dos trabalhadores porque também nas usinas nós também fazemos perfuração de túneis e, portanto, as condições de trabalho são bastante periculosas e bastante insalubres. E é triste a gente estar discutindo, a tristeza não é discutir o assunto, mas é triste a gente parar para pensar aqui que nós estamos falando justamente das condições de trabalho de muitos trabalhadores que hoje constroem esse país. E é triste saber que essas pessoas que constroem esse trabalho em construções precárias e no momento em que precisam do Estado, que precisam da sua aposentadoria, ainda nesse momento ele é desqualificado, ele acaba sendo discriminado em relação a isso e acaba sendo prejudicado.

Então a que a gente vê dentro dessa discussão que a gente fala de periculosidade, de insalubridade, a gente vê também que há brincadeira com a saúde do trabalhador. As legislações, elas acontecem, nós temos aí a NR 15, a NR 16, que trata exatamente dessas questões, nós temos a NR 18 que trata especificamente também no setor da construção e dentro desse setor da construção passa-se por esse processo de discussão do PPRA, que é o Problema de Prevenção de Riscos Ambientais, dentro desse aí também vem a questão do PCMAT, que é o Programa de Controle de Meio Ambiente do trabalho, e que é exigido de acordo com o número de trabalhadores em cada obra a obrigação de se fazer esses laudos. E o que é que a gente vê nessa questão? É que parece que é um banco de negócio. Esses laudos, como eles são feitos? Em que condições são feitas esses laudos? Ele é feito para demonstrar de fato a realidade, as condições de trabalhos que os trabalhadores estão submetidos ou será que é feito para agradar quem está contratando esse tipo de serviço? E é isso que a gente se depara. O sindicato tem essa dificuldade no dia-a-dia porque a gente vive combatendo, não vamos aqui generalizar, mas tem maus profissionais contratados que estão ali justamente para atender a vontade do patrão e, com isso, a gente tem a dificuldade de caracterizar inclusive essas condições insalubres. A gente vive brigando para determinar se é ou não é insalubre, se a gente tem condições... Por exemplo, para construir uma estrada, tem pedra. Para ter pedra, você tem que trabalhar com explosivo, é uma pedreira. Dependendo da condição da rocha, você tem um tipo de sílica, e a sílica causa o quê? A insalubridade. E a insalubridade mata de que forma? Mata lentamente. A gente não percebe. Aos poucos os trabalhadores que trabalham em pedreiras, que trabalham em estradas, eles ficam surdos porque trabalham com equipamentos com ruídos altíssimos, acima do limite permitido pela própria legislação, está certo, trabalham com asfalto acima de 280 graus, essas condições são periculosas, contratam, porque a questão da segurança virou terceirização. Onde teria a obrigatoriedade de ter um médico do trabalho ou um próprio técnico de segurança, você acaba terceirizando e essa pessoa que é inteirada, que é só um prestador de serviço, não está nenhum pouco preocupada com a saúde do trabalhador. E aí estão brincando com as nossas vidas. Não tem comprometimento algum e aí o sindicato tem problema com o próprio Ministério do Trabalho, tem problema com a própria FUNDACENTRO, porque quando você quer alguém que vá fazer um laudo que não tenha vínculo com a empresa, você vai na FUNDACENTRO, não têm os equipamentos adequados para fazer as medições. E aí você recorre a quem? À empresa contratada, à empresa terceirizada. E aí é que está o grande problema. A gente não consegue comprovar os locais que são de fatos periculosos. Como disse o nobre Senador Paim, nós estamos falando de vida, de vida e de morte. E a gente ainda tem que se comparar que na ocasião que o trabalhador já trabalha em condições precárias, não tem alimentações dignas, e outro problema ainda é a questão do IPI. Quando normalmente existem os laudos, se vocês forem observar, senhores, lá embaixo sempre consta: "Que os locais de trabalho são salubres. No entanto, se a empresa fornecer os equipamentos adequados àquela função, poderá eliminar, minimizar ou neutralizar os equipamentos". O que acontece? A empresa dá, durante uma obra de três anos, ela dá o equipamento uma vez, e aí o empregado e o sindicato têm que implorar para a empresa trocar aqueles EPIs e que na verdade não acaba eliminando grau de risco e nem grau de insalubridade nenhum.

Os trabalhadores da construção pesada, que trabalham na questão dos pólos petroquímicos, nós trabalhamos em grau de risco máximo, grau de risco 4, e como é que nós fazemos valer os nossos direitos? Virou balcão de negócio de fato esses laudos.

Então a gente vem aqui na realidade conclamar, apelar aqui aos senhores para que de fato esse assunto seja visto com mais clareza, com mais seriedade, porque de fato nós estamos tratando de nossas vidas. As pessoas que trabalham no amianto, tivemos várias campanhas aí pela banização do próprio amianto, porque em qualquer lugar de fato, até na água que nós tomamos, nas próprias caixas d'água está o amianto e a gente acaba ingerindo líquidos, às vezes alguns produtos, que está danificando a saúde e as pessoas não têm consciência disso, e a consciência ainda é que isso mata lentamente. E quando o trabalhador vai reclamar, vai reclamar a respeito das próprias condições, ele ainda acaba sendo proibido, porque se você abrir a boca para reclamar se o EPI está ruim, se você vai cobrar insalubridade ou se você vai cobrar periculosidade ainda, você ainda é ameaçado de mandar embora, porque você tem uma segurança na obra comprometida. As empresas contratam os engenheiros de segurança, os engenheiros de segurança, para atender a vontade dele, não para exercer exatamente ou fazer cumprir o que determina as próprias NRS que tratam da questão da segurança em medicina do trabalho.

Então tem um problema aí, que é o problema da legislação, que ele existe, e que ela não faz ser cumprida. Como foi dito pelo camarada, que disse aqui, o Ministéric Público, ele ao invés de procurar exigir e fazer com que cumpra essas regras, vive criando os empecilhos justamente aos sindicatos para que ele deixe de exigir. Quando você pesa uma Mesa redonda ou uma Audiência para provocar um TAC junto com a empresa, o que é que ela faz? Ela encaminha para o Ministério do Trabalho para fazer a fiscalização. E essa fiscalização é feita em que condições, se não tem as condições, os equipamentos adequados para fazer essa questão das aferições? E aí nós estamos na mão de quem? Na vontade do INSS que chega lá e não reconhece aqueles poucos laudos, que ainda vai lá e caracteriza a questão dos locais insalubres? Então a gente está implorando pela vida das pessoas porque a gente tem que perceber que existe um conceito legal em tudo isso. Antigamente tinha a visão de que o empregado, ele vendia a saúde dele, porque ele brigava para ter o adicional de insalubridade ou ter o direito à periculosidade, imaginando que ele vendendo a própria saúde dele, ele teria uma renda melhor. É um engano.

De certa forma esse conceito veio mudando, porque o objetivo da lei não é pagar a periculosidade ou pagar a insalubridade. E nem é esse o conceito que eu acredito que os sindicatos têm. O conceito que nós temos é que você tem que primar para ter condições de trabalhos adequadas, para que você possa ter condições dignas de trabalho, porque o ideal é que você pudesse eliminar por completo a questão dos adicionais que nós estamos falando aqui. Agora em alguns setores é difícil, é impossível acabar com isso. Como foi falado aqui, é impossível. Como é que você vai eliminar, na questão aqui do companheiro da mineração, eliminar essas condições? Por mais que sejam fornecidos equipamentos adequados, você não tem como acabar com o próprio adicional de periculosidade e nem você vai simplesmente neutralizar com todas as condições que nós estamos falando.

Então a gente trata a coisa com seriedade, fazer valer de fato a questões das NRS específicas que tratam dessas questões e ter o comprometimento das nossas autoridades fiscalizadoras fazer cumprir essas questões, caso contrário o trabalhador está sendo fadado no momento da sua aposentadoria, no momento mais crítico da sua devida vida, ter que implorar para reconhecer justamente aquelas condições de trabalho que ele tem. Os trabalhadores da construção morrem cedo e morrem na mingua. Sem considerar a questão, por exemplo, do trabalho [soa a campainha] que não é registrado, trabalha na clandestinidade, o setor da construção contrata muitas pessoas sem carteira de trabalho e, portanto, ele acaba não tendo essa proteção. E quando tem, você tem que lutar por ela e, quando eu digo lutar, às vezes é perder o seu emprego porque você vai reclamar o seu direito.

Então, senhores, nós estamos aqui falando de coisas muito sérias, que são as nossas vidas, nós queremos condições dignas de trabalho e a partir daí, quando você não tiver essas condições, o que se exceder esses limites, que sejam acima da tolerância, mas que seja cumprida as regras e que seja exigido, e que em nenhum momento, justamente na aposentadoria, isso não seja reconhecido. E o que a gente pede aqui é a compensação da Mesa, a compreensão dos senhores, para que nós possamos fazer valer que os trabalhadores, no momento mais difícil da sua vida, que já não tem mais as condições de trabalho, que possa se aposentar dignamente e que tenha uma aposentadoria justa, eu não vou nem dizer para viver, mas sim poder sobreviver. Eu agradeço então a compreensão dos companheiros presentes. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece ao Raimundo Ribeiro, representando a Central Única dos Trabalhadores.

Convidamos os nossos painelistas a retornarem aqui na primeira Mesa, que poderão depois participar do debate a partir dali, e vamos formatar a segunda Mesa. Então eu já convido o Paulo Roberto Barck, Presidente do Sinecarga. Ele saiu? Então o Norton Jubeli

(F)? Está aí o Norton? O Luiz Gonçalves e, também, nossa, é Decano, que diz, Tenorinho, sempre líder de todos nós para vir também participar dessa Mesa. Convidamos, ainda, o Edson Guilherme, Presidente do MOSAP, seja bem vindo aqui, meu amigo.

A pergunta que eu faço ao Plenário: algum companheiro no Plenário, que estava previsto a participar do painel, não foi convidado? Se tiver alguém no Plenário que não foi convidado... Mas assim mesmo eu vou abrir--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de me manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai ter a oportunidade. Eu vou dar, depois dessa segunda Mesa, eu vou dar oportunidade, como sempre faço nessa Comissão, a cinco companheiros do Plenário, cinco a terem o direito a se manifestar sobre o tema em debate. Não importa o que falaram os painelistas, se ele quiser expressar o seu ponto de vista sobre o tema. Então o Plenário pode já se organizando aí, que cinco companheiros terão direito à palavra depois dos expositores. Aí volta a palavra para os expositores para as suas considerações finais.

O companheiro Trevisan, ele quer fazer um esclarecimento. Tinha me pedido aqui antes, então faça agora porque aí, se tiver alguma dúvida, a Mesa já se posiciona. Em seguida volta para os painelistas, depois volta para cinco companheiros do Plenário.

SR. JOÃO TREVISAN: Eu queria fazer um esclarecimento, porque muitas vezes a questão do amianto, ela virou um mito, e nós, trabalhadores do setor do amianto, temos controle. O uso controlado do amianto, que nós estabelecemos no início da década de 80, nós vamos para vinte e sete anos que não temos mais nenhum casos novos, aí vinte e sete anos que não tem casos novos. Então nós, trabalhadores do amianto, nós defendemos o uso controlado devido ao controle que nós mesmos fazemos, para não haver a confusão que foi feita aí na Mesa, que nós aqui do sindicato defendemos o uso controlado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo de imediato a palavra para o nosso sempre presente aqui nas nossas Audiências Públicas, o Édison Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT: Nosso grande amigo e Senador Paulo Paim, Presidentes das Centrais, dos Sindicatos e de entidades que já passaram por aqui e que ainda estão aqui presentes, nosso colega também de diretoria de Instituto MOSAP, que está aqui presente, o Dr. Américo, que é de Santos e já também mostrou o jornal em que diz que o Senador Paulo Paim estará lá e a matéria já diz do sucesso que vai ser e da importância que vai ser esse evento lá em Santos. Os nossos cumprimentos também às demais entidades que aqui se representam, meus cumprimentos a todos e um cumprimento especial a esse nosso jovem, de camisa amarela, que está ao lado do Senador Paulo Paim, porque é um exemplo para nós todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai estar em Santos também.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT: Com a idade dele, não é a primeira vez que o vejo aqui em Brasília, muitas vezes já o vi aqui em Brasília, e vai estar em Santos –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Amanhã, hein.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT: Amanhã já. Eu quero crer que isso para nós é um momento até de reflexão para nós outros que militamos na defesa de nossas causas. E aí eu já começo dizendo da minha emoção em estar aqui, eu recebi esse convite, Senador, somente ontem a tarde, eu disse: "Mas afinal de contas eu represento o setor público", sou Presidente do Instituto MOSAP, que é um movimento que congrega setecentas entidades de servidores públicos na defesa de pontos específicos que a gente tem lá no MOSAP, que é defender a paridade, a integralidade de vencimentos, a não contribuição para a previdência depois de aposentados.

Mas hoje se incorpora um tema muito específico, também, e muito importante para o nosso movimento, que é o resgate da dignidade de pessoas que se aposentaram e que, talvez, após a aposentadoria, não tenha as condições necessárias para continuar vivendo como pessoa, como cidadão, como aposentado, com a devida dignidade que todos merecem.

Dizendo isso eu quero homenagear a todos os trabalhadores aqui presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, esperando que a sociedade compreenda em toda a sua grandeza a luta que ele vem empreendendo, liderando aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional e também perante a sociedade brasileira no sentido de que os projetos dele nada mais são do que o resgate e a afirmação da dignidade de cada um dos servidores e de cada um dos trabalhadores brasileiros. Nenhum dos projetos do Senador Paulo Paim e defendido galhardamente por outros Srs. Senadores e, também, por outros senhores parlamentares da Câmara dos Deputados, Deputados Federais, entre eles eu cito aqui o Deputado Arnaldo Faria de Sá –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai estar em Santos.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT: Que vai estar em Santos, que é um grande batalhador de tra-

balhadores brasileiros na defesa aqui na Câmara dos Deputados e também no Congresso Nacional.

Então com isso eu quero dizer que o Senador e Deputado e todos quantos aprovaram as matérias dele aqui no Congresso Nacional, e aqui agora entra o nosso grande Senador também Eduardo Suplicy, historicamente dos trabalhadores também, é exatamente na afirmação do resgate da dignidade do servidor e do trabalhador do regime geral desse nosso país.

Aí muitos poderão dizer e eu até me perguntei, eu me senti muito pequenininho quando eu ouvi esses depoimentos impressionantes aqui agora a pouco aqui relatados, e me refiro ao João Trevisan, fiquei impressionado com a sua exposição e também com as demais, mas sobretudo a realidade em que o senhor colocou certas realidades que nós outros muitas vezes nem imaginamos. Ou, se sabemos, talvez não damos a devida importância porque aí sim as condições de trabalho, e também dos demais com indústria pesada, trabalhando lá, imagino lá construindo barragens, que aquilo pode de uma hora para outra, sei lá, desmoronar, arrebentar, matar trabalhadores, e não se estourar, não arrebentar, não importa, mas por outras circunstâncias e outras causas matar trabalhadores, isso tudo a nós, servidores públicos, me parece que é um grande exemplo também, porque também nós, servidores públicos, temos os problemas de periculosidade, de penosidade e insalubridade, não todos, mas muitos têm. Lógico que em outras dimensões, com outras caracterizações.

Mas estamos aqui então nesse caso, eu como Presidente do Instituto MOSAP, Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, sou também dirigente do nosso sindicato, o Sindicato dos Servidores Públicos aqui do Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União, diretor de aposentados, buscando sempre a valorização do trabalhador, do servidor, mas nesse caso aqui me parece muito mais como solidariedade, e mais do que isso, o comprometimento também das nossas ações, que elas possam também, de uma forma ou de outra, se transformar em apoio às causas que os senhores tão bem defendem para os seus representados que, em última análise, são as pessoas, são os trabalhadores que constroem esse Brasil, que constroem essa Nação.

Em se tratando de uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu tenho também a dizer aos senhores que também nós temos as nossas questões e uma delas já estamos até na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, reclamando violação de Direitos Humanos, que talvez o Estado brasileiro não respeitou, porque não cumpriu com a Constituição Federal, tanto o Executivo propondo, o Legislativo aprovando e o Supremo Tribunal Federal também ratificando uma decisão que, no nosso entender, no nosso modesto entender, é absolutamente inconstitucional, que foi uma delas a taxação de aposentados para uma contribuição para a previdência depois de aposentado, uma vez que já se contribuiu para a aposentadoria e o conceito de contribuição para a aposentadoria me parece que excluiria uma nova contribuição. Nós entendemos que foi um momento político necessário, talvez na visão do próprio Governo, e na visão, talvez, de alguns segmentos mais estaduais que eu sei que impuseram certas condições para aprovar outras condições da própria reforma, mas que tivesse também a contribuição previdenciária, e aí foram os senhores Governadores. Tenho a impressão que hoje, talvez, a gente tenha condições melhores para nós tirarmos, digamos, ou melhorarmos ou até mesmo extinguirmos esta contribuição que, no nosso entender, é absolutamente inconstitucional, mas é uma violação de Direitos Humanos. Como esta é uma violação de Direitos Humanos em relação a nós, servidores aposentados, os senhores também sofrem muitas violações de Direitos Humanos nos seus trabalhos, nos seus diversos setores de economia e todos estão engajados num determinado trabalho.

Portanto, a minha participação aqui hoje, além de homenagear o Senador Paulo Paim [soa a campainha], além de dizer a ele que também tem lutado galhardamente, diuturnamente não só para os trabalhadores do regime geral, mas também pelos servidores públicos do país, e a gente houve isso, dizem: "Ah, mas o Senador, ele é mais vinculado ao regime geral". Não é não. Ele na mesma medida em que trabalha com as legislações que aqui já aprovou e que são todas elas pertinentes em relação à dignidade de cada um de nós, ele também tem as suas atenções e fortíssimas atenções e fortíssima atuação em favor também do servidor público brasileiro. Lógico, têm certas categorias que são melhores aquinhoadas e outras menos aquinhoadas, mas, enfim, cada um entrou ali porque a oportunidade foi lhe apresentada e aí, dentro disso tudo, lá cada um tem as suas características, não vamos entrar nisso.

O que eu quero, em nome de todos os servidores públicos desse país, principalmente os aposentados que também têm as suas dificuldades, que têm as suas limitações geradas por supressões de direitos muitas vezes adquiridos, muitas vezes não, sempre adquiridos de forma legal, ninguém consegue um direito adquirido que não seja legal e que também não seja constitucional e, diante disso tudo, então eu quero apenas aqui registrar a nossa solidariedade absoluta aos trabalhadores que estão engajados na COBAP,

nas outras Centrais, em todos os Sindicatos, Associações, enfim, em todos os segmentos em que cada um luta e dizer a vocês que pela dignidade da pessoa humana todos nós estamos juntamente com o Senador Paulo Paim, com os Senadores aqui do Senado Federal, com os Deputados Federais também, todos engajados na busca da afirmação daquilo que é mais caro a toda e qualquer pessoa, que é a dignidade, e que tenhamos as condições também, uma vez aposentados, para continuarmos como pessoas dignas e que tenham o orgulho de dizer a todo mundo e ao país que nós ajudamos a construir esse país, cada um no seu segmento.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim por tão brilhantemente conduzir e presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, parabenizar a todos os senhores que aqui estão e que já estiveram em poder participar e expor os seus pontos de vista, e é uma grande construção, no meu entender e no nosso entender, para um Brasil mais justo, uma sociedade mais digna e, também, para que a humanização do trabalho, a humanização do viver seja sempre mais forte, mais presente em todos nós, e que tenhamos a consciência de que cada um de nós é sempre uma possibilidade de um tijolo mais forte nessa grande construção que todos nós queremos. Agradeço ao Senador Paulo Paim, peço desculpa não ter trazido nenhum tipo de tema mais específico porque também fui pego de surpresa, e lamento muito não poder estar em Santos e, parabenizo pelas vigílias. Uma delas, a primeira, eu tive a oportunidade de participar lá dentro e sentir, e as outras duas, a gente estava viajando, não deu para participar, mas posso dar o testemunho de que a sociedade brasileira está participando dessa vigília, está vivendo essa vigília e está entendendo, sobretudo, o sentido dessa vigília, porque eu já ouvi dizer o seguinte: "Não, isso daí é coisa para político é para angariar voto". Não é não. É um ato extremo de civilidade, um ato extremo de responsabilidade parlamentar para consigo mesmo, para com o nosso Parlamento, para o Senado, Câmara e para o Congresso Nacional, mas sobretudo à dignidade de todo o servidor, de todo o trabalhador e de todo o povo brasileiro, enfim, de toda a sociedade brasileira. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já contamos aqui com a presença do nobre Senador Eduardo Suplicy, que sempre acompanha todos os trabalhos dessa Comissão. E como é norma nessa Comissão, o Senador pede a palavra no momento em que ele entender mais adequado. Senador Suplicy, se quiser usar a palavra agora, está à sua disposição, depois outros dois painelistas complementam.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Senador Presidente Paulo Paim, meu caro Luiz Tenório de Lima, da Federação Nacional dos Frentistas que, eu não vou dizer desde que eu nasci, mas desde que eu [risos]--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ TENÓRIO DE LIMA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas prezado Presidente Luiz Gonçalves, da Nova Central de São Paulo e Édison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Segurados Aposentados e Pensionistas.

Presidente Paulo Paim, eu ingressei na Fundação Getúlio Vargas como estudante da Escola de Administração de Empresas em 1960, com dezoito para dezenove anos, e o prédio da Escola de Administração de Empresas que hoje é na Avenida Nove de Julho ficava na Rua Martins Fontes, na Delegacia Regional do Trabalho, e eu tenho assim uma idéia de que nos primeiros anos meus de estudante eu já via, volta e meia , o Sr. Luiz Tenório de Lima, que na época era bem mais moço que eu hoje, mas eu, durante os anos 60, acompanhei muitas vezes, porque eu, como estudante, interessado nas questões relativas aos problemas brasileiros de desigualdades e nas questões relativas aos trabalhadores, já ouvia e isso os meus olhos dizem, fazendo ações tais como as que hoje inúmeros trabalhadores vieram de tantos lugares do Brasil para aqui expressar perante o Congresso Nacional, a vontade de terem os seus direitos, seja como aposentados, seja relativos às horas de trabalho, seja a todos os direitos de trabalhadores melhor assegurados em nosso país. Então a minha homenagem ao Sr. Luiz Tenório de Lima pela sua vida dedicada a estes temas.

Eu gostaria de lhe transmitir, Senador Paulo Paim, hoje nós estamos num ritmo de múltiplas atividades simultâneas, eu tenho que voltar ao Plenário porque a Ordem do Dia está para iniciar de pronto, mas eu fiz questão de vir aqui. Eu fui designado hoje para estar presente no Congresso Nacional, na homenagem ao Chico Mendes, falei ali pela nossa bancada, foi uma longa Sessão, tive um breve intervalo, voltei, mas fiz questão de estar aqui também para cumprimentá-lo pela dedicação com que nestes últimos meses e em especial nas últimas semanas, ontem mesmo à noite eu transmiti a V. Exª. que assistia o seu longo discurso, eu tive outro compromisso, cheguei em casa era eu acho que era entre uma e duas da manhã, aproximadamente, quando ouvi com atenção os seus argumentos e cumprimento-o por estar batalhando com tanta intensidade por aquilo em que tanto acredita. Eu

transmiti a V. Exª. que gostaria, depois, de conversarmos um pouco para tirar algumas dúvidas, esclarecer alguns pontos e isto o farei em breve, mas aqui registro o meu cumprimento, o meu reconhecimento pelo extraordinário trabalho que todos aqui estão reconhecendo. Meus parabéns. Eu vou pedir licença, que eu tenho que voltar ao Plenário.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado ao Senador Eduardo Suplicy, sempre presente em todas as atividades e que com muita diplomacia e muito respeito a todos expõe o seu ponto de vista, mas podem ter certeza, sempre na linha do bem. O Senador Suplicy é aquele homem que a gente pode com certeza dizer que é um homem do bem, ele procura sempre se somar às causas justas. Por isso eu tomei a liberdade de puxar aí as palmas para o nosso amigo Senador Suplicy.

Passamos a palavra agora para o Luiz Gonçalves, Presidente da Nova Central São Paulo. E, para encerrar os painelistas, uma homenagem ao nosso Tenorinho depois.

SR. LUIZ GONÇALVES: Boa tarde a todas, a todos. Quero agradecer aqui a oportunidade de sentar-me a esta Mesa aqui e tentar dialogar alguma coisa com o Exmo. companheiro Paulo Paim, e quero também homenageá-lo por essa batalha brilhante que tem feito em defesa dos interesses de todos os trabalhadores brasileiros, e nesse momento dos trabalhadores que estão para se aposentar e aposentados, no intuito da derrubada aí do fator previdenciário.

Eu quero confessar que também não estou, não vim aqui para sentar-me à Mesa e fazer explanação, eu vim aqui como mero assistente, de repente eu fui laçado para vir à Mesa aqui falar um pouco sobre essa situação de penúria e de dificuldade que a classe trabalhadora enfrenta e a dificuldade de se aposentar.

Eu, antes de ser Presidente da Nova Central de São Paulo, eu na verdade sou originário da categoria de motoristas de ônibus, de ônibus urbano lá na cidade de São Paulo, e antes de ser motorista de ônibus de São Paulo a gente já passou por algumas outras categorias: já fui metalúrgico lá em São Bernardo do Campo, fui montador de motores lá na Motores Perkins, trabalho também penoso, terrível, um barulho ensurdecedor, os produtos químicos, já trabalhei num período como trabalhador informal, ainda rapazinho, porque a gente é de família pobre e teve que trabalhar logo cedo, eu fui trabalhar em sapataria, eu era ajudante de fabricante de sapato. Então a gente conhece todas essas dificuldades que a classe trabalhadora tem, a penosidade, a periculosidade e a gente, nessa luta, está sempre buscando uma solução para esses problemas que nós enfrentamos.

E aqui os companheiros que nos antecederam na Mesa colocaram, quer dizer, toda a problemática aqui da indústria pesada, os companheiros da mineração, e nós, motoristas, eu, apesar de ser motorista urbano na cidade de São Paulo, a gente representa, na verdade, toda uma categoria que ora está no transporte urbano, ora está no fretamento de turismo, ora está no caminhão, no caminhão pesado, na carreta, e estamos trabalhando exatamente como categoria auxiliar dos companheiros da indústria pesada, da mineração, da indústria química, e sofremos terrivelmente, conjuntamente a situação toda que os companheiros vivem, e a gente tem uma batalha muito grande, já de muitos anos, tentando recuperar uma aposentadoria especial, que agora a gente qualificou de aposentadoria de risco, estamos correndo atrás, porque nós já tivemos ela até 1995 e, lamentavelmente, nas reformas ocorridas aí nesse período nós perdemos a nossa aposentadoria aos vinte e cinco anos de trabalho. E temos feito uma batalha árdua no sentido da recuperação e aqui o Senador Paulo Paim é um dos nossos defensores e tem batalhado juntamente com a nossa categoria nesse sentido.

Então nós estamos aí numa batalha muito grande buscando a regulamentação da categoria e, também, a aprovação do Estatuto do Motorista, que é um Projeto de autoria aqui do Senador, o nº 271, de 2008, inclusive tivemos agora há poucos dias atrás aqui uma Audiência Pública tentando buscar aqui um consenso no sentido de aparar todas as arestas no sentido da regulamentação do Estatuto do Motorista para a gente poder ter essa condição de ter uma aposentadoria por um tempo menor de trabalho em virtude da penosidade que nós sofremos, que a categoria, realmente, ela tem dificuldades para conseguir chegar numa idade avantajada e se aposentar. Às vezes até consegue se aposentar, mas cheio de seqüela: é surdez, é problema gástrico, corta pedaço de estômago, é o intestino, em virtude da condição de trabalho. Então a gente tem uma série de problemas nesse sentido. O motorista urbano lá, às vezes, aparece aquele carrão bonito, rebaixado, suspensão a ar, mas é só bonito e agradável no início, quando ele chega a zero, porque logo em seguida começa a soltar todas as peças, tem o problema da manutenção, é uma "bateção" danada e a gente fica, principalmente os cobradores de ônibus, apesar de que também tem um grande problema aí de postos de trabalho já em várias cidades do Brasil terem eliminado o posto de cobrador, em São Paulo ainda tem, temos uma Lei inclusive que garante esse posto de trabalho, os companheiros, principalmente

cobrador, normalmente ele termina absolutamente surdo, porque aquela "bateção" da carroceria penaliza mais o cobrador do ônibus do que o próprio motorista. E o motorista é a questão do motor, é a questão do trânsito, é a questão da campainha, é a questão da própria relação com o usuário do transporte urbano. E o motorista caminhoneiro então nem se fala. Ave Maria, esses então está aí para todo mundo ver todos os dias os acidentes terríveis e bárbaros que acontece, é uma jornada de trabalho estafante, é uma frota sucateada, são condições subhumanas de trabalho, porque a questão da terceirização, principalmente nos momentos de crise, mesmo quando não há crise, agora virou moda a questão de terceirização, então, assim, as transportadoras, na verdade, é um escritório que contrata, terceiriza o trabalho e bota o companheiro que tem que sair lá do Amazonas e entregar mercadoria no Rio Grande do Sul, e chega lá, ele já recebe pelo rádio já um chamado que tem que ir lá na cidade mesmo já pegar uma outra carga e ir para a Bahia, e o companheiro fica meses e meses fora de casa, na solidão, na solidão absoluta, muito raramente, só nos entrepostos que pára, e via de regra são jornadas estafantes.

Então nós estamos aí nessa luta cruel pela regulamentação da profissão que não é regulamentada, somos obrigados a ter a carta de motorista, ter a letra "C", a letra "D", a letra "E," uma série de especialização que é utilizada, tem o Código Nacional de Trânsito, mas no Ministério do Trabalho nós não somos uma categoria reconhecida. Estamos aí há vinte anos tentando a regulamentação, agora conseguimos, na semana passada aí, com a ajuda inclusive do nosso companheiro Arnaldo Faria de Sá, passamos o projeto de regulamentação pela Comissão de Justiça do Congresso Nacional, se não houver nenhum recurso até depois de manhã, dia 5, ele vem aqui para o Senado Federal e Oxalá a gente consiga essa regulamentação, inclusive com a ajuda aqui do nosso brilhante companheiro Paulo Paim.

Então eu, na verdade, eu não consigo acrescentar muito mais àquilo que já foi dito, porque daquilo que foi dito nós somos a categoria auxiliar de todos esses trabalhadores que já apresentaram aqui toda a sua situação de dificuldade. Então era isso que a gente veio aqui para contribuir nesse debate. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece ao Luiz Gonçalves e passamos a palavra, nesse momento, ao Luiz Tenório de Lima, representante da Federação Nacional dos Frentistas, e dizendo que nós estamos começando a enfrentar um problema de horário aqui, porque a Ordem do Dia inicia às cinco, mas vamos tentar ajustar aqui.

SR. LUIZ TENÓRIO DE LIMA: Para mim é com extrema emoção e felicidade mais uma vez estar ao lado do Senador Paim, que desde o primeiro dia, quando nós fizemos o Fórum Sindical dos Trabalhadores aqui em Brasília, eu vou dar esse depoimento porque é necessário, nós temos que valorizar quem faz para estimular aqueles que ainda não aprenderem a fazer, e ele na condição de Presidente do Senado, naquela ocasião, foi lá hipotecar uma solidariedade, em que o nosso Fórum era efetivamente contestação do Fórum do Trabalho, um Fórum oficial que nós chamamos de Chapa Branca, onde os empregadores e os interesses estranhos prevaleciam e o Lula lançou este documento, lançou, mas o Senador Paim não saiu do PT, não procedeu contra o partido, mas foi fiel, honesto e sério, um homem público que respeita. Desde aquele minuto ele jurava para nós, para ficar claro, em termos de solidariedade, que ele acompanhava e até hoje todo mundo sabe, é o que a imprensa diz, de maneira que eu poderia deixar de fazer esse registro, dizendo da minha alegria.

O companheiro Luizinho, que foi o penúltimo aqui, o último, aliás, a falar, ele é Presidente da Nova Central, é um companheiro que nós... Engraçado que ele é Presidente da Nova Central de São Paulo e eu sou o Presidente de Honra da Nova Central de São Paulo, de maneira que nós temos uma afinidade muito grande e um trabalho muito intenso pela frente. E ao nosso companheiro Guilherme, o nosso Presidente aí do MOSAP, ele fez uma exposição digna, certo, de ser muito bem observada. Os demais que aqui expuseram, eu digo a vocês que eu me sinto... Eu vou sair daqui mais jovem do que entrei, porque eu estou num aprendizado desde os quinze anos de idade. Eu comecei, nos quinze anos de idade eu já era Delegado Sindical em Pernambuco, cinco anos depois eu era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Usina de Açúcar e Álcool no Estado de Sergipe, claro que eu fui imediatamente cassado por um Decreto do Presidente, eu acho que eu inaugurei o processo de cassação, e toda essa avalanche de acontecimento me envolveu, me entusiasmou, como entusiasmou o nosso Senador e outros tantos dignos representantes do povo.

Então, meus amigos, é para mim uma grande honra, mas eu queria, claro que de tudo que nós ouvimos aqui eu digo a vocês ai daquele que pensa que já sabe de tudo. Eu continuo aprendendo em cada reunião, tenho essa possibilidade ainda e isso é que enriquece a nossa atividade.

Mas eu chamaria a atenção para uma denúncia aqui com relação à Vale do Rio Doce, o nosso expo-

sitor aqui colocou que ela está demitindo cinco mil funcionários e pondo em férias coletivas doze mil. E quando se fala num assunto como esse significa que nós estávamos, como ainda estamos muito distantes do papel de vanguarda que é a classe trabalhadora em qualquer sociedade moderna, porque sem ela nós não estávamos sem sentado aqui, porque não tinha mesa. O Paim não sabe fazer mesa, eu não sei fazer caneta, o Luizinho não sabe fazer papel, quer dizer, então é a vanguarda, é partindo desse critério, dessa concepção, que eu acho que é precisa a gente impedir, é preciso que a gente corresponda, porque a coisa é mais séria.

Quanto ao setor de insalubridade, periculosidade, não foi uma conquista que caiu do céu, foi também uma luta muito séria. Eu estou falando aqui de uma geração que começou há setenta anos, eu ingressei nela, eu tenho setenta anos de atividade sindical ininterrupta. Olha, não dá para sair mais, mas cada vez que eu encontro essa oportunidade de me eleger o Vice-Presidente Nacional da Nova Central Sindical, cada vez que eu tenho a oportunidade de participar e participo sempre, para mim é um tônico que o meu organismo precisa. E assim, meus companheiros, esse negócio da Vale do Rio Doce, eu diria que foi o quê? É só o FHC e o PSDB dele que cometeu o crime de lesa-pátria sem ser punido, nem reparado, nem ser cobrado? O nosso silêncio, que não foi tão grande, houve algumas manifestações, mas o nosso silêncio mostra uma incompetência naquele momento. Agora você vê o resultado, a Vale do Rio Doce foi dada de presente para pagar uma dívida que já estava nos córneos(F) da Lua, mas ninguém sabe para onde foi o dinheiro. Sabe para onde foram as ações ao portador, que aí não leva o nome de quem vendo e entregou e seus parentes. Tem pelo menos fortuna para duzentas gerações, gerações deles.

Isso tudo nos chama a atenção. Aqui eu vejo todo mundo mais jovem do que eu, isso me anima, me anima porque nós temos que levar a juventude a entender esse processo, a assumir esse Brasil, a assumir porque todos os brasileiros têm competência. Nós pegamos uma PETROBRAS, eu levei muita borrachada, muita cadeia, muita pancada. Eu estou citando a minha participação pessoal, mas não estou excluindo toda uma geração que se impregnou esse sentimento patriótico de amor ao Brasil e ao futuro. Em cinqüenta anos a PETROBRAS hoje se torna uma das maiores indústrias do petróleo do mundo, em cinqüenta anos, que cinqüenta anos, na história, é uma semana ou menos do que isso.

De qualquer maneira eu entendo, meu caro Senador Paulo Paim, eu já disse por que nos orgulhamos de sua presença, porque você é o Senador que faz jus, faz jus ao mandato que o povo lhe confiou, e esse mandato nunca mais será negado, porque você, pelo que você já fez, você já é Senador eterno. Eu estou dizendo isso sem menosprezar os demais Senadores, mas o destaque, a dedicação, o empenho, a coragem, a inteligência... Você vê quando se fala do Paim, no Brasil inteiro, "é nosso, esse é nosso, esse é nosso". Por quê? Porque ele nunca vota do outro lado, ele só vota do lado que interessa o social, para o trabalhador e a todos.

Eu quero, portanto, também render a minha homenagem a todos aqueles que aqui expuseram seus pontos de vista. Eu quero dizer, ainda, que eu estou participando intensamente do problema do amianto, é uma participação junto com a FETCOM e a CNTI, nós temos uma Comissão Internacional, nós temos já uma cartilha elaborada e assinado pelos padrões onde inclusive... Bom, isso eu vou dizer para aqueles que não ouviram detalhe, eu também vou detalhar, inclusive operários que trabalhavam em mina, que trabalharam em mina, que ainda hoje pode ter seqüela, o empregador é obrigado a indenizar e dar assistência médica até o fim da vida. É uma conquista de quem? Da luta, porque também existem empresas interessadas em acabar com a extração de amianto, mas esquece que nós sabemos quem está atrás disso, multinacional francesa que quer colocar no mercado dela ou no mercado mundial o amianto artificial [soa a campainha] e aí são milhares e milhares de emprego. Já existe uma Comissão Nacional, já existe uma Confederação Nacional que está no fim da parada.

Portanto, meus amigos, meus queridos companheiros, eu aprendi com o meu pai, ele dizia: "Enquanto essa pestana bater, eu vou lutar". Nós estamos na luta e vamos para o bem do Brasil.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Tenorinho, é uma alegria enorme estar aqui ao teu lado mais uma vez, nós que estivemos em tantos momentos, em tantos debates e eu gostei da frase que você aqui acabou registrando, que eu ouço muito ela numa canção, que é aonde a canção diz que a gente gosta de ser um eterno aprendiz. Eu quero dizer que a canção diz: "Eu fico com a proeza das crianças, eu fico com a pureza das crianças, mas o bom mesmo é ser um eterno aprendiz". Você deu uma lição aqui para todos nós e eu, cada vez que lhe ouço, posso dizer que estou aprendendo, como o Brasil todo aprendeu um pouco, onde você fala o mundo real, fala da sua experiência do longo desses, me permita dizer, 85 anos, com a maior lucidez e disse que não tem inveja nenhuma de quem já morreu, me

disse baixinho aqui [risos]. E nem quer furar fila, quer esperar a hora certa.

Mas, meus amigos, nós estamos com um problema de horário. Tem um amigo ali, eu sei que ele está ansioso para falar, então nós vamos ter que dar uns cinco minutos para ele e depois vamos tentar encerrar.

SR. ADERMAR ARAÚJO: Boa tarde a todos, boa tarde Senador Paulo Paim. Nós temos uma grande admiração pelo seu trabalho, fica aqui o reconhecimento dos trabalhadores que pertencem à nossa categoria, mas eu não poderia deixar de esclarecer um mal entendido que foi falado aqui, até para seu conhecimento, até para seu conhecimento também. Quando o Trevisan falou, e ele eu acho que na... eu tenho que falar olhando para a pessoa, eu tenho esse defeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu também.

SR. ADERMAR ARAÚJO: E quando ele falou citando os exemplos da silicose, que falou em torno de duzentos mil e logo em seguida ele falou do amianto, deu a entender que tinha duzentos mil de doentes do amianto, e nós temos um problema hoje, e eu vim aqui para falar de aposentadorias, e o problema que nós temos na nossa categoria de aposentadoria é por quê? Nós reduzimos o limite de tolerância, que é duas fibras por centímetro cúbico, isso através de acordos, nós reduzimos em vinte vezes. Nós estamos hoje, a legislação é 2 fibras, nós estamos com 01, 02 duas fibras por centímetro cúbico. Então quando o LTCAT chega no INSS para aposentar esse trabalho, que o perito pega e diz que a legislação previdenciária só aposenta acima de 2 fibras, ele nega. Então nós tivemos a coragem de baixar o limite de tolerância para que esse trabalhador do amianto aposente com 35 anos e viva a expectativa de vida que é 78 anos, 72 anos. Então que fique claro que lá no amianto nós não temos problema de saúde. Nós tivemos no passado, mas nos corrigimos, tá?

E outra coisa: o que me preocupa é que pegaram o amianto para Cristo, porque foi falado aqui que o mármore mata, só esse ano já matou onze, mas nenhum que falou aí, falou de proibir o mármore, mas o amianto não matou ninguém não, nós não matamos ninguém de 1980 para cá, mas todo mundo que falou quer proibir o amianto. Por quê? As pessoas não conhecem e se acham no direito em falar do nome dos trabalhadores da categoria do amianto. Quem não conhece procure conhecer, faça uma visita, nós somos exemplo. Eu não tenho a vergonha de dizer e eu me sinto honrado de falar isso, nós do movimento dos trabalhadores do amianto somos exemplos de organização de local de trabalho. Eu desafio qualquer uma das categorias que aqui estão e que estiveram aqui hoje, e eu participei desde cedo, que organizaram a sua categoria igual nós organizamos. Nós estamos lá à disposição para quem quiser ver e, talvez, até a gente colaborar também para que organize.

Então fica aqui o meu protesto, que eu acho que foi um mal entendido, e eu queria, com relação à aposentadoria, eu queria só falar o seguinte: nós temos uma legislação previdenciária excelente, apesar de todas as mudanças que teve, mas a aposentadoria hoje, a decisão da aposentadoria especial hoje, está na mão dos peritos. Os peritos, a maioria, pensa que é Deus, e uma grande parte deles já tem certeza que é. Então a aposentadoria especial hoje, ela está exclusivamente na mão dos peritos, eles fazem o que eles querem. Não adianta, o movimento sindical vai lá, briga, peleja, marca reunião, fala com o gerente, mas eles falam: "Olha, eu tenho uma cartilha e eu vou fazer o que está dizendo na cartilha". Ele não olha nem o laudo, ele olha é a cartilha que a gerência passa para eles. Ele fala: "Olha, eu vou fazer isso aqui". E eu conversando no dia, uma certa vez, com o procurador do INSS, ele falou: "Olha, a questão é o seguinte: eu recebo ordem e eu tenho que cumprir essa ordem. E eu tenho que negar, eu tenho que negar. Depois vocês entram na justiça. Quando tiver aí milhões de aposentadorias de processo na justiça, aí o Governo chama para uma negociação e oferece 30%, vocês já estão cansados de esperar, aí vão aceitar", e deu o exemplo do FGTS. E é isso que vai acontecer, os Tribunais tão abarrotados de processos, mas a nossa categoria só aposentou administrativamente até 1998. De 1999 para cá só alguns que conseguiram e os poucos que conseguiram foi através da justiça.

Então era isso que eu queria passar para os companheiros, para que não ficasse esse mal entendido, e nós tivemos a coragem [soa a campainha] de mudar, de organizar um local de trabalho, de mudar uma realidade e hoje nós não oferecemos risco a esses trabalhadores. E, se por acaso oferecer, aí sim nós vamos parar a empresa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Meus amigos, nós estamos com o problema de horário, esse é um tema que exige com certeza uma conversa mais longa, como a gente fala. Eu vou tomar a liberdade de propor a todos que participaram aqui do painel, enfim, de que de uma forma ou de outra se expressaram ou acompanharam o debate, eu acho esse sistema tão grave, tão grave, por tudo que foi dito, inclusive pessoas falaram agora no final, que essa questão do amianto também, da forma que é colocado, e o senhor colocou as coisas nos devidos lugares, que nós deveríamos, na minha avaliação, por-

que é uma questão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque essa Comissão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de nós, talvez, ousar e fazer aqui um grupo de trabalho para aprofundar esse debate e apresentar ou mudanças nas normas que regulamentam ou mesmo na legislação, se assim entendermos, porque eu me lembro que eu era Deputado Federal ainda, até eu tenho cópia aqui dos Projetos, lá eu apresentei Projetos de Lei, quando eu vi que estavam desmontando com as aposentadorias especiais para regulamentar o instituto da aposentadoria especial de forma definitiva.

Bom, não andou o Projeto. Eu me lembro que foi para a mão, uma época, da Deputada Jandira Feghali, que queria aprovar, que dava uma posição muito boa, depois foi para a mão do Deputado Arlindo Chinaglia, que hoje é Presidente da Câmara, infelizmente, não por culpa dele, mas não avançou também, e hoje o Projeto está parado lá. Aqui eu apresentei uns quatro Projetos nesta linha, eu tenho cópia deles aqui, de buscar aprimorar a legislação, que eu sempre digo que não tem Lei perfeita. A Lei perfeita, para mim, nasceu morta. Eu sempre acho que a Lei pode ser melhorada, e quem é Advogado sabe que às vezes uma vírgula mal colocada, com a maior boa vontade do legislador, pode complicar toda a intenção de boa vontade no caso de contemplar aqueles que mais precisam, que no meu caso são os trabalhadores, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. No meu caso são os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas.

Eu sempre digo, têm uma frase que eu usei na minha primeira campanha e eu vou repetir aqui a frase, eu uso até hoje: "A minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada, de todos os discriminados e dos aposentados e dos pensionistas". Essa frase é a minha Bíblia, é a minha orientação para a minha atividade pública e eu não fujo dela, eu não fujo dela. Posso até errar, mas a intenção minha é manter sempre esse norte.

Então com essa visão eu acho que efetivamente a questão das aposentadorias especiais, estamos num drama, estamos numa situação das mais difíceis até por essa questão também dos peritos. Eu estou aqui lembrando só, como a vida é engraçada, que tem aqui um tal de um PL nº 68, eu acabei pegando para relatar e tem uma série de categorias que querem ter direito à aposentadoria especial e entre elas estão os peritos, que querem que eu inclua ali, que pela atividade deles, que eles acham que é de alto risco quando eles têm que fazer, sei lá, a inspeção. Mas só para ver como essa questão é complexa, e serviço público, serviço público. Então eu estou ali com uma série de categorias ali, PL 68, do serviço público, algumas justas. Por isso que procede a sua participação aqui.

Então eu proporia ao Canindé, eu acho que ao Luiz e ao Altair, nós poderíamos aqui, porque eu tenho que encerrar oficialmente, nesse momento eu tenho que encerrar como Senador, mas eu encerro a Audiência Pública e vocês fariam uma conversa, o Canindé aqui, de tentar organizar um grupo de trabalho e de nós termos algumas reuniões para aprimorar as iniciativas que existem já na Casa e mesmo tentar influenciar nos Decretos, nas normas regulamentadoras da aposentadoria especial. Vocês acham que pode ser assim? Que eu estou com problema de horário nesse momento.

Está encerrada essa Audiência Pública e eu peço que os senhores aguardem mais um minutinho aqui. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h57.

54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e treze minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e oito, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **(FLÁVIO ARNS)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, PAULO DUQUE, CÉSAR BORGES** e **ROMEU TUMA**. A presente reunião tem por finalidade atender aos Requerimentos nºs. 63, de 2008 – CDH e 01, de 2008 - CASDEF, de autoria do Senador Flávio Arns, visando debater a Capacitação para o Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, da CASDEF e da CDH, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente convida os palestrantes para comporem a Mesa e terão 10 minutos para suas exposições. Usam a Palavra os seguintes convidados: **Dra. Maria Aparecida Gugel** – Subprocuradora-Geral do Trabalho; **Sra.**

Loni Elisete Manica – Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; **Jornalista Eduardo Purper; Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos** – Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; **Deputado Eduardo Barbosa** – Presidente da Federação Nacional das APAES. Também fizeram uso da palavra o Ator Marcos Frota, o Funcionário do Gabinete do Senador Paulo Paim, Sr. Luciano, Dr. Paulo Brandão – Coordenador da equipe do PRODASEN e os personagens de Maurício de Sousa, Luca e Dorinha. Às doze horas e nove minutos, o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senhor Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da SubComissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em conjunto com a 54ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho à dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores de ambas as comissões. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião consta da programação da quarta semana do Senado Federal de acessibilidade, valorização da pessoa com deficiência. E tem, por finalidade, o debate sobre a capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência. Atendendo aos Requerimentos nº 1 de 2008 da CASDEF, nº 63 de 2008 da Comissão de Direitos Humanos. Fazem parte desta Audiência Pública o Deputado Eduardo Barbosa, minha direita, Presidente da Federação Nacional das APAES; o Sr. Alexandre Baroni, que ainda deve chegar, que é o Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE; o Sr. Eduardo Purper, Jornalista, à minha esquerda; a Sra., Dra. Maria Aparecida Gurgel, Sub-Procuradora do Trabalho; a Sra. Loni Elisete Manica, Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI; e o Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN.

Antes de iniciarmos a audiência, eu gostaria de saudar, a presença da Dorinha e do Luca, sejam muito bem-vindos, gostaria inclusive que viesse aqui na frente. Personagens do Maurício de Sousa que vêm dando uma ênfase especial para esta área da pessoa com deficiência. E gostaria, inclusive, se vocês quisessem, de dar uma mensagem aí para o Brasil através da TV Senado, que seria, assim, muito interessante e muito bom. Vamos, existe um microfone, assim, que possa ser utilizado. Talvez possa vir mais para cá, que a TV Senado também pode pegar a imagem para a televisão para que o Brasil inteiro acompanhe. Tem um microfone de mão, ou não? Tem aqui, olha. Aí fica mais tranqüilo ainda.

Ontem, inclusive, na Audiência Pública que tivemos com os atletas, os pára atletas, eles disseram que esta discussão, conscientização da sociedade deveria começar com a criança. Para envolver as pessoas em toda caminhada pela vida. E até foi enfatizado que justamente esse é o objetivo dessa semana, também com a participação do Maurício de Sousa para que a escola, a criança, o adolescente, todos fiquem envolvidos nessa discussão dos direitos da pessoa com deficiência. Mas pode mandar brasa aí.

[risos]

DORINHA: Bom dia a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom dia.

DORINHA: Eu estou muito feliz em estar aqui. Essa é uma atitude muito importante para todos nós deficientes. Pois temos as mesmas capacidades que todos. Só precisamos de mais acessibilidade e mais carinho para que nós possamos nos desenvolver e fazer tudo que é possível. Que, aliás, é tudo mesmo! Não é, Luca?

[palmas]

LUCA: Bom dia, pessoal!

É isso mesmo que a Dorinha falou. A gente pode fazer de tudo. Eu sei até nadar! Eu jogo xadrez, eu jogo basquete. Então a gente não gosta de ser tratado como se a gente não pudesse fazer nada. Tem gente que trata a gente como se a gente fosse incapaz de fazer qualquer coisa. E não somos!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Obrigado para a Dorinha, obrigado para o Luca. E esta mensagem é a mensagem importante mesmo. Nada de pena, de piedade, mas sim de chance, de oportunidade, de direitos, de cidadania, mostrar a capacidade, não a deficiência, mas a

eficiência. Ontem o Clodoaldo, que é o nadador paraolímpico do Brasil, inclusive dizia, que ele em muitas palestras que ele dá pelo Brasil, as crianças com deficiência e mesmo sem deficiência chegam para ele e dizem: Quero ser igual a você quando crescer.

[risos]

Quer dizer, o que quer dizer com quero ser igual? Pessoa que faz, que luta, que trabalha, que vai atrás, que não se deixa abater, eventualmente, por algum percalço da vida. Não é verdade? Então, essa que é a mensagem também dessa semana de valorização.

Quero destacar aqui a presença do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Até pediria que viesse... Para que sempre apóia a área da pessoa com deficiência e outras áreas, autor do Estatuto da pessoa com deficiência, da pessoa idosa, da igualdade racial e batalhador num conjunto de áreas fundamentais para o Brasil. Senador Romeu Tuma que está aqui presente também. Sempre solidário pronto para atender, para discutir, sensível, fazendo o que for necessário para o bem das pessoas no Brasil. E independente de quem sejam elas e, naturalmente, com uma ênfase especial, Senador Romeu Tuma, a favor da pessoa com deficiência sem dúvida alguma.

Então, que bom que estamos aqui e quero saudar a todos que estão aqui, além da Dorinha e do Luca, para discutirmos um dos temas mais fundamentais na inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, na família para a independência, para a alegria, para a realização que é a questão do trabalho. Por isso, o tema desta Audiência Pública quer justamente a discussão como já foi lido agora a pouco, e repito, ao debate sobre a capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência. É o grande desafio, um dos maiores desafios, não é? E que vai ser objeto, então, dessa abordagem no dia de hoje.

Eu quero só enaltecer a presença das pessoas que fazem parte desta audiência que estão já à mesa, recepcioná-los, dar as boas-vindas, dizer da alegria que o Senado tem em tê-los participando dessa Audiência Pública e também dizer que por uma questão de organização, cada fala terá a duração de 10 minutos. Havendo, assim, uma tolerância também, naturalmente, para se terminar o pensamento, o argumento, o que for necessário. Ao mesmo tempo, eu quero dizer que tem uma campainha aqui que não sou eu que bato, mas é aquele relógio lá na frente que começa a marcar os dez minutos e quando a gente chega nos 9 minutos, a campainha bate, mas não é, assim, uma falta de educação da minha parte, nada, porque é uma coisa automática, isso não quer dizer que vocês precisem terminar no minuto que resta, se precisar complementar aí... Está com o tempo se esgotando, exatamente. Então, nesse sentido que para vocês saberem como é que, assim, a finalidade da campainha.

Então nós vamos começar com muito prazer, dando a palavra para a Dra. Maria Aparecida Gurgel, que é Sub-Procuradora do Trabalho. Eu quero dizer, inclusive, que conheço a Dra. Maria Aparecida, há muitos anos, já posso dizer uma pessoa muito atuante na área, muito participativa, tem colaborado muito com, assim, esta realização do direito ao trabalho, da pessoa com deficiência e participa ativamente de movimentos sociais, dando palestras, conferências, e é uma pessoa extremamente estimada e que pode colaborar decisivamente para desafios nesta área.

Então, com a palavra, a doutora Maria Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA GURGEL: Eu agradeço as palavras do Senador Flávio Arns, que, como todos viram, é por conta da amizade, não é? E claro que a amizade estreita os laços e estreita, e enaltece as emoções. Mas sinto-me satisfeita em estar aqui e poder colaborar nessa discussão. Pensei bastante nessas minhas reflexões, já falei ao Deputado Eduardo Barbosa que ultimamente eu tenho refletido bastante porque eu estou nocauteada, estou afastada do trabalho, então eu posso, eu posso refletir com afinco, é uma epicondilite que está aqui no meu braço e não tem jeito de ir embora.

Mas enfim, ao longo desta última década, nós temos enfatizado a necessidade de implementação das nossas leis, das leis vigentes no país. Nós temos leis valorosas, que seriam de fácil aplicação, de fácil implementação, não fosse toda a questão histórica que a nossa sociedade vem enfrentando em relação à pessoa com deficiência. Então, tivéssemos um ambiente social mais favorável, mais acessível, de maior compreensão sobre as potencialidades da pessoa com deficiência, resguardadas as peculiaridades daquela pessoa que é cega, daquela pessoa que é surda, daquela pessoa que tem deficiência física, daquela pessoa que tem deficiência mental ou tem múltiplas deficiências, seria efetivamente mais fácil colaborar com esta ascensão, com esta valorização dia-a-dia da pessoa com deficiência.

Muito bem, mas temos esse cenário de exclusão. Então temos que trabalhar também este cenário de exclusão. Não é à toa, vimos aqui, os personagens do Maurício de Sousa, buscando atingir a pessoa humana desde o seu nascimento, ou a partir do momento que é alfabetizada, que está na escola, ter essa compreensão do que sejam as deficiências.

Muito bem, então a minha reflexão vai nesse mesmo sentido dizendo o seguinte: *"Nós temos uma lei de cotas de reserva tanto na Administração Públi-*

ca, quanto nas atividades privadas, que é fundamental a sua sobrevivência ainda, nós todos sabemos que a reserva, que a cota deve ser temporária até que atinjamos o patamar de inclusão da pessoa com deficiência. Então, fica aqui uma reflexão muito profunda. Qualquer tentativa hoje de eliminação da reserva, poderíamos dizer que nós estaríamos podando a inclusão da pessoa com deficiência. Nós necessitamos da reserva ainda, da reserva de vagas, nós necessitamos ainda da cota. Que volto a dizer, precisa ser temporária. Temporária até que atinjamos esse objetivo".

Muito bem, mas nessa reflexão da eficiência da cota, nós temos que trazer algumas dificuldades. Então nós temos a reserva, hoje, nós temos a cota e nós vemos, falei isso ontem lá na conferência do CONADE, nós temos trabalhadores com deficiência disputados a tapa pelo empresário. Literalmente. Nós temos hoje uma oferta de mercado para o cumprimento da reserva, no entanto, não temos esse trabalhador preparado adequadamente, qualificado para o exercício das atividades. Muito bem, isso faz com que o próprio empresariado saia em busca da qualificação destas pessoas. Então, hoje, nós vemos e constatamos empresários que devem cumprir a reserva, que devem cumprir a cota, fazendo a qualificação profissional. Isto é bom! Porque existe o aproveitamento da pessoa, do trabalhador com deficiência para as próprias atividades daquele setor e existe também, infelizmente, o excedente, aquele que não é aproveitado, aquele que não é contratado, mas que já fica na sociedade com alguma qualificação.

Ora, se pensarmos no nosso sistema, teríamos que dizer que esta competência, esta atribuição ou esta responsabilidade é do Estado. O Estado precisa prover a educação, a qualificação profissional e, claro, a partir do segundo momento, um mercado de competição para absorver toda essa, todo esse trabalhador formado e qualificado. Então vemos aí uma, digamos assim, um ponto positivo deste empresariado auxiliando a formação profissional. E dentro desta linha, me parece, que teríamos que raciocinar também em relação ao número de pessoas com deficiência. Ora, a estatística nos diz, nos revela que está em torno de 14% da população. Destes 14%, assim, estou falando em números aproximados, pelo menos um milhão de pessoas estão na assistência social. E esta assistência social, ela é direito, nós precisamos ter, assim, muita clareza de que a assistência social é direito. E a pessoa com deficiência deve permanecer na assistência social também temporariamente. Porque ela precisa superar a fase da assistência. Dentro da assistência, ela precisa ser elevada a condição de cidadã para poder disputar o mundo do trabalho, não falo o mercado do trabalho, mas o mundo do trabalho. Então, a assistência também tem que lhe proporcionar esta habilitação, esta qualificação para o trabalho.

Então, se pensarmos assim, e se pensarmos na temporariedade que esta pessoa deve permanecer na assistência, nós poderíamos também tratar da questão da contribuição. Ora, se esta pessoa permanecer temporariamente na assistência, ser elevada a esta condição a formação, à qualificação, nós poderíamos ter num curto espaço de tempo, eu diria a médio prazo, nós poderíamos ter, digamos, este milhão, não é, este um milhão de pessoas atualmente na assistência em menos de uma década, se preparada estiver, dentro daqueles programas de formação e qualificação, contribuindo para a própria Previdência Social. Então, é nisto que nós precisamos pensar. Nós precisamos melhorar a condição destas pessoas que estão na assistência para que elas possam contribuir para este nosso sistema, este nosso sistema previdenciário.

Muito bem, temos também, e aí é uma questão que precisaria ser elaborada via legislativa, nós temos alguns problemas, temos o problema da assistência social, sua incompatibilidade com o sistema da consolidação das leis do trabalho. A pessoa que está na assistência, ela não pode ingressar no mercado de trabalho porque, claro, presume-se que ela tenha atingido aquele patamar de formação e qualificação, portanto, apta para o trabalho. Então, precisamos resolver, a incompatibilidade já está dita, é inconstitucional, é constitucional, quer dizer. Então, tratar desta incompatibilidade via... Pronto, já fiquei nervosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não, Maria Aparecida, eu vou acrescentar, até como regra, acrescento 5 minutos, aí dá para concluir o pensamento.

SRA. MARIA APARECIDA GURGEL: Dá para concluir o pensamento. Então, precisaríamos pensar nesta forma de saída da pessoa com deficiência da assistência para o sistema consolidado, para uma vida produtiva. As leis hoje existentes permitem isto, nós temos o trabalho competitivo e nós temos o emprego apoiado. O trabalho por conta própria. Então é plenamente possível.

Muito bem, precisamos também de um, para elevar esta condição de empregabilidade, um estímulo a esta formação profissional. Infelizmente hoje nós temos tudo via decreto. Difícil de implementar. Porque precisa ter uma conversa com a pasta X, a pasta Y e a pasta Z que nesta comunicação não se entendem. Então, precisamos deste estímulo à formação profissional.

Por outro lado, precisamos de estímulo para o empresariado contratar pessoa com deficiência. Eu não estou nem me referindo aquele que tem a obri-

gação da reserva. Mas aquele empresariado que não tem a obrigação da reserva, mas que poderia ter um estímulo para contratar pessoas com deficiência. Porque hoje as empresas com 100 ou mais empregados é que devem ter a reserva. Sabemos que tem uma discussão para baixar este limite para 50 ou mais empregados. Eu diria que ainda é muito pouco, porque a nossa base empresarial, ela é formada por empregados até 20 empregados. Então precisaríamos, aí, pensar num estímulo aos empresários para, sei lá, talvez desoneração da folha, desoneração de encargos sociais, eu não imagino aqui agora no momento, não seria o caso, porque é muito rápido, mas precisamos pensar nesta, neste estímulo.

Uma outra e final questão, é pensarmos a questão da pensão por morte, a pessoa com deficiência que tem direito a pensão por morte. Muitas pessoas com deficiência que estão interditadas, estão interditadas para a garantia da pensão por morte. Precisamos urgentemente pensar um mecanismo para trazer esta pessoa também para o mundo do trabalho. Seja no trabalho competitivo, seja no trabalho por conta própria, com todas as suas variantes. Cooperativismo, regime familiar, trabalho autônomo.

Por quê? Porque a pensão, assim como o BPC, são empecilhos para a pessoa se qualificar e vir para o mundo do trabalho. Então temos que pensar num mecanismo de a pessoa poder reservar, guardar para si ainda a pensão por morte, garantir o benefício da pensão, mas, ao mesmo tempo, garantir a sua permanência ou o seu acesso ao trabalho. E aí, claro, com os mecanismos. Ela vai para o trabalho, então, se estiver no trabalho, com escalonamentos, quanto por cento desta pensão ela poderá ainda receber e quanto por cento ela perderá, entre aspas, por estar no trabalho. Então esta é uma medida e é uma medida necessária e será eficiente para termos este volume, que nós também não sabemos, porque não temos a estatística, mas sabemos que são milhares de pessoas que poderiam estar no trabalho, no mundo competitivo do trabalho e hoje não estão porque querem e com, assim, com a máxima, o máximo respeito a estas pessoas, claro, devem garantir a sua pensão. Assim como aqueles trabalhadores que dizem: *"Eu não saio do BPC porque esta é a minha garantia mensal"*.

Então, precisamos pensar nestas duas hipóteses urgentemente. E essas duas hipóteses, repito, precisam ser discutidas por estas duas Casas, no caso, o Senado e Câmara, porque ela precisa ser por medida legislativa. Fácil aplicação, fácil fiscalização e que tenhamos ânimo para implementar todas estas variantes.

Então, eu trago aqui uma outra visão, falei ao Senador que essa reflexão, esses momentos de solidão nos dão esses momentos de reflexão. Então à par dessa legislação boa que temos, precisamos pensar em incrementá-la. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento da Dra. Maria Aparecida Gurgel, eu só quero destacar, como eu já mencionei antes, que o Senador Paulo Paim que está aqui presente, junto com o Senador Geraldo Mesquita que é companheiro também importante nessa questão da cidadania, de todos, e também da pessoa com deficiência. Mas eu quero destacar em relação ao Senador Paulo Paim que ele é o autor do Estatuto da pessoa com deficiência. Eu fui o Relator aqui no Senado e o Estatuto está lá na Câmara. Eu só quero dizer que todas essas questões que foram levantadas, constam do Estatuto, em questão da microempresa, do BPC, da interdição, quer dizer, todas elas constam do Estatuto, algumas precisam ainda ser um pouco melhoradas, isso que eu disse para a Câmara, vamos melhorar ainda isso, mas a legislação já foi aprovada no Senado Federal no Estatuto da pessoa com deficiência.

Porque são preocupações das famílias. Como é que eu vou fazer com que o meu filho com deficiência intelectual esteja registrado, com carteira de trabalho se com isso ele perde a pensão? E perdendo a pensão, depois perde o emprego, e perdendo o emprego não tem nem a pensão e nem o emprego.

A legislação precisa dar conta disso, ou o BPC, o BPC só para fazer esclarecimento, o BPC, a pessoa não vai trabalhar porque tem o benefício da prestação continuada. Aí o decreto do Presidente Lula, do ano passado, depois da aprovação do Estatuto, colocou: *"Não, ele pode trabalhar e se perder o emprego, volta a ter o BPC"*. Mas se ele começa a trabalhar, ele também perde a pensão. Então, também é não, o decreto não previu essas situações que o Estatuto prevê. Então, são detalhes importantes para a vida da pessoa. Não é?

Mas que bom! Eu só quero enaltecer, porque o Senador Paulo Paim e eu, muitas vezes, somos, assim, extremamente criticados, por certos setores, pelo Estatuto, mas eu digo Estatuto se tiver coisa ruim também vamos arrumar e vamos melhorar, mas todos esses aspectos foram levantados no Estatuto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns como grande homem público ele tem sempre uma grande humildade. E ele não diz quando ele fala isso, ele fala que eu sou o autor, só que ele não diz que quem fez o relatório e quem fez um substitutivo e quem colocou todas essas propostas, melhorou 100% o Estatuto, foi

ele, então, o grande mérito é do Senador Flávio Arns. Me permita aqui uma salva de palmas.

[palmas]

Teria que dizer agora, depois a gente fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero anunciar a presença do Paulo Brandão da gráfica e de toda a equipe do serviço de impressão em braile do Senado. São revisores do braile, temos já inúmeras iniciativas em braile e todos estão aqui presentes. Sejam muito bem-vindos.

Passo em seguida a palavra à Loni Elisete Manica, que é Especialista de Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, sistema AS, que foi convidado, a Loni tem uma experiência muito ampla nesta área da pessoa com deficiência há muitos anos. Não vou dizer muitos, que muitos parecem já décadas, mas há vários anos já trabalha e você é tão jovem ainda, há vários anos trabalha nessa área com muita competência e dedicação. Então, com a palavra, você, Loni.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Bom dia a todos e a todas. Eu cumprimento a nossa mesa aqui na pessoa do Senador Flávio Arns, com quem eu consegui acompanhar o trabalho durante o tempo em que era Presidente das APAES, a sua luta. Tive no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Especial onde eu pude também conhecer mais de perto o trabalho do Flávio. Cumprimento os demais senadores aqui na pessoa do Paulo Paim, que realmente, essa dupla aqui no Senado, ela não tem como, de forma alguma, não ser reconhecida por toda a sociedade pelo trabalho que vocês estão fazendo aqui dentro do Senado, junto aos senadores e essa conscientização aqui dentro dessa Casa em relação a essas pessoas e a capacitação dessas pessoas.

Eu agradeço esse convite da Casa que foi formulado em nome do nosso Presidente da CNI, Dr. Armando Monteiro Neto, que juntamente com o nosso Diretor-Geral, Prof. José Manoel de Aguiar Martins e a Profa. Regina, são pessoas que também não tem medido esforços para que a capacitação dessas pessoas com deficiência aconteçam para que vão para as indústrias com qualidade. E que não se façam apenas uma presença da indústria para cumprimento de cota, mas que eles tenham também, gerem lucro e que sejam capazes e que possam se sentir cidadão realmente dentro de uma empresa.

Cumprimento também os meus colegas que estão aqui hoje, a Joana que é a nossa professora de braile, minha colega de trabalho, pedagoga, os demais colegas, a COAL que conquistou esse espaço aqui que é de assunto legislativo. E eu digo que a incumbência aqui é muito grande porque falar em tão pouco tempo do sistema AS, é realmente um momento muito especial aí, mas com muito pouco tempo. Eu acredito que nós temos grandes, grandes experiências do sistema AS, conheço o trabalho da CNC, da Confederação Nacional do Comércio, através do SENAC, do SESC que tem feito um brilhante trabalho, também uma metodologia já testada e aprovada com essas pessoas. O trabalho do SENAR, através da Confederação Nacional da Agricultura. O SENAR hoje tem um papel muito importante também, está desenvolvendo esse trabalho com a agricultura e com os deficientes que atuam na agricultura através de um projeto, Apoema, que é um projeto muito especial. A CNT também, mas hoje eu vou falar aqui sobre o SENAI, que é aquele trabalho que eu coordeno, sou gestora nacional representando o trabalho do sistema AS.

Vou pedir que nos ajude aí, pode passando rápido para nós porque o tempo também.

Onde nós estamos? Nós estamos em todo o Brasil, o Centro de Educação Profissional, em unidades móveis e o Centro Nacional de Tecnologia. Isso é importante, porque qualquer trabalho que o SENAI nacional faz, ele pode chegar a todos os estados. Então nós temos essa competência também. Pode passando.

Aqui é um panorama do que é o programa SENAI de ações inclusivas dentro do Brasil. Em 99, já, Maria Aparecida Gurgel também já estava conosco lá nas discussões, lá na CNI e brigando um pouco sobre essa terminologia, nos ensinou muito, melhoramos muito em termos de terminologias também. Nós chamamos ainda o nosso programa, pessoas com necessidades especiais porque nós atendemos a três categorias, pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades. E em 2004 esse programa estendeu para raça, etnia e gênero que nós temos um trabalho muito forte na educação profissional e em 2007 nós criamos uma metodologia específica sobre a inclusão do idoso na educação profissional e essa metodologia foi implantada em 24 estados, já está sendo totalmente validada, em 2009 será em todo o Brasil.

Mas hoje, então, nós ficamos só com o primeiro item do programa SENAI de ações inclusivas que fala sobre as pessoas com deficiência. Projeto nasce antes mesmo da lei, do Decreto Lei que fortificava a lei e ratificava a lei sobre a questão da cota. Então nós em junho de 99 iniciamos o projeto e em 2000/2001 realizamos uma experiência piloto nesses cinco estados com toda a adequação das escolas, com a capacitação dos docentes, com a quebra de barreiras arquitetônicas, foi um movimento bastante ousado, porque nós chegamos às nossas escolas com a intenção de dar todo o aparato necessário para que os alunos deficientes

pudessem ser capacitados. Escolhemos um estado de cada região e fizemos a nossa experiência piloto.

Então, o grande objetivo nessa vertente do programa é a inclusão dessas pessoas nos cursos do SENAI. Em 2002 nós disseminamos a metodologia já testada e aprovada nos demais estados e em 2004 ele torna-se um programa maior e deixa de ser um projeto. Passa, por favor.

Qual é o grande foco desse projeto? É o apoio à indústria, o apoio ao empresário para que possa ter mão-de-obra qualificada. Então algumas ações que nós temos desenvolvido, passa, por favor.

Documentos impressos, teóricos que nós, muitas vezes, fazemos com a ajuda de consultoria própria, que apóiam as nossas escolas, vídeos também preparados para isso. Pode passar.

Nós temos um grande programa que foi lançado pelo nosso presidente da Confederação Nacional da Indústria que é o programa para a nova indústria, dentro desse programa, o SENAI tem na educação profissional uma coletânea e dentro dessa coletânea nós temos dois cadernos muito específicos para esse público que é o Inclusão Digital e Ações Inclusivas, que são metas que nós temos que desenvolver e alcançar até 2010. Pode passar para nós, por favor. Pode passar.

Nós temos parceiros, isso é fundamental, nós não conseguimos fazer nada sem a parceria, então, nós temos dois grandes eixos. Então uns dizem assim: "*Então vocês fazem só inclusão em cursos regulares?*" Não, o deficiente chega na escola, ele tem, sim, o acesso ao curso que ele quiser, mas se nós temos uma demanda de uma indústria para que necessita de 20 deficientes em determinado momento, nós fechamos uma turma com 20 deficientes. A APAE tem sido uma grande parceira porque a APAE já faz uma qualificação em seus ambientes. Tem uma cooperativa própria em muitas das APAES. Aqui está o nosso representante aí da federação nacional que sabe disso. Então, muitas APAES nos estados estão chamando o SENAI para que nós possamos ir até a APAE, requalificamos e certificamos, porque ele com o certificado do SENAI ele tem uma empregabilidade maior e as APAES têm feito esse trabalho junto conosco também.

Então nós temos mais de mil parceiros em todos os estados, em todo o Brasil, desculpa, através de convênios, termos de cooperação e contrato. Nós temos uma nova parceria, semana passada nós tivemos no Rio Grande do Norte com o Ministério do Trabalho lançando o projeto de aprendizagem para as pessoas com deficiência. E o SENAI tem sido um parceiro do Ministério do Trabalho, estamos juntando as nossas forças para incluir essas pessoas nos cursos de aprendizagem também. Passa para nós, por favor.

Cursos que nós já desenvolvemos para os nosso docentes, Joana é docente do curso de braile, está aqui comigo, já fizemos três cursos de escrita a braile a distância. Então me perguntam por que braile se já temos softwares específicos para os professores? Porque um aluno cego que chega à escola e não tem o acesso ao computador ainda, ele tem como dialogar com esse professor e, inclusive, fazer uma prova em braile, o professor tem obrigação de conhecer o mínimo dessa escrita.

Nós também já desenvolvemos dois cursos de língua brasileira de sinais, o primeiro foi em 2000, bastante ousado porque libras a distância é uma coisa difícil, fazer libras, e esse ano nós tivemos dois anos de curso, ano passado e esse coordenado pelo SENAI do Paraná, que é a sua terra. Coordenado por eles, muito bem coordenado e conseguimos capacitar 250 docentes em libras à distância, durante dois anos.

Tivemos também atualização do sistema braile que mudou todo e a Joana teve essa preocupação. Já desenvolvemos vários cursos de uso do software virtual Vision pelos nossos docentes que não são cegos, pelos nossos docentes que são videntes, mas que precisam estar prontos para receber o aluno cego em curso de informática. Todas as nossas unidades do SENAI receberam o software para cegos, instalaram esses softwares nos seus laboratórios, o cego pode chegar e decidir fazer um curso de informática porque ele vai ter isso no SENAI. Passa para nós, por favor.

Ações que nós fizemos só esse ano, qualificamos 562 docentes e técnicos em todo o Brasil para trabalhar com essas pessoas. Foram criadas 68 cursos além dos existentes pelo SENAI. Atendemos 4.212 até setembro desse ano, só nesse ano. Tivemos 283 unidades adaptadas, tivemos 10 prêmios recebidos, reconhecidos do nosso trabalho. 32 vídeo-conferência para a discussão desses temas, uma Vídeo-Conferência Nacional porque nós temos um satélite que nos proporciona isso, essas reuniões com todos os estados constantemente. Divulgação em mídia. Pode passar para nós.

Ainda, inovações tecnológicas, parcerias firmadas, materiais impressos esse ano, mais de 28. Tivemos eventos organizados pelos estados em torno de 37 eventos. Representação em órgãos locais e participação em comissões. Pode passar para nós.

Aqui um número que nós temos de deficientes que passaram pelo SENAI até hoje, um projeto que foi implantado em 2002 até 2008, até agosto de 2008 nós temos 35.134 deficientes. Parece um número pequeno diante de tudo que nós temos, mas para fazer educação profissional também tem alguns pré-requisitos. Então eu considero um número bastante significativo para o Brasil. Pode passar.

São algumas inovações tecnológicas, nós temos um kit porque o nosso trabalho não é feito só nas unidades fixas, ele também vai até as comunidades de difícil acesso. Se os deficientes não podem chegar até o SENAI, o SENAI vai até a ONG ou até a comunidade para fazer o curso acontecer dentro desses locais. Então esses kits são adaptados também para entrar cadeira de rodas, para poder ter. Esse material é produzido também em escola do SENAI, Reglete e Punção, que nós distribuímos aos nossos docentes e aos alunos que são cegos. Passa para nós, por favor.

Aqui nós temos um pouquinho do produto desenvolvido que incrivelmente não foi algo que partiu de uma orientação do DN, mas que surgiu pela necessidade, os alunos chegavam ao SENAI e precisavam fazer uma adaptação num torno, adaptação numa máquina de costura e com isso foram nascendo inovações tecnológicas e hoje nós temos uma feira de inovações tecnológicas, esse ano nós já demonstramos uma moto Harley Davidson toda adaptada para um deficiente sem perna. Isso feito no SENAI. Nós tivemos uma cadeira off-road, nós temos muitas dessas inovações que estão sendo feitas pelos alunos e projetos no SENAI. Passa para nós.

Aqui são algumas inovações, travesseiro com despertador para acordar o surdo, que ele vibra, a rampa elevatória, um sapato com sensor que a 30 metros o sensor toca. Cadeiras adaptadas, elevadores adaptados, algumas, nós temos mais de 137 inovações em 2008 criada pelos alunos em São Paulo tivemos a feira esse ano onde pudemos fazer essas demonstrações para a indústria. Pode passar para nós.

A expectativa é que essas inovações então possam ser, inclusive reconhecidas pelas pessoas, podem ser patenteadas e esses alunos, inclusive, já aconteceu com o joelho mecânico, uma prótese em que ele faz o movimento subir a escada, foram criados pelos alunos e hoje ele está reconhecido e foi patenteado. Então também é uma área que SENAI atua que são as inovações tecnológicas. Dificuldades? Sim, eu acho que Maria Aparecida Gurgel citou uma importante, que é essa preocupação do incentivo ao empresário. Que a gente tem que ter essa preocupação sim. Ninguém consegue sobreviver sem lucro. Então, dizer que o deficiente vá para dentro de uma empresa para cumprimento de cota não é isso que nós queremos. Como educadora que sou há 26 anos, eu acredito numa educação com competência, eles podem ir para uma empresa e gerar lucro sim! E isso desde que eles tenham uma capacitação com qualidade.

[palmas]

Dificuldades? Temos as dificuldades, até o muro da nossa escola, nós adaptamos toda a nossa escola, mas como é que ele chega até a escola se nós não temos um ônibus adaptado. Se nós não temos um desenho universal, se nós não temos uma estrutura própria para eles. Então, isso é uma grande dificuldade para o SENAI. Uma outra dificuldade, fazer educação profissional com a falta de conhecimentos mínimos exigidos numa educação profissional. Nós fazemos, por exemplo, com deficientes intelectuais, várias experiências com apostilas desenhadas, deu resultado, eles foram para a planificação. Mas o SENAI também tem que se preocupar com a escolaridade dessas pessoas que vêm querendo, pelo menos, um português, muitas vezes. Porque quando ele vai para a indústria se exige que ele saiba ler e escrever. Então a gente tem procurado fazer esse trabalho básico também. Passa para nós, por favor.

Aqui é o nosso site, estou terminando, estou dentro do tempo, graças a Deus. E esse é o nosso site, para quem quiser conhecer, aí tem, se você clicar, nós temos por região o que está sendo desenvolvido. Cada região coloca no seu mapa a sua ação desenvolvida em 2008, tanto na parte de pessoas com deficiência, tanto na parte de raça, etnia, gênero e idosos, pessoas com outras habilidades. O programa é muito grande, então, nós fizemos um site específico para ele que está dentro da CNI também. E dentro do SENAI nacional. Passa para nós.

Nós acreditamos e fechamos a nossa apresentação aqui dizendo que é impossível fazer qualquer coisa sem as parcerias. O Ministério do Trabalho tem reconhecido isso e para nós têm sido importantes as parcerias. Se nós não tivermos parceria, se nós não unirmos as competências, se nós não acreditarmos que é possível, nós pouco avançaremos. No entanto, se cada instituição fizer a sua parte, se o Senado fizer a sua parte, se a Câmara fizer a sua parte, se todos os Ministérios, Órgãos Públicos e privados fizerem a sua parte, a educação ganha, as pessoas com deficiência ganham, o Brasil como um todo ganha e o mundo das possibilidades, com certeza, cresce. Pois eu acredito que se nós sonharmos, sonhávamos há tempo atrás que não era possível nós fazermos uma educação com competência, esse sonho já ultrapassou. Nós já estamos na realidade. Ele está acontecendo. Eles chegam às escolas e se nós sonharmos juntos, e se nos pensarmos e acreditarmos como o Senador Paulo Paim nesse Estatuto e em outros que estão vindo, acreditar que é possível unir os esforços, eu não tenho dúvida que realmente nós vamos tornar um Brasil melhor, mais justo e mais igualitário para essas pessoas. Obrigada, e especialmente ao Flávio Arns pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação importante, necessária, bonita de enfrentamento, de desafio do sistema AS. E, particularmente, a pessoa que se dedica tanto a esta área como você, não é Loni? Quero destacar novamente que esta Audiência Pública é conjunta, Direitos Humanos, assuntos sociais, Senador Paulo Paim está aqui, o Senador Geraldo Mesquita, a que já me referi, o Senador Romeu Tuma, Geraldo Mesquita, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Flávio Arns me permita rapidamente, em reforço aqui às palavras da Sra. Loni, quando ela disse que o SENAI está em todo o país e fazendo um trabalho excepcional, o SENAI está inclusive fora do país. Eu em visita a Timor leste, uma das coisas mais tocantes que, com a qual eu me defrontei foi a presença do SENAI no Timor leste, formando mão-de-obra capacitada. Além de fã, além de fãs nós dois, somos ex-alunos do SENAI.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com muito orgulho. Mudou nossas vidas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas o SENAI está, inclusive, fora do nosso país, Senador Flávio Arns. Timor leste, lá do outro lado do mundo, formando e capacitando mão-de-obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também destacar a presença do Marcos Frota que está aqui na frente, não é Marcos? Já esteve na...

[palmas]

Na sessão do congresso--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Marcos é linha de frente aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --É Linha de frente mesmo, eu tenho dito que Marcos Frota tem emprestado o nome, o prestígio para todos os eventos que acontecem em relação a pessoa com deficiência. Além de ser um ator, reconhecido no Brasil e participante de tantas novelas, trazendo o debate da pessoa com deficiência e muitos desses eventos. Seja muito bem-vindo aí, é uma alegria sempre vê-lo, revê-lo e continue firme na caminhada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe eu incomodá-lo, mas como tem que ter número para votar os dois Embaixadores, já vieram duas vezes me avisar que está presente, mas eu não gostaria de sair sem dar uma palavrinha a hora que V. Exª achar oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Por favor. V. Exª pode...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu também fui aluno do SENAC, que o período entre o vestibular e a faculdade a gente fica um pouco no vazio, então, eu fui fazer um curso no SENAC. E eu luto muito aqui dentro, luto mesmo, e outros colegas também, para que não se mexa no sistema AS, porque há sempre uma pressão para tirar um pedaço do sistema AS. E nós sabemos o que ele representa. Os maiores pedidos para vaga em escolas, Promotora, é para as escolas do sistema AS de formação de primeiro grau. Não tem vaga nunca, porque elas preenchem as vagas para filhos de trabalhadores e muita gente que fica pedindo pela qualidade de ensino.

Então, cumprimento V. Exª, a nossa Procuradora. Eu diria que agora, viu Senador Flávio Arns, eu fiz um projeto sobre o Call Center, 2007, sobre o problema de atendimento ao consumidor, e uma das visões é que se não for cota, 100% pode ser ocupado por deficiente físico, 100% das vagas. O presidente me atropelou e fez o decreto. Só tem uma única diferença, que eu dou três minutos para atender e ele dá um. Mas ele atropelou, e importante é que a sociedade seja atendida. Mas é um dos pontos que a gente tem que lutar, o preenchimento, que vai precisar de mais gente. Que seja preenchido com pessoas que tenham qualquer deficiência, mas com qualificação para atendimento ao público imediatamente, porque não precisa se movimentar, às vezes a pessoa com deficiência visual pode perfeitamente atender um chamado, então, acho que é importante a gente dar uma projeção no aproveitamento desse pessoal nestas áreas de Call Center.

Outra coisa que estava falando com o Paim que é o projeto do Cão de Guia, foi difícil de ser aceito, mas é uma coisa espetacular com a menina aqui que apresentou o primeiro projeto, trouxe o cão aqui, nós trabalharmos em cima dele e ele foi aprovado, algumas restrições foram vetadas pelo Governo, no caso de escolas, mas parece que já está sendo corrigida.

E recentemente eu fiz um projeto, aí eu preciso de apoio.

Nas últimas eleições, a minha sogra tem 93 anos, não foi em caráter pessoal, e ela queria votar, porque tinha o neto candidato, ela queria votar, foi no colégio eleitoral, ela quase não consegue movimentar as pernas e teve que subir dois vãos de escadas, praticamente carregada, só que ela é magrinha, praticamente não tem dificuldade de carregar. Aí eu fiquei um pouco no colégio. Então chegou um cadeirante, e queria votar de qualquer jeito, e arrumou uma encrenca lá com razão,

porque não tinha acesso, ele tinha que subir e estava difícil de levá-lo, porque além de subir, tem que ter a cadeira lá para poder conduzir até a urna. Então, eu fiz um projeto aqui em todo colégio eleitoral possível, ter uma urna especial para deficiente físico e pessoas de idade que não possam se locomover com facilidade. Para poder exercer o direito de voto, porque você está, você não é obrigado a votar depois dos 70 anos, mas tem gente que quer exercer até morrer e é um direito do cidadão.

Então, eu não sei se o projeto é correto ou não, mas eu gostaria que fosse analisado por V. Exª, pelo Paim, que são pessoas que se dedicam a esta causa, os senhores advogados que estão aqui, para gente dar uma urgência nesse projeto, para as próximas eleições eles terem um acesso bem mais facilitado e já terem um local próprio para procurarem.

E eu cumprimento a todos. Eu acho que esta é a semana, não é praticamente uma visão de que deva no dia seguinte parar. É um alerta permanente, repetitivo, de não precisar mais de cota. Que quando a inserção, quando a sensibilidade, a inclusão está liquidada, não precisa de cota mesmo. Porque a qualificação profissional eu acho que tem que vir praticamente desde o primeiro ciclo de graduação não adianta esperar depois de formado, na busca de emprego, ele já tem que ter uma escola profissionalizante que atenda as possibilidades do deficiente físico. E eu sei que tem cursos para várias deficiências que já estão formando profissionais antes de entrar no mercado de emprego.

Então, é isso que eu queria complementar, agradecer a oportunidade, e dizer que não posso dizer que é uma felicidade total, mas é uma felicidade saber que tem muita gente pensando e lutando o ano inteiro para atender esta camada da sociedade tão importante para a nossa vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida. Muito bem, Senador Romeu Tuma e passo em seguida a palavra ao Jornalista Eduardo Purper, pessoa que vem se dedicando bastante à área, refletindo, apontando problemas, dificuldades, saídas, assim nesse sentido também, que é o grande objetivo de valorização, de acessibilidade. Então com a palavra, Eduardo.

SR. EDUARDO PURPER: Bom dia, Srs. Senadores. Primeiro a gente vai passar um vídeo para que os senhores conheçam um pouco da minha batalha, em seguida, a gente vai conversar um pouquinho.

[exibição de vídeo]

APRESENTADOR: E antes de encerrar essa edição do Jornal Nacional, nós vamos conhecer um brasileiro vitorioso e especial chamado Eduardo. Quem apresenta esse estudante é a repórter Luciana Kramer.

REPÓRTER: É um dia de muita ansiedade para Eduardo. Não que ele não esteja acostumado a enfrentar desafios. Por causa da paralisia cerebral, o jovem quase não enxerga, não caminha e não escreve. Mesmo assim, já está no sexto semestre de jornalismo numa universidade de Porto Alegre.

"Qualquer coisa que a gente fala em sala de aula, ele imediatamente responde com muita qualidade, com muita qualificação."

REPÓRTER: As limitações são apenas físicas, e compensadas por uma memória que impressiona.

"Eu até não entendo como é que eu consigo gravar as coisas na cabeça, acho que foi de estar sempre trabalhando, de estar desde pequeno trabalhando a memória."

REPÓRTER: Sem poder fazer anotações, ele aprende apenas com o que ouve na sala de aula. E foi assim que o estudante de 22 anos conseguiu concluir uma das etapas mais importantes do curso, a monografia.

REPÓRTER: Eduardo fez a defesa do trabalho como qualquer estudante universitário, diante de uma banca. A diferença foi o processo. Nenhum capítulo foi escrito, o lugar do texto, 80 minutos de gravação.

REPÓRTER: O trabalho sobre futebol foi registrado nesse gravador e entregue aos professores. A maior ajuda veio do pai, que leu mais de 100 livros para o filho.

"Eu fazia a leitura do livro para ele, e depois ia marcando as partes que chamava a atenção dele, a gente gravava então as partes que ele tinha grifado, e depois então, era por conta dele."

REPÓRTER: Esforço recompensado.

"A sua nota ficou 9, 5."

[palmas]

"Perseverança, humildade, força e sempre um passo adiante."

REPÓRTER: A monografia foi mais um desafio superado por esse futuro jornalista cheio de planos.

"As pessoas devem enfrentar as dificuldades, sejam quais forem, e sempre acreditar no que vem por aí.

O que eu puder fazer para realizar o meu sonho eu vou fazer."

[palmas]

SR. EDUARDO PURPER: Bom, é isso aí. E eu quer dizer, iniciar dizendo que a minha história no mercado de trabalho ela é muito pequena, porque eu comecei em abril de 2008, dia 24 de abril, é onde eu ganhei a oportunidade de trabalhar na própria rádio, aquele laboratório é o laboratório de áudio da minha universidade, que vocês viram, então, eu ganhei a oportunidade de trabalhar no laboratório de áudio. Como

é que eu faço esse trabalho? Como eu não escrevo, depois de algumas adaptações frustradas, os meus superiores resolveram apostar na minha memória. Então como é que acontece? Eles me dão os textos dos alunos, que é o laboratório de rádio, e aí eles lêem para mim o texto, e eu tenho que corrigir na memória, e então, eles usam bastante a minha memória, que é o que eu tenho de melhor.

E um outro aspecto que eu queria levantar é que eu tenho um programa de entrevistas também na rádio que é um programa de meia hora de duração, onde eu recebo alguns jornalistas, especialmente do meio do jornalismo esportivo, que é o meio que eu gostaria de seguir. E um desses jornalistas foi o Secretário de Educação e um nome altamente reconhecido lá no Rio Grande do Sul, que foi o Luiz Carlos [ininteligível], que o Senador Paulo Paim deve conhecê-lo.

[palmas]

Então eu o recebi e eu fui com alguns desses entrevistados, eu fui tornando, eu fui conseguindo uma relação de amizade. E essa relação de amizade levou com que eu fosse indicado para realizar um processo de seleção que, inclusive o Luiz Carlos [ininteligível] escreveu, antes que eu me esqueça, o meu assessorado vai me matar se eu não falar, Luiz Carlos [ininteligível] escreveu o prefácio dos meus dois livros. Um sobre futebol, que eu escrevi quando tinha 14 anos de idade, e esse último que eu lancei esse ano, no dia 14 de outubro desse ano, eu lancei um livro de crônicas.

Bom, mas esse, o Rui, e mais alguns, me oportunizaram que eu participasse de um processo de seleção numa empresa grande de comunicação do Rio Grande do Sul, e eu fiquei extremamente feliz pela indicação e pelo reconhecimento. Mas, eu fui vendo durante a entrevista que a vaga dificilmente seria minha, porque foi um misto de coisas que eu conseguia fazer com coisas que eu não conseguia lá. A pessoa ia perguntando. Só que nas coisas que eu não conseguia fazer, a pessoa não perguntava o tipo de adaptação que eu precisaria, inclusive lendo alguns textos para vir falar hoje aqui, eu descobri algumas adaptações das quais eu tenho direito e não sabia, como, por exemplo, eu tenho direito a que alguém me acompanhe até o banheiro, por exemplo, e então, para mim também foi muito bom.

Mas, voltando à experiência que eu estava contando, então eu sabia que a vaga não ia ser minha, porque a pessoa dizia assim, eu não entrevista para as coisas que eu não conseguia fazer e não perguntou a mim se eu tenho tinha capacidade ou não. Quer dizer, mas o que eu espero é que no dia 18 de julho de 2009, eu possa estar formado em jornalismo, que eu acho muito louvável assim que o deficiente lute por aquilo que ele quer. Não só nos cursos profissionalizantes, mas faça sim uma universidade e eu quero provar que deficiente é muito mais do que atender telefone, é sim, eu posso sim falar no microfone, falar em rádio que é o meu maior sonho. E para isso, para isso eu preciso da parceria de vocês, Senadores, que são quem nos representam aqui. Então, hoje, eu gostaria de crer, de fazer um pacto com vocês. De que vocês vão estar vigilantes e o meu maior sonho é concorrer, porque há três, há quatro tipos de seleção. A seleção seletiva, que leva em conta as cotas, mas que muitas vezes o empresário só contrata porque a lei exige, inclusive eu disse para a pessoa do RH daquela empresa que eu não gostaria de ser contratado porque a lei exige, eu gostaria de ser contratado como jornalista porque aquela empresa vai investir em mim, então, e tem a inserção competitiva, que não leva em conta isso, leva em conta a tua capacidade profissional.

Por isso o meu maior sonho, Srs. Senadores, é participar de uma inserção competitiva, para que eu possa mostrar o Eduardo Purper jornalista, não o Eduardo Purper deficiente, que o Eduardo Purper deficiente ele praticamente não existe, porque eu costumo dizer que eu não tenho nada. Eu não tenho nada, a cadeira de rodas só faz parte de mim, mas eu mentalmente não tenho nada, e tenho muita coisa para dar e não vou, não vou jogar quatro anos, quatro anos de estudo fora, por isso, se possível, eu gostaria de trabalhar como jornalista no dia 18 de julho de 2009. E acho que era isso que eu tinha para dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. A gente diz que depoimentos dessa natureza valem por milhares de palavras de qualquer senador ou senadora. Quer dizer, e nós temos que estar em função desses depoimentos, como é que nós podemos ver a legislação, a formação como o Eduardo falou, que nós queremos que a pessoa tenha acesso à educação, à saúde, à assistência, ao esporte, ao lazer, para que tenha mais condições de adentrar ao mundo do trabalho com qualidade, com qualidade. Faculdade se for possível, se não for possível, porque muita gente não vai para a faculdade, mas que tem o ensino médio, tenha qualificação, tenha preparação para o trabalho, na medida da sua condição. Isso para todo mundo, e também para a pessoa com deficiência. Pois não.

SR. EDUARDO PURPER: Que o deficiente ele só espera uma coisa, oportunidade, porque ele tem muita coisa para dar.

[palmas]

E eu, então, eu volto a pedir este pacto, Senador Paulo Paim, Senador Romeu Tuma e demais Sena-

dores. Nós precisamos estar juntos. Vocês precisam fiscalizar para ver não só se a lei de cotas está sendo cumprida. Eu acho que a lei de cotas é muito pouco. Eu acho que um deficiente pode ser incluído sem as cotas. Não que eu não vá gostar se eu for incluído pela cota, mas eu acho que valorizando o profissional em si é a maneira mais justa de incluir o deficiente. Não valorizar a pessoa com deficiência, mas valorizar como a minha família sempre fez, o que eu podia fazer, apesar das minhas dificuldades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, primeiro cumprimentar o Eduardo, e eu vou falar depois Eduardo, viu? O Luiz Carlos [ininteligível] de fato é um grande jornalista, é amigo de todos nós, eu tenho um carinho enorme por ele como tenho por todos os outros jornalistas.

Mas Senador Flávio Arns, primeiro o meu carinho enorme, Eduardo, a sua fala é muito precisa, muito clara (soa a campainha) e vai naquela linha que a Dra. Helena também usou, eu puxei as palmas naquele momento. A pessoa com deficiência precisa de oportunidade, e o empresário tem que entender que não é um favor recebê-lo lá, e ele vai lá para dar lucro sim, porque o sistema é esse. E ele vai dar lucro. Eu tenho no meu gabinete uma equipe, o Flávio Arns também tem e eles dão lucro para o meu mandato, eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

E aí, Senador Flávio Arns, vai me permitir porque o Luciano, e o senhor convidou que ele estivesse na Mesa, é o menino que trabalha comigo, eu sempre digo para um deles, você tem uma deficiência visual. O Santos sempre diz, o que fica no sul. "*Pode dizer que eu sou cego, não tem problema nenhum.*" E ele coordena o meu gabinete na área política. Mas o Luciano ele ficou, eu diria, internado por causa que ele conseguiu um novo amigo dele e casualmente me comunicaram que ele está chegando hoje para me apresentar o amigo dele. *"Eu disse traz aqui."* Então o Luciano vai entrar aqui com o novo amigo dele junto com o pessoal que está adestrando. Esse é o Luciano que trabalha comigo, chega aqui com o seu novo amigo, que vai circular dentro do Senado da República, inclusive, no Plenário. Luciano seja recebido por todos nós aqui com muito carinho, Luciano.

[palmas]

Se tiver o microfone para ele apresentar o novo amigo para nós.

Sr. LUCIANO: É uma amiga, é uma mocinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Luciano, se puder ficar aí mesmo, porque aí a TV Senado pega a sua fala e a sua imagem também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Luciano, aproveita e dá uma mensagem, os dois instrutores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O microfone está na sua mão.

SR. LUCIANO: Obrigado, gente. Eu só peço desculpas pelo estado aqui, que a gente está em treinamento, e a gente não estava programado para vir aqui. Mas aí a gente está, eu estou em treinamento com o cão guia. Essa é uma cadela, na verdade, a Mirtes, e a gente está finalizando o treinamento, eu estou muito feliz, a gente sabe o que significa que é um ganho de autonomia na vida da gente, na vida do deficiente visual, e, quer dizer, uma grande autonomia importante.

Então a gente está bem feliz, ansioso para estar no dia-a-dia, transitando por aí com o cachorro, no trabalho também, e enfim, a gente sabe do significado que é isso. E eu estou bastante, bastante feliz e bastante ansioso. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permita só uma palavra, está aqui os dois instrutores, e a informação que eu recebi agora pelo telefone que o Luciano estava afastado do gabinete, estava internado lá, e está voltando e a partir dessa semana volta ao seu trabalho normal dentro do Congresso com o nosso novo amigo, e o nosso funcionário do Senado, com certeza absoluta, e companheiro dele, mas eu, me informaram que o DF tem assumido essa responsabilidade em todo o país. Na formação dos cães guias com a pessoa que necessita com a sua deficiência visual, e me parece que o gasto é muito alto, e o DF não teria condição de sustentar que todo país viesse para cá, que vocês gostariam eu tenho certeza absoluta, de dar a estrutura, enfim, preparar tanto o Luciano no caso, como o cão, como cada um que viesse do Brasil para cá. Mas vocês não têm essas condições e eles fazem o apelo para que cada estado assuma essa estrutura para que a pessoa com dificuldade de visão, como diz o Santos e você também me diz, *"pode chamar de cego que não tem problema nenhum"*, que eles possam lá no seu estado, se preparar para a convivência com o cão guia e que o Estado, enfim, dê apoio na parte de estrutura. Seria só isso, Senador Flávio Arns. Para mim é muita alegria. O Luciano trabalha comigo há muitos anos, e é mais um desafio para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos ter mais um senador aqui caminhando do nosso lado aqui, conversando com a gente, com certeza, via o Luciano e o cão vai ser o orientador dele. Eu só terminaria dando uma salva de palma aos instrutores, eu sei o trabalho belíssimo que vocês fazem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Loni só acrescentou que é uma senadora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Questão de gênero. Eu quero agradecer a participação do Eduardo, do Luciano aqui também, dos instrutores, e vamos aprofundar este assunto, inclusive depois, nos reunindo e vendo o que, como é que o Senado pode colaborar nesse aspecto. Mas vamos aprofundar, viu Luciano? E seja você também muito bem vindo de volta às atividades, e bem acompanhado. Também eu acho que é sem dúvida um exemplo aí que pode se refletir para o Brasil inteiro. Mas agradecer a fala do Eduardo também, dizer para o Eduardo que estamos--

SR. EDUARDO PURPER: Eu que agradeço, para mim é uma honra estar aqui, inclusive eu quero mandar um abraço ao meu amigo Aires Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que está aqui presente.

[risos]

SR. EDUARDO PURPER: E agradecer muito a sua indicação, porque para mim é uma honra estar no meio dos senadores que é uma parte tão importante da engrenagem da nossa república.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer para o Eduardo que o Senado Federal, a Comissão, a Subcomissão, nós todos estamos aguardando o convite para a formatura, no dia 18 de julho de 2009, que você mencionou.

SR. EDUARDO PURPER: Vai lotar o avião.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E ao mesmo tempo dizer que esse pacto que você sugere, esta Audiência Pública não se encerra no dia de hoje. Essa Audiência Pública é um momento de discussão, de reflexão, mas no início do ano que vem, nós vamos, sem dúvida, dar continuidade a esse debate, a todo ele, mas particularmente da empregabilidade. E eu passo em seguida a palavra ao Dr. Mário Sérgio Fernandes Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Senador Flávio Arns, muito bom dia, em nome de quem eu parabenizo e cumprimento a Mesa. Senhoras e senhores. Em primeiro lugar, em nome do nosso Presidente, Fábio Barbosa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Sª me desculpe, eu só quero destacar, desculpe, não tinha, a presença do Senador José Nery, membro da Comissão de Direitos Humanos também, atuante, lutador, sempre a favor da cidadania e também da cidadania da pessoa com deficiência, Senador José Nery, do Pará. Desculpe só ter feito a interrupção.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: --como eu estava dizendo em nome do Fábio Barbosa, o nosso Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e realmente é uma satisfação estar aqui, debater um pouco, ouvir todos esses depoimentos, e mostrar um pouco da nossa experiência, o que nós temos feito no que diz respeito às questões de valorização da diversidade, especificamente no capítulo de pessoas com deficiência.

Eu queria começar dizendo o seguinte. Há algum tempo atrás nós começamos a olhar essa questão da diversidade brasileira em todas as suas facetas ou características. Nas questões culturais, de idade, a questão de raça ou etnia, pessoas com deficiência, gênero etc. E nós encontramos que a melhor forma de conduzir isso dentro do setor e dentro da sociedade é tornando essa diversidade brasileira um fator positivo. Um fator de diferenciação, um fator de competitividade. Difícil encontrar um país que tenha tanta diversidade e tenha tanta variedade de tipos de pessoas, de raças, de culturas, sejam elas de qualquer natureza, do o que Brasil. Então, cabe a nós o nosso primeiro desafio é: Transformar isso, efetivamente, num fator de diferenciação.

Então a nossa mensagem dentro do setor bancário é, a diversidade é uma riqueza brasileira.

A partir desse conceito maior, nós elegemos três grandes agrupamentos de diversidade para trabalhar. A questão da etnia, a questão de raça, a questão de cor, a questão de gênero e a questão de pessoas com deficiência. Hoje nós vamos falar de pessoas com deficiência, um capítulo desse projeto que trata especificamente de um projeto piloto que nós estamos desenvolvendo na cidade de São Paulo, que visa especificamente a empregabilidade dessas pessoas.

Há uns dois ou três anos atrás nós fizemos um primeiro trabalho, disponibilizamos publicamente que eu acho que os senhores já conhecem, isso está disponível no nosso site, nós começamos fazendo uma grande pesquisa, entrevistando mais de mil pessoas com deficiência para entender efetivamente o pensa-

mento delas, a necessidade delas, e fica muito claro que tudo o que foi dito aqui encontra nessa pesquisa total respaldo. Ou seja, as pessoas com deficiências querem oportunidade. Querem ser tratadas como iguais, querem participar da vida do país, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, como cidadãos, como qualquer outro. Querem competir, são tão bons ou melhores do que qualquer outra pessoa.

Nós desenvolvemos essa série de cartilhas que trata do direito das pessoas com deficiência, que orienta as áreas de RH dos bancos e empresas em geral como tratar essas pessoas, como fazer o melhor atendimento, tem orientação de como tornar as agências bancárias mais acessíveis etc. Então essas seis cartilhas estão disponíveis, foram amplamente divulgadas. Vamos lá.

Rapidamente, o cenário hoje. Nós, o sistema bancário apenas para cumprir a questão de cotas, e eu imagino que no futuro nós não vamos efetivamente precisar dessa questão de cotas, nós precisamos de seis mil contratações. Para ficar dentro da lei. Quando nós realizamos aquela pesquisa em 2006, a constatação também que já foi colocada aqui é que existe um grande Gap(F) na educação formal das pessoas com deficiências. Quase 77% tem menos de oito anos de escolaridade. Mais do que isso. Na seqüência, houve uma enorme demanda de contratação dessas pessoas, quer dizer, nos últimos anos entre 2001 e 2007, mais de 80 mil pessoas com deficiência foram contratadas somente em São Paulo. Também isso é um dado que hoje nós convivemos com ele e tem reflexo em todo o esforço de contratação como eu vou mostrar logo a seguir.

Uma outra questão fundamental é que os processos de qualificação profissional para aquelas pessoas que estão chegando no mercado, e que não estão empregadas, é muito difícil e muito complicada. Nós fizemos uma experiência na FEBRABAN, nós trouxemos mil pessoas com deficiência para dentro da FEBRABAN e aplicamos um processo de qualificação técnico profissional com elas. O índice de aproveitamento ficou em torno de 10%. As pessoas tinham dificuldade de acompanhar como tratar os programas de micro informática, como tratar a matemática financeira, como lidar com produtos e serviços bancários. Ela não conseguiu acompanhar.

Isso também nos levou a uma conclusão bastante óbvia também que já foi dito aqui. Precisamos dar um passo atrás, nós precisamos completar a educação dessas pessoas para poder elas absorverem a capacitação profissional.

Então, dentro desse cenário, hoje como está o sistema bancário, dados de junho, pegando os 10 maiores bancos privados. Nós temos 2.7 da cota cumprida, 6.082 pessoas com deficiência num universo de 226.903. Bancos privados, os 10 maiores bancos privados. Eu estou fazendo a referência somente a bancos privados, não que os bancos públicos não trabalhem conosco, é o que processo de seleção deles depende de concurso, é diferente do banco privado nesse aspecto. Próximo por favor.

Esse dado também mostra que, esse foi um dado da superintendência regional do trabalho, que as instituições financeiras, apesar de todas as dificuldades, despontam como sendo o setor que tem tido maior sucesso na contratação de pessoas com deficiência. Quer dizer, o setor financeiro como um todo tem 51.6%, se não me falha a memória, de inclusão de pessoas com deficiência que é um número superior à indústria de transformação, serviços, comércio, etc. E isso se de um lado diz que o trabalho que os bancos vêm fazendo tem tido resultados, de outro lado diz que nós ainda estamos muito longe de chegar onde nós precisamos chegar. Próximo.

Esse é um dado também interessante que compunha aquele cenário. As nossas contratações, as contratações do setor bancário, em sua enorme maioria, 62.5% vêm de pessoas que estavam empregadas em outros setores, e somente 7.9% é a ampliação do mercado de trabalho. Quer dizer, o que nós estamos fazendo, todos nós empresários? Nós estamos tirando pessoas uns dos outros, pessoas já empregadas uns dos outros. Nós não estamos ampliando o mercado de trabalho. E esse é o maior problema que existe hoje. Nós precisamos fazer esse mercado de trabalho crescer para ter pessoas dentro. Esse aquário precisa ter mais peixes para que esses peixes ingressem no setor efetivamente, no setor bancário, e em outros setores como empregados. Próximo.

O que nós resolvemos fazer? Muito bem, dentro desse cenário, só nos restou montar um programa que desse esse passo atrás e que nós começássemos efetivamente a preparar essas pessoas para a capacitação para entrar no mercado de trabalho. Próximo.

A primeira coisa que nós reconhecemos é que a FEBRABAN e os bancos não tem todo o perfil, não tem todos os skils(F), não todas as especializações. Então nós fomos buscar parceiros efetivamente também como foi dito aqui. É indispensável a participação de parceiros.

Nós buscamos a academia através da Uri Santana e do Cursinho da Poli, nos aliamos para trazer a tecnologia educacional e a experiência que eles têm em educação, trouxemos aí social que é uma entidade especialista no trato com pessoas com deficiência, e trouxemos, e nos aliamos à Prefeitura do Município de

São Paulo para desenvolver esse piloto. Esse piloto tem como objetivo desenvolver um processo e metodologia de inclusão social através da educação e qualificação. E é nisso que nós estamos falando. Próximo.

O que nós queremos? Nós queremos pessoas com deficiência física, visual e auditiva, que é um pouco daquilo, existem outras deficiências que não estão inicialmente contempladas, porque a nossa experiência é muito pobre com relação às outras deficiências, essas pessoas que se enquadram no decreto tenham 18 anos, queiram trabalhar, queiram vencer, queiram oportunidade, aceitem desafios. E que tenham pelo menos o ensino fundamental e médio completo. Ou mesmo incompleto. Essas pessoas nos interessam. Próxima.

O que é esse programa? Esse programa tem quatro fases. Um aprimoramento educacional imaginemos, aquelas pessoas que têm o Segundo Grau completo, elas entram para um aprimoramento profissional de três meses, vamos recordar ela português, vamos recordar ela matemática, conhecimentos gerais, vamos trabalhar com elas postura, educação, comportamento, ética, Código de Defesa do Consumidor, nós vamos dar esse aprimoramento para elas. Daí elas passam para a qualificação profissional, que elas, aí sim, vão aprender produtos e serviços bancários efetivamente. Como é o mundo das instituições financeiras.

Então elas passam três meses lá no aprimoramento educacional, mais três meses na qualificação, e daí elas assumem o posto de trabalho delas. E são acompanhadas por dois meses. Essa pessoas elas recebem seis meses de treinamento antes de sentarem na mesa de trabalho delas.

Aquelas pessoas que não têm o Segundo Grau completo, nós vamos dar um supletivo de 12 meses. Ministrado pelo Cursinho da Poli, reconhecido pelo MEC. Essas pessoas no final do período terão o seu certificado de conclusão de curso. Terminado os 12 meses, elas vão para a qualificação profissional, passam mais três meses e depois mais dois meses, ou seja, nesse caso, são 15 meses até sentarem no seu local de trabalho. Próximo, vamos já ver.

Essas pessoas entram como bancárias. Após a seleção, nós temos hoje 529 vagas para preencher em agências, cargos de administração e tele-atendimento. O Senador Romeu Tuma falando em call center. É um pouco isso mesmo. É um grupo, nós temos várias vagas para esse perfil de pessoas. 529 pessoas vão entrar como auxiliar bancária em jornada de quatro horas, contratadas pela CLT, com salário inicial de R$ 616,40, que passam depois de 90 dias para R$ 665,76, com direito a todos os benefícios previstos na convenção coletiva de trabalho dos bancos.

Para quem não sabe, a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários acho que é das mais antigas do país em termos de alcance nacional. É uma convenção coletiva bastante boa, bastante sadia e anualmente negociada e tem havido muitos avanços nas questões sociais.

Então essa pessoa, selecionada, ela no dia 2 de fevereiro, ela vai sentar no banco escolar na Uni Santana, seja na fase de aprimoramento ou seja no supletivo, como bancário. E vai correr todo o período dela de treinamento, como bancário, como se bancário fosse, normalmente. E nesse, nesse [ininteligível], ela terá também um processo de, vamos dizer assim, de inserção no seu banco. De integração no seu banco. Uma participação dos gestores, e no próprio curso, e essas pessoas nos bancos que os contrataram.

Aí tem toda a dinâmica do programa, são 344 vagas para o Ensino Médio completo, 216 vagas para o Ensino Médio incompleto, aí tem todo o ciclo. Vai para o aprimoramento educacional, cai na qualificação, depois vem o tratamento Under Job(F). E 215 do outro lado, vai para os 12 meses, depois os três meses, treinamento Under Job(F).

Esse programa, a montagem desse programa levou quase um ano. Porque nós criamos uma grade curricular própria para esse programa, dentro de uma carga horária específica. E aí, muito nos ajudou, por isso nós fomos buscar o pessoal da academia, da Uni Santana e do Cursinho da Poli, porque há uma distribuição de carga horária, nos valemos também da Comissão nossa de treinamento e recrutamento no que diz respeito à seleção e no que diz respeito à especificação do curso de qualificação técnica. Ele é absolutamente modular. Por isso ele é um piloto. Ele dando certo, ele será reaplicado em outros municípios, em outras dimensões nos próximos anos. Essa é a idéia, criar a metodologia, criar o processo e depois levar isso para outros municípios.

Aí são as etapas do programa, eu não vou me deter com relação a isso, em seguida.

A logística dele. Vai ser todo ele no campus da Uni Santana. O Reitor da Uni Santana é um cadeirante. Então a universidade é toda acessível. Nós visitamos a universidade. Tem rampas, banheiros, é absolutamente adequada. Por isso nós, acabou vencendo, vamos dizer assim, a concorrência que nós fizemos é um ponto próximo de Metrô. O que para São Paulo é determinante. Acesso via Metrô. Vamos lá.

A mecânica do processo seletivo. Aqui, a Prefeitura nos ajudou muito, porque ela disponibilizou os centros de apoio ao trabalhador. Ela tem vários espalhados na cidade. Nós precisamos efetivamente capacitar os centros de apoio ao trabalho. Tivemos que

fazer para vir uma divulgação de todo o programa para atrair os currículos, para atrair os candidatos. Fizemos triagens de bases de dados disponíveis, validações, inclusive com equipe médica no local para validar os laudos, para validar os exames. Fizemos entrevistas. E esse processo ele está já na sua etapa final. Esse é o último mês de recrutamento. Nós começamos em setembro. Próximo.

Os bancos participantes, cada banco tem um número determinado de funcionários, cada um deles ao final do processo seletivo vai ter os seus funcionários, a cota mínima por banco é de cinco para os menores, e tem bancos com bastante mais pessoas. Então, por exemplo, pegando aí o Itaú que está no meio do processo, ele terá lá o seu número de funcionários selecionados que vão estar participando dos dois cursos. Começa com o aprimoramento, o outro quando começa com o supletivo. Então já funcionários do Itaú. E o pessoal do Itaú vai dar todo o suporte no que diz respeito à integração desse funcionário no próprio Itaú. Próximo.

Como é que participa disso? As inscrições são todas feitas nos centros de apoio ao trabalhador, nesses endereços. O processo seletivo começou em setembro e está terminando. Em novembro nós tínhamos 2.849 inscritos, e aqui vai um comentário meu pessoal. Eu imaginava que nós íamos ter muito mais demanda, imaginava que nós íamos ter muito mais inscrições. Ficou abaixo da minha expectativa, honestamente. Quer dizer, com todos os bancos de dados, com toda a divulgação que nós fizemos, ficou abaixo das minhas expectativas, talvez pelas questões da seguridade, não sei. Mas ficou abaixo. Nós temos 1.109 já pré selecionados para cobrir as 529 vagas. Então nós temos nesse instante dois candidatos por vaga. Próximo.

Aqui um pouco do que nós fizemos de divulgação, os cartazes que nós espalhamos, próximo.

Os folhetos, todos explicativos com relação ao programa. Próximo.

O nosso hot site e aí fala um pouco da diversidade. O mote da nossa campanha é diversidade, a cara do Brasil. Eu convido a navegar no nosso site, o Senador vai gostar do que vai ver. Próximo.

Ainda do hot site, próximo, por favor. Próximo. Estou terminando.

Nós fizemos 30 mil cartazes em conjunto com a Prefeitura, que a Prefeitura e a FEBRABAN assinam os cartazes e colocamos nos ônibus e metrôs e trens de São Paulo. Para atrair as pessoas, convidando as pessoas. Vagas para pessoas com deficiência. Próximo.

Fizemos 200 mil filipetas, que são esses, uns chamam, o político gosta de chamar de santinho. Aquele cartaz pequenininho, panfletamos em Postos de Saúde da Prefeitura, do INSS, escolas públicas, nos tele centros, poupa tempos, nos próprios centros de apoio ao trabalhador, Empresa Metropolitana de Transporte, Secretaria de Cultura, divulgando o programa e convidando as pessoas a se inscreverem. Próximo.

E esse é o nosso programa. Quer dizer, nós estamos terminando agora a fase de recrutamento, as aulas começarão no dia 2 de fevereiro, que é o primeiro dia útil. Num ambiente da universidade, que nós acreditamos ser fundamental que seja feito nesse ambiente. Até porque existe uma coisa por trás disso tudo que eu acho que é fundamental. Esse processo, quer dizer, somado a vários outros, às várias iniciativas que nós estamos vendo aqui, ela tem a ver com a transformação social que se pretende para esse país. Quer dizer, essa é uma coisa importante. É a questão da cultura, é uma questão da postura, é a questão de como nós todos que estamos sentados nessa Mesa e os que não estão, encaram esse tipo de coisa e se dispõe a resolver isso de uma forma conjunta, de uma forma associada, isso é como a FEBRABAN vê como o sistema bancário brasileiro está vendo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Dr. Mário Sérgio, muito importante, ilustrativa também, e assim, muito interessante.

Passo em seguida a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Federal por Minas Gerais. É Presidente da Federação Nacional das APAES, associações de pais e amigos dos excepcionais, uma entidade que está presente em cerca de dois mil municípios no Brasil. O maior movimento comunitário na área da pessoa com deficiência do mundo, e o movimento das APAES no Brasil já existe há 54 anos. Portanto, muita gente já participou, já batalhou, já lutou e outros tantos estão neste momento como Eduardo Barbosa contribuindo na direção do movimento. Tem um trabalho altamente relevante, importante, reconhecido pelo Brasil nesta área. Com a palavra, então--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Se me permita dizer, o amigo Eduardo Barbosa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permita. Pouca gente sabe no Brasil, mas o Deputado Eduardo Barbosa e na época Deputado Silas brasileiro foram os dois Deputados, eu era Deputado autor do projeto, mas não viajei como eles viajaram. O Deputado Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro foram os que mais viajaram por todo o Brasil.

Se existe hoje o Estatuto do Idoso e às pessoas se lembram de mim como o projeto original, mas o Brasil todo deve muito ao Deputado Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro. Se os senhores não tivessem feito uma verdadeira cruzada a nível nacional o Estatuto do Idoso não existiria no Brasil, nem todos sabem. V.Exa., como Presidente e o Silas Brasileiro como Relator.

Eu tomo mais uma vez a liberdade de dar uma grande salva de palmas pelo Estatuto, aos senhores dois, me permitam isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Flávio. Bom, em primeiro lugar eu quero, também, cumprimentar mais uma vez a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que tem dado uma visibilidade muito grande para os temas da pessoa com deficiência, além disso, também, conquistas fundamentais no processo legislativo em relação ao tema.

E isso se deve - como foi falado aqui - pela atuação brilhante dos Senadores, que assumiram essa função dentro da Casa, do Senado, e aqui ao meu lado, o meu grande amigo, companheiro, confidente, Senador Flávio Arns. E estamos nessa trajetória há muitos anos e que temos a oportunidade também, inclusive, de compartilhar muitas idéias, aflições angústias e proposições.

O Senador Paulo Paim, é uma das pessoas dentro dessa Casa que realmente valoriza os seus pares, sempre identifica aqueles colegas que estiveram com ele em alguma luta. Eu fico muito feliz, porque ele em todas as oportunidades publicamente, ele faz menção ao trabalho que a gente desenvolve e desenvolve.

Senador Paulo Paim eu também tem muito orgulho de ter sido seu colega, seu companheiro e amigo. Comungo muito com as defesas que você trava dentro do Senado Federal e que já travou dentro da Câmara dos Deputados. Obrigado, pelo carinho de sempre.

Cumprimento aos demais Senadores, Senador José Nery e aos Senadores que estiveram presentes, as entidades que estão aqui, a Consultoria, Assessores, os nossos convidados de Mesa, que assim como foi citado são pessoas que militam há muitos anos. A Aparecida Gugel fala: "Não fala em décadas não, porque essas questões nós não gostamos muito mais de falar delas".

Mas de fato, são pessoas que há muitos anos estão presentes nos debates, discussões, enfrentamentos, proposições e conquistas. Eu acho que nós podemos dizer assim, muitas conquistas nós já tivemos.

Eu vou falar mais da visão daquele que faz um trabalho mais voltado para deficiência intelectual e deficiência múltipla, que é o caso da Federação Nacional das APAEs.

Em primeiro lugar, eu quero dizer para vocês que eu comungo muito com o que a Aparecida Gugel colocou aqui, muitos pontos que eu gostaria de identificar ela fez referência e talvez eu tenha que reforçar.

Todos os dados positivos que nós temos em relação a inclusão no mundo do trabalho, principalmente a partir da Lei de Cotas, ela não é tão bem-sucedida no que se refere à questão do deficiente intelectual. De fato até a própria FEBRABAN mostrou ali, a dificuldade que muitos ambientes de trabalho têm para poder identificar a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, como também, em condição de estar naquelas funções.

E de fato têm algumas questões que são pertinentes à não condição, mas também tem o outro lado que às vezes o próprio ambiente de trabalho não consegue perceber, que aquelas pessoas poderiam estar ali também cumprindo funções importantes. E essa questão é uma questão também pouco aprofundada até pela própria visão da empresa.

Mas dentro do tema que foi proposto à Mesa eu queria fazer referência a duas questões. A questão do percurso educacional é um problema muito sério para pessoa com deficiência e, com a deficiência intelectual e múltipla principalmente.

Nós observamos hoje que tanto no que se refere à educação especial, que já tem uma tradição no País, nós temos hoje tido cada vez mais restrição em relação ao programa de financiamento para jovens a partir de uma determinada idade.

Hoje a Educação Fundamental é uma garantia para todos inclusive para pessoas com deficiência, isso é um conquista da Constituição Brasileira. Não é conquista da Convenção, não é conquista de legislação mais recente é uma conquista da Constituição de 88. No entanto, quando você reporta a questão do financiamento e do corte de financiamento, você começa a ter restrição da faixa etária.

Então, geralmente, Educação Fundamental é financiada até 14 anos, em alguns Estados e Municípios às vezes em função de legislações próprias, estaduais você consegue, no caso do deficiente intelectual, estender por mais 50% da faixa etária dele ter inserido dentro do sistema, para ele ter direito de acesso à conclusão de Educação Fundamental.

Uma lógica Matemática que é muito viável para planejamento financeiro, mas na prática a pessoa com deficiência intelectual, ela não se encaixa nessa rigidez; que ela vai poder desenvolver o processo

de Educação Básica ou de Educação Fundamental, dentro de um período pré-determinado muitas vezes pela legislação.

Então, se hoje uma criança entra com seis anos e sai aos 14, por exemplo, da Educação Básica. Para um deficiente intelectual ou múltiplo, ela poderia ter um *plus* nisso de aceitação para fins de financiamento, no máximo que ela poderia ter é aos 21 anos de idade a conclusão. Só que na nossa lógica de quem lida com a formação dessas pessoas isso não é com essa precisão Matemática, por vários fatores.

Primeiro que, às vezes, nem todos entram na faixa etária de seis anos, então, entram às vezes mais velhos, até por dificuldade de acesso à escola. Segundo, que tem questões inerentes à própria pessoa. O processo de aprendizagem do deficiente intelectual, ele se dá no ritmo diferenciado, por mais que você faça o processo de adaptação, nós precisamos respeitar o ritmo e a condição de cada um deles.

Então, você não consegue inserir esse trabalho dentro desse tempo. Segundo... O meu tempo já está acabando. Em terceiro lugar, nós sabemos também, que hoje toda Ciência está revelando para nós a cada dia, que nós não podemos definir que a pessoa parou de aprender.

Mesmo porque os neurônios eles estão à disposição nossa e eles têm a condição de se acordar em qualquer momento da sua vida, para inclusive, assumir funções de outros neurônios lesados. Então como você previamente, pode dizer para um deficiente intelectual: "Olha, você já está com 21, então nós não podemos mais agora te oferecer Educação Fundamental. Você tem que ir agora para outra coisa, para Educação Profissional ou para o que vier, por que não tem como mais".

Esse é um problema seriíssimo que nós temos. Dentro da lógica de organização do sistema educacional que nós temos hoje, a Educação Profissional, seria alternativa para esse também a partir de 21 anos. Mas cadê o financiamento Senador Paim? Não existe.

Não existe financiamento de Educação Profissional principalmente no nível básico. Não existe. Existe em nível Tecnológico e Superior, nós temos os CEFETs, nós temos às vezes outras escolas que trabalham com essa questão, mas é urgente tentarmos debater e discutir o financiamento da Educação Profissional.

Hoje uma Escola Especial que trabalha com a pessoa com deficiência intelectual, quando ela preenche o senso escolar, ela não tem como nem incluir esse alunado, com essa faixa etária que está na Educação Profissional. Então, você exclui a possibilidade de financiamento. Por isso, que quando você chega lá nas entrevistas na busca desses profissionais para poder estar atuando, ele não teve de fato o processo de acesso à Educação Profissional, principalmente.

Eu estou falando aqui no nível básico, que é o que afeta mais a questão do deficiente intelectual e múltiplo, que com certeza, talvez outros níveis são mais difíceis dele alcançar e que nós precisaríamos ter um grande investimento, no nível de Educação Básica e Educação Profissional.

Então, a capacitação para o trabalho, esse tema é um tema que nós vamos ter que aprofundar e discutir, exigir e forçar. Então, você discute muito processo de inclusão escolar e vou diagnosticar outras situações. Muitos alunos com deficiência intelectual, incluídos, eles passam por um processo de socialização na escola comum, porém quando chegam à Escola de Educação Profissional, às vezes, de uma APAE, por exemplo, eles não adquiriram as habilidades básicas necessárias para serem inseridos na Educação Profissional.

E lá na Educação Profissional, tem que se reiniciar um processo de desenvolvimento de habilidades anteriores que se esperava ter da Educação. Aqui no Distrito Federal é um exemplo disso. Nós avançamos muito no Distrito Federal em relação à educação inclusiva do sistema comum aqui e responsabiliza para tal.

Mas nós temos a APAE aqui no Distrito Federal que trabalha essencialmente, exclusivamente com Educação Profissional, ela recebe o alunato que vem da rede comum. E aí? Analfabeto, sem habilidades básicas necessárias para qualquer trajetória, exigida e necessária para o mundo do trabalho e você já tem que reiniciar já com essa idade.

Então, você vê que nós discutimos muito em termos de perfumaria o processo da qualidade oferecida para esse educando, inclusive no processo de educação inclusiva e esquecemos de acompanhar, monitorar e avaliar de fato a aprendizagem desse indivíduo.

E você iniciar um trabalho na Educação Profissional, que poderia já ter sido realizado anterior, é uma questão inclusive desestimulante para o próprio aluno, para a família, que perde a crença e a fé no seu próprio filho. E nós estamos falando na grande maioria de pessoas pobres, porque quando a gente tem um olhar mais aprofundado sobre os deficientes incluídos, podem ter certeza que esses já são privilegiados, economicamente, socialmente - eu não sei se você tem esse cruzamento de dados lá. Provavelmente são oriundos de classe média, onde a família teve um investimento maior em relação a esse filho.

Agora, no Brasil, a maioria dos deficientes, até em função das causas existentes no Brasil de deficiência são de pobres. E, esses de fato estão muito longe de acessar as vagas disponíveis, pelo próprio processo cultural das suas próprias famílias. Então, a

questão da empregabilidade para eles, tem sido cada vez mais complexa.

Agora, em relação à alternativa para o deficiente intelectual. Eu vou dar um exemplo que inclusive com a presença da FEBRABAN aqui, seria interessante a gente abrir até com vocês também do Sistema AS.

Há um ano atrás, há um ano e meio atrás, eu fui procurado por uma empresa de limpeza de minas, em Minas Gerais, eu sou de Minas Gerais e vocês sabem que em minas lá têm muitas. E nós temos uma grande empresa de limpeza de minas e ele estava sendo autuado pelo Ministério do Trabalho, em função do preenchimento de cotas.

Chegou a minha casa, é uma pessoa amiga: "Sr. Eduardo, você tem que mudar essa lei, porque você tem que especificar as empresas que têm condição de preencher. Nós temos uma periculosidade muito grande, porque os nossos funcionários limpam minas. Como é que eu vou colocar pessoas com deficiência lá dentro? Então, você tem que mudar essa lei. E eu vim aqui por que...". E ela estava até ansiosa, porque já tinha sido multada, tinha tido um prazo e ela não conseguiu inserir. Então, eu falei assim: "Calma aí, vamos pensar". Então, você começou a trabalhar com ela novas estratégias.

Desse trabalho apoiado, nós a desafiamos: "Olha, você quer trabalhar com deficiente intelectual, inclusive com grandes comprometimentos? E a gente vai pensar uma alternativa". Então, ela disse: "Vamos lá trabalhar". E foi desenvolvido um projeto para eles: "Olha, você às vezes não pode colocá-lo em mina, mas você pode trabalhar, por exemplo, com plantação de mudas para reflorestamento. Quem sabe a sua empresa cria mais uma alternativa de trabalho, onde você preenche as cotas dentro do cômputo geral dos seus empregados, numa nova atividade que você venha a desenvolver. Inclusive você faz jardinagem também e às vezes eles podem ter um canteiro de mudas, por exemplo, onde eles plantam e vocês fazem jardinagem em alguns lugares ou vendem essas mudas".

Pois bem, esse processo foi desenvolvido de tal forma que hoje a empresa tem um lucro, um *plus* de atividade, absorvendo só deficientes intelectuais com grandes comprometimentos inclusive. E hoje é o orgulho da própria empresa e ela sai anunciando isso para todo mundo, já foi motivo de reportagem aquela coisa toda.

Então, você tem não só ter que olhar naqueles postos de trabalho convencionais que a empresa têm, mas outros tipos de serviços existentes como a venda de prestação de serviço e coisas desse tipo, que poderiam ser não terceirizados, mas aproveitando esses trabalhadores todos esses com carteira assinada.

Às vezes o que a empresa tem que ter de *plus* [soa a campainha] De investimento é um educador ou um Coordenador dessas atividades que acompanhe esse grupo para suas atividades. Então, as alternativas elas existem e a gente tem que pensar caso a caso.

Agora para terminar, cada um desses assuntos é interessante e eu gostaria de citar duas coisas que a Aparecida Gugel colocou. Primeiro que essa questão do BPC e a questão da Interdição, no caso do deficiente intelectual, então, é o que mais nos afeta, com certeza.

A Interdição nós temos que trabalhar para mudança no nosso entendimento do Código Civil, eu acho que é o mais fácil, o mais acessível. E dentro de uma nova concepção que a gente tem como justificativa de qualquer proposta de alteração, hoje você quando intitula ou define que uma pessoa tem deficiência temos que entender que ela pode ter comprometimentos em algumas áreas e, não comprometimentos em outras áreas.

Então, o fato de você requerer uma interdição hoje, faz com que esse indivíduo esteja incapacitado para todas as outras funções e isso no caso da concepção que nós vivemos hoje não procede. Então, a lei é arcaica nisso aí. Senador Paim, eu posso ter uma limitação para deambular, eu posso ter uma limitação intelectual, mas eu não tenho uma limitação para atividade laboratorial, dependente da atividade que me colocam.

Então, você não pode em função de uma lei generalista que te incapacita para tudo e para qualquer situação, de fato, prosperar qualquer proposta de mudança. Então, nós vamos ter que levar para dentro do próprio Código Civil, alguma coisa essa interpretação: você tem que identificar que tipo de limitação.

E é isso que acontece, a família prefere interditar. Eu até citei um exemplo no nosso Congresso Nacional das APAEs que aconteceu em Vitória o mês passado, que uma mãe chegou perto de mim extremamente triste, porque ela precisava fazer Interdição. Eles já estão idosos, eles são servidores público aposentados e querem ter a garantia para o seu filho de encontrar alguém que possa ter um dinheiro para sustentar seu filho e, com razão qualquer pai tem essa preocupação.

E ela disse: "Tive que fazer a Interdição, Eduardo, a coisa que ele mais gosta na vida é votar. Ele acompanha o processo político. Ele foi à urna de votação e não pode votar, porque a Interdição já cortou o nome dele do processo eleitoral. Ele voltou numa tristeza tremenda".

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Eduardo, dizer que em Canoas eu vi isso. O menino me conhecia, quando me viu me deu um abraço, porque eu

fui um dia falar da escola dele, me permita falar nesse momento é exatamente o que você disse.

Depois na saída: "E aí, meu Senador". Eu digo: "O que foi?" Eu vi os olhos dele, me abraçou e estava chorando, porque não pôde votar.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Então...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não deixaram ele votar!

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Pois é.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não outras...

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Não outras. Então, essa questão é uma questão que nós temos que debruçar sim. E a questão do BPC, a Priscila Gugel já colocou muito bem, nós temos que avançar porque as famílias não querem perder benefício. Se eu fosse pobre e miserável, eu não queria perder também não.

A gente precisa se colocar nessa situação, entre alguma coisa que me dê alguma garantia de alimento e outra que é possível e poderá ter eu vou ficar com o que é possível, com o que é real. Então, nós precisamos flexibilizar essa situação.

Mas por último uma coisinha. Eu só queria colocar mais um ponto de interrogação na cabeça de todos vocês. Lutamos para isso. Eu apresentei os pontos de estrangulamento na minha ótica, completando, talvez ou colocando mais alguma coisa que não tinha sido citado anteriormente, mas eu quero também colocar uma outra lógica.

A pessoa com deficiência intelectual e a gente relacionando com elas, elas são muito interessantes porque ela traz também linhas de pensamento totalmente diferenciada do convencional e, a gente tem que aprender com eles.

A gente colocou como uma lógica para todas as pessoas, inclusive para todas às pessoas com deficiência, que é o trabalho que enobrece e que é o trabalho a única forma de fazer com que a pessoa de fato, seja feliz, participativa e inclusiva. Muitos deficientes intelectuais não colocam na sua trajetória de vida a questão do trabalho e a gente também tem que respeitar.

Isso não significa para ele, às vezes, qualidade de vida e que essa é a visão de mundo que ele acha que tem que perseguir. Certo? E é muito importante a gente pensar sobre isto, porque fala-se no processo: temos que ter a terminalidade da Educação, temos que oferecer isso. Agora, a gente tem que perguntar, porque o deficiente intelectual nem todos estão a fim do trabalho.

E esse conceito de cultura de trabalho é de um mundo capitalista que nós vivemos. Então, a gente também numa lógica de pensamento que eles têm que é diferenciada às vezes do comum, do convencional, a gente respeitar também. Não necessariamente ele para ser incluído respeitado e identificado, tem que estar inserido no mundo do trabalho, quando é uma coisa que às vezes é muito distante até do seu próprio desejo.

E por último, agora acabando mesmo, é a questão da cultura da empresa. A cultura da empresa, a ética da empresa nós não abordamos. A gente aborda a questão da qualificação profissional, ele tem que estar preparado para o posto de trabalho, para a função específica. Mas a ética da empresa em relação principalmente ao deficiente intelectual e múltiplo, ela tem que ser toda reformulada. Por quê?

O deficiente intelectual ele traz em si características que são próprias e que a gente não pode negá-las. Ingenuidade, sim. Eles são ingênuos sim, em muitos aspectos. Em outros muito espertos, mas em alguns aspectos muito. Eu já citei um exemplo numa palestra que eu dei. Olha, eu tenho um deficiente intelectual que certo dia ele com fome, ele foi à gaveta da chefe dele, sabia que tinha um dinheiro guardado num envelope. Foi lá tirou e foi comer.

Lógico que a chefe assim que abriu a gaveta, descobriu que tinha sido mexido o dinheiro. A causa é uma questão gravíssima, demissão sumária um funcionário que viola ainda um envelope da chefe, para tirar um dinheiro. Certo? A ética nossa predomina dessa forma.

Chamando o rapaz, dizendo e apertando, ele. Ele na mesma falou, assim: "Fui eu mesmo". - "Mas por que você fez isso?" – "Porque minha mãe não me deu dinheiro hoje para eu vir, eu estava com fome. E aquele dinheiro nós juntamos para poder na sexta-feira fazer um lanche. Eu estava com fome era hoje, fui lá e peguei". Eu falei, assim: "Bom, está certo. Tá certo. Mas vamos dizer, se a empregada da sua mãe fizesse isso, o que ela ia fazer?" – "Ia mandar embora". – "Então, está bom. E o que eu devo fazer com você?". – "Não, não me manda embora hoje não, porque o meu aniversário é sábado. Se minha mãe souber disso, não vai ter festa no meu aniversário".

Então, olha uma lógica que o mais sério para ele nem era perder emprego naquele momento, era perder a festa de aniversário, se a mãe soubesse de um fato como esse. Então como lidar com isso, dentro de uma ética hoje das empresas que são padronizadas, que elas não estabelecem novas regras flexibilizadas em relação à característica do indivíduo.

Eu acho que esse tema também a gente prepara muito pouco às empresas e elas não estão abertas também a rever esse processo ético interno, para poder facilitar o acesso e a permanência desse trabalhador. Desculpe o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agora está funcionando o microfone. Eu quero destacar o papel importante, porque quando nós falamos empregabilidade da pessoa com deficiência ou inserção no mundo do trabalho, inclusão a gente tem que pensar assim: Pessoa com deficiência, físico, paralisado cerebral, visual, auditivo, intelectual, altista, múltiplo, distúrbio de comportamento, transtorno global, de desenvolvimento, altista que já mencionei, surdo, cegueira.

Quer dizer é um universo extremamente variado e com perspectiva a ser refletida por aquilo que o Deputado Eduardo Barbosa, Presidente Nacional das APAEs, colocou. Eu só quero destacar que muitos aspectos importantes e necessários foram levantados no dia de hoje, não é Senador Paulo Paim? E que nós temos que ter desdobramentos disso.

Eu quero até propor para a Comissão de Valorização, de Organização que nós nos debrucemos com a participação dos que estão aqui presentes e já fazendo, antecipando o convite, para o Eduardo e para todos. Para nos debruçarmos como Senado, como sociedade, como instituições, como Câmara, no decorrer do ano que vem, para que no ano que vem nós possamos apresentar as soluções para aquilo que foi levantado no dia de hoje.

Porque não adianta no ano que vem a gente voltar a discutir para porque é BPC, porque é a Interdição, porque é isso e porque é aquilo. Quer dizer o compromisso, eu diria que temos que assumir é diante destas necessidades, o caminho que foi percorrido para chegar às soluções sejam legais, sejam de outra natureza.

Eu quero convidar o Senador Paulo Paim para continuar presidindo, eu faço questão disto, porque inclusive esta Audiência Pública, iniciativa conjunta com a CDH, que é a Comissão de Direitos Humanos. Ele é Presidente, e faço questão assim, que como Presidente da Comissão, inclusive presida o término dessa reunião.

Então, eu gostaria de convidar V.Exa. para que assuma aqui o local.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu estou entendendo mais uma vez sua grandeza, mas V.Exa. está presidindo, eu estou no Plenário. Nós vamos agora nesse momento com certeza para as considerações finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E faço questão que V. Exª. esteja aqui, nesse local.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que ele é o meu chefe.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas ao mesmo tempo, enquanto isto, passar a palavra para o grande amigo da área que é o Marcos Frota, que deveria inclusive estar aqui na mesa também, sempre é uma questão de agenda.

Mas apesar de estar no Plenário e não estar aqui na mesa, eu gostaria de passar a palavra vocês, para que faça as considerações também.

SR. MARCOS FROTA: Bem, rapidamente. Eu queria dizer que eu concordo com o Deputado, com essa questão de que se discute muito a questão da dignidade da pessoa com deficiência através do emprego, da empregabilidade e essa questão toda, mas muitos não vieram realmente para produzir e nem para trabalhar.

Na minha opinião e na minha ótica, são verdadeiros anjos que vieram até com uma missão espiritual de resgate, de compreensão de ternura, de amor a toda uma sociedade que precisa, realmente, olhar a vida também por esse lado. Exigir dele que trabalhe, que produza, está distante da missão que eles vieram cumprir.

Agora, eu queria deixar aqui duas ou três sugestões que a meu ver precisam ser pontuadas numa Comissão como essa. O Brasil se prepara para estar lado a lado com as grandes nações discutindo o futuro da humanidade, sem dúvida nenhuma. A questão da inclusão das pessoas com deficiência no nosso País, pode trazer ao Brasil um respeito muito grande nesse momento que o Brasil passa a sentar à mesa e discutir os passos do homem.

Nesse sentido todos os esforços são bem-vindos. É importante destacar sempre a contribuição que a inclusão traz. A gente está sempre preocupado com os trabalhos a ver daqui para lá, mas esquece de valorizar e pontuar sempre o quanto a empresa ou a escola, ou a prática esportiva, ou no meu caso, a atividade artística ganha quando abre espaço efetivo para participação das pessoas com deficiência, ou seja, abençoada seja a escola que trabalha a questão da inclusão com continuidade.

Feliz é a empresa que consegue caminhar em direção a cota e consegue realmente colocá-lo nos seus quadros, você acaba com a picuinha, acaba com a fofoca, com a competição desleal, coloca num ambiente de trabalho um outro clima de respeito, que é capaz de iluminar todas as outras áreas.

Agora, o Brasil é um País muito grande e essa questão, esse segmento, essa causa, precisa de notícias positivas o tempo inteiro, porque a gente trabalha o principal com a questão da auto-estima. E eu vejo muito pouca mobilização no sentido da comunicação dos avanços que a gente tem conseguido.

Por exemplo, hoje aqui em Brasília está acontecendo a 2ª Conferência Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência, a sociedade de Brasília toda está organizada e representada aqui na nossa capital. A última Conferência foi em 2006, estamos em 2008, triplicando o número de participantes de questões, de reivindicação e de conquistas.

2008 é um ano significativo para a nossa causa, o Congresso Nacional ratificou a Carta e coloca a pessoa com deficiência na Constituição agora, isso pouca gente sabe. O ano passado eu estive aqui nessa Comissão e deixei uma sugestão, de que mobilizasse grandes empresas. Principalmente as grandes empresas de comunicação que vive em parceria, em sintonia permanente com os bancos, com as grandes montadoras, enfim, com os grandes geradores de renda do nosso País, para pensar num trabalho constante de comunicação.

Que o Brasil inteiro soubesse das nossas conquistas, que as crianças, que os jovens das regiões mais distantes tivessem informações sobre isso. E que saíssem às ruas, a única maneira desse movimento realmente avançar é que as pessoas saiam às ruas e constranjam e dialogue com a sociedade e até em certos momentos em situações constrangedoras, como a questão da acessibilidade em ambientes públicos de lazer, de entretenimento.

Eu me lembro de um garoto aqui em Brasília que chegou numa boate, que queria participar junto com seus amigos e a boate não estava preparada para recebê-lo, ele com muita calma, com muita tranqüilidade gerou uma polêmica enorme ali. Gerou em questão de mídia, porque a mídia também se alimenta dessas questões, desses ambientes, dessas situações polêmicas e imediatamente começou a se entender da importância de que todos os projetos, aprovados para a área do entretenimento e lazer abrisse um olhar definitivo sobre essa questão da acessibilidade.

Então, o deficiente que não se expõe, não se impõe. E um projeto de comunicação nacional divulgando isso, dá coragem para que cada família, para que cada um individualmente saía das suas casas e coloquem-se como cidadãos plenos de todos os direitos e ávidos de necessidade de participação.

Então, há necessidade de um projeto de comunicação. Que a gente pontue um dia, uma época, um motivo qualquer, mas que se mobilizem grandes forças econômicas desse País, para que a gente possa divulgar cada vez mais a necessidade de cidadania plena; e como são bem-vindos espiritualmente, quase 25 milhões de brasileiros com a algum tipo de deficiência física ou mental.

A questão da comunicação é essencial.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A melhor forma de sintetizar é dizer: Valeu. Valeu sempre ouvir o Marcos Frota, ele tem sido sem sombra de dúvida, um símbolo quase desse grande movimento que envolve a todo o povo brasileiro, porque a todos interessa esse debate com certeza absoluta.

Eu queria passar a palavra nesse momento também para o Dr. Paulo Brandão, ele está aqui com toda a sua equipe. Gostaríamos de ouvir também sua opinião sobre esse tema, ele que coordena uma equipe aqui no PRODASEN que atua nessa área.

SR. PAULO BRANDÃO: Bom dia a todos. Bom, para aqueles não me vêem, meu nome é Paulo Brandão, eu sou deficiente visual, a minha deficiência é total congênita e irreversível. Felizmente irreversível.

E eu digo felizmente primeiro pela disposiçao que eu tive desde o princípio, de encarar a minha deficiência como algo além de permanente, algo desafiador. Eu nasci com essa disposição, nasci com a deficiência visual e com a eficiência da disposição.

E quando eu decidi que eu encararia a minha deficiência dessa forma, eu decidi, também, que eu não permitiria - que a sociedade enquanto organização pluri e uma organização, também, cheia das suas deficiências. Eu decidi que eu não permitiria que a sociedade me impusesse suas vontades e suas preferências. Certo?

Eu falo isso do fundo do coração, falo isso me lembrando de um depoimento que mais me emocionou, apesar de todas as valiosas contribuições apresentadas por todos os debatedores, presentes. Mas o depoimento que mais me emocionou aqui, e me emocionou de verdade, quem viu o meu rosto naquele momento pôde perceber, foi o depoimento do meu irmão Eduardo. O Eduardo me tocou com suas palavras.

Eduardo, uma pessoa que lembra muito a minha infância, o meu período preparatório para a vida. E o Eduardo tem um sonho, sobre o sonho eu quero falar alguma coisa ao final da minha fala.

Então, ao longo da minha infância eu pude perceber que a resistência da sociedade ela é vencida pelo esforço, pela disposição do portador de deficiência em rompê-la [soa a campainha]. E essa disposição, ela não

se faz apenas com gritos, com rompantes, enfim, não é assim que se quebra essa resistência.

A resistência da sociedade ela pode ser vencida através do diálogo e de ações fortes de ações concretas, no sentido de provar para si mesmo e não para a sociedade a sua capacidade. A sociedade ela tem suas ocupações, a sociedade ela não pára para contemplar a dificuldade do portador de deficiência.

Ela tem suas demandas, ela tem suas preocupações constantes. E, não vamos esperar, nós portadores de deficiência que a sociedade se reúna para solucionar os nossos problemas, os nossos problemas são os nossos problemas.

E então, eu chamo a atenção para esse ponto. Me preocupa muito quando eu vejo a sociedade se organizar para debater os problemas do portador de deficiência e, percebo que há vontade desse grupo de pessoas não é sequer perscrutada, não é avaliada, não é sondada, não é ouvida. Não é o caso, absolutamente não é o caso, do Congresso Nacional.

Aqui as idéias são colocadas, são postas, debatidas, haja vista um exemplo muito eminente, a questão do Estatuto do Portador de Deficiência que é um documento que está sendo gestado e está sendo debatido por todas as camadas sociais, interessadas.

Então eu excluo dessa lista o Congresso Nacional, felizmente traz ao debate e chama os interessados a participar das decisões que irão gerir os seus destinos. Mas eu falo de uma camada da sociedade composta por muitos pretensos defensores das camadas minoritárias, que tomam decisões fechadas em gabinetes que vão atingir e vão afetar a vida de milhares de pessoas com vidas, com vivências completamente diferentes daqueles que estão decidindo naquele momento.

Então, nós tivemos aqui a presença de um representante da FEBRABAN e achei muito interessante quando ele fala a respeito do despreparo mesmo, de alguns e da grande maioria de nós para assumir os postos de trabalho que são colocados à disposição, isso é fruto a meu ver de dois fatores fundamentais.

Primeiro, a inércia da maioria de nós em buscar a nossa capacitação e romper esse clico muito danoso que é a falta da empregabilidade, a ausência da empregabilidade em função da ausência da capacitação.

Em segundo lugar, pelo patrocínio de certas ações que acabam empurrando para o ostracismo pessoas com capacidade enorme, com capacidade inegável, mas que se vêem tentadas a partirem para o ostracismo, em função desse tipo de iniciativa que acaba como disse, fazendo com que ele se recolha e se acomode.

Então, eu quero falar, eu quero voltar ao assunto do Eduardo, que me chamou muito a atenção aqui. Eduardo, eu digo a você, jamais abra mão do seu sonho, jamais. Jamais. Se você pretende ser um jornalista trabalhador de uma emissora de rádio, bata às portas a emissora, ofereça o seu trabalho e exija dentro da sua condição de jornalista profissional, o seu espaço. Exija, não peça. Não peça.

A sociedade não vai lhe dar nada se você pedir, nós não estamos aqui para mendigar, nós estamos aqui para exigir. Nós somos cidadãos, pagadores de impostos, cidadãos reconhecidos legalmente, cidadãos de fato e de direito. Não peça, não mendigue. Você é um profissional da área de jornalismo com toda a capacidade que você já provou e vai provar, vai poder demonstrar isso na prática. Se esse é o seu sonho, vá em frente persista.

Jamais admita que alguém com um simples não, sabe? Por ignorância, por falta de motivação ou por qualquer outro motivo, alguém lhe diga um não e lhe feche uma porta. Se ele fechou aquela porta, prejuízo para ele, o veículo de comunicação dele é que vai ter o grande prejuízo de não poder contar com a sua força de trabalho. Entende?

É assim que nós temos que ver, não é colocando as coisas... Não é puxando as coisas, não é puxando para o lado do paternalismo que nós vamos resolver o nosso problema. O País é um País rico em oportunidades. Se você bater todas as rádios de Porto Alegre e nenhuma delas abrir a porta para você, monte a sua rádio Eduardo.

SR. EDUARDO PURPER: Ah, mas elas vão abrir, pode ter certeza que alguma rádio vai abrir.

SR. PAULO BRANDÃO: E se elas não abrirem vamos montar, monte a sua. Monte a sua e concorra com elas, quebre as emissoras que não lhe deram essa oportunidade, então, concorra com elas. O prejuízo é delas. Certo?

Me perdoe o desabafo, mas é preciso que alguém diga isso, eu acho que uma Audiência Pública dessas, ela tem que ter rica em idéias e o debate ele se enriquece, justamente pela diversidade. Eu acho que nós já tivemos aqui—

SR. EDUARDO PURPER: E, se o--

SR. PAULO BRANDÃO: Perdão, só um minutinho, Eduardo. Mas eu acho que nós já tivemos aqui ponderações extremamente profundas, reflexões fundamentadas, nós precisamos ter um momento da emoção também aqui.

A emoção não foi tratada nesse momento, o deficiente de um modo geral ele é uma pessoa, ele é um ser humano. Ele se revolta, ele tem mágoa também, ele alegra, entende? E isso tudo tem que ser visto... Aquela questão que o Deputado Eduardo colocou que

o deficiente intelectual, a pessoa com limitação intelectual ela encara o mundo de outra maneira.

Não prego aqui que nós tenhamos essa diversidade no cotidiano, mas eu digo o seguinte, nós temos que fazer valer, nós vemos que fazer valer o nosso profissionalismo. Não é uma questão da sociedade se colocar como na condição de poder: "Não, vamos dar oportunidade a essas pessoas. Elas precisam de oportunidade".

Como se oportunidade fosse um privilégio da sociedade não portadora de deficiência: "Eu enxergo, eu ando, eu me locomovo, eu sou perfeito. Então, eu é que tenho que lhe dar oportunidade". Negativo. Negativo, eu posso sendo um empresário, dar uma oportunidade de trabalho para qualquer outra pessoa.

Eu sou um empregador também, eu tenho empregada doméstica, eu tenho motorista, eu tenho servidores também. Eu dou oportunidade para pessoas... Eu não emprego nenhum deficiente atualmente, mas posso vir a empregar, enquanto isso, eu escolho as pessoas normais que trabalham para mim. Então eu não estou pedindo à sociedade que me dê oportunidade. Pelo contrário eu posso dar, eu posso proporcionar oportunidades a essa sociedade.

E é assim que tem que ser visto uma via da mão dupla, a sociedade somos nós. Não vamos nos colocar em campos opostos, deficientes visuais de um lado, sociedade de outro. A sociedade detentora dos meios de produção e, nos oferece, eventualmente, por compaixão ou para cumprir a legislação, uma certa oportunidade e geralmente para postos bastante modestos dentro das suas empresas.

Não é assim que vai funcionar. Eu só acredito numa mudança de paradigma, na visão e na condição do portador de deficiência nesse País, quando nós estivermos discutindo juntos e trocando oportunidades. Eu não quero oportunidades da sociedade, eu quero trocar oportunidades com essa sociedade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra nesse momento ao Eduardo Barbosa, porque ele vai ter que sair, Eduardo. Em seguida eu vou passar para que o Eduardo possa fazer o debate, que eu acho que está [soa a campainha] no alto nível.

Por isso eu peço ao Eduardo Barbosa, o nosso Deputado, que vai ter que sair nesse momento. Em seguida, a palavra ao Eduardo jornalista, a palavra vai para você, está bem, Eduardo? Eduardo Barbosa, por favor.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PMDB-MG): Obrigado, Senador. Bom, eu vou fazer minhas considerações finais, porque como o Senador colocou a minha hora, agora realmente eu não consigo ficar mais, porque eu tenho compromissos na Câmara, nesse momento.

Eu só gostaria de dizer que a Federação Nacional das APAEs, ela desenvolve um programa de autodefensoria, onde nós trabalhamos desde que lidamos com aquela criança que chega até nós com deficiência, nessa visão plena de autogestão em primeiro lugar, onde ela possa desenvolver todas as habilidades para gerir aquilo que de fato é importante, interessante que ela deseja para a sua vida.

E que também ao longo desse processo de trabalho de cidadania de autogestão, ela possa também ser auto-defensora ou ser porta voz dos seus desejos e aspirações para toda a sociedade, representando às vezes até outros colegas ou outras pessoas com deficiência intelectual.

E é um programa extremamente bem-sucedido, onde inclusive hoje no CONADE, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nós temos, ocupando a vaga da Federação Nacional das APAEs, não mais um pai, um amigo, mas uma pessoa com deficiência que atingiu inclusive essa condição de auto-defensor.

Hoje ele está inclusive na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência e ontem, inclusive, ele conseguiu aprovar uma moção na Plenária de interesse de todas as pessoas com deficiência, principalmente as deficiências intelectuais e múltiplas.

Mas o mais importante que eu queria que eles no último Fórum que foi realizado deles com representantes do todo o Brasil, no que se refere ao trabalho eles apontaram para nós duas questões que merecem reflexão.

Primeiro que eles, não só percebem a dificuldade da inserção deles no mundo do trabalho, e eles pedem para que na Lei de Cotas pudesse ter o percentual específico para o deficiente intelectual, porque ele vê que eles não conseguem disputar com os outros. Porque a empresa ela tem que contratar o deficiente, então o deficiente intelectual fica sendo a última alternativa e opção.

Então é um pleito deles que a gente tem que trazer para a discussão, vindo deles. E a segunda coisa, eles pedem - isso é até mais interessante Aparecida - porque eles pedem uma jornada de trabalho menor. Eles acham que eles têm necessidade de ter um espaço para educação continuada que favorece... Lógico que a educação continuada, eu estou colocando na terminologia nossa, mas não foi assim que eles apresentaram.

Eles acham que eles precisam ter uma jornada de quatro horas, mas continuar a ter um período com disponibilidade para estudar, que só isso que faz a eles ter a garantia de permanência no mercado de trabalho.

Então com essas duas considerações vindas deles, eu gostaria de encerrar aqui a minha participação cumprimentar os meus pares da Mesa, agradecer mais uma vez a oportunidade, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, a Presidência agradece ao Deputado Eduardo Barbosa, brilhante como sempre.

Eu tenho alegria de dizer que estive com ele na Câmara durante alguns mandatos, ele lá foi o meu Professor. Eu digo isso com carinho, porque eu vim da área sindical, entendia muito lá de direitos dos trabalhadores, enfim, mas essa área, sem sombra de dúvida o Eduardo foi um mestre.

Muito obrigado por saber que no mundo existem pessoas iguais a você, Deputado Eduardo. Valeu.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra como eu havia prometido, agora, para que o jornalista Eduardo Purper, faça... Eduardo, você faz suas considerações e pode já fazer o seu encerramento, para você concluir.

SR. EDUARDO PURPER: Muito obrigado, Senador. Gostaria de dizer que concordo em gênero... Primeiro agradecer ao Dr. Paulo Brandão, que é isso aí mesmo. E eu acho que eu e todos os deficientes que estão formados ou não, ou aqueles que querem chegar a uma faculdade, eles são profissionais, eles não são deficientes, por isso a Lei de Cotas é muito bom.

Eu não quero dizer que a Lei de Cotas veio para atrapalhar, mas a Lei de Cotas ela tem os dois lados, ela tem aquele lado do empresário que está contratando só para preencher a cota sim, e isso nós não podemos deixar que isso aconteça, nós temos que valorizar o deficiente.

Eu quero, por favor, que não seja uma semana, que seja o ano inteiro. Quer dizer a mídia só olha para nós - e aí vem a crítica da mídia e tenho toda a autoridade para fazer, porque em 2009 eu estou me formando, a mídia só olha para nós quando é o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. Não.

Ela tem que olhar para nós sempre e não para o Eduardo deficiente ou para o Dr. Paulo, Brandão deficiente ou para os demais deficientes, mas têm que encarar as pessoas como pessoas, não como deficientes. Deficiência é uma disfunção do corpo, como diz a Dona da clínica onde eu faço fisioterapia, mas nós podemos e somos eficientes.

E o Dr. Paulo Brandão, pode ter certeza, que eu vou exigir e vou conseguir como cidadão de Londrina, que sei que tem um cadeirante que fez Copa do Mundo. E o meu sonho é trabalhar com jornalismo e jornalismo esportivo em rádio e eu vou ser um dos maiores jornalistas do Estado do Rio Grande do Sul e quem sabe do País.

Eu espero ser reconhecido e eu quero fazer um agradecimento primeiro à minha família, que eu sem eles não seria nada. E segundo ao meu amigo e quase irmão chamado Alexandre Paes, que tem me apoiado nesses dias, se não fosse por ele eu não tinha saído naquele vídeo do Jornal Nacional.

Muito obrigado, Alex, eu te considero pra caramba e tu sabe disso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como disse aqui o Brandão, a emoção também toma conta da gente, não é? E numa fala essa como fez aqui, agora, o nosso amigo jornalista Eduardo Purper, com certeza absoluta, a emoção mexe com a gente.

Pode saber Eduardo, que aqui nessa mesa eu sei que você fala como cidadão brasileiro, por todo o nosso povo, mas eu como gaúcho e aí vem o meu bairrismo e tu sabe não é, Eduardo, que nós somos um pouco bairrista. Eu como gaúcho, eu ia dizer como gaúcho, que o povo gaúcho se sente em você com muito orgulho a nossa representação de gaúcho e brasileiro. Palmas para você Eduardo, você merece.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento à Sra. Loni Elisete Manica, especialista em Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, para suas considerações finais.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Como gaúcha também eu me sinto super orgulhosa de estar nessa mesa aqui, lembrando aqui que nós temos outros parceiros gaúchos, ainda mais com a vitória do Internacional. Uma pausa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vi, pegou agora.

SRA. LONI ELISETE MANICA: Agradeço realmente a nossa participação, eu vou só lembrar de uma pesquisa que nós fizemos em 2007, foi a primeira pesquisa de egressos feita pela nossa Unidade de Pesquisas do SENAI e que mostrou que das pessoas que nós tínhamos qualificado 55% já estavam no mercado de trabalho.

E que desses 55% mais de 75%, são pessoas que estão trabalhando em posto de trabalhos que foram treinadas e capacitadas pelo SENAI. Isso é um

número bastante significativo para nós e achei importante relatar aqui no final.

Também compactuo com o Dr. Eduardo, pena que ele saiu, sobre a questão do tempo. Eu me preocupo um pouco quando nós fechamos uma aprendizagem ou uma capacitação, para o deficiente intelectual que tem suas peculiaridades e tem um tempo próprio na aprendizagem.

Lembrar também que nós temos o nosso site acessível pedir, desculpas às pessoas cegas que eu não disse o site, mas vou dizer agora é: WWW.DN.SENAI/PSAI... Desculpa, SENAI.BR/PSAI. Ele é totalmente acessível e os cegos também pode navegar para conhecer o nosso trabalho.

Agora, finalmente, eu quero ratificar aqui o nosso convite. A SNI ficou extremamente honrada de poder estar aqui debatendo esse tema. E, pelas Confederações eu posso dizer que foi muito importante essa participação nessa mesa, onde nós temos a empresa privada, onde nós temos órgãos do Governo e pessoas como o Eduardo, aqui mostrando que realmente se pode acreditar nessas pessoas.

O empresariado como um todo está trabalhando e está acreditando colocando essas pessoas não é por conta... Que nós tínhamos em 2004, só em São Paulo em torno de 600 e poucas carteiras formalmente assinadas com pessoas deficientes. Hoje quando eu falei que nós tínhamos mais de 50 mil, me disseram: "Não, nós temos mais de 80 mil desde o início do programa".

Então isso é um ganho realmente para o Brasil, o Brasil todo ganhou com a questão da inclusão. E eu acredito que o empresário como um todo ele também não quer excluir, ele quer essa participação também nessa sua empresa. A única coisa que nós pedimos é que se pense as questões dos ganhos reais dentro de uma empresa, que o empresário também participa de uma sociedade que também tem impostos, que também tem suas obrigações e que ele também precisa nessa situação de um apoio em devidos momentos até para entender, como uma pesquisa revelou nos Estados Unidos que cada 1% que se aplica num deficiente dentro de uma empresa ele retorna 11%.

Inclusive essas questões que o Marcos Frota colocou muito claramente, mas isso muitas vezes não chega até o empresário de que forma ele vai ganhar esses 11%. Então, talvez tenhamos que pensar também em formas, em alternativas que venham ao encontro de uma empresa mais flexível e ainda mais inclusiva, mas tendo a certeza que as Confederações estão unidas em prol desse atendimento.

Eu olho para Maria Aparecida, porque eu sei que ela é atuante na fiscalização. E eu tenho certeza que ela também percebe claramente o avanço das empresas e das Confederações nesse trabalho de capacitação e de inclusão no mercado de trabalho.

Eu finalizo parabenizando Eduardo, não é só porque eu sou gaúcha que eu tenho orgulho de você. Eu tenho orgulho de você porque eu convivo com pessoas deficientes, sei que vocês podem. No momento em que vocês e empresários e a sociedade, acreditarem e focar no potencial dessas pessoas eu não tenho dúvidas que vão trazer muitas contribuições, porque se focar naquilo que nós temos de limitação, isso é geral.

Se focar naquilo que eu tenho de limitação, talvez, aqui eu não poderia nem estar então é importante focar no que a pessoa tem como potencial e focar naquilo que você tem como eficiente Eduardo. Eu gostei muito da sua fala, me emocionou e parabenizo você por estar aqui conosco nessa mesa.

Eu vou sair mais revigorada com a certeza de que basta querer e basta, realmente, lutar pelo seu espaço porque vocês têm muita competência e muito a contribuir com o Brasil. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As suas palavras que com certeza o Brasil todo está ouvindo, vendo e esse otimismo que vocês dois passaram para todos nós aqui, demonstra que àqueles que pensam assim são vencedores.

Eu sei que é quase que uma frase carimbada, mas eu insisto em dizer ela, alguns dizem: "Ah, Paim não é bem assim, mas eu insisto. Eu gosto dela". Eu sempre digo que o pessimista ele é um derrotado por antecipação. E um otimista ele é sempre um vencedor, sempre um vencedor.

Olha, esses dias eu percebi um poema de um Padre, Padre Anchieta e no fim do poema, ele dizia o seguinte: "Paim, essa luta dos aposentados que tu tá travando, independente do resultado já é luta de um vencedor". Eu achei isso lindo. Não importa para mim. Importa para todo aquele que acreditam nos idosos, nos deficientes, nos discriminados.

Em todo o nosso povo brasileiro, porque só travar a luta já é uma experiência magnífica, porque a causa é justa. E é isso que nós estamos aqui nesse momento trabalhando, para que haja efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Todos nós estamos fazendo a sua parte.

E é com esse otimismo que eu passo a palavra nesse momento ao Dr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, por favor.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Bom, eu vou simplificar Senador, porque na verdade, eu acho que quase tudo já foi dito, não

é? E efetivamente eu faço minhas, vou me apropriar do que foi dito e dizer que nós estamos juntos nessa história toda.

Tem uma ou duas coisas que eu acho que é importante ressaltar. A primeira é que efetivamente quando nós começamos a fazer esse trabalho, que nós começamos as pesquisas e tivemos esse cuidado, nós tivemos muitas surpresas de como essas pessoas - hoje as pessoas com deficiência entendem a vida, como elas encaram e como elas esperam ser tratadas e é surpreendente.

Naquele momento para nós foi revelador. Esse é um ponto extremamente relevante nesse processo. Realmente a questão de oportunidades são pessoas que fazem parte da vida, fazem parte da cidadania, enfim e nós precisamos delas e nós todos estamos juntos nesse mesmo barco.

Eu acho que uma segunda coisa, é que um trabalho dessa natureza ele nunca é unilateral, ele é mais do que multilateral multifacetado. Nós temos tido experiências muito boas, não só dentro dos bancos, mas junto à CONTRAF, junto a CUT, junto aos diversos Fóruns que a gente tem, tanto da sociedade civil, organizada como a sociedade política, empresas inclusive. E essa troca é muito rica com as Universidades, é muito interessante o aprendizado que a gente tem disso.

E finalmente dizer que nós temos também que reconhecer o papel muito importante que tem ajudado muito, pelo menos ao setor bancário do próprio Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho tem nos apoiado e tem nos ajudado muito.

A OIT, a CONTRAF, CUT, entidades como a CERT Social, o próprio IPEA, enfim, diversas entidades, empresas, pessoas e organizações, que têm se disposto a discutir o assunto, trazer sugestões e a gente definitivamente não há qualquer arrependimento, quando se vai, se abre, se discute e participa.

Eu acho que essa é a minha mensagem final, a mensagem final da FEBRABAN de participação de compartilhamento desse aprendizado e compartilhamento das iniciativas, nós vamos continuar o trabalho. O trabalho para nós é fundamental, nós temos o convencimento absoluto e total que empresas sadias só têm razão de ser em sociedades sadias.

Nós só evoluímos se evoluirmos juntos, não existe essa coisa de chegar na frente e o resto ficar atrás, porque não vai funcionar. Essa é a nossa mensagem final e a nossa crença. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Dr. Mário, eu também não quero falar muito e vamos encerrar, mas sabe quando a gente... Eu trabalhava na fabrica, quando a gente lembrava banco, a gente lembra sempre juros, como é que eu vou fazer e como é que eu vou pagar.

Mas como é bom a gente estar numa mesa hoje como essa, onde vê o representante dos bancos aqui, V.Exa. com a maior tranqüilidade, mostrando a sua responsabilidade social. Essa responsabilidade que todos nós temos com o social e participando dessa política de integração o que eu sempre digo: a luta contra as discriminações, não é só dizer uma política de igualdade, a gente fala também de oportunidades.

Às pessoas só precisam - e foram muito claros todos aqui - só precisam de oportunidades para mostrar as áreas em que elas são eficientes. A senhora Loni foi feliz também quando ela disse qualquer um de nós aqui na mesa, se explorarem as minhas deficiências me mandem para casa.

Talvez se explorarem meu espírito de luta, a minha tenacidade eu acho que vou bem. Então, vamos explorar essa área não é? Por isso eu quero lhe cumprimentar com muito carinho aqui, pela responsabilidade que os bancos estão demonstrando principalmente nessa área. E eu iria mais além.

Hoje o sistema de bancos, eu estive ontem com o Frei Davi, o senhor o conhece? Estão abrindo inúmeras oportunidades para a comunidade negra que até algum tempo não tinham essas oportunidades sem Lei de Cotas, mas eles estão já participando e ele me dizia que os números são gratificantes, meu cumprimento bem avançados nessa área.

Então é com alegria que eu passo para a o encerramento à Dra. Maria Aparecida Gugel, Sub-Procuradora do trabalho.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Bem, então encerrando mais uma vez o agradecimento e dizer que aprendi bastante, porque há alguns anos não vou dizer quantos - porque a gente está tentando fugir desses tantos anos.

Nós discutíamos e iniciávamos a discussão da inserção da pessoa com deficiência no trabalho e nós falávamos entre nós, nós não ouvíamos as pessoas com deficiência. Então hoje e é isso que me move a mim como pessoa, a minha Instituição e ao meu voluntariado, dizer que hoje nós caminhamos com as pessoas com deficiência para essa inclusão, ouvindo-as respeitando-as.

Gostaria de dizer aqui Senador, porque o senhor está sentado aqu , estava alí eu comecei a pensar me inspira. Nós precisamos pensar na pessoa com deficiência que está envelhecendo. Nós temos hoje, uma comunidade principalmente de pessoas com deficiência intelectual que estão envelhecendo e que precisa urgentemente, o Senador Eduardo Barbosa não está aqui, mas eu sei que ele me daria razão em lembrar,

precisamos urgentemente aprimorar as nossas leis nesse sentido.

Mais em relação a pessoa com deficiência, precisamos pensar na questão da aposentadoria da pessoa com deficiência que está envelhecendo. Essa nossa sociedade só mostrará sua evolução pelo aprimoramento do seu pensamento, que estará sempre refletido nas leis. O fato social está aí e as nossas leis precisam ser aperfeiçoadas.

Então, deixo aqui o meu apelo para a retomada urgente do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu sei que não está nessa Casa, mas está na Casa aqui ao lado, sei da sua luta do seu comprometimento. Então, precisamos urgentemente novamente colocar nos trilhos a discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, porque agora já temos a Convenção da ONU ratificada.

Então, esperávamos a ratificação da ONU, o pedido do CONADE de toda a sociedade foi atendido, mas agora precisamos retomar com qualidade ouvindo todos os segmentos com muita paciência, porque precisamos fazer esse trajeto bem feito, para termos ao final uma lei com qualidade que reflita efetivamente o pensamento da nossa sociedade.

Então fica aqui o meu pedido para ser levada a esta outra Casa, a Câmara dos Deputados, que retome urgentemente a discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porque também já evoluímos desde a apresentação do seu projeto, todas as discussões que tivemos inclusive aqui nesta Casa, no Senado, já temos aí uma massa crítica bem ponderada.

Porque a sociedade é ponderada, nós temos que acreditar nisso para podermos evoluir, praticamente e emocionante também dizendo, precisamos avançar. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém pode dizer: "Ele combinou com a Dra. Aparecida Gugel, para terminar", porque todos aqui sabem que eu sou apaixonado pelo Estatuto, eu sou apaixonado e na linha que a senhora colocou, não na peça original.

Eu diria até que a minha ousadia foi apresentar a peça original, mas depois, com a Relatoria do Senador Flávio Arns e o debate na sociedade, eu diria que o Estatuto melhorou já, não vou dizer 100%, porque V.Exa. tem razão, melhorou 90%.

E tomara que ele chegue aos 100%, depois de um amplo debate lá na Câmara vai voltar para cá, porque lá ele vai ser alterado volta para cá e nós vamos de novo aqui, tentar chegar naquele ponto ideal. Mas eu fico feliz de ver a sua declaração aqui, fazendo quase que um apelo que agora é hora de nós discutirmos e votarmos de forma definitiva o Estatuto, quando chegarmos num grande entendimento com toda a sociedade.

Eu tenho essa grande esperança, o Estatuto no seu conjunto, ele depois de melhorado, com certeza para mim vai ser uma peça que vai ser referência a nível internacional na minha avaliação, acompanhando naturalmente como muito dizem e eu repito, com os olhos na Convenção Internacional.

Se são 25 milhões de pessoas, por que não termos o Estatuto votado e desde que - eu dizia isso num dos debates que eu tive com um setor que fez uma série de ponderações - se o Estatuto significar uma vírgula, de prejuízo para a pessoa com deficiência, eu jogo ele na lata do lixo e toco fogo. Eu garanto que faço isso, já fiz com a nossa Constituição um dia, mas foi em defesa dela.

Quando quiseram arrancar uma parte da Constituição, principalmente na parte social, eu digo: "Olha, eu vou arrancar simbolicamente porque vocês estão arrancando o coração da Constituição, isso eu não vou permitir". Então é com essa confiança e nesse otimismo que o Estatuto será um grande avanço na minha avaliação, depois de concluído.

Eu vou encerrar esta Audiência Pública, sem deixar de fazer aqui minhas homenagens mais uma vez ao grande Senador Flávio Arns. É um grande Senador. O coração desse Senador, você podem ter certeza é um coração que não tem tamanho.

Se tiver uma causa social nessa Casa esteja na frente quem estiver, não importa nem a sigla partidária, se você disser: "Senador Flávio Arns eu preciso de você aqui". Ele vai estar lá. É um grande Senador, eu faço com emoção, porque na medida em que a gente está falando aqui das pessoas com deficiência, ele sem sombra de dúvida é um Senador que faz a diferença.

Senador, você não está aqui, você fez questão que eu encerrasse, mas eu quero encerrar essa sessão, só lembrando do grande Senador que você é. Está encerrada essa Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h52.

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE DEZEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Co-

missão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 73, de 2008 - CDH, aprovado em 10/09/2008, com a finalidade de discutir "a interrupção dos tratamentos regulares da hemofilia no Brasil pela falta de quantidade suficiente de medicamentos, os Fatores de Coagulação VII e IX, para tratamento das dolorosas hemorragias que afetam os hemofílicos do País.". Autor: Senador Paulo Paim. Convidados que comparecem: Sylvia Thomas, Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia; Tânia Maria Onzi Pietrobelli, em substituição ao Senhor Gilson da Silva, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia; Guilherme Genovez, Coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e Carlos Henrique Martins de Lima, Procurador da República – DF. Em suas considerações sobre as falas dos convidados, o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, propõe a criação de um grupo de trabalho, com a participação de Senadores, da Consultoria Legislativa do Senado, do Ministério Público Federal, do Ministério da Saúde e de representantes das famílias dos portadores de hemofilia, para aprofundar o tema e propor as soluções adequadas aos problemas apresentados. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, *sem* revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único: "Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 73, de 2008, CDH, aprovada em 10/09/2008, com a finalidade de discutir a interrupção dos tratamentos regulares de hemofilia no Brasil pela falta de quantidade suficiente de medicamentos, os fatores de coagulação VII e IX, para tratamento das dolorosas hemorragias que afetam os hemofílicos do país". Foram convidados para esse debate na Comissão de Direitos Humanos, e à medida que eu for lendo já convido para vir para a Mesa, a Sra. Sylvia Thomas, que é Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia. Convido também a Sra. Tânia Pietrobelli, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia e representante também da Associação de Hemofílicos de Santa Catarina. Convidamos também o Sr, Guilherme Genovez, Coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. Convidarnos, ainda, o Sr. Carlos Henrique Martins de Lima, Procurador da República-DF. Todos os citados eu já convido para a Mesa, podem ir sentando que a assessoria já coloca outra cadeira, o local aqui é previsto até para dez, se necessário.

Essa Audiência Pública foi provocada pelo Senador Casildo Maldaner, ele era suplente, agora ele retornou para a base, já que o Senador Colombo retornou, mas assim mesmo essa presidência manteve, pela importância do tema, tema esse também que eu tive a satisfação de num vôo de Porto Alegre para Brasília conversar muito com a Sra. Tânia Pietrobelli, que é Vice-Presidente da Entidade. Enfim, aqui conversando com o Senador Casildo é que nós entendemos que era urgente que houvesse essa Audiência Pública para que os senhores e as senhoras pudessem expor ao público, ao país, o que é que efetivamente está acontecendo, quais sãos as dificuldades, enfim, o que é que nós todos juntos podemos fazer para avançarmos no caminho de atender a todos, principalmente nesse tema que é tão importante para todos nós. Eu vejo aqui que os fatores de coagulação é uma das questões que mais preocupam. Bom, o importante, eu não sou especialista na área, então eu leio aqui com muito cuidado, inclusive a formulação montada pela assessoria, e como quero efetivamente conhecer mais sobre o tema e me somar nessa jornada da vida, do bem que interessa tanto a todo o povo brasileiro, eu vou passar de imediato a palavra à Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia, a Sra. Sylvia Thomas. A senhora tem a palavra por quinze minutos, eu sei que a senhora vai fazer uma apresentação, daí a senhora dirige e nós, naturalmente, teremos a tolerância necessária para que, além da apresentação, a senhora possa fazer a exposição.

SRA. SYLVIA THOMAS: Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a oportunidade de ser ouvida pelo Senado, pela gentileza do Senador Paim. Então o motivo de convocarmos, de solicitarmos essa audiência, eu vou tentar explicar brevemente. Pode passar, por favor.

Bom, a nossa missão da entidade, da Federação Brasileira de Hemofilia, então é advogar pelo tratamento e qualidade de vida dessas perto de onze mil pessoas com hemofilia ou outros distúrbios de coagulação no Brasil. Não é uma missão fácil porque é um país complexo, com grandes disparidades regionais... Pode passar, por favor.

Falando em um slide só o que é a hemofilia, então a hemofilia é uma deficiência hereditária de um desses vários fatores de coagulação, que são proteínas que existem no sangue, em que a hemofilia "A" é a deficiência do fator VIII e a hemofilia "B" é a deficiência do fator IX. Esse problema é ligado ao cromossomo "X" e ele, em geral, na grande maioria, afeta pessoas do sexo masculino. E a manifestação, então, da hemofilia, se dá por sangramentos prolongados. Por favor.

A base principal do tratamento da hemofilia, então, é com esse pozinho liofilizado, que em geral é extraído do plasma humano, do sangue humano, mas ele não é sangue, ele é um derivado do sangue ou, em alguns casos, ele pode ser produzido por engenharia genética, mas é o que a gente chama de fator, são os fatores de coagulação. Eles são altamente purificados e, atualmente, já há duas décadas pelo menos, livres de qualquer possibilidade de contaminação por vírus. Esse é o medicamento a que nós nos referimos, essa é a base do nosso tratamento, é injetado na veia. Pode passar, por favor.

O objetivo do tratamento, segundo a Federação Mundial de Hemofilia, que é o órgão que nos representa, enquanto pacientes, em nível mundial, é considerado a quantidade suficiente de fatores, concentrados de fatores, para todas as pessoas com hemofilia, de forma que eles tenham uma melhor qualidade de vida e possam atingir seu pleno potencial, educação, emprego, família, enfim. Por favor.

Como é que se quantifica isso? É lógico que cada país tem uma política de tratamento, mas de uma forma geral o que a Federação Mundial de Hemofilia considera é em relação ao uso dos fatores, levando em consideração o fator VIII, porque 80% das pessoas com hemofilia têm deficiência de fator VIII, em geral é utilizado em termos de uso per capta, e se você quer atingir o seu objetivo, é só garantir a sobrevivência dos hemofílicos de 0 a 1, uma unidade per capta. Se o seu objetivo enquanto país é atingir uma independência de funções dessas pessoas, 1 a 3, e assim por diante. E de 5 a 7, então, seria um nível ótimo em que esse cidadão com hemofilia vai ter garantido a sua plena integração à sociedade. Pode passar.

De uma forma geral como é que está o mundo? De uma forma geral, então, houve uma melhoria no tratamento da hemofilia e isso se traduz pelo aumento do uso de fatores. Evoluiu de 0.80 unidades, em 2002, até 1.3 per capta em 2007. Um exemplo interessante é a Rússia, que passou de 1.4 milhões, em 2004, para, em 2007, 200 milhões, atingindo o país inteiro e, inclusive, crianças em profilaxia. Pode passar, por favor.

No Brasil a gente tem um levantamento feito com base na página de compras públicas em que mesmo nos últimos anos se garantiu um preço semelhante, o fator de fato distribuído não tem evoluído muito. E lógico que estatística e número depende do momento, do ponto de corte que se usa, se eu considerar que houve um aumento e se eu considerar que houve a queda pela metade. Tudo é uma questão de que em que ponto você olha. Pode passar.

Esse slide está um pouco prejudicado. A Federação Mundial de Hemofilia, ela adota um sistema de levantamento mundial. O último que foi feito, foi colhido dados de cem países, o Brasil está aqui. Pode passar.

Esses dados, eles são fornecidos, no caso do Brasil, foram fornecidos pelo Ministério da Saúde, aqui nós estamos. O nosso consumo per capta está 1.2, segundo o levantamento feito pela Federação Mundial, com dados prestados pelo Ministério da Saúde. Pode passar.

A Federação considera, também, é lógico, não vai comparar a Suécia com Cuba ou com o Brasil. Então considera em níveis de renda do país. Pode passar, por favor.

Então se nós nos compararmos com países com renda semelhante, aqui estamos nós. Existem países, então, esse slide está um pouquinho prejudicado, mas como Venezuela, Costa Rica, embora com sistemas de governo de saúde pública diferentes, uma de toda forma com um consumo maior do que o Brasil. Pode passar, por favor.

Aqui está mais fácil de ver. Em relação à América latina, existem países que têm uma renda per capta semelhante e, de qualquer forma, com um uso de fator maior. Pode passar, por favor.

Então, voltando àquele slide lá, nós estamos um pouquinho acima do nível de sobrevivência. Não dá para fazer milagre, isso é uma questão nem tão simples, mas nem tão... Não se pode extrapolar tanto, não se tira milagre dos peixes aqui. O que a gente consegue não é muito mais do que a sobrevivência desses pacientes comprando o que a gente compra. Pode passar, por favor.

Então, as premissas que nós, representantes dos pacientes, temos, é não aceitar interrupção do tratamento domiciliar. A gente viu lá naquele slide a criança tomando o fator... O tratamento domiciliar é o próximo passo em termos de atingir a melhoria da qualidade de

vida, até porque essas hemorragias elas vão acontecer em casa, em geral. Então a gente precisa ampliar o acesso à medicação, modernizar o tratamento e isso só é possível com a ampliação da aquisição da compra dos fatores. Pode passar, por favor.

Esse aqui, me desculpem quem não é da área, para quem é hemofílico isso não é novidade ver, são hemorragias horrorosas e essas pessoas, se tiverem um tratamento adequado, elas podem ou prevenir ou voltar, ter uma volta às suas atividades se tratadas adequadamente. Mas sem tratamento vocês imaginam o que acontece com essas pessoas, esse sangramento não pára. Pode passar, por favor.

Também tem hemorragias mais graves, intracranianas, pacientes aqui que sem fator não teria nenhuma condição de sobrevivência. Pode passar.

Eu vou chamar a atenção que esse tipo de sangramento, dentro das juntas, é o que causa a maior morbidade da hemofilia. 80% das pessoas com hemofilia então, se não tratadas, vão ter esse tipo de problema articular. Pode passar.

Então, vendo fora da figurinha, no sentido real. Pode passar.

Isso aqui é o que acontece com os ossos pessoa. Isso é uma articulação de uma adolescente, esse slide foi cedido por um ortopedista, o Dr. Luciano, de Curitiba. Pode passar.

Se a gente olhar um pouquinho dentro dessa junta, é isso que tem ali dentro, é sangue, mesmo com o fator já não vai resolver porque o sangue fica lá dentro. Pode passar.

Se a gente olhar, então, o que acontece com esses ossos, eles, uma vez impregnados com sangue, não há mais possibilidade de retorno à normalidade, isso teria que ser prevenido. Pode passar.

Isso não acontece só com adulto, criança de cinco anos de idade, nem muito menos, só lá no interior dos sertões do Nordeste. Em todo o lugar a gente pode ter esse tipo de situação. Pode passar.

Como transformar essa realidade? O que a gente gostaria de ver, então, é o pleno acesso ao tratamento domiciliar e auto-infusão dos fatores pelos pacientes e famílias. Pode passar, por favor.

Aqui, para quem não viu, nunca viu, essas são as carinhas dos nossos pacientes, eles cederam aqui para que pudéssemos mostrar na audiência. Esse é o fator, até uma criança se capacitada, treinada, ela pode fazer. Aqui são dois irmãos que têm hemofilia. Eles ficam muito felizes, Senador, se tem a medicação, porque eles sabem que podem retornar, então, a ter uma vida normal. O próximo.

A gente precisa modernizar o tratamento no Brasil com acesso maior. Então, também as cirurgias ortopédicas, e tudo isso que nós estamos falando só é possível com a ampliação da aquisição de fatores. Passa, por favor.

Essas são crianças que tem coagulopatias, quando a gente fala é uma doença, é uma doença, mas dificilmente se poderia dizer que são pessoas doentes, têm de todas as raças, etnias [soa a campainha]. Pode passar, por favor.

Ele só tem falta de um fator de coagulação, mas são crianças, jovens e homens que querem viver livres; e só é possível com a medicação. Era isso que eu queria falar, obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, à Sra. Tânia Maria Onzi Petrobelli, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia e Presidente da Associação de Hemofílicos do Rio Grande do Sul.

SRA. TÂNIA MARIA ONZI PETROBELLI: Eu gostaria, a Sra. Sylvia já explicou como fica um hemofílico que não teve tratamento, e eu vou falar de uma experiência que a gente teve na família.

Eu tenho um filho com hemofilia, não tinha história familiar, a partir daí a gente procurou se informar para dar o melhor tratamento possível. Hoje ele está com vinte e nove anos, perfeito, tem seqüela num tornozelo pela época a gente não conhecer, mas a gente achou que devia, naquela época a gente comprou medicação e fez profilaxia no nosso filho, que achou que era o melhor que se podia fazer. Hoje ele está com vinte e nove anos, perfeito, hoje ele é médico, bem sucedido, dando retorno para a sociedade, feliz.

Então o que a gente pensa é que todos deveriam ter o direito de ter essa vida. E o que me deixa muito triste hoje é ver que crianças de cinco anos, com seqüelas, com uma medicação muito melhor hoje em dia, e a gente gostaria que houvesse justiça, porque o hemofílico nasce normal, só com a falta de um fator de coagulação. Têm treze fatores, só falta um fator de coagulação, e não nasce com seqüelas, nasce perfeitinho, tudo tranqüilo. Por falta da profilaxia, da prevenção, ele se torna um deficiente físico, cinco anos em cadeira de rodas, irreversível.

Então, eu acho até que para os cofres públicos seria até economia a longo prazo. Então a gente gostaria de conseguir isso. É o nosso sonho e acho que deveria ser o sonho do nosso país também, dar a esses cidadãos uma vida normal [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos agora a palavra ao Sr. Guilherme Genovez, Coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

SR. GUILHERME GENOVEZ: Senador, eu acho que é bastante importante, bastante pertinente o Se-

nado Federal se envolver nessa questão. Está aqui o Dr. Carlos Henrique, do Ministério Público, a Dra. Sylvia, e ela colocou na explanação dela que o grande problema hoje são as questões legais e as questões mercadológicas que envolvem a compra do fator. A legislação que a gente tem hoje, a 8.666, que rege e que normatiza as compras dentro de todo o sistema de Governo, ela é inadequada para comprar insumos para a saúde. Essa lei foi concebida para a construção de prédios públicos e não para a compra de insumos. Então, não existe nenhuma empresa no mundo que tenha a capacidade de sozinha abastecer as necessidades de fator que o Brasil tem. E pela legislação é necessário que se faça compra de um único *diler*, de um único vendedor. Isso cria sérias dificuldades em relação ao processo de compra e que eu acho que a legislação brasileira deveria avançar nessa questão. Eu não sei se a apresentação--

Bom, o que a gente vem observando e que eu quero mostrar para vocês, isso são dados da Federação Mundial de hemofilia, que em 1999 nós tínhamos 80 mil pessoas diagnosticadas com hemofilia "A" e "B" no mundo e que esse número em 2007 foi para 135 mil pessoas, e o uso de fator, em 2002, era 0.8 unidades per capta, como explicava a Dra. Sylvia, e hoje nós estamos em 1.3 per capta. Pode passar para o próximo.

Esse slide escovou um pouco, mas esse slide mostra que com o avançar do tempo a quantidade de fator, embora a quantidade usada seja aumentada, a quantidade de fator per capta vem aumentando também. O próximo.

Da mesma maneira com relação ao fator IX, saiu de 0.12 e já está praticamente no dobro. O próximo.

E aqui nós temos um outro gargalo, Senador, que é a questão de que a quantidade de fábricas que produziam esses insumos no mundo eram 71 e elas caíram para 59, e o aumento da quantidade de processamento de 33, ela subiu apenas para 36, está certo? E o aumento foi de 300 para 450 milhões de unidades de fator VIII à produção internacional. O próximo.

Bom, como eu falava anteriormente, esses são os passos que a gente passa, que a gente tem que seguir para conseguir concretizar uma compra, entendeu? Esse processo, ele não dura menos que quatro meses para se chegar desse ponto até o ponto onze, onde a gente concretiza esse negócio. E tem mais um outro agravante: quando a gente faz a chamada, e o que aconteceu em 2007, que o Brasil só comprou 122 milhões de unidades, quando deveria ter comprado no mínimo 180 milhões, é porque dois pregões que foram feitos, ou não apareceram nenhum vendedor ou as empresas não estavam adequadas à legislação brasileira para que pudessem vender para o país, está certo? O que a gente comprou em 2008 e 2009, com relação a fator VIII, compramos 266 milhões. São quantidades essas que se adequam totalmente às necessidades do país.

O que aconteceu nos meses de abril, maio e junho desse ano, foi exatamente não conseguir executar os pregões no final do ano passado, fez com que houvesse desabastecimento, não tinha fator para ser entregue no país no começo de 2008, e foi aonde que nós atravessamos essa questão. Agora em junho nós compramos 120 milhões de unidades de fator e compramos mais 140 milhões. Nós já estamos com 266 milhões de fator VIII comprado que é, para uma população de 180 milhões de habitantes, o senhor vê que nós chegamos muito próximos a duas unidades por habitantes, nós estamos bem próximas disso, e esses valores não impedem que em fevereiro ou março de 2009 a gente já inicie um outro processo licitatório, desde que haja no mercado internacional disponibilidade de fator para vender.

E hoje, Senador, estamos com outro problema: só tem uma empresa no mundo, que não tem capacidade de atender todo o mercado brasileiro, que é a Baxter, que é a única que tem condições de vender para o Brasil, é a única que aparece, e por questão da própria legislação ela coloca o preço dela num nível em que ela descaracteriza todos os outros vendedores, quer dizer, o valor que ela apresenta é muito abaixo do custo de produção dos outros fornecedores e eles não têm capacidade de daí seguir no certame, e acaba sozinha. Então ela não tem condições de sozinha suprir todo o mercado e ela não permite, ela dificulta que outros participem do certame. O próximo.

Então aqui é um slide que mostra o crescimento da compra de fator feito pela Coordenação Nacional da Política de Sangue, pelo Ministério da Saúde. Desde 1997 o senhor vê que é uma curva ascendente, muito acima do crescimento vegetativo da população, quer dizer, nós estamos procurando, da maneira que a gente pode, conseguir atender essa população. O próximo.

Quais são as necessidades atuais hoje de hemoderivados? A Organização Mundial de Saúde recomenda duas unidades/habitante/ano. Isso equivaleria a gente comprar 360 milhões de unidades fator VIII. O Brasil adquiriu em 2007 e 2008 uma unidade por habitante. Para 2008 e 2009 a nossa meta é seguir a 1.5 unidades por habitante. Eu sei que isso, na realidade, está muito aquém do que a Dra. Sylvia colocou como necessidade, mas isso não é uma questão de um desejo que a gente tenha hoje.

O Dr. Carlos Henrique está envolvido conosco nos ajudando do ponto de vista de arranjar mecanismos le-

gais que a gente consiga facilitar, fugir dessas amarras burocráticas. Porque, Senador, nós tivemos em 2003 um escândalo chamado "Escândalo dos Vampiros", em que algumas pessoas de dentro do Ministério da Saúde e da Agência Nacional da Vigilância Sanitária estiveram envolvidas num esquema de corrupção na venda e na compra desses hemoderivados junto com as empresas fornecedoras. Havia um processo de corrupção que foi denominado na época "Máfia dos vampiros". E com isso se criou um grande drama nacional com a imprensa, essa coisa toda, e esse espetáculo todo fez com que 90% das pessoas envolvidas nesse processo fossem pessoas corruptas que realmente deveriam ser punidas e foram punidas. Mas em torno de 10% dessas pessoas, eram pessoas honestas que foram envolvidas, que apareceram na televisão e que foram vistas na televisão pelos seus filhos como corruptos, etc. e etc., e que essas pessoas continuam trabalhando e que têm um medo muito grande hoje de trabalhar com esse processo de compra também.

Então, qualquer dificuldade, qualquer dúvida de lisura no processo, qualquer coisa, ele vai pedir mais documento e vai pedir mais prova e contraprova e isso atrasa totalmente o processo. Então isso também foi um grande desserviço que foi causado à população brasileira, esses indivíduos envolvidos com esse ilícito que foi a "Máfia dos Vampiros". O próximo.

Outra grande dificuldade é a dependência externa. O Brasil hoje, no momento, nós estamos avançando para inaugurar em 2010 a Hemobras, que vai iniciar, que tem um potencial de atender só 30% da nossa necessidade de fator VIII. A Hemobras, construída em 2014, fracionando 500 mil litros de plasma, que é a produção nacional de plasma, nós vamos atender só 30% da necessidade. Então nós temos uma dependência interna bastante importante. O próximo.

E nós temos no cenário internacional, como a Dra. Sylvia falou, entrou a China, entrou a Rússia, nós somos o terceiro maior país em número de hemofílicos do mundo. Nós perdemos para os Estados Unidos e para a China hoje. E nós somos o quinto maior comprador mundial de fator de coagulação, o quinto ou o sexto, eu não tenho bem certeza dos novos dados, entende? Então com a entrada desses mercados emergentes o que é que está acontecendo? Nós temos que competir no mercado com esse fator. O próximo.

O senhor observa aqui que o crescimento da produção de fator de coagulação e derivado de plasma, ele sofre numa quantidade muito inferior do que a demanda mundial, não tem capacidade, não existe mercado para suprir. Esse mercado hoje, o mundial está sendo suprido, por quê? Porque está sendo produzido produto recombinante. Produto recombinante hoje que para nós, o preço dele, aumentaria e muito o custo do tratamento para nós, quer dizer, é mais do que o dobro do preço da unidade de fator, equivalente de fator plasmático.

Então nós temos já uma planta em Ribeirão Preto, junto com o Laboratório Aché, o Dr. Dimas Covas, ele está desenvolvendo uma tecnologia brasileira de produção de células humanas produzindo fator para a gente ver se chega nesse ponto e consegue. Só que nesse intermédio [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode falar, pode continuar.

SR. GUILHERME GENOVEZ: É que esse sino tem um apelo psicológico--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele é automático.

SR. GUILHERME GENOVEZ: --bastante grande. Então o que está acontecendo conosco hoje é que nós estamos aumentando o diagnóstico de hemofilia no Brasil, o SUS está chegando mais próximo da população, o número de hemofílicos está aumentando, as necessidades e o avanço tecnológico em termos de tratamento ortopédico aumentam o consumo, quer dizer, a população hoje, a população hemofílica está aumentando o peso e com isso a quantidade de fator é calculada por quilo de peso também, isso aumenta também a quantidade de peso, e já que eles não podem praticar esporte pela limitação que eles têm em relação ao sangramento, isso é um fator dificultador, e outra, tanto a China, como a Rússia e a Índia também estão inflacionando o mercado em relação à compra.

Nós tivemos uma reunião com o pessoal da ABAC, se eles acham que em julho do ano que vem talvez eles não tenham o quantitativo, porque o mundo basicamente é dividido em quatro regiões para as pessoas que produzem esses medicamentos, e eles botam uma quota para cada região, e a quota para a nossa região, para a América do Sul, é essa quota que está fechada, quer dizer, mesmo que você vá comprar, você não vai conseguir no mercado. Já houve pregões em que apareceu um único. Às vezes vem três; dois para assistir e um para apresentar preço, entende? Então essa que é a questão.

O que eu tenho a dizer assim de concreto hoje é que no quantitativo do fator VIII, nós estamos com 266 milhões de unidades compradas, para uma população brasileira, pelo IBGE, de 180 milhões de habitantes, numa previsão de 1.5 unidades por habitantes, que é uma quantidade que de alguma maneira nos coloca numa situação um pouco melhor do que nós estávamos, porque no ano passado, na realidade, em 2007 e o primeiro semestre de 2008 nós estivemos muito

baixo, nós estivemos abaixo de uma unidade por essas questões.

E o que eu gostaria de encaminhar junto a essa Casa, que é essa Casa que produz as leis, é que a gente começasse a estudar, um grupo de discussão, para ver como ficaria esse processo licitatório, como que a gente pode agilizar, mantendo a lisura do processo, mantendo a honestidade das pessoas que se envolvem no processo, o que a gente poderia fazer para diferenciar a compra de medicamento para a hemofilia, de papel higiênico, caneta e etc., porque a legislação é a mesma. É a mesma legislação que dita as prioridades que têm em relação à compra de insumos de escritórios com relação também à medicação que é necessária para o tratamento dos hemofílicos.

Quer dizer, no ano passado, para vocês terem uma idéia, nós devolvemos 20% do orçamento para a compra de medicamentos porque a gente não conseguiu comprar, não conseguimos pela legislação executar, quer dizer, as amarras são na legislação. E o Dr. Carlos Henrique está trabalhando junto conosco exatamente no sentido de a gente conseguir fazer contratos de compra que ultrapassem um ano, fazer contrato, contratualizar as empresas de fornecimento para três ou quatro anos, e isso têm dificuldades grandes para se conseguir adequar isso à legislação, porque assim quando dá certo e não tem problema, todo mundo aplaude, mas quando tem alguma coisa errada no processo, alguém vai ser crucificado. E todas as pessoas, por causa de 2003, tem medo de se envolver nisso.

Então nós estamos tentando, lutando agora, junto ao Ministro da Saúde, o Ministro Temporão, que já me chamou numa reunião para discutir sobre isso, e a Secretaria Executiva, a Secretária Executiva, a Dra. Márcia Bassit, exatamente no sentido de a gente encontrar uma saída em que a gente tenha um estoque estratégico. Que a gente pelo menos tenha 100 milhões de unidades de fator, represada para poder atender essas dificuldades na compra, essa escassez no mercado. Era o que eu tinha para falar. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Carlos Henrique Martins de Lima, Procurador da República-DF.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA: Boa-tarde a todos, boa-tarde Senador, nossa colega Tânia, Sylvia, colega Genovez. Eu compareço a essas Audiências Públicas com muito prazer e sempre com o intuito de aprender. Na verdade eu sempre venho até aqui muito mais para aprender do que para explicar alguma coisa, mas eu gostaria de dar o meu testemunho nessa questão que venho acompanhando há alguns anos, relatar um pouquinho o que é que seria o ponto nodal e verificar aí, na verdade, se podemos... É um bom momento para fazer uma prestação de contas no sentido do que é que estamos fazendo, qual é o trabalho que nós estamos tentando desenvolver e quais são as nossas perspectivas.

Eu tenho trabalhado com esse assunto acerca de quatro anos e tenho tido bastante contato tanto com o pessoal, com os colegas do Ministério da Saúde, quanto os colegas da Federação e dos representantes dos portadores de coagulopatias aqui no Distrito Federal. Ainda esse ano nós tivemos algumas reuniões no próprio Ministério Público em que nós continuamos discutindo e tentando buscar soluções.

Os problemas que nos chegam são os mais variados, são os mais variados. Desde o primeiro contato que nós tivemos, nós separamos esses problemas, havia questionamentos acerca da rede, acerca da construção da Hemobras, haviam outros problemas inseridos aí, mas no final das contas o essencial, o cerne da questão é a presença do medicamento, é o fator, e nós não conseguimos em momento algum, nesses últimos quatro anos, e eu acho que nunca antes na história desse país, nós conseguimos desatar esse nó. Nós tivemos, talvez nesses últimos quatro anos, um ou dois momentos em que a quantidade de fator estava mais confortável, e quando nós dizemos confortável nós estamos dizendo um atendimento normal, não chegávamos nem próximos daquilo que seria indicado, que foi apontado aí pela Dra. Tânia, e ainda assim, eventualmente, nós tivemos problemas. Então nós tivemos, no final de um determinado ano, me parece que no exercício de 2006, foi um que apareceu no gráfico com uma aquisição um pouco maior, fora da curva, naquele ano houve uma compra no final de ano em que compramos na licitação, no pregão, e houve uma compra direta para suprir as necessidades do ano seguinte. Disso decorre aquele número maior. Me parece que tenha sido o único momento em que nós tivemos algum conforto ou pelo menos algum prognóstico de que seria entregue e funcionaria com alguma tranqüilidade. Mas logo a seguir nós não conseguimos, alguns pregões não se viabilizaram e começou toda a celeuma de novo.

Ainda esse ano nós tivemos, foram feitas algumas compras pelo Ministério da Saúde, nós temos acompanhado as compras sistematicamente, e tivemos toda a ordem de problemas. No último, quando achávamos que a coisa iria se regularizar, depois do que foi narrado pelo colega Genovez, que tivemos um final de primeiro semestre bastante conturbado, nós tínhamos quantitativos suficientes para normalizar a entrega e recentemente foram entregues os medicamentos e a empresa teve que fazer um *recall* dos me-

dicamentos porque os medicamentos estavam com algum problema. Aí voltamos para a mesma questão, demos um passo atrás.

Então veja que nós jamais conseguimos voar em céu de brigadeiro e jamais conseguimos desatar esse nó para que a gente possa minimamente ter o conforto de olhar para frente e dizer: "Olha, nós vamos ter entregas sistemáticas, a quantidade que precisamos é tal", e agora nós podemos pensar em outras coisas, porque nós ficamos pensamos da mão para a boca, nós ficamos trabalhando da mão para a boca e não conseguimos minimamente planejar uma política de atendimento para os portadores de coagulopatias, e nós precisamos ter esse conforto, ter essa garantia de que nós vamos ter medicamentos para a gente poder começar a pensar em outras coisas.

Bom, baseado nessa idéia nós tivemos esse ano, eu acho que no mês de agosto, uma reunião um pouco mais ampliada lá no Ministério Público Federal. Então nós tivemos a presença da Federação, tivemos a presença dos colegas do Ministério da Saúde e, também, de outro setor do Ministério da Saúde, que é estratégico no deslinde dessa questão, que é o pessoal da área de compras, tivemos a presença dos representantes dos usuários que vieram de Brasília, Goiânia, Ribeirão Preto, de outros locais do país, e tivemos a presença dos laboratórios, o que é bastante importante. Tinham, pelo menos, quatro laboratórios representados lá. Na verdade eu acho que são dois que acabam suprindo a maior parte da demanda nacional, mas há pontualmente compras desses outros laboratórios. Eu não tenho certeza se são quatro ou cinco que estavam representados e que acabamos fazendo negociações, o Ministério da Saúde acaba adquirindo o fator.

Pois bem. O que nós concluímos naquele momento é que nós precisamos criar mecanismos para que esses laboratórios tenham a obrigação de suprir o mercado. E por que isso? Porque detentores do registro que são na ANVISA, é obrigação de todos os laboratórios suprir essa demanda. Agora como isso será feito? Eu não imagino como isso possa ser feito sem alguma mexida ou sem alguma mudança no quadro atual, porque os nossos quantitativos ainda estão bastante distantes do ideal e nós temos tido essas dificuldades de que o preço acaba oscilando, razoavelmente bastante, e nós temos questionamentos exatamente pela questão da operação anterior, da máfia, nós temos questionamentos e um cuidado muito maior para lidar com essa questão. Então nós não conseguimos avançar ainda.

Nós tivemos essa reunião e pontuamos com os laboratórios, que se mostraram sensíveis a essa questão, que nós iríamos chamá-los de novo para que a gente pudesse negociar uma forma deles suprirem a demanda do mercado. Isso é o mínimo que a gente tem que fazer para ter garantia de fornecimento e a gente possa realmente começar a discutir profilaxia primária, para que a gente possa discutir a dose domiciliar, para que a gente possa discutir a dose de urgência, para que a gente possa discutir como que vai ser o atendimento, porque a rede está montada. Ela pode ter suas deficiências, e há deficiências na rede, mas ela está montada, e nós nunca trabalhamos com essa garantia de que vai haver o fornecimento do medicamento. E isso também cria na própria rede um mecanismo preventivo que ocorre na ponta dos senhores, que são portadores de coagulopatias, irem até o Hemocentro e lá eles informarem que não há fator, quando às vezes há, mas eles trabalham com a hipótese de restrição e eles guardam uma parcela de emergência.

E mais do que isso há uma dificuldade de informação interna aí dentro do estado, porque às vezes numa ponta, em Manaus eu acho que ocorreu isso, faltou fator, a Dra. Sylvia me encaminhou uma foto informando que só havia crioprecipitado, por exemplo, me parece que em Manaus é que isso ocorreu, quando é proibida a utilização de crioprecipitado. Às vezes a gente vai até o Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde não detém essas informações, ou seja, está faltando na ponta, mas a burocracia interna não foi cumprida de tal forma que no Ministério da Saúde eles tenham essa informação e eles tenham esse mapa atualizado de onde está faltando, onde vai faltar e como eles possam se organizar.

Como é que a gente pode resolver isso? Estamos falando isso há quatro anos e eu também não consigo essa solução, mas a gente precisa ampliar esse debate, a gente precisa colocar os laboratórios aqui, nós precisamos colocar os representantes do Ministério da Saúde, da ANVISA, da Vigilância Sanitária, do Ministério Público e, também, agora, muito bem vindo e realmente com um peso bastante importante, o Legislativo, porque é possível que nós tenhamos necessidade de alguma alteração pontual na legislação para que a gente possa encaminhar essas soluções [soa a campainha]. Eu não sei exatamente quais seriam essas alterações nesse momento, mas nós temos visto que o atendimento à burocracia tem sim dificultado o atendimento ao cidadão. Nós não conseguimos, ainda, uma outra forma e, talvez, a legislação permita, eu não sei, mas nós não conseguimos ainda uma outra forma de organização que permita que a gente dê cidadania, que a gente dê um bom atendimento às pessoas de forma que a gente não esteja sempre discutindo as mesmas coisas e de forma que a gente esteja sempre voltando ao mesmo ponto e não consiga se encaminhar

ou encaminhar para novos problemas e novas soluções. Na verdade a gente está sempre dando voltas, correndo atrás do rabo e não conseguimos sair ainda do mesmo problema.

Bom, é isso que eu tinha a dizer, também fico à disposição aí para qualquer outro eventual esclarecimento e, como sempre, à disposição para esse trabalho que estamos fazendo, estamos tentando fazer. Obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem, eu acho que essa Audiência Pública, e hoje tem toda uma simbologia, é a data dos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e essa, sem sobra de dúvida, é uma questão de Direitos Humanos. Então essa Comissão se sente, eu diria, contemplada por esse debate estar sendo feito aqui e nesse dia pela importância, porque mexe com a vida do nosso povo.

Então, eu estou muito entusiasmado com as primeiras falas, porque a gente, quando faz Audiência Pública, claro que nós queremos dar visibilidade à questão para que a sociedade brasileira perceba o que é que está acontecendo, mas também não é só dar visibilidade, é também encontrar caminhos, é encontrar soluções, e pelo que percebo aqui nas falas, eu já me comprometo de organizar aqui, inclusive com a Consultoria do Senado e, naturalmente, com vocês, um grupo de trabalho para estudar com a profundidade que os senhores aqui já relataram a legislação, de forma que se facilite a compra do medicamento. E, claro, que eu vou rezar muito, vou torcer muito, sei que todos vocês estão com a mesma fé que eu estou no sentido de que o Brasil possa produzir esse medicamente mais hoje, mais amanhã, para não ficar com essa dependência externa e, pelo que vejo, de um atendimento que certas horas se torna até impossível porque não existe o produto no mercado externo.

Então eu acho que nós podemos aqui, já de pronto, assumir dois compromissos. Um é esse grupo de trabalho, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos ver aqui com a nossa assessoria para que alguém da Consultoria, que atua mais nessa área, possa ir junto com vocês começar a discutir caminhos na legislação. E o outro é ver em que nós podemos ajudar na linha de que a gente possa, como eu sempre digo, olhando para o horizonte, mas não num horizonte tão distante. Eu sempre digo que o ontem é o hoje e o hoje é o amanhã, de forma tal que a gente possa ajudar aí na linha de que o mais rápido possível o Brasil possa produzir esse medicamento tão importante. Claro que as fotos aqui e tudo que vocês mostraram mexe com a gente, a gente que tem, com certeza, todos nós temos sensibilidade para todo o sistema, não só eu, eu digo todo o Senado, todo o povo brasileiro.

Bom, nós temos um tempo ainda na nossa Audiência Pública, e como é praxe nessa Comissão eu sempre permito que no mínimo cinco pessoas dos nossos convidados do Plenário usem a palavra. Eles podem usar para fazer ponderações sobre o tema em debate ou para fazer perguntas aos nossos painelistas, como também os painelista entre si podem dialogar, podem fazer perguntas, podem apontar caminhos. Mas eu queria, antes mesmo de dar a palavra de novo aos painelistas, ver se alguém no Plenário gostaria de falar. Então já tem uma, duas, alguém mais? Três, já temos três, mais uma lá atrás. Então vamos fazer o seguinte: começando aqui, você só parte esse botão preto à tua frente, vai acender uma luz verde e você fala. É importante que para efeito de Ata, depois que fica documentado, você diga o seu nome, simplesmente, e se representa alguma entidade também diga. Aí usa a palavra por cinco minutos.

SRA. KELLY TOSTES: Obrigada. Eu cumprimento a todos, o meu nome é Kelly Tostes, eu sou mãe do Gabriel Tostes, que é portador de hemofilia B. Ele tem nove anos e eu queria falar sobre alguns pontos que foram citados, eu quero falar aqui como mãe.

Eu realmente participo sim de uma associação, eu faço parte, mas hoje eu não vim representá-la. Hoje eu vim representar o meu filho, inclusive ele está presente. Quando foi citado sobre essa lei, que essa lei dificulta, eu gostaria muito de pedir a ajuda do Senador, junto com todos, eu gostaria que levasse ao conhecimento, que nós realmente precisamos desse auxílio. É impossível aceitar que uma lei possa dificultar o atendimento do meu filho. Então, assim, é inaceitável.

Eu também queria falar sobre a Hemobras, que também foi citado. Hoje em dia o mundo caminha para o fator chamado recombinante, que não é feito do plasma, não é feito do sangue humano, e apesar assim do fator feito do sangue humano ter um fator de pureza muito alto, os nossos filhos, o meu filho, ainda tem que passar por exames periódicos porque existe sim uma chance pequena de ser pego algumas doenças transmissíveis, tipo a Aids, hepatite... Então, assim, é feito esse controle. E, assim, o mundo caminha para o recombinante e eu não sei se a Hemobras ela seria criada para produzir o fator recombinante ou o plasmático, porque se for o plasmático, parece que está regredindo ao invés de progredir. Então eu assim, como mãe, eu como mãe gostaria de ter o atendimento top, sabe, eu quero que o meu filho tenha condições de ter uma vida muito saudável, muito perfeita, assim como o filho da Dra. Tânia. Eu quero o que meu filho tenha

condições de produzir para o meu país. É isso que eu quero para a vida dele.

Sobre o vídeo da Dra. Sylvia, é um vídeo chocante, muito real, e que na hora que o meu filho viu, ele olhou para mim com os olhos arregalados e eu até falei: "Filho, isso é a realidade de quem não tem o fator em casa igual você tem".

E uma experiência, ontem eu estava estudando e quando eu cheguei em casa, era dez horas da noite, ele já ia se aplicar. Ele estava com um sangramento na coxinha, na virilha, ele já tinha preparado o fator e já ia se aplicar. Então, assim, aí eu imagino, eu penso que eu vivi isso há pouco tempo, que eu vim de Ipatinga e que lá nós não tínhamos fator. E quando tinha no pronto-socorro municipal, era horas e horas esperando para ser atendido. E quando ele era atendido, se ele tinha que tomar uma quantidade "X", era dado muito aquém para poder economizar, coisa que o doutor disse. Então é inaceitável que o meu filho precisa de mil unidades, tomar quinhentas, porque a gente tem que pensar no outro que vai vir.

Então, assim, o meu filho não pode esperar, ele não pode dar essa opção para o outro. Não que eu não esteja pensando no outro, mas eu quero que ele tenha o tratamento. Hoje ele faz a profilaxia secundária, ele toma fator duas vezes por semana para realmente ter uma vida saudável, normal, sem problema nenhum.

E a respeito do crioprecipitado, que foi falado que teve um Estado que foi tomado, então, assim, em Ipatinga, de onde eu vim, em Ipatinga também tomou o crioprecipitado, que é proibido. Então eu tenho amigos que tomaram durante algum tempo lá, nessa crise que foi passada. Então, assim, nós não podemos aceitar que o tratamento deles caia.

Eu hoje moro em Brasília, eu tive a condição de vir para cá, para poder dar o tratamento para o meu filho, mas eu conheço muitos que não têm condições de vir. E, assim, a minha vontade é que o país todo tenha o mesmo tratamento. Eu sou muito atuante aqui, eu participo sempre de reuniões, eu estou sempre presente porque, assim, eu quero isso para ele, mas eu quero também ter o direito de voltar para o meu Estado, eu quero ter o direito de permanecer lá e continuar com o mesmo tratamento.

Então, assim, eu vim realmente como mãe e fico muito triste até desse Plenário não estar lotado, porque uma comunidade, porque é um grupo assim muito necessitado, acredito até que muitos não vieram realmente por dificuldade até mesmo de não conseguir nem se levantar, que às vezes está com alguma hemorragia, mas é triste não ver todas essas cadeiras lotadas, porque são pessoas que precisam e que deveriam estar aqui lutando pelos seus direitos e levando ao conhecimento de todos. Eu agradeço a oportunidade [palmas].

SR. GUILHERME GENOVEZ: Bom, com relação à questão, eu concordo com tudo que você falou, eu também acho que a grande questão... Hoje o Distrito Federal, se a gente fazer uma prevalência de hemofilia, ele está com 170% de hemofílicos previstos, quer dizer, tem 70% a mais de hemofílicos, que eles vieram para cá por toda uma história que tem aqui no DF, que eu acho que não cabe aqui a gente discutir, mas eu acho que você colocou muito bem. O SUS quando foi concebido, ele é um sistema universal, ele não pode, embora a gente tenha que conviver com as assimetrias, nós temos que todos os dias, nós, o Ministério Público, os órgãos legisladores, lutar para acabar com essa assimetria, com essa desigualdade que a gente tem e que o Sul e o Sudeste e o Centro Sul são extremamente desenvolvidos, que têm acesso às políticas de saúde e que os outros Estados não têm.

Com relação à produção de fator recombinante, é uma questão de segurança. Assim, na verdade, teria que separar muito dos interesses envolvidos também na questão da produção e na venda de recombinantes. Eu estive, por exemplo, na França agora e estive conversando com pessoas lá na França. Hoje eu imaginava que a Europa não usasse mais fator plasmático e não é verdade. Tanto a Inglaterra quanto a França, 50% do fator usado é plasmático ainda. Eu vou te contar por que isso. Porque na Itália havia uma fábrica, praticamente eles descambaram para tratar pelo recombinante. O que é que houve? A fábrica que produzia as células foi contaminada e eles perderam toda a cultura de célula. Então isso tem um risco, quer dizer, a gente tem que pensar em várias maneiras envolvidas nisso porque, assim, o Brasil tem que desenvolver tecnologia? Tem que desenvolver tecnologia. A Hemobras, ela não vai desenvolver tecnologia só na produção de hemoderivados, mas sim de recombinantes. A Hemobras é a indústria brasileira de produtos hemoterápicos e de biotecnologia. A parte de biotecnologia é a parte que vai produzir e nós temos vários grupos trabalhando junto com a Hemobras no Brasil justamente para fazer isso.

Então a questão do fator plasmático, nenhum país do mundo abriu mão de dizer assim: "Olha, esse país não usa mais fator plasmático". Vários países, mesmo quem trabalha hoje com a planta de produção de albumina e imunoglobulina, se torna inviável se não produzir o fator VIII e o fator IX. Foi o que eu perguntei na França, eu disse: "Bom, se vocês trabalham só com recombinante, então vocês fornecem o excedente do fator VIII para o Brasil, que o Brasil está precisando comprar". Disseram: "Não, todo o fator VIII excedente

plasmático da França é usado pela França e a gente compra mais ainda fator plasmático", eles ainda compram mais fator plasmático.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próximo que tinha pedido a palavra na seqüência da fila, digamos. A senhora pegue o microfone e se identifique, por favor.

SRA. SUELY MEIRELES REZENDE: Boa tarde a todos. O meu nome é Suely Meireles Rezende, eu sou Médica Hematologista, eu sou Consultora Técnica da Coordenação do Sangue do Ministério da Saúde.

Eu queria fazer duas considerações, na verdade. A primeira delas é que a gente vem trabalhando nessa área de coagulopatias, no meu caso, desde 2004, talvez mais ou menos no mesmo tempo em que o Dr. Carlos Henrique vem trabalhando também nessa área. E o que eu senti aqui hoje nessa reunião foi um amadurecimento muito grande de todos os representantes que estão nessa Mesa, tanto da Federação Brasileira de Hemofilia, que tem sido o nosso parceiro durante muito tempo, a própria Coordenação, o Ministério Público, eu acho que têm representantes do TCU também aqui no Plenário, e eu entendo, assim, que nós estamos falando a mesma língua e estamos lutando pelo mesmo objetivo, que eu acho que aqui é fazer com que esse programa seja um bom programa para que os pacientes sejam muito bem atendidos, num nível de excelência que eu acho que o Brasil merece, que os pacientes merecem. Então eu fico muito contente dessa Mesa estar, assim, com esse ponto de convergência para um entendimento nesse nível.

Uma outra questão que eu queria mencionar é que eu tive a oportunidade de morar fora do Brasil muitos anos, durante o tempo que eu fiz o meu Mestrado e o Doutorado fora, e durante esse tempo a gente pode ver um pouco como é que funcionam os programas de coagulopatias fora do Brasil. São programas muito complexos, eu acho que o Brasil tem uma forma de comprar muito diferente de outros países. Se a gente pegar o exemplo dos Estados Unidos, por exemplo, em que mais de 90% dos fatores de coagulação nos Estados Unidos são adquiridos por seguradoras de saúde. Então o Governo Americano, ele é responsável pela compra de menos de 10% do fator de coagulação nos Estados Unidos. A mesma situação ocorre na América Latina, na maioria dos países, que quem compra são as obras associadas, que são os seguros de saúde desses países. Situação diferente na Europa, que é muito mais socializado o sistema de saúde, França, Inglaterra, Suécia, Holanda, que quem compra é o Governo, que banca o tratamento desses pacientes. E obviamente como o nosso SUS foi um pouco feito ao modelo do sistema nacional inglês, a gente tenta, o Governo Brasileiro, de bancar 100% do tratamento dos pacientes no Brasil, o que é inédito para um país como o Brasil, na realidade o que o Brasil tem como uma renda per capta de menos de dez mil dólares por pessoa. Então o Brasil está assim numa faixa muito aquém do desejado, se a gente quiser falar em duas unidades de fator VIII por habitantes.

Mas eu entendo que o programa, ele tem como avançar, agora a gente entende que o programa tem como avançar pensando nessas formas de compra. A Inglaterra recentemente mudou a forma de compra dela, era descentralizada e eles decidiram agora, recentemente, há dois anos, centralizar a compra. Centralizaram, estão comprando para três anos, fechando com empresas, durante três anos aquelas empresas, uma, duas, três, cinco, seis, sete, fornecem esses hemoderivados, o que não é possível acontecer no Brasil dessa forma, porque a gente é obrigado a fechar a compra com uma empresa só ou duas empresas só. Então recentemente, numa visita, eu pude ver uma ficha, uma lista de compra de hemoderivados do Governo Inglês que compra de oito, nove diferentes empresas que fornecem.

Então se a gente for falar de empresas aqui no Brasil, têm várias empresas que não vêm mais ao Brasil ofertar porque a quantidade de produto que elas fabricam é insuficiente para o mercado brasileiro, que ou compra 140 milhões ou não compra nada, e essas empresas têm como ofertar 30 milhões, 40 milhões, 20 milhões. Vamos falar aqui de Bioteste, vamos falar aqui de Quadrion(F) e de várias outras empresas que não vêm mais aos pregões do Brasil.

Então eu acho que nós precisamos tentar entender o que é que acontece no resto do mundo, tentar entender o que é que acontece no Brasil, e eu vou deixar uma mensagem aqui para o senhor Senador e para os ouvintes, os presentes, que eu tenho absoluta clareza que o Ministério da Saúde não quer subtratar ninguém. Então existem problemas, os problemas precisam ser pensados, discutidos e encaminhados para uma resolução conjunta. Então eu vou deixar um pouco aqui essa mensagem, que eu acho que a gente tem que investir muito nesse caminho da flexibilização com o sistema de compra. Obrigado pela atenção [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais alguém inscrito na segunda fila? Então faz favor.

SR. RÔMULO BEZERRA MARQUES: Boa-tarde a todos. Na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento os integrantes da Mesa, cumprimento os presentes, familiares, pacientes hemofílicos, médicos, profissionais ligados ao setor.

Eu poderia, Senador, começar, ou melhor, eu vou começar pelo fim, comunicando que realmente a situação do paciente hemofílico hoje, a despeito de todas as boas vontades, ela não está boa. Ela não está boa porque, se ela estivesse boa, nós não estaríamos aqui na Comissão de Direitos Humanos. Talvez nós estivéssemos na Comissão de Securidade, talvez nós não tivéssemos a necessidade de passar pelo Tribunal de Contas da União, de empenhar ao Ministério Público.

Então, realmente o diagnóstico, ele não é favorável ao paciente hemofílico, em que pese muitos administradores, profissionais de saúde estarem empenhados para que tudo isso melhore. Eu digo que a situação não está boa e podemos fazer um diagnóstico sucinto, objetivo, para não cansar a platéia, porque o Governo não compra. O Governo não compra em algumas ocasiões porque não tinha recurso orçamentário ou não conseguia executá-lo. Ou se tinha recursos orçamentários, em outras ocasiões não comprava porque não havia uma concorrência apropriada aos certames licitatórios. Por sua vez os laboratórios não se faziam presentes porque o Governo não faria o pagamento apropriado em termos de mercado global. Não há laboratórios suficientes porque a "Operação Vampiro" assustou a todos, como já foi dito aqui, e poucos estão incluídos, poucos, efetivamente, têm interesse em concorrer no mercado nacional, e concorrem a mercados externos, como já foi dito aí, a Rússia tem sido aí para nós um exemplo em termos de aquisição da compra de medicamento.

Os laboratórios médios, digamos assim, não conheço exatamente a capacidade operacional de cada um deles, mas os laboratórios médios não aparecem aqui porque não têm capacidade de fornecimento, porque a nossa Lei 8.666 não permite que nós façamos uma compra. Abro um parêntese aqui, eu acho mais fácil nós nos adaptarmos à 8.666 do que a 8.666 adaptar-se a nós.

Então se não podemos fazer uma compra global, façamos uma compra por lotes, façamos uma compra por área geográfica, façamos uma compra fruto de um trabalho de uma Comissão Mista ou de uma Comissão Interministerial que apresente uma solução. Uma proposta que, acredito, que deva sair da Casa Civil para fazer uma interministerialidade na solução desse problema, no desate desse nó que o Dr. Carlos Henrique falou com muita propriedade. Mantendo ainda o parênteses, digo que a Secretaria do Direito Econômico ainda não finalizou, e aí eu peço que fique bem registrado em Ata, e a V. Exª. com sua influência legal, que a Secretaria do Direito Econômico ainda não finalizou o relatório final da "Operação Vampiro", onde ela vai dizer se há efetivamente ou não responsabilidades.

Esse modelo, senhoras e senhores, ele está errado, eu também já tive essa oportunidade de dizer isso. Ele está equivocado, ele está truncado e quem perde com isso é o paciente. Ele está truncado porque o Dr. Genovez, profissional idôneo, que nós já conhecemos, na sua boa intenção, não tem uma ascendência sobre o comprador, sobre o pregoeiro. Ele apresenta uma necessidade. O pregoeiro vai ao mercado mundial, vai ao mercado nacional com os laboratórios que fazem a concorrência e resulta em uma compra pouco efetiva. Quando o medicamento chega ao país, vai aos Hemocentros, que por sua vez não estão na gerência do Comitê, talvez da Coordenação. Os Hemocentros, eles estão ligados aos Estados, que sofrem a ação política local e não efetivamente nacional.

Então o paciente hemofílico, o senhor terá a oportunidade de conhecer alguns deles aqui presentes, que são os mais legítimos para aqui falar, porque eles sabem o quanto doe um sangramento na junta, eles chegam no Hemocentro para ser atendidos em cima de uma estrutura do Estado que não é homogênea. O direcionamento da política de sangue, para ter medicamento de um fator que é comprado pela área federal. É complexo. Nessa estrutura não há uma responsabilidade definida, mas sim responsabilidades difusas, onde cada um diz que fez a sua parte e a parte final que sobra ruim desse bolo está na mão do paciente, cujo melhor indicador de desempenho de qualidade de vida é fator na veia. Alguns desses indicadores, ainda que tenham a sua credibilidade e reconhecimento internacional, eles não são tão adequados quanto o fator na veia do paciente.

V. Exª. vê aqui pacientes moderados, pacientes severos, alguns precisam aí de uma quantidade, milhares de doses, o que representa alguma coisa em torno de oitenta a cem mil dólares/ano, por favor me corrijam se eu estiver errado, oitenta a cem mil dólares ano é quanto custo um paciente, que pode parecer caro, mas não é. Não é por um trabalho de economicidade que já foi apresentado ao Tribunal de Contas da União e com uma prévia aprovação de uma equipe técnica daquele Tribunal que mostra que a médio prazo aquilo que se gasta, ele é recuperado quando se tem um cidadão sadio, inteiro, produtivo, formado em todos os níveis de escolaridade, sem próteses, sem aposentadoria. Quando isso não acontece, quando não há a profilaxia primária, nós temos pessoas seqüeladas, aposentadas, com próteses, eternamente em hospitais. Isso realmente é a grande propriedade de estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

No que tange à questão da dependência externa, associada à questão da nossa tentativa de independência, eu faço aplausos a todos aqueles cientistas e pesquisadores que efetivamente querem adquirir o conhecimento, querem adquirir o domínio dessa química fina. Mas eu questiono, eu questiono. Eu só acho que o nosso produto será um bom produto quando o paciente hemofílico de lá, da Europa, dos Estados Unidos, vier comprar o nosso fator aqui. Se isso não acontecer, eu questiono esse produto. E questiono esse programa em médio prazo, desculpem aqueles mais entusiasmados pela Hemobras. Por quê? Porque se tem um insumo básico para o funcionamento da fábrica, é o plasma, que vem do sangue. E eu pergunto aqui, tirando os pacientes hemofílicos: quem aqui doou sangue pela última vez? O senhor não vai encontrar muita gente. O Governo precisa fazer um vasto, largo, profundo programa de sensibilização da opinião pública para que elevemos pelo menos de quinhentos a dois milhões de unidades de plasmas, de litros/ano, para que a fábrica se torne viável. E isso vai demorar. Quatro anos, cinco anos, é a minha expectativa otimista com muito recurso alocado para sensibilizar toda a população brasileira a fazer a doação de sangue para que a fábrica funcione, porque como já foi testemunhado pelo próprio Dr. Guilherme Genovez, o plasma aí de fora não virá para cá. Aqueles que produzem plasma terão o seu plasma para o seu consumo interno, não darão graciosamente para o Brasil se ele estiver aquém da nossa capacidade produtiva. Então em que pese toda essa boa vontade dos pesquisadores, à médio prazo, me desculpem, eu não acredito nesse programa.

E isso foi bem diagnosticado por uma última auditoria do Tribunal de Contas, caminhando nessa grande direção da questão do sangue, onde identificou alguma coisa em torno de 260 mil bolsas, está lá no primeiro diagnóstico; impróprias para o uso, ditas pela própria LFB, que é o laboratório francês onde foi feito um contrato aí da ordem de 49 milhões de reais para a transferência dessa tecnologia.

No que tange - e essa é a maior questão, que foi definido aqui - à aquisição, eu sugiro sim mais uma vez que se faça uma Comissão Interministerial para que nós possamos, efetivamente, nos apropriarmos da 8.666, compra por lotes, compra por áreas geográficas, porque diferente disso ficaremos nessa retórica sem solução. É o que eu tenho a dizer, muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria comunicar a vocês que está conosco o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Acre. Eu tenho certeza que ele só não chegou antes porque ele estava correndo por todos os trabalhos na Casa, mas pela sua sensibilidade eu tinha certeza que ele viria aqui, porque ele com certeza vai estar nessa Comissão na busca de alguma alternativa. Eu quero dar pelo seu trabalho, pela sua história, uma salva de palma ao Senador Geraldo Mesquita Júnior [palmas], o nosso parceiro em todas as encaminhadas aqui.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, meus caros convidados, senhoras e senhores. Salva de palma é para aquele que tem a iniciativa, Paim, como você, de provocar uma Audiência Pública como essa, de tamanha importância.

Eu tenho dois depoimentos a dar em relação a esse drama que vivem brasileiros e brasileiras. Eu perdi um grande amigo, era um companheiro de trabalho, isso ainda na década de 70. Era tão grande amigo que era quase um irmão, um hemofílico, Raimundinho, uma pessoa que tinha uma alegria de vida fantástica, era para estar até agora aqui conosco, que por algumas questões, Paim, que eu tenho certeza absoluta que estão sendo discutidas aqui nessa Audiência, ele se foi.

De outra feita, tive a oportunidade de acompanhar um drama por igual também daqueles que necessitam de hemodiálise lá no nosso Estado, houve casos inclusive de óbitos por falta... é aquela coisa, a gente não pode ficar jogando pedras, Paim, mas a verdade é que, olha, um final de semana, um feriado prolongado, eu tive que ir próximo de Rio Branco, na estrada, na BR, atrás de um caminhão que estava trazendo produtos para que se fizesse a hemodiálise de alguns pacientes lá em Rio Branco, estava vindo de São Paulo para Rio Branco num caminhão. Eu fui num carro menor, trazia uma pequena quantidade, porque tinha gente já entrando em coma, e conseguimos, de alguma forma, agilizar a chegada desses medicamentos.

O que é que eu quero apontar com esses dois fatos? É que às vezes eu percebo que assim a rotina, a constância, às vezes torna algumas pessoas e em alguns setores assim, injeta uma certa insensibilidade, sabe? A gente deixa de ser previdente, a gente deixa de cuidar com absoluta responsabilidade dos estoques dos medicamentos que têm que estar a tempo e a hora. Isso é uma questão que é de responsabilidade de toda a sociedade, notadamente do Estado, do Poder Público, dos órgãos que estão diretamente envolvidos com essa questão.

Então esse é um drama, eu estava ouvindo aqui o companheiro falar, do meu gabinete, onde estava tomando algumas providências, também estava ouvindo alguns dos nossos convidados se manifestando sobre o assunto, e é por isso que eu digo, olha, eu volto ao início da minha fala: aplauso merece o Senador Paim

que provoca uma audiência dessa, de extrema importância, de fundamental importância, Paim, quando nada para chamar a atenção da Casa, que a Casa precisa abrir os seus olhos, os seus ouvidos para dramas dessa envergadura, que é um drama enorme nas entranhas do nosso país, que passa como passam outros fatos nesse país sem a percepção exata do que eles representam, entende?

Então, olha, meus parabéns à sua iniciativa, a nossa solidariedade a quem... Você sabe, olha, a gente que tem saúde, a gente que a rigor não vive com a faca no pescoço, não é, num caso como esse, é muito fácil, sabe, Paim, a gente toma ali, está com dor de cabeça, toma um Melhoral, alguma coisa, agora a pessoa precisar como sendo um caso de vida ou morte de um fator ou de outro fator e viver com aquele drama na cabeça diariamente, será que vai ter, será que não vai ter, rapaz, é um negócio dramático, é um negócio dramático. E daqui, Paim, daqui onde a partir da sua liderança a gente já se envolveu com tantas lutas, com tantas causas, eu espero que essa seja mais uma a entrar na nossa linha de atenção, e é dever de todos nós aqui, além de nos sensibilizarmos cada vez mais com esse fantástico drama, a gente procurar meios de fazer com que a sensibilidade seja maior, a presteza seja a tempo e a hora, os estoques sejam absolutamente controlados para que pessoas não corram risco de vida. Possam até, infelizmente, falecer por outras razões, por outros motivos, mas não por esse. Aí sim é um caso de Direitos Humanos, é um caso de Direitos Humanos. É por isso que você trouxe isso para cá, Paim, e eu lhe parabenizo mais uma vez por isso. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Mesquita Júnior não poderia ser diferente com a sua sensibilidade, traz o exemplo inclusive de um seu amigo, eu sei que ele na verdade fez uma homenagem a todos vocês que procuraram a Comissão e a Comissão fez esse movimento que terá que ter continuidade.

Eu antes de passar a palavra para vocês, Senador Mesquita, nessa quinta-feira vai ser a minha última Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, concluindo o meu tempo de dois anos, e eu acho que essa Audiência Pública, pelo seu significado, pela sua fala e por tudo que eu ouvi, eu acho que a primeira coisa que nós vamos fazer, eu não serei mais Presidente, que o meu prazo venceu, eu não posso ser reeleito, eu vou trabalhar para que a gente com certeza, reiniciando os trabalhos, retome outra Audiência Pública já com o grupo em reunião. E como seria bom, Senador Geraldo Mesquita Júnior, se eu pudesse sonhar que V. Exª. fosse indicado pelo PMDB para ser Presidente dessa Comissão a partir do ano que vem. Vamos torcer para isso, porque V. Exª., eu tenho certeza, faria aqui um grande trabalho e eu queria ser seu discípulo sentado naquela cadeira. Parabéns à V. Exª.

SR. GERALDO ALVES DE SOUZA: Eu sou hemofílico, o meu nome é Geraldo Alves de Souza. No mês de março, por causa de um acidente de moto, quase morri, tive um hematoma na cabeça desse tamanho, foi falta de fator no Hemocentro lá em Goiânia, o Genervim(F) que correu atrás do fator, ia lá no hospital, passava em mim, mas quase morri, Deus que me deu essa vida de novo, graças a Deus. Obrigado, meu Deus [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais dois inscritos, na terceira fila ou na quarta. Tem uma moça lá. Você, por favor.

SRA. ROBERTA GOMES DE LUCENA: Boatarde a todos. Realmente foi muito interessante a gente estar aqui no dia da comemoração de sessenta anos da Declaração dos Direitos Humanos, eu creio que todos sabem por que é que ela surgiu, para justamente tentar resolver as questões de preservação da vida, de garantir a dignidade, de toda uma história que teve da guerra e de tudo.

Então se hoje nós estamos aqui, nós estamos tentando preservar o mesmo bem, que é intransferível, irrevogável, e ao mesmo tempo eu quero parabenizar ao senhor, porque desde 2004 é que eu procuro diversas Comissões de Direitos Humanos, entre elas a OAB, o CONANDA, no Ministério da Justiça, e até hoje não obtivemos nenhuma resposta por documentações, contatos telefônicos, nada disso.

Então o que é que acontece? Eu tenho um filho, é hemofílico, de seis anos, e durante seis anos eu me questiono realmente o que são Direitos Humanos, porque a cada dia eu durmo e acordo e me sinto tolhida e violentada, apesar de o meu filho ter o tratamento por uma questão de peregrinação aos órgãos públicos, aos fiscais da lei e porque não pensar no Judiciário.

Essa violência é muito ruim porque moralmente toda a família é atingida. Uma pessoa que tem um filho hemofílico, ela está praticamente podada de ser feliz. Por quê? Porque ela não sabe o dia de manhã do seu filho, do seu esposo, do seu ente querido. E para nós que conseguimos obter um tratamento mais humanitário para as pessoas aqui em Brasília, a gente ainda traz a carga muito grande de saber que os outros Estados estão aí tomando crioprecipitado, que por lei é proibido. Aí você pensa: "Ué, se um produto que pode trazer diversos tipos de doença, ainda é proibido por lei e as pessoas estão tomando", você pensa: "Aonde é que está o ordenamento jurídico desse país, aonde é que está a dignidade humana desse país?" Uma pessoa

chegar aqui e dizer que tomou a vida de novo porque teve alguém que conseguiu trazer algumas caixas de fator para ele sobreviver.

SR. GERALDO ALVES DE SOUZA: [Pronunciamento fora do microfone]

SRA. ROBERTA GOMES DE LUCENA: Humhum. Então, assim, eu acho que a gente caminhou bastante, como a Dra. Sueli falou, na questão de amadurecimento, mas eu também acho que esse amadurecimento foi um amadurecimento de conscientização de que existe um problema e que essa comunidade não está mais disposta a conviver com esse problema. Nós não estamos mais dispostos a conviver com isso, apesar de sabermos que existem "n" situações administrativas a serem resolvidas; que o administrador tem sim problema para gerenciar, mas que fica a pergunta: se nunca na história desse país conseguiu se fazer um estoque regularizador, é porque nunca conseguiram sentar e resolver o problema. Isso não são coisas de seis anos, de dez anos, vem da década de 70.

Então, quer dizer, há problemas? Há problemas para serem resolvidos, mas o que nos parece, para a gente da comunidade hemofílica, é que, como o Dr. Carlos Henrique fala, fica-se correndo atrás do rabo. Então na hora do cachorrinho sentar, olhar para o pratinho e falar: "Não, eu quero comer essa ração". Então qual é o problema? Busca-se essa Comissão, adéqua a lei, faz-se outra lei então de compra, como é que vamos resolver isso? Agora chegar para o paciente e falar assim que não, como acontece nos outros Estados, como aconteceu justamente com a Kelly. Se o Gabriel tem que tomar mil unidades de fator, ele tomando quinhentas não resolve o problema dele e não resolve o problema do próximo paciente, porque ele continua sangrando, foram quinhentas unidades jogadas no lixo e outras quinhentas do outro paciente também, os dois vão continuar sangrando, mas administrativamente vai constar no papel que dois hemofílicos foram atendidos.

Então eu acho que a gente está encaminhando realmente, sentando todas as partes para conversar, mas que essa conversa tem que ser mais aberta, deixar de ter celeumas. O que é que está acontecendo? Nós estamos numa grande crise, há meses atrás a crise foi intensa, de se tomar crioprecipitado, FEIBA, e alguns pacientes têm alergia a esse produto, podem ter uma convulsão, sei lá o que pode acontecer com eles, e outra coisa que eu queria colocar aqui: que existe uma crise de plasma? Existe, sim, todos nós sabemos. Existe o fator recombinante? Existe sim. É o céu de brigadeiro que todos queremos? Claro que sim. Se eu vou usar um produto que o meu filho não vai ser contaminado 100%, é aquele que eu quero. Existem os problemas que a gente tem que se adequar? Existem.

Então, que se faça a compra do fator plasmático dentro das possibilidades que se pode fazer e uma compra de fator recombinante. Agora, existe. Nós sabemos, nós vivemos num país em desenvolvimento, nós sabemos das dificuldades, qual é a adequação? Uma pessoa que já está numa idade madura ou que tem uma seqüela, não que ela mereça menos, mas dentro do protocolo essa pessoa vai usar fator plasmático. As crianças que estão sem problema de artopratias, sem problema nenhum de desenvolvimento ósseo, essas crianças que estão nascendo hoje, diagnosticadas, essas pessoas vão começar a tomar fator recombinante. Aí eu começo a enxergar uma forma de você se fazer um estoque de fator para esse país. E em momento algum nenhum de nós aqui, pelo menos aqui em Brasília, o posicionamento do paciente é esse. Falar para mim que existe uma crise e que eu vou dar subdose para o meu filho, que eu sei que não vai adiantar, eu não vou me conformar, de forma alguma, alguém vai ter que responder por isso.

E o que eu quero colocar também é que o paciente, Dr. Clasma(F), ele jamais está em oposição ao gestor. Nós, muito pelo contrário, nós queremos uma união com o gestor para a gente chegar a um ponto comum. Acaba a crise do próprio Ministério da Saúde, acabou a crise do paciente. É uma questão de lógica isso daí. Nós queremos caminhar juntos, juntos com o Ministério da Saúde, mas tomando esse tipo de atitudes.

E, no mais, eu gostaria de dizer que realmente foi muito propício esse dia, porque o hemofílico, infelizmente, ele ainda tem que estar dentro de uma Comissão de Direitos Humanos, porque o direito do hemofílico à vida, à preservação da vida, à dignidade da vida humana, à preservação moral dele, é tolhida a todo instante, porque moralmente ele já é um incapaz por ele não ter a liberdade de locomoção dele por uma falta de um fator, por uma falta de um planejamento do Estado. Eu agradeço a todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um no Plenário com direito à palavra, eu não sei se lá na quarta ou na quinta fila alguém tinha pedido, senão nós vamos voltar para a Mesa e eu começaria aqui para que cada um faça as suas considerações finais, mas se tiver algum questionamento que quiser fazer para qualquer um dos painelistas poderá fazer, e na hora que ele falar, além das suas considerações ele também responderá. E o Senador, a qualquer momento, pode usar a palavra da forma que melhor entender.

E, no final, nós já tínhamos aqui acertados, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que nós vamos tentar fazer quem sabe até essa Comissão Mista que foi aqui falado do Legislativo com o Ministério da Saúde e, naturalmente, o Dr. Carlos Henrique, para nós mexermos na legislação, pela orientação que foi dada pelo Plenário e pela Mesa, e ver como que a gente pode colaborar, até pensando no orçamento da União, enfim, eu não estou aqui me precipitando, para que o Ministério da Saúde tenha condições de efetivamente atender a demanda que é mais do que justa. E o debate tinha que ser aqui mesmo, viu? Para mim não era na Comissão de Saúde, não era na Comissão de Assuntos Sociais, era na Comissão de Direitos Humanos pela gravidade de tudo que foi dito aqui.

Então, se me permitirem, eu começo pela Sra. Tânia. Sem prejuízo, tem um amigo ali no Plenário que me parece que gostaria de fazer ainda uma fala. Como eu tinha dado a oportunidade de mais um, você fala primeiro, depois vem para a Dra. Tânia.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO: O meu questionamento continua sendo sobre a Hemobras, principalmente sobre o nosso recombinante, porque a USP e a UNB alegam ter capacidade de produzir já o fator, inclusive alguns já estipularam até valores para montar uma produção em série. Eu gostaria de saber se isso tem sido já visto pela Hemobras e, assim, porque é quase unânime que não existe confiança na criação de fator de plasma no Brasil.

Nós temos um receio muito grande, devido principalmente à última reportagem que foi feita sobre o assunto, que não conseguiram sequer manter congelado para enviar à Europa para ser processado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Mesa, nas considerações, vai dar a resposta para você. Começo com a Sra. Tânia.

SRA. TÂNIA MARIA ONZI PIETROBELLI: No momento, nós estamos até num momento melhor de distribuição de medicação. Porém, ainda lá na ponta não tem a dose domiciliar ou têm duas doses, a pessoa faz lá no Rio Grande do Sul mesmo, que é um Estado bom, ótimo, mas fazem 400 quilômetros para pegar duas doses, sendo que com duas doses, se tiver uma hemorragia, não é suficiente. Aí volta mais 400 quilômetros, vai e volta, para pegar essa medicação. Então não está bem.

Também em relação à Hemobras, não é uma solução imediata, vai demorar muito ainda, mesmo porque o Butantã também vai ter uma indústria de hemoderivados, então não sei nem se vai ter plasma suficiente para a Hemobras funcionar. Antes vão ter que ser adequados todos os Hemocentros para produzir insumos de qualidade, o que nos preocupa muito, porque é um produto de sangue, que deriva de sangue, então os Hemocentros têm que estar extremamente adequados para fornecer produto de muita qualidade. Nós temos muita preocupação porque os nossos hemofílicos antigos, todos foram contaminados com HIV. Então é uma preocupação muito grande.

E quero, já falou falar agora porque eu acho que tem pouco tempo, dizer que eu tenho um orgulho imenso do Senador Paulo Paim ser do meu Estado e, realmente, a primeira vez que eu conversei foi no aeroporto, o cumprimentei, nem todos os Senadores e Deputados são acessíveis, cheguei, cumprimentei, ele me deu a maior atenção, foi conversando comigo com uma humildade imensa, se dispôs a nos ajudar e realmente é isso daí que ele fez. Eu vi que dava para acreditar e está concretizado. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dra. Sylvia.

SRA. SYLVIA THOMAS: Eu queria fazer só alguns comentários antes das minhas considerações finais.

Eu quero pedir desculpas ao amiguinho lá, ao Gabriel, eu confesso que não percebi que tinha uma criança, a intenção realmente era de mostrar para quem não convive com isso realmente o que isso significa, viver nessa situação. Também tenho um filho com hemofilia, de quem eu me orgulho muito, ele tem dezessete anos, não tem acesso a um tratamento diferenciado dos outros pacientes que estão na minha responsabilidade lá no Mato Grosso, me orgulho também de hoje dizer que o mesmo tratamento que eu consigo dar para o meu filho é o que eu dou para os outros pacientes também, ou seja, ele tem hemofilia grave, tem uma articulação com problema, o que já é uma vitória, só uma, poderia ter várias. O ideal realmente é que a gente tenha uma geração aí vindo sem nenhuma seqüela, mas recuperando a fala da Roberta, eu não sei, considerando até essa questão de direitos humanos, se a gente eticamente tem como desqualificar pacientes que já têm alguma seqüela como cidadãos menos merecedores de um tratamento de melhor qualidade. Como médica eu não poderia conviver com esse tipo de conflito. Todos os pacientes então, dentro de um sistema de saúde com equidade, com igualdade, a gente não tem direito de dizer se um paciente já tem, uma pessoa já tem uma seqüela, se ele tenha que receber um tratamento menos apropriado.

E o fator plasmático, atualmente, até em relação a agregar um pouco de segurança para vocês, tem de fato um record de segurança. Lógico que os países desenvolvidos, eles buscam fator recombinante até por essa história de contaminações com os produtos plasmáticos, mas eu abriria mão, como mãe, como mãe eu abriria mão de uma segurança extra, de um

risco teórico de contaminação para o meu filho, se isso fosse agregar mais segurança de tratamento para os outros pacientes.

Realmente existe uma situação de dificuldade de suprimento do mercado internacional por fator plasmático, mas eu gostaria de acrescentar o seguinte: que os outros países, Senador, essa busca pela auto-suficiência, por maior suprimento, maior independência, a gente não vê com tanta veemência não. Os outros países a que a gente se referiu, a preocupação maior não é de ter o produto nacional, nacionalizado. A busca é por oferecer um tratamento de melhor qualidade possível para os seus cidadãos.

Então também me uno à voz de todas as pessoas que têm hemofilia ou têm familiares, nos preocupam muito quando o objetivo final é nivelar a solução da situação com soluções nacionais, quando o objetivo seria de suprir esse tratamento dos pacientes com os produtos que existem disponíveis no mercado internacional, até porque se questiona atualmente o custo/efetividade, a relação de custo/efetividade em se construir fábricas ou se esse investimento não seria muito melhor, pelo menos para a hemofilia, com a busca de maior quantitativo de fatores para essa população. Não que eu seja contra a Hemobras, mas me preocupa isso, a gente ver a bola chutada cada vez mais longe do nosso alcance, que seria ter um tratamento melhor possível para todos. Eu queria só falar isso aí [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, D. Sylvia. Eu vou passar para os especialistas, mas o que eu percebi aqui, eu quero me apossar mais do conhecimento que vocês têm para que eu possa ter mais conhecimento e possamos estar, vamos dizer, nessa caminhada em defesa da vida.

Mas fica no ar, claro, a senhora fez uma ponderação, mas se eu ouço aqui que se no mercado externo não tem inclusive, foi o que eu ouvi aqui, foi o que eu ouvi aqui, pelo menos que no mercado externo não encontram os produtos, cada vez os fornecedores, em menor quantidade se apresentam. E se a gente puder desenvolver, sem prejuízo de comprar lá fora, o produto aqui dentro com a mesma qualidade, eu só deixo para reflexão, eu não sou da área, eu não vejo porque é que uma coisa pode prejudicar a outra.

A primeira questão para mim, claro, é comprar o produto no mercado internacional e que todos tenham o produto ao alcance da mão. Agora a tem que pensar na geração do presente e a geração do futuro. Se nós pudermos desenvolver aqui o mesmo potencial de remédio que é produzido no exterior como já fizemos em outras áreas, só para dar um exemplo no campo da Aids, olha que eu não sou da área, eu não sou médico, no campo da Aids nós demos show ao mundo, eles vêm aqui buscar a excelência produzida pelos brasileiros. Eu deixo só para reflexão.

Agora se nós pudermos estar construindo aqui para que um dia o mundo compre de nós o produto, ah, como seria bom. Pode ser um sonho, mas alguém já disse que quando a gente sonha com o impossível, a gente faz com que o impossível seja possível. Isso em nenhum momento vai contra tudo aquilo que eu ouvi aqui. A primeira questão, eu acho que o Dr. Guilherme como ninguém vai falar sobre isso, eu estou tomando a liberdade como um parlamentar, o primeiro caminho é nós fazermos com que o remédio chegue efetivamente ao alcance da nossa gente, mas sem prejuízo de nós a longo prazo estarmos desenvolvendo na parte científica das tecnologias, eu sempre digo que as tecnologias avançam em todo o mundo e ninguém vai conter o avanço do processo científico. É impossível você conter, isso é um processo natural.

Eu até querendo usar um termo em outras áreas, eu que defendo muito a redução de jornada sem redução de salário, que é um outro tema que não tem nada a ver, eu digo, não adianta, cada vez mais o computador vai substituir a máquina e vai chegar um dia, se a jornada for a mesma, que não vai haver mais postos de trabalho. Isso é um processo irreversível.

Então eu acredito muito na capacidade do brasileiro, acredito mesmo, acredito mesmo nos nossos cientistas, nos nossos especialistas, que eles poderão construir, em longo prazo, aquilo que nós queremos. Mas tenham claro todos vocês, em longo prazo é uma coisa, a vida não espero em longo prazo. Aí é o abastecimento já, eu sei que o Ministério da Saúde tem que pensar nisso, mas sem o prejuízo, sem o prejuízo de que a gente esteja investindo na possibilidade de Oxalá, um dia, o mundo venha a comprar de nós. A gente primeiro abasteça, naturalmente, o nosso mercado interno, atender a toda a nossa gente, e o mundo venha a comprar aqui, como a gente hoje nos obrigamos a comprar deles. Era só isso, para reflexão. Eu vou dar nesse grupo, viu, eu vou estar nesse grupo aprendendo com vocês e quero ser militante da causa. Dr. Guilherme, por favor.

SR. GUILHERME GENOVEZ: Senador Paulo Paim, é o seguinte: o Brasil, depois da década de 80, e não é esse Governo, foram vários Governos que fizeram isso, com o surgimento do SUS e com a Constituição Federal que está aí posta, a gente avançou muito em relação à qualidade do sangue brasileiro. Diferente do que foi dito, o sangue brasileiro hoje é o melhor sangue da América Latina. Nós temos dificuldades em fazer acordos comerciais e acordos com o Mercosul porque o nível de qualidade nosso, os outros países

da América Latina não conseguem nos acompanhar em termos de qualificação de sangue.

Nós tivemos problema com a estocagem de plasma? Tivemos problema com a estocagem de plasma sim? Essa estocagem de plasma, ela teve problema exatamente porque se vez no Brasil, por conta da "Máfia dos Vampiros", o Brasil não conseguia mais manter os contratos de exportação de excedente de plasma com a Octafarma, a LFB, para a produção desses medicamentos, já que o Ministério Público Federal proibiu a exportação. Então esse excedente de plasma começou a se acumular no Brasil e nós começamos a fazer uma coisa que ninguém fez no mundo, que foi estocar, criar centros de estocagem de plasma para longo prazo, ninguém tinha essa tecnologia, e não existiam equipamentos para se fazer esse tipo de estocagem. Então o que é que houve? Quando a LFB veio agora em alguns centros avaliar a qualidade desse plasma, viu que havia problema com relação ao desvio de temperatura, porque a temperatura que esse plasma tem que ser mantido é abaixo de 30 graus negativos, num período não superior a dois anos. Esse plasma vem sendo estocado desde 2004 e essa foi a grande alegação.

Então não é razoável a gente falar de que o sangue brasileiro não tem qualidade. O sangue brasileiro tem qualidade sim. A qualidade do sangue brasileiro, eu conheço centros, estive estagiando no Japão, estive na França agora visitando os centros franceses, a tecnologia que o Brasil hoje detém em relação ao banco de sangue é a tecnologia francesa, a maneira que a gente trabalha em banco de sangue é à maneira francesa.

Com relação à produção de hemoderivados, o plasma brasileiro é um plasma bom sim. O que nós está faltando é a agregação do NAT agora. E eu vou dizer o seguinte: nenhum plasma no mundo é seguro. Nenhum plasma é seguro por quê? Porque todo o sangue hoje em banco de sangue é testado só para as doenças que a gente conhece. Na década de 80 a gente não conhecia a Aids, o sangue não era testado para a Aids e os medicamentos eram produtos com sangue contaminado por Aids. Hoje a maior segurança que se tem em relação à transfusão de sangue é a inativação viral do plasma, através de solvente, através de azul de metileno, através de calores. Essa é a segurança que se dá ao plasma, porque o fator de coagulação que vocês tomam hoje, que diz assim: "É importado, é o melhor", não é bem assim. 70% do sangue usado na Baxter para a produção de hemoderivados é produzido através de doador americano remunerado, indivíduo que é doador profissional. Ele vai quatro vezes por mês na Baxter, ganha 100 dólares para doar sangue. Esse doador é remunerado e a Organização Mundial de Saúde condena o doador remunerado por outras razões.

Então, essas questões, têm que ver como elas são colocadas. A própria Inglaterra com a questão da "vaca louca", ela importa todo o plasma dos Estados Unidos, de doador remunerado, para a produção dos fatores plasmáticos. Logicamente que a partir do plasma, eu não produzo só o fator VIII. Nós produzimos a imunoglobulina porque existem outros indivíduos que têm outra doença que não é a hemofilia, que é a gamaglobulinemia, que depende da imunoglobulina que é tirada do plasma, que não existe recombinante no mundo, para tentar fazer o tratamento deles. E nós precisamos da Hemobras sim. Nós precisamos de uma indústria de hemoderivados para ter autonomia, porque se a conta do fator VIII é alta, a conta da imunoglobulina é muito mais alta do que a conta do fator VIII, que é eminentemente plasmático. Então eu acho que a Hemobras, que vai ser inaugurada em final de 2010, é uma saída.

O Dr. Isaías Raw, do Butantã, está desenvolvendo uma tecnologia nova? Está desenvolvendo. Nós estivemos agora no Congresso Brasileiro de Hematologia numa Mesa conjunta, o Dr. João Baccara da Hemobras, o Dr. Isaías Raw, o Dr. Dimas Covas, discutindo o futuro do tratamento da hemofilia dentro da perspectiva brasileira, e o Dr. Isaías Raw está dizendo: "Não, eu estou desenvolvendo tecnologia para ser usada dentro da Hemobras", quer dizer, o fato de São Paulo ter uma tecnologia para a produção não significa, não inviabiliza a Hemobras. O que o Dr. Isaías Raw está propondo é criar um outro método que não existe no mundo hoje, tecnologia inédita, em que ele consegue tirar 98% do fator VIII e do fator IX do plasma. E o que o método tradicional que todo mundo usa, que é o Método Dicom, consegue tirar 40%. Então com 100 mil litros de plasma, ele consegue uma produtividade, só que isso preciso ser validado e isso não vai acontecer no ano que vem.

Para hoje tu validar um medicamento, uma metodologia, vai quatro ou cinco anos para que se faça isso. Talvez a melhor perspectiva hoje seja os trabalhos que estão sendo feitos tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo e Ribeirão Preto, na área de biotecnologia, que é a área de produzir células. Agora nenhum país do mundo trata de uma única maneira.

Eu acho que a questão do plasma hoje no Brasil é questão estratégica, nós precisamos, e eu vou lhe falar o seguinte: o Brasil hoje detém parque tecnológico para isso, a gente tem que parar de achar, de ter complexo de inferioridade, quer dizer, a gente fala da corrupção no Brasil, mas vocês viram o que aconteceu

nos Estados Unidos, quer dizer, no mercado financeiro americano, quer dizer, isso não é um privilégio de nós brasileiros, nós tivemos problemas na Europa com relação à lisura também de alguns processos, nós tivemos um indivíduo que saiu da cadeia o ano passado, Missier Garretá(F), que puxou dez anos de cadeia porque liberou plasma contaminado para tratamento de pacientes hemofílicos.

Então eu acho que o Brasil tem tecnologia sim, eu acredito no meu país, eu acredito na minha capacidade tecnológica do nosso país, eu acredito que São Paulo, Ribeirão Preto, a UFRJ, Bio-Manguinhos, têm capacidade tecnológica de produzir fator com qualidade sim, eu acho, e que na realidade a grande perspectiva, e que eu acho que a contribuição que o Senador vai trazer para nós, é de a gente conseguir aperfeiçoar a legislação, porque como eu falei para vocês em 2007 nós devolvemos 30% do orçamento porque a gente não conseguiu, de maneira legal, fazer a execução da compra. Então esse é o grande nó, que como eu falei para vocês, a legislação que rege a compra, a construção de prédio público, a compra de papel higiênico, a compra de água, de café, é a mesma do medicamento crítico, que eu preciso de um tempo de resposta grande, quer dizer, então eu acho que a gente precisa separar fator de coagulação, medicamento estratégico, de insumos outros que podem esperar e que, entende, eu acho que tem que haver uma legislação específica para isso.

Eu gostei muito da falação da Sueli, porque o modelo inglês, ele saiu dessa conversa, porque se a gente for analisar hoje como isso está estruturado, quem deveria estar comprando o fator era o Estado, e foi trazido e a Federação e vocês não querem saber mais de descentralização da compra porque vocês sabem que em São Paulo eu vou comprar muito bem, em que outros Estados vão comprar e que outros Estados não vão nem comprar, você está entendendo? Isso foi uma opção que foi feita. Então o que nós precisamos agora é desamarrar, facilitar, voltar as pessoas, os funcionários públicos que estão envolvidos no processo a ter confiança em trabalhar, entendeu, em trabalhar a no processo e que a gente consiga fazer a compra.

Nós agora estamos terminando, lançamos o Hemovida-Coagulopatia agora, que é um programa em que a gente vai ter o recadastramento de todos os hemofílicos brasileiros novamente e que a gente vai ter, como a Tânia colocou, de como corrigir essas distorções, quer dizer, eu de repente estou liberando plasma para fator de coagulação para Porto Alegre e, de repente, esse fator não chega em Caxias, porque esse fator chega Hemocentro, o Hemocentro vai fazer a distribuição e provavelmente o hematologista vai tratar os hemofílicos dele que estão ali primeiro e depois nós vamos dar continuidade a esse negócio, quer dizer, com o Hemovida Controle e Avaliação, Tânia, nós vamos ter agora uma visão do que está acontecendo lá na ponta e quanto está chegando e porque está chegando, e quanto que está havendo do que foi colocado. Eu acho que o indivíduo que está recebendo quinhentas unidades, ele não foi tratado, ele foi subtratado, que é pior do que ser tratado, porque eu também concordo que pior do que não ter, é achar que tem, pior do que não ser tratado é achar que foi tratado. Mas só que esses dados, nós vamos ter acesso a esse tipo de informação a partir de janeiro, com o Hemovida-Coagulopatia.

E eu já vou dizer isso para vocês: a liberação de fator pelo Ministério da Saúde vai estar diretamente atrelada ao preenchimento dos cadastros, quer dizer, os valores envolvidos, que são da ordem de 250, 300 milhões de reais para a compra desses medicamentos, eles têm que ser controlados e os órgãos reguladores estão nos cobrando exatamente isso. Uma das questões do Acórdão do TCU foi exatamente isso. Então vocês têm que cobrar dos centros tratadores o preenchimento correto, as informações corretas, porque a gente não pode comprar e não podemos gastar porque não existe só hemofilia, nós temos pacientes com gamaglobulinemia, tem doença de Gaucher, têm outras doenças cujo medicamento também é caro. Era o que eu tinha para falar para vocês. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA: Bom, eu queria só agradecer a oportunidade e comentar que é bastante compreensível essa desconfiança da comunidade hemofílica em relação à produção e à dispensação e utilização dos medicamentos aqui no nosso país. Eu não enxergo assim, que realmente o nosso país não tenha condições. Realmente tem. Mas o histórico de vida dessa comunidade leva a desconfiar de tudo, é mais ou menos como o meu emprego, eu desconfio de todo mundo, sou pago para isso. Os senhores que passaram aí por diversas dificuldades, a questão de surgimento de doenças novas, que tiveram uma comunidade diretamente atacada por isso e tiveram muitas baixas em decorrência disso, é bastante razoável que tenham essa confiança.

Mas a questão, eu imagino que a solução para isso, seja a participação, e a comunidade hemofílica, foi colocado pela Roberta, pelo Rômulo, a comunidade hemofílica, ela tem uma dificuldade de se agregar, de exigir e de exercer a sua cidadania a fundo. Os senhores que estão presentes, que são aí multiplicadores ou devem ser multiplicadores das informações ou do que ocorre aqui e das brigas pelas quais os senhores pas-

sam, é importante que os senhores continuem nessa batalha, nessa luta, e a fiscalização dos senhores é que vai permitir viabilizar esses projetos ou não, desde que os senhores estejam presentes, questionando, discutindo, e buscando sempre outras soluções quando alguns caminhos se mostrarem inviáveis. Então é importantíssima essa participação, é importante que os senhores continuem nessa batalha. E a questão da Hemobras ou da Bio-Manguinhos ou qualquer outra solução que se ponha, na verdade no tempo próprio a participação dos senhores é essencial e não pode ser dispensada.

Eu agradeço aí a todos, agradeço a oportunidade, Senador, e fico à disposição aí de todos os senhores. Boa tarde [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou assegurar à Dra. Sylvia, que é Presidente da Federação, que ela faça a última fala. Ela está com a palavra.

SRA. SYLVIA THOMAS: Obrigada. Antes de falar, eu queria só fazer um aparte do que o Senador falou e o Dr. Guilherme também. Não é que não existe produto no mercado internacional. O Brasil não está disposto a pagar o preço que o mercado internacional tem para oferecer. É bem diferente. Há países que estão dispostos a pagar e os fornecedores, os produtores, dão maior prioridade aos países então que estejam dispostos a fazer o sacrifício por sua população, garantindo o tratamento e não garantindo só a economicidade, garantindo o tratamento dos seus cidadãos. O Brasil não está disposto a pagar o preço que o mercado internacional paga para garantir o tratamento dos seus hemofílicos. Isso não é uma impressão, isso é um fato. O Brasil atualmente é o país que paga o menor preço pelo fator de coagulação e isso, para nós, não é um motivo de orgulho não, porque isso é feito às custas daquilo lá que o senhor viu, do que os nossos filhos, as pessoas sentem e sofrem.

Uma outra questão, também em relação aos Direitos Humanos, essa patologia, essa doença, não é doença, nós não nos consideramos doentes, mas essa circunstância de saúde nos obriga a uma situação muito inusitada. Sem que nós queiramos isso, nós somos obrigados a partilhar uma responsabilidade que é do Estado, ou seja, você não tem o direito de ter a sua liberdade garantida, já que você tem que ser solidário com o Governo porque não é possível se comprar medicação para hemofilia, então você é obrigado a ser solidário sem que você tenha a opção de dizer que não. Seria o equivalente, Senadores, de você ter um excesso de peso e alguém estar fiscalizando se você comeu um bombom a mais. Nós somos sujeitos a isso daí, não é a nossa opção.

A nossa grande expectativa, nós já tivemos uma porção de incursões em outras esferas de Governo, enfim, toda uma história de luta, toda uma caminhada, temos sempre a esperança de que aqui sim vai ser, mas eu tenho que confessar que essa comunidade, ela já viu essas esperanças frustradas ano após ano, departamento após departamento e parlamentar após parlamentar. Mas, novamente, depositamos a nossa confiança de que dessa vez nossos Direitos Humanos sejam garantidos e que a gente consiga dar essa caminhada. Isso foi uma solução apontada também pelo Ministério da Saúde de que poderia ser a solução, então mude-se a lei para garantir o direito do cidadão, não o contrário, mude-se a quantidade técnica, teórica de fator para garantir o Estado. Não é certo isso. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nós vamos para o encerramento da nossa Audiência Pública. Eu agradeço a todos os nossos convidados, tanto os painelistas, os senhores e senhoras que ficaram no Plenário e que eu acho que a melhor forma de encaminhar é da maneira que eu havia já anunciado. Nós nos comprometemos a fazer uma Comissão, em parceria com vocês, naturalmente com vocês, vamos ver se o Dr. Carlos Henrique pode também estar conosco.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele já confirmou que estaria. O Dr. Guilherme também, pela sua experiência. Eu tenho certeza, eu vou tomar essa liberdade de indicar já o Senador Geraldo Mesquita Júnior e eu também estarei junto, com dois objetivos, eu diria, dois objetivos: o primeiro é esse essa legislação, que ficou aqui, pelo que eu entendi, que a burocracia da lei, infelizmente, eu vou usar o termo burocracia, que a lei está dificultando a compra. Esse é um caminho. Se tiver que mexer na lei, vamos mexer na lei e com urgência.

Então esse grupo terá essa responsabilidade. Claro que nós vamos também agregar ao grupo os Consultores Técnicos do Senado, que também vão colaborar conosco, de nós vermos onde está o problema na lei, o que tivermos que mudar, nós apresentamos, vamos tentar pegar a assinatura dos líderes, depois que essa redação esteja pronta, para que o Congresso vote com brevidade. Nisso nós vamos precisar muito de vocês. Eu sempre digo que o Congresso funciona de acordo com a batida do tambor das ruas. Se houver mobilização e pressão, Senado e Câmara aprovam a lei com rapidez; se não houver, não adianta a boa vontade de três, quatro ou cinco parlamentares.

Então vocês jogam muito peso, se no momento da votação vocês puderem, claro, dentro do limite, eu sei das dificuldades, puderem acompanhar tanto aqui no Senado como na Câmara a aprovação dessa alterá-lo da legislação, que eu tenho certeza que, com o apoio do Ministério da Saúde, ela poderá ser votada com rapidez.

E a segunda questão, eu concordo com a senhora, doutora, que fique bem claro aqui que não há divergência aqui na Mesa, pelo menos no ponto de vista. Nós entendemos que a prioridade um é a compra do medicamento. Não queremos saber se custa dez, se custa cinco ou se custa um. Nós queremos é a compra. Agora entendemos, nós vamos um pouco mais além, em matéria de gasto até muitos dizem que "o Paim gosta muito de apontar as bondades, mas eu quero ver ele apontar as receitas". Eu aponto as receitas, não há problema nenhum, que não é aqui o caso. Eu quero que nesse grupo a gente discuta com profundidade, primeiro, a garantia do remédio, que é o que vocês querem, sem prejuízo do investimento na possibilidade de um dia nós podermos produzir o remédio. Eu acho que uma coisa não inviabiliza a outra, senão nós vamos nos preocupar somente com o presente, achando que o exterior resolve, e vai chegar um dia que outras gerações vão ficam também com essa preocupação.

Eu entendo, e o Dr. Carlos inclusive enfatizou a sua preocupação, que é legítima a desconfiança, não é Dr. Carlos, e eu também entendo que é legítima, mas eu sou daqueles que ainda diz muito isso. Não é para a senhora, doutora, que a senhora fez o seu papel aqui como eu faria se estive no seu lugar, mas olha: eu quero ver, o importante para mim é a compra do remédio já. Isso não quer dizer que a senhora seja contra. Muito bem, quer investir numa grande empresa para produzir aqui ou amanhã, que se faça, mas que isso não seja motivo de não comprar o remédio pelo preço que está no mercado. É isso que a doutora disse.

Então eu acho que todos nós aqui, principalmente vocês que são lutadores dessa causa, e a senhora também que tem um filho, como a outra painelista também tem, os depoimentos que eu ouvi aqui claro que mexem a alma da gente, claro que mexem com o coração da gente. Vocês, para mim, são otimistas em potencial e têm que ser mesmo. Eu sempre digo que apesar das pedras no caminho, o pessimista, ele é um derrotado por antecipação, e o otimista, ele sempre há de ser vencedor, porque ele foi à luta, ele persistiu, ele diz "dá para chegar, vamos lá, vamos cobrar, vamos xingar se necessário". Esses tais Senadores aí, não é Mesquita, eu e você, por exemplo, que disseram naquele dia que iam estar com a gente, vamos ver se eles estão mesmo agora. Vocês têm que fazer isso mesmo e está correto, está correto.

Eu sempre digo, doutor, que o que eu mais gosto do Mandella foi uma frase que o Nélson Mandella disse logo que ele assumiu a Presidência da África do Sul, num estádio lotado de lideranças, ele disse para eles: "Vocês não pensam que vocês me ajudam só batendo palmas para mim - Nélson Mandella. Vocês me ajudam muito mais se vocês se mobilizarem, pressionarem e apresentem a sua pauta. Isso me dá força para dentro das instâncias de Governo dizer: olha, não é bem assim, o povo lá fora está dizendo outra coisa". Então vocês também, claro que nós queremos que o nosso Ministério da Saúde dê cada vez mais certo, mas se não houver a pressão de vocês, como a senhora fez aqui, Dra. Sylvia, essa pressão firme de cobrança, exigindo respostas o mais rápido possível, porque a vida não pode dar tempo ao tempo, porque o tempo que se der ao tempo, na falta do remédio, significa, infelizmente, que nós vamos perder os nossos entes queridos.

Por isso que nessa visão de otimismo, principalmente pela luta de vocês e pela fala de todos, que eu encerro essa Audiência Pública com muito orgulho. É a minha última Audiência Pública, porque amanhã, praticamente, nós encerramos os meus dois anos nessa Comissão. Eu quero dizer que terminando aqui nós vamos conversar, aí já sem a televisão, como é que vamos formatar esta nossa Comissão para colaborar de forma urgente na busca de soluções. A não ser que o Senador queira dizer algumas palavras, está encerrada essa Audiência Pública. Muito obrigado, parabéns à luta de vocês que agora passa a ser nossa também. Um abraço a todos [palmas].

Sessão encerrada às 16h43

ATA DA 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE DEZEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e cinqüenta e nove minutos do dia onze de dezembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy** e do não membro **Deputado Federal Antônio Roberto Soares.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Item Único: A presente

reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 88, de 2008–CDH, aprovado em 27/11/2008, com vistas a discutir os "60 anos da Convenção Universal de Direitos Humanos e ações da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no biênio 2007/2008, com reflexos nos grupos de minorias". Autor: Senador Paulo Paim. Convidados que comparecem: **Dante Ramon**, Cantor e Compositor; **Alziro de Paiva**, em representação de José de Paiva Neto da Fundação José de Paiva Netto; **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; **Perly Cipriano,** Subsecretario de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República em representação de Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; **Ivonete Carvalho,** Diretora de Programa Para Comunidades Tradicionais, em representação de Edson Santos, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; **Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior**, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE; **Guacira César de Oliveira,** Coordenação Nacional, em representação de Sílvia Camurça, Presidente da Articulação Mulheres Brasileiras – AMB; **Toni Reis,** Presidente da Associação Brasileira Gays Lésbicas e Travestis e Transexuais – ABGLT; **Moacir Meirelles de Oliveira**, Secretário Geral em representação de Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; **João Batista de Almeida**, Coordenador para assuntos da Igualdade Racial do Distrito Federal; **Edson Guilherme Haubert,** Presidente do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP; **Moisés Leme da Silva Neto,** Presidente da CTB-DF em representação Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; **Severino Marques de Oliveira** em representação de Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente franqueia a palavra para algumas lideranças presentes no plenário da Comissão. Após, agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, José Nery, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque e do não membro Deputado Federal Antônio Roberto Soares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta... Nossos convidados podem ficar aqui. Nossos convidados de honra, aqui é a minha última sessão. Eu não abri oficialmente ainda, vou abrir 9 horas em ponto, como sempre fiz. Podem vir pegar aqui na segunda fila, é a de vocês já. Podemos abrir, amigo? 9 horas em ponto?

Declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata de reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único, da última Audiência Pública, que eu tenho como no exercício da Presidência desta querida comissão. A Audiência Pública, nos termos do Requerimento 88 de autoria deste senador, aprovado em 27 de 11 de 2008, com vistas a discutir os 60 anos da Comissão Internacional dos Direitos Humanos e ações, também, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do biênio 2007/2008, com reflexo nos movimentos sociais.

Nós temos uma agenda grande de convidados, mas vocês me permitam, hoje, é praticamente a minha despedida, né?... E como Presidente desta comissão. Eu fiquei no exercício da presidência com muito orgulho. Eu gostaria de, ao iniciar a nossa Audiência Pública... Os convidados podem ficar aqui na primeira fila, os nossos convidados que estão chegando agora. Eu farei hoje o que eu chamo de o meu discurso de encerramento dos trabalhos, aqui na comissão, neste momento, para, em seguida, nós iniciarmos então a nossa Audiência Pública, já com os nossos convidados aqui presentes.

Então, me permitam, aproveitando esse fórum privilegiado dos nossos convidados, iniciar. Antes da montagem da Mesa, eu inicio fazendo o meu último pronunciamento aqui nesta comissão. Espero um pouquinho de tolerância de vocês, porque foram dois anos, para mim muito importante. Dois anos que eu jamais vou esquecer. E inicio, então, a nossa audiência fazendo esse pequeno relato.

Sras. e Srs. Senadores e Senadoras e demais convidados, esta é a última sessão que eu presido como Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. De fato, esta, além de ser a última sessão do ano de 2008, é também a sessão em que eu me despeço da Presidência desta comissão,

na qual fiquei por dois anos. Para começar, quero dizer que foram para mim dois anos muito importantes, talvez os dois anos melhores da minha vida. Como eu gosto de dizer, dois anos mágicos. De muitas ações, de muita luta e uma satisfação interior muito grande, sem tamanho.

Quantas pessoas circularam por esta comissão? Quantos amigos e amigas eu tive aqui? Quantos eu tive a oportunidade de conhecer? Não há como descrever tudo o que aprendi nesse convívio. Por este local passaram corações vitimados pela violência. Passaram negros, brancos, buscando os seus direitos. Passaram pessoas com deficiência atrás da igualdade de oportunidades. Passaram idosos, aposentados ou não, lutando por sua dignidade. Passaram índios buscando respeito à sua cultura e a posse de suas terras. Passaram homens e mulheres defendendo a liberdade religiosa, lutando pelo fim da violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Passaram grupos que aqui, hoje, estão representados, lutando pelo direito e pelo respeito à livre orientação sexual. Passaram jovens, lutando no combate às drogas. Passaram estudantes. Lembro, aqui, os estudantes da UNB que tiveram suas casas queimadas e aqui, de pé, todos os senadores, em nome do Brasil, pediram desculpa a eles. Passaram crianças, trazendo os seus sonhos. Hoje, elas estão aqui novamente. Passaram pessoas determinadas a defender o meio ambiente. Passaram vidas e mais vidas, ansiosos pelo bem comum.

Passaram por aqui os sem-teto, os sem-terra, os sem nada. Passaram líderes sindicalistas, representando empregados e empregadores. Passaram ministros. Passaram intelectuais e profissionais liberais. Passaram pais e filhos defendendo o direito a ter acesso, como foi ontem, aos remédios de uso contínuo e permanente. Um direito do cidadão e um dever do estado. Nós tivemos o privilégio de estar ao lado de todos eles, Deus nos concedeu essa dádiva. Nós crescemos juntos. Nós enfrentamos os debates no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, sempre com direitos iguais para todos.

Nós olhamos nos olhos, uns dos outros, e nós reconhecemos como semelhantes. Nós nos reconhecemos como semelhantes, isso não tem preço. Nessa tarefa, eu quero até agradecer, porque pude contar com a equipe da Comissão de Direitos Humanos. Quero que, simbolicamente, nós déssemos uma salva de palmas a todos os funcionários da Comissão de Direitos Humanos e também do meu Gabinete, que foram incansáveis em defesa da causa de todos. Eu pude contar também com a Consultoria do Senado que foi fiel, parceira em todos os trabalhos. Esse livro que vocês estão recebendo, a Consultoria do Senado, foi fundamental na elaboração do mesmo. Palmas à Consultoria do Senado. Me permitam essa liberdade.

[palmas].

Eu só tenho a agradecer a todos. A todos eles por terem se entregado a esta missão, de forma tão firme e tão dedicada. Eu tenho dito, e já disse em outros lugares, e disse ontem, que 2008, para mim, foi um ano importante. Em 2008 lembramos os 120 anos da abolição não conclusa. Em 2008 homenageamos 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte. Em 2008 nos lembramos a morte do herói do meio ambiente que, infelizmente, agora, lembramos os seus 20 anos que é o inesquecível, e sempre lembrado por nós todos, Chico Mendes.

Em 2008 tivemos Barack Obama, um negro, 48 anos, eleito presidente da maior potência do mundo, os Estados Unidos da América. Em 2008 comemoramos hoje, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. As primeiras palavras, como disse ontem, lá na LBV, que completa também 58 anos. Eu disse lá, as primeiras palavras da declaração foram: "Todas as pessoas nascem livres, livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade". Foi com esse espírito que nós realizamos nossos trabalhos aqui na CDH. E esse trabalho só foi possível, porque eu tive o apoio de todos os senadores e senadoras desta comissão. Palmas a todos os senadores e senadoras desta comissão, pelo apoio permanente, pelo trabalho aqui realizado.

Para não fazer nenhuma injustiça, não citarei nomes, mas, tivemos alguns que estiveram presentes em todos os momentos, em todas as horas, dando o melhor de si. Outros não puderam estar sempre presentes, pela dinâmica da Casa, mas eu faço questão de render a todos, a todos os senadores e senadoras a minha homenagem. Foi com esse desejo de trabalhar com mudanças, que nós avançamos, pouco a pouco, sempre buscando melhorias. E o simples debate de determinadas questões, na busca por novos direitos, prova que o caminho escolhido foi correto.

Meus amigos, foi em 2008 também que lançamos a campanha *Preconceito e Discriminação Zero*, ontem, lá, em parceria com a LBV. Um dos momentos mais bonitos dessa caminhada, para mim, foi essa campanha. Campanha *Preconceito e Discriminação Zero.* O alvorecer de uma nova consciência. Essa campanha, como eu dizia, foi lançada ontem à noite na Legião da Boa Vontade, que se tornou parceira dessa boa causa. E hoje, temos a satisfação de lançá-la, também, aqui no Senado. É um momento, pra mim, muito, muito bonito.

Por incrível que pareça, eu dizia ontem, lá naquele evento, e vou repetir aqui para todo Brasil. Eu dizia ontem, lá no lançamento, que a campanha *Preconceito e Discriminação Zero* tem muito a ver com a roda de chimarrão lá do meu Rio Grande. Dizia eu lá, na Legião da Boa Vontade, com um público que no meu entendimento estava lá compartilhando aquele momento com muita alegria. Eu dizia, com a roda de chimarrão a gente aprende a partilhar e quebrar preconceitos, afinal, na mesma cuia que bebe o patrão, bebe também o peão, na mesma cuia que bebe o adulto, bebe também a criança. O mate, o chimarrão, é um chá. A pessoa com deficiência e aquele que se diz, também, que não tem nenhuma deficiência, bebem os brancos, os negros, os orientais, os indígenas. Na mesma roda, saboreiam do mesmo mate.

Quando a roda circula, eu dizia, eu olho para o céu e observo o brilho das estrelas, fico a pensar: *Como isso é bom!* Olho para o firmamento, vejo a harmonia dos inúmeros pontos brilhantes com a noite escura e, ao mesmo tempo, que as mesmas mãos brancas e negras tocam a mesma cuia. Cuia essa que eu sei que vai circular de mãos em mãos, de boca em boca. Senador José Nery, eu dizia como é bom o ritual do chimarrão, porque ali não tem nenhum preconceito. Ora, o que precisamos unicamente, tal qual o chimarrão, num esforço cotidiano de todos nós, habitantes do Planeta Terra, é modificar a nossa forma de pensar, agir, e ver as coisas, afinal, somos iguais perante os nossos iguais.

O canto dos pássaros que embala as crianças do Nordeste é o mesmo que nos contagia aqui no Centro-Oeste, é o mesmo que nos encanta lá no Sul ou mesmo no Norte. Ninguém é dono do sol ou da lua, ninguém é dono das estrelas, ninguém é dono do rio ou do vento, ninguém é dono dos mares. Cabe a nós lutarmos com nossas vozes libertas, para que aqueles que são discriminados e sofrem preconceitos de todas as espécies e formas, tenham também o direito de ter os seus direitos, os nossos direitos. O que precisamos ver é que o país é um só, e todas essas diferenças são o que o forma e torna, o nosso querido Brasil tão especial.

Não governamos nunca para uma minoria, mas sim, para todos. Para todos os brasileiros, já disse várias vezes, e coloquei num livro que escrevi, essa minha convicção, pátria, pátria... Pátria somos todos e é porque pátria somos todos, que eu me despeço dessa jornada de dois anos, dizendo a vocês: Eu, Senador José Nery, para quebrar um pouquinho aqui, eu amei cada dia, que me foi dado de presente ao presidir uma comissão, onde a essência é a vida, vida por inteiro, vida com dignidade, vida com justiça, vida com respeito à diferença, vida com amor ao próximo, vida com direitos sociais. Nossas almas se entregaram por inteiro, nossas crenças ficaram mais fortalecidas, nosso viver tornou-se ainda mais ciente daquilo que o nosso coração sentia quando éramos ainda meninos, ou meninas, com olhar inocente das crianças.

Muitas vezes, não contivemos nossas lágrimas e choramos, nós choramos, não só eu, os senadores, senadoras, muitas vezes aqui choraram, nesta comissão. Choraram a dor dos pobres, a dor dos abandonados, dos discriminados e sentimos como se a dor deles fosse a nossa própria dor. Secamos as lágrimas e fomos ao encontro de todos dispostos a abrir nossos corações e doar-nos de forma intensa. Fizemos isso porque é assim que nos sentimos mais gente, é assim que entendemos o viver, é assim que entendemos o viver. Fizemos isso porque acreditamos que Deus não tem preferências, Ele mandou o sol e a lua para iluminar a todos, mandou a chuva para dar de beber a todos, criou a terra para o convívio de todos, gerou os frutos para que todos possam neles se saciar.

Não, não há Direitos Humanos num coração que não sonhe com uma a igualdade, com a liberdade, com a fraternidade e com oportunidades iguais. Afinal, como disse o filósofo espanhol Fernando Savater, a sociedade dos Direitos Humanos deve ser a instituição na qual ninguém, ninguém seja abandonado. Para viver os Direitos Humanos precisamos expandir nossa alma, soltar nossas amarras e correr, correr ao encontro dos outros, oferecendo a eles o que temos de melhor. Para construir uma realidade de Direitos Humanos, precisamos de olhos e ouvidos atentos aos nossos semelhantes. Precisamos de um coração desarmado, precisamos de mãos que se estendam abertas, na procura de outras mãos, que anseiem pelas nossas...

Creio eu que vivemos, Senador José Nery, que vivemos uma vida em dois anos que serão inesquecíveis para todos nós, vivemos a diversidade do povo e a própria construção da adversidade que o povo quer e que o povo faz. É um misto de engenharia com inocência, mas de muita competência. Vivemos o possível, na perseguição daquilo que pode se tornar possível. Meus amigos, deixo hoje a Presidência desta Comissão de Direitos Humanos. Deixo ela com o coração apertado, com saudade antecipada, com o desejo de não partir, mas sei...

[palmas]

Me permitam, repito, meus amigos, deixo a Presidência desta comissão com o coração apertado, com saudade antecipada, com o desejo de não partir, mas... Meu velho pai, já falecido, me dizia: "Meu filho", e ele disse antes de partir, "Há um tempo para tudo", e eu sei que o meu tempo aqui terminou, mas sei também

que essa união construída entre nós jamais, jamais, será apagada dos nossos corações.

[palmas]

Termino dizendo somente, muito obrigado, muito obrigado a todos. A todos vocês que nos ajudaram nesta caminhada, os meus melhores votos de que a luz que se expande desta Comissão de Direitos Humanos, acolha sempre, e mais e mais, os filhos da nossa pátria. Para finalizar, eu deixo para todos um convite, deixo para todos um convite que tenho feito ao longo da minha vida pelos lugares onde passo. Vamos acolher a vida com toda a sua simplicidade e suavidade. Vamos acolher a vida com a sua suavidade, demonstrando que somos capazes e vamos fazer isso muitas vezes, muitas vezes, muitas vezes por dia, mil vezes por dia, tantas vezes quanto for necessário.

Termino dizendo somente, vida eterna à Declaração Universal dos Direitos Humanos que completou ontem 60 anos, esta jovem senhora, ela, ela, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, merece, ela merece os nossos aplausos de pé. Viva esta jovem senhora, 60 anos, Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Senador José Nery, eu disse a todos que faria meu pronunciamento de despedida porque é a última Audiência Pública, nós fizemos dezenas e dezenas de Audiências Públicas nesta comissão, e a partir daí, então, iniciaríamos agora os nossos trabalhos de forma formal. E eu vou fazer questão que V. Exa. seja o primeiro a usar a palavra ficando aqui na Mesa.

Repito, Audiência Pública. Audiência Pública, nos termos do Requerimento 88, com vistas a discutir os 60 anos da Convenção Universal dos Direitos Humanos e ação da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2007, 2008, com reflexo no amanhã. Convidamos de imediato, se já encontram no Plenário, as pessoas que eu vou chamar, de imediato, poderiam usar a palavra e nós vamos fazendo, na seqüência, que cada um dê um depoimento sobre o tema.

Então, agora eu vou apenas citar as pessoas que foram convidadas e o Mestre de Cerimônia é que vai fazer o devido encaminhamento. Eu diria que não precisa nem eu ler aqui, o próprio Mestre de Cerimônia poderia, a partir desse momento, fazer a introdução, por favor.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Exmos. Srs. Senadores, autoridades, senhoras e senhores, nesta reunião celebramos os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançamos a campanha nacional Preconceito Zero, o alvorecer de uma nova consciência, ao tempo em que, na presença dos grupos de minorias, aqui representados, a Presidência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa exporá suas ações no biênio 2007/2008. Ouviremos neste momento o cantor e compositor Dante Ramon que interpretará a canção pela paz e quem luta por ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Dante Ramon, vocês me permitam aqui, eu quebrar o protocolo, mas o Dante Ramon é a voz do Cantando a Diferença, me permita que eu diga isso, Dante Ramon. O Dante Ramon é a voz da campanha *Preconceito e Discriminação Zero*, para mim, Dante Ramon... Para mim, por isso, Dante, eu fiz questão que você estivesse aqui. Para mim, você é o maior cantor do continente norte-americano. Permita que eu diga isso, uma grande salva de palmas, Dante Ramon Ledesma.

[palmas]

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Muito obrigado.

[música]

Quantas palomas necessita o mundo para que o homem volte a acreditar na paz? Quantos inocentes levarão à morte, até que alguém encontre um sonho novo para libertar? Quantos Chico Mendes, chorarão nas Amazônias? Ou quantos Che Guevaras, pela ternura lutarão, para que um Gandhi plante nesta terra? O amor não é a guerra, necessitamos paz. Se é por todos que eu canto, de todos os continentes, arrastando inocentes que a história deixou pra trás... E eu lhes dou minha garganta, para que cantem comigo. E conosco cantem povos que ainda lutam pela paz. É por todos que eu canto, de todos os continentes, arrastando inocentes que a história deixou atrás. E eu lhe dou minha garganta, para que cante comigo, como cantam os povos que ainda lutam pela paz. Quantos Nelson Mandelas precisam Apartheid? Ou de quantas flores vão nos lembrar, para que Lucemberg plante no Guaíba, a semente que o futuro um dia agradecerá? É por todos que eu canto, de todos os continentes, arrastando inocentes, que a história deixou atrás, que eu lhes dou minha garganta, para que cantem comigo. Conosco cantem povos que ainda lutam pela paz. É por todos que eu canto, de todos os continentes, arrastando inocentes que a história deixou atrás. Eu lhe dou minha garganta, para que cante comigo. E, assim, cantem os povos que ainda lutam pela paz... Pela paz...

[palmas]

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu disse, eu prometi: "Paim, tu não quebra o protocolo, Paim", mas só mais uma, nós continuamos, e mais tarde vai voltar. Pode? Só mais uma? É ao vivo para todo o Brasil, meu grande Dante Ramon Ledesma.

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Este cantar, então, que tem a raiz, que conheci há muitos anos atrás, quando com 11 anos apertei a mão de Ernesto Che Guevara, que foi o maior presente que meu pai me deu. Com 17 anos escrevi uma música para ele. E quem me entregou no Teatro Municipal na Cidade de Rio Cuarto, minha cidade natal, a distinção de um adolescente, aquele então, foi Pablo Neruda. Desde lá, 30 anos que moro no Brasil, e luto apenas cantando, plantando, por isso que nós chamaremos um dia de democracia, e que a partir de hoje, com consciência, devemos defender e muita coragem e coerência.

Às vezes, as palavras estão demais, quando os atos são poucos, e nós necessitamos da realidade vivida frente a frente. A humanidade tem uma nova esperança, a partir do dia 20 de janeiro. Esperemos que esvaziemos aonde temos a inocência, retiremos exércitos e todo o material bélico, que nesta Terra, tanto tempo enluta nossa realidade. Para mim, é uma alegria, junto ao meu filho, Maximiliano, junto à minha esposa. Eles sabem o quanto custa a bandeira que eu carrego há tanto tempo, pelos sem-terra, pelo sem-teto, pelos que acreditam que não há algo tão maravilhoso, como é viver em harmonia. Por isso, não poderia faltar ao homem operário, ao homem que eu vi em sua campanha, seu silêncio, seu suor de povo, a meu grande amigo, Senador Paulo Paim, esse homem rural.

[música]

Trabalhando, trabalhando... Não viu a vida passar, o suor que regou a terra, nem sementes viu brotar. Trabalhando e esperando, enfrentando chuva e sol, o arado na terra alheia, nunca traz um dia melhor. Assim a geada dos anos foi lhe branqueando as melenas, e este homem rural, hoje é peão de suas penas. E este homem rural, hoje é peão de suas penas, chegou, ficou e esperou por uma mão estendida. Por que o deixam tão só? Por que lhe negam guarida? Por que o deixam tão só? Por que lhe negam guarida? De que vale tanta ciência para um pobre agricultor, quando a própria previdência o esqueceu num corredor? Quando a própria previdência o esqueceu num corredor. Trabalhando, trabalhando... Enfrentando chuva e sol, o arado na terra alheia nunca traz um dia melhor...

[palmas]

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Agradecido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado Dante, com certeza o Dante voltará num outro momento. O Dante é isso que vocês ouviram, não é só a sua voz. É a mensagem da letra de cada canção, que mexe com as nossas vidas, com certeza absoluta. Por isso, Dante, eu tenho muito orgulho de estar caminhando pelo Rio Grande e, se Deus quiser, pelo continente, ouvindo a tua voz e a mensagem que você deixa, que é uma mensagem ao nosso povo, a nossa gente. Parabéns, mais uma vez, Dante Ramon e ao seu filho.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos o Exmo. Sr. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, representantes dos vários segmentos, convidados para essa Audiência Pública do governo, das entidades não governamentais, do Movimento Sindical dos Trabalhadores, e trabalhadores, das mulheres, das crianças, da juventude. E se o meu pronunciamento, nesta Audiência Pública, que tem como objetivo discutir a Declaração, os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos e sua importância na defesa, garantia dos direitos das minorias, das pessoas discriminadas, de toda ordem.

Ouvindo a fala contundente, embasada na realidade, na história, a história desses dois anos da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, junto com a canção, as canções do Dante Ramon, é por assim dizer, Sr. Presidente, que vivemos, estamos aqui nesse momento, embalados pela dura realidade que nos cerca, e que nos move para o compromisso por transformações. Ao mesmo tempo, desta realidade, da luta pela justiça, pela paz, pelo respeito aos Direitos Humanos, é possível fazer canto e poesia.

[palmas]

Porque assim são as lutas de resistência do nosso povo, da nossa gente, seja na Amazônia, nos Pampas, no Centro-Oeste, no Sudeste, no Nordeste, no Sul, enfim, em todos os cantos da nossa pátria, do nosso país. O nosso povo, apesar da falta de oportunidades, dos problemas seculares, que não encontram respostas, muitas vezes. Nós todos, enquanto povo trabalhador, honrado, vai construindo suas esperanças, vai lutando para afirmar aquele dia, em que todos e todas poderão cantar as mais belas canções de liberdade e de justiça, porque não mais seremos um país dividido entre ricos e pobres, um país dividido por classes, em que uma pequena minoria domina as grandes maiorias, onde poderemos, enfim, nos confraternizar, nos abraçar e dizer que somos todos irmãos, e irmãs na mesma possibilidade de que todos, e todas, tenham acesso a todos os bens que podem fazer as pessoas contentes e felizes.

Afinal de contas, por tudo o que nós lutamos, tudo isso tem só um desejo e um rumo concreto, a busca por tudo, de tudo o que lutamos. O que nós queremos, não é nada mais, nada menos, do que a mais completa felicidade humana e a felicidade humana não é

aquela proporcionada pelo dinheiro, pelas riquezas, precisamos, sim, todos... Ter dignidade, trabalho, renda, condições de sobreviver. Porém, nós queremos coisas tão simples, que poderiam ser garantidas a todos, para que não tivéssemos aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, em que eu vi debater constantemente as mazelas, as tragédias que se abatem contra o nosso povo. Mas, somos parte da resistência do nosso povo. Não o Parlamento, não a Comissão de Direitos Humanos, exatamente, mas todos nós, no trabalho que cada um realiza no seu movimento, na sua entidade, no seu trabalho, na sua escola, na sua igreja, no seu sindicato.

Todos que estão orientados pelos princípios emanados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ontem completou 60 anos. Eu diria que o presente e o futuro são daqueles e daquelas que abraçaram, que abraçam a causa dos Direitos Humanos. Queria, Sr. Presidente, eu tinha feito, elaborado um pronunciamento, mas...

[palmas]

Mas fui desestimulado a fazer, embora ele diga isso, que eu estou aqui transmitindo com essas palavras, mas o relato do trabalho que o Senador Paulo Paim realizou nesses dois anos à frente da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, ele não vai dizer, eu vou ter que dizer. Senador José Nery, aqui ele presidiu a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil e fez um trabalho brilhante, me permitam, que eu entre no meio do seu discurso para dizer isso, coragem, ousadia, firmeza, um combatente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E eu tenho que dividir com os senhores, com as senhoras e com o Brasil. Só pude cumprir essa tarefa porque recebi essa missão das mãos de V. Exa., como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que defendeu aqui, perante os membros da comissão, a indicação do meu nome para presidir esta Subcomissão.

E eu aproveito a oportunidade com o testemunho do Dr. Perly, onde todos que aqui nos assistem, com o testemunho de vocês, eu quero aproveitar para agradecer todo o apoio, todo o incentivo, porque um cidadão do mundo, como me considero, sendo cearense de nascimento, da Amazônia, paraense adotado de coração e de alma, testado nas lutas sociais. Desde o enfrentamento da luta contra a Ditadura, nos anos 70, nasci muito jovem para militância política e social, com apenas 16 anos de idade. Até hoje não abandonei esse caminho. Mas saí, como eu vim de uma Câmara Municipal, depois de três mandatos de vereador no Município de Abaetetuba, no Pará, tarefa de que muito me orgulho, de ter sido duas vezes candidato a suplente de senador na chapa encabeçada pela hoje governadora, e ex-senadora, Ana Júlia, do Estado, Governadora do Estado do Pará. Chegar aqui nesta Casa, e encontrar o apoio que eu encontrei para realizar o meu trabalho, mandato de Senador, representando aqui o Estado do Pará.

Eu diria que, eu faço questão de dizer, perante esta comissão, e perante o Brasil que nos assiste, que o que pude fazer, o pouco que pude fazer, tive em todos os momentos, o apoio inestimável, o estímulo, daquele que eu considero um dos mais brilhantes senadores desta Casa e não faço isso... Faço isso por mérito, porque eu sei, que esta Comissão de Direitos Humanos, que teve bons presidentes, terá, espero no futuro, também bons presidentes. Mas eu duvido que esta comissão, um dia, tenha um presidente da envergadura, da coragem, da sensibilidade humana, do compromisso por lutas pela inclusão social, contra a discriminação de qualquer natureza, contra a violência, com as características do Senador Paulo Paim.

Portanto, o dia de hoje deve ser, além de uma sessão em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e para discutir como essa declaração pode servir aos interesses da luta contra qualquer tipo de preconceito e discriminação. Eu diria que, esta sessão, também é, e para mim assim o é, uma sessão de homenagens, de agradecimentos, ao grande condutor dos trabalhos desta comissão que, eu tenho certeza, todos nós sentiremos a falta, não só os senadores e senadoras, mas os funcionários, os trabalhadores do Senado nesta comissão, porque aqui se trabalha efetivamente.

Eu queria, então, me dirigir, prestar uma homenagem a todos os lutadores sociais do nosso país e do mundo, que se dedicam à causa dos Direitos Humanos, a todos que nos centros de defesa dos Direitos Humanos, ligados às instituições da Sociedade Civil ou instituições públicas, recebam, no dia de hoje, o reconhecimento, o apoio, o estímulo, a continuidade dessa caminhada, porque aqueles que se engajam na luta em defesa de crianças e adolescentes, das pessoas com necessidades especiais, dos negros, das pessoas discriminadas por sua orientação sexual, das pessoas discriminadas por sua cor, por sua religião, por sua opção política, das pessoas que sofrem com a chaga social do trabalho escravo, ainda presente no nosso país...

Enfim, de todos e todas, que nos mais diversos segmentos da sociedade do nosso país, ainda sobrevivem com problemas graves que dizem respeito aos Direitos Humanos. Homenagem especial a todos que lutam contra a impunidade em nosso país. Homena-

gem especial a todos que lutam contra a corrupção, porque a existência dela faz com que falte o dinheiro, muitas vezes, para garantir a merenda escolar, o recurso para os programas de assistência social, para educação, para saúde de qualidade que todos nós temos direito.

Então, a todos que lutam contra a impunidade, que lutam pela punição dos crimes no campo, nos crimes contra os dirigentes sindicais, dos crimes contra os lutadores sociais, de todos aqueles e aquelas que, no seu trabalho, sofrem a violência, sejam de outros seres humanos, ou sofrem a violência, às vezes, institucionalizada, a violência do Estado, às vezes, a violência policial, a violência da tortura, crime hediondo ainda existente em nosso país, sobre o qual nós precisamos, Senador Paim, além da campanha contra a discriminação, acho que, em 2009, nós poderíamos adotar, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, uma diretriz clara de um trabalho direcionado a erradicar das prisões, das investigações policiais, um crime que ainda, segundo a ONU, e segundo vários organismos do nosso país, do Ministério Público, das entidades, ainda é presente em nosso país, que é o crime de tortura.

[palmas]

Temos que acabar com isso. Mas eu não queria me alongar, até porque, eu sei que haverá nesta Audiência Pública a participação especial de tantos dirigentes, de tantas pessoas que têm muito a contribuir e a avaliar e nos estimular nessa caminhada. Mas eu queria lembrar do dia de ontem, 10 de dezembro, por um fato que considero da mais alta significação. Embora tenha reparos a algumas decisões referentes a este fato. Trata-se do julgamento da ação, no Supremo Tribunal Federal, em relação à terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Quando oito Ministros do STF já se manifestaram pela terra contínua, sem a demarcação em ilhas. Lamento que, apesar de oito Ministros do Supremo também terem se posicionado pela cassação da liminar, que impediu a continuidade do trabalho, que já vinha sendo feito pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, para retirar os invasores de Raposa Serra do Sol, que não são, nada menos do que, seis grandes arrozeiros e seus comandados que invadiram a terra indígena, e agora resistem em sair de lá.

E lamento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal não tenha acolhido e declarado, naquele momento do julgamento, o acolhimento ao voto de oito Ministros do Supremo, que declararam pela cassação da liminar, que impediu a continuidade daquela ação. Com isso, Senador Paim, os arrozeiros, e os inimigos dos índios, sabendo agora que terão que se retirar, claro que não há uma decisão definitiva, porque foi pedido vistas pelo Ministro Marco Aurélio, eles saberão que o destino deles é sair da reserva indígena Raposa Serra do Sol. O nosso temor é a perseguição, é a terra... Política de terra arrasada que vão implementar, nesses meses que separam da decisão final.

Lamento que o Presidente do Supremo não tenha tido a coragem de decidir naquele instante pelo acolhimento da cassação da liminar, para que os índios não fiquem submissos ou submetidos aos caprichos e à violência dos fazendeiros inescrupulosos e criminosos. Saúdo a decisão do Supremo, mesmo que ainda não definitiva. Mas é um sinal de que as terras indígenas passarão a ser demarcadas, de fato, como manda a Constituição, de forma contínua. E lamentamos aspectos, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, que o Ministro Carlos Menezes Direito tenha feito um elenco de 18 proposições que, na verdade, no meu entendimento, muitas daquelas proposições... Esta sim, é uma usurpação da competência do Legislativo e do Congresso Nacional.

Na medida em que determinou, através no seu voto, acolhido já por oito Ministros, que a demarcação de terra indígena terá, quando na área de fronteira, ou terá que ter, naturalmente, a palavra do Conselho de Defesa Nacional, terá que ter a palavra de especialistas de várias áreas, terá que ter a audiência de Estado e Município para demarcação. Eu entendi, que nestes, e em outras situações lá enunciadas, houve, sim, uma invasão da competência do Legislativo, mas nós temos aqui a obrigação de rever essas questões, porque o Supremo não pode legislar. E ontem eu entendi que, em algum sentido, acabou o fazendo. É com esta saudação, Sr. Presidente, que eu homenageio a todos, e todas que se dedicam à causa dos Direitos Humanos no Brasil.

E lá no meu Estado do Pará para onde me dirijo daqui a pouco, por isso não vou ficar em toda a sessão. Hoje, junto com entidades de Direitos Humanos, com a OAB, estaremos promovendo um debate sobre a luta pela ética na política, e combate a corrupção em nosso país, com a presença do Delegado de Polícia Federal, Protógenes Queiroz, que foi coordenador da operação Satiagraha, que prendeu, pela primeira vez, um banqueiro, um criminoso de colarinho branco. Botou atrás das grades, e o Supremo soltou, libertou por duas vezes, em menos de 24 horas.

Hoje, em Belém, terá esse debate, às sete da noite na OAB de Belém, com a presença da Sociedade Paraense de Direitos Humanos, que tem 42 anos de existência, junto com outras entidades de Direitos Humanos, estaremos juntos, mais uma vez, afirmando a nossa confiança e a nossa certeza que, apesar

das dificuldades, das tragédias que nos assolam, das discriminações, da violência, nós estamos juntos. A sociedade e o Parlamento, esta Comissão de Direitos Humanos, estamos juntos para construir a sociedade de paz, justiça, e que Direitos Humanos não seja uma bandeira anunciada, mas os Direitos Humanos seja, efetivamente, a realização de todos os nossos sonhos, de todos os nossos objetivos, de todas nossas causas.

Muito obrigado, parabéns Senador Paim, parabéns senhores e senhoras aqui presentes, parabéns ao Brasil, que luta por Direitos Humanos.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Usarão a palavra os representantes de grupos de minorias presentes, pelo tempo de 5 minutos, prorrogável por mais 5, se necessário. Ouviremos agora o Sr. Alziro de Paiva, da Fundação José de Paiva Neto.

SR. ALZIRO DE PAIVA: Bom dia a todos, bom dia Senador Paulo Paim, Senador José Nery, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite. Para nós, da Legião da Boa Vontade, é uma honra poder estar participando de uma sessão tão solene, que não marca, Senador, acredito que o senhor me permita... Eu também tenho um discurso pronto, mas eu vou partir para o improviso... Não marca o fim, não marca o fim de uma era que seria a sua presidência à frente da Comissão de Direitos Humanos, mas sim, a continuidade de um trabalho que o senhor fez, com que todos os senadores, e a partir dos senadores, todos os Estados e toda a população do nosso país, abrace a causa dos Direitos Humanos.

Senador, meus parabéns, porque esse trabalho será sempre continuado e a vossa pessoa foi muito abençoada durante esses dois anos, e durante toda a sua vida e trajetória política. Muito obrigado, senador, por esse trabalho de direito, de busca aos Direitos Humanos, e de respeito ao ser humano. Muito obrigado, senador.

[palmas]

A Legião da Boa Vontade, com 58 anos, uma jovem senhora. Nos próximos dois anos completará 60, será mais jovem ainda. Ela foi a primeira organização brasileira a ser reconhecida oficialmente pela ONU com *status* consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o ECOSOC. A Legião da Boa Vontade, quando ela foi reconhecida... Para mim é uma honra falar isso, porque ela não foi reconhecida só, não foi apenas a primeira instituição a ser reconhecida. Não é apenas isso, mas ela é uma instituição dos brasileiros, ou seja, a Legião da Boa Vontade, ela foi reconhecida dessa forma.

A ONU reconheceu aqui, a que todos nós, milhões de brasileiros, façamos parte desse Conselho Econômico Social. Então, é uma honra para nós podermos representar o nosso país de uma forma tão veemente, tão importante na ONU, onde se discute a melhoria de cada país. E, dessa forma, podemos ajudar e ter essa transferência de trabalhos, informações com outras nações.

Nos sentimos honrados pela oportunidade de hoje nos dirigirmos a essa plenária porque a LBV, desde a sua fundação, em 1º de janeiro de 1950, com seu espírito de cooperação e incentivo ao sentimento espontâneo de amor ao próximo, trabalha pelos Direitos Humanos. Desenvolve seus programas e projetos, sempre voltados à valorização do ser humano, e do seu espírito eterno. Com especial atenção às comunidades em situação de risco pessoal e social. Quer dizer, visa sempre à preservação da vida em todas as suas formas de expressão. No entanto, conforme afirma o Presidente da Legião da Boa Vontade, meu pai, José de Paiva Neto, como falei ontem, senador, acreditar que possa haver direitos, sem deveres, é levar a um maior prejuízo, a causa da liberdade.

É urgente conhecer os deveres espirituais, para que sejam respeitados os Direitos Humanos em sua inteireza, por isso, a responsabilidade de todos nós aqui presentes, que vivemos num país livre, o nosso dever é fazer dessa liberdade, fazer da democracia um instrumento para a defesa de todos os cidadãos brasileiros. Enquanto todos nós não cumprirmos nossos deveres espirituais, os Direitos Humanos jamais serão assegurados em sua plenitude. E esta data é especial para a humanidade, que celebra os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um momento de muita reflexão sobre o que já foi alcançado e o que ainda resta por fazer.

E a LBV, organização que, coincidentemente caminha para os seus 60 anos, busca assegurar esses direitos fundamentais de cada ser humano e sente-se feliz em fazer parte desta mudança de cultura. Por isso convida, diariamente, a milhares de brasileiros para que se voluntariem e participem dessa luta somando esforços a todos. Todos engajados na causa dos Direitos Humanos. Senador, Senadores, a todas autoridades presentes, muito obrigado.

Eu gostaria de pedir uma salva de palmas à Comissão de Direitos Humanos do Senado, que representa todos nós brasileiros de forma tão veemente, de forma tão bela. Um trabalho que deve ser levado por todos nós aqui, brasileiros de alma, que temos esse sangue fervente latino-americano, a lutar por um Brasil melhor e por uma humanidade mais feliz. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

[palmas]

SR. JOSÉ AUGUSTO: Senador Paulo Paim, Presidente desta comissão, primeiramente, agradecer pelo convite feito ao nosso Fórum Social... É... Sindical dos Trabalhadores. Eu já estou pensando Fórum Social Mundial, viu, oh Nery, na sua terra... Vamos estar lá. [risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza.

SR. JOSÉ AUGUSTO: O Fórum Sindical dos Trabalhadores... Aos nossos telespectadores, nossos convidados aqui, saudação, também, especial ao José Nery, antes de falar do fórum, Alziro de Paiva, LBV, ao Dante Ramon e seus músicos, Assessoria do Paulo Paim, funcionários da Casa, convidados e várias entidades aqui presentes.

O Fórum Sindical, ele é composto por quinze confederações, dentre elas a CNTI, a CNTC, CNTTT no transporte, a CNPL, CONTTMAF, são os marítimos, né? CONTEC, comunicação, publicidade, os professores, bares, hotéis, restaurantes, hospitalidade, turismo, alimentação, CNTA, saúde, servidores públicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, a CONTAG, a COBRAPOL dos Policiais Civis, a Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a CTB, que é uma central também nova, a CSB, a Central Sindical dos Profissionais, a UGT e, recentemente, Paulo Paim, no Mato Grosso do Sul, a adesão da COBAP, Confederação Brasileira dos Aposentados, que vai somar muito nessa luta social e sindical, que nós desencadeamos aí, José Nery, em todo o país.

E eu, ao aproveitar esse espaço, que foi proporcionado ao fórum, primeiramente para deixar os votos de solidariedade ao pessoal dos aposentados, e o presente, Paulo Paim, que a gente poderia estar deixando hoje, aqui, levando em consideração, e foi tanto falado aqui na Mesa, sobre a discriminação, sobre os aposentados e pensionistas de nosso país, pois eles que construíram naturalmente e geraram toda essa riqueza em nosso país. Então, com uma forma oportuna como esta, um programa que está sendo transmitido para todo o país, com a riqueza de convidados, como essa aqui desse Plenário, a gente lançar nessa oportunidade um abaixo-assinado em defesa dos aposentados e pensionistas, em solidariedade e apoio aos projetos que tramitam aqui na Casa, no Congresso Nacional e, principalmente, solidarizar-se à Confederação Brasileira dos Aposentados, pensionistas e idosos.

[palmas]

Então, nós tivemos aqui ontem, Senador Paim, eu estou um pouco afônico porque nós ficamos em reunião ontem, o dia todo, na sede de nossa confederação aqui em Brasília, com todas as entidades citadas... Uma reunião que começou de manhã, terminou às seis horas da tarde. Diversos temas foram citados, como: Estabilidade do... Vários deles de sua autoria, estabilidade do dirigente sindical, que é o PLS 177. O 248, que é outra luta que nós estamos aí defendendo aqui dentro do Congresso, outro projeto seu, sobre contribuição assistencial, necessária à base, ou seja, o sindicato desse país, principalmente, pelo que nós vamos enfrentar aí no ano que vem, nessa pseudo crise financeira internacional.

E ontem, nós discutimos, também, sobre esse abaixo-assinado de uma forma a homenagear esse sofrimento, e essa angústia que os aposentados passam dentro desta Casa. E não é justo, principalmente comemorando hoje os 60 anos da Carta Universal Direitos Humanos, uma data histórica. Por quê? Histórica aqui no Brasil. Paralelamente, um julgamento simultâneo dos companheiros, também que sofrem, que são o povo indígena, na Raposa Serra do Sol. Nós tivemos aí a coragem, Senador Paulo Paim, a ousadia, de forma consensual, praticamente unânime, tirar esse abaixo-assinado, da seguinte forma.

Estou lançando aqui, oficialmente, em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores: Nós, abaixo assinados, manifestamos nosso integral apoio à aprovação dos projetos de interesse dos aposentados e pensionistas e, conseqüentemente, de todo o povo brasileiro, que estão tramitando no Congresso Nacional, entre os quais, destacamos os seguintes: O Projeto 4434 que recupera as perdas acumuladas ao longo dos últimos anos, os benefícios dos aposentados e pensionistas de nosso país. O outro é o Projeto 001, já na Câmara, com essa numeração nova na Câmara, que estende o critério de reajuste do salário mínimo, já fixado em lei, aos benefícios da Previdência Social. E, por último, o 3299/08, que acaba com o perverso fator previdenciário, cujas regras adotadas, ainda no governo anterior, retardam e aviltam os aposentados em nosso país.

Essas medidas têm grande alcance social e representam um grande estímulo à continuidade das políticas de distribuição de renda, crescimento econômico e geração de empregos, razão pela qual, expressamos nosso apoio a todas essas propostas legislativas que encontram-se, no momento, em tramitação na Câmara dos Deputados, esperando que os parlamentares daquela Casa façam justiça com o que, durante toda sua vida, construíram a riqueza do Brasil. Dezembro de 2008, aí vem a assinatura do pessoal que vai assinar, em apoio, em solidariedade a esse movimento

importantíssimo, e social, e de justiça social em nosso país.

[palmas]

Concluindo, Senador Paulo Paim, e demais convidados, telespectadores. Eu não sei se eu estou me antecipando, me perdoa a COBAP. Mas, oportunamente eu tenho certeza de que vai haver a manifestação. Mas nós estamos solidários à procissão, Paulo Paim, do dia 17, quarta-feira agora. A procissão e a vigília, juntamente com os companheiros da COBAP, em defesa, justamente, desses três projetos. Então, companheiros aposentados e pensionistas de todo o país, COBAP, todas as associações de aposentados, e outras entidades federativas, estamos na luta em solidariedade, em apoio para corrigir essa injustiça social em nosso país. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Queremos registrar as presenças dos Exmos. Srs. Senadores: Romeu Tuma, Inácio Arruda e Cristovam Buarque. Ouviremos agora o Sr. Perly Cipriano, Sub Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Distrito Federal, representando Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, eu queria pedir permissão, quebrar o protocolo, pedir desculpa ao Dr. Perly que já está na Tribuna. É que eu queria fazer primeiro, como eu disse antes, preciso me ausentar imediatamente para uma viagem ao Estado do Pará.

Segundo, fazer um convite a todos e todas, para que no dia 17, possamos estar juntos participando da Sessão Solene Especial do Senado Federal no Plenário do Senado, no dia 17, às 11 horas da manhã, em que prestaremos homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fazemos questão da participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, de todas as instituições, todas as entidades aqui presentes. E, é claro, do nosso grande Presidente Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda, Senador Romeu Tuma, Senador Cristovam, todos os membros e senadores da Comissão de Direitos Humanos para a justa homenagem de todo o Senado Federal, aos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. Muito obrigado e minhas escusas ao grande amigo, Dr. Perly Cipriano.

[palmas]

SR. PERLY CIPRIANO: Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Nery, Senador Romeu Tuma, Senador Cristovam, Senador Suplicy, Senador Inácio Arruda, em nome do Ministro Paulo Vannuchi e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, queremos saudar mais essa importante Sessão Solene. Senador Paulo Paim, em Minas, nós costumamos dizer sempre: *O importante é poder voltar, porque a gente deixou raízes plantadas e levou raízes no coração.* E o Senador Paulo Paim é uma dessas figuras que sempre poderá voltar, porque sempre teve no lugar e na posição de defesa dos oprimidos, dos explorados, dos excluídos.

Senador Paulo Paim é um vitorioso na sua vida e um batalhador na sua vida pessoal, na sua vida sindical, partidária e enquanto parlamentar. Mas é, também, um vitorioso na sua luta de classe, de origem humilde, operário e metalúrgico e, também, um vitorioso na luta dos negros e das outras raças e etnias que sofrem discriminação em nosso país. Senador Paulo Paim, é dessas pessoas sensíveis que, nesta Casa, têm acolhido de maneira extremamente importante, juntamente com o Senado, e os outros parlamentares, os clamores e os sonhos das pessoas com deficiência. Que realizou a sua segunda conferência e tem aqui, entre nós, Dra. Izabel, da Coordenação das Pessoas com Deficiência.

[palmas]

Tem acolhido aqui a luta das mulheres, a luta da igualdade racial, a luta dos povos indígenas, a luta da população LGBT, aqui tem sido a Casa que acolhe aqueles que buscam no Parlamento, o apoio para suas lutas. Nesse sentido, é muito importante a celebração que se realiza hoje. Portanto, Senador, acreditamos que não é uma despedida, é apenas a troca de posição, para continuar o combate, para que tenhamos, de fato, *preconceito zero* em nosso país. 60 anos da Declaração é... Realmente é um período bastante curto, sou mais velho do que a Declaração, tenho 65 anos e essa Declaração surge a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a expressão mais terrível dessa guerra, da Segunda Guerra Mundial, quando Hitler queria exterminar os judeus e os ciganos, enquanto povos, queria eliminar os comunistas, enquanto ideologia, queria destruir as pessoas com deficiência, por considerá-las incapazes. E a para-olimpíada está aí dando a grande demonstração da nossa capacidade, do potencial. Queria eliminar as Testemunhas de Jeová e queria eliminar os homossexuais. Essa foi uma grande batalha.

E essa Declaração Universal dos Direitos Humanos traz para nós... É um programa, é uma Carta de princípio, é uma declaração que nós vamos realizando no dia-a-dia. Eu quero, senador, já encerrando, dizer: O senador é uma dessas pombas que o poeta disse aqui. Quantas pombas necessitaremos para que os homens possam acreditar na paz? É necessário que

sejamos capazes, todos os dias, de buscar força e energia naqueles que estão lutando. Força e energia naqueles que foram excluídos, para que a gente tenha, de fato, um país de *preconceito zero* nas instituições e na sociedade. Essa é uma tarefa de todos nós. E a Declaração Universal serve como meta, como objetivo, como sonho e o Senador Paulo Paim, como outros senadores também, têm essa expressão dos lutadores pelas causas dos Direitos Humanos. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam só dizer que é com muita alegria, que está aqui na Mesa, neste momento, esta líder das mulheres com deficiência e aquelas que também pensam que não têm nenhuma deficiência, porque eu sempre digo que todos nós temos alguma deficiência. Uma grande salva de palmas por tudo o que você representa, a tua história e tua luta. Muitas vezes, até nós, polemizamos algumas questões, e ela é firme, firme, firme: "Paim, só se for assim". E isso é bom. Palmas para ela.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom dia a todos, Srs. Senadores, Senadoras. Meus queridos amigos. Sei que eu posso acrescentar às virtudes que o Senador Paim tem, desde que assumiu, não só esta comissão, mas o seu mandato em defesa dos menos favorecidos. Senador Cristovam é um lutador para que todos nós possamos ter uma educação correta, digna e respeitosa. É um defensor inabalável dos direitos à educação de todos os cidadãos, independente de cor, de ter, ou não, deficiência, de qualquer tipo de qualidade, porque meu amigo de boné, V. Sª deve lembrar do nosso passado de luta. O Tenorinho, ele deve lembrar o nosso passado de luta. Porque já vão mais de 50 anos, porque eu estou com 77, mas Deus é bom para mim.

E todos nós somos criados por igual, Deus não fez nenhuma célula diferente entre os homens e as mulheres. Os direitos de cada um vão se equiparar aos demais, Deus nos deu a virtude de sermos perfeitos, sem termos nenhum defeito físico, porque o grande problema do homem, da mulher, é o defeito intelectual, o defeito moral, porque quem tem dignidade, quem tem respeito ao próximo, quem tem amor àqueles que são semelhantes não têm defeito. Não existe defeito.

A nossa Izabel tem alguns casos de que a gente compadece com ela, e sabe a virtude de quem enfrenta as dificuldades de ordem física, prevalecendo sempre a de ordem moral e de amor no coração. Essa é a grande capacidade que tem o Senador Paim, de fazer essa ponte de unificação, porque a dignidade, o respeito, a unidade, Senador Cristovam, faz a ponte para a paz e para a felicidade. Não pode existir interrupção, por qualquer interesse individual, como descreveu o representante do governo, sobre a postura de Hitler, ele era uma exceção entre os humanos. Tanto é que lá se vão mais de 40 anos e ninguém esquece a sua maldade do coração. Ele não distribui a ninguém um ar de compaixão. Provavelmente ele não chegou nem a pedir licença no céu, já foi direto para o inferno, mas eu acho que... Pouco tenho a falar.

Daqui a pouco nós vamos ter uma missa de confraternização às onze horas e eu fui designado por uma expressão da Bíblia, que é a composição das orações em benefício da unidade da paz, da alegria e da felicidade. Natal é um sinal que, às vezes, é uma alegria para as crianças, e tristeza para algumas pessoas de mais idade, porque traz as saudades, o amor que tinha por aqueles que foram. Então, sempre à Mesa vai faltar alguém nela. E hoje é um dia que nós temos que fazer as orações para que, realmente, não haja discriminação em hipótese alguma. E o Brasil é um país que caminha para isto. Ainda agora, trouxe um documento do Presidente Lula, sobre as mudanças que pretende fazer da questão de Direitos Humanos que eu passei à mão do Presidente, porque ele é realmente o grande líder, desse movimento do Congresso, de acabar com as discriminações.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, quebrar o protocolo, Senador Romeu Tuma é autor daquela Lei do Cão Guia, e nós temos cão guia dentro do Senado, junto com companheiro cego. Uma salva de palmas aí no Plenário, que é unânime.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que eu aprendi com o Paim, o Flávio Arns e outros, que têm uma dedicação muito forte para com aqueles menos favorecidos, principalmente com alguma deficiência. Eu aprendi que a gente tem que dar uma boa parte da nossa vida legislativa em benefício deles, para a integração. Eu, amanhã, vou fazer uma palestra para três mil jovens sobre os problemas de quotas. Quotas, eu acho que hoje é necessária, mas se o seu trabalho, Paim, vai extinguir a necessidade de quotas pela integração de todos...

[palmas]

E a *discriminação zero*. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora a Sra. Ivonete Carvalho, Diretora do Programa para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, representando o Sr. Edson Santos, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto a Ivonete vai para a Tribuna, nós vamos manter, se os senadores concordarem, fala alguém do Plenário em 5 minutos e, em seguida, um senador. Pode ser assim, Senador Cristovam? Então, depois da Ivonete, já a seguir V. Exa., ou Inácio, aí vocês combinam.

SRA. IVONETE CARVALHO: Bom dia a todos e a todas, em especial, gostaria de saudar à Mesa, em nome do nosso célebre conterrâneo da nossa terra do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, que tem sido, de fato, um orgulho para nós gaúchos e para o Brasil, para os militantes de todos os movimentos sociais. Gostaria de saudar a todos e todas as autoridades que estão aqui, representantes do movimento negro, dos religiosos, de matriz africana, os demais senadores, parlamentares. Enfim, todos aqueles e aquelas que lutam pelos Direitos Humanos no nosso país.

E dizer, em nome do nosso Ministro Edson Santos, que é uma enorme satisfação estar aqui, nesse momento, e também, pedir desculpas a todos e todas, porque não elaborei uma fala mais apropriada, por conta de que nós estávamos aguardando aqui o nosso ministro adjunto, Elói Ferreira. Mas, por alguma eventualidade, não pôde se fazer presente e, portanto, nós estamos aqui para dar esta saudação, senador, à sua caminhada à frente da Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Sem dúvida, a trajetória do nosso Senador Paulo Paim tem sido um exemplo, e grande parte do movimento social brasileiro tem encontrado no mandato do Senador Paulo Paim, este guardião, este aliado para reforçar as nossas lutas.

E aí, eu digo isto, pela experiência que nós temos à frente da Secretaria, da Subsecretaria de Comunidades Tradicionais, onde, junto ao nosso ministério, nós trabalhamos com as políticas para religiosos de matriz africana, comunidades quilombolas nesse Brasil, com o apoio também, em grande parte às políticas para os indígenas, e nós encontramos na Comissão de Direitos Humanos um grande aliado, um grande reforço para essa caminhada. Então, gostaria imensamente, nesse momento, de saudar o nosso conterrâneo gaúcho, que muito tem nos honrado à frente da Comissão de Direitos Humanos, no sentido de que, não apenas nestes dois anos, senador. Quem conhece a trajetória do Senador Paulo Paim identifica nele, desde o início da sua trajetória política, um envolvimento, um comprometimento com os trabalhadores, com a luta daqueles que, historicamente, sempre foram discriminados na nossa sociedade brasileira.

Então, gostaria de dar esta saudação em nome do Ministro Edson Santos, em nome de toda a direção da nossa Secretaria. E dizer que, com certeza, independente de posição onde o senhor estiver, nós estaremos caminhando juntos. Nós tivemos, recentemente, uma construção conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, aqui, que foi uma Audiência Pública para as comunidades quilombolas...

[palmas]

Onde mais de 300 quilombolas estiveram presentes aqui. Foi uma mobilização intensa interna na nossa Secretaria, no sentido de ajudar a mobilizar. Não é fácil mobilizar lideranças quilombolas do Brasil inteiro, dentro de uma semana. E a gente conseguiu esse desafio, tal é o grau de mobilização das nossas comunidades quilombolas, que querem hoje garantir o seu direito, que é a defesa do Decreto 4887, decreto esse instituído pelo Presidente Lula, onde garante todos os direitos das comunidades quilombolas. O seu direito à sua titulação da sua terra, o seu direito à cidadania, o seu direito à inclusão social.

[palmas]

É por isso que eu vejo que nesta data é extremamente importante, eu vejo sempre, não como uma data comemorativa, mas uma data de reflexão, uma data de reflexão do quanto nós já avançamos na política de inclusão neste país. O quanto de jovens já estão... Jovens negros estão sendo incluídos por programas sociais instituídos pelo nosso governo, como o PROUNI. Grande parte da população jovem negra está acessando a escola, estão acessando o ensino universitário, estão melhorando a sua qualidade nos bancos escolares, nas séries iniciais. Enfim, nós temos uma caminhada significativa, que está aí, que é a agenda social quilombola, um conjunto de 14 ministérios, todos inseridos e aqui está um parceiro de governo, que é o Perly Cipriano, que também está junto com a gente nesta agenda social quilombola.

A agenda social, ela reúne 14 ministérios e nós temos um orçamento de 2 bilhões de reais, voltados para investimentos de saneamento básico em comunidades quilombolas, acesso à água, a questão da luz para todos. Enfim, vários programas do nosso governo, voltados para as comunidades quilombolas no Brasil, comunidades essas que, historicamente, sempre foram vistas à margem da sociedade. Sempre no difícil acesso, na invisibilidade.

Então, eu quero considerar esse momento como um momento extremamente importante também para a luta dos povos indígenas no nosso país, como foi citado aqui ontem. Nós consideramos um grande avan-

ço e estamos muito otimistas que, de fato, o Supremo consolide esta luta do povo indígena de Raposa Serra do Sol, na sua definição e na sua titulação do seu território de forma contínua. Porque isso é um direito, está previsto na Constituição, é um direito assegurado. E os povos indígenas precisam, de fato, ter essa cidadania e ter essa inclusão social. Também não poderia deixar de saudar aqui, posso visualizar daqui alguns parceiros nossos, lá do Rio Grande do Sul, o IPESA, junto à ULBRA, coordenadores do programa, um programa também liderado pelo Senador Paulo Paim, que é o *Programa Cantando as Diferenças*.

Inclusive, em agenda recente, no Rio Grande do Sul, o Ministro Edson Santos assinou o termo de adesão ao *Programa Cantando as Diferenças*, justamente para trabalharmos a questão da livre orientação sexual, da livre orientação religiosa, da defesa e da luta contra a intolerância religiosa. E aqui eu tenho uma grande liderança e uma grande referência nossa, que é a nossa mãe, eu digo aqui que ela é referência aqui no Goiás, nossa grande guerreira da religiosidade e matriz africana...

[palmas]

E falar da importância desta luta, também, quando a gente fala de reflexões sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu penso que reflexão é no sentido de garantir esses direitos da nossa... Combater de forma muito enfática a intolerância religiosa. É um absurdo que a gente tenha vivenciado principalmente nos Estados, nas maiores capitais, como o Rio de Janeiro, São Paulo, uma afronta, um embate, uma perseguição aos nossos líderes religiosos de matriz africana, e isso, num dia como esse. A gente precisa repudiar também, essas práticas que tentam disseminar uma prática milenar que é a religião de matriz africana trazida do continente africano com os nossos ancestrais.

Então, gostaria de finalizar, dizendo da importância, Senador Paulo Paim, de nós continuarmos contando com o seu apoio, com a sua articulação em defesa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que eu vejo que nós estamos num momento muito importante, significativo, e acredito que no ano de 2009, com certeza, nós caminharemos no sentido de consolidar essa luta histórica, que é a aprovação do Estatuto. O Governo Lula a partir...

[palmas]

O Governo Lula, a partir da interlocução do nosso Ministro Edson Santos, não tem medido esforços no sentido de ajudar nesse processo de garantia de que esse estatuto seja aprovado. Isso, de fato, será uma reparação ao povo negro brasileiro, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Queremos registrar as presenças dos Exmos. Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita Júnior. Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom dia a todos e a todas. Bom dia, pessoal. O pessoal está esperto. Quero cumprimentar nosso Presidente Paulo Paim, nossa companheira de lutas, Izabel Loiola, representando aqui todos os movimentos sociais em luta no nosso país contra a discriminação em favor da igualdade, que é a nossa grande bandeira. Alziro, aqui presente, da Fundação Paiva Neto. Senador Tuma, Senador Suplicy, Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque, representantes aqui da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, das igualdades sociais, digamos assim, que é muito significativo para o Governo do Presidente Lula.

Meu caro Paim, eu conheço V. Exa. da planície, parece que é o lugar, assim, mais adequado para a luta nossa, que vem de muitos anos, mesmo antes dos mandatos parlamentares. Aliás, principalmente, antes dos mandatos parlamentares, que se transformaram na mão deste gaúcho bravo, num verdadeiro instrumento de luta do povo brasileiro. Eu falo do espaço de tempo que nós estivemos juntos, porque antes já o conhecia, embora V. Exa. não me conhecesse, mas já o conhecíamos da luta que você desenvolvia no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio Grande do Sul, com muita energia e com muita garra.

É um homem muito novo, mas já com muito tempo de luta. Então, batalhador. E agora com célula-tronco, então, vai viver mais do que Matusalém.

[risos].

Então, você imagina que a nossa data, que é uma data especialíssima, o 10 de dezembro, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi uma conquista frente à barbárie que era a forma do sistema político e econômico de resolver esses problemas. Não era só a maldade e a perversidade de um, ou de outro. Era o sistema, era a podridão do sistema, que estava buscando a saída pela barbárie, pela guerra mais cruenta e pelo aniquilamento de pessoas, com o intuito de que precisava, digamos assim, encontrar o homem perfeito, pela raça.

Então, eliminavam-se judeus, eliminavam-se comunistas, socialistas, democratas. Qualquer um que pudesse levantar a voz em defesa da liberdade, da igualdade, era considerado negro e judeu. Virava tudo negro e judeu. Então, estava passivo de ser eliminado. Mas antes se eliminaram os negros e os índios, porque também não tinham alma. A religião foi o grande

instrumento de um genocídio bárbaro na humanidade, durante um longo tempo, um longo, longo tempo.

[palmas]

E hoje, fruto dessas lutas de homens e de mulheres e de partidos e de algumas religiões que buscaram se impor. Impor a sua religião frente às religiões dominantes, as religiões de Estado, que se materializaram durante longo tempo na humanidade. E por isso que nós sempre vamos precisar dessas figuras extraordinárias, que saem da planície e que, usando um mandato parlamentar, ou uma posição destacada na sociedade, põem essa posição destacada em nome da causa, daqueles que precisam ver a sua razão também posta em debate, posta em discussão. É isso que fez a trajetória do Senador Paulo Paim. Eu digo assim...

[palmas]

Eu digo assim... É que não vai, nós não vamos ter o menor problema. O Paim vai sair daquela cadeira de presidente e vai continuar como se fosse um presidente em qualquer posição que ele estiver, em qualquer lugar, seja membro da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Assuntos Sociais, seja no Plenário, aonde estiver, o Paim vai ser essa figura extraordinária que ele é, que ele sempre foi, que é a sua trajetória. Como se ele fosse um presidente sempre. Não tem problema nenhum, ou como se não fosse, não há essa necessidade. É isso que eu digo, às vezes... Nós fizemos política altíssima, sem nenhum mandato, sem nenhum mandato, porque era a necessidade...

[palmas]

E era nossa convicção política de que precisávamos colocar a nossa ação em nome dessas causas. Eu registro esse aspecto, Paim, que é muito importante para a nossa luta e para nossa trajetória. Não quero me deter, assim, na questão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é muito, muito importante, porque nós avançamos. Apesar das tragédias posteriores, apesar das barbáries que foram cometidas. E, mais uma vez, não foram as pessoas, não era o problema de uma pessoa ou de outra, não era a maldade de uma pessoa, ou de outra. Era o modelo, era o traçado do desenvolvimento econômico, que a sociedade humana desenvolveu, era a idéia de que algumas nações podem mais do que as outras, e as outras tem que se subjugar.

É a idéia de que algumas nações podem dizer para os povos que aquela raça é perigosa, que aquela cor é perigosa, que aquele nome é perigoso, que aquela religião é perigosa, porque não serve aos seus interesses. Aos interesses daquela nação, circunstancialmente, naquele momento da história humana. Por isso, nós tivemos uma grande conquista, avançamos muito em muitas coisas. Eu ressalto, no caso do Brasil, a conquista das liberdades políticas. Ontem fiz referência, Paim, que num ato, assim, extraordinário, o Presidente Sarney legalizou os partidos políticos no Brasil, que precisavam de uma emenda Constitucional para legalizá-los. E para legalizar, o Presidente Sarney, disse: *"Puxa vida, se as diretas não passaram naquele Congresso, como é que vai passar a legalização dos partidos comunistas, socialistas e outros que precisam estar na legalidade, as centrais sindicais, a UNE, que tinha sido proscrita. Como é que eu vou fazer? Eu vou fazer assim: Chama o Presidente do PCdoB, manda subir a rampa do Planalto com os Dragões da Independência, abre a sala para a imprensa, e declaramos que os partidos são legais, as centrais são legais, a UNE é legal e acabou".* E foi assim que foi feito...

[palmas]

Fruto de um movimento da sociedade, que arrastou a Presidência para tomar essa atitude engenhosa. Porque por uma emenda constitucional você corria o risco de não ter legalizado os partidos. Agora, conquistamos um líder operário que nós podemos ter. Cada um pode ter mil razões para destacar, nesse aspecto, ele foi muito bom, nesse outro, ele foi muito ruim. Mas companheiros, é um operário que está governando o Brasil, é uma liderança operária que está governando o Brasil.

[palmas]

E os aspectos positivos são muito maiores, mas muito, muito maiores na história do Brasil. Bastaria nós olharmos, bastaria nós olharmos para a atitude de chamar os diferentes, e colocar no governo, tem uma Secretaria Especial com *status* de ministério para tratar das diferenças no nosso país, todas as diferenças são tratadas ali, são discutidas pelo governo. Negros, as pessoas que têm algum tipo de deficiência, aos nossos olhos, porque aos olhos deles, os deficientes também podem ser os que estão muito eficientes.

Então, você olha e acha que alguém tem uma deficiência, tem uma necessidade, uma particularidade que, resolvida, ele é igual a todos, não há nenhuma diferença. Por isso eu saúdo a V. Exa., Presidente Paim, pela trajetória e por saber que, em qualquer ponto em que você estiver do Plenário, a sua atitude vai ser a mesma. E, ao mesmo tempo, saúdo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque ela é um documento pelo qual nós podemos dizer: É uma arma na nossa mão.

É poderosa, porque por ela nós podemos convocar muitas pessoas da sociedade brasileira e dos outros países para defender o que está dito ali. É o nosso instrumento, é como a nossa Constituição, muitas coisas estão ali. Ela é a nossa arma, a arma mais poderosa que nós temos para mobilizar o povo e dizer: Vamos

resistir porque nós estamos com a razão, se quiserem atropelar a razão, eles atropelem, nós vamos com a razão, com a consciência, com a luta pela transformação social do nosso país e quiçá, do mundo. Parabéns, Paulo Paim, parabéns a todos vocês.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora a Sra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR: Bom dia a todos. É com muita emoção, com muita felicidade, tenho a oportunidade de saudar o Exmo. Sr. Paulo Paim, Senador da República, que tem prestado, não somente a esta comissão, a esta Casa, mas a nós, pessoas com deficiência de todo o Brasil, que representamos um contingente pequeno, de 14,5% da população e, aqui, sempre temos encontrado em cada um dos senadores, Senador Inácio Arruda, Senador Romeu Tuma, Senador Suplicy, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Cristovam Buarque, e todos os demais membros desta comissão e de outras Comissões do Senado Federal, o apoio inestimável à causa maior dos Direitos Humanos.

Eu, hoje, estou utilizando, não aquele símbolo que habitualmente utilizo, da pessoa em cadeira de rodas, que é o símbolo de acessibilidade e de todos nós. Hoje eu estou utilizando, além de nosso *boton* da Secretaria Especial de Direitos Humanos, de onde sou uma operária, conduzida pelo Sr. Ministro Paulo Vannuchi e, aqui, já representada a nossa Secretaria, pelo querido amigo Subsecretário Dr. Perly Cipriano. Hoje, estou utilizando aquela escultura, que está nos jardins da Organização das Nações Unidas, da ONU que é uma arma com um cano em forma de nó, mostrando que a paz é um instrumento que a Declaração Universal dos Direitos Humanos nos deu de verdade.

E é para essa paz, para essa harmonia entre tudo o que é diverso e que, portanto, por muito tempo pôde ser, de alguma maneira, discriminado, colocado de forma excluída à margem do processo social, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com seus 60 anos, portanto, conseguiu agora participar do Estatuto da Pessoa Idosa, finalmente a declaração chega a esse período, mas chega jovem, é uma idosa declaração-jovem, porque através da Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiram as convenções. As convenções de direitos, diversas: Da criança, da mulher. E agora, a mais recente, dos migrantes. E várias outras, mas a mais recente passou por esta Casa neste ano. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que nesta Casa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita Izabel só dizer, se não fosse o trabalho firme, combatente, das pessoas com deficiência e aqui, que você representa a Convenção não teria sido aprovada com tanta rapidez, então, parabéns a mobilização de todas as pessoas com deficiência. Permita.

[palmas]

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR: Muito obrigado, Senador Paim, mais uma vez. E, de fato, a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ela é a tradução dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com as peculiaridades necessárias às pessoas com deficiência. Então, é através desse novo instrumento, que trouxe para o ordenamento jurídico nacional uma grande diferença, porque foi aprovada com equivalência à Emenda Constitucional, pela primeira vez, usada a Emenda 45/04. Sabiamente, eu diria, utilizada pelos parlamentares, pelos Srs. Senadores, porque foi desta Casa, do Senado Federal, passando por uma audiência, Senador Paim, convocada por V. Exa., em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

E eu me lembro também de, mais uma vez ,dessa honra de estar à Mesa de uma plenária do Senado Federal. Foi daqui que saiu a orientação para que toda a Casa, todos os senadores pudessem, através do Presidente do Senado no dia 9 de julho, através do Decreto Legislativo nº 186, fazer com que a nossa Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, exibisse o que hoje tem, que é o *status* de Emenda Constitucional. Nós acabamos de concluir a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, coordenada pelo CONADE, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tenho a honra de ser titular, representando o Sr. Ministro Paulo Vannuchi.

Estaremos, a partir do dia 15, começando a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, com um temário amplo, que representa todas essas lideranças aqui presentes. Que representam, na verdade, a diversidade, portanto, o conjunto da população brasileira. Os temas serão... Alguns polêmicos, outros já consensuais, mas, obviamente, teremos um avanço. E para completar, senador, eu queria fazer uma menção expressa. O senhor já fez a menção ao projeto de lei, que daqui saiu, do Senador Romeu Tuma, em relação ao cão guia, que hoje, o Luciano transita com um cão guia, aqui no Senado Federal. Luciano que é uma pessoa de seu gabinete, um de seus assessores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] Hoje pela manhã me preocupou muito o noticiário [ininteligível]. Eu peço desculpas. Um noticiário que me assustou um pouco, pela liberdade religiosa que

ela fez referência, em que os terreiros da Bahia, o que é uma tradição, e hoje, quase todos eles tombados pelo que representam na história do Brasil, e estão sujeitos a serem leiloados por falta de pagamento de IPTU. Quando se sabe que as instituições religiosas são isentas de pagamento de imposto. Então eu pediria a nossa ministra, faça a gentileza... Ele chamou de ministra, eu chamo de ministra também, e com muita honra, além de ser uma mulher bonita, é inteligente. Então, o Lula não é burro, não. É muito... Mas eu estou, desculpa, porque eu, a senhora está aqui, eu quero agradecer a sua referência, mas eu estava aqui meio aflito para saber, realmente, o que está acontecendo com essa parte religiosa e ela se comprometeu verificar. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR: Bem, eu retomo, dizendo que o Senador Romeu Tuma, tem todo o direito, sempre, de estar se manifestando, por ser dono desta Casa, um dos donos, e além do que, uma preocupação com a religião de matriz africana é uma preocupação de todo o povo brasileiro. É essa a importância pra todos nós, qualquer religião deve ter em nós, defensores dos Direitos Humanos, a mesmíssima aguerrida acolhida.

[palmas]

Então, gostaria para completar essa honrosa participação que, talvez... Que, tenho certeza, que não mereço, mas aceito, em nome das pessoas com deficiência. É que, ao finalizarmos a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um dos painéis foi dedicado ao estudo do Projeto de Lei , Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentado pelo ilustre Senador Paulo Paim, no ano de 2000, naquela ocasião no seu mandato de deputado e, posteriormente, apresentado em 2003 e relatado pelo nosso querido amigo Senador Flávio Arns.

[palmas]

Esse documento hoje, já muito mais aperfeiçoado do que na sua origem, porque passou por um debate. Ele agora foi analisado durante a conferência à luz da Convenção. Porque agora a Convenção é o nosso marco Constitucional, em relação à temática da pessoa com deficiência. E lá na Conferência, também, senador. Trago essa informação, em nome do CONADE e da CORDE, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Foi aprovada a moção, em que nós nos obrigamos, no bom sentido da palavra, no sentido do maior debate possível, de agora, revermos artigo por artigo do projeto de lei que tomou, na Câmara dos Deputados, o nº 7699/06 e está na Mesa da Câmara.

Nós agora solicitamos, mais uma vez, e sabemos que teremos o seu apoio, para que, durante este ano... Para que tenhamos, no dia 21 de setembro de 2009, a data do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, projeto de lei de V. Exa., honrando o movimento das pessoas com deficiência, que já tinham, no dia 21 de setembro, há mais de duas décadas, a sua data de luta espontânea. Passou a um dia oficial do calendário brasileiro. Então, queremos completar todo esse trabalho para que ele possa, então, ser sancionado, possa ser aprovado, possa ser chancelado pelos legisladores, pelo Poder Executivo e, mais do que isso, pelas pessoas com deficiência, protagonistas da sua história.

[palmas]

Então, é este o compromisso que trago a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é o abraço do CONADE que trago a V. Exa., é o abraço de todo o movimento de pessoas com deficiência, que trago a todos os senadores que nos apoiaram de uma maneira, absolutamente, perfeita. Porque senão, não teríamos a Convenção como temos hoje, Convenção que foi depositada na ONU, no dia 1º de agosto, também, de 2008. E quero, mais uma vez, dizer que, assim como o Movimento das Pessoas com Deficiência costuma chegar aqui para algo solicitar, e não vou perder a oportunidade, temos agora, neste momento, tramitando um projeto de lei que propõe a reestruturação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para que possam ser fortalecidas as áreas relacionadas, obviamente, às minorias, que os Direitos Humanos têm que proteger e têm que assegurar a sua inclusão.

Dentre esses grupos, está a proposta da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Projeto de Lei 3960, do Poder Executivo. Muitas vezes, esse projeto de lei acaba sendo conhecido somente como projeto do Ministério da Pesca, mas é dentro deste projeto que está a reestruturação da Secretaria dos Direitos Humanos dando à Secretaria um *status* de Secretaria de Estado, mais alto, no sentido de que passa a ser uma estrutura perene, como assim sabemos todos os Defensores de Direitos Humanos, que devem ser. E dentro da estrutura da Secretaria, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Então, esse é mais um apelo, mas tenho certeza de que é o desejo também desta comissão, seja ele sobre a sua orientação direta, como já disse, seja a sua posição como um lutador. Como um exemplo de parlamentar voltado à causa das pessoas que estão, ainda, em alguma desvantagem de exclusão social, em especial, o conjunto das pessoas com deficiência. Muitíssimo obrigado. Termino agradecendo sinceramente, de coração, todo o apoio recebido durante a sua gestão à frente da Comissão dos Direitos Huma-

nos e Legislação Participativa, do Senado Federal. Muitíssimo obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Grande abraço no meu amigo, Paulo Paim. Eu quero dizer, Paim, que entre os orgulhos que eu posso ter passado por esta Casa é que daqui a anos, anos e anos... Quando entrarem nesta sala vão ver que o meu retrato vai estar ao lado do seu.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito orgulho para mim.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí atrás deste quadro tem o retrato dos ex-Presidentes, depois do meu vai estar o do Paim, isso vai me dar muito orgulho. Fico muito feliz de estar aqui nesta comemoração da Declaração de Direitos Humanos. Mas, ao mesmo tempo, com uma frustração pelas limitações que esses direitos ainda têm até hoje. Não há dúvida alguma de que a gente deu um passo enorme na humanidade, através da Declaração, ao reconhecer o direito de cada cidadão ao seu corpo, de não ser torturado, de não ser preso sem trâmites legais muito claros. O direito das opções sexuais, da proteção àqueles que têm algum tipo de...

[palmas]

...Algum tipo de deficiência. E também essa grande vantagem do Século XX, de trazer a igualdade para as mulheres e para os negros. O Século XX foi um século de grandes avanços científicos e tecnológicos e, praticamente, nenhum avanço ético, salvo o direito das minorias. O único avanço ético, realmente, do século... Democracia, liberdade, tudo isso inventado milhares de anos antes.

Mas eu quero aqui, neste momento de comemoração, lembrar que nós precisamos dar alguns saltos ainda em relação àquela Declaração. Nós precisamos humanizar a Declaração dos Direitos Humanos. Por exemplo, nós não consideramos como falta de direitos a pessoa viver sob o analfabetismo por falta de uma escola na idade certa. Uma pessoa que não sabe ler, no mundo contemporâneo, ela sofre de discriminações e de deficiências tão grandes ou maiores do que um cego, um cadeirante, do que um negro do que uma mulher onde o machismo domina. Temos que considerar que a falta de letramento é uma falta de direito humano.

Crianças que abandonam a escola, e são 60 por minuto nesse país, é um roubo de um direito humano, com o qual ela nasceu. E a gente fecha os olhos para isso. Durante os anos 70, houve um grande crescimento de movimentos de proteção aos direitos das crianças, quando elas eram espancadas nas ruas. Passado esse período mais dramático, graças à democracia, graças ao Ministério Público tomando conta, a gente relaxou a preocupação com os direitos, também fundamentais, de uma criança ter acesso a uma escola. Mas, ainda mais do que isso, o direito à escola ser igual para todos. Tinha que estar na Declaração de Direitos Humanos que não é possível haver escola de rico, escola de pobre. Escola de cidade grande e escola de cidade pequena. Escola de branco e escola de negro, e no Brasil tem.

[palmas].

E a gente considera que isso não fere o direito humano. Fere o direito humano escolas desiguais. Não faz parte da Declaração, pelo menos, ainda. Por isso precisamos humanizar a Declaração, ao mesmo tempo em que comemoramos o grande feito da humanidade, dela ter sido feita há 60 anos atrás. E a comemoração de que ela venha sendo respeitada, na medida do possível, graças a um esforço de cada um de nós que estamos aqui. Somos os defensores dela e simbolizados aqui, na figura do Paim.

Então, ao mesmo tempo em que eu fico feliz de estar aqui comemorando esses 60 anos, eu fico aqui, também, de certa forma contente, com o desafio diante de nós. Aquela geração que assinou, já foi embora toda, porque eram adultos, já com uma certa idade, há 60 anos atrás. Deixaram para nós a chance histórica de lutarmos para avançar, humanizando a Declaração dos Direitos Humanos, para incluir, entre aqueles que sofrem a falta de Direitos Humanos, os desempregados, os pobres, os excluídos, os que não têm onde morar.

Essa geração nova de Direitos Humanos, que a gente precisa construir e que muitos já falam, hoje em dia. Vamos comemorar o passado, e vamos construir o futuro. Vamos comemorar os 60 anos da Declaração e vamos trabalhar para que nos próximos 10 ou 20, quem sabe, a gente tenha garantido direitos iguais a todos. E direitos iguais a todos significa a mesma chance de desenvolver o próprio talento. E a mesma chance desenvolver o próprio talento significa uma escola igual para todos. Esse é um item que eu acho a gente que precisa colocar na declaração para humanizá-la e fazendo, não apenas, a definição dos Direitos Humanos, mas também, uma declaração dinâmica que permita, a cada dia, humanizar mais os direitos dos seres humanos.

Parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns a cada um de vocês, parabéns pela Declaração e vamos continuar a luta, porque a Declaração não está completa.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora a Sra. Guacira César de Oliveira, Coordenadora da AMB, representando Sílvia Camurça, Presidente da Articulação Mulheres Brasileiras AMB.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

[palmas].

SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA: Bom dia a todas, a todos. Eu gostaria de destacar aqui a importância das mulheres no Brasil, em todo o mundo, para que o declarado, há 60 anos, vire direito de verdade na vida de cada um, de cada uma, nesse país, nesse planeta, em que a gente vive. Não é?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos só pode ser universal se os direitos das mulheres forem considerados como Direitos Humanos. Sem as mulheres, é impossível que existam Direitos Humanos. A idéia dos direitos universais, a idéia dos direitos para todos, para todas, para cada uma das pessoas é uma construção que está muito relacionada com a luta dos movimentos de mulheres no Brasil e no mundo. A nossa luta tem que ser os primeiros resultados, em termos de instrumentos legais nas nações unidas, com a criação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ainda lá, nos anos 70.

Mas vai ser somente nos anos 90 que, pela primeira vez, um espaço de Assembléia das Nações Unidas, vai declarar, por iniciativa do Brasil, por muita luta colocada no movimento de mulheres e expressada pelo Governo Brasileiro, que os direitos das mulheres são Direitos Humanos. É na Conferência Internacional de Direitos Humanos, de Viena, realizada em 93, que o plano de ação com muitos embates, consegue sacar essa Declaração e fazê-la constar desse documento oficial das Nações Unidas.

Entretanto, para que as mulheres brasileiras possam desfrutar desse direito universal, desses direitos universais, os seus direitos individuais, os seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais... Ainda temos muito chão pela frente. A gente vem de uma história, de um país, onde a violência é a regra, desde há 500 anos atrás. As mulheres negras e as mulheres indígenas muito bem conceituaram como estupro colonial a primeira, o primeiro contato das mulheres negras e indígenas com os colonizadores.

Foi a violação sexual dessas mulheres que povoou esse país da forma como ele hoje está constituído. É a luta dessas mulheres contra a violência que até hoje perpetua em nosso país, que faz com que a gente possa dizer que somos um país, somos uma nação, somos uma sociedade, que lutamos para a universalização dos Direitos Humanos para que essa Declaração, de fato, se efetive.

A violência é uma das formas mais importantes, mais contundentes de violação dos Direitos Humanos. E a violência daquele que tem a responsabilidade maior de garantia de direitos é a forma mais contundente de violação dos Direitos Humanos. No Brasil, nós temos um grande número de jovens negros sendo assassinados, todos os dias, pela violência policial. De maneira que, inclusive, a curva demográfica brasileira, ela está reduzida nessa faixa etária da juventude, pelo assassinato de jovens negros. É o racismo que faz com que o próprio Estado, que deveria defender o direito de todos e todas, de negros e brancos, assassine jovens negros.

A violência também da criminalização das mulheres, no seu direito de decidir sobre o seu próprio corpo, é algo que confronta a idéia que está colocada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, pela qual, todas nós viemos lutando durante todos esses anos.

Antes de ontem, na Câmara de Deputados, foi aprovada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a prática do aborto no nosso país. A liberdade de decidir sobre o próprio corpo, a criminalização das mulheres pela irresponsabilidade do Estado, na garantia do planejamento familiar. Pela irresponsabilidade do Estado na garantia dos recursos públicos necessários ao exercício do direito à maternidade, e não, da imposição da maternidade. A violação dos direitos da mulher de decidir sobre o seu próprio corpo, está colocado em cheque a partir da criação dessa CPI. Nós esperamos que desse Poder Legislativo haja todo o empenho para garantia dos Direitos Humanos das mulheres, dos direitos das trabalhadoras, do nosso direito individual, dos nossos direitos sexuais, dos nossos direitos reprodutivos, dos nossos direitos a uma vida com igualdade, com justiça e com fraternidade. Obrigada a todos, e a todas.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Eduardo Suplicy.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Caro Presidente Senador Paulo Paim, Sra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional pela Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, Sr. Paiva da LBV, que aqui eu pude ouvir as suas palavras quando estava sendo, na outra atividade, e acho muito importante a contribui-

ção que tem dado. Senhoras e senhores e jovens aqui presentes, inclusive, estudantes ainda, crianças que aqui estão, e queridos Senadores: Senador Cristovam Buarque, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Quero, como os demais colegas, cumprimentar o Senador Paulo Paim, pelo extraordinário trabalho que hoje está quase se concluindo, porque ele não pára. Nós temos ainda, esta seria a última sessão da CDH, mas teremos a sessão que ele próprio, com o Senador José Nery anunciamos para o próximo dia 17, sobre o tema que aqui estamos tratando, dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos.

E eu quero também cumprimentá-lo, querido Senador Paulo Paim, pela extraordinária dinamicidade que pôde dar à nossa comissão, abrindo para todos os segmentos da sociedade brasileira, sejam aqueles que lutam pelos direitos de serem respeitados pelo seu comportamento sexual, seja aqueles que tenham quaisquer características ou qualidades ou situações, como os membros do CORDE. As pessoas que, por sua origem, raça, sexo, gênero, qualquer condição, pôde ver na CDH o espaço para estar trazendo o seu anseio de justiça, de reconhecimento, de aspiração...

E aqui, a todos, esta oportunidade foi aberta, e dando um exemplo, inclusive notável, para que esta CDH, como muitos salientaram, continue sendo, mais e mais, essa porta aberta para todos. Uma porta aberta que muitas vezes age fora daqui, onde os problemas estão ocorrendo. Eu tive muita honra, Presidente Senador Paulo Paim, de representá-lo na cerimônia havida sexta-feira passada, na Assembléia Legislativa de Rio Branco, quando presidi à sessão de homenagem ao Chico Mendes.

[palmas].

E foi uma sessão comovente, extremamente bonita, onde os amigos de Chico Mendes, como Gumercindo, aquele que esteve na sua casa, logo depois dele ter sido baleado. Foi dar uma volta de moto, quando voltou, encontrou o amigo baleado. E ouvimos o testemunho dele, de Elisamar e de Ângela, e de Sandino, enfim, os filhos... Elenira estava no Rio de Janeiro. Mas um comovente depoimento de seus familiares, de seus amigos, bem como da Senadora Marina Silva, do Governador Binho Marques. É algo que constitui para nós um exemplo de batalha em defesa dos direitos dos povos da floresta. De como estarmos, ao mesmo tempo, preservando a Floresta Amazônica, sabendo aproveitá-la nas suas riquezas em benefício de todos que ali trabalham, habitam.

Mas também, esta CDH tem comparecido aos lugares onde, às vezes, as pessoas não podem aqui estar. Eu até gostaria, brevemente, Presidente Senador Paulo Paim, de aqui fazer um apelo sobre o que eu vi segunda-feira passada, quando fui a Iaras. Primeiro, para estar na inauguração da Escola de Formação do MST. Relacionado ao Instituto Florestan Fernandes. Mas a escola de formação para os trabalhadores rurais, e os seus familiares, que aconteceu em Iaras. A escola Rosa Luxemburgo.

Ali recebi a solicitação para acompanhar o que se passava na antiga Fundação Casa, antiga FEBEM, na Fundação Casa. E ali, fui até o pátio conversar com 28 rapazes de 14 a 21 anos que, por razões que muitas vezes, justamente pela falta de condições de sobrevivência, são instados a realizar atividades fora da lei, cometem assaltos ou outras atividades e daí são destinados a estar ali na Fundação Casa. Em princípio, para estar realizando cursos de recuperação, de formação.

Mas eis que aqueles 28 rapazes pediram a mim, olha, o senhor vai até aquela sala lá, até aquela cela, porque ali estão seis rapazes que já estão há 11 dias de castigo. E eu, então, me dirigi àquele lugar, onde pedi para o diretor abrir a porta. Os seis rapazes se posicionaram de costas para a parede, e de mãos para trás, e depois, eu pedi para sentar. Os seis sentaram nas camas, os colchões estavam acima. E me disseram que tinham que ficar naquela posição todo o tempo, e já estavam há 11 dias. Só saíam para ir à sala de aula e voltavam, mas depois, os próprios colchões tinham que ficar acima, não podiam ficar na própria cama, porque tinham que ficar isolados ali, e iriam ficar mais 25 dias.

Aí eu perguntei: "O que aconteceu?" Bom, nos disseram que o rapaz que estava aqui, que estava coçando, ele simplesmente estava com coceiras e marcas no corpo. Mas não foi porque nós fizemos qualquer coisa contra ele. O diretor avaliou que precisava fazer o que ele chama de *contenção* e por isso aqueles rapazes estavam num castigo. Eu falei: "Puxa, mas eles já estão de castigo aqui, presos e tal. Agora um castigo em cima desse, aonde é que está o regimento que diz...?" Aí o outro diretor me disse: "Ah, o máximo que eles podem ficar assim, quando há um ato de... pelo regimento, um ato de sanção, são cinco dias." "Pô, mas já estão aqui há 11 dias".

Então, o que eu queria aqui aproveitar, esta oportunidade, é para reiterar. Eu vou ligar para o diretor para saber se já foram liberados daquele castigo aqueles 11 rapazes. Eu digo, aqui há um pequeno exemplo de tudo aquilo que esta comissão faz, porque, às vezes, nós vamos ali onde estão os trabalhadores, em situação de escravidão, ou de semi escravidão, como a Subcomissão presidida Senador José Nery tem a responsabilidade de... Ou ali nos estabelecimentos penitenciários, como aconteceu também, esta comissão

ouviu as pessoas, que logo no início da sua gestão, houve abusos ali na cidade, onde nasceu Senador José Nery, que uma jovem ali, foi colocada numa cela com diversas pessoas que abusaram sexualmente da mesma.

Ou seja, são pequenos exemplos que acontecem todos os dias, que todos no Brasil, que estão nos ouvindo, sabem. Quando houver abusos, desrespeitos aos Direitos Humanos, podem nos comunicar e esta comissão irá aos lugares. Para saber e dar voz às pessoas. Então, Senador Paulo Paim, V. Exa., você meu amigo, está de parabéns, e constitui um exemplo para todos nós. Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou pedir licença, porque eu vou estar lá na missa também.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Tony Reis, Presidente da Associação de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais, ABGLT.

[palmas].

SR. TONY REIS: Bom dia a todos e todas. Bom dia, Presidente Senador Paulo Paim. Primeiramente, eu gostaria de parabenizá-lo por esta audiência e parabenizá-lo por todo o trabalho que o senhor tem feito para o nosso país. Principalmente aí, em nome dos meus avós, e minha falecida mãe, pelo Estatuto dos Idosos, que muito contribuiu para a democracia do nosso país. Também uma coisa que eu gosto muito no senhor é a sua pontualidade. Não tem uma audiência que nós acompanhamos, nesses últimos dois anos... Esse homem chega, ele começa 9 horas. Parabéns pela pontualidade.

[palmas].

E eu gosto também, isso é muito importante. Queria saudar todos os líderes, as líderes e os líderes dos Direitos Humanos, nesse dia, para gente estar analisando a situação da Declaração dos Direitos Humanos. Eu preparei aqui uma apresentação um pouco longa, e eu vou me abster, vou falar de uma forma planejada, mas de forma... De improviso. Então, pode deixar só a fotografia. Esse aqui, inclusive, foi uma audiência que nós tivemos aqui, Senador Paulo Paim, o Senador Mesquita Júnior acompanhou também com o Senador Cristovam Buarque, que nós estávamos discutindo o PLC 122 que é a nossa reivindicação nesta Casa.

Nós queremos é o respeito. Nós estamos aqui pedindo respeito. A aceitação é muito difícil pela cultura, por todas as situações que existem que vou enumerar algumas questões aqui, nós queremos o respeito e a aprovação do PLC 122. A ABGLT é uma associação que estamos em todo o Brasil, nós estamos em todos os Estados, em 203 organizações. Pode voltar a foto, eu não vou fazer a apresentação. Colocando, nós temos a ABGLT, uma associação com 203 organizações em todo o Brasil e nas cidades com mais de 200 mil habitantes. Por quê?

E aí, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, senador, como já foi falado aqui pelo nosso querido Perly, nós tivemos o nazismo, que foi para gente, foram mortos 206 homossexuais, barbaramente, pelo fato de ser homossexual. Colocavam lá e colocavam... Para os judeus era a estrela de Davi. Para os homossexuais, o triângulo rosa, que significava isso, inclusive, eu fui e visitei os vários campos de concentração, para ver o que uma pessoa pode fazer com a humanidade.

Nós temos hoje ainda, Senador Geraldo Mesquita Júnior, sete países no mundo que têm pena de morte para uma pessoa homossexual. E 85 criminaliza, se descobrir que uma pessoa é gay, está presa. Vocês imaginem eu, Tony Reis, não poderia estar aqui, tinha que estar na cadeia se estivesse num país como no Irã, como na Arábia Saudita. E isso é um problema sério, que a Declaração dos Direitos Humanos tem que ver.

No Brasil, nós tivemos nos últimos 20 anos, 2.803 homossexuais barbaramente assassinados. Inclusive, agora em São Paulo, 13 homossexuais foram barbaramente assassinados. Isso nós temos que discutir. Eu acho que é importante a gente se unir, não é Izabel? Com as pessoas portadoras de deficiência, com o movimento negro, com o movimento, com os indígenas, com as mulheres feministas. Enfim, com todo o mundo, com os ciganos, para que a gente possa estar combatendo, porque Direitos Humanos não tem vírgula, excluindo os homossexuais, temos que defender os de todo mundo.

[palmas].

E é isso que estamos colocando aqui, queremos os direitos para todos e todas. A UNESCO fez uma pesquisa, coloca que 40% dos adolescentes não gostaria de ter um gay, uma lésbica, uma travesti na sala de aula. Vocês imaginem , vocês aqui presentes, numa sala que 40% não gostaria que eu estudasse com você. Você imagina o sentimento que fica. E uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro coloca que 75% da nossa comunidade já foi descriminada na família, na escola ou em alguma religião. E isso é um problema seríssimo, nós temos que discutir de uma forma muito tranqüila, cidadã. E isso, Senador Paulo Paim, o senhor proporcionou esse debate aqui e vamos continuar debatendo. Assim nós estamos apenas começando esse grande debate no nosso país.

Tudo isso eu não quero fazer o discurso vitimista. Quero falar também das coisas boas que conseguimos.

Hoje nós temos um Programa Brasil sem Homofobia. Um programa do Governo Lula, que envolve 10 ministérios. Hoje nós temos ações, inclusive, já foi colocado aqui pelo Dr. Perly, temos no CEPIR, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, e assim por diante.

Temos hoje 146 paradas LGBT nas maiores cidades e nas capitais. Já temos a lei aprovada, o PLC 122 foi aprovado, já em 112 cidades no Brasil todo e em 12 Estados. E eu quero colocar aqui, claro, e um recado... E é bom a gente também levantar um pouco a voz, um recado ao meu querido Marcelo Crivella, Senador Marcelo Crivella e o Magno Malta que estão fazendo oposição a esse projeto, que não prendemos nenhum pastor, não prendemos nenhum padre. Nós não queremos prender, absolutamente, ninguém.

[palmas].

Nós queremos ter o direito de viver e ser feliz, da nossa forma. Então, assim, não é o que estão falando, que nós queremos calar a voz dos pastores e padres. Inclusive, eu queria falar para o Senador Romeu Tuma, eu vou votar favorável, Tony Reis, mas eu não quero que prenda pastores e padres. Nós não vamos prender, não queremos, queremos apenas o respeito.

Hoje nós temos uma frente parlamentar, 243 parlamentares assinaram que eles apóiam o respeito à igualdade de direito. É isso que nós pedimos quando a gente pediu. E hoje nós temos 17 senadores e, inclusive, os senadores presentes que participam. O Senador Cristovam Buarque, Senador Geraldo Mesquita Júnior e o Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy, que já saiu também.

Tivemos a Conferência Nacional LGBT. Fizemos em todos os Estados. Todos governadores e governadoras chamaram conferências. Participaram mais de 16 mil pessoas nas conferências estaduais e na conferência nacional. E aí, na conferência nacional tivemos a grata satisfação de receber o Presidente Lula, que faço questão de citar as aspas do Presidente Lula na abertura falando: *"Quando se trata de preconceito, eu entendo das minhas entranhas"*. E fez um discurso lindíssimo de meia hora e numa das pérolas que ele colocou, falou: *"Ninguém pergunta a orientação sexual de vocês quando vão pagar impostos de renda. Ninguém pergunta, quando vai pagar qualquer tributo nesse país. Por que discriminar na hora em que vocês livremente escolhem o que querem fazer de seus corpos?"*

[palmas].

Isso é o Presidente Lula falando e isso é importante. Evoluiu. Nós estamos evoluindo e está aí para a gente estar comemorando nesse dia. Nós tivemos em outubro passado, na OEA, a aprovação da Resolução 2435 que recomenda que todos os países dos Estados americanos criminalizem a homofobia. Também, no dia 18, estaremos lá em Nova Iorque, na ONU, vendo a LBV, também estamos pleiteando o status da ECOSOC com todo o apoio do Governo Brasileiro, para também ter o *status* consultivo da ONU em direitos. Muito bem, e vamos contar com o apoio da LBV. Estaremos em Nova Iorque também revendo, fazendo a declaração desses 56 países, para que não discriminem as pessoas homossexuais e, principalmente, nos países que ainda penalizam a homossexualidade com a pena de morte.

Nesse sentido, e a minha última saudação, senador. Esperamos que o senhor, aonde estiver, juntamente com os nossos companheiros, os senadores aqui, nos apóiem na aprovação do PLC 122. Já está negociado até com o Presidente Lula para ele vetar qualquer artigo que venha prejudicar os evangélicos. Muito pelo contrário, queremos todo o respeito às pessoas evangélicas, aos católicos, aos budistas, aos ateus, a todo mundo. Mas queremos uma lei que proteja os Direitos Humanos, como já tem com as pessoas portadoras, para a questão do racismo, e nós também. Então, muito obrigado, outra vez.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para fazer uso da palavra o Exmo. Sr.Senador Geraldo Mesquita Júnior.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes dele assumir lá, deixa eu dizer só isso. Tem muitos senadores presentes, mas esse, com certeza, eu vou ter que dizer, sempre... Que é um dos mais presentes, e ele não gostaria que eu dissesse, mas eu digo, esse é o senador, de todos, o mais presente aqui na comissão.

[palmas] .

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quero cumprimentar a todos e a todas com muito prazer e com muito respeito. O Tony lembrou uma coisa muito interessante. Parece um detalhe sem grande importância, mas é uma coisa muito importante mesmo. A pontualidade com que esta comissão se ouve durante esses últimos dois anos, né? E o seu Presidente, o nosso companheiro Senador Paulo Paim, dando o exemplo, de fato, não me recordo de qualquer início de trabalho aqui que não tenha sido, rigorosamente, no horário marcado. Isso é uma coisa muito positiva, muito bem lembrada pelo Tony. 60 anos de Declaração de Direitos Humanos, e a gente ainda fala em inclusão. Um negócio impressionante. Inclusão, 60 anos depois de uma Declaração dos Direitos Humanos.

O nosso país, particularmente, e para aqueles que ainda discursam no sentido de negar a evidência

clara de exclusão no nosso país. Está aí a prova. Nós aqui trabalhamos, ainda, no nosso país em processos de inclusão. Programas oficiais, governamentais, têm como foco a inclusão, se isso não é a prova de que precisamos avançar muito ainda, então, não sei aonde buscar prova mais substancial, Paim. Nesses últimos dois anos, eu tive o privilégio de acompanhar e de participar, juntamente com as minhas companheiras e os meus companheiros aqui, da comissão, presididos todos pelo Senador Paulo Paim, do desfile do que eu chamo dos dramas mais severos com a ocorrência no nosso país. Eu estava aqui anotando e, de repente, a minha atenciosa assistente me colocou em mãos um material extremamente rico. Quem dera que pudesse ser distribuído a todos vocês aqui presentes e a muitos brasileiros.

Eu estava aqui relacionando, Senador Paulo Paim, pelo que eu lembro, claro que a lista não é conclusiva, mas olhe, nós estivemos aqui debatendo a questão dos quilombos, das pessoas com deficiência, do trabalho escravo, a questão dos índios, a questão dos negros, dos idosos, das mulheres e crianças violentadas no nosso país, dos aposentados... A nossa memória, às vezes, nos foge, mas aqui tivemos uma audiência com estudantes africanos negros que foram discriminados na nossa universidade, já dirigida pelo Senador Cristovam Buarque.

Ontem tivemos uma audiência aqui muito importante, tratando da questão dos hemofílicos. É um drama, milhares de pessoas nesse país que vivem, como eu chamo, com a faca no pescoço. Ontem eu disse: "Olha, a gente toma... Está com dor de cabeça, toma um Melhoral e não corre nenhum risco de vida". E essas pessoas, de fato, elas dependem de algumas, de alguns produtos, de algumas substâncias, de alguns fatores que, se elas não tomarem, elas morrem, simplesmente.

E por isso, Senador Paulo Paim, trouxe a questão para a Comissão de Direitos Humanos. Não poderia ter lugar para recepcionar melhor um assunto como esse, como esta comissão. Nós acabamos de ouvir aqui o Tony falando do drama e da questão dos homossexuais no nosso país. Esse assunto é recorrente nesta comissão. O drama vivido pelos motoristas de transporte de carga do nosso país. Enfim, e aí eu pego aqui uma obra de fundamental importância. Normalmente, a gente produz aqui no Senado, com todo o respeito, algumas obras que, às vezes, servem mais para ilustrar uma prateleira, mas essa aqui, esta aqui é muito importante, eu vou guardar com muito carinho, Senador Paulo Paim, porque ela é a prova da nossa participação nesta comissão, nessa importante comissão.

Nesta Casa Legislativa, há assuntos que são tratados, ou melhor, há assuntos que não são tratados. Há assuntos que são engavetados, e para que os assuntos tenham, venham à tona, aflorem, sejam adequadamente debatidos e discutidos, há que haver pessoas de coragem. Há que haver pessoas comprometidas com as causas que esses assuntos envolvem, não é? E devemos muito à coragem do Senador Paulo Paim, o seu compromisso, devemos muito a ele, à sua persistência, à sua luta, à sua pontualidade, à sua garra, em termos trazidos para esta comissão, aquilo que eu chamo dos dramas mais severos que vivemos nesse país.

Debatemos, discutimos muitos dos assuntos tiveram encaminhamento legislativo, muitos dos assuntos foram objeto de projetos de lei, projetos de emenda Constitucional, foram já aprovados no Senado Federal, estamos aguardando que alguns... O desdobramento de alguns por parte da Câmara dos Deputados. Enfim, o que eu quero dizer é que os parlamentares que passaram por aqui, por essa Tribuna, já disseram da sua satisfação, do seu orgulho de fazerem parte desta comissão. A gestão do Senador Paulo Paim foi uma gestão absolutamente proveitosa, produtiva e com grandes resultados.

Eu costumo sempre, em toda oportunidade que tenho, destacar. E não faço isso... O Senador Paulo Paim não me deve nada, eu não devo nada a ele, eu faço isso porque eu acho que é um reconhecimento natural que devemos fazer. É uma observação que... Eu estou aqui, nesta Casa, aprendendo, ali quietinho, no meu canto, eu fico olhando e observando, mas não posso deixar de dizer, não vou citar nomes, até porque não me lembraria de nenhum no momento.

Eu lembro do aspecto positivo. Eu sempre digo que o que Senador Paulo Paim está, nesta Casa, defendendo causas, e não coisas. Tem gente, infelizmente, no Parlamento Brasileiro, defendendo coisas. O Senador Paulo Paim tem uma trajetória de coerência, de abnegação, de luta, sempre na defesa de causas. Essas causas estão, estão aqui, olha. Estão aqui. Esses assuntos que tramitam nesta comissão, normalmente são as bandeiras, são as causas que o Senador Paulo Paim empunha e com a sua generosa liderança, ele faz com que esses assuntos sejam tratados com responsabilidade, com seriedade, nesta comissão.

Eu, como todos os parlamentares que por aqui passaram, eu digo sem pestanejar que, para mim, foi um dos momentos mais ricos da minha passagem pelo Senado Federal, a minha participação nesta comissão, pela oportunidade que tive de me defrontar com assuntos, com questões da maior relevância neste país. Sempre sob a liderança, sempre na companhia de

parlamentares atuantes, parlamentares sérios. Não é à toa, por exemplo, que a CPI da Pedofilia tem, nos seus integrantes, praticamente todos oriundos desta comissão, Senador Paulo Paim.

[palmas].

Outro drama que o país vive e que... Pode se dizer que a CPI surgiu daqui, de um debate nesta importante comissão e hoje cumpre um papel fundamental no país. Portanto, eu não sou pessimista. Eu sou otimista, mas me causa uma espécie, me causa uma impressão não muito agradável, o fato de que nós ainda, passados 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, ainda tratamos e com muita e com muita ênfase tratamos de inclusão no nosso país. É a prova cabal de que processos de exclusão ainda têm curso em nosso país, ainda são volumosos, ainda são consistentes. Ainda são uma barreira, uma barreira, um muro contra o qual milhares e milhões de brasileiros ainda lutam para romper o preconceito, a discriminação, o racismo, o ódio. É uma coisa que, para que a gente possa entender, a gente precisa se colocar no lugar dessas pessoas.

O Tony lembrou aqui o assassinato, recentemente, de 13 homossexuais em São Paulo, a pessoa ser assassinada pelo fato de ser homossexual. A gente precisa se colocar no lugar de uma pessoa como essa para entender o drama profundo que vive o conjunto de pessoas como essas.

[palmas].

Portanto, é um momento muito, muito especial. O final da gestão do nosso Presidente Senador Paulo Paim, coincidir com uma sessão, com uma audiência que registra, como disse, me permita a ministra, com todo o respeito, ela vai acabar virando ministra, de fato. Mas... A Ivonete. A Ivonete que nos brindou com uma fala muito importante.

Eu queria apenas dizer isso. Que me sinto... Apenas de continuar preocupado, apenas de continuar angustiado, tem o outro lado. Tem o lado da consciência tranqüila de que cumprimos um papel importante. E hoje é um dia muito especial para todos nós nesta comissão, como eu dizia, o final da gestão do Presidente Paim. Coincide com o registro e aqui eu fazia referências à Ivonete. Não se trata de comemoração, é registro de fato, né? Da passagem dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. É um momento especial para todos nós aqui desta comissão. Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, agradecer, de coração, a parceria, Senador Paulo Paim, que tivemos. Você foi muito feliz quando disse que sem a luta incansável da Izabel e de tantas, de tantos militantes...

[palmas].

Eu acho que vocês, que sempre nos acompanharam, sempre estiveram conosco, vocês são aquela transfusão de sangue que a gente necessita aqui, a todo instante, tomar para que a gente não deixe a luta esmorecer, para que a gente não perca a coragem. Na pessoa da Izabel eu saúdo todos os militantes, todas as militantes que estiveram, ao longo desses dois últimos anos, conosco, aqui nesta comissão, travando batalhas, travando lutas, discutindo assuntos da maior profundidade em nosso país. As minhas homenagens a todos vocês, militantes e militantes das causas, das importantes causas deste país e o meu carinho especial ao Senador Paulo Paim pela sua luta incansável pelos Direitos Humanos no nosso país, pelos direitos dos brasileiros e das brasileiras sem distinção. Muito obrigado.

[palmas] .

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. Moacir Meirelles de Oliveira, Secretário da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, COBAP, representando o seu Presidente, Sr. Warley Martins Gonçalves.

[palmas].

SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES: Bom dia a todos e a todas, a saudação inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, sem quebrar o protocolo, mas a professora Rose e Eliúde que estão aqui, que vieram lá de São Sebastião, com alguns alunos. Eles teriam agora que se retirar por motivos de compromisso e prova né? Então, eu queria dar uma salva de palmas a eles, eles vão ter que se retirar nesse momento.

[palmas].

E também ao Michael Félix, Diretor da Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé. Um abraço a todos e a nossa audiência continua. Por favor.

SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES: Bom dia a todos e a todas, uma saudação especial ao Senador Paulo Paim e demais componentes da Mesa. Saúde também os nossos músicos, Dante e seu filho. Uma saudação também especial a todos os senadores aqui presentes, a todas as senhoras e senhores, a todo o Plenário. Dizer que é uma satisfação muito grande, Senador Paulo Paim, hoje, aproveitando esta oportunidade de estar aqui, também trazendo a situação dos aposentados e pensionistas na nossa situação de hoje.

Quero também dizer que me sinto muito orgulhoso por todos aqueles oradores que por aqui passaram e se referindo à sua pessoa, do trabalho que o senhor faz para dentro daquelas entidades que mais necessitam. Dizer que me sinto muito orgulhoso, porque sou gaúcho também, e muito tenho viajado pelo

Estado do Rio Grande do Sul inclusive, acompanhando a sua pessoa, até em debate de rádio lá, e tenho cansado de dizer, o Senador Paulo Paim não é mais o senador do PT, nem o senador dos gaúchos, é o senador dos brasileiros. Isso muito nos orgulha para nós, nós gaúchos.

[palmas].

Também quero fazer uma saudação para os demais gaúchos que estão aqui presentes, que a Ivonete falou que tem mais uns companheiros do Rio Grande do Sul aqui. É uma satisfação muito grande. Eu quero fazer também, em nome da COBAP, representando 26 milhões de aposentados, hoje aqui, um agradecimento especial para todos os senadores aqui presentes e àqueles senadores também--

[palmas].

--que não estão presentes, por terem aprovado os três projetos que vieram a beneficiar essa categoria tão sofrida, por unanimidade, no Senado, e agora, que estão sendo encaminhados para a Câmara Federal. Também eu quero fazer um pedido para o nosso músico, é muito querido no Estado do Rio Grande do Sul. Ele já citou aqui, todos os segmentos que abraçou a campanha, que abrace também a campanha dos aposentados e pensionistas, principalmente, aqueles que ganham acima de um salário mínimo.

[palmas].

Que hoje, o nosso músico Dante, estão com uma defasagem de mais de 60%. Hoje muitas pessoas, muitos aposentados, muitos pensionistas, na hora que precisam de comprar o seu remédio, não têm condições de comprar, muitos óbitos têm acontecido por falta de recurso na sua aposentadoria. Essas pessoas que contribuíram a vida toda para a grandeza do nosso país, hoje estão nessa situação. Mas a gente agradece novamente tudo o que o Senado já fez por nós, e pede também, encarecidamente, a todos os segmentos aqui presentes, que nos ajudem também na aprovação do nosso projeto.

Também quero fazer um agradecimento especial ao nosso amigo José Augusto, da Confederação Nacional de Trabalhadores do Comércio, que aqui se manifestou, o apoio da Confederação e solidariedade à COBAP, e dizer também... Agradecer aquele manifesto que ele fez, aquele lançamento do abaixo-assinado para que seja aprovado o nosso projeto no Congresso, que nós, a COBAP também está encaminhando um abaixo-assinado, o qual já passou à mão do Senador Paulo Paim, para que seja o primeiro a assinar o nosso abaixo-assinado e dizer que a COBAP tem filiações federadas em todos os Estados do país, e todos eles estão embuídos nessa assinatura, no abaixo-assinado, se referindo ao pedido da assinatura da aprovação do nosso projeto.

Também, aqui, para ser breve, para ser rápido, eu quero fazer também, aqui, um convite. Participem da procissão da aprovação dos três projetos dos aposentados. Reajuste único para todos os aposentados aposentadorias e pensões. Derrubada urgente do fator previdenciário. Correção das perdas salariais dos aposentados. Dia 17 de dezembro, quarta-feira, concentração às 18 horas na Catedral, passeatas com velas até o Congresso Nacional. E vigília na Câmara até às 6 da manhã. Seria isso o meu apelo para todos os segmentos aqui presentes, que nos ajudem a vencer esta batalha, junto com o Senador Paulo Paim, os demais senadores nos ajudaram e muito obrigado. Parabéns pela sua participação. Muito obrigado.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. João Batista de Almeida, Coordenador para Assuntos da Igualdade Racial do Distrito Federal.

[palmas].

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA: Bom dia a todos, senhoras e senhores. Eu aqui imensamente... Representando o Governo do Distrito Federal, peço licença ao Senador Paulo Paim, como Presidente, para que eu possa pronunciar algumas palavras em relação ao que hoje é a nossa Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial. A Professora Rose e a Eliúde deles fazem parte, lá em são Sebastião, a 3ª série, e eles vieram aqui, hoje também, representá-los.

Mas Senador, eu gostaria de falar um pouco sobre a Prainha. A Prainha que tem sobre a questão religiosa que é a Prainha, que tem nos trazido alguns problemas para o Governo do Distrito Federal. Caso, a isso... As entidades religiosas precisam desse espaço e nós estamos procurando trabalhar em prol dessa questão. O Governo do Distrito Federal, na criação da COPIR, que é a Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial. Esta oportunidade em que vemos agora, nos 60 anos dos Direitos Humanos, então, isso torna mais um avanço para a comunidade negra, principalmente do Distrito Federal, e nesse passo, nós estamos nos preparando para a 2ª Conferência de Direitos Humanos, 2ª Conferência de Igualdade Racial no Distrito Federal.

E para essa conferência nós convidamos a todos, para que possamos fazer, que essa conferência seja para mostrar onde estão os afro-descendentes do Distrito Federal, onde estão os afro-descendentes ao longo de toda essa nossa luta no Distrito Federal. Mediante a isso, só trago uma notícia aqui, do Governo do Distrito Federal. Essa oportunidade, essa luta, que nós encampamos.

Mas falar nessa luta, nós gostaríamos também de falar numa parceira nossa, é a Elza Caetano. A Elza Caetano, hoje, ela está lá em Brasilândia, ela tem uma instituição lá, no Espaço 35. E nesse espaço ela pretende, com isto, resgatar aos negros, aos afrodescendentes que ali vivem naquela região, mas para que a gente possa conseguir todo esse levantamento, toda essa história da população negra no Distrito Federal, nós gostaríamos imensamente de contar com o apoio do Senador Cristovam Buarque, lá em Brasilândia, para que a Elza consiga aquele espaço, aquele terreno, e só está dependendo unicamente do Senador Cristovam Buarque, para dar o apoio, juntamente com o Governo do Distrito Federal, para que possamos, lá em Brasilândia ter a nossa sede para dar continuidade. Obrigado.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, me permite? Eu quero agradecer bastante o assunto, sou defensor deste... Mais do que um Centro de Convenções, é um monumento que está sendo construído a partir de uma figura maravilhosa que é a nossa companheira Elza, e eu fui com ela ao ministro, falamos, levamos. Hoje o assunto está com o ministro. O ministro está cuidando disso junto com a Terracap para que o GDF possa fazer. E, de minha parte, tem todo o apoio, mas eu acho que o ministro tem mais força do que eu junto ao Governador Arruda.

Então, o que eu tinha que fazer era levar a Elza e o arquiteto, fomos juntos , e o ministro nos recebeu muito bem e ficou de fazer o possível, junto ao governador para conseguir esse espaço. Eu creio que essa é uma luta que todos nós deveríamos abraçar.

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA: Então, eu agradeço imensamente por essa oportunidade e contaremos com o senhor em algumas visitas, lá em Brasilândia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem dúvida.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, você falou, aqui, do Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, me permita eu dizer isso nesse momento que estamos ao vivo, ainda para todo o Brasil, dizer que eu tive muito orgulho, junto com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, de recolher as assinaturas para que o senhor esteja no mais alto grau, lá da nossa UNESCO. Todos assinaram, só faltaram quatro assinaturas, porque não estavam no Brasil, mas tenho certeza de que eles assinarão. Uns estão chegando hoje. As 81 assinaturas. O que eu quero dizer, se por um lado eu estou feliz, porque todos assinaram para que V. Exa. possa estar na UNESCO, mas pelo outro lado eu ficarei triste, porque eu gostaria muito de ver o senhor aqui no Senado da República por muitos e muitos anos. Parabéns a V. Exa., V. Exa. é unanimidade aqui no Senado.

[palmas].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Queremos registrar a presença da Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. Edson Guilherme Haubert, Presidente da MOSAP, Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você poderia anunciar quantos faltam e já dizer o nome, só para nós já termos, e a senadora vai falar, naturalmente. Ela é a nossa convidada aqui, vai falar sempre. Só faltam mais dois viu? Depois fala a senadora e vamos para... Ouvir o Dante, hein Dante? Nós não vamos abrir não de ouvir você, algumas canções ainda. Por favor, Edson.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT: Bom dia a todos. Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Cristovam Buarque, senhores dirigentes de entidades, representantes dos mais diversos segmentos da nossa sociedade brasileira.

Inicialmente eu queria agradecer muito o convite que nos foi dirigido e também pedir desculpas pelo atraso em que cheguei aqui. Infelizmente não consegui chegar às 9 horas, porque eu estava numa viagem. Achei que não mais chegaria a tempo, mas felizmente deu. E fiz questão de vir aqui para, em nome de todas as nossas 700 entidades de servidores públicos, aposentados e pensionistas, mas é um movimento formado por todos os sindicatos e associações de servidores ativos, aposentados e pensionistas. Em nome desse nosso movimento é que eu quero agradecer, em primeiro lugar, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

[palmas].

E agradecer em nome de todas elas, de todos os nossos representados à pessoa do Senador Paulo Paim. Nos é muito grato falar sobre Direitos Humanos e Legislação Participativa. Mas também é muito difícil, como já ouvi de muitos senadores e também demais representantes. E aqui faço questão de citar a COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, nossa comum parceira em nossas lutas aqui dentro do Congresso, fora do Congresso, pelo resgate da dignidade de todos os servidores desse país, públicos, e do regime geral, e todos nós somos servidores do nosso Brasil.

E dizer que os 60 anos da Carta das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, no nosso país, tem um significado extraordinário. E, como disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior, temos muito o que fazer daqui para frente ainda. Porque, como ele disse, e outros também falaram, se fala muito na inclusão. E quando se fala em inclusão, é porque muitos estão excluídos daquelas condições de dignidade, de respeito, que todos, como pessoa humana, merecem do Estado Brasileiro, merecem da sociedade brasileira. E merecem das instituições brasileiras.

Então, não quero me alongar muito, mas apenas queria fazer um registro e dizer que nós, servidores aposentados e pensionistas, temos também as nossas demandas. Também no resgate da dignidade da pessoa humana, como servidor e como pessoa humana. E por isso temos, até, uma denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por uma violação de direito que nós entendemos que o Estado Brasileiro cometeu contra a gente por ocasião da Reforma da Previdência Social, quando foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso. O Congresso aprovou com muita dificuldade e o Supremo Tribunal Federal, infelizmente, veio chancelar uma decisão do Congresso que, no nosso entender, é absolutamente inconstitucional, e portanto, diante das convenções de que o Brasil é signatário, feriu Direitos Humanos, e violou Direitos Humanos. Então, nós estamos lá pedindo a reparação dos Direitos Humanos.

Mas eu queria fazer um registro de muita satisfação para todo o povo brasileiro, em especial, para todas aquelas pessoas que militam nas causas dos Direitos Humanos, que foi a eleição para Juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, na Holanda, do nosso Professor Antônio Augusto Cansado Trindade, um dos maiores humanistas e maiores operadores dos Direitos Humanos no Brasil, na América Latina, e hoje, no mundo. Ele foi eleito agora há pouco. Foi eleito agora há pouco pela Assembléia Nacional da ONU. Em 182 membros, ele obteve 163 votos.

E na comissão, na Comissão de Segurança, também, da ONU, de 15 membros, ele obteve 14 votos. Portanto, uma eleição jamais havida na... Tanto na Assembléia, quanto na comissão, no Conselho de Segurança da ONU. Foi aplaudido de pé por esta Assembléia e também pelo Conselho. Isto significa um extraordinário e auspicioso, digamos, momento brasileiro em relação aos Direitos Humanos.

E esta comissão tão bem presidida pelo Senador Paulo Paim, como de resto, todas as iniciativas em que o senador está metido, vamos dizer assim, como nós falamos no Rio Grande do Sul, todas elas têm um sentido extraordinário e uma perspectiva de, sempre, maiores vitórias. E portanto, então, em nome de todos os nossos filiados, aposentados e pensionistas do Brasil, eu quero transmitir ao Senador Paulo Paim as congratulações. E mais do que isso, a certeza de que nós brasileiros, como já disse o senador, ele não é mais Senador do PT, somente, não é mais Senador do Rio Grande do Sul, somente.

Mas ele é um senador brasileiro, mas nós precisamos que essas causas que ele tão bem defende, em todos os matizes e todas as circunstâncias em que se discute. E os Direitos Humanos, estão vivamente, todos os dias, impregnados na ação desse senador. Porque quando se trata de defender os aposentados, quando se trata de defender o mínimo de dignidade para que todos tenham aposentadoria digna, para que eles também dignamente possam viver até os seus finais de vida, isso significa que nós, a partir de hoje, ou a partir de sempre.

E daqui para frente, sobretudo, não percamos, sobretudo, nós do Rio Grande do Sul, não percamos esta oportunidade de fazer com que esse senador e outros senadores como Senador Geraldo Mesquita Júnior, lá no Acre, como o Senador Cristovam Buarque aqui no Distrito Federal, e tantos outros senadores que aqui estiveram, possam voltar a este Congresso, possam voltar ao Senado Federal e possam, sobretudo, dar continuidade a esse belíssimo trabalho de ação, mas sobretudo, um trabalho de muita responsabilidade e de muita necessidade para o nosso país, que enfrenta muitas dificuldades ainda e, certamente, muito ainda temos que construir.

Portanto, o abraço de todas as nossas entidades, o voto de que V. Exa.s tenham ainda muitos anos de vida para trabalhar, como vem trabalhando em favor do povo brasileiro, sobretudo, daqueles segmentos que mais necessitam da presença e ação desses senadores, os nossos votos de felicidade pessoal, de felicidade política e de que tenham a compreensão também do povo brasileiro e dos seus cidadãos de que eles serão necessários de qualquer forma aqui.

E essa responsabilidade cabe a cada um de nós em nossos Estados. Para aqueles que aqui possam vir, nós que conhecemos tão bem e sentimos e vivenciamos tão bem as suas razões, os reflexos para toda a sociedade brasileira. Portanto, os nossos cumprimentos e aproveito já para desejar um Feliz Natal, um Feliz Ano Novo, para todos que estão aqui presentes, para quem não pôde aqui comparecer, mas gostaria de estar aqui, os negros, os outros segmentos da sociedade, que já falaram aqui. Enfim, para que todos nós tenhamos um 2009 de muita realização, pensando sempre no bem comum da sociedade brasileira. E eu quero terminar fazendo uma homenagem ao meu negrinho

que eu crio lá em casa, que é o Genaldo, é o filho de uma empregada, e a empregada não queria deixar ele lá com a gente. Eu disse, não. Nós só aceitamos você aqui dentro se você trouxer o nosso, o meu Genaldo aqui, porque ele me chama de pai.

Então, eu quero terminar e não podia deixar de citar também a nossa senadora lá pelo Rio Grande do Norte, a Senadora Rosalba Ciarlini, que também tem participado e eu tenho vindo muitas vezes aqui, eu sempre a vejo também nessas lutas. Então, as palavras que eu dirigi a todos os senadores que possam voltar aqui, vale para a senhora também.

[palmas].

No mais, um abraço a todos vocês, me desculpem e muito obrigado ao Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclua aí, Deputado Antônio Roberto, Relator do Estatuto da Igualdade Racial. É um homem que não pode sair do Congresso. Faço minhas as palavras do Senador Paulo Paim, porque eu, infelizmente, não lhe conhecia, passo a lhe conhecer agora, e lhe admirar também, da mesma forma como admiramos nós outros quando se luta por essas causas justas de dignidade da pessoa humana. Muito obrigado a todos.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para fazer uso da palavra, o Exmo. Sr. Deputado Antônio Roberto, do PV de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Antônio Roberto, eu sei que faltam dois para falar, é que ele vai ter que pegar o vôo em seguida, ele só quer dar um aviso aqui sobre o trabalho lá da comissão. O Deputado Antônio Roberto, me permita que eu diga, é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, podem ver vocês que negro ele não é, numa demonstração de que essa é uma construção de todos, de negros, de brancos, de índios, de homens, de mulheres, enfim, dos homens de bem desse país. Palmas ao Deputado Antônio Roberto, PV, Minas Gerais.

[palmas].

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Paulo Paim, nosso querido senador, demais senadores, deputados, todas as pessoas aqui presentes. Mesmo correndo o risco de perder o avião, eu fiz questão de vir aqui, para juntos poder afirmar a importância do avanço que os Direitos Humanos estão tendo no mundo e principalmente no Brasil e aqui na Câmara.

Já é lugar comum enaltecer esse ícone dos Direitos Humanos, dizer da sua luta, da sua bravura. Então, eu não podia, Senador Paulo Paim, deixar de vir aqui te dar um abraço e abraçar, na sua pessoa, todos os negros, todos os pobres, todos os aposentados, todas as pessoas, todos os indígenas, todas as pessoas que são discriminadas por um sistema que está já nos seus estertores. A crise mundial pela qual o mundo está passando, é apenas um dos reflexos do descuido que o mundo teve com os seus recursos humanos, com a pessoa humana.

Partiu-se de um pressuposto de que se cuidasse apenas da questão financeira para alguns, que o planeta estaria bem. E isso é o que não está correndo. Mas a notícia que eu vim dar é outra, Senador Paulo Paim. Com muita alegria eu posso te dizer que uma das maiores honrarias que foi me dada, até hoje, na vida, foi ser escolhido o relator do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do nosso senador. E essa honra é maior que, em sendo branco, apesar de que minha avó era negra, apesar de minha descendência negra, mas sou considerado, na superficialidade, branco, e fui escolhido para ser o relator desse projeto. Isso mostra que a luta pela igualdade racial, a luta pela dignidade humana, ela transpõe muito mais do que simplesmente a cor da pele. São aqueles que realmente acreditam na pessoa humana.

E hoje, exatamente hoje, eu apresentei. Essa é a notícia que eu vim dar. Apresentei o relatório do Estatuto da Igualdade Racial na Comissão Especial, foi pedido vistas do relatório. Isso significa que mais duas sessões legislativas, e nós estaremos, na semana que vem, novamente, com o Estatuto na Comissão Especial sendo votado. E eu tenho certeza de que ele será aprovado, para voltar à origem de onde veio, do coração do Senador Paulo Paim, aqui no Senado.

E eu tenho certeza de que nós, em breve, muito em breve, estaremos fazendo esse marco, essa nova abolição da escravatura, que é a inserção definitiva do negro, dos afro-descendentes na sua dignidade social, na sua dignidade financeira, na sua dignidade do trabalho e, sobretudo, na sua dignidade como pessoa humana, semelhante a todos nós.

É com muita alegria que eu dou essa notícia, e estamos chegando a mais uma etapa dessa luta tão importante e tão penosa, dadas as reações que nós temos, tão penosas. Mas eu acho que isso que é o avanço brasileiro, o avanço da nossa Câmara, avanço do Senado, avanço no sentido de que haverá, um dia, haverá um dia em que as pessoas serão tidas apenas como pessoas.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. Moisés Lemos da Silva Neto, Presidente da CTB-DF, representando Márcio Gomes, representando da CTB nacional.

[palmas].

SR. MOISÉS LEMOS DA SILVA NETO: Primeiramente, gostaria de parabenizar aqui a Comissão de

Direitos Humanos, parabenizar o Senador Paulo Paim. Antes mesmo de ser da CTB, já lá nos movimentos quando era apenas um carteiro, um militante, a gente foi acolhido aqui pelo Senador Paulo Paim nas lutas dos trabalhadores, e não só dos trabalhadores dos Correios, mas de todos os trabalhadores. E é um gaúcho, é um negro, é um senador como outros senadores que aqui se encontram, que tem lado, apesar de todas as pressões que a gente sabe que acontecem, de governo, o Senador Paulo Paim sempre se mostrou do lado do povo brasileiro, do lado dos aposentados, do lado do movimento negro, enfim, do lado da humanidade.

Enquanto Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, é uma central também nova, tem apenas um ano que foi constituída, mas já é a quinta central, a gente tem esse prazer, esse prazer que me foi dado de estar aqui representando e falando nesses 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dizer que as centrais unidas aí, não só a CTB, mas a CUT, a CGTB, a UGT, a nova central, elas têm trabalhado, inclusive, com a cartilha dos Direitos Humanos, porque quando aqui se fala em questão de condições, em questão de trabalhar com condições dignas, se fala também numa redução da jornada, que se encontra hoje dentro do Congresso Nacional

Quando a gente fala aqui em relação à educação, educação de qualidade, aqui o Senador Cristovam Buarque, que me antecedeu, disse, a gente falou que a questão realmente tem que ser reparada, tem que ser melhorada, temos que melhorar sim. Mas tem o Art. 2, aqui que tem que ser aplicado. A educação ela tem que ter qualidade, não é? Ela tem que ter ali o que diz aqui, olha. A vontade né? Ela tem que dizer aqui o que vai ensinar para os nossos jovens, se é passar por cima do outro a qualquer custo, se é o individualismo acima do coletivo, ou se é uma educação que, realmente, vai preservar os princípios do ser humano, respeitando todos, com suas diferenças, respeitando todos com suas deficiências e com as suas especialidades.

Então, a gente quer dizer aqui, enquanto a CTB, a todos que estão ouvindo, que nós estamos aqui para buscar junto ao Senado, junto ao Senador Paulo Paim, junto aos deputados, junto ao Congresso Nacional, ainda, esses direitos se foram usurpados do povo brasileiro, que teve ainda um prejuízo maior dos 60 anos. Nós tivemos 20 anos de ditadura militar, aonde esses direitos ainda foram ainda mais prejudicados, dessa Carta, desses 60 anos. E não temos ainda alcançado aqui o mínimo que é, em relação, por exemplo, ao trabalho escravo.

Existe uma PEC, hoje chamada PEC 438, que se encontra na Câmara dos Deputados, que é de autoria do Senador José Nery, Ademir Andrade né? Isso, Senador José Nery que está acompanhando isso daqui, da Subcomissão de Direitos Humanos da Câmara, que é o que está à frente dessa bandeira, de tantas outras bandeiras, que está parado praticamente dentro do Congresso Nacional. Então, que essa quinta marcha, essa quinta marcha que aconteceu recentemente aqui em Brasília, no dia 3 de dezembro, ela trouxe também nas suas cartas que foram entregues ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara, ao Presidente da República.

Ontem, ao Ministro Mantega, ela trouxe também em seus itens a questão da 438, que é a questão que, de certa forma, impede aí que seja feito o trabalho escravo, da forma que vem sendo feito, e não tem nenhuma punição a esses criminosos, que não são agricultores, que praticam esse crime do trabalho escravo, tanto em relação às questões rurais, como em relação, também, aos imóveis urbanos também. Então, é importante que seja aprovado isso.

No mais, senador, gostaria de agradecer a você, agradecer ao excelentíssimo companheiro, que eu posso lhe chamar de excelentíssimo companheiro, que defende, de fato, os interesses do povo brasileiro, os interesses do mundo. Nós sabemos que a cada cinco minutos, cinco segundos, morre uma criança por fome no mundo, a cada cinco segundos. Foi feito um estudo e se em 15 países latino-americanos e africanos fossem disponibilizados 25 milhões de dólares para cada país, haveria aí a conservação de 900 mil vidas de crianças.

E que também existiria uma recuperação de quase 1 bilhão de dólares para cada país em relação aos prejuízos que são causados pela morte dessas crianças. Infelizmente, a gente viu que, até agora, não tem sido dada essa prioridade a essa questão, que é a questão da fome, essa questão da inclusão, que não tem sido dada essa prioridade. Mas quando foi agora, na época da crise, aonde que os grandes, aqueles que brincaram aí com o povo do mundo, que brincaram com os nossos direitos, que fizeram a jogatina, o cassino, criaram essa confusão toda para acumular riqueza, rapidamente os governos se manifestaram, e estão disponibilizando trilhões de reais, trilhões de dólares para socorrer os banqueiros.

Então, eu quero deixar aqui, da CTB, o apoio a todas as lutas aqui do povo, do nosso povo brasileiro, do povo, do pessoal aqui do movimento ecumênico, o pessoal do movimento de mulher, do LGTB, a todas as lutas que estão aqui dentro do Congresso. Muito obrigado, Senador Paulo Paim e agradeço aqui em nome da CTB a todos vocês.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Sr. Severino Marques de Oliveira, representando Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da CGTB.

[palmas].

SR. SEVERINO MARQUES DE OLIVEIRA: A nossa saudação em nome da CGTB ao Antônio Neto que aqui não pôde comparecer por motivo de força maior. A nossa saudação, nossos cumprimentos aos nossos senadores aqui presentes, deputados e demais parlamentares, representando diversos segmentos da sociedade brasileira. Eu quero também, especialmente, cumprimentar aqui os nossos diretores do Sindicato de Engenheiros Públicos de Brasília, que é o SINDIRETA, que também está empenhado na luta pelos Direitos Humanos. Porque quando se defende o trabalhador, está se também defendendo Direitos Humanos. Defendendo, lutando contra a violência no campo e na cidade.

E quero aqui especialmente, Sr. Senador, dizer que tenho muita satisfação de estar aqui na sua presença, porque nós aqui, os trabalhadores de Brasília, juntamente com os trabalhadores de todo o Brasil, estivemos peregrinando, senador, durante a Constituinte, quando nós aqui, juntos, e V. Exa. participou também da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, juntamente com o Deputado Geraldo Campos, que era deputado de Brasília. Eu tenho satisfação, e nós recordamos muito bem do seu esforço, do seu empenho para incluir na Carta de 88, a Carta Cidadã, o direito, o resgate da dignidade dos funcionários públicos e dos trabalhadores do Brasil.

Quero cumprimentar, e passo aqui também por esta comissão que está visitando esta comissão, Sr. Senador...O nosso Professor Dr. Hering, Cristovão Hering(F), da Universidade [ininteligível] da República Federal da Alemanha, que nos visita aqui. Professor e cientista de matemática.

[palmas].

Sr. Senador, nós... Eu não quero aqui me alongar muito porque o tempo já está exíguo. Eu quero aqui apenas ratificar tudo o que foi dito aqui pelos oradores que nos antecederam, e que nós, de Brasília, estamos empenhados, no sentido de lutar contra a desigualdade de todo o setor, e lutar contra a desigualdade, no serviço público, nas fábricas, e na... Em todos os setores da atividade humana em que há desigualdade, nós estamos empenhados nessa luta. E quero aqui, nesse momento que se realiza aqui esta Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, dizer a V. Exa. que também se empenhe, faça gestão junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para que aqueles processos sejam julgados o mais breve possível, dos nossos companheiros que foram torturados durante a Ditadura, que lá o processo capenga, estão capengando e estão caminhando em passo de tartaruga para ser julgados.

Que V. Exa. fizesse uma gestão lá, junto à Comissão de Anistia, porque lá, realmente, o senhor vai ver processos de casos horríveis de pessoas que foram torturadas durante a Ditadura. Eu quero dizer que também sou um anistiado político, já fui anistiado, mas estou também lutando para que aqueles processos lá tenham um andamento, o mais breve, para que o benefício chegue ao alcance. Não vai resgatar o sofrimento e o dano moral que sofreram em todos os setores, mas pelo menos, vai minimizar o sofrimento de cada um.

Um abraço a todos, e Severino e o SINDIRETA e A CGTB cumprimenta a todas as centrais e está aliada nesse movimento contra a desigualdade e contra o abuso dos Direitos Humanos.

[palmas].

Eu quero dizer, também, senador, que V. Exa. é, todos nós somos do Rio Grande, V. Exa. é do Rio Grande do Sul e eu sou do Rio Grande do Norte, gaúcho do sul, gaúcho do norte, somos potiguar, quero cumprimentar nossa senadora do Rio Grande do Norte, Senadora Rosalba Ciarlini, eu sou de São Gonçalo do Amarante. Menino do mato lá do sítio do breu! Sou!

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para fazer uso da palavra, a Exma.Sra. Senadora Rosalba Ciarlini.

[palmas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos.

[palmas].

Quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos através do grande presidente, que é uma alegria muito grande, Senador Paulo Paim, tê-lo como companheiro aqui no Senado, V. Exa. faz um trabalho que, realmente, engrandece o nosso país na defesa do que existe de mais importante. O direito, direito humano. Os Direitos Humanos. De ser pessoa, cidadão, simplesmente, cidadão.

E eu me sinto muito bem aqui, com vocês. Cumprimentando a todos os representantes que aqui vieram. E me permitam os homens, mas eu tenho que fazer uma referência especial às mulheres de luta, e quantos preconceitos, quanta discriminação nós ainda temos que vencer. Mas eu venho de uma terra onde, graças a Deus, eu nasci ouvindo se falar em liberdade. O meu conterrâneo lá de São Gonçalo do Amarante já deve ter ouvido falar isso, porque na minha terra, Mossoró, lá no alto oeste, no semi-árido, foi onde nós

libertamos os escravos, cinco anos antes da Lei Áurea, pouco tempo antes, alguns meses, a cidade de Redenção no Ceará.

E devido, talvez, à proximidade, à ação da Maçonaria, mas o espírito humanitário da cidade nós fizemos a libertação, a Lei Áurea, cinco anos antes. A libertação dos escravos cinco anos antes da Lei Áurea. E todo ano na minha cidade, que eu fui prefeita, começou quando eu era prefeita, esse evento cultural, que se chama Alto da Liberdade, onde todo dia 30 de setembro, que é o dia mais importante da cidade, foi o día, exatamente, da abolição da escravatura, na cidade de Mossoró, não se comemora o aniversário da cidade. Às vezes, você pergunta ao estudante, ele fica assim sem saber que dia é, e diz 30 de setembro. 30 de setembro é a data que nós libertamos os escravos.

Então, é feito um espetáculo que mostra, faz a reconstituição de toda aquela história. Com os alunos, é um espetáculo imenso. Para vocês terem uma idéia, em praça pública, não somente contando o fato da abolição da escravatura, mas também outro feito que, para nós ficou muito marcante, que foi o primeiro voto feminino, não somente do Brasil, mas da América Latina, que aconteceu na cidade de Mossoró, com a Professora Celina Viana dos Guimarães.

Mas voltando à história da abolição, eu acho que a coisa que mais me toca é quando lá naquela apresentação teatral, depois de ter acontecido o ato na Câmara, na época, não sei se era Câmara, mas hoje corresponderia à Câmara Municipal, com a Maçonaria, passaram um telegrama para o Imperador. E aquilo me emociona dizendo. Senhor Imperador, Mossoró é livre. Aqui não tem mais escravos.

[palmas].

Então é esse o sentimento com que eu chego aqui ao Senado para defender, para estar ao lado daqueles que sofrem discriminação e preconceito. Para acreditar neste Brasil onde todos sejam iguais. Nesse Brasil onde a criança, a criança pobre tenha direito a também uma creche, uma educação infantil de qualidade, porque, infelizmente, nós só temos em torno de 12% das crianças brasileiras que tem direito à educação infantil. No dia que todas tiverem esse direito, mas com qualidade, nós não vamos ter as distorções que vêm acontecendo no primeiro, no segundo, e na universidade. Quando falamos em cotas, Senador Paulo Paim, elas são necessárias, sim, neste momento é necessário. Mas o meu sonho é um dia dizer. Não precisa mais de cota.

[palmas].

Porque todos, pobres e ricos, tiveram uma educação boa, e aquele que for mais inteligente, mais preparado, mais competente, vai passar sem precisar ter uma restrição de tanto... Na cota, para quem veio da escola pública ou porque é negro, ou porque é amarelo. Meu Deus do céu! O sangue é um só, é todo vermelho. O que passa nas veias, nós somos todos iguais, o coração todos temos, e que esse coração seja para amar, para ser solidário, para se haver respeito.

Quando eu vejo essa luta dos aposentados, pessoas, homens e mulheres, passaram a vida toda, estão se sentindo enganadas agora! Foram enganadas sim. Contribuíram, contribuíram... Muitas vezes, até mais do que podiam, porque alguns, eu lembro, de um determinado trabalho, era a contribuição compulsória, podemos assim dizer, era sobre dois, três salários, mas ele por fora, pagava ao INSS um pouco mais para ter mais quando se aposentasse. Aí vai e se aposenta, não recebe o que ganhava na ativa, passa a ter uma vida mais difícil, e esse é um alerta, não somente para aqueles que estão hoje passando por isso, são para os outros que irão passar, se nós... E aqui o Senador Paulo Paim levantou essa bandeira e eu estou ajudando a segurar, porque ela não pode baixar.

[palmas].

Tem que ir em frente. E temos que sensibilizar a todos. Mas essa luta de igualdade contra o preconceito contra a discriminação, que passa pela mulher. E eu vou dizer uma coisa. O Senado me deu uma oportunidade que eu me senti... Tem coisas que a gente não pode esconder. Eu me senti lá em Genebra, no encontro da Inter Parlamentar Feminina. Tinha ido um grupo de parlamentares, eu era a única mulher. Eu me inscrevi, claro, para exatamente uma reunião que houve, sobre a questão da discriminação da mulher, da luta contra o preconceito contra a mulher, para representar o Brasil e tive a oportunidade de fazer um discurso e mostrar a Lei Maria da Penha. Mas de certa forma, foi algo que me deixou gratificada saber que o Brasil estava avançando.

O Brasil já estava bem mais avançado do que muitos dos países que ali estavam. Muitos. Meu Deus do céu. Cada depoimento, cada coisa, nós estamos avançando. Nós não podemos é parar. Essa luta não podemos parar. Temos, cada vez mais, conseguirmos avançar em termos de respeito, de igualdade, de caminhar lado a lado. Porque eu venho dizendo, não é de agora, é desde o meu tempo de estudante. Quando entrei na faculdade, numa época que poucas mulheres iam para a medicina. E nunca me senti descriminada. Muito pelo contrário, sempre fui muito bem recebida pelos colegas, mas eu dizia, nós vamos caminhar lado a lado. Não tem essa história de estar na frente ou atrás. Nós vamos estar lado a lado, porque é assim que homens e mulheres devem caminhar construindo esse Brasil mais forte.

Esse Brasil mais forte de uma educação melhor, está comprovado. Nós temos os dados da UNICEF, da UNESCO, que mostram que, naqueles países onde as crianças têm direito a ficar mais com a sua família, por isso que eu tenho a PEC para a licença-maternidade de seis meses, que já existe também, a Senadora Patrícia já conseguiu aprovar a lei que dá direito, mas aí é opcional, a empresa dar seis meses de licença-maternidade, a PEC vai ter que acontecer.

Estamos aqui solicitando apoio de todos, porque já passou nas Comissões, vai a Plenário, mas como é PEC, precisa de um número de votos diferenciado, para que nós possamos aprovar a licença-maternidade de seis meses, e as mulheres não terem o receio. Não vai ser nada contra o seu trabalho, é um ganho para a sua criança, é um ganho para você, é um ganho para o Brasil, porque nós vamos ter crianças mais fortes, nós vamos ter crianças que, com certeza, o custo da saúde vai reduzir bastante em função dela poder ficar mais tempo com a mãe, ser amamentada, ter mais cuidados. E essa profissional, essa trabalhadora, vai ser uma trabalhadora muito mais competente, muito mais dedicada à sua empresa, ao órgão onde estiver, porque ela vai se sentir mais protegida, porque seus filhos estão tendo mais atenção.

Quando nós tivermos realmente as creches, a educação infantil, o Brasil tem que priorizar, meu Deus do céu, quantos recursos, muitas vezes a gente vê sendo desperdiçados em ações que fazem fumaça? Quando poderia ficar para a criança, para a educação. Prioridade maior, em primeiro lugar, começando desde os pequenininhos, todos tendo o mesmo direito, tendo o mesmo espaço, tendo o mesmo apoio. Aí sim, nós íamos começar a formar essa nova geração de paz, porque educação é caminho de paz, educação é caminho de sucesso. Educação é o que todos nós queremos. Eu já sou avó, o que eu desejo para os meus filhos e meus netos? Que eles possam ser grandes homens e grandes mulheres do amanhã. E sei que é isso que todos os brasileiros querem.

Mas tem que ser um conjunto de ação, tem que ser um sentimento só, tem que ser a união maior. Aí nós não vamos precisar mais ter programa de erradicação do trabalho infantil, nós não vamos precisar mais ter tantos e tantos outros programas que chegam para amenizar, paliativo, daquele problema tão sério. E então, eu estou aqui para dizer a vocês que a luta contra o preconceito, contra a discriminação, a luta em favor da mulher, do aposentado, da criança, essa luta é de todos nós.

[palmas].

E é exatamente com esse espírito de liberdade, com o espírito de uma terra onde a mulher lutou para votar pela primeira vez, a Professora Celina Viana e tem um fato, Senador Paulo Paim, muito interessante, que na época, quem autorizou foi o governador da época, foi candidato ao Senado, e teve a lei, Celina foi a primeira eleitora, mas outras mulheres seguiram na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Quando chegou aqui, o Senado simplesmente invalidou esses votos da mulher. Mas isso são... Hoje são outros tempos. Hoje, a mulher não somente deve estar aqui como eu estou, defendendo as questões de um Brasil que fazem um Brasil melhor, as questões de igualdade, de respeito, de defesa da cidadania, mas seja onde elas estiverem, elas têm que estar participando ao lado dos nossos, dos seus companheiros, dos seus filhos, dos seus maridos, todos vamos estar juntos, porque é assim que nós vamos fazer a história desse Brasil, orgulhar cada vez mais a cada um de nós.

[palmas].

E que o Natal traga esse espírito sim, Natal de unidade, Natal de paz, Natal de esperança. Seja 2009 um dia de Natal, cada dia, na vida de todos vocês que estão ombreados nesta luta, na vida de todos que fazem a Comissão de Direitos Humanos. Não apenas os senadores, mas os que auxiliam, os que ajudam, que estão, vamos dizer assim, por trás do pano, mas sem vocês, isso não aconteceria na vida de cada brasileiro. Jamais perder a esperança. É preciso sim acreditar que o dia de amanhã é feito com vigor e com a luz do dia de hoje. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes que anunciassem, eu recebi aqui um recado lá dos 90 sindicatos da Baixada Santista, dizendo que lá eles já estão coletando as assinaturas pela aprovação dos projetos em defesa dos aposentados, está registrado aqui. Embaixada de Santos.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para fazer uso da palavra, a Sra. Rosemeire Rodrigues dos Santos, Presidente do Instituto Cultura e Paz.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só vou fazer um apelo para que a gente, agora, seja os mais sucintos possíveis, que nós temos ainda o Dante e nós temos que encerrar a sessão por uma questão regimental, no máximo, no máximo, 14 horas, e ainda temos o Professor Tece que vai fazer... Agora as inscrições encerraram.

O Professor Tece que vai fazer o encerramento da fala em relação à campanha *Preconceito e Discriminação Zero*. Depois temos o Dante, e depois temos ainda o encerramento.

SRA. ROSEMEIRE RODRIGUES DOS SANTOS: Bom, vamos dizer boa tarde a todos né? Apesar de que ainda não almoçamos, né? Mas tudo bem. Meu nome é Rosemeire Rodrigues dos Santos, eu sou Presidente do Instituto Cultura e Paz, o nosso instituto abraça os direitos dos portadores de necessidades especiais, defende a igualdade racial e também defende o direito dos idosos, juntamente com o direito de toda criança a ter direito à educação sem violência. Nós estamos com um projeto, nosso instituto, quebrando a cultura do medo, juntamente com apoio do CEPIR, do CDDN, do Sr. João Batista, os nossos sinceros agradecimentos.

E estamos muito felizes também pelo trabalho dos senhores em questão das leis. A Lei 11.645/08 sobre a questão indígena. E também sobre a Lei 10.639/03, e em relação à inclusão do currículo escolar na verdadeira contribuição do negro, na história do nosso querido país, do nosso Brasil. Eu vou ser muito breve, eu gostaria que vocês, por gentileza, prestassem atenção num relato verídico que esteve na mídia durante uns dois meses, que foi assim, a questão de eventos, assim, tanto nacional, como internacional. E eu vou ler rapidinho este depoimento. Eu gostaria que os senhores, por gentileza, também refletissem em relação a esse relato.

Infelizmente, a violência é um problema social a nível mundial, que existe desde os primórdios da humanidade. No ambiente escolar, observa-se o predomínio da violência que se manifesta por meio da exclusão. Agressões verbais ou físicas não só entre alunos, como também entre o corpo docente, ou agressões em plena sala de aula, com a omissão de professores. O clima cotidiano de ameaça à integridade física e moral. Então, esses são os tipos de violência que têm acontecido com grande freqüência no nosso país, e vou alertá-los a todos, que esses tipos de violência são do caso *bullying*, violência na escola, o caso *mobbing*, entre colegas de trabalho, na instituição de ensino. E também o assédio moral, e outro tipo de violência que é justamente o preconceito racial.

Então, devido a esses tipos de violências, foi constatado uma causa, uma causa inédita e foi uma coisa ganha por unanimidade pela Segunda Instância do TJDF, de uma mãe, é uma mãe que sofreu muito, juntamente ao seu filho, à sua prole, que teve o seu filho violentado não só verbalmente, como fisicamente. Eu gostaria de dizer aos senhores, que é com muito orgulho que essa mãe sou eu, e eu ganhei a primeira causa inédita e unânime em todo o Brasil. E me sinto também orgulhosa porque hoje eu sou um exemplo e referência a todos os responsáveis pelos seus filhos, seus netos, que alertem para a questão violência nas instituições de ensino. Então, devido a todo esse fato eu juntei-me à minha querida amiga que hoje é Vice-Presidente do Instituto Cultura e Paz, Márcia Severino.

Márcia sofreu preconceito racial por ser a primeira professora negra e de nível superior em uma instituição de ensino, numa cidade do entorno. Infelizmente, ela passou por essa causa, juntando-se com a minha causa, com a minha dor, e nós criamos esse projeto, também criamos o nosso Instituto Cultura e Paz, que hoje nós temos muito orgulho de estar falando sobre esse instituto, e agradecendo também, juntamente, com o nosso apoio do CEPIR, o CDDN e acredito também que o apoio, eu acho que, a partir de agora, né, querido senador? Senador Paulo Paim, que vai estar abraçando também a nossa causa. A todos vocês, um muito obrigada, Feliz Natal, Próspero Ano Novo, e olha, apesar de todo o problema, apesar de todo o sofrimento, a gente, acredite, é muito bom ser brasileiro, tá? Muito bom, mesmo. Muito obrigada.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos mais uma vez o cantor Dante Ramon Ledesma, cantando, de Geraldo Vandré: *Para Não Dizer que Não Falei das Flores.*

[palmas].

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Senador Paulo Paim, depois de ouvir tantas manifestações, resta só em nome de todos os latino-americanos que moramos e tenho honra desta pátria Brasil, dizer apenas uma frase, muito simples. A distância, no mundo, determina um caminho. E um guerrilheiro como é o senhor, terá sempre a sua distância e na sua memória como agora o senhor tem, dois anos de luta, parênteses, para os que nascem, se criam e vivem e morrem lutando. Porque assim é a comissão e assim o sentimento dos Direitos Humanos, independente de países, de raça, de idioma, nossa vida pela sobrevivência e por nossos direitos é infinito. E esses dois anos na sua presidência aqui nesta Casa, seguramente, serão uma parte da longa escola que o senhor terá para o futuro, porque seguiremos os seus passos.

Assim, seguiremos com os que foram discriminados, com os índios, com os negros, com as mães de filhos violentados, com os esquecidos, com os sem-terra, porque nós, enquanto tivermos um violão, a consciência limpa, seguiremos, seguiremos cantando!

[música]

Caminhando e cantando.
E seguindo a canção.
Somos todos iguais.
Braços dados ou não.
Nas escolas, nas ruas.
Campos, construções.

Caminhando e cantando.
E seguindo a canção.
Vem vamos embora.
Que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora.
Não espera acontecer.
Vem vamos embora.
Que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora.
Não espera acontecer.
Para despedir-se, para despedir-se, assim, ô:
La la la la... La la la la... La la la la...
Vem vamos embora.
Que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora.
Não espera acontecer.
Vem vamos embora.
Que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora.
Não espera acontecer...
Muito obrigado! Muchas gracias!
Acontecer...
[palmas].
Muito obrigado, senador!

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Professor da ULBRA, Ottmar Teske, representante dos Parceiros do Programa Cantando as Diferenças.

[palmas].

SR. OTTMAR TESKE: Bom dia a todas e a todos, eu gostaria de, em nome dos Parceiros do Programa Cantando as Diferenças, apenas iniciar esse momento que, para todos nós, foi muito bem traduzido pelas palavras do nosso poeta e artista, a voz do nosso Programa Cantando as Diferenças, Dante Ramon Ledesma, que desde às 9 horas da manhã tem emocionado, através das suas letras, aquilo que foi também apresentado aqui por todos que passaram por essa Tribuna, dizer o seguinte: em nome dos Parceiros do Programa Cantando as Diferenças, homenagear o nosso Almirante negro, o nosso Mandela, Senador Paulo Paim, que está conseguindo traduzir em propostas tudo o que ilumina as nossas mentes, os nossos corações, que é a construção do novo mundo.

E quero aqui dizer, e trazer uma frase que o senador costuma utilizar e nos ajuda a compreender melhor por onde é que nós estamos navegando, que lá no sul, nesta época, tem muito vento, e este vento parece que serve para derrubar os ninhos das árvores, para que os pássaros possam começar a voar. E até os pássaros voam em direção a algum horizonte. E o nosso horizonte, que aqui estamos praticando, é em direção ao alvorecer de uma nova consciência, e que o vento nos possa levar em direção também daquilo que Nelson Mandela nos ensinou, dizendo: *Sempre parece impossível, até que seja feito.* O que estamos vendo aqui, é a concretização de uma utopia, e com certeza, o surgimento de novos horizontes que possam, de fato, reconhecer politicamente as diferenças individuais, sociais, e culturais. Muito obrigado Senador, nosso presidente, até a próxima.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se vocês me permitirem, eu perguntava para mim mesmo como é que eu ia encerrar essa grande Audiência Pública.

Eu tinha uma fala por escrito, já fiz uma na abertura, eu recebi aqui um texto da UNESCO, um texto lindo, e faço questão só de registrar, texto enviado pelo representante da UNESCO no Brasil, Sr. Vicente, representando a UNESCO no Brasil, quer compartilhar com este momento dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E o texto que ele pediu que eu lesse é bem curto e eu vou ler aqui. Diz ele, o texto:

Mulher, homem, negro, indígena, branco, pessoa com raça, pessoa de todas as raças e etnias. Crianças, ricos, empregados, trabalhadores, presidiários, ocidental, oriental, refugiado, pessoa com deficiência, de todas as crenças e religiões, de qualquer orientação sexual, é um ser humano. Você tem o direito a uma vida digna enquanto ser humano. Você é livre, você é livre. É igual a todos, tem que ter seus direitos e deveres respeitados. Ponha Direitos Humanos em sua vida. Representante da UNESCO e do Brasil, Sr. Vicente. Está feito o registro.

[palmas].

Eu vou terminar, e não pensem vocês que é um monte de folhas. Na verdade, não chega a ser uma folha. Eu acho que é a minha forma mais agradável que eu gostaria de terminar. Eu poderia fazer um discurso aqui, agradecendo a cada um de vocês, que estão no Plenário, que estão lá nas suas casas assistindo a esse debate, que para mim foi lindo, iniciou 9 horas da manhã, e vai terminar depois das 13 horas. Eu deveria, e não tem como, não agradecer a todos os servidores da Casa, não só do meu Gabinete, não só daqui da Comissão de Direitos Humanos.

E você sabe o carinho que eu tenho por todos vocês, agradecer a todos, todos, todos, à Consultoria, aqueles que, de uma forma, ou de outra, ajudaram a construir esses dois anos e este momento. Esses dois anos que, na verdade, é um resumo das histórias das nossas vidas, e não somente da minha vida. Porque a história da caminhada dos Direitos Humanos é uma história universal, é uma história da humanidade, seria pequeno se eu resumisse no meu mandato aqui, de dois anos.

Olha, eu não ia dizer aqui, porque eu ia dizer na segunda-feira, lá na Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Mas para mim, nós tínhamos que achar uma forma, ou na ONU, ou numa reunião, no Parlamento Mundial. Enfim, achar uma forma para que, 10 de dezembro, Dia Internacional em que lembramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos... Tinha que ser o dia, e eu vou escrever algo até lá, segunda-feira, e vou apresentar lá na Conferência.

Não sei se escrevo forma de poesia, porque eu gosto de escrever, ou escrevo forma de crônica, mas eu vou propor que o dia 10 de dezembro, não sei como que a gente vai fazer, mas o mundo vai ter que se unir, para gente ter o primeiro Feriado Internacional. Dia 10 de dezembro, data da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo tinha que parar, por um dia, combatendo a guerra, a violência, combatendo tudo aquilo que eu não vou resumir o que vocês aqui hoje falaram. Eu vou tentar construir, não sei se é uma Convenção Internacional, mas como seria bom, né?

Se um único dia o mundo todo parasse para dizer, hoje nós vamos refletir como defender os Direitos Humanos. Na África, na Ásia, na Oceania, na Europa, na América. Enfim, em todos os continentes o mundo parado, talvez uns tocando tambor, um tocando violão, outros tocando piano, porque a música, como diz o *Cantando as Diferenças*, nos encanta, nos apaixona, e mexe com as nossas vidas. Nada mais bonito que a força da canção, da música, das letras. Quando eu vejo, Dante, você aqui cantar e alguém me perguntou pelo telefone, mas você disse que o Dante é o maior cantor desse continente? Dante, não é só a sua voz, é a letra das suas canções. As letras das suas canções é que mexem com a gente. Por isso, Dante, eu fiz questão que você estivesse aqui conosco. Palmas a você, Dante. Palmas a você.

[palmas].

Se você me permitir, eu vou encerrar. Depois, quem sabe que eu encerre, o Dante canta mais uma para nós, né? Tem um tempinho ainda. Eu fiz um pequeno cartão de Natal que eu vou mandar para todos que eu puder, de uma forma, ou de outra, me comunicar. Se vocês puderem botar o cartão, e ali vem uma mensagem no cartão, e eu vou ler o que está na mensagem do cartão do Natal. Vocês podem saber porque é um minuto.

Diz ali:

Queria te dizer, me dá cá um abraço, por favor, estende a tua mão pra mim, e aceita a minha. Escuta o que o meu coração tem pra te dizer, e me deixa compartilhar contigo os meus andares. Mais um ano se passou em que permitisse que eu me expressasse pelo bem da verdade que o teu coração trazia. Foste meu amigo e meu aliado e toda a dedicação que somei aos meus dias, só me tornou mais inteiro, mais determinado e mais feliz. Receber tuas cartas, abrir teus e-mails, atender teus telefonemas, conversar contigo foi um grande presente para mim. Ouvir os falares da nossa gente, enfrentar desafios pelos seus direitos, criar projetos que aplaquem em sua dor, considero, tudo isso, pouco, em face da confiança que depositastes em mim.

Gostaria muito que caminhássemos lado a lado, novamente, no próximo ano, e saiba que o meu coração te prometeria tudo se pudesse. Talvez ele não possa, mas, com certeza, ele te promete amizade, fidelidade, companheirismo na luta e, acima de tudo, ele te promete colocar muito amor em tudo que construir. Afinal, quando deixamos o ano para trás, a única coisa que conta é a intensidade do amor que colocamos em nossas ações. É na força do amor que toda a luta transcende o individualismo e responde, sim, ao universo. Sim, ao universo, sim, ao amor, viva a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Palmas para você.

[palmas].

Dante, a melhor forma de encerrar eu só direi, depois de você cantar. Está encerrada esta Audiência Pública, ainda não disse, porque o Dante com a tua voz para o Brasil.

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Mas nós devemos para o senhor. Acho que todos nós, pelos 60 anos dos Direitos Humanos, por esses dois anos da sua presidência, acho que todos merecemos cantar, melhor, o senador merece que nós cantemos para ele.

[música]

Parabéns para você.
Nesta data querida.
Muitas felicidades.
Muitos anos de vida.
Parabéns para você.
Nesta data querida.
Muitas felicidades.
Muito anos de vida.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou pedindo que ele cante mais uma para nós, daí eu encerro.

SR. DANTE RAMON LEDESMA:

[música]

Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente.
É um monstro grande que aperta forte
Toda a pobre inocência da gente
Com palmas, com palmas
La... la... la... la... La... la... la... la... La... la... la... la...

Eu só peço a Deus que a injustiça
Não me seja indiferente
Eu não posso andar desesperado
Para viver uma cultura diferente
Canta agora! [ininteligível]
La... la... la... La
La... la... la... la
Só peço a Deus
Eu só peço a Deus
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dante, Dante, Dante só ainda aquela, canta uma do passarinho, do passarinho, aquela do passarinho, do pai, aquela que fala do pai, a roupa velha do pai, vamos sentar para ouvir essa, saiu igual ao teu pai, ele fala no meio...

SR. DANTE RAMON LEDESMA: Há uma coisa que é muito valiosa na vida e, acredito que, dentro do coração de todos os homens que lutam, sempre queremos nos parecer com alguém que é um exemplo. Seja o pai de criação, seja o pai natural, seja aquele que sempre brindou sua ternura e deixou à disposição daquela educação. Porque as crianças crescem sempre que alguém responde *como* e *por que*. São as duas únicas palavras que em todos os idiomas, de todas as nossas raças existem no ser humano, há mais de mil vezes por dia, como? E por quê? Então, acredito que é a única coisa que pode crescer em nossos filhos quando a gente não nega a verdade e evita que eles cresçam distantes das nossas mentiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Dante eu ainda quero, Dante fazer um dia uma sessão de homenagem no Congresso você vai ser convidado para o César Passarinho, um jovem negro que era um cantor magnífico e essa é uma das músicas que eu gosto muito dele. Então, César Passarinho, sei que você está lá nas pradarias do céu, essa homenagem vai também para você na voz do grande Dante Ramon Ledesma:

[música]
Das roupas velhas do pai
Queria que a mãe fizesse.
Uma mala de garupa
Uma bomba [ininteligível] me desse.
Queria boina, alpargartas
Um cachorro companheiro
Para me ajudar com tuas vacas.
No meu [ininteligível].
Hei de ter uma tabuada.
O meu livro queres ler.
Vou aprender a fazer contas.
Ou algum bilhete escrever.
Para que a filha do Seu Bento, saiba
Que é o meu bem querer
E se não for por escrito, eu...
Eu não me animo a dizer
Quero gaita de oito baixos(F)
Para ver o ronco que sai
[ininteligível] Do alegrete
Esporas do [ininteligível]
Lenço vermelho e guaiacas(F)
Compradas lá no Uruguai
Para que me digam quando eu passe
Saiu igualzinho ao pai
Para que me digam quando eu passe
Saiu igualzinho ao pai
E se Deus não achar muito
Tanta coisa que eu pedi
Não deixe que eu me separe
Deste rancho onde eu nasci
E nem desperte tão cedo
Do meu sonho de guri
E de lambuja permita
Que eu nunca saia daqui
Que de lambuja permita
Que eu nunca saia daqui
E de lambuja permita
Que eu nunca saia
Daqui...
[palmas]
Muito obrigado.
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a Audiência Pública, muito obrigado a todos.
[palmas]

Sessão encerrada às 13h10.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia treze de novembro de dois mil e oito, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (José Nery), reúne-se a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a

presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Nery e Flávio Arns**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Item único. A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 78, de 2008 - CDH**, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 30 de outubro de 2008, com a finalidade de apresentação e discussão do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no último dia 10 de setembro de 2008, bem como a apresentação do resultado da fiscalização dos Grupos Móveis de Trabalho, durante o ano de 2008. Convidados que comparecem: Giuliana Cambauva Orlandi Cassiano – Chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo representando Ministro Carlos Lupi – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Renato Henry Sant'anna – Diretor Legislativo da ANAMATRA representando Cláudio José Montesso – Presidente da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho; Rosa Maria Campos Jorge – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Fábio Leal – Presidente da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; José Armando Fraga Diniz Guerra – Assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República representando Paulo Vannuchi – Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Jonas Ratier Moreno – Procurador do Trabalho representando Otávio Brito – Procurador-Geral do Trabalho; e Leonardo Sakamoto, Coordenador da ONG Repórter Brasil. O Senhor Presidente após as apresentações dos senhores convidados franqueia a palavra ao plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Subcomissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **José Nery,** Presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 59 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

Cumprimento a todos os convidados, a todas as instituições que comparecem a esta Audiência Pública que tem por objetivo a apresentação e discussão do Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no último dia 10 de setembro de 2008, bem como, a apresentação do resultado da fiscalização dos grupos móveis do Ministério do Trabalho durante o ano de 2008.

Gostaria de compor a Mesa, sem antes e pedir desculpa pelo atraso, neste momento que nós estamos definindo o Orçamento da União, o intenso debate das bancadas nas Comissões ontem e hoje estamos definindo, votando as emendas de Comissão e até amanhã apresentando as chamadas emendas de bancada. Então, a reunião que começou as 7h30 com a bancada do Pará se estendeu longamente, e por essa razão houve esse atraso, e peço, então, desculpas a todos por este fato.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra, Assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência República, representando o Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucci. Dr. José Guerra.

[palmas].

Gostaria de convidar a Sra. Giuliana Orlando de Cassiano, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, representando o Ministro Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego. Seja bem-vinda.

[palmas].

Convidar o Dr. Renato Henry Santana, Diretor Legislativo da Anamatra, representando o Dr. Cláudio José Montez, Presidente da Anamatra.

[palmas].

Gostaria de convidar a Dra. Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

[palmas].

Queria convidar o Dr. Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho, representando o Dr. Otávio Brito, Procurador Geral do Trabalho.

[palmas].

Saudando a presença dos nossos convidados e a participação dos nossos convidados, queria dizer que esta Audiência no âmbito da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, como anunciei, além, de discutir o Segundo Plano Nacional de Combate e pela erradicação do trabalho escravo, também podemos ter a oportunidade de tomar conhecimento, oficialmente, da apresentação dos resultados da fiscalização do Ministério do Trabalho, feita através dos grupos móveis no

ano de 2008, tendo como grande objetivo fortalecer a ampliação desse debate, não só aqui no Senado e no Congresso Nacional, bem como, na sociedade brasileira, tendo em vista, os enormes desafios que estão postos para conquistarmos objetivo maior de todos nós que é a erradicação do trabalho escravo em nosso País.

O primeiro plano lançado em 2003 e atualizado em 2008, e que, portanto, estabelece 66 ações devem compor um conjunto de iniciativas de entidades governamentais, não governamentais, da Sociedade Civil, da Conatrae, do Governo, do Congresso, do empresariado; enfim, é um conjunto de ações que a sociedade e esse Parlamento, e, especialmente, a nossa Subcomissão precisa debater para que possamos fazer desse instrumento um grande instrumento de erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Vamos trabalhar da seguinte forma: inicialmente, teremos 10 minutos para a exposição dos nossos convidados, em seguida poderemos ouvir, teria a participação dos Senadores em plenária, e, por último, voltamos às considerações da Mesa.

Para iniciar a sua exposição convido a usar da palavra o Dr. José Guerra que aqui representa o Ministro Vanucci da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

SR. JOSÉ ARMANDO FRAGA DINIZ GUERRA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Por sugestão aqui do Dr. José Guerra, a idéia de ouvirmos, inicialmente, a Dra. Giuliana, representando o Ministro Lupi que nos trará aqui os dados da fiscalização dos grupos móveis no ano de 2008.

Com a palavra a Dra. Giuliana, e, se necessário, me parece que é necessário ficar de pé para poder fazer a sua... Fique à vontade, da melhor forma que a senhora puder para apresentar o seu trabalho.

SRA. GIULIANA CAMBAUVA ORLANDI: Bom dia a todos. Saúdo os representantes aqui das diversas entidades que compõem à Mesa, demais convidados.

Eu vou apresentar os resultados da fiscalização móvel nacional, eu vou fazer uma pequena explanação também sobre o que é o grupo móvel para aqueles que ainda não conhecem. Peço licença, eu vou me levantar, porque acho que fica um pouco mais fácil. Todos conseguem enxergar o quadro? Sim?

Bom dia. O grupo especial de fiscalização móvel foi criado em 1995, é formado por representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Auditores Fiscais do Trabalho e Emprego, representantes do Ministério do Trabalho, Procuradores e Policiais, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dra. Giuliana, se você puder usar esse microfone para que toda a sua exposição fique devidamente registrada.

SRA. GIULIANA CAMBAUVA ORLANDI: Obrigada. Vamos começar novamente. Vamos novamente.

Eu vou fazer uma explanação, nesse momento, sobre os dados do grupo especial de fiscalização móvel, resultados das fiscalizações no Brasil todo. Está certo? O grupo especial de fiscalização móvel é formado por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, por procuradores do Ministério Público do Trabalho e por policiais, policiais federais e policiais rodoviários federais.

O grupo foi criado em 1995 para o combate ao trabalho escravo degradante. Está certo? Desde, então, na época, criado com apenas três equipes composta por cinco auditores, ou seja, eram apenas quinze auditores fiscais do trabalho que compõem esse grupo juntamente com o Procurador do Ministério Público do Trabalho e com os policiais. Hoje temos nove equipes, equipes compostas por seis auditores fiscais do Trabalho, um membro do Ministério Público do Trabalho e policiais. Eventualmente, tem ainda a presença do Incra e do Ibama nas ações, mas isso é um pouco raro.

No ano de 2008, até ontem, o que temos registrado até ontem 111 operações, 196 propriedades rurais fiscalizadas, 2.065 empregados registrados, 3.769 trabalhadores resgatados, quase 7 milhões de reais em indenizações e mais de 3.700 autos de infração lavrados. O que significa isso? Os trabalhadores registrados quem são? São aqueles que durante as ações nós presenciamos e que em determinada propriedade rural não há uma condição degradante a ponto de termos a necessidade de efetuar um resgate daqueles trabalhadores. Eventualmente, por uma denúncia um pouco frágil ou até em função do nosso próprio planejamento de fiscalização verificamos que aqueles trabalhadores não necessitam ser resgatados, é uma situação passível de regularização e, por isso nós efetuamos juntamente, claro, com a anuência do empregador o registro desses trabalhadores e, muitas vezes, na maior parte das vezes, eles permanecem trabalhando nas propriedades rurais.

Quem são os trabalhadores resgatados? São aqueles trabalhadores que laboram em propriedades rurais onde nós presenciamos a exploração da mão-de-obra com uma mão-de-obra em condição análoga de escravo. Nesse caso ao resgate do trabalhador há uma rescisão indireta do contrato de trabalho por descumprimento desse contrato, há um levantamento de todas as verbas que são devidas àquele trabalhador, eventualmente, ao pagamento na própria ação fiscal,

que nesse caso, esses 7 milhões foram pagos em ação fiscal, juntamente com a presença do Procurador que sempre dá um suporte maior às ações com a possibilidade de medidas judiciais e imediatas naquele caso, e isso se reflete nos 7 milhões de indenizações pagas, ou seja, 7 milhões são pagos na ação, no momento da ação fiscal, com a presença dos auditores fiscais. E tivemos mais de 3.700 autos de infração lavrados nessas propriedades.

Vocês podem ver o incremento das ações ao longo dos anos, claro, isso é resultado também do aumento do número de equipes de fiscalização e também de um trabalho que o Ministério do Trabalho e Emprego tem feito treinando os auditores regionais por quê? Como é composto o grupo móvel hoje? Ele é composto por auditores de diversos Estados que se deslocam para uma determinada região para fazer o trabalho, ficam livres de ameaças e pressões. O que nós estamos fazendo? Pegando denúncias em que não há um indício de periculosidade da região e treinando os próprios auditores locais para fazer esse trabalho, juntamente com a nossa supervisão aqui em Brasília. Está certo? Alguma dúvida? Alguém tem alguma dúvida em relação a algum dado que está sendo posto aqui? Gostaria de uma explanação?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dra. Giuliana, pode fazer a exposição por completo durante o seu tempo e depois nós teremos um tempo em que será aberto para manifestação dos demais participantes da audiência. Muito obrigado.

SRA. GIULIANA CAMBAUVA ORLANDI: A gente pode passar para o próximo slide, então, por favor.

Este é o resultado de 2008 atualizado até a data de ontem, onde nós temos a separação por Estado do número de operações realizadas, número de empregados resgatados, ou seja, são aqueles dados que foram mostrados resumidamente no slide anterior e que agora estão separados por Estado, somente referente a este ano. O slide anterior tinha dados desde 95, esse aqui só tem dados deste ano.

Acabei de ser questionada pelo pessoal da imprensa em relação ao Estado de Alagoas e Goiás, por que esse grande número de trabalhadores resgatados? No ano de 2008 nós iniciamos um projeto dentro do Ministério do Trabalho para que houvesse o atendimento de denúncias pelo grupo móvel, mas também o atendimento de um planejamento estratégico. Qual seria? Nós selecionamos as principais atividades em que havia o trabalho escravo, atividades rurais, claro, e a partir daí mapeamos o Brasil todo com aquelas regiões mais problemáticas e as regiões em que aquela atividade, determinada atividade econômica estaria se expandido. Em função da expansão do consumo e da produção, da exportação, desculpe, da exportação do etanol, nós tivemos também um reflexo na expansão da produção da cana-de-açúcar. Está certo? Em função disso, Alagoas e Goiás são Estados produtores de cana onde há um grande número de usinas, foi o foco da fiscalização no ano de 2008, e, infelizmente, presenciamos essa situação nesses Estados. Não, claro, sem esquecer os Estados em que historicamente há problemas como Pará e Mato Grosso.

Por que também do aumento do número de operações no Mato Grosso? Nós temos um grande número de auditores fiscais do Trabalho lotados no Mato Grosso, em função de uma política da própria Secretaria de Inspeção do Trabalho, esses auditores foram lotados no Estado do Mato Grosso até um deslocamento mais fácil para os demais Estados do Brasil onde havia problemas. E dessa forma nós intensificamos operações no Mato Grosso, por isso também há um aumento do número de empregados resgatados e o Pará, infelizmente, ainda continua sendo o nosso maior foco de atuação. A grande parte das equipes móveis nacionais se desloca para o Pará. Esse ano também tivemos um aumento das ações no Sul do Brasil. O Sul que a gente sempre tem uma idéia diferente em relação ao Sul do País, uma região mais desenvolvida, infelizmente, encontramos também na estação de pinos e na produção de acácias, extração de acácia, desculpa, que são as plantas, o pinos, para quem não sabe, é a madeira. E encontramos, infelizmente, um grande número de empregados em situações análogas de escravo também.

Em relação ao Rio Grande do Norte e ao Ceará tivemos a atividade da carvoaria. Muitas denúncias em relação à carvoaria. A gente até acabou achando que, infelizmente, as carvoarias estariam migrando do Pará para outros Estados do Brasil. E a carvoaria, infelizmente, foi um problema nesses dois Estados. Enfim, esses são os dados deste ano. Já tivemos até agora 3.769 empregados resgatados, número superior ao que a gente vem tendo, certamente, vamos superar o número de ações que foram feitas no ano passado. Estimamos terminar o ano com 130 a 140 operações de resgate. Temos treinado os auditores das regionais para que participem dos grupos móveis e para que as regionais organizem suas equipes para o combate local.

E agradecemos, aproveito a oportunidade para agradecer ao Dr. Jonas que está aqui conosco, que o Ministério Público do Trabalho é sempre um grande parceiro do Ministério do Trabalho nessa luta. Ok?

Estou à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigada, Dra. Giuliana, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, representando aqui o Ministro Carlos Lupi. Muito obrigado pela sua exposição. Infelizmente, com a sua exposição temos aqui a constatação dessa tragédia que é o que nos motiva a estarmos todos juntos nessa luta pela erradicação do trabalho escravo.

Vamos ouvir. Passo a palavra, imediatamente, ao... O Dr. Renato me parece que há um compromisso, logo em seguida. E eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Renato Henry Santana, Diretor Legislativo da Anamatra, que aqui representa o Presidente Cláudio José Montez. Com a palavra para sua exposição por 10 minutos.

SR. RENATO HENRY SANTANA: Muito obrigado, Senador José Nery, em nome da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, é um prazer está aqui prestigiando o Ministério do Trabalho e Emprego e das demais entidades que estão relacionadas à erradicação do trabalho escravo no Brasil.

A minha manifestação, Senador, é no sentido de manter o total apoio da Anamatra em relação ao trabalho e ao estudo desse tema. A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho atua nesse tema e como em diversos outros, sem nenhum interesse corporativo, nós não atuamos com interesse corporativo, atuamos também no Congresso com interesse corporativo, o Senador sabe disso, mas nesse caso o interesse da Associação dos Juízes é apenas atuar na cidadania, tentar trazer esses trabalhadores para a cidadania plena no Brasil. O que nós sabemos que realmente, infelizmente, ainda não existe.

Nas minhas aulas de Direito do Trabalho, eu sou professor de Direito do Trabalho, e quando eu inicio o curso eu sempre me deparo com aluno ou com vários alunos questionando a Legislação Trabalhista, sempre dizendo que é muito protecionista, que entrava o crescimento do País, que é muito atrasada, sempre esse tipo de abordagem do assunto. E eu começo sempre dizendo que o Direito do Trabalho, antes do Direito do Trabalho o que nós tínhamos era o trabalho escravo. E eu sempre digo, o que nós tínhamos, havia o trabalho escravo, na verdade, nós percebemos que não é assim. O trabalho escravo continua no Brasil, continua existindo. E eu acho que isso é um outro campo que os Juízes do Trabalho se interessam bastante, porque na defesa do Direito do Trabalho nós tentamos mostrar que nem mesmo o Direito do Trabalho que, muitas vezes, é criticado, nem mesmo esse Direito do Trabalho que é um direito mínimo ele é respeitado.

Então, Senador, humildemente, nós nos colocamos sempre como parceiros do Senado Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria de Direitos Humanos. Vamos manter essa atuação, vamos usar recursos próprios da Anamatra, e recursos próprios dos Juízes, sempre que for necessário para atuarmos nesse campo. Entendemos que é um campo que realmente precisa de atenção, e é o que essa Subcomissão tem feito sob a presidência de V. Exa. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. Renato pelas suas considerações.

E, imediatamente, passamos a palavra à Dra. Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho para sua manifestação, suas considerações.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Bom dia. Eu quero cumprimentar a todos e todas aqui presentes, cumprimentar toda a Mesa na pessoa do Senador José Nery. Dizer que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho integra também a Conatrae - a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, os auditores fiscais do trabalho sentem na pele o sofrimento que encontram pela frente. E que um dado que nos preocupa, o relatório apresentado aqui pela Dra. Giuliana dá amostras, claro, da evolução do trabalho do combate ao trabalho escravo, mas levanta um dado preocupante. Nessas ações aí em Goiás, por exemplo, meu Estado, é, especialmente, eu acredito, na cana. Nós estamos aí com o biocombustível que é importante para o País, importante para todos, de certa forma, considerada a energia limpa, mas ela precisa ser limpa também na produção, ou seja, é preciso respeitar o direito daqueles que estão produzindo essa energia. Uma preocupação muito grande que a gente levanta a esse respeito. É preciso que o Governo incentive a produção do biodiesel, mas cobre daqueles que estão encarregados dessa produção um respeito às garantias mínimas do trabalhador. Trabalhadores que estão aí morrendo de exaustão nos canaviais.

E outra preocupação que me assalta é que o número de auditores fiscais do trabalho hoje no Brasil é muito pequeno, pouco mais de três mil auditores na ativa, isso segundo dados da própria OIT é extremamente insignificante em relação à população economicamente ativa no País Seria necessário, no mínimo, o dobro disso aí, para dar conta da demanda já existente hoje. E outra preocupação que nos assalta é que o pessoal, os agentes públicos aí estão envelhecendo, já estão já adquirindo direito à aposentadoria. Nós acreditamos que no ano que vem aí em torno de uns 600 a 700 auditores já cumprem os requisitos para se aposentar

e aí nós vamos ter uma defasagem maior ainda desse quadro, quer dizer, a atuação do Estado em defesa do cidadão não pode parar, aliás, tem é que num país que está na ponta do desenvolvimento, como está o Brasil, não pode descuidar dos segmentos encarregados de garantir justamente esse desenvolvimento que são os trabalhadores. E os auditores fiscais do trabalho atuam justamente na prevenção garantindo que o direito desses trabalhadores sejam respeitados. Então, é preciso investir no aumento do número de auditores para que esses trabalhadores corram menos risco, não digo que os auditores sozinhos vão resolver o problema, não, mas eles são necessários, imagine se não tivesse, para dar conta dessa demanda necessária.

Então, cada trabalhador desse resgatado pelo grupo móvel é uma pessoa que está... Ele não está sendo resgatado daquele trabalho infame, ele está tendo o resgate da sua cidadania. Então, é um apelo que eu faço a todos aqui, ao Sr. Senador, e a todos os Senadores desta Casa, é que nos ajudem, cobrem do Executivo encaminhamento de pedido de concurso, de abertura de vagas para concurso para que a gente não perca esse quadro efetivo de agentes públicos que têm demonstrado e contra fatos não há argumentos, os dados estão aí do número de ações de resgate, de trabalhadores que estão tendo seus direitos garantidos, e é preciso garantir que esse trabalho continue, que ele se aprimore, que ele se torne melhor ainda. Para isso a gente precisa ter realmente concurso público para dotar esse quadro de um número maior de auditores. Esse é um apelo que eu faço ao senhor e aos demais Senadores desta Casa e a todos aqueles que podem, de alguma forma, influir, chamar atenção para esse fato. No mais eu quero dizer que a gente tem feito um acompanhamento e cobrança, estamos todos nós muito envolvidos com essa causa, essa não é a causa de um só, de uma só instituição; é uma causa do país, é uma vergonha a gente manter o trabalho escravo, o trabalho escravo precisa ser extinto. É uma vergonha para o nosso País, a gente ainda ter que conviver com essa chaga social, o trabalho escravo. Muito obrigado ao senhor, muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado à Dra. Rosa Campos Jorge pela sua exposição, em nome do Sindicato dos Auditores Fiscais do trabalho.

Convido também para compor a Mesa, Dr. Fábio Leal, Presidente da ANPT - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho que daqui a pouco também fará a sua exposição. Seja bem-vindo, Dr. Fábio.

Gostaria de convidar o Dr. Fábio para a Mesa e já fazer a sua exposição, as suas considerações.

DR. FÁBIO LEAL: Bom dia a todos. Cumprimento todos os integrantes da Mesa aqui, parceiros nesta causa do combate à erradicação do trabalho escravo, na pessoa do Senador José Nery.

E também gostaria de aderir à proposta que foi lançada aqui da Mesa a representante do Sinait, a Rosa. E também acho fundamental a profissionalização do servidor público. É uma realidade que existe uma carência muito grande não só de auditores fiscais, mas de servidores públicos como um todo. Isso é necessário para que o Estado Brasileiro possa desempenhar o seu papel. E também, Senador, ao tempo em que parabenizo todo o aparato estatal pelas operações que vem conduzindo no combate ao trabalho escravo, manifesto uma preocupação também acerca do futuro da nossa causa, porque estamos acompanhando com preocupação aí a tramitação do Projeto de Lei 4.302 que pode causar sérias conseqüências nessas ações, haja vista, que será possível e até com beneplácito da lei nós vamos reconhecer aquela situação que todos nós, que os países civilizados não toleram que é a legalização da intermediação de mão-de-obra. E creio que isso vai ter um efeito muito deletério nas ações de combate a erradicação do trabalho escravo.

Então, gostaria de dar esse tom a nossa manifestação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho deixando esse alerta e nos colocando a disposição para qualquer ação para que a gente possa reverter esse quadro num curto prazo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Passo a palavra... Agradeço ao Dr. Fábio. E passo a palavra ao Dr. José Guerra, aqui representando a Secretaria Especial de Direitos Humanos, especialmente, o Ministro Paulo Vanucci, onde teremos uma exposição para nos aproximar, o máximo que for possível, das informações centrais do Segundo Plano Nacional para erradicação do trabalho escravo lançado no último dia 10 de setembro e que, com certeza, para a sua efetivação será necessário um amplo conhecimento de todas as instituições que têm responsabilidade com as 66 ações que compõem esse Segundo Plano, revisado e atualizado desde a implantação do Primeiro Plano a partir de 2003, e que, com certeza, a viabilização do Plano é um instrumento fundamental nessa luta pela erradicação do trabalho escravo.

Primeiramente, eu queria ir registrando aqui e agradecendo a presença de todas as entidades, instituições que comparecem aqui à Audiência, entre as quais a CTB do Distrito Federal, a Anamatra, o Sinait, a Jufe(F) a OIT, a Secretaria de Direitos Humanos, a CNTI, a Nova Central, a Procuradoria-Geral do Trabalho, o Ministério do Trabalho E emprego, a Contag, o

Ministério Público do Trabalho, a CSP, a ANPT, a Nova Central; entre outras entidades e pessoas que comparecem aqui a essa audiência.

Passo então a palavra ao Dr. José Guerra para que faça uma exposição do Plano, inclusive, permitindo, logo após, no debate em que a palavra estará aberta aos participantes, e que possamos aqui problematizar e de, certa forma, enfocar questões que possam fazer avançar essa nossa luta.

Com a palavra o Dr. José Guerra para a sua exposição.

SR. JOSÉ ARMANDO FRAGA DINIZ GUERRA: Bom dia, Senador, bom dia a todos da Mesa e a todos os convidados.

Para começar é colocar a questão do Primeiro Plano. Esse plano, na verdade, esse Segundo Plano é uma avaliação, revisão e atualização do Primeiro Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que foi lançado em 2003 e é fruto de uma Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, uma Comissão Especial para a Erradicação do Trabalho Infantil e Trabalho Escravo, que esse primeiro plano foi lançado a partir dessa.

O Primeiro Plano marca, lançado em março de 2003, marca um momento de aumento, talvez da atuação do Estado Brasileiro no combate ao trabalho escravo, e os números apresentados pela Dra. Giuliana acabam mostrando isso, o crescimento das operações e o crescimento do resgate de trabalhadores escravizados, a partir de 2003, e esse plano lançado em 2003 e a Conatrae que foi criada em julho em 2003 são algumas peças desse quebra-cabeça, desse aumento do combate ao trabalho escravo no Governo Brasileiro, no Estado Brasileiro.

Desse lançamento, desse Primeiro Plano lançado em 2003, segundo estudo da OIT 68% das metas, 68,4, para ser mais específico, foram atingidos total ou parcialmente, e desses 68% se você fizer uma divisão, as ações de repressão e combate ao trabalho escravo foram as ações que foram mais atingidas. E a partir desses dados, a partir do aumento do combate ao trabalho escravo e da análise desses dados que vinha chegando para a Conatrae, presidida pelo Ministro Paulo Vanucci, pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos, mas, na verdade, um trabalho coletivo de todos os participantes, a Conatrae é uma comissão quadripartite com representação do Governo, sociedade civil, empregadores e empregados rurais, essa avaliação vem sendo construída, essa atualização vem sendo destruída e desaguou na reunião de abril, 27 de abril na aprovação desse plano que foi lançado em 10 de setembro, esse Segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

O que significa esse Segundo Plano? Esse Segundo Plano, a partir dessa avaliação e a partir de todo o monitoramento que foi feito é divido em cinco tipos de ações, são 66 metas divididos em cinco grandes blocos que são ações gerais, ações de enfrentamento e repressão, ações de reinserção, ações de informação e capacitação, e ações específicas de repressão econômica. O que representa isso? Representa que nesse segundo plano sem deixar de lado a repressão e o combate ao trabalho escravo que são referência mundial, o combate ao trabalho escravo no Brasil, sem deixar de lado esse sucesso nosso, nós passamos agora a também dar uma importância maior nas ações tanto de prevenção, quanto nas ações de reinserção. Seria como, grosso modo, fechasse a porta de entrada, você reduzir o campo de aliciandos e você também reinserir para evitar que se faça esse ciclo vicioso da pessoa ser libertada não ter inserção no mercado produtivo, não ter inserção na sociedade, e se retorna. E o que é que são essas ações? Por exemplo, enquanto ação de reinserção e ação de prevenção, nós temos a questão do acesso à documentação básica, um dos grandes entraves da entrada ao mercado de trabalho é a dificuldade de acesso à documentação básica, e você não pode acessar, por exemplo, o Bolsa Família ou o seguro desemprego se você não tem nem, ao menos, um registro civil, você não é um cidadão, não é uma pessoa registrada perante o Estado Brasileiro. Então, quer dizer, esse é, por exemplo, um exemplo de ação de prevenção e reinserção. Enquanto ação de repressão econômica nós temos, por exemplo, a questão da lista suja, a questão do pacto para erradicação do trabalho escravo, a questão de você não ter acesso ao crédito, a princípio, ou crédito em bancos oficiais, e queremos, na verdade, aumentar isso para toda a rede bancária nacional, a partir do momento que você é colocado na lista suja é pego utilizando mão-de-obra ou utilizando produtos que venham da mão-de-obra escrava, você não tem acesso ao crédito e é uma forma de você também fechar o pólo da demanda pelo trabalho escravo que são os dois lados, você tem primeiro a oferta que é criada pela exclusão social das pessoas que levam a estar aceitando qualquer proposta, inclusive, de trabalho degradante, e, de outro lado, tem a demanda, a não punição, as empresas que se utilizam não são punidas, e, digamos, ainda é viável economicamente para ela utilizar. Então você fechando essas duas pastas e mantendo esse combate que é referência você consegue, na verdade, estar mais próximo da erradicação. E dentro das metas gerais nós temos e aí é uma participação que a gente necessita do Congresso Nacional que é a questão tanto de legislação infraconstitucional quanto à questão da PEC

438 que é uma meta que está colocada enquanto ação geral como responsável o Congresso Nacional e nós da Conatrae enquanto elementos mobilizadores e correr atrás desses votos, a aprovação da PEC que abre espaço para expropriação das glebas onde foi constatada a presença de trabalho escravo. E, talvez, isso seja o nosso maior desafio no Congresso Nacional.

Basicamente, é esse o Segundo Plano e estamos abertos a qualquer discussão, e, talvez, mais tarde o Sakamoto que foi o relator da ONG Repórter Brasil esteja mais, mas é uma apresentação rápida. Todos vocês estão com o plano. E estamos abertos a qualquer questionamento, a qualquer discussão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. José Guerra pela exposição. Essas informações e as ações que constam do Segundo Plano Nacional devem ser, menos o seu lançamento, e muitas delas são ações que são continuidade do Plano do Primeiro Plano lançado em 2003, deve, evidentemente, propiciar também avaliações para que no momento em que houve o lançamento, de fato, bem recente possamos, de fato, aprimorar e incentivar de forma mais decisiva esse combate de trabalho escravo.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Valdiney Arruda que é Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso, e também muito tempo esteve no Sinait, e, com certeza, um dos combatentes da luta contra o trabalho escravo. Também registrar a presença do Sr. Alysson de Sá Alves da Assessoria do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, do Diap.

E gostaria de passar a palavra ao Dr. Jonas Moreno, Procurador do Trabalho e fará, nesse momento, a sua manifestação representando aqui o Dr. Otávio Brito, Procurador-Geral do Trabalho.

SR. JONAS RATIER MORENO: Senador José Nery, em nome do qual cumprimento os colegas da Mesa, os presentes neste Plenário. E agradecer em nome do Dr. Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho, o convite para nós estarmos aqui hoje, para colocarmos alguns pontos que são importantes para a implementação deste Plano.

A Dra. Giuliana apresentou o quadro do grupo móvel do qual nós, o Ministério Público do Trabalho integramos com a Polícia Federal também, outro órgão importante. E esses números são contundentes e representam não política de Governo, mas uma política de Estado, do Estado Brasileiro de repressão a essa chaga. Então as ações repressivas vêm se acentuando e daí os números na escala que a Dra. Giuliana até apresentou de 95 para cá vêm se acentuando esses números. Quiçá um dia nós chegarmos a uma curva descendente em razão de que o trabalho escravo no Brasil esteja diminuindo, mas não é caso.

Aqui foi mencionado como pontos importantes, e é um ponto importante nosso do Ministério Público do Trabalho a questão do quadro de servidores do próprio Ministério Público do Trabalho. O quadro de Auditores que hoje tem a Dra. Rosa que mencionou, vem se reduzindo em razão de aposentadorias. Então são questões estruturais, Senador José Nery, que nós devemos ter atenção, e eu peço atenção e reforço essa atenção, esse pedido ao Congresso Nacional, ao Senado Federal.

Do Plano destaco como mais importante a parte da questão das ações preventivas e de reinserção desse trabalhador. Temos na nossa luta diária, na nossa labuta visto que muitos trabalhadores regressam a esse mercado de exploração. E é um ponto primordial a implementação dessas metas, principalmente, as enumeradas 32, que pude aqui apanhar, 33, 34, 38, 43, 44, 47 que eu tenho certeza que implementarmos essas metas essa curva, tenho certeza, será descendente num futuro próximo. Porque não adianta, lógico que nós o Estado Brasileiro já está com seus órgãos de repressão atentos e se acentuando as operações, se acentuando dos grupos móveis. Passamos também a questão regional que foi mencionada a distribuição também e o treinamento de auditores locais, e temos procuradores envolvidos nas regiões também para acentuar essas operações. Mas eu vejo que isso tem que ser aliado também a um trabalho de prevenção.

Os Estados que são grandes portadores dessa grande mão-de-obra de exploração, são Estados em que temos um índice de desenvolvimento humano muito baixo. A educação, o analfabetismo nem o funcional, o analfabetismo crônico que atinge essas populações. Esses trabalhadores não têm acesso à educação, não têm acesso à saúde, não têm acesso ao pleno emprego. E daí se deslocam para um mercado que é o mercado da exploração.

Tivemos recentemente, e foi mencionado aqui dois números o de Goiás e de Alagoas, foram unidades produtoras de etanol. Os senhores imaginam numa dessas operações nós perguntarmos a um grupo de trabalhadores que deles ali precisava de um, pelo menos, para fazer o controle de uma lista de chamada, se ele sábia ler e escrever. Nenhum apareceu. Precisou que surgisse um outro trabalhador de um outro grupo para integrar àquele para fazer esse controle que é primordial para gente na operação para ter o controle daquele contingente de trabalhadores ali que está sendo resgatado. Então são questões estruturais que o Estado Brasileiro tem que enfrentar, Senador José Nery.

Nós temos a questão repressiva que está se acentuando e, tenho certeza, que essa é a vontade do Estado Brasileiro, mas, por outro lado, nós temos também que colocar políticas de prevenção e de reinserção desse trabalhador. A manifestação do nosso Procurador-Geral do Trabalho no lançamento do plano foi muito incisiva. Como é que vamos resgatar esse trabalhador e não dar condições a ele para que ele não regresse mais a esse mercado de exploração? E aí é que entra o papel do Estado dos órgãos estatais para atingir essas metas. Se a gente conseguir implementar essa parte que eu mencionar aqui dessas metas, tenho certeza, que essa curva será descendente num futuro, lógico, almejamos um futuro bem próximo, mais um futuro a médio prazo. E daí a importância do papel do Estado, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados onde está para ser votada a PEC 438 que está dormindo lá para ser votada em segundo turno. E aí uma questão que é importante, o Governo está faltando vontade dele de botar essa PEC para ser votada em segundo turno. Nas nossas andanças aqui, nas Comissões, na Câmara, não é, Senador, na mobilização que tivemos aqui sempre presente uma ausência de vontade da liderança do Governo de botar em votação a PEC 438 que é mais um instrumento para gente reduzir essa curva, para essa curva se tornar descendente. Então nós do Ministério Público do Trabalho estaremos sempre presentes e no pelotão de frente para combater essa chaga. Mas também queremos que o Governo seja mais incisivo, que bote suas bancadas para votar essa PEC 438 o quanto antes, se Deus quiser, o mais breve possível.

Senador, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. Jonas por sua manifestação aqui expressando com toda contundência, que eu, tenho certeza, que é de cada um de nós, mas, especialmente, aqui do Ministério, do Procurador-Geral do Trabalho, da Procuradoria-Geral do Trabalho em relação a essa causa abraçada aqui por todos nós.

Gostaria de registrar que a Dra. Andrea Bolzon Coordenadora da campanha contra o Trabalho Escravo da OIT, convidada também para a Audiência não pôde se fazer presente, bem como, o jornalista Leonardo Sakamoto que veio participar de dois eventos essa manhã e está tentando chegar até aqui ao Congresso para participar desse nosso encontro. Até o final do nosso debate aqui vamos ver se há condições para que ele possa chegar.

Dra. Rosa Campos Jorge do Sinait pede licença para se ausentar em razão de outro compromisso, e nós agradecemos aqui, bem como, ao Dr. Renato Santana que aqui representa a Anamatra. Agradecemos sempre a presença e a participação solidária nessa luta tão importante para a cidadania, para o resgate dos direitos de trabalhadores que são colocados em condições análogas de escravo. Então agradeço à Dra. Rosa e ao Dr. Renato pela participação.

E nós vamos dar continuidade, agora ouvindo as considerações, os questionamentos e a participação dos que estão na plenária. Estou aqui aceitando as inscrições para manifestações, se possível, em até três minutos. Dr. Valdiney. Vamos ouvir o Dr. Valdiney Arruda do Sinait e também Superintendente do Trabalho no Mato Grosso.

SR. VALDINEY ARRUDA: Bom dia a todas e a todos. Cumprimentar a Mesa em nome do Senador e em nome da colega Giuliana, Auditora Fiscal que já demonstra muita competência em apresentar os resultados.

Senador, eu acho importante a gente fazer uma reflexão quando a gente trata do trabalho escravo de reproduzir e de estender essa reflexão nos Estados. Eu acho importante ressaltar o debate sobre o pacto federativo nessa construção, e eu acho que o papel do Senado é importante nesse desenvolvimento. É importante refletir sobre o papel das Coetraes como é que elas estão sendo desenvolvidas e analisadas, e como é que essa gestão está sendo executada pelos Governos Estaduais. E nesse propósito fazer um breve relato sobre a situação do meu Estado em que configura sempre como segundo na lista, sobre dois aspectos. Primeiro sobre o aspecto da organização dos auditores fiscais do trabalho que deu essa alavancagem no nº de operações que a Giuliana fala nessas coordenações que foram criadas lá. Mas isso comprova também a importância do número de auditores e da importância de se ter essa aplicação pública na profissionalização do serviço público, como bem ressaltou o Dr. Fábio Leal. Eu acho que isso precisa estar claro e presente. O outro ponto específico com relação à reinserção dos trabalhadores levantado pelo José Guerra, eu acho que esse é um tema que tem que ser discutido com os Governos dos Estados. Os Governos dos Estados têm que participar dessa construção, os Governos dos Estados têm que estar muito mais envolvidos e não como espectadores.

Eu acho que a Conatrae acerta quando ela realiza as ações itinerantes e agora tem uma itinerante no Piauí, e quando foi em Mato Grosso foi o que propiciou a alavancagem para a construção do que Mato Grosso tem hoje, tem um plano. Hoje nós temos uma construção de uma Coetrae que está muito ativa. Existem alguns projetos já lançados lá com vista a essa aproximação que o Dr. Jonas pode refletir muito bem que é a participação do Ministério Público na construção

da promoção do trabalho rural que é uma construção muito próxima do que a gente idealiza de prevenção, mas com vista ao econômico, sim, que eles têm receio da venda do produto dele no exterior. Mas que seja expropriado através dessa força e dessa conjunção de força e esta comissão tem um papel importante nessa alavancagem do pacto federativo e na alavancagem da construção com os Governos dos Estados. Eu acho que isso tem que ser ressaltado.

E aí na questão da reinserção, José Guerra, eu acho muito difícil trabalhar com esse público. Nós temos uma demanda lá de uma empresa que quer ressocializar alguns trabalhadores egressos do trabalho escravo, e aí já é uma construção com o Ministério da Educação ou com outros Ministérios, porque é um público extremamente difícil de você localiza-lo, primeiro; segundo, é um público extremamente difícil de você mantê-lo fixo, ou de você pegar um trabalhador que tem já 40, 50 anos e dizer para ele: agora você tem que estudar, agora você tem que aprender uma nova profissão. Eu acho que nós precisamos estar atentos a essas realidades e tem que ter um esforço muito grande, e aí os Estados têm um papel importante nesse desenvolvimento das políticas, inclusive, os municípios, que eu acho que passa muito pelos municípios também.

Essa é a preocupação que eu deixo e já agradecendo, aproveitando o ensejo, dizer, Senador, que convido para ir ao nosso Estado, mais uma vez, para estar com a gente nesse trabalho, a nossa Coetrae tem e reunido sistematicamente agora. A OIT já participa diretamente nessa construção, e é fundamental a presença da OIT lá, tem sido fundamental para alavancar as discussões, propiciar saídas, forçar o Estado do Mato Grosso a também mostrar a cara e dizer o que é que se quer fazer, como é que se quer fazer. Isso nasce diretamente à presença da Coetrae em 2006 lá quando esteve presente.

Então agradeço, agradeço o espaço. E parabenizo, mais uma vez, o desenvolvimento dos trabalhos e a luta que o senhor tem desempenhado e nos ajudado muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dr. Valdiney, obrigado pela sua manifestação.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Machado aqui representando a OIT.

SR. LUIZ MACHADO: Bom dia, Senador. Bom dia a todos. Venho aqui representando a OIT e colocar algumas considerações e até uma pergunta para a colega Giuliana.

Vou direto à pergunta, quer dizer, vou primeiro dar os parabéns ao Ministério do Trabalho e Emprego que lançou recentemente os Sines Rurais, eu acho uma iniciativa extraordinária para gente tentar terminar com a figura do gato, que, muitas vezes, é visto como uma figura má, mas na maioria das ocasiões ele não deixa de ser uma vítima também das circunstâncias.

E uma das atividades que a gente na OIT faz com o ICC que o Instituto Carvão Cidadão de reinserção de trabalhadores resgatados da escravidão no setor siderúrgico. A gente estava no município de Ulianópolis e chegou o pessoal que tinha sido resgatado da Pagrisa pedindo o emprego, e um deles era o próprio gato que estava lá desempregado e querendo uma condição melhor.

Então outra questão que eu acho fundamental e, recentemente, na nossa apresentação na OIT a gente mostrou o mapa do desflorestamento com as incidências, com as probabilidades de trabalho escravo. Esse mapa se refere a um estudo que a gente fez e vai ser lançado, se possível esse ano, que chama Atlas do Trabalho Escravo, e em relação a isso a participação do Ibama. Eu sei das dificuldades, mas eu acho que a gente não pode enfraquecer e deixar de lado, eu acho que a gente tem sempre tentar envolver o Ibama, os fiscais porque se o desflorestamento continuar vai ter trabalho degradante, trabalho escravo. E agora vindo o etanol, quer dizer, é uma outra frente que já está um indicador de Alagoas e Goiás. Então a pergunta é: o que é que precisa ser feito? Como que a gente pode auxiliar?

Outra questão, eu já comentei e reforço, que é a questão da reinserção e outros programas sociais como alfabetização. A OIT desde 2006 tem dois projetos em andamento que é o Alfabetização Solidária lá... São três municípios um é em Açailândia no distrito de Pequiá, os outros dois Santa Inês e Itapecuru Mirim, todos com a parceria do setor siderúrgico do Maranhão que é um setor que realmente tomou a frente da luta. Você vê é um setor privado, são empresas privadas que até empresas que entraram na lista suja que podiam se tornar inimigas, digamos assim, como muitos fazendeiros o fazem, mas não, tomaram para si essa luta, se envolveram, pediram apoio. E no ano passado 326 pessoas se formaram na educação de jovens e adultos lá em Pequiá que é uma região extremamente vulnerável. No Atlas também nós mostramos que a maioria, grande maioria dos trabalhadores, não é nenhuma novidade, vem do Maranhão. Então são programas que, às vezes, parece pequeno, são trezentas e poucas pessoas, mas é um começo, e acho que a gente tem que começar, não pode ficar esperando o Governo, é importante que o Governo esteja participando, mas vamos trabalhar as beiradas, digamos assim.

E aí chamo atenção para um novo acordo que a gente fez com esse mesmo setor, o setor siderúrgico, as empresas que fazem parte do ICC que são 13 siderúrgicas da região do Pará e do Maranhão que acabaram de firmar um acordo com a gente. Eles vão investir em dois anos mais de 700 mil reais para reinserir 400 trabalhadores resgatados da escravidão. Quer dizer e não precisa ser da carvoaria que foi o problema deles. Então, quer dizer, isso eu acho que deve ser disseminado entre as empresas do pacto, os setores do pacto para gente conseguir fazer o depois, que aquela pessoa resgatada acaba reincidindo no problema.

E é isso. Eu espero que o Atlas esteja pronto em breve para gente distribuir, que isso seja usado como indicador, como mais um estudo que a OIT faz para dar subsídio a toda essa luta. Parabéns a todo mundo, e, principalmente, ao grupo móvel.

SRA. GIULIANA CAMBAUVA ORLANDI: Vamos à sua pergunta então, Luiz. Primeiro eu gostaria de ressaltar que, infelizmente, hoje a atuação do Ministério do Trabalho é essencialmente repressiva, há poucas ações preventivas que nós implementamos e que pretendemos implementar agora ao longo do ano de 2009. No entanto, eu vou falar sobre essas ações preventivas também.

Em relação à questão do Ibama. Não me cabe aqui, de forma alguma, criticar o Ibama, no entanto, nós sabemos que o Ibama tem um problema estrutural muito pior ainda do que enfrenta o Ministério do Trabalho. Eles têm poucos fiscais, tem estrutura precária de instalações mesmo, e eu não sei se vocês chegaram a ver, foi até noticiado no Fantástico há pouco tempo atrás, a questão de você telefonar para as unidades do Ibama e não haver servidores disponíveis para atender o telefone. Então eles têm um problema estrutural muito pior do que o nosso.

Nós tivemos uma parceria bem interessante com o Ibama no Estado do Pará na região de Altamira. O Ibama, em função dos fiscais serem, muitas vezes, da região, e terem um mapeamento muito avançado em relação ao que tem o Ministério do Trabalho, eles conhecem as propriedades rurais. Então seria muito interessante a gente intensificar esse relacionamento com o Ibama porque os fiscais conhecem as propriedades, sabem como chegar. Nós enfrentamos grandes dificuldades. Às vezes, eventualmente, até com ponto de GPS a gente não consegue localizar uma propriedade. Enfim, então essa parceria com o Ibama é o intuito da Secretaria de Inspeção do Trabalho intensifica-la no próximo ano. Nós já tivemos um treinamento de alguns fiscais do trabalho em ilícitos ambientais, de forma que ainda que os fiscais do trabalho não possam ter uma atuação repressiva em relação aos lícitos ambientais, mas que eles possam identificá-los de forma correta e passar as denúncias ao Ibama. Então isso já foi feito em 2007. Esse ano teve um pequeno grupo que foi também treinado no início do ano, e nós estamos incentivando as regionais para que passem as denúncias ao Ibama. Mas uma parceria um pouco mais concreta de forma que os fiscais nos acompanhem eu acredito que seja um pouco difícil em curto prazo, por causa desse problema em relação ao contingente, é um número de fiscais que tem o Ibama.

Em relação ao Maranhão fiquei muito feliz com a sua explanação, e tudo que tem ocorrido em relação às siderúrgicas. O nosso trabalho em relação ao próximo ano seria qualitativo. Nós pretendemos rever algumas propriedades que foram, refiscalizar, digamos assim, algumas propriedades que foram inspecionadas e que, inclusive, consta da lista suja. Eu acho que não há problema de eu falar isso aqui em público, abertamente, isso não é uma questão estratégica sigilosa, porque aqueles que tiverem cumprindo a lei, não têm o que temer, digamos assim. E talvez essa refiscalização ocorra no próximo ano ou em 2010 para gente fazer um trabalho qualitativo sobre como estão essas empresas.

E em relação ao que seria o trabalho preventivo do Ministério do Trabalho? Juntamente com a Secretaria de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho nós queremos pegar os dados, ver de onde vêm esses trabalhadores que são aliciados para a mão-de-obra escrava. A partir daí fazer uma atuação nesses Estados como, por exemplo, junto do Ministério do Desenvolvimento Social, fazer um trabalho em relação à inserção do Bolsa Família. Então pegarmos esses trabalhadores e passarmos... Já existe, inclusive, uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nesse sentido que será dada a prioridade aos trabalhadores que foram resgatados na inserção do Programa Bolsa Família. Claro, eles passariam pelos mesmos critérios dos demais cidadãos. Ok? Seria isso, essencialmente isso.

E eu também gostaria só então de fazer mais uma colocação, o seguro desemprego para o trabalhador resgatado. Desde 2003 há um seguro desemprego especial para o trabalhador resgatado, seria uma forma que ele pudesse ter uma reestruturação da sua vida econômica, voltar, eventualmente, para a sua família, até arrumar um emprego mais digno.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado à Dra. Giuliana, e ao Dr. Luiz Machado que levantou questões importantes.

Gostaria de não só registrar, mas também de convidar para participar aqui da nossa mesa o jornalista Leonardo Sakamoto para que fizesse, logo em

seguida, à sua manifestação. Esclarecendo que todos os membros da mesa já se pronunciaram. Começamos as ouvir os membros da plenária, e agora podemos ouvi-lo, e, logo em seguida, continuamos com a manifestação dos demais convidados.

Dr. Leonardo, houve essa informação mais geral sobre o plano e sobre a fiscalização com levantamento de questões e sobre as condições que o trabalho de combate ao escravo vem sendo realizado.

Fique à vontade então para fazer a sua manifestação. Você que participou da construção do plano na Conatrae, na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo na condição de relator. Seja bem vindo e faça então as suas considerações.

SR. LEONARDO SAKAMOTO: Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa na figura do Senador Nery. E ontem eu já chamei o Senador de Ministro no telefone, sem querer e agora quando chamo de novo.

Quero agradecer a oportunidade e pedir desculpa. Eu estava num evento da Polícia Federal a respeito da capacitação de agentes e delegados para a questão de tráfico.

E eu vou acrescentar, talvez, algumas palavras com relação ao plano, com relação à experiência. Eu acredito que durante a fala eu acho que todo mundo acabou abordando como é que foi todo o processo do plano novo. Mas eu queria me deter em dois pontos que devem ter sido abordados, mas talvez frisá-los, ressalta-los devido a sua relevância para o combate ao trabalho escravo. No primeiro plano não havia quase metas de prevenção ao trabalho escravo. Havia metas de reinserção ao trabalho escravo que acabaram não correspondendo a uma realidade, a uma demanda muito grande tanto das organizações sociais quanto dos próprios trabalhadores prejudicados para que lhes fosse garantida a possibilidade de sobrevivência, e, principalmente, de autonomia. O atual plano por ter sido forjado, por ter sido construído com base em reivindicações do próprio movimento social, das organizações sociais, sindicato de trabalhadores que participaram ativamente desse processo através da Conferência de Açailândia, é um plano que responde muito mais a isso, não estou desmerecendo o primeiro plano, é claro, mas ele não tem a vergonha de falar abertamente reforma agrária, várias vezes, o que é fundamental. E o primeiro plano é um plano um tanto quanto acabrunhado no que diz respeito à redistribuição de terras como solução para o trabalho escravo, e da forma o segundo plano também tem uma conquista muito grande que é a responsabilização do setor empresarial, até porque no primeiro plano ela não era tangível, só se tocava, vamos passar um pouco nas responsabilidades da CNA, mas não havia uma responsabilização do setor empresarial, como se o trabalho escravo fosse algo de geração espontânea. Se ao trabalho escravo alguém se utilizou do trabalho escravo e alguém provocou aquela situação. E o segundo plano ele está vindo com essa perspectiva.

Eu queria... Ele não tem metas, ele tem ações e algumas já de ato contínuo o que é muito interessante, ou seja, têm ações que nunca vão caducar, a menos que se erradique o trabalho escravo, coisa que o primeiro plano tinha metas que acabaram caducando muito rápido. O cumprimento do plano anterior foi como se fosse uma curva normal, uma curva sinu, 1/4 cumprido, 1/4 não cumprido, metade cumprido parcialmente, o que mostra um cumprimento... O que mostra que o plano manteve um padrão de comportamento de outros acordos ou de outros documentos no sentido, não indo muito, além, a curva normal é interessante porque ela é normal, ou seja, é o que acontece na sociedade sem que haja uma grande força que empurre para que você tenha mais metas cumpridas, por exemplo, ou menos metas cumpridas, não houve essa grande força. E aí eu digo essa grande força que é fundamental para que esse segundo plano seja cumprido. Pegando um parêntese, não me entendam mal, eu não estou criticando o que foi feito no primeiro, eu só estou falando que ele, na verdade, não houve uma audácia muito forte de determinados setores para que o cumprimento total do plano fosse realizado. Faltou duas coisas, faltou um empenho político de determinados setores e faltou o empenho financeiro de determinados setores. E eu fico muito feliz do Congresso Nacional, do Senado estar discutindo isso porque para esse plano funcionar e para que esse plano não tenha os mesmos problemas do primeiro precisa de duas coisas: empenho político, e aí quando eu digo empenho político são dos três poderes da União, ou seja, o desejo para que se faça e a ação e dinheiro. Não se erradica o trabalho escravo de graça, de jeito nenhum. E, por exemplo, dinheiro desde recursos para aumentar a interiorização do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, não só tendo mais concurso a procuradores, mas também para servidores e recursos para que se possa tocar, até, por exemplo, recursos... Vou só citar o pessoal que está na mesa, para se ter uma idéia. A Secretaria de Direitos Humanos que é uma ponte para diversas organizações sociais que desenvolve um trabalho de prevenção, mas que precisam de recursos para desenvolver e essa ponte, muitas vezes, fica seca porque a Secretaria é um patinho feio dentro do âmbito ministerial do ponto de vista de recursos e não de importância, e pelo próprio Ministério do Trabalho, que por mais que você tenha tido um avanço muito grande, houve a parceria com a OIT, etc. e tal, é claro que

há um déficit muito grande ainda de auditores fiscais, considerando que havia antes de 95, que lembremos todos o que aconteceu em 95 e 96, a aposentadoria em massa para fugir das mudanças previdenciárias até agora não se recompôs e considerando que o Brasil cresceu desde então. Então, para se ter idéia só de falando da mesa o que a gente precisaria com relação à economia, a parte econômica de dinheiro. Então, se o Senado e o Congresso conseguir pensar nos próximos anos que não apenas há rubricas para o trabalho escravo no PPA e no orçamento, mas é importante que se abra o plano e várias metas lá podem ser também colocadas como rubrica para o futuro, sem isso vamos ficar com o plano nacional com uma bela carta de intenções. Sem essa parte financeira sendo alocada, sem dinheiro fluindo para o negócio. Eu estava fazendo uma conta, tem uma das pessoas na lista suja, eu posso estar enganado, mas o recurso do orçamento para trabalho escravo oficialmente, além, é claro do recurso de pessoal, manutenção para fazer recurso para trabalho escravo rubricado, ele é menor do que o lucro líquido anual de uma das pessoas da lista suja. Não todas, uma, um dos fazendeiros especificamente é menor. Então é difícil lutar assim. E é, claro, a questão política também que passa pelo apoio à aprovação de projetos e que venham tanto de bancadas na Câmara e no Senado, mas também na própria Presidência da República que precisa se engajar mais fortemente na aprovação da PEC.

Era isso. E eu também estou à disposição para qualquer dúvida, crítica, sugestão. A construção do plano foi algo coletivo, eu fui relator, ou seja, dei uma mão, mas foi uma construção coletiva e disso está a importância dele. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Leonardo Sakamoto por sua exposição.

E gostaria de consultar aos demais convidados se alguém ainda gostaria de usar a palavra para fazer manifestações a respeito do nosso tema em discussão nesta manhã. Não há oradores inscritos então.

Queria retornar, mesmo que o Leonardo acabou de falar, dizer o seguinte: retornar à mesa depois de ouvir entre os próprios participantes da mesa e os demais da plenária, os convidados, se há questões que poderiam ser aqui encaminhadas, sugeridas em termo da atuação da Subcomissão que envolve o engajamento de todos que estão envolvidos com essa causa. Então, eu gostaria já que pudéssemos ter aqui algumas sugestões de encaminhamentos que possam ser adotados pela Subcomissão, retornar a palavra aos membros da Mesa para que façam a sua manifestação.

Dr. José Guerra poderia se manifestar, sobretudo, porque acredito que do conjunto das preocupações aqui levantadas ficou claramente identificados alguns pontos sobre os quais precisamos nos ater de forma mais incisiva, sobretudo, percebi a articulação entre os diversos operadores do plano o que potencialmente podem fazer mais conjuntamente tanto em relação às ações de repressão, bem como, as ações de prevenção que nesse debate aqui tiveram um assento importante, e como é que se pode pensar objetivamente, a colaboração interinstitucional entre a Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, além de órgão de fiscalização de outra tragédia que é a questão do desmatamento nessas regiões, aí o papel do Ibama, como foi aqui colocado, como é que se propõe algo mais articulado a partir, inclusive, das próprias ações que constam do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Eu gostaria então que a gente pudesse, a partir das preocupações levantadas, pudessem aqui, fossem apontados encaminhamentos que nos ajudassem a articular melhor essas nossas ações e depois possamos aqui ter alguns encaminhamentos para o qual essa audiência pública foi convocada no âmbito desta Comissão, tendo em vista, a necessidade da ampliação dessa nossa atuação dessa ações não só quanto à fiscalização, mas em relação ao conjunto de 66 ações, parte desse Segundo Plano Nacional.

Dr. José Guerra e depois Dr. Jonas.

SR. JOSÉ ARMANDO FRAGA DINIZ GUERRA: Obrigado, Senador. Em primeiro lugar, fazer algumas considerações do que foi colocado pelo plenário. Em primeiro lugar a questão do pacto federativo que é muito importante para gente conseguir fazer com que essas ações sejam atingidas, sejam contempladas tanto a estadualização quanto a municipalização do combate do enfrentamento e da prevenção e da recessão do trabalho escravo. E eu acho que nós temos hoje uma situação muito boa, alguns Estados já articulam um pacto federativo de enfrentamento ao trabalho escravo puxado, principalmente, por Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins. Esperamos que a gente consiga construir bem esse pacto e fazer com que os 27 Estados, 26 Estados e o Distrito Federal entrem nesse pacto, como a Dra. Giuliana bem colocou, é uma situação que está nacionalizada em, praticamente, todos os Estados da Federaçao nos encontramos a incidência de trabalho escravo. Então essa questão desse pacto vem ajudar.

Nós temos algumas experiências estaduais como, por exemplo, do Mato Grosso com a Coetrae, com a Comissão Estadual funcionando bem ativa Tocantins,

Piauí. Nós temos experiências da Bahia que já está implementando a sua agenda de trabalho decente, e o Mato Grosso também que está encaminhando essa agenda de trabalho decente. E isso é necessário até porque boa parte das ações de educação, de registro civil, na verdade, uma atuação estatal que, na verdade, você pode fazer uma ligação bem clara entre incidência do trabalho escravo e ausência do Estado, ausência do Poder Público a gente não consegue daqui de Brasília atingir. Então é necessária a participação dos Estados, dos municípios que conseguem atender muito mais na ponta, conseguem atender onde tem as necessidades.

O segundo ponto é a questão da dificuldade e reinserção que é bem colocada. A pessoa quando chega ao ponto de ser aliciada para o trabalho escravo significa que ela não teve o atendimento pelo Poder Público em toda a sua vida, geralmente, é uma pessoa que não teve acesso à saúde, à educação, e nem mesmo ao primeiro passo que é a questão do registro civil. Não é incomum você encontrar pessoas que nem ao menos são registradas, nem ao menos contam para efeito de registro, para efeito de ser cidadão.

Então isso nós temos essas metas, essas ações, na verdade, no Segundo Plano, especificamente ação 35 que é a questão tanto dos Estados, como do Poder Público atuar no registro civil. Essa ação fica em parte na nossa Secretaria e já lançamos a agenda social para o registro civil de nascimento. E estamos em contato com os Estados já com projetos estaduais. Já estamos em processo de assinatura, por exemplo, do Pará, Tocantins da questão do registro civil que é o primeiro passo, na verdade, de prevenção ao trabalho escravo. A pessoa ser cidadão, a pessoa ter acesso ao Poder Público, às políticas públicas para que não seja atingida pelo trabalho escravo. E no tocante ao pacto entre todas as entidades que construíram esse Plano e que são executores desse Plano, não só os membros da Conatrae, mas como, por exemplo, os governos estaduais, Ministério da Educação, a questão do ensino profissionalizante é necessária. Então, quer dizer, a gente conseguir reforçar esses laços também aqui com o Congresso Nacional e com o Senado.

Era, mais ou menos, isso que eu queria colocar e estamos à disposição para qualquer, estamos na luta para erradicar essa chaga. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado Dr. Guerra. Dr. Jonas.

SR. JONAS RATIER MORENO: Senador José Nery, são pontos importantes que eu acho que realmente como não tinha na minha manifestação, colocado, o Dr. Valdiney também colocou a questão da dificuldade da recessão, de fato, mas eu que temos, de alguma forma, não podemos deixar de fora a questão do envolvimento dos Estados, no caso agora do Mato Grosso que vocês estão dando um belo trabalho, também dos municípios. Porque grande parte nós temos notado, por exemplo, a questão do analfabetismo. Como é que esse município está sendo dotado de estrutura? Tivemos uns anos, não sei se faz recordar, Senador, reportagem de fundos encaminhados pelo Banco Mundial a fundo perdido, para alguns municípios que esse dinheiro não chegava para sequer reformar uma escola em regiões do Nordeste. Então, são questões que eu acho que nós temos que bater em cima porque dali sai aquele menino com 13,14 anos para se tornar o peão de trecho para ser explorado.

Então essa questão do envolvimento do município nessas regiões que são principalmente as exportadoras. Daí a importância também, aqui nós vamos uma reunião itinerante do Conatrae dia 20 lá no Piauí, uma reunião com o governador para envolver aquele Estado que é um Estado exportador. Piauí nesse ponto envolver política que os governantes, seja o governante estadual e os municipais estejam atentos a isso, à questão da qualificação desse trabalhador.

Então, eu acho que são questões que a gente pode, a Subcomissão, Senador, dá uma grande contribuição. Não sei se foram encaminhamentos de expedientes e dos órgãos envolvidos também para adotar de apoio esses municípios.

Outro ponto é a meta 26, Senador, que é o fortalecimento das estruturas de pessoal dos órgãos envolvidos com a repressão. A Dra. Rosa aqui mencionou, a Dra. Giuliana não sei se ela chegou a mencionar, mas hoje nós temos um quadro aquém de auditores fiscais, quadro até de procuradores, nós tivemos uma lei recente que nós estamos provendo ainda o quadro de procuradores, mas o quadro de auditores tem decaído em razão principalmente de aposentadorias. Vai chegar a um ponto que não vai ter... Hoje, por exemplo, a gente até ampliar a atuação com alguns grupos móveis. Hoje são nove grupos, me parece, com a criação do grupo móvel do Sul que realmente a questão vai ficar muito problemática. Então envolver o Ministério do Trabalho e Emprego, pelo menos, mais concursos, porque as vagas existem, as vagas que foram criadas por lei, estão lá vagas, mas está precisando de provê-las, e aí, sim, me parece que a reclamação do Ministério é a falta de recursos para prover essas vagas.

O Ministério Público do Trabalho nós estamos com um problema crônico que é a falta de apoio, do pessoal de apoio. Nós tivemos aí instalações de ofícios e esses ofícios não têm quadro de pessoal, graças à cedências dos municípios e dos Estados é que nós estamos botando as procuradorias locais para

funcionar. A questão de material não é problema para nós que nosso orçamento até que cobriu, mas a questão de pessoal, de apoio ao procurador local lá, essa estamos com grande dificuldade. Daí a importância também de envolvimento do Senado Federal através da Subcomissão para buscar no caso do Ministério Público do Trabalho, MPU, S. Exa. o Subprocurador-Geral de República para que encaminhe um projeto que está lá no Conselho de Assessoramento Superior do MPU para ser enviado ao Congresso Nacional para, pelo menos, priorizar essas procuradorias locais. No Pará temos já... Foi instalado recentemente o ofício lá de Santarém, Senador, e o ofício lá está funcionando precariamente, têm dois procuradores, mas o quadro lá está muito deficitário para atender em Santarém. O ofício de Santarém, o senhor vê a jurisdição dele atinge aqui quase divisa com o Mato Grosso. Então pega toda a Belém, Belém, não, Cuiabá-Santarém. Então, quer dizer, então essa questão estrutural dos órgãos envolvidos é muito importante. E eu acho que a subcomissão tem uma grande contribuição para envolver.

Então, eu acho que da minha parte, Senador, são essas sugestões e as outras... Perfeito: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dra. Giuliana, gostaria de fazer as suas considerações finais?

SRA. GIULIANA CAMBAUVA ORLANDI: Sinteticamente.

Senador, eu sugiro que nas próximas reuniões da Comissão, não sei se já é feito, então fica apenas como sugestão, que se convoque, se chame alguém, um representante da Polícia Federal ou da Polícia Rodoviária Federal e do Ibama, como bem colocado pelo Dr. Luiz eu acho que seria bem relevante à presença do Ibama aqui nas próximas reuniões, já que foram citados várias vezes hoje. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal porque tem uma função essencial no suporte às operações do grupo móvel. Sem esse suporte policial não há operação, então seria interessante também sensibiliza-los sobre a questão, e envolve-lo sobre a questão.

Quanto às medidas, enfim, preventivas fica o que eu já tinha falado. E eu não sei se eu citei na minha fala, mas tem um mapeamento do setor do seguro desemprego em relação aos municípios, aos principais municípios onde estão aliciados os trabalhadores. Então já está sendo feito um trabalho pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que acredito que a Secretaria de Direitos Humanos também já tenha algo a respeito para que tenha um foco de políticas públicas nesses municípios. Lembrando que quando ao resgate de trabalhadores cerca de 70% dos trabalhadores, 60 a 70% não tem qualquer documento, não tem nem o registro de nascimento. O grupo móvel acaba sendo um grupo de... Eu falo que é grupo do nascimento do trabalhador, porque, além, de fazer toda a questão trabalhista, levantar toda a documentação trabalhista, ainda a gente tem esse trabalho de ver a questão da certidão de nascimento, e, muitas vezes, sem suporte de outros órgãos. Às vezes, a gente precisa, com urgência, de uma liberação, por exemplo, de um nº de PIS para que o trabalhador tenha o recolhimento do FGTS, e isso não ocorre. O trabalhador, muitas vezes, demora seis, sete meses para receber o seu depósito do FGTS em função de não haver liberação de nº de PIS. Então a gente tem uns problemas estruturais no cotidiano bem importante de serem tratados com os demais órgãos federais também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bem, nós queríamos nos manifestar da seguinte forma, primeiro: considerar para efeito do trabalho da Comissão todas as proposições aqui apresentadas, sugestões que impliquem na necessidade de definição do conjunto da Subcomissão, através de iniciativas que teriam que ser aprovadas através de requerimento, aprovado pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras membros da Subcomissão. Vamos resgatar que cada uma das preocupações e aquelas que na nossa interpretação aqui são essenciais para a consecução e a viabilização do Segundo Plano Nacional tendo como eixo um: a necessidade de promover, efetivamente, uma articulação ou estimular, na verdade, uma articulação entre os órgãos e quando se trata, por exemplo, da discussão sobre recursos financeiros para dar conta das ações que compõem o plano, bem como, no outro aspecto a necessidade de uma junção de vontade política para a operacionalização do plano, considerando a necessidade do desenvolvimento de todos os entes da Federação, tem o papel da União, o papel dos Estados, o papel dos Municípios, sem dúvida envolvendo aí também aquela [ininteligível] vontade política, evidentemente, envolvendo o Congresso Nacional para a garantia no orçamento naquilo que está relacionado a recurso, especialmente, recurso para pessoal, bem como, tratar da aceleração aí da agilização de votação das medidas legislativas que dizem respeito ao combate de trabalho escravo. Tendo como eixo, continuando como eixo central a meta, a ação nº 6 do Plano que é a luta pela aprovação da PEC 438, mas, ao mesmo tempo, trabalhando outras iniciativas que tratam do agravamento de pena, que trata de criar através de lei a chamada lista suja, hoje apenas determinada através de decreto, enfim, outros desafios do ponto de vista da pauta legislativa.

Gostaria então de considerar todas as propostas e sugerir e, talvez, até perguntar aqui aos expositores e aos convidados se dentro dessa necessidade de articulação dos diversos entes federativos se seria adequado trabalharmos a possibilidade de realizar em conjunto até com maior propriedade, a própria Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Conatrae, a Subcomissão, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Subcomissão que foi recentemente criada na Câmara dos Deputados, então uma Subcomissão também de combate ao trabalho escravo, se nós poderíamos organizar um seminário nacional para de um lado socializar as iniciativas que estão em curso que envolve os governos e a ação das Coetraes, tendo como eixo aquilo que prevê o plano, e também os planos estaduais, porque há um conjunto de ações sendo de iniciativa ao nível dos Estados. Primeiro: vê a compatibilização dessas ações do Plano Nacional, dos Planos Estaduais, e, ao mesmo tempo, propiciar essa articulação entre os órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e municipais com aquilo que sejam tarefas específicas no sentido de haver entre Ministérios, Ministério MDS, Ministério do Trabalho, Ministério da Secretaria Especial de Direitos Humanos e outros para verificarmos a coerência dessas diversas ações e, inclusive, tentar com que elas aconteçam de forma mais articulada nacionalmente. Claro, que é uma proposta que a sua viabilização depende da vontade dos diversos entes aqui citados. Seria a idéia de um seminário para tentar socializar as experiências e articular as ações em nível nacional, estadual, considerando as boas iniciativas que estão em curso e considerando, evidentemente, a participação da sociedade civil, a participação do Ministério Público do Trabalho, das entidades e do Congresso Nacional, através das Subcomissões do Senado e da Câmara.

Era algo articulado para, inclusive, tendo aqui a preocupação de ter a presença dos estados com maior incidência de trabalho escravo. E teria, eu sugeriria que se essa articulação fosse feita para realizarmos esse trabalho, esse evento no primeiro semestre de 2009, inclusive, demarcando claramente que, ao mesmo tempo, que estamos empenhados para aprovação das medidas legislativas que têm como objeto a punição, a repressão de forma mais contundente. Nós, igualmente, estamos empenhados em fazer, em viabilizar todas as ações que estão em curso e aquelas que podem ser intensificadas no sentido de prevenção, reinserção e, sobretudo, prevenção e reinserção daqueles trabalhadores que são submetidos.

Eu creio que poderemos trabalhar nessa direção. E aí é preciso um diálogo permanente entre os diversos participantes dessa luta comum, inclusive, com debate que possamos fazer também no âmbito da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, da qual todos nós participamos e integramos. Fazer tudo articuladamente, porque a Frente envolve um conjunto de outras entidades que, inclusive, não estão aqui e não participam desta Mesa no dia de hoje.

Gostaria... o Sakamoto pode fazer o seu registro.

SR. LEONARDO SAKAMOTO: Eu pedi licença só para fazer um registro. Eu quero, antes de mais nada, parabenizar pela proposta do Senador, eu acho ótima. Inclusive ela tem respaldo que a meta 11 do Plano fala da integração entre as diferentes esferas municipal, estadual e federal no combate do trabalho, e o Senador acabou de dar uma forma de viabilizar essa discussão dessa estruturação.

Eu queria só fazer um registro antes que terminasse, já fazendo um convite não só aos membros da Mesa e a Subcomissão no Senado e aos presentes aqui que estejam no dia 11 de março de 2009 vai ser realizado o Encontro do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Hoje o pacto reúne 160 empresas e associações que correspondem por pouco menos de 25% do PIB brasileiro, ou seja, é uma parcela razoável do pessoal que se comprometeram a atuar no combate do trabalho escravo. Vai haver um encontro em São Paulo, o segundo encontro reunindo todos eles para expor as práticas que o setor empresarial está tomando e também discutir quais deveriam ser os rumos que deveriam ser tomados. E eu queria já fazer o convite à Subcomissão na figura do Senador Nery e a todos os presentes. 11 de março, e, aliás, não é à-toa, 11 de março do ano que vem. Porque 11 de março é a data de lançamento do primeiro plano nacional em 2003. Então nada como uma efemere de altura da realização do evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Registrado o convite, e, com certeza, aceito pelos participantes desta nossa Audiência.

Segundo, eu gostaria de anunciar que estaremos convocando brevemente uma reunião da frente Nacional que reúne as entidades, instituições que compõem a Frente Nacional, o movimento amplo pela aprovação da PEC. Está em andamento a coleta de assinaturas. Registrar que no dia 17 de outubro ocorreram manifestações, eventos em várias capitais e cidades do País com debates, coleta em locais públicos, coleta de assinaturas em locais públicos, inclusive, Brasília, aqui na Rodoviária de Brasília, várias entidades que participam da Frente Nacional estiveram presentes nessa arrancada aí da coleta de assinaturas visando ao ato, para um ato de entrega das assinaturas em 2009

no sentido de convencer a Câmara dos Deputados a aprovar a PEC 438.

Então todos esses eventos podem se somar tendo também como eixo central da pauta no legislativo a aprovação da PEC. Mas sem excluir os outros aspectos, inclusive, em relação à PEC 438, gostaria de sugerir uma articulação para uma reunião com os Ministros de Estado da articulação política da Secretaria de Direitos Humanos, da Justiça, do Trabalho; não sei se me ocorreria outro Ministério fazermos uma reunião com a Subcomissão e representações de entidades que estão aqui, no sentido de pensarmos de forma mais definitiva essa articulação política em prol da aprovação da PEC no início do ano. Fazer com que, efetivamente, cada um desses Ministérios que têm compromisso e responsabilidade com essa causa, possamos criar, de fato, as condições políticas para aprovação para o convencimento que nós necessitamos.

Então, eu queria que o José Guerra levasse ao Ministro Vanucci e à Conatrae essa discussão para que nós possamos articular isso, uma reunião em que participa a representação das entidades e que possamos definir claramente porque uma necessidade constatada é uma certa falta de vontade política, mas decisiva para colocar todo o Governo nessa da aprovação da PEC 438. Eu acho que essa... Não é que seja a vontade política, porque o Governo quando lança um plano dessa magnitude manifesta uma enorme, não só vontade, é compromisso, porém, no ponto de vista político da pauta legislativa que envolve o conflito, inclusive, dessa própria base porque há interesse diferenciado entre a sua base política de apoio ao Congresso, nós precisamos fazer isso. E eu acho que uma reunião com esse caráter poderia tentar articular essa luta política em função da aprovação da PEC em 2009.

O Fórum Social Mundial que se realiza em Belém de 25 de janeiro a 1º de fevereiro, nós estamos discutindo com a CPT, com o Repórter Brasil, com várias entidades que participam da Frente, com a Secretaria de Direitos Humanos, com todas as entidades que participam da Frente de Combate ao Trabalho Escravo, estamos escrevendo uma oficina durante o Fórum Social Mundial. A nossa sugestão é que seja no dia 29 de janeiro, a idéia aí a ser acolhida pela organização do Fórum, onde o grande tema seria "Escravidão no Século XXI. Vamos Acabar com essa Vergonha". Um debate que tem desde uma contextualização da escravidão no mundo, da situação em que ela ocorre em nosso país, bem como das lutas, das medidas que estão sendo travadas pela sua erradicação. Seria uma manhã e é uma atividade dentro do Fórum Social Mundial que eu creio que deveria, para a qual deveríamos envidar os esforços no sentido de que sejam atividades que tenha uma dimensão adequada, tendo em vista, tratar a problemática no âmbito do Fórum Social Mundial não como uma questão do Brasil, mas uma questão que interessa pessoas, instituições, grupos em todo o mundo. Então tratar com essa dimensão. E a participação, a mobilização de cada entidade, de cada movimento, de cada instituição é fundamental.

Se a Mesa e os demais estão de acordo com esses encaminhamentos, vamos então aqui encerrar a nossa reunião, agradecendo a presença, a participação, o compromisso de cada instituição, de cada pessoa, e assim, tenho certeza, que nós vamos aprofundar e garantir com que a luta contra o trabalho escravo não seja apenas uma lutazinha que está aí e que de vez em quando a gente se lembra, mas é uma luta ao lado das outras tantas lutas que fazemos pela cidadania no nosso povo. Está essa luta contra o trabalho escravo esteja fazendo permanentemente parte da nossa pauta de discussões e de compromisso.

Muito obrigado a todos. A reunião está encerrada.

Sessão encerrada às 11h44.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e quatro minutos do dia seis de março de dois mil e oito, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras **Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Roseana Sarney, Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia** e dos Senhores Senadores **Romeu Tuma,** e dos não membros, **Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, e José Nery**. *As Senadoras Fátima Cleide e* Patrícia Saboya justificam sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião realiza-se em duas partes: primeira parte, destina-se a instalação da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres; segunda parte, destina-se a realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 15, de 2008 – CDH, aprovado

em 28/02/2008, de autoria das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, cujo tema a ser debatido é "A Mulher nos Espaços de Poder", evento que inicia a semana de atividades do 8 de março – Dia Internacional da Mulher. O Senhor Presidente abre os trabalhos, em seguida faz suas considerações iniciais e apresenta as Senhoras convidadas. Em ato contínuo, o Senhor Presidente franqueia a palavra para convidados e para os Senhores Senadores, logo após, passa-se à instalação da Subcomissão. **Primeira Parte**: O Senhor Presidente informa como serão conduzidos os trabalhos de instalação da Subcomissão e informa que se candidataram, em Chapa Única, formada pelas Senhoras Senadoras Ideli Salvatti, candidata a Presidente e a Senadora Serys Slhessarenko candidata a Vice-Presidente. Após as considerações iniciais, o Senhor Presidente, às dez horas e vinte e cinco minutos, convida as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores a votarem. Três Senhores Senadores votaram, Romeu Tuma, Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. Ao final da Votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Romeu Tuma e Inácio Arruda para abrir a urna de votação e realizarem a apuração dos votos. O Senhor Senador Inácio Arruda anuncia em voz alta os votos apurados. Fica apurado que três Senhores Senadores votaram em escrutínio secreto com o seguinte resultado: A Senhora Senadora Ideli Salvatti recebe três votos para Presidente e a Senhora Senadora Serys Slhessarenko recebeu três votos para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senhor Presidente declara eleitas as candidatas e as convida a comporem a mesa. Em ato contínuo, o Presidente, Paulo Paim, passa a Presidência para a Senhora Senadora Ideli Salvatti. **Segunda parte**: Audiência Pública, cujo tema a ser debatido é "A Mulher nos Espaços de Poder", evento que inicia a semana de atividades do 8 de março – Dia Internacional da Mulher. A Presidente empossada, Senadora (Ideli Salvatti), faz seu pronunciamento de posse. Em ato contínuo, a Senhora Presidente convida as seguintes palestrantes a tomarem lugar à mesa de debates, na primeira mesa: são convidadas Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Fátima Nancy Andrighi, Ministra do STJ, em representação da Ministra Ellen Gracie, Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal; Sandra Rosado, Deputada Federal (PSB/RN), em representação a Wilma Farias, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Para a segunda mesa, a Senhora Presidente convida as Senhoras Hortência, esportista; Leci Brandão, cantora; Sílvia Camurça, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras; Justina Inês Cima, Representante do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social e Tizuka Yamasaki, cineasta. A Senhora Justina Inês Cima informa que está presente a Senhora Maraísa Talaska Porto, vítima de violência, que faz sérias denúncias contra a Brigada Militar no Rio Grande do Sul e apresenta documentos a Subcomissão. A Senhora Presidente informa que a Subcomissão estudará todos os encaminhamento possíveis a situação. O Senador Paulo Paim sugere a realização de audiências públicas para tratar da denúncia ouvida. A Senhora Sílvia Camurça entrega documentos à Comissão. **EXTRAPAUTA. Item nº. 01:** Requerimento nº 01, de 2008 – CDH/SPDM, que requer a alteração do nome da Subcomissão dos Direitos da Mulher, para SUBCOMISSÃO EM DEFESA DA MULHER". Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02:** Requerimento nº 02, de 2008 – CDH/SPDM, que requer a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema educação". Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03:** Requerimento nº 03, de 2008 – CDH/SPDM, que requer a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema direitos humanos." Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado. Item nº. 04:** Requerimento Nº 04, de 2008 – CDH/SPDM, que requer a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema trabalho e previdência." Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado. Item nº. 05:** Requerimento nº 05, de 2008 – CDH/SPDM, que requer a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema saúde da mulher". Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Cristovam Buarque, José Nery, Romeu Tuma, Inácio Arruda e Ideli Salvatti. Encerradas as falas das Senhoras convidadas, a Senhora Presidente, convida a todos para assistirem um VT da TV Senado, sobre "Mulheres na Política", produzido por Liloye Boubli, três minutos e vinte e três segundos. A Senhora Presidente faz suas

considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senadora **Ideli Salvatti**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa das Mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bom dia a todos e a todas. Esta reunião da Comissão de Direitos Humanos tem como objetivo instalar a Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres.

Nesta reunião de hoje nós vamos eleger a Presidente e a Vice, que será uma chapa única. E claro que nesse dia também, mês de março, é um mês simbólico, onde nós temos 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta das Mulheres, avançando com certeza a cada dia que passa com novas conquistas.

Eu sempre tenho dito que dia 8 de março é um dia simbólico, mas dias das mulheres pra mim teria que ser todos os dias. Todos os dias é dia das mulheres. Gostaria também de dizer que estou muito feliz pela instalação hoje dessa Subcomissão, entendo que era uma lacuna nessa Comissão que possui diversas Subcomissões. Tem a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, trabalhamos muito aqui na questão de combate a todo tipo de discriminação, e nesse momento uma Comissão Especial para discutir a luta, a caminhada das mulheres pra mim é fundamental. Por isso quero cumprimentar de pronto a Senadora Ideli Salvatti, que teve essa iniciativa. Embora, claro, os componentes da Comissão que vão decidir, mas sei que há a vontade de ela seja eleita, inclusive, Presidente dessa Comissão.

Quero também dizer que depois da instalação da Comissão, uma vez eleita a Presidente e a vice, nós teremos um segundo momento, que será uma Audiência Pública. E aí essa Audiência Pública será já coordenada e presidida por aquela que for eleita a Presidente. Pelas informações que me chegaram, e tenho certeza que vamos caminhar para isso, pela unidade que houve na Comissão, a Presidente deverá ser a Senadora Ideli Salvatti.

Eu gostaria de nesse momento, aproveitando a oportunidade enquanto chegam todas as nossas convidadas e convidados para esse evento, de fazer aqui, não um pronunciamento tão longo como a Assessoria preparou aqui, mas pelo menos parte dele. Pelo menos aqui nesse pronunciamento que recebi como uma singela homenagem às mulheres, eu vou começar falando aqui da parte que lembra a Berta Lutz, que nós temos inclusive o prêmio aqui Berta Lutz. Aqui nós citamos dezenas, podíamos dizer centenas de mulheres que deram a sua vida pela causa da humanidade, que deram a sua vida pelos homens e pelas mulheres desse País, dizendo que esse dia nós poderíamos lembrar de Berta Lutz que fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita a Vice-Presidente da Sociedade Pan-Americana.

Senador Mesquita Júnior já está conosco aqui, vejam que nós temos também homens no Plenário. Diversos. Entre eles, o Senador Mesquita Júnior. Já saiu avançando muito bem aqui. Senador Mesquita, estou fazendo uma pequena introdução aqui e depois vou passar a palavra a V.Exª, e explicava eu que o objetivo é nós darmos posse depois do processo eleitoral, da Presidente e da Vice, e daí a Senadora que for eleita vai assumir os trabalhos e vou estar aí ao seu lado no Plenário.

Mas eu falava da caminhada importantíssima de Berta Lutz, rendi a ela minhas homenagens, mas quero também fazer uma lembrança aqui de uma mulher gaúcha, e me permitam, e não podia ser diferente. Dizem que o gaúcho é muito bairrista. Não é tanto assim não, nós somos brasileiros em primeiro lugar, depois a gente vai...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, tá. Depois você conta aí, com toda... vou abrir espaço para contar. Mas faço questão de lembrar aqui também uma gaúcha, veja bem, apelidada de cabo toco. Ela lutou ao lado das forças provisórias da brigada militar na Revolução de 23, entre Maragatos e Chimangos. Ela foi muito bem retratada na canção de Fátima Ximenes, que diz: "Foi no lombo de um cavalo que descobri horizontes. Em vez de vestir bonecas, andei gritando repontes. Entrei de frente na história e acreditem quem quiser, em 23 fui soldado sem deixar de ser mulher. Em defesa do solo gaúcho. Em 23 fui soldado sem deixar de ser mulher. Me chamam de cabo toco, sou guerreira, sou valente, sou do primeiro regimento, enfermeira e combatente. Me chamam de cabo toco. Só não sabe quem não quer. Debaixo do talabarte há um grande coração de mulher".

E aí eu poderia falar de tantas mulheres que vão para a linha de frente. Eu poderia lembrar aqui uma oportunidade, agora vou sair do texto já, que uma vez eu estive lá na Nicarágua, na época ainda em que os sandinistas estavam administrando o País, e depois houve uma mudança, e agora voltou novamente um dos comandantes da revolução nicaragüense. Mas

eu estive com o Thomas Borges, Thomas Borges foi um dos sete comandantes que me recebeu com uma delegação de brasileiros que foram lá dar um apoio a caminhada do povo da Nicarágua, com uns contra ali na fronteira era bala para todo lado. E aí eu pedia para ele que falasse alguma coisa da revolução. Teve duas coisas que ele me falou que eu jamais esqueci e até hoje eu uso muito aí nos momentos que fazem homenagem à liberdade dos povos. Uma delas foi quando ele me disse, e vou falar de um homem, disse que eles estavam presos no cárcere, entrou um dos guri na ditadura na época, da repressão e disse: "Olha, acabou a possibilidade da vitória da revolução porque Carlos Fonseca morreu". Era um dos líderes da revolução. E disse que naquele momento ele respondeu, "tu se engana. Porque Carlos Fonseca não morreu. Porque as suas idéias, a sua proposta vai ficar sempre vivo entre nós. O corpo morreu, mas as suas idéias continuarão norteando a nossa caminhada", e no futuro houve a vitória dos sandinistas. E teve outra coisa que ele me disse, o seguinte, conversando lá com ele e foi de lá que eu ouvi a primeira vez. Eu era um moleque, era um sindicalista. Eu disse: "Como é que é aqui, eu noto que as mulheres estão na linha de frente também". E ele disse: "E como estão. É preciso que no mundo e na América Latina se pare com essa história de dizer que ao lado de um grande homem sempre tem uma grande mulher". Ou atrás de um grande homem sempre tem... Atrás, a história era essa, exatamente. Que atrás de um grande homem tem uma grande mulher. Pode dizer que aqui na Nicarágua é ao lado ou na frente, no campo de batalha estão primeiro as mulheres. Foi algo que eu nunca esqueci que mostra a garra, a fibra, a inteligência e a competência das mulheres em todo mundo. E guardei essas palavras do Thomas Borges e hoje muitas vezes eu repito, quando eu ouço alguém dizer que atrás de um grande homem sempre tem uma grande mulher. Olha, não foi isso que eu ouvi, inclusive na linha de frente, sendo uma das comandantes naquela época da luta pela liberdade da Nicarágua. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Deixa eu corroborar sua história com outra história. Quero primeiro saudar nossas convidadas e referir a esse painel. Estava pensando aqui em defesa da mulher. Faz tempo que a mulher deixou de ser indefesa. Se é que algum dia foi. Acho que o melhor seria em honra das mulheres, dignificarmos as mulheres em defesa das mulheres... Mas bem, a historinha que eu queria contar também é um ambiente, é um palco de guerra, Senador Paim, e a mulher chamava-se Evangelina Gonçalves. De origem nordestina estava no Acre. Isso em 1902. Revolução acreana. Um embate entre forças acreanas e bolivianas, Angelina Gonçalves estava no seu casebrezinho, num seringal entre Rio Branco e Xapuri, ao lado do seu companheiro, um seringueiro, e ele foi ferido de morte. Eles estavam em casa, as tropas bolivianas passando e eles apreciando e um boliviano acertou o marido dela. E ela pegou o fuzil do marido e saiu de peito aberto para enfrentar os bolivianos. E ameaçada de morte o comandante da tropa boliviana virou-se para seus comandados e disse: Uma mulher como essa não se mata. Uma mulher como essa não se mata. Pelo seu heroísmo, pela sua bravura. Evangelina Gonçalves. Acreana, de origem nordestina, é claro, estou aqui apenas trazendo mais uma história que ilustra...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não é só na Nicarágua, não... Revolução acreana. 1902, por aí. Uma cena que ficou registrada na história da revolução acreana e na mente dos acreanos. As nossas homenagens às mulheres de hoje na pessoa de... Dessa brava revolucionária acreana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho aqui já presente conosco e vão participar desta Audiência Pública, e só me ajudem na pronúncia. Eu gostaria se pudessem ficaria bem melhor, se todas as três pudessem já colocar seu nome porque seria importante para nós poder orientar aqui a nossa conversa.

SRA. LIANE MÜHLENBERG: Liane Mühlenberg, gaúcha, como o senhor, de Novo Hamburgo, produtora cultural e produtora cinematográfica. É uma honra e um prazer estar aqui junto com os senhores nesse momento tão importante para nós mulheres.

SRA. TIZUKA YAMAZAKI: Senador Paim, meu nome é Tizuka Yamazaki, sou cineasta, não é piada, não. Eu também sou gaúcha. [risos] Nasci em Porto Alegre. Infelizmente depois minha família saiu de lá. Eles moravam em Belém Velho e eu nasci no hospital Moinho de Ventos, depois minha família voltou para o interior de São Paulo, cresci em São Paulo, fui morar no Rio de Janeiro, mas enfim, sou gaúcha de carteirinha. É o maior prazer estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E vão participar do debate conosco. Se a senhora puder usar esse microfone da sua frente.

SRA. SANDRA MIRANDA: Bom dia Senador, também é uma grande honra estar aqui participando desse momento. Meu nome é Sandra Miranda, eu sou empresária e jornalista, também sou aí uma das combatentes daquelas que matam diversos leões ao dia para poder sobreviver. E nasci no Estado do Paraná. Temos muitos sulistas aqui hoje então. E assim, muito

obrigada pela instalação dessa Comissão em defesa da mulher. Eu acho que quanto mais movimentos tiverem, existirem, será muito bem vindo. Então, meus parabéns, e de parabéns todas as mulheres desse nosso Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou continuando aqui em seguida eu passo a palavra aos Srs. Senadores que já estão aqui conosco. Senador Nery, Senador Flávio Arns, eu dizia Senadores e Senadoras, citava aqui uma série com de mulheres, agora ia citar Alzira Soiano, em 1828 tornou-se a primeira Prefeita eleita no nosso País em Município de Lages, Rio Grande do Norte. Eu queria que fosse do sul. Foi do norte. Para ver que não somos tão bairristas. Está ampliando. Rio Grande do Norte. 1935, é a vez de Antonieta de Barros. A primeira Deputada negra do País. Eleita pelo nosso querido Santa Catarina. Eu ia dizer Rio Grande do Sul, mas é nossa querida Santa Catarina é que elegeu a primeira mulher negra como Deputada. Os jogos da primavera, ou ainda, as olimpíadas femininas é criado em 1949. No mesmo ano a francesa Simone de Beauvoir publica o livro: O segundo sexo, onde faz uma análise da condição feminina. Em 1960 a grande tenista brasileira, aí paulista, viu, já estamos em São Paulo, a paulista Maria Ester Bueno torna-se a primeira mulher a vencer os quatro torneios disputados em diversos países. Conquistou no total 589 títulos em sua carreira. Bateu todos os recordes. Em 1979 nós temos a primeira Senadora eleita no Brasil. 1979, a Senadora Eunice Micheles. Entra para a história como a primeira mulher a ocupar a vaga de Senadora da República. Através de um processo eletivo. Devemos lembrar também da líder sindical, Margarida Alves, a homenagem aqui a Margarida Alves, do meu tempo ainda, eu vivi aquele momento, eu era sindicalista, naquela época eu devia ser Vice-Presidente da Central Única a nível nacional, margarida Alves foi covardemente assassinada com um tiro no rosto na frente de seu filho de apenas 10 anos, em 1983. Ela era a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba, e uma grande companheira que sempre lutou em defesa dos sem-teto, dos sem terra, dos pequenos agricultores. Eu ainda poderia dizer que seria importante citar Tarsila do Amaral, Cecília Meireles, Raquel Queiroz, Madre Teresa de Calcutá, Eliane Potiguara, socióloga, militante, e escritora indígena potiguara. Há que se falar que a participação das mulheres nos movimentos indígenas vem crescendo. Vem crescendo de forma muito forte. Muitas vezes por conta de suas próprias reivindicações, ocupando espaços e mostrando todo o seu poder de ativista pela causa dos direitos humanos. Como não falar, senhoras e senhores, de mulheres chefe de família, responsável pelo sustento de muitas e muitas famílias. Em 2002, segundo dados da Fundação Carlos Chagas, 1/4 dos chefes de família brasileiros eram de sexo feminino. Num País onde o homem sempre... Um País machista, nós verificamos que 1/4 das famílias brasileiras são dirigidas, sustentadas, guiadas, orientadas pelo sexo feminino. Na maioria das unidades da federação predominam entre as chefes de família as mulheres... Outro dado que mostra a discriminação, as mulheres pretas e pardas, brancas também, mas invariavelmente ações mais pobres. Infelizmente a violência, a discriminação, as diferença são muito fortes. Mas graças aos esforços, à luta das mulheres, a história desse País está mudando. Hoje somos brindados com a presença das ministras, como Nilcéa Freire, que anunciou recentemente o lançamento do Segundo Plano Nacional de Política para as Mulheres, afirmando que um dos eixos das ações do Governo nesse sentido será a participação feminina nos espaços de poder, que é o eixo do debate que teremos aqui depois que elegermos a Presidente dessa Subcomissão. Temos ainda a Ministra Marina Silva, defensora ferrenha do meio ambiente que muito nos orgulha. Se me permitirem eu quero dizer que nós temos um carinho assim enorme pela Ministra Marina Silva, sabemos da sua luta permanente e muito forte mesmo em defesa do meio ambiente, enfrentando num bom debate eu diria aqueles que querem destruir a natureza. Podíamos falar aqui também da firmeza das suas convicções e eu também sou um admirador dela, da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que eu tenho o orgulho de dizer, a Ministra-Chefe da Casa Civil, já falei isso numa audiência com o Presidente Lula, ela foi militante da minha primeira campanha como sindicalista. A Ministra Dilma entregava boletim nas portas de fábrica para mudar o sindicato e na época eu fui eleito Presidente do Sindicato de Metalúrgico de Canoas, ela e seu ex-companheiro, quero aqui resgatar que foi também um lutador, que foi o ex-Deputado Carlos Araújo. Então, a Dilma naturalmente por essa história eu tenho que declarar o carinho que eu tenho pela Ministra Dilma e que foi fundamental também na minha campanha para o Senado. Ela foi uma das que liderou lá no Estado o apoio à minha campanha pra mim poder chegar ao Senado. Claro que um carinho especial por tudo que contei da Ministra Dilma e o belíssimo trabalho que ela está fazendo à frente da Casa Civil, e tendo o seu nome, não tem como eu aqui não relatar aquilo que todos vocês sabem, o seu nome hoje é um nome lembrado, cotado inclusive para ser candidata à Presidência da República. Então fica aqui meus carinhos, a minha forma de falar com muito carinho aqui à Ministra Dilma.

Quero também aqui dizer que tem na minha fala aqui uma homenagem especial também, eu estou sintetizando, à outra liderança lá no meu Estado, que lá que ela escreveu a sua vida no campo jurídico que vai estar conosco hoje aqui é a Ministra Ellen Gracie do Supremo Tribunal Federal. Tenho também enorme carinho, estive inúmeras vezes com ela lá no Rio Grande e aqui no Supremo Tribunal Federal, e sem sombra de dúvida ela está ocupando o cargo de Presidente do Supremo com muita elegância, competência e ninguém tem dúvida da qualidade. Se não me engano agora está sendo inclusive recomendada para a Corte de AIA, algo assim, pelas informações que eu recebi.

A Assessoria já me lembra que os nossos convidados acompanhados daquela que provavelmente será eleita a Presidente dessa Subcomissão, dentro de cinco minutos estarão aqui. Eu vou concluir essa minha fala para dar oportunidade nesse momento ainda para que os Senadores possam falar. Enfim, eu já falei aqui de alguma questão do Brasil, poderia falar de tantas outras, como a Ministra também Marta Suplicy, podíamos falar da ex-Ministra Benedita da Silva, e podemos aqui nesse momento, como não, lembrar o crescimento e o avanço das mulheres já como Presidente em outros países, como na Argentina a Cristina Kirchner, e aí podíamos lembrar de todas outras nos países aqui da América do Sul.

Mas eu passo a palavra nesse momento ao Senador Flávio Arns, que está aguardando também para fazer suas considerações sobre a importância desse momento que nós vamos instalar a Subcomissão Permanente em Defesa das Mulheres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Exª já fez assim uma abordagem muito boa, completa, interessante, a respeito dos esforços que vêm sendo feitos no decorrer dos anos, avanços que já foram conquistados nesta área, as lideranças que vêm sendo referência em termos de País, e inclusive o desafio lançado pela Secretaria Especial da Mulher, no sentido da conquista do poder. Agora, eu diria assim sem sombra de dúvida que essa Subcomissão vai ter um trabalho importante, como as outras Subcomissões também, para que possa enfrentar eu diria o maior desafio no Brasil hoje, que é sempre a transposição, a transformação de direitos em realidade. Políticas públicas que devem ser organizadas, o orçamento que deve existir, e através do orçamento a concretização dos direitos fundamentais de toda a sociedade e também das mulheres. A gente vê que os desafios nesta área são muito grandes. Na área da violência, por exemplo, da segurança, delegacias especializadas para a defesa e promoção dos direitos da mulher. Isto é algo assim distante ainda na nossa realidade. O sistema penitenciário que foi objeto de tanta discussão recentemente, não só para as mulheres, para os homens, mas também para as mulheres. Os desafios que são enfrentados. Na área da saúde, ainda, quando a mulher precisa de um exame especializado, a participação de um médico especialista, é comum no Brasil ela aguardar ainda muito tempo, mais de ano para ter uma mamografia, por exemplo. Quer dizer, um exame tão fundamental para a mulher que pode prevenir problemas, ou outros exames.

Então, vamos pensar assim, os direitos ainda, apesar de preconizados na legislação, estarem claros nas nossas leis, ainda vêm sendo sistematicamente descumpridos. Eu diria que o desafio dessa Comissão seria chamar um deles, pelo menos, chamar os vários Ministérios do trabalho, a questão do salário, da qualificação, da educação, da assistência, da promoção, da saúde, da justiça, para que se preste contas em termos do que vem sendo feito, como é que o orçamento vem sendo direcionado para esta área, como é que as políticas públicas vêm sendo desenvolvidas para que a cidadania aconteça para todos e também, de maneira, neste momento sendo enfatizado, de uma maneira justa e importante em defesa da mulher.

Então é um momento bom, Sr. Presidente, aqui nessa Comissão. É uma área fundamental, e não nos esquecendo da mulher, de maneira geral, mas da mulher negra, da mulher camponesa, da mulher pobre, da mulher com deficiência que são temas transversais, com outras Subcomissões e que têm que ser abordados com muita atenção, com muito cuidado, com muita propriedade, com menos demagogia eu dizia que os discursos sempre são e as ações muito pobres, para que possa transformar tudo isso em realidade concreta, vibrante, em que as pessoas possam ter até um cronograma de implantação de ações bem concretas voltadas para a transformação dessa realidade.

Então, parabéns Sr. Presidente, parabéns para as mulheres, parabéns para a Subcomissão e nós homens estamos aí para dizer, estamos juntos, queremos que a Subcomissão vá para frente, contem com a gente, porque afinal, cidadania, dignidade, direitos humanos, isso é objetivo de todos nós. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, em seguida Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, ilustres convidadas para a instalação desta Subcomissão Permanente no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Com certeza essa decisão da Comissão de Direitos Humanos de acolher o Requerimento apresentado pela Senadora Ideli, e prevê e hoje será instalada a

Subcomissão Permanente em Defesa dos Direitos da Mulher, é uma decisão que só engrandece e demonstra o papel que esta Comissão tem desempenhado na afirmação dos diversos segmentos, diversos setores da sociedade brasileira, que luta para garantir, luta para assegurar dignidade, sobretudo, aos setores mais discriminados da sociedade.

Então, com esta atitude a Comissão de Direitos Humanos passa a tratar de forma mais direta as diversas questões que envolvem as mulheres brasileiras, seus direitos, seus problemas, e evidentemente esta Subcomissão se transformará num espaço privilegiado para o diagnóstico dos problemas que envolvem as mulheres brasileiras, mas, principalmente, para construir um conjunto de políticas afirmativas, de proposição permanente no sentido da afirmação de seus direitos, e queria lembrar que esta Subcomissão foi aprovada num momento muito crítico o debate nacional que envolve a violência contra as mulheres. A partir daquele fato amplamente denunciado no Brasil inteiro, foi motivo de Audiência Pública aqui na Comissão de Direitos Humanos, fato que envolveu a menina Eli, do Município de Abaetetuba no Estado do Pará, que passou quase um mês presa junto com 20 detentos, sofrendo todo tipo de violência, todo tipo de agressão. Foi esse fato que tomou uma dimensão nacional, inclusive naquele momento o Estado do Pará, Estado... Um dos mais importantes Estados da Amazônia, foi severamente criticado por esta situação, e no curso da apuração daquele fato, Senador Paim, ficou constatado para a nossa tristeza de que esse fato da agressão ao direito das mulheres, especialmente aquelas que por alguma razão estão nas cadeias, no sistema penitenciário, ficou demonstrado que essa prática criminosa de mulheres não disporem de uma cela adequada e própria para cumprir qualquer decisão judicial ou policial quando da necessidade da sua detenção, é um fato tristemente identificado em vários Estados da federação. Pelo menos em 17 Estados da Federação, segundo pesquisas da Pastoral Carcerária Nacional, foram constatadas essa prática criminosa tal qual aconteceu no Estado do Pará.

E nesse sentido, Sr. Presidente, vou até apresentar um requerimento talvez no próprio âmbito da Subcomissão ou da Comissão de Direitos Humanos, propriamente, pedindo informações sobre o andamento... Sobretudo em relação ao inquérito administrativo que envolve as responsabilidades de quem esteve envolvido naquele fato criminoso na delegacia de Abaetetuba, porque até hoje não foi concluído os inquéritos administrativos para de fato identificar as responsabilidades e punir os autores daquela barbárie na forma da lei.

Portanto, eu quero de pronto, Sr. Presidente, senhoras convidadas, dizer aqui da nossa satisfação de compartilhar esse momento e aqui testemunharmos a instalação e a eleição da Presidência da Subcomissão Permanente em Defesa das Mulheres como algo fundamental, o que demonstra o protagonismo da Comissão de Direitos Humanos de incluir todos os setores da sociedade brasileira, especialmente os setores que necessitam de maior atenção da luta permanente pela preservação e afirmação dos direitos humanos, essa Comissão, mais uma vez, faz história e principalmente faz justiça com o segmento que precisa cada vez mais ter presença decisiva nos espaços de poder. E não é a toa que no debate de hoje da Comissão de Direitos Humanos justamente trata do papel da mulher na construção desse espaço de poder, de modo que a sociedade tenha mais democratizado no ponto de vista da sua gestão, da sua direção, da sua igualdade de gênero, e também naquilo que é fundamental na construção e na luta por um Brasil mais justo. Parabéns a... Vou aqui na presença da autora e das pessoas e dos Senadores e Senadoras que comporão esta Comissão, desejando muito êxito a essa Subcomissão Permanente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, primeiro eu queria dizer que Senador José Nery, me perdoe aqui aqueles das outras Subcomissões que eu acho que um dos dias mais felizes que eu tive nessa Subcomissão foi quando conversando com V.Exª, e V.Exª aceitou o desafio de presidir a Subcomissão do Trabalho Escravo. É uma Comissão que tem feito um trabalho belíssimo a nível de País. E V.Exª poderia... Pode ser até num segundo momento, e faço questão que V.Exª que anuncie o grande evento previsto para o dia 12, no Auditório Nereu Ramos, um evento nacional que eu faço questão que V.Exª me faça um aparte agora, me permite, e V.Exª anuncia esse evento que eu fico muito feliz, da Subcomissão de Trabalho Escravo e da Comissão de Direitos Humanos, nós estamos fazendo esse belíssimo trabalho sob a liderança de V.Exª.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Por sua sugestão de V.Exª mudamos o nome também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, mas é bom que o Brasil... eu tenho certeza que o Brasil sabe que o requerimento que propôs a criação da Subcomissão do Trabalho Escravo, e depois do combate ao trabalho escravo é de autoria do Senador Paulo Paim, razão pela qual, Senador, nosso Presidente, estamos

requerendo a Comissão que era Comissão temporária, com um ano de vigência. Está esgotando esse prazo, estamos inclusive solicitando através de requerimento a prorrogação do trabalho dessa Subcomissão e é importante justamente ressaltar que a criação da Subcomissão significou para os setores e as organizações da sociedade brasileira que são envolvidas na luta de combate ao trabalho escravo, significou um alento na medida em que o Parlamento brasileiro especialmente o Senado se dispôs a acompanhar o Plano Nacional de Erradicação de trabalho escravo e a luta por medida legislativa que ajudem efetivamente a combater o trabalho escravo. E nesse sentido, no que se refere à luta para melhorias no campo da legislação, quando ainda constatamos a prática de trabalho escravo nos dias de hoje no nosso País, o chamado trabalho escravo contemporâneo, o fato de estarmos realizando um ato nacional no próximo dia 12, às 10h da manhã, 12 de março, 10h da manhã, no auditório Nereu Ramos, com a presença do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, e todos os Srs. Parlamentares das duas Casas, e com a enorme representatividade de várias entidades nacionais, Senador Cristovam. Vão estar conosco a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juízes do Trabalho, dos Procuradores da República, do MST, dos Movimentos Sociais do Campo, da CPT, CNBB, a OIT, um conjunto de instituições, a Via Campesina que estarão aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, pedindo que a Câmara dos Deputados vote, aprove o Projeto de Lei que expropria as áreas onde for constatado trabalho escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Fazendo questão... Inclusive eu estava sugerindo o convite ao ex-Senador do PSDB paraense Ademir Andrade que foi autor desse projeto aqui no Senado, e na Câmara também havia um projeto semelhante do Deputado Paulo Rocha que foi apensado ao projeto encaminhado pelo Senado. Inclusive ontem o Senador Paulo Paim e o Deputado Paulo Rocha, Deputado Ivan Valente tinha uma Comissão, reuniu-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e com o Presidente Garibaldi assegurando a presença dos nossos Presidentes das duas Casas no ato nacional do dia 12 de março. E isso tudo se deve, na sua generalidade, Senador Paulo Paim, sabem muito bem. O Brasil todo sabe, essa Comissão sabe que essa Comissão existe pela clareza, pela visão ampla que o senhor tem da luta pelos direitos humanos que não poderia deixar de estar à frente dessa luta. Então quem está à frente dessa luta é o senhor, que comanda, que dirige--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que ele é muito meu amigo. Ele faz todo o trabalho e quer dar o mérito para mim.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Se não fosse a perspicácia e decisão do senhor de fazer aquele requerimento e propor a essa Comissão para que eu pudesse coordenasse esse trabalho, não existiria. Talvez não tivesse chegado onde chegamos, Senador Paulo Paim. Então é justo homenagear a Comissão de Direitos Humanos do Senado, mas especialmente ao V.Exª que é o timoneiro dessas causas relacionadas aos direitos humanos no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, agradeço a V.Exª, e dizer a V.Exª que está fazendo escola. Porque na Câmara eu fui comunicado ontem que vai ser criado também a Subcomissão do Trabalho Escola. Quero passo a palavra ao Senador Cristovam, V.Exª inclusive é um convidado especial. Como hoje é uma Sessão de homenagem às mulheres, e falarão as mulheres e os Senadores, faço questão de ler aqui com a presença do Reitor José Vicente da UNIPALMARES, o convite que ele traz a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos. A AFROBRAS, Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural e Afro-Brasileiro, Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior tem a honra de convidar V.Exªs. para a formatura da primeira turma de alunos da Faculdade de Administração UNIPALMARES, Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Patrono, Exmº Sr. Luís Inácio Lula da Silva, que segundo já me disse confirmou a presença e aí temos aqui os paraninfos, enfim, aqueles que são homenageados. Eu vou passar a palavra por coincidência ao Senador Cristovam, que primeiro quero dizer, foi aquele que eu sucedi aqui na Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Eu dei continuidade a um trabalho que V.Exª já havia, como eu digo, feito a semeadura. V.Exª deu o primeiro passo. E nós continuamos esse trabalho e vamos fazer o possível, eu sei que V.Exª confirmou já que estará lá na formatura dos cento e... 126 jovens negros que estarão se formando em administro de empresa. Senador Cristovam, com a palavra. Daí você pode dar um gancho.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu não estava pensando falar sobre isso. Ia falar sobre as mulheres. Mas não posso deixar de dizer da minha satisfação de ter ido um dia visitar a Universidade Zumbi dos Palmares. Foi uma das emoções que eu tive importantes na minha vida. Primeiro por de repente me sentir na África. Um continente que eu gosto tanto, e depois de eu descobrir que era triste eu achar

que a África era ali. Quando ali é o Brasil. O Brasil é daquela cor. Mas nas universidades brasileiras a cor é branca. Então eu estava numa universidade brasileira no Brasil e me sentia na África porque os alunos da universidade eram negros. Isso mostra como os negros estão excluídos das universidades no Brasil.

Então quero dizer que eu viagem ao exterior, cancelei, não vou dizer que foi só por isso, mas uma das coisas que me deixou feliz de cancelar a viagem foi poder estar presente. Eu quero o meu retrato nessa foto. Eu sou um admirador de seu trabalho e fico feliz de poder estar presente. Agora, o que eu vou falar das mulheres também tem a ver com isso. Eu fico muito feliz de estar na Subcomissão Permanente de Defesa das Mulheres. Fico muito feliz quando vou a qualquer evento de luta contra o racismo. Eu sou um defensor desde sempre das cotas. Mas eu quero fazer aqui, Senador Nery, ao mesmo tempo que a homenagem e a defesa uma referência ao papel das mulheres, e dos negros, não como defendidos, mas como revolucionários, como transformadores da sociedade brasileira. Os oprimidos têm que ser olhados de certa maneira. Mas temos que cobrar dos oprimidos, espírito transformador e revolucionário para que acabe inclusive a opressão. Que não fiquem apenas na defesa. Que vão para o ataque. Primeiro, no que se refere às mulheres. Eu tenho dito e escrito que uma das causas da pobreza é a forma que eu chamo machista da gerência das coisas públicas no País. Vou explicar o que eu chamo machismo para não parecer que eu que estou sendo sexista.

Nós tratamos a política não apenas do ponto de vista do dia-a-dia. Que esse é machista mesmo. A minha grande amiga Rose Marie Muraro, ela me disse que foi seis meses foi homem, durante os seis meses que foi candidata. E escreveu um livro com esse título. Os seis meses que fui homem. Não encontrava nem banheiros nos comícios especiais para candidatas. E eu não lembro qual política uma vez me disse que nas reuniões, não sei se foi a Jandira, nas reuniões políticas quando chega lá hora de um jogo de futebol os homens dizem: Vamos suspender a reunião porque está na hora do jogo. Mas nunca aceitaria... Vamos suspender a reunião porque está na hora de eu amamentar meu filho. É uma prática machista o processo eleitoral. Mas a gestão também. O que eu chamo de machista? Me desculpem se com isso estou sendo sexista. É o fato de que na lógica do homem da casa, não do político apenas, se falta comida em casa porque é pobre e desempregado, ele coitado vai em busca de um emprego. Se conseguir, ele trabalha durante uma semana, duas, três, um mês, para ganhar dinheiro. Quando ele traz o dinheiro para casa estava todo mundo morto. O que é a lógica feminina dentro da casa quando falta comida? Vai no vizinho e pede uma xícara de arroz. Manda o menino sim pedir comida e dinheiro lá fora. Mas de noite, a mulher tem que botar comida em casa. O homem só daí um mês. Isso quando na vinda do trabalho para casa com dinheiro no bolso não pára no boteco e gasta uma parte. Essa urgência para solucionar o problema da pobreza está faltando no Brasil. A idéia de que a pobreza não pode esperar. E aí vem o problema dos negros. Esperaram 400 anos, nós os brasileiros para fazer a abolição. Zumbi lutou, outros lutaram. Mas nós nos acostumamos com a visão de aos pouquinhos, aos pouquinhos. Comemoramos o ventre livre e Joaquim já dizia: É pouco. Comemoramos o sexagenário e ele dizia: É pouco. Ele chegou a dizer que tinha vontade de votar contra. A lei dos sexagenários. Em vez de radicalizar na luta pela abolição, e aí eu vejo, por exemplo, na luta dos negros pelas cotas que eu defendo, uma visão pouco revolucionária. Porque deveriam lutar também pela educação de qualidade para todos do primeiro ao último ano da educação de base. Ou seja, é uma luta para os que terminaram o ensino médio entrar na universidade. Em vez de ser também uma luta para todos que terminem o ensino médio com qualidade. A verdadeira luta, eu acho, é a escolha do filho do trabalhador igual a escola do filho do patrão. Esse é o slogan do socialismo hoje. Não é o capital do patrão nas mãos do trabalhador até porque não vai para a mão do trabalhador. Vai para a mão de um burocrata do Estado. A burocracia termina sendo dona do capital. Aí quando vem um retrocesso como aconteceu na Rússia, os burocratas ficam ricos. E o povo continua pobre. Enriqueceram com a privatização. As maiores fortunas do mundo hoje, algumas, estão na Rússia. Porque eram os burocratas do Partido Comunista que diziam Governar em nome do povo. Agora, se todos os filhos tivessem escolas iguais, até porque na Rússia a escola do filho do quadro do partido era melhor do que a escola do filho do cidadão. Em Cuba não. Em Cuba não há diferença da escola do quadro maior do partido para o filho do mais simples cidadão. Cuba não. Não conheço Coréia do Norte. Na Alemanha oriental com todos os defeitos também não havia essa diferença. E ao contrário, não sei se sabem, havia a tentativa até de que filhos de intelectuais não pudesse entrar na universidade a não ser depois que todos os filhos dos trabalhadores entrassem. Mas é capaz de ter alguma coisa privilegiada para os quadros do partido.

Então eu acho que a maneira de realmente construir uma sociedade justa é pela escola. Mais do que pela economia. Pela distribuição do conhecimento. Mais do que pela estatização do capital. E aí que eu acho que as nossas companheiras mulheres, os negros

desse País, junto com os trabalhadores em geral têm que ao mesmo tempo que a gente tem a Subcomissão Permanente de Defesa das Mulheres, tem que ir à luta para mudar a sociedade inteira. Eu às vezes temo que nós corporativisamos tanto o Brasil que muitos grupos feministas dizem: Se a gente defende os interesses das mulheres, não precisa mudar o Brasil. Muitos negros dizem: A gente consegue cotas para a universidade, não precisa mudar o Brasil. É um equívoco se for assim. Ou fazemos uma revolução no Brasil ou as mulheres não estarão suficientemente defendidas. Ou fazemos uma revolução no Brasil ou os negros não estarão suficientemente integrados. Tem que ir além das lutas específicas de cada grupo e cada corporação. É óbvio que a minha revolução, a que eu defendo, pode ser que seja modesta, pode ser que seja moderada. É a educação. Não vejo como Nery mexer muito na economia hoje. Acho que tem amarras técnicas que fazem muito arriscado tocar na economia e o Paim sabe como eu digo isso há 20 anos contra o PT inteiro naquela época que era o meu partido. E contra o PDT que é meu partido, mas às vezes em matéria de economia é até mais quadrado do que era o quadrado no sentido da gíria juvenil do que era o PT antes. Eu considero que o Lula evoluiu ao ficar responsável na economia. O que eu lamento é que ele não evoluiu no sonho revolucionário de mudar esse País. Acha que basta evoluir aos pouquinhos. Aumentando o valor da Bolsa Família, melhorando um pouquinho de nada a educação com PROUNI, tudo isso.

Então ao mesmo tempo que fico feliz de estar aqui na Subcomissão Permanente, faltando dois dias para o dia das mulheres que eu espero que seja uma grande solenidade, eu quero cobrar desses grupos que são oprimidos que eles não apenas se defendam, que eles sejam vanguarda da revolução que o Brasil precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Cristovam, eu conversei aqui num espaço pequeno, mas vamos dar oportunidade para o nosso Reitor por cinco minutos para que ele faça uma pequena consideração, espero eu, devido ao tempo, senão poderia falar duas horas, e quem sabe eu já tomo a liberdade de podermos entrar com requerimento lá na Comissão de Educação para que ele fale um pouco da experiência da universidade.

Eu passo a palavra ao Reitor José Vicente, a saudação para as mulheres e nos falar um pouco dentro desses cinco minutos sobre a importância da nossa universidade e em seguida já estou sendo informado agora pelo nosso Senador Romeu Tuma que as nossas convidadas estão chegando. Por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ VICENTE: Caríssimo Presidente Senador Paim, Senador Nery, caro amigo Senador Cristovam Buarque, Senador Romeu Tuma, a nossa satisfação e honra de poder ocupar essa Tribuna. E a nossa satisfação e honra também para trazer essa comunicação que imaginamos importante para os negros brasileiros, para os homens, para as mulheres brasileiras, mas fundamentalmente para todos aqueles que acreditam na possibilidade da educação como transformação do País e fundamentalmente das pessoas. Nós tivemos a honra de ter o início do nosso trabalho posicionado nessa Casa, através do Senador Paulo Paim, nós tivemos a honra de iniciar os nossos trabalhos com as bênçãos do nosso então Ministro da Educação, Senador Cristovam Buarque, que nos apoiou e que pôde levar sua presença e seu prestígio na nossa instituição, e hoje temos a honra quando completamos 120 anos da abolição da escravatura de poder apresentar esses números que em grande medida também é uma manifestação dessa segunda abolição. São 2 mil jovens negros que integram a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, desses 2 mil jovens, 600 deles estão fazendo qualificação em processo de trainees, nos 15 maiores bancos do País, e agora dessa turma que se formam são 126. 126 jovens, 57% mulheres negras que se formam no curso de administração e 62% deles já efetivados nesses trainees que se iniciaram ao longo dos três anos.

Então a satisfação é primeiro de trazer então, Senador Cristovam Buarque, o protagonismo que o senhor sempre solicitou e que o senhor sempre reivindicou. Os negros sabem de tudo, precisam continuar fazendo todas as outras lutas, mas também precisam trilhar o seu caminho e procurar caminhos alternativos. E a universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é esse caminho novo e alternativo que pode ser melhorado evidentemente, mas é um caminho que passado cinco anos está consolidado.

O número dos nossos mestres, doutores, especialistas professores negros, Senador Cristovam Buarque, é cinco vezes maior que a Universidade de São Paulo. A Universidade de São Paulo tem 5.400 professores, tem quatro professores negros. Nós temos 120 professores, 60 deles são doutores, mestres especialistas negros. Então nesse quesito também a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é um espaço de inclusão e de favorecimento desse diálogo da diversidade e de homens e mulheres. E quando chega no dia 13 de março que virá nós vamos ter a honra então de entregar para a sociedade os primeiros jovens formados desse trabalho de dez anos, nós estamos entre-

gando para a sociedade os primeiros dos 60 jovens já efetivados nesses parceiros e nós estamos entregando pela primeira vez na história da República e mesmo no nosso País o maior número de formando negros de toda a história da América Latina. E fizemos isso com a satisfação e alegria da presença e da contribuição dos Senadores brasileiros, fundamentalmente Senador Paulo Paim, V.Exª, Romeu Tuma, Suplicy que sempre nos ajudou em São Paulo, o José Nery, também com o grupo significativo de Parlamentares, Deputados Federais aqui do nosso Congresso, com os artistas negros, uma das pessoas vezes que os artistas negros se juntaram nessa trincheira e nessa batalha, tanto é que a nossa paraninfa é a nossa querida Senadora Benedita da Silva, mas fundamentalmente com os representantes da sociedade brasileira, e é a primeira vez que dez das maiores empresas do País abriram as portas para empregar jovens negros. Porque se o problema do negro é também na educação, no ambiente corporativo então nem se questiona. Para se ter uma idéia, das 500 maiores empresas que praticam responsabilidade social nesse País os negros respondem tão somente 3.5 dos quadros de direção. Então isso fica também o número do foro social. De modo que para aqueles que diziam: Olhe, eu não emprego porque não tenho negros qualificados, nós estamos respondendo com os negros qualificados. Daqueles que diziam: Eu não tenho negro na USP, na UNICAMP porque eles têm dificuldade na trajetória, está aqui os nossos jovens negros prontos e formados e para todos aqueles que diziam que não tem mais o que ser feito pelo negro, está aqui então uma realização importante que coloca esse tema no vanguardismo que o senhor também solicita e que cria uma referência, um paradigma que num futuro muito breve essa experiência possa se replicar e cumprir o fundamento central de incluir negros e brancos num ambiente de tolerância e num ambiente de valorização da diversidade racial. Muito obrigado ao Senador Paulo Paim pela amizade, pela presença, por nos contribuir, muito obrigado pelo Senador Cristovam Buarque que levou sua presença, seu prestígio e que todo espaço tem debatido esse tema e ajudado os negros, e obrigado ao Brasil e aos brasileiros que permitiram tornar realidade esse grande sonho e grande utopia dos negros que nos antecederam.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra em seguida ao Senador Romeu Tuma, mas nesse momento que as nossas convidadas estão chegando, eu convidaria o Reitor porque eu preciso falar com você ainda, se você pudesse sentar aqui nas primeiras fileiras para acompanhar a instalação dessa Subcomissão. Muito obrigado pela presença conosco. Mas antes o Senador Romeu Tuma quer fazer uma consideração.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agradecer a presença do Reitor e dizer que os sonhos utópicos eles são realizáveis sempre que à frente deles há alguém disposto ao trabalho, à dedicação e ao respeito. Não impor pela força. Eu acompanhei de perto o trabalho do Reitor, da instalação da universidade, dentro de uma delicadeza invejável. E corretamente perfeito nos seus objetivos. E com uma alegria imensa que a primeira turma vai se formar agora. Eu comecei a rezar para o senhor se lembrar de mim para ser convidado porque é uma alegria que a gente tem, eu vejo aqui a luta do Senador Paim permanentemente em defesa do interesse das minorias, para que elas realmente nós não tenhamos minorias, tenhamos um corpo inteiro de seres humanos que trabalhem em benefício do País. Não importa a raça, a cor, nada, porque é um País que começou a sua vida com a imigração.

Então, hoje todo mundo... Todos nós somos mestiços. Não há ninguém originário praticamente a não ser os indígenas que aqui se encontraram e os seus descendentes. O resto todos iguais. Temos a mesma origem, a mesma miscigenação de raça, e acho que é um trabalho muito bonito que V.Exª desenvolveu. Sei que o Presidente colaborou com isto, e acho que nós vamos ter em breve aquilo que nós chamamos a igualdade natural das coisas. Sem imposição, sem nenhuma reação que possa trazer cada vez uma separação maior. Nós estamos dando um exemplo bonito para o mundo. Eu acho que V.Exª tem os nossos cumprimentos, e não posso deixar de estendê-los ao Paim pela luta e trabalho diário que tem feito. Ainda ontem quase que ele morreu na Tribuna ali para defender os aposentados. Eu fiquei preocupado presidindo a Sessão, porque ele entrou numa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Recebi e-mail dizendo que ia dar um enfarte, mas não tinha enfarte, não. Eu estava ali--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma reação interna, de quase revolta, por um projeto tão importante ficar mais de dez meses na mão de um Senador para relatar. Então nós somos solidários a ele e vamos fazer vigília se precisa e vamos chamar o senhor que talvez seja o maior líder para uma vigília. Parabéns, e que Deus abençoe a sua universidade e que ela tenha o destaque merecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só queria dizer que tive a alegria de conhecer também a universidade. Estive lá visitando toda ela. De fato fiquei muito, muito satisfeito pelo que vi lá. Parecia que eu estava assistindo quando eu estava na universidade aqueles filmes lá nos Estados Unidos, onde

um número digamos expressivo eu diria de negros estavam dentro da universidade estudando e fazendo esportes. Porque eu tive a oportunidade de ficar um pouco à noite também e vi as canchas de esportes onde eles estavam lá fazendo suas disputas internas no campo esportivo. Foi uma alegria enorme e ficou o compromisso de voltarmos lá e fazermos um bom debate. E uma coisa importante também, que essa TV Senado no momento ao vivo da para todo o Brasil. Que não são só negros. É bom que fique bem claro isso. Negros e brancos estudam lá. Inclusive você dava um número aqui de professores, inclusive brancos. Mostra efetivamente que o princípio da universidade é espaço para a comunidade negro, mas eu sempre digo é dar oportunidades para todos. Que a gente fala tanto em política de igualdade, mas não se fala em política de igualdade de oportunidades. Por isso mais uma vez meus cumprimentos e o Senador Cristovam não resistiu e quer fazer mais uma consideração. Está com ele a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou parar a parte, Senador Romeu Tuma, que falei da educação, da minha admiração pela universidade, meu prazer de estar lá, e voltar a falar da idéia do protagonismo, palavra até que o senhor usou. Temos que aumentar o protagonismo das mulheres, dos negros na vida nacional. Essa semana fiz um discurso dizendo que uma das formas de aumentar o protagonismo é ter candidatos negros à Presidência da República. O que o Obama está fazendo pelos negros nos Estados Unidos não vou comparar com Martin Luther King. Primeiro porque são momentos diferentes, segundo porque são métodos diferentes e terceiro porque é um heroísmo diferente o de Martin Luther King independente do seu assassinato. Mas acho que nem precisa. E nesse discurso eu não entendo porque o Paulo Paim ainda não se lançou como pré-candidato à Presidência pelo Partido dos Trabalhadores, junto com os outros. Não estou dizendo com isso que ele tenha chance de ser escolhido, se for escolhido que tem a chance de ser eleito. Isso não é o fundamental. O fundamental é o movimento que ocorreria em torno a uma campanha. Se não for dele, de outros partidos também, como das mulheres também tem que lançar. Não porque apenas sendo mulher, apenas sendo negro seja o melhor. Não. Não vou dizer isso. Mas encarna. É aí que encarna o protagonismo, como o senhor usou. E quero dizer aqui de público que logo depois do discurso recebi um telefonema de um amigo seu, Mário Nelson, meu amigo, elogiando o discurso e pedindo que eu o liberasse de me apoiar se eu for candidato, porque ele vai apoiar o Paulo Paim.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E porque ele é meu amigo também. E o Cristovam também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que é que eu disse a ele? Do ponto de vista da história desse País, ele está corretíssimo. E fico feliz que ele tenha feito essa opção e espero que isso possa acontecer. Vou continuar cobrando que isso possa acontecer. Senão, eu não sei se o professor José Vicente já é de um partido ou não, se for, se lance. Está precisando que o Brasil veja que a cor negra está pronta para ser Presidente da República. Mesmo que não se eleja. Mas está pronto para disputar, e com proposta para o Brasil. Não a proposta só para o povo negro, como o Obama tem insistido tanto em seus discursos. E tem isso eu volto a insistir. Protagonismo pra mim é começar a ocupar os espaços que dizem, por aqui meu grupo, minha raça vai ter poder para mudar o Brasil. Não é para tirar benefícios para a minha raça, é para emancipá-la se ela for, como é no Brasil até hoje o negro tratado de maneira inferior, e que alguns querem esconder isso quando dizem que as cotas vai fazer aflorar o racismo, o que eles deveriam dizer que as cotas estão tirando o racismo de debaixo do tapete. Porque o racismo estava aí escondidinho debaixo do tapete. Então eu quero dizer que fiz isso. Ou o senhor apóia o Paim ou se lança candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós já discutimos bastante esse tema. Muito obrigado, Reitor, mais uma vez. Eu quero fazer uma leitura rápida aqui da Senadora Fátima Cleide. A Senadora Fátima Cleide encaminhou a essa Comissão o seguinte Ofício. Senador Paim. Infelizmente por uma questão de solidariedade, não posso estar presente nesse momento histórico da nossa luta quando conquistamos a Subcomissão em Defesa da Mulher. Na Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa. Tenho a absoluta convicção de que esse será um espaço para todas as mulheres brasileiras e deverá servir como um ponto de radiação das nossas idéias na busca de uma sociedade justa e igualitária. Das cortadoras de cana, das quebradeiras de coco de babaçu, das seringueiras, das beiadeiras(F) do norte, das campesinas, de todas as mulheres que com suas mãos constroem a riqueza desse País, sairão daí as idéias e vozes que serão reverberadas por essa Comissão. Na certeza de que esse dia entrará na história das mulheres em nosso País encaminho aqui uma cronologia sobre o voto feminino. Para que possamos deslumbrar o tem-

po de luta que essa conquista representa. Saudações, Senadora Fátima Cleide.

Chegou também na mesma linha um Ofício da Senadora Patrícia Saboya, que justificasse a sua não presença em virtude de licença médica. Mas aqui ela faz também uma série de considerações dizendo que esse é um legítimo espaço de todas as mulheres brasileiras. Um dos tantos espaços que a mulher brasileira conquistou nesse País e, com certeza, vai continuar avançando.

Me informam que as nossas convidadas estão chegando dentro dos próximos cinco minutos. Eu gostaria de informar a todos que a primeira parte aqui da nossa Sessão de hoje será, depois dessas considerações que foram de homenagens às mulheres, a instalação da Subcomissão Permanente dos direitos das mulheres e eleição do Presidente e da Vice-Presidente. Por isso eu faço um apelo que os Senadores e Senadoras que estão presentes fiquem porque terão que votar. Em seguida, eleita a Presidente e a Vice, a Senadora Ideli pelas informações que recebi deve ser eleita Presidente e assumirá então a coordenação dos trabalhos, formará a Mesa com todas as convidadas, e vamos ter então a primeira Audiência Pública sob a coordenação da eleita para debater o tema mulheres... A mulher no espaço de poder. O evento vai na linha da semana das atividades do 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Eu só vou aqui nesse período dizer que foram convidadas desde Ministras de Estado, Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal, Governadores de diversos Estados, se não me engano confirmou a Governadora do Estado do Pará, está presente, não vou citar o nome de todas porque algumas não puderam vir, e a Senadora no momento que ela assumir a Presidência ela fará então, ela formatará aqui a Mesa que está previsto inclusive a presença, vi aqui confirmada da Leci Brandão, como da Hortência, entre outras. Não sei se o Senador Romeu Tuma quer fazer alguma consideração dessa Sessão de instalação da Subcomissão Permanente do Direito das Mulheres. É na verdade a semana aqui que estamos fazendo homenagem às mulheres.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos dia 8 a Sessão, vamos ter na próxima terça-feira a Sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que se realiza no próximo dia 8 de março. Sexta-feira, portanto. Só que a Sessão Especial será na próxima terça-feira, em Plenário no Congresso.

Acho que é importante hoje nós temos tantas ações em que a mulher consegue a liderança, e alguns jornais publicam o avanço das mulheres na condução do próprio gerenciamento da economia brasileira.

Então, nós teremos essa Subcomissão pela importância dela participar diretamente da evolução da mulher no meio político, no meio Executivo, na empresa privada, em termos de todos segmentos. Tem uma coisa importante, Senador, se me permitir, tem o PRONACE, se V.Exª permitir eu falar duas palavrinhas sobre o PRONACE. Eu estive na ONU, e na ONU tem um projeto que já deve estar em execução, as mulheres pela paz. O que significa esse projeto da ONU que está em execução, principalmente nos países do oriente? Elas vão trabalhar nas áreas de conflito para evitar o suicídio com atos terroristas e várias ações que tem ceifado a vida de jovens, de mulheres, de inocentes, e elas terão o trabalho de convencê-los que a paz é o melhor caminho. O Presidente Lula ao baixar o projeto do PRONACE criou a figura da mulher pela paz para trabalhar nas áreas de problemas sérios com a juventude, principalmente tráfico de drogas, uso de drogas, a criminalidade dominando os menores por eles serem... Não poderem ser condenados, então são usados pelas quadrilhas e que elas terão uma participação ativa com a ajuda do Governo Federal de tentar formar a recuperação e evitar que os jovens nas áreas de risco possam ser cooptados por essa marginalidade. Então a mulher tem um papel importantíssimo. Por quê? Pelo amor, pelo coração, por serem mães, ou às vezes nem sendo mães, mas tem aquela figura da imagem talvez de Nossa Senhora de distribuir a justiça, o carinho e a amizade. Acho que esse papel é importantíssimo. E nós precisamos aprovar esse projeto. Porque essas mulheres receberão uma pequena ajuda para poder desenvolver a sua atividade que eu acho que é importante. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parece que agora cinco minutos efetivamente terminaram. Agradeço ao Senador Tuma que ele ajudou aqui... Eu ia fazer um apelo aqui para improvisar, vamos todos de pé dar uma salva de palmas a todas as nossas convidadas por esse dia histórico.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço a solicitação que todos sentem, que em seguida... como a Senadora Ideli Salvatti é autora do requerimento para que a gente tenha a Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, em seguida, após o processo eleitoral, que vamos eleger a Presidente e a Vice, nós entraremos na segunda parte. Na segunda parte já a Presidente eleita é que vai coordenar todos os trabalhos. Mas mesmo antes, Senadora Ideli, de nós darmos início à eleição da Presidente e da Vice, eu queria que V.Exª como autora do requerimento fizesse uma saudação ainda comigo na Presidência, que é uma forma de prestigiar o Presidente

aqui da Comissão de Direitos Humanos. Porque depois que você assumir a Presidência eu vou para meu lugar no Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Paulo Paim que tão gentilmente acolheu o nosso pedido, o nosso requerimento, todo o debate que fizemos no ano passado, e termos identificado de forma tão contundente em cima de uma denúncia tão grave que tivemos no ano passado de compartilhamento de celas entre homens e mulheres que acabou suscitando, foi daquela questão que acabou suscitando a necessidade de nós termos um espaço permanente aqui no Senado para nós tratarmos dos temas relativos às mulheres. Seja os Projetos de Lei, as políticas públicas para as mulheres, os temas de interesse das mulheres e poder acolher e atender as denúncias e as questões que envolvam violência, preconceito, discriminação contra todas nós. Então estou muito satisfeita, o dia hoje começou muito bem com o café da manhã, com a presença de mulheres maravilhosas, e o no nosso agradecimento à Comissão de Direitos Humanos, inclusive porque nós tivemos que fazer algumas adequações na estrutura da Comissão para poder ter a Subcomissão Permanente que inicialmente foi como direito das mulheres e nós estamos transformando em Comissão, pedindo para transformar para Subcomissão Permanente de Defesa das Mulheres. Porque ainda nós precisamos nos defender e muito para conquistar os nossos direitos.

Então eu agradeço, Presidente Paulo Paim, a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos, aos Senadores que aqui se fazem presente, o Cristovam, o... Eu chamei ele de "psolito" ontem, entende? Ele ficou muito emocionado, mas queria até agradecer... Mas é que eu chamei ele de "psolito", porque ele é do PSOL e é sozinho. Então é "psolito". Então o Nery, eu apelidei ele de "psolito" ontem, Senador Romeu Tuma. Então depois eu vou registrar e convidar para a Mesa todas as nossas convidadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conversando aqui com a Senadora Ideli, nós gostaríamos que nesse momento protocolar que vamos eleger a Presidente e a Vice, que a Ministra Especial de Política para as Mulheres estivesse aqui na Mesa conosco. Ministra Nilcéa Freire.

[palmas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quero agradecer também ao Senador Inácio Arruda, que ele estava aqui do meu lado e eu não vi a presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, há número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Senhores e senhoras, Senadores e Senadoras, a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente e conseqüentemente a instalação da Subcomissão Permanente do direito das mulheres, criada pelo Requerimento da CDH nº. 76/2007 da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Está instalado o processo de votação. A partir desse momento eu anuncio que temos chapa única composta pela Senadora Ideli Salvatti e a Senadora Serys Slhessarenko. A votação é secreta, e, portanto, organizamos nosso trabalho da seguinte forma. Sobre a Mesa as cédulas rubricadas por esse Presidente, ao ouvir a chamada nominal cada Senador ou Senadora pegará sua cédula e vai se encaminhar à cabine de votação, que está à nossa direita. Onde exercerá... à esquerda do Plenário, à minha direita. Que exercerá o voto depositando ele nessa urna. Vamos começar pela ordem a chamar cada membro dessa Comissão. Senadora Ideli Salvatti. Para votar. Presente. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Romeu Tuma. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Roseana Sarney. Senadora Fátima Cleide e Senadora Patrícia justificaram a sua não presença. A Senadora Roseana está no orçamento, mas já há número suficiente para a votação. Vamos esperar que os Senadores e Senadoras votem e em seguida vamos para o processo de escrutínio. Designo o Senador Inácio Arruda para contar os votos e tenho certeza que a votação... De três... Se não for unanimidade... Senador Romeu Tuma.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhores e senhoras, por unanimidade a Senadora Ideli Salvatti foi nesse momento eleita Presidente dessa importante Subcomissão Permanente da Comissão de Direitos Humanos e a Senadora Serys Slhessarenko foi eleita a Vice-Presidente. Como nós iniciamos os trabalhos às 9h da manhã, eu fiz todo o discurso que vocês podem imaginar para esperar a chegada de vocês, e outros Senadores também fizeram, nesse momento... Foi muito importante para todos nós. O discurso que eu ia fazer no Plenário, fiz todo ele aqui com toda alegria, o Senador Cristovam também fez, Senador Nery fez, Senador Flávio Arns fez, Senador Mesquita fez, Senador Romeu Tuma fez, enfim... Senador Inácio Arruda deu também o seu... Agora chegou a vez das mulheres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar para a Senadora Ideli, o Senador Cristovam pediu um pequeno aparte.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, como o senhor disse, nós já fizemos nossos discursos hoje. Mas eu gostaria de repetir-- [soa a campainha] Eu gostaria de repetir um pouquinho diante dessas grandes lideranças femininas que chegaram aqui. Femininas. Deixa eu ficar com esse termo.

Eu disse aqui hoje da importância que a gente tem de termos uma Subcomissão Permanente de Defesa das Mulheres. Mas que eu acho pouco. As mulheres precisam além de serem defendidas como um grupo que tem sido oprimido, se revoltarem contra a opressão. Elas precisam ter um protagonismo no processo social brasileiro. Não basta e disse também em relação aos negros, essa idéia do tratamento apenas de defesa. Tem que ser um tratamento de protagonismo. E não só de protagonismo para o seu grupo específico, mas para mudar o Brasil inteiro. Eu fiz questão de dizer aqui uma coisa que tenho escrito e falado que pra mim um dos problemas da desigualdade e pobreza no Brasil é o fato de que a lógica que predomina no processo político é uma lógica da economia masculina, masculinizada, usando isso metaforicamente, e não da solução urgente dos problemas como é a lógica feminina. Eu costumo citar, desculpe se repito para alguns, que quando falta comida numa casa a solução que o homem dá é ir busca de um emprego, trabalha um mês, recebe o salário, na volta pára no boteco, toma uma pinga e quando chega em casa já morreram todos. A solução feminina falta comida na casa de noite tem que ter alguma coisa na mesa. Nem que seja pedindo emprestado para o vizinho, mandando o menino para esquina pedir dinheiro. Essa urgência o Brasil não tem na solução dos problemas sociais. E pra mim essa solução não virá da economia. E eu cobrei aqui ver as mulheres envolvidas na revolução que pode significar a educação. A revolução da escola do filho do patrão igual a escola do filho do trabalhador. Que pra mim é o que Marx diria hoje. Em vez dessa preocupação do capital, dos patrões passar a mão dos trabalhadores, que termina não chegando, ficando não mão de burocratas de algum partido, como aconteceu na União Soviética, que terminou fazendo deles os homens mais ricos no mundo hoje, eu acho que a distribuição de conhecimento. Eu cobrei então esse protagonismo, e não apenas essa defesa que é necessária também. Mas o protagonismo. E não só para o grupo, para a sociedade, para o País inteiro. Os revolucionários saem dos grupos oprimidos. Então eu acho que das mulheres poderão surgir. E cobrei do Senador Paim que seja um pré-candidato a Presidente para fortalecer o movimento negro. Eu convoco também o máximo de mulheres que assumam a idéia de que podem ser Presidentes da República e a partir disso, talvez não seja, talvez não consigam convencer as máquinas de seus partidos, mas pelo criaria o movimento nesse País de que uma mulher precisa e pode chegar à Presidência da República. Um negro precisa e pode chegar na Presidência da República. Foi o desafio que eu fiz hoje na Comissão Permanente, não da defesa das mulheres, mas do ataque das mulheres para mudarem o Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero nesse momento, se me permitirem, ao passar a Presidência dos trabalhos à Senadora Serys e à Senadora Ideli, para não fazer aquele longo discurso que nós sempre fizemos, nós políticos, eu vou se permitirem, conversei aqui com a minha Presidente, só fazer a leitura de uma parte de uma canção, eu que gosto tanto da poesia e sou metido a escrever algumas coisas, mas não é de minha autoria, não vou cantar, só apenas fazer a leitura de uma parte de uma canção chamado mulher. Só a primeira parte. Diz aqui uma música de Geraldo Azevedo e Neila Tavares. "Eu sou a mãe da praça de maio. Sou alma dilacerada, sou Zuzu Angel, sou Sharon Tate. O aspecto da mulher assassinada, da mulher lutadora, em nome do amor, sou a mulher abandonada pelo homem que inventou outra mais menina, sou Cecília, Adélia, Cora Coralina, sou Leila, e Angela Diniz, eu sou Elis. Eu sou assim, sou o grito que reclama a paz, sou a chama da transformação, sorriso meu, meus ais, grande emoção, que privilégio poder trazer no ventre a luz capaz de eternizar em nós sonhos de criança. Tua herança. Eu sou a moça violentada. Sou Mônica, sou a Cláudia, sou a Marilyn, Aída, sou a dona de casa enjaulada sem poder sair, enfim, eu sou simplesmente mulher". Viva as mulheres brasileiras e do mundo.

[palmas]

Convido a Senadora Ideli, Senadora Serys a assumir a Presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, primeiro lugar eu queria agradecer a Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Inácio Arruda, Senador Tuma, Senador Nery, que tiveram o entendimento da importância de nós estarmos instalando no dia de hoje essa Subcomissão Permanente, seja da defesa, seja do ataque, seja dos direitos de qualquer forma uma Subcomissão permanente aqui nesta Casa que tem mais de 180 anos, mas cuja presença femi-

nina não chega a 30. A primeira mulher que chegou ao Senado ainda na condição de suplente, Ministra Nilcéa, foi a Eunice Micheles, em 1979. Portanto hoje nós temos 11% de Senadoras, temos um percentual inclusive maior do que da Câmara, mas parece pouco, mas se a gente pensar que não é nem 30 anos de presença, é um percentual já significativo.

Por isso ter o espaço permanente aqui da Subcomissão é muito importante eu acho que nós temos um desafio muito grande.

Eu queria em primeiro lugar, nós temos como primeira atividade dessa Subcomissão fazer um debate, fazer uma explanação, uma discussão a respeito da ocupação dos espaços de poder pelas mulheres. E para isso nós convidamos mulheres representativas, que estão ocupando espaços de poder, seja o poder institucional, seja o poder que a sociedade pelo reconhecimento das suas atividades lhe conferiram, e nós como o convite foi muito bem acolhido, nós temos 10 personalidades aqui hoje para darem o seu testemunho neste tema da ocupação dos espaços de poder pelas mulheres.

Então, para efeito aqui do nosso trabalho, nós vamos dividir a representação do institucional e a representação da sociedade civil. A nossa querida Ministra Nilcéa já está aqui compondo a nossa Mesa, eu queria então solicitar a presença, a vinda à Mesa da nossa Ministra Fátima Nancy do Superior Tribunal de Justiça, do STJ, que na impossibilidade a Ministra Ellen Gracie está impossibilitada de comparecer, tinha confirmado com a discussão das células tronco de ontem, ela pediu mil desculpas a sua ausência, então nós estamos a presença, a representação do Judiciário a Ministra Fátima Nancy e gostaria de convidar para compor a Mesa da primeira etapa da nossa audiência a Deputada Sandra Rosado, que além de ser a coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, também está na condição de representante da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

Então, nós vamos neste primeiro momento conceder a palavra para as três maravilhosas mulheres que estão aqui representando o Executivo Federal, o Executivo estadual, o Judiciário, o Legislativo, e na segunda etapa nós contamos com a presença da Sílvia Camuça que é Secretária Executiva da belíssima articulação das mulheres brasileiras que tem um trabalho maravilhoso de organização social, Justina Inês Cima, que é representante do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social, a nossa querida Hortência, que é a nossa expoente representante feminina do esporte brasileiro, a nossa maravilhosa Leci Brandão, que acatando, acolhendo o nosso convite está aqui não só representando as artistas, o setor artístico musical brasileiro, mas esta força da mulher negra no nosso País, e a nossa sempre querida e sempre presente, ela está muito atuante aqui no Congresso, aqui no Senado a Tizuka Yamazaki, a nossa cineasta, cinegrafista, maravilhosa.

Então eu vou de imediato passar a palavra à Ministra Nilcéa Freire para a gente poder ocupar bem o espaço e apenas agradecer a presença tão importante de... Da Deputada Rita Camata, Cida Diogo, Alice Portugal, Marina Raupp e Jô Morais que estão também prestigiando e compartilhando conosco aqui no Senado esse momento tão importante.

Então vamos já de imediato passar a palavra à nossa querida Ministra Nilcéa Freire.

SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE: Bom dia a todos e a todas. Bom dia Exmª. Srª. Ideli Salvatti, Senadora e Presidente da Subcomissão dos Direitos das Mulheres, Senadora Serys Slhessarenko, nossa companheira de muito trabalho nesses anos que estou à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministra Fátima Nancy, é uma honra estar aqui compartilhando esse espaço com a senhora, e Deputada Sandra Rosado, Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, uma bancada pequena, mas muito aguerrida como nós temos dito sempre.

Eu queria em primeiro lugar agradecer o convite para estar aqui hoje nessa manhã, e parabenizar as Senadoras Ideli e Serys pela iniciativa de propor a criação dessa Subcomissão Permanente no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Agradecer e acho que posso fazer isso em nome das mulheres brasileiras ao Senador Paulo Paim, por acolher essa solicitação assim como os demais Senadores aqui presentes, acolherem de imediato essa demanda e, portanto, fazerem hoje a instalação da Comissão.

Ontem muitas das que estão aqui puderam acompanhar o lançamento do segundo Plano Nacional de Política para as mulheres. O Segundo Plano Nacional ele foi decorrência da nossa segunda conferência que fez a revisão do Plano Nacional lançado em dezembro de 2004. Nós tivemos uma conferência da qual participaram cerca de 200 mil mulheres no Brasil inteiro, nas conferências municipais, conferências estaduais, e tivemos aqui em Brasília a presença de 2.800 delegadas que durante três dias debateram muito intensamente dois temas centrais. A avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que estava em curso até agosto e até agora, e um outro tema que é justamente o tema dessa Sessão de hoje, que é a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão no Brasil.

Dessa discussão da conferência resultou a revisão do plano e a inclusão desse tema participação

das mulheres nos espaços de poder e decisão como um dos capítulos, como um dos eixos estratégicos que passaram a compor o Plano Nacional de Política para as mulheres.

Portanto, ontem, no lançamento do plano, na presença do Presidente da República no Palácio do Planalto, nós pudemos apresentar um balanço do primeiro plano, e apresentar as metas que existem entre... Com a participação de 19 Ministérios que foram definidos para os próximos anos.

A cada ano no 8 de março nós do Governo Federal entendemos que a nossa forma de celebração do 8 de março é prestando contas e propondo políticas públicas em benefício das mulheres brasileiras. Sabendo que cada política que se faz em benefício das mulheres brasileiras, como bem disse o Senador Cristovam, não está beneficiando as mulheres brasileiras, está beneficiando toda a sociedade na medida que permite que viabilize um protagonismo maior das mulheres na sociedade brasileira, e que, portanto, isso alavanca o desenvolvimento do Brasil de maneira justa, solidária e sustentável. A cada ano nós também escolhemos um segmento das mulheres brasileiras para homenagear no 8 de março. Estamos homenageando a todas, mas escolhemos um segmento específico. Foi assim que fizemos quando no primeiro ano trabalhamos com o pacto pela redução da morte materna e neonatal, quando dirigimos as mães brasileiras, foi assim quando trabalhamos com o programa a política de documentação da trabalhadora rural e a ampliação do crédito para as trabalhadoras rurais no 8 de março que fizemos em Apodi no Rio Grande do Norte no assentamento junto com as nossas companheiras do Rio Grande do Norte para as trabalhadoras rurais, homenageando as trabalhadoras rurais. Foi assim no passado que tendo o Pan-Americano como pano de fundo lançando o plano integrado para deter a feminização da Aids no nosso País, homenageamos todas as atletas, as mulheres brasileiras que têm conquistado um espaço cada vez maior e conquistado tantas medalhas que muito nos orgulham e nesse ano tomamos a decisão de homenagear as mulheres negras no nosso País. Homenageando as mulheres negras nós estamos enfatizando o protagonismo dessas mulheres durante toda a história da nossa pátria. Nós estamos fazendo um tributo à resistência das mulheres negras que, desde a época da escravidão, conseguiram rompendo todas as barreiras prover o sustento de suas famílias, inclusive como mercadoras, como vendedoras nas cidades comprar alforria para muitos de seus irmãos e dos seus filhos.

Eu queria dizer que ontem lá no Palácio do Planalto nós fizemos uma cerimônia muito simples, muito singela, mas revestida de enorme sentimento de responsabilidade com os desafios que estão colocados no Plano Nacional de Política para as mulheres. Especificamente, Senadora Ideli, no tema que nós vamos tratar aqui hoje sobre a questão da ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, há uma meta no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e uma ação proposta que eu queria desde já fazer o convite às Senadoras através dessa Comissão para a sua participação, que é a discussão para que possamos rever a legislação que estabeleceu as cotas eleitorais no nosso País. A proposta colocada como ação no segundo Plano Nacional é a de constituição de uma Comissão tripartite entre Governo Federal, representação da sociedade civil e Legislativo para que possamos discutir a revisão dessa legislação que se mostrou num primeiro momento, ela trouxe um impacto num primeiro momento, mas que nos anos subseqüentes ela tem se demonstrado insuficiente para ampliar a participação das mulheres, seja no espaço... Especificamente no espaço dos legislativos, com repercussão nos outros espaços de poder.

Então, nós devemos começar as tratativas para a instalação da Comissão a partir da semana que vem porque esperamos que para as eleições de 2010 essa revisão ela já possa incidir nas eleições de 2010 porque temos metas também de ampliação dessa participação das mulheres nos legislativos nesses próximos três anos.

O Brasil ocupa hoje o vergonhoso lugar de 151° no ranking da União interparlamentar. Do ponto de vista da representação de mulheres nos parlamentos. Isso tem derrubado a posição do Brasil em todos os ranquiamentos sobre as desigualdades entre homens e mulheres, a área onde o Brasil está mais atrasado é justamente na ocupação dos espaços de poder e na representação Parlamentar.

Com relação à América Latina, por exemplo, o Brasil se encontra atrás de inúmeros países. A nossa vizinha Argentina já tem quase 50%, quase atingiu a paridade, também tem sistema bicameral, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado possuindo uma legislação de cotas que inicialmente era semelhante à legislação brasileira. Muitos dos países que avançaram mais nesse aspecto, na América Latina, têm um diferencial na legislação da nossa legislação que é o fato de haver sanção pelo não cumprimento do instituto das cotas. Portanto, isso faz diferença em alguns países, por exemplo, os partidos que não preencherem a cota determinada eles deixam de receber, por exemplo, o recurso para o fundo partidário.

Então, isso significou uma atenção maior e um estímulo maior às candidaturas femininas e a incor-

poração das mulheres nas atividades partidárias, na repartição dos recursos dentro dos partidos políticos.

Uma outra ação prevista no plano e que nós devemos desencadear também imediatamente é a realização de campanhas que estimulem não só a participação das mulheres, mas também que desconstrua um mito na sociedade acerca da ocupação das mulheres nos espaços de poder. Aliás, é importante dizer que numa pesquisa recentemente realizada pelo Instituto IPES de São Paulo, demonstra resultados muito consistentes de uma maior aceitação da sociedade brasileira do ponto de vista da participação das mulheres nos espaços do Parlamento, nos espaços do Executivo. Cerca de 78% dos entrevistados, sejam eles homens ou mulheres e pertencentes a faixas diferentes de escolaridade e de renda, dizem que seriam capazes ou poderiam votar numa mulher para a Presidência da República, e esse percentual aumenta a medida que se desce na hierarquia até chegando ao cargo de Vereadora.

Portanto, a sociedade cada vez aceita mais e vê com bons olhos a participação das mulheres na política formal. Dentre as ações então está a realização de campanhas, nós queremos ainda para incidir sobre as eleições de 2008 em conjunto com as bancadas da Câmara e do Senado e a representação das instâncias partidárias de todos os partidos políticos, discutir com o TSE a colocação no ar de uma campanha para estimular as candidaturas femininas. E ainda nesse semestre nós vamos também cumprindo uma das ações previstas no Segundo Plano Nacional de Política para as mulheres lançar um edital para que sejam instaladas em cada região do País, um programa, um curso, seminários de capacitação para as mulheres que forem participar já do pleito de 2008, seja para os executivos municipais, seja para as Câmaras de Vereadores. Tanto do ponto de vista de capacitação, do ponto de vista político, quanto até de como lidar com a mídia, subir nos palanques eleitorais porque às mulheres foi negado durante tantos e tantos anos o direito à participação. E ainda hoje, pelo acúmulo de tarefas e de responsabilidades que as mulheres têm, hoje 37 mulheres são as provedoras exclusivas das suas famílias, fica muito difícil e desigual a participação das mulheres no âmbito dos partidos políticos e nos pleitos eleitorais. E pela tradição política brasileira que ainda é extremamente machista, patriarcal, nós... Poucos investem com o sistema de financiamento eleitoral que temos ainda hoje, poucos investem nas campanhas de mulheres. Portanto é uma concorrência desigual nos pleitos que nós assistimos. Por isso, não é porque as mulheres não gostem de política, não é porque as mulheres não queiram participar que temos essa representação ainda pequena e bastante minoritária tanto na Câmara quanto o Senado. Eu queria agradecer enormemente a oportunidade de estar aqui, mais uma vez parabenizar pela iniciativa e dizer ao Senador Paulo Paim, o sabe, mas eu quero enfatizar que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres está sempre à disposição dessa Comissão para trabalharmos de maneira solidária, em parceria, porque sabemos ainda que não seja tão valorizada quanto deveria ser, mas o papel absolutamente fundamental que esta Comissão desempenha é para os destinos da Nação brasileira. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradecemos as sábias palavras da nossa Ministra, que tem esta tarefa no Governo Federal de implementar as políticas públicas tão necessárias e importantes aí para as mulheres de todo o Brasil. A Deputada Sandra Rosado está sendo chamada. Eu vou pedir licença à Ministra Fátima Nancy para que ela possa se pronunciar antes, porque aqui nós estamos naquele famoso rodízio. Anunciar e agradecer também a presença do Senador Augusto Botelho, e nós estamos aqui com representação de muitas entidades. E eu queria entre uma e outra fala já ir registrando e agradecendo a presença do Rodrigo Pena e da Fernanda Carvalho que estão pela OIT, Organização Internacional do Trabalho, e Alice Libardoni, Agende Fazendo Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Então eu vou registrando aqui as instituições e as representações que estão presentes.

Então passo de imediato a palavra à nossa querida Deputada Sandra Rosado que está aqui além da representação que ela exerce no seu mandato de Deputada Federal, também em nome da nossa querida Governadora Wilma Farias do Rio Grande do Norte.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Obrigada, Senadora. Eu quero saudar inicialmente à Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa que teve, brilhante iniciativa e que é um reconhecimento feito por todos que militam nessa trincheira de luta em favor das mulheres. Saudar a nossa querida Ministra Nilcéa Freire que tem feito um trabalho brilhante, extraordinário em favor de todas as mulheres do Brasil. Abraçar também a Senadora Serys, a Ministra Fátima Nancy, além de também saudar os Senadores aqui presentes. Quero também abraçar todas as representações de organizações que fazem parte do Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre a Previdência, e as outras que aqui também representam algum segmento em defesa das mulheres.

Eu estou aqui como representante da bancada feminina na Câmara dos Deputados, e pediria a permissão à Presidenta aqui dessa Subcomissão para me

referir às Deputadas Lidice da Mata, Alice Portugal, Rita Camata, Maria Raupp, Cida Diogo, Jô Morais, Bel Mesquita e Ana Arraes que aqui estiveram, mas que por motivo de uma Sessão Extraordinária tiveram que se deslocar. Represento também a nossa Governadora Wilma de Faria, que sem dúvida alguma é um destaque na luta das mulheres que chegaram ao poder. Somos apenas... Temos apenas três Governadoras no Brasil, e a Governadora Wilma se destaca pela sensibilidade que ela tem de abraçar as causas femininas. É uma mulher que tem implantado no nosso Estado do Rio Grande do Norte políticas públicas significativas e importantes para a vida das mulheres. Mas dizer também, Senadora, que eu sou da terra que tivemos como primeira eleitora inscrita na América Latina a Profª Celina Guimarães Viana. Foi lá de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que essa mulher em 1927 se inscreveu como primeira eleitora do nosso País. Aliás, da América Latina. E eu ouvindo o Senador Cristovam, quando ele falava na revolução das mulheres, eu também sou da terra em que se fez através da presença de Ana Floriano motim das mulheres. As mulheres foram para as praças da cidade rasgar um edital de convocação de filhos e maridos da cidade de Mossoró, aliás, estava-se fazendo pelo Brasil todo, para participar de uma guerra. E elas simplesmente juntaram algumas companheiras e fizeram esse ato que já muito distante se reflete na história política do meu Estado, que tem contribuído muito na participação feminina. Temos Prefeita, Senadora, Governadora, Deputadas Federais, estaduais e Governadora. Mas isso não faz com que eu também aqui não faça a crítica de que precisamos avançar. As mulheres do Brasil elas precisam ter a consciência que muito bem colocou a nossa Ministra Nilcéa, é que a participação política desde o mandato, como lideranças comunitárias, como vereadoras, até mesmo quem sabe um dia Presidente da República. As mulheres precisam romper barreiras. As mulheres precisam superar as dificuldades. Nós sabemos que esses problemas todos, esses obstáculos que nós enfrentamos começada a partir dos partidos políticos que não dão na sua maioria vez, igualdade, respeito na participação das mulheres. E precisamos, Senadoras e Senadores, mais rigor na lei de cotas partidárias. Nós não podemos aceitar que os 30% fiquem apenas como uma direção que se deve seguir. Mas nós temos que estabelecer também uma legislação que puna os partidos políticos que não preencherem os 30% das vagas. Nós precisamos preencher e precisamos mostrar aos partidos que se não existe a participação das mulheres naquelas vagas nós temos que preparar essas mulheres para que elas possam ter realmente um papel cada vez mais efetivo. É diferente. Apenas colaborarmos. As mulheres em muitos lugares desse País elas são convocadas para auxiliar nas campanhas políticas, porque dizem que nós temos jeito de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Exatamente Senadora, porque dizem que nós temos jeito para pedir votos, nós temos jeito para conquistar votos. Mas nós precisamos não é conquistar votos para os outros não, nós precisamos conquistar votos para que nós mulheres possamos ocupar. O cargo de Vereadora, de Vice-Prefeita, Prefeita, de Governadora, Vice-Governadora, Senadora e Presidente da República. Porque só assim nós poderemos dizer que estamos realmente no poder. O empoderamento da mulher não pode ocorrer apenas em funções que não nos dão o direito de fazer uma legislação, de fazer valer a nossa posição nos parlamentos, das três esferas de poder.

Então, isso eu considero extremamente importante. É que cada uma e cada um, porque aí também nós não queremos excluir os homens. Viu Senador Paulo Paim? Nós não podemos excluir os homens. Nós queremos os homens como companheiros, solidários. Nós queremos dividir com os homens a tarefa que temos de governar, de legislar, de lutar por um País mais justo. Nós queremos a companhia dos homens para que eles sintam que a nossa capacidade é igual e muitas vezes superior. Então nós precisamos dessa companhia. Até porque nós somos a maioria, mas a outra metade do País também nasceu das mulheres. Nas nossas barrigas nós carregamos sim homens e mulheres. Então as mulheres são 100% do Brasil. Porque somos responsáveis pela luta de cada uma, a luta individual, mas também geramos nos nossos ventres o nascimento de homens que certamente precisam, os que ainda não estão conscientes disso, precisam de ter a clareza da importância do papel da mulher na vida da nação.

Eu quero parabenizar a nossa Ministra Nilcéa que ontem apresentou junto com o nosso Presidente Lula um segundo plano para as mulheres. A Ministra Nilcéa não é um elogio aqui de corpo presente, os nordestinos são sempre muito claros nas suas opiniões, e eu quero dizer que a senhora vem realmente enfrentando desafio. A Secretaria da Ministra tem apenas 65 pessoas para ajudá-la. 65, não é Ministra? 65 pessoas somente. E ela faz essa revolução.

Então, nós queremos aqui convidar tanto os que vieram, mas também quem está acompanhando esse trabalho do Senado da República, que lute. Lute na sua rua, na sua comunidade, faça valer a sua força de convencimento para que cada vez mais mulheres ocupem o seu espaço. Nós não podemos ser, continu-

ar a ser mulheres brancas, negras, índias, vítimas de violência. A violência física, a violência psicológica e a violência do pouco espaço que nós temos.

Então, eu quero abraçar a todas, parabenizar o Senado por conta da instalação dessa Subcomissão, estamos felizes porque eu acredito, Senadora Ideli, que apesar de sermos um número muito pequeno, são dez Senadoras. São 46 Deputadas. Somos 56 num universo de 594, se não me engano, Parlamentares. Mas eu tenho certeza que o Brasil se orgulha das mulheres que mandou para esse Parlamento. Muito obrigada, um abraço, e feliz dia das mulheres para todas.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada querida Sandra Rosado pelas palavras empolgantes e estimuladoras, que as mulheres todas que estão acompanhando se sintam empoderadas. Nós precisamos desse empoderamento, esse sentimento de que a gente pode. A gente pode. Eu queria inclusive justificar--

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir permissão de me retirar, porque está havendo uma Sessão Extraordinária, eu preciso me deslocar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Sandra, você vai fazer aquilo que todas as mulheres sempre fazem, quatro, cinco coisas ao mesmo tempo.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): É verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais uma demonstração da nossa capacidade. Mas eu queria agradecer a presença da Sandra e de todas as Deputadas Federais que compareceram, justificar que a Governadora Ana Júlia e a Governadora Yeda Crusius que tive a oportunidade de convidar pessoalmente por telefone, conversar, elas justificaram da impossibilidade de estarem presentes nesta oportunidade.

Queria também citar aqui mais uma lista das pessoas representando diversos movimentos que estão nos prestigiando. A Valéria, da Sociedade Especial dos Direitos Humanos, a Vera Ananias da Caixa Econômica Federal, Maria Palmira da Silva da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, outra Secretaria importantíssima da estrutura do Governo Federal que tem trabalhado muito a questão das mulheres também sob a ótica da igualdade racial, Josiane Santos, Assessoria da Deputada Dalva, Milena Calasan Matos do CFEMEA, Maria José da Costa, do MPA, Verônica Maria Ferreira do SOS Corpo, e Natália Mori do CFEMEA. Depois eu vou continuar aqui citando as entidades e as representações maravilhosas que estão presentes.

E já passo de imediato então a palavra para a nossa Ministra do STJ Nancy... Fátima Nancy para que ela possa também colocar a disputa dos espaços e a ocupação dos espaços do Poder Judiciário pelas mulheres.

SRA. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI: Eu agradeço à Srª. Presidente dessa Mesa, Senadora Ideli Salvatti. Cumprimento com muito carinho e vou dar uma denominação bem especial e que me parece corretíssima à nossa Ministra Nilcéa Freire. Uma verdadeira apóstola, aquela que sai com toda a dificuldade que encontra nesse caminho difícil, sem muitos recursos, mas permanentemente trabalhando como um apóstolo em prol da colocação adequada das mulheres no espaço da nação brasileira. Cumprimento todas as pessoas que estão aqui representando, recebam meu abraço muito afetuoso e também afetuosamente cumprimento Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim que muito me orgulha pelo seu trabalho.

A minha participação aqui seja seguramente a mais pálida de todas, porque trabalhar no Poder Judiciário é um pouco diferente de entrar na vida política, como eu estou vendo que estamos sempre incentivando as mulheres. Digo isso por quê? Porque para ter acesso na qualidade de Juiz do Poder Judiciário, o acesso é exclusivamente por concurso público. Até a década de 80 nós quase que não tínhamos mulheres na magistratura brasileira, no primeiro grau de jurisdição. Eu sou muito antiga na carreira. Eu sou Juíza desde 1976, portanto, são 32 anos de magistratura e num Estado em que sempre se deu o codinome de machista que é o Estado do Rio Grande do Sul, e depois fiz novamente o concurso e comecei minha carreira aqui no Distrito Federal. Mas a partir de 1980, a mulher brasileira que se dedica à área jurídica, ela foi ganhando espaço. E hoje para a nossa alegria, 50%, mais de 50% das Juízas Trabalhistas da Justiça do Trabalho, da justiça obreira, são mulheres. O que se percebe é que paulatinamente as mulheres também criaram uma coragem de disputar esse difícil concurso que é o acesso à magistratura brasileira. E essa disputa foi se encorajando na medida em que os próprios tribunais perceberam que as juízas mulheres têm a mesma capacidade intelectual que os homens. E é isso que se quer. Nós não queremos a feminilização total do Poder Judiciário. O que nós queremos é um espaço equilibrado para que mulheres e homens tratem dos conflitos que afligem o cidadão brasileiro. A visão do homem é uma, a visão da mulher é outra. E isso se percebe claramente num colegiado. As mulheres são mais detalhistas, os homens têm uma visão

mais racional. E o equilíbrio dessas duas posições é que no meu modo de ver depois de 32 anos de magistratura, se consegue não apenas a justiça que é um conceito bem amplo, mas se consegue uma decisão justa. Pra mim o mais importante. As mulheres estão chegando nos tribunais superiores. Ainda somos um número bem restrito, mas é significativo. Porque de 80 até 2008 nós já avançamos muito. Já avançamos muito. Temos no Supremo Tribunal Federal duas grandes Ministras. Hoje a Presidente Ministra Ellen Gracie e a Ministra Carmem Lúcia. No meu Tribunal, que é um Tribunal infraconstitucional, Superior Tribunal de Justiça, nós somos cinco ministras, dentre 33 que é o nosso universo de Ministros. Então nós já estamos representando um pouco mais de 10%. E percebo, depois de nove anos participando daquela Casa, que cada dia que passa as mulheres desaparecem os obstáculos que tinha quando nós chegamos. Os homens estão se abrindo e percebendo que o nosso trabalho é realmente uma combinação ideal na compreensão dos conflitos. E ainda gostaria de colocar, e é uma posição talvez mais... puxando para o nosso lado das mulheres, que eu não posso deixar de fazê-lo. O Juiz contemporâneo, no mundo moderno, a função precípua dele não é proferir grandes centenas. Laudas e laudas, palavras difíceis, com citações de grandes juristas. O verdadeiro papel do Juiz contemporâneo é ser um pacificador social. Quando se profere uma esquento sentença, infelizmente sempre nós haveremos de deixar descontentes uma das partes. Quando não, a sentença pode ser tão ruim que descontenta as duas partes. Isso pode acontecer.

Então, o caminho é o caminho da conciliação. É o caminho da humanização. Quem de nós não gostaria de ser tratado com a sua singularidade, que o Juiz pudesse lhe ouvir, pudesse ter o contato com o Juiz. Sempre tive para comigo desde a minha comarca lá em Herval do Sul, dívida do Brasil com o Uruguai, mais de 30 anos atrás que o cidadão brasileiro tem o seu direito constitucional de se encontrar com o Juiz que vai julgar o seu conflito pelo menos uma vez na vida. E nós, pelo excesso de processos, pelo excesso de trabalho, acabamos não mais conseguindo dar esse tratamento humanizado às pessoas. O Juiz já não consegue receber as partes. E este lado de mudança do Poder Judiciário não só ser uma máquina que profere sentenças, mas ser uma instituição que trabalhe efetivamente para a paz social. Nós mulheres temos o jeito para isso. As companheiras do Legislativo serão no meu modo de ver as juízas que estão lá. E que têm a habilidade, talvez por questão da nossa própria formação de mulher, sensibilidade maior, para sermos verdadeiras conciliadoras. E eu tenho a certeza de que o papel da mulher é fundamental porque nós podemos ser realmente como eu disse lá na outra sala, verdadeiras serenadoras de almas que é o papel do Juiz contemporâneo. Muito obrigada. Eu fiquei muito feliz, Senadora, de poder participar deste evento, que eu reputo um divisor de águas na história do Poder Legislativo brasileiro. A instituição dessa Subcomissão de Direitos Humanos para resguardar mais especificamente o direito das mulheres considero pra mim um divisor de águas na história do Poder Legislativo brasileiro. Parabenizo. Vai haver uma mudança substancial. Os nossos olhos estão voltados para o direito da mulher e quando se volta os olhos para o direito da mulher, estamos abrangendo os homens. Porque juntos nós somos um só. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço a Ministra Fátima Nancy, e queria aqui deixar registrado que para nós este momento é como a Ministra coloca. É um momento extremamente importante nesse espaço tão masculino que ainda é o Senado, viu Senador Paulo Paim. Mas a gente estar aqui com a transmissão ao vivo, eu quero inclusive já deixar comunicado de forma pública o pedido que nós fizemos ao Presidente do Senado, ao Senador Garibaldi Alves, que já deu a resposta no café da manhã que tão gentilmente ele nos ofereceu, de que a TV Senado, a exemplo da TV Câmara, terá na sua grade de programação um programa dedicado exclusivamente para as mulheres. TV Mulher na TV Senado. [palmas] E eu fui informada, inclusive, que para encerrar esta Audiência Pública nós vamos inclusive depois transmitir, a TV Senado já preparou o primeiro programinha que nós vamos transmitir ao final desta audiência. Então eu queria agradecer a nossa querida Ministra Nilcéa, está a Anita Garibaldi no Executivo, peleando por todas nós, a Ministra Fátima Nancy e nós vamos constituir agora Mesa da nossa sociedade, das nossas artistas, nossas atletas, da sociedade, das nossas entidades da representativa das mulheres. Então eu solicito, agora vamos montar a segunda Mesa e agradecer.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, para constituir então a Mesa representativa da sociedade, antes eu quero já agradecer a presença dos representantes do Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento das Mulheres Camponesas, Federações Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e o Movimento da Campanha pela Aposentadoria das Donas de Casa que nós temos representantes aqui. Então já quero chamar de imediato a nossa querida Hortência, representante das nossas

atletas, até porque ela tem vôo, então nós precisamos ouvi-la, a nossa querida Leci Brandão, representando as nossas mulheres negras e artistas, a Tizuka Yamazaki, a nossa cinegrafista maravilhosa, a Sílvia Camuça, Secretária Executiva de Articulação das Mulheres Brasileiras, a Justina Inês Cima, representante do fórum itinerante paralelo da Previdência Social. E para a abertura desta Mesa, eu queria ler o telegrama maravilhoso da nossa querida Fernanda Montenegro que nós convidamos para participação e ela endereçou a seguinte correspondência que vou ler. "Prezado Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. O convite para a minha participação na Audiência Pública cujo tema é a mulher nos espaços de poder muito me honra. Venho por meio desta agradecer o referido e importante convite. Como brasileira me solidarizo com a iniciativa desta audiência que tem como tema mulher, como ser humano e ser social. Por motivo de compromissos de trabalho, todo mundo sabe que ela está gravando mini série, vejo-me impossibilitada de estar presente nesta Audiência Pública, mas quero deixar claro o meu apoio a esta iniciativa. Atenciosamente Fernanda Montenegro".

Então, agradecendo a presença da... Tizuka, venha sentar aqui meu amor. Vamos já de imediato para a palavra para a nossa querida Hortência para que ela coloque de forma muito clara esta ocupação de espaço de poder no setor esportivo pelas mulheres brasileiras.

SRA. HORTÊNCIA MARIA DE FÁTIMA MARCARI: Bom dia a todos. Primeiro é um prazer muito grande estar aqui. E é um dia muito importante não só da mulher, mas de estar aqui ao lado de mulheres tão fortes, tão poderosas e dizer que se aqui no Congresso existem dez, oito, dez, 8%, 12% de mulheres ocupando o cargo, essas são para valer. São mulheres fortes, mulheres poderosas, mulheres que fazem um embrulho muito grande. Que é uma honra pra mim estar ao lado da Senadora, admiro muito todas elas, eu assisto bastante a TV Senado, procuro estar por dentro de tudo que acontece. É totalmente diferente você estar aqui e você estar do outro lado assistindo, vendo, participando só de uma maneira menor. E eu nasci numa família muito pobre. Acho que 99,9% dos nossos atletas hoje vêm de famílias muito simples, e tive uma luta muito forte. Porque há 35 anos atrás uma atleta que praticava esporte principalmente se falando de basquetebol, era considerado uma coisa só para homens. E quando nós começamos eu tive muitos obstáculos que pra mim eu passei de maneira muito fácil e rápida. Porque eu tinha um objetivo, eu sabia aquilo que eu queria e eu tinha uma meta. E ninguém e nenhum tipo de preconceito ia atrapalhar o meu objetivo. Até de ser chamada de homossexual, porque tinha o corpo muito malhado, tinha o corpo muito trincado como as pessoas falam hoje. Hoje é completamente diferente. Hoje as mulheres saem para malhar, os homens também, quer dizer, freqüentar uma academia hoje é uma coisa muito mais simples do que antigamente. Jogar ali toda suada, toda... Aquele shorts enorme que vinha até joelho, parecia um homem, que pra mim também não tinha problema nenhum, porque eu sabia aquilo que eu queria. E eu era uma pessoa que eu era muito bem realizada naquilo que eu gostava de fazer. Mas tinha uma coisa que me incomodava muito. Porque eu era mulher, e queria ser vista como uma mulher. A ponto de até fazer uma loucura. Que foi uma loucura muito gostosa, que foi posar para a Playboy. Por que eu posei para a Playboy? Que eu queria mostrar para todo mundo que a mulher que pratica tem um corpo bonito, é feminina. É feminina, é bacana, é legal. Eu não precisava posar para a Playboy pelo fato do dinheiro, porque eu já tinha 27 anos e já estava com a minha vida praticamente feita, não pelo exibicionismo porque eu era consagrada dentro das quadras, mas sim porque eu queria mostrar para as pessoas que o atleta não é homossexual. Que ela poderia estar ali ter outros objetivos eu fui casada, eu tenho dois filhos, eu consegui conquistar na minha vida, consegui me realizar como uma mulher profissional e também na minha vida pessoal.

A mulher tem avançado muito no âmbito esportivo. Apesar de ser extremamente machista o meio esportivo. Você não vê a não ser se não me falha a memória, Presidente da Confederação de Ginástica ser uma Mulher, o resto são todos homens. Não só aqui, mas no mundo inteiro. Presidente de Comitê Olímpico, Presidente de Comitê Olímpico Internacional, são todos extremamente machistas. São todos homens. E apesar de o basquetebol feminino ter conquistado muito mais títulos na minha geração, nós éramos sempre tratadas em segundo plano. Sempre o masculino era tratado de uma forma muito diferente da forma como era tratado o feminino. Mas a gente não ligava para isso não. Porque o mais importante era o reconhecimento que o povo tinha para com a gente. Que o povo tinha para as atletas, enfim, hoje num Pan-Americano, numa Olimpíada você tem quase que equilibrado o nome de... Tanto homens como mulheres vestindo a camisa do Brasil. E eu fico muito feliz em ver essa ação aqui do Senado, principalmente por mulheres tão importantes, tão poderosas e tão inteligentes, de zelar pelos nossos direitos. Eu digo sempre que nós não temos que ocupar o espaço do homem, e sim buscar o espaço que nós temos de direito. E que o homem e a mulher

têm que andar sempre juntos. Porque um completa o outro. Eu fico muito feliz por ter sido convidada pela Ideli, com muito prazer estou à disposição para o que vocês precisarem, e muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço por demais a presença da Hortência, até porque esta relação e esta parceria já tivemos momentos de muita tensão aqui no Senado. E que se não fosse a parceria nós teríamos para buscar o direito que o esporte tem, que obviamente todo o incentivo necessário nós não poderíamos ter prejudicado a cultura.

Então, está aqui a nossa querida cinegrafista Tizuka que foi um momento muita tensão quando veio o projeto para a Câmara aqui para o Senado, e meio que se abriu uma guerra entre os atletas e os artistas e nós conseguimos conciliar, estabelecendo depois o Presidente Lula encontrou a saída e nós conseguimos ter o incentivo necessário, fiscal, tanto para a cultura, a manutenção da cultura quanto a abertura para o incentivo também para o nosso esporte. Então é muito importante essa nossa relação e essa porosidade cada vez maior, Senador Paulo Paim, que nós temos que ter enquanto Congresso Nacional para as reivindicações legítimas da sociedade.

Então, muito agradecida mesmo, Hortência, sei todo o sacrifício, saiu, levantou às cinco horas da manhã para estar aqui conosco nesta audiência. Queria já de imediato passar a palavra para a Sílvia Camuça, que é Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, e antes registrar a presença do José Vicente, da UNIPALMARES, a Universidade Cidadania Zumbi dos Palmares e da Auristela Bragança, Vice-Presidente da Associação das Donas de Casa do Estado de Goiás. Então, Sílvia, está contigo então a palavra.

SRA. SÍLVIA CAMUÇA: Obrigada, Senadora. Bom dia as companheiras do movimento aqui presentes, aos Senadores e as Senadoras. Quero inicialmente agradecer a oportunidade da Articulação de Mulheres Brasileiras estar aqui podendo participar desse debate sobre o poder. Articulação de Mulheres Brasileiras é uma organização política de movimento de mulheres formada por vários grupamentos dos movimentos de mulheres no plano estadual e tem por objetivo justamente articular e potencializar a luta dos movimentos no Plano Nacional e Internacional. Para nós a instalação dessa Subcomissão ela é compreendida como uma conquista e como a instalação de uma... De mais uma trincheira de lutas. É uma conquista porque ela significa uma alteração na cultura política das instituições democráticas que desde sua origem excluem as mulheres dos espaços de poder. Essa foi a primeira denúncia do feminismo no mundo. A democracia não era democrática com as mulheres que estavam impedidas de votar e se candidatar. Então essas instituições democráticas historicamente construíram e permanecem com uma cultura política bastante excludente e elitista. Nesse sentido, o próprio fato de instalar essa Comissão revela uma mudança na cultura política desta Casa.

Por outro lado, a gente compreende que é uma trincheira de luta a mais na luta institucional porque os movimentos de mulheres fazem movimentação na sociedade, mas não podemos prescindir de espaços institucionais para a luta. E a gente sabe que o Congresso Nacional é espaço de muita luta ideológica e política. Se tem representantes dos setores minoritários na sociedade, tem aqui também os setores ligados à oligarquias patriarcais, aos grandes empresários, são interesses conflitantes e esse é o espaço democrático de enfrentamento desses interesses. Acho muito feliz a Comissão ser instalada escolhendo como questão central a debater a questão do poder. Porque a questão do poder está no coração da luta do feminismo. O patriarcado reserva para as mulheres o único espaço de poder, é o poder da casa, não é nem o da família, é o da casa. Ali você pode mandar e comandar. Fora disso você não poderia. Essa é a lógica da ideologia patriarcal. E é pela via do exercício e controle do poder sobre as mulheres que o sistema permanece. De que sistema eu falo? Do sistema de poder patriarcal que permanece até hoje. O patriarcado, o movimento de mulheres chama qualquer sistema político e social onde os espaços de poder são ocupados majoritariamente pelos homens. É por isso que a gente diz que nós ainda vivemos no patriarcado. São os homens que estão na maioria da direção das religiões, dos espaços da política, do Judiciário, do Executivo, são os homens que são a maioria dos proprietários dos meios de produção, e dos meios de comunicação, portanto, e dos exércitos.

Portanto, nós vivemos sobre um sistema dominado por um grupo da espécie humana que é o grupo masculino, mesmo que muitos deles sejam contra esses sistemas e sejam solidários a sua transformação, mas todos se beneficiam dele. Mesmo que não queiram.

Quais são os estratagemas de poder do poder patriarcal contra os quais essa Comissão vai ter que dedicar muita atenção para cumprir o desafio que se colocou? O sistema tem quatro estratagemas principais. O primeiro deles a gente está debatendo hoje que é: Tira essas mulheres dos espaços de poder. Quer premiar alguém não dê a ela poder e coloque todos os bloqueios possíveis para ela ter poder. Você vai construir um oprimido. Esse é o primeiro estratagema

e por isso que teve a luta das sufragistas, é por isso que as mulheres lutam para organizar seus próprios movimentos sociais, é por isso que a gente luta por reforma do sistema político. Por isso que a Secretaria vai fazer a revisão da lei de cotas porque a lógica da legislação toda ela, ela impede que certos setores da sociedade, e a gente está falando das mulheres, tenham acesso igualitário aos espaços de poder. Assim que se constroem a opressão.

Um outro estratagema do sistema é manter as mulheres em dependência econômica. Toda pessoa que depende economicamente de outro passa a ser oprimida e pode ser mais facilmente explorada. Por isso que muitos homens não querem que suas esposas trabalhem. É por isso que as mulher até hoje ganham menos do mercado de trabalho. É por isso que existe uma divisão sexual do trabalho onde está nas nossas costas o cuidado com as crianças, com os idosos e família, o que nos obriga a um tempo tal que não temos tempo de ganhar dinheiro para ficar independente economicamente. Manter as mulheres em situação de dependência econômica e sem acesso a espaços de poder são dois estratagemas para manter a submissão das mulheres e violar os seus direitos humanos.

O terceiro é o uso da violência. Se não obedecem, bata. É assim. E o quarto é... Quer dizer, a violência é um instrumento de dominação das mulheres. Não apenas uma questão de acesso de raiva. Ela é um instrumento de dominação das mulheres. E quarto estratagema é o controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Obrigação da maternidade obrigatória, o que nos tira muito do mercado de trabalho, a não legalização do aborto, um conjunto de... Exploração das mulheres pela via da prostituição, a exploração das mulheres pela via da pornografia, que há toda indústria do sexo controlada pelo poder masculino. Então tem todo um controle e exploração sobre o corpo das mulheres. A indústria da beleza que quem ganha mais com ela são os homens que são os proprietários deste meio de produção então nós vivemos num sistema que controla e explora o corpo das mulheres, impede a autonomia econômica das mulheres, impede que elas participem dos espaços de decisão política, e se nada disso funciona bate-se. Esse é o sistema patriarcal. E ele constitui em si uma ameaça aos Direitos Humanos das mulheres. Em termos de desafios, enfrentar esse poder desse sistema é enfrentar a defesa da luta pelos direitos humanos das mulheres que inicialmente não eram nem consideradas portadoras de direito. Já teve tempo até que a gente não era considerada nem humana. Já teve tempo que a gente era considerada assim como negros e indígenas, já duvidou até de ter alma, várias coisas. Evoluímos muito, mas o sistema ainda está aí.

Então, o que... Com que desafio fica para essa fantástica Comissão que agora institui como permanente esse espaço no Congresso e no Senado, uma das Casas, mas conservadoras no Legislativo de todo o mundo. Um espaço de defesa de direitos da mulher. Acho que a gente tem um desafio e essa Comissão terá um desafio enorme de conquistar o reconhecimento dos movimentos de mulheres como sujeitos políticos, haja vista o exemplo de hoje, tem poucos senhores de paletó nesse momento embora que a gente tenha que ter ouvido por duas vezes um senhor que quis repetir a sua fala, mas, entretanto, não pôde ficar para nos ouvir. Isso é uma questão de cultura política permanente. Essa Comissão vai ter um desafio de enfrentar isso entre os próprios Parlamentares e Senadores. A questão da defesa das defensoras do direito das mulheres. Nós temos presas políticas hoje no Brasil por defenderem direitos das mulheres. No Rio Grande do Norte teve presas... mulheres indiciadas porque defenderam o direito ao aborto. Ontem está a liberdade de expressão? Recentemente e a todo momento são presas mulheres por fazerem atos e manifestações em defesa da produção de alimentos saudáveis. Isso é presa política. São mulheres que estão presas por estarem defendendo os direitos numa sociedade que é para ser democrática. Então tem o desafio de defender as defensoras dos direitos. A defesa da luta contra a violência institucional acho que vai ser outro desafio aqui. Já foi citado o caso do sistema prisional. Os direitos sociais porque sem creche, sem saúde universal nós mulheres não poderemos avançar na participação social. Porque a gente vai estar consumida pelo trabalho doméstico que desonera os homens e coloca toda a responsabilidade sobre nós. A questão da autonomia econômica que implica na reforma agrária, acesso a terra é também forma de autonomia econômica para as mulheres.

Então queria deixar esse leque de elementos para... Que são parte da composição dos direitos humanos das mulheres e da luta dos movimentos. Com relação ao sistema de poder, essa revisão da lei de cotas é muito importante para voltar o tema do debate de hoje, e a questão da reforma do sistema político. O movimento de mulheres considera a participação política como parte dos direitos das mulheres. Portanto a gente vai poder contar e demandar dessa Comissão todo o apoio para a retomada da nossa discussão da reforma do sistema político que foi sequer considerada pelo Congresso em que pese a grande aliança com grande parte da bancada feminina, mas a alternância de sexo nas listas partidárias sequer foi considerada.

Ou seja, para as mulheres efetivamente participarem de igual para igual vamos ter que enfrentar a abertura de espaço nesse Congresso. Que sempre que aprovou as cotas aumentou o número das cadeiras dos Parlamentares. Portanto zerou o aumento que poderia ser potencial. Em algum lugar esses Parlamentares terão que abrir espaço para as mulheres. Não se pode... Então vamos ter que enfrentar essa discussão. Os partidos poucos apoiaram a reivindicação que o movimento de mulheres trazia, e os partidos que se posicionaram por essa lista com alternância de sexo os Parlamentares não seguiram a orientação do partido. Boa parte deles. Porque isso implica em correr o risco de próxima eleição não ser eleito. Então simplesmente não vota a reforma. Para manter cadeira cativa. Então isso é um problema de prática política patriarcal. Não é de outra maneira.

Então, é desafio grande para o Senador Paulo Paim que está acostumado já a lidar nessa área de direitos humanos, para as Senadoras da Comissão de enfrentar a cultura política que está incrustada não só na prática política da instituição-partido, mas entre nós companheiros e companheiras que compartilhamos nesse espaço. Qual de nós vai estar disponível a correr o risco de não se reeleger para garantir que mais mulheres possam se candidatar. Isso é uma questão democrática com a qual vamos ter que enfrentar no Congresso. Muito obrigada e desejo muita sorte a essa Comissão que para nós é estratégica.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço muito à Sílvia. Está aí o desafio do tamanho de um bonde. Nada diferente do nosso cotidiano. E eu queria com muito prazer passar a palavra para a nossa querida Leci Brandão e dizer a ela que eu venho de um Estado, represento aqui Santa Catarina, que todo mundo vê loiro de olho azul. Quando fala em Santa Catarina todo mundo pensa em povo loiro de olho azul. E eu queria registrar a Leci registrando que foi em Santa Catarina que se elegeu a primeira Parlamentar negra do Brasil. As pessoas não sabem disso. Antonieta de Barros, em 1934. Vocês podem imaginar isso? [palmas] Vou voltar a dizer. O ano que a Antonieta de Barros se elegeu em Santa Catarina. 1934. E ela era tão poderosa que os adversários mais ferrenhos não... Quando se referiam a ela, não a nome nominavam. Não diziam a Deputada, Antonieta. Ela. Então um símbolo muito forte da garra das mulheres negras. Então com muito prazer a Leci para nos brindar. Que como nós já tivemos oportunidade no café da manhã e realçar que das presenças de mulheres tão importantes que nós tivemos no café, aqui na audiência, ela nos representa com muito orgulho para todas nós esta garra, esta força das mulheres negras no nosso País.

SRA. LECI BRANDÃO: Muito obrigada, Exmª. Srª. Senadora Ideli, Senadora Serys, Senador Paulo Paim, queridíssima Tizuka, Secretária Sílvia da Articulação, companheira Inês... Queridos companheiros e queridas companheiras presentes. Eu tenho pedido a Deus que continue me dando condições, ou seja, saúde e paz de espírito para que eu possa cumprir a minha missão. A cada dia que passa, e hoje eu reafirmo isso estando sentada a essa Mesa aqui, tendo esse privilégio, essa oportunidade, eu quero agradecer Senadora Ideli, Senador Paim, a sua equipe, seus Assessores nos ligaram e eu aceitei o convite com muita honra porque Deus determinou pra mim que eu viria passar por essa terra não para fazer sucesso nem sair em capa de revista, mas principalmente para fazer de minha arte uma forma de defender as comunidades brasileiras. Por quê? Primeiro pela minha própria história. Porque eu sempre digo com muita honra e enfatizo isso, sou filha de uma servente de escola pública, Dª. Leci de Assunção Brandão, minha mãe varreu muito as salas de aula, eu ajudei durante muito tempo, trabalhei como operária de uma fábrica lá no subúrbio de Realengo, trabalhei também na Universidade Gama Filho no departamento pessoal, entrei para a aula de compositores da mangueira nos anos 70, e jamais poderia imaginar que um dia eu iria ser convidada para fazer parte de Conselho da Secretaria da Igualdade Racial, seria homenageada por diversos sindicatos espalhados por Brasil afora, teria uma inspiração para fazer uma música para os professores, para os índios, para as mulheres, para os homossexuais, para os sem terra, para... Enfim, para as comunidades de um modo geral. E aí eu fico me perguntando se valeu a pena. Eu acredito que sim. Porque senão eu não estaria aqui, sentada num momento que como a nossa querida Juíza Fátima falou que é um divisor de águas, na história Parlamentar do Brasil, esta instalação, acho que as coisas começam a mudar a partir de hoje com certeza, porque uma cantora e compositora que sempre foi estigmatizada pelo fato de ser radical, e concordo, houve uma fase da minha vida que eu era extremamente radical, fui chamada de xiita, chamada de contestadora, até uma palavra popular porque o povo assiste a TV Senado, barraqueira. A mulher da confusão. Ou seja, todas as encrencas brasileiras chamam a Leci para cantar. Não é bem isso. Até porque eu não tenho filiação partidária. A carteirinha que uso na minha vida é da identidade do Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro porque eu sou carioca.

Então, pra mim fica muito mais tranqüilo não ter esse tipo de vínculo porque eu consigo enxergar que

existem determinadas situações no Brasil, grandes problemas, que são suprapartidários. Agora, se coincidentemente os partidos de esquerda vieram mais ao meu encontro para que eu fizesse parte dos seus eventos, aí é uma outra história. Eu sempre procurei atender as necessidades e procurei me envolver e procurei assumir todos os problemas do povo brasileiro, principalmente os menos favorecidos, porque eu nasci pobre, não sou uma artista rica, continuo fazendo shows beneficentes, shows de todas as campanhas nas quais eu acredito, e de repente eu sei que também sou boicotada e excluída de determinados setores da mídia. Por quê? Porque as pessoas dizem assim: Mas vai chamar a Leci, ela vem para cá falar de pobre, falar de negro, falar da mulher, falar de índio, falar disso, falar daquilo. Mas eu não posso ser diferente. [palmas] Eu não posso ser diferente. Até porque a sociedade brasileira infelizmente é uma sociedade sublinhada pelo preconceito. É preconceito contra tudo. Vocês viram a Hortência ainda há pouco dando depoimento aqui dizendo assim. O atleta não é homossexual. Mas se atleta for homossexual? Qual é o problema? Não tem problema algum. Cada pessoa segue o caminho que bem lhe convier. Agora, eu vou falar sobre o outro tipo de preconceito que esse é o mais imediato. Porque se você tem uma determinada religião, as pessoas só vão saber se você disser. Se você torce por um clube, as pessoas vão saber se você estiver utilizando a camisa ou se você disser. Se você por acaso tem uma opção sexual, se você disser as pessoas vão saber. Agora, você pode virar dois quilômetros de distância e as pessoas vão dizer assim: Ih, lá vem o negro, lá vem a negra. O preconceito é imediato. E hoje eu percebi no café da manhã, no meio de Senadoras, Deputadas, autoridades, enfim, e artistas, que eu era a única mulher negra naquela sala. E falei. Falei para todas elas que eu me sentia honrada porque se você observar a minha história, eu estou aqui porque eu continuo batalhando. Eu vou continuar sempre defendendo. Eu só mudei a forma. Eu passei a ser mais sutil, eu passei a falar dos mesmos assuntos de uma forma mais subjetiva. Ou seja, a gente coloca no CD diversas músicas de amor, aquela batucada toda, partido alto, pagode, mas vocês sempre vão encontrar três a quatro faixas de conscientização política. Porque acho que o artista tem obrigação de também lutar por aquele público que compra o CD, que compra o ingresso, que o torna celebridade. Só que eu sou comunidade. Eu não faço questão de fazer sucesso por causa de... Dessas coisas de ou de cantar ou fazer uma música.

E quero tocar num assunto agora, Senadora Ideli, que eu acho são duas coisas para eu terminar minha fala, ontem eu estive aqui num encontro no sindicato dos bancários. E falando inclusive sobre essa questão do empoderamento da mulher, de maior espaço para as mulheres, enfim. E eu estava dizendo o seguinte, não dá para entender na minha cabeça, porque eu não sou teórica e nem acadêmica. Sou assim da emoção. Como é que você tem um percentual de eleitoras nesse País, são muitas eleitoras, parece que mais da metade, por que é que nós não temos as mulheres correspondentes a esse percentual ocupando espaço no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas, nas Prefeituras, e até no Poder Executivo de Governadoras, enfim, não dá para entender. Será que as mulheres não acreditam nas companheiras, será que as mulheres não acham que as companheiras têm capacidade? Será que as mulheres não observam que um País do tamanho do Brasil poderia ter na Câmara também uma quebradeira de coco, uma rendeira, uma catadora de siri, uma mulher desse serviço informal? Porque o Presidente da República é um metalúrgico. Então nós podemos ter mulheres simples, mulheres pobres e que podem exercer um cargo Parlamentar. Por que não? E aí uma companheira fez um outro discurso e disse que discordava de mim porque eu estava mandando as mulheres votarem nas mulheres. A coisa não é bem assim. Não é só votar em mulher. E por que é que ela me disse isso? Ela disse isso porque ela disse que teve uma Governadora essa semana que mandou a polícia bater em camponesa. Só que eu não sabia dessa história. E na hora que eu falei que as mulheres têm que votar [palmas] nas mulheres, é focando principalmente essas mulheres que não estão nos programas de variedade da televisão brasileira falando da vida das pessoas, tricotando vida pessoal, porque parece que hoje, Senadora, Senadora Serys, mulher para ser importante nesse País tem que ter botox, silicone e tem que fazer cirurgia plástica, porque senão acaba com a auto-estima da mulher brasileira, e nem todo mundo é obrigado a ser magrinho, nem todo mundo tem condições de fazer academia, nem todo mundo tem condição de botar botox e nem todo mundo tem condição de esticar o olho, não é assim. Tem mulheres que só querem trabalhar e que são importantes para seus maridos. [palmas] Fica complicada essa história. Porque a valorização da mulher hoje é só questão de estética. É todo mundo só falando de beleza. Aí a mulher bonita e às vezes burra ganha espaço. Tem programa, pode fazer matéria de três, quatro página no jornal. E a gente que fica batalhando pela sociedade, pelo direito, pelos deveres, que cidadania são direitos e deveres. Mas acontece que os direitos civis, jamais serão completos se não houver os direitos sociais. E eu vou ser uma pessoa sempre a favor disso aí. E queria dar um recado para

as mulheres negras que estão assistindo a TV Senado nesse momento. Nós não podemos nos enfraquecer, nós não podemos perder a esperança porque vocês sabem que na história desse País, quando as mulheres negras cometem qualquer deslize, qualquer que seja, o resultado é infinitamente maior do que homens e das mulheres brancas. Porque infelizmente quando fala em pirâmide, todo mundo diz que a mulher negra e é verdade, está lá na base da pirâmide. Porque o salário dela é o menor, ela tem menos acesso à escolaridade, ela é discriminada em todos os aspectos, e é por essa mulher especialmente que eu sempre tenho cantado e tenho feito minhas composições. Quero fazer um pedido às autoridades que cuidam das prisões desse País. Eu de vez em quando canto nas cadeias. Não dá para entender por que é que a mulher seja ela branca, negra, nissei, não interessa, que estão lá, não tem direito a visita íntima. Está na hora de olhar aquelas [palmas] que estão amamentando só seis meses. Isso é injusto. Façam creches nas cadeias. Tudo bem que uma criança não pode ser criada no meio de presidiária. Tudo bem. Façam creches. Tem tanto dinheiro para fazer tanta coisa. E outra coisa, por que é que preso não pode trabalhar? Tem que trabalhar sim. Vai melhorar ele vai sair de lá mais recuperado. Porque da forma que está aumentando cadeia, só colocando gente presa e as pessoas não fazendo nada, a ociosidade acaba acarretando uma série de coisas. A violência está aí ocupando o primeiro lugar. E quero parabenizar os Senadores, Senadoras, os Deputados e as Deputadas, fiz um pedido hoje para o nosso Presidente do Senado e pedi para ele para que se faça todo um processo para que a TV Senado seja uma TV de canal aberto para que qualquer cidadã, qualquer cidadão brasileiro [palmas] possa acompanhar e que acontece aqui. Parabéns a essas mulheres, parabéns aos homens que estão presentes que ficaram aqui para nos ouvir, e mais uma vez agradeço a Deus essa oportunidade ímpar de eu, uma cantora popular, estar aqui sentada nessa Comissão. Muito obrigada.

[palmas]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, Questão de Ordem. Meio segundo. Só para agradecer a nossa querida e maravilhosa Leci, que com relação as mulheres presidiárias que ela colocou direito a visita íntima, etc, tem um projeto de minha autoria que está tramitando nessa Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Leci, você melhor do que muitas de nós aqui no discurso. E como eu sou metida a de vez em quando...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, de homens e mulheres, e como eu sou metida de vez em quando a dar umas cantaroladas por aí, você estava falando e eu estava lembrando aqui de uma música que é a Alcione que canta. Não sei de quem a autoria. "Sou mulher que encara um desacato..."

SRA. LECI BRANDÃO: Mas foi feita por um homem. Tenho certeza que foi um compositor. [risos] É, mas foi sim... Mas foi... Eu não sei, mas sei que é um compositor. Não lembro o nome dele agora, mas... A Marrom grava muitos compositores...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Você continua ela?

SRA. LECI BRANDÃO: Eu continuo, eu acho que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas eu pedi para você continuar. Você não sabe a letra?

SRA. LECI BRANDÃO: Não sei. Eu não saberia cantar agora, teria que ter ouvido antes para poder fazer essa homenagem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ela é fantástica. Porque ela diz assim: Sou mulher que encaro um desacato. Se eu não responder no ato, amanhã pode nos esperar, que nos aguardem. [risos] Então vamos aqui dar continuidade à nossa audiência. [palmas] Quero fazer aqui o registro da Liane. Não sei dizer o sobrenome da Liane aqui não. Mühlenberg que é produtora cultural, a Sandra Miranda, que é jornalista e empresária de comunicação, a Sandra Regina que está representando a Rede Mulher de Educação, a Marinelma, acho que é Marinelma da Associação das Donas de Casa da Bahia, a Rosângela também da Associação de Donas de Casa de Goiás, a Liane da Caixa Econômica Federal e o René Couto da Comunidade Bahá'i do Brasil, e aí então já quero passar de imediato a palavra para a nossa querida cineasta Tizuka Yamazaki em nome dos artistas brasileiros juntamente com a Leci.

SRA. TIZUKA YAMAZAKI: Primeiro, Senadora Serys, companheira de muitas batalhas, parabéns, parabéns Senadora Serys, parabéns Senador Paim, parabéns à Casa, e parabéns a essas mulheres guerreiras que fazem parte de vários organismos que pela sua luta permitiram que hoje pudesse instalar aqui essa Comissão em defesa, luta, não importa, mas enfim, que se fale sobre as mulheres.

Eu como cineasta, eu acho que tive alguns privilégios em termos de família porque venho de um matriarcado, sou neta de imigrantes japoneses aqui no Brasil, e graças a Deus, entre aspas, os homens foram morrendo muito cedo. [risos] Minha avó ficou viúva, minha

mãe ficou viúva, só tiveram mulheres nesses últimos 60 anos e lá em casa ninguém disse que o mundo era dos homens. Então a gente foi para luta como pessoa, sem saber que havia uma armadilha no caminho. Só depois que eu fui reconhecida como cineasta é que a imprensa veio perguntar. "E aí, como é que é essa coisa de cineasta, diretora, é difícil?" "Não, é igual". Eu fui entender só mais tarde que havia realmente um grande preconceito contra as mulheres além das negras, além dos imigrantes, além dos índios, enfim, de todas essas coisas. Existe sim muito preconceito no Brasil. É um assunto bastante grande, e bastante complexo, não vou entrar nisso. Mas eu queria chamar atenção de uma coisa muito interessante. Nós que somos cineastas estamos sempre a procura de temas, evidentemente, temas que não são abordados na televisão, para colocar isso em público e para que as pessoas possam refletir, se emocionar e entender alguém que de repente é anônimo na sociedade, mas que tem uma história de vida muito interessante pra gente apresentar por aí. Ou então pegar pessoas, grandes figuras e garantir a permanência dela na história para as novas gerações.

Nesse momento eu estou numa produção de um filme chamado Amazônia Caruana que é a história de uma pajé é cabloca na Ilha do Marajó. Todo mundo fala, ah, pajé, índia. Não é pajé cabocla. É uma mistura de índio, branco e negro. E é uma cultura desconhecida numa região que hoje é pauta nacional e internacional que é a Amazônia.

Então, no meu entendimento do nosso grupo a Liane acabou... Minha produtora e companheira, a gente acha que para você poder defender a Amazônia, você precisa gostar. E para você gostar você precisa conhecer. E não basta conhecer os dados econômicos, dados políticos. Você tem que conhecê-la na sua intimidade. Para você conhecê-la na sua intimidade você tem que entrar nas crenças, na cultura local. E aí vou dar um exemplo muito interessante e muito significativo que estou há três anos, nós estamos há três anos fazendo captação e a gente corre as empresas privadas, empresas estatais de Governo, tudo quanto é lugar de empresas que usam da lei de incentivo cultural. E no primeiro ano a gente não conseguia captar. E a gente não entendia, estamos falando sobre a Amazônia, sobre uma grande guerreira, ela foi tema da beija-flor há dez anos atrás, essa coisa toda. E a gente chegou à conclusão que o projeto todos eles nos recebiam muito bem, mas a captação não existia porque estava falando de uma pajé. O que é que é pajé? Pajé é bruxa. Pajé são todas as mulheres que nesses... Em toda a sua vivencia tinha um conhecimento que os homens não tinham. Ou conhecimento que não era permitido ter. Conhecia a medicina, conheciam a ciência. Então eram as bruxas que tinham que ser queimadas. E essa idéia permanece ainda na cabeça das pessoas, na cabeça da sociedade. Quando nós mudamos e passamos a falar sobre ambientalistas Eneida Lima, poetisa, escritora, essa coisa toda, o dinheiro começou a aparecer. E a gente fala assim. Eneida Lima, ambientalista, educadora, compositora, escritora, não sei o que. É pajé no final. Nós trocamos o pajé de lugar. E eu acho que a gente tem que pensar um pouco sobre isso porque essas mulheres todas, vocês todas que estão nessa frente de batalha, defendendo os direitos de mulher, para poder defender tem que estudar mais, tem que conhecer mais, tem que ter argumento para poder colocar isso em público. Então vocês também são mais ou menos bruxas. E são vistas como bruxas.

Ontem eu vivi uma situação particular que está muito na minha cabeça, me mexeu muito, que eu estava discutindo com a minha filha de 18 anos que acabou de sair de casa... sair de casa, não, eu meio que obriguei ela a sair de casa porque ele entrou na faculdade, e eu falei: "Olha, agora você vai morar aí numa república e vou cuidar da minha avó que tem 103 anos - a tal da matriarca - e da minha mãe que tem 85 anos". E a gente começou a discutir e lá pelas tantas ela pegou chorando gritou pra mim e falou assim: "Você está querendo que eu seja como você? Eu não tenho essa obrigação. Eu não posso ter a força e a coragem que a sua geração teve". Porque a nossa geração saiu de casa, rompeu com a família, rompemos a virgindade, enfim, a gente foi uma geração muito lutadora, muito guerreira. E mais ou menos a gente mantém isso hoje com mais calma, não é Leci, mas a gente continua aqui e ali brigando. E aí virei e falei assim: Será que isso que ela falou pra mim é bom ou é ruim? Eu acho que é bom porque na verdade passamos a etapa. A geração dos nossos filhos, nossos netos talvez não tenham que brigar tanto quanto a gente brigou. Porque a gente teve que romper muita coisa. E eu acho que a gente tem que parar um pouco para pensar nisso. Assim como também pensar, por exemplo, eu tenho certeza que a nossa força de luta para romper todos esses preconceitos foi tão grande, foi tão grande que assustou os homens. E acho que a gente tem que trazê-los de volta, trazê-los de volta, sim, vamos trabalhar junto. Porque a mulher não tem esse espírito de guerra de querer o poder por uma conquista de poder, uma conquista econômica, uma conquista política. A mulher hoje busca o poder para querer a igualdade, para querer a paz.

Então, acho que a gente tinha que repensar nesse momento, estou falando como cineasta, porque a gente não vive muito o dia-a-dia do preconceito contra

as mulheres. O cinema, você entra hoje para fazer um filme você vai montar uma equipe só tem mulheres. Só não tem muitas mulheres na área da pesada, que a gente chama, maquinistas e eletricista, porque tem que carregar muito peso, essa coisa toda. Mas hoje tem fotógrafo, assistente de direção, produção, sinto falta inclusive dos homens.

Então, o cinema... E o cinema... [risos] O cinema como sempre foi mais liberal, uma composição de artistas sempre pessoas mais abertas, a gente nunca teve muito esse tipo de... Claro que sempre tem algum tipo de preconceito ou outro, mas isso sempre foi muito mais aberto. Então a militância a favor das mulheres para chegar até nós aqui do cinema é mais complicado. No entanto vamos buscar esses temas que são de maior interesse para sociedade, a gente tem que ficar muito aberto, tem que ser muito observador. Eu acho que por isso que eu tenho batalhado muito para a questão da TV Pública, para ela ter uma porcentagem de produção independente porque a produção independente que vai ter espaço para exatamente segmentos que são discriminados no Brasil, todos esses têm um lugar para poder falar. [palmas] Acho que é só. [risos] Então é isso. É um assuntozinho pra gente pensar um pouco. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta Audiência Pública está maravilhosa. Está maravilhosa. É das melhores. Aliás, o ambiente eu quero dizer para vocês com toda sinceridade. O ambiente no Senado da República, em muitos momentos nestes mais de cinco anos que eu estou aqui, indo para o sexto, me enganaram, já fiz reclamação no PROCON, porque disseram que aqui era tudo azul, tudo maravilhoso, um paraíso, não precisava nem morrer que era tão bom e a gente só pegou pedreira. Aqui as coisas ficaram muito acirradas. E é interessante porque quando você sai daqui parece que isso aqui é outro mundo. Porque o mundo real efetivamente tem muito pouco espaço aqui dentro. E acho que o que nós estamos fazendo aqui nessa audiência é dar espaço para o mundo real. O mundo concreto do cotidiano das pessoas, como as coisas acontecem e se dão. Nada melhor do que a realidade a palavra agora quero passar para a Justina, que inclusive é do meu Estado, com muito orgulho. A Justina é companheira nossa de convivência a muitos anos que está representando Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social e ela vai encerrar a nossa Mesa e no encerramento da Mesa e queria já deixar registrado que aquilo que a Leci falou da camponesa agredida ela está presente e vamos inclusive terminar esta audiência homenageando e nos colocando plenamente à disposição para que nós possamos enfrentar primeiro o objeto da luta que elas desenvolveram lá no Rio Grande do Sul, e a violência que sofreram. Então a palavra então com a Justina, e antes, Justina, apenas o Senador Renato Casagrande pediu para justificar que não está presente na audiência porque ele está numa outra atividade, e a Senadora Patrícia, Senadora Fátima Cleide que não estão em Brasília por questão, a Patrícia de doença e a Fátima de falecimento da mãe do Prefeito da capital do Estado dela e então elas pediram para justificar. Então, Justina, para a nossa última representante aqui da Mesa.

SRA. JUSTINA INÊS CIMA: Quero cumprimentar a Senadora Ideli, cumprimentar a companheira Sílvia, cumprimentar a Tizuka, cineasta, e com muito carinho cumprimentar a Leci também que a temos como uma companheira dentro do canto, da cultura, que em muitos momentos tem contribuído com movimentos sociais, com a luta das mulheres trabalhadoras, e por aí. Eu gostaria também de cumprimentar a todas as autoridades que estão no Plenário, mas principalmente cumprimentar aquelas lideranças constituídas a partir da luta popular e que historicamente têm se colocado a partir da luta pelos direitos das pessoas mais oprimidas. E eu diria que é a luta das maiorias. Porque hoje a grande maioria da sociedade brasileira é que enfrenta esses problemas.

Falar numa Mesa na semana de 8 de março de 2008 é uma grande responsabilidade para qualquer mulher e principalmente para as mulheres trabalhadoras. E eu gostaria de dizer aqui que eu gostaria de agradecer muito por estar aqui a todas aquelas mulheres lutadoras que na história da humanidade se colocaram como trabalhadoras e fizeram a diferença no sentido de lutar pelos direitos das mulheres. E pelos direitos da classe trabalhadora. Então o 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, é um dia que surgiu a partir das lutas das mulheres socialistas que defenderam com muita garra os direitos das mulheres e enfrentaram muitos momentos de dificuldades. Então a instalação dessa Comissão na semana do 8 de março penso que precisa ter esse olhar e essa responsabilidade. E com certeza essa Subcomissão vai ter muito trabalho dentro de uma sociedade capitalista e patriarcal. Porque dentro da sociedade capitalista e patriarcal na verdade coloca o homem e centralmente o homem branco e rico como o senhor, como o dono da natureza, das mulheres, dos jovens, da biodiversidade... Ou seja, coloca os homens como patrões. E, portanto, como patrões podem explorar a natureza, explorar as mulheres, explorar a juventude, explorar a biodiversidade ao seu bel-prazer. Então esta Comissão se tiver essa compreensão com certeza vai ter muito trabalho. Por-

que é preciso que a gente avance dentro de uma lógica feminista e com os valores feministas. E centralmente com os valores do cuidado, com as pessoas, com a biodiversidade, com a natureza e por aí.

Então, neste momento, falar do poder das mulheres também é um momento que nos faz refletir com muita responsabilidade e gostaria de dizer, é preciso que a gente reflita que as mulheres que foram assumindo poder também como se comportaram e para que usaram deste poder. Foi um poder que serviu para que de fato haja a distribuição da renda, que proporcionou o avanço da Reforma Agrária, que proporcionou a diminuição da violência, que proporcionou o avanço de relações de igualdade ou continuou sendo um poder aonde fortaleceu a lógica patriarcal, machista, a concentração da renda, a concentração do latifúndio e por aí.

Então, enquanto como camponesa do movimento de mulheres camponesas, enquanto camponesa fazendo parte da Via Campesina, nós neste momento, Senadora, queremos falar com muita preocupação no sentido do que vem acontecendo no campo com a proteção do Estado, e muitas vezes... Como vou dizer? Como uma forma ignorada de muitas inclusive mulheres que estão no poder. Que é o avanço do modelo de agricultura, químico, exportador, concentrador de renda da terra e a destruição da biodiversidade, das sementes, e também a ameaça sobre a soberania alimentar.

Então, nós do movimento de mulheres camponesas, nós mulher da Via Campesina temos nos empenhado no sentido de fortalecer a luta pela soberania, a luta pela semente como um patrimônio dos povos a serviço da humanidade, a luta pelo avanço da Reforma Agrária e nesta nossa luta sentimos que o nosso falar, o nosso debater, o nosso denunciar tem sido pouco frente ao tamanho do avanço deste modelo que tem trazido muita insegurança para nós pequenos agricultores, pequenas agricultoras, camponeses, camponesas, sem-terras, e nesse sentido.

Outra preocupação que nós queremos trazer é de que o poder do Estado, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, ele vem constituído de uma forma que obrigatoriamente privilegia a questão da propriedade privada. Tudo é justificado pela propriedade privada. E nós sabemos do quanto isso tem custado para as populações mais pobres do nosso País, da América Latina, e por aí. E em nome da propriedade privada também queremos denunciar de que muitas injustiças acontecem lá no campo, no meio rural e nesse sentido. E no último período nós sentimos um avanço das transnacionais no campo ocupando nossos territórios, expulsando cada vez mais os indígenas, os camponeses, os quilombolas, e fragilizando inclusive a nossa organização. E queremos denunciar aqui de que toda a nossa luta que fizemos fazendo para exatamente poder empoderar as mulher, empoderar os sem-terra, empoderar as classes mais oprimidas, tem servido para tornar quem assume esta luta como a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização das mulheres e nesse sentido. E nós queremos dizer que nós enquanto movimentos sociais, nesta jornada do 8 de março decidimos que daríamos continuidade à denuncia contra tudo isso que acontece com os camponeses, com as camponesas, com os quilombolas, com os indígenas no campo e nossas ações no oito de março. Infelizmente, mais uma vez na história a repressão está sendo muito forte e muito violenta. E queremos trazer aqui o testemunho vivo de uma companheira do Estado de Rio Grande do Sul qué estava numa das manifestações e que pode colocar melhor como foi o tratamento. E aqui Leci é por isso que nós enquanto camponesas queremos dizer que nem sempre vale a pena eleger uma mulher porque no nosso caso enquanto camponesas, enquanto trabalhadoras, enquanto defensoras de direitos, defensoras de soberania alimentar, da produção de alimentos saudáveis, estamos sendo tratadas desta forma.

Então, eu gostaria de dizer também de que apesar disso tudo queremos dar o nosso testemunho de que sempre valeu a pena a luta das mulheres, trabalhadoras, dos trabalhadores pelos direitos. Porque foi desta forma que nós conseguimos alguma coisa na história. E eu queria dizer que neste ano da homenagem das mulheres negras, por exemplo, é fundamental que a gente comece a debater melhor como se deu inclusive a abolição da escravatura. Que nós sabemos muito bem que foi através da luta de muitos negros, muitas negras, de muita tortura, de muita repressão que foi também um fator que naquele momento interessava o modelo de agricultura e de industrialização, e foi por isso que teve a abolição da escravatura. Mas por outro lado também a forma que se deu a abolição da escravatura, onde se deu a riqueza, as terras, tudo com os senhores brancos e os negros sem educação, sem as mínimas condições. [palmas]

Então esta é a nossa preocupação no momento, e então para nós o poder significa distribuição de renda, dignidade, justiça social, e para isso então convidamos também e abrimos esse espaço porque penso que uma parte a companheira Maraísa Talaska Porto que estava na mobilização dar o seu depoimento. Vou quebrar o protocolo, mas gostaria, Senadora, de que ela permitir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive, Justina, eu queria pedir à

Senadora Serys a Vice-Presidente que pudesse acompanhar Maraísa Talaska Porto a Mesa para que ela possa prestar e já considero esta a primeira atividade de acompanhamento de situações de violência e de discriminação contra as mulheres, as suas organizações e a sua luta. [palmas] Então, Justina agradeço e já passamos a palavra então à Maraísa.

SRA. MARAÍSA TALASKA PORTO: Bom dia a todos. É uma responsabilidade muito grande estar aqui em denunciar os abusos que estão sendo cometidos no Estado do Rio Grande do Sul, a violência que nós estamos sofrendo.

No dia 4 de março nós ocupamos uma área, uma fazenda da empresa Estoraenso(F) que adquiriu essa área em nome de outra empresa, de uma empresa laranja. E como todos devem saber é uma empresa totalmente estrangeira, e o Município no qual ela está localizada fica numa faixa de fronteira. Ou seja, ela adquiriu ilegalmente essas terras lá. Então a nossa pauta de reivindicação seria para que essas compras fossem anuladas, e as terras fossem expropriadas a fins de Reforma Agrária para que se instale a soberania alimentar, produção de alimentos, desenvolvimento social dessa região sul. Um dos argumentos que se usam para a instalação dessas empresas de eucaliptos é que vai desenvolver a metade sul do Rio Grande do Sul. Está mais do que comprovado que a causa do não desenvolvimento da metade sul é pelos grandes latifúndios que são improdutivos. Tanto que na metade norte do Estado são propriedades familiares e a metade desenvolvida do Estado.

Bom, então essa era a nossa pauta de reivindicação. Quando teve confronto com a Brigada Militar, e que realmente agrediu, não teve conversa nenhuma, feriram muitas companheiras, e um dos documentos aqui que eu tenho, eu queria entregar para Mesa que fique registrado o estrago que essas empresas estão fazendo lá.

Foi por volta... Contando o dia que aconteceu, foi por volta das quatro ou cinco horas que realmente a Brigada Militar invadiu, agrediu todas as companheiras que estavam lá, eu fui uma das que fiquei ferida, queria mostrar para vocês para que tenham um pouco de noção do que aconteceu. Tem outros ferimentos pelo corpo, mas que realmente não dá para mostrar. Nós éramos mais ou menos umas 900 mulheres, 250 crianças, umas 50 mulheres foram parar no hospital, foram feridas, isso fisicamente, fora a agressão moral que teve. Porque é muito difícil para uma mãe escutar realmente para o soldado que o cavalo dele vale muito mais do que a criança que estava ali. E agressão também às crianças que estavam lá. Também é muito duro as minhas marcas não foram nada. Indigna muito. Mas realmente foi muito pior. Tem uma companheira nossa que foi parar no hospital com ameaça de aborto devido à violência que foi sofrida.

Então, é inadmissível que o Estado do Rio Grande do Sul tenha tanta devoção pelo capital, e nenhum respeito pela dignidade do ser humano. [palmas] É meio difícil falar, talvez não consiga expor tão bem quanto as companheiras aqui. Nós ficamos das seis horas da tarde até a meia-noite dentro do ônibus, sem água, sem comida, apenas com a roupa do corpo e alguns documentos. Todos pertences pessoais e alguns documentos de algumas companheiras foram apreendidos pela Brigada Militar. Então todo esse tempo as crianças que ficaram ali ficaram sem ter nenhum mantimento, só a roupa do corpo, depois todas essas companheiras foram levadas para um ginásio onde estavam até ontem e onde estão até hoje tendo que dormir no chão, sem nenhum colchão porque foi tudo, foi estrago muito grande que a brigada fez, não deixou nós levarmos nada, apenas os documentos de algumas, outras apreenderam. Teve uma companheira nossa que foi presa, foi liberada ontem à tarde.

Então isso assim é um pouco do que eu tenho a relatar para vocês do que aconteceu. Nós temos algumas imagens registradas, mas na hora do confronto a Brigada Militar já tinha retirado toda a imprensa que tinha lá. E o material que tinha, que foi filmado denunciando essas irregularidades, esse abuso, essa violação dos nossos direitos lá foi apreendido pela Brigada Militar.

Então, é esse tipo de violência, de repressão que o Estado anda aplicando quando se protesta, quando se vai para as ruas tentar debater com a sociedade todas esses problema. Então... Era isso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Queria agradecer a presença e a participação da Maraísa. Quando eu falei do mundo real, que às vezes o mundo real não chega aqui, a fala e as imagens que a Maraísa traz é muito contundente e muito forte, e até quero pedir licença porque obviamente um depoimento dessa gravidade vai exigir da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão prontas providências. Então eu já quero colocar ao Senador Paulo Paim que a gente possa em seguida ao encerramento da audiência ver que tipo de medidas que tanto a Comissão de Direitos Humanos como a Subcomissão possa adotar, quero já fazer aqui o registro da presença do Senador Magno Malta que também nos prestigia e dizer que com certeza nós vamos dar os encaminhamentos que estiverem ao alcance dessa Comissão e da Subcomissão. Até porque esta semana aconteceu um debate na Comissão de Agricultu-

ra pela internacionalização das terras no Brasil. Que está acontecendo. É efetivo. Porque obviamente com o desenvolvimento, a valorização, a subida do preço das commodities, isso, a ganância está... O olho gordo baixou de forma muito concreta nas terras brasileiras e eles estão se expandindo.

Portanto acho que a questão concreta da ação e da resistência das mulheres, agricultoras, camponesas no Rio Grande do Sul é uma demonstração de que nós não podemos nos calar frente a essa internacionalização territorial do nosso País.

Então, nós vamos depois combinar, eu e o Senador Paim, a Senadora Serys, o Senador Malta que estão aqui presentes, talvez até o Senador Paim tenha já alguma sugestão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem rápido. Acho que como a questão é no Rio Grande do Sul, e eu sou do Rio Grande do Sul, nós poderíamos combinar uma parceria porque diversos companheiros já procuraram antes do acidente, preocupados que poderia acontecer. E eles pediram que eu realizasse uma Audiência Pública com esses temas. Então eu estaria propondo combinar fazer uma Audiência Pública com esse tema. Uma aqui e uma inclusive lá no Rio Grande do Sul em parceria com a Comissão de Direitos Humanos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Acho que valeria a pena o deslocamento da Comissão para o Rio Grande do Sul devido a gravidade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nós depois combinamos a forma de dar os procedimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, para o encerramento aqui da nossa atividade, da nossa audiência, volto a dizer, maravilhosa audiência que nós realizamos na instalação da Subcomissão, eu tenho aqui requerimentos que precisam ser aprovados, então peço a compreensão e a concordância dos membros da Comissão, é a alteração do nome de Subcomissão dos Direitos da Mulher para Subcomissão em Defesa da Mulher, apesar do Senador Cristovam não estar propondo do ataque, mas vamos entender a defesa como uma boa maneira de a gente garantir as posições. E um ciclo de debates aqui no âmbito da Subcomissão, vamos estar completando os 20 anos da constituição cidadã e nós queremos promover um ciclo de debates sobre a ótica dos 20 anos da Constituição Cidadã sob a ótica das mulheres o debate sobre alguns temas. Saúde da mulher, trabalho e previdência com relação a esta questão e muito importante a nossa aposentadoria das donas de Casa que precisamos fazer acelerar, o tema direitos humanos sob a ótica das mulheres e por último o tema educação também sob essa mesma ótica. Então queria consultar os membros da Comissão, os pares se há concordância. Nós consideraremos então aprovado os cinco requerimentos. E para encerrar a nossa audiência, nós vamos apresentar um vídeo bem curtinho... Pois não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Srª. Presidente, só fazer um registro bastante breve que acho que todos os apoios que a gente recebe são sempre muito relevantes. O Sr. Embaixador da Ucrânia passou há pouco no nosso gabinete, tentou falar conosco, mas eu estava em votação em duas Comissões e ele deixou o registro de todo o apoio, etc, como Embaixador da Ucrânia, a questão da mulher no Brasil, as mulheres no Parlamento, as mulheres da sociedade aqui presentes, e também registrar que as mulheres estão chegando no poder. Ele também trouxe o registro de que assumiu como Primeiro-Ministro na Ucrânia uma mulher agora também. Quer dizer, mais uma mulher no poder. Mais uma na luta das mulheres para chegar ao poder. [risos] Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Antes do vídeo, a Sílvia ainda tem um documento que quer nos encaminhar. Estou passando a palavra a ela.

SRA. SÍLVIA CAMUÇA: A gente está entregando nesse momento para a Subcomissão de Defesa das Mulheres, esse documento que traz a conclusão e as propostas dos movimentos de mulheres para a Previdência Social brasileira. Ele é fruto de uma aliança das mulheres do campo e da cidade que inclui o movimento de mulheres camponesas, uma articulação de mulheres brasileiras, articulação de mulheres negras, movimento de mulheres quilombolas, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa e Articulação de Mulher Negras Brasileiras. A situação de desproteção social das mulheres cresce no contexto da globalização. E a gente precisa barrar qualquer iniciativa que circule dessa Casa de destituição de direitos e ampliar as iniciativas que universalizem a Previdência. Então o que nós queremos deixar, já que já está até aprovado o Requerimento para discutir a questão da Previdência, já esse primeiro subsídio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [risos] Muito bom, Sílvia. Então como eu vinha já colocando, a TV Senado já nos brinda com o primeiro clipe, primeiro vídeo de três minutos que foi realizado pela... Eu não sei se vou falar certo o nome. É Liloi Buble(F) que é cineasta da TV Senado. Então nós vamos assistir o vídeo e em seguida depois nós encerraremos a nossa audiência.

[exibição em vídeo]

>> Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País. Desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu, e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil.

>> Aqueles que conhecem o processo civilizatório não podem negar que as mulheres são as protagonistas da mais importante revolução cultural da história da humanidade.

>> A violência contra a mulher na [interrupção no áudio] entre homem e mulher.

>> E tanto é verdade que nós precisamos estabelecer instrumentos legais e institucionais para que essas diferenças negativas discriminatórias possam ser reparadas.

>> A aprovação da Lei Maria da Penha mais do que uma afirmação é um apelo à harmonia entre os gêneros.

>> E exortando todos os homens e mulheres deste País a combater essa violência não apenas contra a mulher, mas a violência que se faz de todos os cantos desse País, contra os direitos humanos. Muito obrigada.

>> O Dia Internacional da Mulher eu gostaria de estar comemorando uma mudança brutal na estatística do câncer de mama no País.

>> Tenho convicção de que precisamos oferecer às famílias brasileiras todas as condições necessárias para que seus filhos possam se desenvolver plenamente.

>> Para que possam, com a força do trabalho, com a competência, com a criatividade, com a garra...

>> De conseguirmos de fato ampliar a participação da mulher principalmente no Poder Público.

>> Até porque temos exercido cada vez mais um papel relevante na vida social, na vida política e na vida econômica do País.

>> Volto a repetir para quem quiser ouvir e para quem não quiser ouvir. Viva a maravilhosa experiência de ser mulher. E livre!

>> A instalação de uma Subcomissão Permanente para tratar das questões relacionadas à mulher no Senado da República é indiscutivelmente uma vitória da luta histórica das mulheres no Parlamento do Brasil.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradecendo a TV Senado por este vídeo maravilhoso, que resgata toda esta luta histórica, eu queria então dar por encerrado agradecendo a presença de tantas representantes, de tantos homens e mulheres que aqui acolhendo o nosso convite estiveram neste debate precioso da ocupação dos espaços de poder, compartilhado entre homens e mulher. Então está encerrado um grande dia da mulher, dia 8 de março, e um beijo no coração de todas as mulheres brasileiras. Muita, muita e muita coragem para todas nós.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h31.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e oito, na sala dezenove, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora (Ideli Salvatti), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras **Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko e Fátima Cleide**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião realiza-se na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 3, de 2008 – CDHMD, aprovado em 06/03/2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, cujo tema central a ser debatido é "Direitos Humanos". A Senhora Presidente abre os trabalhos, em seguida faz suas considerações iniciais, informa como conduzirá os trabalhos e apresenta as Senhoras e Senhores convidados. Em ato contínuo, a Senhora Presidente convida os seguintes palestrantes a tomarem lugar à mesa de debates, na primeira mesa, são convidados: Felipe Tavares Seixas, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Defesa Institucional – CGDI do Departamento de Polícia Federal – DPF; Cláudia Dias, Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Márcia Vasconcelos, Oficial de Projetos de Combate ao Tráfico de Pessoas, da Organização Internacional do Trabalho – OIT/Escritório no Brasil; Ivens Moreira Gama, Chefe de Gabinete Representante da Secretaria Nacional de Justiça. Na segunda mesa, são convidados Lia Zanotta Machado, Antropóloga; Ela Wiecko, Subprocuradora-Geral dos Direitos do Cidadão; Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; Nelita Frank, Coordenadora do Núcleo de Mulheres de Roraima; Fausto Lima, Promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Na Terceira mesa, são convidadas: Julita Tammuri Lemgruber, Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; Germana Morais, Juíza e Ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Heidi Ann Cernaka, Coordenadora Nacio-

nal da Pastoral Carcerária - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Maria Elizabeth Pereira, Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Ana Cristina Alencar, Coordenadora-Geral de Reintegração Social e Ensino do Ministério da Justiça e Kenarik Boujikian Felipe, Juíza da 16ª Vara Criminal de São Paulo - SP. A Senhora Presidente informa que a Subcomissão estudará todos os encaminhamento possíveis a situação. O Senador Paulo Paim sugere a realização de audiências públicas para tratar da denúncia ouvida. A Senhora Sílvia Camurça entrega documentos à Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Serys Slhessarenko. Encerradas as falas das Senhoras convidadas, a Senhora Presidente, procede a leitura de parte da carta aberta em defesa das mulheres sulmatogrossenses. A Senhora Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares,*** Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senadora **Ideli Salvatti**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta Audiência Pública foi aprovada nos termos do Requerimento nº 3 de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e foi aprovado no dia 06 de março deste ano, o tema desta Audiência Pública é "A Questão dos Direitos Humanos sob a Ótica das Mulheres".

Para esta Audiência Pública, nós vamos realizar três mesas de debates com convidados, os temas referentes eles foram divididos em três subtemas distintos co-relacionados com os Direitos Humanos. A primeira Mesa nós vamos trabalhar a questão "Do Tráfico de Mulheres no Contexto das Migrações Internacionais". Este é um tema que efetivamente tem servido de muitas matérias, muitas reportagens, muitas denúncias e situações extremamente graves envolvendo tráfico de mulheres com mulheres brasileiras, então é muito importante que nós possamos tratar deste assunto com a gravidade que ele se reveste.

A segunda Mesa é destinada "A Violência Doméstica", de forma muito especial a questão da aplicação da Lei Maria da Penha, então para nós... Ah, perdão, é que inverteram. Então a terceira, é "A Violência Doméstica", a questão da Lei Maria da Penha.

E a segunda é "A questão Penitenciária", para tratar dos assuntos relacionados às mulheres encarceradas, como é que vem sendo aplicado; como é que vem sendo realizado esse processo de penalidade das mulheres que cumprem pena nos nossos presídios e nossas penitenciárias. Então este é o trabalho que nós iremos realizar nesta tarde na primeira de uma série de Audiências Públicas que a Subcomissão Permanente dos Direitos e Defesa das Mulheres vai realizar.

Antes de chamar as convidadas e convidados da nossa primeira Mesa, como o assunto desta primeira Mesa é exatamente "Mulheres no Contexto das Migrações Internacionais", eu quero aqui já aproveitar para fazer a divulgação de alguns materiais que nós chegaram à mãos. Esse aqui é "O Passaporte Para a Liberdade, Um Guia para as Brasileiras no Exterior", então é uma publicação da OIT, que busca exatamente orientar às mulheres que acabam recebendo ofertas para trabalhar no exterior como devem fazer e aferição, o julgamento e poder se preparar, para não entrar em algum tipo de situação absolutamente criminosa como nós temos tantas notícias.

Aqui também é um material que trata da questão do combate ao tráfico de pessoas, "Trabalho em Liberdade", que é da USAID(F), também da OIT, e "Combate ao Tráfico de Pessoas, Trabalho em Liberdade", que é publicação também bastante relativa ao tema, acabei ganhando aqui um bótonzinho, que já vou fazer questão de colocá-lo, até para identificar aqui o nosso trabalho de combater o tráfico de pessoas. E depois de colocado o bóton, quero já chamar as pessoas que são os nossos convidados e as nossas convidadas, para esta primeira Mesa.

Então, a senhora Cláudia Dias, Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, eu gostaria então que.. Ah, está a caminho, a senhora Márcia Vasconcelos, que é da OIT, Organização Internacional do Trabalho e Ivens Gama, que é da Secretaria Nacional de Justiça. Nós temos mais duas pessoas convidadas, mais dois convidados, o Felipe Tavares Seixas, que é Coordenador dos Direitos Humanos da Polícia Federal, que estava participando da CPI, então ele foi almoçar, pediu um tempinho para almoçar, mas logo ele vai estar aqui e a Dra. Cláudia a informação é que já está chegando.

Então, nós vamos dar início aos nossos trabalhos e a nossa proposta é que nós possamos ter de 10 a 15 minutos de exposição para gente poder ter os elementos para o debate deste tema. Então eu gostaria já de imediato, passar a palavra para a Srª.

Márcia Vasconcelos, da Organização Internacional do Trabalho, para que ela possa, então, apresentar os elementos e os subsídios para o nosso debate desse importante tema.

SRA. MÁRCIA VASCONCELOS: Boa tarde a todos e a todas. Eu primeiramente, gostaria de agradecer ao convite da Senadora Ideli Salvatti e parabenizar a Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos do Senado por esta iniciativa que é fundamental para fortalecer os direitos humanos das mulheres no Brasil.

Eu vou fazer uma breve apresentação sobre a questão do tráfico de mulheres a partir da visão da OIT. Vai ser uma apresentação bastante breve de algumas ações que nós estamos desenvolvendo com relação a esse tema de como a OIT vem abordando esse problema, para que a gente tenha tempo realmente para o debate. Então, começando, eu vou falar rapidamente como a OIT percebe a questão do tráfico de pessoas e qual é a abordagem da OIT deste problema.

Então, a Organização Internacional do Trabalho ela entende o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e trabalho forçado, como uma agressão a dignidade humana e uma grave violação dos direitos humanos fundamentais e do trabalho. O tráfico ele é entendido pela OIT como a antítese do trabalho em liberdade. É uma prática que nega às pessoas a oportunidade de se valerem de seus recursos, como também de contribuírem para o desenvolvimento econômico do seu País.

A OIT tem contribuído, tem buscado contribuir com o enfrentamento do tráfico de pessoas por meio da aplicação das suas convenções internacionais, que são ratificadas pelos países e mais recentemente através de projetos de cooperação técnica especializada.

Desde 92 nós realizamos assistência técnica com relação a esses temas através de dois grandes programas da OIT, O Programa Internacional de Ação Especial Contra o Trabalho Forçado e o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil o IPEC, esses programas eles buscam colaborar para que esses temas se consolidem na agenda política.

Desde outubro de 2005 a OIT desenvolve um projeto específico sobre esse tema que é o projeto de combate ao tráfico de pessoas. O principal objetivo desse projeto é fortalecer a capacidade das organizações nacionais para que elas sejam capazes de aplicar a legislação existente sobre o tema, bem como apoiar as organizações nacionais para implementar políticas e programas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho forçado.

Agora, para nós iniciarmos a nossa reflexão pensando na questão do respeito aos direitos das mulheres, há alguns aspectos importantes que nós precisamos considerar com relação à dinâmica do tráfico de pessoas. Algumas perguntas importantes que aí foram levantadas no nosso relatório global da OIT sobre a questão do trabalho forçado: Quem são as principais vítimas do tráfico de pessoas?

Outra pergunta fundamental: Em que setores da economia a questão do tráfico de pessoas está presente e por quê? A coação ela é utilizada? De quê maneira? E até que ponto a questão do tráfico pode ser atribuída a produção ou a tendência de consumo, a regulamentos do mercado de trabalho, a métodos de contratação de trabalho, a políticas de migração ou a outras causas fundamentais estruturais como pobreza e discriminação?

Localizando a questão do tráfico de pessoas com relação a migração, o relatório global da OIT tem um posicionamento bastante claro que é: Políticas migratórias que acirrem o controle dos fluxos migratórios para trabalho, elas tornam o tráfico de pessoas algo mais possível. Então, se os controles das fronteiras se tornam mais rígidos a possibilidade da ocorrência do tráfico de pessoas é maior.

O Brasil ele é signatário da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, que é conhecida como a Convenção de Palermo. Essa Convenção que define o que é tráfico de pessoas em um dos seus protocolos adicionais. Aí a gente tem a definição do tráfico de pessoas que é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas recorrendo a ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, a fraude ao engano, ao abuso de autoridade ou a situação de vulnerabilidade ou a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter um consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.

A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou formas análogas a escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos. Como a gente pode perceber como é colocado no Protocolo de Palermo, o tráfico de pessoas ele tem como foco, ele tem como finalidade, a exploração, incluindo a exploração do trabalho, então desta forma o tráfico ele está estreitamente relacionado com o trabalho forçado.

No Protocolo de Palermo existe uma distinção entre tráfico para fins de exploração sexual e tráfico para trabalho ou serviços forçados. A OIT tem em geral abordado a questão da prostituição forçada e da exploração sexual sobre a ótica da Convenção nº 29 da OIT, ou seja, como um aspecto de trabalho forçado.

Então em função disso, em função das características que envolvem essas manifestações, esses tipos de exploração, a OIT trabalha com a questão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual a partir do enfoque dado pela Convenção 29.

Bom, agora a questão específica do tráfico de mulheres. No relatório global da OIT, lançado em 2005, estimou-se que existem cerca de 2, 4 milhões de pessoas no mundo que estão em situação de tráfico de pessoas e submetidas a algum tipo de trabalho forçado. Então esse número diz respeito... Não aborda, por exemplo, a questão do tráfico para fins de extração de órgãos, o nosso foco aqui é a questão do tráfico para fins de trabalho forçado nas suas diferentes manifestações.

Então, nós temos que cerca de 4% dessas pessoas encontra-se em situação de exploração sexual comercial. E nós temos de acordo com as estatísticas um número muito grande de mulheres e de meninas, sendo que 32% estavam em situação de outro tipo de exploração econômica.

Os setores mais alimentados pelo tráfico. Nós temos em primeiro lugar, o mercado do sexo e depois a agricultura e a construção. O serviço doméstico ele também aparece como um setor particularmente sensível ao tráfico de pessoas, além de muitas vezes, servir de cobertura para a questão do aliciamento de mulheres para fins de exploração sexual; do ponto de vista da organização do mercado de trabalho a sensibilidade desses setores ao tráfico de pessoas, se explica em função do elevado grau de relações informais de trabalho e longas cadeias produtivas de subcontratação.

Então nós temos um aspecto que dificulta a fiscalização, que favorece a questão da precarização do trabalho e em função disso, torna esses setores mais sensíveis a incorporarem e absorverem pessoas que estão numa situação de tráfico de pessoas. Então, esses fatores que eu acabei de citar eles são importantes e fundamentais, mas eles devem sempre ser articulados com outras questões, que são questões de caráter mais cultural relacionadas aos padrões de desigualdade e discriminação existentes nas sociedades, baseadas no gênero e na origem étnico racional.

Então de um lado nós temos a dinâmica do mercado de trabalho e a questão econômica, de outro lado nós temos as questões culturais de desigualdade e discriminação, que para nós entendermos a dinâmica do tráfico de mulheres precisam ser abordadas e consideradas na análise da questão. Então, os elementos de discriminação e de desigualdade na sociedade incluindo a discriminação contra mulheres, eles desempenham um papel central na vulnerabilidade das pessoas ao tráfico e aos tipos de exploração que essas pessoas comumente serão submetidas.

E da mesma forma isso deve um olhar que considere a questão de gênero, que considere a discriminação contra mulheres, que considere também a discriminação racial e étnica, um olhar que considere isso deve ser incluído quando nós pensarmos, quando o Estado pensar em políticas públicas como resposta a esse problema. Então aí, nós temos um desafio, porque o tráfico ele atinge às pessoas de acordo com a sua condição de gênero de maneira diferente e as respostas devem ser diferenciadas também.

Com relação à Política Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, felizmente no Brasil o tema do tráfico de pessoas vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas políticas. Isso se reflete em iniciativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em ações do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, bem como da sociedade civil organizada, incluindo as organizações de trabalhadores e empregadores. O escritório da OIT no Brasil tem buscado apoiar essas iniciativas prestando apoio aos diferentes atores sociais, por meios dos seus projetos de cooperação técnica.

Desde a publicação da Política em 2006 e do Decreto Presidencial instituindo a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, buscou-se apoiar as ações do Governo Federal incluindo a construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Agora, destacando, rapidamente, algumas ações que nós temos apoiado a partir do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas. O projeto ele possui três eixos de atuação, nós temos toda a questão de realização de pesquisas sobre o tema, a formação de agentes públicos com destaque para a formação dos agentes de segurança pública e o fortalecimento da abordagem do tema nas universidades, além do apoio a algumas iniciativas de instituições da sociedade civil voltadas, fundamentalmente, para prevenção e sensibilização ao tráfico de pessoas.

É importante dizer que todas essas ações buscam incorporar o enfoque de gênero a abordar de forma efetiva os diferentes efeitos que a questão do tráfico de pessoas tem sobre homens, mulheres, transgêneros, crianças, adolescentes e a questão racial também sempre sendo abordada.

Então eu vou destacar aqui - como foi colocado pela Senadora - a publicação do "Passaporte Para a Liberdade, Um Guia para Brasileiras no Exterior", como o nome indica esse é um guia que é voltado, sobretudo para mulheres vítimas de tráfico internacional para fins de exploração sexual.

Essa publicação é fruto de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e a OIT, inclui também a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Nós temos o apoio também da Procuradoria dos Direitos do Cidadão e da Polícia Federal; e, no seu conteúdo, ele traz informações sobre o marco legal sobre o tema, apresenta uma lista de instituições onde buscar apoio, dados sobre cuidados com a saúde, entre outros.

Tudo com isso o objetivo de subsidiar uma pessoa que está em situação vulnerável, para que ela rompa com o ciclo de exploração buscando amparo e proteção, seja para retornar ao Brasil, seja para continuar no Exterior caso seja essa a sua opção.

"O Passaporte Para a Liberdade", ele é acompanhado do "Guia Para Atendimento no Exterior", a vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. E o objetivo dessa segunda publicação é munir instituições que fazem o atendimento às vítimas de tráfico internacional de pessoas de mais informações e, propor uma série de dinâmicas úteis, para o desenvolvimento de um trabalho que promova a auto-estima, o conhecimento das vítimas sobre seus direitos e o estímulo para autonomia.

Em setembro de 2007, em Milão, esses materiais foram apresentados e discutidos, juntamente, com o Grupo de Agentes Consulares Brasileiros de 15 cidades européias - nós temos a lista de cidades representadas. Essas cidades elas foram identificadas como potenciais pontos de localização de brasileiros e brasileiras vítimas de tráfico internacional, para fins de exploração sexual.

A reunião ela teve como objetivo fundamental buscar o engajamento desses representantes dessas 15 cidades, para distribuição ampla do "Passaporte Para a Liberdade", além disso, iniciou um processo de sensibilização e de formação desses Agentes Consulares, para um atendimento mais efetivo às mulheres vítimas de tráfico internacional de pessoas.

Bom, gente, então essas são algumas dentre as muitas iniciativas importantes e necessárias, para o enfrentamento dessa complexa questão que é o tráfico de pessoas, especificamente o tráfico de mulheres.

E a gente espera que essa Audiência Pública, realmente forneça subsídios para fortalecimento e ampliação dessa discussão sobre o tráfico de mulheres e, para o estabelecimento de alguns compromissos efetivos voltados para a defesa e promoção dos direitos humanos, dos direitos fundamentais no trabalho, do trabalho em liberdade e do trabalho decente.

Contem com o escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, para que a gente de fato alcançar essa realidade, muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço à Srª. Márcia Vasconcelos.

Já quero aproveitar para chamar a Srª. Cláudia Dias, Diretora da Secretaria Especial da Política Para as Mulheres e o Sr. Felipe Tavares Seixas, Coordenador dos Direitos Humanos da Polícia Federal, que é o nosso quarto... Me disseram que ele tinha chegado. Não chegou, não? Se enganaram, lhe confundiram com o Felipe, mas o Felipe vai chegar.

Então, nós vamos então dar continuidade para fazer aqui um contraponto, vamos passar, agora, a palavra para o Ivens Gama, da Secretaria Nacional de Justiça. Está bom?

SR. IVENS MOREIRA GAMA: Boa tarde a todos e a todas, eu agradeço o convite da Senadora Ideli Salvatti. Eu vou fazer um pequeno histórico antes de explicar o que o Ministério da Justiça vem fazendo hoje em relação ao tema de tráfico de pessoas. Bom, esse assunto ele começou a ser debatido em 2001, no Ministério da Justiça, por ocasião da assinatura do Protocolo Relativo ao Tráfico de Pessoas das Nações Unidas, a Convenção de Palermo, que é uma Convenção Contra o Crime Organizado Transnacional, que possui um dos Protocolos relacionados ao tráfico de pessoas.

Então, em 2001, nós iniciamos algumas ações no Ministério da Justiça, mas no âmbito de um projeto de cooperação técnica internacional, era um projeto restrito a quatro Estados e que tinha alguns focos, como uma campanha e capacitação de agente e apoio a núcleos nos Estados.

Essa iniciativa a gente desenvolveu até meados de 2005, quando a gente ampliou a discussão com outros Ministérios. O que percebemos é que outros Ministérios em especial a Secretaria de Políticas Para as Mulheres e Direitos Humanos já vinham desenvolvendo ações, também, e outros Ministérios tinham iniciativas em relação a esse tema, também, embora não fossem ações orçamentárias e etc. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores tinha alguma coisa relacionada a Assistência Consular, o Ministério da Educação tinha alguma coisa relacionada a prevenção e, assim por diante.

Em 2006, então, nós iniciamos, em fevereiro de 2006, uma discussão mais ampliada com todos esses Ministérios que identificamos cerca de 10 ou 12 Ministérios, para a construção de uma linguagem comum e esse foi o embrião da Política Nacional, que foi aprovada em outubro desse mesmo ano, outubro de 2006.

Qual a importância da Política Nacional? A Política Nacional ela colocou todos esses Ministérios numa mesma mesa para que discutíssemos um mesmo problema, que antes esse problema era tratado de forma fragmentada. O Ministério da Justiça tinha um entendimento sobre a problemática do tráfico de pessoas, a Secretaria de Política Para as Mulheres tinha um enfoque específico para a proteção dos direitos da mulher. A Secretaria dos Direitos Humanos, também, tinha o seu enfoque específico para a proteção da infância e da juventude.

E outros Ministérios, assim por diante, tinham essas visões separadas desse problema, por vezes ocorria duplicação de serviços, desconhecimento do que o outro vinha fazendo, não se somavam muitas vezes essas iniciativas, esse era o grande problema: a fragmentação das políticas sobre o mesmo tema, mas políticas setoriais fragmentadas, então, trouxemos todos discutir conjuntamente.

O primeiro problema identificado: o conceito de tráfico de pessoas, essa foi uma das questões que foram muitos debatidos. Por que conceito? Embora tivéssemos já aquela época uma Convenção Internacional que é justamente a Convenção de Palermo, que traz um conceito internacionalmente debatido e reconhecido e que foi ratificado em 2004, pelo Brasil, tendo o mesmo status de Lei Ordinária, o nosso Código Penal tem um conceito diferente.

À época era o "Tráfico Internacional de Mulheres", esse era o tipo penal até março de 2005, a partir de março de 2005, o Código Penal foi alterado para "Tráfico de Pessoas", tráfico interno e internacional de pessoas, mas não houve alteração da substância do artigo, que é o "O Tráfico Para Fins de Prostituição", essa é a descrição mesmo do Código Penal, não fala nem em: exploração sexual.

Em outras palavras, a gente percebeu que o Código Penal não atendeu a descrição do protocolo de Palermo, porque não incluiu o tráfico para fins de trabalho escravo, nem o tráfico para fins de remoção de órgãos, nem o tráfico para outras explorações. Então, tínhamos dois conceitos legítimos, normativos para trabalhar e construir políticas públicas.

Óbvio, para a maioria dos Órgãos da Administração o que vale para esse tema é a Convenção de Palermo, mas, por exemplo, para a Polícia que lida diretamente com o processamento de casos, com a investigação do crime; para o Ministério Público, que processa e apresenta a Justiça os casos de tráfico de pessoas, o que vale é a norma penal. Embora, o Protocolo de Palermo tenha o status de lei, não é norma penal e não é fundamento para investigação d nenhum Processo Penal.

Então, esse era o problema do conceito inicialmente que tivemos que colocar a mesa, pelo menos em termos de ação publica ação da Administração chegamos a um consenso, juntando as duas figuras e construindo um conceito que foi aprovado pelo Decreto que aprovou a política. Tem lá um Conceito de Tráfico de Pessoas que tem por base o Protocolo de Palermo, que acrescenta algumas figuras que estão no Código Penal.

Um ponto que foi também esclarecido foi em relação ao consentimento da vítima, que embora o Protocolo de Palermo mencione o consentimento quando ele é inválido, o Código Penal não menciona o conceito de maneira alguma. O Ministério Público e a Polícia, alguns policiais entendiam que não deveriam analisar essa questão do consentimento.

Chegamos ao consenso, quando percebemos que ninguém pode consentir - e tenha um consentimento válido em ser explorado. Na verdade, essa figura a exploração é o que a gente identifica de primordial no conceito de Protocolo de Palermo. Então, não havendo um consentimento válido em ser explorado, o consentimento não deve ser analisado.

Então, isso foi esclarecido e na descrição que está na Política o consentimento é inválido, não deve ser analisado. Então, essa questão conceitual foi resolvida, identificamos princípios e diretrizes para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e foi aprovada a Política.

Todo o ano de 2007, nós passamos construindo um Plano Nacional, ou seja, criar uma linguagem prática para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, ações específicas, concretas, que seriam incumbidas a Ministérios específicos. O novo Decreto que aprova o Plano, que são as ações concretas, que foi aprovado em janeiro desse ano é o Decreto 6347, que traz então um rol de ações para vários Ministérios.

Então, a questão da mulher ela aparece mais fortemente, óbvio, na Secretaria de Políticas Para as Mulheres, onde tem várias ações específicas para essa área e por que a gente trabalha num conceito mais ampliado de tráfico de pessoas, não significa que não tenha ações específicas para a questão de gênero. Pelo contrário, a gente deu oportunidade para todos os Ministérios apresentarem ações específicas em cada área e, assim foi feito e aprovado pelo Presidente da República.

O que o Ministério da Justiça vem construindo hoje? Nós já temos um plano de ações, uma diretriz para toda a Administração, o PRONASCI que é o Programa de Segurança Pública com Cidadania, que hoje é o carro Chefe do Ministério da Justiça em termos de

políticas públicas, tem duas ações específica sobre o tráfico de pessoas.

Uma delas é a implementação da política propriamente dita que são as ações do Ministério da Justiça que estão lá no plano, a outra é o apoio a núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. O que são esses núcleos? Os núcleos a gente entende que são todas aquelas iniciativas regionais nos vários Estados da Federação, até mesmo municípios, que encaram, enfrentam o problema do tráfico de pessoas. E que assumam essa Filosofia da Política Nacional, que é um enfrentamento intersetorial com representantes de várias áreas, sociedade civil, organismos internacionais e que enfrente o problema sobre esses três enfoques básicos que estão na Política também, que é a prevenção o atendimento às vítimas e a repressão.

Então, o núcleo é essa iniciativa intersetorial e que enfrenta o problema nesses três eixos. O Ministério da Justiça vem apoiando essas iniciativas - essa segunda mesmo nós estivemos no Estado de Pernambuco, ocasião em que foi assinada uma Política Estadual, a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Eu estive mais um dia, no dia de ontem, em reunião com área técnica e nós já estamos entabulando um convênio com o Estado de Pernambuco, justamente para apoiar as iniciativas que já existem nos Estados. E esse tipo de ação nós estamos replicando em outros Estados da Federação também.

Então, essa é a ação de apoio aos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, paralelamente todos os outros Ministérios também vem planejamento a execução de suas ações - as ações que estão no plano. Nós, no Ministério da Justiça, temos essa incumbência de acompanhar o que esses outros Ministérios vêm fazendo.

Óbvio, nós não temos ascendência hierárquica sobre nenhum outro Ministério, mas o próprio Decreto que aprova o plano nos deu essa incumbência de acompanhar, de maneira que tenhamos informações qualificadas e compiladas a respeito do que vem acontecendo em todos os Ministérios que assumiram os seus cumprimos na Política Nacional.

A gente espera que nós possamos construir isso e apresentar à sociedade, para que haja também um controle social dessas ações. Eventualmente se algum Ministério não realizar suas ações, que haja também uma pressão política, uma pressão para que sejam apresentados resultados concretos que foram também assumidos na política nacional.

Bom, eu me coloco à disposição para eventuais questionamentos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Sr. Ivens Gama, em nome da Secretaria Nacional de Justiça que apresentou todos os elementos.

Passo imediatamente a palavra a Srª. Cláudia Dias, Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SRA. CLÁUDIA DIAS: Um bom dia a todos, um bom dia a todas. Eu queria cumprimentar todos os presentes na mesa, na pessoa da Senadora, obrigada pelo convite.

Eu queria primeiro falar que, na verdade, discutir tráfico de pessoas para mim é a primeira vez, desde 2003, que a gente está falando para um grupo de pessoas, que na verdade é composto majoritariamente por mulheres.

É óbvio que é a Comissão Permanente de Defesa da Mulher, mas eu acho que é extremamente salutar Senadora, essa iniciativa e mais, do que na hora que ela ocorra, das mulheres se apropriarem de um tema, que fazer até um desigual, as atinge muito mais.

E quando a gente debate - e eu posso falar isso com tranqüilidade, que são cinco anos falando sobre o tráfico de pessoas, que a platéia geralmente é de homens. E eu acho que é uma questão que eu gostaria de colocar primeiramente, que advém de como a agenda do tráfico de pessoas se inseriu nas agendas dos Estados, inclusive, do Estado Brasileiro.

Então, quando a gente faz uma análise - até pela Pasta que se inseriu no Estado Brasileiro, que é a da Justiça. Então, quando a gente faz uma análise dos instrumentos internacionais do marco normativo internacional no âmbito das Nações Unidas, a gente percebe que essa discussão ela advém de uma discussão de crime, de responsabilização.

Então, a gente vai percebendo esse marco regulatório sendo construído com uma forte vertente do crime da responsabilização, aonde a questão da pessoa vitimada pelo crime fica subjacente, não é uma prioridade. Quando a pessoa vitimada pelo crime na maioria das vezes é uma mulher e, mulheres negras e pobres, a questão da prioridade, então, ela fica mais aquém.

Então, eu acho que é interessante essa contextualização, até mesmo quando a gente coloca que a grande base conceitual discutida internacionalmente, inclusive no Brasil é a Convenção, o Protocolo de Palermo, que é uma Convenção de combate ao crime organizado; a gente também está falando, que a gente está aderindo a todos aqueles princípios e o combate do tráfico de pessoas na agenda do combate do crime organizado e não na promoção de direitos.

Quando a gente elenca apenas uma Convenção – eu acho que esse foi um grande desafio - eu queria parabenizar, na verdade, o Ministério da Justiça na pessoa do Ivens, trazendo a discussão e ampliando, porque essa discussão entrou no Estado Brasileiro, por meio do Ministério da Justiça em 2001; foi uma obrigação assumida pelo Estado Brasileiro ao ratificar uma série de instrumentos, não só a Convenção de Palermo que fala do tráfico de pessoas, mas a Convenção do Belém de Pará, a CEDAL(F) e etc.

Eu gostaria de parabenizar por essa visão intersetorial, e foi uma grande discussão interna no Governo Brasileiro, acredito que a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres com uma participação importante de colocar esse recorte de gênero e outras Convenções, que devem ser também consideradas como marco normativo para a orientação aqui nessa Casa, que é o Congresso, extremamente importante, de projetos de lei que tem a ver com isso, não só da responsabilização e para implementação de políticas públicas.

Esse foi um debate interno muito grande que nos "consideranduns" do Decreto, estivessem outras Convenções do Marco Internacional Legislativo, que não só a convenção de Palermo. Eu acho que esse é um primeiro ponto que traz uma grande relevância, porque se a gente perceber a questão do tráfico de pessoas meramente com a agenda da responsabilização do crime, ela já norteia ara um tipo de implementação de políticas públicas prioritariamente.

Que eu vi concretamente, esta é a primeira... A primeira vez, que eu falo sobre tráfico de pessoas - é óbvio não seria diferente, infelizmente, não seria diferente, porque as coisas de mulheres não são só para mulheres, ainda mais que nós somos 51% mais ou menos da população - Mas não seria diferente a expectativa da grande maioria de mulheres e os homens presentes ali como câmeras e tal, etc.

Mas é um debate que as mulheres têm que se apropriar. E o porquê de, na verdade, a presença minoritária de mulheres discutindo essas questões? Porque majoritariamente, essa discussão é trazida na agenda da repressão e da responsabilização, onde as equipes e as corporações policiais elas são majoritariamente representadas por homens e, o espaço de poder nessas corporações representadas por homens. Eu acho que aí traz um grande risco de prejuízo, efetivo, à proteção da mulher que está sendo vítima do tráfico de pessoas.

Eu acho que uma outra questão interessante para esta Casa, Poder Legislativo, é uma questão que o Ivens trouxe da questão do conceito, etc que chegamos à conclusão que a exploração é o foco, isso é consenso, o problema é a exploração do ser humano que não pode ser admitida.

Eu gostaria de fazer um registro que a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, a Ministra foi convidada a participar de um grupo... O Brasil, na pessoa da Ministra Nilcéia Freire, foi convidada a participar de um grupo de *experts* da UNODC, que é uma Agência Especializada das Nações Unidas de Prevenção e Combate ao Crime, para pensar com o Protocolo de Palermo e propor para aqueles países com menor capacidade técnica para elaboração Legislativa, um projeto de lei de modelo da implementação do Protocolo de Palermo.

Eu tive a honra de representar a Ministra nesse grupo e a gente vê que são pessoas de diversos países pensando conceitos legais, a redação legislativa, etc e a grande questão é: o que é a exploração? E como a lei pode retratar e dimensionar isso de uma forma mais objetiva, esse é o ponto que traz algumas questões interessantes.

Então, de certa maneira há quem diga que todo processo do capital há um processo de exploração, na questão da exploração sexual, até que ponto é exploração ou se tudo é exploração, se não é exploração. Então assim, chegarmos ao ponto que a exploração tem que ser enfrentada é consenso, agora, qual é a medida do que se transforma em exploração ou não e, qual o grau de autonomia da pessoa humana nessa decisão, que é um ponto de interrogação interessante e um desafio ao Poder Legislativo no marco regulatório.

Eu acho que para Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, o que é importante é a percepção do recorte de gênero nessa discussão de tráfico de pessoas e, na verdade, a percepção de que o tráfico de mulheres é uma forma de violência de gênero. Não dá para discutir tráfico de mulheres descontextualizada da violência de gênero.

Então, eu acho que isso põe importante e traz reflexos importantes na implementação de políticas públicas como, por exemplo, qual é a rede de atendimento a atender essas mulheres? Quais são os equipamentos a serem otimizados no atendimento das mulheres em situação de tráfico?

A nossa proposta é que o tráfico de mulheres tem que ser compreendido dentro dessa visão da violência de gênero e nesse sentido, a política pública de atendimento a mulher em situação de violência deve ser a política pública especializada prioritária no atendimento dessas mulheres; precisam ser qualificadas para isso, porque é uma nova propostas.

Há também o desafio da otimização de outros programas para que de fato a gente possa ter uma cobertura territorial nacional, tendo em vista que as

políticas públicas especializadas de atendimento elas não contam com uma grande capilaridade, como é a questão da assistência social e da saúde.

Então nesse sentido e observando a missão institucional de Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, que é promover a transversalidade da questão de gênero e a integração de todas as Pastas do Governo Federal nessa questão, que no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra Mulher - que a sub-Secretaria de enfrentamento à violência, provavelmente, pode colocar mais informações na fala dela posteriormente - um dos eixos estratégicos elencados pelo Governo Federal; é importante falar que o Pacto Nacional de Enfrentamento da Mulher, ele é uma agenda prioritária dentro da agenda social do Governo Federal, foi elencado como eixo estratégico a questão do enfrentamento do tráfico de mulheres e da exploração sexual de meninas e meninos.

Então, nesse sentido a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, coordena uma Câmara Técnica Federal composta por diversos Ministérios afeitos a essa questão da violência contra a mulher, discutindo então essas ações, a sua integração e a descentralização dessas políticas públicas; esse é o desafio do Governo Federal na implementação dessas políticas públicas, respeitando o pacto federativo e a participação de Municípios, Estados e União nessa questão. De forma não vertical impondo políticas públicas, mas sim, uniformizando conceitos e, na verdade, construindo um diálogo, um pacto, na verdade, que somam esforços no enfrentamento de uma questão que não é nem de Governo A, nem de Governo B e nem de Governo C é uma questão de Estado.

É uma questão de Estado, é questão de Estado porque é um compromisso do Estado Brasileiro, que inclusive, pode ser levado às suas Cortes Internacionais em sendo negligente na atuação. Além disso, deve ser um compromisso não de Governo, mas de Estado, porque estamos falando de mulheres brasileiras que estão sendo afetadas por essa questão em todo o território nacional.

E há algumas complexidades, que eu acho que tem um outro elemento que a gente tem que compreender o tráfico de mulheres e de pessoas em geral, que é na questão dos fluxos migratórios. É uma conjunção de fatores que são os fluxos migratórios internacionais e internos com a questão do maior empoderamento da mulher nessa questão também.

Porque muitas vezes eu posso falar - peço aqui permissão para abrir um parêntese para uma experiência pessoal. Eu estou retornando da Bósnia, agora, onde eu tive a honra de trabalhar e, na verdade, meus amigos falam: "Que interessante não é Cláudia, antes na verdade ia primeiro - eu fui e depois eu chamei meus filhos para morar comigo - interessante que geralmente o homem ia antes, via que estava tudo bem e mandava a mulher e os filhos". Eu falei: "Mas hoje em dia não funciona bem assim".

Então a gente pensar que o ser humano ele é móvel na sua natureza, então, os fluxos migratórios eles fazem parte de como a humanidade se construiu é natural que o ser humano tenha o desejo, inclusive, assegurado na normativa internacional de ir e vir buscando melhor qualidade de vida, isso é natural e isso compõe a estrutura a todos nós como espécie humana.

Nesta questão, a questão da globalização etc que às vezes parece um pouco chavão, mas a questão das fronteiras, a fluidez que isso ficou pela primazia da questão da economia, do fortalecimento da economia, facilitou esse processo migratório que antes era prioritário de homens, e as mulheres migravam acompanhando seus companheiros.

Nesse momento as mulheres como são provedores de lares, como sustentáculos de lares, elas estão migrando. Elas estão migrando, então, o que gera toda uma questão da feminilização da migração, a gente vê nos dados que a mulher migrando tem uma maior vulnerabilidade do que o homem.

E dentro dessas vulnerabilidades tem a questão do assédio sexual, da violência sexual, da exploração sexual, da exploração no trabalho, que abre uma margem para que se estruturem redes sociais informais e redes criminosas de crime organizado para lucrar com isso. Então, eu acho que é importante essa contextualização de que na verdade não dá para se pensar em legislação, em políticas públicas, na questão do tráfico de mulheres, sem pensar a questão do tráfico de mulheres no contexto da violência de gênero. É isso que o movimento de mulheres vem fazendo.

Quando a gente pega as questões estruturantes que facilitam e promovem o tráfico de mulheres, ou que impossibilitam que, de fato esse tráfico seja efetivamente combatido com a responsabilização dos agressores, mas com a proteção da mulher vitimizada. Então, esse é um desafio combater o crime, responsabilizar os agressores, mas com a proteção da mulher, também, utilizando, explorando a mulher na qualidade de testemunha de prova.

E a gente tem que entender essa questão como uma violência de gênero, porque muitas vezes homens e mulheres nas Corporações Policiais, no Judiciário, na Defensoria, são homens e mulheres que estão dentro de cultura patriarcal machista. E na questão dos atores da responsabilização com essa premência da repressão que advém de como então - fazendo

um elo com o que eu falei inicialmente dos princípios da Convenção de Palermo, como essa agenda entra nos Estados, que vem com essa premência da responsabilização - então o que me interessa é a prova, eu preciso prender.

Os indicadores do Estado Brasileiro para demonstrar efetividade nas políticas públicas são os números de processos instaurados e condenações obtidas. Esse é o indicador que a gente... É importante? É, mas não é só esse. E quando a gente pensa no tráfico de pessoas e daí na fragilidade da legislação em termos da obtenção da prova e da comprovação da materialidade do crime, ou seja, de fato o crime ocorreu, é extremamente complexo conseguir comprovar o crime de tráfico de pessoas.

Tanto que muitas vezes, estrategicamente, os órgãos do Sistema de Justiça e da responsabilização optam por oferecer a denúncia em outros tipos de crime que também representa um desafio para implementação de políticas públicas, porque você não tem registro do número de casos efetivamente. E daí é um desafio até para conseguir o orçamento que a gente está aqui numa Casa interessante para discutir orçamento, porque você não consegue ter dados e números que demonstrem a importância, então é um desafio que precisa ser construído.

Na verdade, essa é muito a preocupação quando a gente escuta muito essa visão agenda só da responsabilização e que efetivamente... Mas o que foi feito com a pessoa, com a mulher: "Ah, ela foi deportada". Sendo que as regras internacionais e o marco internacional, fala que "a mulher se, se colocar como uma possível vítima de tráfico, ela tem algumas garantias asseguradas", não é imediata a deportação.

Mas o que a gente vê no mundo inteiro é que os exploradores que, na verdade, são os clientes do sexo pago - não necessariamente são a rede do tráfico que as traficou - são presos e as mulheres são imediatamente deportadas: "Ah, mas não colocou que sabia da situação". Não colocou porque muitas vezes não se vê como uma vítima do tráfico de pessoas, não se vê também porque está imbuída num contexto cultural, que se percebe como uma agente do crime e não como vítima dele.

Porque afinal o que é consenso comum é: "Bom, se você quis o bônus arque com o ônus, agora, você vem aqui me falar dessa questão, você não quis se dar bem?", que é uma fala que a gente não pode aceitar no agente público principalmente. Então, eu acho que isso demonstra - eu sou uma apaixonada por esse tema, poderia citar alguns exemplos, mas eu acho não vem ao caso - mas a importância de se discutir o tráfico de mulheres de um recorto especial, que seja dentro da compreensão de violência de gênero, trazendo todas as questões da Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; que pressupõe então pensar esse atendimento especializado e a integração nessa rede que a gente está construindo.

E a gente conta com a importante participação do Legislativo, das mulheres do Legislativo, para pensar a legislação não só criminal e do Processo Penal, mas a legislação de trabalho e emprego, de cultura, de acesso à educação, de apoio de redes sociais, para que a gente posso efetivamente combater a maior vulnerabilidade da mulher nessa divisão desigual do mercado de trabalho, do acesso aos bens públicos.

Então muito obrigado e me coloco à disposição.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero agradecer a Srª. Cláudia Dias, e parece que, agora, o Felipe chegou. Então, eu vou pedir para ele tomar assento e tomar a palavra.

O Felipe Tavares Seixas é o Coordenador de Direitos Humanos da Polícia Federal, e a mesa ficou bem equilibrada agora: três a dois.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Boa tarde Srª. Presidente, eu queria em primeiro lugar pedir desculpas pelo atraso, mas a gente está com a CPI da Pedofilia também, que afeta a minha área em pleno vapor, na verdade eu já estou atrasado para uma outra, na própria CPI da Pedofilia, que é uma informal, então, a correria está muito grande.

Eu vou pedir desculpas, também, por não ter feito--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, isso é bom para treinar aquela coisa que mulher faz muito, são 15 coisas ao mesmo tempo, é isso?

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Os homens estão aprendendo, também.

Eu queria pedir desculpas, também, por não ter trazido uma apresentação específica para essa Comissão, mas trouxe uma outra apresentação que eu fiz num outro Fórum, mas que é aproveitável aqui.

O que me parece é que, o que há de mais relevante no País em relação ao tema é o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, plano inspirado já numa política aprovada e que a Polícia Federal ajudou a construir, especialmente, na área de repressão. A Polícia também teve algum papel nas áreas de prevenção e atenção à vítima, mas na área de repressão teve um destaque um pouco maior. Pode passar, por favor.

Mas assim, só me apresentando, o meu nome é Felipe Tavares Seixas, eu sou Chefe de Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

Esse na verdade é um depoimento que a ASBRAD, que é essa ONG que trabalha em São Paulo e é conveniada à Secretaria Nacional de Justiça, colheu de uma deportada em que foi identificado um caso nítido de tráfico de pessoas, mas vamos avançar um pouco que eu tenho certeza que essa parte introdutória toda já foi dita aqui na Comissão, vamos avançar um pouco para a parte da Polícia Federal.

Esse é mais ou menos uma rota de tráfico de mulheres e crianças no mundo, se hoje a gente tem um conceito internacional de tráfico de pessoas é certo que as mulheres e as crianças são as principais vítimas e, com certeza, dominam os esforços das polícias do mundo para o combate do crime e esse recorte de gênero, como foi bem dito pela Dra. Cláudia, ele é fundamental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É impressionante a quantidade de pontas do Brasil nesta rota.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Pode voltar a planilha anterior, por favor, são só estimativas, na verdade, a gente tem muito pouco dado que é 100% confiável porque os próprios países têm uma dificuldade em ter dados, principalmente vítimas e informá-los aos organismo internacionais para consolidar.

Então, a UNODC, que hoje trabalha na parte no crime transnacional tem essas estimativas que são com base em diversas fontes, normalmente pelos próprios países que tem essas informações. O lucro ele realmente é absurdo, é considerada hoje a terceira atividade criminosa mais rentável no mundo – há estimativas até que dizem que é a segunda - só atrás do tráfico de drogas. Então, a gente está diante de um problema extremamente sério em que há uma demanda muito séria, que a criminalidade transnacional tem se aproveitado para aumentar os seus lucros. Pode passar, por favor.

Então aí, a gente tem uma idéia do que isso significa no mercado mundial, os países normalmente em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, fornecendo pessoas para serem exploradas em outros países - e o Brasil não está longe disso.

É até interessante que hoje o Brasil já até - vamos falar isso entre aspas - foi "elevado" também a País de destino. Teve uma operação bem recente na Superintendência em São Paulo em que coreanas eram aliciadas é trazida para o Brasil para serem exploradas no Brasil. Então, a gente já tinha uma clientela da comunidade coreana no Brasil, que demandava por prostitutas coreanas. Então, hoje o Brasil não é só País de origem, como é predominantemente como de trânsito, mas também País de destino. Pode passar.

Mais uma vez, esse número de 50 mil é um número que a gente não tem muito essa definição se é um número correto, mas foi uma pesquisa – a única que eu achei - que dizia que há cerca de 50 mil brasileiras trabalhando como prostitutas no Exterior. Os principais Estados de origem são Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Goiás é aquela pergunta, todo mundo: "Por que Goiás?". E, não há uma resposta definitiva, mas é fato que o fenômeno do tráfico de pessoas ele está muito envolvido também no fluxo de migrações.

E assim como no fluxo de migrações, às vezes, quando um caso dá certo, quando alguém consegue imigra para um outro País, ter uma melhora de vida, consegue mandar dinheiro para família, consegue voltar depois e comprar uma casa, abrir um comércio, isso gera um movimento para que outras pessoas possam querer migrar também.

E Goiás, talvez, tenha começado mais cedo um pouco nesse processo e tenha dado alguma lucratividade para as pessoas que exploraram esse mercado, talvez, seja uma das explicações.

Os países de destino principais hoje é disparado a Espanha pelas denúncias e pelos inquéritos, mas depois vem Portugal, Itália, Suíça e Venezuela. E um problema mais sério que a gente tem enfrentado, ultimamente, com o Suriname e a Guiana Francesa, que embora tenha a sua parcela de problema, também, age muito como País de trânsito. Pode passar, por favor.

Então, a gente teria aí, também um esquema mais centrado para a realidade brasileira. Pode passar.

Bom, isso acho que já foi exaustivamente dito aqui, o fato é que temos que adequar a Legislação Brasileira às convenções internacionais, especialmente o Protocolo Adicional a Convenção de Palermo, essa é uma das principais metas ou pelo menos uma das prioridades do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Acredito que ainda no primeiro semestre, a gente já deva ter a constituição do grupo de trabalho para estudar a legislação e aprimorá-la. Pode passar.

Na Legislação Brasileira a prostituição não é crime, mas também não é legalizada, então, as prostitutas vivem numa situação de marginalidade, o que dá azo a que o crime organizado possa ter um terreno mais fértil para sua atuação. Eu não estou aqui defendendo a legalização da prostituição, nem tão pouco a sua criminalização. Eu estou defendendo um debate muito mais profundo que a gente possa debater esse assunto, não fique com um assunto que não deva ser tratado, esse assunto deve sim ser tratado: qual é a

postura brasileira em relação às prostitutas? O que a gente vai fazer? Que tipo de resguardo a prostituta vai ter? Se hoje ela é uma atividade até reconhecida pelo Ministério do Trabalho, mas quais são os direitos que elas têm? Será que elas podem se associar e cobrar esses direitos, não só das autoridades trabalhistas, mas também cobrar que a Polícia atue nos casos de violação? Cobrar que a Secretaria Especial de Direitos Humanos, cobrar que a Secretaria de Política Para as Mulheres, possam ter uma política especialmente voltada para elas? Então, esse é um debate que a gente precisa fazer.

A exploração comercial da prostituição é crime, então, existem vários artigos que tratam de rufianismo, de casos de prostituição que afinal tratam da exploração comercial dessa prostituição, mas na verdade ninguém combate. A verdade é essa: todo mundo sabe onde tem exploração de prostituição e não há um combate efetivo. Hoje a gente tem uma situação talvez pioneira no mundo, que é criminalizar o tráfico interno e precisamos avançar para criminalizar as outras formas de exploração. Pode passar.

Bom, eu não quero também ficar aqui tratando muito da parte jurídica, mas a pena que temos hoje é uma pena de três a oito anos que pode aumentar se, se tratar de tráfico de adolescentes e, também, se há emprego de violência a pena aumenta para quatro a dez anos, então, é uma pena até severa diante de outras penas do Sistema Penal Brasileiro. Pode passar.

Isso eu acho que o Ivens já deve ter falado, então, não precisa ficar retomando. Pode passar, por favor.

Só para poder esclarecer que isso é uma dúvida que ocorre às autoridades estrangeiras, mas também que a gente próprio tem dificuldade. Eu tive uma reunião com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a gente no fluxo das denúncias do Disque 100, a gente recebe muita denúncia que não é da atribuição da Polícia Federal.

A gente tem hoje um modelo que é de Polícia Federal, Justiça Federal, Ministério Público Federal e, do outro lado a Justiça Comum, Policias Estaduais divididas entre Polícia Civil e Polícia Militar e os Ministérios Público Estaduais. A competência da Justiça Federal também ela é um pouco mais restrita do que a atribuição da Polícia Federal, porque a competência da Justiça Federal, ela vai tratar dos crimes previstos em tratado internacional, em que a execução do crime se inicia do Brasil e a consumação no Exterior ou vice-versa. A atribuição da Polícia Federal vai abranger essa competência da Justiça Federal e, também, os casos dos crimes previstos em tratados de direitos humanos em que haja uma repercussão interestadual em que exija repressão uniforme. Então, o caso de tráfico interno de pessoas, se houver uma repercussão interestadual pode ser apurado pela Polícia Federal, embora a competência não seja da Justiça Federal. Pode passar, por favor.

Na estrutura do DPF, a Divisão de Direitos Humanos está vinculada a Coordenação Geral de Defesa Institucional, da Diretoria Executiva e nas Superintendências Regionais - que é quem de fato faz a investigações - ela está vinculada a DELINST, que seria o equivalente à Coordenação Nacional de Defesa Nacional no Estado, vinculada a Delegacia Regional Executiva. A proposta da Polícia Federal é que em alguns Estados onde haja uma notícia maior da incidência desse crime, que se crie a mesma estrutura que existe em norma central, ou seja, que em alguns Estados, além da DELINST, você tenha uma Delegacia de Direitos Humanos.

A DELINST hoje expede porte de arma, trata de assuntos indígenas, assuntos envolvendo sem-terras, outros assuntos sociais e políticos, crimes eleitorais, faz segurança de dignatários e, às vezes, falta tempo para cuidar dos crimes contra direitos humanos. Então, hoje já existe uma proposta em trâmite para que pelo menos em Rio e São Paulo, inicialmente, haja a Constituição de uma Delegacia de Direitos Humanos, assim como existe a Divisão de Direitos Humanos na Direção Geral do DPF. Pode passar.

Um breve perfil do problema, esse é um dado antigo, seria interessante que a gente tivesse uma pesquisa mais nova, para ver como se movimentou esse fenômeno no Brasil. Mas esta última pesquisa, dizia que a vítima em geral tinha de 18 a 30 anos, tinha baixa escolaridade, eram mães solteiras com histórico de prostituição e, também de violência doméstica. O aliciador - isso é muito importante - a maioria eram ex-vítimas. Por que ex-vítimas? Porque exatamente a ex-vítima é que vai ter credibilidade para aliciar novas vítimas. Se de repente, um dono de um bordel na Espanha vem para o Brasil aliciar vítimas, talvez, ele não tenha tanto sucesso, quanto ele mandar uma vítima que já está sendo explorada por ele voltar para o Brasil e fazer esse contato direto, porque ela vai dizer: "Olha, eu já fui deu certo, vá também que você vai ganhar dinheiro e vai morar no primeiro mundo", a maioria é do sexo feminino, casada, ou com união estável. Pode passar.

As motivações. Na verdade, o Protocolo usa um termo que é muito apropriado que é a situação de vulnerabilidade, e é aonde a gente pode definir essa motivação da vítima, que é uma motivação de ambição, de falta de perspectiva e também importante: desinformação. É preciso esclarecer às vítimas, primeiro: a quais situações elas podem estar submetidas quando

forem para o Exterior e mais, quais são seus direitos quando estiveram lá. Aquele estereótipo do tráfico de que a pessoa vai para ser babá, para ser dançarina, para ser empregada doméstica e acaba sendo submetida à prostituição existe, é fato que existe, mas a maioria que a gente percebe são mulheres que já são prostitutas no Brasil. A do aliciador é simples, alta rentabilidade, o risco que ainda é baixo e, uma situação ainda de impunidade, porque a repressão ainda não está tendo ferramentas de combater esse crime. Pode passar.

Grandes dificuldades. A extensão do território do Brasil é enorme, a fronteira seca faz com que até mesmo o movimento migratório possa ter dificuldades de controle, um contingente policial ainda muito baixo. Hoje no Brasil nós temos, salvo engano, 12 mil policiais federais para um País de dimensões continentais.

Importante esse tema: Invisibilidade do delito. A gente depende muito que a sociedade venha ajudar a Polícia e denunciar, porque ao contrário do tráfico de drogas ou de armas, por exemplo, em que há uma coisa sendo transportada de um local para o outro, no tráfico de pessoas não há uma coisa, há uma pessoa. E uma pessoa que, pelo menos naquele momento, não tem interesse algum em que as autoridades saibam o que ela vai fazer no Exterior. Então, há essa invisibilidade e, às vezes, a gente tem alguma dificuldade de detectar o problema. As vítimas dificilmente colaboram até mesmo depois que elas já são exploradas, há uma dificuldade muito grande em conseguir um testemunho da vítima, que vá ser a principal prova apta a condenar os aliciadores e, até mesmo, um preconceito do agente investigador. A gente precisa sensibilizar o aparato policial, não só o policial, é importante dizer, também, o Ministério Público e Justiça.

A gente está com um caso em andamento, eu não vou poder dar detalhes, mas foi um trabalho primoroso da Superintendência da Polícia Federal, uma representação super bem embasada com fotos, com provas e quando chegou na Justiça, a Juíza disse: "Não, as pessoas não estão aliciando, elas estão ajudando uma as outras". E o que vai se dizer para essa Juíza? Na verdade, a gente teve que retomar a investigação, colher mais prova demos - Juíza, acabei deixando escapar, Juíza, - que não entendeu a gravidade do problema. A gente teve que colher outras provas, provar com maior força, a exploração que ocorria num País de destino, que é um País da Europa, para que ela pudesse reavaliar e ainda não tivemos resposta, está nas mãos dela como um pedido de reavaliação do caso. Então, a gente precisa realmente de capacitação de todos os agentes que estão envolvidos na persecução penal.

Eu até anuncio aqui aproveitando a presença da OIT, que na semana que vem a gente já vai ter uma capacitação, que não só capacita os Agentes de Polícia Federal, mas também outros Agentes do Mercosul. Vai ser um evento que vai ocorrer em Foz do Iguaçu, em que esse processo de sensibilização vai estar presente e mais um processo de cooperação internacional. Pode passar, por favor.

Bom, as quadrilhas assim como outros crimes usam rotas alternativas, têm ligação com outros delitos, como a falsificação de documentos e tem o apoio naturalmente nos Países de destino. Pode passar.

Melhores práticas: não só esperar as denúncias, mas também ter uma investigação pró-ativa, ter uma maior sensibilidade na hora de expedir os passaportes, na hora de fazer um controle migratório - a gente não pode evidentemente impedir que ninguém saia do País - mas pelo menos, passar informações para essas potenciais vítimas a gente pode; ter um trabalho de inteligência policial mais qualificado.

Hoje funciona muito bem a cooperação policial lastreada nos Adidos Policiais que aqui estão, mas a gente precisa que a Interpol possa trabalhar melhor, que os instrumentos de cooperação jurídica que hoje o DRCI, a autoridade central brasileira também possa funcionar melhor. E fazer realmente operações em caso, porque se eu não tenho os dados do que essa vítima está fazendo no País de destino, a minha investigação fica capenga, assim como na investigação do País de destino fica capenga, se ele não tiver os dados do aliciamento aqui.

Então é comum, muitas vezes, quando a gente recebe uma comunicação do País estrangeiro que lá eles não estejam ainda investigando tráfico, eles estão investigando por enquanto a exploração da própria prostituição. E, assim que o Brasil entra na investigação e começa a cooperação, essas pessoas que estão envolvidas no fenômeno lá, também, passam a responder pelo tráfico.

Precisamos desarticular toda a rede criminosa, não ainda só desarticular os aliciadores, a pessoa que faz o contato direto com a vítima. Então, é preciso que a gente tenha essa inteligência para conseguir detectar todas às pessoas envolvidas na quadrilha, porque aliciador você arruma com muita facilidade e, importantíssimo: descapitalizar essa rede. Hoje um dos maiores instrumentos para descapitalizar uma organização criminosa é a lavagem de dinheiro, mas na Lei de Lavagem de Dinheiro não está presente o Crime de Tráfico de Pessoas. Então, eu fico com alguma dificuldade para conseguir utilizar as ferramentas que essa legislação me traz, porque não tem o Crime de Tráfico de Pessoas expressamente na lei. Então seria interessante

incluir esse crime na Lei 9613, para que a gente possa ter uma atuação mais eficaz e um trabalho integrado. Polícia e Ministério Público, deixar de lado quaisquer tipo de vaidades e conseguir trabalhar integradamente, para ter um resultado, como nessas operações de repercussão interestadual que já existiram no Brasil, e que esse ano a gente está com muita esperança que haja, pelo menos, mais umas cinco operações com essa repercussão no Brasil. Pode passar.

Bom, esse é um dado não está totalmente atualizado porque ali em 2007, vocês podem ver que está apenas até setembro, mas de setembro a dezembro, a gente praticamente mais que dobrou esse número de 57 inquéritos. Então, no ano passado nós tivemos um recorde de investigações pela Polícia Federal de tráfico, o destaque maior realmente é para aqueles Estados, que eu comentei no começo que são os principais Estados de origem no Brasil: Goiás, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Pode passar.

Esse é só um gráfico geral, esse último quadro de 57, está defasado, a gente teve, salvo engano, 120 e poucos inquéritos instaurados. Pode passar.

Esse aí, é um levantamento por Estado, a gente ali que realmente Goiás está na frente, depois, seguido por aqueles outros três Estados. Pode passar.

E nas grandes operações, tivemos um pico ali em 2006, com 65 presos só em grandes operações, nisso aí, não está incluído os inquéritos normais que você vai prender um ou dois aliciadores. Pode passar.

Exemplo de algumas operações com repercussão que tiveram uma coordenação maior, um destaque para Operação Tarantela, que foi pioneira em investigar a rede de tráfico de travestis. Pode passar.

Outros exemplos de operações em que se verifica, claramente, que o foco principal é a Espanha, depois seguido pelos outros países que eu já mencionei também. Pode passar.

Muito obrigado, estou à disposição para quaisquer perguntas.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, agradeço ao Sr. Felipe Tavares Seixas.

Eu queria colocar algumas questões, antes da gente desfazer esta Mesa e passar para a próxima, que vai coordenada pela Senadora Serys, a nossa Vice-Presidente da Subcomissão, que já se encontra presente.

Eu queria dizer, em primeiro lugar, que esta é uma sessão que está sendo transmitida e gravada pela TV Senado e, portanto, ela vai fazer parte das transmissões das nossas atividades aqui no Senado. E ela é muito importante, porque como disse a Cláudia, normalmente não se trata determinados assuntos que tem uma gravidade sob a ótica das mulheres.

E o que nós queremos fazer nesta Subcomissão Permanente é exatamente poder tratar de temas extremamente importantes graves, sob a ótica das mulheres. Então, por isso que nós estamos tratando aqui dos direitos humanos sob a ótica das mulheres; vamos tratar saúde, sob a ótica das mulheres; trabalho sob a ótica das mulheres; previdência sob a ótica das mulheres; porque este corte, este viés, aquilo que nos afeta e nos afeta de forma diferenciada, precisa ter tratamento, precisa ter políticas e precisa ter ações diferenciadas.

Por isso é muito importante o que nós estamos aqui realizando no dia de hoje, poder colocar todos esses elementos e estas informações tão preciosas para subsidiar o trabalho nosso Legislativo, mas também subsidiar a própria sociedade que através do acesso à TV Senado, vai poder também tem contado com estas visões, estes conceitos, estas informações e estes dados tão relevantes.

Eu queria deixar aqui, agradecendo a contribuição dos nosso quatro convidados, eu queria deixar um desafio, porque nós temos algumas coisas que a Subcomissão pode obviamente fazer. Mas talvez a coisa mais importante que a Subcomissão possa fazer, é apresentar propostas de alteração legislativa, ou seja, aquilo que é de fundamental importância, para que questões levantadas aqui possam ser superadas com alteração da legislação.

E já fica uma outra tarefa para esta Subcomissão também, que é de nós termos uma perspectiva - como já foi dito aqui na Mesa - de trabalharmos para ter no Orçamento da União, recursos para fazer o enfrentamento dos problemas aqui levantados.

Podemos então concluir o trabalho desta primeira Mesa, eu queria agradecer muito a presença do Felipe Tavares Seixas, da Cláudia Dias, da Márcia Vasconcelos e do Ivens Gama, que trouxeram informações preciosas para esse nosso debate de "Direitos Humanos Sob a Ótica de Gêneros", então, eu agradeço.

[palmas]

E vou chamar a Senadora Serys, para vir conduzir a próxima Mesa e, talvez, Serys, eu queria sugerir - inclusive aproveitando, também, a nossa Deputada Cida Diogo - que você pudesse antes de constituir a Mesa, fazer um pequeno relato do que houve hoje no Palácio, porque eu acho que também faz parte da nossa atividade da Subcomissão.

Então, eu estou passando Presidência, para a nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, falei certo o sobrenome Serys?

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Bom, em primeiro lugar o nosso boa tarde a todas e a todos, dizer à Presidente da nossa Subcomissão, nossa Senadora Ideli, e realmente a todos que estão aqui presentes, que eu cheguei um pouco atrasada porque eu estava na Comissão de Orçamento, então, a gente tem que estar em vários lugares ao mesmo tempo.

E dizer que a criação dessa Subcomissão, eu diria que foi um grande salto na nossa luta, na luta de nós mulheres pela conquista a busca de direitos iguais.

Conforme sugestão da nossa Presidente, Senadora Ideli, antes de chamarmos a próxima Mesa, que se faça um breve relato aqui da reunião que a gente teve hoje pela manhã, Senadoras, Deputadas, a Bancada Feminina do Congresso, uma representação bastante significativa com a Ministra Dilma Roussef, onde foi entregue uma Moção de Desagravo a ela, por ter sido chamada pelo Senador Mão Santa, em tribuna do Plenário do Senado, de "galinha cacarejadora".

Então, nós entregamos essa Moção de Desagravo, fizemos algumas falas, bastante rápidas, a Srª. Ministra ficou muito emocionada e, realmente, as colocações... A Deputada Cida estava lá também, aliás, fez uma fala muito contundente, que depois eu vou pedir a ela - que foi uma fala bastante breve, que repita aqui o que a Srª. disse lá para a Ministra, que se ela pode dizer, não precisa ser eu a transmissora.

Mas ficou muito evidente lá na nossa reunião com a Ministra e a Bancada Feminina do Congresso Nacional do nosso País, que realmente a nossa luta como mulheres é uma luta permanente e constante contra a discriminação, seja a discriminação na política, no trabalho, na família e em qualquer lugar é uma luta permanente. E nós mulheres para conseguirmos algum espaço sempre tudo é muito, mas muito mais difícil.

E ficou bastante, evidente, pelas colocações lá feitas e centenas, milhares de e-mails que estão chegando para todas nós, para que se faça chegar até a Ministra - do Brasil como um todo os e-mails que estão chegando - no sentido de que realmente isso foi dito, porque é uma mulher que está diante da Casa Civil, nesse esforço todo por levar avante a questão do PAC e de políticas públicas competentes, isso é evidente.

Até houve uma frase da Ministra que me marcou, Deputada - eu não sei se a senhora atentou, mas no meio da fala dela, ela colocou que "homem nunca é chamado no poder de durão, de autoritário. Nunca! Não, é um homem forte, é um homem determinado, é um homem posicionado". Agora a mulher, não. "Ela é muito dura, ela é autoritária, ela etc e tal".

E ela disse que ela se sente - essa frase eu achei ótima – "Ela se sente uma mulher dura, no meio de montanha de homens extremamente meigos". Então, eu achei ótima essa frase dela. "Eu sou uma mulher dura, pelo menos estão me tachando assim o tempo inteiro", para tentar dizer que a seriedade com que ela leva avante às questões é porque ela é muito dura. Ela falou: "Eu sou muito dura, eu sou tida como muito dura no meio de uma montanha de homens extremamente meigos".

Mas tudo bem, eu acho que era importante, conforme a nossa Presidente da Comissão, Senadora Ideli acabou de falar que se fizesse esse relato, porque há uma indignação das mulheres no País como um todo.

São milhares e milhares de e-mails nos chegando e a gente faz – como diz o outro - o que pode de tentar... Várias tentativas de convencer o Sr. Senador, de que ele não vai ser diminuído de jeito nenhum, ao chegar e se retratar, pedir desculpas publicamente às mulheres do Brasil, especificamente a Ministra, mas pedir desculpas às mulheres do Brasil. E ele diz que não vai fazer isso o tempo inteiro, então, paciência, nós não podemos fazer nada, a não ser ficarmos nos posicionando cada vez que um fato desses venha acontecer.

Dito isto, eu queria iniciar a próxima Mesa chamando a nossa Deputada Cida Diogo, Presidente da Subcomissão da Mulher encarcerada, temos aqui a Dra. Kenarik Boujikian Felipe, eu queria dizer que esse nome é muito difícil, mas eu também não tenho muita moral para falar de nome difícil, não é Dra. Kenarik, mas ela pelo menos tem Felipe, que é nome... Nós já nos falamos. Srª. Julita Lemgruber, Socióloga e Professora da Universidade do Rio de Janeiro, por favor, compor a Mesa, eu não sei se ela está presente? Heidi Ann Cernaka, Pastoral Carcerária da CNBB; Elizabeth Pereira, Diretora da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres e Ana Cristina Alencar, DEPEN MJ.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu estava pensando aqui como fazer a ordem, talvez, pela decisão aqui se siga realmente aquela das inscrições aqui.

Nós teremos dez minutos para cada uma, porque o tempo urge e nós inclusive devemos estar logo, logo em Plenário em votação nominal, então é complicado. A temática aqui é óbvio, mais amplo é "Direitos Humanos" e a subtemática "São Mulheres Encarceradas". E temos aqui seis mulheres realmente do mais alto preparo nessa área, com certeza, como já disse a Senadora Ideli Salvatti, uma reunião dessas com tan-

tas pessoas das mais variadas em cada área, falando sobre o assunto.

Tivemos primeiro "O Tráfico de Mulheres no Contexto das Imigrações Internacionais", agora, "Mulheres Encarceradas", logo após teremos, "Violência Doméstica", que é especificamente sobre a Lei Maria da Penha.

Sobre essa questão de "Mulheres Encarceradas", nós vamos começar com a primeira Palestrante, serão dados dez minutos para cada uma, que é a Srª. Julita Lemgruber, Socióloga e Professora da Universidade do Rio de Janeiro, me desculpe, há um erro aqui, Socióloga e Professora da Universidade Cândido Mendes, aliás, isso nos aproxima, porque fui 26 anos, Professora de Universidade Federal.

SRA. JULITA TAMMURI LEMGRUBER: Boa tarde a todos e a todas, eu gostaria de agradecer o convite para eu estar aqui hoje, discutindo essa questão que é alguma coisa que eu acompanho há muitos anos.

Em 1979, eu apresentei uma Dissertação de Mestrado ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, sobre a Penitenciária Talavera Bruce, então, já faz 30 anos que eu me dedico ao tema das prisões de presos e presas. Infelizmente, as coisas não mudaram quase nada nesses 30 anos, ao contrário, sob muitos aspectos pioraram.

Outro dia mesmo eu estava revendo - conversei com a Deputada Cida Diogo até sobre isso já - estava revendo os resultados de duas CPIs do Sistema Penitenciário, uma que aconteceu na década de 80 e outra que aconteceu na década de 90.

Se a gente ler as conclusões dessas duas CPIs, a da década de 80 e a da década de 90, a gente percebe que os problemas continuam os mesmos, sem solução. Quer dizer, o Sistema Penitenciário é uma área absolutamente abandonada historicamente nesse País, pelas diferentes esferas de Governo, pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais, pouco ou nada se fez na área do Sistema Penitenciário no Brasil nos últimos 30 anos, a despeito de algumas iniciativas louváveis, mas na média eu acho o que nosso saldo é muito ruim.

Agora, eu queria iniciar - eu sei que eu tenho pouco tempo - mas eu tenho certeza que a Deputada Cida Diogo vai tocar e a minha amiga Kenarik, também, eu não sei a apresentação das outras, mas vão apontar questões muito específicas de necessidade das mulheres presas que podem na margem a iniciativas legislativas. Mas eu queria colocar algumas questões mais gerais, para que a gente nunca se esqueça da singularidade do problema da mulher presa.

E eu queria começar lendo - fazer um marketing aqui também - isso aqui é o meu livro que está na 2ª Edição e chama "Cemitério dos Vivos", é uma análise do Talavera Bruce. Nesse livro, quando eu comecei a estudar o Talavera Bruce, quando eu comecei a estudar essa questão das mulheres presas, ainda havia presas políticas no Brasil, isso era 1976, havia no Talavera Bruce algumas presas políticas.

Bom, entre elas, a Rosalice Fernandes, Jessie Janes e a Norma Sá Pereira naquele ano 1978, dois anos depois que eu iniciei lá, elas deram o seguinte depoimento a Revista Versus, e eu quero ler, não só em homenagem a Jessie, a Norma e a Rosalice, mas porque eu acho que elas com muita propriedade colocaram a questão da mulher presa.

"Não há mulher tão oprimida como a mulher marginal; não há ser humano tão ferido em sua dignidade, tão carente de amor próprio quanto a mulher marginal. O malandro não se sente culpado; o malandro nunca está arrependido; o malandro se auto legitima; o malandro tem orgulho e amor próprio, mas a mulher do malandro, não. A mulher marginal quando diz: 'Eu não presto', ela diz com sinceridade e acreditando nisso, não que ela tenha uma visão de mundo diferente de seus companheiros. Para ela também o mundo se divide em otários e malandros, só que ela não é nem uma coisa e nem outra, ela é alguém que se perdeu: ela é uma mulher que não presta. Para o homem ser malandro pode ser uma arte, para a mulher ser marginal nunca será uma arte, será sempre em desonra. O próprio malandro vai recriminá-la por estar presa largando os filhos à sua própria sorte. Ele o homem pode, seja malandro, operário, estudante, o homem sempre pode afastar-se dos filhos, se assim exigir a sua ocupação, a mulher nunca.

Essa exigência que conflitua todas as mulheres, atinge mais ainda, àquelas que não pode orgulhar-se de seu meio de vida, mesmo que o façam para sustento dos filhos".

Eu acho que essa é a primeira grande questão que quem se ocupa desse tema, deve olhar com muito cuidado, quer dizer: quem é essa mulher que é privada da liberdade? Quem é essa mulher que não é nem malandra, nem otária? Quem é essa mulher que se julga uma mulher que não presta? Quem é essa mulher que não se valoriza, não se auto legitima? Que é considerada alguém que transgrediu a ordem em dois níveis. Ela transgrediu a ordem da sociedade, porque ela infringiu as leis do País, mas ela também transgrediu a ordem da família, na medida em que ela deixou de ocupar aquele lugar que a ela foi destinado de mãe, de esposa enfim, de rainha do lar. E por isso mesmo ela vai sofrer uma repressão dupla, quer dizer a repressão da privação da liberdade e a repressão que existe dentro das prisões femininas, que é uma repressão muito

maior do que aquela que existe em prisões masculinas, principalmente na área da sexualidade.

O homossexualismo, por exemplo, que é amplamente aceito nas prisões masculinas, nas prisões femininas freqüentemente leva a castigos, enfim, é objeto de repressão muito grande. E essa mulher é freqüentemente abandonada dentro da cadeia. Quem tem experiência nessa área sabe que se a gente for aos fins de semana às portas das unidades prisionais, a gente vai ver filas enormes nas unidades prisionais masculinas de mães, esposas, filhas, enfim, namoradas, companheiras, levando aquelas sacolas para seus homens presos. E a gente vai para filas nas portas das prisões de mulheres, essas filas são muito menores.

Nos meus anos convivendo mais de perto com esse tema, durante algum tempo eu pesquisei prisões de mulheres, mas eu fui também Diretora do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro de 91 a 94, então convivi também com isso de perto sob vários enfoques. E eu me lembro bem de homens que diziam para os filhos que as mães tinham morrido, porque tinham vergonha de levar os filhos para visitar as mães dentro das cadeias.

Você ouve comentários de todo o tipo dentro da cadeia, por exemplo, eu ouvi comentários de guardas que diziam que "uma mulher que cometesse um crime pela segunda vez, o Estado deveria mandar esterilizar, porque não devia ter o direito de ser mãe". Enfim, a gente ouve coisas de todo o tipo, quando a gente lida com a questão das mulheres presas.

Se a gente olhar o panorama geral a situação é uma situação muito preocupante, porque o número de mulheres presas vem crescendo muito mais rapidamente do que o número de homens presos. A velocidade com que cresce o número de mulheres presas não só no Brasil, mas no mundo inteiro, é impressionante e de longe maior do que o número de homens presos.

Há uma discussão em alguns países - o Brasil não faz pesquisa de vitimização regulares - hoje dentro das propostas do PRONASCI há uma expectativa de que se faça pesquisa de vitimização no Brasil, para que a gente tenha maior clareza do que acontece nessa área de criminalidade.

Mas em alguns outros países onde há pesquisa de vitimização, o que se supõe é que em quantidade de crimes às mulheres não estão cometendo um número maior de crimes, mas elas estão sendo mais penalizadas dentro da estrutura do Sistema de Justiça Criminal, começando pela ação policial.

Quer dizer, há uma idéia generalizada de que havia no passado maior condescendência com o crime feminino e, que na medida em que a mulher ocupa mais espaço na sociedade, o Sistema de Justiça Criminal como um todo, considera também que essa mulher deve ser mais penalizada, ela tem mais clareza do papel dela e ela também vai ser objeto.

Na área do tráfico de drogas o problema é um problema muito sério, quer dizer, para vocês terem uma idéia, quando eu comecei a pesquisar mulheres presas, no Rio de Janeiro havia 20% das mulheres do Talavera Bruce, estavam presas por tráfico de drogas, 20%. Hoje, mais de 60% das mulheres no Talavera Bruce estão presas por tráfico de drogas.

Então, essa é uma área que vem não só atraindo mulheres, mas vem também penalizando muito mais mulheres. E aí, há também toda uma discussão de por que esse crescimento enorme de mulheres presas e condenadas por tráfico de drogas, talvez isso não signifique um crescimento por si, mas significa também uma ação da polícia diferenciada.

Algumas pesquisas demonstraram que 80% das mulheres que se envolvem com o tráfico de drogas, ocupam posições periféricas na estrutura do tráfico de drogas. Então elas têm menos margem de manobra para negociar com a Polícia sua liberdade, para trocar informação com a Polícia ou para comprar a Polícia, nos casos, em que ela se depara com o policial corrupto.

Por outro lado, parece também, que o Sistema de Justiça Criminal como um todo, penaliza hoje mais essas mulheres.

Quer dizer, a gente tem uma situação complicada na área de prisão de mulheres, porque embora as mulheres sejam, nos diferentes países, cerca de 50% da população de homens e mulheres livres, em geral no mundo inteiro as mulheres são apenas 5% em média da população encarcerada. Então, as prisões são feitas para homens, concebidas por homens e destinada a homens, enfim, sobretudo.

Então, é evidente que são unidades que não estão em geral apropriada a receber mulheres que têm necessidades muito específicas, começando com os problemas relativos a amamentação, necessidade de creches, um atendimento a saúde diferenciado e aí por diante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Mais um minuto.

SRA. JULITA TAMMURI LEMGRUBER: Mais um minuto. Pois é, seria muita coisa para falar, mas eu gostaria apenas terminar dizendo o seguinte, eu sei que há um Projeto da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres de revisão dos processos de mulheres presas. Parece que há uma estimativa inicial de que de 8 a 9 mil processos de mulheres podem ser revistos, na tentativa principalmente de liberar mulheres ou que já poderiam estar livres por livramento condicional que até hoje foi adiado ou realmente toda uma

rediscussão, principalmente em alguns Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, sobre a aplicação da legislação de penas e medidas alternativas à pena de prisão.

Eu acho que a gente precisa principalmente em relação às mulheres, a gente sabe que grande parte das mulheres cometem crimes sem violência, sem gravidade. Então, são pessoas que poderiam estar sendo beneficiadas por penas diferentes da pena de prisão e é isso que a gente tem que buscar.

Havia um Ministro - e eu quero terminar com isso - havia um Ministro da Justiça, inglês, que dizia o seguinte: "Que a pena de prisão é uma forma cara de tornar as pessoas piores". Um preso custa em média nesse País, mil reais, um aluno de Primeiro Grau na rede pública do Rio de Janeiro, custa 140 real por mês.

Quer dizer, é dívida social enorme que este País tem, que precisa investir em saúde, educação, moradia popular, saneamento básico, enfim, transferência de renda, a gente não pode se dá ao luxo de manter na prisão quem não é perigoso e quem não é violento.

Nesse caso, no caso das mulheres, principalmente, a gente tem um grande trabalho a fazer para livrar da prisão mulheres que não cometem crimes, sem violência e sem gravidade que não ameaçam, na verdade, a sociedade. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Drª. Julita Lemgruber.

Eu gostaria de comunicar às Srªs. Palestrantes que o controle do horário é lá naquele relógio, por favor, me ajudem, porque eu não gosto de controlar, mas tem que controlar.

Nós havíamos nos comprometido aqui seguir a ordem que aparece aqui na nossa listagem, mas como a Drª. Kenarik Boujikian Felipe, tem problema de avião, nós passaríamos agora a palavra à Drª. Kenarik, por dez minutos, por favor.

SRA. KENARIK BOUJIKIAN FELIPE: Eu sou Kenarik Boujikian Felipe, sou juíza em São Paulo, e faço parte da Associação Juízes para a Democracia desde a fundação e faço parte do Grupo de Estudos e Trabalho "Mulheres Encarceradas", que é uma rede que se formou em 2001 com várias entidades, dentre elas, a Pastoral Carcerária que está presente, o ITTC, a Comissão da Mulher Advogada, eu não vou falar todas, porque o tempo... O número lá corre rápido demais, parece que não é um relógio normal esse.

Eu queria parabenizar essa iniciativa especialmente porque é a primeira vez - que eu tenho conhecimento ao menos - de que nessa Casa se realiza uma Audiência para tratar do tema da "Mulher Encarcerada".

Esse tema já foi tratado na outra Casa Legislativa, na Câmara dos Deputados algumas vezes e, pelo que eu tenho conhecimento - me corrijam se eu estiver errada - essa é a primeira vez que a Casa abre espaço público para discutir a questão da mulher encarcerada.

O Grupo se formou esse das "Mulheres Encarceradas" em razão dessa condição própria da mulher presa: as condições de encarceramento; acentuado perfil de exclusão social; a emergência do atendimento aos seus direitos; a violência de gênero. Enfim, essas questões todas quando levadas para dentro dos muros das prisões, elas se agravam, se acentuam e ganham uma outra dimensão.

As fotos que estão passando aqui são fotos tiradas na Cadeia Pública de Pinheiros, que é uma cadeia pública que foi desativada, teve uma audiência pública lá na Assembléia Legislativa de São Paulo, e isso mostra... Essa fila, por exemplo, foi a fila que a querida - eu vou chamar de Julita – Julita estava mencionando. Essa fila é o tamanho dela num dia de visita, super pequena.

Mas o que eu queria dizer sob a ótica de Direitos Humanos, porque o que veio para nós como um tópico era o foco na "A Questão dos Direitos Humanos".

Nós estamos a 60 anos, praticamente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem como um primado a questão da dignidade humana, como primado fundamental que foi acolhido na nossa Constituição, o eixo como um todo da nossa Constituição de A a B, do 1º ao último parágrafo, tem que ser a dignidade humana, transmutada para nossa prática, para nossa política.

Temos vários outros pactos e os pactos foram necessários, porque só a questão da igualdade como tema geral não foi suficiente, a especificidade da mulher acabou por cobrar essas outras normas de caráter internacional, dentre elas o Pacto de Belém do Pará, a Convenção de Belém do Pará, que diz no artigo 9º: "*Que os Estados pactos devem considerar no cumprimento de seus deveres, situações específicas dentre elas as mulheres afetadas por privação de liberdade*".

Isso está no pacto e parece que aqui no Brasil nós fechamos os olhos para isso, por muitos anos, inclusive, o Movimento Feminista se apropriou, entrou nessa luta da questão da mulher de alguns anos para cá, eu diria, talvez uns cinco anos.

Além do Pacto de Belém do Pará, nós temos uma Resolução da ONU que determinava que se desse, também, maior atenção à questão das mulheres que se encontram em prisão, inclusive também no tocan-

te aos filhos. Em conseqüência dessa recomendação da ONU, foi realizado um trabalho pela Drª. Florizeli Euconore(F), ela diz - vou dizer bem resumidamente, porque isso tudo que está escrito não será dito em razão do tempo – "Que as mulheres constituem percentual pequeníssimo da população carcerária; alta porcentagem são mulheres presas; elas que são encarregadas de cuidar dos filhos; não há políticas públicas adequadas no tratamento das presas. Há um aumento do aprisionamento feminino, que não se circunscreve aos delitos violentos, mas há um aumento das taxas de encarceramento de mulheres presas em razão do aparecimento do tráfico de entorpecentes; sendo usadas de regra como 'mulas' e a maioria por delito de pouco quantidade de entorpecente".

Esse retrato que ela diz é o retrato da mulher brasileira, que vários desses índices que eu falei aqui a Drª. Julita já mencionou, de forma bastante específica, um índice pequeno de 5% a 7%, que varia na América Latina que são mulheres em comparação com a população carcerária brasileira.

Essa cadeia que a gente sempre faz questão de trazer essas fotos é que nós gostaríamos muito que elas estivessem falando, que todas pudessem ter esse diálogo com as mulheres encarceradas, que essas fotos - de alguma forma como isso não é possível – mostre o que é a prisão. Vocês vão ver essa situação, essa cadeia particularmente foi desativada, todas as presas que aparecem aqui deram autorização para que fossem usadas para essas situações específicas, para a discussão da questão do aprisionamento feminino.

Eu gostaria que sinceramente que isso acontecesse; que através dessas fotos, dos olhares que devem aparecer aí, que a gente pudesse realmente ter um foco de política pública para mulheres encarceradas. Eu não vou dizer todos esses dados que estão aí em razão o do tempo, como eu já mencionei, mas eu queria fazer só algumas considerações.

Acho que o grande problema da mulher é essa desconstrução que o sistema prisional traz, especificamente em relação à mulher. O trecho que a Julita leu é muito forte e é isso que acontece: a auto-estima não só enquanto ser humano, sentido global, mas enquanto mulher fica absolutamente destruída.

E o primeiro exemplo, o primeiro momento é o momento que a mulher entra na prisão. Aí eu digo, do momento lá - eu estou dizendo de São Paulo especificamente agora. Elas entram no primeiro dia, no primeiro momento, vão para um determinado setor e recebem um uniforme, o uniforme em São Paulo é igual para os homens é para mulheres.

Eu acho que não existe um ato de violência tal e tão simbólico, eu acho que tem coisas que passam por um simbolismo. Quando eu dou a uma mulher a exata vestimenta que um homem utiliza, eu estou dizendo: "Você não é mulher", é isso que eu estou dizendo: "Você vai ser tratada como são tratados os homens; eles usam essa calça amarela etc e tal, é assim que vocês vão usar".

Nessas fotos elas não aparecem com a calça amarela, porque elas aí, elas não estão no Sistema Penitenciário, aliás, como está grande parte das mulheres. Esse aí, é ligado à Polícia, então lá eles não usam uniformes. Em relação ao tratamento diferenciado a gente pode ver na questão do investimento que foi feito - não que eu seja favorável há inúmeras construções de presídios etc e tal eu não acho que isso é uma solução - mas é necessário, também é necessário.

Todo o investimento que foi realizado quando se faz uma análise econômica, onde que está o dinheiro de construção de presídios? Está só em prisões masculinas, as mulheres quando muito, reutilizam espaços masculinos.

A Penitenciária Masculina foi fechada em São Paulo - a da capital - porque ela era enorme, porque ela era grande, fechamos, detonamos uma detenção que tinha capacidade para quase 3000 pessoas já estava em 6000. Hoje nós temos na penitenciária exmasculina, atualmente feminina de Santana com quase 3000 mulheres.

Então, o imprestável do Carandiru nós detonamos para os homens, mas agora nós temos uma outra com a mesma população, que seja de 3000 mulheres. A questão das mulheres não terem esse investimento significa que elas cumprem penas em cadeias e distritos policiais, esse era um exemplo. São várias celas, no meio é um buraco que seria o tal do PAT(F) e é isso. Quais são as nossas unidades da referência? Quais são os nossos indicadores de cumprimento de pena? Os nossos cumprimentos têm que estar na Constituição, que é o fio condutor da dignidade, da igualdade e tem que estar na Lei de Execução Penal.

Onde é que está a educação para mulheres presas? Onde é que está trabalho para mulheres presas? Que tipo de trabalho nós damos para mulheres que são encarceradas?

O Grupo teve várias ações não teria tempo para falar, uma que foi acho que um pouco, vamos dizer o nosso limite enquanto sociedade foi buscar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no ano passado, para uma Audiência Pública onde foi discutido o encarceramento feminino, que foi muito antes do que aconteceu nesse Senado.

Fico feliz e acho que é um indicativo que o Senado, às mulheres do nosso Legislativo, embora poucas, abracem a causa do encarceramento feminino. Depois

dessa audiência que foi realizada praticamente ao mesmo tempo, quando veio a notícia aqui no Brasil, nós tivemos - acabou meu tempo - nós tivemos a formação de um Grupo Interministerial do qual algumas entidades fazem parte da Sociedade Civil, Drª. Elizabeth que coordena.

Eu teria mais o que falar, mas só quero então pedir pontualmente algumas coisas de forma bem específica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): A Srª. tem a prorrogação de dois minutos.

SRA. KENARIK BOUJIKIAN FELIPE: Está bem, obrigada. Bom uma diz respeito à questão das estrangeiras. A Drª. Julita, no trabalho dela que é de 30 anos atrás essa pesquisa que teve início - foi interessante que quando o Grupo começou, nós fomos procurar a bibliografia e é pequena a bibliografia, isso para nós foi um norte - a gente vê como não houve praticamente alteração e, quando houve, como ela disse acentuou a desigualdade piorou a situação da mulher presa.

Em relação às estrangeiras, eu queria fazer uma observação, que em termos legislativos é possível ter alguma interferência, da permissão das mulheres estrangeiras cumprirem suas penas em seu País de origem. Isso é alguma coisa fundamental, vários países já fazem isso, não significa não cumprir pena, vai cumprir lá no seu País, isso vai permitir a manutenção da dignidade da pessoa; vai cumprir a pena, mas vai cumprir a pena perto de seus familiares, mantendo seus vínculos e etc..

Uma questão que não diz respeito especificamente às mulheres, mas que eu considero muito importante e parece que é o Senador Pedro Simon que tinha um projeto sobre isso, que diz respeito a questão do voto. Muito do Movimento das Mulheres, da luta pelos direitos das mulheres começou também pela luta das mulheres poderem votar.

Hoje os presos provisórios podem votar. Para se ter uma idéia em São Paulo, na capital, essa Penitenciária de Santana que eu mencionei, tem quase 800 mulheres presas provisórias, elas não votam. Em São Paulo nenhum preso provisório vota, alguns Estados existe essa votação dos presos provisórios.

Bom, em termos de encaminhamento bem assim mais rápido seria esse, mas têm vários outros projetos de lei que nós estamos dispostos a colaborar. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com certeza, Drª. Kenarik é muito importante a sua contribuição. Com certeza daqui vão sair inúmeras, vamos dizer assim, buscas de se fazer avançar a legislação já tramitando e outras novas proposições, isso é muito importante.

Dando seguimento aqui convidaríamos a Srª. Heidi Ann Cernaka, da Pastoral Carcerária da CNBB.

SRA. HEIDI ANN CERNAKADA: Boa tarde. É um grande prazer estar aqui, eu concordo com tudo que já foi falado esse assunto é muito importante.

É fácil não pensar nas mulheres encarceradas porque estão longe, porque estão fechadas, mas em uma população que é mãe, é irmã, é ser humano, avó, filha, esposa, são pessoas. Quando nós começamos a trabalhar para 08 de março deste ano, eu entrei, eu perguntei para elas: "Quem são vocês?" Porque queríamos fazer esse folder aqui: "Quem somos nós?". E elas falaram: "Nós somos mães, nós temos sentimentos".

Todas as palavras delas não tinham nada a ver, na verdade, com a penitenciária. Eu vi uma das detentas em Goiás, pintando o muro da unidade - eu não vou lembrar tudo, mas ela terminou com: "Nós não somos presas, nós estamos presas neste momento, hóspedes da Justiça". Eu pensei: "Nossa, se nós pudéssemos ensinar para elas, que elas são mulheres e, neste momento estão presas", isso já é grande conquista de cidadania.

Eu queria completar um pouco o que a Drª. Kenarik e Drª. Julita, sobre a questão da mulher, às vezes, eu acho que a gente deve falar dos presos, que por acaso, menstruam sabe? Dos presos que por acaso têm corpos femininos, porque eu acho que elas são tratadas como presos, olhando a questão, por exemplo, do uniforme.

Nossa realmente é estressante ficar olhando para aquele relógio. [risos] Algumas situações mais gerais eu queria colocar e, depois, alguns casos mais específicos. Falamos muito sobre a questão de amamentação e quando começamos esse trabalho, que eu saiba, quase nenhuma mulher no sistema amamentava, agora, são muitas que conseguem amamentar, a maioria em lugares totalmente inadequados.

E quando começamos a discutir essa questão quanto tempo deve ficar? Todo mundo fala: "Ah, mas criança não pode ficar presa!". Cabe ao Estado colocar lugares adequados para que essa mãe e essa criança consigam aproveitar o direito que é delas pela LEP, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e Adolescente.

A questão da mulher e a saúde mental. Quando você fala numa penitenciária feminina, você percebe que a taxa de uso de remédios controlados é muito maior em penitenciárias femininas do que em penitenciárias masculina. E se tivéssemos a tarde inteira, a gente poderia entrar em um debate de gêneros sobre

o porquê, mas eu vou deixar assim e vocês podem se perguntar o porquê e a gente conversa depois.

Nós procuramos unidades pequenas para elas não como elas falam "depósitos", não unidades grandes que são longe. E por ser uma população menor muitos Estados sem nenhuma penitenciária feminina. O que quer dizer isso? Que elas estão muito longe das suas famílias e para mulher ainda é mais importante que ela fique perto dos filhos e da família.

Você pergunta para ela: "Você prefere ficar numa cadeia pública, imunda, superlotada, perto de sua família, ou você quer ficar num lugar mais adequado, que talvez tenha trabalho?" Todas vão decidir que elas querem ficar perto de família. A gente tem costume de dizer que não deve ter que decidir, deve ter lugar adequado, pequeno e perto da família.

A questão de drogas. Eu acho que quando a gente olha a porcentagem de mulheres e homens que estão presos hoje em dia por questão de drogas, por que ninguém faz um tratamento? Por que não criamos unidades? Pode até ser unidades prisionais ou hospitalares, que lidam com a questão de tratamento para pessoas que estão presas por questão de drogas, ao invés de só trancar para esperar a pessoa sair voltar para o vício; ainda mais, porque o lugar mais fácil de achar drogas na cidade de São Paulo, eu acho que é dentro dos presídios.

Eu queria colocar como exemplo alguns casos específicos. Eu acho importante a gente pensar quando estourou o caso de Abaetetuba e a moça que estava presa com os homens, é fácil pensar que isso foi no Pará, isso foi um caso. Mas é importante entender que isso não é um caso, que só na Pastoral este ano, eu já recebi cartas e denúncias sobre cadeias mistas na Bahia, Goiás, São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, isso é só que consta em nossos arquivos e não quer dizer que o resto dos Estados não tem, é uma prática comum.

E de novo, se você pergunta para essas mulheres - em São Paulo a Cadeia Pública de Arujá, começou a encaminhar algumas das detentas para a Delegacia de Guarulhos que era masculina e nós achamos horrível. Nós fizemos todo o movimento para transferir essas mulheres para uma penitenciária feminina, elas chegaram em Santana - esta é uma unidade com 2800 mulheres - e falaram: "Puxa, lá em Guarulhos eu estava perto da minha família, por dez reais a minha família me visitava todos os dias. E, eu tinha tudo que eu precisava, agora, eu estou longe e abandonada".

O que me tocou nisso foi pensar, às vezes, a gente vai lutando com que eu acho melhor, o que eu acho importante, mas acabo fazendo uma coisa que, na verdade, piora a situação das pessoas. Então, eu acho que nessa luta nossa sempre temos que voltar para a base, sempre temos que voltar e ver o que é melhor para esta pessoa presa, para a família dessas pessoas presas.

Uma das coisas também que me chamou a atenção, quando falamos desse caso de Abaetetuba e um caso mais recente que foi em Minas Gerais, da moça que com 16 anos estava presa numa cadeia mista e engravidou, foi quando nós pegamos ouvindo pessoas dizendo: "Ah, mas essa moça de 16 anos queria transar com homem, queria engravidar. A moça de Abaetetuba se ofereceu para os rapazes".

Primeiro, eu pensei: "Nossa como é que a gente consegue tentar achar uma maneira de culpar o outro, de culpar a vítima. E meu Deus essas duas meninas eram menores". Não que justifique se eram adultas, nunca devia ter sido a carceragem de uma mulher menor, numa cadeia de adultos, perdemos um pouco o foco da discussão.

Eu recebi recentemente um documento que regulamenta a questão de visita no Rio Grande do Sul, o que a pessoa que está visitando pode levar e o que não pode levar; que tipo de roupa que pode usar, quais são as regras. E duas coisas me chocaram, isso é de outubro de 2007. Uma é que mulher menstruada não pode visitar seu marido, seu parceiro, seu filho, porque é inconveniente essa questão de higiene, parece que estamos voltando ao tempo bíblico, sabe, quando a mulher menstruada é impura.

E a outra, é que na lista de coisas que pode levar como "jumbo" de roupas, só consta cueca, dos produtos de higiene não consta absorvente. Eu pensei: "Será que no Rio Grande do Sul não têm mulheres presas?" Eu acho que tem. Mas mais uma vez, isso em 2007, ninguém pensa na mulher: "Elas são 6% da população, então, vamos enfocar na maioria". E até começamos a pensar - essas mulheres e não são homens - nós não vamos ter maior dificuldade de mudar a política pública, eu acho.

Eu visitei Rio Grande do Norte uma penitenciária que tinha uma mulher numa cela isolada no fundão do presídio, porque ela tinha medida de segurança e ela não tinha capacidade da conviver com a população em comum. Porém, em Rio Grande do Norte o Manicômio Judiciário, só tem vagas para homens. Eu falei: "Será que mulher também não pode ter problema psiquiátrico em Rio Grande do Norte?".

Também a gente vê muitos Estados que a maior porcentagem, 70% das presas em Rio Grande do Norte, ainda são provisórias, quando pensamos num Município em proporção, será que tem como agilizar um pouco a questão processual?

Só mais duas coisas. No Rio Grande do Sul, quando eu visitei a penitenciária feminina tinha uma fábrica nova, uma firma nova que estava dando trabalhos para as mulheres, era de pregadores de roupas; 15 mulheres estavam dividindo um salário-mínimo para fazer esse trabalho por mês.

Quando a gente reclama, elas falam: "Heidi não fala nada porque nós vamos perder o emprego e, pelo menos ganham remissão". Uma falou: "Mas você acha que isso é trabalho escravo?" Eu falei: "Eu acho".

Bom, eu poderia ficar até a semana que vem contando história, mas eu queria só vincular um pouco essa discussão com as outras duas Mesas de hoje, às vezes conversamos com pessoas que estão presas por tráfico de drogas, principalmente as estrangeiras ou pessoas que estão de fora de São Paulo, porque alguém ofereceu emprego e ela acreditou no desespero dela que ela ia trabalhar como cozinheira. Chegou um momento que ele entregou droga, uma pelo menos falou: "Eu recusei". Eu falei: "Não". E ele falou: "Eu sei onde a sua família mora, eu sei onde seus filhos moram", ela levou e ela foi presa.

A última questão é a violência doméstica. Nós temos pelo menos duas pesquisas que mostram que 95% das mulheres presas são vítimas de violência em algum na sua vida. Pode ser no momento da prisão com Polícia, pode ser como criança, pode ser como parceiro.

Temos um trabalho em São Paulo, desenvolvido sobre a questão de violência com mulheres presas. A idéia é mostrar, não só colocar a questão de vítima, porque elas repassam essa violência que elas aprendem com os filhos e também com a questão do crime. E que nós estamos encontrando muita, muita, mulher presa por tentativa de homicídio ou o próprio homicídio, porque ele matou, brigou com o marido ou com o namorado e algumas... Eu sempre falo: "Mas você fez boletim de ocorrência?" "Já fiz, vários".

E ele está numa boa, na rua, sabe? E ela porque pela primeira vez na vida resolveu se defender, acaba respondendo tentativa de homicídio, presa. Eu falei: "Às vezes dá vontade de processar o Estado, porque não consegue proteger às mulheres o suficiente e elas acabam tendo que responder e de uma maneira violenta".

Só para terminar com um pouco de propaganda, essa cartilha - infelizmente minha mochila é pequena eu só tenho poucas - eu tenho três cópias de um livro que fizemos sobre direitos humanos e mulheres encarceradas. Foi feito em São Paulo, mas o último capítulo tem propostas de mudanças, de fato foi feito por Kenarik, o último capítulo. E eu tenho 10 cópias, eu tenho algumas das cartilhas, porque foi feito sobre esse projeto, sobre violência.

Eu queria terminar falando sobre mais uma mulher que se chama Elisa, eu encontrei com ela hoje na rua e ela falou: "Você sabe o meu nome inteiro?" Porque eu falei: "Eu vou falar sobre você". "Elisa Rego Santos".

Elisa foi presa e saiu. Ela cresceu em Glicério - para quem conhece São Paulo, para quem não conhece, ela cresceu mais na rua do que em outro lugar - foi presa, conseguiu a liberdade e eu a encontrei vendendo refrigerante na rua tentando sobreviver. Ela voltou a ser presa e ela saiu algumas semanas atrás, na verdade, porque ela bateu o pé e defendeu o direito, porque ela saiu da pena vencida e ela está na rua, agora, ela está morando na Praça da Sé, em frente a Catedral. E ela falou: "Heidi eu não quero voltar, mas daqui um pouco esse dinheiro que eu consegui juntar na penitenciária vai acabar". Eu olhei para ela... E eu não tenho resposta para essa mulher, porque não temos trabalho e não temos política para egresso e nem para egressa. Eu olhei para ela: "Eu não tenho resposta para essa mulher, porque não temos trabalho, não temos política para egresso e nem para egressa. Então eu olhei para ela e disse: "Eu sei que você não quer voltar, eu não sei o que eu vou fazer, mas eu vou falar de você hoje". Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nossa Deputada Cida Diogo, já está sendo chamada no Plenário, precisamos passar a palavra a ela por dez minutos.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Eu tinha pedido a Senadora Serys Slhessarenko para que pudesse falar no final até para ouvir toda a Mesa, gostaria de ouvir as outras duas companheiras, mas já começou a sessão e já está tendo orientação para votação e daqui a pouco eu tenho que votar.

Eu então queria só agradecer a Senadora Ideli, Senadora Serys, pelo convite da gente poder vir aqui falar sobre esse tema, que é um tema que normalmente ele fica muito escondido da sociedade, no que Legislativo também normalmente não quer se debater essa questão.

Na Câmara Federal, desde o ano passado tem uma CPI do Sistema Carcerário instalada desde agosto de 2007, nessa CPI, eu fui indicada para ser a Sub-Relatora do Sistema Prisional Feminino e nós estamos acompanhando o trabalho de toda a CPI, mas sempre focando muito essa questão específica da mulher encarcerada.

Hoje inclusive a CPI está fazendo uma diligência em São Paulo, eu acabei optando por ficar aqui

em Brasília, por conta não só dessa audiência aqui, mas também da atividade que teve pela manhã com a Ministra Dilma, que eu achei que nós precisamos dar um apoio a nossa Ministra. Estivemos lá com a Bancada Feminina, como a Senadora Serys colocou, que na minha avaliação hoje está sofrendo todo esse ataque porque, na verdade, é uma mulher que está sendo apontada com a possibilidade de disputar o maior cargo da República Brasileira. E a gente sabe que no nosso País, ainda, não se consegue admitir a possibilidade de mulheres estarem ocupando cargos da importância como é a Presidência da República. E para mim tem um endereço certo, principalmente, por conta de ser mulher e não dar para deixar de ser solidária a essa Ministra, que tem mostrado a competência no Governo Lula.

Eu acho que a gente precisa discutir mais. Visitar presídio eu tenho visitado. Essas diligências que têm sido feitas pela CPI, nós temos acompanhado e não tem mudança muito grande de um Estado para o outro. Eu já estive no Pará, estive na Bahia, em Minas Gerais, em vários Estados e a gente percebe uma diferença ou outra.

Num Estado a gente encontra um presídio que está construído em cima de um sistema de esgoto, quando é época de verão, às mulheres encarceradas ali - eu não sei nem como elas conseguem respirar com aquele mau cheiro que exala - o tempo todo conviver, 24 horas do dia e todos os dias com aquele local. Em outros locais onde nossas mulheres estão em celas de 3 x 3 de medida e ali ficam 9 mulheres, 12 mulheres, que tem que se apertar, dormir de lado, porque não consegue nem se mexer dentro de uma cela como aquela. E ainda tendo que dividir o espaço onde é a latrina, onde é o local de banho, na verdade, não é um chuveiro, é uma bica d'água e coisas desse nível, então não muda muito a realidade de Estado para Estado.

Então, eu acho que o momento agora que nós estamos vivendo na CPI, nós estamos chegando ao fim dessa fase das diligências. Temos agora que começar a trabalhar no relatório, para apresentar um relatório que posso de fato sensibilizar o Legislativo; sensibilizar o Executivo; sensibilizar o Judiciário e principalmente, sensibilizar a sociedade como um todo para uma questão como essa.

Julita falou aqui, nesse Legislativo já houve história de duas CPIs e, se pegar o relatório de cada uma é o mesmo - e esse relatório atual vai apontar as mesmas coisas. Essa é uma das grandes preocupações que eu tenho enquanto Sub-Relatora do Sistema Prisional Feminino. Tenho enfrentado e tenho pensado muito em relação a essa questão: será que vale a pena nós chegarmos ao final dessa CPI, apenas apresentando mais um relatório para constar nos anais da Casa, na História do Legislativo, como mais uma CPI?

Eu tenho minhas dúvidas e estou muito angustiada com isso. Eu não quero enquanto Sub-Relatora apresentar os dados, esse conjunto de informações que nós temos identificado nas diligências, apesar de várias dessas informações ainda não terem chegado a CPI, porque para se ter uma idéia de agosto do ano passado até agora nós encaminhamos um requerimento de informações a todos os Estados Brasileiros.

Menos da metade dos Governos, respondeu a esse questionário feito sobre a situação da mulher encarcerada no seu Estado. E eu tenho a certeza que o não envio dessas informações não é muito por falta, pode ter um pouco de falta de vontade política, de descaso? Pode. Mas eu acho que a maior causa disso não é isso. A maior causa da falta de respostas a esse requerimento é a falta de informação. O próprio Estado Brasileiro não consegue conhecer e saber onde está essa mulher encarcerada, como ela está encarcerada, a situação jurídica de cada uma delas; não existe esse conjunto de dados em relação à mulher encarcerada.

E a gente tem hoje um dado que é geral no nosso País, que mostra que dos 420 mil presos do total da população carcerária que existe no nosso País, menos de 10% é de mulher encarcerada. Isso na minha avaliação significa que se nós conseguirmos na CPI apresentar um projeto modelo, um projeto piloto, que envolva desde a assistência jurídica e aí - eu acho que a SPM está de parabéns, quando ela promoveu esse convênio com o Ministério da Justiça para envolver as Defensorias Públicas, no sentido de dar o mínimo de assistência jurídica a essas mulheres e conhecer, pelo menos, a situação de cada uma é um avanço, mas é pouco.

Nós precisamos pensar desde essa assistência jurídica, a identificação da situação jurídica dessa mulher, mas também garantindo com que o Judiciário dê celeridade devida aos processos judiciais dessas mulheres encarceradas; garantir com que a Promotoria Pública cumpra o seu papel que é de acompanhar a situação penal dessa mulher, a situação de encarceramento dessa mulher, como é que ela está vivendo a sua situação dentro do presídio; garantir com que no Executivo haja recurso suficiente para que a situação, vamos dizer assim, arquitetônica desses presídios e dessas cadeias elas sejam feitas de uma forma a garantir a dignidade de ser humano dessas mulheres encarceradas.

Garantir com que haja nessa mulher o período em que ela estiver aprisionada, ela pode ser prepa-

rada para o momento do seu livramento quando ela retornar para a sociedade, ela possa retornar com a condição de ter sofrido algum processo de qualificação profissional dentro do presídio; que ela possa ter tido a condição de estudar; de sair da situação de analfabeta, ou então, se ela quiser concluir o seu primeiro grau ou o seu segundo grau, que ela tenha a condição efetiva de se preparar para ser reinserida na sociedade, sem precisar reincidir no crime, porque muitas delas acabam voltando para o crime, que é a situação da população prisional como um todo, acaba voltando para o crime porque não tem alternativa para sobreviver.

Então existe a necessidade de ser ter uma iniciativa por parte dos poderes instituídos, para garantir a essa população esse direito de se resgatar como ser humano, agora, para isso precisa ter investimento. E a gente sabe que para a população prisional como um todo o volume de recursos seria muito maior, no mínimo 90% maior do que se houver o investimento específico para essa população, que é hoje em torno de 29 mil, 30 mil mulheres, vamos arredondar para 30 mil mulheres.

Nós poderíamos desenvolver um trabalho de excelência, modelo, para aí sim, convencer inclusive às autoridades e a própria sociedade, que vale a pena se investir nessa população prisional e com isso a gente reduzir, inclusive, a criminalidade a que a sociedade está exposta.

Na CPI, a gente sempre tem tido isso, no nosso País não existe pena de morte: ainda bem. Não existe prisão perpétua: ainda bem. Por isso que essas pessoas que estão aprisionadas hoje, em algum momento da sua vida vai retornar para a sociedade. É muito melhor que ela retorne de uma forma a ela ser reinserida nessa sociedade, se tornando uma pessoa produtiva no mercado de trabalho, garantindo o seu sustento e o sustento da sua família, do que ela ser obrigada a voltar para o crime e com isso aumentar essa violência, que cada vez cresce mais no nosso País.

Então, eu tenho trabalhado muito nessa perspectiva, trago aqui para nossas Senadoras e, agora, eu vejo que a Senadora Fátima assumiu o lugar da Senadora Serys é bom isso, as mulheres do Senado estão aqui acompanhando de perto esse processo.

Que as nossas Senadoras também nos ajudem nesse trabalho, para mim primeiro que é de sensibilização desses agentes - eu já tive numa audiência com a Ministra Eilen Gracie quando era Presidente do Supremo. Eu já estive com o Ministro Tarso Genro, eu tenho conversado com o pessoal da Secretaria de Políticas para as mulheres.

Tenho conversado com o pessoal da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, tenho conversado com o pessoal da Defensoria Pública, agora, precisa haver uma sensibilização no sentido do compromisso efetivo.

Nós queremos apresentar no Relatório Final da CPI um protocolo de compromisso, a ser assinado pelos 27 entes da Federação no nosso País, pelo Ministro da Justiça, pela Ministra Nilcéia, no sentido da gente estabelecer esse compromisso num protocolo, de estabelecer um prazo de que em um ano a gente consiga avançar com algumas metas, estabelecer prazo mesmo, meta, prazo para eles serem cumpridos nesse período.

É por isso que eu fiz questão de vir aqui, solicitar à vocês que possam nos ajudar nessa empreitada que é uma empreitada difícil, porque não envolve apenas a elaboração de um relatório, envolve o estabelecimento de um protocolo de compromisso e, principalmente, garantir com que os agentes envolvidos assinem esse protocolo.

Assumam esse compromisso de público para garantir com que essas metas e esses prazos possam ser cumpridos. Acho que é um desafio muito grande que a gente está assumindo enquanto Sub-Relatora da CPI, e eu espero que as Senadoras, que essa representação da Mesa que fala em nome do Movimento, do Executivo, aqui representante do Sistema Judiciário, para que a gente possa somar esforços e buscar a alternativa, na perspectiva efetiva de ter uma ação mais concreta e resolutiva para essa questão. Eu infelizmente não vou poder ficar até o final, mas fico no aguardo com certeza das idéias, inclusive legislativas.

Estão saindo propostas de alteração da Lei de Execução Penal, de complementação da Lei de Execução Penal, na área legislativa várias idéias que a CPI vai apresentar.

A gente conta com vocês nessa empreitada de pensarmos juntos e juntas, alguma possibilidade de mexermos de imediato, pelo menos, no sistema carcerário feminino que tem condição, tem mais viabilidade financeira, de ter um resultado mais imediato para essa questão.

Um grande abraço e contem conosco nessa luta também.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Deputada Cida Diogo. Eu aqui em nome das Senadores da Bancada Feminina do Senado, nós nos comprometemos a contribuir com este protocolo de compromisso, junto não só a Subcomis-

são da Mulher Encarcerada, mas em todo o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.

Eu quero aqui informar que o rodízio que vocês estão assistindo na Presidência dos trabalhos nesta mesma tarde de hoje é própria da dinâmica do Legislativo, neste momento iniciou a Ordem do Dia e a Senadora Serys teve que ir votar.

Eu votei e vim para cá, para assumir os trabalhos e assim, vamos trabalhando de forma a garantir que todas as Mesas sejam efetivadas na tarde de hoje.

Então, sem mais delongas, eu passo a palavra para a companheira Elizabeth Pereira, Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres.

SRA. MARIA ELIZABETH PEREIRA: Boa tarde Senadora Fátima, minhas companheiras da Mesa, a todas e a todos no Plenário.

Eu queria começar essa minha intervenção dizendo aqui, a minha companheira Heidi, que até teria um lado positivo se as presas tivessem um tratamento parecido com os dos homens, eu acho que elas sofreriam menos, não é? Porque a eles tudo é possível, inclusive, a prática da sua sexualidade, coisa que para a mulher não é.

Fazendo um gancho também com o tema dessa Audiência de Direitos Humanos, nós queremos colocar que a situação das mulheres em situação de prisão é um exemplo claro das maiores violações de direitos humanos, exatamente, por toda a situação a que a ela é imposta.

Alguns assuntos que já foram tratados pelos companheiros que me antecederam, eu só quero ratificá-los. Eu não vou entrar nos assuntos, porque a gente que vai falando por fim a gente acaba tendo uma vantagem, a gente economiza o nosso tempo, porque as outras já falaram.

Mas eu quero reforçar o seguinte: quem é essa mulher? Essa mulher encarcerada? Essa mulher é uma mulher jovem, cuja idade varia de 18 a 25, 26 anos; ela é uma mulher negra; ela é uma mulher com filhos; ela é uma mulher com baixa escolaridade; ela é uma mulher sem qualificação profissional: ela é mulher com filhos e na grande maioria chefe de família.

Esse é o retrato das mulheres em situação de prisão nesse País, nós da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, numa estreita ligação acompanhando muito o movimento social, até pelo respeito que o Executivo tem com todo o trabalho do movimento social, em 2004, toma conhecimento de um pleito do movimento social, aonde através de uma série de debates e abaixo-assinados, se denunciava a questão da mulher encarcerada não ter o direito na prática de ser indultada.

Isso nos pareceu algo tão chocante, já que a lei do indulto é para pessoas em situação de prisão, nós obviamente atendendo a esse clamor do movimento social fomos imediatamente verificar o que estava acontecendo. E numa rápida amostragem, bem informal por sinal, junto a alguns Diretores ou Diretoras de Presídios ou Secretários de Administrações Penitenciárias, a gente começou a ter assim um parâmetro, vamos dizer assim, de como é que esses profissionais olham para a mulher em situação de prisão. E a frase mais comum que a gente ouvia era a seguinte: "Não, mas o indulto vem escrito 'para os presos'", então, raríssimos eram aqueles locais aonde a mulher entrava dentro das proposições de indultos natalinos.

De imediato a Secretaria entrou em contato com Ministério da Justiça, na época, o Ministro Márcio Thomaz Bastos e rapidamente, tentamos começar a alterar o texto do Decreto do Indulto e, pela vez, por incrível que possa parecer, em 2005 nesse País, sai um parágrafo, entendeu? Se reportando a que o in duto era também para mulheres, não é? É um absurdo, quer dizer, um absurdo, entendeu?

Então, a partir dessa ação vamos dizer assim tão atabalhoada, que a gente teve que fazer porque já estávamos em cima da hora, a Secretaria, então começa a se apropriar do tema e a entrar em contato com o movimento social, para começar a ler mais sobre o assunto.

E estabeleceu, então, um acordo de cooperação em 2006 com o Ministério da Justiça, para que fosse instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para fazer o levantamento e proposição da reformulação do Sistema Prisional Feminino, olhando o Sistema Prisional Feminino na sua totalidade não em aspectos pontuais. Esse grupo de trabalho, quer dizer, esse acordo ele foi assinado, a Portaria que instituiu o Grupo de Trabalho saiu no início de 2007. O GT tinha um prazo de execução do seu trabalho até agosto, solicitou uma prorrogação e concluiu seus trabalhos em dezembro de 2007. Muito bem, qual foi o trabalho que o GT fez? E como a própria Kenarik colocou: tanto a Kenarik, a Heidi, a Luciana, algumas pessoas da sociedade civil, compuseram esse Grupo de Trabalho junto com o Poder Executivo. E o Executivo se fez representar através de 12 Ministérios, todos os Ministérios possíveis e imaginários que pudessem estar aportando ações concretas para reverter a situação dessa mulher.

Foi tirado a partir da realidade que a gente presenciou fazendo visitas in loco, ouvindo a sociedade civil organizada, ouvindo o Judiciário, ou seja, uma série de oitivas, nós verificamos e propusemos uma reformulação do Sistema que vai desde a sua estrutura física, ou seja, qualquer Estado que queira recursos para

construção de unidades femininas, ela tem que seguir um padrão de um projeto arquitetônico devidamente elaborado - e aí a Ana depois fala disso - para que às condições desta unidade, possa realmente atender a mulher dentro das suas especificidades.

Fizemos proposição na área do trabalho, na área da educação, do lazer, saúde, educação, esporte, cultura, a questão antidrogas, a Secretaria Nacional de Antidrogas acompanhou o trabalho e, fizemos um quadro de ação transversal entre todos estes Ministérios, para que esta política seja efetivada.

Ressalte-se aqui que em novembro quando estoura o caso de Abaetetuba - também estourou por motivos outros porque essa realidade acontece no País historicamente; não só de mulheres que ou estão em cela com homens, ou mulheres que estão na carceragem e a própria direção do presídio ou da unidade carcerária, abre a cela e a cela dos homens, para que os homens usufruam dessas mulheres. Então, quer dizer, aberrações dentro do Sistema acontecem que é uma coisa de maluco, nós precisaríamos aqui fazer um seminário para poder passar para vocês tudo o que a gente levantou e constatou que ocorre.

Nessa época, o Grupo de Trabalho se reúne, teve uma reunião e propôs duas medidas emergenciais, uma que está sendo implantada agora, que já foi citada aqui, que é o mutirão, que tanto a Ministra Nilcéia Freire como o Ministro Tarso, assumiram de imediato e já está sendo implementado, que é o mutirão de revisão penal. Mutirão esse que a gente aqui faz questão de frisar, um mutirão que não é voltado única e exclusivamente para fazer revisão de pena. Ele vai fazer a revisão de quem já está obviamente com a pena imposta, mas vai olhar às mulheres provisórias, porque a presa provisória ela está "provisoriamente" na cadeia ou no presídio, há seis meses, um ano, um ano e meio, há dois e não foi julgada até hoje, ou seja, ela está cumprindo uma pena, sem saber sequer se ela é uma condenada.

A outra função do mutirão é passar por todas as unidades de Delegacia Públicas para que: olhe lá dentro, qual é a condição dessa mulher, que também está na Delegacia e se lá tem, obviamente menores de idade, que se tiver que encaminhar diretamente para o sistema sócio-educativo de imediato, que é para a gente poder dar uma resposta a essa barbaridade que, também, a gente sabe que acontece nas Delegacias País afora.

Meu primeiro sinal já tocou, eu vou esperar o segundo, mas eu quero dizer o seguinte: Qual é a idéia do Poder Executivo, da Secretaria e do Ministério - para fazer uma conclusão da minha fala.

É a partir de uma ação integral dentro do sistema prisional - e sistema prisional é presídio e cadeia, nós criarmos condição de realmente ressocializar essa mulher, não deixar mais perdurar dentro do sistema prisional, a cultura de que trabalho e educação não é um direito e sim, é um privilégio, é um benefício para as boazinhas. Então, trabalho, educação e saúde são direitos que todas têm.

Afora isso, enquanto se atua internamente, externamente nós estaremos acionando toda a economia solidária através de uma rede para geração de empregos e rendas. Os CRAs que estarão recebendo essas mulheres assim que elas saírem - porque quando elas saírem elas vão se deparar com uma realidade da qual elas foram excluídas.

Então, essa mulher tem que estar sendo encaminhada imediatamente, para que ela tenha condições da gente não encontrar abandonada na praça novamente, não é Heidi? E ela tenha todo um apoio de políticas públicas voltadas para que ela seja realmente reinserida socialmente.

Bom, eu teria assim muitas e muitas coisas para falar, mas finalizo, sem dúvida nenhuma, saudando novamente este evento e saudando, principalmente - eu sei que a Cida que é a nossa Subsecretária vai votar nisso - mas de que os três assuntos tocados nesta audiência estão intrinsecamente ligados com as três áreas estruturantes do Pacto de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, inclusive, mulheres encarceradas que é um dos eixos do nosso pacto. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada Drª. Elizabeth e a sua contribuição, com certeza, enriquece o nosso trabalho.

E gostaria de dizer que essa é só a primeira atividade da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, outros eventos, outras atividades nós teremos, quando teremos também a oportunidade de aprofundar esses debates.

Gostaria de passar a palavra para Ana Cristina Alencar, do DEPEN do Ministério da Justiça.

SRA. ANA CRISTINA ALENCAR: Boa tarde a todos e a todas, eu queria agradecer convite da Subcomissão e agradecer a oportunidade de estar aqui podendo compartilhar com tudo, com todos vocês e com a Mesa em especial, essas questões que são tão afetas ao Departamento Penitenciário Nacional.

E aqui reforçando um pouco a fala da Professora Julita, sempre foi tão abandonado, historicamente abandonado. O Departamento Penitenciário Nacional reconhece todo esse déficit, essa carência, principalmente esse débito com as mulheres em especial. E nesse sentido, a gente tem encontrado na Secretaria

Especial de Políticas Para as Mulheres, um aliado inconteste, na luta assim por superar todas essas dificuldades, a proposta de 2006 para cá, nós já conseguimos assinar três acordos de cooperação conjunto, cada ano a gente vence um pouquinho essas dificuldades e, sempre na perspectiva de mudar um pouco essa realidade. Não, no sentido de melhorá-la porque eu acho que isso é impossível, mas no sentido de amenizar algumas questões principalmente discriminatórias que são muito emergentes e muito prejudiciais.

Então já foi falado na Mesa anterior, da proposta do PRONASCI, que é o Programa Nacional de Segurança com Cidadania e é uma proposta ousada do Ministério da Justiça, que tem contado com a parceria de todos os demais órgãos do Poder Executivo. E esperamos também encontrar respaldo nesta Casa, para o que for necessário implantar e implementar esse programa.

E na perspectiva do PRONASCI, muito até fundamentado a partir dos resultados do GTI, que a Elizabeth colocou, dessa proposta e de todo o trabalho que foi construído ao longo de quase um ano de trabalho conjunto.

Então, o PRONASCI vem com uma proposta de construção de estabelecimentos penais femininos, numa proposta muito particular, não apenas de mais uma unidade prisional aos moldes do que a gente já ouviu nas falas anteriores aqui, de um espaço masculino que é apropriado para mulheres ou o que sobra, ou que no mesmo projeto.

Então, o projeto de construção das unidades prisionais femininas ele tem um recorte diferenciado, no sentido de trazer um espaço específico para mulheres grávidas, para as parturientes, para as lactantes, um espaço para berçário, um espaço que contemple ações de educação e de saúde.

Nós temos a previsão, uma expectativa, porque tudo depende também de uma decisão quanto ao orçamento, então, nós temos uma expectativa de que 10 Estados da Federação sejam contemplados com a construção dessa penitenciária feminina ainda neste ano.

A idéia é que a gente não pare nesses 10 e como o PRONASCI é um programa que tem perspectiva de implantação até 2011, então que 10 seja para este ano, mas que para os anos seguintes a gente consiga contemplar os demais Estados, as demais Unidades da Federação.

E aí, eu vou trazer um pouco da fala da Drª. Kenarik, que eu não acho que construir presídios seja a solução, mas para a situação que a gente vive hoje de carência total de um espaço para essas mulheres é o mínimo que a gente pode oferecer.

Então, assim, eu acho que a situação do aprisionamento em si não é tão simples, que se resolve com a construção e com a ampliação do número de vagas, eu acho que a problemática é um pouco maior e problemas complexos exigem soluções complexas.

Então nesse sentido eu acho que a construção de unidades prisionais ela não é suficiente, mas ela é um primeiro passo; ela é uma espécie de solução imediata para um problema que já vem se arrastando há muitos e muitos e muitos anos.

A perspectiva de você conseguir pelo menos ter um espaço físico diferenciado para atender essas mulheres em situação de prisão, já é um reconhecimento de que essas mulheres existem no sistema, apesar de ser só 5% da população penitenciária ela está ali e ela tem necessidades específicas, e essas necessidades precisam ser enxergadas e precisam ser atendidas. É nessa perspectiva que o PRONASCI traz essa proposta.

Eu queria reforçar um pouquinho da fala da Beth, com relação à iniciativa do projeto do mutirão. A perspectiva do mutirão é bem você conseguir contemplar as mulheres, não só mulheres que estão condenadas em penitenciárias. Então, você atender essas mulheres que estão na condição de presas provisórias, ainda, não só na expectativa de revisões de processos.

Para isso a gente traz para a mesa, não só o Departamento Penitenciário Nacional, mas também a Secretaria de Reforma do Judiciário numa parceria de mobilizar as Defensorias Públicas, trazer para a discussão também um novo funcionamento de Defensoria Pública, chamar esse parceiro para a mesa e vamos discutir isso para a gente não ficar com a perspectiva apenas de uma ação pontual, mas de mudar realmente de ter uma nova proposta de assistência jurídica a essas mulheres que se perpetue.

Eu queria reforçar também um pouquinho a proposta do GTI, porque ele também traz uma perspectiva não apenas de atuação com aquela mulher que está presa, que está ali na penitenciária X, mas ele traz propostas e propostas construídas com vários parceiros. E, nesse quadro como a Beth falou, que ele traz competências e define algumas atribuições para cada um desses parceiros, muito numa perspectiva de atender essas presas que estão na condição provisória.

Então, aí o mutirão vem como uma primeira ação de reforçar esse poder da defesa, do direito de defesa dessas mulheres. Ele traz uma perspectiva de ações de reintegração, de capacitação profissional dessas mulheres enquanto internas do sistema penitenciário e ele traz uma perspectiva de egressas, trabalhar na lógica das cooperativas, preparar essa mulher para o retorno.

E não só essa mulher, mas também a família dessa mulher, os filhos dessa mulher, que diante da sua condição de prisão fica renegado a uma situação na maioria das vezes de abandono. Nessa perspectiva a gente tem trabalhado juntos, eu espero que a gente continue trabalhando juntos.

O sistema penitenciário de uma forma geral, ainda é muito carente de ações específicas que reforcem essa condição precária das mulheres, então a gente quer de alguma forma superar isso. Eu até tinha trazido alguns dados, mas a Beth já de alguma forma conseguiu tratar em cinco segundos o perfil dessas mulheres.

E o que eu quero ia falar um pouquinho era com relação a esse perfil, era dar um pouquinho de ênfase a questão do por que dessas mulheres a serem presas, quais são os crimes que levam essas mulheres ao aprisionamento.

A gente tem uma maioria maciça de mulheres envolvidas com o tráfico - e a gente soma 42% dessas mulheres respondendo pelo crime de tráfico. E o que surpreende mais do que os 42%, é você pensar que o segundo crime mais cometido tem o índice de 7%, que é o roubo qualificado, seguido do furto que é 5%.

Então é um diferencial muito grande, maciçamente são mulheres que entraram para o crime pelo tráfico e a gente precisa pensar em ações específicas para esse desenho, porque são mulheres que têm uma pena pequena, mas que cumprem a pena na totalidade, na maioria das vezes dentro das unidades prisionais.

Então, às vezes, é uma pena que vai no máximo a oito anos, mas ela passa, sete, oito anos ou mais, dentro dessa unidade prisional, então são aspectos para gente refletir de como superar isso.

O GTI traz algumas proposições de sugestão de alteração a LEP, que eu acho que procedem e são importantes, a gente precisa desse recorte nessa legislação, na legislação que a gente tem atualmente de execução penal, e eu acho que é isso.

A gente tem muito para falar do sistema o tempo é pouco, eu queria de alguma forma reforçar as falas que foram feitas anteriormente, porque elas retratam muito da precariedade e da realidade que a gente vive e agradecer mesmo ao esforço de todo mundo que está aqui presente hoje, por estar auxiliando o Departamento Penitenciário Nacional nessa discussão, trazendo propostas, nos instigando a superar essas deficiências que a gente reconhece que são muitas.

E eu queria agradecer mais uma vez a participação de todos. Obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu acho que deu para observar que a questão aqui não é fácil, a gente não sabe se corre... Como é que é? Assobia, chupa cana e come farofa, tudo ao mesmo tempo. Você corre lá para votar e volta aqui correndo.

Eu peço desculpas aqui à Mesa, porque um voto lá é decisivo no painel do Senado e a votação nominal, a oposição não dá trégua, mesmo, é voto nominal.

Bom, infelizmente, eu não pude assistir as duas últimas apresentações, mas não vamos questionar a importância do tema, a relevância do tema. E comentavam comigo quando eu saí daqui, os meus assessores que estavam a assistir, a relevância, a importância das colocações aqui feitas dos pontos, as questões que foram pontuadas aqui sobre sistema carcerário feminino, especialmente a mulher encarcerada.

Eu acho que é tamanha a relevância dessa temática, inclusive do primeiro item, que é "O Tráfico de Mulheres a Nível Internacional"; "A Questão das Mulheres Encarceradas"; "A Violência Contra Mulher"; "A Lei Maria da Penha", etc.

É uma temática tão importante e, agora, com a existência, felizmente até que fim, de uma Subcomissão Permanente, porque temporária a gente sempre tem uma porção de situações nessa questão de gênero; mas uma Subcomissão Permanente, quer dizer, o tempo todo nós vamos ter essa Subcomissão funcionando. Diante disso eu diria que, infelizmente, eu acho que hoje assim foi muita coisa para pouco tempo, mas que isso seja só o início de uma discussão que tem ser aprofundada, que tem que ser mais trabalhada. E sendo essa Comissão uma Comissão Permanente, com certeza, nós vamos ter que ter outros momentos com mais tempo, com maior aprofundamento sobre essas questões que estão aqui sendo discutidas.

Eu queria também dizer que além do Parlamento, as mulheres Parlamentares - inclusive uma outra Senadora de um outro Partido era para chegar agora aqui, para coordenar a Mesa, mas ela está com problema de avião; a gente sempre está com problema de avião, para chegar ou para sair. Mas eu digo sempre que mais ou menos a questão da mulher, ela acontece independente da coloração partidária. Nós tivemos já relatórios aqui feitos da maior relevância por Senadoras, Deputadas de Partidos que não de repente do Governo.

A Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, quer dizer, uma Secretaria que foi com status de Ministério, foi criada pelo Presidente Lula, foi

um dos primeiros atos do Presidente no seu primeiro mandato e que hoje conta com a participação, na liderança dessa Secretaria, da nossa Ministra Nilcéia Freire de alta competência.

Basta a gente ver todas as ações feitas em nível de Brasil, com relação a representatividade nas Conferências, na Primeira, na Segunda Conferência para a definição das políticas, quer dizer, realmente é algo que a gente está vendo que está se mexendo, como eu digo.

São cem anos atrás - como a gente costuma dizer, há cem anos atrás Berta Lutz, Carlota, Queiroz e outras mulheres, para citar algumas lideranças, caminhavam por esse País, tentando ver se conseguiam o direito a instrução, o direito a trabalhar fora, o direito ao voto que tem 70 anos, não tem nem cem anos, 70 e poucos anos. Quer dizer, muita coisa avançou? Avançou, mas muita coisa tem para avançar e a gente não tem dúvida disso, inclusive esse aqui é um grande avanço do meu ponto de vista, a Subcomissão Permanente.

Então é um momento importante eu agradeço a todas, eu quero agradecer nominalmente - deixa eu botar meus óculos - a Julita, que ainda está aqui, a Heidi, a Elizabeth Pereira, a Cida, a Deputada que já saiu, Ana Cristina e a Juíza, Drª. Kenarik Boujikian, todas mulheres com um preparo muito significativo, um trabalho, uma ação, vamos dizer assim, junto a essa temática, junto à realidade.

Quer dizer, como tem o conhecimento teórico, que também não veio sozinho, a própria Julita disse que foi uma pesquisa de sua tese, não é Julita? Mas foi lá no experimento do dia-a-dia, verificando as ações, constatando no dia-a-dia, a situação das mulheres encarceradas. Quer dizer, é juntando o teórico com as ações que existem no dia-a-dia, como vi aqui relatadas, pela companheira - a companheira do nome bem difícil também, a Heidi, não é? E todas as outras.

Então eu fico realmente, cada vez mais animada porque eu sinto as dificuldades que a gente vivencia aqui dentro, mas com que auxílio inclusive do Movimento de Mulheres, da sociedade de um modo geral pressionando, pressionando-nos, não é Senadora Fátima Cleide?

No sentido de fazer a gente avançar, tem contribuído muito e ajudado muito o Conselho Nacional da Mulher, o CFEMEA, a AGENDE, enfim, as entidades organizadas da sociedade como um todo.

E eu encerro esta Mesa, agradecendo a cada uma, a Julita, a Heidi, a Elizabbeth, a Cida, a Ana Cristina e a Drª. Kenarik, obrigada a cada uma aqui e, com certeza, serão chamadas a estarmos juntas em outros momentos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Convido a Senadora Fátima Cleide para compor a próxima Mesa e coordenar a próxima mesa. Obrigada.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom de retorno à Mesa, vamos iniciar a 3ª Rodada desta tarde, dessa que é a 1° Sessão da Subcomissão em Defesa da Mulher.

Eu quero convidar a Lia Zanotta Machado, Antropóloga da Universidade de Brasília; convidar a Drª. Ela Wiecko, Subprocuradora-Geral dos Direitos do Cidadão; a Juíza Drª. Germana Morais, Ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; o Dr. Fausto Lima, Promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Aparecida Gonçalves, da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres; e Iranildes Barbosa dos Santos, representante da Organização de Mulheres Indígenas.

Bom, no início da nossa Mesa, eu pediria licença as nossas convidadas e convidado, para passar um vídeo que é bem brevezinho, são apenas sete minutos e em seguida, nós passaremos aqui à apresentação das nossas convidadas e convidado.

Bom, nós estamos tendo problemas aqui com a apresentação do vídeo, mas iremos providenciar, enquanto isso, nós vamos... Já vai iniciar o vídeo?

[apresentação em vídeo].

NARRADOR: 1976, véspera de Ano Novo, Búzios, Rio de Janeiro, seis horas da tarde, hora da Ave Maria, quatro tiros de revólver disparados à queima roupa, interrompem os ruídos das ondas do mar...

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já está sendo providenciado o áudio do vídeo também.

[É retomada a apresentação do vídeo].

NARRADOR: 32 anos de idade.

NARRADORA: No julgamento a condenada foi a vítima, qualificada como uma mulher fatal e sedutora, que vivia na horizontal; alegando legítima defesa da honra o réu recebe uma pena

[falha do áudio].

NARRADOR: Inconformadas [interrupção no áudio] quem ama não mata. Só então, o réu é levado a novo Júri que o condena a 15 anos de prisão.

NARRADORA: A morte da mineira Angela Diniz [interrupção no áudio].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Enquanto a gente se acerta com a tecnologia, nós vamos dar início à nossa Mesa, cujo tema é "Violência Doméstica, Lei Maria da Penha".

E nós vamos iniciar com a exposição da Aparecida Gonçalves, representante da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres e posteriormente nós voltamos com a reprodução do vídeo.

SRA. APARECIDA GONÇALVES: Boa tarde, eu acho que parabenizar a Subcomissão, primeiro às Senadoras por essa esse ganho político de ter uma Subcomissão nessa Casa, para discutir as questões das mulheres.

A outra coisa é antes de entrar no tema da questão da violência, o CFEMEA, distribuiu uma carta aberta das mulheres sulmatogrossenses com relação a questão do que está acontecendo com 10 mil mulheres em Mato Grosso do Sul, que vão ser incriminadas na prática do aborto e que nós queremos deixar os nossos protestos, que também é forma de violência.

A violência da decisão, a violência de agora ser incriminada, diante daquela que é uma decisão e um direito das mulheres brasileiras sobre o seu próprio corpo.

Eu acho que é importante debater a questão da Lei Maria da Penha, com um olhar na questão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque para nós é um símbolo importante, porque primeiro a Lei Maria da Penha diz, que violência contra a mulher é uma questão de direitos humanos. Essa é uma luta que as mulheres têm feito durante décadas de que os direitos das mulheres, também, são direitos humanos e tem que ser assumido enquanto uma questão de direitos humanos e tem sido pautada.

E a violência doméstica e familiar também para a gente tem que ser tratada dessa forma, nós não podemos separar o que é público do que é privado, que é o tem que acontecido. A violência doméstica é uma questão privada e a questão que acontece pública, então, é a questão dos direitos humanos, a violência da rua, a violência urbana é o que se é tratado como direitos humanos, então, eu acho que é fundamental demarcar nessa perspectiva e trabalhar com esse olhar.

A outra questão são os 20 anos da Constituição Brasileira, são os 20 anos que nós adquirimos nessa Constituição a questão da violência, que o Estado tem responsabilidade sobre a violência que acontece, a violência doméstica e familiar dentro de casa. Então é uma discussão, junto com toda a perspectiva do que são os direitos da mulher e as conquistas das mulheres que a Constituição Brasileira traz e que é o que nós estamos lutando, para que efetivamente seja assegurado no Brasil.

E a Lei Maria da Penha ela vai refletir todo esse processo, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição Brasileira, ela é o acúmulo desse processo de luta do Movimento de Mulheres Brasileiras, eu acho que isso é importante dizer. E com isso eu queria fazer algumas reflexões nos meus poucos dez minutos, para entrar na questão do Pacto Nacional. Eu acho que o desafio que está colocado na implementação da Lei Maria da Penha e que para nós são fundamentais, primeiro: é o desafio de que você tem que discutir o que é o público o que é o privado.

Segundo: a questão da cultura patriarcal e machista brasileira, que a Lei Maria da Penha interfere diretamente, e ela traz isso para o cenário público, aí nós vamos ter as resistências que nós estamos tendo a nível de Brasil, seja no âmbito do Judiciário com Juízes que tem dado sentenças efetivas discriminatórias contra as mulheres - como o caso do Juiz de Minas Gerais, como outros, como o Tribunal de Justiça Mato Grosso do Sul. Mas também um outro lado desafio de que 80% dos juízes brasileiros - e aí não é só os de violência contra a mulher - mas de todo o juizado, não aplica efetivamente a Lei Maria da Penha. Nós temos mais ou menos nessa porcentagem, se não mais, do Ministério Público que não se envolve com a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Nós vamos ter o Poder Executivo, que também, muitas vezes, não interfere, não intervém dentro da perspectiva de construir políticas públicas efetivas de proteção às mulheres vítimas de violência. Esses são os desafios que são trazidos pela Lei Maria da Penha, que nos obriga a pensar quais são as formas que nós vamos ter e as respostas concretas que nós vamos ter porque a Lei Maria da Penha é uma conquista efetiva.

Para isso o Governo Federal, o ano passado lançou... o Governo através do Presidente Lula, na Conferência em agosto, lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência Contra a Mulher.

Nós entendemos que o Pacto Nacional ele é um processo, ele tem quatro eixos, um dos eixos é a questão da implementação da Política Nacional e a implementação da Lei Maria da Penha, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; a questão das mulheres em situação de prisão que foi a Mesa anterior, onde nós temos políticas para pensar essa questão e a questão da exploração sexual de meninas e adolescentes e do tráfico de pessoas, que também foi uma Mesa que nós tivemos debate aqui.

O pacto tem esses quatro eixos, que são fundamentais e que são estruturantes na nossa avaliação, porque nós precisamos entender a violência contra a mulher como um todo. Agora aqui, eu quero tratar o eixo um que é a implementação da Lei Maria da Penha. Nessa perspectiva o Governo Federal alocou recursos através dos diversos Ministérios, e recursos que já estão em execução que estão no PPA dos Ministérios, no valor de um bilhão de reais para quatro anos de execução.

Nós estamos nesse momento fazendo o debate de que a pactuação no Brasil, ela tem que se dar nas três esferas de poder, porque nós somos um País Federativo. Hoje a União tem a sua responsabilidade, o Estado e o Município, mas nós entendemos que nada disso pode ser feito sem a sociedade civil e sem controle social. Então, nós estamos trabalhando com um pacto que envolva todos os setores da sociedade brasileira.

O objetivo do pacto é prevenir, enfrentar a violência contra a mulher, tem como foco principal, a questão das mulheres Índia e das mulheres negras, eu acho que é importante colocar isso, o foco principal do Pacto são esses dois setores, são todas as mulheres, mas com um olhar permanente e prioritário com esses dois setores. E o Pacto nesse primeiro ano vai atender 11 Estados Brasileiros, quais são esses Estados? O Pará e o Amazonas no Norte; o Rio Grande do Sul, no Sul; no Sudeste São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, Brasília, aqui no Centro-Oeste e no Nordeste, nós vamos ter Bahia, Ceará, Pernambuco e o Maranhão, são quatro Estados no Nordeste.

Então, esses 11 Estados prioritários na implementação do Pacto nesse ano. E quais são as estratégias que nós estamos adotando? Primeiro, nós estamos discutindo com as Coordenarias e Secretárias Estaduais nos Estados, um planejamento estratégico: quais sãos as ações para implementar a Lei Maria da Penha?

Nós estamos discutindo as cidades pólos, onde é importante se ter um kit básico, que nós chamamos de kit básico que são os serviços essenciais que estão previstos na Lei Maria da Penha, como Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência; como Núcleo de Defensoria Pública de Atendimento à Mulher; um Juizado Especial de Violência Contra a Mulher nesse local; um Centro de Reabilitação do Agressor.

A questão do abrigamento, seja Casa Abrigo, ou seja, uma política estadual ou municipal nesse município pólo, para que efetivamente às mulheres em risco de vida tenham condições de abrigamento. E, efetivamente a questão de envolver os CRAs e os CREAs também no atendimento direto e na rede.

Portanto, esses são os que nós chamamos da importância do kit básico para a questão da implementação da Lei Maria da Penha, que está lá no artigo que diz das medidas protetivas e também do envolvimento do LOAS, do SUSP, dentro da questão da lei.

Por outro lado, nós temos dentro do Pacto a ação de capacitação dos profissionais da rede de atendimento. E a rede de atendimento o que é que nós entendemos? São serviços que são especializados no atendimento a mulher, que são as Delegacias e esses serviços que eu acabei de colocar, mas também todo o serviço público tem que estar preparado.

Nós precisamos ter a Polícia Militar preparada para intervir, na hora que é ela chamada com o camburão na hora de emergência para dar o flagrante; nós precisamos ter a Polícia Civil todas, todas as Delegacias preparadas para aplicar a Lei Maria da Penha, porque não é só as Delegacias de Mulheres que vão dar conta desse elemento. Nós precisamos ter todo o Ministério Público, as Defensorias, todo o Judiciário, preparado para atender na Lei Maria da Penha. Mas nós precisamos ter também o setor de saúde; nós precisamos ter o Instituto Médico Legal; nós precisamos envolver os diversos setores que estejam colocados e para isso nós precisamos capacitar, preparar.

Não é capacitar porque eles são profissionais que não sejam capacitados, mas a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha, ela tem que ter um olhar específico, ela tem que ser tratada dessa forma específica. Para isso só para encerrar, eu gostaria de apresentar os dados com que nós estamos trabalhando? Na implementação da Lei Maria da Penha, na consolidação da política e da implementação, nós estamos trabalhando o orçamento previsto de 450 milhões de reais.

Nós queremos ter 764 serviços construídos e reaparelhados até 2008, fora os que já estão em funcionamento: são 404 Delegacias de Mulheres - só para a gente ter uma idéia de como é que está o quadro no Brasil. São 404 Delegacias de Mulheres; são 65 Casas Abrigo; são 100 Centros de Referência no País todo; são 15 Defensorias [interrupção no áudio] especializadas de atendimento à mulher nos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Piauí, Paraíba, que nós estamos estar investindo mais. Mas nós queremos ter cerca de 250 mil profissionais capacitados da rede de atendimento; nós queremos ter 2, 3 mil, 650, CRAEs dos 2500 CREAs que existe no Brasil, nós queremos 100% desses serviços também preparados para atender às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nós queremos implementar no Brasil 55 projetos inovadores de enfrentamento à violência sexual

contra meninas e adolescentes; nós queremos ter 40 projetos - e aí esses 40 projetos geral assumidos pela SPM, de capacitação das mulheres em situação de prisão para geração de renda e ressocialização delas no mercado de trabalho.

E por fim, eu gostaria de dizer duas coisas que para nós são fundamentais, primeiro: a questão da prevenção. Nós não podemos só atender no atendimento e na repressão, que é a criação dos Juizados e de Centros de Reabilitação.

Para isso, nós estamos investindo e o Governo Federal aderiu através da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, acreditando que esse é um mecanismo de efetivamente nós chegamos da toda a população e trabalharmos a prevenção da violência contra a mulher.

Uma outra coisa é a questão do observatório da lei Mariana da Penha, nós investimos recursos e estamos apostando para que efetivamente a Lei Maria da Penha aconteça, nós tenhamos um observatório, que é composto por ONGs por movimentos sociais e universidades, que é autônomo para que efetivamente monitore e acompanhe toda a implementação da Lei Maria da Penha no País.

E por fim, nos meus últimos segundos a questão do Sistema Nacional de Informação e Dados Sobre Violência Contra a Mulher. Um dos grandes desafios da implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher é exatamente a falta de dados e a falta da informação.

E, nessa perspectiva nós estamos começando já alocamos recurso no Pacto, estamos começando uma discussão junto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Ministério da Saúde e o Poder Judiciário, para que nós possamos efetivamente instituir no Brasil o Sistema Nacional de Dados Sobre a Violência contra a mulher, também, previsto na Lei Maria da Penha.

Portanto essas são ações que o Governo Federal, através e coordenado pela Secretaria de Políticas Para as Mulheres tem como meta estar atendo atendendo, para que efetivamente a Lei Maria da Penha, não seja mais uma lei simplesmente no papel. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigado, Aparecida.

Nós queremos registrar a presença do Deputado Paulo Rubens Santiago, do Estado de Pernambuco e dizer que nós vamos aqui dar uma acelerada nos nossos trabalhos em função dos trabalhos da Casa, nós nem poderíamos estar mais funcionando, mas não vamos fazer essa desfeita com as nossas convidadas e o nosso convidado. E consideramos também muito importante os temas aqui abordados, principalmente esta Mesa que trata do instrumento que nós temos hoje de combate a violência contra a mulher que é a Lei Maria da Penha.

Então nós pedimos que as pessoas se atentem aos dez minutos, com um minuto toca o sinal para a conclusão.

Eu passo a palavra então a Drª. Lia Zanotta Machado, Antrópologa da UNB.

SRA. LIA ZANOTTA MACHADO: Eu queria parabenizar a Comissão, primeiro a respeito dessa Subcomissão Permanente de Defesa da Mulher.

E segundo a chamada dessa Audiência Pública para os direitos das mulheres dessa 1ª Sessão em que com três meses, nós já temos três temáticas fortes que mostram como de fato, ainda, nós temos uma situação em que as mulheres são discriminadas; ou seja, nós precisamos fundamentalmente reforçar aquilo que a Lei Maria da Penha diz de uma forma muito clara no seu artigo 6º, que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos das mulheres.

Eu tenho a impressão que esta é a importância de nós pensarmos hoje o ganho da Lei Maria da Penha, a inovação legislativa que ela foi porque ela realoca, radicalmente a questão da violência contra a mulher. Ela coloca em cima quase da pirâmide da importância dos crimes, a questão da mulher como direitos humanos. Porque na verdade até então seria fundamental falar isso porque talvez para nós podermos acompanhar - eu como Professora Pesquisadora da área de violência, mas também como militante do Movimento Feminista e participante da Rede Feminista de Saúde e da articulação maior de redes, seria fundamental dizer que o grande ganho que a partir do próprio Movimento Feminista, esta lei passa a ser incorporada pelo Executivo, pelo Legislativo e agora implementada e hoje nós temos, portanto, que acompanhar a implementação desta lei.

Então, a radicalidade da sua inovação colocando como direitos humanos vai reverter uma posição, que eu chamo de longa duração, uma posição em que sequer se reconhecia a violência doméstica contra a mulher como violência. Era apenas na época colonial e na época imperial, na época da coroa, nós éramos basicamente apenas uma correção física legítima e legal dos maridos sobre as mulheres, ou então, a fala fundamental eu diria é que: a tolerância em relação a violência é alguma coisa que se percebe no Brasil e que assusta a população brasileira, quando o Movimento Feminista nos anos 70 e nos anos 80, nomeia a violência contra as mulheres. Até então não

só a violência era permitida, quando depois que ela não mais é permitida, a correção física das mulheres não é mais permitida, continua a obediência obrigatória das mulheres casadas a seus maridos até que o Estatuto da Mulher Casada, em 1962 permite, portanto, que ela possa escolher o seu trabalho, o lugar de moradia, e etc.

E muito mais com a Constituinte vem - que aí coloca muito bem a Aparecida - a importância do aniversário da Constituinte em que marca a igualdade de gênero. E mais do que isso, nós temos que pensar que também são 40 anos da Declaração Universal dos Direitos dos Homens e das Mulheres e nós temos quase 30 anos da Convenção da Eliminação Contra a Discriminação da Mulher, que vai postular mais tarde claramente que a violência é uma forma de discriminação.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte é que essa chamada a tolerância, ela continua mesmo depois da Constituinte em relação à violência contra a mulher em função de um bem jurídico chamado harmonia familiar, em que este bem jurídico colocado como tal ele era também um bem do censo comum, em que era melhor não separar um casal do que defender os direitos individuais. Inclusive, nas discussões até hoje, a questão da violência doméstica, diz um jurista, que é melhor para além de saber de quem tem a razão, é melhor você não punir, mas você ajuntar, separar o casal, ou seja, isso é radical, porque a Lei Maria da Penha também inclui que: há direitos individuais no interior da família e cumpre à própria família defender os direitos individuais dos seus membros.

Com isso nós temos uma radicalidade proposta para o Poder Judiciário e para o âmbito social. E eu queria dizer então que numa pesquisa recente feita pelo Instituto Patrícia Galvão e IBOPE de 2006; de 2004 a 2006, aumentou o nível de preocupação com a violência doméstica em todas as regiões do País, menos o Norte e o Centro-Oeste que já tem o patamar mais alto, 62%.

Nas regiões Sudeste e Sul o nível de preocupação cresceu respectivamente sete e seis pontos percentuais; na periferia das grandes cidades essa preocupação passou de 43% em 2004, para 56% em 2006.

Após a campanha pela implementação da nova lei a opinião pública se revelou cada vez mais preocupada com a violência, ou seja, cada vez mais tanto a sociedade já queria esta lei, quanto a própria lei ajuda a transformar a sociedade. Então, é importante o Senado saber que esta lei está respondendo uma ânsia da sociedade, das mulheres principalmente e que, portanto, nós precisamos então basicamente acompanhar o que de fato se passa na implementação desta lei, que evidentemente ela apresenta tanto boas formas de práticas que eu acho que cumpre ressaltar essas boas práticas, para que essas inovações possam chegar mais rapidamente a todos os cantos.

Nós temos que pensar que a Lei Maria da Penha, independentemente da criação dos Juizados Especializados e das Varas Criminais, que são ampliadas ela também acontece no interior de toda a Delegacia de qualquer Comarca e é levada a determinadas Varas Criminais que não tem a menor capacitação em relação à questão da lei, mas a lei é vigente.

Então, a lei sendo vigente nós precisamos pensar quanto é necessário uma capacitação ampla. Eu diria que dois seminários que eu participei recentemente sobre a violência doméstica, feitas pelo Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, um em Recife e um em São Paulo, em que havia tanto um poder público presente Judiciário, Defensores, Juízes como também organizações sociais civis me permitiram aprender talvez mais rapidamente, além das pesquisas que eu faço diretamente no Distrito Federal, algumas questões que são bastante importantes a serem relatadas aqui.

A agressão no lar que sempre foi minimizada a tal ponto que Código Penal comentado, que ainda é vigente e que passa nas universidades e que ensina aos Operadores de Direito, a agressão no lar é sempre minimizada, ou seja, quando se trata de pessoas ilibadas publicamente então por que punir?

Queria também dizer que uma pesquisa anterior feita de 91 a 95, vai mostrar que a retratação das mulheres chega apenas por conta própria a 28%. A partir disso 72% da retração das mulheres entre 91 e 95, não foi feita de retratação, foi feito arquivamento por Promotores e Fiscais. Então, essa leitura desse lugar que a mulher só retrata, na verdade, tem que mostrar que grande parte são os Operadores do Direito, Promotores e os juízes julgavam então só 6%. Por que eu chamo esses dados que já passaram? Porque grande parte do que ocorre hoje tem a ver com essas questões.

Em primeiro lugar nas Varas Criminais aonde não há ainda Juizados Especiais, há uma dificuldades em resolver as questões cíveis ou de família, não se está resolvendo. As Varas Criminais continuam se achando competentes exclusivamente para questão criminais e aplicam medidas protetivas só da ala criminal e não da cível temos um problema aí muito importante.

O outra é que as Varas Especializadas podem ser também - e estão sendo como no Distrito Federal - criadas no mesmo espaço dos Juizados Especiais - Os Juizados Especiais de pequenas causas produzem por um determinado lado uma insistência na aplicação da Lei 9099 de 95.

Independentemente da proximidade institucional entre um e outro e, portanto, o uso da metodologia e a dificuldade de você introduzir novas formas de operar faz com que a própria discussão sobre a constitucionalidade da lei e o entendimento que dizer, se uma lei é constitucional ou não, faz parte de um direito difuso em o que Juiz pode de alguma forma se pronunciar; faz com que em vários lugares a Lei Maria da Penha não esteja sendo aplicada e sim, a Lei 9099.

Evidentemente nós temos, por exemplo, o Tribunal de Justiça de São Paulo, que diz que quem faz recurso, porque esta lei não foi aplicada, esses recursos são deferidos. Um outro lado positivo que nós temos é a recomendação do Conselho Nacional de Justiça da constitucionalidade da lei e da sua aplicação. Então, nós temos vários elementos que são bastante importantes, mas que não podem retirar a discussão atual entre por exemplo uma Corregedoria da Segurança Pública que insiste na aplicação da Lei Maria da Penha num determinado Estado e os juízes que dizem, não para as delegacias: "Não adianta aplicar porque nós não vamos dar prosseguimento". Então, nós estamos num ambiente que eu diria que a gente poderia esperar uma série de resistências.

As resistências se dão por um lado pela inovação radical dos procedimentos, pelo hibridismo da Vara, da questão criminal da questão cível, mas também fundamentalmente, predominantemente pela persistência da idéia de que a harmonia familiar se sobreleva a qualquer direito humano da mulher a saúde, a segurança, a alimentação, a liberdade; de tal forma que na maior parte desse julgamento, ainda, a violência contra a mulher é analisada como se fora um evento único.

E, na verdade nós sabemos – e só queria dizer que fundamentalmente - a violência, a equimose que aparece não é um evento único, é uma seqüência de concussões cerebrais, uma seqüência de equimoses ou dados muito forte em que queimadura, por exemplo, no rosto pode ser entendida como queimadura leve, porque está olhada como um evento único, quando na verdade é uma violação e uma violentação contínua doméstica.

Então, nesse sentido é necessário ver que não só os procedimentos são inovadores, quanto também a forma radical de pensar o direito humano, faz com que o combate tenha que ser enorme a esse bem jurídico da harmonia familiar, que por não incorporar tradicionalmente o direito da mulher ao direito individual, como membro de família, faz com que seria por si mesma uma tolerância ou uma violação muito mais forte dos direitos humanos, tolerada pelo Poder Público. Então, é por isso que eu digo essa lei é realmente inovadora e o poder público, Judiciário, Executivo e Legislativo tem que ficar em cima, porque nós estamos diante de uma grande revolução e um grande marco na defesa dos direitos das mulheres.

Queria também dizer, finalizando, que eu gostaria de entregar – foi-me pedido pelo Movimento das Mulheres - realmente é um movimento amplo das mulheres, tem a articulação das mulheres a rede feminista de saúde, para falar sobre as mulheres que estão ameaçadas de uma prisão, estão sendo indiciadas; quando na verdade a mesma Convenção que recomendava para nós o fim da violência contra a mulher, recomendava também como direito sexual e reprodutivo a revisão da legislação punitiva do aborto.

Então, é fundamental que nós incluímos e o pedido da carta é uma Audiência Pública, específica para isso.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Muito obrigada, Lia. Com a palavra, agora, a Drª. Ela Wiecko, Subprocuradora-Geral dos Direitos do Cidadão.

SRA. ELA WIECKO: Bom Senadora, eu vou tentar ajudar, falar menos de dez minutos tem.

Então, pegando o gancho da fala da Professora Lia, o que fica claro é que essa lei ela tem uma dificuldade na sua implementação porque ela é inovadora, ela quebra paradigmas. Então as interpretações divergentes elas são inevitáveis não tem como nós fugirmos disso ou pensarmos, assim, que alterações da lei vão resolver.

Qualquer alteração que se faça ela vai criar um novo ponto para discussão. O que eu vejo assim grosso modo é de que os argumentos para a pressão, até a revogação a anulação da lei pela sua declaração pela declaração da sua inconstitucionalidade, ou a sua alteração, ou a sua implementação diferente da forma como ela foi pensada, elas se baseiam em argumentos preconceituosos; aquele medo, o preconceito, um deles é esse do valor sobrevalente da harmonia familiar e outros muitos assim, que inclusive tiveram, foram juízes que proferiram sentenças em termos que foram criticados, mesmo por quem não é totalmente favorável à lei.

Mas eu me preocupo com argumentos mais elaborados, argumentos principalmente na área jurídica, em se advoga a inconstitucionalidade da lei dizendo que ela é discriminatória, ela fere o princípio de igualdade e, principalmente, com aqueles que atuam na área penal então a pecha de uma lei criminalizadora; de uma lei que está dentro do movimento de expan-

são do Direito Penal e que por isso ela aumenta a violência, não impede a violência. Mas que ela, por essa expansão criminalizadora, ela acaba aumentando a violência, porque é o Sistema Penal ele reproduz o *status quo*. Se o *status quo* é um status desigual – e ele é com relação a mulher - quer dizer quando ele opera, ele acaba agindo de uma forma desigual prejudicando a mulher.

Eu gostaria de trazer algumas informações a respeito de como essa questão, ela está sendo discutida na Espanha, que não é... Muita gente acha que a origem da nossa lei é a lei espanhola, mas não foi o modelo da lei da lei espanhola, isso eu posso afirmar, porque eu participei desde o início da discussão.

Mas enfim, na Espanha está acontecendo a mesma coisa, quer dizer, há um argüição de inconstitucionalidade que está no Tribunal Constitucional que ainda não foi julgado, assim como no Brasil tem uma Ação Direta de Constitucionalidade que está no Supremo, então a questão tanto lá como aqui, está posta na mais Alta Corte. Na Espanha tem um precedente que pode ser favorável, porque uma recente sentença considerou constitucional uma lei que estabelece cotas para mulheres nos partidos políticos, e reconheceu que ações afirmativas elas são necessárias para estabelecer a igualdade substancial.

Mas uma coisa que eu acho interessante é que a lei da Espanha que é um pouquinho anterior à nossa, ela tal como no Brasil, ela não resultou numa diminuição aparente da violência em termos dos casos, quer dizer o que acontece é o contrario.

O que nós estamos vendo no Brasil é um aumento das denúncias e dos casos, enfim, que estão no Sistema Penal que estão aplicando a lei na Espanha, a mesma coisa e não houve uma diminuição da violência aquela dos homicídios, continua havendo o número de sete mulheres mortas para dez que não haviam denunciado previamente a violência.

Então, a pergunta que segue sendo feita é: a Lei Maria da Penha, então, é uma lei que está dando certo ou que não está dando certo? A gente tem que modificar essa lei ou não tem que modificar?

Então aqui assim, a posição que eu quero externar é que nós não temos condições ainda, dado o período pequeno, curto de tempo, de aplicação da lei para fazer qualquer tipo de afirmação peremptória no sentido de que a lei aumentou a violência ou de que a lei não está dando certo, porque a gente pode ter leituras diversas. A gente pode ter a leitura de que o aumento dos casos levados a Juízo, significa que a mulher está mais "empoderada", não é que esses casos aumentaram eram casos que estavam invisíveis e que agora estão visibilizados.

Então, há uma necessidade de promover pesquisas com uma metodologia uniforme para que não aconteça, por exemplo, afirmações como na primeira Mesa do "Tráfico de Pessoas", pelo Delegado da Polícia Federal, que disse que as mulheres que vão para o Exterior e que acabam sendo deportadas ou sendo repatriadas para o Brasil, que essas mulheres elas já eram prostitutas aqui no Brasil.

Há pesquisas feitas pelo Ministério de Justiça com base nos processos judiciais e nos inquéritos e também uma pesquisa feita em São Paulo, mostrou exatamente o contrário, que a maioria das mulheres são babás, estudantes, vendedoras, não são prostitutas. Então, a gente tem que ter muito cuidado em usar pesquisas não sejam pesquisas que metodologicamente elas façam uma cobertura geral, e que nós possamos extrair então essas afirmações aplicáveis a todo o País.

Bom, um outro ponto que é um aspecto positivo na Espanha, que a partir da lei existem mais recursos econômicos e sociais para as mulheres que o necessitam e denunciam. Afortunadamente - isso que eu estou lendo é uma correspondência que eu recebi de uma juíza espanhola que participa do Observatório Judicial de Aplicação da Lei de Igualdade na Espanha. Então, ela diz que: "Afortunadamente temos mulheres que conseguem sair da violência com a ajuda das instituições, porém majoritariamente são aquelas que recebem uma ajuda de recuperação integral, psicológica e inclusive feminista".

Então, eu trago isso à Mesa, porque eu acho que os resultados parciais que nós podemos verificar aqui no Brasil, a partir de falas aí, eu também reconheço isso - eu não posso afirmar de uma forma peremptória - mas as falas que têm sido produzidas por membros do Ministério Público, por Magistrados, dizem que a participação, o assessoramento da equipe multidisciplinar nos Juizados, ela tem sido muito positiva para a solução do conflito.

Dessa forma, diante disso, me parece que antes de promover alterações na lei, nós temos que levar essa lei até ao máximo. Quer dizer, nós temos que tirar o máximo delas em termos de implantação e de efetivação daquelas normas que estão naqueles primeiros artigos da lei, em que eles fazem uma declaração, na verdade, repetem direitos que já estão nas convenções internacionais, mas tem toda uma série de direitos que eles precisam ser garantidos.

Então isso é muito importante e eu acho que, Aparecida, o trabalho da Secretaria das Políticas Para as Mulheres é nesse sentido. Então, eu acho que eu disse o núcleo, e passei, passei dos dez minutos e passo a palavra para próxima.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Muito obrigada, Drª. Ela.

Realmente nós aqui que vivemos sob o jugo e a tirania do tempo todos os dias, os minutinhos brigados lá no Plenário, cumprir o tempo é difícil, mas a gente fica muito grata.

Drª. Germana Morais, Juíza e Ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

SRA. GERMANA MORAIS: Bom, bom final de tarde para todas e todos aqui presentes, é uma hora que eu adoro falar que é a hora do "Angelus", eu sinto mais fortemente os Anjos que habitam em cada um e em cada uma de nós.

E a minha primeira palavra é e agradecimento de coração às Senadora Ideli, Senadora Serys, a Senadora Fátima, por nós chamarem para compor esta Audiência Pública, falo em meu nome pessoal, eu que compus o CNJ, com o aval da Senadora Serys, sabatinada que fui por ela e com o aval da Conselheira Andréa Pachá, que não pode estar aqui presente neste momento, porque está tratando do Cadastro Nacional de Adoção em Florianópolis e hoje, ela é a única mulher do CNJ acompanhada de 14 homens. Eu interpreto este convite como um apelo, uma oportunidade de cooperação maior do Judiciário, do Sistema Judicial com o Legislativo e aproveito essa oportunidade, para formular alguns convites tanto às Parlamentares como às pessoas que estão presentes.

Peço, por favor, ao pessoal técnico que já comece a exibição dos slides, porque essa cooperação já vem existindo e aqui nós temos o testemunho da Aparecida Gonçalves e do pessoal do Ministério da Justiça, no âmbito com a Secretaria Especial de Assuntos para as Mulheres e do Ministério da Justiça. Tanto assim que uma delegação brasileira compareceu há dez dias atrás na 9ª Conferência Bienal da Associação Internacional das Mulheres Jurídicas e encaminhou representantes, além das Juízas e Juízes, uma representante da Ministra Nilcéia Freire e um representante do Ministério da Justiça.

Lá nesta Conferência o Brasil teve voz e assento - pode tratar dos painéis, por favor - sobre a questão da discriminação e da violência, vamos passar que nós veremos a discriminação e violência, nesse item, lá descrito como: "A Discriminação e a Violência Contra a Mulher". Quem falou foi a Desembargadora Shelma Lombardi, conterrânea sua, de Mato Grosso do Sul, que hoje tem assento na direção, hoje para o nosso orgulho nessa Associação Internacional e nós percebemos aqui que os assuntos são universais.

Eu não sei se demonstro tristeza ou não de perceber essa sinergia, tristeza porque sistemas existem, mas ao mesmo tempo, essa sincronicidade de eleição de prioridades nós dá um certo alento, um estímulo e um certo conforto, porque nas indicações finais, foram estabelecidos como temas prioritários a serem trabalhados, exatamente a discriminação e violência contra a mulher; a questão da tráfico internacional de mulheres e a questão - aqui também abordada, das mulheres encarceradas. E são exatamente esses três temas que nós estamos tratando aqui, portanto, essa sinergia eu prefiro recebê-la em meu coração como um incentivo maior, do que pela tristeza de ver que esses problemas universais existem, mas nós precisamos para superá-los, primeiro admitir que eles existem.

Nós encaminhamos para este evento - distribuímos e eu peço que, por favor, traga o slide do *Buclet(F)*, já podemos ir para um outro slide? Um que trata a capa.

Todos e todas devem ter recebido um livreto que trata da discriminação e violência contra a mulher, como é que o Brasil supera este tema. Este livro foi distribuído para 390 participantes deste evento, Juízas de todos os continentes do Brasil, que estavam ali comparecendo. E que nós levamos para lá? Eu peço que rapidamente vá para o segundo slide, porque depois poderão ter oportunidade de ler - é apenas importante registrar, que levamos a mensagem não apenas à Presidente Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, que traz a mensagem de superação da discriminação contra a violência doméstica, uma proposta de atividade multiinstitucional(F) e, ao mesmo tempo de capacitação multidisciplinar dos Magistrados.

E aqui nessa foto eu peço um instante de atenção para ver a simbologia, a força emblemática desta foto, quando na realização da 1ª Jornada da Lei Maria da Penha, abrimos as portas do Supremo Tribunal Federal às entidades públicas, as entidades civis não governamentais e as ONGs, para tratar sobre as metas referentes a efetividade da Lei Maria da Penha, juntamente com a Secretaria Especial das Mulheres e a Maria da Penha foi convidada, compareceu.

Ela que não obteve a tempo o que precisava a resposta da Justiça, estava naquele momento sendo reverenciada pela Chefe Suprema do Poder Judiciário Brasileiro. Esta é uma foto a meu ver, extremamente significativa, que merece ser divulgada para o mundo. E a Presidente Ellen Gracie, não obstante a argüição de inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha, assumiu a responsabilidade de promover essas jornadas - ela me pediu pessoalmente para organizá-las pediu agora à Conselheira Andréa.

Eu voltei ao Conselho para tratar disto, para minha alegria, fizemos duas jornadas, aí nós temos a palavra da nossa querida Ministra Nilcéia, que foi le-

vada para o mundo todo por nós, tivemos essa oportunidade. Mais à frente nós veremos a palavra de S. Exa. o Ministro da Justiça, Tarso Genro, que também está empenhado na erradicação da violência contra a mulher. E veremos a palavra da nossa queridíssima Conselheira Andréa Pachá que defende a construção da igualdade entre homens e mulheres. Depois a palavra da Desembargadora Shelma Lombardi, que é Presidente da Associação Nacional das Magistradas aqui no Brasil. Ela é uma militante já a várias décadas dessa causa, a pioneira aqui, e hoje tem um assento nessa Associação Internacional.

Uma de suas discípulas que é a Juíza Amini Haddad, que instalou o Juizado de Violência Doméstica e Familiar em Mato Grosso, ela dá o seu depoimento dos resultados como consistiu essa instalação. No dia em que a lei foi aprovada à meia-noite Santa Catarina já tinha resolvido um caso.

Mas somente seis no primeiro ano, seis Estados instalaram nós temos 27 Unidades Federativas atualmente 17 instalaram, dez estão ainda em vias de instalação, é essa a situação atual. Continuando ainda aqui neste livreto é importante nós registrarmos, que a lei foi distribuída, esta é a segunda jornada.

Na primeira jornada nós fizemos uma jornada aberta, na segunda, exatamente, enfrentando arrostando a insensibilidade dos Juízes o foco foi a Magistratura, foi a sensibilização dos Juízes. Nós fizemos uma jornada fechada para sensibilizar os Juízes e depois, não obstante ela tenha sido divulgada através da Internet e, nós tenhamos repassado os resultados por e-mail aos participantes da jornada anterior.

Esta é a lei que foi divulgada e levamos também as metas, as metas e uma proposta de curso de capacitação ou de formação permanente nos Juízes.

Uma das metas fixadas é a formação de um Fórum Nacional de Juízes, a outra é essa, sugestão de curso de capacitação que nós fazemos. E cada Tribunal este ano, deverá preparar o seu curso de capacitação multidisciplinar para Juízas e Juízes que trabalham nesta área.

Entre outras metas poderão ver - está escrito aqui, mas eu preciso explicar, porque aqui está em espanhol e inglês, que é a língua oficial da associação é inglês e o País sede foi o Panamá, então, foi por isso que nós divulgamos nessa linha. Temos também a propostas de pesquisas estatísticas de fazer um material, um manual de divulgação e todas estas metas estão aí. Além da jornada, o Conselho Nacional de Justiça sob o comando da Presidente Ellen, expediu - mesmo sob o jugo da ação de inconstitucionalidade uma recomendação a todos os Tribunais de Justiça do País, porque nós não podemos deixar de saber que existe uma resistência no universo masculino, em relação a essa lei e que o Judiciário ainda é predominantemente masculino.

Eu peço para passar só para o último slide no meu minuto de prorrogação, vou apenas lhes dizer que atualmente, apenas para lhe dizer, que o móvel hoje em dia de transformação e de humanização da Justiça está sendo o trabalho das Juízas Brasileiras.

Há um aumento crescente e isso não é dito intuitivamente, isso é dito com base numa pesquisa que foi feita na UNB, sob a coordenação da Drª. Maria Tereza Sadek, que é respeitadíssima no mundo universitário.

As Juízas Brasileiras estão fazendo essa transformação, porque combater a violência é construir a paz. Combater a violência é construir a paz e é dentro dessa perspectiva de efetivação dos direitos humanos, que a Presidente Ellen Gracie tem conduzido ou vinha conduzido no CNJ. Nós temos aí vários exemplos de projetos, apenas um registro quanto a população carcerária, porque interessa ao trabalho das mulheres encarceradas, a Corregedoria Nacional de Justiça está fazendo um cadastro eletrônico, inclusive, com o perfil de número de mulheres etc e outras características. Continuando.

A questão da superação da violência doméstica ou violência de gênero intrafamiliar foi considerada pela Presidente Ellen um dos projetos prioritários quando ela deixou a sua gestão.

E eu finalizo trazendo aqui a palavra do Ministro Carlos Ayres de Britto, do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Carlos Ayres de Britto, falou reverenciando o feminino que somente poderá haver efetivação dos direitos humanos, construção da paz e da Justiça, e humanização da Justiça, se cada ser humano integrar o feminino que habita em si próprio. Não apenas a mulher, mas também o homem e que esta humanização ou esta efetivação dos direitos humanos, só poderá acontecer, se nós começamos a usar o lado direito do cérebro e o lado esquerdo do peito onde habita o coração, porque essa é a manifestação feminina.

E é através dessa manifestação feminina que nós poderemos combater a violência doméstica e com isso construir a paz e efetivar os direitos humanos.

Confirmando o que disse, passo a Senadora Serys o convite para participar da próxima reunião da Associação Internacional das Mulheres Juízas, em 2010, que será na Coréia do Sul e, da 3ª Jornada, que nós esperamos que seja em novembro em sintonia com os 16 dias de ativismo, novamente com a Secretaria das Mulheres, o Ministério da Justiça e, agora, com essa Comissão. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigado Drª. Germana, muito obrigada pela sua exposição e pelo convite.

Agora, ouviremos, até para não dizer que a gente está discriminando, vamos passar a palavra, ao Dr. Fausto Lima, porque se deixá-lo por último, ele pode achar que é discriminação.

SR. FAUSTO LIMA: Eu já tinha reclamado aqui à Cida, viu?

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O Dr. Fausto Lima, é Promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

SR. FAUSTO LIMA: Bom, eu quero agradecer à Senadora Serys o convite, Senadora, que eu tive o prazer de conhecer durante as discussões do anteprojeto da Lei Maria da Penha, porque eu vim procurá-la aqui para discutir algumas questão e dar alguns palpites, que eu sou palpiteiro mesmo. E fiquei surpreso, como acho que boa parte do Movimento de Mulheres também ficou, porque ela não foi Relatora no Senado dessa lei - e a gente esperava que ela fosse pela história e pela sua história na atuação dos direitos das mulheres.

Vamos direto ao ponto, questão Lei Maria da Penha, nós podemos dizer que é uma lei que veio tarde e veio cedo ao mesmo tempo no Brasil. É uma lei extremamente moderna, uma lei avançada e a sociedade brasileira, ainda não estava preparada - e talvez não esteja ainda - para abraçar essa lei como nós gostaríamos. Mas temos certeza de que essa lei irá muito mudar muito da nossa cultura e muito da nossa tradição patriarcal, e a tradição de tolerância à violência. Logo que surgiu a lei vieram vários discursos por parte da Justiça, dos Juristas e etc, dizendo que a lei não poderia ser aplicada e na prática começou-se a não se aplicar - e ainda hoje não se aplica muita coisa dela - dizendo primeiro que é uma lei muito forte, porque é uma lei que está intervindo na vida privada.

Aquilo que foi dito aqui o que é o privado, o que é o público, se o Estado poderia intervir para acabar com essa violência, através da prevenção, da repressão. Questionou-se que as mulheres deveriam autorizar, como se fosse autorizar a atuação do Estado, ou seja, porque a Lei Maria da Penha veio no sentido de uma intervenção obrigatória, para o caso, por exemplo, do crime de lesão corporal. Mas questionou-se até essa questão, dizendo que o Estado deveria lavar as mãos e deixar a família resolver essa questão em casa, sem nenhum tipo de intervenção.

Questiono-se também que prisão não poderia - a Lei Maria da Penha, pela primeira vez determinou que nesses casos de violência doméstica, lesão e ameaça, que são às principais ocorrências que ocorre na Justiça, a lei determinou a prisão, tanto a prisão em flagrante quanto a prisão preventiva, ou seja, se for flagrado cometendo um crime tem que ser preso. Se continua cometendo esse crime ou se há indícios de que a vida ou a integridade física ou psíquica da vítima continua em risco, ele tem que ser preso preventivamente até o final das apurações.

Então, a Lei Maria da Penha veio - pela primeira vez uma lei brasileira dizendo dessa forma. Mas aí começou-se o discurso: "Não pode prender porque a prisão é ruim; não atende à família e não atende as mulheres. E, era preferível atuar da maneira como está sendo atuada, que era tentando uma conciliação e não atuar nessas causas".

Então pra gente entender todos esses discursos, para entender todos esses discursos, para entender o que aconteceu depois da promulgação da lei é preciso - e eu peço licença a Senadora Serys – voltarmos um pouco no tempo - e eu vou fazer isso rapidamente - para que nós possamos entender, onde em que ponto foi fixado aqui nas Américas o direito do homem espancar, violentar e matar a mulher. Porque isso aqui no Brasil durante séculos, o homem não tinha apenas o direito, o marido tinha o dever de castigar suas esposas e tinha o dever de matá-las, desde que desconfiasse que ela fosse infiel, estava na lei.

A lei determinava ao marido, exatamente a lei determinava ao marido, que ele matasse, se ele interpretasse qualquer suspeita de que ela fosse infiel. Não precisava nem ter flagrado ela cometendo bastava que ele imaginasse que ela estivesse cometendo algum adultério, ele poderia matá-la. E a lei mandava, se ele não fizesse isso - se ele aceitasse que a mulher tivesse outros casos, outros homens ele estava cometendo um crime, e a punição dele era que desfilar pela cidade, pelas ruas, com um chapéu de jumento, sendo chicoteado pelas ruas pelos populares.

Essa é uma lei chamada Ordenações Filipinas que vigorou no Brasil, por mais de três séculos, desde 1603 até o final do século XIX, "o dever do nome homem agredir suas esposas e suas mulheres e até de matá-las". Não era muito diferente, eu vou trazer apenas o exemplo dos Estados Unidos, poderia trazer do Chile, da Argentina, mas são muito parecidos, porque o nosso Sistema Jurídico veio essa fonte Ibérica. Mas os Estados Unidos que é um sistema jurídico, vamos dizer diferente, porque ao invés de vir da Espanha ou dos portugueses, veio da Grã-Bretanha, na Inglaterra, mas apesar de um sistema jurídico diferente, porque para o sistema deles que seria o *common law(F)* - é preciso aplicar a tradição no Direito e menos a lei, mais a tradição; no Brasil é preciso aplicar mais a lei, temos mais leis escritas do que tradição.

Sistemas Jurídicos diferentes, mas o resultado igual para o direito do homem agredir as mulheres, tanto que no sistema da Grã Bretanha, o Sistema Americano aplicado até também ao século XIX - e quando chegássemos no século XX, nós vamos ver que foi aplicado também. Era o Sistema da Doutrina do Dedão, ou seja, o homem tinha que castigar suas mulheres nos Estados Unidos ou na Inglaterra e em todos os países do Império Britânico, através uma vara que não fosse mais grossa que o dedão; era chamada "A Regra do Dedão", *Rule of thumb*(F) "A Regra do Dedão" que era a regra para os homens castigar as mulheres. "Era uma regra muito justa, inclusive, eles estavam preocupados que não fosse uma vara muito grossa, para que não machucar muito, talvez". Então, pediram que fosse uma vara não mais grossa que o dedão, essa é a doutrina que foi praticada nos Estados Unidos até o século XIX.

No século XX no Brasil, a situação - e nos Estados Unidos, eu gosto de trazer como exemplo essa situação - para mostrar como a violência é tão igual em qualquer lugar do mundo e, nós não somos muito melhores nem que os mulçumanos, apesar de nós acidentais acharmos que eles são muito atrasados em matéria de direitos das mulheres; e em muitas coisas nós iguais, talvez, até piores do que os mulçumanos em matéria de *direitos das mulheres*.

Mas no século XX, como a Drª. Professora, Lia Zanotta disse, foi aplicada na Justiça o que eu chamo de "Doutrina da Harmonia Familiar", o que era "Doutrina da Harmonia Familiar?". O Estado não poderia interferir nessas questões da violência doméstica, porque o homem era hierarquicamente superior, ele manda na mulher, ele é o chefe de família, estava no Código Civil durante o século XX. Ora, se ele comanda e a mulher lhe deve obediência para conseguir obediência só através da violência, então, apesar da lei não mais dizer, não mais determinar que o homem castigue sua mulher, como eram as Ordenações da época da Colônia e do Império, mas na República, a Justiça interpretou que a Doutrina da Harmonia Familiar, impedia a interferência, porque harmonia significa o homem mandando e a mulher obedecendo; o homem batendo e a mulher apanhando. Isso que aconteceu durante o século XX, e se elas procurassem a Polícia para registrar uma ocorrência, a Polícia não iria registrar ocorrência nenhuma, se registrasse, tratava a Justiça de arquivar, dizendo que tinha que lavar as mãos para essa questão, por conta da "Harmonia Familiar".

Chegamos na tal da Lei Maria da Penha, que diz que: "Harmonia familiar que nada, harmonia familiar é dignidade de todos os membros da família". E isso está na Constituição de 1988.

A Constituição acabou com a hierarquia da família, se acabou com a hierarquia, se o homem não manda mais, não existe o chefe de família e os dois - homens e mulheres - devem exercer o comando da família e dos filhos igualmente, sem subordinação, não pode mais esse haver essa história de harmonia familiar, autorizando o homem a agredir suas esposas. Por isso que a Lei Maria da Penha, veio nesse sentido da Constituição da República, acabou a hierarquia, a violência não é mais permitida, apesar de ser culturalmente e tradicionalmente aceita, ainda, na nossa cultura e na nossa sociedade, mas a Lei Maria da Penha disse bem claro: "É preciso atuar nessa questão para evitar a continuidade da violência e prevenir essa violência e também reprimi-la". Por isso, quando veio a Lei Maria da Penha - eu atuo aqui no Distrito Federal, na cidade de Samambaia - nós pegamos a Lei Maria da Penha e com um alívio muito grande, eu peguei essa lei e comecei a aplicá-la como ela determina.

E em todos os casos parei de exigir a representação, ou seja, autorização da vítima para apurar essas questões; iniciei os processos determinei e pedi a prisão para os casos que a vida ou a integridade da vítima estivesse em risco e, percebi que eu estava isolado ou quase sozinho, até mesmo no Brasil.

Porque quando surgiu um caso, logo depois da Lei Maria da Penha - foi um dos meus primeiros casos em que um agressor colocou fogo na sua esposa, ele jogou álcool e colocou fogo e ela teve queimaduras de primeiro e de segundo grau. Eu evidentemente, peguei a Lei Maria da Penha, pedi a prisão dele, pedi o início do processo contra esse agressor – e a mulher estava grávida de seis meses, uma moça de 21 anos de idade - e a Justiça disse que não ia iniciar o processo, foi perguntar para ela primeira se ela queria, e ela óbvio, disse que não, que não queria nem a prisão e nem o processo.

Claro! Que ela não era doida, nem eu seria, de autorizar uma prisão e um processo, de uma pessoa que acabou de tocar fogo em mim e de quem eu dependo financeiramente, não é isso? Então, pedi a prisão dele, pedi o início do processo, Senadora, e a Justiça arquivou o caso, disse que não iria prender porque a vítima não autorizou - e era até uma Juíza nesse caso e, isso me assusta muito, me assustou demais essa situação: "Não, eu vou arquivar, porque era lesão leve". Para a legislação isso é uma lesão leve mesmo, porque não ficaram seqüelas, teve queimaduras de primeiro e segundo grau, mas depois, recuperou. Eu entrei então com recurso, pedi e procurei no Brasil inteiro apoio para essa atuação e só encontrei eco lá no Mato Grosso, com a Juíza Amini Haddad e com a Promotora Lindinalva Rodrigues, que foi o único eco

que eu encontrei por essa época. Aqui no Distrito Federal eu estava isolado completamente, eu era o único Promotor que estava atuando nessa lei, pedindo atuação específica.

O caso foi para o Tribunal de Justiça, o Movimento de Mulheres se mobilizou, fizeram uma pressão muito bonita na Justiça - e eu gostaria de ver isso mais vezes no Movimento de Mulheres Brasileiras.

Gostaria de ver mais barulho e mais bagunça na Justiça, perante a Justiça, perante o Ministério Público e a perante a Polícia, porque acontecem tantos casos escabrosos que a gente vê na vida real e a gente está faltando, dar aquela chacoalhada grande na Justiça, o Movimento de Mulheres é muito importante nessa hora dessa aplicação.

O caso foi para o Tribunal e, o Tribunal - pela primeira vez um Tribunal do País, então, determinou a reabertura desse caso e determinou o início do processo contra esse agressor. Foi a primeira decisão, foi uma decisão pioneira no País e é uma decisão histórica, porque finalmente retirou das costas das vítimas de violência doméstica, aquelas que são tradicionalmente obrigadas a aturar essa violência, retirou das costas dela a autorização para esse tipo tenho processamento. Depois disso, eu recebi manifestação do Brasil inteiro de Juízas e Promotores que me pediram os fundamentos desse recurso, pediram o Acórdão, a decisão do Tribunal, dos Desembargadores e muitos começaram a pelo menos refletir sobre a questão e, muitos também mudaram de posicionamento.

Ainda somos a minoria total com relação a essa questão, mas só que já que eu comecei falando também dos Estados Unidos, trazendo esse comparativo apenas para dizer que eu disse que a lei estava atrasada é nesse sentido, porque nos Estados Unidos a partir da década de 80 principalmente no Estado de Minnesota, eles começaram - alguns Promotores lá, iniciaram um movimento para prender obrigatoriamente e para processar obrigatoriamente, sem depender da autorização das vítimas.

Isso foi um Estado isolado nos Estados Unidos, apenas alguns Promotores fizeram isso, a questão ganhou vulto em 1994, com o caso O.J. Simpson, que é aquele jogador que matou a esposa, mas depois foi até absolvido por falta de provas, mas chegou-se a conclusão - e observou-se um processo do O.J. Simpson, ele tinha vários... A esposa dele que foi assassinada, tinha vários processos anteriores que ela fez a queixa, a ocorrência, mas retirou a queixa posteriormente. Então a partir desse caso O.J. Simpson, aplicaram-se leis na Califórnia e outros Estados dos Estados Unidos, determinando a obrigatoriedade da atuação e o nome que eles deram foi esse – eles dividiram os Promotores lá nessa questão e alguns que eram *hard* e os outros que eram *soft*, esse foi o nome que eles utilizaram. Os *hard*, os rígidos eram aqueles que para todos os casos sem exceção, obrigavam um processo mesmo quando a vítima dizia "não quero". E os Promotores *soft*, mais maleáveis eram aqueles que dependendo do caso, se um caso for mais grave e outro menos grave, se não tiver antecedentes, faziam assim. Depois dessa decisão do Brasil do ano passado que primeira foi a primeira no País, eu talvez, tenha me tornado aqui, o Promotor mais rígido deste País em matéria de violência doméstica.

Mas é uma obrigação que a Lei Maria da Penha nos impôs e nós não podemos fugir, precisamos correr atrás para evitar que voltemos a esse sistema das Ordenações Filipinas, de autorização dos homens agredir suas esposas.

Eu acho o que tempo já foi, eu quero agradecer mais uma vez, essa oportunidade. Agradecer a Senadora Serys e parabenizar o Congresso Nacional e o Senado em especial, pela criação dessa Subcomissão dos Direitos das Mulheres.

O mês passado eu estive lá no Piauí, eu fui convidado para dar uma palestra de encerramento na Assembléia Legislativa da Frente Ampla Parlamentar de Combate a Violência Contra a Mulher. E essa Frente Ampla Parlamentar, na verdade era mínima, porque eram três Deputadas apenas, num universo de 29 Deputados, ou seja, 10% das Deputadas, mas eles fazem um barulho muito grande e cada uma está valendo por três ali, então, já está compensando.

É uma realidade do País, o Parlamento ainda está carecendo de mais mulheres, mas temos certeza que com essas providências as Subcomissões e todas as discussões, nós ainda podemos encarar um País mais justo e igual. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. Fausto. Eu diria que aqui todos, uma por uma das que estão aqui na mesa, merecem os mais louváveis aplausos, são mulheres de muita luta de muito empenho e tudo o mais.

Agora, dentre os homens, nós precisávamos de mais uns Faustos Limas, mais alguns, por favor, dá um jeito.

Eu gostaria agora para encerrar esta Mesa, de passar a para à Srª. Iranildes Barbosa dos Santos, da Organização de Mulheres Indígenas, por favor, com a palavra Srª. Iranildes.

SRA. IRANILDES BARBOSA DOS SANTOS: Bom, boa noite a todas e ainda a todos, que estão aqui presentes.

Eu quero cumprimentar a Mesa, aqui em nome da Sra. Ellen, cumprimento a mesa e o Sr. Fausto Lima, sejam bem-vindos entre nós mulheres.

Bom, meu nome vocês já sabem é Iranildes Barbosa dos Santos, sou indígena do povo Macuxi, de Roraima, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, aonde eu acho que muito de vocês já estão ouvindo falar pela televisão e alguns documentos. Eu nasci numa comunidade que fica bem ao lado, hoje, da fazenda de Paulo César de arrozeiro, então, para mim estar aqui é um momento muito importante. Eu me esforcei muito para estar aqui e para falar sobre a questão da violência contra as mulheres.

Então, nós a partir de 2000, a Organização das Mulheres Indígenas ela vestiu a camisa, eu também junto com ela vesti essa camisa em defesa das mulheres indígenas daquele Estado, principalmente das mulheres das comunidades que vivem nas aldeias.

A nossa luta não é diferente da luta de vocês, mulheres brancas e negras, mas a luta das mulheres indígenas é mais difícil ainda, por sermos indígenas, por sermos mulheres; os homens também indígenas eles são muito preconceituosos, são muito opressores.

Então só a partir dos anos 80 é que as mulheres puderam ter direito a falar em público, quando tinha as reuniões deles, dos homens. Mas desde a década de 70, as mulheres, quando os homens começaram a lutar pela sua terra, para tirar todos os garimpeiros, todos os males que afetava a sua saúde, principalmente com a questão da violência, as mulheres já estavam ao lado deles nessa luta, mas só vieram ter visibilidade a partir de 80, por iniciativa de algumas mulheres. E esse ano uma dessas mulheres Dona Lindalva do povo Macuxi, Professora Catequista, que se empenhou muito nessa luta para que nós mulheres pudéssemos ter o nosso espaço, para poder reivindicar, poder ter o direito de estudar e ter uma vida digna, de mulheres indígenas.

Então, eu pontuei algumas coisas, porque não vai dar... Vai dar para ser igual o Enéas, porque eu estava já vendo - como é que eu vou fazer para falar tanta coisa em pouco tempo, infelizmente, né... Então eu vou falar assim do nosso trabalho que a gente vem fazendo, para enfrentar essa violência.

A partir de 2000, como eu falei, vestimos a camisa e começamos a fazer palestras, seminários sobre violência doméstica por quê? Porque as mulheres indígenas começaram a denunciar: "Ah, meu marido está me batendo, violência sexual"; o marido acha porque é casado, tem que ter relação no momento que ele quer, de qualquer jeito.

Então isso elas foram se atentando e nós que estamos à frente levando essa reivindicação delas, então, assim nós começamos a lutar pelo fim da violência contra as mulheres e somar forças junto com outras mulheres, participando do Movimento Nacional das Conferências, assim a gente foi, vamos dizer assim, se "empoderando" também, tendo as armas e os mecanismos que hoje nós temos com a Lei Maria da Penha.

Então, nós fizemos alguns trabalhos, assim, com referência a Lei Maria da Penha, a gente faz dois trabalhos; a gente explica o que diz a lei que essa lei é para atender a todas as mulheres, não foi pensada nas mulheres indígenas, porque nós somos mulheres iguais, temos o mesmo peito, temos outras partes em comum, mas a gente a nossa diferença. Então, para as mulheres, essa diferença é que essa lei não atende, não há Delegacia nas comunidades, não há casa abrigo nas comunidades, então, essa mulher ela não tem como denunciar, sair da sua comunidade e ir até Boa Vista, Capital e assim para os outros Estados.

Ano passado aqui em Brasília nós tivemos um encontro das mulheres, justamente para a gente falar o que a lei nos beneficiava. Então, a gente descobriu que a maioria das mulheres que estavam presentes, disseram: "Não dá para a gente implementar essa lei na comunidade, porque nós não temos as Delegacia lá". Bom, então o que nós vamos fazer?

Nós em Roraima, nós estamos fazendo o quê? Pensando na lei interna, bateu nas mulheres, o que o Tuxuaua, que é o Juiz da comunidade vai fazer? "Ah, ele como Tuxuaua, não está fazendo nada, não pune o agressor?" Então, nós mulheres vamos cobrar dele: "Por que você não está fazendo isso? Só porque nós somos mulheres e você..."

E quem geralmente está na frente, na linha de comando são os homens, então é deles partem se pune ou não, mas a gente vai pressionando eles e eles ficam envergonhados, também, porque a gente num espaço maior de assembléia a gente denúncia. Vai falando: "Ah, as mulheres vão falar de violência, as mulheres vão falar sobre bebida álcool", que também é um tema, uma bandeira que a gente vem defendendo, porque é através da bebida que vem a violência, então sempre estão juntas. Então a gente faz essas duas coisas, tentando juntar o útil ao agradável, porque seu sei como eu já falei, não dá para atender a todas, mas nós temos mulheres que podem acessar, então, eu quero que elas tenham as mesmas condições de orientação do que as outras mulheres.

É claro que a gente precisa tanto de recurso humano, como recurso financeiro para que a gente possa fazer essa capacitação para as mulheres indígenas, porque a gente não dá de atender a todas as mulheres.

Então, a gente trabalha com o que a gente pode, mas sempre pensando em que as mulheres possam ter um subsídio, ela vai denunciar pelo menos, ela sabe o caminho, ela sabe o que ela pode ter de concreto ou não. E também a gente viu que a lei, às vezes, ela... Até foi falado sobre o encarceramento de mulheres, a gente vê que quando eles vão presos ou elas, eles, eles não vão sair de lá regenerados, então vão sair uns homens piores e as mulheres indígenas elas não gostam muito de denunciar, então, por isso que eu acho que é melhor ainda a punição dentro da comunidade.

Esse ano nós tivemos, eu digo assim, três casos, que eu achei bem fortes que foi: o marido com um terçado, cortou o braço dela, estourou a mão, não deu mais de fazer cirurgia, então, essa mulher ela não quis denunciar ele.

Outro caso, a mulher, ela estava grávida era de gêmeos, o marido bêbado, bêbado não, estava bebido e ele pegou a moto e jogou em cima dela, essa mulher abortou então perdeu os bebês, gravíssimo. Esses casos assim é que as comunidades que a gente vem lutando, para que haja uma punição de imediato, porque senão fica impune, e aí eles dizem: "Nós queremos ser punidos pela lei da comunidade", porque eles sabem que às vezes eles podem não ser punidos, mas a gente está lá de olho, cobrando.

E outro caso é que, pela Lei Maria da Penha, é difícil pegar ele em flagrante, então, com isso as dificuldades vão só aumentando, então, a gente procura dessa forma... A gente acha que assim, a gente possa agilizar. Essa lei, nossa, interna, ela é até respeitada pela, vamos dizer assim, a lei dos brancos, porque já houve casos de homicídios, que um homem já foi punido, então, ele não foi mais punido pela lei, a gente chama assim: "a lei dos brancos".

E quando é caso de estupro, aí assim, que os homens Tuxauas eles tomam providências de imediato: "Ah, é estupro, então, vai fazer isso, isso e isso". Ele vai pagar a pena dele lá nos Ianomâmis, vai lá para a região da Serra, vai lá para a região tal, passa dez anos, passa cinco anos, então assim a gente vê. Agora, quando é caso de violência física que é menos grave para eles, então, assim eles demoram a aplicar a lei. Eu gostaria também de dizer que assim, quanto a relação das mulheres indígenas que estão presas, elas são poucas, mas também elas são a maioria por tráfico, que elas são pegas.

Então esse ano a gente esteve visitando no dia 08, o Dia das Mulheres, a gente foi... Há uma penitenciária feminina, então, pelo menos, elas não estão juntos lá com os homens.

E, sendo assim eu vou finalizando, é pena, porque a gente tem tanta coisa assim para falar, mas o tempo é curto. Eu só quero agradecer pela articulação que fizeram conosco, o CEFEMEA, a articulação de mulheres brasileiras que sempre tem nos convidado, para que a gente possa estar juntos somando nossas forças em relação a violência contra as mulheres e, outras lutas também que venha nos beneficiar.

Terminando, eu quero pedir a solidariedade de vocês também, para o caso da Raposa Serra do Sol, com o Pataquanda(F) 3, que está agora sendo decisivo para a retirada dos não indígenas daquela região, aonde a gente pede que cessem, que não parem, que a Polícia Federal esteja lá que faça o seu trabalho, porque tanto mulheres, jovens como crianças estão lá. Há alguns indígenas na frente que estão sendo manipulados, principalmente pelos arrozeiros, mas a gente... A maioria, a Justiça prevalece.

Então nós aguardamos com tudo aquilo que estão fazendo, armamento de bomba caseira, já queimaram as pontes, mas a gente aguarda que o cumprimento da lei seja feita.

Então muito obrigada a todos vocês e uma boa noite.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada Iranildes. Eu gostei quando você falou: "Nós mulheres indígenas estamos de olho". Continue de olho, por favor.

Bom, eu queria aqui encerrando esta 3ª Mesa, pedir até, não sei se desculpas, porque foi realmente grandioso o trabalho, mas pelo esforço concentrado exigido de todas as mulheres, do Fausto, entendeu? Realmente foi um esforço concentrado.

Eu já disse isso aqui, no encerramento da 1ª Mesa, que são muitas as dificuldades que a gente está vivenciando este ano aqui no Congresso Nacional, especialmente aqui no Senado.

É um ano eleitoral, os problemas estão aí, todo mundo está vendo... Ah, Senadoras vêm fazer o encerramento então... Desculpe, eu não vi você entrar. É que a gente tinha combinado, ela ia fazer o encerramento da 3ª Mesa, eu falei, não chegou... Eu comecei.

Bom, essas dificuldades, então, eu agradeço as Palestrante, ao Fausto, esse esforço grande e dizer que, como a Senadora Ideli, já disse aqui na outra Mesa, da importância da continuidade deste trabalho.

Quer dizer falamos, os assuntos foram os mais relevantes para o debate aqui, mas foi assim muito, vamos dizer assim, foi muito concentrado mesmo. E nós teremos outros debates no futuro, com certeza, com relação a Previdência Social, a Saúde, Educação, a Mulher Indígena, com certeza, a questão do genocídio das crianças e tudo mais.

Apesar de termos pelo País afora, as nossas "Ellen Gracies", que eu costumo dizer que a gente tem apelado muito para a Ministra, é uma grande personalidade nessa luta. E mesmo deixando agora nos próximos dias a Presidência do Supremo, sabemos que é uma pessoa de muita luta por esta causa, também, que estará aí dando grandes contribuições.

A Dr. Shelma que é lá do meu Estado, que é membro a nível internacional, ela é Secretária da Associação Internacional de Mulheres Juízas, ela é uma Desembargadora do meu Estado de Mato Grosso, a Amini Haddad, a Lindinalva lá de Mato Grosso, eu não posso deixar de reverenciar, mas são realmente mulheres que vêm despontando nessa questão.

Eu queria também aqui dizer que acabou de chegar, chegou há poucos momentos atrás a essa Comissão, nós acabamos de tomar conhecimento, veio através do Movimento de Mulheres uma carta aberta em defesa das mulheres sulmatogrossenses. Eu vou ler três parágrafos, somente, porque ela é bastante extensa, é dirigida à Srª. Presidente da Subcomissão, que é a nossa Senadora Ideli, Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e demais integrantes: "No momento em que esta Subcomissão se reúne para discutir os direitos humanos das mulheres e os 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e comemoram-se os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os movimentos e organizações de mulheres vêm denunciar os fatos abaixo que atentam contra a dignidade, a intimidade e a cidadania das mulheres brasileiras, em especial de 10 mil mulheres de Mato Grosso do Sul.

No dia 04 de abril de 2008, o jornal O Estado de São Paulo noticiou que cerca de 10 mil mulheres serão qualificadas, interrogadas e levadas a julgamento, acusadas de praticar abortos em uma clínica de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A decisão pelo indiciamento foi tomada pelo Juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri do MS, Aloísio Pereira dos Santos, atendendo pedido do Promotor Estadual de Justiça Paulo César dos Passos. Segundo ele, aspas, 'são pessoas arroladas em procedimentos abortivos considerados crimes, ocorridos entre 1º de agosto de 1999 e 2001, que devem ser qualificadas, interrogadas e, logicamente, se culpadas, indiciadas. A pressa é para evitar a prescrição do delito, que ocorre em oito anos'". Fecha aspas.

Eu vou ler um outro trecho também, para terminar. "O indiciamento do contingente de 10 mil mulheres representa cerca de 40% de toda a população feminina cumprindo pena atualmente por todos os crimes no território nacional, são 25 mil mulheres ao todo. Nem mesmo nos anos da ditadura militar, o Brasil registrou uma ação como essa. O contexto mostra o nítido uso político da legislação punitiva para criminalizar as mulheres, num momento em que o tema está em discussão na sociedade e no Congresso Nacional. Iniciativas como essa visam inibir o direito das mulheres de se insurgirem individualmente entre parênteses, desobediência civil, contra essa lei que restringe seus direitos e a autonomia sobre seus corpos, bem como inibir a atuação das organizações que também defendem esse direito".

É dizer que com certeza, acabamos de tomar conhecimento e que será discutido e estudado e definidos os encaminhamentos que deverão ser dados.

Queria... Já falei e quero repetir da participação das entidades organizadas da Secretaria Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres, o Conselho Nacional de Mulheres da nossa Presidente Senadora Ideli, da nossa Senadora Fátima Cleide, enfim, a participação de toda a Comissão, da Subcomissão.

Eu queria dizer que a Lei Maria da Penha do nosso ponto de vista tem dificuldades? Tem. Mas que é uma lei que pegou? Pegou. Eu ando muito pelo Brasil afora, eu tenho estado seguidamente em outros países, há pouco tempo estive no México e estava lá sendo discutido, quer dizer o mundo está discutindo muito a partir dessa Lei, da Lei Maria da Penha aqui no Brasil. Dificuldades existem, mas é aquela história é a mudança de mentalidade, tomara que daqui a pouco não precise mais nem existir essa lei, que seja declarada a não necessidade da existência dela, mas enquanto ela for necessária ela é muito importante, ela está aí, ela está posta e ela tem que ser sim, não tem essa história de inconstitucionalidade não, é uma lei e ponto final.

Isso já foi discutido quando houve aquelas primeiras conversas da inconstitucionalidade e etc., nós fomos a Ministra Ellen Gracie, como Presidente do Supremo e como Presidente do Conselho Nacional de Justiça, e ela tem feito todos os esforços nesse sentido de fazer valer essa situação. Mas é aquela história ou muda-se a mentalidade devagar ou um pouco, mais rápida, por bem ou então tem que ir por alguma forma de pressão e repressão, que é a questão da lei. Mas eu diria que num primeiro momento essa lei foi dada uma visibilidade muito grande a ela, e a população brasileira está tendo uma visão dela.

Eu ando muito, eu ando muito no meu Estado do Mato Grosso que é um Estado de extensão geográfica gigantesca e demográfica pequena, pouca população e nós temos municípios a 1500 quilômetros da capital, com estrada de chão de 500 quilômetros, ainda de estrada de chão e as dificuldades são bastante significativas. E por onde a gente anda sempre, sempre, eu

percorro nos finais de semana de dez a 12 Municípios do meu Estado e, sempre, em todas as minhas falas eu finalizo falando da Lei Maria da Penha e, principalmente da necessidade da busca da construção dos direitos iguais entre homens e mulheres, com a participação, essencial a participação dos homens solidários, fraternos, generosos, homens de bem, que vão com certeza nos ajudar a construir mais rapidamente essa conquista da igualdade de direitos, então, é por aí, que eu que acredito que é o caminho.

E está aqui: "Sua Vida Recomeça Quando a Violência Termina", da Secretaria Especial da Política Para as Mulheres, do Governo Federal, ligue 180, Central de Atendimento a Mulher, por favor, qualquer tipo de violência contra a mulher, ligue 180. Central de Atendimento a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o esforço da nossa Ministra é muito grande, é muito grande! Mas precisa de muita ajuda da sociedade, da sociedade organizada de modo geral e de todas as mulheres do Brasil e de todos os homens de bem, com certeza, também que só assim nós superar com a maior rapidez a discriminação e a violência contra a mulher.

Obrigada a todos e a todas, desculpe tanto tempo que envolvemos todos. E fica aqui o agradecimento especial em nome da nossa Presidente da Subcomissão, a Senadora Ideli Salvatti, que como todos sabem é líder da Bancada, da Bancada dos Senadores e Senadoras do Partido dos Trabalhadores e, com certeza, está em articulação de votações que são muitas que ela tem que estar presente.

A Senadora Fátima Cleide está aqui, eu também, a Senadora Lúcia Vânia, inclusive, comunicou que gostaria de estar aqui, mas que teve um problema não conseguiu chegar a tempo, ela está em São Paulo, os problemas famosos de vôo.

Obrigada e um abraço carinho a todas e a todos que tiveram toda essa paciência--

Sessão encerrada às 18h51.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Vicente Claudino, Romero Jucá, Valter Pereira, Adelmir Santana, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Jefferson Praia, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Virgínio de Carvalho e João Tenório. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente dá ciência aos Senhores membros do recebimento do Ofício nº 135/2008-SGM, comunicando o ingresso do Senador Flexa Ribeiro como membro suplente desta Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo. A Presidência informa, ainda, que durante o X CBRATUR – Congresso Brasileiro da Atividade Turística, foi aprovada uma Moção pela participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, para que tenham assento, como observadores, junto ao Comitê Organizador da Copa do Mundo e ao Comitê Interministerial de Organização da Copa do Mundo de 2014. O documento é repassado aos Senadores para colher assinatura. A seguir, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a apreciação de proposições. **Item 1**-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como

Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo adotado pela CI e pela CCJ, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação destas Matérias é adiada. **Item 02-**Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2007, não terminativo, que "Cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador *Ad* Hoc o Senador Valter Pereira, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Após a leitura do Relatório, não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **Item 03-**Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004, não terminativo, que "Autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta para reexame do Relatório a pedido do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares. **Item 04-**Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2008, Complementar, não terminativo, que "Altera a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à estrutura institucional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais", de autoria do Senador Cícero Lucena, tendo como Relator o Senador José Nery, que oferece Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO- CDR

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 28 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se acham. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a apreciação da proposição. Antes de iniciarmos o nosso trabalho, eu gostaria de ler o ofício nº 135 de 2008, nos termos regimentais, indico o Sr. Flexa Ribeiro para integrar como suplente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em substituição ao Senador Marconi Perillo. Da oportunidade, renovo o protesto de apreço e distinta consideração. Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB.

Bom, antes de iniciarmos o trabalho, eu gostaria de comunicar aos senhores parlamentares que por iniciativa da Comissão da Câmara, no que diz respeito... A Comissão de Esporte e Lazer e Turismo da Câmara, nós em parceria com essa Comissão estamos apresentando uma moção para participar da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nos comitês da Copa do Mundo de 2014.

Ontem e anteontem nós tivemos o 10º SEBRATUR. No 10º SEBRATUR estiveram presentes as autoridades do poder executivo, Ministro do Esporte, Ministro do Turismo e vários outros ministros que puderam falar da infra-estrutura e da preparação para a Copa. No entanto, a gente percebe que nessa Comissão, as Comissões tanto da Câmara, quanto do Senado de Turismo não fazem parte desta Comissão. Então, nós estamos fazendo essa moção pedindo a participação, pelo menos como ouvintes daquela Comissão, para que a gente possa acompanhar o cronograma de execução das obras, bem como o cronograma de capacitação, enfim, de todas as ações que poderão ser desenvol-

vidas em cada Estado, uma vez que os parlamentares terão a oportunidade de participar e ver onde que estão as dificuldades. O que nós podemos perceber ontem, no 10º SEBRATUR, é que antes da definição dos estados sedes, nós não temos ainda como fazer uma agenda fechada.

Então, estamos aguardando a definição dos estados que abrigarão a Copa para, posteriormente, acompanhar a execução das obras. Portanto, eu passo aos senhores a moção, para que os senhores possam assinar junto conosco, e a Secretaria passará a mão dos senhores parlamentares. Comunico que o item 1 da pauta, a pedido do relator Senador Antonio Carlos Valadares, foi suspenso até a chegada do autor do projeto que deverá se realizar na próxima semana.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, a palavra ao Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria pedir inversão de pauta, em razão de um compromisso. Se pudesse fazer a inversão para a apreciação do item nº 4 da pauta- projeto de autoria do Senador Cícero Lucena- do qual sou relator, para que eu pudesse participar da sessão e cumprir um outro compromisso, logo em seguida.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de ouvir a manifestação do plenário. Não havendo com descorde vamos colocar o item 4 da pauta. Projeto de Lei Senado nº 378 de 2008, complementar, não terminativo. Altera a Lei Complementar 124 de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar a estrutura institucional da superintendência de desenvolvimento da Amazônia, o comitê regional das instituições financeiras federais. Autoria do Senador Cícero Lucena, Relator Senador José Nery. Parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra ao Senador José Nery para proferir o seu parecer.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia. Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares, Cícero Lucena, autor do projeto, Gilberto Goellner, Valter Pereira, Senador Valter Pereira. O Projeto de Lei do Senado nº 378 de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, que visa aperfeiçoar a legislação básica da Superintendência e Desenvolvimento da Amazônia SUDAM mediante a criação do comitê regional das instituições financeiras federais, projeto que sem dúvida preenche uma lacuna e com certeza merecerá a apreciação do Senado Federal em todas as Comissões, em especial nessa Comissão de Desenvolvimento Regional.

O art. 1º do projeto acrescenta os § 4º e 5º, ao art. 10 da Lei Complementar de nº 124 de 2007, para incluir como competência do Conselho Deliberativo da SUDAM a criação e o funcionamento do mencionado comitê e para dispor que o comitê regional das instituições financeiras federais será presidido pelo superintendente da SUDAM e integrado por representante da administração superior do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, e da Caixa Econômica Federal. O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência. Segundo o autor do projeto, sua iniciativa tem objetivo a promoção de investimento estruturantes e a promoção de bem público, que possam representar a criação de novas perspectivas para a Amazônia. A ação articulada das instituições financeiras federais poderia promover a atração e implantação de empreendimentos industriais de grande relevância para o desenvolvimento regional. Com a atuação coordenada dos agentes oficiais de crédito, seria possível apoiar empreendimentos que tenham impacto na viabilidade de outros investimentos. Promovo a melhoria da competitividade dos negócios em sua área de autuação e permitam o desenvolvimento de atividades produtivas novas e expansão daquelas já existentes.

Aí segundo o Senador Cícero Lucena, autor do PLS nº 378 de 2008, a sua iniciativa parte da compreensão de que atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento exige do conjunto de órgãos e entidades com autuação na Amazônia a aglutinação de seus recursos institucionais técnicos e financeiros na difícil empreitada de atrair e apoiar a implantação de empreendimento que possam estabelecer novos paradigmas, novos paradigmas de competitividade da economia regional e com a criação de novas oportunidades de negócio, com instalação de novas empresa. A proposição foi distribuída as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, a CCJ e a CAE. Não foram apresentadas Emendas a proposição. O PLS nº 308/378 de 2008 está de acordo com o ditame da Constituição que estabelece a competência privativa da União legislar sobre a política de crédito nos termos do art. Inciso VII do art. 22 e assegura o Congresso Nacional a atribuição de dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre elas operação de crédito e plano de programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. Nos termos dos incisos II e IV, do art. 48.

Além disso, a proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente, e está em conformidade com regimento interno do Senado Federal. A iniciativa do Senador Cícero Lucena, tem o mérito de reforçar a capacidade institucional da SUDAM na gestão dos

dois instrumentos relevantes para atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, FNO e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, FDA. A criação e funcionamento do comitê regional das instituições financeiras federais permitirão a aglutinação dos esforços dessas entidades na melhoria da oferta de crédito de assistência técnica as empresa e aos produtores da Amazônia. Na gestão do FNO há muitos desafios a serem superados pelas articulações das entidades financeiras federais. De um lado, tem uma grande distância e a carência do meio de transporte. E de outro, a baixa capilaridade da rede de agências bancárias.

Esses dois aspectos da realidade regional tornam difícil para os setores privados da Amazônia, do setor produtivo da Amazônia, principalmente para os pequenos e médios produtores o acesso ao crédito oficial em condições mais favoráveis. Quanto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, no período de 2001 a 2008, o Congresso Nacional aprovou datações que formaram 4,5 bilhões de reais. No entanto, apenas 475 milhões, cerca de 10% dos recursos disponibilizados foram desembolsados pelo FDA no apoio a realização de investimento em sua área de autuação. Ou seja, trata-se de um grande desafio adequar a aplicação de recurso do FDA em projeto de investimento em infra-estrutura e serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas.

Portanto, a integração da capacidade institucional, das instituições financeiras federais será de grande relevância para atender às expectativas da população da Amazônia, quanto a promoção do desenvolvimento regional e a conseqüente criação de novas oportunidades de emprego e geração de renda. Assim, declaro estar plenamente de acordo com a brilhante iniciativa do Senador Cícero Lucena. Do voto, Sra. Presidente. Diante do exposto, recomendo a aprovação de lei do Senado nº 378 de 2008. Sala da Comissão em 27 de dezembro de 2008. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sra. Presidente, gostaria de manifestar sobre a criação desse Fundo de Desenvolvimento, do comitê integrado com outras instituições financeiras, realmente, o mérito da matéria é excepcional, eu vejo que é uma possibilidade de se mudar realmente os paradigmas, de se criar condições realmente de integração de todos os órgãos financeiras.

A minha dúvida aqui é quanto à função específica do comitê, se ele é deliberativo, se é um comitê apenas de... Se ele é conclusivo, se ele analisa projetos de investimento, se ele tem poderes ou apenas é um comitê consultivo. Então, gostaria de pedir ao relator e ao autor do projeto que pudesse expor isso aí.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o autor do projeto Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Lúcia Vânia, demais senadores aqui presentes. Esse comitê tem como objetivo coordenar a disponibilidade financeira dos agentes financeiros regionais, nacionais com atuação regional. Esse modelo desse comitê, ele já está inclusive implantado na SUDENE, com a participação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e BNDS, que são bancos de atuações nacionais, e também do banco do nordeste do Brasil, no caso da SUDENE.

No caso da SUDAM teve essa proposta substituindo o Banco do Nordeste pelo banco da Amazônia. Por que nós entendemos isso? Porque como vem funcionando antigamente funcionava nesses órgãos, normalmente ocorre, há muito coincidência de disponibilidade de recurso por esses agentes financeiros nacionais e regionais e que um sobrepõem-se aos outros. Com esse comitê eles vão, então, poder direcionar em cada projeto qual deles irá ter a participação e em que condição será essa participação do financiamento do agente financeiro, aquele que for mais compatível com a atribuição do agente financeira nacional ou regional. Então, a exemplo desse projeto, nós tivemos alegria de ter acatado por V.Exa., como relatora da criação da SUDEC, uma Emenda também nossa onde cria esse mesmo comitê, no mesmo modelo da SUDENE, e agora que foi proposto, na SUDAM.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu perguntaria ao Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Excelente. Já que temos até um exemplo de funcionamento na SUDENE, eu vejo também que seu substitutivo, junto a SUDEC vem em boa hora, nós vamos poder inclusive, eu acho que é um fator de aprovação até desse fundo, reunindo essas substituições que muitas vezes trabalham em duplicidade, concedendo financiamentos e investimento em duplicidade, para vários interessados e quando poderia se unir. Então, o é mérito excepcional e eu voto realmente é pela aprovação desse excelente projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação o parecer do relator favorável ao projeto. Os senadores que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada. A matéria será encaminhada a Comissão Constituição e Justiça e Cidadania.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sra. Presidente, só para agradecer o excelente relatório com a sensibilidade que sempre conduz as decisões do Senador José Nery, e também de todos os demais Senadores e V.Exa., como Presidente, por nós estarmos dando essa contribuição que considero muito importante para as diferenças regionais do nosso país, a correção das diferenças regionais. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de saber se o relator quer usar da palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, na verdade salientar a importância do projeto e a forma... A serenidade que estamos tendo na sua apreciação. O Senador Cícero Lucena apresentou este projeto em 8 de outubro, em 27 de novembro já apreciamos no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Agora, precisamos acompanhar Senador Cícero Lucena, eu como sendo representante da região, o senhor tomar como exemplo a experiência feita no âmbito da SUDENE, nos transferindo e nos colocando a possibilidade dessa experiência dessa ser vivenciada, no âmbito das instituições financeiras federais com autuações na Amazônia. E sem dúvida, é uma contribuições justamente a essa possibilidade de articulação, evitando a superposição de investimento e de recursos, às vezes em áreas que poderiam ser melhor operacionalizadas, se feita isso articuladamente, como essa proposta de fato, dispõe portanto, acompanharemos com todo interesse a sua tramitação na CCJ, bem como na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas eu pelo início da tramitação, eu tendo a considerar que brevemente nós teremos esse instrumento já em pleno funcionamento, porque uma vez aprovada aqui, será remetida a Câmara de Deputados, e esperamos que durante 2009 possamos ter finalmente conquistado a implementação dessa possibilidade legal, dessa articulação entre as instituições financeiras. Parabéns a V.Exa., e parabéns principalmente ao autor, pela sensibilidade com a nossa região, que o faz, com certeza, a partir da sua experiência de nordestino, e de uma região também que sofre enormemente essa desigualdades regionais, com certeza isso o motivou a apresentação dessa proposição. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Item nº 3. Projeto de Lei do Senado 343 de 2004, não terminativo. Esse item foi retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Antonio Carlos Valadares. Item nº 2 Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2007, não terminativo. Cria a área de livre comércio de Foz do Iguaçu Estado do Paraná e dá outras providências. Autoria Senador Osmar Dias, Relator *ad hoc* Senador Valter Pereira. Parecer favorável ao projeto, com Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Em 20/11 de 2008, após a leitura do relator, pelo Senador Valter Pereira, que foi concedido vista ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que devolveu sem manifestação. Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira para proferir o seu parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA DE OLIVEIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, Srs. Senadores. A iniciativa do Senador Osmar Dias visa instituir uma área de livre comércio nos moldes das criadas em outros municípios brasileiros. O autor do PLS 13, Senador Osmar Dias, argumenta que Foz do Iguaçu sofre um progressivo esvaziamento de suas atividades comerciais por não suportar a concorrência comercial, desigual exercida pelo comércio de *free shops* das cidades vizinhas de Puerto Iguaçu e principalmente Cidade Leste, Paraguai, que com contando um regime fiscal atraente oferece produtos de todo o mundo por preços tentadores que atraem multidões de compradores brasileiros. O PLS nº 13, é a nossa análise, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, especialmente o art. 43 que trata da redução de desigualdades regionais. A proposição do Senador Osmar Dias se fundamentou que o fato de que a economia de Foz do Iguaçu tem sido prejudicada pelo regime fiscal, existentes nas cidades vizinhas. Além do problema econômico, que já seria suficiente para sustentar a proposição, o Senador ressalta o fato de as investigações levadas a cabo, pelas autoridade brasileiras, indicarem que há grupos de criminosos com autuação no tráfico de drogas, de armas, nos grandes esquemas internacionais dando suporte ao grande número de sacoleiros que cruza a fronteira diariamente. O resultado dessa situação se traduz na perda de arrecadação estimada em quase 10 bilhões por ano, 10 bilhões de reais em impostos. E mais preocupante ainda, na viabilização de atividades criminosas que vão sendo criadas e que podem assumir proporções ainda maiores. A primazia dos objetivos nacionais em detrimento do interessante local, no acolhimento de iniciativas, como o funcionamento da área de livre comércio na cidade de paraguaia de Cidade de Leste deveria levar o governo federal a pensar a população e os agentes econômicos de Foz do Iguaçu com a criação de sua área de livre comércio nos termos propostos pelo PLS nº 13 de 2007. Portanto, considero ser justa a reivindicação dessa compensação, pois o MERCOSUL traz ônus para o conjunto da cidadania brasileira, sua consolidação não pode acarretar ônus para aqueles brasileiros que habitam e produzem na região de fronteira. Com relação à adequação da presente proposição as normas já adotadas pelo MER-

COSUL, assinala-se que as decisões do Conselho do MERC Mercado Comum nº 8 de 94 de 2000, nº 9 de 2001, nº 1 de 2003, ademais da resolução do grupo de Mercado Comum, nº 37/99 trata-se desse assunto. Na ausência de um código aduaneiro do MERCOSUL, instrumento indispensável para ao estabelecimento das regras harmonizadas para o funcionamento da União aduaneira, as normas acima citadas estipulam regras para o comércio no espaço econômico integrados de bens originários das Zonas Francas, zonas de processamento e exportações e áreas aduaneiras especiais. Em síntese, no que respeito ao mérito adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, no entanto, apresento uma Emenda com o objetivo de adequar a iniciativa do Senador Osmar Dias aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007, com a Emenda seguir. Art. 14, o poder executivo com vistas ao cumprimento do art. 5, inciso II, XII e XVI, da Lei Complementar nº 101, de 4 de dezembro de 2000 estimará o montante da renúncia fiscal, decorrente do estabelecido nesta lei, e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165, da Constituição Federal, que acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária cuja a apresentação se der após decorridos os 60 dias da publicação desta lei. Art. 15. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. E o Parágrafo Único, os benefício e incentivos fiscais de que tratam essa lei, só produzirão efeito a partir do dia 1º de janeiro do ano subseqüente aquele que foi for implementados o disposto do art. 14. É o relatório.

SRA. PRESIDENTE LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Agora a Emenda... Aprovação da Emenda. A matéria será encaminhada a Comissão de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo os Srs. Senadores pela presença.

Sessão encerrada às 11h54.

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dois da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Vicente Claudino, Gim Argello, Valter Pereira, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Expedito Júnior, Gilberto Goellner, Jayme Campos, e, ainda, dos Senadores não membros Marconi Perillo, Romeu Tuma e Serys Slhessarenko. Justifica a ausência o Senador Adelmir Santana. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública tendo como objetivo "discutir sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste – FDCO", em atendimento ao Requerimento nº 12 de 2008-CDR, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Gilberto Goellner. A Reunião contou com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal; Exmo. Sr. Alcides Rodrigues Filho, Governador do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Silval da Cunha Barbosa, Governador em Exercício do Estado de Mato Grosso, que veio representando o Exmo. Sr. Governador Blairo Maggi; Exmo. Sr. André Puccinelli, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; e o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda. O Senador Delcídio Amaral, convidado a fazer parte da Audiência Pública como Relator da Lei Orçamentária Anual 2009, comparece à reunião, mas, em virtude do surgimento de um imprevisto, não pôde permanecer. Foram convidados, também, na condição de acompanhantes dos Governadores, o Exmo. Sr. Valdivino José de Oliveira, Secretário de Fazenda do Governo do Distrito Federal; o Exmo. Sr. Oton Nascimento Júnior, Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Goiás; o Exmo. Sr. Pedro Jamil Nadaf, Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado de Mato Grosso; e o Exmo. Sr. Carlos Alberto Menezes, Secretário do Meio Ambiente, Cidades, Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Gilberto Goellner, autor do Requerimento, Valter Pereira, Jayme Campos, Marconi Perillo e Serys Slhessarenko; os Senhores Deputados Waldemir Moka, Carlos Bezerra, Osório Adriano, Pedro Henry, Rodrigo Rollemberg, Marcelo Melo e Ronaldo Caiado; e o Exmo. Sr. Carlos Alberto Menezes. Após as considerações finais dos convidados, a Presidente agradece a presença de todos os participantes, registrando a presença dos Srs. Christian Schneider e Antonio Roberto Albuquerque, do Ministério da Inte-

gração Nacional; do Sr. Angelo Duarte, do Ministério da Fazenda; dos Srs. Maurício Doff Sotta, Hellen Cassia e Sérgio Ricardo Miranda, Consultores do Banco do Brasil; dos Exmos. Srs. Hélio Goulart e Gilmar Domingos, respectivamente Prefeito e Prefeito Eleito de Guiratinga, Estado de Mato Grosso; e dos Consultores do Senado Federal Márcio de Oliveira Júnior e Ricardo Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 38 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

A Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste -FDCO, em atendimento ao Requerimento de 12/2008 da CDR, de autoria dessa Presidente e do Senador Gilberto Goellner.

Estão presentes nesta audiência o Exmo. Sr. José Roberto Arruda que está chegando; o Governador do Distrito Federal que está acompanhado pelo Secretário de Estado de Fazenda, Exmo. Sr. Valdivino José de Oliveira; Exmo. Sr. Alcides Rodrigues Filho que está a caminho, deve está chegando; Exmo. Sr. Silval da Cunha Barbosa, Governador em exercício, do Estado do Mato Grosso, que veio representando o Governo Blairo Maggi, está acompanhado pelo Secretário de Estado de Indústria e Comércio e Minas e Energia, Exmo. Sr. Pedro Jamil Nadaf; Exmo. Sr. André Puccinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, está acompanhando pelo Secretário do Estado, do Meio Ambiente, Cidades, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Exmo. Sr. Carlos Alberto Menezes; Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário de Reformas Econômicas Fiscais do Ministério da Fazenda.

Exmos. Srs. Governadores, senhores e senhores aqui presentes, recriar a SUDECO é uma demanda antiga de toda a Região Centro-Oeste, que sente falta de um órgão que coordene as políticas de desenvolvimento da nossa região. Na versão do texto legal que construímos nessa Casa, há várias mudanças em relação ao enviado pelo Poder Executivo e àquele aprovado pela Câmara dos Deputados, como os senhores poderão verificar pela simples leitura.

Nesse sentido é que foi proposta a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO. Sua função precípua será destinar recursos para a melhoria de infra-estrutura regional. A SUDECO assim poderá nascer forte, apta a contribuir para a continuidade do desenvolvimento do Centro-Oeste, já que ela contará por um lado com o Conselho Deliberativo representativo e forte na ponta política e disporá de dois importantes instrumentos na ponta do fomento: O FCO para atrair e financiar as empresas e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para eliminar os gargalos de infra-estrutura que dificulta e encarece o escoamento da produção local.

BDCO. No presente momento em relação ao Banco de Fomento da Região Centro-Oeste, eu devo informar aos senhores que no presente momento houve dois desdobramentos, sendo um bastante favorável e o outro que ainda demanda a discussão. O ponto positivo foi o resultado claramente favorável da análise feita por diversos órgãos e entidades do substitutivo CDR, para o PLS 303 de 2008.

Ou seja, a instalação do BDCO tem agora a aprovação de instâncias como a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central e diversas Secretarias do Ministério da Fazenda e da Integração Nacional. Depois de administrar esses recursos por 20 anos, já que a Constituição assim o previa enquanto não fosse criado o BDCO, o Banco do Brasil fará a transferência dos recursos já aplicados. Ao discutir a transição o Banco do Brasil argumenta que o estoque de recursos do FCO constitui capital de nível II e que necessita manter esse estoque para atender aos índices do acordo de Basiléia.

O Banco do Brasil usa ainda determinação do Governo Federal de expansão da oferta de crédito oficial, como um elemento de atenuação dos efeitos da

crise econômica internacional como justificativa para atender o pleito da Região Centro-Oeste.

Um ponto importante. O Ministério da Fazenda está insistindo na necessidade de fixação de um longo prazo, durante o qual o estoque de recurso do FCO permaneceria sobre os cuidados do Banco do Brasil. O estoque é constituído de 9,5 bilhões aplicados em operações de créditos e 1.2 bilhões em disponibilidade.

Faço as seguintes observações: no momento estamos solicitando ao Banco do Brasil informações detalhadas sobre as estimativas dos fluxos de recursos do FCO, principalmente quanto à distribuição do retorno de aplicações em operações de crédito; da remuneração paga pelos tomadores do FCO; das despesas com pagamento do *del credere* do Banco do Brasil e as despesas com concessão de bônus de adimplência de despesas de gastos administrativos e, com outros aspectos relevantes para a boa compreensão do problema decorrente da fiel obediência do disposto no § 1º, art. 16 da Lei nº 7827 de 1989.

Com clareza, quanto às informações detalhadas anteriormente, vamos elaborar uma proposta alternativa as exigências do Banco do Brasil, centrada na busca de um equilíbrio entre a expansão do crédito as empresas e produtores da região; a segurança operacional do Banco do Brasil e a preservação da autonomia do BDCO, para gerenciar aplicação dos recursos do FCO e promover a capilaridade na aplicação dos seus recursos.

Como bem sabemos o conceito de investimento difere do gasto puro e simples, já que investir significa aplicar recursos no presente para receber mais no futuro. A minha expectativa é que essa Audiência Pública ao receber aqui os governadores do Centro-Oeste, o Secretário Bernard Appy do Ministério da Fazenda, reafirme expectativas em relação ao papel fundamental da SUDECO para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste.

Dando essas explicações gerais, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Appy, mas como o Governador do Mato Grosso do Sul, Dr. André Puccinelli tem uma audiência no Supremo, eu passaria em primeiro lugar a palavra para ele, para que possa externar o seu pensamento a respeito deste momento.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI: Senadora Lúcia Vânia, Governador Arruda, Governo Silval do Mato Grosso, Bernard Appy, Deputados Federais e Senadores, em decorrência de duas audiências sucessivas uma às 11 horas com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e, às 12 horas com o Ministro Marco Aurélio Mello, terei que me ausentar, mas quem mais entende dessa questão e mais estudou-a é o Secretário Carlos Said Negreiros, que é *expert* no assunto e me substituirá.

Eu queria só tecer algumas considerações e comentários rápidos. Primeiro parabenizar a Senadora Lúcia Vânia e a equipe que idealizou o texto, o texto está 99% bom. Parabéns, Senadora. Parabenizar aos Parlamentares do Centro-Oeste todos, dos quatro Estados, que se puseram a campo para recriação da SUDECO. E agora de forma pragmática e prática dizermos das iniciativas e das ações que nos cabem de imediato.

Pautarmos o substitutivo na Câmara - por isso seria necessária a solicitação de audiência ainda hoje com o Presidente da Câmara. E fazermos esforços, os 41 Deputados Federais e os 12 Senadores do Centro-Oeste, juntamente com os Governadores, fazermos esforços no sentido de que seja aprovado o substitutivo na Câmara este ano, para que se possa prover de recursos através do relator do orçamento, que é da nossa região do Centro-Oeste.

Dito isto, uma segunda consideração que fica uma polêmica estabelecida entre os 50 anos iniciais pleiteados de transferência do recurso até 50 anos, para a diminuição para os 25 anos... Não, mas inicialmente a medusa era maior e agora ficaram 25 anos. O Sérgio Nazaré me olha com atenção lá da sala e, eu acho que com o espírito de desopilar seu fígado e com o espírito brincalhão que norteia todos os sul-mato-grossenses, o número ideal poderia ficar o número do Partido do PMDB, 15 anos, em até 15 anos. O Sérgio Nazaré franziu o cenho lá e está...

Essa será uma discussão importante. As alegações são procedentes de que os contratos existentes têm duração de 20 anos, mas nós teremos que fazer uma negociação no sentido de encurtar. Encerrando minhas palavras, reiterar o apreço a Senadora e todos os Parlamentares do Centro-Oeste como um agradecimento que faz Mato Grosso do Sul a todos eles pelo trabalho.

E continuarmos os esforços para que ainda hoje, possamos todos ter audiência com o Arlindo Chinaglia para que seja pautado esse projeto e dizer que o Centro-Oeste, clama por Justiça por parte da Câmara dos Deputados e quer ver através de acordo de lideranças, aprovado ainda neste mês de dezembro.

DEPUTADO WALDEMIR MOKA (PMDB-MS): Governador, só me permita. Eu tomei a liberdade de marcar entre 14h00 e 14h30 com o Presidente Arlindo Chinaglia, uma visita dos Governadores e dos Parlamentares da Região Centro-Oeste, porque se nós não corrermos aqui todo esse trabalho, um grande trabalho presidido pela Senadora Lúcia Vânia, nós vamos... Só temos essa semana e a semana que vem para votar isso na Câmara.

Então eu gostaria que os três Governadores aqui pudessem, porque é o peso político em última instância, lá ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia. Esta só pré-agendado, se vocês puderam.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI: Então, Senadora, se pudéssemos estar todos marcados às 14h30 no gabinete do Presidente da Câmara, já não haveria necessidade de comunicação. Cada um dos nossos deputados federais e dos nossos senadores comunicariam aos demais para que lá estivéssemos 14h30 no gabinete do Presidente Arlindo Chinaglia.

Presidenta e Senadora, Presidenta dessa Mesa e Senadora, os nossos agradecimentos, o agradecimento do Mato Grosso Sul a senhora e através da senhora, a todos os Parlamentares do nosso Centro-Oeste. Eu peço licença e peço escusa, vou ao Ministro do Supremo e, peço poder ser substituído pelo meu Secretário de Planejamento, que entende muito mais do que eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Bernard Appy.

SR. BERNARD APPY: Bom dia a todos. Eu queria agradecer a Senadora Lúcia Vânia pelo convite para participar dessa audiência eu acho o tema um tema bastante interessante, o tema do desenvolvimento regional do País é extremamente importante e candente nesse momento que vive o Brasil.

E queria aproveitar para cumprimentar o Governador José Roberto Arruda, cumprimentar o Governador Silval Barbosa do Mato Grosso, cumprimentar o Secretário Carlos Alberto Menezes, do Mato Grosso do Sul e falar um pouco sobre esse trabalho que foi feito aqui, a parte que já está concluída no Senado e a parte que ainda está em discussão com relação a recriação do SUDECO e essa discussão sobre o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

No que diz respeito ao projeto da SUDECO, o Senado fez importantes mudanças no projeto, originário do Governo Federal que vai na linha do Governo Lula, de recriação das superintendências regionais e de fortalecimento da política de desenvolvimento regional do País. E entre essas mudanças uma importante que é a Senadora ressaltou foi a inclusão dentro do projeto que recria a SUDECO, da criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Esse Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste na forma como foi criado, ele vai na direção do que está sendo proposto no bojo da reforma tributária, como mudança para a política de desenvolvimento regional que é a criação de instrumentos para despesas de forma livre, inclusive a fundo perdido; investimentos em infra-estrutura; investimentos em qualificação de mão de obra de recursos que complementariam o modelo de crédito que tem nos fundos constitucionais o seu principal instrumento.

E nesse sentido essa mudança com a criação do FDCO, na verdade, vai ao encontro daquilo que está sendo discutido e proposto no bojo da reforma tributária. E, portanto, avança na direção daquilo que o Governo - e aqui não fala em nome do Ministério da Fazenda, entendo que também em nome do Ministério da Integração, que está aqui acompanhando - entende como o que deve ser um desenho mais adequado de política de desenvolvimento.

E essa possibilidade de utilização de recursos a fundo perdido, ela traz várias vantagens. Uma das vantagens é a possibilidade de explorar vantagens competitivas da região, seja na forma de investimento de estrutura; seja na forma da implantação de infra-estrutura econômica; seja na forma de qualificação de manobra para explorar vantagens que a região possui. E certamente a Região Centro-Oeste tem uma enorme vocação para desenvolvimento, não só da agricultura que já está muito desenvolvida na região, mas certamente da agroindústria, também, do processamento dos produtos agrícolas.

A região tem um enorme potencial, uma enorme vocação econômica ainda inexplorada no País. Desse ponto de vista eu entendo que mudanças que foram feitas no projeto de recriação da SUDECO, foram mudanças positivas que vão na direção daquilo que o País precisa.

Paralelamente está ocorrendo uma discussão sobre a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, essa ainda não está completa, já tem avanços importantes na discussão da criação dessa instituição, a Senadora Lúcia Vânia tem tido uma participação importante na discussão. E a idéia é criar uma instituição de fomento regional, que assumiria o papel de administradora do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Isso está previsto na Constituição de 88, até hoje essa instituição não foi criada e provisoriamente durante esse período, o Banco do Brasil assumiu a Administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, o FCO.

O que se propõe dentro dessa discussão é a criação de uma agência que seria administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste que atuaria de forma direta e indireta, a idéia não é ter uma estrutura muito grande e ter uma estrutura bastante enxuta, que certamente naquilo que diz de operações com valores menores teria que trabalhar de forma descentralizada, nós não queremos criar grandes estruturas, mas queremos sim, criar uma estrutura que racionalize a aplicação desses recursos.

E como a Senadora colocou e o Governador Puccinelli, também levantou, há uma questão que é da questão da transição do estoque de recurso que já se encontra no Banco do Brasil. Essa transição é importante, é essencial na verdade, em função do perfil dos financiamentos que já se encontram hoje na carteira do banco.

Quer dizer nós temos créditos com até 20 anos de prazos na carteira do Banco do Brasil, não há como discutir um prazo de retorno desses recursos para o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, num prazo inferior ao prazo dos créditos que já se encontram nas carteiras do banco, porque eles só vão se tornar líquidos nesse prazo.

Nesse sentido se propôs para a discussão com a Senadora - certamente esse é um tema que está em discussão hoje aqui - uma transição de até 25 anos para o estoque de recursos que se encontram no Banco do Brasil. O "até 25 anos", não significa que no final dos 25 anos o conjunto dos recursos vai voltar para o BDCO. Não.

Isso significa que na forma proposta haveria um contrato entre o BDCO o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste que estaria criado e o Banco do Brasil. Esse contrato preveria em função do perfil da carteira do Banco do Brasil e de outras questões que fossem negociadas entre as duas instituições, qual seria o cronograma de retorno desses recursos, desse estoque de recursos que hoje se encontra no Banco do Brasil.

Eu que estou gerindo a reforma tributária, sei que todas essas questões - quando a gente faz mudanças estruturais importantes como essas - todas elas exigem transições longas para poderem ser viáveis. Uma mudança do dia para a noite é inviável, não é compatível com aquilo que o Banco do Brasil já vem fazendo e um trabalho importante no financiamento do setor produtivo do Centro-Oeste.

Esse trabalho tem que ser reconhecido é importante o trabalho que vem sendo feito pelo Banco do Brasil, a criação do BDCO veio apenas atender aquilo que está previsto na Constituição e agregar um elemento a mais na definição das prioridades na política de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Eu acho que essa é uma questão importante, certamente nós teremos Senadora - acredito eu - até o começo do próximo ano para fechar essa discussão, nós já estamos no encerramento da sessão legislativa não há mais tempo hábil acredito esse ano para poder fechar esse desenho, mas teremos um período de discussão do desenho.

E a posição do Governo, que é uma posição de construção em conjunto com o Parlamento, em conjunto com o Congresso, é de procurar uma transição que seja factível que não crie nenhum problema para nenhuma das partes envolvidas. Eu acho que é isso que eu tinha que colocar.

Senadora, esse trabalho aqui é um trabalho de construção conjunta, o importante aqui é encontrar um termo que contemple todas as partes. Eu acredito que a proposta foi colocada, a proposta original do Governo era de uma transição mais longa do que essa. Esses 25 anos já são uma concessão do Governo à posição que surgiu do Congresso na discussão desse tema. Certamente eu acho que esse é um processo de construção que tem que ser aprofundado e amadurecido ao longo dos próximos meses; para que nós possamos chegar ao início do próximo ano em condições de recriar em função da recriação da SUDECO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e desse Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, uma nova estrutura institucional para financiar e fortalecer o desenvolvimento da Região Centro-Oeste do País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Appy e passo a palavra ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

SR. GOVERNADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA: Senadora Lúcia Vânia, Dr. Bernard Appy, Dr. Carlos Alberto Menezes, Governo Silval, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Eu penso que objetivamente nós estamos reunidos aqui hoje - e eu agradeço Senadora o convite - para juntos vencermos o desafio de votar o projeto agora em dezembro. Esse é o primeiro desafio de todos nós, antes de qualquer outra discussão.

Eu aceitando a sugestão do Governador Puccinelli, gostaria de estender o convite aos Srs. Senadores e Deputados Federais da Região, para que estejamos juntos às 14h30, numa visita ao Presidente Chinaglia no sentido de que este projeto entre em pauta e, possa ser votado nesse ano legislativo. Esse parece que é o primeiro desafio que nos une a todos.

Um segundo tema, Senadora Lúcia Vânia, que também é consenso, é a importância não apenas de criar a SUDECO, e eu acho que o Governo Federal, Dr. Bernard, está cumprindo a sua parte neste entendimento. Eu penso que a SUDECO é fundamental neste novo ciclo de desenvolvimento que o Brasil precisa ter.

Um desenvolvimento descentralizado um desenvolvimento regional, bem planejado. Eu acho que não interessa a ninguém do Brasil que as bases de um novo modelo de desenvolvimento continuem concentrado numa ou duas regiões brasileiras.

DEPUTADO CARLOS BEZERRA (PMDB-MT): Governador Arruda.

SR. GOVERNADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA: Pois não.

DEPUTADO CARLOS BEZERRA (PMDB-MT): Me permite, um aparte?

SR. GOVERNADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA: Faz favor.

DEPUTADO CARLOS BEZERRA (PMDB-MT): V.Exª. foi Senador aqui, como eu também. V.Exª. se lembra que nós discutimos e V.Exª. foi um grande parceiro nessa luta de discutir a questão do Centro-Oeste.

E nós colocamos em discussão no Senado um projeto denominado, PRODECO que está arquivado aqui no Senado, com a colaboração das universidades federais de todos os Estados do Centro-Oeste, com a colaboração de entidades de classe - e eu não aprofundei ainda, vou me aprofundar, porque agora vai para a Câmara esse projeto da SUDECO - mas a idéia daquela época era bem mais ampla, eu acho que o projeto que está sendo discutido agora.

E V.Exª. foi um dos entusiastas desse projeto, porque era um projeto que procurava também desviar o eixo do desenvolvimento do País do Centro-Sul para o Centro-Oeste com um projeto de migração dirigida e com infra-estrutura. De modo que eu gostaria que V.Exª. que tem um cabedal muito grande nessa área, que participou ativamente dessa discussão que eu coordenei naquela época, procurássemos ainda ver no que nós podemos melhorar esse projeto, para que o Centro-Oeste seja bem aquinhoado com essa decisão política. Muito obrigado pelo tempo.

SR. GOVERNADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA: Prazer em vê-lo Senador Carlos Bezerra. Bom, eu acho que está ótimo.

Agora, eu acho que de qualquer maneira voltando ao ponto inicial, me parece que o Governo Federal fez a parte dele colocando o projeto. O Congresso aprimorou esse projeto, me parece que isso é consensual, poderá ainda, Senador Carlos Bezerra, receber alguma contribuição, mas eu acho que o fundamental agora é votar, porque se não a gente não tem inclusive a possibilidade de incluir rubrica orçamentária no próximo exercício.

Sobre a questão da transição, Dr. Bernard e Dr. Sérgio do Banco do Brasil. Eu quero aqui levantar uma questão prática, mais importante do que discutir o tempo da transição, é discutir o aporte inicial de recursos e as formas de financiamento da SUDECO. Se nós formos criar a SUDECO, para emprestar dinheiro do FCO com as mesmas dificuldades que o Banco do Brasil impõe hoje, bobagem criar a SUDECO.

Então, eu acho que o fundamental é o seguinte: é importante que seja entendido essa superintendência como instrumento de fomento de desenvolvimento e, portanto, com taxas e com exigências de garantias diferentes daquelas que praticam os bancos comerciais. Sejamos objetivos, hoje o FCO faz *funding* no Banco do Brasil, mas é recurso de mercado praticamente.

Então é fundamental para que a SUDECO se estabeleça que nós discutamos aqui o volume de recursos nos anos iniciais. Eu topo trocar inclusive, pode ser maior do que 25 anos, desde o que volume de recurso inicial, seja razoável e que as formas de financiamento sejam mais facilitadas.

Neste sentido, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria aqui de trazer uma proposta, que é uma proposta antiga da Bancada do Distrito Federal. Nós temos em Brasília o BRB, o Banco Regional de Brasília, aliás, o próprio nome do BRB já sugeria que o banco fosse também, além de banco comercial, uma agência de fomento do Centro-Oeste brasileiro.

No momento em que se rediscute o desenho dos bancos públicos oficiais, podemos encontrar a fórmula adequada no sentido de que a BRB seja o embrião da agência de fomento e, portanto, o guardião dos recursos do Fundo do Centro-Oeste. Eu diria que se chegarmos ao entendimento com o Governo Federal e com o Banco do Brasil, eu até me atreveria a dizer que a SUDECO já tem sede e já poderia ter a agência de fomento criada imediatamente.

A questão é o Governo do Distrito Federal estaria disposto a contribuir, já que é o acionista majoritário do BRB com esta formulação? E eu diria que a resposta é sim, desde que tenhamos condições de aprofundar esses entendimentos com o Governo Federal, com os outros Estados e com o Banco do Brasil.

Isso poderia abreviar o caminho de uma eventual agência, já com pessoal qualificado, com recursos assegurados, com certa tradição de aplicação de recursos e, portanto, facilitando o início das operações de crédito com o FCO, já dentro da SUDECO.

Eu gostaria de deixar essa sugestão, e os Srs. Senadores, Deputados e autoridades do Governo Federal, saberão o momento próprio de nos convocar, os Governadores, para o detalhamento desta proposta, se ela puder ser aceita. Eu agradeço o convite. Também peço desculpas por ter que ir para um outro compromisso, Senadora Lúcia Vânia, mas estarei sempre à disposição sempre que convocado pelos Srs. Deputados e Srs. Senadores... 14h30, no Chinaglia.

Eu queria pedir ao Deputado Federal Osório Adriano e ao Senador Gim Argello, para que nos ajudasse a mobilizar a Bancada do Distrito Federal, no sentido de que estejamos todos juntos lá. Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente eu vou ter que me--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra a V.Exª. , eu gostaria de agradecer ao Governador Arruda pela sua presença e pela sua contribuição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes do Governador sair, eu gostaria de dar uma informação para ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Com a palavra Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Lúcia Vânia, eu sou Relator da MP 443, cujo relatório eu tenho que entregar hoje, sob pena de trancamento de pauta, por isso eu vou ter que deixar essa reunião e ultimar o meu trabalho. Mas antes de fazê-lo, eu gostaria de dar uma informação para o Governador Arruda.

Tem uma PEC de minha autoria, que já prevê inclusive a outorga para outros bancos oficiais, além do Banco do Brasil, incluindo explicitamente o BRB para operar os recursos do FCO. De sorte que eu dou essa informação no sentido de manifestar o meu apoio já de antemão a essa proposta, porque já tenho esse juízo formado. Era essa a informação que eu queria dar a V.Exª.

Senadora Lúcia Vânia, com relação à intervenção do Deputado Carlos Bezerra, eu gostaria ele se ausentou, não adianta eu dar a informação para ele. Ele está aqui ainda? Muito bem. Eu gostaria de fazer a seguinte ponderação e o Governador Arruda foi muito objetivo. O importante agora é votar.

Mas eu gostaria de dizer que o trabalho produzido pela Senadora Lúcia Vânia e, diga-se de passagem, eu tive o prazer de estando na Presidência, exercendo temporariamente a Presidência da CCJ, ter feito a indicação da ilustre Senadora, para ser a Relatora dessa matéria.

E o trabalho que ela produziu foi exaustivo, não foi um trabalho de uma semana, de um mês ou de um semestre, foi um trabalho que se arrastou durante o ano todo. Ouvindo todos os Estados, ouvindo os segmentos econômicos e administrativos e o resultado que foi produzido na verdade corresponde, não só aspirações e necessidades da Região Centro-Oeste como, sobretudo, às possibilidades reais; até porque na sua relatoria e na sua preocupação de ouvir todas às partes ela bateu também nas portas do Governo.

Aqui está o Secretário Bernard Appy, com quem ela negociou, além de outros representantes do Governo, para que a medida não fosse amanhã aprovada e caísse no arquivo morto, como caíram outros projetos nessa mesma direção. Portanto, eu acho que quanto mais inventarmos soluções alternativas, mais vamos retardar esse processo e a única prejudicada com o retardamento é a Região Centro-Oeste.

Eu acho que nós não podemos de forma alguma deixar de aproveitar esta oportunidade, para aprovarmos aquele que é o objetivo, que é uma necessidade premente de toda a região e o Governador Arruda explicitou muito bem: se for para manter recursos do FCO administrados como hoje estão - e nós temos muita autoridade para falar isso porque acompanhamos de perto como tem sido feita a operação via Banco do Brasil - não adiantaria nada fazer e nem recriar a SUDECO, nem criar a agência de desenvolvimento, nem criar banco de desenvolvimento e nem nada, porque os procedimentos atuais precisam efetivamente ser mudados, para que os recursos do FCO cumpram a finalidade que o Legislador Constituinte lhe deu.

Então, ao ausentar-me Sra. Presidente, eu quero dizer o seguinte, vou lá finalizar o meu relatório, mas estarei apostos para cumprir as missões que forem necessárias, nesse desfecho da SUDECO.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Valter Pereira. Passo a palavra ao Exmo. Sr. Silval da Cunha Barbosa, Governador em exercício do Estado do Mato Grosso, que veio representando o Governador Blairo Magas e está acompanhado do Secretário de Estado de Indústria e Comércio e Minas e Energia Exmo. Sr. Pedro Jamil Nadaf. Com a palavra o Governador.

SR. SILVAL DA CUNHA BARBOSA: Obrigado, Senadora. Cumprimento a nossa Presidente Senadora Lúcia Vânia, cumprimento também o Governador Roberto Arruda, cumprimento o Sr. Carlos, ora representando o Governador André Puccinelli e, também o Sr. Bernard Appy. Cumprimento os Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Secretários.

Primeiro, Senadora, agradecer aqui em nome do nosso Governo, o Governo de Mato Grosso, o convite para participar desta audiência. E também, agradecer a senhora e parabenizar pelo trabalho, o empenho, a dedicação de produzir às mudanças que no entendimento do Congresso fortalece a Região Centro-Oeste. É um projeto que tramita na Câmara, no Congresso Nacional desde 2004 e agora, nós estamos lutando e trabalhando, vamos fazer essa audiência com o Presidente da Câmara, ver se nós aprovarmos com algumas alterações necessárias nesse prazo de 15 dias.

Nós entendemos, assim como os Srs. Governadores já pronunciaram que é fundamental a recriação da SUDECO, do fundo, do banco para o desenvolvimento do Centro-Oeste. É uma luta nossa antiga, é uma luta da nossa Bancada, é uma luta do Governo de Mato Grosso nesse sentido; porque os Estados do Centro-Oeste realmente tem que ter um instrumento para corrigir as desigualdades regionais que ainda temos.

Mato Grosso, por exemplo, somos o maior produtor de grãos, o maior produtor de algodão, o maior produtor de carne, enfim, mas com uma enorme deficiência na nossa logística no que toca a infra-estrutura e tudo. E a esperança nossa também é que um instrumento como esse, um fundo como esse, será um instrumento de corrigir essa desigualdade, trazer um instrumento de realizarmos algumas obras importantes, investimentos importantes que nos dê condições de competitividade com os demais Estados.

Aqui foram colocadas várias propostas, parece que não é muito, mas este fundo de aproximadamente 10 bilhões que virá do banco, já é uma carteira interessante para o fomento dentro desse novo instrumento que será criado. É lógico que a briga agora - e eu acredito que a prioridade agora é nós aprovarmos sim, em regime de urgência, fazer essa intervenção junto à Câmara Federal, para nós aprovarmos sim, para ser contemplado ainda, abrir a rubrica no orçamento para 2009, que tem recursos importantes para criarmos esta agência, essa superintendência já fortalecida.

Agora, é lógico diante de tanta... Dessa agonia de aprovar rapidamente, deixo aqui o encaminhamento Presidente de amarrar, porque até 25 anos, nós temos até 25 anos neste recurso que será repassado feito essa transposição. Mas nós teríamos um instrumento seguro, que é o meu encaminhamento, não querendo fazer nenhum tipo de quebra de sigilo e nem nada, mas nos contratos vincendos do Banco do Brasil, que ele migre automaticamente para este fundo, aí sim, eu vejo que é um instrumento interessante.

Porque se não nós sabemos que até 25 anos os recursos que forem entrando, se nós não tivermos um mecanismo que assegure este recurso automático, estes recursos podem ser re-financiados para o próprio banco por mais 25 anos e aí, nós não teríamos a certeza da imigração imediata.

Cumprimento também aqui, acaba de chegar o nosso Governador Alcides Rodrigues, do Estado de Goiás, Estado vizinho, irmão. Então, Senadora fica aqui este encaminhamento, pedimos e contamos com o apoio do Secretário Appy, e essa proposta para nós seria fundamental, no nosso entendimento. Fico aqui na certeza de que às 14h30, nós poderemos avançar muito mais. Desde já muito obrigado pelo trabalho, Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Governador Silval Barbosa, quero aqui anunciar a presença do Governador de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues. Dr. Alcides, já esteve aqui conosco o Governador Arruda, já esteve o Governador Puccinelli, ambos já apresentaram suas posições em relação ao Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste e em relação à SUDECO.

Agora, eu passo a palavra ao Exmo. Sr. Carlos Alberto Menezes, Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria, se possível nós ouvirmos inicialmente as palavras do Governador Alcides de Goiás, porque assim nós terminarmos o desfile dos Governadores e, então, o Secretário falaria, se possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É porque eu estou dando a oportunidade ao Governador que chegou agora, para ele dar uma leitura aqui no que foi dito. Com a palavra [falha do áudio].

DEPUTADO CARLOS BEZERRA (PMDB-MT): Bom, eu quero agradecer a oportunidade, mas eu estou aqui muito mais como observador e enfim para participar do desdobramento desta reunião, uma vez que em nome do meu Estado, o Governo André Puccinelli já expôs sua posição sobre a situação.

Enfim, definiu pelo Estado algumas propostas que eu acredito que já foram recebidas, muito bem aceitas por esse Fórum, que eu espero sejam levada à frente, qual seja a reunião das 14h30. Garantir em primeiro lugar a votação do projeto substitutivo e depois garantir os recursos orçamentários, para o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Era só o que eu tinha a dizer, agradeço a oportunidade mais vez e gostaria de ouvir o nosso Governador de Goiás.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de agradecer a presença do Dr. Christian Schneider, do Ministério da Integração Nacional, que se faz presente aqui que durante todo o período nos acompanhou nessa discussão.

O Sr. Antônio Roberto Albuquerque, do Ministério na Integração Nacional, Ângelo Duarte, também, que durante todo o período nos acompanhou do Ministério da Fazenda, Maurício Doff Sotta, Consultor Jurídico do Banco do Brasil, Helen Cássia do Banco do Brasil, Sérgio Ricardo Miranda do Banco do Brasil, Prefeito

Hélio Goulart de Guiratinga, Mato Grosso e Prefeito eleito Gilmar Domingos.

Com a palavra o Governador de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues.

SR. ALCIDES RODRIGUES FILHO: Sra. Senadora Lúcia Vânia, Sr. Governador em exercício, Silval da Cunha Barbosa, do Mato Grosso, Dr. Carlos Alberto Menezes, enfrentando o Governo do Mato Grosso do Sul, Sr. Secretário Extraordinário da Reforma Econômica Fiscal do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy, Srs. Senadores e demais Parlamentares aqui presentes, Autoridades, Sras. e Srs.

Primeiro cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, pelo seu trabalho pela sua dedicação a um tema importante, também muito caro para nós da Região Centro-Oeste. É sabido por todos que essa luta é longa, vem de há longo tempo e agora nós temos a oportunidade de realmente fazer acontecer. Entretanto, eu acho que temos que ter um estudo bastante claro com relação a não só a discussão deste tema, como também aquilo que vai ser implementado e estudado de forma bastante criteriosa as implicações econômicas sociais, enfim, isso sem dúvida nenhuma vai acarretar.

Eu gostaria de me ater inicialmente a essas considerações iniciais e querendo, Senadora, também participar da outra reunião das 14h00, novamente cumprimentando-a pelo trabalho, pela dedicação e pelas conquistas até o presente momento. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Governador de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues. Eu quero aqui cumprimentar o Secretário de Fazenda de Goiás, Dr. Braga, cumprimentar o Secretário de Planejamento Dr. Oto Nascimento, o Coronel Vaz, desculpe, Coronel me deu branco. É um prazer tê-los aqui, Deputado Federal Roberto Balestra, Ronaldo Caiado, Marcelo Melo e os demais Deputados que já foram mencionados aqui.

Concedo a palavra ao primeiro orador e autor de requerimento Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Srs. Governadores, Exmª. Sra. Presidente dessa Comissão, Sr. Secretário Extraordinário do Ministério da Fazenda, Sras. e Srs. Senadores, Deputados aqui presente.

Embora possamos comemorar a recriação da SUDECO, assim como a do FDCO e do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste, não temos ainda em concreto uma política de desenvolvimento regional da Região Centro-Oeste, o que por certo, será a primeira grande tarefa da SUDECO quando de sua efetiva implementação.

As linhas prioritárias desse Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste já foram estabelecidas no Parecer da autoria da Senadora Lúcia Vânia, que contempla entre outras: a geração de emprego e renda; a universalização do Ensino Infantil, Fundamental e Médio; melhoria das condições de habitação e universalização do saneamento básico, não perdendo de vista a garantia da sustentabilidade ambiental e a redução do custo de transporte dos produtos regionais até os principais mercados domésticos e regionais.

Com isso, vemos que o plano como delineado acima colocará a SUDECO como verdadeiro instrumento de valorização do homem como agente de transformação do meio em que vive e da infra-estrutura, como condição *sine qua non* de um desenvolvimento sustentável para o Centro-Oeste. O próprio termo desenvolvimento soa difuso e vago, quando não acompanhado de uma política pragmática que lhe delineia as ações.

Por desenvolvimento não podemos entender apenas o aumento do PIB da Região Centro-Oeste. Claro que todo o desenvolvimento não pode se considerar o incremento econômico, mas a geração de renda-se reduz a nada degenera em segregação social, se não se fizeram presentes os instrumentos de distribuição dessa mesma renda gerada. Renda mal distribuída não gera riqueza, gera locupletamento.

Bem, diante do indisfarçável regozijo que temos por ver recriada a SUDECO, que aproveitamos essas coisas para aqui trazermos a lume algumas circunstâncias fáticas para que o Plano de Desenvolvimento de nossa região contemple efetivamente os anseios de nossa população.

Eu gostaria só de complementar, Governador Silval Barbosa. A nossa característica é diferenciada, porque o Mato Grosso é hoje - dentro dos Estados Unidos do Centro-Oeste - o que de maior distância possui na sua malha rodoviária até os centros consumidores. E nós realmente no Estado precisamos mudar o perfil econômico.

Nós precisamos integrar um novo sistema produtivo no Estado, envolvendo a pequena agricultura, a agricultura familiar nesse sistema econômico agrícola que está implantado no Estado. Nós devemos mudar e são os consórcios regionais que no seu Governo, o Governo do Governador Blairo Maggi, se instalou esses consórcios que estão mudando e, poderão mudar esse cenário econômico integrado dessas atividades econômicas produtivas.

E esse banco, eu vejo e a superintendência, serão os grandes canalizadores de ações financeiras, de acenos de recursos para nós agroindustrializarmos os Estados; transformar os nossos produtos e dar um novo perfil de renda a todo setor saindo do binômio pecuário e soja, partindo para um novo desenvolvimen-

to sustentável de toda a nossa região, onde atinge o cerrado e também parte da Amazônia.

Então é nesse sentido que eu vejo de suma importância a criação desse banco, que seja realmente um banco de fomento – fomento - e que se utilize os recursos constitucionais também do FCO, para a gente promover esse amplo desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Eu quero dizer que o Senador Gilberto Goellner foi o autor do requerimento, solicitando a presença dos governadores aqui para essa discussão.

Passo a palavra ao Deputado Valdemir Moka.

DEPUTADO WALDEMIR MOKA (PMDB-MS): Senadora Lúcia Vânia, Sra. Governadores que já estiveram aqui, inclusive o Governador do meu Estado, André Puccinelli, Governador Arruda e agora a presença do Governador do Mato Grosso, em exercício, Silval. E, agora o prazer da presença do Governador de Goiás.

Senadora, eu vou ser muito objetivo. Acho que essa reunião na minha avaliação, ela tem que ter como objetivo maior, fazer com que esse projeto seja aprovado na Câmara ainda este ano. O avanço que a Senadora Lúcia Vânia promoveu, foi muito importante e nós da Câmara temos que entender que esse projeto passou por lá, e aqui ele teve os avanços importantes. E um avanço que eu quero entender a presença do Secretário Bernard Appy, com a concordância do Executivo.

Quer dizer, essas modificações podem ir para a Câmara com esse aval e isso é fundamental, porque muitas vezes nós... Eu estou ouvindo aqui. A Câmara não pode mudar mais nada, a Câmara tem que concordar ou não com as alterações que o Senado fez não, há nada que a gente possa fazer nesse momento. Claro que podemos ser contra, mas eu acho um absurdo a Câmara ser contra um avanço e um trabalho magnífico da Senadora Lúcia Vânia.

Então, na minha avaliação objetivamente é nós juntarmos esforços e aqui eu convoco a Bancada Goiânia, do Mato Grosso, a Bancada do Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, para que a gente possa hoje - e eu pré-agendei eu quero deixar claro, eu não consegui falar com o Arlindo, falei só com a sua Secretária e a Solange e com o Mozart, que era fundamental a presença dos quatro Governadores, que isso dar um peso político muito grande e a presença de todos os Parlamentares, hoje, Senadores e Deputados às 14h30, possamos fazer com que o Presidente Arlindo entenda a necessidade da aprovação.

Se nós não aprovarmos esse ano, eu penso que o esforço todo Senadora Lúcia Vânia vai ser em vão. Se aprovarmos, o Relator-Geral do Orçamento - eu tenho dó Senador Delcídio, porque todo mundo está depositando tanta esperança num momento de dificuldade. Mas seria também oportunidade do Relator-Geral do Orçamento alocar recursos que possa dar, aí sim, à SUDECO – e eu me lembro que a SUDECO era presidida pelo saudoso Senador Ramez Tebet, do Mato Grosso do Sul.

Mas eu agora eu tenho que reconhecer que a SUDECO com a criação de um fundo, de uma agência e, possivelmente de um banco de desenvolvimento regional para fazer esse fomento ai, sim, a Região Centro-Oeste vai ter toda uma estrutura capaz de fazer o desenvolvimento dessa que sem dúvida nenhuma, é a região que representa hoje a grande produção sobretudo na área do chamado agronegócios, o Mato Grosso grande produtor de grãos, da carne, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Eu penso Senadora, que nós temos que fazer - e eu até peço ajuda - embora eu tenha colocado lá, além do Presidente Arlindo, que cada Partido aqui - nós já estamos com o futuro líder dos Democratas, se Deus quiser o meu amigo Ronaldo Caiado - mas que a gente possa também fazer esse trabalho junto aos Líderes dos Partidos, para que ainda essa semana, mais tardar a semana que vem, nós possamos votar insisto e termino: esse que na minha avaliação, foi um extraordinário esforço e trabalho da grande Senador do Goiás, Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito obrigado, Moka. Eu passo a palavra agora ao Deputado Osório Adriano.

DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF): Srs. Governadores, Senadora. Eu quero abordar aqui rapidamente, Senadora, dois assuntos extremamente importantes, aproveitando a presença de representantes especialmente os Srs. Governadores, dos Estados que representam essa região.

O primeiro deles eu quero dizer que diz respeito ao Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Eu já participei Senadora de inúmeras, mas inúmeras mesmo, reuniões sobre esse assunto, mas nada acontece, fica só naquela conversa, cheio de sonhos, mas eu não sei, tem Estados mais fortes que não concordam e a coisa não funciona.

Fala-se muito no FCO, olha, eu tenho até que agradecer esse Programa do FCO, mas uma vez eu fiz um projeto nesse FCO e, se meu grupo não tivessem outros negócios quebrava e quebrava porque os juros eram incompatíveis com o rendimento do projeto.

Bom, o que eu quero dizer Senadora, é que o Governador Arruda, foi muito feliz ao fazer uma oferta aqui, que eu acho que é da maior importância. Aqui em Brasília nesse instante está se falando muito - e é a realidade dita pelo próprio Governador - da venda do BRB para o Banco do Brasil, aliás, está na moda.

O BRB tem uma infra-estrutura aqui formidável no centro de Brasília. Com a oferta do nosso Governador, eu acho que nós ganharíamos muito tempo, muito prazo, tanto na questão de prédio e essas coisas também, pelo pessoal já treinado, pronto para tocar qualquer coisa nesse sentido. Nós precisamos de um banco de fomento no Centro-Oeste. Nós precisamos e é urgente.

Então, eu acho que nós temos agora uma oportunidade em aceitando ou estudando, pelo menos, a proposta do nosso Governador, José Roberto Arruda. Outra coisa rapidamente, amigos, só porque estamos todos juntos, é com referência a dita reforma tributária, o boi de piranha.

Prestem atenção, o boi de piranha da reforma tributária, chama-se incentivo fiscal, desculpe o nosso representante do Ministério Público da Fazenda. É o boi de piranha, porque é o incentivo é tido como uma guerra, fala que existe uma guerra aqui, mas eu me lembro bem, estou aqui eu vivo em Brasília mais de 50 anos, Brasília ainda não completou 50 anos, mas eu estou aqui há mais de 51.

O Governo, do nosso Senador Marconi Perillo, que abriu o Estado de Goiás para incentivo fiscal e com isso fez um programa. Ele saiu lá debaixo e hoje está entre os Estados mais progressistas, mas dizem que o incentivo fiscal é guerra de Estados. Não é a realidade e não é verdade, nossos Estados aqui e a nossa região só progride com incentivo fiscal, porque nós não conseguimos, não temos condição de disputar com o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas, todos esses Estados que ficam aí.

Então é um alerta que eu deixo aqui a todos os companheiros, especialmente aos nossos Governadores: incentivo fiscal é que vai fazer o progresso dessa região. Aqui no Distrito Federal se conseguiu não abrir mão do incentivo fiscal, mas apenas de se fazer um empréstimo sem prejuízos para o Estado.

Então esses dois alertas que eu gostaria de deixar aqui, aproveitando essa reunião. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Deputado Osório Adriano e passo a palavra ao Deputado Pedro Henry.

DEPUTADO PEDRO HENRY (PP-MT): Obrigado Senadora Lúcia Vânia pela oportunidade, eu queria cumprimentar a V.Exª. e os demais pares da Mesa, o Governador Silval aqui presente, o Governador Alcides, o Dr. Carlos, que representa o nosso Governador André e, o Dr. Bernardo Appy, que representa o Poder Executivo.

Eu gostaria rapidamente e de maneira muito pragmática Senadora Lúcia Vânia, fazer algumas considerações aqui. A primeira delas é reconhecer nesta oportunidade o gesto do Governo Federal.

O Governo Federal quando mandou essa iniciativa para o Parlamento, admitiu publicamente para a Nação brasileira de que era preciso fazer uma política de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, orientada e com gestão do Centro-Oeste.

Esta é a grande sinalização que o Poder Executivo nos dá quando enviou essa mensagem ao Congresso. E é exatamente isso que pautou a agilidade na Câmara e aqui nós temos que ter a humildade enquanto Deputados de dizer com clareza: não produzimos uma peça tão boa, quanto poderíamos estar produzindo, o Senado nos superou.

O Senado através de V.Exª., Senadora Lúcia Vânia, produziu uma peça Legislativa de melhor qualidade. Conseqüentemente com a oportunidade de ter um resultado positivo para o Centro-Oeste, muito maior do que aquele que foi produzida na Câmara. Então está V.Exª. e o Senado da República de parabéns pela melhoria que promoveram a essa proposta.

Entretanto, acho que cabe a nós nesse momento nos solidarizarmos. Temos agora a possibilidade concreta de este ano ainda, votar e transformar essa peça Legislativa em lei e ter a oportunidade a partir do ano que vem, de tratar de outras nuances que vão ser complementares a essa questão, mas que não exigem o princípio da anualidade como é o caso desse Projeto de Lei; que se não for votado até o dia 30 de dezembro deste ano, portanto, este ano ainda, ela não vai passar a vigorar em 2009.

Então é um desafio sobrenatural um projeto de lei com substitutivo do Senado, saindo hoje desta Casa e indo para a Câmara dos Deputados chegar lá e ainda ser votado este ano. O voto é direto no plenário e os pareceres de Comissões poderão ser dados no Plenário, impossível não é.

Já vimos em outras ocasiões, Senador Marconi Perillo isso acontecer, agora é preciso eficiência política, é preciso determinação, não só dos Srs. Governadores, como a Bancada do Senado dos Estados envolvidos como a Bancada da Câmara dos Deputados; como um envolvimento das lideranças de todos os Partidos do Centro-Oeste que tem representação aqui no Congresso Nacional.

É um trabalho que precisa ser feito com maestria com determinação, porque é um Projeto de Lei Complementar, se não me falho a memória, Dr. Bernard

existe quorum qualificado. O projeto de lei complementar precisa lá na Câmara de 257 votos para aprovar o seu relatório, Senadora Lúcia Vânia.

Então, eu acho que não cabe neste momento que me desculpe a franqueza, não estou abdicando da discussão como Parlamentar jamais faria isso, mas não cabe nesse momento envolvermos outras nuances que não aquela do esforço concentrado pela aprovação do substitutivo elaborado por V.Exª. e aprovado pelo Senado.

Se a gente ficar aqui discutindo a forma do resgate dos créditos do Banco do Brasil, como é que esse retorno desse montante de 10 bi vai voltar para a gente fazer uma... Que prazo que isso vai acontecer, a forma. Eu acho que este não é o momento adequado para se discutir isso, porque isso não é o fundamental nesse momento.

Se nós quisermos ter sucesso nessa empreitada e poder em 2009, começar a detalhar essas outras questões, temos que ser eficientes essas duas semanas. Portanto eu da minha parte digo a Sra. Senadora que está coordenando esse trabalho e de forma habilmente produziu esse substitutivo: vou estar lá, vou também fazer as minhas ações juntos aos meus pares do meu Estado que não tiveram a oportunidade de estar aqui, para mobilizá-los para estarmos lá às 14h30 no gabinete da Presidência.

Acho que todos nós temos a obrigação de sair daqui pegar o telefone e ligar para todo mundo pedir para estar presente, vamos radicalizar. Nós sabemos que as coisas só funcionam com certo radicalismo, vai ter que radicalizar. Além de demonstrar a importância para nós do que é essa medida, nós temos também que usar dos instrumentos regimentais possíveis e imagináveis para que a gente possa conseguir a aprovação disto.

Então, eu acho que neste momento o que cabe a nós é isto. Se nós formos felizes, se nós tivermos sucesso e conseguirmos votar - e vamos ao Presidente da República para que ele possa sancionar e resolver esse gargalo que nós estamos enfrentando ainda em 2009.

Assim eu acho que nós vamos ter um tempo mais elástico para moldarmos melhor as demais nuances que terão que ser detalhadas, para que o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, vamos dizer assim, numa contratualização com o Banco do Brasil definir essas outras questões do tempo de morosidade, se é o fim dos créditos que seria os fatores limitantes.

Enfim, eu acho que a questão nesse momento é nós centralizarmos fogo, então me somo as palavras do Deputado Moka exatamente nesse sentido, nós precisamos ser eficientes e ágeis.

Era isso o que eu queria falar, peço desculpas à senhora e aos demais Governadores e aos meus pares, eu tenho uma audiência agora ao meio-dia, preciso me retirar, mas fiz questão de dar essa contribuição. Muito obrigado. Parabéns mais uma vez Senadora, pelo ilustre trabalho que V.Exª. produziu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Deputado Pedro Henry, quero dizer Deputado que avisar todos os Deputados e Senadores que estão aqui, que duas e meia nós estaremos do gabinete do Deputado Arlindo, do Presidente Arlindo na Câmara dos Deputados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu preciso informar, por uma questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas é duas e meia mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele não sabe disso, mas já está lá com a Secretária e nós vamos ter... Ou fazemos isso ou não vamos conseguir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra [interrupção no áudio] o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Prezada Senadora Lúcia Vânia a quem cumprimento pela liderança, nesse processo. Prezado Governador Alcides Rodrigues Filho, Governador do nosso querido Estado de Goiás, Governador em exercício, Silval da Cunha Barbosa, Prezado Dr. Carlos Alberto Menezes, representando aqui o Governo do Mato Grosso do Sul, Dr. Bernard Appy. Quero cumprimentar a todos os Parlamentares, Senadores e Deputados na pessoa da nossa liderança, Senador Marconi Perillo, grande liderança de toda essa região.

E dizer na minha alegria de ver a possibilidade de ainda este ano, aprovarmos um instrumento tão importante para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Não há dúvida nenhuma que a Região Centro-Oeste é talvez a região hoje mais dinâmica do Brasil.

E, no entanto, ela tem um grande desafio, de fazer com que o desenvolvimento nessa região se dê de forma integrada, se dê de forma articulada e se de forma coordenada, para que os benefícios atinjam o conjunto da população, o desenvolvimento possa ser realizado com distribuição de renda e com preservação ambiental.

E eu quero destacar alguns instrumentos deste projeto de lei que precisa ser aprovado ainda este ano pela Câmara. Em primeiro lugar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Como disse essa região ela tem um potencial enorme no que se refere a agroindústria, no que se refere ao turismo, ao que se refere à necessidade da agregarmos valor a toda a produção dessa região.

Isso tudo precisa ser feito de forma articulada e há necessidade de um plano que defina, de forma muito clara as prioridades, diretrizes, os objetivos prioritários de toda essa região, depois o instrumento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste; que além do FCO mais voltado ao financiamento das atividades produtivas de caráter privado, é muito importante que tenhamos um instrumento de financiamento da infra-estrutura de toda essa região; infra-estrutura de logística, de transporte de energia; de comunicações, absolutamente fundamental para garantir o desenvolvimento dessa região ao longo dos próximos anos.

Agora gostaria de chamar a atenção para dois aspectos duas missões colocadas aqui na SUDECO, no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico da região e ao ordenamento territorial e daí a necessidade de se fazer este desenvolvimento de forma articulada.

Ora, essa região tem uma grande vocação agrícola, uma grande vocação pecuária, toda a fronteira de agroenergia brasileira passará sem dúvida alguma pela Região Centro-Oeste, o que poderá trazer inúmeros benefícios ou não. Nós temos aqui nessa Região Centro-Oeste mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser utilizados na produção agropecuário, pode ser utilizados na produção de alimentos, na produção de energia, sem avançar sobre novas fronteiras de cerrado.

Para isso precisamos ter o quê? Precisamos ter inovação e o financiamento dessa inovação, que possam estimular os produtores a ampliar significativamente a sua produção nas áreas já antropizadas de cerrado.

Daí também a importância de que ao mesmo tempo de se investir no desenvolvimento científico e tecnológico, se garantir o ordenamento territorial através do zoneamento ecológico e econômico, para definir claramente quais são as regiões que estão aptas para serem utilizada para determinadas produções. E, o Estado deve prover instrumentos para isso, instrumentos creditistas, instrumentos de extensão tecnológica, enfim, de diversos instrumentos que estão em poder do Estado.

Portanto, eu quero saudar, considero que a aprovação da SUDECO, a efetivação da SUDECO como instrumento do desenvolvimento regional é da maior importância. Quero dizer que o PSB e o Bloco se associam ao esforço dos demais Partidos, para que hoje à tarde consigamos do Presidente Arlindo Chinaglia o compromisso de votarmos a proposta ainda esse ano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg e passo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Obrigado Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria em primeiro lugar cumprimentá-la, pelo brilhante trabalho que vem realizando no sentido de se tornar realidade um instrumento tão importante para o Centro-Oeste e eu sei que seu trabalho foi fundamental para que isso viesse a acontecer, para nós não nenhuma surpresa, sabendo da sua capacidade e do seu dinamismo.

Cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Governador de Goiás, Governador amigo, Alcides Rodrigues, cumprimentar aqui todos os Parlamentares presentes e dizer, realmente da preocupação. Eu concordo muito com as palavras do Deputado Pedro Henry, que nós temos que ser objetivos nessa questão, nós não podemos nesse momento embora respeitando as opiniões de outros colegas, ficar discutindo outras questões onde vai ser banco, onde vai ser empregado este ou aquele recurso.

Precisamos primeiro aprovar esta lei e, para isso precisamos ter um trabalho como disse o Deputado Moka, rápido, a partir já de agora à tarde junto ao Presidente Arlindo Chinaglia. A Câmara está prestes a entrar em período de recesso e há vários projetos que estão pautados e, nós precisamos convencer o nosso Presidente da importância que tem esse projeto para o País, não para o Centro-Oeste.

O Centro-Oeste está se tornando realmente o celeiro deste País, está se tornando âncora inclusive da estabilidade econômica do Brasil e nós temos que ter muito uma preocupação muito grande com a Região Centro-Oeste. Então, eu acho que não é interesse da nossa região é do País, é uma situação que transcende outras questões que estão sendo pautadas lá na Câmara e nós precisamos convencer o Presidente Arlindo dessa necessidade.

Então estamos aqui eu e o Deputado Moka que somos do PMDB, fazendo uma pressão do nosso líder para ser uma decisão de Partido, aqui nós temos a maior Bancada na Câmara Federal do PMDB. Temos a obrigação de mobilizar através do nosso líder, o Deputado Henrique Eduardo Alves o nosso Partido com relação a essa questão tão importante.

O Deputado Moka já falou do nosso futuro Líder dos Democratas o Deputado Ronaldo Caiado e, também, futuro Líder do PSB, o nosso querido amigo, Deputado Rodrigo Rollemberg, que também pode ter uma participação importantíssima nessa questão.

Então, Senadora Lúcia Vânia eu só pedi a palavra para manifestar a minha alegria e a minha satisfação com o trabalho que a senhora vem realizando pelo

nosso Estado, pela nossa região e pelo nosso País, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada Deputado Marcelo Mello. Eu passo a palavra ao último orador, agora é o último mesmo, Ronaldo Caiado.

DEPUTADO RONALDO CAIADO (DEM-GO): Obrigado pelo espaço que me foi concedido. Eu quero não só cumprimentá-la, Senadora como também a toda a Mesa, na figura do nosso Governador do Estado, Alcides Rodrigues os demais colegas, Senadores, Deputados Federais a todos os Secretários do Governo que acompanham aqui o Sr. Governador, como da nossa Assessoria.

Dizer a V.Exª. que já a conheço há muito tempo, isso sem dúvida alguma, vai ser um ponto marcante no seu *curriculum*, Senadora. Sem dúvida alguma, V.Exª. está alavancando aqui que está Constituição de 1988, o art. 43 da Constituição. Veja bem, o quanto o Centro-Oeste está desarticulado politicamente.

O Nordeste tem a SUDENE, o Norte tem a SUDAM, e nós até hoje não conseguimos instalar e concretizar a SUDECO. E o que é mais grave, outra norma constitucional também que é descumprida há 20 anos, Sra. Senadora, que é exatamente os 20% da irrigação que não é repassado aos Estados do Centro-Oeste.

Só nessa verba os Estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal, têm cinco bilhões de reais a receber numa ação que foi dada entrada no Supremo Tribunal Federal. Então isso sem dúvida alguma, eu quero agradecer as palavras elogiosas do meu amigo Moka como também do Marcelo – e dizer que estou lutando muito para poder chegar a liderança do Partido.

Mas pode ter certeza absoluta que nós vamos fechar questão hoje na reunião da Bancada, agora duas horas da tarde, vou pedir ao líder que assim encaminhe já que nós queremos produzir uma pauta positiva na Câmara dos Deputados, está aí a pauta positiva.

Uma pauta de apoio ao setor produtivo primário. Uma pauta de apoio a todos aqueles incisos do art. 4º, que V.Exª. muito bem descreveu aqui, quais são as funções da SUDECO nesse período, não só de instalação para reordenar essa estrutura no Estado de Goiás e também no Centro-Oeste, que vão sem dúvida nenhuma, ser os alavancadores de um processo de desenvolvimento desse País não é, verdade?

E pergunto: se o Governo traz uma ferrovia Norte e Sul para poder levar o quê, se nós não tivermos ali um apoio e um incentivo a essa região? Nós temos que poder associar essas funções da SUDECO, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e também com essas instalações que nós saberemos produzir com rapidez.

Acho que o momento é não só de extrema alegria, é um grande Natal que nós vamos poder dar a todo o povo do Centro-Oeste, a perspectiva de nós dizermos em alto e bom som: que é até que enfim nós demos conta de aprovar este projeto que sem dúvida nenhuma, está toda a sociedade de Goiânia e mato-grossense e do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, ansiosa por vê-la se concretizar.

Senadora, estaremos lá na audiência, que pela ligação e o prestígio do meu companheiro Valdemir Moka, eu tenho certeza que ele fará acontecer com o Presidente Arlindo Chinaglia. E tenho certeza que nós também o sensibilizaremos com a presença dos nossos Governadores e demais Governadores que estiveram aqui, de que sequer uma pauta positiva para o Congresso nessa hora, não é de se meter em PEC de Medida Provisória: é exatamente de aprovar um projeto de lei complementar onde precisaremos - e não podemos corroer o risco - de 257 votos favoráveis a essa matéria no plenário da Casa.

Muito obrigado, meus cumprimentos extensivos a todos e parabéns pelo seu trabalho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado. Eu gostaria de registrar aqui a sensibilidade da Ministra Dilma Roussef, que sempre foi uma entusiasta da Região Centro-Oeste.

Em nenhum momento ela deixou de dar apoio e dizer da importância, tanto da agência de fomento que nós chamamos de banco pelo dispositivo constitucional, como também pela recriação da SUDECO.

Então eu gostaria de deixar isso bem registrado, pelo apoio que tivemos da Casa civil; o apoio que tivemos do Ministério da Fazenda; o apoio que tivemos do Ministério integração nacional; o apoio que tivemos do Banco Central, e do Banco do Brasil que nos acompanhou durante um ano nessa discussão.

Eu gostaria de perguntar à Mesa se alguém quer fazer algum comentário?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, pela ordem, Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu não me inscrevi porque já tive a oportunidade de debater este assunto exaustivamente aqui na CDR, no Plenário da Casa, também à época em que fui Governador, especialmente porque hoje é o dia nós ouvirmos os Governadores, ouvimos o Dr. Bernard Appy, mais uma vez e temos a honra de recebê-los aqui.

Ao Governador Alcides as nossas boas-vindas, aos demais Governadores, e falará por nós goianos,

com certeza, o Governador Alcides. Muito obrigado a V.Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes do encerramento pelo Governador, perguntaria ao Dr. Appy e aos Governadores se gostariam de fazer alguma observação.

SR. BERNARD APPY: Eu acho que foi bastante produtiva essa audiência, tratar de algumas questões que foram colocadas aqui. O Governador Arruda trouxe a idéia de transformar o BRB em um embrião desse Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, dessa agência de fomento eu realmente não sei se isso é factível ou não, existe de fato uma discussão do Banco do Brasil com o BRB para incorporação ou aquisição do BRB pelo Banco do Brasil.

Certamente toda a parte comercial, a idéia é que essa agência de fomento não tem uma parte comercial é um banco de desenvolvimento é uma agência de fomento. Como eu falei, a idéia tem uma estrutura bastante enxuta e nesse sentido eu não sei se é factível. E trouxe uma idéia que talvez possamos trabalhar, eu realmente não sei se é factível essa idéia.

A idéia era fazer, tem uma questão que a idéia é que esse banco de desenvolvimento seja de capital integral da União. O Banco do Brasil tem acionistas minoritários e obviamente isso não sei se cabe dentro dessa negociação que está sendo feita hoje, e nem sei se é o ideal do ponto de vista da criação dessa agência. De qualquer jeito a própria Senadora na discussão com o Governo está dizendo que o banco de desenvolvimento teria sede em Brasília, afinal a estrutura toda já está aqui.

O Senador Valter Pereira, trouxe a questão de que tem uma PEC que delega a outros bancos a operação com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento Centro-Oeste, do FCO. Eu só queria dizer aqui, que o projeto que foi aprovado pela Senadora aqui da SUDECO, na verdade, já faz alterações a Lei 7827, não apenas relativas ao Centro-Oeste, mas relativas aos fundos constitucionais como um todo, ampliando a possibilidade de utilização dos repasses de recursos para outras instituições.

Também queria lembrar que na verdade o BRB, por exemplo, já recebe recursos do FCO através repasses do Banco do Brasil, hoje, isso já faz parte da forma de operação do FCO. Com relação a questão da transição do Banco do Brasil, volto a falar, nós vamos ter um pedido de discussão.

Mas apenas lembrando, uma questão que eu não coloquei é uma questão importante, quer dizer as pessoas falam dos 10 bilhões de reais de estoque que existe hoje no Banco do Brasil, mas o fluxo do FCO é de 1 bilhão e 400 milhões de reais por ano; ou seja, apenas o fluxo já é um montante bastante importante quando você está falando de uma instituições nova que estaria começando a funcionar que seria desse BDCO.

Não ainda querer jogar um volume monumental que ele não tem capacidade de operar é importante começar aos poucos a operar. E, o montante de recursos que tem no fluxo, já é uma montante bastante relevante dentro do desenho que está sendo proposto.

E aqui eu volto a falar, quer dizer, todo o trabalho que está sendo feito é para ver se chega a uma posição de acordo entre o Executivo e o Legislativo, que certamente facilita muito a aprovação do projeto que eu acho que é bastante positivo para todo mundo.

Tem um ponto aqui que o Deputado Osório Adriano colocou com relação à questão dos incentivos fiscais, Deputado eu não vou entrar aqui num debate sobre a questão dos incentivos fiscais, que a gente chama de guerra fiscal. Eu apenas queria destacar dois pontos, Deputado.

O primeiro é que de fato, no início os incentivos foram uma forma de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País e foram funcionais nesse sentido, nós reconhecemos o problema é que com o passar do tempo eles se generalizaram. Hoje todos os Estados desenvolvidos e não desenvolvidos praticam e, aí sim, eu chamo de guerra fiscal, porque quando todo mundo pratica acaba chamando de guerra fiscal. E mais, isso muitas vezes é feito para... Um Estado sempre concede incentivo para instalar aquilo que naturalmente não se instalaria nesse Estado.

Então nós temos, eu não vou dar aqui nomes, mas por exemplo, eu tenho Estados ricos do Sudeste do País que concedem incentivos para atração de frigoríficos, que naturalmente deveriam estar no Centro-Oeste, que é onde estão os bois. Isso para mim mostra a disfuncionalidade desse sistema de incentivos que nós temos hoje e é por isso que nós estamos propondo ter uma desmontagem ao longo desse projeto da reforma tributária.

Obviamente nós entendemos que não é possível simplesmente desmontar o sistema de incentivo que nós temos hoje e não colocar nada no lugar. E é por isso que nós estamos discutindo mudanças na política de desenvolvimento regional, dos quais aquilo que está sendo discutido hoje aqui é uma parte desse projeto de mudanças na política do desenvolvimento regional.

Uma parte é aquilo que nós estamos discutindo hoje no que diz respeito ao Centro-Oeste, a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO está dentro do espírito da reforma tributária; a recriação da SUDECO; a mudança na forma de gestão do Fundo Constitucional do Centro-Oeste está dentro do

espírito de revisão da Política de Desenvolvimento Regional; a criação de recursos que são relevantes para o financiamento de Fundos Estaduais de Desenvolvimento, que poderiam ser inclusive utilizados como mecanismos de atração de empresas está dentro do desenho de reforma tributária.

Nós entendemos a importância de ter mecanismos de desenvolvimento, entendemos a importância que esses mecanismos de desenvolvimento contemplem condições para que possa ter o desenvolvimento de novas empresas nas regiões menos desenvolvidas do País. Mas entendemos que o mecanismo que existe hoje, esse mecanismo de incentivos fiscais, esse mecanismo se tornou disfuncional hoje.

Ele foi funcional no passado, hoje ele se tornou disfuncional quando a gente olha o conjunto do País e é por isso que nós estamos propondo mudar esse sistema. Eu não vou aqui entrar em detalhe, poderíamos ficar aqui Deputado uma hora discutindo eu terei todo o prazer em recebê-lo, se o senhor quiser me visitar para discutir essa questão.

Mas só responder que esse é um ponto importante dentro do desenho, não é o único, mas é um ponto importante dentro do reforma tributária. Acho que os demais temas na verdade já foram colocados é uma questão política muito grande que é dos Parlamentares não é nossa, que é da urgência na votação do projeto da SUDECO.

Do ponto de vista técnico de fato nós participamos da discussão e acredito sim, que teve avanços importantes aqui no trabalho feito pela Senadora, pelo Senado Federal, na discussão desse projeto. Obrigado Senadora, mais uma vez, pelo seu convite.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela poder Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eminente Governador Alcides, do Estado de Goiás, eminente Governador em exercício, Silval Barbosa, Sr. Representante do Governador do Mato Grosso do Sul, Prezado Dr. Appy.

Eu queria antes de mais nada, manifestar aqui naturalmente o meu apreço e o meu carinho pela nossa Relatora desta matéria que fez um trabalho exemplar, diante naturalmente da recriação da SUDECO. Eu entendo particularmente que é fundamental Appy, para a nossa região do Centro-Oeste do Brasil.

Quase nada nos resta nessa região em termos de instrumento e mecanismo que permita naturalmente o desenvolvimento dessa vasta região rica do Brasil, todavia se nasce uma nova perspectiva com a recriação da SUDECO.

Agora me chama muito a atenção de que lamentavelmente alguns instrumentos ou mecanismo que o próprio Congresso Nacional tem procurado tomar nesses últimos tempos não tenha levado a efeito na sua concretização. Para exemplificar aqui eu acabei de sair da Comissão de Assuntos Econômicos como membro titular e ali nós aprovamos em caráter autorizativo ao Poder Executivo, 46 criações de novas ZPE's no Brasil.

V.Exª. é de ter conhecimento de que na década de 1989, foram aprovadas através de Decreto 17, ZPE's, lamentavelmente hoje nenhuma delas está ainda sendo concluída a título de seu funcionamento pleno, para nós buscamos com certeza um novo equilíbrio inter-regional no Brasil.

Eu particularmente acho que a criação da SUDECO ela é fundamental, tendo em vista que a nossa região tem contribuído sobremaneira com a grande produção nacional e acima de tudo, contribuído sobremaneira também com a balança comercial. Agora fico muito preocupado é que nesse primeiro instante o próprio FDCO não tem recursos ainda com fontes garantidas.

V.Exª. numa de suas entrevistas tem dito que após a conclusão, ou seja, da concretização da maturação da reforma tributária é que nós poderemos apontar uma fonte perene para irrigar naturalmente os recursos que nós desejamos para esse fundo.

Agora eu acho de fundamental importância que o Governo também tenha um mínimo de sensibilidade, no sentido de ainda, neste Orçamento da União proposto para o ano, alocarmos pelo menos 300 a 400 milhões de reais para que essa esperança, esse sonho que nós temos torne-se uma realidade. Caso contrário é uma falsa que se cria, tendo em vista que a própria ZPE ele é apenas de autorizativo, isso depende do Conselho, depende da boa vontade do Poder Executivo.

Se o Governo Federal através da Presidência da República, não tiver naturalmente um bom relacionamento com os Governos Estaduais ou com as próprias Prefeituras, isso é a aquela velha história: me engana que eu gosto. Então nós estamos muito na expectativa deste SUDECO, caso contrário fica muito difícil com certeza, nós ficarmos nesse marasmo o tempo todo.

Evidentemente o trabalho que a relatora Senadora Lúcia Vânia fez foi um trabalho realmente minucioso, em conjunto com suas equipes do próprio Ministério. E particularmente eu espero que isso possa tornar realidade o ano que vem: desde que haja uma boa vontade por parte do porte Executivo.

Eu quero fazer apenas duas indagações bem rápidas para o senhor, com a devida vênia e permissão da nossa querida Senadora. Tornando-se premissa,

como a premissa melhor dizendo, o fato de que a região Centro-Oeste colhe 50.4 milhões de toneladas de cereais, colocando-se como a segunda maior região produtora do País, com uma área total de 1 milhão 604 mil metros quadrados e com uma população de apenas 12 milhões de habitantes; algo visivelmente desproporcional a produção relativa das demais regiões. O que V.Exª. dá idéia de elevação de 2% atualmente previsto para taxa de administração do FCO?

Segunda pergunta: Qual a opinião de V.Exª. sobre o impacto proporcional gerado entre os 18 bilhões previstos pela reforma tributária a ser encaminhado para este Congresso em março do ano que vem, do Fundo de Equalização para repor as perdas de arrecadação dos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e a dotação de um entendimento ideal do FDCO, estimada pelo menos em 500 milhões de reais?

Essas duas indagações eu gostaria que o senhor me respondesse, se possível, evidentemente. Muito obrigada Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Appy.

SR. BERNARD APPY: Bom, eu acho que o Senador Jayme Campos trouxe várias questões aqui, primeiro com relação a questão dos recursos para o FDCO, eu acho que a discussão de orçamento é uma questão do Congresso Nacional, tem que se definir prioridade.

O que eu acho importante é que estamos criando instrumentos, estamos criando condições de alocar os recursos e volto a falar. A discussão de orçamento é a disputa por recursos escassos entre várias prioridades.

Acredito que a Bancada do Centro-Oeste tem interesse em alocar recursos para o FDCO, como mecanismo de desenvolvimento da região, acho isso absolutamente pertinente. No bojo da reforma tributária aí sim, existe a idéia de ter recursos vinculados para aplicação através do modelo do FDCO, tanto para o Centro-Oeste, como e para o Norte também que esses estão previstos sim, dentro do modelo da reforma tributária.

A questão de novo aqui é a discussão da distribuição desses recursos para o desenvolvimento regional, entre aqueles recursos que vão ser transferidos para a União para esses Fundo de Desenvolvimentos que vão ser geridos pela SUDECO, SUDENE e SUDAM e os recursos que são transferidos para os Fundos Estaduais de Desenvolvimento, que é onde se concentra a demanda dos Governadores que é absolutamente compreensível, diga-se de passagem.

Obviamente a União tem o montante total de recursos ele é limitado que é o custo para a União dessa política de desenvolvimento. Tem que ser feita uma discussão de qual é a melhor forma de ser feita alocação desses recursos entre esses vários instrumentos disponíveis, o que nós não podemos é olhar para um e não olhar para outro, temos que olhar para o conjunto.

E queria deixar claro, por enquanto que não existe, quer dizer, que diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento Regional, nos Fundos Estaduais o que tem alocado hoje são 4 milhões e 700 tem uma demanda um volume maior de recursos que está sendo avaliado pela União.

Não é um montante pequeno não, são recursos novos que estão sendo colocados dentro desse desenho, portanto, não existe aqui, volto a falar, Senadora uma definição quando vem para o FDCO, quanto vai. Tem uma discussão sim, que a União faz do conjunto dos recursos que tem que ser decidido como é que deve ser distribuído entre esses fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e os fundos estaduais de desenvolvimento.

Com relação a questão do Fundo de Equalização de Receita, que o senhor colocou, tem uma preocupação grande de alguns Estados do Centro-Oeste com relação ao modelo, que seja um modelo que dê segurança para os Estados que a reforma tributária não vá prejudicá-los.

São duas coisas diferentes: um é o Fundo de Desenvolvimento Regional que é uma coisa e o Fundo de Equalização de Receitas que é o mecanismo de compensação por Estados que eventualmente tenham perdas com a transição da origem para o destino que resulta da reforma tributária.

Nós estamos exatamente nesse momento fazendo a discussão com o Secretário de Fazenda de um desenho que dê segurança para eles com relação a esse fundo. Quer dizer, inclusive os Secretários do Centro-Oeste já foram convidados para uma reunião para fazer essa discussão, com o Governo Federal que vai ser levada depois obviamente para o Relator para a Câmara dos Deputados, caso nós consigamos chegar a um acordo.

Quero dizer que essa é uma preocupação que nós temos, temos sempre esse problema de ver o que se faz na Câmara e o que se faz no Senado. Se pudermos trabalhar nesses três meses que nós temos até março, a Câmara conjuntamente com o Senado na discussão da reforma tributária, seria excelente do nosso ponto de vista para poder quando chegasse no Senado Federal o projeto ser votado com a maior agilidade possível e já com uma discussão previamente feita entre a Câmara e o Senado.

E com relação a taxa de administração do FDCO aqui realmente eu não veja muito... O FDCO no modelo que está no projeto da SUDECO é o modelo para aplicação de recurso a fundo perdido, foi incluída lá uma taxa de administração de 2% que iria para a SUDECO dentro desse modelo. A rigor recurso orçamentário ele não para financiamento, ele até ser para funcionamento, mas ele pode ser utilizado a fundo perdido.

Então a rigor para nós sequer é necessária essa taxa de administração, porque o recurso é orçamentário da mesma forma.O recurso do FDCO e o recurso administrativo da SUDECO os dois são recursos orçamentárias o que precisa ter é uma estrutura. Porque um recurso orçamentário que seja suficiente para manter a Administração da SUDECO de preferência o mais enxuto possível, claro, óbvio para ser eficiente.

E efetivamente eu não vejo necessidade de mudar essa taxa de administração, a rigor, a rigor, eu não vejo nem necessidade da taxa de administração dos recursos do FDCO. Isso é diferente quando a gente fala do FDA e o FDNE que existe hoje, porque lá são recursos para financiamentos; dali está retirando uma parte do recurso para poder ser aplicado a fundo perdido dentro da SUDENE e da SUDAM.

No caso do FDCO ele é um recurso a fundo perdido já no modelo está colocado, então é indiferente se você tem recurso administrativo para a SUDECO ou recurso para o FDCO, não vejo muita necessidade de discutir essa taxa de Administração. Eu acho que esse é um tema no desenho como foi feito, não é um tema que seja relevante nesse caso.

Volto falar que estamos a disposição, quer dizer temos feito uma discussão principalmente através da Senadora Lúcia Vânia, mas estamos abertos a essa discussão. O Governo não só o Ministério da Fazenda, o Ministério da Integração que está aqui representado tem tido uma participação muito importante nessa discussão da política de desenvolvimento, da estrutura da política de desenvolvimento do Centro-Oeste.

E estamos abertos à discussão que seja necessária, sempre estamos abertos à discussão com os Parlamentares que tiverem interesse em discutir esses temas. Obrigada Senadora, desculpe de estender, mas eu tive um conjunto de questões para responder.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de perguntar se os Governadores tem algum comentário a fazer, com a palavra a Governador Alcides.

SR. ALCIDES RODRIGUES FILHO: Sra. Senadora, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputados, Secretário de Estado, Srs. Governadores aqui, representantes de Governador, Secretário Bernard.

Bem, eu disse na minha fala inicial que o tema da recriação da Superintendência do Centro-Oeste, a SUDECO, é um termo bastante caro para nós dessa região. E é verdade eu acho que neste momento nós temos que envidar todos os esforços para sua aprovação. E aquilo que às vezes seja polêmico de criação de um banco ou de agência de fomento seja a posteriori, mas ela é importante é uma aprovação importante.

Ela sempre foi a mola mestra em tempos pretéritos do desenvolvimento da Região Centro-Oeste brasileiro, nós crescemos e desenvolvemos graças a muita coisa, primeiro a luta dos empreendedores da região e de outros que vieram se somar aos locais. Mas também a Excelência das terras, a perenidade de seus mananciais, posição estratégica, clima bastante definido, que proporcionou uma grande produtividade do setor agropastoril brasileiro nesta nossa região.

Hoje nós temos que procurar verticalizar a nossa produção, agregar valores e é para isso que nós estamos trabalhando. E este é um modelo, a recriação da SUDECO é uma mola propulsora deste desenvolvimento que todos nós queremos.

Nós temos a SUDENE, a SUDAM tão bem lembrada pelo Deputado Caiado há poucos instantes e não temos a nossa SUDECO. E isso demonstra claramente, e ele tem razão, da desarticulação do Centro-Oeste brasileiro quanto às suas reivindicações, até porque nós temos alguma coisa que reza constitucionalmente que nós ora ainda não tivemos o direito.

Eu sugeriria até quem sabe até o Fundo de Irrigação que os Estados do Centro-Oeste têm direito e que não foram repassados por vários motivos, para que seja quem sabe, uma parte dele direcionado para essa agência ou para instituição a ser criada como recurso para os seus passos iniciais.

Mas ela é primordial para o desenvolvimento para o crescimento econômico da nossa região que precisa realmente de instrumentos para o seu crescimento maior ainda. Há outros Estados brasileiros que ao longo da história tiveram não só incentivos, mas apoio constitucional, apoio político.

E a hora é essa Senadora de termos essa aprovação com a luta de todos. E termos também dividendos positivos para o desenvolvimento desta importante região e para o povo que vive nela, que, diga-se de passagem, o Senador disse há pouco instante é bastante pouco com relação a sua dimensão territorial, que é uma dimensão quase continental.

É isso que eu gostaria de dizer. O Estado de Goiás já estudou essa matéria, é favorável, estamos aqui com o Secretário de Planejamento com o Secretário da Fazenda. Queremos somar juntamente com os outros Governadores, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e

também do Distrito Federal, para que nós possamos ter êxito nessa luta.

É uma luta de todos capitaneada pela Relatora aqui no Senado, Senadora Lúcia Vânia, a quem novamente cumprimento pela sua luta e pela sua garra, aliás, uma marca registrada sua. Muito obrigado pela atenção, até mais tarde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Até mais tarde, Governador. Como a Senadora Serys Slhessarenko chegou atrasada--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Cheguei três vezes, já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Três, vezes, está bom.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Quatro vezes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Em primeiro lugar pedir desculpas, mas nós estamos com o Ministro numa Comissão. Nessa Comissão, eu sou Relatora de um projeto extremamente importante, está cheio de gente lá, e aí já viu aos olhos do povo o Relator não estar lá fica difícil.

Mas quero dizer, Senadora Lúcia Vânia, que eu acredito que esse momento é um momento impar realmente, um trabalho todo que a senhora fez, acho que já foi tão elogiado, não precisa eu... Eu só vou assinar embaixo dos elogios todos, para não ter que repetir.

Realmente a sua atuação foi determinante, a senhora sempre trabalhou junto com todas as bancadas, dentro do possível e dos limites nossos principalmente. Eu queria aqui até justificar a ausência do Deputado Abicalil e da Deputada Telma, eles pediu que a gente justificasse, eles não estão aqui em Brasília, estavam já com outros compromissos.

Dizer da importância, já esteve aqui o Governador Arruda, o Governador Puccinelli, que agora está aqui representado por um de seus Secretários. O Governador Alcides, nosso Governador em exercício, querido Governador de Mato Grosso, Silval, Barbosa, esse aí tem que ser uma deferência especial, porque ele é nosso de Mato Grosso. O Appy eu costumo dizer que é a figura que realmente faz a diferença na nossa história.

E dizer que essa questão da SUDECO já foi dito inclusive pelo próprio Senador Jayme Campos que estava falando a hora que eu entrei aqui da importância, mas desde que a gente consiga realmente fazer as coisas acontecerem, porque agora a lei já tem, a recriação está posta.

Esperamos que seja aprovada ainda esse ano e, que as ações começam a entrar e ação, quer dizer e nós temos o FDCO, termos o banco que é agência, mas é o banco, aliás, que eu estou Relatora. Sabemos que não vai ser uma tarefa fácil, mas que são proposições que estão emergindo e que estão determinantes para realmente a conquista do desenvolvimento com sustentabilidade da nossa região.

Uma região riquíssima, uma região de potencial gigantesco, por onde a gente anda a gente tem essas informações. Eu cheguei do México a semana passada, eu estive no Japão a poucos meses, dos lugares mais distantes aos não estão distantes, quando você fala dessa região, todos são unânimes em dizer que é uma região promissora e é um potencial muito grande.

A gente não vai disputar é óbvio o potencial de riqueza, industrialização etc., de uma Sudeste e de uma Sul, com uma Centro-Oeste, mas se você for disputar o potencial, a possibilidade de avanços que nós temos é muito grande. Porque alguns já cresceram e estão num patamar por aqui e podem crescer mais um pouquinho, mas nós estamos aqui e podemos crescer muito.

Então, eu acho que essa questão, estes mecanismos, estes instrumentos que estão sendo buscados e viabilizados um esforço grande das bancadas como um todo e dos Governadores no dia de hoje também. Isso é fundamental é determinante e os reflexos vêm aí.

E eles vão surtir frutos sim, Senadora, às vezes a gente apanha, sofre por aqui, eu sei quanto a senhora trabalhou e batalhou no relatório da SUDECO e sei o quanto eu também vou trabalhar no do banco, mas são questões que vão dar frutos, se não hoje é amanhã, ou depois de amanhã, mas um dia eles vão assegurar com certeza com que esta região seja a grande região produtora da sua vocação. A sua vocação.

E nós temos vocação mais ou menos determinada e esse planejamento tem que ser feito por quem gesta e, por quem vai gerir e, com certeza, a SUDECO. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada Senadora Serys. Eu quero agradecer ao Jayme Campos, que foi um companheiro de todas as horas nessa discussão, a Senadora Serys, Senador Marconi Perillo, o Senador Goellner que também tem ajudado bastante.

Agradecer aos Deputados que aqui estiveram Osório Adriano, o Deputado Roberto Balestra, os demais que aqui se pronunciar. Agradecer a equipe do Senado da República e da Consultoria, especialmente o Dr. Ricardo Miranda, que tem sido o nosso braço direito aqui, o Dr. Márcio.

Agradecer a equipe do meu gabinete e agradecer a equipe muito especial de todos os Governadores, eu sei que as agendas dos Governadores são agendas

muito solicitadas, no entanto todos estiveram aqui e todos demonstraram a importância desta recriação da SUDECO e conseqüentemente do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Agradeço ao Dr. Appy, que tem sido o nosso braço direito, esquerdo, a cabeça deste projeto que, às vezes, é muito duro na negociação, mas está sempre acessível e sempre fácil para o diálogo.

Não havendo nada mais a tratar declaro encerrada esta sessão, agradecendo ao Secretário de Fazenda e de Planejamento aqui presentes.

Sessão encerrada às 12h25.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 26ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e oito, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **NEUTO DE CONTO** e **MARCONI PERILLO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GERSON CAMATA, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESSARENKO, IDELI SALVATI, FRANCISO DORNELLES, INÁCIO ARRUDA, RENATO CASAGRANDE E JOSÉ MARANHÃO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Jayme Campos, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano, Osmar Dias, Romero Jucá, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, João Tenório, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 19, de 2008 – CRA**, aprovado em 12.11.2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e **Requerimento nº 46, de 2008 – CI**, aprovado em 13.11.2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Eliseu Resende, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados: **Exmo. Sr. Pedro Brito do Nascimento** – Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República **(SEP/PR); Sr. Fernando Antonio Brito Fialho** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - **ANTAQ; Sr. Luiz Antônio Fayet** – Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA; Sr. Nelson Carlini –** Diretor do Centro de Navegação Transatlântico - **CENTRONAVE**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Francisco Dornelles, César Borges, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Ideli Salvati. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e quarenta de seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente da CI e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO,** PRESIDENTE DA CRA. – Senador **MARCONI PERILLO**, PRESIDENTE DA CI.

COMISSÃO DE REGORMA AGRÁRIA E COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 2008 - CRA, aprovado em 12 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e Requeri-

mento nº 46, de 2008 - CI, aprovado em 13 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Eliseu Resende, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados, que desde já convido para comporem a mesa: o Exmo. Sr, Dr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República; Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ); Dr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Dr. Nélson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA/CGM Transportadora de Containers.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós então de imediato passamos a palavra ao Ministro Pedro Brito do Nascimento para colocar as suas considerações sobre esta Audiência Pública.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito bom dia a todos. Meu caro Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputados Federais.

Para mim é um prazer poder estar hoje aqui numa Reunião Conjunta de duas Comissões de grande importância para o país, no Senado Federal, discutindo um dos assuntos da maior relevância para o desenvolvimento do Brasil, que é o setor portuário. Eu entendo com muita clareza que o setor portuário brasileiro é responsável em grande parte pela competitividade da economia do Brasil e, naturalmente, responsável também pela competitividade do setor de agrobusiness no Brasil. Eu reputo que na cadeia logística brasileira, o elo portuário é o elo fundamental para o desenvolvimento da agricultura brasileira, para o desenvolvimento do agrobusiness e para o desenvolvimento do país. Tenho essa consciência muito clara e tenho trabalhado com toda a minha equipe na Secretaria Especial de Portos, sob a determinação do Presidente Lula, no sentido de reequipar o sistema portuário brasileiro. E apesar do pouco tempo, um ano e meio basicamente, o que nós já reconstruímos no setor portuário brasileiro, juntamente com toda a comunidade portuária, com os usuários, com os exportadores, com os importadores, com os investidores na área portuária, tem de fato começado a mudar de forma importante esse elo da cadeia logística brasileira.

Somente num dos aspectos, que era apontado, com justiça, como um dos graves do ponto de vista de gargalo portuário, a questão de dragagem, hoje o Brasil tem um Programa Nacional de Dragagem para os seus vinte portos mais importantes, já iniciado, já em execução. Nós já estamos concluindo, até o final deste ano, a dragagem, a primeira fase da dragagem do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, que é um dos portos mais importantes do Brasil. Estamos em fase de licitação da dragagem do Porto de Recife, cujas propostas já foram abertas, eu estou vendo até aqui o presidente do Porto de Recife, e vamos, na próxima semana, portanto, já dar início também à dragagem do Porto de Recife. Estamos em fase de licitação com a dragagem do Porto de Santos, que é o maior porto da América Latina, é o maior porto do Brasil, responde por 25% do fluxo total de movimentação do nosso montante de exportações e importações, e só a dragagem do Porto de Santos já mudaria todo o fluxo de tráfego de navios no país. Lá nós vamos dragar para 15 metros e alargar o canal para 220 metros, e isso em conjunto com o sistema de controle de tráfego automatizado vai permitir, inclusive, o tráfego em mão dupla de navios, o que vai aumentar, só essa providência, só essa providência vai aumentar em 30% a capacidade de movimentação de carga do Porto de Santos.

E tudo isso, o mais importante de tudo isso é que foi feito a partir de uma mudança legislativa, uma mudança no marco regulatório que permitiu que nós saíssemos de uma dragagem, que antes era feita na forma de se contratar por um determinado volume a ser dragado, para uma dragagem por resultado, o que significa que, por exemplo, no caso de Santos, essa profundidade de 15 metros, ela vai ser mantida de forma permanente em um contrato de longo prazo, a partir do que possibilitou essa mudança legal. Isso aí muda definitivamente o paradigma dos portos brasileiros na questão da capacidade que todos os portos vão ter para receber navios cada vez maiores. E não só no Porto de Santos. A licitação do Porto de Rio Grande, é outro porto fundamental para o país, também já está em processo, já está com data prevista para ser aberta a licitação, que já está em andamento.

Nós vamos lançar ainda este ano, ainda este ano as licitações dos Portos de Fortaleza, de Aratu, de Salvador, a segunda fase do porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itajaí, cujo processo vai ser modificado em função dos desastres recentemente acontecidos. Eu estive na semana passada lá em Itajaí, nós vamos fazer uma dragagem de emergência, já na próxima semana nós vamos estar dando a ordem de serviço, Senador, para que a dragagem comece imediatamente, e em noventa dias nós vamos concluir a dragagem de Itajaí. Nós já vamos poder ter o Porto de Itajaí operando daqui há cerca de vinte dias, com uma capacidade ainda parcial, mas logo imediatamente o Porto de Itajaí estará operando com a dragagem que nós vamos fazer. Além disso, também já vamos dar ordem de serviço na pró-

xima semana para a recuperação dos dois berços que foram destruídos pelas enchentes.

Eu estou dando isso como exemplo para mostrar que as providências práticas para a mudança objetiva da situação portuária no Brasil estão sendo tomadas, isso em relação a obras de dragagem, em relação a obras de reaparelhamento dos portos brasileiros.

Podemos mencionar também outras providências importantes, como a questão do reporto, que foi já aprovada no Congresso, que é uma importante medida para garantir a capacidade de investimento do setor portuário. Estamos no momento com uma licitação internacional para contratar uma empresa que vai fazer o planejamento portuário brasileiro para os próximo vinte anos e, diga-se de passagem, um dos grandes gargalos dos portos brasileiros era a completa ausência de planejamento. Nunca se fez planejamento nos portos brasileiros que definisse as possibilidades de investimento, seja da iniciativa privada, seja do setor público, e nós estamos então já com esse processo de licitação em andamento, o que vai garantir para os próximos anos uma visão objetiva, uma visão planejada da situação portuária de todo o Brasil em função, naturalmente, da demanda. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo diante das expectativas, diante das demandas do mercado. O planejamento é para atender os exportadores e importadores do Brasil.

Nós estamos no momento com uma completa profissionalização no setor portuário brasileiro, nós temos hoje em todos os portos do Brasil competentes profissionais do mercado, executivos treinados e recolhidos do mercado portuário que estão fazendo toda essa gestão portuária, alguns dos quais aqui presentes, tudo isso dentro dessa nova visão do Poder concedente, que é o Estado brasileiro, em relação aos nossos portos.

E estamos assistindo um grande número de investimentos acontecendo no Brasil inteiro. Nós hoje temos projetos de expansão em todos os portos do Brasil, desde o Porto de Vila do Conde, no Pará, até o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estão acontecendo projetos de investimento em todos os portos brasileiros. Somente para citar alguns exemplos, no caso de Santos, que é o nosso porto mais importante, nós temos já em andamento um grande projeto de expansão, que é a EMBRAPORT, com investimento de 650 milhões de dólares, que vai aumentar em 1/3 a capacidade de movimentação de containers do Porto de Santos. Na semana passada eu recebi em audiência o Presidente da segunda maior empresa de containers do mundo, que é a MSC, que garantiu para o Brasil, apesar da crise internacional pela qual nós estamos passando, garantiu para o Brasil investimentos de 1 bilhão e 600 milhões de dólares e mais um terminal dentro do Porto de Santos, um terminal que vai movimentar 1 milhão e 100 mil containers, além de um terminal de granéis líquidos. Então são projetos de expansão que estão acontecendo no momento para o Brasil, investimentos que já estão em marcha. Somente no caso do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, nós temos cerca de dez projetos, dez consultas de projetos de novos investimentos no Porto de Itaguaí. Estamos com uma grande expansão lá em Vila do Conde. O Porto de Itaqui, no Maranhão, está recebendo dois novos terminais para granéis. O Porto de Salvador, na Bahia, está recebendo uma expansão em mais um terminal de containers. O Porto de Rio Grande também está recebendo novos investimentos em novos terminais. Então nós estamos assistindo há vários projetos que estão em implantação no Brasil em termos de novos investimentos no setor portuário.

E temos tido a preocupação de manter um contato permanente com todos os setores, com todas as atividades empresariais no Brasil inteiro, e também com a classe trabalhadora, que tem certamente uma grande parte de mérito pelo sucesso e pela resposta que o setor portuário brasileiro tem dado ao grande crescimento do fluxo de comércio internacional que o Brasil experimentou nos últimos anos. Em 2000, por exemplo, o fluxo total de comércio internacional do Brasil era de 100 bilhões de dólares. Pulou em 2007 para 282 bilhões de dólares. Esse ano, para 320 milhões de dólares. 90% disso passam pelos portos e os portos estão dando conta do recado sem que haja nenhum problema mais grave no atendimento de toda essa demanda.

Existem, inclusive, até mesmo em algumas situações, até mesmo investimento. Eu estive, por exemplo, em Santos, há quinze dias atrás, em um dos grandes terminais de granéis do Porto de Santos, o TGG, que tem do seu lado uma área aprovada para a expansão, aprovado pela ANTAQ, aprovado pelo Governo, e esse projeto de expansão está sendo postergado por falta de carga que no momento justifique essa nova expansão.

Eu tenho procurado, em todos os Estados, em todas as visitas constantes que eu faço aos portos brasileiros, ter uma intensa conversa e uma intensa negociação com todas as Confederações de Empresários, com todas as Federações de Empresários, e esse trabalho tem sido feito em comum acordo com a Confederação, por exemplo, da Agricultura. A Senadora Kátia Abreu me recebeu há algum tempo atrás lá na Confederação Nacional de Agricultura, onde nós pudemos discutir o que é que poderíamos fazer em conjunto e permanecemos integralmente abertos a

essa possibilidade. Eu me lembro que nessa reunião foi definido até o nome do Fayet, que está presente aqui na Mesa, como sendo a pessoa de interlocução com a Secretaria Especial de Portos. Queremos, precisamos e acho que é mandatório se fazer esse trabalho em conjunto com a Confederação Nacional de Agricultura, com a Confederação Nacional da Indústria, com a qual também tive várias reuniões, e do mesmo jeito estamos fazendo um trabalho de comum acordo com a Confederação Nacional da Indústria, e todo esse planejamento do setor portuário brasileiro, ele não pode, naturalmente, ser feito sem essa relação direta, sem essa conversa diária, sem esse trabalho permanente com as diversas Confederações que representam os interesses ou dos exportadores ou dos importadores brasileiros.

Antes de entrar diretamente na discussão do Decreto, eu gostaria de pontuar uma coisa que é importante, que é uma premissa do nosso trabalho. É que o modelo portuário brasileiro é um modelo que é semelhante ao modelo do mundo inteiro. Em toda a parte do mundo os portos são públicos, são equipamentos públicos. Não há praticamente cessão. Se nós pegarmos o norte da Europa, o Porto de Rotterdam, na Holanda, o Porto de Hamburgo, na Alemanha, o Porto de Antuérpia, na Bélgica, que eram há alguns anos atrás os maiores portos do mundo, Rotterdam era o maior porto do mundo há dez anos atrás, hoje não é mais, porque os portos da Ásia assumiram essa liderança como os maiores portos do mundo, mas todos esses portos do norte da Europa são portos públicos pertencentes, na sua grande maioria, às municipalidades. Por exemplo, o porto de Rotterdam, ele pertence ao Município de Rotterdam, 66% ao Município de Rotterdam, e o restante ao Estado da Holanda, à União. E assim são os demais portos do norte da Europa, todos são portos públicos pertencentes à municipalidade. Os portos da Europa, digamos, Latina, tipo Barcelona, na Espanha, Le Havre, na França, os portos da Itália, todos também são portos públicos, no caso pertencentes aos Governos Estaduais. Por exemplo, o Porto da Catalunha, o Porto de Barcelona, é um porto pertencente ao Governo da Catalunha. O Porto de Valência é um porto pertencente ao Governo da região de Valência. Então todos os portos europeus são portos públicos, com exceção, a única exceção é a Inglaterra, onde os portos são privados.

No caso da Inglaterra, a Inglaterra não tem grandes portos, os portos da Inglaterra são pequenos quando comparados aos demais portos da Europa. Eu estive recentemente em Salf Hampton(F) – 0:18:49, que é o maior porto da Inglaterra, que é a metade de Santos. Lá na Inglaterra os portos são privados, embora pequenos, mas mesmo assim, mesmo assim, Senador, nenhum porto, nenhum investidor pode chegar e dizer: "Olha, eu vou colocar o meu porto aqui". Todos esses portos passam por um longo processo de estudo por parte do Governo e são autorizados ou não depois de um longo estudo por parte do Governo. O próprio senhor(F) – 0:19:17 do Porto de Salf Hampton(F) me disse que num projeto de expansão que eles demoraram oito anos, com estudos, com análise de viabilidade, no final o Governo não aprovou e o porto não foi expandido. Então mesmo na Inglaterra, que é o único caso no mundo onde os portos são privados, há um longo processo de aprovação dentro do Governo.

Quando nós vamos para os Estados Unidos, observamos o mesmo modelo, todos os portos nos Estados Unidos são portos públicos. O Porto de Nova Iorque é um porto público pertencente ao Estado de Nova Iorque. O Porto de Los Angeles é um porto público pertencente ao Estado da Califórnia e assim por diante. Todos os portos americanos são portos públicos.

Todos os portos asiáticos são portos públicos. O maior porto do mundo, que é o Porto de Xangai, que hoje movimenta quase 30 milhões de toneladas de containers, é um porto público onde apenas dois operadores fazem a movimentação dessa quantidade gigantesca de containers.

Então esse modelo de porto público, portanto, é um modelo de sucesso no mundo inteiro. Claro que tanto lá como aqui a propriedade dos portos, embora sendo do Governo, não dá ao Governo a operação portuária. Toda a operação portuária é privada, como é aqui no Brasil. Então o Porto de Santos, é um porto público, mas toda a operação do Porto de Santos é uma operação privada. No Brasil o Estado não opera um grama de carga. Toda a operação portuária no Brasil é feita pelo setor privado. O Estado, seja a União, seja os Governos Estaduais, seja o Governo Municipal, nenhum Estado, nenhum ente público faz a operação portuária. Toda a operação portuária é privada e todos os investimentos são privados, naturalmente sob regime de licitação, sob regime de arrendamento, como determina a nossa Constituição.

Portanto, embora esse modelo seja um modelo público, é o chamado *landlord port model*, que é o modelo do mundo inteiro, a operação é sempre privada e os investimentos dos equipamentos e nessa operação são sempre investimentos privados, naturalmente obedecendo à Constituição brasileira que determina que seja feita licitação para prestação de serviço público.

Então esse é o modelo e eu quis fazer essa introdução para entrar na discussão específica do Decreto, que é objeto da nossa Reunião, porque naturalmente esse Decreto, ele assume essas premissas e o Decre-

to, naturalmente, ele não tem nenhum poder de mudar a Lei. O Decreto, ele, como é definido, o Decreto, ele apenas normatiza a Lei, normatiza a Lei 8.630, que é a Lei dos Portos, utilizando, naturalmente, também, o que disciplina a Lei de Licitações e a Lei de Concessões. O Decreto, portanto, ele não cria nenhuma novidade, o Decreto não adiciona coisas novas no marco regulatório porque não é instrumento para isso. O Decreto é um instrumento de regulamentação e assim nós fizemos. O Decreto, ele regulamenta a Lei 8.630, que é Lei dos Portos, e naturalmente busca subsídios na Lei de Licitações e na Lei de Concessões. E, claro, o fundamento maior, a nossa Constituição, que determina que todo serviço público seja licitado para ser concedido à iniciativa privada.

Então o Decreto, ele é bastante amplo do ponto de vista de definição de políticas públicas. O Governo, através do Decreto, define, portanto, muito claramente quais as suas políticas públicas para o setor portuário brasileiro.

A primeira definição, e aí essas definições todas tiveram como objetivo prático retirar dúvidas que existiam no mercado, dúvidas que estavam impedindo, inclusive, investimentos privados, que é o que nós desejamos que aconteça, que é o que nós queremos estimular e que é exatamente o que o Decreto faz, estimular investimentos privados. E, claro, dentro do regramento da Lei, obedecendo aos princípios legais e obedecendo à Constituição brasileira. Nós não poderíamos criar nenhum instrumento que estimulasse investimentos privados sem obedecer ao marco regulatório existente. Qualquer outro instrumento diferente desse tem que passar pelo Congresso e tem que haver uma mudança ou constitucional, se for o caso, ou uma mudança legal.

O Decreto, em primeiro lugar, ele retira uma das grandes discussões que tinha no mercado, que era a questão de definição de carga própria e carga de terceiros, que agora não existe em canto nenhum do mundo. Cabe aos portos, como modal de logística, promover a rápida e eficiente e a mais barata possível, dar fluidez nas cargas de uma determinada economia, de uma determinada região. Então se a carga é própria ou carga de terceiros, isso não importa, isso não tem nenhuma relevância. O que importa é que nós temos que ter portos que possam ter a competência e a eficiência necessária, inclusive para reduzir e para dar competitividade aos nossos produtos. Então, em primeiro lugar, o Decreto dá essa clareza, dá essa clareza legal. Quando ele diz, por exemplo, que os terminais privativos, e hoje no Brasil já são 124 terminais privativos, o Dr. Fernando Fialho da ANTAQ certamente tenha esse números aí mais precisos, porque cabe à ANTAQ dar essas autorizações, mas hoje o Brasil já tem 124 terminais privativos. Esses terminais privativos, agora definidos com muita clareza, eles atendem ao interesse específico de uma determinada empresa que precisa ter seu porto para operar. Um terminal privativo, portanto, é um equipamento que é uma extensão do negócio da empresa. O terminal privativo, ele faz parte da estratégia de investimento, da estratégia de negócios de uma determinada empresa. São os casos claros da Vale, da Petrobrás, da Bunge, da Cargill e de muitas outras empresas que precisam ter seus portos como parte do seu processo produtivo. O porto, nesses casos, é um centro de custos, não é um centro de ganhos, não é um centro de lucros da empresa, é um centro de custos. O porto, nesta situação, como eu já disse, faz parte do processo produtivo da empresa. Portanto, nesses casos, o Governo continua autorizando, dentro do processo simplificado, quaisquer pedidos de terminais privativos que cheguem ao Governo, que cheguem à ANTAQ para serem analisados. Serão autorizados imediatamente. O nosso interesse é que quanto mais empresas precisando ter portos tiverem, melhor para nós e nós vamos autorizar rapidamente. Não é isso, Dr. Fernando Fialho? Dentro do que a Lei determina. Agora está muito claro que terminal privativo, repetindo, que é importante essa diferença, é aquele que faz parte do processo produtivo na empresa. Nós não podemos admitir, como estava começando a acontecer, que se usasse essa possibilidade legal do terminal privativo, para atender uma necessidade específica da empresa, como um atalho para se ter outros tipos de terminais que não aqueles previstos em Lei para atender a empresa como sendo... fazendo parte do seu processo produtivo.

Outra coisa que nós clarificamos também foi a questão de como a iniciativa privada pode participar, deve participar e será sempre incentivada a participar dos portos brasileiros, como aliás está acontecendo no dia-a-dia. Todo dia eu recebo vários empresários e vários investimentos que estão acontecendo no Brasil, mesmo apesar da crise, na expansão portuária brasileira. Mas o que nós definimos no Decreto, que aliás é um preceito constitucional, é que neste caso nós temos que fazer uma licitação e, naturalmente, que não vejo por que se temer o processo licitatório, que é algo constitucional e democrático e que deve acontecer mesmo em nome da transparência, em nome de que as coisas sejam feitas numa disputa clara por quem tenha interesse de investir no setor portuário brasileiro. Então neste aspecto o Decreto também é muito claro e define com precisão que qualquer investidor poderá apresentar ao Governo sua proposta de investimento, que nós iremos analisar, e se estiver de acordo com

o planejamento portuário brasileiro esse porto será submetido a um processo de licitação e o porto será, portanto, administrado pela iniciativa privada.

Nós criamos então no Decreto a possibilidade de novos portos organizados, administrados pela iniciativa privada, desde que se faça a licitação. O que nós eliminamos foi aquela possibilidade de alguém ter um porto para containers, por exemplo, com uma simples autorização, sem que haja uma disputa, sem que haja uma concorrência, sem que haja uma licitação, e essa concorrência pode começar imediatamente. Nós já estamos concluindo, vamos concluir até o final deste ano essa modelagem de licitação em conjunto com a ANTAQ, aliás, hoje à tarde nós vamos ter mais uma reunião que vai discutir essa modelagem de licitação, e o nosso plano é já em janeiro, já no próximo ano, no início de ano, já estar com essa modelagem pronta, de sorte que qualquer projeto que for apresentado ao Governo possa, imediatamente, se submeter a esse processo de licitação. Nós não precisamos, necessariamente, esperar pelos 180 dias que a ANTAQ tem de direito para preparar o Plano de Outorgas.

O Plano de Outorgas é aquele plano que vai definir, ao longo do país, todos os locais em que há necessidade de portos e que tipo de porto. Esse Plano de Outorgas é que vai orientar a Política de Governo, como poder concedente, como definido pela Constituição, aqueles locais onde poderão haver investimentos portuários e que tipo de porto, mas independentemente do Plano de Outorgas isso está claro para o mercado, está definido para o mercado, a partir de janeiro nós já poderemos colocar em licitação quaisquer projetos que sejam apresentados para essa licitação.

E nós não imaginamos que esse processo de licitação seja feito de forma onerosa, como alguém critica. Na verdade nós não temos ainda esses critérios, esses critérios estão sendo definidos. O que nós estamos caminhando é para um modelo e nós vamos inclusive discutir com o mercado isso, mas o que nós estamos caminhando é discutir para ter um modelo onde exista, talvez, alguma parcela de outorga, que vai compor um fundo para financiar investimentos na atividade portuária, que se busque um preço público módico, que a nossa principal preocupação é que os portos, prestando serviços públicos, possam ter preços módicos, então essa vai ser uma preocupação, bem como cláusulas contratuais de desempenho determinando a esses portos regras de competição, determinando a esses portos critérios e objetivos para avaliar a sua competitividade e, principalmente, pela natureza pública do serviço que ele presta. Então essa modelagem está sendo preparada no sentido de incentivar que esses investimentos sejam feitos e nós procuraremos, portanto, ter um modelo que não seja necessariamente um modelo oneroso, um modelo que vá tirar a competitividade do setor privado. Ao contrário, nós queremos é dar um modelo de licitação que dê alta competitividade ao setor portuário brasileiro.

Então esse, na verdade, é o principal item em discussão no Decreto. Nós fizemos uma série de discussões antes da publicação do Decreto com todo o mercado portuário, que pode dar a sua opinião, pode dar a sua contribuição, pode dar a sua interferência ao longo da formulação do Decreto, e depois da publicação do Decreto já tivemos várias discussões e não encontramos, por parte dos investidores, nenhum tipo de problema que venha a afastar os investimentos privados. Ao contrário, nós temos recebido com insistência várias propostas de investimento e esperamos que já no início do próximo ano nós estejamos aptos a colocar no mercado as propostas de investimento que nos forem apresentadas.

Eu queria, Senador, sem abusar do tempo que o senhor me concedeu, apresentar essas primeiras considerações sobre o Decreto e, naturalmente, ficar à sua disposição, à disposição do Plenário para o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Pedro Brito. Nós queríamos também anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Márcio França, líder do PSDB, e também dizer que esta Audiência Pública é conjunta com a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, onde o seu Presidente, o eminente Senador Marconi Perillo, já se encontra também na Mesa e deverá a partir de agora presidir essas nossas Reuniões. Portanto, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, ilustres convidados, Senadora Kátia Abreu, Senador Eliseu Resende, autores dos requerimentos, demais Senadores aqui presentes, convidados.

É com grande interesse que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura participa conjuntamente desta Audiência Pública. Nós temos um interesse grande de debater exaustivamente a questão dos portos, porque na nossa opinião ainda é um dos gargalos para a competitividade do Brasil.

Agradeço a manifestação do Exmo. Sr. Ministro Pedro Brito e tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Senador Marconi Perillo, Senador Neuto de Conto, Ministro Pedro Brito, Srs. e Sras. Senadoras, Senadores, Deputados, senhores e senhoras.

É mais uma vez uma satisfação, Senador, estar presente aqui nessa Comissão para discutir um tema de tamanha importância para o desenvolvimento do país. E essa oportunidade, eu acho uma oportunidade muito interessante, porque junta duas Comissões que têm aí uma inter-relação muito forte. Na ANTAQ nós temos procurado trabalhar valorizando fundamentalmente a discussão e aprimorando cada vez mais essa discussão para que nós possamos avançar na construção de um arcabouço regulatório mais interessante para o país. Nós temos como papel de agência reguladora criar as normas, fazer as outorgas, tanto na área portuária, como na área de navegação, e na área de navegação interior.

Aproveitando inclusive para fazer um parênteses e aproveitando que as duas Comissões estão juntas, eu quero, nesse parênteses, reiterar a nossa firme determinação de que nós continuemos perseguindo a utilização plena das nossas hidrovias. Para o setor do agronegócio brasileiro é fundamental para a competitividade e para a manutenção da competitividade, até para que isso funcione como um programa de distribuição de renda no campo, que nós tenhamos a utilização das hidrovias de maneira mais marcante, mais forte, assegurando que na implantação dos novos projetos hidroelétricos nós tenhamos a implantação das eclusas em conjunto, para que nós, com isso, tenhamos aí um cenário de utilização plena dos vários Mississipis que o Dr. Faria sempre menciona, que nós temos nesse país, que estão à disposição e que ainda são muito pouco utilizados para assegurar a nossa competitividade.

Mas indo mais diretamente com relação ao Decreto, eu acho que o Ministro Pedro Brito fez os comentários preliminares de forma muito precisa. Eu queria apenas acrescentar alguns dados que nós estamos avaliando e consideramos importante.

Eu acho que o Decreto trouxe um aspecto de planejamento. Ficou muito claro, primeiro, ficou muito claro a forma que o Governo Federal, a política pública para o setor portuário delineada pelo Governo Federal. O Decreto foi uma determinação da política pública para o setor. Nessa linha, e esta política, ela veio consolidando a visão do Governo de que a prestação de serviços deve ser efetuada primordialmente nos portos públicos, e nessa linha trouxe, em conjunto, a visão de planejamento, incorporação do planejamento, valorizando o Plano Geral de Outorgas, valorizando os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento dos Portos. O Plano Geral de Outorgas que nós estamos já avançando. Celebramos, inclusive, um convênio de cooperação com o CENTRAN para nos apropriarmos da base de dados, com a devida atualização, que o CENTRAN utilizou na formulação para o PNLT, o Plano Nacional de Logística dos Transportes, em função disso definindo regiões logísticas e identificando origens e destinos de cargas, para que com esse dimensionamento de origens e destinos de cargas e com a avaliação da capacidade portuária instalada hoje, nós possamos identificar quais são efetivamente as novas demandas que vamos precisar e aonde vamos precisar de novas instalações portuárias para prestar serviço ao país e contribuir no aumento da corrente de comércio, como vem acontecendo nesses últimos anos.

Um elemento importante é o que Plano Geral de Outorgas, a despeito de incorporar esse aspecto de planejamento e de que ele traz no seu bojo a identificação das regiões logísticas e das demandas naquelas regiões logísticas, é importante salientar que com relação a terminais privados, que são por si só originadores de carga e que têm projetos industriais atrelados, esses serão analisados considerando o projeto industrial atrelado, o projeto de produção atrelado, no caso do agronegócio no projeto de produção primordialmente.

No caso dos portos públicos, além dos portos que serão concessionados a partir da identificação dessa necessidade, dessa demanda, também há a oportunidade de que o Governo, por uma decisão de indução de desenvolvimento, decida implantar numa determinada região um novo porto e, com isso, induzir o desenvolvimento de uma determinada região. Aliás, nós temos discutido, junto com o Ministro Pedro Brito, junto com a Casa Civil, um porto no sul da Bahia que tem essa característica, de indutor de desenvolvimento. Então esses aspectos são aspectos relevantes.

Na questão dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento, considerando que o foco é no porto público, nós temos no Decreto uma definição que para nós traz uma definição muito importante quanto à questão dos arrendamentos. Os arrendamentos têm sido praticados e entendidos como alienação de patrimônio público. Aliás, isso foi um pleito que nós vínhamos discutindo já algum tempo e ficou muito claro de que arrendamento não é alienação de patrimônio público. Isso era entendido dessa forma porque os portos se encontravam no PND e acabou sendo considerado como se fosse alienação de patrimônio público, quando na verdade é cessão onerosa de uso de bem público, porque assim a verdade é. O arrendamento nada mais é do que o leasing de uma

área durante vinte e cinco anos, prorrogáveis por mais vinte e cinco, para a instalação de um negócio prestador de serviço. Então nessa linha acredito que conseguiremos, a partir dessa definição, também incorporar uma maior celeridade nos processos de arrendamento, o que vai, com isso, contribuir para a melhor utilização da infra-estrutura pública existente para que nós possamos potencializar a utilização delas.

Outro aspecto importante é que dentro também da infra-estrutura existente há a demanda e a necessidade, e também está de forma clara, a vontade política, a determinação de que nós venhamos a modernizar as instalações públicas existentes. Modernizar trazendo, incorporando as novas demandas de mercado, que modificou, eu acho que o Dr. Carlini deverá falar a respeito do novo cenário de embarcações que passam a navegar na costa brasileira, nos portos brasileiros, e isso demando um aprimoramento não só de equipamentos, mas até em alguns casos de adequação de área com relação aos terminais existentes.

Outro aspecto importante, que eu acho que é fundamental relatar e o Ministro já mencionou que estamos trabalhando numa nova modelagem, inclusive com uma discussão em conjunto com o BNDES, para criar uma formatação que venha de forma mais célere possível atender a demanda de mercado, é que dentro desse aspecto de que se modifique a visão patrimonialista, nós estamos trabalhando no sentido de identificar o melhor formato que privilegie o usuário, que privilegie a redução efetiva de custo para o usuário. Quando eu falo a visão patrimonialista, é que as licitações em geral têm ocorrido no sentido de arrecadar o máximo possível para a União, para as autoridades portuárias. No entanto isso onera, no futuro, as tarifas a serem praticadas, porque é um componente financeiro. A remuneração desse capital tem que ser considerado depois para os investidores. Então é um aspecto importante que nós estamos trabalhando no sentido de tentar mudar a visão e, definido o rumo dessa política, a ANTAQ também vai trabalhar na elaboração da norma para a licitação de concessões.

Baseado também no que delineou o Decreto, nós estamos, além do Plano Geral de Outorgas, estamos finalizando a revisão da Resolução 517 e da Resolução 55. Queremos, nos primeiros meses do ano, já colocar em Audiência Pública essas duas Resoluções para que nós possamos, o mais rápido possível, finalizar esse processo, e vem sendo discutido longamente com a sociedade, aliás, é importante ressaltar que não é um processo simples a mudança de uma norma pelo simples fato de que mexe com direitos, mexe com interesses, e nós temos procurado fazer isso com o maior equilíbrio possível, dentro da maior previsibilidade da ação que se requer de uma agência reguladora, e é com esse equilíbrio que nós temos procurado honrar a confiança que, através dessa Comissão, o Senado nos concedeu e que temos, junto na diretoria e colegiado, conduzido as nossas ações.

Eu acho que, como premissas iniciais, eu quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição para mais esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Fernando Fialho, Diretor da ANTAQ, pela exposição, e concede a palavra ao Sr. Nélson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA Transportadora de Containers.

SR. NÉLSON CARLINI: Muito obrigado, Sr. Presidente, muito grato, Sr. Ministro, é um prazer estar aqui, estou convocado, eu estou vindo do lado privado tentar mostrar um pouquinho da nossa angústia quanto às necessidades de novos investimentos. Esta apresentação é por demais técnica, eu acho que a gente tem que concentrar-se em alguns problemas.

A situação atual. O Brasil atingiu o estágio que tem hoje em dia em evolução do seu comércio exterior, que algumas medidas foram tomadas há dez, quinze anos atrás, e a transferência para a operação privada dos terminais públicos foi gradativa e ela deu resultado. Ela deu resultado em termos de grandes investimentos que aconteceram pelas empresas privadas, após licitação, melhoria da eficiência, melhoria da efetividade da produção e redução de custo. Isto aconteceu, o Brasil foi capaz, portanto, de enfrentar, de vender melhor os seus produtos, de movimentar com mais rapidez o produto. O que acontece? Aconteceu do Brasil, nessa evolução, ter atingido um patamar de esgotamento das instalações existentes. Então o modelo de transferência das áreas públicas dos portos para os privados fazerem melhorias, se esgotou, se esgotou, fisicamente esgotado, se ocupou tudo que podia, se colocou equipamento onde podia e isto não consegue ser mais repetido este modelo, são necessárias novas áreas.

O problema hoje em dia é que nós estamos tendo quando demora nas operações, os navios esperam bastante tempo, o problema de dragagem está sendo enfrentado, os navios devem evoluir, aumentar o seu tamanho para baixar custo de frete, a competição para aumentar precisa que novas companhias prestem serviço de transporte, você precisa de mais berços de atracação, lugar para atracar navios. O Brasil, o sul do Brasil, o sul e o sudeste hoje em dia, tendo toda a sua capacidade esgotada, você não consegue estabelecer novas linhas de navegação. Eu estou me referindo aos navios containers. Tudo aquilo que se refere a granéis sólidos e líquidos, as soluções dadas pelo Vale do Rio

Doce, estatal então, e pela Petrobrás, ainda estatal, são perfeitas. Eles têm a solução perfeita para os seus produtos. Nem sempre eles movimentam apenas suas cargas, também cargas de terceiros, certo? Então a Vale do Rio Doce tem aí exportação de minério e importação de carvão para as usinas que transitam pelas suas instalações e ela é autorizada por isso.

O que se procura nos containers dos manufaturados, no que se chamava de carga geral no passado, são soluções flexíveis como esta, permitir que investidores privados possam fazer investimentos e venham a prestar serviços, além das suas cargas próprias, para aumentar o quê? A eficiência das instalações e aumentar a capacidade de competição entre os terminais. A capacidade de competição entre os terminais é essencial, porque ela é o balizador certo do custo dos serviços e na melhoria do comércio interior do fluxo de cargas.

Quando se cita Rotterdam, se cita o mundo inteiro, que o Governo está lá e etc., é tudo do ponto de vista do Governo, tudo que foi dito é coerente, é certo e é defensável. Rotterdam não faz licitação pública para transferir os terminais para os operadores. São transferidos apenas por projetos, por capacidade de produção, por capacidade de executar a operação. No Brasil, quando se fala em licitação, a mim vem sempre à memória, como o senhor disse, sempre pensa que é onerosa. Toda a licitação pública brasileira, que eu conheço, é onerosa. Cobra-se alguma coisa, exige-se algum pagamento pelos movimentos que se faz. Portanto, isso é oneração.

Onde não caberia esta e onde o Decreto nos choca? Ele, na minha opinião, é inibidor de investimentos. Ele nos choca no fato de uma iniciativa privada, em terras privadas, ter que ser obrigatoriamente levada à licitação. Esta é a discussão toda, fundamentalmente é este o ponto.

Quando o Governo está transferindo o seu porto, as suas instalações, tudo aquilo que ele já fez e tem algum investimento colocado ali e ele transfere a um privado, ele faz isso através da licitação. Mas quando um privado, tendo a sua posse, a sua terra, a possibilidade de criar um terminal para poder servir ao público, às cargas, por que é que ele não pode fazer isso, por que é que ele tem que levar isso à licitação pública para criar um custo maior sobre o investimento que ele iria fazer? Ia fazer o investimento à conta e risco dele. O Governo não vai colocar nada. Nenhum serviço desse, obviamente, seria autorizado sem que se passasse pelos setores do Governo determinados a isso: a ANTAQ, a ASEP, todas as autorizações ambientais, todas as autorizações municipais, a própria Receita Federal, finalmente, precisa aprovar esses investimentos.

Eu digo o seguinte: um investimento como a EMBRAPORT, que foi citada pelo Ministro aqui, como a PORTONAVE, que hoje em dia é o único porto que subsiste em Itajaí, é um porto privado. Esses dois investimentos não seriam possíveis da forma como foram feitos senão tivesse aqui o art. 53 isentando os atos legais anteriores. Então esses bons exemplos de bons investimentos feitos pela iniciativa privada à sua conta e risco, eles estão inibidos pelo Decreto da forma que ele está.

Então o ponto de vista dos investidores, nós somos usuários, esse sistema(F) – 0:52:46 de navegação aqui têm 105 anos no Brasil e nas cargas de containers a gente transporta 95% das cargas conteinerizadas do Brasil e das cargas gerais.

Então estes utilizadores de portos, eles estão precisando é de portos novos, mais eficientes, multiplicados e competindo entre si. Quando o Governo parte sempre do ponto de vista "Eu tenho que planejar, eu tenho que dizer aonde vai ser feito e só poderá ser feito onde eu quero, eu vou determinar a competição entre os portos", ele está inibindo a concorrência, ele está protegendo os seus investimentos e ele não está possibilitando aquilo que acontece no exterior, mesmo nos portos públicos, onde continuamente os Governos lá, Rotterdam de novo, investem desde 1970 para cá eles fizeram quatro novos terminais, cada um com um operador diferente, mas lá eles têm recursos. Aqui nós conseguimos atrair, por algum tempo, até esse setembro, investimentos de empresas privadas, de fundos de investimentos do exterior, Banco Mundial e etc., para poder fazer investimentos no Brasil de uma forma mais livre e rápida. O que acontece? Se nós formos agora estabelecer um processo como aqui está feito, Plano de Outorga, dois anos para estabelecer a licitação, oito anos demora um processo desse. Um terminal novo, entre a sua concepção e a sua entrada em operação, demora de sete a dez anos. São esses os casos, EMBRAPORT, são esses os casos, PORTONAVE.

Então o que é necessário, na minha opinião, é abrir uma possibilidade do investimento privado sob autorização do Governo. Não é onde quiser. Eu tenho um apartamento em Copacabana, não posso fazer um píer na frente da minha casa e começar a atracar navio. Isso é impossível, todos nós sabemos disso. A legislação toda está aí colocada para isso. Começamos com a ASEP, com ANTAQ, etc., mas por que obrigar uma terra privada, uma concepção privada de um terminal de ser colocada em licitação pública para, inclusive, terminar na mão de terceiros? Quem conceber o projeto, quem tem a propriedade, perder

o controle sobre aquilo que concebeu. Isto, para mim, é apenas a inibição da capacidade de investir e a inibição da concorrência.

Como resolver esse problema, se fosse possível conseguir isso? Eu não sou político, eu sou simplesmente o demandante da competição e da concorrência de novos serviços. Quem já está colocado, quem já fez seu investimento e conseguiu fazer o investimento sob as regras da competição, da licitação pública, e considera-se onerado porque tem que pagar, poderia-se estudar o caso dessas pessoas para se transformar numa concorrência equânime com os outros. São duas comparações diferentes. Assumir um porto já investido, você começa no dia seguinte a faturar e você tem investimentos a fazer. O outro camarada está pegando uma terra virgem, vai demorar oito anos para começar a produzir. São duas situações completamente diferente, mas mesmo assim poderia-se diminuir a oneração dos terminais públicos atual. Isto está na mão do Governo e isso é favorável a quem? A todo o trâmite de cargas no Brasil. Isto é favorável a quê? A que se possa reduzir custos no Brasil. Não pensemos que nós temos custos baixos não. Nós perdemos da Argentina, perdemos em produtividade e perdemos em preços da Argentina. Dói no fígado. Eles têm contra eles Deus, que é brasileiro, porque o calado deles é limitado eternamente, então eles não vão passar dos 36 metros. Isso o Ministro aqui está conseguindo aumentar o Brasil, nós vamos para 15 metros, em alguns portos 17 metros. Por que isso é necessário? Não é porque os armadores desejam, porque nós temos navios grandes. É ao contrário. É porque a única maneira de você reduzir custos é você aumentar as escalas das coisas. A Vale do Rio Doce não exporta em navios Panamax, de 60 mil toneladas, o mineiro de ferro. Ela exporta em navios de 150, 300 mil toneladas. Por quê? Ela tem que procurar o menor custo unitário do transporte. Isto é a mesma coisa para televisor, para tudo que se produz, para o frango. Para o que você quiser, você precisa aumentar os volumes. Por isso as companhias brasileiras estão se consolidando, aumentando as suas escalas. Nós também temos que fazer a mesma coisa como transportadores e para isto é necessário que o porto responda, responda rapidamente.

Nós temos exemplos brilhantes aqui no Hemisfério Sul. Nós temos Angola. A gente atravessa oito dias com navio e ficamos vinte dias esperando para descarregar. Angola cresce a 20% ao ano. Ninguém fala de Angola porque é assim, mas está crescendo a 25% ao ano. Todos nós queremos ir para lá e lá o retrato do porto é este, é o retrato do porto talvez do Brasil de 1820, mas é o retrato de Angola. É isso que a gente quer? O Brasil está começando a ir para essa direção porque os volumes crescem tanto que as instalações não acompanham. Isso a gente já falou em 2004, 2005, 2006, dizendo que em 2008, 2009, a gente ia chegar no congestionamento que já estamos. Estamos. Nós estamos limitados no tamanho dos navios, as dragagens vão ajudar, e como todo processo produtividade, os gargalos, eles migram. Quando você resolve um problema, passa a ter outro. Então a gente vai botar navio maior, mais longo, em berços que faltam, não tem lugar para atracar. Onde atracavam quatro navios, vão atracar só três e você começa a restringir a competição entre as companhias transportadoras. Eu poderia estar achando isso muito bonito, mas não é.

É importante para o Brasil, para o comércio exterior, que se possibilite mais e mais companhias vindo para cá, com mais e mais capacidade, com custo menor. O custo não se dá na razão direta de "Eu abaixei o meu custo aqui, você abaixa o teu agora". Se dá na razão direta de uma Lei apenas que a gente sempre tenta torcer nesse país: competição, tem que haver competição entre terminais também.

Se o Governo pretender proteger o porto público e os terminais que já estão na maneira de evitar que eles tenham competição, se exponham à competição, para que eles tenham a sua viabilidade econômica garantida, não é esse o caminho capitalista. O caminho capitalista é dá competição. O risco e a acusação que paira também é de dumping. Alguém iria fazer um terminal privativo a preços irreais para poder transferir para a sua cadeia de transportes e inviabilizar os outros portos, se tornando dominantes em numa segunda fase. Para isso existe o Governo, para isso existe o CADE e a ANTAQ, todo mundo. É muito mais fácil controlar isto do que inibir o investimento, que o investimento, os recursos, eles fogem ao menor sinal de dificuldade. E é o que está acontecendo agora. Nós temos alguns projetos implantados, mas será difícil trazer projetos novos com esta obrigação da licitação, da licitação sempre. Eu não estou dizendo que o Governo e os portos públicos não têm que licitar as suas áreas. Lógico, é obrigação legal, isso tem que ser feito e deve ser feito. Aonde tiver áreas novas dos portos públicos, que se licite, que abram as áreas. Mas não se pode, o que o Decreto repete diversas vezes aqui, é respeitada a competição, a viabilização do porto público, como foi dito. Isso tem que ser invertido. Quem quiser fazer um investimento a risco próprio deve poder fazer, respeitadas as Leis, as capacidades todas das vias de acesso, das vias de navegação, pagar a dragagem que foi investida pelo Governo, tem que contribuir lá com o fundo de acesso e etc., mas não se inibir o investimento através de uma obrigação de se levar à licitação e o camarada que tem o controle sobre aque-

le investimento vir a perdê-lo. Este é o ponto que nós nos batemos e mais nada. Quanto ao controle que o Governo deve ter sobre tudo, nós estamos aqui é para ajudar a fazer com que se melhore a capacidade de transporte, e nós, os investimentos feitos naquilo que for nos navios, naquilo que for nos sistemas que nós temos internamente, no investimento na cabotagem brasileira, no transporte fluvial, nós estamos fazendo. Às vezes os investimentos não vêm nesta direção.

Os nossos Mississipis, Dr. Fialho, eles estão todos barrados por barragens que não tem eclusas. Todas as aprovações de hidrelétricas não contemplam as eclusas. Já se cometeu esse crime em Itaipu e continua se cometendo. O nosso Mississipi, nós temos um problema: o sul e o sudeste industrial brasileiro não têm um Mississipi, tem a Serra do Mar como um bloqueio e os nossos rios correm para o lado contrário, ao invés de vir para o mar, eles vão para dentro. Então não temos essa facilitação no Brasil. As soluções aqui têm que ser diferentes, mas o que não podemos, num país parco de recursos, afastar investimentos privados.

O que eu queria dizer é isso. A apresentação que eu tenho lá mostra um monte de desenhinho, um monte de navio, custos e etc., mas eu acho que não cabe aqui. Eu acho que é mais fácil, é melhor dar velocidade à discussão e o Fayet tem uma apresentação brilhante depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a participação do Dr. Nélson Carlini e, mais do que isso,--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, se V. Exª. me permitir, como ele não apresentou, se pudesse a Secretaria da Comissão fazer tipo um caderno e distribuir para a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Solicito a gentileza da Secretaria que faça, que tome essa providência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o Sr. Presidente, o Dr. Nélson Carlini, ele traz aqui uma explanação e uma exposição extremamente lúcida.

Um dos princípios basilares da Constituição brasileira, no capítulo da Ordem Econômica, é exatamente o da livre concorrência, o da livre competição. Isso é princípio norteador da Carta Magna brasileira e eu acho que esse debate é o debate que mais interessa aqui na Audiência Pública de hoje. Eu cumprimento ao Dr. Nélson pela lucidez e tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da CNA.

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET: Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Senadoras, Srs. Deputados, meus companheiros de Mesa, Ministro Pedro Brito, senhoras e senhores.

Eu, inicialmente, quero registrar a minha satisfação por estar aqui nesta Casa do Congresso Nacional onde ali do outro lado tive a oportunidade de representar o meu Estado como Deputado Federal.

Hoje, a partir de uma experiência profissional como economista há quase meio século de profissão, especializado em planejamento estratégico, com inserções em engenharia, presto os meus serviços para a Confederação da Agricultura nesse campo.

Com relação ao tema do nosso encontro, eu gostaria de iniciar fazendo uma separação. Todas as nossas observações não significam uma crítica à Secretaria de Portos, onde nós temos um diálogo espetacular e um pacto de lealdade. Nós reconhecemos os avanços, circulamos na Secretaria Especial de Portos, temos sido ouvidos, conversamos e temos divergências, evidentemente, de pontos de vista, especificamente nesse Decreto. No restante nós temos tido uma afinidade muito grande e no nosso dia-a-dia são muitos temas.

Eu gostaria de fazer aqui um direcionamento do foco do nosso entendimento do problema, porque aí está, ao meu ver, a grande divergência. Nós temos a legislação e temos um quadro de realidades e necessidades brasileiras. Este é o pano de fundo essencial onde nós nos movimentamos e nesse aspecto eu acho que cabe um registro especial à inteligência do Congresso Nacional quando aprovou a Lei 8.630, de 1993, porque esta legislação, ela não consagra nenhum modelo em especial de sistema portuário. Ela permite, tanto a proposta que nós temos ouvido ser defendida pela Secretaria de Portos, como também contempla o modelo privatista, e todos eles podem conviver em harmonia e, evidentemente, competindo como determina a norma constitucional mencionada pelo nosso Presidente Marconi Perillo. Então, não há exclusão deste modelo ou daquele.

Eu consultei, evidentemente, os juristas, alguns dos quais participaram da elaboração da Lei, e a partir daí montamos, com foco nos terminais privativos de uso misto, uma visão concreta de como esta questão deve ser entendida na política portuária brasileira.

Em primeiro lugar, uma primeira afirmação, o Decreto, segundo esses especialistas e segundo a minha avaliação, sob o aspecto econômico, mudou o que a Lei determina. Segundo, burocratizou enormemente o processo de investimentos num setor de altíssimo risco de capital. Não é como abrir uma loja. São investimentos fixos pesados que têm que ser feitos e de longo prazo, de implantação e de maturação. E, também, o Decreto, ele estabelece preocupações

com reservas de mercado. Eu sinceramente me horrorizo com essa questão de reservas de mercado porque foi aqui no Congresso Nacional que eu enfrentei a luta para derrubar as reservas de mercado de informática e de telecomunicações. No caso de informática, que é um interesse difuso, é difícil mensurar, mas eu posso garantir que o Brasil teve anos e anos de atraso no seu desenvolvimento técnico-científico e de produção em função das reservas de mercado desses setores. E, finalmente, que o Decreto em relação à Resolução 517, da ANTAQ, contra a qual nós nos insurgimos no início, ele piorou, piorou inclusive a conceituação.

Esta questão de carga própria é provavelmente um dos focos essenciais. O que quer dizer a Lei 8.630? A pergunta que eu fiz aos que participaram da elaboração da Lei: a carga própria é o conceito de propriedade, é transitar a minha carga, a carga de minha propriedade, ou a carga própria é o conceito de operação?

Eu chamo a atenção que os americanos, eles têm modelos muito interessantes. Por exemplo, o Brasil, que está pensando aí em também abrir à iniciativa privada aos aeroportos, tem que prestar a atenção nesse modelo. A American Airlines, por exemplo, tem um Aeroporto *Heling Jourung*(F) – 1:10:08. Este aeroporto é dela e ela transita uma base de uma rede comercial onde as cargas, os passageiros, não são delas, mas são próprias sobre o aspecto operacional. Será que o conceito operacional não é o que nós deveríamos ter entendido no processo? Este é o foco essencial que eu gostaria de conceituar para começar o nosso debate.

Eu preparei rapidamente aqui uma contextualização, que nós não temos tempo de apresentar integralmente, mas eu quero deixar como um documento de referência aqui, meu prezado amigo e companheiro de trabalho Senador Francisco Dornelles, quero deixar aqui como uma contribuição. Eu gostaria de dar uma passada rápida para mostrar como nós entendemos a necessidade nacional. Por favor, vamos passando, eu vou dando ao sinal.

Agronegócio, todos nós sabemos o tamanho do impacto. O segundo.

A metodologia de trabalho que a CNA adotou é uma metodologia científica, a partir da identificação dos mercados que existem, não de hipóteses sonhadoras. O próximo.

Registramos aqui a evolução das exportações mostrando que elas explodiram no Brasil. A velocidade das exportações explodiu. Não fora a Lei de Modernização dos Portos, o colapso já seria total no país. Entretanto, a Lei da Modernização dos Portos deu uma sobrevida ao sistema portuário. No ano passado, no ano de 2007, transitamos 750 milhões de toneladas nos portos brasileiros entre exportação e importação. Em 2017 a expectativa é que esse número venha a dobrar, sendo que no agronegócio a nossa evolução será menos de 100%, mas será extremamente importante. Este fato se dá em função de uma característica: o Brasil é hoje um dos detentores de uma parcela significativa da capacidade de suprimento do crescente mercado internacional de produtos do agronegócio. Das terras ainda a incorporar nesse processo, 1/4 estão no Brasil. E nós já estamos nessa posição no ranking internacional. Eu gostaria de chamar a atenção de que até 2017 as projeções, tanto do Ministério da Agricultura como as nossas, é que das quinze principais commodities agrícolas transitadas no mercado internacional entre países, oito delas, o Brasil será o supridor em cerca de 60%. O mundo terá uma dependência em relação ao Brasil muita pesada e isso exige muito juízo de nossa parte. O próximo, por favor.

Houve nesse processo de crescimento da economia brasileira, particularmente do agronegócio, uma transformação. Sul e sudeste, onde nasceu o agronegócio, está sofrendo um processo de mudanças e, provavelmente, com uma tendência de acabar com as exportações de granéis. Os granéis, eles estão indo no sentido norte e no sentido oeste. Aquele arco norte, que eu registro aqui, desde São Luís do Maranhão, entrando pelo Rio Amazonas até Porto Velho. Este será realmente o grande seleiro, onde nós achamos que em torno de 2017 nós teremos cerca de 50 milhões de toneladas do agronegócio para retirar dessas áreas.

Observem que esse processo evolutivo - por favor, o próximo - já começou a acontecer e é pouco sentido, a população brasileira não tem noção dessa questão. Observem aqui Porto Velho, lá na beira do Rio Madeira, 2 milhões e 850 mil. Aqui são portos privados. São Luís, porto público, 1 milhão e 500 mil, não conseguiu acompanhar o processo, apesar de deter as melhores condições para a evolução. Poderia estar hoje transitando 5, 7 milhões de toneladas. Então esse avanço fantástico e a mudança da geografia já começam a ser registradas aí. Porto Velho hoje transita cerca de 30% do que transita Paranaguá no campo da soja. O próximo, por favor.

Mas aí estão os nossos Mississipis que o meu amigo Fialho registrou. Realmente esses são os caminhos do futuro do agronegócio e da mineração. Não vamos esquecer. O mundo atual do Brasil, do sudeste, do sul do Brasil, eles vão ser equacionados de outra maneira, mas os grandes avanços virão nessas áreas aí. Por favor, o próximo.

Isto para nós pode representar uma vantagem, porque cerca de 80% do mercado do agronegócio brasileiro será no Atlântico Norte e nós estamos da foz do

Amazonas, quatro dias a menos de navegação, quatro dias a menos de ida e de volta, isso tem um impacto fortíssimo nos fretes. Não no dia de hoje, que há uma perturbação muito grande em função da crise. Além do mais, tem o novo Canal do Panamá, que vai mudar a logística Atlântico/Pacífico. O próximo, por favor.

No caso do agronegócio eu registro aqui esse processo evolutivo mostrando que nós, além de tudo, temos uma característica: nós entramos com os nossos produtos na entressafra do Atlântico Norte ou do Hemisfério Norte e isto para o agronegócio tem uma significação mercadológica, em particular, fantástica, e um aumento da capacidade competitiva natural. O próximo, por favor.

Agora eu quero fazer, evidentemente, depois dessas observações genéricas das grandes vantagens do Brasil, vamos às questões práticas. Nós temos a questão do porto público de São Luís do Maranhão. Esse porto deverá ser, pelo menos nos próximos vinte anos, o grande desembocadouro do corredor centro-norte do Brasil, principal exportador de produtos do agronegócio. É um corredor que tem São Luís e Belém como as suas portas de saída. Nós precisamos de 100 milhões de recursos públicos para operar cerca de 5 milhões de toneladas. E 300 milhões para operar 13 milhões de toneladas. Esse processo já está indo para o quarto... esse projeto já está indo para o quarto ano de adiamento, de retardamento do seu cronograma, com prejuízos terríveis, porque os produtores daquela região lá de cima não estão podendo economicamente expedir suas cargas. O próximo, por favor.

Outro caso é a questão de gestão de portos públicos. Aqui está o caso de Paranaguá, desde 2003 denunciado às autoridades federais. Este é um escândalo, inclusive nós podemos observar aqui que por duas vezes a ANTAQ pediu o cancelamento da delegação e a intervenção, e recentemente estabeleceu multas. Foram duas, não é diretor Fialho? Duas. A segunda nem está aqui ainda registrada. E isso continua do jeito que está. Os prejuízos que este porto causa ao Brasil são prejuízos bilionários, bilionários. A cada ano são bilhões de reais de perda de renda para quem produz. Vamos adiante, por favor.

Eu tenho aqui um registro que o meu amigo Carlini mencionou. Então vinte navios Panamax parados em Paranaguá, o que não é exceção, é regra, significa uma fila de carretas de mil quilômetros. Então a fila saiu da estrada e foi para o mar. A ineficiência portuária, tanto na terra como no mar, ela está registrada nisso aí. Na virada de 2007 para 2008 navios esperavam mais de trinta dias para operar. O aluguel diário de um Panamax, 60 mil dólares, quer dizer, um navio pagava às vezes 1 milhão, 1 milhão e 500, 2 milhões ou mais de sobrestadia ou de *demurrages* ou as duas coisas juntas. Dispêndios anuais com subsídios de fretes que o Brasil tem naqueles modelos de subsídios de fretes, dá 500 milhões de reais. Nós gastamos 500 milhões de reais com subsídios de fretes por falta de infra-estrutura. A desorganização de Paranaguá causa desorganização da comercialização da soja no Brasil inteiro, porque ela é toda interligada. Daí aumento dos custos, os custos eram 3 dólares por tonelada para transitar num porto, passaram para 12, 13 dólares por toneladas. Tudo isso saindo das costas de quem? De quem é o produtor, seja rural ou industrial. Redução da carga útil por navio, por falta de dragagem, e renegociação das dívidas rurais, que acaba desembocando no Congresso Nacional. É uma conseqüência lógica desses processos. Por favor.

Aqui é um exemplo concreto. O Brasil produz um bilhão de sacos de soja. Quando um porto qualquer, seja o TEGRAM, que deveria exportar 5 milhões de toneladas na última safra, só tinha capacidade para 2, não conseguiu cumprir a sua parcela, 3 milhões de toneladas de soja saíram por estradas sofríveis, piorando até o estado dessas estradas, para chegar num porto do sul e do sudeste atravancando aqueles portos. Observem que eu peguei os dados, são que referentes a junho de 2007, dados que têm um padrão de convergência, uma amostra confiável para essa finalidade. Observem que em Sorriso, um produtor de Sorriso gastava 52% do valor do seu produto com logística. Então soja, produto que historicamente valeu 220 dólares por tonelada nos últimos dez anos, afora esse período do último ano, gastou, recentemente, 170 dólares para sair de Sorriso e chegar num porto. Isto, evidentemente, desemboca aqui. A questão de redução de carga útil por falta de dragagem, dragagem que, aliás, a Secretaria de Portos está atacando com força total, ela determina que a carga útil transportada pague a carga total levada. Conseqüentemente, por exemplo, para uma carga para a China, era 1 real e 70 centavos por saco quando o preço do saco no Porto de Paranaguá era de 35 dólares.

Então assim nós vamos tendo - por favor, o próximo - perdas. Isso explica o paradoxo do setor rural. Natureza, vanguarda tecnológica, produtores espetaculares, preços internacionais elevados, e os produtores insolventes. O próximo, por favor.

Crise mundial. Aqui valem as flechinhas. Nós temos aqui dois pontos altamente favoráveis para nós, brasileiros. Primeiro que o mundo está saindo do castelo de cartas de papel do mundo financeiro e na busca da economia real. Nós temos economia real, pródiga, para apresentar aos investidores, e o mundo vai entrar em recuperação seletiva. Primeiro, os produtos mais

incidentes na questão da sobrevivência humana, para depois entrar no supérfluo, que é exatamente o campo onde nós estamos. O próximo, por favor.

Mas no Brasil nós temos uma série de problemas. Instabilidade jurídica institucional, que nós estamos vivendo nessa questão, a questão de tributação, de infra-estrutura de transporte e logística, cabotagem, outra questão crítica que nós não estamos resolvendo e os estímulos à cabotagem, que estão vinculados à construção naval, datam de 50 anos atrás, 50 anos atrás, e não arrumou. Então são alguns pontos aqui que eu não vou me demorar. O próximo, por favor.

Agora nós temos que falar do enfrentamento da crise. Esta crise, eu, como profissional da economia, que conheço esta questão como um especialista, quero dizer que não é de brincadeira, vai atingir fortemente o Brasil e vai durar muito mais tempo do que se pode imaginar. Vai determinar um forte protecionismo nos países, especialmente nos Estados Unidos, vão levantar barreiras imensas para dificultar as importações e tentar dinamizar a economia e a produção internas. Então isto vai exigir de uma forma crescente aumento de competitividade e no Brasil a redução dos custos logísticos, não só no agronegócio, mas também no setor industrial, que avançou espetacularmente, é onde nós poderemos atacar num primeiro momento. Reforma tributária, não vou nem mencionar, porque eu estou numa Casa que conhece a questão muito mais do que eu. E liberação de investimentos privados como uma técnica de combate à crise. Então é uma ação anticrise, é a liberação dos investimentos privados. O próximo, por favor.

Eu tenho visto a questão da liberação dos investimentos com uma série de argumentos contrários que às vezes não são bem entendidos. Então que o terminal privativo de uso misto é parte de um processo produtivo. Isso não é uma verdade cabal. O setor produtivo só faz o investimento num terminal privativo quando não dispõe de outra alternativa, porque a terceirização é uma forma de diminuição de riscos. Eu vou mostrar mais adiante a exemplificação disso. Outra coisa é que os armadores querem carteirizar o setor. Outra inverdade, porque ninguém consegue dominar o mundo e, principalmente, um mundo em transição, onde a competição asiática é crescente. Prejuízos para os empregos e o modelo mundial. Vamos ao próximo, por favor.

Primeira questão: a verticalização das atividades. Quando nós pegamos uma atividade em que nós temos um preço médio de 39 dólares por tonelada nas exportações, e aqui é minério de ferro em pelotas, que tem um valor agregado mais alto, se fosse só minério de ferro era muito menos, isso é ano de 2007, este setor evidentemente lida com grandes quantitativos e com produtos de baixíssima densidade de valor. Esses segmentos, como o petróleo também, tendem a uma verticalização. Para eles pode ser uma verdade. Agora produtos que tenham uma densidade de valor, vejam o caso da soja, mais ou menos oito vezes mais do que o minério de ferro, são as médias de 2007. É claro que é um produto que tem um grau de indiferença de disposição espacial muito maior do que aquele outro. Ou então carnes, são produtos tipicamente conteinerizados, valendo 1900 dólares por tonelada em média. É um produto que tem uma mobilidade espacial muito forte. Então essas questões aí realmente mostram que esses tipos de produtos de baixa densidade tendem a uma verticalização e o setor mínero-industrial brasileiro comprova isso. Os demais setores, para os demais setores, não é uma verdade de que é um complemento próprio da atividade. Pelo contrário, é um complemento que interessa ser terceirizado. O próximo, por favor.

Aqui está a capa de um documento que eu menciono e, inclusive, eu distribuí um outro documento aqui para a Comissão, que fará depois o encaminhamento, um estudo que eu fiz e apresentei na semana passada num seminário internacional promovido pelo Ministério de Relações Exteriores. Há um estudo do BID que foi apresentado dia 1º de outubro, na CNI, mostrando o seguinte: que os fretes e a logística oneram de uma maneira tamanha, de uma maneira tamanha as exportações da América Latina e do Caribe que representam, pelo menos, duas vezes mais do que as sobretaxas impostas pelos países importadores. Então a guerra de Doha é uma ilusão. A lição de casa está em construir uma infra-estrutura barata e competitiva, utilizando rios, ampliando a competição, tirando aquelas concessões onerosas que vão na planilha de custos. Então é uma lição de casa, nós não precisamos ficar brigando em Doha, tendo que conciliar com indianos, chineses, argentinos. Se nós fizermos a lição de casa isto poderá ser resolvido. E é um estudo do BID de alta confiabilidade. O próximo, por favor.

A outra questão são os modelos. Modelo europeu, eu tive a aventura de em outros tempos da minha vida ser industrial na Europa, ter uma fábrica na Europa, conviver, conhecer a Europa como a palmas da mão. O Vale do Reno, o delta do Vale do Reno, o delta com desembocadura no mar, tem na Holanda e na Bélgica uma das maiores densidades nesses países, densidades de riqueza por quilômetro quadrado. Isso é um índice que nós, da geografia econômica, utilizamos na análise espacial para a implantação de empreendimentos. O planejamento estratégico entra nessa peculiaridade. Então quando eu tenho um país com

essa densidade de riqueza e com territórios pequeninhos, ora, o que é a Holanda? É mais ou menos 1/4 do Paraná, que é um Estado pequeno no Brasil, é 1/4 do Paraná. Então vocês observem que nesses países a política tem que ser outra. Aquele delta tem que ser do Governo, porque ele tem que gerir. Mas num país com a área territorial que o Brasil tem, uma densidade de riqueza por quilômetro quadrado desse tamanho, nós temos que deixá-lo aberto aos riscos privados. O próximo, por favor.

A questão do emprego. O que é que é a questão do emprego? Emprego no porto? Emprego portuário, é isso que nós estamos falando, cabides, escala, essas coisicas? Isso não significa nada no contexto nacional, minha gente. Observem esses dados aqui, que são extraído de um estudo do BNDES. Nós estamos indo fundo no processo. Não é, assim, uma "eu acho" não. Esse estudo do BNDES apontada o seguinte: a preços de 2007, nós fizemos simplesmente a atualização monetária. A cada 18,5 milhões de acréscimo de PIB, meus senhores, a cada 18,5 milhões, isso é um dinheiro pequenininho para um país, nós geramos mais de mil empregos no agronegócio. Se eu consigo aumentar a competitividade sistêmica do meu país, eu consigo vender mais no mercado internacional, já que as condições são todos favoráveis, evidentemente a capacidade de geração de empregos na economia brasileira é fortíssima quando nós temos competitividade sistêmica. Aí é uma demonstração cabal, indiscutível ao estudo para a realidade nacional e feito pelo BNDES. O próximo, por favor.

Liberação dos investimentos - e aqui eu estou praticamente concluindo. Nessa questão eu gostaria de fazer uma referência especial. O Carlini fala que o investimento num terminal privativo, terminal privativo, leva aí cinco ou mais anos. O terminal do TEGRAM está atrasado pelo menos quatro safras, ele já deveria ter entrado quatro safras atrás. O caso de Paranaguá é um outro tipo de modelo, mas todos eles perversos. Nós observamos o quê? Nós observamos que não dá para esperar, porque nós estamos comprometendo o futuro. Hoje eu posso, até favorecido pela crise, estar com as questões acomodadas. Quem é que me garante que daqui há dois anos eu não estarei em colapso? Porque primeiro vão se recuperar os alimentos e o Brasil é um fornecedor de comida no mercado internacional, comida. Eu posso adiar a compra do meu automóvel, mas comida é todo dia. Somos também fornecedores de energia automotiva substituta de petróleo. Então essa visão que nós temos me chama a atenção para um fato: a estrutura legal brasileira estabelece que na administração pública nós só podemos fazer o que a Lei autoriza, mas a iniciativa privada só não pode fazer o que a Lei proíbe. Sabiamente a Lei 8.630, encaixada no contexto institucional brasileiro, abriu o espaço para, quem quer fazer porto, o faça, obrigando que tenha cargas próprias e de terceiros, como falou o Procurador Jurídico da ANTAQ. Então nesta visão do contexto institucional brasileiro, ele permite que a iniciativa privada faça. E não poderá ser um instrumento infralegal que venha contestar este processo. As reservas de mercado são perversas e elas voltam-se contra a sociedade. Eu não gostaria que nós viéssemos a amargar, daqui há alguns anos, a tristeza de ver a economia brasileira sendo emperrada porque nós não concebemos o modelo de liberação de investimentos portuários adequados à nossa necessidade. Eu posso assegurar a vocês que antes dessa crise se pronunciar aos olhos dos brasileiros como se pronuncia hoje, no primeiro semestre tanto a CNA como o Ministério da Agricultura já tinham detectado que nós estávamos deixando de produzir de 3 a 5 milhões de toneladas a mais entre soja e milho porque a logística estava matando o produtor que se aventurasse a isto. É para evitar isto que nós estamos fazendo essas nossas colocações, pedindo que a liberdade da iniciativa e a livre competição, como foi uma determinação do manifesto da direção da CNA, sejam respeitadas, porque é da ordem jurídica brasileira, e é dentro da conveniência do planejamento estratégico brasileiro uma necessidade primordial.

Eu agradeço imensamente a oportunidade e peço desculpas, porque eu me preparei muito detalhamento numa questão de respeito a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Luiz Antônio Fayet pela brilhante apresentação e pela contundência em relação aos pontos de vistas esposados pela CNA.

Encerrada a parte das exposições, eu concedo a palavra aos Senadores inscritos, iniciando pela autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu, que tem a palavra pelo tempo que desejar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, senhores visitantes, convidados, Sr. Ministro.

A situação é trágica, para não dizer triste. Quanto mais eu ouço a respeito desse assunto, mais indignação traz ao meu comportamento e à minha alma. Nós temos como penalizar vários tipos de crimes, Presidente: crime de quem mata, crime para quem trafica, para quem comete o tráfico, crimes para quem comete estelionato, crime de corrupção, mas nós não temos ainda pena para crime de lesa-pátria. E muito menos para quem descumpre palavra.

Nós estamos diante de um componente ideológico fortíssimo. O partido do Ministro, em 1995, já entrou

com uma ADIN contra a Lei dos Portos, uma das leis mais modernas do mundo. E hoje não foi julgada essa ADIN, mas tem um Parecer do Procurador Geral da República, Blindeiro, na época, dizendo que a Lei não era inconstitucional, que a Lei estava correta, estava de acordo com a Constituição brasileira. Desde 1995.

Posteriormente a isso, não se conformando com o que dizia a Constituição, com o que dizia a Lei, com o que disse o Procurador da República, a ANTAQ, em 2005, publicou uma Resolução. Nessa hora V. Exª. não pensou em mudança não, fez uma mudança abrupta na Lei, fez uma mudança abrupta de comportamento sem consultar ninguém, fazendo com que essa Resolução pudesse na marra, eu não sei se V. Exª., mas a ANTAQ fez uma mudança radical na legislação através de uma Resolução de não mais de dez linhas, de não mais de dez linhas, estabelecendo e contrariando na marra, porque não conseguiu na justiça, estabelecer a proporcionalidade de cargas aos portos privados mistos, quando a Lei e a Constituição não colocam isso.

Essa Resolução da ANTAQ, que foi o motivo da discussão nessa Casa no mês de maio, quando veio a MP do Reporto e que eu fui a Relatora, uma matéria dura, difícil, que eu me dediquei, estudei pelo meu país, pelo setor que eu represento. Fui caluniada explicitamente na imprensa. Infelizmente eu não estava na Casa na época, porque eu me licenciei do Senado e não tive a oportunidade de me defender na tribuna, mas foi o assunto que me dediquei no primeiro discurso que fiz. E não adianta calúnias e difamações porque eu vou continuar falando, vou continuar da mesma forma denunciando, porque eu acho que essa Casa tem a obrigação de investigar com detalhe o que está acontecendo por trás disso tudo, de tanta aberração, de tanta acinte(F) – 1:39:38 à inteligência dessa Casa. Não se conformando com a Lei, aplicando essa Resolução, e nessa oportunidade aqui nós fizemos um acordo nessa Casa, Ministro, através do líder do seu Governo, Romero Jucá, que subiu à tribuna para que nós votássemos aquela Medida Provisória, que eu era Relatora naquele dia, que ia perder o prazo dela na terça-feira seguinte, e o acordo foi feito, que não ia haver limitações de cargas, proporcionalidades entre as cargas de porto privado misto.

Está escrito no acordo, está escrito no acordo: "Com essa orientação a revisão em análise contempla, por exemplo - um pedaço do trecho do acordo -, a adoção do contrato de adesão como ato de outorga e a modificação da exigência de que as cargas próprias, por si só, justifiquem a implantação do terminal. Porém, mantendo a exigência prevista Lei 8.630, de que haja movimentação de carga própria e de terceiros apenas", Sr. Ministro. Está assinado pelo Superintendente de Portos Celso Damião Quintanilha, lido pelo Senador Romero Jucá na ocasião da aprovação desta matéria.

Mas ainda o senhor não se conformou quando viu que o acordo foi feito, que a proporcionalidade das cargas não ia prevalecer, o senhor fez um Decreto com outros termos praticando a mesma aberração contra a Lei. Mas ainda assim o senhor continua colocando a proporcionalidade das cargas indiretamente, mas usou um outro artifício para que o componente ideológico, espero que seja ideológico apenas, para que pudesse impedir a construção de portos privados mistos, colocando, impondo, a questão da licitação.

E aqui, colegas Senadores e Senadoras, a Constituição é clara, em que pese alguns não se conformem com ela. "Art. 21 - Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão". São três modalidades, Sr. Ministro, e a Constituição é claríssima ao dizer, no art. 175, que apenas desses três tipos que a União pode fazer, apenas na concessão e permissão é obrigatório ter licitação. Autorização, não. Por favor, o senhor conhece os dois artigos, o art. 21 e o art. 175. Ele delimita e aponta que na autorização eu não preciso de licitação, apenas na concessão e permissão. E ainda na letra "f", do art. 21, ainda diz que a autorização, que a concessão e que a permissão podem ser feitas nos portos marítimos, fluviais e lacustres.

Eu não compreendo e ainda não encontrei nenhum lugar da Constituição que proibisse e dissesse que a exploração de portos tem que ser via licitação, a não ser na idéia de V. Exª. e do seu partido. Em lugar nenhum da Constituição. Eu sou cumpridora da Constituição, embora até tenha artigos nela que eu não concordo, mas eu sou obrigada a obedecê-la. Quem quiser modificar a Lei e a Constituição, que movimente a sua bancada ou que vire parlamentar e que venha aqui pleitear, mas enquanto ela existir... O Sr. Presidente da ANTAQ disse agora a pouco que o Decreto definiu uma política de portos para o país. Acima da Lei, senhor diretor, acima da Lei? Que política de portos é essa que pode suplantar e superar uma Lei aprovada nessa Casa? A política do Governo é aonde nós só podemos ter porto organizado? A Lei não diz isso não, Excelência, a Lei não disse isso em momento algum.

E ainda a Lei 8.630, que vem regulamentar essa questão, ainda coloca no seu art. 4º, o uso público, o uso privativo. Privativo de duas formas: de exclusividade e de cargas próprias e de terceiros.

Mas eu gostaria que V. Exª. me respondesse diretamente a um artigo que eu aqui vou ler do seu Decreto. Quando o senhor comemorou na imprensa, por

várias vezes, que o senhor tinha aberto os portos do Brasil, eu tenho certeza que D. João VI deve ter levado um susto de onde ele estiver. O senhor diz no art. 2°, inciso X, do seu Decreto: "Carga de terceiros, aquela compatível com as características técnicas da infraestrutura e da superestrutura do terminal autorizado, tendo as mesmas características de armazenamento e movimentação". Isso ele está estabelecendo que eu que tenho um porto misto, eu posso exportar carga minha e de terceiros. Ele está dizendo que essa de terceiros, que vai complementar a exportação e a viabilidade do meu porto, tem que ter a mesma natureza da carga própria autorizada. O senhor está repetindo aqui a Resolução. O senhor está repetindo, descumprindo um acordo feito nessa Casa. A mesma natureza da carga própria autorizada, que justificou - não deu trabalho nem de mudar a frase -, que justificou técnica e economicamente o pedido de instalação do terminal privativo e cuja operação seja eventual e subsidiária. Isso não foi descumprimento de acordo não, Ministro? Quando eu digo que a carga de terceiro tem que ser eventual e subsidiária, eu não estou limitando carga de terceiro não? E ainda no art. 35, inciso II, do seu Decreto: as instalações portuárias de uso privativo destinam-se à realização das seguintes atividades portuárias: movimentação preponderante de carga própria e em caráter subsidiário e eventual de terceiros em terminal portuário de uso misto. Isso é descumprimento de palavra ou não, Ministro? O senhor sequer teve o trabalho nesses dois artigos de mudar as expressões, continuam as mesmas expressões. O Senador Camata, que foi junto conosco um lutador nesse dia no Plenário e participou de todo o acordo, onde esse texto está sendo repetido aqui novamente.

Sr. Presidente, eu, sinceramente, fico bastante impressionada quando um Ministro vem a esta Casa, um Ministro de Estado, estabelecer um modelo, um modelo portuário, um modelo de contestação portuária. Estabelece um modelo e diz que esse modelo é do Governo, mesmo contrariando a Lei, o *landlord port,* que é exatamente apenas o porto público. Agora a legislação, Sr. Ministro, ela permite todos os modelos estabelecidos no mundo inteiro. Eu não tenho culpa. O senhor é que mude a Lei. Mas enquanto ela existir, o seu modelo não pode ser o único e privilegiado. O senhor não tem esse direito de fazer isso, porque a nossa Lei, graças a Deus, estabelece que todos os modelos, *to port*(F), *private port*(F) – 1:47:13, todos eles, Ministro, todos possam ser feitos.

Agora eu gostaria muito, todos os portos que o senhor mencionou que são públicos, sabe por que, Sr. Presidente Marconi Perillo? Eles são públicos, os seus países são ricos, seus países são ricos e é isso que o empresariado quer. Imagine qual o empresário que não quer apenas participar de uma licitação, comprar um terminal e achar a superestrutura, os cais, os moles, achar tudo pronto e apenas entrar no seu terminal e começar a trabalhar. Eu pergunto: quem é esse empresário maluco que não quer também? Todos nós queremos, mas infelizmente o senhor não tem caixa para isso, o Brasil não tem tesouro para isso. E aqui nós estamos com a execução orçamentária do PAC na sua área, Ministro, 2007/2008. O senhor conseguiu gastar em 2007/2008 não mais do que 500 milhões de reais. Para quem às vezes pensa que 500 milhões de reais é muito, e na realidade é muito mesmo, mas para a questão portuária esse dinheirinho dá para construir um terminal que corresponde a não mais do que 10% dos terminais que existem no país hoje. Isso não é nada, é um terminal de dois a três berços, chega a ser ridículo esse valor.

Agora o senhor conseguiu com esse Decreto, Ministro, alijar a iniciativa privada. O senhor conseguiu pior do que isso, o senhor conseguiu fazer com que a iniciativa privada pudesse se afastar completamente dessa área. Imaginem os senhores colegas Senadores e Senadoras: eu descubro um grande negócio, eu estudo esse grande negócio, eu faço um planejamento desse grande negócio, me preparo para esse grande negócio e depois eu tenho que entregar para a licitação, onde eu poderei perder, quer dizer, a minha oportunidade de negócio foi para o espaço. Então eu tenho que planejar tudo isso, faço as análises todas e tenho que ir ao Governo entregar para terceiros poder investir. Eu não sei que país é esse que nós estamos falando. Eu sinceramente não consigo compreender.

Agora eu quero, Sr. Presidente, apenas lembrar a esta Casa que quando eu estou falando de portos, nós estamos falando de um crescimento médio no Brasil e, infelizmente, Ministro, se continuar como está o senhor não vai pagar esse pato, quem vai pagar esse pato são as próximas gerações, o próximo Governo é que vai pagar esse pato, de não ter porto nesse país, porque o crescimento médio de portos na movimentação de containers cresce a 12% ao ano, essa movimentação. Se nós continuarmos crescendo 3% ao ano, apenas, nós precisamos em sete anos, em sete anos nós precisamos exatamente de um outro Brasil portuário, e nós levamos de sete a oito anos para construir um porto. Enquanto o PAC destinou para os portos, em quatro anos, 1 bilhão e 600 milhões de reais, apenas o porto de Peruíbe, da LLX, investiria quase 2 bilhões sozinha num porto só. Nós conseguimos reunir aqui no mês de maio mais de dez empresas que tinham mais de 10 bilhões de dólares para investir em portos no país e o

senhor insiste em impedir esse crescimento, o senhor insiste em impedir esses investimentos.

Eu, sinceramente, fico muito preocupada, Sr. Presidente, com os meus produtores deste Brasil afora. Enquanto um produtor de Mato Grosso, do Estado do Senador Gilberto Goellner, recebe 39 reais pela saca de soja, quem está em Paranaguá recebe 50. Além da distância, por não ter as nossas hidrovias e os nossos Mississipis, que já falamos em outras oportunidades aqui, pela falta das eclusas, ele ainda tem que arcar com o pagamento das multas, *demurrage*, descumprimento de contrato. Apenas em 2007 nós pagamos 150 milhões de dólares, é quase o que o senhor investiu, em dois anos. Num ano, 150 milhões de dólares de multa por hora parada pagaram os importadores de fertilizantes desse Brasil. Eles só tiraram do bolso e pagaram e transferiram a conta para os produtores do meu Tocantins, para o seu Estado de Goiás, para o seu Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. É esse povo que está pagando essa conta.

Então, Sr. Presidente, eu não sei o que essa Casa poderá fazer diante desse descumprimento escancarado no compromisso feito aqui, disfarçado, com outros mecanismos, com licitação. Por que é que nós não licitamos escola privada? Por que não há licitação de hospitais privados? Por que é que não há licitação de transportes de carga seca nas estradas? Tudo isso é serviço público, tudo isso é serviço público. Eu nunca vi licitar hospital privado. Agora já vi as pessoas irem no Ministério da Saúde, na ANVISA, tirar licença, tudo bonitinho. A mesma coisa um dono de uma faculdade, um dono de uma escola de ensino fundamental. Ele não licita não, ele não participa de licitação, mas vai no Ministério de Educação e tem que cumprir todas as regras. E está correto. Um transportador de cargas a mesma coisa. E por que é que o dono do porto tem que passar, por ser serviço público, também não pode ser construído direto? E os hotéis que são construídos a beira-mar? Eles têm que obedecer uma legislação ambiental, têm que obedecer o Plano Diretor da cidade, tantos andares a beira-mar, mas eu nunca vi um dono de hotel também entrar numa licitação.

Enfim, Sr. Presidente, eu fico bastante impressionada com essas interpretações bastante atrevidas que se fazem da Lei e da Constituição por componentes ideológicos, espero, e quero aqui declarar que esse pessoal do porto organizado, eu tenho que reconhecer e dar a mão à palmatória: eles são poderes demais, eles são muito fortes, muito fortes, que força é essa que faz descumprir um acordo no Senado da República, que escancaradamente tem a coragem de publicar um Decreto com os mesmos termos numa Resolução, pensando que nessa Casa aqui tem bobo, que não sabemos ler a Lei, que não sabemos comparar artigos e que não vamos ficar atentos? E quem é que o senhor consultou para fazer esse Decreto? Porque ele está aqui, ele representa o setor. A CNA representa o setor, nós não fomos consultados desse Decreto. Os empresários todos que estiveram aqui em maio estão atrás de nós de novo porque não se conformam com esse Decreto. Eu não sei que consulta é essa que foi feita. Ela não é verdadeira. O senhor esteve na CNA sim, no ano passado, quando eu lhe convidei, justamente para tratar deste assunto de forma democrática, clara, transparente, mostramos para o senhor a aberração que isso ia acontecer, pedimos a sua reflexão a respeito, o senhor foi convidado para ir lá para isso, para um diálogo franco, mas não adiantou nada, não adiantou absolutamente nada e o Decreto está aí para quem quiser ver.

Encerro, Sr. Presidente, e estou à disposição para continuar o debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Kátia Abreu, nós poderemos definir aqui dois tipos de procedimentos em relação aos questionamentos dos Senadores e Senadoras inscritos: um deles seria a cada intervenção passar a palavra para que os expositores possam responder; o outro seria ouvirmos mais um ou dois Senadores para que eles pudessem também colocar suas questões e depois, ao final, os expositores responderiam em globo. Eu consultaria a V. Exª., a autora do requerimento, uma das autoras do requerimento, qual das duas modelagens ou quais dos dois encaminhamentos seria mais adequado na sua opinião?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu acho que pode valer a vontade da maioria, o que a maioria decidir para mim está bom.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A Senadora Kátia Abreu é a autora do requerimento, de modo que eu queria propor, nesse caso, se os Srs. Senadores não tivessem objeção, que os questionamentos por ela colocados fossem respondidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exª. tem razão. A presidência vai, ouvido aqui os Senadores presentes, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu estou inscrito para fazer a inquirição, mas eu acho que a proposta do Senador Dornelles é extremamente justa, diante da importância das colocações feitas pela Senadora Kátia Abreu, que o Ministro pudesse então colocar as suas posições e passamos para a etapa posterior, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa será, portanto, o encaminhamento que a Mesa vai adotar. O Ministro Pedro Brito foi citado várias vezes e, também, uma vez o Presidente da ANTAQ. Então, pela ordem, eu vou passar a palavra ao Ministro Pedro Brito, que responda. Pediria que ele fosse o mais sucinto possível, já em função do adiantado da hora, e depois ao Dr. Fernando Fialho. Com a palavra o Sr. Pedro Brito.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo, muito obrigado à Senadora Kátia Abreu, muito obrigado e parabenizo também ao Nélson Carlini e ao Fayet pelas palestras.

E, de novo, eu quero reiterar a minha disposição que tem sido evidenciada na prática de uma constante discussão da matéria e do assunto que de fato é polêmico, naturalmente registrando que o fato do diálogo intenso e da discussão intensa não representar que necessariamente o Governo aceite todas as ponderações e todas as sugestões. Isso faz parte, naturalmente, do processo democrático.

Eu quero pedir permissão à Senadora Kátia Abreu para iniciar as minhas ponderações a partir da apresentação do Carlini, porque eu já iria respondendo alguns dos questionamentos da Senadora Kátia Abreu.

O Carlini fez uma análise interessante do setor, análise com a qual nós concordamos. O Carlini é um executivo experiente, é um executivo de uma das maiores multinacionais do mundo, é um armador importante, a CMA/CGM, e conhece naturalmente o mundo inteiro e também o Brasil. O Carlini sabe que em várias oportunidades nós já discutimos assuntos relevantes e importantes para o setor portuário brasileiro, mas ele coloca algumas coisas que vêm de encontro ao que afirmou a Senadora Kátia Abreu e que realmente nós não concordamos. Por exemplo, quando ele fala que alguém em terras privadas quer construir o seu porto. Porto não existe simplesmente por um investimento numa determinada terra privada. Um porto só pode existir a partir de um conjunto de providências do Poder Público. Um porto só pode existir se ele tiver um conjunto de providências de acessos terrestres como estradas, ferrovias e de acessos aquaviários, como dragagem, e de equipamentos como fornecimento de energia elétrica, de saneamento, de água, de telecomunicações, enfim, um conjunto de providências de Governo, de investimentos em infra-estrutura de Governo que podem possibilitar o porto funcionar. Então não é simplesmente ter uma terra. Igualmente como alguém tem uma terra à margem de um rio, não lhe garante o direito de construir uma hidroelétrica sem passar por um processo de licitação. O fato da propriedade da terra de modo algum garante a nenhum cidadão brasileiro ou estrangeiro construir um porto simplesmente porque ele tem uma terra, até porque esse porto não existiria com a terra. Ele existe a partir de um conjunto de gastos governamentais que possibilitam a existência de um porto. Um porto, para ser eficiente, para ter baixo custo, como todos nós queremos, ele tem que ter acessibilidade, tem que ter fluidez para as cargas que entram e saem naquele porto, que são todas providências de Governo. Por que é que porto é público no mundo inteiro? Não é por acaso. É porque portos são ativos estratégicos e portos, além dessa necessidade de investimentos públicos, são equipamentos de segurança.

Eu gostaria, pedindo permissão ao Presidente, para ler rapidamente a mídia de dois locais distintos no mundo, na Europa e nos Estados Unidos, que tratam dessa questão, que são muito apropriadas a esse momento aqui como hoje. Em uma delas, referente aos Estados Unidos, o artigo diz o seguinte: Recentemente nos Estados Unidos tivemos um exemplo que ilustra bem como algumas nações se comportam em relação a questões que envolvem seus ativos estratégicos - como é o caso de porto. Em 2007, a empresa administradora de portos marítimos *Dubai Ports World*, que várias vezes nos procuraram, dos Emirados Árabes Unidos, comprou a empresa britânica P&O, que detinha o controle dos maiores portos americanos. O Congresso americano - não foi o Governo -, o Congresso americano vetou a aquisição e impediu que a empresa árabe controlasse os seus portos, mesmo sabendo que os Emirados Árabes Unidos são um dos seus maiores aliados no Golfo Pérsico. Os representantes americanos entenderam, o Congresso americano, repetindo, os representantes americanos entenderam que delegar sua segurança portuária a terceiros seria um risco muito alto para se correr.

Quero ler também, porque é ilustrativo para o que nós estamos discutindo, uma nota referente à Europa. Berlim - O gabinete da chanceler da Alemanha, Ângela Merkel, aprovou Projeto de Lei, passando pelo Congresso, naturalmente, para rechaçar a tentativas indesejadas de aquisição de empresas locais por grupos estrangeiros. O Governo poderá barrar ofertas de compra de parcelas igual ou superior a 25% de empresas. A decisão mostra preocupação com as investidas de fundos soberanos de países como a China sobre setor-chave, estratégicos, como o de telecomunicação e portos.

Então eu pedi permissão ao Presidente para citar isso porque vem muito ao que nós estamos aqui discutindo e mostra a preocupação do mundo em relação a essa questão portuária.

Foi colocado aqui por todos os palestrantes que o Decreto impede os investimentos privados. Ao contrário, o que nós queremos são os investimentos privados, o que nós queremos é dar segurança jurídica e dar a certeza legal para os investimentos privados. Agora o que nós fizemos foi separar os terminais privativos, que são terminais que fazem parte do processo produtivo de uma empresa, que aí sim a autorização continua, não há nenhum impedimento, a autorização é imediata, daqueles terminais que irão prestar um serviço público, que são os terminais de containers e aí sim, conforme determina a Lei, nós estamos dizendo que isso será feito desde que seguido um processo de licitação, e eu não vejo por que a iniciativa privada ter medo da licitação, assim como não tem medo em várias outras modalidades de investimentos no país.

O Carlini citou também que nós vamos ter que esperar seis meses pelo Plano Geral de Outorgas, eu repito que não, se ele tiver um projeto em janeiro e me trouxer, nós vamos colocar em licitação. É só ele me trazer, até agora ele não me trouxe nenhum, mas trazendo nós vamos colocar em licitação.

Eu queria chamar a atenção também para que essa questão portuária, e o Carlini entende disso mais do que eu, esses investimentos em portos são investimentos que nós podemos classificar, e eu sei que o Fayet como excelente e brilhante economista que é também entende disso, são investimentos de alto valor agregado, são investimentos intensivos em capital e são aquilo que a gente pode chamar em economia de monopólios naturais. Se não houver uma forte regulação do Governo, não há como evitar os monopólios portuários. E não há caminho mais rápido para favorecer os monopólios do que uma abertura geral e irrestrita, sem regulação, porque essa abertura geral, com investimento e sem nenhuma orientação, sem nenhum planejamento estratégico dentro do país, vai fazer com que comece a haver compra entre esses que se instalaram e que não serão competitivos e o monopólio natural aparecerá porque essa é uma regra do mercado portuário que exige altos investimentos e que exige elevada escola, o Carlini sabe disso, para ser competitivo. Nós falamos aqui, por exemplo, do Porto de Xangai, que é um porto que movimenta quase 30 milhões de TEUS(F), quatro vezes mais do que o Brasil, só o Porto de Xangai, e é um porto que é extremamente eficiente por causa dessa escala que ele conseguiu. Então é por isso que porto tem que ser fortemente regulado, é por isso que porto no mundo inteiro é fortemente regulado. Não existe exceção, o Carlini sabe bem disso, não existe exceção. No mundo inteiro a atividade portuária, se não for regulada, se transforma em monopólio perverso para a economia e perverso para aquilo que se quer, que são portos atendendo à iniciativa privada.

E longe de nós não querermos competição, ao contrário, o que nós estamos estimulando com o Decreto é a competição. O primeiro passo da competição é justamente o processo de licitação. Eu concordo 100% com o Carlini que sem competição nós não vamos ter portos eficientes e que nós queremos e estamos fazendo estimulando a competição no Brasil e não vejo porque um processo de licitação possa desestimular a competição. Ao contrário, eu acho que a competição é estimulada justamente por um processo que é claro, que é transparente, que é abrangente.

Eu queria pedir também licença ao Fayet para comentar algumas coisas. Ele fez uma apresentação aqui muito eloqüente sobre a situação e a necessidade de demanda no país. Quero até pedir, Fayet, por favor, uma cópia da sua palestra, é importante para nós que estamos iniciando agora essa fase de planejamento portuário. Agora muitas coisas do que você colocou nada tem a ver com essa discussão objetiva que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos hoje aqui discutindo um aspecto do Decreto em relação a portos de containers, não estamos discutindo portos de escoamento de carga de grãos através de portos graneleiros, porque isso não é motivo aqui do Decreto, ou seja, qualquer empresa que queira ter o seu porto graneleiro como um porto privativo, a autorização é dada imediatamente. O foco da nossa discussão é a abertura para portos de containers, que não é o porto adequado para atender a atividade de granéis. Então, portanto, a sua apresentação, ainda que extremamente ilustrativa para todos nós e com dados importantes sobre demanda, eles não se referem à nossa matéria de discussão objetiva hoje aqui. E a sua análise, que está perfeita em relação às questões logísticas brasileiras, elas dizem respeito a uma questão logística que não são os portos especificamente, quer dizer, o escoamento do que se produz no centro do país, o escoamento do que se produz na agricultura brasileira, ele depende de uma malha logística integrada de estradas, de ferrovias, de hidrovias e de portos como o seu elo final, quer dizer, não é, portanto, eu estou só querendo dizer, Fayet, não lhe tirando em momento algum a razão da sua análise, a sua análise está perfeita, mas o que eu estou dizendo é que a sua análise, ela não está dentro do contexto aqui da nossa discussão.

Você mencionou, por exemplo, a questão da navegação de cabotagem, que é premente a sua discussão, mas, de novo, a navegação de cabotagem não é o caso da qual o Decreto está mencionando.

Você mencionou lá o caso do norte europeu, que são países pequenos e por isso é que o porto é

público, mas nos Estados Unidos e na China, países maiores do que o Brasil do ponto de vista continental, os portos igualmente são públicos. Então não é a dimensão de um país que determina a presença do Estado como agente regulador. O que determina a presença do Estado como agente regulador é a característica estratégica do ativo porto.

Agora, Senadora Kátia Abreu, eu queria me referir especificamente à questão levantada por V. Exª. sobre o acordo que foi feito entre o Governo para a aprovação lá da sua Emenda em relação ao reporto.

Em primeiro lugar a senhora insiste em dizer o que Decreto é meu. O Decreto não é meu, o Decreto é do Governo. Eu faço parte do Governo, mas o Decreto não é meu, o Decreto foi assinado pelo Presidente da República e é um Decreto que reflete política pública do Governo. Não é meu, não é um Decreto que... Infelizmente eu não tenho esse poder de baixar um Decreto. Esse Decreto é um Decreto do Governo Federal. E o Decreto, naturalmente, como não poderia ser diferente, ele respeita toda a legislação brasileira, ele respeita a Lei 8.630, que é a Lei de Portos, respeita a Lei de Concessões e respeita a Lei de Licitações, e não foge em momento algum ao respeito às Leis brasileiras, senão seria um Decreto inconstitucional ou ilegal. E não o é, é um Decreto que respeita com rigor absoluto a legislação brasileira.

Em relação, Senadora Kátia Abreu, ao acordo que a senhora mencionou, o acordo que foi feito com a bancada do Governo, na época, era para que a ANTAQ revisse a Resolução 517, a Resolução 55, estas Resoluções incluem limitações, aliás, a 517 inclui limitações para carga própria e carga de terceiros. Independentemente até do Decreto a ANTAQ já estava se preparando para fazer alterações nesses Decretos, como vai fazer, o Diretor-Geral da ANTAQ já disse que no início do ano estará colocando em Audiência Pública os novos Decretos, e o Decreto, eu peço vênia para dizer que o que está estabelecido no Decreto é exatamente aquilo que nós acordamos, ou seja, o Decreto não estabelece nenhum tipo de limitação para carga própria e carga de terceiros, ao contrário, desde que seja feita a licitação, como determina a Lei, qualquer empresa, qualquer investidor pode ter a administração de um porto organizado, independentemente da origem da carga. O Decreto, ele define muito claramente as duas situações. Uma situação de autorização, conforme determina a Lei 8.630, para o caso em que a carga é própria, de interesse e faz parte do processo produtivo da empresa. Nesse caso, não há que ter licitação, não há que ter nada, a autorização é dada imediatamente. No caso de serviço público prestado por um ente privado, aí sim há a necessidade de se ter a licitação e nesse caso não se faz nenhuma menção a nenhum tipo de partilha entre carga própria ou carga de terceiros. Qualquer tipo de carga, dentro do projeto aprovado, será considerado.

A senhora mencionou especificamente o caso de terminais de uso misto em que se define o conceito de carga de terceiros e o conceito de carga própria, dizendo que a carga de terceiros terá que ter a mesma natureza da carga própria. Isso faz parte da clareza jurídica do Decreto porque o que nós queremos, o que nós queremos evitar era o baipasse(F) – 2:13:17 que existia antes. Antigamente havia um desvio da Lei e se apresentavam propostas de terminais privativos como sendo para carga própria e que na verdade não tinham carga própria coisa nenhuma, era para se colocar mesmo terminal de containers. Essa era a idéia clara das propostas. O Decreto, então, definindo com precisão a questão da carga própria, inclusive da sua natureza, acaba com o desvio que antes existia e diz o seguinte: "Quem tem carga própria vai ter o seu direito a ter o seu terminal privativo autorizado; quem não tem carga própria, quem quer ter o seu terminal de containers como um negócio lucrativo como deve ser, tem que passar por um processo de licitação". E aí independe se é carga própria ou carga de terceiros, a autorização vai ser dada independentemente de ser carga própria ou ser carga de terceiros. Agora o Decreto, portanto, elimina essa dúvida entre carga própria e carga de terceiros, apenas separa as duas situações. E quando diz que é da mesma natureza, o que é que nós estamos querendo evitar? Nós estamos querendo evitar que alguém que tenha intenção de colocar um negócio de containers use o argumento da carga própria para ter o seu negócio de containers. É isso que o Decreto, com muita clareza, como política pública, definido pelo Governo, está fazendo. E aí não há nenhuma dúvida. A pessoa pode não gostar, pode achar que está ruim, pode achar que aquele não é o negócio que lhe interessa, tudo bem. O investidor privado precisa, antes de tudo, ter regra clara para investir. Então se o investidor privado acha que dentro dessas regras não é bom para ele, é algo que é irrefutável, é uma decisão privada.

Agora quero finalizar a minha intervenção, Senador, dizendo que de modo algum a iniciativa privada está sendo afastada, e a experiência prática está mostrando justamente o contrário. Em Santos nós temos um projeto em plena execução que vai acrescentar 1/3 na capacidade de containers do Porto de Santos. Repito que na semana passada recebi um dos concorrentes aqui do meu amigo Carlini, que é a MSC, um dos maiores armadores do mundo, o segundo maior armador na área de containers, que garantiu um investimento de 1

bilhão e 600 milhões de dólares no Porto de Santos, a começar no próximo ano, que vai movimentar 1 milhão e 100 mil containers, acrescentando mais de 1/3 na capacidade hoje instalada do Porto de Santos, e mais um terminal de granéis líquidos. O Projeto Barnabé-Bagres, que teve o interesse de três grupos diferentes que estão apresentando propostas, vai dobrar o Porto de Santos. O Porto de Santos hoje tem 13 quilômetros de cais, vai passar a ter mais 11 quilômetros de cais com esse projeto. O Porto de Santos hoje tem uma capacidade instalada de cerca de 100 milhões de toneladas, que já está usando 80% dela, portanto, muito além do que deveria, mas vamos passar para 230 milhões de toneladas de carga. Nós hoje temos 65 berços no Porto de Santos, vamos adicionar mais 45, e tudo dentro de um processo de licitação, como tem que ser, e não houve nenhum recuo do mercado porque nós vamos fazer através de um processo de licitação. Ao contrário, três grupos empresariais diferentes, distintos, estão fazendo os seus projetos, à sua custa e risco, sem nenhum compromisso do Poder federal, sequer de aproveitar os seus projetos, e todos esses projetos serão licitados com grande interesse do mercado. A mesma coisa acontece no porto do Rio de Janeiro, onde nós estamos discutindo um grande projeto de expansão do Rio de Janeiro, todos a serem licitados, e em nenhum momento houve qualquer recuo da iniciativa privada em relação a esses projetos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza, Sr. Ministro. Apenas uma pergunta no meio da--

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu. Ministro, um minuto, por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria que o senhor pusesse me informar qual é a empresa, especificamente, que está fazendo o estudo de viabilidade de Barnabé-Bagres, por favor.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: São três empresas: a empresa Triunfo, a empresa Libra e a empresa Santos Brasil, três empresas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Santos Brasil é Daniel Dantas?

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não sei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Ministro.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: De nada. Na área de Itaguaí, na área de Itaguaí dez projetos estão sendo listados: a CSA, que está em fase de conclusão, o grupo Gerdau, o grupo da Usiminas Ingá, o grupo da BHP **Billington**, a LLX, a CSN, o projeto de expansão da VALE e o projeto da FERRUS. Dez projetos interessados em investimentos no Porto de Itaguaí. Em Vila do Conde temos investimentos privados da VALE fazendo a expansão do porto. Em Itaqui, em Pecém, no Ceará, em Suape, em Salvador, enfim, em todos os portos brasileiros os projetos de expansão estão acontecendo, estão se realizando.

Portanto, o Decreto, demonstrado na prática, de modo algum estão afastando a iniciativa privada. Ao contrário, está dando claramente quais as regras e é isso que o investidor privado precisa, ele precisa de regra para poder encaminhar os seus projetos de investimento.

A senhora mencionou, Senadora, o orçamento de 500 milhões em relação aos investimentos e comparando esses 500 milhões com LLX e com outros investimentos, dizendo que o dinheiro era pouco. De fato é pouco, mas eu queria esclarecer que esse orçamento não tem nada a ver e por isso não pode ser de forma alguma comparado com esses outros investimentos. Os 500 milhões do orçamento público são para investimento em dragagem, são para investimento em obras de responsabilidade do Governo e não são para construir berços, não são para construir novos terminais, não são para construir novos portos. Quem vai fazer o investimento em novos portos, em novos terminais, em novos berços, é a iniciativa privada, não é o Governo. É a iniciativa privada, como é o mundo inteiro. O Brasil está exatamente como é no mundo inteiro. Aliás, eu folgo em comentar que agora, recentemente, o Congresso, de novo o Congresso da França, aprovou a nova legislação portuária na França, e se nós formos ler as alterações produzidas pelo Congresso francês no setor portuário francês, lá o setor portuário é todo público e todo ele é vinculado ao Ministério de Infra-Estrutura e Transportes, é todo público, como é aqui no Brasil. E a legislação portuária francesa, recentemente aprovada, eu diria até que copiou muito coisa da Lei 8.630, modelo de gestão, uma entidade parecido com o CAP, o tipo de funcionamento. A legislação francesa, eu diria, sem querer trazer nenhum comentário para os legisladores franceses, que eles copiaram a legislação brasileira, tão próxima é a legislação francesa da Lei 8.630.

Então eu quero dizer com isso que o nosso grande objetivo, Senadora, igualmente como é o da senhora, eu tenho certeza absoluta, é fazer com que os portos brasileiros consigam o seu principal objetivo, que é fazer escoar a carga dos produtores brasileiros com competitividade, com eficiência, sem demora de navios, sem filas de caminhões e a preços baixos. E eu lhe diria que tudo que nós estamos fazendo, todo o nosso trabalho tem esse objetivo, que é o mesmo ob-

jetivo seu, que é o mesmo objetivo dos parlamentares brasileiros, que é o mesmo objetivo dos armadores, que é o mesmo objetivo dos usuários. Esse é o nosso objetivo. Nós podemos ter diferenças e podemos continuar essa discussão em relação a como arrumar os portos para esse objetivo, mas o nosso objetivo é o mesmo. Nós não estamos pensando que o modelo de licitação seja para atender ideologias "a", "b" ou "c". Nós estamos com a visão no negócio portuário. A nossa visão é de que porto é um negócio, porto é um negócio que tem que ser lucrativo, tem que ser rentável, tem que ser constantemente repensado.

No Brasil, e aí concordando com o Carlini, nós temos custos que são muito grandes em relação à média do mundo em vários aspectos. Eu tenho até, Carlini, dentro de um dos nossos compromissos, um estudo da USP, recentemente concluído, que mostra, por exemplo, a questão da praticagem, e mostra com uma comparação competente entre vários portos brasileiros, que a praticagem no Brasil custa 2,2 vezes mais em média do que a praticagem em vários portos da Europa e da Ásia. Então o custo da nossa burocracia é terrível para os negócios portuários. Esses custos são os quais nós estamos trabalhando e o nosso objetivo é dar aos portos brasileiros competência para escoar com rapidez toda a produção do Brasil. Essa é a nossa intenção. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu lhe agradeço, Ministro, e eu queria pedir aos participantes dessa Audiência Pública que pudessem limitar, a Mesa vai procurar limitar o tempo, porque realmente o avançar da hora, são dez para uma e ainda temos dois Senadores aqui inscritos para fazer argüições.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de abrir mão da minha prerrogativa de ser respondida imediatamente e gostaria de passar para que os nossos colegas pudessem fazer as suas perguntas, mesmo porque eu gostaria de ouvir pelo menos a pergunta que eles têm a fazer aos nossos convidados, haja visto o horário, que eu ainda tenho que ir para o aeroporto, que eu tenho que me encaminhar até Goiânia. Então eu gostaria que os colegas pudessem fazer as perguntas e respondessem depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito bem, eu acho muito sensata a sua proposta, uma vez que o Ministro Pedro Brito já lhe respondeu diretamente. Eu pediria ao Dr. Fialho que ele aguardasse então para que agora o Senador GERSON Camata pudesse fazer a sua pergunta. Logo em seguida eu estou inscrito, o GERSON Camata me substituiria e depois o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bom, Sr. Presidente, Ministro Pedro Brito, Dr. Fernando Antônio Fialho, Dr. Fayet e Nélson Carlini.

Eu acho que essa audiência está sendo muito importante, muito interessante. A primeira coisa que eu quero registrar aqui é a boa iniciativa do Governo quando ele desmembrou do Ministério dos Transportes e criou a Secretaria Especial de Portos. Melhorou o Ministério do Transporte no seu desempenho na área que lhe compete e os portos brasileiros tiveram um olhar mais ativo do Governo sobre o seu desenvolvimento, sobre os seus problemas, principalmente.

No caso lá do Espírito Santo, por exemplo, o Porto de Vitória, que há séculos não era dragado, entrou num processo de dragagem que está sendo completado agora. Já se pensa num porto de águas profundas, que é muito importante para o Brasil, está lá quase pronto, e dizer que o Espírito Santo, eu vou fazer um comercialzinho do Estado, que é difícil ele aparecer assim, nós somos o maior complexo portuário do Brasil e somos o maior complexo portuário em peso, não ainda em dólares, mas em peso. Nós temos o Porto de Ubu, o Porto de Vitória, o Porto de Capuaba, o Porto do Tubarão, o Porto da Praia Mole, o Porto da Barra do Riacho e ainda o Porto de Regência, que é exclusivo da Petrobrás, lá no norte do Estado do Espírito Santo. Então é um excelente complexo portuário, uma vitrine do Brasil.

E um dado também interessante, que eu até vou procurar um dia desses o Ministro Pedro Brito, que não é um problema dele, em 1930 o Governo Federal concedeu ao Governo do Espírito Santo o direito de construir o porto e no Decreto o Presidente da República de então dizia assim: "Se o Estado construir o porto, lhe serão entregues todos os terrenos de marinha situados na Ilha de Vitória como indenização". O Estado construiu o porto, administrou o porto, o Governo Federal desapropriou o porto, tomou o porto, não pagou o porto e não deu os terrenos. Eu não sei se ainda é um Decreto válido, deve valer, porque é um Decreto entre o Estado e a União, ele está em vigor. E esses terrenos de marinha são importantes para a Ilha de Vitória porque ela é toda um terreno de marinha. Vitória tem praça federal, porque o Prefeito fez uma praça, mas o terreno é de marinha, aí a União foi lá e tomou conta da praça. Para botar uma cadeirinha na praia, agora o Prefeito de Vitória estava reformando uma praia lá, apareceu o SPU lá, tirou a cadeirinha, tirou o barzinho, não pode ter nada porque a praia federal. É uma coisa assim que tem que encontrar uma solução, tem até

uma proposta de Emenda Constitucional tramitando aqui, mas não vem ao caso.

Agora a consideração que eu vou começar a fazer, a Senadora Kátia se lembra, eu fui contra aquele acordo na época da carta que foi endereçada ao líder Jucá. E eu disse lá da tribuna: "É o fim do mundo, nós estamos fazendo um acordo para cumprir a Lei". Tem que fazer acordo para cumprir a Lei, quer dizer, o Governo Federal está fazendo um acordo com o Senado para cumprir a Lei. Ora, a Lei tem que ser cumprida, não precisa fazer acordo não. Eu acho que até nós, todos os Senadores que participamos daquele acordo, mais o Governo Federal, deveríamos sofrer uma ação da Procuradoria-Geral da República por ter feito um acordo para cumprir a Lei. Eu nunca vi um negócio desses na minha vida, uma coisa meio maluca que nós fizemos naquela noite - eu acho que foi. Por que? Eu sou economista e o Mário Covas dizia sempre o seguinte: que ele não entendia a linguagem dos juristas, porque o que está escrito naquela Lei e o que está escrito naquela Instrução não é a mesma coisa. E o que está escrito naquela Lei e o que está escrito nesse Decreto, no meu entender, não é a mesma coisa. É totalmente diferente, porque ele restringe e inibe qualquer investimento nas áreas portuárias. O Ministro está dizendo que estão ocorrendo investimentos.

Mas eu imagino o seguinte: eu sou dono, tem um local que é propício para um porto. Então eu vou lá, eu não digo a ninguém que ali vai ser um porto senão vai valorizar o terreno. Eu faço um projeto e tal, na hora que o Governo me dar a licença, o terreno dispara, eu não tenho nem mais condições de comprar o terreno. Um ponto.

Outro ponto. Eu compro um terreno. Eu preparo os projetos, preparo, vai uma licitação. Outro vence. O que é que vai acontecer comigo? Eu faço um campo de golfe, faço lá um hotel, muito melhor do que fazer um porto, porque eu vou ter que devolver à União depois de vinte e cinco anos. Só um maluco é que vai fazer um porto desse. Eu se tivesse algum amigo meu que se depusesse, eu mandar internar rapidamente.

A outra coisa que tem que ver, o BNDES disse que com esse Decreto lá não empresta dinheiro para envia fazer porto no Brasil porque é insegurança jurídica. E pior do que um Decreto ruim é a insegurança jurídica, que já está contestada lá no Supremo. Demora quarenta anos para resolver. Ninguém é doido de investir num negócio que tem insegurança jurídica, que é pior do que ser ruim, a insegurança jurídica que o Decreto está gerando.

Uma outra coisa, quer dizer, ele não é um incentivo para investir, ele é um incentivo para não investir, não investir. E se houvesse uma licitação, por que não fazer, que eu achei genial, uma das coisas, grandes coisas desse Governo, é a licitação das rodovias federais com menor taxa de pedágio. Faz uma taxa licitação, quem for oferecer a menor tarifa ganha o porto. Pronto. Mas isso, eu tenho certeza, e aí é uma coisa que nós temos que meditar profundamente nisso, se os cartéis dos containers não estão atrás disso. Se nós estamos fazendo uma Lei para os portos do Brasil ou estamos fazendo uma Lei para carteirizar os portos do Brasil, porque no final não é uma disputa entre o Sr. Daniel Dantas e quem quer fazer portos novos não. É uma disputa para quem precisa de emprego, é uma disputa de quem quer consumir por um preço normal, é a disputa do agricultor que quer comprar o adubo por um preço menor, é a disputa do agricultor que quer exportar o café com uma tarifa menor portuária para ele competir com os outros países produtores, quer dizer, é uma disputa de cada unzinho de nós que está em qualquer lugar do Brasil. E nós temos que pensar é neles, as leis têm que ser feitas para eles, os portos têm que ser feitos para eles e não obedecendo a um outro interesse.

Se for uma coisa ideológica, é perdoável, é perdoável, embora vá custar caro ao país no futuro, mas se não for, não é perdoável e nós estamos diante de um paredão que é a incerteza jurídica que esse Decreto, no meu entender, está criando para o país. E eu tenho certeza, com ele, nas áreas organizadas pode ocorrer? Pode. Agora duvido que apareça um maluco e um banco que financie um porto dentro dessas regras que estão aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner e eu pediria ao Senador GERSON Camata que me substituísse.

[troca de presidência]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, primeiramente, Sr. Presidente, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de elogiar aqui também a apresentação excelente do Sr. Luiz Antônio Fayet que retratou realmente todo o potencial que existe da agropecuária brasileira, as oportunidades que se apresentam nesse momento especialmente. Nós já vínhamos com um crescimento forte de exportações, tanto é que atestam os números, de 40 milhões há nove anos, passamos agora para 102 milhões de toneladas exportáveis, com uma projeção para os próximo nove anos de chegar em 170.

Realmente a infra-estrutura de transporte, que eu diria, de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário não está permitindo se chegar nesses números. Não estamos nem falando em chegar ao porto. O porto hoje, eu vejo, que mesmo com os investimentos pri-

vados, que estão sendo heroicamente bancados pelas empresas, eles não permitem a forma como está projetado os investimentos em portos, não permitem o crescimento das exportações brasileiras do setor agropecuário, porque uma projeção de uma ferrovia, como a ferrovia que nasce em Alto Araguaia, vai a Santos, passando por São Paulo, que está projetada hoje para ser ampliada com mais 300 quilômetros, mais 500 quilômetros, chegando em Cuiabá e passando por Rondonópolis, haveria um aumento de carga de 100% só nessa ferrovia, saindo de 8, me parece que é 8 milhões de toneladas, para 16. Então o porto não está preparado, nem Santos, nem Paranaguá, para receber esse suporte de cargas. Isso daí teria sim que se tirar das estradas. Eu não estou falando de aumentar a produção. Vamos dizer que a gente conserve a produção, muda-se o modal. O porto não está preparado para receber, Santos não está preparado, e Paranaguá, com toda a burocracia, que os números o ateste. Carga seca, containers, sim, nós embarcamos no Mato Grosso e outros Estados, centro-oeste, embarcam algodão, uma burocracia tremenda, leva-se três dias para carregar o algodão numa fazenda, dois a três dias, leva-se mais três dias de tempo para o transporte, que é um transporte lento, demorado, chega-se no porto, espera-se mais quinze dias para toda a burocracia, principalmente só a Receita Federal, com todas as aplicações burocráticas que existe, impedem que ande o processo, isso quando não as fiscalizações atrapalhando todo o processo e isso quando não a própria carga é roubada no próprio porto, por causa dos Sindicatos que têm hoje preferência de toda a parte logística interna do porto.

E a mesma coisa acontece com fertilizante, quando é importado. A importação de fertilizantes hoje, infelizmente, com a falta de investimentos que foram feitos no país, tanto público quanto privados, em jazidas que nós temos de fosfato, de potássio e também falta de investimentos da Petrobrás na área de nitrogenados, realmente faz com que tudo tenha que passar pelo porto e os portos não estão aparelhados condignamente para facilitar essa entrada de fertilizantes no país, tanto é que se paga ainda hoje, como a Senadora Kátia colocou, ao redor de 150 milhões de dólares, e são quase 500 milhões de reais, 400 milhões de reais de *demurrage* por parada de navios nos portos. Só uma cooperativa do Estado do Mato Grosso paga ao redor de 30 a 40 milhões de dólares, porque ela importa, os produtores hoje estão importando os fertilizantes por intermédio de cooperativa. Então o seu custo, na venda, essa cooperativa já embute hoje ao redor de 5% do custo Brasil, que é esse custo operacional lá desencabido(F) – 2:36:28, e também roubo de cargas no próprio porto, internamente, quando se coloca de um armazém para o outro.

Bom, contando isso tudo, o que é que a gente vê? A facilitação de todos esses investimentos e também a falta de investimentos públicos, que eu vejo que o PAC realmente não contemplou condignamente os investimentos públicos necessários para se colocar também em portos, que se tenha as opções necessárias, não só de cargas, a granel, como de containers, o caso agora de Itajaí, que praticamente está se movimentando toda a carga para outros portos, de frigorificados, portos realmente encalhou, tanto na parte de dragagem, está tudo impedindo, e as poucas opções que se têm do sistema produtivo, eu diria que essa inquietação que existe no setor produtivo brasileiro está intimamente ligado à possibilidade de fazer exportações, já que o país é superavitário, tem um potencial enorme, consegue produzir carne para o mercado mundial, tanto de aves, suínos e bovinos, tem todo esse potencial futuro de nós aproveitarmos a chamada crise financeira, com a economia real realmente, aquela economia real que nós temos, que é um país diferente, que tem essa possibilidade.

Então eu só pediria que além de nós revermos o Decreto e possibilitarmos realmente que os investimentos privados também venham a se constituir mais atrativos, que se facilite isso para por intermédio de um Decreto, ou obedecendo a Lei, como a Senadora Kátia colocou, eu vejo que é imediato esses procedimentos e nós devemos, então, correr contra o tempo, porque se não aparelharmos toda a costa brasileira nós não vamos sair do lugar que nós estamos hoje, nós vamos ficar estagnados. Essa daí seria a contribuição que eu gostaria de dar a essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria submeter ao Plenário se nós continuamos com as perguntas, depois as respostas, eu acho que ganharíamos escala de tempo. Então o Senador César Borges é o próximo inscrito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais componentes da Mesa.

Na verdade a Audiência convocada pela Senadora Kátia Abreu e o Senador Eliseu Resende se prendia a discutir efetivamente a questão do Decreto que foi colocado, o Decreto 6.620, que está causando essa polêmica, se ele é facilitador de novos investimentos ou se ele é uma barreira a novos investimentos.

Eu não vou comentar sobre o Decreto porque eu acho que a Senadora Kátia Abreu, que participou de toda a negociação aqui dentro do Senado, inclusive foi a Relatora da Medida Provisória, ela já colo-

cou suas posições, o Ministro teve a oportunidade de respondê-la.

Eu acho que nós precisamos é de ter um ponto de concordância, de convergência com essa questão, porque sem sombra de dúvidas o país inteiro reclama por infra-estrutura e basicamente infra-estrutura portuária, que nós sabemos que faz parte efetiva do custo Brasil hoje nas exportações e nas importações. Isso daí não há como, eu não quero responsabilizar o Ministro, nem o atual Governo, mas que historicamente nós temos essa deficiência e que ela não está devidamente resolvida e combatida, ainda não está hoje no plano das idéias e das propostas, mas temos muito a fazer e fazer rapidamente, senão o país sairá prejudicado, principalmente diante da nova crise que chega aí.

Entretanto, eu não posso perder a oportunidade aqui, Ministro, de tecer comentários sobre a situação do meu Estado, uma situação que V. Exª. conhece bem, que já estive em audiência com V. Exª. e conversamos, porque a Bahia é a sexta maior economia do país, a Bahia representa 50% das exportações do Nordeste. Entretanto, tem nos portos baianos um gargalo para o seu desenvolvimento. No Nordeste nós temos vários portos, eu vou citar apenas Pecém e Suape, que representam apenas 10% da exportação do Nordeste. A Bahia representa 50%, cada um deles isoladamente com outros portos vão completar todas as exportações baianas. Pois bem. Aquele pior equipado e de maior deficiência de operação é a Bahia. Todos os jornais estão periodicamente, ontem eu vim de Salvador, na terça-feira, aliás, "Portos baianos exibem deficiência estruturais". Então V. Exª. sabe dessas deficiências, as deficiências são grandes. Nós estamos hoje tendo um custo adicional porque nós estamos perdendo carga para outros Estados, porque os portos baianos, que é o Porto de Salvador, o Porto de Aratu, aqueles públicos, e o Porto de Ilhéus, não estão vencendo as necessidades da Bahia. Nós precisamos na Bahia e fizemos portos privados para atender, por exemplo, o complexo industrial da Ford, porque os portos não tinham condições de fazer. Um dos fatores de atração foi investimento no porto, que foi feito pelo Estado, para possibilitar a chegada do complexo automobilístico da Ford na Bahia. Facilitamos também o porto privado de Moinhos Dias Branco, que está operando, quer dizer, tivemos que facilitar, o Estado comprou terrenos e fez a permuta com as empresas para atrair as empresas, porque os portos públicos não davam condições a essas empresas de se implantarem na Bahia senão tivesse essa solução. E hoje nós estamos perdendo 30 a 40% das nossas cargas para portos de outros Estados.

É uma situação inaceitável. É preciso que algo seja feito o mais rapidamente possível. Nós sabemos muito bem a questão de dragagem para aprofundar o Porto de Salvador para 15 metros. Entretanto, essa licitação tem sido prorrogada e já foi prorrogada agora mais uma vez, quer dizer, eu não sei exatamente qual foi a motivação dessa última prorrogação, porque já era para ter saído no mês de setembro, depois virou o mês de outubro e agora, se não me engano, ela está para o mês de--

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vai sair agora em dezembro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vai sair agora no mês de dezembro. Então a dragagem para que Salvador possa operar pelo menos no canal de acesso com 15 metros de profundidade. E, principalmente, a ampliação do Porto de Salvador, do porto de containers, que hoje as cargas são principalmente transportadas pelo sistema do container.

Então temos uma polêmica, essa polêmica é interminável e o que a sociedade baiana e a economia deseja é agilidade, é rapidez para que nós possamos ter um porto que atenda à economia baiana que está sofrendo pela falta de um porto, que possa atender a potencialidade inteira que tem o Estado da Bahia, que representa quase que 5% do PIB nacional e do Nordeste mais de 35% tenho o PIB, mas não tem um porto à altura.

E eu não sei, eu gostaria de saber de V. Exª. qual é a saída? Nós vamos ampliar, de que forma vai ser a ampliação do Porto de Salvador? Hoje nós só recebemos navio Panamax, não podemos receber pós-Panamax, porque é um cais de duzentos e poucos metros, duzentos e dez metros.

Agora essa polêmica como é que se resolve? Será feita uma licitação, será feito um aditivo ao contrato, a empresa operadora do porto, uma solução do porto de container? Há essa dúvida na sociedade baiana e está sendo debatida todos dias nos jornais e a Bahia sofrendo e não há ainda uma solução.

Então eu já externei a V. Exª. essa preocupação, V. Exª. até mostrou irritação porque não há entendimento em como fazer. E mais recentemente, Ministro, eu li pelos jornais que o Presidente da CODEBA, que é uma empresa que nós sabemos que tem problemas seriíssimos de gestão, está demissionária. Há pouco tempo atrás foi substituída toda a direção da CODEBA quando V. Exª. chegou no Ministério, recém criado, porque foi verticalizado e aí foi verticalizado dentro do partido de V. Exª., indicado dentro de um único partido toda a direção da CODEBA. Agora já se fala na demissão do Presidente da CODEBA, quer dizer, é sempre um entrave do ponto de vista da continuidade administrativa para se chegar a uma solução.

Então eu deixaria essas questões, e para o final até eu gostaria de saber pelo Porto Sul, que é o Porto da Ponta da Tulha, que é um grande projeto estruturante para a Bahia, que seria a rodovia chamada Bahia Oeste, e que precisa de um porto. Entretanto, o projeto da concessão da ferrovia é um, está sob responsabilidade da VALEC e da ANTT, mas o porto é responsabilidade da ANTAQ e da Secretaria Especial dos Portos, que precisa definir com urgência, se não poderemos andar numa ponta com a ferrovia, que é extremamente importante para o desenvolvimento e é muito estruturante para o nosso Estado, inclusive para o escoamento de grãos do centro-oeste por essa ferrovia que vai até o Tocantins, até Palmas, da Senadora aqui Kátia Abreu, mas não tem ainda a solução, pelo menos eu não sei qual é a solução do porto. Aproveitando a oportunidade da presença do Ministro e do Dr. Fialho, eu gostaria de saber exatamente em que ponto está o projeto e o andamento, ou para a licitação, como é o pensamento da ANTAQ e da Secretaria para resolver a questão do Porto Sul, porque é um porto que será inicialmente, essencialmente, para o minério de ferro e outros minérios, que poderão ser aí escoados, mas também para cargas geral, para grãos do oeste da Bahia e do centro-oeste do Brasil.

Então eu gostaria de deixar essas questões específicas com relação ao meu Estado, esperando que com relação à questão do Decreto 6.620, prevaleçam os interesses nacionais, que permitam investimentos de todos os setores, que nós sabemos que não é bom cartório, não é bom estatizar em qualquer tipo de excesso, por menor que seja, que atrapalha o desenvolvimento, e se nós tivermos interessados no setor privado, investir num setor tão importante como porto, nós deveremos facilitar, pelo menos essa é a nossa opinião. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais convidados a esta Audiência Pública.

Eu queria, inicialmente, agradecer a presença do Ministro Pedro Brito em Santa Catarina, terça-feira. Todos sabem da nossa tragédia e a presença do Ministro com as providências adotadas animaram muito, porque o Porto de Itajaí é um porto que movimentava, nada mais, nada menos, do que 60% da carga frigorificada do país, do país. Não é de Santa Catarina, é do país. 60% do frango, do suíno congelado da exportação era movimentado pelo Porto Público de Itajaí, e o Porto Público de Itajaí é o segundo em movimentação de containers do país, só perde, só perdia, para o Porto de Santos. Um porto que tem uma retroárea muito pequena, um porto que tem uma dificuldade grande, porque os Caminhões circulam todos pelo centro de Itajaí, inclusive uma das obras do PAC é a via portuária, exatamente para ter um acesso exclusivo ao porto vindo diretamente da BR-101. E o Porto de Itajaí é um porto que sofreu profundos prejuízos, praticamente foi totalmente destruído, então vai ser iniciada a dragagem já a partir da semana que vem, pelas iniciativas adotadas não só da inclusão da Medida Provisória assinada na quarta-feira passada do Presidente Lula de 350 milhões. 350 milhões é mais do que o Governo Federal já colocou eu acho que nas últimas décadas nos portos catarinenses e eu acho que em muitos portos do Brasil, mas está na Medida Provisória e nós agradecemos ao Presidente Lula e agradecemos as providências que o Ministro, na visita, adotou para a retomada imediata da operação do Porto de Itajaí.

Eu queria ainda deixar claro que nunca antes, na história catarinense, e as pessoas não gostam, mas os portos públicos catarinenses, pela primeira vez na história, todos os quatro portos têm obras do Governo Federal, todos: o Porto de Itajaí, o Porto de São Francisco, o Porto de Laguna, o Porto de Imbituba. Santa Catarina talvez seja um Estado um pouco diferenciado, porque nós temos todas as modalidades de portos públicos. Nós temos o porto público municipalizado, que é o de Itajaí, nós temos um porto público estadualizado, que é o Porto de São Francisco, nós temos o Porto de Laguna, que é a Companhia Docas, e nós temos o Porto de Imbituba, que é uma concessão já de quase 70 anos da iniciativa privada. Tivemos que inclusive, Secretário Nacional, Ministro Pedro Brito, que até dar um jeitinho para poder recuperar o mole do Porto de Imbituba, que a iniciativa privada não cuidou adequadamente e estava por um triz para romper. Foi na época, ainda não estava criada a Secretaria de Portos, foi um sobrevôo do Ministro dos Transportes que viu a situação e nós encontramos uma solução jurídica para permitir um investimento de recuperação do mole de Imbituba, feito pelo Governo Federal, aliás, quem está fazendo a obra lá é o Exército, como também a obra do Porto de São Francisco, que a grande maioria foi o Exército que realizou. Portanto, Santa Catarina nunca teve na sua história obras e investimentos do Governo Federal como está tendo e isto modificou e muito. É um Estado exportador, todos sabem, depende fundamentalmente dos portos e nós somos muito gratos por tudo que vem sendo feito. Precisa fazer mais? É óbvio que precisa fazer mais, agora o que está sendo feito tem que ser reconhecido.

O Porto de São Francisco, por exemplo, quando iniciou os investimentos do Governo Federal, agora em 2005, fazia nada mais, nada menos, do que onze

anos que não recebia um tostão do Governo Federal, onze anos. Então, sabe, eu acho que isso é muito importante para que a gente realce para poder, nesse debate a respeito das dificuldades, das necessidades de mais investimentos sim, e a iniciativa privada tem correspondido, porque o investimento público feito nos portos tem atraído investimento privado na ordem de dez, doze, até quinze vezes mais no sentido de ampliar a capacidade portuária lá no nosso Estado.

Agora o que eu queria falar é o mesmo que eu falei quando nós debatemos a Medida Provisória do reporto. Quer discutir a questão dos portos no Brasil? Vamos fazer por Emenda Constitucional, porque a Constituição é claríssima, a Constituição é claríssima. "Art. 21: Compete à União - inciso XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão", inúmeros serviços públicos, entre eles os portos marítimos, fluviais e lacustres. Portanto, compete à União explorar diretamente. Se ela não tem condições de explorar diretamente, ela vai fazer por concessão, ela vai fazer por permissão. Esta é a regra. A autorização é exatamente em situações precárias que, no caso portuário, não cabe, não cabe, porque são investimentos de grande porte.

Não adianta querer confundir isso com educação, porque a Constituição, eu posso até não concordar, mas a Constituição diz lá também de forma muito clara. "Art. 209 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições". Então no caso do ensino, da saúde, a Constituição garante a entrada da iniciativa privada. No caso dos portos, não. É competência exclusiva da União e ela só pode fazer mediante a concessão. E a autorização, no caso dos portos, eu tenho a clareza de que não cabe, porque são grandes investimentos.

Portanto, se nós queremos fazer o debate, nós temos que fazer o debate por Emenda Constitucional. Não pode ser Emenda a Medida Provisória, não pode ser por Decreto, não pode ser por Resolução, modificação de Resolução da ANTAQ. Então querem fazer o debate? Aliás, a minha pergunta é essa: tem Emenda Constitucional, tem intenção da ANTAQ, do Congresso, da Secretaria de Portos, de apresentar Emenda Constitucional para modificar esta realidade constitucional? Porque se tiver, eu acho que aí nós fazemos o debate. Eu vou ser uma defensora de que continue sendo serviço público.

E eu quero dizer o seguinte: não tenho vinculação com cartel nenhum e se dizem que tem cartel de um lado, pode até ter de um lado, acho até que tem, tem do outro também, tem do outro também, certo? E quero dizer: por que é que eu faço a defesa de que é serviço público e precisa ter licitação, como tem que ter na questão da energia elétrica, como tem que ter em outros serviços públicos? Porque qual é a questão que está em jogo? E aí eu quero usar as palavras do Senador GERSON Camata. Nós temos que garantir que o pequenininho, que é aquele que não tem a quem recorrer, tenha a garantia da sua carga movimentada. Porque é o seguinte: se sai como porto privativo, sai como porto privativo e o porto privativo dá um jeitinho de movimentar as cargas de terceiro, em grande maioria, o que é que faz o porto privativo movimentando carga de terceiro? Ele seleciona por aquilo que dá maior rentabilidade. Então o pequenininho não vai ter vez, não vai ter vez. O porto concessionado a partir da licitação, ele tem regras, porque a diferença não são só as taxas, a diferença não são só as regras, é que o porte público concessionado à iniciativa privada é obrigado a movimentar a carga de todos, de toda e qualquer pessoa que precisa exportar ou importar, que precisa despachar a sua mercadoria ou não. Então para mim esta é a grande diferença, é a garantia para todos, e isto só acontece com a licitação, a regra do porto como serviço público subordinado à licitação para garantir que todos possam movimentar as suas cargas. Esta é a diferença para mim. É por isso que eu fiz uma defesa contundente, fiz uma defesa contundente. Não estou defendendo cartel nenhum, que volto a dizer, têm dos dois lados. Eu estou defendendo um conceito de serviço público e da garantia do direito de todo e qualquer produtor, seja um grande produtor rural, seja um micro, um microempresário que precisa fazer com que a sua carga entre e saia através do porto.

Então é por isso que eu não tenho nenhuma dúvida. Querem fazer a discussão da regra constitucional? Vamos fazer por Emenda Constitucional. Por isso que a minha pergunta é uma só a todos os representantes que estão aqui: ao Ministro, ao representante da ANTAQ, ao próprio representante da Confederação Nacional da Agricultura, que está reclamando que precisa de mais portos e tal: vamos mexer na discussão ou não vamos? Porque se não vamos mexer na Constituição, o Decreto está corretíssimo, o Decreto corrobora o que está no texto constitucional. Aquilo que a ANTAQ vai ter que fazer, terá que ser dentro da regra constitucional. Agora isto não serve, isto é ruim, isto prejudica? Então vamos mudar a Constituição.

Eu quero dizer que se apresentarem a Emenda Constitucional, eu vou ser uma ferrenha defensora do porto como serviço público subordinado ao processo licitatório, até porque o Decreto é claríssimo. Eu não sei por que estão chiando que não podem investir. Por que é que não podem investir se diz o seguinte: "Qualquer interessado na outorga de porto organizado marítimo, mediante concessão, poderá requerer a

ANTAQ a abertura do respectivo processo licitatório". "Ah, mas vamos investir antes, vamos fazer estudos e tal". Alguém que investe antes, faz estudo e tal, vai ter medo de licitação? Ele vai ter as informações privilegiadas, vai apresentar o melhor preço porque ele fez o estudo. Ou não vai ganhar a licitação quem tem as informações do estudo feito? Eu não acredito.

Agora querer movimentar carga sem seguir as regras, as taxas, a contratação de mão-de-obra, do OGMO, e ainda por cima poder selecionar, conforme a sua lucratividade, o que é que ele vai movimentar ou não, isso afronta a Constituição. E eu acho que aí o Decreto está corretíssimo, eu acho que qualquer modificação que a ANTAQ queira fazer vai ter que seguir obrigatoriamente o texto constitucional, até porque a participação da iniciativa privada está garantidíssima, inclusive incentivada pelo Decreto, que deixou claro agora o que é.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, me permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, eu acho que V. Exª. está correta, é preciso sempre haver a fiscalização do Estado. Para isso o país criou uma agência que disciplina, reguladora, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que ela tem a obrigação constitucional de fiscalizar, e não é fiscalizar apenas qualquer porto privado que seja feito uma autorização ou concessão ou o que quer que seja, mas ela tem a obrigação de fiscalizar inclusive aqueles que operam hoje os portos brasileiros que têm sido mediante licitação, porque se não fiscalizar vai acontecer o que V. Exª. está dizendo aí, vai ter privilégios para um em detrimento de outros. Então este é um papel que nós temos que exigir da ANTAQ, mas ela está criada e ela pode e deve cumprir o seu papel em todas as instâncias. Então não há porque ter essa preocupação, porque a agência está criada e está aí para fiscalizar toda a atuação daqueles permissionários, seja através de concessão, de permissão ou de autorização para operar serviços públicos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, eu tenho certeza absoluta, elogio o trabalho da ANTAQ, eu acho que deve inclusive ter até uma atuação mais ofensiva no sentido da fiscalização, ainda mais, ainda mais. Agora não há possibilidade de fazer uma fiscalização com regras flexíveis para uma parte, que é de um jeito, de outra parte é de outro jeito, tem um ditame constitucional. O ditame constitucional é um único, é um único, está aqui no artigo que estabelece de forma muito clara que é da competência da União a exploração de portos e que isto só pode ser concedido à iniciativa privada mediante processos licitatórios.

Então eu quero dizer que não tenho como não perguntar, essa é a minha única pergunta: nós vamos debater a mudança na Constituição? Existe algo no ar para isso? Se nós vamos debater, então na hora que isto se apresentar aqui, eu vou ser uma defensora da manutenção do porto como serviço público, que só pode ser concessionado mediante licitação. Se não existe isto, o Decreto do meu ponto de vista está correto, o que a ANTAQ vai fazer em termos de revisão terá que ser mantido conforme a regra da Constituição, e se nós temos que fazer mais investimentos, os investimentos estão autorizados a serem feitos, dentro da regra constitucional.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de agradecer a presença do Carlini, do Fayet, do Dr. Fialho e também do Ministro. Infelizmente eu tenho que ir para o aeroporto, estou no meu limite, eu tenho que ir a Goiás, a Goiânia fazer um compromisso, meus colegas Senadores, Senadoras, mas dizer, Sr. Presidente, que eu já esperava o debate desta forma e a manifestação do Ministro também não muito animadora.

Eu não sei o que essa Casa pode fazer. Agora a pouco V. Exª. disse que nós fizemos um acordo para cumprir uma Lei. Foi verdade. Aquele acordo foi para cumprir uma Lei. E eu não tenho o menor ânimo de protocolar também um Projeto de Lei para cumprir a Lei e a Constituição. Nós precisamos sim mudar a Constituição para legitimar esse Decreto e não ao contrário, porque eu não posso fazer juízo de valores às palavras da Constituição. Quando a Constituição diz que permite autorização, concessão e permissão e sendo que licitação é só para concessão e permissão, eu não posso aferir que no caso dos portos não cabe autorização. Aí é demais. Aí é demais, Ministro, Presidente, não dá para fazer essa aferição, não dá. Eu querer enquadrar segmentos e atividades às palavras da Constituição, eu não me sinto grande o suficiente para isso. Eu prefiro obedecer à risca as palavras que estão escritas na Constituição, no art. 21: "Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização". Autorização, não é necessário licitação. E ainda é claríssimo na letra "f" repito: "os portos marítimos, fluviais e lacustres".

Eu tenho a impressão, Presidente, que o único caminho é a justiça. Eu tenho muita esperança que a

justiça possa ter misericórdia do país e que possa fazer valer a Constituição. Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito e logo a seguir então fala o Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: A Senadora Kátia Abreu está tendo que se ausentar, mas eu queria, em relação à autorização, tanto é que pode que ela é dada, dada dentro daquilo que está definida na política pública do Governo. A política pública do Governo é muito clara: a autorização será dada dentro do que está claramente definido no Decreto para o caso de portos privativos que são extensão do negócio da empresa. Para esses casos a autorização será dada. Para os casos da prestação de serviço público, de alguém que quer colocar um porto não para atender ao seu negócio, mas quer colocar um porto como negócio, que são coisas absolutamente diferentes, uma coisa é uma pessoa precisar de um porto fazendo parte do seu negócio, como centro de custos. Outra coisa é a empresa querer ter um porto como negócio, como centro de lucros, como centro de ganhos. São coisas absolutamente distintas. No primeiro caso o Governo autoriza. No segundo caso, vai para licitação, como é a regra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente, se o senhor me permite apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem. Porque da forma como é argumentado aqui a história da autorização, Ministro, há uma inversão total, porque, assim, é competência da União ou compete à União o serviço dos portos.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a União é que tem a prerrogativa de decidir se é autorização, concessão.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas os argumentos que são usados dão a impressão de que é o seguinte: é da União, é competência da União, mas quem tem que decidir se vai ser autorização ou licitação é--

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: É quem quer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- É quem quer, entende? É o setor público? Não, aqui eu vou decidir que é autorização, eu não preciso fazer licitação, eu faço como eu bem entendo. Então se é o setor público que vai fazer como bem entende, então nós estamos afrontando a Constituição sim, porque se é competência da União, é a União que tem que decidir o que ela autoriza e o que ela concessiona por licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não quero debater com a Senadora Ideli não, mas vou apenas citar um exemplo com relação ao gasoduto. A União dá autorização e deu várias autorizações à Petrobrás e faz a fiscalização. Agora nós votamos, acabamos de votar ontem à noite a nova Lei do Gás, que disciplina, e o Congresso Nacional interpretou e decidiu que doravante mantido os direitos adquiridos das autorizações concedidas já, doravante será sempre por concessão. Nós votamos ontem a Lei do Gás que prevê isso, quer dizer, o Congresso Nacional decidiu dessa forma. Então pode ser por autorização, fazer por autorização. A Petrobrás tem autorizações em todo o país para concessão de gasodutos, mas de agora em diante será sempre por concessão e nós disciplinamos aqui no Congresso Nacional. Então quem vai dizer é o Congresso Nacional que tem responsabilidade para isso e tem e pode fazer essa interpretação através de Lei Complementar ou através de uma Lei que possa regular o setor.

Então isso é um exemplo que pode acontecer muito bem com os portos, o próprio Congresso Nacional aqui pode definir e fez isso através da Medida Provisória. Agora se a interpretação continuou agora através do Decreto outra, é outra questão que pode se debater, senão vai terminar no Judiciário essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, só um--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti, pela ordem e para encerrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para encerrar, só um minuto. Nós não tínhamos o marco regulatório do gás, ele foi votado. Portanto, o marco regulatório do gás, ele consolidou o que já tinha sido feito antes da legislação regulamentadora, autorizações e tal, e a partir de agora é só concessão.

A Lei dos Portos foi a mesma coisa. Ela consolidou também situações anteriores e daí para frente, com exceção do porto de uso privativo, que é a autorização que continua, os demais têm que ser pela regra da licitação.

Então o que nós estamos falando é a mesma coisa, é idêntico. Nós não estamos falando coisas diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito Fialho, com as desculpas, então, para as suas conclusões.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu estou inteiramente à disposição. Eu acho que o tema é rico e muito interessante, mas eu gostaria de fazer alguns comentários, inicialmente, a respeito do que foi colocado pela Senadora Kátia Abreu quanto à Resolução 517, que foi editada em 2005. Quando entramos na agência, em 2006, iniciamos um processo de análise detalhada, com discussão ampla e generalizada com o empresariado, eu estive com representações de todos os *players* do setor portuário, com a Comissão Portos, que tinha uma representação ampla, e nessa linha fizemos uma avaliação de o quanto a ação regulatória era suficientemente adequada no sentido de que nós fizéssemos imposições de limites à implantação de terminais. E aí nessa linha, e conforme consta nos autos do processo em análise, conforme inclusive foi mencionado pelo professor Fayet na avaliação jurídica feita pelo nosso Procurador-Geral, Dr. Aristarte, é de que do ponto de vista regulatório não cabia à agência estabelecer limites que ultrapassassem o mandato legal da Lei 8.630.

Os terminais de uso privativo misto, que hoje montam em 125, 124 até recentemente, mais um que foi autorizado recentemente, da Aracruz Celulose, nós temos 125 terminais e que foram, na sua grande maioria, autorizados, mediante contrato de adesão celebrado entre o Ministério dos Transportes e os seus autorizatários, e que estão absolutamente regidos e amparados pela legislação brasileira, porque o art. 21, conforme foi tão mencionado, prevê o regime da autorização. Esses terminais prestam um serviço não só às empresas que operam diretamente, mas também prestam serviço a terceiros, fazendo um trabalho importante no setor do agronegócio. Vale salientar, por exemplo, no terminal do Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, por exemplo no terminal da Vale do Rio Doce lá no Maranhão, em que prestam um serviço importante à sociedade. Então eu acho importante fazer o registro do amparo legal e jurídico que se reveste os terminais que já estão instalados, já estão funcionando, inclusive os terminais da PORTONAVE e da EMBRAPORT.

No entanto, e aí reconheço, reconheço que o Governo trabalhou no sentido de editar a sua política portuária, valorizando a ação dos portos públicos, e nessa linha a ANTAQ vai procurar, como inclusive já delineei, enxergar e procurar adequar o seu regramento dentro daquilo que foi editado no Decreto do Sr. Presidente da República. Um detalhe importante é que não cabe à ANTAQ fazer julgamento de mérito quanto ao Decreto editado pelo Sr. Presidente da República. Vamos cumprir aquilo que foi determinado como política pública.

Outro aspecto, ressalvado o aspecto de que todos os contratos vigentes foram celebrados dentro da legalidade e que a operação da Vale do Rio Doce, da Cargill, da Bunge, da PORTONAVE, da EMBRAPORT, tem legalidade e funcionam dentro da Lei. Eu acho importante ressaltar que a ANTAQ está fazendo essas revisões e fazendo as revisões agora à luz de uma política pública. E que o ofício encaminhado e que consta nos autos reflete a mais absoluta verdade dentro da avaliação quanto ao cabimento dentro da regulação pura e simples.

E, também reforçando, que o Senador César Borges comentou a respeito da questão da fiscalização, realmente nós temos procurado ampliar essa nossa fiscalização. Tivemos no ano de 2007 mais de 1100 ações fiscais, no ano de 2008 devemos fechar com mais de 1300 ações fiscais, resultando em uma fiscalização mais presente, mais próxima, mais ostensiva, inclusive com relação aos portos públicos, exigindo posturas, exigindo mudança, resultando inclusive em punições conforme foi mencionado pelo Dr. Fayet. Então estamos reforçando, recebemos recentemente a autorização para a celebração de um concurso para ampliar essa ação fiscal com mais sete unidades regionais, uma inclusive será instalada em Salvador, então vamos ampliar essa ação, porque, assim, faz parte da agência de forma muito clara.

O senhor fez uma pergunta a respeito do terminal do Porto Sul. Nós participamos de duas reuniões para tratar a respeito do terminal, do porto, e há uma determinação de Governo, e como eu mencionei inicialmente que o nosso Plano Geral de Outorgas não impedirá a implantação de um porto público novo por uma demanda de geração de desenvolvimento, indução de desenvolvimento numa determinada região, então a ordenação para a criação desse porto é, primeiro, um Decreto do Sr. Presidente da República criando a área do porto organizado, depois a inclusão desse porto dentro do Plano Nacional de Vias, o PNV, e na seqüência o procedimento do processo de licitação da concessão dentro de um arcabouço jurídico que está sendo avaliado, estamos estudando, tentando criar a melhor formatação possível, inclusive dentro da linha de reduzir a visão patrimonialista e sim de focar no atendimento a um custo mais baixo para o usuário final. Mas isso, obviamente, vai tomar um tempo de processo de licitação de concessão e até da confecção de um modelo. Eu quero ressaltar que a confecção do mo-

delo do setor elétrico, a confecção do modelo do setor de transporte terrestre, demorou dois anos para ser validado junto ao TCU, então é natural que a confecção de um novo modelo de concessão, muito embora tenhamos toda a determinação de trabalhar de forma célere na propositura desse modelo, mas esse modelo será discutido, esse modelo será avaliado, inclusive com validação junto ao TCU. Então assim há um *time* de implantação de novos portos que vai ser observado obedecendo todo o rito legal, mas estamos trabalhando em conjunto para seguir os trâmites e, assim que esse processo chegar dentro da agência, nós vamos fazer o encaminhamento do processo de concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Me permita só rapidamente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque a previsão da conclusão da ferrovia estar operando é para 2011. Nós estamos em 2009 praticamente. Então o tempo urge para que seja dada a concessão e que seja executada a obra, porque ferrovia sem porto não vai funcionar. Então temos que concomitantemente chegar ao porto e a ferrovia.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu concordo inteiramente com o senhor, mas o processo ainda se encontra no Executivo, ainda não foi encaminhado para a agência, estamos aguardando para fazer a nossa parte também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador César Borges, o Ministro Pedro Brito queria fazer um esclarecimento a uma pergunta que V. Exª. fez.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, é só sobre essa pergunta que o senhor fez, Senador, sobre a dinâmica aí lá do Porto Sul. Nós já estamos com o grupo que está trabalhando *full-time*, é um grupo composto pela Secretaria de Portos, pelo Governo do Estado da Bahia e pela VALEC, e claro que esse projeto ao qual o senhor está se referindo, que é importantíssimo para o Brasil e para a Bahia em especial por conta de toda a possibilidade que nós vamos ter de atender o oeste baiano, além da parte mineral, de produção mineral que está sendo colocado agora no mercado pelo Estado da Bahia, coisa que já existia, mas agora que está vindo para o mercado, esse projeto é um projeto interligado de ferrovia com porto, não pode ser diferente, nem tem sentido o porto sem a ferrovia e nem ao contrário. É um projeto único na verdade do ponto de vista estratégico de negócio. E nós estamos em ritmo de sintonia entre os dois projetos e naturalmente que nós não vamos esperar dois anos para isso. Nós vamos colocar esse projeto, a nossa idéia é estar com ele no segundo semestre do próximo ano pronto para ser licitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois bem, então a presidência agradece a presença do Ministro Antônio Brito, do Sr. Nélson Carlini, do Diretor-Geral da ANTAQ, Dr. Fernando Antônio Brito, do Luiz Antônio Fayet, dos Srs. Senadores e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h46

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, Flávio Arns, Gerson Camata, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 51, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Institui a Política Nacional de Abastecimento." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável, acatando parcialmente as emendas oferecidas, na forma da emenda substitutiva apresentada.

É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental 05 (cinco) dias. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 225, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ASCCOMVE - Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 233, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 250, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 255, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 141, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jauru de Rádiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 226, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 218, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 239, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Rádio Comunitária "Vila Pavão que Queremos" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 213, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos e projeto, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 22, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, "...nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta comissão seja discutida a sistemática de formação de preços dos combustíveis: Representante da BR Distribuidora; Representante da Petrobrás e Representante da Agência Nacional do Petróleo -ANP". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº 01, de 2008-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Romeu Tuma que requer "..., nos termos regimentais, que a Audiência Pública, aprovada em 13/02/2008, por meio do Requerimento n.º 01, de 2008 – CCT, destinada a ouvir Sua Excelência o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações e o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel "sobre a criação da supertele nacional" seja realizada conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de acordo com o Requerimento nº 41, de 2008-CI, aprovado em 20/08/2008, que "Requer nos termos regimentais, que sejam convidados o Presidente da Anatel, Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Ministro das Comunicações,

Hélio Costa, um Representante do CADE e um Representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, em Reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, discutir as fusões das Empresas OI e Brasil Telecom. O aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 576, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que "Altera o art.45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o título IV e estabelecer o acesso gratuito ao rádio e a televisão pelos partidos políticos." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, com a emenda nº 01–CCT é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº. 109, de 2006**, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003** e o **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005** e **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº. 51, de 2008**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data 26 de novembro de 2008. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovada. A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Sobre a Mesa ofício da Marinha do Brasil, Gabinete do Comandante da Marinha. À S. Exa. Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Assunto: Visita oficial a Aramar. Sr. Presidente, tenho a grata satisfação, em nome do Comandante da Marinha, formalizar a V. Exa. e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a CCT, o convite para que participem de visita oficial ao Centro Experimental Aramar – CEA na cidade de Iperó, São Paulo, a fim de conhecerem o programa nuclear da Marinha no dia 4 de dezembro de 2008, em aeronave da FAB. Será cumprida a seguinte programação: 7h30 chegada à base aérea de Brasília embarque de autoridades, 8h00 decolagem da aeronave com destino a Sorocaba, 10h30 chegada ao Aeroporto de Sorocaba, deslocamento para o CEA, visita a instalações e almoço no CEA, deslocamento para o Aeroporto de Sorocaba de volta, 16h30 decolagem da aeronave com destino a Brasília e 19h00 chegada à área de Brasília.

Quero dizer que o senhor já está indicado por esta Comissão e aqui os outros Senadores que quiserem participar dessa visita, já está indicado o Senador Augusto Botelho que vem acompanhando já várias visitas a questão do Programa Nuclear da Marinha, inclusive, já visitou o submarino no Rio de Janeiro. Então, os Senadores que estiverem dispostos, estiverem interessados no assunto, só procurar a Secretaria para que possa... Vai ser no dia 04.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Qual o dia da semana que será?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quinta-feira, 04 de dezembro de 2008, 7h30 chegada à Base Aérea de Brasília, embarque de autoridade, e a partir daí eles cuidam da gente e devolvem a gente às 19h00. Devolve. Tem que pegar e tem que trazer. Não é isso? Não pode largar... O Senador Tuma se for fica por lá.

Bom, muito obrigado ao convite. Participo que a assessoria parlamentar de gabinete estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida pelo telefone: 9271-5992. O Sr. Alexandre Machado da Silveira, Administrador D.A.S 4, assessor parlamentar junto ao Senado Federal. Então está aqui. Os Senadores que estiverem interessados. O Senador Camata sempre interessado. O Senador Tuma no seu Estado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela tem uma importância muito grande para o desenvolvimento da tecnologia--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nuclear.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Nuclear. Eu fiz duas visitas. Esse submarino está sendo construído há mais de 10 anos e não conseguem in-

vestimento. Se liberarem essa percentagem que sai da exploração do petróleo que a Marinha tem direito, que nunca recebeu o *royalty*, provavelmente, dê para construir o submarino.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria exatamente nos termos em que o Senador Romeu Tuma coloca. Esse trabalho da Marinha é importantíssimo para o Brasil. Nós entramos no novo século, a gente vê a mudança dos pólos de poder no mundo, e o Brasil não pode ficar ausente desse trabalho impressionante que a Marinha faz.

Há um projeto que foi aprovado na Câmara, está arquivado aqui no Senado de autoria da Deputada Rita Camata que dos *royalties* de petróleo obriga um pagamento à Marinha exatamente para a defesa do litoral brasileiro que agora se torna muito mais importante diante das descobertas do pré-sal.

Queria até dizer que há poucos minutos me telefonou o Governador Paulo Hartung, o pré-sal do Espírito Santo que já está sendo explorado um novo poço, 1 bilhão e 500 milhões de barris de petróleo leve começam a operar dentro de quatro meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Royalty para o Espírito Santo?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A camada de pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É lá no Espírito Santo?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É. Ela está mais próxima da...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Minas Gerais tem direito com a extensão(F).

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha, ontem, foi anunciada a descoberta de petróleo também, pela Petrobrás. Cumprimento aos mineiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Importantíssimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, tem uma coisa...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O que falta, Sr. Presidente, é a Petrobras... O petróleo a 140, agora está 1/3 do preço, 40. E a gasolina e o óleo diesel não baixam no posto de jeito nenhum. Isso é o que a gente tinha que descobrir qual o segredo que a Petrobrás--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A culpa agora é da Somália que está seqüestrando os petroleiros.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É um problema sério.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terrorista. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, o Senador Gerson Camata está lamentando a redução do barril de petróleo de 140 para 50. Eu acho que nós temos que festejar. Eu só não entendo por que é que quando sobe o petróleo o combustível sobe, quando o petróleo desce o combustível permanece--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso no Brasil--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): -- Isso no Brasil, porque nos Estados Unidos cai.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nos preços de barril a 150 dólares, o barril está a 50, deveria cair para 1/3, 47.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nos Estados Unidos cortaram a metade do valor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que nós deveríamos até fazer aqui uma audiência pública, chamar a Petrobras para ela poder explicar qual é o critério de base de preço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É só requerer, professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então um requerimento conjunto da Comissão para que a gente possa fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só fazer... Vale verbal. Se os Senadores aprovarem esse requerimento, inclusive, verbal até V. Exa. preencher, colher a assinatura e entregar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu assino junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então nós estamos, então, em votação. Então, em votação o requerimento do Senador Flexa convocando o representante da Petrobras...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para explicar como é que calculada...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): BR Distribuidora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. E BR também porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, Requerimento verbal que será até o final... Uma emenda já do Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria então que a gente convidasse um representante da Agência Nacional de Petróleo, por um outro motivo. Serve para isso? Porque ela que faz o marco regulatório do petróleo. Mas há um outro problema. Eu fui numa reunião do MERCOSUL, há pouco tempo, e lá em Montevidéu eu estava andando na rua e vi uns carros bonitinhos, uns corsas e uns gols. E aí passei onde se vendia um carro, e vi lá um Corsa motor diesel, 26 quilômetros com 1 litro de óleo diesel. Uma maravilha o carro. E perguntei: onde esse carro é fabricado? É no Brasil. O Brasil pode fabricar carros econômicos para os uruguaios, mas não pode fabricar carro econômico para o Brasil. Nós temos que perguntar a Agência Nacional de Petróleo por que é que proibido? Por que é que nós podemos fazer para os uruguaios, para os argentinos...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Era e não é mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Camata, V. Exa. sabe que eu já fico preocupado porque não estão pagando as dívidas para o Brasil, de repente, não vão pagar também esses carros que nós estamos exportando, porque agora virou mania não pagarem as dívidas que contraem junto ao Governo Brasileiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas são empresas privadas, com empresas privadas elas se dão muito bem, A GM com a GM, a Ford com a Ford, a Fiat com a Fiat. Elas não dão cano nelas mesmo de jeito nenhum, podem dar no Brasil, nelas elas não dão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem. Então em votação o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, com a Emenda também do Senador Camata. Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento de V. Exa. Até o final, por favor, entregue à Mesa.

Pauta. Item 1 da pauta. Projeto não terminativo, Projeto de Lei do Senado, institui a política nacional de abastecimento, autoria do Senador, ilustre amigo Marcelo Crivella, e relatoria também do Senador Gerson Camata que me fazia um relato de como está funcionando o mercado... Desculpe, na Europa, o Congresso Europeu que não está usando mais gravata, segundo V. Exa., e que com isso está economizando ar condicionado e energia, porque hoje energia está muito caro.

Então, observação um: a matéria também será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Serviço de Infra-estrutura, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Observação 2: a matéria constou na pauta da reunião do dia 06/08 e 05/11. Observação 3: na reunião de 15/10 foi concedida vista ao Senador Eduardo Azeredo que apresentou manifestações por escrito.

Com a palavra o ilustre Relator Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Trata-se de um projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui uma política nacional de abastecimento.

Durante o período que o projeto esteve por aqui, na ausência do Senador Marcelo Crivella, candidato a Prefeito da maravilhosa cidade do Rio de Janeiro, nós tivemos por manifestação de órgãos do Governo a afirmativa de que tudo o que o Senador propõe já existe em outras leis e que vem sendo posta, essas medidas estão sendo postas em práticas pelo Governo. O Governo ficou de mandar algumas emendas ou mandar um motivo bem forte para que se fizesse um relatório até contra o projeto. Como nenhuma coisa aconteceu, e como, na verdade, esse projeto ainda vai passar depois pela Comissão de Desenvolvimento Regional, pela Comissão de Infra-estrutura, pela Comissão de Agricultura e pela [soa campainha] Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania onde ela será terminativa, eu então estou fazendo o meu relatório inicial que é um relatório favorável ao projeto. Na passagem pelas demais Comissões, ela poderá ser modificada ou até se o Governo já dispõe da instrumentação legal para assegurar tudo o que o Senador propõe no seu projeto, que ele seja então modificado, paralisado, ou tenha votos contra lá nas outras Comissões. Então, é um projeto substancioso, muito interessante, regula a formação de estoques reguladores, a distribuição dos estoques reguladores, propõe até um tipo de zoneamento agrícola, o uso da água potável para irrigação. Um projeto bem adiantado. De modo que o meu relatório, Sr. Presidente, é favorável ao projeto e pela sua acolhida e sua aprovação por esta Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o projeto. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O relatório do Senador Camata em cima do projeto do Senador Marcelo Crivella é perfeito, eu acho, principalmente no período em que estamos vivendo de dificuldades alimentares em razão da crise internacional que atinge o Brasil e estamos vendo agora o que acontece, infelizmente, a desgraça de Santa Catarina. E isto tem que ter uma logística permanente, a mobilização, nós custamos a aprovar o projeto de mobilização das Forças Armadas, que tem que socorrer um atendimento rápido pela infra-estrutura que tem. Eu acho que esse projeto nós deveríamos aprová-lo e seguindo para outras Comissões. Se o Governo quiser intervir com alguma emenda através de um Senador poderá fazê-lo no caminho até o plenário. Eu acho que ele deve começar a caminhar rapidamente pela situação que atravessamos. A segurança alimentar é uma coisa importantíssima, Senador. Então, nós não podemos abandonar. E aqui falar sobre combustível, sobre tudo de uma regra que possa trazer através do Governo a tranqüilidade que a população não vai sofrer escassez no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. pediu vistas. Deseja fazer alguma consideração a respeito? Nenhuma? Senador Marcelo Crivella, autor do projeto, já passamos a discussão. V. Exa. quer fazer alguma consideração?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas agradecer ao Senador Gerson Camata e ao Senador Romeu Tuma. E se os senhores lerem o projeto verão que a consultoria do Senado e o meu gabinete dedicou inúmeras horas para a gente poder preencher lacunas que hoje existem na política de abastecimento do Governo que, de certa forma, tem, muitas vezes, sido surpreendida com o aumento de preços. A inflação tem repiques, os senhores lembram agora a pouco tempo, nós vimos repiques nos índices de inflação exatamente por conta dos alimentos. Agora eu pergunto aos senhores: O País é o único no mundo que tem fronteira agrícola. Todos os demais países do mundo já ocuparam suas áreas agricultáveis, o Brasil é o único que ainda tem áreas a serem ocupadas. Como é que nós podemos ser surpreendidos por falta de alimentos e ter isso comprometendo o cálculo da inflação? E que aí motiva ao Copom aumentar os juros, diminuir o consumo e cair o crescimento. Então, os argumentos do Governo são sempre assim, a burocracia do Governo quando a gente trabalha no Legislativo para propor iniciativas que possam aprimorar e aperfeiçoar coisas que no próprio Governo não estão funcionando, vêm os técnicos do Governo e dizem que tudo isso já estar previsto porque não querem mexer nas suas encasteladas posições e funções.

Acho que é dever desse Legislativo. E agradeço muito ao parecer do Senador Gerson Camata, nos debruçarmos, estudarmos e cumprirmos nosso papel que é de, como disse, aprimorar a Legislação.

Então, Sr. Presidente, fico aqui agradecido à nossa Comissão e, tenho certeza, que estamos prestando, hoje, um grande serviço ao Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Crivella, autor do projeto.

Eu, antes de colocar em votação, eu queria dizer o seguinte: Senador Crivella, tem algumas coisas que eu não consigo entender. Por exemplo, eu estava vendo uma revista que eu não sou muito ligado no ramo, e o preço do feijão caiu 45%, quero dizer o seguinte, como é que alguém pode plantar alguma coisa sem saber o quanto vai custar na época da colheita? É uma insegurança total, e todo mundo fazendo campanha para não ter áreas que se plante, ou seja, como se a comida nascesse em gôndola de supermercado. E ela não nasce em gôndola de supermercado, a comida vem de algum lugar que alguém planta para poder botar na cidade. O Congresso precisa ter uma atenção com isso. O agricultor tem que plantar e saber quanto ele vai vender. Chegou-se a discutir que o fundo que iria se criar aqui, o fundo soberano no momento que se montasse esse fundo poderia, de repente, corrigir... No Chile é assim. O Chile produz lá, e no momento, se eu não me engano, eu acho que é o níquel, o Chile é o grande produtor... Cobre. Então quando o cobre cai de preço ele cobre a diferença, esse fundo soberano do Chile. É um tipo de fundo soberano. Aqui nós teríamos que ter isso, para que o agricultor possa ficar protegido. Não é possível se plantar o feijão, planta, custou... Vamos supor que custe para plantar, sei lá, 12 reais a saca para plantar, quando você vai vender está custando 6. Aí o que é que se faz? O agricultor não tem dinheiro para pagar, aí começa a rolar a dívida do agricultor. Começa a rolar a dívida. Aí quem é que vão ser os maiores proprietários de terra daqui a pouco? Os bancos que estão financiando a agricultura.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. Sr. Presidente, me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O Senador Osmar Dias, no dia que esteve aqui o Ministro Mantega, disse lá: os nossos agricultores foram

estimulados a plantar trigo no Sul do Brasil. Diante da crise que a Argentina está vivendo onde a produção de trigo agora caiu 40%. Nós vamos ter problema de trigo o ano que vem. Pois bem, quando eles plantaram o trigo, estava 45 reais uma saca de trigo, agora está 27. Na hora de vender eles não estão conseguindo... E na padaria não caiu o preço do pão. Quando subiu, subiu. Agora caiu o preço do trigo, e o pão está o mesmo preço na padaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Igual ao da gasolina que V. Exa. coloca aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --Está igual ao da gasolina que foi colocado aqui há pouco. Outro problema interessante. Veja o milho que é fundamental na alimentação para produzir proteínas, mas também da alimentação humana. Um agricultor vende um saco de trigo por 12 reais, menos que um sanduíche do McDonald por 60 quilos de milho. Ele vai perder o estímulo de plantar se não houver uma política mais orientada. O adubo triplicou de preço nos últimos anos. Agora com a subida do dólar, subiu mais ainda o adubo. Nós temos que meditar aqui sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O fertilizante... O fertilizante nós temos que criar uma CPI, porque o fertilizante é o seguinte: quando o preço sobe, sobe o preço do fertilizante, ou seja, o lucro que iria para o agricultor vai para o produtor de fertilizante. Quando o preço cai, cai também o preço do fertilizante. Então, ele funciona de acordo com o lucro do agricultor. Porque só tem cinco empresas que fazem esses fertilizantes. Temos que criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. toca num assunto aqui que já me preocupou. Eu fiz aqui um Projeto de Lei e que me emociona quando lembro dele porque foi relatado pelo Senador Jonas Pinheiro poucos dias antes de vir a falecer, Política Nacional de Sementes. Qualquer país que se preze não pode ter sua produção de sementes na mão de companhias estrangeiras, como de medicamentos, como de fertilizantes. Nós temos duas companhias de fertilizantes neste País. Nós estamos tratando da segurança alimentar de uma nação, de uma raça, de um povo, o povo brasileiro, nobre e generoso povo brasileiro, na sua imensa maioria, ordeiro, pobre e humilde, e que depende, eu diria, do nosso Congresso, das forças políticas, para que seus direitos sagrados de alimentação sejam garantidos. Então, V. Exa. imagine, não temos uma Política Nacional de Sementes, produção de sementes está na mão, grande parte dela, e temos aqui a Embrapa com grandes técnicas, temos a produção de semente, em grande parte, sobretudo, transgênicos na mão de multinacionais. Adubos a mesma coisa, fertilizantes a mesma coisa, implementos agrícolas uma grande parcela...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Criação do fertilizante genérico. Nós temos que lançar o fertilizante genérico.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O genérico?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Genérico nos fertilizantes. Temos que lançar, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E quebrar patentes. E digo mais a V. Exa. temos aqui no Brasil todo o fosfato, temos todos os, vamos dizer assim, toda a matéria-prima.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ingredientes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para a produção de fertilizantes, sementes e garantir que o Brasil, dito celeiro do mundo, tenha independência nesse setor. Nós não podemos mais ficar com esse nível, embora, alguns digam que há uma globalização na economia, mas por questão de Segurança Nacional. Nós não podemos permitir tamanha vulnerabilidade num setor estratégico da nossa nação. Então, eu me lembro aqui que o Jonas Rezende foi o relator dessa matéria, perdão, Jonas Pinheiro, foi o relator dessa matéria, aprovou o relatório dele, logo em seguida, para a nossa tristeza, veio a falecer, para a redenção dele, porque eu tenho certeza que um sujeito que teve a biografia dele, eu fiz um discurso aqui no elogio fúnebre que prestei, não morreu, fechou os olhos para enxergar melhor na eternidade, plantou aqui a semente da paz, foi colher no céu a vida eterna.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Crivella. Passamos à votação, então. Senadores que estão de acordo com o item 1 da pauta, o projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui a Política Nacional de Abastecimento, relatoria do Senador Gerson Camata, permaneçam como estão, os que estão a favor, permaneçam como estão. Aprovado.

Item 2 da pauta. Não está presente o Senador Antônio Carlos Júnior. Passaremos, então, ao item 3

da pauta. É o Senador Cristovam Buarque. Ele até encaminhou que poderia nomear um relator *ad hoc*. Como é um projeto pela rejeição vamos aguardá-lo para que ele possa discutir, que eu acho que é bem forte. O item...

Deseja falar, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Eu solicitaria ao Presidente que colocasse os terminativos em votação, porque a Comissão de Educação tem uma audiência pública, e eu sou um dos autores desse pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só tenho um item a mais, o senhor acha que a gente... Senador Romeu Tuma. Vamos lá, o projeto 4. Só para a gente ir rapidinho, depois passamos ao terminativo. V. Exa... O item 4, Projeto de Lei do Senado, 58/2007, dispõe sobre a transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos pela TV Senado. Autoria do Senador Expedito Júnior, relatoria do Senador Romeu Tuma. Parecer favorável, acatando, parcialmente, as emendas oferecidas na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu vou tentar fazer um resumo para atender o nosso Sérgio Zambiasi. Mas esse projeto foi feito pelo Senador Expedito, em primeira mão o meu relatório foi pela rejeição. Posteriormente conversando com o Senador Expedito, fizemos consulta a todos os órgãos da Casa que estão envolvidos na posição de transmissão e atendimento aos interesses da Casa pela rádio, televisão e todo o sistema de comunicação que o Senado faz. Então, este é, praticamente, um substitutivo que atende todos os segmentos da Casa. Eu tive o cuidado de ouvir um por um, inclusive, a própria Mesa Diretora dos trabalhos que é a responsável pela pauta da televisão. Então, não houve nenhum... Não tem, praticamente, nenhuma contrariedade dentro do meu relatório em razão da participação ativa de todo o segmento da Casa, falei com a nossa Secretária, ela confirmou que conversou com outras pessoas aqui, porque achei que era importante ouvirmos a todos.

Então, diante disso eu sou pela aprovação do substitutivo. E ele consta aqui, se precisar ler eu leio, senão fica a critério dos Srs. Senadores discutirem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Em discussão o parecer do Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo que eu representei lá na Assembléia Legislativa na entrega das encomendas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, quero primeiro cumprimentar a V. Exa. que recebeu a medalha da Assembléia Legislativa de Minas Gerais--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com muita honra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ficou mais mineiro com essa medalha. Agora eu queria também aproveitar, além de ser favorável ao voto também do Senador Tuma, mas é com a questão da TV Senado. A TV Senado tem sido muito importante para mostrar os trabalhos que são feitos aqui. E eu apresentei um requerimento em plenário, mas queria pedir a V. Exa. como Presidente que também fizesse sugestões com relação à transmissão da TV Senado em sinal aberto em Belo Horizonte, porque ela já está sendo transmitida em sinal aberto em várias outras capitais do Brasil, e no caso de Belo Horizonte que é a terceira capital em população, e não está ainda liberado. Eu sei que tinham algumas dificuldades técnicas do quadro de canais, ou coisa assim, mas isso já tem bastante tempo. Então, além, do requerimento, quero solicitar a sua intervenção nesse sentido que possamos acelerar--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Junto ao Ministro?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Junto ao Ministro a inclusão da TV Senado, um sinal aberto em Belo Horizonte, exatamente porque esse assunto também está falando da TV Senado, e eu acho que é sempre importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem razão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria então, aproveitando a oportunidade, agradecer ao Ministro Hélio Costa, ele agilizou e assinou já a portaria, liberando o canal 23 em Vitória para as transmissões ao vivo da TV Senado que já está fazendo um acordo com a TV Cultura para minimizar os custos, porque serão transmitidos os sinais--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Torre?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --Torre, equipamento técnico com a TV Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Farei a reclamação e levarei o elogio. Não identificarei os Senadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria endossar o elogio, porque São Paulo também no canal 43 já está...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 2 a 1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, põe 3 a 1, que o Rio também já está no ar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só está reforçando a minha reclamação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A minha solidariedade ao Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa questão do Senador Azeredo com o Hélio Costa, não sei por que isso. Eu não entendo.

Senador Azeredo, até ontem eu conversava e estava presente V. Exa., V. Exa. que tem uma carreira brilhante de Prefeito, Governador, Senador, e, realmente, as questões partidárias não pode esquecer do grande político que V. Exa. é. E ontem até nós conversávamos e achávamos que se V. Exa. estivesse concorrido a Prefeito, seria a maior barbada desse ano em Belo Horizonte, mas V. Exa. tem outros caminhos, e, com certeza, vamos respeitá-lo, mas é unânime, inclusive, nessa homenagem que eu recebi da Assembléia, tem aquele momento de conversa de políticos, e esse assunto foi levantado e que V. Exa. seria, com certeza, o Prefeito eleito de Belo Horizonte, se fosse assim candidato. Senador...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Como Prefeito lá do PSB, o Márcio Lacerda está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. diz isso porque o Aécio apoiou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas fazer um apelo aqui à V. Exa., a Rádio Senado já tem freqüência distribuída para o Rio de Janeiro, 105.3, mas ainda não tem autorização do Ministério das Comunicações para instalar lá o seu transmissor. Como é uma decisão burocrática, eu queria ver se essa Comissão poderia se manifestar através de um requerimento, expediente qualquer pedindo ao Ministro Hélio Costa para que ultimasse essa providência. Nós precisamos ter a TV, a Rádio Senado sendo transmitida em freqüência modulada na FM lá no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Expedito, desculpe, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos numa fase de elogios e de críticas ao Ministro Hélio Costa, e eu quero pedir a V. Exa. como principal colaborador do Ministro, que nós pudéssemos retomar um tema, apesar de já ter passado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem razão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Ter passado uma fase, mas acho que sempre é bom. Nós convidamos, naturalmente, não vamos convocar o Ministro, nós convidamos o Ministro para vir aqui falar sobre a junção e a fusão das duas empresas de comunicação no Brasil--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que o momento é esse.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --E o Ministro já foi em outra Comissão, me parece, se não foi a essa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não foi não. Desculpe-me, só um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele cancelou a ida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O requerimento da outra foi minha. Podia fazer conjunta com as duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se o Senador Casagrande assim o permitir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sem nenhum problema. Tem um requerimento meu aqui que já tem seis meses...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem total razão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então eu queria pedir a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não existia o fato da fusão ainda. Existia só...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Institucionalmente pudesse contactar com o Ministério para gente marcar antes de terminar o ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom. Já estou aqui encaminhando para reforçar o convite, e a gente tem etapas. E eu quero dizer que eu sou aqui suplente do Ministro Hélio Costa, Senador exercício por Minas, porém, as regras serão respeitas. Já fizemos o convite, faremos o segundo, e tenho certeza que eu posso, inclusive, falar pessoalmente com ele. Ele já me falou que queria vir aqui anteriormente, ele queria falar sobre o assunto, mas aí surgiram algumas mudanças--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso dar uma explicação, Senador Casagrande?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --E vou falar com ele. Eu acho que ele hoje vai viajar, mas ontem ele estava comigo, mas eu vou manter um contato hoje com ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria dar a explicação da justificativa dele--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Da ausência da infra-estrutura. Ele não tinha ainda consciência completa de como foi feita, porque ele não tinha recebido os órgãos competentes do Ministério da Justiça e outro da aprovação ou não do decreto que o Presidente tinha baixado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A mudança da lei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Então, ele ficou receoso em trazer informações...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já dá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que traria informações que poderiam ser alteradas e ele ficaria numa situação de dificuldade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, o que eu peço é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Oficialmente pode ser conjunta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Prepara o requerimento para eu assinar para encaminhar outra vez para o Ministro marcar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Falar com o Senador Marconi Perillo para poder marcar com o senhor aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sem problema. Autor do projeto de resolução do Senado 58, autor Expedito Júnior, a quem eu passo a palavra antes da votação. Com a palavra. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Apesar já de ter aqui o voto favorável do Senador Casagrande, que ele acaba de comentar aqui. Mas, Sr. Presidente, eu como autor do projeto, primeiro eu gostaria de cumprimentar o Senador Tuma, até porque no início o posicionamento do Senador Tuma, dele, da sua equipe era de encaminhar um voto contrário, e nós conversamos com o Senador Tuma, nós dialogamos, a nossa equipe, os nossos assessores discutiu com o Senador Tuma. E eu não sei, eu como autor do projeto, eu não sei se cabe um pedido de vistas meu aqui agora, pelo seguinte, Sr. Presidente, eu estou entendendo aqui... Veja bem, qual foi a nossa preocupação? Quando nós fizemos o projeto, Senador Azeredo, nós estamos tentando regulamentar a TV Senado, TV ao vivo, a transmissão ao vivo. Nós estávamos tentando regulamentar no sentido de que hoje a seguinte prioridade: nas terças-feiras a Comissão que é transmitida ao vivo é a CAE, na quarta-feira é a CCJ, na quinta-feira é outra Comissão.

Quer dizer, o que nós estamos pretendendo no nosso projeto é que isso seja discutido, que sejam criados critérios, critérios jornalísticos, de repente dar prioridade de transmissão, de acordo com o tema, de acordo com a importância do tema. Eu acho que não, necessariamente, tem que... Por exemplo, nós agora estamos ao vivo para todo o Brasil. Entrou a CCJ cai a nossa sessão. Por quê? Qual foi a discussão disso? Qual a prioridade que tem que ser a CCJ? Se, de repente, nós tivéssemos aqui uma CPI, se, de repente, nós tivéssemos aqui o Conselho de Ética, por exemplo, reunido não poderia estar ao vivo, aí entraria a partir da hora que entrasse a CCJ, entraria a CCJ. Então, eu acho que nós teríamos que discutir um pouco mais esse projeto. Eu entendo que esse nosso projeto é no sentido de melhorar. Se eu não puder pedir vista, eu gostaria então que outro Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que o Senador Casagrande...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Coletivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então vista coletiva, nós não entramos em processo de votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E eu vou tentar, Sr. Presidente, eu vou tentar ainda discutir com o relator, haja vista que ele nos dá brecha para

isso, ele é o nosso conselheiro, o nosso líder maior desta Casa, o Senador Romeu Tuma, já desde o início, a princípio, o voto dele seria encaminhar o voto contrário, e ele abriu oportunidade para que nós pudéssemos discutir, e, com certeza, ele vai nos proporcionar isso, e, quem sabe, melhorar ainda mais o nosso projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Expedito, só para esclarecer, é claro que há uma simpatia especial com V. Exa., com todos os Senadores, a gente tem que ter porque a vocação do Senador é buscar o melhor em respeito à Casa e interesse da sociedade. Eu tive o cuidado de ouvir todos os setores e todos os órgãos da Casa. Se o senhor ler a exposição, as explicações que estão aqui, verifica que foram feitas a várias mãos. Então, essa é a cautela que eu tive para não ter nenhum... Não esbarrar em nenhuma decisão superior que pudesse inviabilizar a tese de V. Exa. Eu não sou contrário à discussão continuada, eu acho que isso é importante, a Casa tem essa responsabilidade, mas só alertar que isso foi feito com muita cautela, a várias mãos para não encontrar obstáculo no futuro. E cumprimento V. Exa. pela idéia.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A nossa preocupação aqui, com a permissão aí do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro Senador. Senador Expedito tem a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A nossa preocupação é que, na verdade, há algumas mudanças, mas no fundo, no fundo acaba ficando quase que a mesma coisa, ou seja, nas terças-feiras já a prioridade dada a Comissão, a CAE, na quarta-feira a prioridade continua sendo a CCJ, e o que nós estamos tentando é modificar isso, que não tenha essa prioridade, que a prioridade seja o tema, que todas as Comissões eu acho que têm que ser iguais, a importância tem que ser dada, a mesma importância a todas as Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A CCJ é ordinária.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se o senhor analisar tem temas que são postos fora da pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Nós já não estamos mais ao vivo. Já está a CCJ agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Chega um Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas vai passar integral depois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que não pode é isso, talvez interromper a discussão. A CCJ se dá uma importância maior. Eu acho que realmente os temas todos têm que passar por lá por causa da parte da constitucionalidade. Então ela é importante em si mesma. Esta Comissão tem demonstrado a importância dela pelos assuntos que tem trazido à discussão. Agora a pouco nós discutimos um projeto do Senador Crivella sobre segurança alimentar e outros que o Senador Camata relatou, que, provavelmente, o interesse pela sociedade muito maior, do que alguns projetos estão sendo discutidos.

Então, eu não tenho absolutamente nenhuma reserva em que seja dada vista e as alterações propostas. Agora vamos submeter a discussão para não ser interrompida em cima para que V. Exa. não tenha uma decepção futura.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a minha cautela foi essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Passamos agora aos projetos terminativos. Temos quatro itens de relatoria do Senador Sergio Zambiasi. Um projeto de autorização da Rádio Comunitária na cidade de Venâncio Aires, que é o Projeto de Decreto Legislativo 225, Projeto de Decreto Legislativo 233 que é uma comunitária na cidade de Gramado Xavier, 250 que é uma Rádio Comunitária na cidade de São Vicente do Sul e o 255 uma Rádio Comunitária de Caçapava do Sul. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Wellington. Projeto do Decreto Legislativo 225, o ato que aprova, ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires. O parecer é favorável, Presidente. O item 6 Projeto do Decreto Legislativo 233/2008 aprova o ato que outorga a autorização. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar o serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Gramado Xavier/Rio Grande do Sul. Autoria Poder Executivo, também parecer favorável. Item 7 Projeto de Decreto Legislativo 250/2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural e Comunicação Social de São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado

do Rio Grande do Sul. Também autoria do Poder Executivo e também parecer favorável. E por último item 8 Projeto de Decreto Legislativo 255/2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Pró-arte e Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria Poder Executivo e também, Presidente, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os pareceres lidos pelo Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final, visto que o projeto é terminativo, os projetos são terminativos.

Passaremos direto ao item 9. Senador Crivella relator *ad hoc*. É o projeto 141/2007 que autoriza o Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso. Autoria do Poder Executivo, a relatoria seria do Senador Valter Pereira e não está presente e nomeamos o Senador Crivella como relator *ad hoc* a quem eu passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de ato de outorga para o Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda. na cidade de Jauru, no Estado de Mato Grosso. O parecer é do Senador Valter Pereira que representa o bravo Estado do Mato Grosso. E o voto, ele diz o seguinte: que tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 148/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa ele opinou pela aprovação do ato que outorga a permissão a esse Sistema que é o Jauru de Radiodifusão para explorar o serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de mesmo nome. Esse é o relatório, Sr. Presidente, esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Item 10 da pauta. Relatoria do Senador Gerson Camata, o ato que outorga a permissão do Sistema LBC de Comunicação Ltda. o serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade da Monteiro, Estado da Paraíba.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, examinando a documentação que acompanha o PDS 226 se evidenciou que não há violação de nenhuma das formalidades estabelecidas na Resolução 39/1992 do Senado Federal, e não havendo reparo quando os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa nós opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão a sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar um serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Monteiro, Estado da Paraíba na forma do projeto de Decreto Legislativo Originário da Câmara dos Deputados. É o voto pelo acolhimento da proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco final.

Item 11 e 12 da pauta, ambos da relatoria do Senador Renato Casagrande. O item 11 é o Projeto Legislativo nº 218 que autoriza executar a Associação Comunitária de Rádio FM a executar o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo. O item 22 é que aprova o ato que outorga a autorização da Associação de Comunicação Rádio Comunitária Vila Pavão que queremos, para executar o serviço de radiodifusão comunitária da cidade Vila Pavão, Estado do Espírito Santo. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o item 11 Projeto 218 outorga autorização para a Associação Comunidade de Rádio FM Ebenezer áudio para executar serviço em Bom Jesus do Norte. Bom Jesus do Norte, Sr. Presidente, é cidade localizada ao Sul do Estado do Espírito Santo, divisa com Bom Jesus do Itabapoana que é cidade do Rio de Janeiro, cortada e separada pelo rio Itabapoana. Então, o nosso parecer depois de avaliado o processo de que atende todos os preceitos constitucionais, legais e regimentais é favorável à matéria do item 11, Sr. Presidente.

O item 12 Decreto Legislativo 239, aí já uma cidade lá na região Noroeste do Estado do Espírito Santo, no extremo, no outro extremo, região norte e noroeste do Estado do Espírito Santo em Vila Pavão, a rádio comunitária é Vila Pavão que queremos. Então, o nosso parecer também depois de avaliada toda a documentação é de que é totalmente procedente a autorização à outorga que a gente possa a essa rádio comunitária lá em Vila Pavão. Então, o meu parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Apenas para me integrar às palavras ditas aqui pelo Renato Casagrande. O impressionante é que Bom Jesus do Norte é a cidade do extremo sul do Espírito

Santo. Por que é que chama Bom Jesus do Norte? Porque do outro lado do rio é Bom Jesus, município de Fluminense. Então tem Bom Jesus...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom Jesus de Itabapoana, não é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): De Itabapoana e Bom Jesus do Norte que é no Espírito Santo, mas que fica no Sul do Estado do Espírito Santo. E lá para gente telefonar para lá a gente telefona com o prefixo do Rio de Janeiro. Então o pessoal lá é mais importante, prefixo carioca.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Carioca.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E essa cidade de Vila Pavão é muito interessante. É uma cidade colonizada inteiramente por alemães pomeranos. Eles fazem lá uma maravilhosa festa da colheita anual muito bonita, e também tem a maior Igreja Luterana do Brasil. Se ficar lá que eles chamam "igrejona" de tão grande que ela é, no alto de uma colina, uma construção muito bonita. E os serviços sociais das igrejas luteranas no Estado são muito interessantes e merecem o elogio e os cumprimentos por parte até do Senado Federal, e sempre prestigiados também pelo Governador Paulo Hartung, pelo excelente trabalho que estão fazendo naquela região os luteranos, os pomeranos e os alemães.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nada como ter dois Senadores que conhecem bem o seu Estado e andam todo o Estado. O Senador Casagrande e o Senador Camata.

Item 13. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso no Estado de Tocantins. Autoria Poder Executivo, relatoria seria do Senador Leomar Quintanilha, aliás, a relatoria é, mas ele não está no momento, que é um grande Senador pelo Estado de Tocantins. Relator *ad hoc* o meu ilustre amigo Senador Eduardo Azeredo a quem eu passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação dessa Associação lá da cidade de Pedro Afonso no Estado de Tocantins. Todos os documentos foram analisados pelo Ministério e cabe a nós aqui depois da aprovação pela Câmara também analisar e essa análise é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Passaremos à votação. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande como vota V. Exa.?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Romeu Tuma? Como vota V. Exa.?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedindo voto aí, Senador. Já está cheio de voto em São Paulo. Vai ser uma barbada na próxima eleição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa., e eu também faço parte, e vamos receber o Delegado Protógene para uma conversa. O Senador Nery que está nos convidando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas fica em pé aquela idéia da trazê-lo aqui para explicar sobre o problema de grampo porque V. Exa. levantou, se houver concordância depois V. Exa. faz a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Senador Virgínio de Carvalho, como vota V. Exa.? Com os Relatores. Senador Eduardo Azeredo? V. Exa. já tem a medalha que eu ganhei, Senador? Já tem? Já tem todas lá? Tem todas já?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, já tenho um caminho mais andado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então já foi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem uma agora de Tiel Flotônio(F). Tiel Flotônio vou receber agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Recebeu também uma de Tiel Flotônio?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De Tiel Flotônio(F) essa é nova. Essa eu não tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa é nova? Está certo. Senador Sérgio Zambiasi, como vota V. Exa. que relatou quatro rádios hoje para o Estado?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com todos os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Expedito Júnior? Não está presente. Como vota o ilustre Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o ilustre Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. acha que nós temos que abolir a gravata ou não?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu estava propondo... Porque houve uma certa confusão na minha proposição. Disseram que eu queria abolir, acabar, proibir o uso de paletó e gravata. O que eu vi e o que eu apresentei foi uma proposta que a ONU fez. A ONA, durante um mês, tirou o paletó e gravata, subiu o ar-condicionado de 19 para 24 graus, economizou 300 mil metros cúbicos de gás carbônico e 100 mil dólares na conta da ONU em Nova Iorque. Vários parlamentos do mundo já não usam, não é obrigatório. A Senadora Heloísa Helena ficou aqui oito anos de camiseta e calça *jeans*. O Senado não perdeu a dignidade e nem ela perdeu a dignidade dela. O hábito não faz o monge. Já dizia os nossos avós.

O que eu propus como um país tropical como o Brasil, e ontem levei até lá da reunião AN, a estatal italiana, como a Eletrobrás do Brasil, tirou, não é obrigatório mais os funcionários dela em toda a Itália, um país de clima temperado. Mas nós não, nós somos brasileiros que estamos copiando um hábito europeu que eles já estão dispensando. E nós não aprendemos ainda que um país tropical tem que ter uma roupa condizente com o país tropical. Não é proibir. É tornar facultativo durante um mês para fazer uma experiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por isso é que a TV Senado é boa, porque explica, porque, muitas vezes, veículo de comunicação dá uma interpretação que não é a realidade. V. Exa. teve a oportunidade junto à TV Senado para explicar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A nossa conta de luz, Excelência, ela vai perto de 1 milhão por mês.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Congresso?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, só do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só do Senado?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Haveria uma economia se elevasse, segundo os engenheiros em torno de 10%, 80 mil reais fora a economia também de outra. E se o Brasil todo pegasse isso, todas as assembléias, Câmaras, Ministérios; talvez a gente economizaria uma meia Itaipu de energia elétrica e daríamos mais conforto aos nossos funcionários e trabalhadores e tal.

E outra coisa. Encontrei outro dia na porta do Conjunto Nacional um vendedor ambulante. E ele me disse: Senador, eu estou gostando da sua proposição porque eu sou doido para ir lá ver vocês, mas eu não tenho paletó. Se tirar o paletó eu vou chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aumenta a audiência da nossa plenária.

Então diante dos votos, aprovado por unanimidade todas as rádios.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande, Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dois comentários rápidos. Primeiro o meu comentário de apoio à proposta do Senador Gerson Camata, porque eu tive a oportunidade de manifestar sobre ela e, de fato, acho que ela foi mal compreendida, porque o objetivo principal é economizar energia, é esse o objetivo principal. No Japão, eles têm uma campanha chamada culbs(F), que a pessoa não usa a gravata para poder também fazer economia. Parece muito pequeno, mas quando você junta muitas iniciativas você consegue economizar. Então, o meu apoio à iniciativa do Senador Gerson Camata.

Segundo, Sr. Presidente, queria fazer uma divulgação, a campanha de divulgação aqui do 4º Fórum do Senado em debate que vai discutir a nova fronteira do petróleo, os desafios do pré-sal. Nós fizemos essa sugestão. O Presidente do Senado assumiu e o Senado vai fazer junto com as Comissões, nós vamos fazer um debate sobre o pré-sal, sobre a nova fronteira do pré-sal. O debate vai ser agora dia 3 de dezembro e dia 4 de dezembro. Então a semana que vem nós teremos dois dias de--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quarta e quinta?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Quarta-feira e quinta, dois dias de intenso debate aqui

no Senado com diversos especialistas que vão discutir a regulamentação, se há necessidade de uma nova legislação, perspectivas; pessoas da área vão estar participando aqui no Senado do debate. Então queria convidar todos do Senado e quem está nos acompanhando pela TV para que possa também participar deste fórum na quarta e na quinta-feira da semana que vem. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O convite está feito e muito bem colocado. Eu acho que é um momento importante, até mesmo, Senador Casagrande, como é que fica o pré-sal com o petróleo a 50 dólares, não é?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se é possível nós chegamos à profundidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que o Brasil está sendo, mais uma vez, extremamente beneficiado. A cadeia produtiva do petróleo envolve de um parafuso a uma plataforma. São sondas, são aditivos que se colocam no poço para bombear o petróleo, bombas, geradores, estruturas marítimicas, sondas, radares, helicópteros, aviões. Agora tudo isso, tudo isso está com um preço mais baixo para aluguel, para arrendamento, até para compra. Por quê? Porque o consumo de petróleo caiu muito. Então, quem hoje está investindo em prospecção, certamente está fazendo isso no momento mais auspicioso. Daqui a dois anos quando começar a produzir, ou três anos, provavelmente, o preço do petróleo já terá alcançado os níveis anteriores.

Portanto, eu acho que o Brasil deve acelerar o... Eu não, eu entendo pouco desse assunto, mas os especialistas internacionais: o Brasil deve acelerar o seu processo. Uma pessoa, por exemplo, o Eike Batista está tendo essa virtude, ele fez um IPO(F) quanto o petróleo estava 140 dólares o barril, portanto, ele arrecadou 38 bilhões de dólares para o seu investimento. O preço do petróleo lá em cima. Agora que ele está com as suas sondas no mar encomendando plataformas, ele está previsto a começar a produzir daqui a três anos, cem mil barris por dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu soube que existe, eu tive a oportunidade, Senador, só interrompendo V. Exa., de viajar com uma pessoa ligada ao ramo do Rio para Brasília. E ele me falava que essa empresa da qual V. Exa. citou já tem umas três perfuradoras paradas aí no mar esperando o para cavar. E já tendo pago o aluguel dela.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): MMX. Pois é. Mas o que eu estou dizendo é que esse é o momento bom para explorar petróleo, porque os equipamentos todos estão muito baratos para aluguel, para compra, para encomenda e etc. E, provavelmente, quando a MMX começar a produzir daqui a dois anos, já vai estar vendendo petróleo ou barril a 100 dólares, 120, talvez, até 140. Então o Brasil deve agradecer essa freada.

E eu acho até sabe, Senador Casagrande, que a mãe natureza, esse é um conceito meu íntimo, ela está numa menopausa. A mãe natureza está no tempo de pausa. Nós precisamos desenvolver tecnologias limpas que nos garanta produção de energia com menos destruição do meio ambiente. Crescendo a China 7%, Índia, 4, 5, 6%, o Brasil o mesmo... É preciso que o consumo dê uma parada. E acho que a mãe natureza usou a natureza humana, a ambição extraordinária e, vamos dizer assim, incontida do mercado financeiro para criar esse colapso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um aparte só, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com todo prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na verdade, o que nós precisamos é de um novo modelo de desenvolvimento. Esse modelo que está aí é o modelo que nós já estamos usando mais da natureza do que aquilo que a natureza pode se auto-sustentar. Então nós precisamos de um novo modelo de desenvolvimento. O ritmo de consumo, o padrão de consumo americano não pode ser exportado para o mundo todo. Não é sustentável isso. Tem que ter, de fato, um novo modelo, novos meios de produção. Eu estava aqui falando com o Senador Flávio Arns, ele comentando comigo sobre os carros combinados elétrico e combustível, e eu acho que esse é o debate que a gente tem que fazer, as empresas petrolíferas tem uma responsabilidade grande neste debate, porque elas hoje são responsáveis por grande parte das emissões. E nós precisamos fazer com que essas empresas façam investimentos em novas fontes de energia, menos poluidoras, que poluam menos o meio ambiente, como é o combustível fóssil do petróleo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem dúvida. E para concluir, Sr. Presidente, apenas para concluir...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que o Senador Flávio Arns deveria fazer um aparte.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o maior prazer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É só um aparte rápido também. Porque o Senador Camata abordou a questão da apresentação do projeto que é, na verdade, uma forma de se economizar energia, e, além disso, proteger o meio ambiente que é algo essencial. O Senador Casagrande também apontou a necessidade de exploração e o seminário que vai ser colocado na semana que vem, em função de uma riqueza imensa à disposição da sociedade que é o pré-sal, e o Senador Crivella colocando, inclusive, a utilização desse momento para que a gente possa também se beneficiar assim de preços mais baixos em função da crise pela qual a economia vem passando. E eu mencionava aquilo que o Senador mencionou agora a pouco que uma conversa com um amigo americano que adquiriu um carro Toyota nos Estados Unidos de médio porte em que o carro já é *flex* energia elétrica e gasolina. E toda vez que a pessoa pisa no freio carrega a bateria do carro elétrico. Então, mas de qualquer forma, sempre vai ter um *flex* elétrico e combustível. E, ao mesmo tempo, fazendo este carro, desenvolvendo 20 quilômetros com 1 litro de combustível, quer dizer, 20 quilômetros com um 1 litro de combustível a gente não encontra em carro algum no Brasil. Então, eu acho que esta Comissão, aproveitando só o que foi falado, é o debate que tem que ser feito, exploração de fontes renováveis, economia de combustível, tecnologias alternativas, que eu acho que é algo sempre atual, sempre presente. E só aproveitando aí a deixa que o Senador Marcelo Crivella proporciona e agradecendo o tempo também que a gente está gastando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Comissão gastou não. Esta Comissão é nossa e o tempo é nosso e do Brasil.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para concluir, Presidente, eu acho que é oportuníssimo esse nosso debate sobre o pré-sal, sobretudo, para nós do Rio de Janeiro, e esperamos que o Governo, a Petrobras mantenha os investimentos, o nível de emprego, o nível de crescimento da economia, porque o momento é auspicioso. Nós temos hoje bons preços, boas condições para explorar esse petróleo em alta profundidade. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Temos aqui um projeto da Senadora Ideli Salvatti, extrapauta que atende aos partidos políticos. Então, eu queria saber se eu posso colocar extrapauta? Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Então o Senador *ad hoc* o Senador Eduardo Azeredo esse momento histórico V. Exa. relatando um pedido da Senadora Ideli Salvatti *ad hoc*, embora, seja um projeto bom para todos os partidos, inclusive, o PSDB. Com a palavra tem V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, nós estamos aí num clima democrático tão *light* realmente.

Então, a questão é assim, o projeto busca, o projeto é de autoria do Senador Sérgio Guerra, Presidente do meu partido o PSDB, e a relatora é a Senadora Ideli que eu então tenho aqui a oportunidade de relatar como Senador *ad hoc*, e foi objeto também de um requerimento de V. Exa. como pedido desta Comissão, solicitando que fosse ouvida nesta Comissão. A questão é o seguinte: é que a proposição restaura no possível a distribuição do tempo de propaganda política vigente antes do ano de 2005 de forma análoga aquela utilizada para regular a distribuição dos recursos do fundo partidário. Com a decisão do Supremo, do Tribunal Superior Eleitoral de alterar a resolução que estabelecia o acesso gratuito às decisões referentes à chamada cláusula de barreira, então esse projeto se torna necessário. A Senadora Ideli apresentou, entretanto, apenas uma emenda no sentido de modificar o art. 49A para flexibilizar o uso do tempo previsto. A idéia é facultar os partidos políticos a utilização dos tempos estabelecidos nas alíneas A na forma estabelecida nas alíneas B dos mesmos parágrafos.

Essa modificação faz-se necessária porque apesar dos partidos políticos disporem de um tempo total para veiculação de sua propaganda partidária gratuita a redação atual do projeto impõe que essa se faça em duas modalidades em bloco e inserções. Entretanto, com a inclusão do novo § 5º no dispositivo cada partido político poderá ter sua estratégia de comunicação. Então admitindo sua propaganda partidária gratuita na modalidade de bloco ou integralmente de inserções de 30 segundos ou 1 minuto. Eu acredito que, inclusive, para as próprias emissoras acaba sendo interessante porque divide essa propaganda, não fica toda ela, às vezes, 15 minutos ou 30 minutos com a propaganda eleitoral, ou programa partidário. Tendo em vista as considerações expendidas opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 576/2007 com a emenda já relatada que faculta aos partidos políticos a utilização dos

tempos estabelecidos na forma estabelecida na alínea B dos mesmos parágrafos. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Passaremos à votação. Em votação. Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

V. Exa. viu aqui que nós estamos alterando o art. 45. V. Exa., esse número lembra alguma coisa a V. Exa.?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse é um número feliz para o Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, eu queria até sobre o 45. Eu estou apresentando um projeto porque o PTB coligou com o 45 do PSDB com o Geraldo Alckmin. E a legenda prevaleceu na campanha 45 porque era cabeça de chapa. Para o senhor ter uma idéia, o PSDB fez 400 mil votos de legenda e o PTB que não conseguiu coligação na proporcional fez 9.000. Prejudicou enormemente os candidatos. Então estou uma proposta que as coligações podem-se votar no número de qualquer um dos partidos coligados. E o voto vai para o cabeça de chapa e sem prejuízo da legenda. Porque o senhor tem que fazer campanha para o candidato principal e vai e todo mundo trabalha para o número, o 45 prevaleceu nessa tese. Não é nem um protesto, apenas uma cautela por está presidindo o diretório municipal do PTB e a gente sentiu as queixas dos candidatos que perderam duas cadeiras, e a coisa foi complicada, porque se não houver coligação proporcional o partido que apóia o suporte da legenda leva desvantagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Concordando com o Senador Tuma, essa é uma realidade. Como a propaganda do candidato cabeça de chapa se faz em cima do candidato do partido, então esse número é mais divulgado, e as pessoas na hora de votarem, elas votam primeiro no vereador na eleição municipal, no caso de governador vota primeiro no deputado, e aí tendem, às vezes, a colocar o número da candidatura principal. No caso conosco foi inverso em Belo Horizonte. Como o PSDB não teve candidato em Belo Horizonte e apoiou o candidato do PSB, o 40, aconteceu o inverso, o PSB elegeu vereadores com voto de legenda e o PSDB se prejudicou porque o número 45 não era divulgado na mesma extensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguma declaração? Senador Flávio Arns, mais alguma declaração a respeito? Nada?

Só para encerrar, eu queria dizer que, na verdade, a origem do 45 está no 15 que 3 X 15 é 45. Então nada mais tendo a tratar...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós estamos de acordo, nós nascemos do PMDB, não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Todo mundo nasceu do PMDB. Não tem jeito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu me orgulho de ter sido do PMDB também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro.

Então, nada mais tendo a tratar, com essa declaração de amor do Senador Azeredo ao PMDB, declaro encerrada a reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 09ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala dezenove, sob a Presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, Francisco Dornelles, Gim Argello, Marco Maciel e João Durval, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini. Justifica a ausência o Senhor Senador Eduardo Azeredo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Papaléo Paes, submete à Comissão a dispensa da

leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião. convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 13, de 2008-CCT e nº 08, de 2008-CASSAUDE de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Antonio Carlos Júnior, que requer "..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, conforme requerimento aprovado naquela Subcomissão, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: 1. Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; 2. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo; 3. Maria José Fagundes Delgado, Gerente-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, Publicidade, Promoção e Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 4. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja." Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR; Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – USP; Ana Paula Dutra Massera, Advogada, Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda/GPROP da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Marcelo Crivella, Augusto Botelho e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Papaléo Paes, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **PAPALÉO PAES**, Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE -CASSAUDE

09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo numero regimental, declaro aberta 36ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislação Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2008.

Para darmos início aos nossos trabalhos da reunião, submeto a apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública tendo os requerimentos 13 de 2008, CCT e 8, 2008, CAS saúde, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Antonio Carlos Júnior, para "obter subsídios para atuação do Senado Federal em relação a regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no país".

Eu solicito ao nobre Senador Flávio Arns, membro desta Comissão, e integrante do Senado Federal que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Os convidados são os seguintes: O Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, CONAR, Dr. Gilberto Leifert. O Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, USP. A doutora Ana Paula Dutra Massera, advogada, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, GPROP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária,

Anvisa. E o Dr. Milton Seligman, Ex-Ministro de Estado e Presidente do Sindicato Nacional de Indústria da Cerveja, SINDICERV. Convido então, que os ilustres convidados sentem para que nós possamos começar a oitiva, concedendo a palavra à Dra. Ana Paula Dutra Massera, advogada, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, GPROP, da Agência Nacional Vigilância Sanitária, ANVISA. Com a palavra, a ilustre convidada.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom dia a todos e a todas. Eu vou falar um pouco sobre a influência da propaganda no consumo, de um modo mais genérico e um pouco mais direcionado ao consumo de bebidas alcoólicas.

Bom, a mensagem publicitária nessa época que nós estamos vivendo agora, que é uma época de comunicação em massa, ela deixou de ser informativa e passou a ser mais persuasiva. Ou seja, ela tem a função de estimular o consumo, ela quer vender um bem, um bem de consumo. No caso aqui, nós estamos falando das bebidas alcoólicas. Por se dirigir a uma coletividade de consumidores, a publicidade gera riscos sociais, isso se ela for mal elaborada, mal redigida, e se ela for feita de forma indiscriminada.

Então nós temos que ter alguns parâmetros, alguns requisitos para que essa publicidade, ela seja feita de uma forma mais equilibrada. De modo a minimizar eventuais riscos à saúde pública.

É importante mencionar que esse tipo de atividade movimenta um enorme volume de recursos e o que torna uma propaganda uma importante força econômica. É um setor que investe muito, é um setor que emprega bastante, é um setor que movimenta altos recursos. E isso a gente não pode deixar de considerar.

De acordo com uma publicidade publicada pela Folha de São Paulo em maio de 2007, a indústria de cervejas no Brasil fatura mais de 20 bilhões por ano e gasta mais de 700 milhões de reais em publicidade. Eu não sei se vocês podem confirmar esse dado depois, mas em torno disso. Só para vocês terem uma idéia do investimento que é feito em propaganda.

Os consumidores, eles são atingidos pela publicidade indistintamente. Ou seja, a publicidade, ela não vai ser direcionada, normalmente é a um público específico. Quando ela é veiculada na televisão, por exemplo, ela vai atingir indistintamente todos os que estão conectados naquele determinado momento. Inclusive, algumas categorias de pessoas consideradas hipossuficientes, que são as crianças, os adolescentes e as pessoas com baixo poder de discernimento. Então a gente não pode dizer que a publicidade, ela vai para um único público indistintamente. Então ela vai atingir uma variedade bem diferente de espectadores.

De acordo com pesquisa realizada em 47 países, os brasileiros são os que mais confiam nas propagandas. Isso também um pouco em função da qualidade da propaganda apresentada no Brasil, da criatividade dessas propagandas. Então, normalmente, a pessoa tende a acreditar no que está sendo transmitido por aquela mensagem publicitária. 83% dos pesquisados disseram confiar mais em anúncios de jornais do que no boca a boca. Ou seja, mais do que está impresso ali, mais do que está escrito no que do boca a boca propriamente dito. 80% confiam em anúncios de revistas e 74% confiam tanto nos anúncios em grandes portais de Internet, como em anúncios de TV. Ou seja, a gente vê que esses anúncios, eles têm um público cativo interessante, e um público que além de gostar desses anúncios, ele confia no que está sendo veiculado.

E como eu já disse antes, esses anúncios, eles costumam atingir a um público bem variado, indistintamente, independente de quem está assistindo. Ou seja, a forma com que cada um vai assimilar o que está sendo transmitido daquele momento, ela vai variar tanto do seu grau de instrução, na sua faixa etária, no meio social em que vive e uma série de outros fatores que a gente pode, depois, discutir.

O marketing do álcool é uma indústria de ação global em altos investimentos, a gente vê que as propagandas, por exemplo, hoje que nós vemos de cerveja são propagandas bem feitas, com atores bonitos, atores cativos do público. São propagandas que mostram, normalmente, situações bem animadas, todo mundo de bem com a vida, que é uma coisa boa de se ver.

Não está clara a relação entre investimento e propaganda e consumo. Mas estudos sugerem uma relação entre a atenção dispensada à publicidade de bebidas alcoólicas e a propensão a seu consumo. É importante deixar claro que o consumo de bebidas alcoólicas ele tem aumentado bastante não só no Brasil, como no mundo como um todo. E o que fez com que a Organização Mundial de Saúde lançasse um alerta sobre o consumo das bebidas alcoólicas e sobre os malefícios trazidos por esse consumo. E, principalmente também, sobre a diminuição da faixa etária com que atualmente os nossos jovens, os nossos adolescentes, inclusive crianças, têm iniciado o consumo dessas bebidas.

Infelizmente, a definição de bebidas alcoólicas na lei 9294 de 1996, que é a mesma lei que traz a questão do tabaco, a questão do fumo, ela apresenta as bebidas alcoólicas para fins de regulamentação da propaganda apenas aquelas cujo teor alcoólico são superiores a 13 graus Gay-Lussac. Então isso é um problema para a regulamentação da questão da propaganda. Por quê? Porque atualmente as cervejas que

são um dos principais produtos que nós vemos hoje na televisão e um dos mais consumidos pelos jovens, fica fora dessa regulamentação. Elas não são atingidas por esse teor alcoólico previsto atualmente na lei 9294 de 1996. O que ocorre? É uma legislação que ficou, praticamente, sem eficácia, porque nós não podemos atuar com os maiores anunciantes, ou com os maiores, os produtos preferidos dos jovens, dos adolescentes, que saem para as suas baladas, tudo mais. Então nós não podemos atuar, atualmente, nesse setor, para regulamentação da propaganda.

A título de informação, o Sistema Único de Saúde gastou entre 2002 e 2006, aproximadamente, 37 milhões de reais com tratamento de dependentes de álcool e outras drogas em unidades extra hospitalares. Ou seja, é de fato um problema de saúde pública que tem que ser levado para discussão, que é o que nós estamos fazendo aqui e que tem que ser cuidado, que tem que ser regulamentado, que tem que ter uma política específica para ser trabalhada de uma forma mais acurada. Outros quatro bilhões 317 milhões e 251, aliás, quatro milhões 317 mil e 251 reais, foram gastos em procedimentos hospitalares de internações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas no mesmo período. Então, só para vocês terem uma idéia de como isso impacta a saúde pública.

A regulamentação da publicidade do álcool visa assegurar o direito a informação clara e precisa, vinculada ao direito à saúde.

Eu queria deixar claro aqui que nós não estamos trabalhando na proibição dessa propaganda, mas, assim, na regulamentação. A gente quer o direito a informação. Mais do que a massificação, da persuasão para o consumo do produto, a gente acha o que consumidor deve ser bem informado. E que nós temos consciência de que a propaganda ela não é um único fator vinculante ao consumo de bebida alcoólica, mas ela é um deles. E sendo um deles, ele tem que ser trabalhado, ele tem que ser regulamentado e ele tem que ser uma preocupação do Governo para atuar em prol da saúde pública.

A regulamentação não fere a liberdade de expressão, uma vez que a propaganda de bebidas alcoólicas deve cumprir também a sua função social. Se for existir a propaganda de bebidas alcoólicas, então que ela seja feita de dentro de determinados parâmetros, direcionada a um público mais específico, de repente com delimitação de horário. Então é uma proposta que tem que ser discutida, que tem que ser trabalhada e não pode ficar de fora, como se não fosse um caso relevante de saúde pública.

Nós estamos à disposição para discussões, dúvidas de vocês e vamos continuar aqui até o final respondendo os questionamentos que vierem. Obrigada.

[troca de presidência]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Eu já havia externado, assim, as minhas desculpas aos expositores pelo fato de eu ter que, neste momento, ir para a Comissão de Educação, onde acontece uma Audiência Pública sobre o pára esporte brasileiro, com a presença do presidente do Comitê Paraolímpico, atletas que foram à China, e para fazer uma avaliação dentro da semana de valorização da pessoa com deficiência e acessibilidade que está acontecendo nessa semana aqui em Brasília. Aqui no Senado Federal, não só em Brasília. E eu sou autor desse requerimento. Então eu, de fato, lamento muito ter que sair, porque é um assunto que me interessa sobre maneira. Tenho me pronunciado diversas vezes sobre este assunto da regulamentação das bebidas alcoólicas.

Solicito, Sr. Presidente, inclusive que a secretaria possa, assim, de imediato, após o término, mandar o vídeo, para que nós possamos acompanhar não só as notas taquigráficas, mas todo o debate que aconteceu.

Eu quero dizer, inclusive, para os expositores que isto repercute muito na TV Senado, porque a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, todos, assim, fazem por diversas vezes, a retransmissão do que tiver sido apresentado aqui.

Então, nesse sentido, eu gostaria muito, assim, de acompanhar, de ver e quero me posicionar mais ainda, sou francamente favorável à regulamentação de como foi dito, uma maneira muito clara. Regulamentação disto a favor da saúde pública. E gostaria, inclusive, antes de sair, solicitar que a ANVISA revisse os números. Porque eu tenho absoluta certeza de que os números apresentados estão, do SUS, não estão de acordo com a realidade. 37 milhões do ano de 2002 a 2006 no tratamento de saúde decorrente de problemas de álcool é absolutamente nada. Eu diria, em função de uma realidade. O Senador Papaléo Paes é médico também, sabe muito bem, por exemplo, o tratamento que exige alguém que tenha cirrose, por exemplo, decorrente do uso de álcool. E isso é um tratamento caríssimo, tratamento de anos a fio, tratamento que muitas vezes implica em transplante, inclusive, não é? É um problema muito sério.

Se a ANVISA observar na coordenação de saúde mental, por exemplo, os centros de atendimento psicossocial, chamados CAPS, existe até uma sigla,

CAPS AD, álcool e drogas, só para montar os CAPS AD pelo Brasil é um recurso extraordinário, não é? Extraordinário. E pensando, inclusive, numa visão muito mais ampla que eu penso que o Ministério da Saúde deveria ter que é a questão da porta de entrada da utilização de bebidas alcoólicas menos potentes para coisas mais potentes. Quer dizer, quando falamos de drogas, teve um início isto, e este início, muitas vezes, está lá atrás.

E, além disso, na questão do bem-estar da criança, do adolescente. Então, eu tenho absoluta certeza, para a Dra. Ana Paula, que acabou de falar, que nós teríamos que multiplicar isso várias vezes, várias vezes. Eu acho que este é o argumento mais importante na minha ótica. Quer dizer, nós vamos pensar no bem-estar da criança, no bem-estar do adolescente, no bem-estar da família, na destruição da família e coisas assim, do trabalho, a propensão daquela pessoa que tenha também uma propensão para o álcool, como pode ter a propensão para o jogo. Quer dizer, é uma doença também, que a pessoa tem que ser tratada. Mas eu acho que nós temos que ter dados muito precisos, quanto que nós gastamos no Brasil com o álcool, particularmente, e em todas as suas implicações. É uma fortuna! Tenho absoluta certeza.

Então, nesse sentido é um argumento muito forte. E pensando, naturalmente, que eu penso, assim, e a gente sabe que existe esse debate sobre liberdade, publicidade e tudo, mas como é que nós, como sociedade, podemos chegar a um denominador comum para que a regulamentação favoreça, que se não fizesse mal, a gente nem estaria discutindo o assunto. Nós estamos discutindo porque faz mal. Alguém pode dizer: Não, mas a liberdade da pessoa, a pessoa, não vamos punir a empresa porque a pessoa não dá conta da sua liberdade. Também, é o debate aí que pode ser feito. Mas nós estamos discutindo porque faz mal e se faz mal, o que a gente pode fazer, como sociedade, como controle social, para que as pessoas, o ser humano, o brasileiro, o cidadão seja beneficiado.

Mas a observação principal, além de gostar desse fato de que o brasileiro acredita na propaganda, eu acho que acredita mesmo, por isso que tem 700 milhões, um bilhão de reais em propaganda, o pessoal acredita, está ligado com a alegria, com saúde, com amizade, com isso e tome cerveja na quarta e na quinta e na segunda, e no sábado. Não é? E coisa semelhante. Agora, da nossa parte, como sociedade, temos que pensar: Isso é bom? Está ajudando? Está prejudicando? Está sendo adequado? Não está? É regulamentação? Como eu acho que é. Ou é proibição?

Então é um debate, mas eu gostaria de ter esses números da ANVISA bastante precisos e que me parece que a gente tem que caminhar ainda para esta elaboração. Pelo menos não me pareceu. E a ANVISA não tem culpa disso, só quero dizer por que a ANVISA tem também que se basear em números aí do SUS, do Ministério da Saúde. E não é culpa, não quero colocar culpa nisto, mas me parece que precisam ser aprimorados. Eu me desculpo novamente ter me alongado também no meu, na minha questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES: Eu quero agradecer a V. Exª e reconhecer em V. Exª um senador extremamente participativo, principalmente, nas discussões da área social e nós entendemos, solicito também a senhora e aos senhores expositores que entendam que o Senador Flávio Arns tem um grande compromisso também, semelhante a esse, cumpriu a sua parte aqui e deixa registrado também que a intenção das nossas audiências é exatamente termos opiniões. De pessoas que realmente vem para cá trazer sua experiência, seu conhecimento e nós aproveitamos todas essas exposições para formarmos nossa opinião, para instruirmos nossos projetos, instruirmos nossas ações aqui no Senado.

Para isso, nós contamos com a presença da consultoria do Senado Federal e que faz a coleta de todos esses dados para discutirmos e formatarmos nossa opinião como já falei. E nosso voto.

Então agradeço a Dra. Ana Paula Dutra Massera. E concedo a palavra ao doutor Milton Seligman, cumprimentando o Senador Marcelo Crivella e o Senador Francisco Dornelles.

SR. MILTON SELIGMAN: Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas de mesa, senhoras e senhores, eu agradeço, Senador Papaléo Paes, a oportunidade de participar desse debate extremamente importante e não original nessa Casa, o que mostra que o tema tem uma relevância bastante grande e ao longo do tempo, dado que já, pela segunda vez, participo nesse mesmo plenário, de um debate, de uma análise, na verdade, o que estamos fazendo é trazer aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, informações, estudos existentes no mundo sobre um tema que, de resto, está em debate no âmbito da Organização Mundial de Saúde. O que mostra que tem uma relevância global e muito atual.

Eu gostaria de iniciar mostrando o mercado de cervejas no Brasil para que nós possamos entender quais são os fatores que fazem com que esse mercado se modifique. Esse aí é o volume em hectolitros do mercado brasileiro desde 86 até 2007, segundo dados do SINDICERV. O que nós podemos mostrar, o gráfico ele tem uma, mostra com bastantes detalhes, como o nosso mercado entre 94, praticamente entre 94 e 2002 teve uma variação muito pequena, praticamente nenhuma. E a partir de 2000, teve uma queda

de 2002 até 2004 e em 2004 teve um crescimento importante, principalmente comparado com os dez anos anteriores.

A explicação sobre a queda e o crescimento é o que nos traria uma discussão mais detalhada sobre o papel da publicidade. Se nós olharmos esses dados do IPEA sobre rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas no Brasil, e esse dado, ele vem de 2002 até 2008, essa queda brusca, tem que cuidar também que a proporção dos gráficos não é a mesma, mas essa queda brusca que acontece na renda, de 2002 a 2003, a manutenção desse patamar até meados de 2004 e o crescimento da renda de 2004 até hoje, até meados de 2008, eles são absolutamente proporcionais e os grandes explicadores do movimento do mercado de cervejas, do volume de cervejas vendidos no Brasil. Mostrando o que, quais são os fatores que realmente influenciam esse consumo.

E os estudos econométricos desenvolvidos pelas companhias de modo a permitir com que elas façam seus planejamentos, são estudos realizados anualmente por todas as companhias e capturados pelo Internacional Beverly Market, visando basicamente mercados não totalmente maduros como o mercado brasileiro, eles mostram que os três principais fatores que influenciam no aumento de volume são a renda disponível, o preço do produto e o clima. Esses fatores respondem basicamente, por favor, eu vou voltar uma, eles respondem, basicamente, por aumentos quase, quase lineares. 1% de aumento na renda corresponde a ponto 6% de aumento no volume. 1% no aumento no preço corresponde a uma queda de ponto 69% no volume. O que mostra que tanto um quanto o outro refere se a mesma capacidade de compra, o preço e a renda. E o clima, um grau de aumento na temperatura tiveram um crescimento de ponto 28%.

Isso explica absolutamente a correlação entre volume, que é o mercado das companhias, que as companhias de cervejas atendem, o mercado consumidor no Brasil, e está absolutamente em linha com a vasta literatura que existe sobre esse assunto, globalmente falando. E sobre experiências de outros países. Vamos adiante.

Por que então as companhias comunicam? Essa é a grande questão. E as companhias comunicam por três razões essenciais.

A primeira delas: Construir e posicionar marcas e garantir a concorrência saudável do mercado. Então esse é o ponto número um. Construir uma marca de modo a que o consumidor valorizando essa marca proponha-se a consumi-la ou, eventualmente, a pagar mais por essa marca. Então isso é um valor em termos econômicos, o [ininteligível] que a marca tem, de Perci(F) e que disputa no mercado com as suas concorrentes no mercado saudável e de disputa.

Isso permite, por exemplo, explicar ao consumidor ou lançar no mercado, cervejas 0% de álcool, cerveja sem álcool, cervejas diferenciadas, esse posicionamento só é possível fazer com a comunicação à disposição.

O segundo ponto essencial da comunicação é o ponto de lançamento de novos produtos. Não é possível imaginar um mercado maduro de qualquer produto que você não possa explicar ao consumidor os produtos novos que estão sendo lançados. Para que ele saiba qual é a diferença, eu vou dar todos os exemplos, evidentemente com cerveja, mesmo sabendo que o tema aqui abrange um pouco mais que isso. Porque é disso que eu represento, como representante do SINDICERV.

Então, qual é a diferença de uma cerveja com base de cevada, o que é uma cerveja de trigo, uma cerveja stout, uma cerveja do tipo [ininteligível], cerveja com carvalho, cerveja com furtas, que são produtos novos lançados no mercado e que o mercado consumidor precisa conhecer e entender. Bem como novas embalagens e a razão pela qual essas embalagens são lançadas no mercado.

A terceira fonte fundamental ou terceira razão fundamental para que se comunique é informar as características específicas de cada produto e também os riscos associados ao seu uso indevido. Todo produto tem uso indevido. O automóvel tem uso indevido, remédios têm uso indevido, obviamente que produtos alcoólicos tem uso indevido e que precisa ser comunicado.

De novo, informar as características do produto, o que é um chope, o que é uma cerveja clara, uma cerveja escura, uma cerveja 0% de álcool, uma cerveja sem álcool e assim por diante. E, evidentemente, associar os riscos, como por exemplo, se for dirigir não beba, produto destinado ao consumo de adultos, peça o RG para o dono do ponto de venda, na hora da venda como prevê a Legislação Brasileira, por sinal a legislação bastante antiga, campanhas específicas e assim por diante. Vamos adiante.

Publicidade e consumo é o nosso debate. Então vamos ver os dados e fatos que colocam esse ponto em debate e eu entendo, desde já, quero dizer, entendo que não há nenhum estudo conclusivo sobre o assunto, eu vou trazer alguns, certamente, os meus colegas de mesa trarão outros, já trouxeram, Dra. Ana Paula já levantou alguns temas, eu acho que é um tema interessante no debate.

Eu já mostrei aos senhores e a audiência, quais são os fatores essenciais que justificam o aumento do volume de venda e que são basicamente a capacidade

de compra, dado por renda e preço, e também a questão de temperatura e clima que no caso de cerveja é fundamental para a venda do produto.

Isso pode ser facilmente comprovado quando entramos na discussão da publicidade, por que a publicidade, depois eu vou mostrar dados, estudos feitos com base em dados existentes nas empresas, mas mostrar o seguinte, no ano de 2001 e 2003, isso é estudo do SINDICERV, enquanto a publicidade no Brasil aumentou mais de 50% nesse período, e foi o período exatamente de uma retração grande de renda, a cerveja, o consumo de cerveja no Brasil diminuiu 2.3%. Não havendo correlação. Eu vou mostrar logo a seguir a vocês, um estudo econométrico desenvolvido pela LCA Consultores, e que estuda, no período de julho de 98 a novembro de 2004, o mercado brasileiro de cerveja e a quantidade, o volume de vendas, melhor dito, está em azul e em vermelho, em cor-de-rosa está a quantidade de GRPs, que é uma medida de audiência nas televisões brasileiras.

E nós podemos observar desses estudos que não há correlação estatística significante entre um e outro. 005, que é a correlação desses dois gráficos, não significa estatisticamente nenhuma relação de causa e efeito. A publicidade não afeta o volume de vendas. E se afetasse, não tenham dúvida que os investimentos seriam ainda maiores do que os investimentos são. Afeta sim, eu quero insistir, a venda de uma determinada marca, de um determinado produto. Porque a capacidade da comunicação capturar volume de uma marca para outra é imensa. O que mantendo, evidentemente, o volume de vendas. Faz com que o consumidor saia de uma marca para outra, saia de um produto para o outro.

A pergunta que cabe é a seguinte: Existe correlação direta entre publicidade e aumento de cerveja? Categoricamente, não existe. Várias pesquisas nacionais e internacionais, como eu já mostrei o gráfico, revelam que a relação não é direta. Existe um estudo dos professores John Nelson da Universidade de Pensilvânia dê Douglas Young da Universidade de Montana State, nos Estados Unidos, que conseguem mostrar e provar que não existe essa correlação. Esses estudos são facilmente obtidos.

Eu vou aproveitar, Presidente Papaléo, para colocar à disposição da Comissão, inicialmente em inglês e eu comprometo de traduzi-los no prazo de uma semana, todo um conjunto de citações na literatura internacional sobre a relação entre publicidade e, publicidade de bebidas alcoólicas e volume de vendas, e consumo entre adolescentes e aumento de renda per capita. São várias citações, em todos os campos do conhecimento, não só no campo da área de saúde, mas também no campo da economia e relações de estudos feitos no âmbito do congresso dos Estados Unidos, aqui tem.

Eu me ponho à disposição e me comprometo de enviar uma cópia em português o mais rápido possível. Vamos adiante.

Casos concretos, para mostrar onde isso foi feito. Então vamos pegar o seguinte, primeiro exemplo na França. Na França, em 1991 foi banida a publicidade em televisão. Ela se mantém ainda em veículos impressos. E de lá para cá não se tem nenhuma, nenhum resultado que possa se dizer positivo em relação ao consumo indevido do álcool. Eu vou mostrar para vocês no gráfico seguinte, tem também dados de que não houve sequer diminuição nos acidentes provocados pelo uso indevido de quem consome bebidas alcoólicas e dirige. Sequer esse dado foi melhorado na França. Esse aqui é um bom exemplo de um estudo realizado na França entre 2000 e 2003, portanto 11 anos ou 12 anos depois do banimento da publicidade na televisão, mostrando que enquanto o tabagismo e o uso de canabis sativa, maconha, reduziu na França entre adolescentes, o uso do álcool aumentou. Mostrando que não há sequer correlação na diminuição dos efeitos negativos do consumo do álcool num país em que baniu da televisão a publicidade.

Esse exemplo, no caso da Alemanha, que é um dos países que tem das maiores consumo per capita do mundo, 130 litros de cerveja por habitante ano, para dar uma idéia, o Brasil é 50 litros de cerveja por habitante ano, no caso da Alemanha são 130, nós temos aí nas barras, o gráfico de barras mostra investimento publicitário, o gráfico em amarelo, na parte superior, mostra volume de cerveja vendido per capita e o gráfico debaixo mostra litros per capita de bebidas alcoólicas. Aí somando o álcool em cada uma das várias bebidas alcoólicas, observando sempre que cerveja tem em torno de 5%, destilados em torno de 50% de teor alcoólico, vinho em torno de 12, 13% de teor alcoólico. Mostrando também a total falta de correlação entre o investimento publicitário e o consumo per capita. Eu estava falando antes do volume, agora eu estou falando de consumo per capita. Vamos adiante.

Inglaterra, mesmo estudo, investimentos em publicidade e consumo per capita de cerveja em cima e de álcool, embaixo, no amarelo. Mostrando um consumo caiu em torno de 10% enquanto os investimentos aumentaram da ordem de 50 milhões de libras esterlinas, mais de 200 milhões ao todo. Vamos adiante.

Estados Unidos, mesma situação. Mostrando um aumento de 40% na propaganda sem a manutenção, sem alteração no consumo per capita, inclusive com uma importante diminuição entre os anos 90 e

o ano 2000. Esse estudo vai até o ano 2000. Vamos adiante.

Outros exemplos onde soluções simplistas para problemas complexos não conseguem resolver.

Na Tailândia, a propaganda foi banida em 2003 e no Tai Relf Report(F) de 2005 comprova que o número de jovens com idade inferior a 18 anos que consome bebida aumentou. E na Venezuela, os dados da Associação Latina Americana de Fabricantes de Cerveja, que acompanha detidamente o mercado, entre 2001 e 2003 houve uma queda de 11% no consumo e em 2005 o Governo proibiu a veiculação de publicidade, o consumo aumentou 6 e meio e no ano seguinte o aumento foi ainda maior de 7.5. O que mostra que os outros fatores, renda e clima acabam explicando essas variações de maneira muito mais importante.

Eu até, antes de entrar nesse detalhe, quero lembrar que os políticos, de um modo geral, tem uma aguda percepção dessa situação. O Presidente Lula, na campanha do seu primeiro mandato, em propaganda de televisão, disse que era um direito do trabalhador poder tomar sua cervejinha. Foi dito pelo presidente. O que é uma percepção correta do direito do trabalhador de não ter, ou não ser obrigado quando quer fazer uso de bebida alcoólica, de ter que tomar os produtos, muitas vezes, ilegais e de preço baixo e de altíssimo teor alcoólico e poder tomar produtos formais, de baixo teor alcoólico e que ele tinha desejo de tomar, mas não tinha condições de acessibilidade por conta de renda. O aumento da renda do trabalhador brasileiro nesses últimos anos é que explica o aumento das vendas do mercado brasileiro de cerveja.

Limitar o horário resolve? Isso é uma questão que tem sido também fruto de discussão. Talvez, e esses são dados do Ibopê do ano passado, eles tomam um período de 24 horas e mostrando em valores médios a participação ou a presença de menores de 18 anos e de 4 a 17 anos é em vermelho e acima de 18 anos em azul. Mostrando que existe uma absoluta identidade, independente da faixa etária na presença da audiência, na presença de idade na audiência. Mostrando que uma limitação de idade pouco afetaria uma restrição ou uma limitação no sentido de evitar a presença de menores de idade frente a publicidade de um produto que não lhes é dirigido e não lhes deve ser dirigido.

É bom lembrar também, e aí tem alguns exemplos de programas, eu vou me permitir, pedindo desculpa de citar uma única emissora, mas tem dois programas que explicam exatamente isso. A audiência do Jornal Bom Dia Brasil e dos outros Jornais diurnos das redes de televisão, que está num horário que normalmente, 7 horas, 8 horas da manhã, que seria um horário absolutamente infantil, onde não se imaginaria estar disponível, é de uma audiência absolutamente adulta, que as crianças até na escola estão, enquanto, na madrugada, o programa Altas Horas é um programa adolescente e infanto-juvenil. Mostrando que nos horários, pouca explicação, ou pouca diferenciação é possível haver na busca de uma regulamentação. Vamos adiante.

O que a OMS, Organização Mundial de Saúde está fazendo nesse momento? Primeiro, a OMS tem alguma posição sobre esse assunto? A OMS, a única posição que ela tem é a posição de debater, trazendo todos os atores para a mesa, de modo a que se possa buscar uma solução conjunta para problema muito complexo, multifatorial e que exige a participação ativa de vários atores e de várias entidades e organizações e representações existentes na sociedade brasileira.

A OMS, até o momento, não referenda nenhum tipo de restrição de publicidade como política eficaz para o combate ao consumo nocivo do álcool. Em reunião realizada em janeiro deste ano, o Comitê Executivo aprovou uma minuta de resolução reconhecendo a importância da contribuição de todas as partes na busca de uma estratégia para enfrentamento do problema e, agora, em 2003 e agora novamente há poucos dias atrás, reuniu com representantes da indústria, estará reunindo agora com representantes das ONGs na busca de, como estamos fazendo aqui, de debates, de informações, de sugestões para que se possa ter o que a OMS chama de uma estratégia global.

Então, é um momento em que os responsáveis por fazer e por tomar decisões sobre Políticas Públicas tenham a consciência de que o tema está sob debate global. Não há verdades absolutas consagradas, nem sugestões absolutamente consolidadas no âmbito global. Vamos adiante.

O que pensa a nossa população sobre a restrição de publicidade de cerveja? Pesquisa feita pelo prestigiado Instituto IPESP, que tem prestado tantos serviços de pesquisa de opinião pública no mundo da política e da economia, o professor Lavareda é o presidente deste instituto. Fez a pesquisa e perguntou: A medida do Governo para restringir a propaganda da bebida alcoólica no rádio e na TV resolveria os problemas causados pelo consumo inadequado do álcool? 65% da população diz que não. 23% imagina que em parte e 11% acreditam que esse assunto, sim, seria resolvido. Portanto, 65% não acreditam que a limitação, a restrição poderia resolver o problema. 69% acreditam que a solução está na fiscalização, punição e educação.

Então a população brasileira tem intuitivamente a absoluta consciência de que limitar a liberdade, restringir, não é a solução dos problemas e, sim, educar e, aquilo que já é legislação, fiscalizar e punir os que são infratores.

O que realmente funciona? É fiscalizar, punir, restringir a venda de bebidas para menores e aplicação de bafômetros para quem bebe, consome bebidas alcoólicas e teima em dirigir. Lembrando que isso tudo é lei, e lei há bastante tempo. A restrição de publicidade aparece em último lugar como medida de baixa efetividade para você obter qualquer resultado importante no campo da limitação do uso nocivo de álcool.

Educar é extremamente importante. Eu dou como exemplo uma ação feita pelo CISA, a ONG que trata de informação sobre saúde e álcool, que desenvolveu um vídeo sobre como falar de álcool com seus filhos e depois desenvolveu um outro vídeo sobre beber e dirigir e está distribuindo, dando palestras, distribuindo em várias escolas e mostrando uma maneira correta, adequada de atuar exatamente sobre aqueles que são os mais importantes fatores que determinam o consumo de álcool entre adolescentes e crianças, que são: Os pais, os seus pares, os seus amigos, o seu grupo de influência e, evidentemente, a escola.

Então, a maneira de educar, como falar com os filhos, o CISA, através de uma ação coordenada pelo Dr. Arthur Guerra da Universidade de São Paulo e Presidente do CISA tem desenvolvido com muito sucesso e recebendo elogios internacionais sobre essa atuação. Vamos adiante.

Nós entendemos que não há o que inovar no campo legal, evidente que é uma ação importante dos legisladores e como representantes da população brasileira e da unidade federativa, estarem presentes nessa discussão e nesse debate, mas lei nós temos, tem que cumpri-las.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ele na verdade reitera a legislação que proíbe a venda para criança e adolescente, porque a legislação é de 1941 que proíbe, que veda. Então, nós estamos aqui, não estamos tratando de falta de lei, estamos tratando de falta é de fiscalização e do cumprimento da lei, essa é questão.

A Constituição Federal Brasileira estabelece com clareza as restrições à publicidade de bebidas alcoólicas e estabelece a maneira em que elas devem ser feitas através da legislação adequada: O Código Penal, Lei das Contravenções Penais. O Código Brasileiro de Trânsito com sua renovação, chamada de lei seca que considera crime a embriaguez ao volante, prevê multa, suspensão.

E agora, começou uma fiscalização importante e elogiada por todos e a própria Lei 9294, que dispõe sobre restrições e estabelece nessas restrições os limites que o legislador brasileiro entendeu. E mais importante de todo o Código Brasileiro de auto-regulamentação publicitária do CONAR. [soa a campainha]

Eu vou repetir aqui, tomar emprestadas as palavras do publicitário Marcello Serpa aqui nessa Casa, em debate realizado sobre o mesmo tema, onde ele disse - eu peço licença para me associar às palavras dele: "Com quem mantemos uma relação de amor e ódio". Por quê? Pedindo perdão ao Dr. Gilberto Leifert, que preside a entidade.

Porque o CONAR é extremamente vigilante. Faz com que várias das nossas iniciativas sejam modificadas antes de irem ao ar e muitas das iniciativas que vão ao ar sejam retiradas, por uma enorme eficiência que tem o CONAR. E mais do que isso, ao tempo em que estamos debatendo aqui nessa Casa modificações e alterações na Lei 9294, o CONAR já alterou os anexos referentes a cada uma das bebidas no caso específico - e imagino que tenha feito também para outros produtos que tratam da regulamentação sobre a nossa atividade inúmeras vezes.

Eu me lembro muito recentemente de ter participado ativamente nos últimos cinco anos de pelo menos duas importantes alterações no anexo referente a cervejas dentro do CONAR. Muito bem o que nós recomendamos? O que nós sugerimos para enfrentar um problema complexo como o que nós aqui estamos debatendo?

Primeiro. Reconhecer e nós o fazemos que o uso indevido do álcool é um fato concreto e causa problemas sociais. É evidente que as palavras do Senador Flávio Arns de que o álcool ele consumido indevidamente, inadequadamente e constituísse num uso nocivo é compartilhado por 100% das pessoas que se debruçaram minimamente sobre o problema.

Esses problemas entretanto são multifatoriais e muito complexo de serem enfrentados. Soluções simplistas que muitas vezes parecem que resolvem o problema, na verdade, muitas vezes o aguçam. Como por exemplo o simples fato de fazer uma lei - eu dou um exemplo da Lei de 41 e que nós sabemos não é cumprida, que é proibição de venda para menores.

O SINDICERV se entende como parte da solução. Nós queremos, exercemos a nossa responsabilidade e queremos seguir atuando de forma, ativa, transparente, mostrando o que fazemos, os nossos pontos de vista, jamais, Sr. Presidente, nos negamos a participar e estaremos sempre à disposição de participar ativamente desses debates. Eu estou encerrando.

E o que nós sugerimos é uma parceria entre todas as partes envolvidas, governos, meios de comunicação, ONGs, universidades, a indústria, como uma forma de vencer o desafio. Finalmente, só para dizer o que a indústria no Brasil, o que é a indústria de cerveja no Brasil, o que nós estamos fazendo.

Nós temos programas de comunicação cito alguns exemplos, existem outros muito mais, muito maiores do que esse. Campanhas de comunicação orientando o consumidor para que evite o uso indevido e nocivo desse produto, o consumo indevido. Insisto que todo o produto de qualquer natureza tem o seu uso recomendável e tem o seu uso nocivo, uso indevido.

Promoção de eventos responsáveis, todos os nossos eventos da indústria são eventos nos quais nos preocupamos com aspectos, como a condução de veículos por parte dos que consomem e assim por diante; orientação ao ponto de venda; apoio às campanhas educativas. São inúmeras as campanas que nós apoiamos com Governos Estaduais, com o próprio Governo Federal, até com o Ministério Público em alguns casos; opções de transporte ao consumidor em vários eventos e parcerias com o Poder Público que são inúmeras.

Finalmente, lembrando que a indústria de cerveja no Brasil é uma das poucas indústrias centenárias, nós temos mais... Só um dos nossos produtos esse ano está comemorando, 120 anos que é a Brahma, mas temos produtos até mais antigos, a cerveja veio ao Brasil junto com a Família Real em 1808. E já tempos depois inaugura a primeira indústria, portanto é uma indústria em que o País tem há muitos anos, centenária, como eu digo.

É um dos maiores contribuintes, provavelmente o maior contribuinte privado brasileiro com cerca de dez bilhões de impostos arrecadados por ano. Tem um faturamento da ordem de 30 bilhões a Dra. Ana Paula, referiu-se a um número que é cerca do que foi referido. Gera em torno de 150 mil empregos diretos e indiretos e investiu mais de três bilhões nos últimos cinco anos em novas plantas e ampliações. Muito obrigado, Presidente, essa é a contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Sr. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, lembrando que já fez uso da palavra para sua exposição a Dra. Ana Paula Dutra Massera, que é Advogada, Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização da Propaganda.

E ficou também bastante evidente o tempo que o Presidente do Sindicato, Sr. Milton Seligman fez uso. Eu achei que foi importante a exposição dele, no sentido de nós podermos debater essas questões e deixar à Doutora, à vontade para fazer uso da palavra quando desejar, para que nós possamos ser próximos da justiça, quanto ao tempo utilizado por cada um.

Então, eu concedo a palavra cumprimentando o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Senador Augusto Botelho. Eu concedo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade da Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Fique à vontade.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Bom dia a todos, Senador Papaléo Paes e demais membros dessa Mesa, cumprimentar a todos, realmente é um prazer e uma honra estar aqui nessa Comissão.

Eu gostaria de fazer uma pequena correção. A partir da semana passada, a unidade que eu coordeno que é a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, teve o privilégio de receber o convite do Conselho Nacional de Pesquisas e junto numa cerimônia com o Presidente Lula na semana passada, nós viramos o Primeiro Instituto Nacional de Políticas Públicas de Álcool e Drogas.

Então, o que nós vamos tentar estar mostrando aqui hoje é como que a Universidade recebendo dinheiro de uma forma independente, possa produzir dados independentes sobre o problema do álcool e drogas. E nós tivemos o privilégio de receber - e a Dra. Ilana Pinsky é que vai fazer a primeira parte da apresentação é a pesquisadora principal - uma verba bastante generosa da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, que é a FAPESP, para fazer uma avaliação do impacto da propaganda de álcool no Brasil.

Então, o que a gente vai mostrar, nessa primeira parte que a Dra. Ilana vai mostrar, é uma parte das revisões dessas pesquisas, uma parte de pesquisas da nossa própria unidade - que eu gastaria de salientar a independência do financiamento dessas pesquisas. Porque tanto a história da indústria do tabaco e a história da indústria do álcool mostram que você precisa ter pesquisas independentes.

Quando você tem pesquisas financiadas pela indústria você tem que ingerir isso como uma pitada de sal e é por isso que a gente vai poder mostrar de alguma forma, essa contra-parte. Eu acho que foi interessante ver o lado do Governo, o lado da indústria e agora a gente poder ver o lado da Universidade.

SRA. ILANA PINSKY: Bom dia a todos. Bom, eu vou apresentar essa primeira parte, vou tentar não passar o nosso tempo para que o Ronaldo depois possa completar.

A gente vai falar um pouquinho sobre as nossas pesquisas e as pesquisas internacionais iniciando sobre consumo de álcool entre adolescentes no Brasil, que a gente fez uma pesquisa nacional com o apoio da SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, como a publicidade atinge os adolescentes mostrando um pouco o resumo das pesquisas até agora.

Se os adolescentes brasileiros estão expostos e gostam da publicidade de álcool que é uma outra questão bastante importância particularmente da cer-

veja e se a auto-regulamentação funciona. E alguns exemplos de publicidade da cerveja - eu sei que todos vocês conhecem, mas só para a gente colocar algumas das coisas aqui mais claras.

Próximo, por favor. Então isso aqui foi o nosso levantamento nacional, ele foi feito com uma amostra probabilística, ele representa o Brasil inteiro é a primeira pesquisa que representa o Brasil inteiro. E aqui mostra... O que eu queria mostra aqui é que o início do consumo - aqui é o início do consumo, e aqui são os adolescentes e aqui são os jovens adultos da 18 a 25 anos.

Vocês podem perceber que o início do consumo regular de álcool é anterior é mais cedo para os adolescentes do que foi para os jovens adultos. Quer dizer, o consumo de álcool para os adolescentes está se iniciando cada vez mais cedo. Essa é uma questão que eu acho que é importante colocar.

O próximo, por favor. Aqui a gente mostra alguns dados do levantamento, tem uma porcentagem grande dos adolescentes que ainda são abstinentes que são esses dados aqui. Mas entre os que bebem 13% , aliás, é do geral, 13% do total dos adolescentes e 17% para os meninos, eles já apresentam um consumo que a gente chama de padrão intenso de consumo de álcool. Então, temos aqueles não bebem nada e a maioria dos bebem, uma parte importante dos que bebem, bebem de uma maneira complicada.

O próximo, por favor. E o que eles bebem de maneira geral? Metade deles bebem cerveja. O próximo, por favor. O acúmulo de conhecimento que a gente tem até agora - e eu vou só mostrar algumas pesquisas que existem sobre isso, porque não vai dar tempo evidente de apresentar tudo. Mas a gente tem o material também para disponibilizar depois para a Mesa.

É o seguinte, o que se tem até agora é que há uma visão... A publicidade, não é só a propaganda, a publicidade de maneira geral, não inclui só a televisão, inclui a Internet, inclui propaganda, enfim em estádios, de música e etc e tal, está relacionada a uma visão mais positiva do típico consumidor do álcool para os adolescentes.

As atitudes mais positivas em relação a beber, uma maior expectativa de beber quando adulto, uma percepção do beber como onipresente, na sociedade só existe isso. Apesar de não ser verdadeira essa percepção ela atrai, influência e recruta novas gerações de potenciais bebedores. Finalmente aumenta a possibilidade do beber pesado e predispõe os menores a beber antes da idade legal, está certo? E vocês viram como cada vez isso está acontecendo mais cedo aqui no Brasil.

Próximo, por favor. Existem os estudos econométricos que foram apresentados alguns agora a pouco e de fato alguns tem resultados conflitantes. É uma área ainda muito difícil de avaliar, porque é muito difícil fazer os modelos e que entrem todas as questões importantes para isso. E aqui têm alguns problemas metodológicos que eu não vou entrar muito neles.

Próximo. No entanto, alguns estudos mais recentes, por exemplo, de Saffer e Dave de 2006 e esse aqui, do Hollingworth(F) em 2006, já mostram que encontram redução da quantidade de propaganda quando existe essa redução, isso pode produzir uma redução no consumo entre adolescentes e jovens. O próximo.

As áreas da verdade em que a gente tem conseguido internacionalmente os dados mais confiáveis e mais consistentes que você percebe que não tem mais esses estudos conflitantes são as áreas que a gente chama de estudos do consumidor, em que se faz medidas do impacto do comportamento de beber individualmente entre jovens e adolescentes.

E essas medidas são principalmente - eu vou apresentar depois - em relação a exposição dos adolescentes e jovens em relação a propaganda, a consciência aumentada: O quanto eles lembram da propaganda. E respostas mais positivas das propagandas: O quanto eles gostam da propaganda.

Próximo, por favor. Eu vou apresentar só um exemplo, que esse é um estudo muito importante com impacto bem mensurado dos Estados Unidos [ininteligível] em 2006, ela fez um levantamento longitudinal ou seja ela seguiu esses jovens e adolescente por dois anos mais ou menos, dois ou três anos. E foi uma amostragem nos Estados Unidos inteiro, praticamente nacional.

Próximo, por favor. Ela fez uma série de mensurações, ela pergunta do auto-relato: O quanto eles estavam expostos, quanto que você viu de publicidade no mês passado, por exemplo, esse tipo de coisa. E ela também fazia uma outra mensuração que é essa mensuração mais econométrica em ela conseguiu dados que são muito difíceis para nós que não somos da indústria conseguirmos esses dados da disponibilidade de propaganda no mercado: Quanto que se gastava com isso nesses próprios mercados em que os adolescentes estavam.

Próximo. As conclusões foram as seguintes: Que o beber dos jovens foi maior e aumentou ao longo do tempo para: Os jovens que relataram maior exposição à propaganda do álcool e para aqueles objetivos que viviam em mercados com maior quantidade de propaganda de álcool. Esse estudo é fácil também de conseguir quem quiser, enfim, depois eu mando para as pessoas que quiserem.

Próximo, por favor. Esses são outros estudos longitudinais que eu vou só apresentar um pouquinho. Esses estudos longitudinais eles são muito caros de serem feitos a maior foram feito nos Estados Unidos, esse aqui eu acho que foi na Bélgica e a gente está terminando aqui no Brasil. Esses estudos são os que mais trazem dados para a gente, porque eles seguem os jovens desde a idade que eles não estão consumindo até quando eles começam a consumir e, começam a perceber o que se relaciona com esse consumo que eles fizeram.

Então, por exemplo, esse primeiro estudo ele mensurou que a cada hora, uma hora de aumento na exposição à TV, está associada com 9% de aumento no risco de iniciar... De exposição à TV associada com o início do beber. O Saffer, num outro estudo ele viu que daqueles que assistiam 60% ou mais de propaganda de álcool da TV, eles tinham 44% mais chance de beber cerveja.

A Ellickson nesse estudo de 2005, ela descobriu que uma exposição a publicidade de cerveja em pontos de vendas em eventos musicais, ou seja, essa publicidade mais ampla que eu estava referindo, prediz o início do beber em adolescente dois depois do início dessa pesquisa.

Próximo, por favor. Então basicamente essa relação se dá por esse três fatores: A exposição, o gostar e a apreciação, e a lembrança. E eu queria apresentar para vocês se isso existe no Brasil, será que os nossos adolescentes eles estão expostos a propaganda? Será que eles gostam? Será que eles lembram da propaganda?

Próximo, por favor. Essas são as referências bibliográficas. O próximo. A exposição, vamos ver se eles estão expostos à propaganda e para isso eu trouxe dados desse levantamento nacional.

Aqui a gente vê a exposição diária ou mais, esse em azul são as propagandas e esse... Não sei que cor é essa, vermelho ou rosa, é a prevenção. Na verdade qualquer fator de prevenção, qualquer coisa que diz, por exemplo, um rótulo que diz: "Se dirigir não beba", já é considerado prevenção.

Olha, a porcentagem, praticamente 60% dos adolescentes expostos. Nos últimos 30 dias, eles disseram que eles viram diariamente ou mais mensagens de propaganda de bebida álcool; essa porcentagem bastante menor de um algum tipo de prevenção.

Próximo, por favor. Esse aqui é um dado, também em relação a publicidade, a propaganda de cerveja em bares, padarias, restaurantes, eventos esportivos e etc. Esses aqui são os adolescentes em azul, e esses aqui os jovens adultos. Vocês vêem que é não tão diferente, uma exposição de quase metade dos adolescentes de muitas propagandas, muita publicidade nos pontos de venda nos últimos 30 dias. Então, eles estão bastante expostos a publicidade.

Próximo, por favor. Eles gostam dessa publicidade? Eles apreciam? Eles lembram da publicidade? Primeiro: Eles gostam? Vamos lá. Este é um dado que tem dessa pesquisa do mercado do Data Folha, que é publicado no meio & mensagem, é uma revista de publicidade, você percebe que nos vários anos, tal tipo de propaganda. Você perguntava: Qual a sua propaganda preferida na TV, dos 30 dias? Podia ser de casas Bahia, podia ser de alimento, podia ser de qualquer coisa, sempre tem propaganda de cerveja que estão entre as dez mais gostadas pelos adolescentes e que todos gostam mais.

Próximo. Eles lembram dessa propaganda? O próximo, por favor. A mesma coisa: Entre as marcas mais lembradas nos últimos 30 dias a mesma pesquisa, sempre tem propaganda de cerveja entre as dez mais lembradas. Próximo. Isso a gente tem que levar em consideração pensando também nos estudos que foram mostrados, antes econometricamente que não mostram uma relação entre publicidade e beber, que essa influência ela se dá no decorrer de vários anos.

Não vai ser no primeiro ano muitas vezes que você vai descobrir é uma influência indireta, sutil e cumulativa, do tipo de estalactite. Então esse tipo de coisa a gente vai ver em decorrer dos anos, por isso que esses levantamentos longitudinais, individuais, são muito importantes para a gente avaliar essa questão que a gente está falando aqui. E de que de imposto tipo de publicidade a gente está falando? Tem aquela da televisão que a gente conhece. E que mais?

Próximo, por favor. Basicamente especialmente a cerveja que eu coloquei aqui, ela está relacionada a quase tudo. Quase tudo que é símbolo nacional e quase tudo de maneira geral. Futebol, certamente. Carnaval. Todos os tipos de carnaval. A Brahma patrocinadora "oficial da alegria. Não há alegria sem Brahma".

O próximo, por favor. Esse aqui é o Skol Beats, que foi um evento vocês devem conhecer, todos os jovens conhecem associada com uma visão bastante jovem em relação a isso. Próximo, por favor. Aqui mostra uma relação com... Isso é tudo de Internet, eu peguei tudo da Internet, é relacionado a todo tipo de coisa, a surf, a rodeio, ao carnaval, a festa de São João, a *fashion week*, a futebol, a festas, etc, moda.

O próximo. Também aqui uma série de coisas relacionadas aos jovens, papel de parede, celular Skol, etc e tal. Próximo. E aqui um exemplo de um outro tipo de publicidade, que é a questão de um boteco universitário. Então, se pergunta: Você é maior de 18 anos?

Para aproveitar, para a diversão do boteco universitário, sim ou não, não tem muita dificuldade de entrar.

O próximo. E daí uma vez que está lá dentro, quer dizer, é maneira, aqui olha: "Galera, da universidade, diversão e muita Skol gelada. Isso é a cervejada do boteco. Aqui você encontrará datas de todas as cervejadas". Então o seu filho que você paga um dinheiro para estar na universidade, ele está bastante servido com a cerveja.

O próximo, por favor. Também a questão da auto-regulamentação, a gente entra agora para ver a eficácia da auto-regulamentação que sempre considerada e foi colocada aqui como bastante eficaz e efetiva e etc. Foi feita uma pesquisa - aqui está o principal ator o Alan Vendrame - que com esse dinheiro da FAPESP, nos concedeu esse dinheiro da FAPESP.

Ela iniciou com 32 propagandas, 133 adolescentes, menores de idade eles tinham que escolher entre essas propagandas, as que eles mais gostavam e as que eles tinham sido expostos antes, ou seja, as mais populares.

Destas foram escolhidas as cinco mais populares, as que os adolescentes achavam mais populares, eles já conheciam todas, mas as que eles achavam entre elas as mais interessantes, mais populares. O próximo, por favor. E daí foi pega uma outra amostra de 282 adolescentes também dessa faixa etária em São Bernardo, e se mostrou para eles as propagandas... [soa a campainha] Ah, então, está bom, eu vou mais devagar.

Mostraram as propagandas para eles e ao mesmo tempo se utilizou um questionário em que se mostrava... Se adaptou o código de auto-regulamentação publicitária, mas bastante parecido as mesmas perguntas e se perguntava para os adolescentes se aquela propaganda violava ou não essas regras que o CONAR estabelecida.

E a idade média desses adolescentes era 15,8 anos e esse estudo foi apresentado na Kettil Bruun Society, na KBS, que é um Congresso muito importante na nossa área de álcool e ele está em análise agora no [ininteligível], que é um jornal muito importante da nossa área e demora muito tempo para estes estudos serem publicados. Ele está em análise e um dos autores que a gente teve a honra de estar participando com a gente é o Tom Babbo, que é uma pessoa internacionalmente um dos mais conhecidos e ligado ao MS também.

Próximo, por favor. E aqui é uma apenas uma amostra que das 16 regras incluídas no estudo, tiradas do Código do CONAR, 11 foram violadas, nessas várias propagandas isso pela visão do público, que é o público que está em risco que é o público que nos preocupa. Provavelmente, eu não fiz essa pesquisa, mas se a gente levasse isso para pessoas que estão do grupo, vamos dizer de interesse, talvez eles não vissem todas essas violações, porque essas violações são regras muito subjetivas. E por isso que é há uma diferente dependendo de quem é exposto a isso, mas de qualquer maneira vocês vêem que deveria ser protegido não está sendo. Está certo?

Próximo, por favor. O resumo da ópera, então? Próximo. Quem educa atualmente então o brasileiro sobre bebidas alcoólicas? A gente sabe que há uma desigual freqüência e alcance das propagandas, se eu mostrasse algumas das propagandas de cerveja, possivelmente os Srs. Conheceriam essas propagandas e a prevenção possivelmente não conheceriam.

O álcool está em geral associado nessas propagandas a coisa muito divertidas que é esporte, alegria, diversão, sexo, evento, celebração, humor carnaval, enfim, tudo de bom, enquanto a prevenção nem tanto. Então, fica muito mais difícil a gente trabalhar a prevenção nesse contexto.

Próximo, por favor. E é o seguinte eu acho que o resumo de tudo: O consumo de bebidas alcoólicas pelas nossas pesquisas ela se inicia cada vez mais cedo. E há espaço para crescimento, pois, de fato é um mercado imaturo e de fato há um espaço para crescimento grande de consumo de álcool aqui no Brasil.

A publicidade de álcool aumenta a probabilidade dos jovens de iniciar o consumo e de que estes consumam quantidades maiores e isso há uma série de pesquisas feitas... E assim, a ciência é feita de um acúmulo de conhecimento e o acúmulo de conhecimento apontou para essa área nesse momento. A maciça exposição além do aspecto extremamente jovem e atrativo da publicidade é o ponto do achado acima, como eu mostrei antes.

A maioria dessa publicidade diz respeito à cerveja que também é de longe a bebida alcoólica mais consumida no Brasil pelos jovens. A auto-regulamentação não funciona para as bebidas alcoólicas. A regulamentação das bebidas alcoólicas já é um instrumento utilizado em alguns países democráticos. E as restrições ambientais, entre elas a restrição de publicidade, mas entre outros aumentos da taxação ou restrição de ponto de venda, são as estratégias mais eficazes.

Eu como psicóloga gostaria de dizer que a educação é o mais importante, infelizmente, não é isso que as pesquisas mostram. É isso, obrigada.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Obrigada, Dra. Ilana, eu gostaria só de complementar de alguma forma a visão da Universidade que a Dra. Ilana, traz. Talvez como pesquisador mais sênior do meu próprio Instituto

eu acho que vale a pena lembrar um aspecto o seguinte: A história em relação a indústria do cigarro.

A indústria do cigarro mentiu por mais de 40 anos para toda a sociedade no mundo todo. Ela negou, por exemplo, que o cigarro causava câncer, quando na década de 50 já se mostrava que o cigarro causava câncer por 30 anos, 40 anos ainda do cigarro, falou "O cigarro não causa câncer. A propaganda não estimula o consumo de cigarro". E uma série de situações que são absolutamente mentirosas.

A indústria do cigarro mentia, porque defendia basicamente os interesses da própria indústria do cigarro. Você não pode esperar que eles pudessem fazer de uma forma diferente. A indústria do cigarro não defenderia, nunca defendeu e não vai defender a saúde pública. Não vai defender a educação das nossas crianças, isso é uma coisa que me parece tão claro, e a história da saúde pública dos últimos 50 o anos, mostrou exatamente isso.

Qualquer País que tenha confiado na indústria do tabaco, na determinação das suas políticas públicas agiu de uma forma [soa a campainha] Criminosa, no sentido de se colocar ao lado de uma indústria que tinha, tem e continua tendo o interesse de vender cigarro e não tem interesse nenhum de fazer educação de saúde.

Creio que nós estamos repetindo a mesma coisa em relação a indústria do álcool, no Brasil. E nós tivemos um grande avanço em termos de saúde pública no Brasil, quando essa Casa Legislativa proibiu a propaganda do cigarro. Nós demos um exemplo ao mundo nesses últimos anos, nós somos uma sociedade democraticamente melhor ao não permitirmos que os nossos filhos, nossas crianças sejam expostas aquele tipo de propaganda do cigarro, que nós tínhamos na década de 80 e até metade na década de 90, não tenham a menor dúvida.

Eu me sinto melhor em viver numa democracia que leva em consideração os interesses das nossas crianças e não interesse da indústria de cigarro. Eu creio que agora nós vamos ter a oportunidade de fazer a mesma coisa em relação ao álcool. Nós precisamos parar de deixar que nossas crianças sejam educadas, pelo Zeca Pagodinho, porque pela visão da indústria, a propaganda não faz efeito.

Eu fiquei tão comovido com a visão da indústria, que eu acho que a gente poderia convidar a indústria do álcool para educar nossos filhos nas escolas. Porque se só a temperatura que faz subir o consumo de álcool, então, nós vivemos num País tropical, vamos no embebedar de cerveja e vamos ficar todos muitos felizes com essa visão de País tropical.

Na realidade essa uma visão absolutamente distorcidas dos milhões de pessoas que são submetidas a toda a violência do álcool na sociedade brasileira. As milhões de crianças que recebem toda a sorte de violência no seu ambiente doméstico pela intoxicação do álcool. Todas as pesquisas mostram que 80% das crianças que são abandonadas no Brasil, tem o álcool na origem desse problema social.

Tratar bebida alcoólica como se fosse doce, eu tenho uma profunda revolta moral contra esse tipo de atitude. É por isso que eu absolutamente falo que esses são dados absolutamente mentirosos de como você imagina, como você apreende o fenômeno de bebidas alcoólicas no Brasil.

Então falar que não está aumentando o consumo de bebidas alcoólicas, realmente me soa como uma forma de uma violência, por exemplo, os dados eu absolutamente não acredito nos dados da própria indústria de cerveja. A gente não pode esquecer que há poucos meses atrás mais de 70 executivos da Schincariol foram presos por sonegação fiscal.

Achar que esses dados oficiais da indústria da cerveja são os que realmente ocorre, nem a própria Receita Federal acredita que esses dados são realmente reais, temos um tipo de mercado negro em relação ao álcool no Brasil que é substancial. A gente desconsiderar e achar que não estamos bebendo mais bebidas alcoólicas, quando os dados independentes da nossa pesquisa mostra o contrário, o Senado Brasileiro [soa a campainha], não pode desconsiderar esse contraponto que a universidade está querendo fazer aqui.

Falar que a sociedade não aprova a proibição de propaganda é mais uma mentira, a nossa pesquisa mostrou, quando a gente pega uma amostra representativa da população brasileira e não usa pesquisa que possivelmente foi financiada pela própria indústria, quando você pega uma amostra representativa mais de 830% da população quer que os seus filhos não sejam deseducados pela indústria do álcool do dia a dia.

Qual é o pai que ver seu filho de quatro, cinco anos, ser exposto a essa propaganda com o Zeca Pagodinho estimulando seu filho a beber. Então 80% da população primeira não aprova a propaganda de cerveja. Nossas pesquisas mostraram, quer dizer, a gente fala que todo mundo da população brasileira bebe. Não é verdade. 48% da população brasileira não beber.

Esse é um dos nossos dados mais importantes, falar que oportunidades bebe, não verdade, metade da população brasileira são de abstêmios, porque você tem de 25% de evangélicos, por exemplo, que são uma categoria populacional que absolutamente não bebe.

Então, eu acho que por isso que 80% da população brasileira de adultos aprovam a proibição da

propaganda ou a regulamentação da propaganda nos mesmos moldes que foi feito em relação ao cigarro. Eu acho que esse contraponto de cigarro e álcool ele é importante que é uma forma da gente sinalizar. E essa uma oportunidade que o Senado vai ter que sinalizar para a população que tipo de sociedade nós queremos viver?

Uma sociedade que nossa crianças possam ser expostos 24 horas com a propaganda às oito horas da manhã, você acha que isso é democrático você viver [soa a campainha] Numa sociedade que os interesses da indústria do álcool favoreçam ou numa sociedade em que a gente proteja as nossas crianças que estão começando a beber mais cedo.

A gente possa sinalizar para os pais que a todos os pais desse Brasil que o Senado se preocupa com a exposição numa propaganda absolutamente mentirosa. Eu acho que finalizando, eu acho que esse tipo de sinalização é importante para o Senado. E obviamente não acreditar que essa auto-regulamentação possa funcionar.

Os nossos dados mostram que são dados que são devaneios de regulamentação que o CONAR, quer que a gente acredite que eles possam ser os nossos aliados da saúde pública na regulação da propaganda.

Com todo o respeito para mim o CONAR é um clube de publicitários, querendo colocar à sociedade normas de propaganda e quando a gente pode ver na prática todos os códigos, o próprio Código de auto-regulamentação absolutamente não funcionamento. E eu acho que nós temos que encerrar esse período na Sociedade Brasileira de nós enganarmos, que a auto-regulamentação está do lado da saúde pública.

A auto-regulamentação está do lado da indústria de cerveja, e está do lado da indústria de cerveja, está no lado das agências de publicidades, mas não está do lado das crianças do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Ronaldo Laranjeira e a Dra. Ilana também. E Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade da Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina de São Paulo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se V. Exa. me permite, hoje eu sou o Presidente da Frente Parlamentar da Engenharia e nós estamos comemorando 75 anos, vai ser 11h30. Nós estamos comemorando 75 anos do CONFEA é o primeiro Conselho Federal profissional do mundo, Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.

E tenho então uma solenidade, mas eu não queria sair sem deixar aqui a preocupação que eu tenho com o tema. Eu acho que a bebida alcoólica, o álcool, que tem a origem numa palavra árabe cujo significado é sutil, é realmente, é extremamente sutil.

Ele penetra os lares brasileiros de uma maneira tão sorrateira. E não são os lares apenas não. Nas recepções para os Presidentes o álcool está presente. Na confraria dos mendigos debaixo da ponte, o álcool está presente. O sujeito está feliz bebe; se o sujeito está triste bebe para esquecer; se está calor bebe uma geladinha; se está frio bebe para esquentar. E nós precisamos regulamentar isso.

Porque o fato concreto é que aumentam não só os acidentes. Crimes. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem 320 mil crimes cometidos por ano. Imagine 320 mil crimes por ano. São 110 mil furtos, com arma 60 mil. Roubo de automóvel 55 mil. Homicídios 9 mil. Isso porque não damos como homicídio mais de 10 mil corpos encontrados ao relento que entram na estatística como morte de população de rua. Ninguém comete um crime sem antes beber e depois que comete o crime, bebe também.

Portanto, eu acho que o tema ele é muito mais profundo do que apenas estatísticas pontuais, que possam ser apresentadas pela indústria e pelos que tem interesse no jogo. É como os bancos. Por exemplo, aqui no Brasil os bancos fazem o cenário para que o Banco Central estabeleça a taxa de juros do COPOM, deveria ser proibido aqueles que têm interesse no jogo que façam apostas. Nós deveríamos ter partes isentas.

E acho que esse Congresso precisa se manifestar, eu apresentei três projetos preocupado com isso. Venda de bebida em postos de gasolina me preocupa muito. No Rio de Janeiro eu passo à noite vejo nos postos de gasolina, os meninos e as meninas bebendo, bebendo cerveja, bebendo aquelas outras bebidas em garrafas. E saem dali com a direção iminente, tem que sair dirigindo, porque o carro está lá. É uma coisa complicada isso.

Nós temos uma série de mazelas sociais, divórcio, problemas de insanidade mental. Eu quando fui militar, sempre que nós tínhamos um Sargento ou um Oficial baixado ao pavilhão neuropsiquiátrico era por bebida e vários morreram. Isso alcança até os quartéis, onde pelo regulamento disciplinar do Exército não pode ter álcool, mas entra. Entra, porque o álcool entra em todo o lugar. Eu acho também ingênua a visão de que a propaganda não tem influência sobre isso.

Essa ligação do álcool com a sensualidade, com a beleza e com o sucesso é perverso, sobretudo na formação das nossas crianças, até porque não há contrapartida. O rótulo de uma bebida alcoólica deveria

trazer: "Olha essa bebida, essa embalagem contém, também: problemas mentais, acidentes de automóveis, divórcios, desempregado, falta de produtividade no trabalho, dificuldades para o ensino e tantas outras coisas que o uso continuado da bebida acarreta".

Não sou aqui de maneira nenhuma um fanático, acho que a história da humanidade ela se desenvolve ao longo das bebidas, primeiro a água que deu o surgimento das primeiras cidades próximas aos rios, depois as cervejas com os egípcios e muitos atribuem até a escrita às bebidas. Depois com os gregos o vinho foi muito importante nas formulações, tanto da política como também da Filosofia. As grandes navegações também estavam ligadas aos destilados, às pessoas iam para o mar passavam frio, tinham intempéries e acabavam bebendo.

Depois veio a globalização o café que está ligado já ao grande desenvolvimento cultural as pessoas tinham mais poder de concentração bebendo café, que foi uma bebida que ocupou um espaço importante no desenvolvimento da humanidade. E recentemente a globalização da Coca-Cola, dos refrigerantes e também dessas bebidas, a cerveja, voltando com muita força. É da vida é natural.

Agora é fundamental Sr. Presidente, que nós possamos regulamentar a propaganda isso é um apelo que faço, ao Congresso, à Nação, às pessoas envolvidas porque veja lá no Rio de Janeiro, a gente está vendendo bebida na praia. Se a gente perguntar ao Corpo de Bombeiro, nós temos 15 mil afogamentos nas praias do Rio por ano, 80%, são pessoas que bebem e bebem e bebem nas areias, depois vão nadar e se afogam.

A gente vende bebida no campo de futebol, no posto de gasolina, nos engarrafamentos, param os carros vem um rapazinho com isopor, vende cerveja. É uma coisa complicada e se nós não regulamentarmos, eu não sei onde nós vamos parar. Então fica aqui a minha admoestação ponderada, não estou contra o direito, não estou pregando lei seca nos Estados Unidos não deu certo, não acredito que dê certo também no Brasil.

Mas que a gente precisa regulamentar, a gente precisa estabelecer parâmetro, a gente precisa cuidar do futuro, sobretudo da maior preciosidade do nosso País que são nossas crianças, jovens e adolescentes. Isso Sr. Presidente é um imperativo e eu não podia sair com a permissão de V. Exa., sem antes extravasar o meu sentimento. Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella. Foi muito importante a sua intervenção, sempre muito bem consistente, equilibrada como V. Exa. é na discussão dos temas desta Casa.

Então eu agradeço a V. Exa. e V. Exa. também relacionou dados importantíssimos do Rio de Janeiro, isso nós temos que estudar profundamente e eu sou a favor sim, da regulamentação de uma maneira acredito bem rígida, para que nós possamos conter, minimizar esses danos que a sociedade está sofrendo por causa de vícios que iniciam sempre com a bebida alcoólica .

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado a V. Exa. A Dra. Ana Paula Massera, solicitou fazer uso da palavra, eu concedo à senhora.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom, muito rapidamente só complementando em função de alguns pontos que foram levantados.

A questão da regulamentação da propaganda aqui, ela não está vindo como uma medida simplista até porque ela vem como parte de uma política pública que foi publicada e a impossibilidade de regulamentação da propaganda em seu inteiro teor, ela faz com que essa política pública fique digamos assim, capenga.

Então ela não é uma medida simplista. Eu concordo que a regulamentação da propaganda por si só, ela não vai fazer com que o consumo e os acidentes e os agravos com as bebidas alcoólicas cessem. Mas ela vai ajudar na redução sim, ela é um dos fatores preponderantes como nós vimos já nas pesquisas demonstradas aqui e ela não pode ser deixada de lado.

Ela tem que ser sim aplicada junto com medidas educativas, tem que ter a fiscalização? Tem sim. Tem que ter a punição? Tem sim. Mas tem que ter a regulamentação da propaganda que faz parte desse tripé. Outro ponto que eu acho interessante levantar e a Dra. Ilana mostrou ali algumas questões de propaganda, é uma coisa que já está tão arraigada no nosso dia-a-dia que eu acho que às vezes a gente começa a perder o bom senso.

Eu estava vendo ali as propagandas relacionadas a diversas funções, eu fiquei chocada na época do PanAmericano, pelo fato de uma cerveja ser um dos patrocinadores oficiais dos eventos do PanAmericano, jogos PanAmericanos! Gente, não combina!

E é uma coisa que está tão assim no nosso dia-a-dia que ficou todo mundo, assim, olhando aquilo, ninguém notou que aquilo não estava condizendo com a situação. Jogos PanAmericanos tinha como um dos patrocinadores oficiais uma cerveja, juntamente com a Caixa Econômica Federal, que é uma empresa pública. Gente isso é um absurdo! Então a gente tem que

tentar coibir pelo menos essas coisas completamente *non-sens*, isso que a gente vem passando.

Então, eu acho que um mínimo sim de regulamentação. Eu acho que nem que seja com aqueles 23%, os quais dizem que a propaganda precisa ser regulamentada, eu acho que a gente já vai ter um bom resultado. E outra coisa, quando nós fizemos a nossa consulta pública na tentativa de regulamentação da propaganda da bebida, a grande maioria das nossas contribuições foram no sentido de apoio: "Sim nós queremos". Inclusive setores representativos da sociedade.

Então, assim dizer que a sociedade não aprova, também acho que é uma questão equivocada porque nós recebemos a maioria das nossas contribuições, foram apoiando o fato da propaganda está sendo regulamentada naquele momento.

Era só isso, Senador, só para complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço e quero justificar às palavras da Dra. Ana Paula, porque nós demos um tempo e fomos até rigorosos com a Dra. Ana Paula, depois nós tivemos o Dr. Milton Seligman que usou um tempo quase três vezes superior ao que seria. Então, por isso a Doutora fez uso da palavra e também nós temos liberdade aqui, para discutir esse assunto extremamente importante.

Eu também fiquei abismado quando eu vi "boteco universitário", isto é uma lástima, é deprimente para nós. "Boteco universitário", incentivando os universitários a freqüentar, se tiver mais de 18 anos ou 18 anos, o "boteco universitário". Isso é lamentável, isso é para País, realmente, que está em estado de degradação.

E, também sobre a questão do PanAmericano, eu li já numa revista que estava já programado há algum tempo que o mascote teria a ver muito com a cerveja que iria patrocinar, que seria a Sol; previamente, na escolha do mascote já estaria sendo visado esse patrocínio da cerveja, realmente é muita inteligência e essa inteligência é que vai influenciar o início.

Isso ninguém me tira da cabeça que se a propaganda não influenciasse - desculpem, eu estou trazendo até a minha opinião como médico e pai - se não influenciasse a indústria, ela não iria gastar milhões e milhões e fazer um artista irresponsável como é este ídolo Zeca Pagodinho. Eu até gostava dele, depois que ele começou a participar incentivando a bebida - não me interessava se ele bebia ou não, ele é um bebedor que não esconde isso, mas quando começou a aparecer nunca mais eu quis nem ouvir música dele.

Então, fica esse registro também da minha indignação, mas pedindo desculpas ao Dr. Gilberto Leifert, por ter antes da palavra concedida a ele dado a espaço à Dra. Ana Paula, eu passo a palavra ao Dr. Presidente do Conselho Nacional da Auto-Regulamentação Publicitária, CONAR.

SR. GILBERTO C. LEIFERT: Senhor Presidente, muito bom dia. Agradeço a oportunidade de participar de mais uma Audiência Pública, saúdo os Srs. Senadores presentes, saúdo os companheiros de mesa igualmente convidados.

A oportunidade é valiosa de novamente trazer a visão do CONAR, a sua contribuição, a discussão do assunto publicidade e venda de bebidas alcoólicas. Em relação a vendas de bebidas alcoólicas, pouco poderei contribuir. Em relação a publicidade acredito que a grande contribuição que o Congresso propiciou, foi a realização do estudo o Álcool nos Meios de Comunicação sobre Publicidade de Bebidas Alcoólicas.

Esse estudo foi conduzido no âmbito do Conselho de Comunicação Social, Sr. Presidente, é um documento público que se acha inclusive disponível na biblioteca do Senado e eu tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., registrando que o estudo conduzido em 2005 e 2006, relata audiências públicas realizadas sobre o tema.

A Presença Ancestral do Álcool na Sociedade, O Consumo de Bebidas Alcoólicas no Brasil, a OMS, o Ministério da Saúde, a ANVISA e outros protagonistas da política de prevenção e redução de danos à saúde; Bebidas Alcoólicas e Menores de Idade; Violência Associada ao Consumo de Bebidas Alcoólicas; Acidentes de Trânsito Associados ao Consumo de Bebidas Alcoólicas; A Distinção entre Bebidas Alcoólicas, seu Consumo e a Propaganda Comercial destes Produtos; O Direito Positivo; A Auto-Regulamentação da Publicidade no Brasil e no Exterior; Projetos de Lei em Tramitação nas duas Casas; O Direito do Consumidor à Informação: A Liberdade de Expressão Comercial e a Livre Iniciativa à Luz da Carta Magna de 88, Os Princípios Constitucionais de Adequação, Necessidade e Proporcionalidade e Considerações Finais.

Este documento, Sr. Presidente, eu tenho a honra de lhe passar às mãos, acredito que poderá ser de alguma valia aos estudos que o senhor está conduzindo no âmbito desta Comissão.

Gostaria de informar que o CONAR é uma organização não-governamental. Eu sou voluntário, represento no Conselho a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e fui eleito pela comunidade publicitária que congrega anunciantes, veículos e agências de publicidade.

O CONAR se ocupa de auto-regulamentar diferentes categorias de produtos, todas as categorias de produtos e serviços lícitos, submetem-se igualmente a auto-regulamentação do CONAR. O CONAR não atua em relação a propaganda política eleitoral, cuja jurisdi-

ção bem sabem os senhores é da Justiça Eleitoral, nem tem atuação em relação à propaganda religiosa.

Nós cuidamos então de todas as categorias de produtos e serviços lícitos, inclusive bebidas alcoólicas. A respeito desse tema o CONAR editou já em 1978, por ocasião do Congresso Brasileiro de Propaganda as primeiras normas de auto-regulação sobre publicidade de bebidas alcoólicas. Elas foram adotadas então voluntariamente naquela ocasião, vêm sendo praticadas desde então.

As primeiras restrições de horário em televisão derivam daquela auto-regulamentação de 1978. Elas foram reiteradas e atualizadas em 2003, e mais recentemente em 2008, com a finalidade de ampliar a proteção, sobretudo a públicos vulneráveis considerando a importância que se deve dedicar às crianças.

Eu tenho um vídeo para apresentar aos senhores e o farei em seguida. Mas gostaria de trazer como destaque da colaboração da minha entidade ao debate aqui estabelecido e, que poderá acredito ser também de alguma valia tanto aos estudos no âmbito do Congresso, quanto à própria universidade; universidade que nos trabalhos que vêm apresentando normalmente comete o equívoco de confundir, produto, consumo e publicidade.

A matéria comporta uma visão aprofundada nessas três dimensões. O produto é lícito. As observações do Dr. Laranjeira em relação ao produto, as observações do Senador Crivella que já nos deixou em relação ao produto, sugerem que o Estado licencia a fabricação de um produto que traz inconvenientes à sociedade, a saúde. Então esse debate deve focar o produto.

A publicidade é um dos fatores que vou discorrer a seguir. O segundo fator é o consumo. O consumo por crianças menores, ele é proibido no Brasil desde 1940. Não temos notícias e tenho nesses debates públicos, encorajado a audiência sempre a indicar estabelecimentos que tenham sido fechados, tendo tido o alvará de funcionamento cassado em razão da venda de produtos de bebida alcoólica a menores de idade. Não tenho notícia.

Os Srs. Senadores, os Srs. Deputados fariam bem à sociedade, se exigissem o cumprimento dessa legislação tão antiga e tão desacatada, que foi inclusive reiterada no Estatuto da Criança e do Adolescente. É proibida no Brasil a venda de bebidas aos menores de idade. Os senhores têm ao seu alcance formas apropriadas de exigir que o Estado cumpra efetivamente essa regra.

A propaganda de bebidas alcoólicas. Todo produto e serviço lícito pode ser anunciado. A Constituição de 1988, legada por esta Casa, que conferiu à publicidade garantias de liberdade de expressão comercial, o Constituinte rejeitou todas as emendas que preconizavam a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas. Todas foram rejeitadas. De modo que o legislador brasileiro, assim como o CONAR, concorda que o cidadão depende de informação para se determinar.

Informação em sentido amplo, informação àquela que os programas de televisão, de rádio, jornais, as revistas veiculam denunciando, abordando malefícios do consumo indevido, abusivo do álcool, isso e público e notório. Conheço médicos que bebem e fumam a despeito da facilidade de acesso à informação. A decisão de fumar e beber é do indivíduo.

Nós que vivemos numa sociedade democrática, precisamos defender o direito do cidadão de se conduzir, o cidadão há de se determinar a partir de informações. Cidadãos responsáveis, consumidores conscientes dependem de informação. O jovem não deve beber, não pode beber.

Aos 16 anos ele se torna eleitor, escolhe o Presidente da República, mas não pode beber, isso está na lei. Não deve haver dúvida a respeito da inconveniência do consumo por menores, mas não se trata de falta de lei, o Brasil já dispõe de legislação.

Quando o Dr. Laranjeira em nome da Universidade, da Academia, nega eficácia a auto-regulamentação, eu gostaria de colocar em questão se efetivamente S. Sa. conhece o trabalho voluntário desenvolvido pelo CONAR. Acredito que como militante da causa da proibição da bebida alcoólica, que muitas vezes confunde a atuação da Ciência com a militância... O Dr. Laranjeira é líder desta causa, da proibição, ele não faz apenas pesquisa.

O Dr. Laranjeira é reconhecido como militante ele não consegue conduzir de forma desapaixonada, pesquisas científicas a respeito desse tema. Tanto assim, que a metodologia empregada nesses trabalhos apresentados aqui hoje, é bastante confusa. Eu não diria suspeita, porque não tive acesso à metodologia, mas confusa é, porque não leva em consideração que desde 2003, existe uma nova auto-regulamentação no Brasil, que as crianças e os jovens não aparecem nos anúncios; que a partir de 2008 existem regras muito precisas, que não permitem que os anúncios sejam a eles dirigidos.

E, o fato novo ignorado pelo pesquisador - espero que o Congresso não ignore - é que na Inglaterra hoje dia em dia, já se sabe que não adianta restringir a televisão, pois os conteúdos estão livres e acessíveis na Internet que não está sujeita a regulamentação, os jovens, os menores, recebem informação no vídeo game, no celular e na Internet.

Então, a idéia de que através da regulação do horário de veiculação em rádio e televisão, os meno-

res deixarão de consumir é um rematado equívoco. Os menores consomem, porque lhes é facultado o acesso ao produto da geladeira para o consumo, da mesa para o consumo, sem que haja restrição, sem que o Estado exerça de forma adequado o poder de polícia.

Nós estamos aqui atribuindo à publicidade e a mídia, uma importância que eu não ouvi mencionada aqui em relação à família, em relação à escola. A escola faliu, a família faliu, o Estado não faz cumprir as leis existentes e agora, se cobra da televisão, do rádio, da publicidade.

Peço licença para divergir, um rematado equívoco. Não se trata de restringir a publicidade e obter o efeito para a saúde da população, não acredito nessa possibilidade e vou mais além.

O Congresso Brasileiro acompanha o Poder Legislativo e o Poder Executivo acompanham os estudos em desenvolvimento da Organização Mundial da Saúde, que congrega os maiores especialistas do mundo em saúde pública. A Organização Mundial da Saúde estuda este problema a fundo, não emitiu nenhuma - nenhuma - diretiva aos Estados-Membros, determinando que o Ordenamento Jurídico dos Países Membros da OMS, proibiam a publicidade de bebidas alcoólicas. A OMS não emitiu essa diretiva.

Eu tive o cuidado de me atualizar antes de sentar nesta poltrona como convidado, a OMS não reconhece o nexo etiológico, a causa da publicidade como determinante do alcoolismo. A OMS não reconheceu ainda, não apurou, não declarou. De modo que o Brasil pretende se antecipar, o Brasil formula juízos categóricos a respeito de questões que as autoridades científicas sanitárias do mundo inteiro ainda estudam e não concluíram.

A questão é realmente muito complexa. Eu venho aqui com o propósito de defender a liberdade de expressão comercial de todos os produtos e serviços lícitos, não desejo ser confundido com um cinzeiro, nem com uma bolacha de chope.

A entidade que eu represento defende a liberdade de expressão comercial de empresas estabelecidas no Brasil, que atuam em conformidade com as leis, que recolhem impostos e que, portanto, tem sim, direito de anunciar os seus produtos. A menos que esta Casa que é sim, soberana, decidida pela proibição que contraria a Constituição ou pela restrição.

A minha entidade é legalista, Sr. Presidente. Desde 2000, é proibido no Brasil, foi virtualmente proibido no Brasil o anúncio de cigarros. Houve o banimento virtual, posto que a proibição pela Constituição não seria aceita. Houve um artifício legislativo e houve o banimento virtual.

E a notícia que já tive oportunidade de trazer a uma Comissão em Audiência Pública, na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, é que estudos da FIP concluíram, que a partir da proibição da propaganda de cigarros no Brasil, o consumo do declinou. O estudo ele é recente, ele é de 2007, está disponível na FIP.

Então, não estou nostálgico, não estou aqui defendendo revisão da legislação que impôs a proibição à publicidade de tabaco, é uma decisão do Congresso, a minha entidade é legalista e faz questão de acatar e ajudar no cumprimento dessa lei. Mas em relação à publicidade de bebidas alcoólicas, pretende-se repetir – repetir - a proibição com o propósito de alcançar efeitos não serão conseguidos.

Assim senhores, me refiro também a fiscalização da Lei Seca. Quando a Polícia se retirar das ruas e os jornalistas se retirarem das ruas, a Lei Seca será inócua, como inócua é a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade. Os senhores têm sim, a responsabilidade e a autoridade de exigir o cumprimento das leis existentes.

Apenas para não perder a oportunidade de repetir com bom humor uma frase do Otto Lara Resende, ele dizia o seguinte: "No Brasil as leis são como vacinas, umas pegam outras não". E quando alguém diz assim: "A auto-regulamentação no Brasil não funciona", eu me lembro de Otto Lara Resende, as leis no Brasil não funcionam.

A auto-regulamentação funciona. E a respeito de bebidas alcoólicas - e a pesquisadora não teve o cuidado de olhar o site do CONAR - em 2004, 26% dos processos do CONAR versam sobre o tema. Em 2005, 22%. Em 2006, 16%. Em 2007, 15%. Em 2008, 29% dos processos éticos julgados pela entidade, versaram sobre anúncios de bebidas alcoólicas.

Eu vou pedir licença ao Presidente, para não abusar do horário e pedir a exibição desse *tape* e me coloco obviamente à disposição tanto dos companheiros de Mesa, quanto dos Srs. Senadores, para debater o tema. Por gentileza.

[É exibido um vídeo, com o conteúdo abaixo transcrito]

– Sou Roberto Civita, Presidente e Editor do Grupo Abril.

– Meu nome é João Roberto Marinho, eu sou Vice-Presidente das Organizações Globo.

– Nizan Guanaes.

– Meu nome é Washington Olivetto, sou Redator e Presidente da África. Como Presidente, não passo de um redator.

– Sou Vinicius Prianti, Presidente da Unilever Brasil.

_ Antonio Jacinto Matias, sou Vice-Presidente, sênior do Banco Itaú, responsável pela operação de marketing de todas as Instituições do Itaú.

– Você apóia e respeita as decisões do CONAR?

– Apoio e respeito.

– Acatamos. As decisões há três décadas sem pestanejar.

– A nossa empresa acata as decisões do CONAR, quaisquer que sejam elas.

– Eu não necessariamente concordo totalmente com todas as decisões do CONAR, mas apoio e respeito.

– Mais do que aceitamos o CONAR, nós entendemos que ele é um bem para todos nós.

– Confiamos na atuação do CONAR definitivamente.

– Como sua empresa pode aceitar que uma entidade determine o que você pode ou não comunicar ao público?

– Porque tudo na vida tem que ter um freio.

– Eu não aceitaria decisões de nenhum órgão, nenhum órgão externo a não ser a Justiça. A não ser que respeitássemos e acreditássemos no que ele faz.

– Eu não vejo o CONAR como um controlador das atividades dos publicitários, mas sim, como um elemento bom senso disciplinador.

– Às vezes você pode concordar com a opinião deles, você pode discordar, mas a gente sempre vai ter que acatar.

– Não, conflito em absoluto. Com a liberdade e é importante essa liberdade, dos anunciantes com suas agências de criarem a boa publicidade.

– O CONAR foi uma bênção na vida das empresas no Brasil.

– O que o CONAR diz para nós é ordem. A gente cumpre.

– [Música].

– O primeiro caso famoso envolveu dois fabricantes de bronzeadores, a campanha de um dizia que o bronzeador do concorrente envelhecia a pele muito mais cedo; desde então o CONAR nunca mais parou.

– Não é uma entidade feita para defender publicitários, para defender editores de jornais, revistas, emissoras de televisão. Ele é feito para elevar a qualidade ética da publicidade.

– Todos devem abrir mão de alguma coisa, o criador da sua liberdade de criação, o anunciante da sua liberdade de expressão e, o veículo muitas vezes do seu faturamento.

– Tem que ser assim, tem que ser anunciante, agência e veículo. Tem que ser.

– É aqui nesse escritório na Avenida Paulista que funciona o CONAR, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária. Desde a sua Fundação em 1980, o CONAR já analisou e se pronunciou sobre mais de 6 mil questionamentos relacionados à ética na propaganda brasileira.

– É um pacto. É um pacto sólido muito bem trabalhado, que perdura por muitas décadas já são três décadas, entre todos os atores envolvidos na comunicação publicitária.

– O fato de o CONAR ser uma expressão de auto-regulação e não uma imposição do tipo contrato social, tipo lei, é que dá força.

– É muito melhor nós nos contermos, do que ter alguém de fora nos contendo. É sempre melhor.

– Acatar uma decisão no CONAR para nós, é a garantiria de que nós vamos poder ter a publicidade livre.

– Essa é uma vantagem enorme para a indústria da comunicação no Brasil, por ter chegado uma auto-regulamentação aceita por todos que é referência para outros setores da sociedade.

– Eu prefiro a injustiça do CONAR, a uma zona total, uma esculhambação, entendeu?

– Se a gente tivesse outros mecanismos de cerceamento da liberdade criativa na publicidade, certamente nós teríamos uma publicidade de qualidade inferior e um quadro social de qualidade inferior.

– Qualquer que seja a decisão dos Conselheiros, a força que substitui a lei nos processos do CONAR está na fidelidade absoluta de agências, veículos e anunciantes a um documento que inspira e guia as decisões dessa entidade há três décadas: o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, aprovado em 1978, no 3º Congresso Brasileiro de Propaganda.

– Toda a propaganda tem que ser honesta e tem que ser verdadeira. Todos os outros artigos giram em torno desse que é o principal.

– Em sua essência o Código determina que todo o anúncio deve ser honesto verdadeiro e respeitar as leis do País, deve ser preparado com senso de responsabilidade evitando acentuar diferenciações sociais; deve ter presente a responsabilidade da cadeia produtiva junto ao consumidor e o respeito à leal concorrência; deve respeitar a decência e a honestidade não devendo se apoiar no medo, na superstição ou na violência; deve ainda conter uma apresentação verdadeira dos produtos e serviços no que se refere a natureza, procedência, composição, finalidade, valor, preço e condições de pagamento.

– Tanto o grande quanto o pequeno anunciante deve o mesmo respeito à sociedade e são cobrados de igual forma.

– Eu acho que a primeira força do CONAR é a sua eqüidade, é a sua maneira sensata ponderada de analisar os fatos.

– Se a concorrência fizer alguma coisa que não esteja de acordo com digamos os preceitos esperados, o CONAR vai agir, nós vamos entrar com representação e vai agir ao mesmo tempo que também nós.

– É mais do que humano que as pessoas algumas vezes reclamem, ou não gostem.

– É sempre meio careta como pai e mãe, o primeiro Código Nacional de Auto-Regulamentação é seu pai e sua mãe.

– Importante: Quem ocupa cargo público por nomeação ou eleição em qualquer nível, não pode participar do CONAR e aí vem a pergunta: Quem são esses Conselheiros? De onde eles vêm? Que tipo de interesse ou categoria eles representam?

– Advogados, Médicos, Publicitários, Empresários.

– 36 desses Conselheiros são representantes da sociedade civil, além deles integram o Conselho de Ética, profissionais indicados pelas entidades fundadoras do CONAR, que representam anunciantes, agências de propaganda, jornais, emissoras de rádio e televisão, revistas e a central de outdoor.

– Há lugar também para representantes das chamadas novas mídias, TV por assinatura, Internet e cinema, dos profissionais de criação e de entidades de publicitários.

– Nós temos muito conforto com a forma como é constituído o CONAR.

– É uma mesinha que tem quatro pés, sem um desses pés a mesa cai.

– Os processos são publicados, os site é bastante aberto, inclusive com as sentenças.

– Dá voz ao cidadão e é também uma forma de controle externo da atividade desenvolvida pelo Conselho.

– Nada mais justo que o consumidor também se faça presente.

– Eu já julguei processos que foram acionados por um único consumidor.

– É importante deixar claro que o Conselho de Ética não atual a partir de denúncias anônimas. Ele só pode tomar alguma atitude, se for o caso, depois da primeira veiculação do anúncio, ou seja, aqui nessa tribuna não há hipótese de censura prévia de qualquer peça publicitária.

– Os processos éticos geralmente nascem de denúncias de consumidores ou empresas que se sentem atacadas ou prejudicadas, de autoridades públicas e do próprio CONAR, que conta com uma equipe de monitores, que verificam rotineiramente algumas centenas de veículos de comunicação de todo o País.

– Os consumidores e autoridades nada pagam para formular uma denúncia, os advogados de qualquer parte do processo são bem recebidos nas sessões, mas o CONAR prefere e encoraja a participaçao direta dos publicitários e profissionais de marketing.

– Vai ter uma velocidade que o Governo não vai ter.

– Na Justiça as coisas demoram e custam e não se resolve no tempo necessário da propaganda.

– Com sedes em São Paulo, Rio, Brasília e Porto Alegre, o CONAR é mantido integralmente pelas entidades do mercado publicitário e não custa um centavo sequer ao contribuinte ou a qualquer Governo.

– As queixas de denúncias são enquadradas por categoria de anúncio e cada categoria tem regras e cuidados específicos a serem respeitadas. É o caso da propaganda de bebidas alcoólicas, educação, emprego, imóveis, investimento, lojas de varejo, profissionais e serviços de saúde, produtos farmacêuticos e veículos motorizados.

– O Conselho pode decidir pelo arquivamento se considerar a denúncia improcedente ou optar por três tipos de punição: advertência, recomendação de alteração ou sustação definitiva do anúncio. Nos casos graves o CONAR toma a iniciativa de fazer a divulgação pública da decisão dos Conselheiros.

– Não me recordo assim de nenhuma decisão que me parecesse injusta.

– Ninguém vai ao Poder Judiciário, exatamente porque fica satisfeito com a decisão que o CONAR toma, ainda que contrarie os seus interesses.

– Nós os criativos fazemos o papel de acelerador, o CONAR faz o papel do freio.

– Desde os tempos em que os pioneiros da nossa propaganda se mobilizaram para a criação e a aprovação do Código de Auto-Regulamentação Publicitária, o CONAR vem mudando e se aprimorando.

– Ao longo das últimas décadas procurou interpretar os novos conceitos, comportamentos e posturas da sociedade brasileira em relação à liberdade sexual, a exposição das crianças a consumo, ao papel da mulher na vida moderna, a propaganda de automóveis, aos hábitos de saúde e aos cuidados com alimentação e consumo de bebidas alcoólicas.

– Correndo atrás da sociedade como qualquer instituição, escola, Judiciário, Governos e etc.

– Inclusive no sentido de tolerar mais o que a 10, 15 anos poderia ser considerado um exagero.

– O CONAR não é um órgão estanque, ele não é um órgão estratificado no sentido de se apegar à

determinados conceitos ou normas e se distanciar da sociedade.

– É preciso uma atualização constante, é preciso estar no meio. Hoje nós fazemos propaganda muito diferente daquela que nós fazíamos há 20 ou 30 anos atrás.

– Uma novela de hoje não é igual a uma novela de 30 anos atrás, em matéria de costume.

– O CONAR hoje é equiparado às melhores instituições de auto-regulamentação publicitária do mundo.

– Nós não cobramos nada do consumidor que faz as reclamações nós temos a sociedade civil participando do julgamento. Nós não aceitamos recursos do Governo, não custamos nada ao Erário público e adotamos um sistema misto de controle, legislação e auto-regulamentação. Por essas e outras nós estamos ao lado dos melhores.

– O Brasil se destaca junto com a propaganda inglesa e a propaganda norte-americana, exatamente pela presença de um órgão como o CONAR.

– O CONAR é também uma referência, porque uma série de entidades já está buscando sua auto-regulação e o CONAR acaba sendo um exemplo de como isso pode ser bem feito.

– Nesse diálogo permanente com o mercado o Governo e a sociedade, existe para o CONAR um outro documento que é ainda mais importante que o Código de Auto-Regulamentação e suas normas de atualização. É a Constituição Brasileira.

– Seu texto concilia o direito de anunciar com o direito do público de ser informado corretamente sobre produtos e serviços que podem melhorar sua qualidade de vida.

– Nada pode se opor à Constituição. A auto-regulamentação, o CONAR, são instrumentos de garantia do direito do cidadão à informação.

– Se a experiência como todos parecem reconhecer vem dando certo, não há necessidade de serem criadas leis, estabelecendo restrições à mensagem publicitária.

– Quando um grupo de pessoas se junta ou um grupo de empresas ou um grupo de entidades se junta para estabelecer regras do que eles fazem e cumprir essas regras é o ideal, é muito melhor do que ter o Governo fazendo isso, mas muito melhor.

– Não sei se a lei é desnecessária. Ela talvez poderia vir até atrapalhar um processo, um pacto que está funcionando bem.

– A sociedade civil, cada um dos operadores da publicidade se mostra mais capaz de encontrar os limites do possível, do conveniente, do ético, do que permitir ou aguardar que o Estado intervenha.

– Tem erros, tem exageros, mas tudo tem. Mas eu prefiro, porque ele é rápido, ele é eficaz, ele é coerente.

– Todo e qualquer órgão que lute pela liberdade da expressão, mesmo tendo que em algumas vezes cercear alguma coisinha, é melhor do que qualquer postura onde a liberdade de expressão seja não permitida.

– Ao defender direitos que estão na Constituição Brasileira, o CONAR também procura ser fiel ao princípio de que liberdade se conquista e se mantém com informação. E que é a informação que nós torna cidadãos responsáveis e consumidores, conscientes.

[Música]

[Fim da apresentação em vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Gilberto Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária - CONAR.

Vamos passar agora a participação dos Sr. Senadores fazendo perguntas às Srªs. e Srs. Expositores, concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, em seguida ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Sr. Presidente, Srs. Expositores, a intenção dessa audiência é para gente discutir o que nós temos que fazer. Nós não estamos querendo restringir liberdade de comunicação de ninguém, mas nós temos compromisso e responsabilidade de zelar como está também na Constituição, que o Estado é responsável pela saúde da população.

Os trabalhos da Professora Ilana, sugerem e demonstram que realmente a propaganda está aumentando o consumo de álcool entre jovens. Por outro lado, ele defende a propaganda, dizem que não é para aumentar o consumo. Mas se a propaganda não for para defender a empresa, para aumentar o consumo, eles não iam fazer a propaganda.

A equação é bem simples: ele defende o lado dele que é vender a cerveja, o Dr. Gilberto defende o lado da propaganda e nós os Senadores, temos que ficar no meio dessa coisa e olhar pelas pessoas também. O Professor Ronaldo, como ele é da Universidade e tudo, está defendendo o lado da saúde.

Realmente o cigarro foi uma enganação durante muitos anos, até que aquele - não sei se foi inglês - teve a idéia de pegar aqueles cachorros e viciar em cigarro e comprovar que realmente havia a lesão, alteração pulmonar. Porque alguém fazia uma coisa bem sugestiva, ia uma empresa de cigarro fazia um trabalho parecido, um outro cientista de outro lugar e derrubava, até que conseguiu.

Que a bebida é maléfica à saúde, que o álcool é maléfico à saúde ninguém tem mais dúvida disso e o fígado não é o principal órgão atacado não, o principal órgão é o coração. A cardiopatia alcoólica é mais grave e mais freqüente do que a cirrose, fora o desajuste social, o aumento dos acidentes e essas coisas todas.

Realmente o Dr. Gilberto falou que é decisão do indivíduo utilizar o álcool, utilizar a propaganda. Nós aqui defendemos os indivíduos também, mas quando ele houve desde criança que a propaganda de bebida sai... Porque cerveja foi lobby das cervejarias, não é considerada bebida alcoólica. Sai propaganda na hora que a menino está vendo desenho animado, vendo Xuxa, programa infantil, sai propaganda de cerveja, não tem limitação para isso, estão reduzindo, mas ainda tem.

Os jovens segundo a pesquisa entre as dez propagandas mais lembradas, figuram mais às de cerveja, é lógico a Juliana Paes faz todo jovem lembrar da cerveja, não tem nem dúvida. Então nós temos que achar uma forma aqui de reduzir.

Como ele falou as leis, tem lei que pega e lei que não pega e tudo, mas o País está caminhando para pegar todas as leis. As leis já existem. E as leis que estão aqui essas leis já citadas são todas em relação ao consumidor, a maioria pega o consumidor. Só o vendedor que vende para menores é uma das restrições maior de não vender bebida para menores, todo mundo vende, é claro que nós temos que chegar a um ponto de não vender.

Mas não ainda o pai e a escola educando "não beber, não beber", se a propaganda está induzindo a beber. Nós também a sociedade temos uma falha muito grande em relação ao consumo de álcool. A maioria das famílias é tolerante, permite que o jovem de 13, 14 anos, beba cerveja dentro de casa, mas porque cerveja está carimbada como bebida não alcoólica ou de baixo teor, que é alcoólica também. O problema não a cerveja é o álcool que tem na cerveja que em percentual menor.

Então nós temos que trabalhar para as pessoas começarem a entender que cerveja é uma bebida alcoólica também. Eu sou médico, já briguei com pais dando cerveja para criança pequena, na hora da festa e tal. Então não fica sendo só uma opção, porque a própria família é tolerante e a propaganda induz o jovem a beber também, até para ficar mais homens eles têm que beber com os colegas e tudo, existe essa filosofia.

É uma coisa parecida com os políticos corruptos que roubam e dizem: "Não, fulano ele rouba, mas ele faz", induzem isso muito nas populações pobres principalmente no Norte e no Nordeste. Eu acho que o CONAR, infelizmente, eu fico com um pouquinho de inveja, porque eles foram primeiro do que o Conselho Nacional de Saúde. É o Conselho Nacional de Propaganda é privado, é muito importante e tem um trabalho sério, nós concordamos que o trabalho... Eu já vi umas três ou quatro vezes exposições deles aqui.

Mas o CONAR também é um órgão corporativo, ele tem que defender os trabalhos dele. A minha filha é formada em propaganda também, ela não gosta que eu fale isso, mas tem que defender os trabalhadores deles. Nós Parlamentares, nós Senadores, os Deputados, nós todos dessa Casa temos que ver todos e temos que propor a que torne menos ofensiva às pessoas e mais econômico.

Quando ele fala que cria 150 mil empregos a indústria da cerveja. Cria mais de 150 mil, porque ele não incluiu os empregos que cria nas clínicas, das remoções de acidentes de tudo, cria muito mais empregos, claro que é um emprego com aspecto negativo, mas cria. Eu trabalhei 30 anos na emergência, poucas vezes eu vi um acidente ou uma violência de esfaquear, na minha região, eu sou do Norte. Começam a beber dois amigos, três amigos, daqui a pouco um dá uma facada no outro, mas a bebida...

Não foi a bebida só que fez ele dar a facada, foi a criação dele que ele foi criado num lar que vinha violento, que o pai dele já bebia, já batia na mãe. Então é mais fácil de uma pessoa dessas agredir um outro, do que uma que veio de outra formação. Mas o álcool, infelizmente está sempre associado a atitudes violentas. Não é o álcool que causa a violência, o violento é homem.

Como a Professora falou: "Tem que ser a educação". Então nós temos que trabalhar para educar mesmo, para ajudar a educar e não adianta a Professora dizer para não beber, se a propaganda diz para beber. Se o mais forte o mais bonito e o grupo mais belo são os que bebem, o que canta melhor é o que bebe também.

Então, os senhores hão de convir que nós temos que fazer alguma coisa, não pode ficar nessa forma. Não pode ficar porque se tivesse pelo menos parado, mas o consumo está continuando a aumentar o consumo de bebida. Eu acho que é aqui que temos que discutir mesmo, cada um apresenta a sua idéia, depois nós vamos discutir mais, ouvir mais. Talvez ainda vamos ouvir mais situações para se chegar a uma conclusão, mas eu acho que alguma coisa tem que ser feita porque não pode continuar nessa ascendência.

O livre mercado que a gente propalava, propalava, chegou nessa bolha que estourou agora. Espero que com que o CONAR em relação a bebida nunca aconteça

uma bolha dessa de estourar, para todo mundo estar atrapalhado na cabeça no futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Augusto Botelho, foi uma referência que fez o Dr. Gilberto, sobre médicos que fumam e bebem. Mas só os que fumam e bebem começaram a fumar e beber na adolescência muito antes de entrar na faculdade, quando entram já estão viciados, não é? Estão dependentes químicos já do álcool e do cigarro, então fica muito mais difícil.

Mas tenho certeza que se os médicos conhecessem o cigarro e a bebida depois de estarem na faculdade, acho que o percentual de alcoólatras e fumantes na classe médica seria reduzidíssimo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, que esteve ontem à noite na nossa vigia também e que realmente a presença de V. Exa. é muito importante e reconhecida pelos aposentados deste País. Então eu quero agradecer a V. Exa., pela sua disposição, pela sua jovialidade e participação nas nossas vigílias a favor dos aposentados.

Obrigado Senador Romeu Tuma, com a palavra V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Eu vim aqui, claro pela importância do debate e principalmente pela Presidência de V. Exa. E tendo ao meu lado, o meu grande amigo, os dois médicos e eu sou advogado, você vê o pepino, não é? Como é que é que vou discutir um assunto desses dentro do contexto do uso ou não da propaganda, para estimular o consumo de bebida.

Festa de médico, Senador não serve só guaraná, não. O chopinho está ali no canto com uma carinha, há um convidativo da festa da alegria da bebida, isso é quase que da natureza humana. Sabemos que Caim matou Abel e o pai tinha a produção do vinho, não é isso?

Pelo menos a Bíblia diz que a bebida alcoólica primária foi o vinho que se consumia. E o milagre de cristão fim da festa de casamento que produziu o melhor vinho, dentro do primeiro milagre que realizou a pedido de Maria. Então, a bebida é secular e ela atravessa os tempos e faz parte da história bíblica da religião católica, evangélica e todas outras.

Eu tenho, assim, um conceito bom do CONAR. A gente desde o tempo da Polícia, a gente sabe que ela não tem vinculação a nenhum tipo de intervenção para uma decisão favorável ou contra aquilo que ela recebe como reclamação de contexto negativo da propaganda.

Até as próprias empresas apresentam ao CONAR quando há uma concorrência desleal é julgado pelo CONAR, eu vi alguns casos que foram julgados. Outro dia eu vi que o CONAR proibiu a publicidade como se fosse o produto médico daquele consumo... Eu não vou falar o nome, porque seria desagradável... Não, tipo coalhada que teria efeito medicamentoso. Imediatamente o CONAR disse: "Não, isso não é produto médico como é que fala que faz bem para isso ou para aquilo". Então ela tem uma vigilância completa e acompanha de perto os reclamos que são apresentados.

A propaganda estava boa, viu Doutor, o senhor até está simpático quanto aqui como lá.

[risos]

E o elenco de pessoas que apresentaram argumentos favoráveis ao CONAR é de primeira linha. São empresários publicitários e várias pessoas que têm projeção nacional dentro do seu trabalho.

É claro que às universidades hoje tem feito pesquisas, principalmente como o senhor sabe, eu tenho um filho médico também. Então, às vezes ele conta que o jovem no plantão, naquelas horas da madrugada vê tanta desgraça, tanta coisa que... Vamos tomar um café e toma uma cervejinha. Normalmente o plantonista acontece isso, porque aquela angústia, aquele sofrimento de viver junto à miséria.

Por isso que eu digo o pior político é o médico, pela sensibilidade que ele adquire na sua formação de convivência com a miséria e com a pobreza, não sei se eu estou errado. Eu sinto isto porque os políticos bons que pensam nos menos favorecidos são os médicos que militam nessa Casa e são praticamente dez se não me engano e, nos ajudam muito a raciocinar em termos de atendimento social.

A proibição é uma coisa que me assusta um pouco, não é o critério de restrição de intervenção na liberdade, é a incapacidade do Governo de fiscalizar. Então, prefere proibir ou liberar, são dois extremos que me assustam. O que se alguns Ministros fizeram e alguns homens de Governo, por exemplo, com as drogas, que foi um trabalho longo que eu tive dentro da Polícia. Eles dizem assim: "Tem que liberalizar o consumo de drogas".

É claro que eu sou totalmente contrário a isso, totalmente contrário para qualquer fim. E eles dizem: "Não, mas diminuiria a corrupção". Absolutamente, não é verdade. Se senhor proibir a bebida hoje, proibir nas estradas, o que ia acontecer? O sujeito bata a caixa de bebida na mala do carro e vai embora. E o pior, está mais fácil para ele tomar dirigindo.

Então, esse critério de conscientização dos homens que participam de toda a atividade de orientação a sociedade é que é importante; a educação, a conscientização, o encaminhamento para que realmente às pessoas saibam o limite que tem e que possa ou não consumir a bebida.

Eu, por exemplo, se tomar um copo chega, porque no segundo já não estou me sentindo bem. É uma questão acho que de metabolismo eu não sei, o senhor então me conta para eu saber. Tanto é que ninguém me manda cerveja de presente e nem bebida alcoólica, porque o meu organismo não aceita muito.

Eu posso tomar um copo de cerveja, uma dosinha de uísque. Eu paro não é porque eu fique bêbado qualquer coisa, eu me sinto mal no processo metabólico eu acho que não consegue dissolver perfeitamente a bebida. Então a família sofre quando o sujeito está em estado etílico, quer dizer, toma um cálice de bebida já está embriagado. O que faz a bebida às vezes, Senador é a violência natural de falta de Assistência Social.

O senhor pega e entra numa favela, num lugar de moradia coletiva, o senhor vê dez pessoas, muitas vezes num barraco onde todos dormem juntos, todo mundo come junto num mesmo local.

Então, chega um sábado e domingo o que acontece? A família fica aquela briga do marido com a mulher e ele vai para o bar beber no boteco. Vai no boteco dentro da favela enche a cara vem e agride a mulher – e tem lei para proteger a mulher hoje. E tudo tem lei viu, Doutor? Tudo tem lei.

Hoje até a então o acidente de trânsito era uma diminuição de pena se o sujeito estivesse embriagado. Hoje não, é agravante. Hoje é agravante. Se beber dirigindo, pode ser preso sem praticar nenhum incidente e nenhum acidente.

Então a propaganda tem uma coisa que eu achei interessante, o surgimento: "Se dirigir não beba". A própria empresa que faz a publicidade já coloca lá a frase e vai devagarzinho conscientizando o cidadão de que ele não pode e não deve beber para dirigir, que é um dos pontos que vagarosamente vai criando uma consciência dentro da população.

Eu acho importante essas Audiências Públicas, porque aqui estão todos os segmentos que se discute. Eu acho que V. Exa. teve uma boa visão uma bola de cristal que vai olhando: "Olha eu vou chamando fulano e beltrano e cicrano, porque nós vamos discutir todos os componentes para formar o mosaico correto para a decisão final.

Agora qualquer intervenção do Legislativo é para melhorar o que tem. Eu acho que a gente tem que saber o que ocorre para ver onde pode colaborar, agora, a auto-fiscalização, a auto-propaganda ela é importante Doutor, eu não sou contra a sua posição. Mas por que eu acho que é positiva? Porque ela tem participação direta de todos. Ela não é isoladamente a serviço de nada.

Quando o senhor diz assim: "Eu tenho uma auto-fiscalização de propaganda e todo mundo pode queixar e é respeitada, todos os meios de comunicação. Eu diria assim, se tivesse uma alta fiscalização no comportamento político dos políticos, talvez fosse uma coisa legal.

Tanto é que quando fala assim: "Fidelidade partidária, ela deve existir?" Deve. Mas de quê forma? Com a Presidência e a direção dos Partidos: "Você tem que votar assim, tem que votar assado se não você está expulso". E V. Exa. levantou esse problema ontem durante a discussão da vigília noturna, que eu prestei muita atenção. Por quê?

Porque não há poder discriminatório de quem dirige uma entidade política, ela é democrática. Então, tem que ter uma participação de todos e um tribunal de julgamento entre os Partidos, você se: "Eu vou sair do Partido por isso e por isso". Não é o Tribunal de Justiça que tem que julgar ter uma decisão judicial, é uma decisão intracorpus, para poder ter validade e aceitação sem restrição.

Eu não quero falar muito, porque não adianta eu entrar no mérito de que bebe e que não bebe, mas V. Exa. já cuidou isso. Mas da parte criminal eu tenho uma cisão quase que completa do que acontece com a bebida. Eu tenho a impressão que essas proibições já estabelecidas elas ajudam a vencer um pouco àqueles não tem consciência do risco da bebida, porque quem tem consciência sabe a limitação que tem.

Então, eu acho que a proibição pura e simples só vai trazer conseqüências graves. É claro que a ANVISA tem meios para limitar um determinado tipo de uso de bebida, dentro do índice de alcoólico que ela se compõe. E as limitações são claras, eu acho que tem tabela.

Não tem tabela Doutora, de componente alcoólico de cada bebida, o que pode e o que não pode e ANVIA tem a responsabilidade de fiscalizar também a bebida, pelo que eu li aqui dos quadros que a senhora trouxe. Então, eu acho que essa discussão tem que ser permanente e conjunta, Senador.

Eu acho que V. Exa. não deve parar nessa Audiência Pública, deve dar prosseguimento com a participação de todos os segmentos, para se encontrar um caminho correto que sirva à sociedade.

Ainda ontem eu fui à tribuna reclamar, porque que eu fiz um projeto sempre os *call centers* em 2007. Não foi discutido aqui, o Presidente atropelou e lançou o seu decreto, igualzinho, só que o meu dava três minutos para atendimento e ele dá um, e eu dou 48 horas para a resposta por escrito.

Peço ao CONAR que fiscalize o problema de telefonia celular, para ver se está atendendo ou não está atendendo a propaganda em razão dos interesses

da comunidade, da sociedade e dos consumidores e também TV a cabo.

Muito obrigado, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma pela sua importante participação.

E eu quero também aqui sobre a questão CONAR, o Dr. Gilberto fixou muito bem que eles trabalham em cima da legislação. Então, eu acredito que a nossa legislação ela não atende às necessidades na sua totalidade com relação ao tema que nós estamos debatendo, quero então fazer o nosso reconhecimento quanto a questão legal atendida pelo CONAR.

Registrar a presença do Deputado Robson Tuma, aqui. Obrigado. É uma família admirável essa, porque permanente vigilante. Então, eu vou comunicar ao Dr. Augusto Botelho, Senador Romeu Tuma, que nós temos uma votação que necessita de quorum na Comissão de Assuntos Sociais e por isso, já me telefonaram dessa.

Mas eu quero conceder pela ordem de chamada dos expositores para que façam suas considerações finais, não deixando mais uma vez de agradecer a presença das Srªs. e dos Srs. que é muito importante para nós, mas muito mesmo, tenho certeza absoluta.

Eu passo a palavra a Dra. Ana Paula Massera, que é Chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

SRA. ANA PAULA DUTRA MASSERA: Bom só, agradecendo a oportunidade de estar aqui e expor novamente nosso posicionamento, dizer que nós estamos à disposição na ANVISA, hoje e qualquer momento. E, ressaltar novamente que a gente considera a questão da regulamentação da propaganda como um dos pontos, para implementação de uma eficaz política com relação ao consumo de bebidas alcoólicas.

Então, ela não é o ponto a ser aplicado isoladamente, mas é um dos pontos que deve ser regulamentado que deve ser levado em consideração e fundamental para manutenção, preservação e para incrementar a qualidade da nossa saúde pública. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dra. Ana Paula. Antes eu quero dar ciência aos senhores membros do Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, justificando sua ausência no período de 1 a 9 de dezembro 2008. E, de 27 de novembro a 9 de dezembro, pelo fato de estar fazendo parte de uma delegação de Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está a serviço do Senado na Índia. Realmente é uma missão muito árdua principalmente nesse momento.

Então, os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, acho que vamos dar mais uns dias para ele se recuperar emocionalmente.

Concedo a palavra ao Dr. Rui Seligman, Milton, desculpe, é que eu tenho um amigo chamado Rui Seligman lá no Pará. Milton Seligman, que é Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja.

SR. MILTON SELIGMAN: Muito obrigado, Senador. Agradecer mais uma vez essa oportunidade de voltar ao debate e reiterar que somos um setor absolutamente regulamentado, que não sobre dúvida a esse respeito, somos auto-regulamentados. O que não é menos regulamentado é muito regulamentado, mas auto-regulamentado.

A diferença que nós temos Senador - e eu lhe ouvi com atenção - é exatamente nesse ponto de entender que a auto-regulamentação, pela capacidade, agilidade e força que tem responde aos anseios da sociedade, conforme as várias pesquisas de entidades extremamente prestigiadas e utilizadas até no mundo político, tem demonstrado através de pesquisa.

E finalmente, antes de reiterar o nosso entendimento de que o problema é complexo, não existem verdades absolutas em discussão no mundo. É um tema que está em debate na Organização Mundial da Saúde, nós fomos convidados e lá estivemos a questão de duas semanas, representantes da indústria de bebidas alcoólicas.

A semana que vem estão sendo aguardados representantes das organizações não governamentais, para debater uma estratégia global o tema está em debate. Então há dificuldade de se estabelecer políticas nacionais sobre um tema que está em debate, é difícil, e eu reconheço essa dificuldade.

E finalmente, dizer que entendemos que a participação de todos é essencial. E um ponto só para deixar bastante claro, é que em absoluto a indústria entende que a questão de comunicação publicitária é uma questão menor.

O que foi dito aqui é ela extremamente importante para posicionar e dar valor as marcas e tomar volume de uma marca para outra. Do ponto de vista de uma empresa individualmente é um instrumento poderosíssimo no sentido de aumentar suas vendas, tomando marcas e tomando volume de outras marcas.

O que eu afirmei - e os dados científicos são bastante claros a esse respeito em literatura variada em termos de especialização - não só na área de saúde, mas também na área de economia e na área publicitária; é mostrar que a publicidade não tem efeito em aumentar o volume de vendas é isso que me

referi. Não para a empresa, a empresa sim, toma do seu concorrente.

No mercado livre como é o que estamos numa sociedade democrática, que graças a Deus, conquistado pela sociedade brasileira, a comunicação comercial é irmã gêmea da liberdade de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Milton Seligman e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

SR. RONALDO LARANJEIRA: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer essa oportunidade que eu e a minha equipe tivemos de mostrar o lado da Universidade. Realmente eu gostaria de salientar que a saúde pública no Brasil, clama nessa Casa Legislativa uma posição clara em relação às bebidas alcoólicas, como já foi feito em relação ao cigarro. Eu insisto que nós somos uma sociedade muito mais evoluída, muito mais democrática por termos proibido a propaganda do cigarro há anos atrás.

Eu acredito que se nós tivéssemos ouvido somente a indústria do cigarro e o CONAR na década de 90, nós nunca teríamos proibido a propaganda de cigarro porque obviamente o CONAR teria se posicionado contra a propaganda. Teria se posicionado, também, como a indústria de tabaco.

Então a sociedade civil ela tem que influenciar essa Casa Legislativa, no sentido de proteger as populações mais vulneráveis essa é a grande batalha: quem o Senado vai ouvir no sentido de valorizar, protegermos nossas crianças ou proteger o interesse da indústria de álcool.

Eu gostaria de salientar também que a Organizacional Mundial de Saúde - e eu sou um consultor da Organização Mundial de Saúde - quando eu converso com os meus pares internacionais, existe um consenso que a propaganda das bebidas alcoólicas deveria ser abolida do mundo todo. Eu acho que existe esse mudar a verdade, que a Organização Mundial de Saúde não tem uma posição oficial nesse momento. Todos os técnicos que assessoram a Organização Mundial de Saúde não têm dúvida, do efeito da propaganda do álcool, no sentido de influenciar principalmente as crianças.

E eu me considero - e é um elogio que já me foi feito aqu eu sou um ativista – eu sou um ativista da saúde pública e eu me orgulho desse tipo de título de ativista. Eu sou Professor Titular de Psiquiatria da melhor Universidade brasileira, eu tenho mais de 150 artigos publicados em revistas internacionais.

E ao mesmo tempo em que sou um cientista, eu sou um ativista. Eu acho que a saúde pública precisa de mais ativista. A própria Organização Mundial de Saúde estimula que seus pesquisadores sejam ativistas e é isso que a gente tem trazido para a sociedade brasileira, quando há seis meses atrás trouxemos um abaixo-assinado com 600 mil assinaturas da população brasileira, clamando pela restrição da propaganda do álcool.

Então, é esse clamor da população que a Casa Legislativa tem que ouvir, no sentido de tomar as decisões que vão beneficiar as crianças do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Ronaldo Laranjeira e parabéns pelo seu trabalho científico.

E para encerrar a participação dos Srs. Expositores e concedo a palavra ao Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária, CONAR, Sr. Gilberto Leifert.

SR. GILBERTO C. LEIFERT: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu renovo o agradecimento da entidade que represento o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação da Sociedade, ou melhor, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária que é um órgão da sociedade civil. Sociedade civil que se faz representar hoje aqui e que de forma muito gentil, o Senado nos proporciona a oportunidade de trazer a visão da entidade.

O assunto que foi tratado hoje, Sr. Presidente, realmente ele é controvertido e acho que não se deve desmerecer a participação, a visão e o interesse de todos os protagonistas, como essa Casa costuma fazer e, o faz com muita sabedoria. A Casa pesquisa, escuta, promove o debate e toma decisões. Não me parece que se possa construir leis sobre verdades absolutas, sobre dogmas, sob posição autoritárias.

O CONAR não é um clube como o Dr. Laranjeira tentou aqui fazer crer. É uma organização da sociedade civil, fundada em 1980, com relevantes serviços prestados e que acolhe o consumidor, recebe reclamações originárias do Ministério Público, de autoridades públicas, Presidentes da República já se dirigiram em caráter pessoal, pedindo reparos a determinados anúncios.

Os anunciantes se servem do CONAR para dirimir controvérsias, então não de sinto diante de uma expressão de Justiça, quando S. Sa. Pretende desmerecer a contribuição de voluntários. Os representantes da sociedade civil, por exemplo, um é ex-Presidente da Associação Médica Brasileira, outro é ex-Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo.

E, assim há vários médicos, advogados, publicitários que trabalham no CONAR voluntariamente. Estes que representam a sociedade civil não recebem nada

e não tem interesse nenhum da indústria, não vivem da publicidade e nem a ela se dedicam, como eu que sou voluntário, mas tenho interesse na atividade.

De modo que faço apenas esse reparo, para que a sociedade civil seja respeitada, que a Ciência quando se fizer sempre merecedora, também se faça respeitar. Mas que a confusão entre Ciência e estatísticas produzidas pelos ativistas seja uma distinção a ser feita na Casa, da mesma forma que fiz o apelo de que se deve distinguir produto, consumo e publicidade.

Agradeço mais uma vez e estarei sempre à disposição de V. Exa. e fiquei muito feliz de participar hoje aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Dr. Gilberto e encerro esta reunião, agradecendo a presença do Senador Augusto Botelho, que foi debatedor, Senador Romeu Tuma debatedor. A toda a equipe que Secretaria a Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, muito obrigado a vocês que assessoram com muita eficiência esta Comissão e, a Sra. Secretária da Comissão e a Assessoria do Senado que se faz sempre presente através da sua Consultoria.

Aos demais presentes, muito obrigado pela presença e parabéns a todos os Expositores que trouxeram para nós essa discussão e o conhecimento que as Sras. e os Srs. detêm para nos dar subsídios.

Muito obrigado e um bom final de dia para todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado." O relator designado é o Senador Romeu Tuma o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº. 51, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que "Acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 06: Requerimento nº 23, de 2008 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Tenório e Eduardo Azeredo, que "Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada parcial do Requerimento, de minha autoria, nº 35, de 2007 – CCT. O referido documento solicitou a realização, no âmbito desta Comissão, de duas audiências públicas com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007. Na medida em que a primeira audiência pública já foi realizada a finalidade deste requerimento parcial é dispensar a realização da segunda audiência, devido às dificuldades encontradas para promovê-la." O requerimento é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 231, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 267, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 252, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Município de

Itaquitinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquitinga, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o parecer é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o parecer é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 06, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 35, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Loanda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Loanda, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 38, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 220, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Pranchita para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pranchita, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Thalento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 222, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alternativa de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 234, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaraçu FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaraçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 243, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Alternativa de Cambé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 257, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé - PR - A.P.R. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 263, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 232, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural Eldorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 236, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas - ACCTM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaraçu de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23:**

Projeto de Decreto Legislativo nº. 245, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Pintópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pintópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 219, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Compromisso com a Verdade e a Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 224, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Areiense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areias, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 240, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Mongaguá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 289, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 246, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que". Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Comunidade de Luzinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzinópolis, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 68, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que" Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 238, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiro Seco - Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador João Tenório e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Gilvam Borges, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Júnior requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos, com o que todos concordam.

Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 329, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da rádio Comunitária Serrana Manganês para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Navio, Estado do Amapá." O relator designado, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 229, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Edcomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 297, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária na cidade de Lindolfo Collor, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 301, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 264 de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins." O relator designado é o

Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 298, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tomé-Açu Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 300, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel Do Guamá - ASDECOCS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 311, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional - IPCP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marituba, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 320, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Anapu - Assana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anapu, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 291, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetinga, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 29, de 2006**, **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2008** e **Ofício nº 371, de 2008 - (PDS-598/03).** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **GIM ARGELLO,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza hoje, 10 de dezembro de 2008.

Submeto inicialmente à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e apreciação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo que a comissão recebeu os avisos nºs. 1064 e 1851, datados do dia 20 de agosto e 26 de novembro último, pelos quais o Exmo. Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Walton Alencar Rodrigues, e o vice-Presidente no exercício da Presidência, Sr. Ubiratan Aguiar, nos encaminharam cópias dos acórdão proferidos pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária do dia 20-08 e na Sessão Ordinária de 26-11 do corrente, respectivamente, nos autos do Processo nº. TC 007.418/2008-4 que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional revogando, por conseqüência, alguns dispositivos da Resolução TCU 191/2006 e do Processo nº. TC 017.177/2008-2, cujo objetivo foi avaliar no plano nacional o relacionamento das instituições federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio. Cópia das matérias acima mencionadas, encontram-se a disposição de V. Exas. na Secretaria desta comissão.

Dando segmento a esta reunião vamos passar a pauta propriamente dita.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para apreciação dos itens.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se não for incômodo para a presidência e para os demais senadores, eu gostaria de pedir uma inversão de pauta, porque eu sou o Relator aqui ao lado na Comissão de Relações Exteriores e estão os embaixadores esperando a minha presença para eu poder fazer a leitura do meu relatório, é possível, o meu item é o item 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Não havendo objeção, está aprovada a inversão da pauta.

Passamos então a apreciação do item nº. 03, do qual V. Exa. é relator, é o projeto de Lei da Câmara nº. 51/2008, não terminativo, que acrescenta art. 36-A à Lei nº. 8078 de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade nos meios de comunicação social escrita dos anúncios de venda de veículos usados, autoria do Deputado Pompeo de Mattos, V. Exa. é o relator e o Parecer é pela rejeição e a matéria constou na pauta da Reunião do dia 26/11/2008. V. Exa. com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Trata-se de um projeto com muito boa intenção da parte do Senador, do Deputado Pompeo de Mattos. Preocupado com a oferta de automóveis no mercado de origem espúria, roubados, ele insiste na conveniência de colocar no anúncio de venda de automóveis as características do veículo, além do preço de venda, o ano de fabricação, o modelo, a placa, o número do chassi, atingindo especialmente, para estes fins, jornais e revistas.

Originalmente, além das exigências dadas acima, o projeto também aplicava uma multa ao órgão de comunicação que não seguisse as determinações do mesmo que variava de 1.000 a 10.000 UFIR. O autor justifica a sua iniciativa argumentando que de conformidade com o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, violação de tais dados irá assegurar ao cidadão maiores informações e consequentemente uma melhor proteção contra as fraudes, que freqüentemente se fazem presentes em anúncio de venda de veículos por pessoas de má-fé.

Eu concordo inteiramente com a boa intenção do deputado, mas ao analisar o projeto, ao receber os envolvidos no assunto, tanto vendedores de automóveis como os donos dos veículos de comunicação, o meu relatório evoluiu ao ponto de reconhecer as dificuldades de pôr em prática esta idéia, que ao longo dos últimos anos o Congresso Nacional vem parecendo exacerbada a profusão de projetos de leis, alguns dos quais sobrepostos a uma quantidade grande de normas e regulamentos já promulgados.

O projeto 51208 de que trata este assunto, embute certamente legítima preocupação com respeito aos direitos dos consumidores. Estes disciplinamentos, entretanto, já oferecem a sociedade os meios de defender-se quanto ao que possa vir a ser considerado abuso, especificamente a proposição trata de um tema já contemplado nos art. 36 e 37 da Lei 8078/90 de 11 de setembro de 1990. Por exemplo, art. 36, "a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor fácil e imediatamente identifique-o como tal".

O art. 37, "é proibida toda a propaganda, a publicidade enganosa ou abusiva". E dá um § 1º, "é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário inteiro ou parcialmente falsa ou por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir um erro o consumidor a respeito da natureza característica de qualidade, quantidade e propriedade".

Ora, assim a simples a leitura dos dispositivos de proteção ao consumidor inseridos pelo legislador no Código de Direito do Consumidor que foram reproduzidas acima, cobrem as necessidades básicas de informação. Reforçando e exemplificando a tese sobre a posição de nova(F) que mencionamos antes, as penalidades contidas na proposição original e que posteriormente foram percebidas e retiradas durante o trâmite da comissão na Câmara Federal já estavam exaustivamente contemplados.

Por outro lado o projeto de lei traz exigências apenas para os meios de veiculação, notadamente os jornais e revistas sem alcançar aquele que atualmente é o maior veículo de informação de venda ao público, que é a internet. Aumentar as exigências para um setor super regulado como da mídia, cria grave distorção e diminui ainda mais a participação dos classificados em jornais na divisão do mercado publicitário.

Ressalta-se que a exigência de mais linhas de informação, dificilmente a adição de informações complexas, como o número do chassi, por exemplo, encarecerá, e muito, o anúncio, tornando inviável ao consumidor, o qual, por absoluta falta de opção, migrará em sua totalidade para os classificados da internet, que não são regulados e não têm nenhuma exigência, abandonando os jornais e revistas que são veículos que a democracia exige que tenha um certo grau até de proteção, se for preciso.

Eu quero dizer que foi ao longo da análise deste projeto que eu descobri como é grande o número de chassi de um automóvel e como são pequenos hoje, pelas simplificações e abreviaturas, o tamanho dos anúncios de venda de automóveis, muito pequenini-

nho, quase que dobraria e triplicaria, em alguns casos, o tamanho do anúncio.

Finalmente, como um dos fatores mais perigosos a [ininteligível] do projeto, a exigência que os anúncios tragam além da [ininteligível] do veículo, o preço da venda, o ano da fabricação, o modelo, a placa, o número do chassi, certamente levará ao aumento da clonagem de veículos, crime sabidamente existente no país, o que também, por conseqüência, provocará a diminuição do número de anunciantes em jornais e revistas.

Vale frisar ainda que recebi do Exmo. Sr. Senador Sergio Zambiasi correspondência aonde me informa que a ANJ, entidade que congrega mais de 90% dos jornais do Brasil, é contra o projeto por entender que o veículo jornal será descriminado pelo vendedor do veículo pelo fator preço, dada ao considerável aumento de preço do anúncio, se atendido o que prevê o projeto.

Pelas razões acima expostas, mesmo considerando as boas intenções da propositura, entendemos que o PLC 51/08 não deve prosperar, isto posto voto pela rejeição. Acrescentando aqui uma coisa, que eu vou procurar o Deputado Pompeo de Mattos para que trabalhemos de uma maneira de levar a boa idéia que ele teve a uma forma mais viável de execução do projeto. Como iniciativa pessoal eu vou fazer isto, até porque se trata de um Deputado com quem eu tenho a melhor relação, do meu Partido e que eu tenho certeza que tem a melhor das intenções ao apresentar este projeto. Eu creio que nesta conversa com ele podemos chegar a um projeto que seja capaz de compatibilizar o que ele busca, que é a segurança do proprietário, com a segurança da sobrevivência de um dos meios fundamentais de financiamento aos jornais hoje, que são os anúncios de venda de automóveis. Mas meu Parecer, lamentavelmente, é pela rejeição do projeto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradecemos o Senador Cristovam Buarque, colocamos em discussão o Parecer. Em discussão. Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria cumprimentar o Senador Cristovam, que realmente é um *bis in idem* legal aqui, que é proibida a propaganda enganosa, isto já é crime, não é, Senador Cristovam. O artigo, eu acho que uma remodelação provavelmente trará mais benefício, porque essa venda de veículos obrigando o registro de chassis e tudo, vai dar uma responsabilidade criminal também ao vendedor, porque se houve furto, remarcação de chassis, uma série de outros fatores que complicam o mercado aberto de carros usados, poderá ter algumas correções e isto é um bom projeto. Quero cumprimentar V. Exa. pelo cuidado que teve em relatar. Eu sou favorável a sua decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. Ninguém mais querendo discutir, vamos colocar em votação, em votação pelo processo simbólico. Os Senadores que concordarem, permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o item nº. 03 da Ordem do Dia.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pois não, nobre Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Peço a V. Exa. a gentileza de inclusão na pauta desta sessão do PDL nº. 329, portanto extrapauta, e a própria inversão, pedindo a V. Exa. que priorize que a gente possa botar em votação... 329.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Já lhe respondo em trinta segundos. Pela ordem nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PT-SP): Eu vou pedir só se puder já entrar no 21, 22, 23 também, porque eu tenho também de participar da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, senhor, já vou fazer, só estou aguardando o quorum para que a gente possa votar este projeto terminativo, vai ser rapidamente.

Agora, enquanto esperamos terminar de completar o quorum para votação nominal, eu peço ao nobre Senador Romeu Tuma que, por favor, faça o relato do item nº. 02, e atendendo, logo que o quorum estiver em pauta, eu atendo então o pedido do nobre Senador Gilvam Borges.

Nobre Senador Romeu Tuma, V. Exa. está com a palavra para fazer o relato, por favor, do item nº. 02.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gente, eu aqui acho que a tese, é que isto já foi lido, o Senador Expedito pediu vista, que é o autor, brilhante autor do projeto que dá uma definição melhor das prioridades com respeito à transmissão da nossa televisão, as comissões e ao Plenário e têm outros eventos, o senador pediu vistas e devolveu como foi recomposto o projeto, em razão de ter passado por todas as áreas que tenham interesse na disciplinação deste projeto de regulamentação da TV Senado. E como agora a diretora teve, eu acho que um pouco atrasado, eu sei que o objetivo do senador e dos outros passou pela Secretaria Geral, houve coordenação, discussão e houve uma concordância como está. E há uma prioridade seqüencial, Plenário e das comissões. Agora a diretora está fazendo uma proposta que se tire a prioridade das

comissões e que se possa, se tem um evento na Casa, tem prioridade, eu não vi, mas o objetivo principal do projeto era das comissões.

Eu não sei, aí eu deixaria a critério do autor do projeto porque eu estou mantendo o voto, é claro que eu tenho que me preocupar com a preocupação dela que dirige a Casa, mas eu não vou fazer isto aqui depois de discutir com ele, eu tinha já feito o projeto de relatório de rejeição, nós conversamos, fizemos um encontro de busca de uma situação que desse realmente o valor que a TV Senado tem e as prioridades que os Senadores querem, a mesa também tem que ter uma visão mais completa.

Então as comissões, o Plenário é o principal e as comissões têm as suas prioridades também. Eventos sociais, por exemplo, uma festa, um Congresso, eles acham que pode ter prioridade, eu fico na dúvida e deixo a critério do Senador Expedito, se bem que eu aceitei duas emendas do Senador Flávio Arns, são corretas, que são as transmissões conjuntas por libra e, como é que chama aquele negócio que aparece escrito? Mas tem um nome, não tem? *Closed caption,* desculpa, não é ignorância, é esquecimento, *closed caption.*

Então é um conjunto de interesses não só para pessoas com problemas auditivos, como também para outros tipos de deficiência física que, ou visual, qualquer coisa que tenha a possibilidade de entender as transmissões da TV Senado. Então eu consulto o Senador, pode trazer a sugestão, ao Senador Expedito...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela... Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Tuma, então o seu relato, o senhor faz proposta então que suspenda o seu relato ou que a gente coloque o seu relatório em discussão nesta ata, ou o senhor quer mais um prazo?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, o que eu gostaria é o seguinte, deixa eu discutir aqui com a comissão para verificar, vou fazer um encaminhamento, fazer uma proposta. Veja bem, o nosso projeto é no sentido de regulamentar a TV Senado. Qual é o nosso entendimento que nós tentamos colocar no papel? É que não deveria, veja bem, hoje nós estamos agora, de repente nós estamos ao vivo, daqui a pouco começa a CCJ, a prioridade é a CCJ.

O que eu acho que deveria ser a prioridade, deveria ser discutido pelos, já estava lá, deveria, pois é, já não estamos mais ao vivo, ao vivo já é a CCJ e de repente às vezes acontece, por exemplo, uma comissão mista e tem assuntos relevantes, às vezes a nossa comissão, possa ser que os assuntos que estão sendo tratados na CCJ sejam mais importante do que a nossa comissão, mas às vezes nós temos temas aqui, como há poucos dias se discutiu aqui a questão na Comissão de Educação e o Senador Cristovam estava presente, que é o Presidente da comissão, que foi a meia-entrada, eu acho que aquele assunto era um assunto que deveria estar sendo transmitido ao vivo.

Então eu acho que esta questão não deveria ser, "a prioridade tem que ser a CCJ, depois tem que ser a CAE, depois tem que ser fulano, depois que tem ser beltrano", eu acho que depende do assunto e acho que isso poderia ser regulamentado pelos profissionais da Casa, pelos técnicos da própria TV Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É a vantagem que não se expôs ser mais autêntico...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas aí tem um critério...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Bom, mas aí o que eu gostaria de propor, o encaminhamento que eu faria, aprovar o nosso projeto da maneira que nós encaminhamos, de repente aqui com algumas alterações, tem aqui algumas propostas de emenda do Senador Flávio Arns e quem vai acabar regulamentando isto vai ser a mesa do Senado, como disse V. Exa., que é o órgão administrativo que vai regulamentar. E aí de repente então nós passaríamos isto para que a mesa pudesse então fazer a regulamentação da legislação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor permite, eu creio o seguinte, porque quando as comissões estão em funcionamento quem sabe das prioridades do assunto a ser discutido é o Presidente daquele que foi em pauta. Então teria que ter um canal direto com a mesa para que a mesa comunicasse a TV Senado se a prioridade é legislativa ou da Casa, então ficaria um elenco de prioridades com decisão da TV através de uma ordem da mesa, da Secretaria da mesa ou da Presidência da mesa. Eu não sou contra porque há uma preocupação da TV Senado de difundir tudo que é possível para dar um respaldo ao conhecimento público do que a Casa realiza.

É um projeto importante e eu tive a cautela de pedir para a Dra. Claudia e todo, passarem para todos, inclusive passou por lá, agora que eles acharam que a prioridade legislativa seria só do Plenário, que seria prioridade da Casa, talvez, não sei, isto aí depende de ele concordar para fazer a alteração e aceitar as duas emendas do Senador Arns, que é mais voltada para o interesse daqueles que tem dificuldade de um acompanhamento por qualquer deficiência física.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu sei que, o Senador Azeredo já está pedindo a palavra ali, mas eu gostaria só de, me perdoe, eu esqueci, foi um lapso, de agradecer ao Senador Romeu Tuma porque

na verdade o primeiro posicionamento dele era no sentido da rejeição do projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque eu achava que a mesa que tinha responsabilidade de...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E depois nós tentamos construir, nós tentamos buscar um entendimento aí, as assessorias, nós, a própria assessoria das comissões, da Casa, os nossos técnicos legislativos, enfim, eu acho que eu tenho que agradecer. Agora é possível ainda se buscar um entendimento aqui, se for possível construir uma coisa aqui, ótimo, eu gostaria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Eu queria exatamente propor isto, Senador Expedito, Senador Romeu Tuma, que nós pudéssemos, talvez, retirar de pauta e rediscutir, porque o argumento colocado pelo Senador Expedito é realmente muito válido(F), esta questão que foi exemplificada da meia-entrada, ela gerou todo um interesse público maior. Se nós ficamos com uma regra muito rígida, "não, tem que ser esta comissão, não pode mudar". É evidente que isto tem um lado de disciplina, que funciona direitinho, fica organizado, mas nós precisamos de ter, abrir uma forma de que em determinados casos pode se quebrar a seqüência, quer dizer, tem, mantém uma seqüência, mas com esta abertura para algumas... É evidente que isto também vai ter, não é simples, porque aí o Presidente da comissão ou alguém vai reclamar, "por quê que tirou, por quê que a comissão é esta", também não é fácil decidir qual é, alguns casos até podem ficar.

Mas porque, por exemplo, o Plenário, com todo o respeito a todos nós, a todos os Senadores, mas tem hora que realmente o discurso do Plenário tem muito menos importância do que uma discussão que seja feita nas comissões, nós sabemos muito bem que nas comissões é que as coisas se resolvem, aqui é que os projetos são discutidos, é que são realmente levantadas as opiniões. No Plenário é mais um discurso final e...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senador Azeredo, me concede um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO(PTB-DF): Só um segundinho, só um segundinho.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Me concede um aparte, Senador Azeredo. O senhor, inclusive, tem dito o seguinte, se o povo brasileiro assistir só os discursos nossos no Plenário, eles vão achar que nós trabalhamos muito pouco, mas se eles tivessem a possibilidade de verificar o quanto nós trabalhamos nas comissões, certamente teriam uma outra visão do parlamento brasileiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Seguramente, está correto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então aí eu faço o seguinte, a proposta, se V. Exa. concordar, eu tenho muito respeito pelo Expedito, porque ele já se dedicou muito a este projeto e me fez trabalhar também, com muito prazer, porque eu acho que levar ao conhecimento público, trazer uns olhos mais favoráveis ao nosso trabalho é intenso, às vezes você sai decepcionado daqui porque você trabalha, trabalha, de repente os comentários são sempre negativos, sempre negativos. E as discussões são brilhantes aqui, tem gente que traz procedimentos do interesse público muito grande e agora com a preocupação da diretora, eu pediria então a retirada e deixaria que houvesse, é até pena que vai passar para outro ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO(PTB-DF): Senador Tuma, então deveria ser retirado pelo autor da sugestão da mesa, retirado pelo autor para reexame, porque daí se tem condições de convidar todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já tirou, ele já fez, pediu vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO(PTB-DF): Não, não, é retirar, porque o autor retira para reexame por ele, porque daí ele pode convidar a todos para participar deste debate, encaminhar a mesa. Então o senhor, V. Exa. retirar para reexame.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, tudo bem, eu acho que mereceria uma conversa com a mesa da Casa para gente fazer um elenco de prioridades com a presença da diretora da TV. Ela está de acordo com o relatório que está pronto aqui também. Agora a gente pode fazer uma emenda havendo prioridade do assunto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu estou na dúvida com o relatório, porque eu entendo que o relatório está voltando, voltando não, está mantendo o que é hoje, eu acho que nós não estamos modificando, a não ser que eu não entendi o relatório do Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas é que o senhor pediu vista, e não fez nenhuma proposta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É, pois é, mas porque eu não vou fazer proposta porque eu entendo, eu entendo que o meu projeto, o meu projeto, nós estamos propondo uma mudança, nós estamos propondo. Agora eu não tenho nada contra nós votarmos o Parecer também do Senador Romeu Tuma, quais são as emendas do Senador Flávio Arns?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senhores, este é um assunto que é palpitante, todos os Senadores vão querer. Senador Tuma, retire para reexame, tendo em vista que a nossa diretora pediu, tem novas propostas, Senador Tuma, retira para reexame, porque daí o senhor tem tempo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já poderia retirar...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então está retirado a pedido do, não, não, não o senhor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Nós ainda vamos ter, nós vamos ter na próxima semana, nós vamos ter na próxima semana ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Está retirado de pauta a pedido do Relator, continua a matéria com o Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então o item, o item, a pedido do nosso Presidente Wellington Salgado para colocar item em pauta, mesmo na falta do Senador João Tenório, foi um acordo que foi montado, eu peço então que o Senador Eduardo Azeredo, por favor, faça o relatório do item nº. 06 e logo em seguida partiremos então para as prioridades elencadas pelos Srs. Senadores.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu só queria fazer uma solicitação que eu tenho uma reunião importante agora na comissão de orçamento, V. Exa. sabe, que hoje é praticamente o dia final, discussão pesada, que haverá cortes e a nossa bancada precisa que eu esteja presente, acho que para a Casa toda é importante, do item 28, que eu sou o Relator, porque já na sessão anterior não pode ser votado porque eu não estava presente, se V. Exa. puder priorizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Vou priorizar sim, senhor, já é o quarto item que vai ser votado, eu tinha priorizado três anteriores a V. Exa. chegar, que é o item que foi pedido pelo nobre Senador Eduardo Azeredo e do Senador Gilvam Borges, logo em seguida do senhor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Sr. Presidente, inclusive o item 06, na verdade, é só um requerimento do Senador João Tenório no qual ele solicita, ele tinha solicitado anteriormente a realização no âmbito desta comissão de duas audiências públicas com a finalidade de instruir projeto de Lei 73/2007.

Na medida em que a primeira audiência já foi realizada, a finalidade deste requerimento agora é de dispensar a realização da segunda audiência devido as dificuldades encontradas para promovê-la. Portanto é só no sentido de dispensar a solicitação já aprovada anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação pelo Processo simbólico. Os Senadores que concordarem, permaneçam como estão. Está aprovado então o item nº. 06, a retirada.

Então vamos começar então pelo item, o extrapauta pedido pelo nobre Senador Gilvam Borges, foi o primeiro que fez o requerimento. Senador Gilvam Borges, V. Exa. está com a palavra.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Só ao final. Sr. Presidente, bom dia, antes de mais nada, não vou fazer nenhum preâmbulo que possa estender e dificultar a agilidade que os nobres colegas estão a exigir para poder cumprir as suas tarefas em outras comissões.

Assim sendo eu quero me congratular com o povo de Serra do Navio, o município de Serra do Navio, do meu Estado e nós estamos concluindo um longo processo e hoje celebramos, coroamos a chegada definitiva da Rádio Comunitária de Serra do Navio. Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 329/2008 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas de Resolução nº. 39/92, Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação da Rádio Comunitária Serrana Manganês para executar serviço de Rádiofusão comunitária na cidade de Serra do Navio, no Estado do Amapá na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, nós então emitimos o nosso Parecer pela aprovação e dizer a todo o povo de Serra do Navio, no Estado do Amapá que a comunicação é fundamental e hoje é dia de festa, já está marcada a grande festa em Serra do Navio no dia 23 de dezembro aonde vamos fazer a comemoração do natal e já com a inauguração da rádio no ar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Senador Borges. Coloco em discussão. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação em bloco logo em seguida dos outros relatórios serem proferidos para poder adiantar o serviço.

Peço ao nobre Senador Gilvam Borges, da mesma forma que, por favor, faça o relato para mim do item nº. 09 e nº. 10.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): O item 09. O item 09, projeto de Decreto Legislativo nº. 252/2008 terminativo. Parecer favorável.

Item 10, projeto de Decreto Legislativo 256/2008 terminativo. Parecer favorável.

Se quiser me dar o resto, pode mandar que a gente resolve.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu agradeço ao nobre Senador Gilvam Borges, que o senhor foi relator *ad hoc* na condição de substituir o nobre Senador também Marco Maciel.

Peço agora ao nobre Senador Eduardo Azeredo que, por favor, faça o relato dos itens 21, 22 e 23.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o item 21 outorga para a Associação Educativa e Cultural Eldorado da cidade de Presidente Olegário, Rádiodifusão Comunitária. Todos os documentos foram examinados, o voto é pela aprovação, a cidade de Presidente Olegário fica na região noroeste de Minas, próximo lá a Pato de Minas.

O item 22 trata-se da Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas, Taquaraçu de Minas fica na região da grande Belo Horizonte, é uma pequena cidade e o Parecer também é favorável.

E o terceiro item, que é o item nº. 23, trata-se também de Rádio Comunitária, Associação Comunitária dos Amigos de Pintópolis, Pintópolis fica no norte de Minas e também toda a documentação foi examinada, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Peço agora o último, pela ordem, o nobre Senador Sergio Zambiasi, faça o relato então do item nº. 07 e 08.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, o item 07, o projeto de Decreto Legislativo 231/2008 aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Companheira FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Parai, Rio Grande do Sul. Autoria do Poder Executivo e o Parecer é favorável.

Item 08, projeto de Decreto Legislativo 267/2008 aprova o ato que outorga a autorização a Associação de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e o Parecer também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador. Coloco agora, por favor, o item, só um minutinho, nobre Senador Romeu Tuma, o item nº. 28, a pedido do nobre Senador João Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. inverteu tudo aqui todos os itens, não, eu estou pedindo depois, porque eu tenho que ir na CAS, que eu convidei os depoentes. Mas depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então o próximo item é de V. Exa..

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, para exatamente ler o parecer, e eu vou simplifica-lo, da Rádio Comunitária da cidade de Luzinópolis no Estado do Tocantins, o meu querido Estado, projeto que tem o Parecer favorável, que conta com o nosso apoio, portanto o Parecer é pela aprovação da Rádio Comunitária da cidade de Luzinópolis, no Tocantins.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço o Parecer. Peço neste momento então que faça o seu Parecer o nobre Senador Romeu Tuma do item nº. 24, 25, e 26. Depois eu volto para o item nº. 05, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Qual é que V. Exa. falou?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): 24, 25, e 26.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 24 é que outorga a autorização a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Compromisso Com a Verdade e a Vida para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo. Parecer favorável.

Item 25, idem que outorga a radiodifusão comunitária na cidade de Areias, a Rádio Areiense. O Parecer é favorável visto ter juntado toda a documentação necessária. Estes são os dois Pareceres.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu queria fazer mais uma solicitação, não querendo abusar de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pois não.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Agora eu fui informado aqui pela assessoria técnica que eu tenho também a Rádio Comunitária da Cidade de Araguaçú, no Tocantins, se V. Exa. pudesse incluir, permitisse que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Logo depois do Senador Flávio Arns, eu volto ao senhor, primeiro o Senador Romeu Tuma, Senador Flávio Arns, logo [ininteligível] eu aceito extrapauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 26, Radiodifusão Comunitária na cidade de Mongaguá no litoral paulista, Parecer favorável em razão da apresentação de toda a documentação necessária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Peço agora ao nobre Senador Flávio Arns que faça o relato dos itens que foi designado, que são os itens...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 11 a 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): 11 a 20.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 11, projeto de Decreto Legislativo nº. 06/2008, aprova o ato que renova a concessão outorgada a Sociedade Rádio Princesa LTDA., para explorar serviços de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, Parecer é favorável.

Projeto Decreto Legislativo nº. 25/2008 aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Educadora de Loanda LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Loanda, Estado do Paraná. O Parecer é favorável.

Item 13, projeto de Decreto Legislativo nº. 38/2008 que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Educadora de Dois Vizinhos LTDA., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, Parecer é favorável.

Item 14, projeto de Decreto Legislativo nº. 220/2008 aprova o ato que outorga autorização a Associação Cultural de Pranchita, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pranchita, Estado do Paraná, Parecer é favorável.

Item 15, projeto de Decreto Legislativo nº. 221/2008 que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Thalento FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, Parecer é favorável.

Item 16, projeto de Decreto Legislativo nº. 222/2008 que aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Alternativa de Francisco Beltrão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná. Relatoria, Parecer é favorável.

Item 17, projeto de Decreto Legislativo nº. 234/2008 que aprova o ato que outorga autorização a Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaraçu FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaraçu, Estado do Paraná. O Parecer é favorável.

Item 18, aprova o ato que outorga, é o projeto de Decreto Legislativo 243/2008, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Rádio Comunitária Nova Alternativa de Cambé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambé do Estado do Paraná. Parecer é favorável.

Item 19, projeto Decreto Legislativo 257/2008 que aprova o ato que outorga a autorização a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná. Parecer é favorável.

E o item nº. 20, Sr. Presidente, que é o Decreto Legislativo 263/2008 que aprova o ato que outorga permissão a Terra FM Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná e o Parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Coloco também sob discussão todos os Pareceres, está em discussão. Então acabou a discussão.

Neste momento passo a palavra, que pediu, ao nobre Senador João Tenório e logo depois fazer um comentário sobre um requerimento, que deve ser isto que V. Exa. pediu a palavra, logo em seguida pode fazer também o relato do item nº. 30.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o nobre colega Eduardo Azeredo por ter tido a gentileza de ler o relatório referente a Audiência Pública que nós tentamos construir aqui e foi impossível em função da não coincidência de agenda daqueles que foram convidados e dizer, repetindo, agradecer a intervenção dele e dizer que da nossa absoluta concordância e dizer que nós não chegamos em tempo porque tivemos uma audiência lá na Agricultura e demorou bastante, muito obrigado, Eduardo, pela sua gentileza.

Projeto de Decreto Legislativo nº. 238/2008, terminativo, aprova o ato que outorga a autorização a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiro Seco, Alagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas. Autoria Poder Executivo, Relatoria João Tenório, Parecer Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço e coloco em discussão o Parecer do nobre Senador João Tenório. Em discussão. Acabou a discussão.

Peço agora neste momento que, por favor, o Senador Sérgio Zambiasi faça o relato do item nº. 29, relator *ad hoc* no lugar de Ideli Salvatti. Por Favor, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E aproveito para solicitar a colocação, Presidente Gim, já aproveito para solicitar que coloque extrapauta os Pareceres da Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária e da Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado. São dois Pareceres extrapauta.

Item 29, projeto Decreto Legislativo 268/2008 aprova o ato que outorga autorização a Associação Cultural Rádio Comunitária FM de Quilombo para executar serviço radiodifusão comunitária na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, autoria Poder Executivo, Relatora Senadora Ideli Salvatti, designado o relator *ad hoc* este que vos fala com muito prazer e mandando o nosso respeitoso abraço ao povo cata-

rinense ainda, precisando muito de todos nós, acho que a comunicação foi tudo, as emissoras de rádio da região atingida pelo desastre ambiental, Presidente, tiveram um papel de extrema importância no sentido de alertar, de chamar a comunidade, de promover solidariedade e salvar vidas.

Então o rádio tem este papel extremamente importante em todos os momentos e especialmente num fato como este que aconteceu lá em Santa Catarina.

Então acho que oferecer meios de comunicação à comunidade é um papel importante que nós estamos exercendo aqui neste momento, o Parecer é Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Faltam apenas os Srs. Senadores...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um extrapauta, Senador, se possível, a comissão, a secretaria trouxe...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A pedido de V. Exa. aceitamos o seu extrapauta, Senador. Mas antes, porém, coloco, peço ao nobre Senador Eduardo Azeredo que, por favor, faça do último item da Ordem do Dia de hoje o relato, que é o item nº. 27.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Presidente, trata-se de uma concessão de rádio FM, freqüência modulada na cidade de Petrolina, em Pernambuco, Fundação Educativa Canaã do Brasil. Parecer do Senador Sérgio Guerra é favorável, depois de verificar a documentação.

Mas, Presidente, eu queria só aproveitar que a palavra está comigo só para também fazer um breve relato, na semana passada o Senador Flexa Ribeiro e eu, nós estávamos designados para esta comissão para participar de um *International Governance Forum(F) lá* na Índia, mas em virtude dos atos de terrorismo ocorridos em Mumbai, nós tivemos que antecipar parte da viagem por orientação do próprio Embaixador Marco Antônio Brandão, do Brasil na Índia e também do Conselho de Europa que é co-responsável pela realização do evento. E tivemos então alguns contatos sociais com o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro de Ciências e Tecnologia da Índia, mas apenas da Nova Delhi já que tivemos que cancelar uma parte com este risco que, lamentavelmente, ocorreu naquele país e que no Brasil, felizmente, não tem este problema. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós que agradecemos e vamos então colocar o extrapauta a pedido do nobre Senador Romeu Tuma, em seguida o nobre Senador João Tenório e em seguida o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

João Ribeiro, desculpe, Senador João Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu só queria aqui um alerta que agora tem cada documento aqui do Senado tem que ter a impressão digital, senão não terá mais validade. Como todos não têm, só este que é o novo tem, eu acho que tem validade os anteriores.

Então é este projeto concede permissão a Edu(F) Comunicações LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora freqüência modulada na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo. É pela aprovação, visto ter sido analisada toda a documentação necessária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão. Encerrada a discussão. Nobre Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, é também para outorga da Rádio Som Alvorada LTDA na cidade de Araguaçu, uma importante cidade do Estado de Tocantins, com Parecer favorável, pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nobre Senador Sérgio Zambiasi, representante do Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Gim. São dois Pareceres extrapauta, projeto de Decreto Legislativo 297/2008 aprova o ato que outorga autorização a Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária para executar o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Lindolfo Collor, Estado do Rio Grande do Sul e o Parecer é favorável.

E o segundo projeto de Decreto Legislativo 301/2008 que aprova o ato de outorga e autorização a Associação Comunitária Cultural Amigos de Gramado para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, onde está acontecendo o Natal Luz e cujo DVD do Natal Luz 2007/2008 estou entregando uma cópia ao Senador Flexa Ribeiro para que a sua neta, lá em Belém do Pará, possa assistir em casa uma das mais belas festas natalinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão o Parecer. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou submeter todos em votação em bloco, logo em seguida, vou começar...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Antes, porém, pela ordem o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi o atendimento que a minha neta Sofia fez de dois DVDs da festa das luzes de Gramado, espero um dia poder ir pessoalmente com ela, Senador Zambiasi, assistir a esta grande festa lá na nesta cidade maravilhosa do Rio Grande do Sul, que é a cidade de Gramado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só diria que esta neta é muito, ela é precoce, ela tem um ano só.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [risos] Mas é a mãe que pede. Eu pediria a V. Exa., Presidente, se, ouvidos os nossos Pares, se pudesse ser incluído extrapauta os projetos de nº. 298, Decreto 311 e 320, os Decretos Legislativos, que tratam de outorga para a cidade de Tomé-Açu, São Miguel do Guamá, Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional de Marituba e de Município de Anapu no Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): E os Pareceres são favoráveis?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Favoráveis.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já põe em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): E coloco em votação, exatamente, Senador, aceito e já coloco em votação, tendo V. Exa. pedido, submeto em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Antes, porém a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Era para isso, se V. Exa. pudesse por em votação, dependendo para eu abrir a outra comissão que tem dois convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, senhor, Senador Tuma, vou colocar agora então, submeter todos os itens a votação.

Inicio, preciso da relação, preciso da relação dos itens a serem votados, eu peço um minutinho aos Srs. Senadores tendo em vista que nós aceitamos alguns projetos extrapauta, para poder relatar eles com todo o cuidado, para todos vocês prestarem atenção e reanalisar estas cidades que foi feito o relato ou pela ordem logo o Senador ACM.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Queria também incluir aqui extrapauta uma autorização do Decreto Legislativo nº. 291 da Associação Comunitária Itapetinguense João Felix Neto para rádio, executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Itapetinga, do Estado de Bahia. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Parecer favorável, também já está incluído, então coloco em discussão o Parecer do nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Em discussão.

Todos os itens vão ser colocados agora em votação, se o Plenário concordar, de forma em bloco. O Plenário todo aprova, então nós vamos votar os itens. Item da Ordem do Dia de hoje nº. 07, PDS 231/2008, Relator nobre Senador Sérgio Zambiasi. Item 08, PDS 267/2008, Relator nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Item 09, PDS 252/2008, Relator Senador Marco Maciel, Relator *ad hoc* Gilvam Borges. Item 10, PDS 256/2008, Relator nobre Senador Marco Maciel, Relator nobre Senador Gilvam Borges.

Item 11, PDS 006/2008 Relator nobre Senador Flávio Arns. PDS 035/2008, Senador Flávio Arns. PDS 038/2008, Relator nobre Senador Flávio Arns. PDS 220/2008, nobre Senador Flávio Arns. O item 15, todos esSes itens, do 11 ao 20, Relator foi o nobre Senador Flávio Arns, vou só falar os números dos itens então, nº. 15 é o 221/2008, o item 16, PDS 222/2008, o nº. 17 PDS 234/2008, o 18, PDS 243/2008, item 19 PDS 257/2008, Item 20, PDS 263/2008, todos relatados pelo nobre Senador Flávio Arns.

O item 21, 22 e 23 foram, os três itens foram relatados pelo nobre Senador Eduardo Azeredo, os nº.s dele são PDS 232/2008, PDS 236/2008, PDS 245/2008.

O item nº. 24, 25 e 26 foram relatados pelo nobre Senador Romeu Tuma, os números são PDS 219/2008, PDS 224/2008, PDS 240/2008.

O item 27, PDS 289/2008 foi relatado, era pelo Senador Sergio Guerra, mas aí relator *ad hoc* foi o Senador Eduardo Azeredo.

O Item 28, PDS 246/2008 foi relatado pelo nobre Senador João Ribeiro.

O Item 29, PDS 06/2008, relatora original Senadora Ideli Salvatti, foi relatado *ad hoc* pelo nobre Senador Sérgio Zambiasi.

E o item 30, PDS 238/2008 foi relatado pelo nobre Senador João Tenório.

Os extrapauta foram os itens, extrapauta foi PDS 297/2008, relatado pelo nobre Senador Sérgio Zambiasi. Foi o item PDS 264 relatado pelo nobre Senador João Ribeiro. O item PDS 298/2008 foi relatado pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. O item PDS 300/2008 relatado pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. O item PDS 301/2008 foi relatado pelo nobre Senador Sérgio Zambiasi. O item PDS 311/2008 foi relatado pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. Próximo item PDS 329/2008 foi relatado pelo nobre Senador Gilvam Borges. PDS 219/2008 foi relatado pelo nobre Senador Antonio Carlos Júnior. O item 291, PDS 291 foi relatado pelo nobre Senador Antonio

Carlos Júnior. O item PDS 320 foi relatado pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. E o item PDS 229 foi relatado pelo nobre Senador Romeu Tuma.

Todos estes itens que V. Exas. acompanharam, agora submeto então a votação. Votação pelo processo nominal, pergunto como vota nobre Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim,

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o Relator. Senador Romeu Tuma. Com os relatores. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com os relatores. Nobre Senador João Ribeiro, desculpe, João Tenório. Sim, com os relatores, João Tenório. Nobre Senador Eduardo Azeredo. Sim, com os relatores. Nobre Senador Sérgio Zambiasi. Com os relatores. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Nobre Senador Expedito Júnior. Com os relatores. Nobre Senador Flávio Arns. Com os relatores. Nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Portanto os itens foram aprovados, com um, dois, três, quatro, cinco, com quorum superior até o necessário os itens foram aprovados, eu queria agradecer a cada um dos Senadores pelo esforço de hoje, nós estamos chegando ao final do ano, parabéns, parabéns as emissoras, parabéns aos estados, que comunicação realmente é tudo.

Muito obrigado a todos, nosso obrigado, está... O item 01 foi adiado... Fica para a próxima audiência.

Senador Cristovam Buarque, V. Exa. pediu a palavra? Não.

Agradeço a todos os Srs. Senadores, dou por encerrada mais uma Sessão da Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nosso muito obrigado. Está encerrada a sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 05ª REUNIÃO EXTRORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia doze de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos da Ala Senador Alexandre Costa, sala 19, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Raimundo Colombo, Gim Argello, Inácio Arruda, César Borges, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. O Senhor Presidente Eventual Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Assuntos Econômicos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Inicia- se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 17, de 2007 – CCT e nº 32, de 2007 – CAE de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Marcelo Crivella e Jefferson Peres que requer "..., nos termos dos arts. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), discutirem a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na pessoa de seu Diretor-Residente, Dr. Dirceu Raposo de Mello; Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR), na pessoa de seu Presidente; Dr. Gilberto C. Leifert; Associação Brasileira de Agências

de Publicidade (ABAP), na pessoa de seu Presidente Nacional, Publicitário; Dailton Pastore; Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), na pessoa do seu representante em Brasília (DF), Dr. Flávio Cavalcanti Filho: Câmara Americana de Comércio (AMCHAM/São Paulo) na pessoa do Presidente de sua força-tarefa nacional sobre a ANVISA, advogado Gustavo Moraes; Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), na pessoa do seu Vice-Presidente Executivo, Dr. Rafael Sampaio", ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 017, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer, "..., em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de autoria do eminente Senador Wellington Salgado de Oliveira, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - Senhor João Carlos Saad, para, em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a Regulamentação da Propaganda Comercial, e ao Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 017, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "..., em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de minha autoria, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Editores de Revistas – (ANER), Dr. Lourival J. dos Santos, para em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a Regulamentação da Propaganda Comercial. Comparecem a Audiência Pública os Senhores Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Stalimir Vieira, Assessor da Presidência Nacional da Associação de Agências de Publicidade – ABAP; Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usa da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda. O Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um, havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 5ª da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária de 53ª Legislatura. A realizar-se em conjunto neste dia às 9 horas. Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores das respectivas Comissões. Está aprovado.

A pauta de hoje consiste em Audiência Pública a fim de discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial. Essa audiência vem atendendo a Requerimento nº 3.207 da CAE de autorização do Senador Jefferson Peres e nº 1.707 da Comissão de Ciência e Tecnologia e autoria dos Senadores Wellington Salgado e Marcelo Crivella. Eu peço que os convidados dêem entrada à sala. Eu quero lembrar a todos que estão nos assistindo aqui em todo lugar que ontem foi uma Sessão extremamente longa do Senado, quero parabenizar especialmente o Senador Flexa Ribeiro que ficou praticamente até o final e que está aqui firme fazendo parte dessa audiência. Eu vou passar a palavra na seguinte ordem, primeiro Srª Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da ANVISA, que vem representando o Sr. Dirceu Raposo de Melo; depois o Sr. Stalimir Vieira, que é Assessor da Presidência Nacional da Associação Brasileira de Agência de Publicidade, representando Sr. Dalton

Pastori(F); depois passarei a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, ele é conhecido nosso que tem Estado aqui em muitas audiências, ele vem representando o Sr. João Carlos Saad. E finalmente o Sr. Rafael Sampaio vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

Cada pessoa terá 10 minutos, se for preciso um pouquinho mais, pela careta que eu vi, a Mesa será tolerante dentro do possível para que tenhamos a possibilidade do debate e o encerramento no também hábil para tantas atividades que hoje os Senadores tem que exercer. Eu passo a palavra a Srª Maria José Delgado Fagundes.

SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Bom-dia a todos, bom-dia a Mesa eu os cumprimento na pessoa do Senador Cristovam Buarque, e estou aqui representando o Dr. Dirceu Raposo já justificando a sua ausência, porque hoje é dia de Reunião do Conselho Consultivo da agência que é coordenada pelo Ministério da Saúde, essas Reuniões foram agendadas em dezembro do ano passado para o ano de 2008, então era impossível que ele estivesse nessa, nesse trabalho aqui hoje proposto. Eu vou tentar cumprir o meu tempo. E vamos então começando, os temas que originaram a presente audiência que nós verificamos nos documentos encaminhados trata de dois Itens, que é a liberdade de expressão do pensamento, propaganda de plena liberdade e formação jornalística e a competência da união de legislar sobre propaganda comercial. Aí tem uma visão do órgão sanitário para começar a introduzir o tema saúde dentro desses dois eixos que foram definidos pela coordenação dos trabalhos. Então, a visão do órgão sanitário é que a saúde permeia todo o texto constitucional não é há dúvidas quando a gente começa a fazer a leitura, próximo, por favor.

Então, a Constituição depois a reforma do Estado, é, então, uma Constituição cidadã do Estado social, totalmente diferente do que o país propunha até o momento, dentro destas, desses valores soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais no trabalho da área iniciativa, todos esses preservando e com olhar principal na dignidade da pessoa humana. O próximo, por favor. E aí vem dos direitos individuais no art. 5º que todos são igual perante a Lei etc etc. e primeiro direito, a vida. Os outros também são garantias constitucionais, mas depois da preservação da proteção da vida, da saúde já no art. 5º da Constituição. Próximo. Dentro dos direitos sociais art. 6º, são direitos sociais também entre outros mais uma vez a saúde. Próximo. art. 170 que aí vamos já entrar dentro da ordem econômica financeira onde está toda a garantia constitucional para a propaganda e publicidade, dentro da perspectiva social e dentro da ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar que todos tenham existência digna. Conforme os ditames da justiça social. Então, o trabalho, a livre iniciativa toda ela é, foi pensada e regulada, estabelecida e por isto é monitorada pelos órgãos de controle ou de fiscalização da saúde dentro da perspectiva da proteção da saúde. Dentro de todos aqueles entre soberania nacional, a livre concorrência então, temos o direito do consumidor que divide em dois, o sentido econômico e o sentido sanitário. E de novo aqui a gente já vê a veiculação com a dignidade prevista no art. 1º de novo da Constituição. O próximo, por favor. E a saúde, então, ela venha parecer expressamente no art. 196 dizendo que é dever de todos e direito do Estado e que nós temos garantido isso através de políticas públicas, e que com certeza atuação preventiva é o que vai possibilitar e trazer e viabilizar a essa população a redução do risco que é um outro eixo constitucional importantíssimo dentro da proteção da saúde, e dentro da redução do risco nós vamos ver, entre outras coisas, o controle e a monitoração da publicidade. Pode passar. O que é a redução do risco, o que é relevante trazer aqui que não é necessário correr o dano, não é necessário pesquisas para dizer se a propaganda traz dano ou não traz, se ela impacta ou não impacta nos hábitos de prescrição, dispensação(F) ou de consumo de medicamentos. Não é necessário ter um único registro que teve um dano, que teve um óbito causado por medicamento, porque essa proteção não é pós-fato, ela é anterior. Ela tem que ser anterior, ela tem que ser preventiva. Então, e esta, essa redução do risco na Constituição, ela traz, com certeza, uma transformação no próprio paradigma jurídico que se aplica à saúde. E aí a gente pode devagar um pouquinho sobre o direito que ele vai passar e ele vai evoluir, e ele está no tempo que a população e que a cultura e que a necessidade do país e que os avanços do país a ela apresentam, a ele apresenta. O próximo, por favor. E aí, na reforma do Estado aparece a vigilância sanitária no art. 200, no Sistema Único de Saúde, então nós vamos verificar que as ações de vigilância sanitária têm que ser executadas. Garantia constitucional, o que é isso? Vigilância sanitária faz o que essa turma? O que esse pessoal interfere, porque o nosso registro fica numa fila, porque as empresas não passam na inspeção? E aí, então, a vigilância sanitária tem como escopo um conjunto capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde de qualquer produto de interesse à saúde, porque a Constituição não falou de produtos sanitários, falou de produto sujeito à saúde, então, de interesse à saúde. Então, aqui nós vamos ver que talvez não interesse só os produtos que estão lá

registrados ou sendo coordenados, inspecionados os seus parques fabris pela ANVISA, mas aqueles também que podem estar sujeitos, que são no caso de bebida alcoólica registrada em outro Ministério, mas controle de propaganda da ANVISA. E aí, aparece a comunicação social também na garantia constitucional no art. 220, que é a livre manifestação do pensamento, de criação, de expressão, informação, mas vamos ler o finalzinho da previsão observado o disposto nessa Constituição, e de novo a gente volta, a dignidade da pessoa humana, a vida, a proteção do consumidor e a manifestação do pensamento. Então, o que é? É falar sobre convicções, mesmo que desagrade a todos e é isso que todos queremos e é para isso que o Estado democrático de direito se mantém e deve se manter. O que a Constituição quer assegurar é isso, nesse art. da Constituição não há nenhum dispositivo, não há nesse dispositivo nenhuma previsão expressa da liberdade do discurso comercial, nesse art. não há. Esse art. garante a liberdade de expressão que é dentro de uma outra perspectiva. Próximo, por favor.

Então, a liberdade de opinião, manifestação do pensamento, informação jornalística, liberdade de expressão intelectual, artística, científica, de outro lado nós temos o discurso comercial que é o discurso publicitário. Então, aí eu trago duas citações de dois grandes autores, o Ministro Hermann que é brilhante nessa avaliação, e atividade, eu vou ficar com o segundo que é menor, atividade publicitária e o momento da atividade empresarial, faz parte da atividade empresarial isso, por isso está dentro do eixo das atividades da livre iniciativa e dentro da previsão das questões econômicas e não da liberdade de expressão, a previsão da monitoramento e fiscalização de propaganda, são esses os diferentes. Porque não há como produzir sem depois fazer propaganda para vender. Isso também é uma, é uma regra, é uma regra do negócio, pode passar, por favor. Aí, então, a competência da ANVISA para regulamentar, os aspectos fundamentais da agência, que a gente vai, vou dizer de dois, a independência técnica decisional(F), onde deve predominar motivações a política para seus atos e devem basear em decisões técnicas. A independência normativa necessária para o exercício da competência reguladora do setor de atividade de interesse público do seu cargo. O próximo, por favor. Como meio de efetivação de sua autonomia decisória e agilização de suas atuações, então, entre outras, entre outras competências as agências contam com o poder de editar normas concernentes à atividade cuja regulação lhes é atribuída com base na Lei, sempre com base na Lei, ninguém está regulando, ninguém está propondo na, no tema, monitoração de propaganda nada que não esteja embasado em Lei. A competência então, normativa da ANVISA está na 9.782 de 1999 que é a Lei da criação dessa agência reguladora. Próxima, por favor. Ainda na competência na regulamentar no art. 2º compete à União normatizar ainda a competência da União pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela será exercida [soa a campainha] nessa perspectiva. O próximo. Eu acho que pode passar, porque senão a gente não vai conseguir chegar. Essas são as três políticas nacionais de saúde que orientam o poder normativo da ANVISA, então além dos embasamentos legais nós temos política, política nacional da orientação e nutrição, sobre o álcool e de medicamentos. Próximo. Aqui eu trouxe alguns indicadores epidemiológicos para a gente pontuar, porque existe uma política para isso, não é só a regulamentação de propaganda que trata uma política, todos os senhores sabem disso, então, nós já temos doenças crônicas transmissíveis, já são responsáveis por 62.8% do total de mortes já conhecidas no país. E hoje 69% dos gastos com atenção à saúde é o que o Sistema Único de Saúde já está disponibilizando em seu orçamento. O próximo. O próximo. E o perfil da propaganda de alimentos no Brasil. No monitoramento de 2.560 horas, 237 peças publicitárias, de 237 peças publicitárias, 42 eram destinadas a público infantil, das quais 89.7% era destinado ao público infantil e eram de alimentos ricos em gordura e açúcar. Próximo. Essa é uma pirâmide, são as duas pirâmides, pirâmide ideal, da alimentação ideal e pirâmide que hoje os anúncios de televisão propicia à população. Próximo, o próximo. O próximo. Esse é o total de contribuições da Consulta Pública 71, pode passar. A regulamentação de bebidas alcoólicas também trouxe alguns dados epidemiológicos, né, que o Ministério da Saúde entre o biênio de 1995/1997 o alcoolismo ocupava o 4º lugar do grupo de doenças incapacitantes e 1996 a cirrose hepática de etiologia alcoólica foi a sétima maior causa do óbito da população acima de 15 anos. E sem contar nos outros dados que são interessantes, inclusive de acidente de trânsito.

Próximo. Aqui eu não posso deixar de pontuar, que a regulamentação de propaganda para bebidas alcoólicas ela acontece numa proposta de políticas públicas que iniciou em 2003. Então, foi criado um GT com 14 Órgãos Federais que resultou em um relatório de encaminhamento para essa política e dentro de um, um desses encaminhamentos era a criação da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool e dentro dessa resolução foi criada e foi proposta, então, a consulta pública de regulamentação com base na Lei nº 9.294 que ia também com base no que o Código Brasileiro de Álcool regulamentação do CONAR propõe. Pode passar. A natureza das contribuições então, de

157 vocês podem verificar aqui 51 mais 58, 109, proibição total ou apóiam a regulamentação, aí é o desejo da população dizendo ao órgão sanitário e ao governo o que entendem, o que querem desse assunto sobre esse assunto, próximo, por favor. Os dados epidemiológicos da propaganda de medicamento, a gente vai ver ali 15% da população consome 48% do mercado total de medicamentos, somente 50% dos pacientes em média tomam corretamente os seus medicamentos, aí a gente vai ter um eixo muito grande de discussões para serem feitas que eu acho que aqui nós não podemos fazer isso na hora do debate, o próximo, por favor. Mas o agente causador de intoxicação. Quando a Constituição prevê da proteção da saúde, nós vamos ver ali o medicamento como esse de 2005 como um dos agentes de intoxicação ranqueado em primeiro lugar há muitos anos. Há muitos anos. Quando você faz essa, verifica que em 2005 ficaram registrados 12.650 casos de intoxicação de medicamento, aqui nós já excluímos os suicídios, nós vamos chegar numa quantidade 34 casos por dia de intoxicação, cerca de cada, de um caso a cada 42 minutos, intoxicação com medicamento. Óbito é o ranqueado em segundo lugar também há mais de 15 anos. Pode passar. E, porque, então, a importância da regulamentação da propaganda, porque é um produto tóxico e a vulnerabilidade das pessoas quando estão doentes também já os torna totalmente propício a e propriamente favorável aos agravos que o uso inadequado de medicamento pode trazer à saúde. Pode passar, por favor. A regulamentação, então, essa nós contamos com 157 manifestações de 257 diferentes contribuintes, dos quais nós temos hoje um indicador maior que estão já trabalhando pela proibição número 165 pela proibição total da propaganda de medicamento. Próximo, por favor. Conclusão, então, reflexão. As ações de fiscalização, sob propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, são desdobramento das diretrizes emanadas de políticas públicas além de todo o embasamento legal previsto já no país. As políticas públicas representam a vontade, o dever maior de proteção que é a responsabilidade indelegável do Estado, e para a reflexão eu acho que o controle da propaganda deve estar inserido no contexto democrático da consciência da importância do consumidor e do ato de consumir. Porque tratamos de produtos que são produtos de risco, que são produtos que podem ser nocivos à saúde da população. O próximo slide. Os nossos contatos, nós estamos à disposição de todos os senhores, tanto agora para o debate quanto nas nossas atividades de área, muito obrigada, bom-dia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria pedir desculpas aos nossos convidados. Hoje, é um dia, é o *Day After*, meio complicado. A campainha que V.Sªs estão escutando é o chamamento para a Sessão Deliberativa do Senado. Além disso, recebi uma ligação agora da Presidente, da CPMI dos Cartões Corporativos solicitando a minha presença lá na CPMI e ainda temos a CCJ às 10 horas. Então essa é a agenda que os Senadores todos têm com Reuniões que coincidem no mesmo horário não há como dividir. Eu queria pedir desculpas aos nossos convidados, ao Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, tinha maior interesse em assistir a todas as palestras fazer os questionamentos que me preparei para isso, mas eu tenho que ir lá na CPMI e ainda à sessão deliberativa. Se a Ordem do Dia começar, inclusive, todos os trabalhos terão que ser suspensos, mas eu acho que é a, as exposições de V.Sª serão bastante elucidativas e permitirão a todos nós Senadores, que nós possamos estar melhor informados para que nos posicionemos nos Projetos que passarem aqui nas Comissões. Eu vou acessar as informações através das notas taquigráficas e dentro do possível voltarei aqui, Senador Cristovam Buarque, pedindo também desculpa à V.Exª que preside a Sessão nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, eu creio que todos que conhecem o serviço da Casa entendem. Ainda esqueci que estamos na fase final de votação do orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu acho que, quem deveria pedir desculpas talvez seja eu e os funcionários da Constituição pela teimosia de mantermos essa audiência apesar de tudo, entendo perfeitamente acho que o senhor está correto, precisam do senhor nos, demais atividades. Eu vou continuar aqui ainda insistindo e o senhor vai ter as transcrições, mas o importante o debate, claro que é o importante o Senador presente, mas o importante mesmo é que esse debate seja levado a toda a opinião pública que os Senadores depois tenham acesso às informações, mas aqui a gente olha muito, sobretudo a opinião pública nessa audiência, agradeço sua presença e peço desculpas pela teimosia. [risos]. Eu passo a palavra ao Sr. Stalimir Vieira. Que é Assessor da Presidência Nacional da Agência Brasileira de Publicidade.

SR. STALIMIR VIEIRA: Muito bom dia em nome do Presidente Nacional da Associação Brasileira das

Agências de Publicidade, eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, os meus colegas de Mesa e a todos os presentes. Quero saudar também a iniciativa dessa Audiência, entendendo que se trata de um foro adequadíssimo para as discussões democráticas do maior interesse público. Nós entendemos que toda e qualquer intervenção nos Regulamentos, nas Leis, nos Decretos, tudo aquilo que tenha efeito, tenha conseqüência no comportamento da sociedade deve ser objeto permanente, constante de debate, reflexão, discussão para que definitivamente afastemos do horizonte brasileiro o comportamento que não condiz com a praxe democrática e com a civilização. O Brasil conheceu momentos bastante complicados, momentos negros de ditadura. Eu tenho certeza que nenhum de nós que vivenciou esses momentos tem saudade disso. A liberdade tanto quanto a saúde são bens que uma sociedade há que preservar com toda a sua força. Os publicitários tem tido a responsabilidade, tem tido o cuidado de além de substanciar a defesa do seu direito de se comunicar também à responsabilidade com aquilo que comunica. Não, por acaso, surgiu um dos códigos mais modernos de regulamentação, exatamente do seio da atividade que foi, que é o Código Nacional da Auto-Regulamentação Publicitária, talvez uma das expressões mais eficazes da civilidade. E revelador também desse alto grau de responsabilidade e de preocupação com a conseqüência do nosso trabalho. Eu acho que tem dois aspectos que precisam ser levados em conta com muito cuidado quando se trata desse assunto que demanda muitas vezes intervenções importantes, com conseqüências nas inter-relações de mercado.

O Brasil é um país que fez sua opção pelo mercado. Portanto, ele deve para que não se converta num monstro, obedecer a essas regras, naturalmente com o devido cuidado, com a devida atenção à preservação do melhor interesse público, mas é preciso tomar cuidado que essas intervenções não acabem piorando aquilo que os interventores entendem como negativo. Eu sempre defendo e eu acho que quando eu falo isso, eu falo também em nome de quem defende a liberdade. Que a pior liberdade, ainda é mais importante do que a melhor proibição. Eu acho que do momento que a gente proíbe, no momento que a gente impede as pessoas de saberem das coisas, seja pelo meio que for, seja com os interesses que hajam por trás dessa informação, ela, essa liberdade ainda permite a reflexão, permite a opção e permite, inclusive, a reação. Quando se trata de publicidade, eu acho que a publicidade é a exposição clara de uma intenção comercial e essa expressão clara de uma intenção comercial, ela se submete à opinião. Quando ela não existe, quando a gente impede essa manifestação comercial livre, a gente não, necessariamente intervém no mercado, porque isso seria uma violência contra o próprio sistema que a gente optou para viver. Mas a gente gera algumas anomalias, porque o mercado continua existindo, as relações de mercado continuam existindo. Se propaganda fosse o fator determinante para o consumo de determinadas substâncias, cocaína não seria o grande negócio que é, as drogas de um modo geral não seriam o grande negócio que são. Então, é preciso levar em conta que proteger a saúde, proteger o melhor interesse da população não pode se converter num processo de tutela. A liberdade no seu amplo espectro, ela também significa dar o direito de receber informação e reagir a essa informação, positiva ou negativamente, negando ou aceitando, admitindo como verdade ou questionando. A partir daí estabeleceu que se conhece como formação de opinião. Naturalmente que nós, os publicitários em nome dos nossos clientes, temos o interesse primeiro de vender, mas vender não pode se converter num crime, porque vender significa, antes de qualquer coisa fazer o movimento definitivo de propulsão da economia. Numa Audiência Pública do ano passado eu ouvi da Relatora uma pergunta que me deixou muito preocupado. Ela colocava assim: O que é mais importante, o desenvolvimento do país ou a salvaguarda dos interesses maiores com a saúde da população? Eu não sabia que essas coisas eram incompatíveis. Eu quando trabalho, eu trabalho pelo desenvolvimento através da venda. Eu trabalho pela geração de emprego, através da venda. Eu trabalho pela competitividade do Brasil no mundo, através da produção, do comércio. Esse é o nosso objetivo, e nós trabalhamos a venda de produtos lícitos, produtos que estão sendo produzidos com absoluta liberdade. Quando a gente anuncia um produto médico isento de prescrição nós estamos trabalhando dentro da normalidade. Porque seria isento de prescrição se pressupõe qualquer pessoa pode chegar numa farmácia e comprar, e ela pode ter opções por marcas. Na verdade, o que a propaganda tenta fazer é construir uma percepção favorável para determinada marca. Quando a propaganda anuncia remédio, ela não promove doença para gerar consumo. O que promove doença [soa a campainha] é a falta de assistência, é a falta de cuidados básicos, sanitários com a população. Então, não adianta, eu acredito que não adianta a gente fazer uma intervenção, ou propor uma intervenção ou insuflar um movimento de preconceito contra a publicidade na tentativa de corrigir aquilo que a gente não consegue fazer ou por má vontade ou por falta de dinheiro, ou por falta de estrutura ou por falta de vontade política, que é criar as condições ideais

para que a população seja saudável. Que é criar um processo de fiscalização eficiente que evite os excessos que promovem danos.

Ora, eu estou absolutamente de acordo com a ANVISA quando a ANVISA manifesta sua indignação com o fato de haverem produtos no mercado que não tem a licença da ANVISA de serem se quer produzidos quanto mais comercializados. Eles não só não podem ser anunciados como não podem ser produzidos, ou não podem ser importados. Agora, isso se combate, não tirando o comercial, não proibindo a propaganda, isso se combate fiscalizando. Então, me parece que a intervenção a partir da comunicação, um processo mais fácil em termos práticos, porém menos eficaz, porque as coisas vão continuar acontecendo e com a agravante de que assombra uma vez que não se estará sabendo sequer de maneira clara, explicita o que está produzindo. Então, eu entendo que a liberdade ainda é a maneira mais fácil de se controlar e a maneira mais fácil de se, inclusive, desenvolver um discurso esclarecedor. Na dimensão proporcional do que está sendo colocado e que eventualmente traga um potencial de prejuízo à sociedade. Eu acho que já é hora da ANVISA, eu tenho dito à Drª Maria José com quem eu tenho uma relação muito positiva, de contribuição permanente, iniciativa voluntária de ajudar, porque eu entendo que a solução para a publicidade seja para corrigir os eventuais excessos, seja para complementar que os esclarecimentos tem que nascer da publicidade mesmo, senão vira uma monstruosidade não se consegue comunicação coloquial e fluída com o público consumidor se não for através do profissionalismo da publicidade. Então eu tenho tentado, tenho procurado colaborar nesse sentido para que nós consigamos transformar as mensagens de interesse da ANVISA em mensagens eficazes e não apenas em mensagens que tentam atrapalhar a publicidade. Acho que a publicidade que a ANVISA quer incorporar no sentido de esclarecer ao público é absolutamente do ponto de vista profissional compatível com o trabalho que nós fazemos. Então, da mesma forma que os publicitários e outros segmentos da sociedade souberam desenvolver um código de auto-regulamentação eficaz que está em prática e que contempla praticamente tudo o que é demandado pela ANVISA, e que é um código dinâmico, permanentemente atualizado. Então, tudo isso, demonstra que nós publicitários não estamos parados diante dessas demandas. Tomamos iniciativas, orientamos nossos clientes, muitas vezes, somos voluntários nessas colaborações e somos voluntários, inclusive, em campanhas do interesse público. Temos feito isso de maneira voluntária muitas vezes.

Então, eu gostaria muito que todo esse trabalho, além de estar num foro adequado da representação do interesse popular que é o Congresso Nacional também conte sempre com a colaboração profissional dos profissionais de publicidade. Eu tenho certeza que a contribuição deles não só como profissionais, mas também como cidadãos pode fazer com que esse caminho, essa evolução no sentido de atender o interesse público e ao mesmo tempo não sacrificar as relações de mercado, fundamentais para o desenvolvimento dessa economia possam ter uma convivência harmônica e produtiva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Stalimir Vieira e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Muito obrigado, Sr. Presidente, saúdo na pessoa de V.Exª e agradeço a honra do convite para poder debater nessa audiência pública sobre esse tema fundamental, sei do esforço de V.Exªs Senadores para estarem presentes aqui no dia de agenda tão cheia, agradeço também aos funcionários. O tema da restrição à propaganda não é novo, está estabelecido na Constituição Federal desde 1.988 e, todavia as polêmicas ainda avultam as polêmicas ainda preocupam e daí então o empenho da radiodifusão, em contribuir com o processo de discussão para que se possa cumprir precisamente aquilo que está na Constituição, ou seja, garantir que exista a propaganda em primeiro lugar e em segundo lugar dotar as pessoas e as famílias de ferramentas contra os produtos e serviços que possam ser nocivos as suas pessoas, à sua saúde. A pergunta que segundo o nosso entendimento deveria ser feita, talvez um pouco diferente do que nos propõe a Drª Maria José da ANVISA não é se o mais importante é a publicidade ou a saúde. Essa pergunta posta dessa maneira com certeza conduz a uma abordagem errada do tema, conduz ao desperdício de tempo, conduz ao desperdício de recursos públicos se o interesse e o interessado no assunto simplesmente perguntar: Eu protejo a propaganda ou eu protejo à saúde? Essa é uma falsa questão. Porque eu chamo isso de falsa questão? Porque evidentemente não há sentido pensar num país, não há sentido em pensar nos brasileiros sem saúde. Todavia, têm um grave equívoco, um importante equívoco supor que a existência da publicidade por si só coloca em risco a saúde das pessoas. É evidente que as duas coisas podem e devem conviver. Enquanto eu escutava apresentação dos meus colegas de Mesa eu imaginava o seguinte, se o orçamento da saúde é insuficiente nós vamos, então, encerrar as atividades do Senado Federal para poder com o dinheiro do orçamento do Senado, custear a saúde? Não, isso é um absurdo. Por quê? Um absurdo,

porque o processo político, o processo de comunicação e a tutela da saúde todos podem e devem conviver de maneira harmônica, essa é a missão dos Senhores, de V.Exªs enquanto legisladores, nossa, enquanto radiodifusores de assegurar que as duas coisas convivam e isso é completamente possível. Insisto, é preciso ter em mente com toda a clareza que o que põe em risco à saúde dos brasileiros não é a publicidade. E cogitar que haja um conflito entre saúde e publicidade é um equívoco grave de abordagem do tema. O que é preciso ter em mente é, identificar os meios como já está previsto a 20 anos na Constituição do Brasil, a identificar os meios de estabelecer ferramentas de proteção das pessoas e das famílias.

Já existem Leis tratando do tema, a principal, a genérica é o Código de Defesa do Consumidor que garante aos consumidores informação quanto aos produtos e serviços nocivos. O que além de Leis nós precisamos? Nós precisamos de políticas públicas, de políticas públicas eficazes que assegurem, que de fato concretamente, materialmente a saúde dos brasileiros esteja protegida. Quando aluno do professor, do Senador Franco Montoro na faculdade, lembro dele dizendo: O Brasil precisa de uma Lei de dois artigos, art. 1º cumpram-se às Leis em vigor, art. 2º, revogam-se as disposições em contrário. Conceber que a proteção e a tutela da saúde requeira novas leis é conceber o equívoco, é conceber o desnecessário, é imaginar novas estruturas para continuarem as coisas acontecendo com grande ebulição e sem nenhuma eficiência, sem nenhuma eficácia. O que é preciso é garantir que se cumpra, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor que exige dos fornecedores de bens e serviços que prestem informações a respeito dos aspectos nocivos. Conceber ainda que qualquer entidade da administração direta ou indireta, especificamente usando como exemplo a minha colega de Mesa da ANVISA, conceber que entidades da Administração Pública que não o Congresso Nacional possam fazer regras impondo restrições é um grande absurdo que precisa ser combatido com enorme ênfase. Quem tem competência para estabelecer essas restrições é o Congresso Nacional, nenhuma autarquia pode estabelecer restrição contra a propaganda, nem mesmo a pretexto de defender a saúde das pessoas. Porque se a gente tiver que rasgar a Constituição para defender a saúde das pessoas então nós estaríamos desfazendo o país e não protegendo verdadeiramente a saúde. Então, nós estaremos protegendo o arbítrio e não verdadeiramente protegendo a saúde. E insisto, identificar um dilema entre saúde e publicidade é fazer uma abordagem, uma abordagem equivocada que conduza evidentemente a conclusões equivocadas. Aliás, de pensar nisso, analisando a estatística que foi apresentada a partir das respostas das consultas públicas, em que se identifica a maioria avassaladora contrária à publicidade, a informação que eu extraio dessa estatística não é a de que a restrição é necessária, muito antes, ao contrário, muito antes ao contrário. O que é necessário é o que V.Exªs, Senadores, fazem hoje que é debater o tema, ilustrar aos brasileiros, ilustrar a população a respeito do que, efetivamente, sujeita as pessoas a risco na sua saúde. Não é a publicidade que faz o motorista pegar o carro bêbado e matar uma pessoa. É a falta de inforcement(F) a falta do cumprimento daquela Lei do Franco Montoro que permite o motorista dirigir embriagado sem nenhum controle. Não é a publicidade, perdão, que permite aos brasileiros se intoxicarem usando ou agrotóxicos ou remédios, não é a falta de legislação sobre a publicidade que gera a epidemia de obesidade descrita na apresentação da nossa colega da ANVISA. A publicidade em relação a isso tudo é passiva, a publicidade é ferramenta de ação dos competidores uns contra os outros e não de expansão verdadeiramente do mercado. O que é preciso é que se cumpram as Leis existentes, que se encontrem meios de atender, fazer com que a população entenda os riscos do consumo dos bens e serviços que ela esteja consumindo.

E, porque essa nossa preocupação em enfatizar tantas vezes que o dilema saúde versus publicidade é um falso dilema e que a abordar o tema por esse lado conduz a conclusões equivocadas? Porque efetivamente o que se percebe é que existe uma série de proposições de elaboração de novas Leis contra a publicidade que sejam das bebidas, ou de outros produtos tidos por nocivos que na verdade ao fim e ao cabo desconsideram qual é a causa desses malefícios no exemplo que eu citei, motorista que dirige bêbado, enfim, todos os acidentes que o alcoolismo possa produzir, não se ataca à causa. É como querer parar o carro segurando o velocímetro numa metáfora que é usada tantas vezes. Além de enfatizar, isso é preciso que V.Exªs tenham em mente o seguinte: O serviço de radiodifusão é o serviço que desde o início, desde o seu início tem por missão integrar o país e efetivamente a radiodifusão integra o país, tanto o rádio quando a televisão dão para o país a identidade nacional, identidade de língua, identidade cultural. Não há outro elo mais significativo do que a radiodifusão para cumprir essa missão de integração nacional. E, todavia esse serviço é gratuito, esse serviço não aufere Receita direta do seu público, a única forma de remuneração desses serviços que é crucial, desse serviço que é importantíssimo para o país é a propaganda comercial. A restrição de propagandas como

no caso, por exemplo, das bebidas, significa para os veículos de radiodifusão que são, que prestam o serviço gratuito remunerado pela publicidade, significam uma perda importantíssima, então, nos preocupa sobremaneira que se possa conceber a possibilidade de proibir uma propaganda, o que seria inconstitucional, mas de qualquer maneira de proibir uma propaganda que é essencial para a viabilidade econômica dos veículos de radiodifusão.

É preciso que se tenha em mente qual seria o efeito da proibição no mercado, como disse antes a propaganda se presta não a ganhar mercado, não a induzir o consumo, mas a competição entre os diversos concorrentes na oferta do mesmo produto, a competição entre as cervejas, entre os fabricantes de medicamentos os genéricos e os com marcas. A propaganda por si só não expande o mercado, ela simplesmente redivide, redistribui as frações de mercado, o *share*(F) como se diz no jargão no inglês que a gente precisa até evitar muitas vezes, elas, a propaganda se destina a redistribuir essa participação no mercado, se proíbe a propaganda o que se faz é consolidar os monopólios que possam existir nos mercados de bebidas, nos mercados de remédios, o que evidentemente é muito nocivo, muito mais grave do que a propaganda é a concentração econômica que existe nesses mercados. Há uma última ponderação que eu gostaria de submeter a V.Exªs que é a seguinte, existem iniciativas não apenas dos veículos de radiodifusão, mas também dos anunciantes e das agências de publicidade, inclusive, em diálogo permanente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre outras, para assegurar ferramentas de auto-regulamentação, ou seja, o próprio mercado se submeter a regras que o mercado identifica como importantes, com a contribuição do Poder Público e o mercado se auto cerceia. E com isso atinge o objetivo desejado, fazendo caminhar na mesma direção, o Poder Público e a iniciativa privada. Qual a grande virtude da auto-regulamentação e é preciso que se privilegie [soa a campainha] a experiência da auto-regulamentação. É a de que o contribuinte custa zero. A auto-regulamentação custa zero para o contribuinte. Se estabelecer uma regra de restrição da publicidade, se estabelecer uma entidade, uma autarquia ou um departamento que seja de uma autarquia existente com funcionário, equipamento para fiscalizar a publicidade esse dinheiro será mal empregado. Melhor que o Estado brasileiro invista no combate do mau uso das bebidas dos remédios, outros bens de serviços perigosos, do que criar um departamento para controlar o que nós radiodifusores, as agências e os anunciantes venhamos a fazer. Porque se nós formos capazes, e nós temos sido, de nos auto-regulamentar a experiência do [ininteligível] é eloqüente, então o Estado brasileiro estará desonerado e o brasileiro estará assistindo e protegido, insisto, a custo zero. Agradeço mais uma vez a V.Exª, Senador, e aos Srs. Senadores presentes, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Walter Vieira Ceneviva e passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio que é vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Sr. Presidente, Senadores presentes, minha colega de debate há muito tempo que é funcionária exemplar da ANVISA. A Associação Brasileira de Anunciantes tem a expor e ponderar o que segue. Para começar queremos enfatizar nossa posição de que julgamos serem essenciais a funções da ANVISA como instrumento de cumprimento das Leis relacionadas à saúde, alimentação e correlatas. Assim como braço executor de políticas públicas para esses setores. A ANVISA deve ser integralmente apoiada, inclusive, pelos setores empresariais envolvidos para melhor poder cumprir suas funções e tarefas específicas, legalmente definidas. A visão dessa associação já corroborada publicamente por diversas autoridades dos três poderes, é de que não compete a ANVISA definir Leis, sendo que suas atividades de normatização têm que estar restritas aos ditames de legislação específica. Complementando o que foi estabelecido pelo legislativo e adicionalmente dentro dos mesmos parâmetros pelo Executivo. No caso de setores de amplo impacto na vida diária das pessoas e na economia da nação, sabemos que a legislação é de extraordinária complexidade, pois ela precisa considerar uma ampla variedade de aspectos constitucionais ligados aos direitos dos indivíduos e das organizações, por um lado e as atribuições do Estado e seus agentes por outro. Razão pela qual não há outro foro adequado para sua avaliação, discussão e normatização fundamental além do Congresso Nacional. Além de simultaneamente proteger o cidadão onde lhe conceder um máximo de liberdade, *status* que se transferem para as organizações empresariais, a legislação tem que ser adequada aos interesses superiores do coletivo da sociedade e da nação.

Existe, como sabemos, a necessidade de consolidar parâmetros para publicidade de várias categorias de produtos, devidas as demandas de vários setores da sociedade, porque a Constituição assim o determina e pelo fato de que a legislação correspondente pode ser aprimorada. Um dos próprios setores empresariais envolvidos nas questões de saúde e alimentação, assim como os meios da comunicação e a comunidade publicitária constantemente adiantam-se em direção

ao suprimento dessa necessidade de evolução das normas debatendo e aprovando importantes modificações nas determinações de alta regulação e nos códigos de conduta setoriais, além do próprio código brasileiro de alta regulamentação publicitária em particular. Esses movimentos em direção à maturidade dos setores envolvidos, trazem o benefício adicional de que as suas determinações são voluntariamente aceitas pela comunidade empresarial e são de conseqüência imediata, à sua definição. Dessa forma preserva-se a liberdade de empreender e das práticas de marketing e comunicação que tem sido esteios essenciais da grande evolução da qualidade técnica, de inúmeros produtos e serviços, assim como contribuem para a redução absoluta e relativa de seus preços, beneficiando dessa forma direta aos consumidores, mas sem deixar de atender as necessidades de provimento do Estado pela expansão do pagamento de impostos, taxas e assemelhados. Limitar de modo exagerado e inadequado à liberdade de marketing e comunicação dos principais agentes econômicos setoriais, via de regra, os mais responsáveis em termos socioambientais de cidadania corporativa, significa empurrar a competição para vala comum da rebaixa de preço feita em conseqüência da menor qualidade, da falta de segurança e da própria informalidade da atuação econômica.

Ou seja, a legislação e as normas que ultrapassam a razoabilidade geralmente resultam em fatores contraproducentes para causa pública, os setores econômicos toda vez idos e acima de tudo os interesses dos próprios consumidores. Resgatamos para situar a posição da ABA, os princípios que regem a nossa entidade que incluem a defesa permanente intransigente da liberdade de comunicação comercial por um lado e a promoção do conceito de responsabilidade civil do anunciante da propaganda por outro. Isso significa que defendemos a posição de que qualquer legislação regulação não pode, por garantia constitucional, penalizar organizações responsáveis através de em determinações feitas sem o amparo da Lei e que exigem aquilo que não conta com a devida exigência legal definidas pelos órgãos que tem essa competência constitucional. Da mesma forma que somos intransigentes quanto à responsabilização das empresas anunciantes pelos seus erros e abusos. Enfatizamos que a ABA sempre estará absolutamente disposta a ajudar no debate e na formulação das propostas de regulação e normatização da questão do marketing e da comunicação dos produtos e serviços relacionados à saúde e alimentação. Postura essa que não difere pelo que conhecemos das demais entidades das indústrias desses setores de todos os meios de comunicação e das empresas ligadas à publicidade. Na expectativa de que o respeito à Constituição do país e o melhor censo público estejam sempre presentes no complexo debate dessas questões registramos nossas saudações. Como ainda tenho quatro minutinhos, eu vou acrescentar uma observação sobre a questão da liberdade de expressão comercial referindo-me ao que a Maria José falou anteriormente. Eu uso o caso americano, porque é muito sintomático, é o país onde tem a maior carga de publicidade do mundo é onde se originou o modelo no qual o Brasil adotou em termos de funcionamento dos meios de comunicação, das anunciantes, das agências, ou seja, todo esse universo que de algum modo tem a ver com a questão que nós estamos falando aqui.

Lá, já houve algumas manifestações da Corte Suprema Americana e que valendo a liberdade de expressão da empresa à liberdade de expressão da pessoa na medida em que a empresa tem direito à voz da mesma maneira que a pessoa tem o direito à voz, a voz da empresa não é a voz artística, a voz da empresa não é a voz da opinião, a voz da empresa é a voz do produto ou serviço que ela produz legalmente que tem o direito lá nos Estados Unidos e a nossa Constituição também assim o fazem de liberdade de expressão. O assunto por outro lado é tão delicado que apesar de já haver algumas manifestações explícitas, em sentença da Corte Americana, na Corte máxima no sentido dessa liberdade de expressão comercial o embate específico na causa da liberdade ou publicidade de categorias complexas como é o caso de bebidas, como é o caso de cigarros, como é o caso tabaco, em geral, como é o caso de produtos ligados à saúde, medicamentos, tratamentos etc, e também de alimentação, até hoje não houve, da parte da, tanto do governo, dos poderes governamentais como da, dos poderes, das empresas, as entidades ligadas às empresas, uma demanda específica à Suprema Corte, por uma razão muito simples, há, tem-se muita preocupação de que justamente na análise dessa questão pela Suprema Corte haja o viés de preservar o bem público em troca da restrição à liberdade. O que se resolveu, nos Estados Unidos, e tem sido muito bem resolvido ao longo do tempo? Toda a vez que há uma demanda pública, as entidades do setor se reúnem com as entidades, as autoridades públicas e se faz uma auto-regulação. Até hoje a propaganda de cigarro que na prática é banida dos meios de comunicação dos Estados Unidos, não é determinada por Lei. Ela é um processo de auto-regulação da indústria, combinado com os meios de comunicação e combinado com o FDA e outras autoridades competentes no assunto. Então, esse foi o modo que eles encontraram para evitar o embate, porque esse é um embate duríssimo, um embate de

um lado a gente vai ter as garantias constitucionais da liberdade de expressão, inclusive das empresas e de outro lado à gente tem evidentemente o bem público. Então, foi um bom caminho esse encontrado acho que pelos americanos e que a gente pode usar aqui. Por outro lado, também me referindo aí a experiência européia e do qual eu estou um pouco mais ligado, [soa a campainha] porque eu faço parte de uma entidade mundial que cuja sede é justamente em Bruxelas e eu a cada três meses faço uma reunião no BORD(F) e nós temos discutido muito cada vez uma colaboração maior entre o corpo Governador da comunidade européia e as entidades Pan-européias das várias áreas empresariais, inclusive da propaganda. Então, no caso específico, hoje, da questão da obesidade, que é um problema universal, e não deixa de ser na Europa, a questão está sendo conduzida muito de próximo entre todos os organismos da comunidade européia, os Ministros de Saúde, e todos os outros ligados aos vários países e os grupos empresariais. Também, lá, nós temos um ótimo exemplo de que é possível essa colaboração entre Estado e iniciativa privada para o bem público, ou seja, o bem de cada um e principalmente o bem de todos. Era isso que eu tinha a declarar, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra nós temos inscrito o Senador Inácio Arruda, a Srª Maria José Delgado Fagundes pediu para fazer um comentário sobre o que foi escutado, mas eu vou pedir que ela faça depois de ouvir. Mas antes, Senador Inácio eu queria fazer uma pergunta: Por que é que no Brasil não houve, esse acordo dos organismos de publicidade como houve nos Estados Unidos em relação ao cigarro? Porque aqui foi preciso fazer uma Lei?

SR. RAFAEL SAMPAIO: Eu acredito aqui que nós, acho que aqui o pecado é de todos nós. Ou seja, do lado da iniciativa privada sempre se procurou se amparar nas determinações legais para se garantir o máximo possível de tempo à existência de uma legislação que era bastante... dava muita liberdade e de outro lado nós tivemos, quer dizer, uma série de confluências que transformaram, quer dizer, é realmente um problema de saúde muito grave. Então acho que não houve interesse nenhum dos dois lados em chegar nesse acordo, no caso de cigarro foi isso eu participei dos debates aqui, eu tive envolvido desde aquela época, eu acho que recentemente nós já tivemos uma boa melhoria que foi no caso das bebidas alcoólicas, não há dúvida nenhuma de que as autoridades públicas, as diversas, estão fazendo a sua parte que é o também um assunto muito relevante, mas eu sinto que do lado empresarial uma pré disposição a evoluir mais sólida. Tanto que nos próximos dias, ou seja, agora no começo de abril o CONAR vai promulgar uma nova regra para bebidas alcoólicas muito mais restrita do que a presente, absolutamente de acordo com que tem na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, nós já estamos evoluindo rapidamente, ou seja, acho que entre aspas, "aprendemos a lição". Acho que no caso da obesidade também é muito pro ativo, ou seja, quer dizer, se no passado, há aí um certo aproveitamento oportunístico das duas partes, da iniciativa privada de aproveitar o máximo do período de liberdade das autoridades públicas, entre aspas, para mostrar serviço, acho que a partir do momento que hoje que nós estamos num nível de maturidade superior acho que temos boas condições para encontrar um bom caminho. E eu acho que a grande vantagem, isso que está sendo feito na comunidade européia a auto-regulação pode ser uma espécie de teste real de uma futura legislação. Há momentos em que realmente é necessário, por uma série de circunstâncias, uma legislação adicionalmente ou complementarmente ao esforço da regulação que acaba pegando as empresas mais responsáveis, o topo do mercado. Mas o fato de ter uma boa auto-regulação em ação faz com o que legislador tenha na prática um teste do que vai, entre aspas "pegar", o que será eficaz o que não será eficaz. Até nisso há uma boa, um bom aproveitamento se houver um processo colaborativo. A gente pode, como vamos fazer emitir uma legislação, auto-regulação muito interessante, acho que muito madura sobre a questão de bebidas alcoólicas até, todo o processo que será longo de discussão desse assunto no Senado e no Congresso, na Câmara vai ser possível até a gente aferir até que ponto aquelas normas são adequadas ou ainda eventualmente precisariam ser mais restritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, nobre representante do Ceará, primeiro Estado a abolir a escravidão no Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No Brasil. E continuamos associados a muitas outras lutas libertárias ao lado de V.Exª. Eu quero, assim, o debate não é fácil, é um debate muito difícil entre o negócio e os interesses, digamos assim, que nós poderíamos imaginar que são os interesses mais importantes da população. E a questão da saúde, a saúde pública, então, é uma questão central, é como sempre em qualquer debate, em qualquer discussão entra a saúde e a educação, o povo está bem e educado. E uma máxima de que a propaganda é a alma do negócio. Então, nós já começamos por aí, entendeu? Esse é o primeiro problema de saúde pública, todos os espiritualistas que imaginam essa situação, eu vou encontrar

a propaganda como sendo a alma do negócio. Então, o negócio é vender, é vender o produto. Um produto que às vezes nem existia ainda, nunca foi testado no mercado. Embora possa ter sido testado, para efeitos, digamos assim, de um determinado, de uma determinada patologia, mas ele nem alcançou o mercado.

Então, ao invés de você fazer uma discussão sobre o princípio ativo daquele produto você faz da marca, porque é a marca que dá alma ao negócio, é a publicidade dele, é como oferecer aquele produto para a população. Então, eu vejo isso como um problema. Uma outra máxima mais dura, mas muito usada é que uma mentira dita cem vezes se transforma em verdade. Então, são os dilemas da publicidade, no Brasil e no mundo. Você veja a situação da gasolina. Então, você chega qualquer Posto de abastecimento e o vendedor diz logo o seguinte olha, tem a gasolina aditivada, é feita muita propaganda de aditivos por aí, o seu motor vai ficar maravilha, isso aqui vai ficar, o motor é o nosso coração, o nosso fígado, o nosso pulmão. O seu fígado vai estragar se não tive ir o aditivo adequado à gasolina aditivada é tal produto, tal isso, tal aquilo pode até se adicionar alguma coisa no aditivo dar um diferencial do aditivo, mas toda a gasolina é aditivada, não existe gasolina sem aditivo, ela é obrigatoriamente aditivada senão não consegue nem colocar o carro para se mover, mas a propaganda diz que não, tem uma gasolina aditivada e a outra é como se ela não fosse aditivada, mas ela é obrigatoriamente aditivada, eu fico imaginando, então a situação quando você trata da população em questões centrais com a nossa cultura. Porque a nossa cultura eu acho que é mais próxima do que o que o Rafael levantou. A cultura nossa do Brasil, é a nossa realidade, a nossa formação. É diferente da formação central dos americanos, mais anglo- saxônica, ou mesmo da Europa, italiana, francesa, alemã, inglesa, que é o centro da formação daquela nação, da comunidade européia. Ou dos orientais, nós temos uma outra forma de agir, usamos todo esse conhecimento do mundo inteiro, mas nós temos uma cultura, a cultura nossa é a seguinte. Porque não teve auto-regulamentação? Porque eu quero tirar o máximo de proveito se eu sentar com os antagônicos eu começo a criar um embaraço. Então, a minha cultura é de, esse negócio de mesmo de auto-regulamentação, isso é bom para americano, os americanos sabem como é que eles são, então, chegaram a essa conclusão, fizeram Lei seca, fizeram isso, fizeram aquilo, talvez não tenham gostado dessas situações todas, porque eles eram altamente regulamentados. E chega uma hora desregulamenta, você vai fazendo tentativas e nós achamos que temos que tirar o máximo de proveito em cada situação. Vejo uma outra situação da nossa cultura e de uma atividade que contamina os brasileiros apaixonadamente. Uma é a dança, é o samba, é o carnaval, e a outra o futebol. Nas duas, os maiores patrocinadores das duas nós fazemos um apelo, um apelo intenso através dos órgãos de comunicação, exigimos do governo, das prefeituras, dos governadores estaduais que eles contenham de alguma forma as torcidas organizadas, violentas, barulhentas, terríveis, mas quando chamamos pela televisão o cidadão e a cidadã para ir ao estádio de futebol para qualquer competição, nós chamamos através da bebida. O melhor caminho para você chegar do estádio é uma boa cerveja, está certo? A melhor forma, então, o maior patrocinador do esporte afora as propagandas, digamos assim, de empresas estatais é exatamente a bebida. Ela é o maior chamariz para o esporte. Se você vai para as culturas populares, para o frevo, para o samba, para o axé etc também é a bebida o principal patrocinador. E a, os programas esportivos todos, por isso que eu acho que aí entra o negócio da, são os maiores anunciantes dos programas esportivos que estão em horários nobres. Eles estão principalmente no horário de meio dia, quando você vai para o almoço e a criançada chega também em casa da escola, eles estão no horário ali das oito da noite onde praticamente todos os programas esportivos o antecedem, ou se dão durante o principal programa jornalístico daquela emissora e que antecede também as principais partidas de futebol no caso do Brasil. Então, é uma, é uma situação que eu considero, assim, muito delicada da propaganda de produtos dessa ordem, bebida ou cigarro já foi praticamente banido desse, desse campo, mas ainda atua em alguns setores. Acho que a bebida principalmente, ela é muito forte como principal chamariz em atividades que você poderia dizer o seguinte: O melhor era não ter a bebida. O melhor é não ter a bebida aí, mas ela é o principal instrumento para chamar, para convocar, a convocação é feita através da bebida. Eu não sei se numa auto-regulamentação, numa pactuação entre ANVISA e anunciantes e agências e empresas de radiodifusão, o melhor não fosse que esses setores todos chegassem a um acordo dizendo assim: Nós vamos banir esse produto da propaganda como o principal chamariz. Ele não é um produto que ajude a saúde de ninguém, pelo contrário, então vamos ver como é que a gente retira isso aqui do meio sem precisar de uma legislação. Porque eu acho também a coisa mais complicada é sempre tudo a gente tem que fazer uma Lei, mas essa é a regra do Brasil. Essa é a regra do Brasil. Se não tiver na Constituição, por que muita coisa que você olha e diz assim: Puxa vida, mas isso em qualquer nação do mundo seria da legislação ordinária ou seria uma Portaria ou Decreto

de um governante, jamais seria um art. da Constituição, capítulo da Constituição. Por que o Constituinte de 1988 resolveu que isso tudo tinha que estar na Constituição? Porque se considerou que aqui se não tiver na Constituição, ninguém vai cumprir. Ninguém vai aceitar aquela norma infraconstitucional.

Então tem que estar na Constituição. Então, a Constituição transformou-se, tem os Artigos e os Incisos e as Alíneas e os Parágrafos que são enormes. Tem dez parágrafos, tem cinqüenta, setenta Incisos para um Artigo e mais os Parágrafos e mais as Alíneas só para um Artigo. Aí você diz, tem tantos Artigos. Mas se você somar os Artigos, as Alíneas, os Parágrafos mais os Incisos todos que tem na Constituição, isso daria qualquer outra Constituição do mundo mais de mil Artigos, porque tudo teve que ir para a Constituição, por causa da realidade nossa, a realidade brasileira, a cultura que se formou no nosso, no nosso país. O exagero do que se chama aqui de, sempre da liberdade de expressão em nome da liberdade de expressão aqui no Brasil também a gente acusa todo mundo, a gente começa logo esculhambando e condenando, agora eu não vejo nenhum órgão de comunicação depois do cara ser absolvido pela justiça ou por qualquer outro meio, chega lá dizendo, o senhor poderia dar uma entrevista já que o senhor foi absolvido, no horário nobre do meu jornal. Jamais, eu já condenei o miserável já foi para o esgoto há muito tempo não tem mais saída, ou você tem negras duras na legislação constitucional e infraconstitucional ou você não tem limites para o exercício da liberdade. E nesse caminho, a solução parte para outro, para o extremo, só temos solução no extremo. Eu acho que é a, o melhor era ter chegado numa situação dessa que os americanos alcançaram, depois de muita regulamentação amigo. Não chegou porque, concluímos que o melhor é isso desde sempre, desde sempre não. Muita regulamentação, muita exigência, muita regra, muita norma infraconstitucional, sempre se diz, a Constituição americana ninguém mexe, ninguém isso, ninguém mexe, conversa é que os atos praticados no legislativo e no Congresso Nacional têm força constitucional, não está na Constituição originária americana, mas tem força constitucional, essa que é a diferença. Lá tem sim, tem muita Lei, tem muita regulamentação, tem muito órgão regulamentador que impõe regras uma duras, outras menos duras, em Estados diferentes a situação tem situação no Estado que não é atendido no outro. É um cipoal de diferenciações de Estado para Estado com a Legislação Federal, é norma para tudo que é lado. Agora, criou-se também um campo e uma possibilidade de você fazer acordos que eu acho que também é permitido no nosso país em determinadas situações. Se há uma situação onde você examina ao longo do tempo que aquela realidade mesmo com controle, mesmo com auto-regulamentação ela continua sendo muito prejudicial à saúde pública, aí eu acho que a responsabilidade do Estado de chegar e dizer: Olha, isso aqui não dá mais, o cigarro ele teve que partir para isso. O custo é muito alto, é claro que a gente tem que fazer hoje o balanço do resultado, mas no meio da juventude de um modo geral no Brasil, eu examino como eu fui fumante de 13 anos, 13 anos de idade aos 26 anos de idade, eu examino nesse meio da turma entre 13 e 26 anos. Praticamente são poucas as pessoas que começam a fumar hoje com 13 anos de idade. 14, 15, 16 anos de idade, são poucas. Diminuiu muito nesse setor da juventude, quer dizer, atingiu bem a juventude. Entre os ambientalistas que fizeram uma dura luta no Brasil, só hoje as questões ambientais começam a pegar no meio do povo, porque estão pegando aonde? Estão pegando na juventude e na infância, infância e juventude.

Então, o problema da propaganda do produto, porque, vamos usar o máximo da sinceridade, eu acho que o Rafael, Rafael você foi maravilha, o máximo da sinceridade, o que eu quero é vender. Eu estou aqui para isso, eu quero vender o meu produto. Entendeu? Eu vou competir no mercado, eu vou competir com os outros, mas o meu produto é novo, eu tenho que entrar aqui nesse mercado, eu quero vender o meu negócio é esse, o meu patrão exige isso, se eu não fizer isso estou fora, perdi o meu emprego. Eu tenho que vender esse produto, eu tenho que fazer a boa publicidade eu consegui vender o meu produto, é isso que está em jogo. Agora, esse produto ele vai trazer prejuízo à população? Vai trazer prejuízo nós temos que submeter a alguma norma, algum critério, alguma regra para proteger a população. Entendeu? Eu acho que é esse o grande objetivo nosso e na questão das bebidas, propaganda de bebida para chamar o povo para praticar esporte, rapaz eu acho uma coisa dura. Um paradoxo total, total. Acho que essa daí tinha que ter uma auto-regulamentação para o bem dos nossos filhos, nós que estamos aqui e os que estão em casa, essa seria uma boa para fazer uma auto-regulamentação, Rafael, entrar logo com essa, vamos auto-regulamentar, no esporte, gente, nós não podemos começar enchendo a cara ou depois terminar a gente encher a cara de novo, vai ver a gente pega um automóvel logo em seguida para ir para casa e não vai dar certo. Acho que nós poderíamos fazer uma auto-regulamentação nessa área das bebidas para o esporte, porque ela é dura, porque o resultado sempre é muito perigoso para a população, além de outros produtos, têm muitos, tem muitas drogas, não é só a cocaína, não é só a maconha, às vezes essas são as mais leves, tem

outra muito mais perniciosas com efeitos muito mais imediatos que são consumidas hoje pela população e que são, às vezes estão livre, estão fora de qualquer controle. Eu não quero fazer uma pergunta direta, eu estou fazendo uma argumentação nossa de como a gente vai tratar um assunto que é delicado e que atinge muita a população, não atinge pouco, atinge muita a população brasileira, se não é com norma, com regra e com Lei, onde é que nós vamos sentar, criou-se aqui o tribunal arbitral. Onde é que vai ser o nosso tribunal arbitral para a gente chegar a essa auto-regulamentação que o Rafael propõe eu acho que pode ser um caminho, mas a prática e a cultura nossa não se encaminhou nesse sentido. É a nossa realidade, a realidade brasileira. Porque senão a gente entra no faz de conta não é dá certo, não dá bons resultados. Talvez a gente precisasse fazer um balanço desse programa da propaganda do cigarro, quais são os efeitos hoje no meio da juventude, no meio das crianças, que impacto ela está trazendo do ponto de vista positivo, se deu resultados positivos, ou se não trouxe nenhum efeito. Se não traz nenhum efeito essa regra da auto-regulamentação. Vamos examinar fazer o balanço e depois estabelecer regras para auto-regulamentação fazer um tribunal arbitral da propaganda brasileira. Essas colocações assim para a gente poder debater e discutir o tema em tela aqui na nossa Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra a Srª Maria José Delgado Fagundes e se depois algum dos outros quiser algum pronunciamento sobre a fala dela e a do Senador, eu passarei.

SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Obrigada. Eu vou começar falando com o Senador que eu vejo uma preocupação muito grande em relação às propagandas de bebidas, e nós temos um problema legal no país, Lei nº 9.294 de 1996 que trata das propagandas não só de bebidas, de medicamentos, de agrotóxicos, de outras terapias, ela define que o teor alcoólico para a bebida é de acima de treze graus Gay-Lussac, a Lei que trata de registro de bebidas no Ministério da Agricultura, trata de 0,5. A política sobre o álcool, o teor alcoólico da bebida é 0,5. Porque as campanhas publicitárias de cerveja ocorrem em qualquer horário da programação? Porque o teor alcoólico não nos permite tratar de uma maneira diferente. Houve um encaminhamento de um PL pelo Presidente Lula em caráter de urgência para a casa, solicitando equiparação do teor alcoólico daquele que já é para registro para a política pública sobre o álcool na Lei nº 9.294. Estamos aguardando a correção legal para que possamos, então, tratar da regulamentação que já passou por consulta pública, que já teve contribuição da sociedade, que já teve audiência pública e espera então, agora, o ajuste legal para que a gente possa começar a monitorar e a dizer quais são os critérios mínimos que essas campanhas devem ter, né, para que essas peças publicitárias possam ir ao ar. Esses critérios, dentro do que o senhor acabou de falar da regulamentação é tentar avaliar como vai se comportar esse mercado como a gente já faz com medicamento e alimento. O reflexo da melhoria da qualidade das peças publicitárias de medicamentos no Brasil é claro. Ele é palpável, nós temos os dados na ANVISA. Os que nós precisamos melhorar na qualidade das peças publicitárias estão fazendo isso na revisão do regulamento que hoje cuida desse assunto que é a Resolução nº 102 de 2000. Então ela está em processo de revisão que também já passou por consulta pública que antes da consulta pública foi discutida com segmento interessado, aqueles que tiveram interesse de construir o ajuste, a melhoria do texto foram ouvidos e foram convocados e depois foi para a consulta pública para a validação social.

Esta consulta ainda está em fase de finalização da validação social não foi marcada Audiência Pública ainda, mas já teve, então, esses dois momentos de grande discussão, tanto com os interessados no segmento, quanto à sociedade. E estamos também com a consulta pública de alimentos, né, justamente para tentar minimizar os impactos que a gente verifica na oferta das campanhas publicitárias hoje para alimentos ricos em gordura, gordura trans, açúcar e sal. Assim, essas três regulamentações têm base em políticas públicas além do embasamento legal de todas elas, além das recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde que recomenda já com os indicadores epidemiológicos mundiais de consumo inadequado de medicamento irregular, de medicamento, obesidade, e as doenças advindas do consumo exagerado de bebida alcoólica encaminho então as orientações aos países que elaboram suas políticas. Agora, eu queria falar com Sr. Walter Vieira o seguinte, a primeira quando ele começou a falar ele mencionou o meu nome, aonde eu digo que eu faço uma pergunta o que é mais importante a publicidade ou saúde eu não fiz nenhuma pergunta nesse sentido, eu afirmo e a Constituição afirma desde o seu art. 1º que é a proteção da saúde da população. A publicidade é uma garantia constitucional em outro local da Constituição, não nos direitos fundamentais. A liberdade de expressão é dentro da proposta, da Lei de iniciativa dos direitos econômicos. Então, eu afirmo que a proteção da saúde é o que é de mais relevante e é para isso que a ANVISA embasada na legislação nas políticas públicas e nos modelos internacionais

propôs em 2000 uma consulta pública que passou também por uma validação social, passou também por uma Audiência Pública e está sendo implementada de 2000 até agora.

Eu quero dizer aqui que o avanço é significativo na qualidade dessas peças publicitárias. Peças publicitárias que tinham antes de 2000 uma característica e uma mensagem puramente comercial daquilo que o Rafael acabou de falar, eu quero vender, eu vou vender custe o que custar. A Constituição Brasileira e esse país optaram no momento da sua elaboração que esse seria um país que as atividades mercantis seriam preservadas, o capitalismo é base também dessa Constituição, mas o capitalismo selvagem não é base de Constituição Brasileira. Nesse sentido eu afirmo, não houve a pergunta, não houve a comparação, é uma afirmativa. A garantia da publicidade, da propaganda está dentro do texto e está dentro do capítulo da proteção da livre iniciativa, da proteção econômica, porque faz parte da atividade econômica do país. Então, eu acho que o reflexo daqueles dados que nós mostramos aqui das contribuições que vieram das consultas públicas, ele é um reflexo da sociedade, da vontade da sociedade que está cansada de ver as famílias perderem os seus filhos em acidentes de trânsito motivados por ingestão de bebida alcoólica. Um país aonde a cada pesquisa realizada por Instituições Universitárias encomendadas pela SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, a criança passa a beber a cada pesquisa mais cedo. Em 2001 o início era em 12 anos, em 2004 as crianças começam a beber com 10 anos de idade. É o impacto da propaganda só? Não. Mas é também o impacto da propaganda. Quando as políticas públicas, todas elas tratam da regulamentação da propaganda, da monitoração, da fiscalização da propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, ela trata de um problema que também de saúde pública, não estamos dizendo que ela é a única responsável, em nenhum momento houve essa afirmativa, em nenhum momento das nossas atividades de trabalho essa afirmativa foi pautada. Ela é também, por isso, na política de medicamento para uso racional de medicamento, um dos eixos é regulamentação, fiscalização das propagandas de medicamento, política por álcool, regulamentação e fiscalização das propagandas de bebidas alcoólicas, política de alimentação e nutrição, regulamentação, monitoramento fiscalização da propaganda. Os impactos da propaganda são claros na, no consumo, na prescrição e na dispensação(F). Agora, eu vou dar um dado aqui só para um critério relacionado à venda de espaço, quando o Sr. Walter disse que eles são suficientes para cuidar daquele universo do qual eles têm a propriedade, né. Eu diria o seguinte, venda de espaço publicitário, não há, e a gente pode afirmar neste momento, até este momento nenhuma preocupação dos veículos para vender o espaço. Não vendo o espaço daquilo que é proibido no Código Penal. Mas vendo o espaço para o que está previsto na legislação sanitária sem preocupação. Então, é o seguinte: Um dado que nós temos da monitoração da propaganda é o seguinte: Em 2003, no início, logo no início isso foi regulamentado em 2000 teve um período de transição para que as empresas pudessem se adequar em 2003 nós fizemos um balanço das atividades, nós tínhamos 33% dos produtos anunciados eram de produtos sem registro. Se os espaços são vendidos, se eles são suficientes na sua organização empresarial, para vender os espaços para produtos legais, a monitoração de propaganda mostra que não é bem assim. Essa queda vai de 33% em 2003 para 8,5% em 2005 essas propagandas reduziram de produtos sem registro. Eu estou dizendo que produtos sem registro acabou no mercado brasileiro? Não eu estou dizendo que os veículos de comunicação reduziram a oferta, o anúncio de produtos sem registro. Por quê? Porque o veículo de comunicação é solidário na discussão processual.

Quando nós autuamos uma empresa ou um produtor de produtos sem registro, nós autuamos também o veículo de comunicação e podemos também autuar a agência de publicidade se essa, por um acaso, elaborou essa campanha publicitária. Então, assim foi um esforço muito grande para que nós conseguíssemos reduzir um número de produtos anunciados sem registros, isso em todos os tipos de mídia, rádio e televisão. Nós temos um acervo, o tempo é pouco, mas nós temos um acervo muito interessante do que são essas propagandas, principalmente as propagandas de rádio, principalmente na região norte e nordeste. Isto é uma afronta. Isto é um desrespeito à população brasileira. Então, dentro dessa perspectiva, sim, eu acho que a gente pode compor, acho que a discussão é uma forma de que, é à maneira de que o país avança, não tenho dúvida disso, os olhares diferentes, quanto mais pessoas pensando melhor será, com certeza, à nossa proposta de trabalho. Agora, a fala do Rafael, eu fico um pouco preocupada e, assim, que a gente acaba tendo um pouco de... é necessário ter um pouco de cautela quando nós tentamos fazer um pouco da experiência do direito comparado. Porque às vezes a gente pode incidir em alguns erros, por exemplo, a experiência judicial norte-americana do tema de publicidade com a experiência brasileira. Não dá, não dá para comparar. A Constituição de lá totalmente diferente da daqui [soa a campainha] a Constituição Federal Americana não tem esse dispositivo que nós temos

na nossa Constituição, e estamos tratando aqui, né, é muito menos cuidam especificamente de publicidade é muito contrária, lá os dispositivos garantem o discurso comercial. Ainda, na Constituição norte-americana não tem nenhum dever do Estado, a Constituição é organizada no sentido da defesa do devido em relação ao Estado. O que é importante que nós queremos é um Estado que seja parceiro e é parceiro nos termos da nossa Constituição, nas iniciativas que visem à proteção da saúde. A Constituição dos Estados Unidos é totalmente diferente da nossa, todo o outro esforço e todo o esforço legislativo é com base nela e então não dá para comparar. Lá a propaganda é totalmente liberada para produtos isentos e de prescrição qualquer tipo de veículo de comunicação com todas as informações de risco. Porque naquele país as crianças são cuidadas durante o processo de gravidez gestação dessa mulher, as crianças conhecem na escola desde o início o que é também o produto medicamento. E este é um grande esforço também que a Agência Nacional de Vigilância vem fazendo, que nós não trabalhamos só com fiscalização e monitoração trabalhamos também com processos educativos de escolas de ensino fundamental e médio, são mais de 45 mil alunos hoje já envolvidos, com mais de 1.100 professores treinados e com universidades, trabalhamos com 18, 17 universidades atualmente, tentando habilitar esses profissionais para o mercado, para os novos temas que o novo Estado trouxe para o seu, para a sua monitoração para a sua fiscalização e para a necessidade de um mercado um pouco mais hábil e um pouco mais crítico. E essas crianças, a gente também tenta levar informação do que é medicamento, risco do uso de medicamento, interação que o medicamento, tarjas, porque tem o farmacêutico na farmácia, como que deve ser acondicionado o medicamento que você está usando em casa. Então, são informações que são necessárias para que a pessoa e o cidadão possam entender o impacto de uma propaganda no seu hábito de consumo. Então, eram essas as três colocações que queria fazer e estou a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seguindo na mesma ordem eu passo a palavra, creio que foi o Stalimir.

SR. STALIMIR VIEIRA: Alô. Primeiro lugar eu acho importante que se esclareça, que a Associação Brasileira das Agências de Publicidade representa um segmento de empresas profissionais, profissionalmente constituídas, profissionalmente equipadas e profissionalmente preparadas para fazer o seu trabalho com eficácia e cumprir a legislação no que diz respeito ao respeito ao consumidor. Muitas vezes nesses debates se traz exemplos que passam muito longe daquilo que é desenvolvido por uma agência profissional. Quando a Drª Maria José aqui cita que há uma diminuição, felizmente, de anúncios, vamos dizer assim, inadequados, sem registro, significa também que está havendo um nível de profissionalização, não quer dizer que diminuiu a quantidade de anúncios, mas diminuiu a quantidade de anúncios sem registro e sem qualidade que uma agência profissional estaria aportando. Eu gosto de falar desse assunto de maneira menos pontual, porque no fundo, ele tem que ser conduzido dentro de um eixo ideológico das nossas crenças. Claro que como cidadãos, nenhum de nós quer que pessoas se intoxiquem com remédios ou se embebedem e saiam matando, atropelando, não é esse o objetivo até, porque não convém a ninguém não, convém ao fabricante, não convém ao anunciante, não convém à agência de propaganda. Outro dia eu dizia num fórum em São Paulo sobre, propaganda de medicamentos. Qual é a vantagem de matar o freguês? Não, vai continuar consumindo depois.

Então, eu acho que no fundo ninguém tem esse propósito, às vezes as discussões se acirram, as acusações também se acirram pela eficácia do trabalho que gera resultados que é o objetivo de todos nós, nós queremos resultados não é há crime em vender produtos autorizados à venda, produzidos dentro da Lei, disponíveis no mercado sem maiores embaraços para se adquirir. Eu acho que a questão é mais fácil sempre é a proibição, é o jeito mais fácil de resolver as coisas, por isso que os ditadores fazem assim, dá menos incômodo, dá menos trabalho, dá menos discussão, dá menos debate, leva menos tempo para se resolver e se atender as nossas, nossos desejos. Mas não há dúvida, essa casualidade da presença do Senador Cristovam Buarque aqui é muito oportuna que as grandes soluções para esse problema, sem a privação de liberdade, é a educação. Uma população educada para o consumo, ela não precisa de tutela, e é por isso que eu tenho insistido nesses debates que a ANVISA, que o governo devia se manifestar de maneira permanente através da publicidade educativa. Mas não do jeito que faz, eu acho louvável o trabalho que a Drª Maria José faz na ANVISA, mas ela precisa ter lá publicitários fazendo. Para que tenha eficácia o que ela faz. A ANVISA pode ter uma grande habilidade para o seu trabalho de monitoramento, de fiscalização, mas não é um organismo de publicidade. E até onde eu saiba até hoje não tem a sua disposição com a eficiência e a celeridade necessária para fazer sua comunicação andar, porque quando a gente anuncia a marca de medicamento essa comunicação ela é profissional, ela é eficaz, ela é comovente, ela é envolvente? É, porque para isso nós somos pagos, para construir

em torno das marcas uma áurea de interesse. Agora, porque quando se está educando para consumo não se consegue o mesmo efeito? Porque não se usa o mesmo mecanismo. E é isso que eu acho que tem que ser feito. Não é proibindo que se educa, proibindo se aliena, se tira até a capacidade de formar opinião, contestar. Então, vamos tomar, eu sugiro, claro que auto-regulamentação não deixa de ser um processo educativo, é uma expressão da própria educação da sociedade, de maturidade, se nós não conseguimos até hoje a eficácia que os americanos conseguiram até por falta de maturidade. Falta de cultura para isso. É uma sociedade nova, é um país novo, então, que ainda tem resquícios daquela, daquele cada um por si, daquela ganância, daquele oportunismo. Mas felizmente a gente vem amadurecendo.

Eu acho que os profissionais que merecem esse título são os maiores contribuidores para que haja esse amadurecimento. Então, aquilo que se pratica de maneira irresponsável, eu repito aqui, não é representado por essa entidade na área de publicidade. Não é. A ABAP tem o seu código de ética, a ABAP respeita as normas padrão de conduta, a ABAP é gestora do CONAR. Então, sempre os órgãos públicos poderão contar conosco. Agora, como cidadão eu levanto isso e eu tenho certeza que eu tenho aqui, eu estou alinhado com o pensamento dos meus companheiros de ABAP, a educação é a palavra chave para que a gente consiga promover esse amadurecimento cultural da sociedade, até para que a sua decisão de consumo, as suas opções sejam também as mais racionais, as mais inteligentes. Isso vale, eu acho que cabe aqui dizer, não apenas para a publicidade de medicamentos, mas também vale no marketing político, que não é regulamentado, e deveria ser também. Mas, então, a educação é a base disso, é aquilo, é aquele crédito que nós vamos ter para não sermos obrigados a restringir as liberdades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de comentar as reflexões que nos propôs o Senador Arruda principiando pelo, pela prioridade, eu diria de uma análise que eu não sou tecnicamente qualificado para fazer, mas que eu gostaria de propor para a reflexão dos Srs. e de V.Exª, Sr. Presidente, que é a análise econômica. Ele nos pergunta e na reflexão que propunha comentava a respeito do, da intenção do máximo proveito, da intenção de ganhar mais dinheiro, de privilegiar o interesse próprio e esse tema não é um tema que integre só o jargão popular que virou a chamada Lei de Gerson, a idéia de levar vantagem em tudo. Isso é objeto do estudo econômico, da ciência econômica e há um estudioso prêmio Nobel da economia que eu lamentável não vou me recordar o nome, que propõe o dilema dos prisioneiros, ele propõe esse dilema dos prisioneiros não para formular uma pesquisa ou para responder perguntas do âmbito da ética ou da moral, mas para responder perguntas da ciência econômica. Dois prisioneiros deparados com a possibilidade de ter uma interlocução com autoridade julgadora, com o Juiz, se eles responderem em entrevistas separadas que ambos são culpados, tem metade da pena. Se eles responderem que são inocentes e o seu comparsa responder que é culpado só o comparsa vai preso e esse que mentiu vai livre. O que farão esses prisioneiros? E é isso que a ciência econômica estuda para estudar a teoria do mercado. Ao invés de abordar esse tipo de pergunta de uma maneira maniqueísta, perdão, de fazer o confronto do bem contra o mal se estabeleceu um ambiente de arbitragem como dizia o Senador Arruda, em que os interessados, os, e quando digo interessados não estou falando apenas do ponto de vista de interesse comercial. Estou falando aqueles que tem obrigação de se debruçar sobre o assunto forem capazes de fazer essa arbitragem, então, nós estaremos fazendo o bem para o nosso país. Se os interessados se prenderem a agendas individuais privilegiando aspectos que são apenas aspectos, são pedaços do problema, então, a gente não evolui e um sintoma da falta de evolução, talvez, discordando de S.Exª Senador Arruda quem sabe até de V.Exª Senador Cristovam Buarque, nós entenderemos que a Lei do cigarro foi necessária e fez um bem. E na nossa visão ela nem foi necessária, nem fez um bem. Por quê isso? Porque se nós observarmos que em, na safra de 2000 a 2001, a quantidade de famílias produtores envolvidas na fumicultura era de 135 mil famílias e que na safra de 2007 ela evoluiu 34% para 181 mil famílias, nós veremos que a restrição da publicidade não foi suficiente ou não foi eficiente, eu diria, para impedir o crescimento da indústria fumigera(F) nós verificarmos que a quantidade de hectares plantados na safra 2001 foi de 254 mil hectares e que na safra de 2006/2007 foi de 360 mil hectares, um crescimento de 42%, de novo nós verificaremos, a proibição foi ineficiente. Se nós olharmos a produção em toneladas, safra 2000/2001, 509 mil toneladas, safra 2006/2007, 758 mil toneladas, um crescimento de 49%, nós verificaremos que a restrição, que a proibição da publicidade, da maneira como nós preconizamos no nosso argumento inicial é completamente ineficiente para restringir o consumo. O mal que o cigarro produz se combate com políticas públicas que não passam pela proibição. A proibição é ineficaz e é isso que se precisa compreender analisan-

do concretamente a experiência do cigarro. Com isso, nós queremos desdizer tudo que se falou em relação à auto-regulação, ao cumprimento da Constituição no sentido de dotar as pessoas e as famílias de formas de proteção contra isso? Não, absolutamente não. E por isso eu insisto há um falso dilema e nós temos que fugir desse falso dilema, não há um confronto da saúde com a publicidade. Há um desafio para o Congresso Nacional, há um desafio para os poderes públicos e há um desafio para as indústrias envolvidas de publicidade e comunicação e dos produtos que exponham os brasileiros a risco para encontrar uma solução que proteja as pessoas sem destruir os negócios.

A Constituição nunca preconizou o fim de nada no benefício da saúde, o que ela exige de nós, brasileiros, tanto os que integram o Poder Público, quanto os que fazem parte da iniciativa privada é a competência no sentido vulgar da palavra, a capacidade profissional de achar soluções que façam os valores conviverem. Um valor constitucional que destrói outro valor constitucional é um valor que está sendo mal protegido, que está sendo mal tutelado e nós não precisamos fazer isso. Insisto, o exemplo do cigarro prova que a proibição foi ineficiente. Vamos então defender a propaganda ampla geral e irrestrita? Não, evidente que não, vamos defender o capitalismo selvagem? Absolutamente não, é óbvio que nós queremos evoluir, mas se nós ficarmos apegados a cartazes, a estandartes, panfletários nós não evoluímos. Desconsiderar a experiência do CONAR, desconsiderar a experiência da auto-regulamentação é um pecado que nós não podemos cometer. O CONAR tem sido eficiente e nos pontos onde ele não seja eficiente, eu insisto no CONAR, porque ele de certa maneira é a expressão concreta da auto-regulamentação, onde a auto-regulação não seja eficiente se evolua, eu lamento não conhecer a história legislativa da proibição da propaganda de fumo. E mesmo sem conhecer essa história, insisto em que ela terá sido desnecessária, e a lição que se tiraria da proibição da publicidade do fumo, não é de que restrição é bem vinda, mas de que é preciso que o diálogo se estenda e que ele não se extinga, porque, ah bom, saiu a Lei acabou o problema. Ele não pode se extinguir, porque a proibição peremptória é a solução legislativa não resolveram o problema, ele continua nas nossas mesas, nossos veículos de comunicação, dos poderes públicos, das agências e dos anunciantes. Eu tenho uma preocupação obsessiva com o não usar estatísticas distorcidas, porque a estatística muitas vezes se presta a argumentos que não se sustentam. Mas não quero deixar de propor uma reflexão que me ocorreu quando ouvia o Senador Arruda. Eu não tenho idéia do tamanho do consumo de água de coco na praia do Futuro terra do Senador Arruda, eu nunca vi na minha vida uma propaganda de água de coco e, no entanto, a água de coco se vende. Cerveja também. A propaganda não criou o mercado de água de coco, no entanto, perdão, ele é um mercado fluorescente, é preciso que se conceba a força e também a fragilidade ou as limitações da propaganda. Para o bem e para o mal.

O Brasil é um país pobre, lamentavelmente é um país pobre, o que reforça a importância que a gente não compare as nossas experiências com as experiências dos países ricos se existirem veículos que fazem peças publicitárias que irradiam peças publicitárias que são nefastas, isso em parte, não que justifique eu estou fazendo um diagnóstico não uma justificativa, isso em parte se deve justo ao fato de ser um país miserável, um país em que o Estado não é capaz de assegurar o cumprimento da Lei em todo o canto, mas ainda considerando isso ou até por causa disso é que é crucial que na formulação que V.Exªs no Congresso Nacional e que nós, atores desse mercado façamos sobre como combater a propaganda de produtos alimentícios que tenham riscos à saúde, como combater o uso abusivo do álcool e todos esses temas de que hoje se trata nessa audiência é preciso que se pense na eficiência econômica. Criar mais burocracia, criar mais incitamentos burocráticos não é eficiente e essa é a situação que a gente vive como cidadão. Novos incitamentos burocráticos não garantem a eficiência, o que é preciso é que as Leis, eu vejo o retrato do Senador Franco Montoro que foi o meu professor, Leis existem para ser cumpridas, fazer novas Leis não é a solução. E ainda, lamentando que o Senador Arruda não tenha podido permanecer conosco, queria comentar a sugestão dele a respeito da associação entre esporte e cerveja. Ou esporte e bebida alcoólica. Eu concordo com ele no sentido de que qualquer publicidade que associa um bem ou serviço nocivo com a prática do esporte se constituirá talvez numa distorção. E mesmo concordando com ele, eu diria: Na auto-regulamentação não faria sentido proibir a publicidade de bebida alcoólica no futebol. Porque nesse caso especificamente e nós temos que levar em conta as circunstâncias todas, seria quase como proibir o Brasil. Quem associa a publicidade de cerveja com o futebol, perdão quem associa cerveja com o futebol não é a publicidade, somos nós, a escolha do futebol como esporte nacional é nossa não é produto da publicidade e a escolha da cerveja com bebida nacional também não é da publicidade, é nossa. E é preciso levar em conta o país em que a gente vive do ponto de vista econômico, do ponto de vista cultural. Jamais, é evidente, jamais para privilegiar o capitalismo selvagem, jamais para defender que o exercício de um direito exponha a população com risco a sua saúde, muito antes ao contrário, mas é preciso não cair na infantilidade de acreditar que um tacape sobre a mesa na mão de um técnico muito bem

intencionado é o que vai tutelar a saúde dos brasileiros. Muito antes ao contrário. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Sr. Rafael queria já que o senhor falou em manipulação de estatística queria fazer uma pergunta: O aumento de venda de cigarros cresceu tanto quanto o aumento da produção de fumo ou essa produção foi para a exportação?

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu não sou capaz de distinguir o quanto se exporta ou quanto se fabrica aqui. Sei que a exportação é enorme seu que isso inclusive, constitui num problema para as Autoridades Fazendárias, porque é uma situação que o cigarro vai exportado, ele é produzido como se fosse para gerar crédito tributário depois volta para cá. Então, de fato quando se pensar na indústria de fumo é preciso ter cuidado com as estatísticas. Porque elas são subavaliadas pelo cigarro que vai depois volta para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outra coisa, desculpe, faço uma brincadeira, mas se colocar a Juliana Paes fazendo propaganda de coco o preço vai subir mais que o petróleo, viu? [risos]

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu concordo completamente, mas sem nenhum, não entenda mal nenhum desprezo pelos dotes e pela beleza da Juliana Paes, mas bebo água de coco independente dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Alô. Alô. Eu acho que só queria acrescentar, dizer, primeiro, a complexidade do assunto não dá para tratar desse assunto isoladamente ele é multifatorial. Então, e o fato de que existe, se existe um lugar para nós discutirmos essa legislação é nessa Casa. Eu acho que, eu acho que a obrigação da ANVISA ser a mais crítica possível, de trazer toda a sua contribuição como é a nossa de defender, mas eu não acredito que nem nós devemos ter o direito de estabelecer as regras pelas quais nós vamos operar, e nem cabe a um organismo do Poder Executivo, por mais competente que seja também assim o fazer. Eu acho que essa é o sentido da democracia, a diversidade dessa casa, os interesses, até a própria morosidade de alguns processos fazem com que a gente vai sem comparações indevidas, destilando aquilo que eu mais conveniente para a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, creio que foi uma audiência extremamente produtiva, mas eu creio que ela não esgota o assunto, por isso felizmente há duas outras até, porque nessa Mesa nós tivemos um desequilíbrio entre os que representam e defendem com convicção a publicidade, a publicidade só a Drª Maria José defendendo que é preciso ter uma regulamentação para isso. Estão convocados em outras audiências representando do Ministério da Justiça, do, creio que da Fiocruz, do Ministério da Saúde, para analisar, aquilo que não se discutiu bem aqui, que é o impacto sobre a saúde no consumo exagerado de medicamentos, se de fato a publicidade aumenta ou se não é apenas uma disputa por *share*(F), como disse o Sr. Walter. Pessoalmente, eu não quero deixar de dar a minha opinião, eu creio que ou a publicidade é ineficiente ou ela aumenta o consumo. Eu não consigo ver de outra maneira. Se a publicidade não é capaz de aumentar o consumo ela não é eficiente. Apenas tirar de um lado para o outro seria pouco do ponto de vista da publicidade.

Então, nesse sentido eu imagino que há sim um aumento de vendas, a pergunta é: Esse aumento de vendas é positivo, é neutro ou é negativo sobre a saúde da população? E dito isso, como é que a gente faz regulamentação sem tolher a liberdade. Claro que eu gostei quando ouvi o Dr. Stalimir falar que a educação é o caminho, mas quem anda pelos subúrbios da nossa cidade sem falar também nas boates aonde vão as classes altas percebem que está difícil educar os jovens pelo alto consumo hoje que eles fazem de álcool. De fato, é uma coisa que mais incomoda quando a gente vai aos bairros periféricos da nossa cidade, todos os dias, mais especialmente sábados e domingos e vê a quantidade de pessoas, não é tomando só cervejinha, é dedicados de fato a um processo de marcha ao alcoolismo. A gente tem que combinar essas duas coisas, a liberdade com a certa eficiência social. E enquanto espera esse processo de educação que de fato traria uma redução, até, porque muita gente bebe pela falta de oportunidade na vida, pelo desencanto com o processo de não ter alternativa na vida e não tem alternativa em grande parte por falta de educação. O fato é que esse tema merece ser muito debatido. Nós estamos vivendo num tempo em que se pode fluir na venda, se pode influir na compra, por isso tem que ter regulamentação. Ao mesmo tempo ao poder influir se tolhe a liberdade, é preciso casar as duas coisas, mesmo debate em outras proporções das pesquisas em torno aos embriões, os valores morais como a liberdade é um deles, ou a vida e o que há de positivo nas pesquisas, naquele caso e nesse caso aqui nas vendas. Até pelo impacto econômico, como foi dito aqui. Então eu fico feliz que tenhamos feito essa audiência e que a gente continue debatendo nas duas audiências que faltam para que a decisão que o Senado venha a tomar seja de acordo com o interesse maior da sociedade brasileira na defesa da liberdade e da saúde. Muito obrigado a todos e não se preocupem pelo número reduzido de Senadores, eles estavam trabalhando em outros setores, mas essa audiência vai ficar registrada, foi transmitida ao vivo durante um bom tempo e, além disso, é repetida outras vezes, vamos ter as transcrições e vai ajudar muito nas decisões que vamos tomar. Muito obrigado.

EDIÇÃO DE HOJE: 860 PÁGINAS

(OS: 10000/2009)